



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1943, -- VOLUME I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS-LEIS DE JANEIRO A MARÇO

IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — 1943



ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1943

	Págs.
5.169 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 4 de janeiro de 1943 — Modifica o disposto no decreto-lei n. 4.598, de 20 de agosto de 1942, e dá outras providências. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de janeiro de 1943.....	3
5.170 — GUERRA — Decreto-lei de 6 de janeiro de 1943 — Cria o 3.º Regimento Auto-metralhadoras de Cavalaria, com sede em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul — Publi- cado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de janeiro de 1943	4
5.171 — GUERRA — Decreto-lei de 6 de janeiro de 1943 — Cria o 2.º Regimento Auto-metralhadoras de Cavalaria, com sede em Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul — Pu- blicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de janeiro de 1943	4
5.172 — GUERRA — Decreto-lei de 6 de janeiro de 1943 — Cria a 1.ª Companhia de Engenheiros da 1.ª Divisão de Infantaria — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de janeiro de 1943	5
5.173 — GUERRA — Decreto-lei de 6 de janeiro de 1943 — Cria a 7.ª Companhia de Engenheiros da 7.ª Divisão de Infantaria Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de janeiro de 1943	5
5.174 — GUERRA — Decreto-lei de 6 de janeiro de 1943 — Cria a 14.ª Companhia de Engenheiros da 14.ª Divisão de Infan- taria — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de janeiro de 1943	5
5.175 — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRI- CULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — De- creto-lei de 7 de janeiro de 1943 — Dispõe sobre a ad- missão de pessoal extranumerário, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de janeiro de 1943 — Reproduzido no <i>Diário Oficial</i> de 21 de janeiro de 1943 —Retificado em 5 de março de 1943	6

	Págs.
5.176 — FAZENDA — JUSTIÇA — TRABALHO — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 7 de janeiro de 1943 — Interpreta o art. 4.º do decreto-lei n. 4.750, de 28 de setembro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de janeiro de 1943 ...	15
5.177 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de janeiro de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 231.992,80 para prolongamento da estrada de ferro de Jacuí — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11 de janeiro de 1943	15
5.178 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de janeiro de 1943 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 80.645,50, para pagamento de contribuição ao Comitê Consultivo Econômico Financeiro Interamericano — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11 de janeiro de 1943	16
5.179 — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 11 de janeiro de 1943 — Regula o aproveitamento de oficiais das forças armadas e de funcionários públicos civis na Companhia Vale do Rio Doce S. A. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de janeiro de 1943	16
5.180 — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de janeiro de 1943 — Suspende, no mês de janeiro deste ano, a cobrança da multa de mora a que se refere o § 3.º do art. 5.º do decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de janeiro de 1943.	17
5.181 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 11 de janeiro de 1943 — Dispõe sobre o transporte de artrópodes vivos por aeronaves, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de janeiro de 1943	17
5.182 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 11 de janeiro de 1943 — Concede gratificação ao Governador do Território do Acre — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de janeiro de 1943	19
5.183 — GUERRA — Decreto-lei de 11 de janeiro de 1943 — Dispõe sobre pagamento de diferença de vencimento a ocupantes de cargos da carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de janeiro de 1943 ...	19
5.184 — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de janeiro de 1943 — Autoriza assinatura de contrato com o Banco do Brasil para execução dos decretos-leis ns. 1.888, de 15 de dezembro de 1939, 2.071 e 2.238, de 7 de março e 28 de maio de 1940, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14 de janeiro de 1943	20
5.185 — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de janeiro de 1943 — Modifica o decreto-lei n. 4.451, de 9 de julho de 1942, que autoriza a constituição do Banco de Crédito da Borraça, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14 de janeiro de 1943.	20

	Págs.
5.186 — EDUCAÇÃO — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 13 de janeiro de 1943 — Regula o uso da ortografia em todo o país — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de janeiro de 1943.....	21
5.187 — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 13 de janeiro de 1943 — Modifica o art. 17 da lei sobre a organização e proteção da família — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14 de janeiro de 1943	22
5.188 — TRABALHO — Decreto de 13 de janeiro de 1943 — Releva penas cominadas na legislação do Instituto Nacional do Sal, e dá outras providência — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de janeiro de 1943	23
5.189 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de janeiro de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de cruzeiros 7.125.599,00 para pagamento de despesas com a eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de janeiro de 1943	23
5.190 — FAZENDA — GUERRA — Decreto-lei de 14 de janeiro de 1943 — Reorganiza o Quadro de Estado-Maior do Exército, e dá outras providência — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de janeiro de 1943	24
5.191 — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de janeiro de 1943 — Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 2.443, de 24 de julho de 1940 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de janeiro de 1943	34
5.192 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 14 de janeiro de 1943 — Modifica o art. 3.º do decreto-lei n. 5.089, de 15 de dezembro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de janeiro de 1943	34
5.193 — TRABALHO — Decreto-lei de 14 de janeiro de 1943 — Prorroga a data fixada para a execução dos arts. 3.º e 86 do Regulamento expedido pelo decreto n. 4.257, de 16 de junho de 1939 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de janeiro de 1943	35
5.194 — MARINHA — Decreto-lei de 15 de janeiro de 1943 — Declara extinta uma ação penal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de janeiro de 1943	35
5.196 — GUERRA — Decreto-lei de 15 de janeiro de 1943 — Concede indulto a sorteados insubmissos e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de janeiro de 1943	36
5.196 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de janeiro de 1943 — Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 3.264, de 12 de maio de 1941 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de janeiro de 1943 ...	36
5.197 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 16 de janeiro de 1943 — Reconhece sob a denominação de "Serviços Aéreos Cru-	

	Págs.
zeiro do Sul Ltda." a sociedade mercantil a que se referem os decretos ns. 18.075 de 20 de novembro de 1928 e 19.331, de 28 de agosto de 1930, e decreto-lei n. 3.523, de 19 de agosto de 1941 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de janeiro de 1943	37
5.198 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 16 de janeiro de 1943 — Transfere a sede do 1.º Regimento de Aviação, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de janeiro de 1943	37
5.199 — TRABALHO — Decreto-lei de 16 de janeiro de 1943 — Cria a Comissão Técnica de Orientação Sindical, subordinada ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de janeiro de 1943	38
5.200 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 18 de janeiro de 1943 — Define atribuições do Instituto Agrônomo do Norte e subordina-o diretamente ao Gabinete do Ministro da Agricultura — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de janeiro de 1943	39
5.201 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 18 de janeiro de 1943 — Define a transitoriedade da suspensão da lavra das minas, prevista no § 4.º do art. 143 da Constituição — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de janeiro de 1943	40
5.202 — TRABALHO — Decreto-lei de 18 de janeiro de 1943 — Altera as carreiras de Marinheiro e Patrão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de janeiro de 1943	41
5.203 — TRABALHO — Decreto-lei de 18 de janeiro de 1943 — Suprime cargo — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de janeiro de 1943	43
5.204 — AERONÁUTICA — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de janeiro de 1943 — Autoriza os cidadãos brasileiros José Pacifico Homem e Antonio Pacifico of Brazil a construção e aparelhamento de depósitos de combustíveis de aviação em terrenos adjacentes à Base Aérea de Recife (Ibura), e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de janeiro de 1943	43
5.205 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 19 de janeiro de 1943 — Dispõe sobre o pagamento da iluminação da "Cidade das Meninas" — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de janeiro de 1943	44
5.206 — EXTERIOR — Decreto-lei de 19 de janeiro de 1943 — Dispõe sobre a designação dos funcionários da classe M da carreira de Diplomata — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de janeiro de 1943	45
5.207 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 19 de janeiro de 1943 — Cria um cargo de diretor, padrão J, em comissão, da Escola Técnica de Pelotas, Ministério da Educação e Saúde — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de janeiro de 1943	45
5.208 — GUERRA — Decreto-lei de 20 de janeiro de 1943 — Regula a contagem do tempo de efetivo serviço, para efeito	

	Págs.
de convocação e licenciamento durante o estado de guerra — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de janeiro de 1943	46
5.209 — GUERRA — Decreto-lei de 20 de janeiro de 1943 — Altera a carreira de Servente do Quador Suplementar do Ministério da Guerra, e dá outras providências — Publi- cado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de janeiro de 1943	46
5.210 — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de janeiro de 1943 — Dispõe sobre registro do imposto de consumo — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de janeiro de 1943	48
5.211 — TRABALHO — Decreto-lei de 20 de janeiro de 1943 — Dispõe sobre a administração e instalação do Hospital dos Servidores do Estado — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de janeiro de 1943	48
5.212 — FAZENDA — JUSTIÇA — TRABALHO — GUERRA MARINHA — EXTERIOR — VIAÇÃO — AGRICUL- TURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decre- to-lei de 21 de janeiro de 1943 — Cria a Comissão de Financiamento da Produção (C. F. P.), e dá outras pro- vidências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de janeiro de 1943	49
5.213 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 21 de janeiro de 1943 — Mo- difica o art. 16 da lei sobre a organização e proteção da família — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de janeiro de 1943	51
5.214 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 21 de janeiro de 1943 — Dis- põe sobre a concessão de livramento condicional a sen- tenciados por crimes cometidos antes da vigência do Código Penal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de janeiro de 1943	51
5.215 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 21 de janeiro de 1943 — Con- sidera de caráter essencialmente militar a Fábrica Nacional de Motores e sua Comissão Construtora, e dá outras pro- vidências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de janeiro de 1943	51
5.216 — TRABALHO — Decreto-lei de 22 de janeiro de 1943 — Modifica o art. 3.º do decreto n. 86, de 14 de março de 1935 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de janeiro de 1943	52
5.217 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de ja- neiro de 1943 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 15.000,00 para pagamento de subvenção — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de ja- neiro de 1943	52
5.218 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de ja- neiro de 1943 — Fixa a gratificação para os membros das Comissões de Biofarmácia e de Revisão da Farmacopéia do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina do Depart- amento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de janeiro de 1943	53

	Págs.
5.219 — VIACÃO — Decreto-lei de 22 janeiro de 1943 — Autoriza a Companhia Rádio Internacional do Brasil a executar os serviços radiotelefônico público interior e radiotelefônico público restrito inferior, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de janeiro de 1943	53
5.220 — FAZENDA — JUSTIÇA — Decreto-lei de 22 janeiro de 1943 — Estabelece medidas para garantir o abastecimento das populações, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de janeiro de 1943	63
5.221 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de janeiro de 1943 — Aprova despesas efetuadas pelo Meteorologista, classe H, do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, Otávio Albernaz — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de janeiro de 1943	63
5.222 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 23 de janeiro de 1943 — Dispõe sobre a organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de janeiro de 1943	64
5.223 — VIACÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de janeiro de 1943 — Extingue o Conselho de Administração do Lóide Brasileiro, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de janeiro de 1943	65
5.224 — VIACÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de janeiro de 1943 — Extingue o Conselho de Administração do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de janeiro de 1943	66
5.225 — GUERRA — Decreto-lei de 1 de fevereiro de 1943 — Dispõe sobre a situação militar dos trabalhadores nacionais encaminhados para a extração e exploração de borracha no Vale Amazônico, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de fevereiro de 1943	67
5.226 — TRABALHO — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1943 — Prorroga o prazo para o pagamento do imposto sindical — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de fevereiro de 1943	68
5.227 — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de fevereiro de 1943 — Transfere a Mesa de Rendas Alfandegada, com sede em Porto Xavier, no Estado do Rio Grande do Sul, para Porto Lucena, no mesmo Estado — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6 de fevereiro de 1943	68
5.228 — FAZENDA — VIACÃO — Decreto-lei de 5 de fevereiro de 1943 — Regula a arrecadação da Taxa Adicional de 10% sobre as tarifas de transporte das estradas de ferro da União e o serviço de juros e amortização das obrigações ferroviárias — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de fevereiro de 1943	69
5.229 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 5 de fevereiro de 1943 — Dispõe sobre comprovação de despesas realizadas pelo Serviço Especial de Saúde Pública — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de fevereiro de 1943	69

5.230 —	VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de fevereiro de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 5.467,70 para pagamento de proventos de disponibilidade — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de fevereiro de 1943	70
5.231 —	EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de fevereiro de 1943 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 2.549.150,00 para despesas com a construção da ponte internacional sobre o rio Uruguai — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de fevereiro de 1943	70
5.232 —	GUERRA — Decreto-lei de 8 de fevereiro de 1943 — Cria a função gratificada de Secretário do Presidente do Supremo Tribunal Militar e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de fevereiro de 1943 .	70
5.233 —	FAZENDA — Decreto-lei de 8 de fevereiro de 1943 — Transfere cargo no Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de fevereiro de 1943	71
5.234 —	JUSTIÇA — Decreto-lei de 8 de fevereiro de 1943 — Modifica o art. 1.º do decreto n. 5.481, de 25 de junho de 1928 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de fevereiro de 1943	71
5.235 —	JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 9 de fevereiro de 1943 — Prorroga até 31 de julho de 1943, o prazo previsto no art. 43 do decreto-lei n. 4.545, de 31 de julho de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11 de fevereiro de 1943	72
5.236 —	TRABALHO — Decreto-lei de 9 de fevereiro de 1943 — Interpreta os arts. 4.º e 14.º do decreto-lei n. 1.237, de 2 de maio de 1939 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11 de fevereiro de 1943	72
5.237 —	TRABALHO — Decreto-lei de 9 de fevereiro de 1943 — Dispõe sobre a nomeação dos vogais e suplentes, representantes dos empregados e dos empregadores, nos Conselhos Regionais do Trabalho, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11 de fevereiro de 1943	73
5.238 —	AGRICULTURA — Decreto-lei de 9 de fevereiro de 1943 — Altera a redação do art. 8.º, do decreto-lei n. 4.953, de 13 de novembro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11 de fevereiro de 1943	73
5.239 —	AERONÁUTICA — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1943 — Regula a situação hierárquica dos Oficiais do Quadro de Oficiais Auxiliares da Aeronáutica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de fevereiro de 1943	74
5.240 —	AGRICULTURA — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1943 — Incorpora à Colônia Agrícola Nacional do Pará as terras cedidas à União no município de Monte Alegre,	

	Págs.
Estado do Pará — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de fevereiro de 1943	74
5.241 — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 11 de fevereiro de 1943 — Modifica, dando-lhe nova redação, o art. 4.º do decreto-lei n. 4.081, de 3 de fevereiro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de fevereiro de 1943	75
5.242 — TRABALHO — Decreto-lei de 11 de fevereiro de 1943 — Dispõe sobre a exigência da prova de sindicalização para fins de representação ou de gozo de isenções — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de fevereiro de 1943	75
5.243 — TRABALHO — Decreto-lei de 11 de fevereiro de 1943 — Autoriza o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a cobrar os direitos autorais devidos pelas representações das peças premiadas em concurso literário instituído pelo mesmo Ministério — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de fevereiro de 1943	76
5.244 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de fevereiro de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 4.200.000,00 para construção de rodovia — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de fevereiro de 1943	77
5.245 — EXTERIOR — Decreto-lei de 12 de fevereiro de 1943 — Aprova o Convênio Cultural entre o Brasil e a República Dominicana, firmado no Rio de Janeiro, a 9 de dezembro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de fevereiro de 1943	77
5.246 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 12 de fevereiro de 1943 — Autoriza o Ministro da Agricultura a baixar as instruções a que se refere a letra c da cláusula 5.ª do Acordo firmado entre o Governo Brasileiro e o Governo Norte-Americano — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de fevereiro de 1943	81
5.247 — JUSTIÇA — FAZENDA — AGRICULTURA — Decreto-lei de 12 de fevereiro de 1943 — Modifica a redação dos arts. 17, 31, 66 e 68 do Código de Minas e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de fevereiro de 1943	83
5.248 — MARINHA — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 15 de fevereiro de 1943 — Jurisdiciona ao Ministério da Marinha os serviços referentes à movimentação e ao aprestamento de navios mercantes, em portos brasileiros — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de fevereiro de 1943	87
5.249 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 15 de fevereiro de 1943 — Cria na Comissão de Marinha Mercante subcomissões e dá	

	Págs.
outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de fevereiro de 1943	88
5.250 — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de fevereiro de 1943 — Eleva a importância da pensão de meio soldo a D. Anna Portocarrero Martin — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de fevereiro de 1943	89
5.251 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 16 de fevereiro de 1943 — Cria função gratificada no Ministério da Agricultura e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de fevereiro de 1943	89
5.252 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de fevereiro de 1943 — Institue com personalidade própria, de natureza autárquica, o Serviço de Navegação da Bacia do Prata, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de fevereiro de 1943	90
5.253 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de fevereiro de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 6.986,50 para pagamento de gratificação de magistério — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de fevereiro de 1943	92
5.254 — GUERRA — Decreto-lei de 16 de fevereiro de 1943 — Dispõe sobre promoções no Exército durante o primeiro semestre do corrente ano — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de fevereiro de 1943	93
5.255 — GUERRA — Decreto-lei de 17 de fevereiro de 1943 — Decreto-lei de 17 de fevereiro de 1943 — Modifica o art. 85, § 2.º, ltra a, do Estatuto dos Militares — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de fevereiro de 1943	93
5.256 — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de fevereiro de 1943 — Autoriza o levantamento de caução — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de fevereiro de 1943	93
5.257 — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de fevereiro de 1943 — Prorroga o prazo de que trata o decreto-lei n. 5.042, de 4 de dezembro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de fevereiro de 1943	94
5.258 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de fevereiro de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 4.000,00 para pagamento de contribuição devida à Contadoria Geral de Transportes — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de fevereiro de 1943	94
5.259 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de fevereiro de 1943 — Aprova despesas imprevistas no orçamento estabelecido para a construção de monumento ao Barão do Rio Branco e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de fevereiro de 1943	95
5.260 — TRABALHO — Decreto-lei de 18 de fevereiro de 1943 — Suprime função gratificada — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de fevereiro de 1943	95

	Págs.
5.261 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 18 de fevereiro de 1943 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência de 75% (setenta e cinco por cento) do pagamento do imposto predial, na forma que menciona — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de fevereiro de 1943	96
5.262 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 18 de fevereiro de 1943 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a vender, em hasta pública, as áreas de terrenos que menciona — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de fevereiro de 1943	96
5.263 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 18 de fevereiro de 1943 — Cria, na Prefeitura do Distrito Federal, as carreiras de Enfermeira de Saúde Pública e de Enfermeira Instrutora Hospitalar, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de fevereiro de 1943	97
5.264 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 18 de fevereiro de 1943 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar dos tributos de transmissão correspondentes, à aquisição pelo Asilo Infantil Nossa Senhora de Pompéia, dos imóveis que menciona e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de fevereiro de 1943	99
5.265 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 19 de fevereiro de 1943 — Eleva o padrão de vencimento do cargo de Diretor do Museu Nacional de Belas Artes e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de fevereiro de 1943	99
5.266 — FAZENDA — JUSTIÇA — Decreto-lei de 20 de fevereiro de 1943 — Incorpora ao patrimônio nacional os bens de Irmãos Polonari, de Bresola, Itália, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de fevereiro de 1943 — Rep. no <i>Diário Oficial</i> de 25 de fevereiro de 1943	100
5.267 — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de fevereiro de 1943 — Altera dispositivo do decreto-lei n. 5.212, de 21 de janeiro de 1943, que criou a Comissão de Financiamento da Produção e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de fevereiro de 1943	100
5.268 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de fevereiro de 1943 — Eleva o padrão de vencimento dos cargos de Diretor das Escolas Técnicas e das Escolas Industriais, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de fevereiro de 1943	101
5.269 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 22 de fevereiro de 1943 — Concede gratificação aos componentes da Comissão Executiva do Leite, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de fevereiro de 1943	101
5.270 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 23 de fevereiro de 1943 — Prorroga o prazo previsto no art. 3.º do decreto-lei número 5.219, de 22 de janeiro de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de fevereiro de 1943	102

5.271 — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de fevereiro de 1943 — Autoriza a alienação de próprio nacional e a permuta de parte de imóvel, passível de desapropriação, por outro da Prefeitura Municipal de São Paulo, nas mesmas condições; declara de utilidade pública a desapropriação dos imóveis que menciona, todos situados na Capital do Estado de São Paulo, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de fevereiro de 1943	102
5.272 — Decreto-lei — A ementa deste decreto-lei será remetida, oportunamente	103
5.273 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 23 de fevereiro de 1943 — Considera insalubre a zona de Brasília, no Alto Acre — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de fevereiro de 1943	103
5.274 — GUERRA — Decreto-lei de 23 de fevereiro de 1943 — Dispõe sobre tratamento de saúde de oficiais e praças do Exército — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de fevereiro de 1943	104
5.275 — JUSTIÇA — TRABALHO — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1943 — Dispõe sobre a Comissão Central de Requisições e as Comissões e Subcomissões de Avaliação de Requisições, estabelece penalidades e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de fevereiro de 1943	104
5.276 — GUERRA — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1943 — Cria a 1. ^a Bateria Movel de Artilharia de Costa, com sede em Belem do Pará — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de fevereiro de 1943	107
5.277 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1943 — Autoriza o levantamento de caução — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de fevereiro de 1943	107
5.278 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 9.393.585,10 para pagamento de fornecimentos efetuados em 1938 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de fevereiro de 1943	108
5.279 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 25 de fevereiro de 1943 — Altera dispositivo do regulamento da Escola Nacional de Agronomia, baixado pelo decreto n. 23.979, de 8 de março de 1934 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de fevereiro de 1943	109
5.280 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1943 — Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 4.666,70, para pagamento da diferença de vencimentos que compete a dois oficiais administrativos, classe 24, do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de março de 1943 ..	109
5.281 — GUERRA — Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1943 — Concede acréscimo de vencimentos aos atuais Coronéis das Armas e Serviços do Exército — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de março de 1943.	109

	Págs.
5.282 — AERONÁUTICA — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1943 — Abre ao Ministério da Aeronáutica crédito especial de Cr\$ 4.486.775,40, para indenização ao Estado do Pará, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de março de 1943	110
5.283 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1943 — Modifica a incidência do imposto de consumo sobre fumo e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de março de 1943	110
5.284 — EDUCAÇÃO — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1943 — Manda escriturar as taxas telegráficas que menciona no Fundo Nacional de Ensino Primário — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de março de 1943	111
5.285 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 9.037,00 para liquidação de despesas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de março de 1943	112
5.286 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1943 — Revigora, no presente ano, o decreto-lei n. 3.143, de 25 de março de 1941 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de março de 1943	113
5.287 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1943 — Dispõe sobre os Órgãos Auxiliares e as Comissões Especiais do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de março de 1943	113
5.288 — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de março de 1943 — Cria cargos de Ajudante de Tesoureiro no Ministério da Fazenda e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de março de 1943	114
5.289 — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de março de 1943 — Abre, ao Ministério da Fazenda, crédito suplementar, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de março de 1943	114
5.290 — AERONÁUTICA — GUERRA — Decreto-lei de 1 de março de 1943 — Inclue no Quadro de Infantaria de Guarda (Q.I.G.) do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, dois Segundos Tenentes da Reserva da 2. ^a classe de 1. ^a linha do Exército — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de março de 1943	115
5.291 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de março de 1943 — Prorroga o prazo do recolhimento compulsório para aquisição das Obrigações de Guerra pelos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de março de 1943	115
5.292 — TRABALHO — Decreto-lei de 1 de março de 1943 — Autoriza a nomeação de um neto sobrevivente de Irineu	

	Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, para o cargo inicial da carreira de oficial administrativo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de março de 1943	116
5.293 —	EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 1 de março de 1943 — Declara ratificado o Convênio Nacional de Ensino Primário — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de março de 1943	117
5.294 —	FAZENDA — JUSTIÇA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 2 de março de 1943 — Orça a receita e fixa a despesa para execução no exercício de 1943 do "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional" — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de abril de 1943	120
5.295 —	EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de março de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 23.212,00, para pagamento das vantagens (Pessoal) que indica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de março de 1943	122
5.296 —	EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 2 de março de 1943 — Altera a carreira de Conservador do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de março de 1943	122
5.297 —	AGRICULTURA — Decreto-lei de 3 de março de 1943 — Cria cinco cargos na carreira de Tecnologista no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de março de 1943	124
5.298 —	AERONÁUTICA — Decreto-lei de 3 de março de 1943 — Fixa as autoridades que na Aeronáutica, dispõem de ajudantes de ordens e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de março de 1943	126
5.299 —	VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de março de 1943 — Autoriza a supressão da Estrada de Ferro Paulo Afonso e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de março de 1943 — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 30 de março de 1943	120
5.300 —	GUERRA — Decreto-lei de 3 de março de 1943 — Cria o 14.º Grupo de Artilharia de Dorso, com sede em Natal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de março de 1943.	127
5.301 —	JUSTIÇA — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — Decreto de 4 de março de 1943 — Altera carreiras nos Ministérios da Educação e Saúde, Fazenda, Guerra, Justiça e Negócios Interiores, Marinha, Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de março de 1943	127
5.302 —	EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de março de 1943 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 280.956,00 para despesa da Direção	

	Págs.
Nacional da Juventude Brasileira — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6 de março de 1943	128
5.303 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de março de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saude, o crédito especial de Cr\$ 23.212,00 (vinte e três mil duzentos e doze cruzeiros), para pagamento das vantagens (Pessoal) que indica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6 de março de 1943	129
5.304 — TRABALHO — Decreto-lei de 4 de março de 1943 — Prorroga o prazo para o pagamento do imposto sindical quando devido ao Fundo Social Sindical — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6 de março de 1943	129
5.305 — MARINHA — Decreto-lei de 5 de março de 1943 — Estende aos Capitães de Mar e Guerra da Armada, as disposições do decreto-lei n. 5.281, de 26 de fevereiro de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de março de 1943	130
5.306 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de março de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saude, o crédito especial de Cr\$ 2.283,90, para pagamento de gratificação de magistério — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de março de 1943	130
5.307 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de março de 1943 — Cria cargos de Juizes de Casamento e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de março de 1943	130
5.308 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 6 de março de 1943 — Comina pena para a infração prevista no art. 13, do decreto-lei n. 4.807, de 7 de outubro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de março de 1943	131
5.309 — GUERRA — Decreto-lei de 9 de março de 1943 — Altera a carreira de Mestre de Oficina de Material Bélico do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de março de 1943	132
5.310 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de março de 1943 — Torna sem aplicação Cr\$ 748.800,00, em dotação orçamentaria do Ministério da Viação e Obras Públicas e abre um crédito suplementar de igual importância — Publica no <i>Diário Oficial</i> de 11 de março de 1943	134
5.311 — GUERRA — Decreto-lei de 10 de março de 1943 — Lei de Organização do Ministério da Guerra — Atualização do decreto-lei n. 279, de 16 de fevereiro de 1938 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de março de 1943 ...	134
5.312 — GUERRA — Decreto-lei de 10 de março de 1943 — Lei de Organização do Exército — Atualização do decreto-lei n. 413, de 6 de maio de 1938 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de março de 1943	138
5.313 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de março de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e	

	Saude, o crédito especial de Cr\$ 4.396.500,00 para atender às despesas que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de março de 1943	147
5.314	— GUERRA — Decreto-lei de 11 de março de 1943 — Regula o ingresso nos quadros de farmacêuticos e dentistas da reserva do Exército dos profissionais civis que concluíram ou vierem a concluir os respectivos cursos de emergência e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de março de 1943 e Rep. no <i>Diário Oficial</i> de 30 de março de 1943	147
5.315	— JUSTIÇA — Decreto-lei de 11 de março de 1943 — Prorroga o prazo a que se refere o art. 8.º do decreto-lei n. 2.610, de 20 de setembro de 1940 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de março de 1943	149
5.316	— FAZENDA — Decreto-lei de 11 de março de 1943 — Transfere gratuitamente à Academia Brasileira de Letras o domicílio útil do terreno acrescido de marinha e a construção no mesmo existente, situados na avenida Presidente Wilson n. 203, na Capital Federal, para sede da mesma Academia, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de março de 1943	149
5.317	— FAZENDA — Decreto-lei de 11 de março de 1943 — Modifica a incidência do imposto de consumo sobre a aguardente e o calçado e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de março de 1943	150
5.318	— GUERRA — Decreto-lei de 12 de março de 1943 — Transfere a sede do 37.º Batalhão de Caçadores — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de março de 1943	151
5.319	— GUERRA — Decreto-lei de 12 de março de 1943 — Transfere a sede do 22.º Batalhão de Caçadores — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de março de 1943	151
5.320	— GUERRA — Decreto-lei de 12 de março de 1943 — Transfere a sede do 21.º Batalhão de Caçadores — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de março de 1943	152
5.321	— GUERRA — Decreto-lei de 12 de março de 1943 — Cancela termo de deserção e indulta Nicolau Mariano da Silva — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de março de 1943	152
5.322	— GUERRA — Decreto-lei de 15 de março de 1943 — Dispõe sobre carreiras do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de março de 1943	152
5.323	— EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 16 de março de 1943 — Revigora, no presente ano, o decreto-lei n. 3.143, de 25 de março de 1941 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de março de 1943	156
5.324	— EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de março de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saude, o crédito especial de Cr\$ 47.547,60 para pagamento a traba-	

	Págs.
Ihadores convocados — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de março de 1943.....	156
5.325 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de março de 1943 — Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 2.124, de 11 de abril de 1940, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de março de 1943.....	156
5.326 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 18 de março de 1943 — Modifica o art. 2.º e seu parágrafo único, do decreto-lei n. 5.263, de 18 de fevereiro de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de março de 1943.....	157
5.327 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de março de 1943 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 19.558,00 para liquidação de despesas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de março de 1943.....	157
5.328 — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de março de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para regularização de juros de depósitos da Caixa Econômica Federal de São Paulo — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de março de 1943.....	158
5.329 — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de março de 1943 — Inclue na divisão II, alínea I, do art. 545 da Tarifa em vigor, os livros para leitura, de pequeno formato, com capa revestida de papel celofane — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de março de 1943.....	158
5.330 — GUERRA — MARINHA — AERONÁUTICA — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de março de 1943 — Dispõe sobre a concessão da pensão especial de que trata o decreto-lei n. 3.269, de 14 de maio de 1941 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de março de 1943.....	159
5.331 — EXTERIOR — Decreto-lei de 18 de março de 1943 — Aprova o Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e o Chile, firmado no Rio de Janeiro, a 1.º de março de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26-3-43.....	159
5.332 — GUERRA — Decreto-lei de 19 de março de 1943 — Extingue a 1.ª Bateria Independente de Metralhadoras Anti-Aéreas, da 7.ª Região Militar — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de março de 1943.....	174
5.333 — MARINHA — Decreto-lei de 19 de março de 1943 — Denomina Guardas-Marinha Fuzileiros Navais os aspirantes a oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de março de 1943.....	174
5.334 — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de março de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 3.032.494,00 para prosseguimento das obras da Alfândega da Capital da República — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de março de 1943.....	174

5.335 — JUSTIÇA — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 22 de março de 1943 — Concede, aos servidores da União, o benefício da assistência judiciária, nos casos que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de março de 1943.....	175
5.336 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de março de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 9.600,00, para pagamento de gratificação de magistério — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de março de 1943.....	176
5.337 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 23 de março de 1943 — Prorroga o prazo previsto no art. 3.º do decreto-lei n. 5.219, de 22 de janeiro de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de março de 1943.....	176
5.338 — GUERRA — Decreto-lei de 23 de março de 1943 — Dispõe sobre o processo de desertores — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de março de 1943.....	176
5.339 — GUERRA — Decreto-lei de 23 de março de 1943 — Dispõe sobre as Chefias dos Serviços de Transmissões Regionais — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de março de 1943.....	177
5.340 — GUERRA — Decreto-lei de 23 de março de 1943 — Dispõe sobre promoção de primeiros e segundos tenentes do Exército — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de março de 1943.....	177
5.341 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de março de 1943 — Restabelece cargo no Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de março de 1943.....	178
5.342 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 25 de março de 1943 — Dispõe sobre a competência do Conselho Nacional de Desportos e a disciplina das atividades desportivas, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de março de 1943.....	179
5.343 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 25 de março de 1943 — Dispõe sobre a habilitação para a direção da educação física nos estabelecimentos de ensino de grau secundário — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de março de 1943.....	180
5.344 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 25 de março de 1943 — Modifica a redação do parágrafo único do art. 1.º, do decreto-lei n. 4.320, de 21 de maio de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de março de 1943.....	181
5.345 — EXTERIOR — Decreto-lei de 25 de março de 1943 — Aprova o Acordo Interamericano de Radiocomunicações, firmado em Havana em 1937 e revisto em Santiago do	

	Págs.
Chile a 17 de janeiro de 1940 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de março de 1943.....	182
5.346 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de março de 1943 — Dispõe sobre os prazos para a apresentação e exame dos balanços gerais do exercício de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30 de março de 1943.....	182
5.347 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de março de 1943 — Autoriza a Diretoria do Domínio da União a permitir que Alberto de Almeida Coimbra transfira a Abel Mendes Pinheiro o domínio útil de acrescido de marinha — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29 de março de 1943.....	182
5.348 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de março de 1943 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 268.239,10 para liquidação de despesas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30 de março de 1943.....	183
5.349 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de março de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 15.258,00, para liquidação de despesas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30 de março de 1943.....	183
5.350 — GUERRA — Decreto-lei de 26 de março de 1943 — Dá nova sede ao 2.º Batalhão de Carros de Combate — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30 de março de 1943.....	184
5.351 — GUERRA — Decreto-lei de 26 de março de 1943 — Cria o 3.º Batalhão de Carros de Combate com sede na Capital Federal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30 de março de 1943.....	184
5.352 — GUERRA — Decreto-lei de 26 de março de 1943 — Cria a 7.ª Companhia de Transmissões Regional — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30 de março de 1943.....	185
5.353 — JUSTIÇA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — Decreto-lei de 29 de março de 1943 — Dispõe sobre a aplicação da legislação penal militar ao pessoal marítimo, durante os contratos de trabalho e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de março de 1943.....	185
5.354 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 29 de março de 1943 — Concede acréscimo de vencimentos aos tenentes coronéis da Polícia Militar do Distrito Federal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de março de 1943.....	188
5.355 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 29 de março de 1943 — Dispõe sobre promoções na Polícia Militar do Distrito Federal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de março de 1943.....	188
5.356 — AERONÁUTICA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de março de 1943 — Altera, sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Aeronáutica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de abril de 1943.....	189

5.357 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de março de 1943 — Cria função gratificada no Ministério da Guerra e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de abril de 1943.....	
5.358 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de março de 1943 — Cria função gratificada no Ministério da Agricultura, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de abril de 1943.....	191
5.359 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 30 de março de 1943 — Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, seis cargos, em comissão, de Administrador de Núcleo Colonial, padrão L, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de abril de 1943.....	191
5.360 — FAZENDA — AGRICULTURA — Decreto-lei de 30 de março de 1943 — Dispõe sobre o financiamento da safra de algodão de 1943, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de abril de 1943.....	192
5.361 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 30 de março de 1943 — Cria duas inspetorias regionais de fomento da produção animal, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de abril de 1943.....	192
5.362 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de março de 1943 — Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 20.400,00 à verba que especifica e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de abril de 1943.....	193
5.363 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de março de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 45.000,00 para despesas com os funcionários da Polícia Civil do Distrito Federal, designados para prestar serviços no estrangeiro — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de abril de 1943.....	194
5.364 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 31 de março de 1943 — Concede a Francisca Barroso de Melo Matos aposentadoria com salário integral — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de abril de 1943.....	194
5.365 — FAZENDA — JUSTIÇA — Decreto-lei de 31 de março de 1943 — Dispõe sobre pagamento de aposentadoria de funcionários públicos contribuintes de caixas de aposentadoria e pensões, aposentados no interesse do serviço público — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de abril de 1943.....	194

ÍNDICE DO APENSO

4.073 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 30 de janeiro de 1942 — Lei orgânica do ensino industrial — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de janeiro de 1943.....	199
4.119 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 21 de fevereiro de 1943 — Disposições transitórias para execução da lei orgânica do ensino industrial — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de janeiro de 1943.....	199
4.996 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de novembro de 1942 — Prorroga a vigência de crédito especial aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 6 de janeiro de 1943.....	199
5.030 — AGRICULTURA — TRABALHO — MARINHA — Decreto-lei de 4 de dezembro de 1942 — Cria a Comissão Executiva da Pesca e dá outras providências — Reproduzido no <i>Diário Oficial</i> de 23 de janeiro de 1943.....	205
5.031 — AGRICULTURA — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de dezembro de 1942 — Cria uma Comissão Executiva para controlar a produção, o comércio e a exportação dos produtos da mandioca — Reproduzido no <i>Diário Oficial</i> de 23 de janeiro de 1943.....	207
5.032 — AGRICULTURA — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de dezembro de 1942 — Cria uma Comissão Executiva para controlar a produção, o comércio e a exportação de frutas do país — Reproduzido no <i>Diário Oficial</i> de 23 de janeiro de 1943 — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de janeiro de 1943.....	208
5.099 — EXTERIOR — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 16 de dezembro de 1942 — Aprova o regulamento para o despacho consular de aeronaves comerciais — Retificação no <i>Diário Oficial</i> de 17 de fevereiro de 1943 e 2 de abril de 1943.....	210
5.121 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 21 de dezembro de 1942 — Dispõe sobre a regulamentação da recria e engorda de animais de corte, por parte de pessoas físicas ou jurídicas que explorem a indústria de carnes frigorificadas — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de janeiro de 1943.....	211
5.125 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 22 de dezembro de 1942 — Dispõe sobre o ensino superior de filosofia, ciências,	

	letras e pedagogia — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6 de janeiro de 1943 — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 14 de janeiro de 1943.....	211
5.159	— JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1942 — Modifica o decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de janeiro de 1943.....	212
5.160	— GUERRA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1942 — Fixa as autoridades que dispõem de Ajudantes de Ordens e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de janeiro de 1943.....	213
5.161	— AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1942 — Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 6.700.000,00 para prosseguimento dos trabalhos de instalação e aparelhamento das Colônias Agrícolas e Núcleos Coloniais e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de janeiro de 1943.....	213
5.162	— JUSTIÇA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1942 — Dispõe sobre a remodelação dos serviços de bondes no Distrito Federal, revisão dos contratos em vigor, concessão de um aumento condicional de tarifas, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de janeiro de 1943.....	215
5.163	— JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1942 — Dispõe sobre a organização do Conselho de Segurança Nacional — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de janeiro de 1943.....	217
5.164	— GUERRA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1942 — Regula o ingresso no Quadro de Médicos do Serviço de Saúde do Exército dos médicos civis que terminaram ou vierem a terminar os Cursos especiais de Adaptação ou de Emergência de Medicina Militar e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de janeiro de 1943 — Reproduzido no <i>Diário Oficial</i> de 20 de janeiro de 1943	219
5.165	— GUERRA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1942 — Dispõe sobre a transferência de sub-tenente e sargentos para a Reserva e sua convocação para o serviço ativo no posto de 2.º tenente — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de janeiro de 1943.....	221
5.166	— GUERRA — MARINHA — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1942 — Suspende, enquanto durar o estado de guerra a que se refere o decreto n. 10.358, de 31 de agosto de 1942, as garantias previstas no decreto-lei n. 1.187, de 4 de abril de 1939 a favor dos convocados, sorteados e incorporados às forças armadas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de janeiro de 1943.....	223

	Págs.
5.167 — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1942 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 para subscrição de ações da Companhia Vale do Rio Doce S. A. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de janeiro de 1943.....	223
5.168 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1942 — Prorroga a vigência do crédito especial de Cr\$ 6.400.000,00, aberto pelo decreto-lei n. 3.895, de 5 de dezembro de 1941 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de janeiro de 1943.....	224

Figuram neste volume os decretos-leis que, expedidos no primeiro trimestre de 1943, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas da publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice



ATOS DO PODER EXECUTIVO

1943

DECRETO-LEI N. 5.169 — DE 4 DE JANEIRO DE 1943

Modifica o disposto no decreto-lei n. 4.598, de 20 de agosto de 1942, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O disposto no decreto-lei n. 4.598, de 20 de agosto de 1942, aplica-se a todas as locações e sublocações, totais ou parciais, de imóveis, qualquer que seja o fim a que se destinem.

Art. 2.º Poderá ser incluído no aluguel o valor real das taxas e impostos, relativos ao bem locado, se cobrados a 31 de dezembro de 1941, bem como, nas mesmas condições, o preço do seguro de fogo, quando se tratar da locação destinada a fins comerciais ou industriais.

Art. 3.º Tratando-se de primeira locação ou de locação subsequente a reformas substanciais, o aluguel será cobrado de acordo com o valor locativo previamente estabelecido pelas autoridades municipais competentes.

§ 1.º Para os efeitos deste artigo as autoridades municipais arbitrarão, dentro de dez dias contados da expedição do habite-se, e sob pena de responsabilidade pessoal daqueles que derem causa à demora, o valor locativo do todo ou das partes do imóvel a serem alugadas.

§ 2.º A natureza substancial da reforma será apurada pela autoridade municipal competente, assim se entendendo não só as que alterem o prédio em sua substância para proporcionar melhor serventia aos locatários, como as que, pelo seu custo, importarem em despesa superior ao valor locativo de um ano.

Art. 4.º Durante a vigência deste decreto-lei não será concedido despejo a não ser:

a) se o locatário ou sublocatário não pagar o aluguel no prazo conveniado ou, na falta de contrato escrito, até o décimo dia do mês subsequente ao vencido;

b) se o locatário ou sublocatário der causa à rescisão do contrato ou faltar ao cumprimento de qualquer obrigação estabelecida em lei;

c) se o prédio necessitar de reformas urgentes, caso em que será observado o disposto no art. 1.205 do Código Civil;

d) em caso de desapropriação do imóvel, ou de sua demolição para dar lugar a edificação de vulto já devidamente licenciada, devendo, em qualquer

desses casos, ser o locatário, ou sublocatário, notificado com três meses de antecedência;

e) se a pessoa física ou jurídica proprietária necessitar o imóvel ou a parte locada para seu próprio uso, ou de seu ascendente ou descendente, caso em que deverá o inquilino ser notificado com 3 meses de antecedência.

Art. 5.º Não será permitida a cobrança adiantada de aluguéis, nem poderá qualquer depósito de garantia exceder do valor de 3 meses do aluguel.

Art. 6.º Continua em vigor o decreto n. 24.150, de 20 de abril de 1934, não prevalecendo, porém, para as locações a que esse decreto se refere enquanto vigorar o presente decreto-lei, qualquer aumento que exceda de 20 % o aluguel cobrado a 31 de dezembro de 1941.

Art. 7.º O presente decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação, retroagindo seus dispositivos a 1 de novembro de 1942, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.170 — DE 6 DE JANEIRO DE 1943

Cria o 3.º Regimento Auto-metralhadoras de Cavalaria, com sede em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. E' criado, para instalação a partir de 15 de janeiro de 1943, com sede em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, o 3.º Regimento Auto-metralhadoras de Cavalaria.

Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.171 — DE 6 DE JANEIRO DE 1943

Cria o 2.º Regimento Auto-metralhadoras de Cavalaria, com sede em Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É criado, para instalação a partir de 15 de janeiro de 1943, com sede em Uruguaiana — Estado do Rio Grande do Sul, o 2.º Regimento Auto-metralhadoras de Cavalaria.

Rio de Janeiro, em 6 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.172 — DE 6 DE JANEIRO DE 1943

Cria a 1.ª Companhia de Engenheiros da 1.ª Divisão de Infantaria

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' criada, para instalação a partir de 15 de janeiro de 1943, com sede na Capital Federal, a 1.ª Companhia de Engenheiros, pertencente, organicamente, à Infantaria Divisionária da 1.ª Divisão de Infantaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.173 — DE 6 DE JANEIRO DE 1943

Cria a 7.ª Companhia de Engenheiros da 7.ª Divisão de Infantaria

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' criada, para instalação a partir de 15 de janeiro de 1943, com sede em Recife — Estado de Pernambuco, a 7.ª Companhia de Engenheiros, pertencente, organicamente, à Infantaria Divisionária da 7.ª Divisão de Infantaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.174 — DE 6 DE JANEIRO DE 1943

Cria a 14.ª Companhia de Engenheiros da 14.ª Divisão de Infantaria

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' criada, para instalação a partir de 15 de janeiro de 1943, com sede em Natal — Estado do Rio Grande do Norte, a 14.ª Companhia de Engenheiros, pertencente, organicamente, à Infantaria Divisionária da 14.ª Divisão de Infantaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.175 — DE 7 DE JANEIRO DE 1943

Dispõe sobre a admissão de pessoal extranumerário e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Alem de funcionário, poderá haver, no serviço público federal, pessoal extranumerário.

Art. 2.º O pessoal extranumerário será sempre admitido a título precário para função determinada e salário fixo, respeitado o limite do crédito próprio.

Parágrafo único. Cada serviço ou repartição terá uma tabela numérica de mensalista (T.N.M.) e de diarista (T.N.D.), respeitado o limite do crédito próprio.

Art. 3.º O pessoal extranumerário se divide em:

- I — Contratado
- II — Mensalista
- III — Diarista e
- IV — Tarefeiro

Parágrafo único. No crédito orçamentário ou adicional discriminar-se-á a importância relativa a cada uma das modalidades de extranumerário.

Art. 4.º Nenhum contratado será admitido, nem preenchida qualquer função de mensalista sem prévia autorização do Presidente da República.

Parágrafo único. Excepcionalmente, e apenas no caso previsto no art. 30 deste decreto-lei, poderá ser dispensada a prévia autorização, dependendo, porém, a validade do ato de posterior aprovação do Presidente da República.

Art. 5.º A despesa relativa a salário de extranumerário não depende de registro prévio no Tribunal de Contas, procedendo-se, porém, em relação a diarista e tarefeiro, na forma do disposto na primeira parte do art. 37 do decreto-lei 426, de 12 de maio de 1938.

Art. 6.º Fica entendido, para execução deste decreto-lei, que S.P. será toda a secção ou serviço de pessoal, legalmente criado, nos diversos órgãos do serviço público, sediados no Distrito Federal, ou nos Estados, e que D.P. será o órgão de pessoal dos departamentos de administração dos diversos ministérios, inclusive o da Fazenda, à qual corresponderá o serviço ou repartição em que não houver S.P.

Art. 7.º Compete ao chefe de serviço assinar e expedir os atos relativos ao pessoal extranumerário, respeitadas as disposições deste decreto-lei.

§ 1.º Nos órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República, competirá ao respectivo dirigente assinar e expedir os atos que se refere este artigo.

§ 2.º A portaria de preenchimento de função de mensalista será individual.

Art. 8.º Nenhum extranumerário poderá entrar em exercício sem que, previamente, seja submetido a exame médico, observada a ficha adotada pelo Serviço de Biometria Médica (S.B.M.) do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (I.N.E.P.).

Parágrafo único. Somente quando não puder ser feito o exame médico pelo serviço público, será aceito, excepcionalmente, atestado de sanidade e capacidade física.

Art. 9.º O S.P. e, onde não o houver, o chefe de serviço enviarão, até o último dia de cada mês, à D.P. correspondente, para registo e controle, uma relação das vagas verificadas e existentes e das funções preenchidas na respectiva T.N.M.

§ 1.º A D.P. reverá a relação, anexando à mesma o movimento de sua T.N.M., e enviará uma via ao D.A.S.P., até o dia 15 de cada mês;

§ 2.º O S.P. e o chefe de serviço fornecerão, à D.P. ou ao órgão de pessoal da repartição central correspondente, todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados.

Art. 10. Aplicam-se ao extranumerário as disposições do decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, referentes aos deveres e ação disciplinar, independentemente, porém, a dispensa de inquérito administrativo.

Parágrafo único. Competirá ao chefe de serviço dispensar extranumerário, promovendo imediata comunicação à D.P. correspondente, para as devidas publicação e providências.

Art. 11. Nenhum ato relativo ao pessoal extranumerário terá validade e surtirá efeito, sem que seja publicado no órgão oficial, ressalvada a exceção do § 2.º deste artigo.

§ 1.º Essa publicação somente será feita no *Diário Oficial*, quando o serviço ou repartição não possuir Boletim de Pessoal (B.P.).

§ 2.º O serviço ou repartição, sediado em localidade em que não houver B.P., fará imediatamente, ao S.P. ou à D.P. correspondente, a comunicação dos atos que expedir, para que promovam, até 90 dias da data de sua expedição, a publicação respectiva

Art. 12. No processamento da admissão de contratado ou no preenchimento de função de mensalista, fica proibida a interferência de mais de um órgão de pessoal, respeitadas as determinações deste decreto-lei.

Art. 13. A despesa com o pagamento do salário somente poderá correr à conta de crédito próprio, observado o respectivo limite, fixado para cada uma das modalidades de extranumerário.

Art. 14. Nos serviços em que não houver ritmo uniforme de trabalho, a admissão de diarista e tarefeiro não ficará sujeita ao duodécimo do crédito próprio, e obedecerá ao programa de trabalho, que for, previamente, organizado.

Art. 15. Será punido com a pena de repreensão o servidor que cometer engano, erro ou omissão na instrução dos atos relativos ao preenchimento de função de extranumerário, ou for o responsável pela inobservância das determinações deste decreto-lei.

Parágrafo único. Será punido com a pena de suspensão o servidor que der exercício a extranumerário, cuja admissão não for aprovada, por desrespeito às prescrições deste decreto-lei, além de responsabilizado, pecuniariamente, cabendo-lhe o direito regressivo contra aqueles que intervierem no respectivo processamento.

CAPÍTULO II

DA ADMISSÃO DO CONTRATADO

Art. 16. Contratado é o admitido, mediante contrato bilateral, para o desempenho de função reconhecidamente especializada e para a qual não haja servidor devidamente habilitado.

Art. 17. Para a admissão do contratado, o chefe de serviço que dispuser de crédito fará proposta, amplamente justificada, ao ministro de Estado, por intermédio da D.P. instruindo-a com os seguintes documentos, que serão exigidos do candidato:

- a) prova de capacidade técnica para a função;

b) folha corrida, ou atestado de boa conduta, firmado por dois funcionários;

c) prova de quitação com o serviço militar;

d) atestado de vacina; e

e) minuta de contrato;

Parágrafo único. Ficam dispensados da apresentação dos documentos indicados nas alíneas b e c os estrangeiros não residentes no País e do da alínea c os que nele residirem.

Art. 18. A D.P. examinará a documentação e opinará sobre a proposta, submetendo-a à apreciação do Ministro de Estado.

Parágrafo único. Se a proposta for aceita, a D.P. a encaminhará ao D. A. S. P., acompanhada, apenas, dos documentos das alíneas a e e do art. 17.

Art. 19. O D. A. S. P. examinará a proposta sob os aspectos que julgar conveniente, e a submeterá, com parecer, à apreciação do Presidente da República.

Art. 20. Se a proposta for aprovada, a D.P., feitos os necessários registos promoverá:

a) a publicação no órgão oficial do despacho do Presidente da República, com a indicação da data e das condições essenciais;

b) lavratura do contrato, que indicará, obrigatoriamente, as condições de locação, período de trabalho, salário, início do exercício e término de validade;

c) a remessa do contrato ao Tribunal de Contas, para registo;

d) o exame médico antes de entrar em exercício o contratado, para verificação do estado de sanidade e de capacidade física para a função; e

e) a abertura do assentamento individual e da ficha financeira.

Art. 21. Compete exclusivamente ao Presidente da República julgar e aprovar a proposta de admissão de contratado, bem como o respectivo contrato, cujas cláusulas, uma vez autorizada a admissão, não poderão ser examinadas nem alteradas, salvo mediante termo aditivo.

Art. 22. Ao Tribunal de Contas competirá apreciar a legalidade da classificação da despesa, até 10 dias após o recebimento do contrato.

§ 1.º As diligências que, para esse fim, o Tribunal de Contas julgar necessárias, se não puderem ser feitas após o registo do contrato, serão promovidas por intermédio da D. P. que lhe houver remetido o contrato.

§ 2.º O contrato que interessar à segurança pública, ou à defesa do País, não será publicado nem registado no Tribunal de Contas.

Art. 23. É vedado admitir contratado para função correspondente à Série Funcional (S. F.).

Art. 24. A despesa decorrente das obrigações constantes das cláusulas contratuais correrá à conta do crédito próprio para o pagamento de salário.

CAPÍTULO III

DA ADMISSÃO DO MENSALISTA

Art. 25. Mensalista é o extranumerário que recebe salário por mês, correspondente aos dias de trabalho efetivo, ressalvados os afastamentos legais e que desempenha função inerente às séries funcionais (S. F.)

Art. 26. A função de extranumerário mensalista será preenchida mediante:

I — Admissão;

II — Melhoria de salário;

- III — Transferência;
- IV — Readmissão;
- V — Reversão.

Art. 27. A admissão de mensalista só poderá ser feita na função de referência inicial de S.F. da T.N.M. para que for proposta.

§ 1.º Quando não houver ocupante em nenhuma das referências de S.F., ou em referências consecutivas, a admissão será feita de acordo com o critério que o D.A.S.P. estabelecer.

§ 2.º Quando a conveniência do serviço aconselhar, a admissão em função de qualquer referência poderá ser feita mediante prova pública, promovida pelo D.A.S.P. e de acordo com o critério que estabelecer.

Art. 28. A admissão em qualquer S. F. dependerá de prova de habilitação, na forma estabelecida pelo D. A. S. P.

Parágrafo único. Considerados os respectivos grau e ramo de conhecimento, poderá determinada prova de habilitação, a juízo do D. A. S. P., justificar a admissão em mais de uma S. F.

Art. 29. A habilitação poderá, porém, ser comprovada, excepcionalmente, quando o exigir o interesse do serviço, mediante atestado de capacidade, diploma, certificado de curso, título, ou outros documentos, a juízo do D.A.S.P., que determinará a S.F. em que o ingresso assim poderá ser feito.

Art. 30. Para admissão em função de S.F. em que o ingresso se fizer mediante atestado de capacidade, diploma, certificado de curso, carta profissional ou outro documento comprovante de capacidade, o chefe de serviço a que corresponder a T.N.M., por intermédio do respectivo S.P., quando o houver.

I — Exigirá do candidato a apresentação dos seguintes documentos:

- a) prova de nacionalidade brasileira;
- b) prova de capacidade para a função;
- c) atestado de vacina, folha corrida, ou atestado de boa conduta, passado por dois funcionários; e
- d) prova de quitação com o serviço militar.

II — Examinará os documentos e a admissão, sob o ponto de vista legal e administrativo.

III — Submeterá o candidato a exame médico, para a verificação do estado de sanidade e de capacidade física para a função.

IV — Promoverá a expedição da portaria de admissão, assinando-a, e, junto à D.P., a sua publicação se não possuir órgão oficial e a abertura do assentamento individual e da ficha financeira, se na D.P., ou S.P. da repartição central correspondente, não estiver esse serviço centralizado.

V — Organizará o processo de admissão e o remeterá imediatamente ao D.A.S.P., juntando, apenas, a prova de capacidade para a função, ou cópia devidamente autenticada e cópia da respectiva portaria, arquivando os demais documentos.

§ 1.º O D.A.S.P. examinará o processo, sob os aspectos que julgar conveniente, submetendo-o, depois, com parecer, à apreciação do Presidente da República, cuja decisão a D.P. comunicará, imediatamente, ao chefe de serviço, se sediado nos Estados, ou lhe remeterá o respectivo processo, se sediado no Distrito Federal.

§ 2.º O chefe de serviço, recebendo o processo ou a comunicação e se a admissão não for aprovada, dispensará imediatamente o mensalista, sob pena de responsabilidade pecuniária, além de punição disciplinar e, se for aprovada, serão feitas, na respectiva portaria, as devidas anotações.

§ 3.º O mensalista dispensado não terá direito a qualquer ressarcimento ou reclamação.

Art. 31. Para admissão em função de S.F. em que o ingresso se fizer mediante títulos, prova de execução ou publicação de trabalhos, de exercício profissional e outros, o chefe de serviço a que corresponder a T.N.M., por intermédio do respectivo S.P., quando o houver:

I — Exigirá do candidato a apresentação de documentos comprovantes de capacidade para a função e o remeterá ou uma cópia autenticada, com a proposta, ao D.A.S.P., indicando a referência, a S.F., o motivo de vacância, e a localidade da lotação.

II — O D.A.S.P. julgará a documentação comprovante da capacidade para a função, examinará a proposta sob os aspectos que julgar conveniente e a submeterá, com parecer, à apreciação do Presidente da República.

III — A D.P. fará imediata comunicação ao chefe de serviço, da decisão do Presidente da República, se sediado nos Estados, ou lhe remeterá o respectivo processo, se sediado no Distrito Federal.

IV — Se a proposta for aprovada, o chefe do serviço proponente, recebendo a comunicação ou o processo, procederá na forma do item I, alíneas a, c e d, e dos itens III e IV do art. 30.

Art. 32. A admissão em função de S.F., em que o ingresso se fizer mediante prova, será assim processada:

I — O D.A.S.P. proporá ao Presidente da República o preenchimento da função.

II — Se a proposta for aprovada:

a) a D.P. procederá na forma do item III do art. 31;

b) o chefe de serviço exigirá do candidato a entrega do certificado de habilitação, e procederá na forma do item IV, do art. 30, dando-lhe exercício;

c) o chefe de serviço promoverá, depois do exercício, a apresentação dos documentos indicados nas alíneas a, c e d do item I do art. 30.

Parágrafo único. O chefe de serviço somente observará o item III do art. 30, quando, entre a data do certificado de habilitação ou do exame de sanidade e capacidade física e a de exercício, houver decorrido mais de 60 dias.

CAPÍTULO IV

DA ADMISSÃO DO DIARISTA

Art. 33. Diarista é o extranumerário admitido para função de natureza braçal ou subalterna e que recebe salário correspondente ao dia de trabalho.

Parágrafo único. É vedada a admissão de diarista para função inerente às profissões liberais, trabalhos de escritório, de qualquer natureza, exceto os de conservação e asseio.

Art. 34. A admissão de diarista será feita pelo chefe de serviço, respeitado o limite do crédito próprio.

Parágrafo único. Poderá ser expedida portaria coletiva para admissão, ou dispensa de diarista.

Art. 35. O diarista perceberá o salário por dia de trabalho efetivamente prestado.

Parágrafo único. A escala de serviço será organizada de maneira que o total de diárias não exceda aos dias úteis de cada mês, ou a trezentos dias por ano, não podendo o salário diário, em caso algum, exceder de trinta cruzeiros.

Art. 36. Sempre que possível, o diarista será admitido, mediante prova de habilitação, promovida pelo D.A.S.P.

CAPÍTULO V

DA ADMISSÃO DE TAREFEIRO

Art. 37. Tarefeiro é o extranumerário que percebe salário na base de produção por unidade.

Parágrafo único. Sempre que possível, o tarefeiro será admitido mediante prova de habilitação, promovida pelo D.A.S.P.

Art. 38. A admissão de tarefeiro é feita pelo chefe de serviço, respeitado o limite do crédito próprio e mediante indicação de trabalho, fixação de prazo, mínimo e máximo de produção e condições de execução, acabamento e pagamento.

Parágrafo único. Poderá ser expedida portaria coletiva para admissão ou dispensa de tarefeiro.

CAPÍTULO VI

DAS TABELAS NUMÉRICAS

Art. 39. A T.N.M. e a escala de salário das S.F., bem como qualquer alteração posterior, serão expedidas por decreto do Presidente da República.

§ 1.º Do decreto de alteração constarão a atual e a nova situação das S.F., se a estrutura respectiva for modificada em qualquer das referências, exceto quando se tratar de referência inicial ou única.

§ 2.º Respeitados os limites da escala, o salário inicial e o final de cada S.F. poderão variar em função dos encargos do serviço ou repartição e das condições de trabalho.

§ 3.º A função da tabela suplementar (T.S.) que vagar será automaticamente suprimida, não podendo ter aplicação o crédito correspondente.

Art. 40. A T.N.M. só poderá ser alterada, quando houver redução de serviço, desenvolvimento de trabalho, ou aumento de encargo, devidamente comprovados.

§ 1.º O preenchimento de função, criada ou transformada, obedecerá, obrigatoriamente, às normas deste decreto-lei, não podendo ser feito na relação nominal, decorrente de alteração ou criação de S.º.

§ 2.º No caso de transformação de função, o respectivo ocupante, depois de processada a admissão, respeitadas as condições de habilitação, perceberá o salário da nova função a partir do dia em que deixou de receber o da função transformada, se não houver interrompido o exercício.

§ 3.º Sempre que houver qualquer alteração na S.F., o S.P., a D.P. ou, quando não o houver, o chefe de serviço, promoverá imediatamente a republicação da relação nominal e a remessa de uma via ao D.A.S.P.

Art. 41. Os órgãos de serviço público mediante minuciosa justificação, poderão propor alterações na T.N.M., quando o exigir a necessidade dos serviços.

§ 1.º A proposta deverá conter, apenas, o número de funções a serem suprimidas ou criada, em cada S.F., sem referência a salário, especificando, no segundo caso, os encargos que caberão aos seus ocupantes.

§ 2.º O S.P. ou a D.P. examinará a proposta e a nova lotação numérica, encaminhando-a, com parecer, ao D.A.S.P.

Art. 42. O S.P., a D.P., ou, quando não o houver, o chefe de serviço, submeterá, até o dia 31 de janeiro e de julho de cada ano, improrogavelmente, à apreciação do ministro de Estado ou do dirigente do órgão diretamente subordinado ao Presidente da República se necessária, a proposta de alteração da T.N.D., devidamente justificada.

Art. 43. A T.N.D. será organizada ou alterada pela D.P., S.P., ou, quando não o houver, pelo chefe de serviço e aprovada, previamente, pelo ministro de Estado ou dirigente de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.

§ 1.º A T.N.D. dos serviços agrícolas ou industriais, cujas atividades sejam caracteristicamente periódicas, não estará sujeita à prévia aprovação.

§ 2.º A T.N.D. observará o limite do crédito próprio e o nível de salário que for adotado para cada natureza de trabalho e região.

§ 3.º Em casos excepcionais, poderá ser admitido diarista, antes da aprovação da T.N.D., devendo, porém, neste caso, ser revistas, depois, as admissões de acordo com as alterações que tenham sido feitas na T.N.D.

§ 4.º A D.P. comunicará, telegraficamente, ao S.P., ou ao chefe de serviço, a aprovação da T.N.D., remetendo uma via ao D.A.S.P.

§ 5.º A D.P. enviará ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (I. P. A. S. E.) a relação dos diaristas e tarefeiros admitidos ou dispensados, assim como toda e qualquer comunicação necessária à atualização dos registros e ao processamento da aposentadoria de extranumerários.

CAPÍTULO VII

DA MELHORIA DE SALÁRIO

Art. 44. A melhoria de salário só poderá ocorrer quando houver vaga na referência imediatamente superior da respectiva S.F. da mesma T.N.M.

§ 1.º Somente depois de dois anos de interstício na referência, poderá o mensalista obter melhoria de salário.

§ 2.º Sem o interstício, só poderá o mensalista ter melhoria de salário, se, na mesma referência e S. F., nenhum outro o houver completado, não podendo, porém, neste caso, obter nova melhoria de salário, antes de decorridos dois anos.

§ 3.º Quando a conveniência do serviço aconselhar a melhoria de salário poderá ser feita mediante prova promovida pelo D.A.S.P. e de acordo com o critério que estabelecer, independentemente de interstício.

Art. 45. A melhoria de salário será proposta pelo chefe do serviço a que corresponder a T. N. M., por intermédio do D. A. S. P.

§ 1.º O D.A.S.P. examinará a proposta e a submeterá, com parecer, à apreciação do Presidente da República.

§ 2.º A D. P. procederá de acordo com o disposto no item III do artigo 31, e o chefe de serviço, recebendo a comunicação ou o processo, e se aprovada a proposta, mandará lavrar a portaria respectiva, assinando-a.

CAPÍTULO VIII

DA TRANSFERÊNCIA

Art. 46. A transferência de mensalista, de uma para outra T. N. M., ouvidos, sempre, os órgãos interessados, poderá ser feita, a pedido ou *ex-officio*, mediante proposta do chefe de serviço, apreciação do D. A. S. P. e aprovação do Presidente da República, para função da mesma referência.

Art. 47. O mensalista poderá ser transferido:

I, de uma para outra S.F. de mesma denominação, da T. N. M., do mesmo ou outro Ministério; e

II, de uma para outra S.F. de denominação diversa da mesma T. N. M., do mesmo ou outro Ministério.

Art. 48. A transferência far-se-á, atendida, sempre, a conveniência do serviço ou o interesse da administração:

I, a pedido, no caso do item I do art. 47; e

II, *ex-officio*, nos casos dos itens I e II, do artigo anterior.

Art. 49. O pedido de transferência será dirigido ao chefe do serviço a que corresponder a T.N.M. do mensalista, o qual o remeterá, com parecer, ao D. A. S. P., depois de ouvido o chefe de serviço interessado.

§ 1.º A proposta de transferência *ex-officio* será feita pelo chefe de serviço interessado, ao chefe de serviço a que corresponder a respectiva T. N. M., o qual a remeterá, com parecer, ao D. A. S. P.

§ 2.º O D. A. S. P. examinará o pedido ou a proposta e o submeterá, com parecer, à aprovação do Presidente da República.

§ 3.º Se o pedido for deferido, ou aprovada a proposta, a D. P. competente fará imediata comunicação ao chefe do serviço a que corresponder a T. N. M. para que seja feita a transferência, se sediada nos Estados, ou lhe remeterá o processo, se sediada no Distrito Federal, afim de que expeça a portaria e comunique ao chefe de serviço cedente e ao D. A. S. P. a efetivação da transferência.

Art. 50. A transferência do item II do art. 47, *ex-officio*, estará subordinada às condições de habilitação determinada pelo D.A.S.P.

Art. 51. O D. A. S. P. poderá, também, propor ao Presidente da República a transferência *ex-officio* de mensalista, da T. S. ou não, respeitado o disposto no art. 50.

CAPÍTULO IX

DA READMISSÃO

Art. 52. A readmissão será feita *ex-officio*, ou a pedido do interessado, dirigido ao respectivo ministro de Estado, e quando ficar apurado que não mais subsistem os motivos determinantes de sua dispensa, ou verificado que não há inconveniência para o serviço público, quando a dispensa se tenha processado a pedido.

Art. 53. A readmissão far-se-á na função anteriormente exercida pelo interessado, podendo, entretanto, ser feita em outra, a juízo do Governo, atendidas as condições de habilitação e provada a capacidade física para o exercício da função.

Art. 54. A D.P., ouvido, previamente, o chefe de serviço a que corresponder a T.N.M. em que será feita a readmissão, instruirá e opinará sobre o pedido ou proposta, encaminhando o processo ao D.A.S.P., que o submeterá, com parecer, à apreciação do Presidente da República.

Parágrafo único. Se o pedido for deferido, ou aprovada a proposta, a D.P. competente fará imediata comunicação ao chefe de serviço a que corresponder a T.N.M. em que será feita a readmissão, se sediada nos Estados, ou lhe remeterá o processo, se sediada no Distrito Federal, afim de que expeça a portaria de readmissão e comunique ao D.A.S.P. a efetivação da readmissão.

CAPÍTULO X

DA REVERSÃO

Art. 55. A reversão será feita *ex-officio* ou a pedido do interessado dirigido ao respectivo ministro de Estado, desde que a idade e a capacidade do aposentado, para o exercício da função, a permitam, o que será devidamente apurado.

Art. 56. A reversão far-se-á à mesma função exercida pelo aposentado, podendo, porém, em casos especiais, a juízo do Governo, o aposentado reverter a outra função, atendidas as condições de habilitação e capacidade.

Art. 57. A D.P., ouvido, previamente, o chefe de serviço a que corresponder a T.N.M. a que será feita a reversão, instruirá e opinará sobre o pedido ou proposta, encaminhando o processo ao D.A.S.P., que o submeterá, com parecer, à apreciação do Presidente da República.

Parágrafo único. Se o pedido for deferido, ou aprovada a proposta, proceder-se-á na forma do parágrafo único do art. 54.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 58. Os chefes de serviço, S.P. e D.P. promoverão, na forma estabelecida neste decreto-lei para admissão de contratados, até 31 de outubro de cada ano, a renovação dos contratos que terminarem em 31 de dezembro, e deverão vigor no ano seguinte.

Art. 59. Não haverá relacionamento anual de mensalistas para efeito de recondução, ou não, promovendo-se, na forma deste decreto-lei e em qualquer tempo, a dispensa daqueles que não devam continuar no exercício da função.

Art. 60. As diligências, encaminhamentos e decisões dos processos relativos a extranumerários serão feitos mediante simples despachos interlocutórios ou decisórios das autoridades competentes, ficando dispensada a expedição de ofício, aviso ou exposição de motivos.

Art. 61. Compete ao presidente do D.A.S.P. expedir normas, instruções e modelos para a execução deste decreto-lei.

Art. 62. Os diretores do D.A.S.P. poderão promover, junto a todos os órgãos e autoridades do serviço público, as diligências que julgarem convenientes à instrução dos processos relativos a extranumerários.

Art. 63. Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.176 — DE 7 DE JANEIRO DE 1943

Interpreta o art. 4.º do decreto-lei n. 4.750, de 28 de setembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A execução dos atos enumerados no art. 4.º do decreto-lei número 4.750, de 28 de setembro de 1942, depende de prévia aprovação do Presidente da República.

Parágrafo único. Conforme a natureza desses atos, expedir-se-ão as leis e decretos necessários, ou serão postas em prática as indispensáveis medidas de caráter administrativo.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.177 — DE 8 DE JANEIRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 231.992,80 para prolongamento da estrada de ferro de Jacuí

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de duzentos e trinta e um mil, novecentos e noventa e dois cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 231.992,80), para ocorrer às despesas (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) com a construção de um ramal ferroviário ligando a estação de Butiá, da Estrada de Ferro Jacuí, ao poço de extração de carvão n. 3, do Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (Cadern), na conformidade do projeto e orçamento aprovados pelo de-

creto n. 10.761, de 31 de outubro de 1942, e tendo em vista o disposto no decreto-lei n. 2.667, de 3 de outubro de 1940.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.178 — DE 8 DE JANEIRO DE 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 80.645,50 para pagamento de contribuição ao Comité Consultivo Econômico Financeiro Interamericano.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de oitenta mil, seiscentos e quarenta e cinco cruzeiros e cinquenta centavo. (Cr\$ 80.645,50), que será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) da contribuição do Brasil ao Comité Consultivo Econômico Financeiro Interamericano, no período de 1.º de julho de 1942 a 30 de junho de 1943.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.179 — DE 11 DE JANEIRO DE 1943

Regula o aproveitamento de oficiais das forças armadas e de funcionários públicos civis na Companhia Vale do Rio Doce S.A.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando que os trabalhos da Companhia Vale do Rio Doce S.A. constituem empreendimento de excepcional influência no desenvolvimento da economia brasileira, decreta:

Art. 1.º Os oficiais das forças armadas e os funcionários públicos civis da União, dos Estados e dos Municípios podem servir na Companhia Vale do Rio Doce S.A. em funções de nomeação ou efetivas, mediante licença do Presidente da República, perdendo apenas o vencimento ou remuneração do posto ou cargo efetivo, salvo se eleitos para o Conselho Fiscal, hipótese em que lhes ficam também asseguradas essas vantagens.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.



GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.180 — DE 11 DE JANEIRO DE 1943

Suspende, no mês de janeiro deste ano, a cobrança da multa de mora a que se refere o § 3.º do art. 5.º do decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suspensa, no mês de janeiro deste ano, a cobrança da multa de mora a que se refere o § 3.º do art. 5.º do decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942, relativa a cotas de subscrição compulsória das Obrigações de Guerra.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.181 — DE 11 DE JANEIRO DE 1943

Dispõe sobre o transporte de artrópodes vivos por aeronaves, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Toda aeronave, que tenha escalado qualquer zona do continente africano, deverá, chegando ao Brasil, estar livre de artrópode vivo.

Art. 2.º A autoridade sanitária deverá ser avisada, com a antecedência por ela estabelecida, da chegada de aeronave procedente da África.

Parágrafo único. O Departamento Nacional de Saúde indicará, sempre que parecer necessário, à Diretoria de Aeronáutica Civil, os casos em que a chegada de aeronaves de outra procedência deva igualmente ser notificada.

Art. 3.º A aeronave que chegar ao Brasil, e tenha escalado qualquer zona do continente africano, ou outra em que, a juízo do Departamento Nacional de Saúde, haja doença transmissível por artrópode, deverá ser rigorosamente desinfestada por substância química eficiente, antes que dela desembarquem pessoas ou se retirem objetos.

§ 1.º A desinfestação será feita por ordem da autoridade sanitária.

§ 2.º A aeronave deverá ser rigorosamente fechada, antes de pousar, suspendendo-se o funcionamento dos aparelhos de renovação de ar, e assim será mantida durante o trabalho de desinfestação.

§ 3.º Antes da desinfestação, far-se-á verificação da existência de artrópodes vivos.

§ 4.º Nos documentos sanitários de bordo, deverá ser feita, pela autoridade que realizar o expurgo, anotação do seguinte: a) hora de fechamento da aeronave e dos aparelhos de renovação de ar; b) hora da chegada; c) hora do início da desinfestação; d) hora do término da desinfestação; e) hora da abertura da aeronave; f) inseticida usado; g) quantidade empregada; h) tipo do aparelho usado na desinfestação; i) artrópodes capturados antes da desinfestação; j) artrópodes capturados após a desinfestação; k) nome da autoridade responsável pela desinfestação e dos encarregados da sua realização.

Art. 4.º No exercício de suas atribuições, a autoridade sanitária terá livre ingresso nos pátios de manobra dos aeroportos e em quaisquer aeronaves.

Art. 5.º Pela violação do disposto no art. 1.º deste decreto-lei, comprovada na ocasião da desinfestação da aeronave, serão impostas as seguintes penalidades:

a) ao explorador ou proprietário, se se tratar de aeronave de propriedade privada: multa de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), cobrada em dobro nas reincidências;

b) ao comandante ou piloto, se a aeronave for oficial: multa de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), cobrada em dobro nas reincidências.

Parágrafo único. As mesmas penalidades serão impostas no caso de não ser dado o aviso de que trata o art. 2.º, e bem assim no caso de infração do disposto no § 2.º do art. 3.º, deste decreto-lei.

Art. 6.º Impor-se-á a multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), cobrada em dobro nas reincidências, a quem de qualquer modo embarçar a ação da autoridade sanitária, na execução deste decreto-lei.

Art. 7.º A autoridade sanitária recorrerá à autoridade policial sempre que a ação desta se tornar necessária à execução de qualquer providência indicada no presente decreto-lei.

Art. 8.º As disposições do presente decreto-lei se aplicarão plenamente às aeronaves que transitam de um ponto para outro do território nacional, sempre que, a juízo do Departamento Nacional de Saúde, o transporte de artrópodes vivos possa ocasionar grave perigo à saúde pública.

Art. 9.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.182 — DE 11 DE JANEIRO DE 1943

Concede gratificação ao Governador do Território do Acre

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica concedida, ao Governador do Território do Acre, uma gratificação, a título de representação, na importância de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), anuais.

Art. 2.º A despesa decorrente do disposto neste decreto-lei correrá à conta da dotação consignada à Administração do Território do Acre, na Verba 1 — Pessoal, Consignação V — Outras despesas com Pessoal, Subconsignação 27 — Outras despesas, do anexo correspondente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores do Orçamento Geral da República, para o exercício de 1943.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.183 — DE 11 DE JANEIRO DE 1943

Dispõe sobre pagamento de diferença de vencimento a ocupantes de cargos da carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os ocupantes de cargos da carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, criada por força do decreto-lei n. 3.042, de 11 de fevereiro de 1941, perceberão, ao atingir à classe 24, da mesma carreira, a diferença mensal de Cr\$ 100,00, correspondente ao vencimento dessa classe e o do posto de tenente-coronel que lhes competiria na forma da legislação anterior.

Parágrafo único. O disposto neste artigo será extensivo aos atuais ocupantes de cargos dessa classe, promovidos depois da vigência daquele decreto-lei.

Art. 2.º O Ministério da Guerra promoverá o expediente necessário à concessão de recursos para o custeio da despesa com o pagamento da diferença de vencimento de que se trata.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.184 — DE 12 DE JANEIRO DE 1943

Autoriza assinatura de contrato com o Banco do Brasil para execução dos decretos-leis ns. 1.888, de 15 de dezembro de 1939, 2.071 e 2.238, de 7 de março e 28 de maio de 1940, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a firmar contrato com o Banco do Brasil para a execução dos decretos-leis ns. 1.888, de 15 de dezembro de 1939, 2.071, de 7 de março de 1940, e 2.238, de 28 de maio de 1940.

Parágrafo único. As condições a estipular prevalecerão desde a vigência do último dos citados decretos-leis, limitados os juros ao máximo de seis por cento (6%) ao ano e fixada a comissão em um quarto por cento (1/4%).

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.185 — DE 12 DE JANEIRO DE 1943

Modifica o decreto-lei n. 4.451, de 9 de julho de 1942, que autoriza a constituição do Banco de Crédito da Borracha e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os arts. 1.º, 6.º e 7.º do decreto-lei n. 4.451, de 9 de julho de 1942, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º Para desenvolvimento da produção da borracha e sua defesa econômica, nos termos do acordo celebrado em Washington, em 3 de março de 1942, entre o Governo Brasileiro e a Rubber Reserve Company, representante do Governo dos Estados Unidos da América, fica o Ministério da Fazenda autorizado a promover todos os atos necessários à constituição do Banco de Crédito da Borracha S.A.

Parágrafo único. O Banco de Crédito da Borracha será organizado sob a forma de Sociedade Anônima, cujos Estatutos obedecerão às linhas gerais fixadas no presente decreto-lei, e dependerão de prévia aprovação do Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.”

“Art. 6.º O Banco de Crédito da Borracha S.A. será administrado por uma Diretoria composta do Presidente e cinco Diretores.

§ 1.º A Presidência só poderá ser exercida por brasileiro nato, livremente nomeado pelo Presidente da República.

§ 2.º Dos Diretores três serão brasileiros natos e os dois outros de nacionalidade norte-americana, escolhidos todos por forma e prazo a serem prescritos pelos Estatutos.

§ 3.º As resoluções da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.”

"Art. 7.º O Banco de Crédito da Borracha S.A. prestará, por meio de empréstimos, assistência financeira aos produtores e a pessoas e firmas dos Estados produtores diretamente interessados na extração, comércio e beneficiamento da borracha, em bases que serão definidas em seus Estatutos e Regulamento Interno, especialmente para:

a) aviamentos destinados aos seringais; aquisição de maquinismos, utensílios e material necessário à colheita, beneficiamento e guarda da borracha;

b) plantio e cultura sistemática de *hevea*, por processos racionais, de acordo com a técnica moderna;

c) desenvolvimento dos meios de transporte entre os centros produtores e as praças de Belem e Manaus;

d) saneamento e colonização das melhores zonas produtoras de borracha expressamente para nelas serem plantados e cultivados seringais das espécies de *hevea* de maior resistência e rendimento, indicadas pelo Instituto Agrônomo do Norte;

e) organização de cooperativa de seringueiros e pequenos seringalistas.

Parágrafo único. O Banco de Crédito da Borracha S.A. poderá fazer adiantamentos aos produtores, sobre títulos descontáveis, ou outras garantias, a juízo da Diretoria, por conta de contratos de financiamento ajustados e a serem firmados posteriormente".

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.186 — DE 13 DE JANEIRO DE 1943

Regula o uso da ortografia em todo o país

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Até que seja adotado em definitivo o vocabulário oficial, em elaboração, que consubstancie, de modo seguro, o acordo celebrado em 1931, entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa, vigorará, em todo o país, como formulário ortográfico, o do "Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa organizado pela Academia Brasileira de Letras de acordo com a Academia das Ciências de Lisboa", publicado em 1932.

Art. 2.º O Ministro da Educação e Saúde fixará os prazos de obrigatoriedade relativa à ortografia dos livros didáticos e, bem assim, resolverá; por instruções, toda a matéria atinente à ortografia.

Art. 3.º Fica revogado o parágrafo único do art. 1.º do decreto-lei 292, de 23 de fevereiro de 1938, e outras disposições que contrariem o presente decreto-lei.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolonio Salles.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.187 — DE 13 DE JANEIRO DE 1943

Modifica o art. 17 da lei sobre a organização e proteção da família

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 17 do decreto-lei n. 3.200, de 19 de abril de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. À brasileira, casada com estrangeiro sob regime que exclua a comunhão universal, caberá, por morte do marido, o usufruto vitalício de quarta parte dos bens deste, se houver filhos brasileiros do casal ou do marido, e de metade, se não os houver.”

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO N. 5.188 — DE 13 DE JANEIRO DE 1943

Releva penas cominadas na legislação do Instituto Nacional do Sal e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam relevadas as penas que tenham sido ou possam ser impostas por contravenções da legislação pertinente ao Instituto Nacional do Sal anteriores a 30 de junho de 1941.

Art. 2.º Nos casos em que a contravenção haja consistido na sonegação da taxa criada pelo art. 5.º do decreto-lei n. 2.300, de 10 de junho de 1940, ou nessa sonegação e no excesso de quota, a relevação deixará de produzir efeito, ficando o infrator sujeito às penas da lei, se a taxa não for paga dentro de 60 dias, contados da publicação desta lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.189 — DE 14 DE JANEIRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de cruzeiros 7.125.599,00 para pagamento de despesas com a eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de sete milhões, cento e vinte e cinco mil, quinhentos e noventa e nove cruzeiros (Cr\$ 7.125.599,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender à despesa (Serviços e Encargos), com a liquidação final dos compromissos resultantes do contrato firmado entre o Governo Federal e a "Metropolitan Vickers Electrical Export Company Limited", em 14 de março de 1935, para a eletrificação parcial da Estrada de Ferro Central do Brasil, na conformidade do processo protocolado no mesmo Tesouro sob número 29.752-42.

Art. 2.º O pagamento a que se refere o artigo anterior, será feito após a revisão dos compromissos por uma comissão constituída de representante do Ministério da Fazenda e de outro do Ministério da Viação e Obras Públicas, engenheiro do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.190 -- DE 14 DE JANEIRO DE 1943

Reorganiza o Quadro de Estado-Maior do Exército e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º E' mandado reorganizar o Quadro de Estado Maior do Exército (Q.E.M.E.).

§ 1.º O Q.E.M.E. que se constitue de oficiais da ativa (Q.E.M.A.) e da reserva (Q.E.M.R.) das diversas armas e dos postos de capitão ao de coronel, inclusive, que hajam sido declarados "*aptos para o serviço de estado maior*", compreende oficiais de qualquer arma para as diversas funções de estado maior, Quadro do Estado Maior Geral (Q.E.M.G.), e oficiais para as funções privativas de cada arma, Quadro de Estado Maior Privativo (Q.E.M.P.).

§ 2.º Os oficiais do Q.E.M.E. continuam pertencentes às armas; os da ativa (Q.E.M.A.) ocuparão os lugares e números que, de direito, lhes couberem, concorrendo às promoções com os de sua arma, na forma estabelecida pela lei.

Art. 2.º Será o Q.E.M.E. acrescido, em cada arma, de oficiais dos postos de coronel ao de capitão, de conformidade com as necessidades previstas no regulamento e anexos que com este baixam assinados pelo ministro de Estado da Guerra.

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em execução na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

**Regulamento a que se refere o decreto - lei n. 5.190,
de 14 de janeiro de 1943**

Regulamento para o quadro de Estado-Maior do Exército

(Q. E. M. E.)

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO QUADRO DE ESTADO-MAIOR

Art. 1.º O Quadro de Estado-Maior do Exército (Q.E.M.E.) é constituído de oficiais combatentes dos postos de capitão a coronel, inclusive, que hajam sido declarados "*aptos para o serviço de estado-maior*" na conformidade deste regulamento.

Art. 2.º E' declarado "*apto para o serviço de estado-maior*" o oficial possuidor do curso de estado-maior que haja satisfeito o estágio exigido por este

Regulamento, bem como as condições físicas, morais, intellectuais e de cultura profissional, necessárias ao desempenho das funções de estado-maior em tempo de paz ou de guerra.

Art. 3.º São *funções de estado-maior* :

a) as de chefe de Gabinete, de Secção, de Subsecção e de Adjunto do E.M.E., exceto as de adjunto para cujo desempenho não se exige a condição de oficial apto para o serviço de estado-maior;

b) as de chefe e subchefe de E.M., chefe de Secção e Adjunto dos E.M. de Inspetorias, de Regiões Militares, de Distritos de Defesa de Costa, de Corpos de Cavalaria, de Divisões e de Brigadas de Infantaria (caso especial) da ativa e de desdobramento, exceto as de oficial suplementar, adjunto técnico e privativo da arma, de acordo com os regulamentos próprios;

c) as de chefe de Gabinete, de Secção e Adjunto da Secretaria do Conselho Superior de Segurança Nacional;

d) as do Gabinete do ministro da Guerra, atribuídas pelo Regulamento respectivo a oficiais aptos para o serviço de estado-maior;

e) as de diretor, subdiretor do ensino e instrutores (chefes, adjuntos e estagiários) da Escola de Estado-Maior; diretor e subdiretor do Ensino da Escola das Armas e da Escola Militar;

f) as de diretor e subdiretor do Ensino do Centro de Instrução de Artilharia de Costa;

g) as de comissário de rede ferro-rodoviária e as de adjunto;

h) as de adido militar à representação diplomática no exterior;

i) as de professor e de aluno da Escola de Guerra Naval, quando exercidas por oficial do Exército;

j) as de diversa natureza, com caráter de estado-maior, para cujo exercício os Regulamentos em vigência exijam oficiais aptos para o serviço de estado-maior, na forma a ser definida pelo Estado-Maior do Exército e aprovada pelo ministro da Guerra.

Art. 4.º O Quadro de Estado-Maior do Exército (Q.E.M.E.) compreende :

a) oficiais da ativa "*aptos para o serviço de estado-maior*" e que exerçam função de estado-maior (Q.E.M.A.);

b) oficiais da reserva "*aptos para o serviço de estado-maior*", com destino de mobilização previsto em função dessa natureza (Q.E.M.R.).

Art. 5.º O Q.E.M.A. compreende :

a) oficiais para as diversas funções de estado-maior que dispensam a condição de arma;

b) oficiais de cada arma para as funções de estado-maior privativas da arma.

§ 1.º Os oficiais das categorias a e b, referidos no presente artigo, constituem, respectivamente, o Quadro de Estado-Maior Geral (Q.E.M.G.) e o Quadro de Estado-Maior Privativo (Q.E.M.P.).

§ 2.º Os oficiais do Q.E.M.R. constituem, na reserva, quadros análogos de acordo com a natureza da função de estado-maior que irão desempenhar nos seus destinos de mobilização.

Art. 6.º Os oficiais dos diversos postos correspondentes às funções ora existentes no Q.E.M.A. são os constantes dos anexos 2 (Q.E.M.G.) e 3 (Q.E.M.P.) ao presente Regulamento.

§ 1.º A contribuição das armas para a constituição do Q.E.M.G. (Anexo n. 4) é proporcional aos quadros de organização e efetivo dessas armas.

§ 2.º Os efetivos fixados nos anexos 2 e 3 serão realizados gradual e progressivamente, à medida das necessidades do serviço de estado-maior, a juízo do Governo e das disponibilidades em oficiais "*aptos para o serviço de estado-maior*".

§ 3.º O decreto que criar nova função no Q.E.M.G. deverá estabelecer o posto e a arma a que caberá a contribuição para a função referida, respeitado o princípio de proporcionalidade.

§ 4.º As funções de estado-maior podem ser exercidas, interinamente, por oficiais "*aptos para o serviço de estado-maior*" que não pertencem ao Q.E.M.A.

Art. 7.º E' da competência do chefe do Estado-Maior do Exército a indicação dos oficiais que satisfazem as condições para ingressar no Q.E.M.A.

Parágrafo único. A indicação dos oficiais para o Q.E.M.A. deve atender, além de outras, à condição de maior antiguidade de posto no quadro da respectiva arma.

CAPÍTULO II

DA INCLUSÃO E DA EXCLUSÃO DO Q.E.M.E.

Art. 8.º O oficial do Q.E.M.E. permanece na sua arma de origem, no lugar e número que lhe competirem no respectivo quadro, e figura no Almanaque Militar com a designação — Q.E.M.A.

Art. 9.º A inclusão e exclusão do oficial do Q.E.M.A. são atos do Governo, mediante indicação do E.M.E. e proposta do ministro da Guerra.

Art. 10. A inclusão do oficial no Q.E.M.R. é da competência do E.M.E.

Art. 11. São excluídos do Q.E.M.E.:

- a) o coronel promovido a general;
- b) o oficial da ativa ou da reserva designado para funções estranhas ao serviço de estado-maior;
- c) o oficial que, em virtude de promoção, for declarado excedente, no Q.E.M.A., permanecendo na situação de excluído até que, de direito, lhe caiba a recondução ao quadro;
- d) o oficial que tenha perdido qualquer das condições de aptidão para o serviço de estado-maior.

Art. 12. O oficial excluído do Q.E.M.A. reverte ao Q.O. da respectiva arma.

CAPÍTULO III

DO ACESSO

Art. 13. Os tenentes-coronéis, maiores e capitães do Q.E.M.A. concorrem à promoção por antiguidade ou por merecimento no quadro da respectiva arma, na forma estabelecida na lei de promoções.

Art. 14. E' dispensada ao oficial superior "*apto para o serviço de estado-maior*" a condição de arregimentação no posto para efeito de acesso.

§ 1.º A arregimentação de oficial superior pertencente ao Q.E.M.A. é de um ano ininterrupto, em comando efetivo de unidade, podendo realizar-se em qualquer dos postos dessa categoria.

§ 2.º O oficial do Q.E.M.A. não deixa o quadro de estado-maior por exigência de arregimentação no posto.

CAPÍTULO IV

DA APTIDÃO PARA O SERVIÇO DE ESTADO-MAIOR

Art. 15. A seleção dos oficiais aptos para o Serviço de Estado-Maior inicia-se com o processo de matrícula na Escola de Estado-Maior. E' complementada com o estágio feito na forma estabelecida por este Regulamento.

Art. 16. As condições físicas, intelectuais, de cultura profissional e morais a que devem satisfazer os oficiais, são verificadas como em seguida se estabelece:

a) condições físicas — mediante capacidade física, revelada pelo oficial em sua atividade corrente e em inspeções de saúde a que está sujeito pelos regulamentos;

b) capacidade intelectual e cultura profissional — mediante o concurso para matrícula na Escola de Estado-Maior, pelos resultados obtidos na referida Escola, no estágio prescrito neste regulamento e em sua atividade militar em geral;

c) condições de idoneidade moral, apreciadas:

— pelo procedimento civil e militar, e consequente conceito no seio da classe e da sociedade;

— pelo sentimento de personalidade manifestado nos atos da vida corrente e nas provas a que é submetido;

— pelo espírito de disciplina, sob todas as modalidades;

— pelos sentimentos de franqueza e de lealdade;

— pela discrição e tato na vida corrente.

Art. 17. Para o exame das condições de idoneidade moral a que o oficial deve satisfazer, afim de poder ser declarado apto para o serviço de Estado-Maior, funcionam no Estado-Maior do Exército uma "Comissão Permanente de Sindicância" e um "Conselho de Apuração".

Art. 18. As condições físicas, intelectuais e de cultura profissional são apreciadas pelas autoridades a que estiver subordinado o oficial, à vista das manifestações de sua atividade militar, e conforme dispõe o presente Regulamento.

Art. 19. A Comissão Permanente de Sindicância (C.P.S.) a que se refere o art. 17 é constituída de três oficiais do Estado-Maior do Exército, dos quais um coronel, nomeados pelo chefe do mesmo Estado-Maior. Cabe-lhe observar se os oficiais do serviço de Estado-Maior conservam íntegras as referidas condições a averiguar, sempre que cheguem ao conhecimento de qualquer de seus membros atos ou fatos que possam desabonar àqueles oficiais.

Art. 20. A Comissão Permanente de Sindicância será acrescida de dois membros, instrutores da Escola de Estado-Maior, quando tiver de sindicat sobre os oficiais candidatos à matrícula naquela Escola e para a declaração de oficiais aptos ao serviço de Estado-Maior.

Art. 21. O Conselho de Apuração a que se refere o art. 17 será constituído por dois oficiais superiores mais graduados ou mais antigos do que o oficial ou oficiais a serem julgados, sob a presidência de um dos subchefes do Estado-Maior do Exército. Cabe-lhe examinar as conclusões a que tenha chegado a Comissão Permanente de Sindicância em suas investigações sobre a idoneidade dos oficiais candidatos ao serviço de Estado-Maior ou a ele pertencentes, sempre que essas conclusões sejam duvidosas ou desfavoráveis ao oficial.

§ 1.º Quando o oficial, cuja idoneidade deva ser apreciada pelo Conselho de Apuração, for coronel, o Conselho é presidido pelo chefe do Estado-Maior do Exército.

§ 2.º Quando o Estado-Maior do Exército não dispuser de oficiais mais graduados ou mais antigos do que o submetido a julgamento, o chefe do Estado-Maior do Exército designa outros oficiais do Q.E.M., ou generais de brigada em serviço na Capital Federal para integrarem a Comissão.

Art. 22. A Comissão Permanente de Sindicância e o Conselho de Apuração regem-se de conformidade com instruções reservadas expedidas pelo chefe do Estado-Maior do Exército. O funcionamento dessas entidades tem caráter secreto. A decisão final é da competência do chefe do Estado-Maior do Exército.

CAPÍTULO V

DO ESTÁGIO PARA OS CANDIDATOS AO SERVIÇO DE ESTADO-MAIOR

Art. 23. O oficial que concluir o curso de Estado-Maior faz um estágio iniciado no Estado-Maior do Exército e concluído em Estado-Maior Regional, afim de completar as condições exigidas para ser declarado "apto para o serviço de Estado-Maior".

Parágrafo único. O estágio referido neste artigo tem a duração efetiva e total de dez meses, não incluindo nesse lapso o intervalo entre os dois períodos de estágio, a seguir indicados :

- a) seis meses no Estado-Maior do Exército;
- b) quatro meses em um dos Estados-Maiores Regionais (3.ª, 5.ª, 7.ª, 8.ª e 9.ª R.M.).

Art. 24. O período de seis meses no Estado-Maior do Exército é assim repartido :

— três meses na 1.ª Secção, afim de familiarizar-se o oficial com o mecanismo de mobilização;

— três meses na 4.ª Secção, para se por ao corrente das questões relativas a transportes, particularmente ferroviários.

§ 1.º Esse estágio obedece a programas especiais elaborados pelos respectivos chefes de Secção, aprovados pelo chefe do Estado-Maior do Exército, nos quais são previstas a realização de "Conferências" e a execução de "trabalhos" concretizando os assuntos tratados.

§ 2.º Os trabalhos acima referidos são julgados pelos chefes de Secção, que emitem os respectivos pareceres. Cada trabalho é classificado como: "aceitável" (muito bem, bem e regular), ou "não aceitável". Os pareceres são submetidos à apreciação do chefe do Estado-Maior do Exército.

Art. 25. Terminado o estágio no Estado-Maior do Exército, os oficiais são distribuídos pelos Estados-Maiores a que se refere a letra b do parágrafo único do art. 23.

§ 1.º A designação dos estagiários para os Estados-Maiores referidos na letra b do art. 23 é feita pelo chefe do Estado-Maior do Exército, de acordo com a distribuição previamente estabelecida.

§ 2.º Terminado o período a que se refere a letra b do parágrafo único do art. 23, os oficiais aguardam nos Estados-Maiores, em que estiverem servindo, as decisões do chefe do Estado-Maior do Exército, segundo as quais são declarados ou não "aptos para o serviço de Estado-Maior".

Art. 26. O estágio nos Estados-Maiores Regionais é feito de acordo com as instruções baixadas pelo chefe do Estado-Maior do Exército.

§ 1.º Nessas instruções são previstos para os estagiários trabalhos relativos às 2.ª e 3.ª Secções Regionais e fixada a natureza dos mesmos.

§ 2.º Nenhum estagiário pode ser dispensado, no decorrer do estágio, da realização de qualquer dos trabalhos e estudos previstos neste Regulamento.

§ 3.º Aos estagiários podem ser confiados trabalhos de serviço corrente das secções, que não tenham carater secreto, desde que não prejudiquem os referentes aos estágios.

§ 4.º Os trabalhos distribuidos aos estagiários são formulados pelos chefes de Estado-Maior Regional.

§ 5.º Para cada trabalho o estagiário apresentará um relatório. Nesses documentos fará uma justificativa da solução adotada.

Art. 27. Os relatórios dos estagiários são remetidos ao E.M.E. pelo chefe do Estado-Maior Regional, que faz um juízo a respeito das aptidões dos mesmos oficiais para o serviço de Estado-Maior, do valor dos respectivos trabalhos, bem como das apreciações sumárias esclarecedoras das circunstâncias em que os mesmos foram realizados.

Art. 28. As apreciações dos chefes de Secção e a decisão do chefe são arquivadas na 2.ª Divisão do Gabinete do Estado-Maior do Exército, com as informações complementares, necessárias ou uteis ao julgamento de cada official.

§ 1.º As informações complementares a que se refere este artigo compreendem :

- a) resumo da vida militar do official, ressaltando os serviços mais importantes sob o ponto de vista de sua vocação para a carreira militar;
- b) resultados da seleção para matrícula na Escola de Estado-Maior, do curso de Estado-Maior e ocorrências nesse curso quando estejam fora da normalidade;
- c) parecer da Comissão Permanente de Sindicância sobre o official quando candidato à E.E.M. (art. 20);
- d) apreciação dos comandantes ou chefes sob cujas ordens serviram os officiais;
- e) serviço em campanha;
- f) parecer da Comissão Permanente de Sindicância;
- g) julgamento dos chefes de Secção sobre o estágio realizado.

§ 2.º Antes da apresentação pelo Gabinete, ao chefe do Estado-Maior do Exército, do processo a que se refere o parágrafo precedente, a Comissão Permanente de Sindicância é de novo convocada para manifestar-se sobre a idoneidade do official sendo-lhe fornecidas pelo Gabinete as informações da letra a e e a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 29. De posse da documentação acima e das informações complementares que julgar necessárias, o chefe do Estado-Maior do Exército declara "aptos para o serviço de Estado-Maior" os officiais estagiários que tenham satisfeitos todas as exigências deste Regulamento.

§ 1.º Ao official que obtenha a classificação de conjunto "não aceitavel" é facultado um segundo estágio em estado-maior da 3.ª, 5.ª ou 9.ª R.M., a pedido do interessado e a juízo do chefe do Estado-Maior do Exército. Só pode, porem, obter a declaração de "apto para o serviço de Estado-Maior" caso consiga o julgamento "aceitavel", com a nota "bem" pelo menos.

§ 2.º Quando a decisão for desfavoravel, em virtude do parecer da C.P.S., só cabe recurso ao próprio chefe do E.M.E., que decide *in fine*.

Art. 30. O official com o curso de Estado-Maior, que, por motivo de saúde ou por exigência da lei, tenha seu estágio interrompido, deve completá-lo na primeira oportunidade, na forma pela qual o iniciou, logo que cessem os motivos daquela interrupção, e mediante requerimento.

CAPÍTULO VI

DA PERDA DE APTIDÃO PARA O SERVIÇO DE ESTADO-MAIOR

Art. 31. O oficial que tenha perdido as qualidades necessárias para o exercício das funções de Estado-Maior, é declarado "inapto" para esse serviço. Essa declaração não é publicada em "Boletim do Exército", mas dela tomarão conhecimento o interessado e a Diretoria da Arma a que o mesmo pertence.

Art. 32. Para comprovação da perda de aptidão para o serviço de estado-maior, a que se refere o artigo anterior, observa-se o seguinte processo :

§ 1.º a) o oficial que revele insuficiência física no serviço ou seja sujeito a moléstias frequentes é submetido a inspeção de saúde;

b) o oficial que manifeste insuficiência intelectual ou de preparo profissional em trabalhos que execute, missões que lhe caibam desempenhar ou trabalhos que publique, é julgado pelas autoridades a que se refere o art. 19, as quais apresentam ao chefe do Estado-Maior um relatório justificativo das razões de seu julgamento;

c) o oficial que manifeste falta de idoneidade moral é julgado pelo Conselho de Apuração, à vista dos resultados de sindicância que a seu respeito faça a Comissão Permanente de Sindicância.

§ 2.º Diante do resultado das provas e julgamento acima referidos, o chefe do Estado-Maior do Exército decide sobre a conservação ou perda de aptidão do oficial para o serviço de Estado-Maior. Dessa decisão só há recurso para o próprio chefe do Estado-Maior do Exército.

§ 3.º O chefe do Estado-Maior do Exército pode mandar submeter os oficiais considerados aptos para o serviço de Estado-Maior a provas especiais, ou determinar providências complementares que julgar necessárias, para melhor verificação de suas aptidões.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. Os oficiais do Q.E.M.E. são tecnicamente subordinados ao chefe do Estado-Maior do Exército.

Art. 34. Os oficiais "aptos para o serviço de Estado-Maior", mesmo quando não pertençam ao respectivo quadro, dependem do chefe do Estado-Maior do Exército no que interessa à sua instrução.

Parágrafo único. Esta autoridade, ouvido o ministro da Guerra, poderá convocar estes últimos, anualmente, para realizarem um estágio, por período não excedente de 30 dias, em Estado-Maior com sede na R.M. em que servirem. Os mesmos oficiais poderão ainda receber missões especiais do chefe do Estado-Maior do Exército, cumulativamente ou não com suas funções normais, desde que não impliquem em afastamento da guarnição por mais de 30 dias.

Art. 35. Para os efeitos da Lei de Movimentação dos Quadros, o tempo passado no cumprimento de missões e trabalhos a que se refere o parágrafo único do art. 34 é considerado como de efetivo serviço arregimentado.

Art. 36. Os estágios e missões ou trabalhos especiais acima referidos são sempre registados nos assentamento dos executantes, mencionando-se apenas a duração e a natureza da incumbência, quando se tratar de assunto reservado ou secreto.

Art. 37. Em princípio, o oficial para servir no Estado-Maior do Exército deve haver servido antes em estado-maior de região de fronteira (3.ª, 5.ª, 8.ª e 9.ª R.M.), 7.ª R.M. e 10.ª R.M. e corpo de divisão de Cavalaria; segundo declaração escrita dos respectivos comandantes e chefes do Estado-

Maior, ter revelado competência para exercer funções nas secções do Estado-Maior do Exército.

Para chefe de Secção do Estado-Maior do Exército é preciso que o official tenha servido como chefe de subsecção ou adjunto dessa mesma secção.

Art. 38. O official indicado para desempenhar as funções de adido militar à representação diplomática no exterior deve fazer um estágio na 2.^a secção do Estado-Maior do Exército, o qual se condiciona às seguintes disposições:

a) Esse estágio é efetuado de acordo com instruções mandadas adotar pelo chefe do E.M.E., as quais fixam também a duração do mesmo;

b) Concluído o estágio com aproveitamento, o 1.^o subchefe informa o chefe do E.M.E., em vista do parecer da 2.^a Secção, sobre a aptidão do official para o desempenho da função.

O official aguarda na 2.^a Secção a solução da proposta feita ao ministro, pelo chefe do E.M.E.;

c) Quando, no decorrer desse estágio, o official revelar-se inapto para a função de adido militar, seu estágio é encerrado e ele tomará o destino que lhe for determinado.

Art. 39. O official que for indicado para comissário de Rede, faz um estágio de dois a quatro meses na 4.^a Secção do E.M.E. Findo o estágio, o 2.^o subchefe informa sobre a conveniência de sua nomeação, tendo em vista o parecer do chefe da 4.^a Secção.

§ 1.^o O estágio é feito em condições análogas às previstas, para os adidos militares.

§ 2.^o Ficam dispensados desse estágio os officiaes que tenham feito na 4.^a Secção o estágio previsto na forma do art. 26 deste Regulamento e os que já o fizeram nos termos do Regulamento anterior.

Art. 40. O chefe do E.M.E. decide os casos omissos do presente Regulamento, mediante proposta ao ministro da Guerra.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 41. Enquanto perdurar a situação de deficiência de officiaes "aptos para o serviço de Estado-Maior", do posto de capitão, o chefe do Estado-Maior do Exército poderá designar officiaes de postos superiores para o desempenho de funções de adjunto, desde que não haja incompatibilidade hierárquica.

Rio de Janeiro, D.F., 16 de dezembro de 1942. — *Eurico G. Dutra.*

ANEXO I

..... R.M.

S.E.M.

APRECIACÃO SOBRE OS TRABALHOS DOS OFFICIAIS ESTAGIÁRIOS

A) *Circunstâncias ocorrentes na execução do trabalho*

1) Serviços extraordinários de Estado-Maior de que foi encarregado:

a) Reconhecimento?

b) Verificação de Instrução?

c) Manobras? etc., etc.

Duração.

2) Meios, postos à disposição para a realização dos trabalhos de estágio:

a) Documentação?

b) Transporte?

c) Modo de execução do trabalho?

na carta? no terreno?

etc., etc.

3) Circunstâncias especiais que influíram na execução dos trabalhos :

- a) Moléstia ?
- b) Prontidão ?
- c) Serviço de Justiça ?
- etc., etc.
- Duração.

B) *Conhecimento do método*

Demonstrou conhecimento da doutrina e normas de trabalhos adotadas no Estado-Maior do Exército ?

C) *Espírito do método*

No estudo do trabalho :

- a) Análise do trabalho;
- b) Sua preparação;
- c) Sua execução (na carta ? no terreno ? se for o caso);
- d) Síntese do mesmo.

Na apresentação do trabalho :

Redação (clareza de exposição — concatenação dos assuntos, etc.).

D) — *Julgamento*

Aceitável ou não aceitável ?

Muito bem ? bem ? regular ?

Rio de Janeiro, D.F., 16 de dezembro de 1942. — *Eurico G. Dutra.*

ANEXO 2

QUADRO DE ESTADO-MAIOR GERAL

DISCRIMINAÇÃO	Coronel	Tenente coronel	Major	Capitão
Gabinete do Ministro (1).....	1	2	3	2
Secretaria do Conselho de Segurança Nacional (2).....	1	3	4
Estado-Maior do Exército.....	5	9	27	27
Estado-Maior das 1. ^a , 2. ^a , 4. ^a , 5. ^a e 9. ^a Regiões Militares...	5	5	15	15
Estado-Maior das 3. ^a e 7. ^a Regiões Militares.....	2	2	8	6
Estado-Maior das 6. ^a , 8. ^a e 10. ^a Regiões Militares.....	3	6	6
Estado-Maior das 3. ^a , 7. ^a e 14. ^a Divisões de Infantaria....	3	6	6
Estado-Maior das Divisões de Cavalaria.....	3	6	6
Estado-Maior das Inspetorias de Grupos de Regiões Militares.....	3	15	18	12
Diretoria do Material Bélico (3).....	1	2	2
Diretoria de Moto-Mecanização (4).....	1	1	2
Inspetoria Geral do Ensino (5).....	1	3	2	6
Escola de Estado-Maior.....	2	2	7	7
Escola das Armas.....	1	1
Escola Militar.....	1	1
Escola de Moto-Mecanização.....	1	1
Centro de Preparação de Oficiais da Reserva.....	2	3	3
Comissões de Rede.....	3	4	7	7
Adidos Militares.....	3	4	4
Diretoria das Armas.....	1	1	4
SOMA.....	34	63	117	112

(1) Pelo atual Regulamento existe só um coronel

(2) Pelo atual Regulamento há dois tenentes-coronéis e um major.

(3) Pelo atual Regulamento existem só um tenente-coronel e um major.

(4) Pelo atual Regulamento existe só um capitão.

(5) Pelo atual Regulamento existem um coronel ou tenente-coronel e três tenentes-coronéis ou maiores.

Rio de Janeiro, D. F., 16 de Dezembro de 1912.

EURICO G. DUTRA

ANEXO 2

QUADRO DE ESTADO-MAIOR PRIVATIVO

DISCRIMINAÇÃO	Coronel	Tenente coronel	Major	Capitão
<i>Infantaria</i>				
Escola de Estado-Maior.....		1	2	3
Escola das Armas.....			1	
Escola Militar.....			1	
Infantaria Divisionária das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 7ª, e 9ª Regiões Militares.....			7	
SOMA.....		1	11	3
<i>Cavalaria</i>				
Escola de Estado-Maior.....		1	2	3
Escola das Armas.....			1	
Escola Militar.....				1
SOMA.....		1	3	4
<i>Artilharia</i>				
Escola de Estado-Maior.....		1	2	3
Escola das Armas.....			1	
Distrito de Defesa de Costa.....		1	2	4
Escola Militar.....				1
Escola de Artilharia de Costa.....		1	1	
Artilharia Divisionária das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 7ª e 9ª Regiões Militares.....			7	
SOMA.....		3	13	8
<i>Engenharia</i>				
Escola de Estado-Maior.....		2	2	3
Escola das Armas.....			1	
Escola Militar.....				1
SOMA.....		2	3	4

Rio de Janeiro, 14 de Janeiro de 1943.

EURICO G. DUTRA

ANEXO 4

QUADRO DA CONTRIBUIÇÃO DAS ARMAS PARA O Q. E. M. G.

(§ 1.º Art. 6.º)

ARMAS	Coronel	Tenente coronel	Major	Capitão
Infantaria.....	13	23	48	49
Cavalaria.....	7	10	23	22
Artilharia.....	9	21	33	30
Engenharia.....	5	9	13	11

Rio de Janeiro, D. F., 16 de Dezembro de 1942.

EURICO G. DUTRA

DECRETO-LEI N. 5.191 DE 14 DE JANEIRO DE 1943

Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 2.443, de 24 de julho de 1940

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogada, até o encerramento do exercício de 1943, a vigência do crédito especial aberto ao Ministério da Fazenda, pelo decreto-lei n. 2.443, de 24 de julho de 1940, para ocorrer ao pagamento da dívida flutuante, e cujo período de vigência foi estendido ao exercício de 1942, ex-vi do disposto no decreto-lei n. 4.010, de 12 de janeiro de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.192 — DE 14 DE JANEIRO DE 1943

Modifica o art. 3.º do decreto-lei n. 5.089, de 15 de dezembro de 1942.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 3.º decreto-lei n. 5.089, de 15 de dezembro de 1942, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3.º Caberá ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, ouvida a Divisão de Turismo do Departamento de Imprensa e Propaganda:

a) aprovar os impostos e taxas criados em cada localidade para serem cobrados dos estabelecimentos mencionados no art. 1.º desta lei;

b) fixar, para cada região, o prazo de interrupção de que trata o artigo 37 do citado decreto n. 7.418, de 7 de dezembro de 1942, o qual, todavia, não será inferior a sessenta dias;

c) aprovar o horário de funcionamento dos citados estabelecimentos, o preço do ingresso, o valor mínimo das apostas e a importância mínima para a aquisição de fichas.

Parágrafo único. Ao despacho do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, dispondo sobre a matéria de que trata este artigo, procederá, sempre, proposta fundamentada do Governo do Estado e parecer do Departamento Administrativo respectivo”.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.193 — DE 14 DE JANEIRO DE 1943

Prorroga a data fixada para a execução dos arts. 3.º e 86 do Regulamento expedido pelo decreto n. 4.257, de 16 de junho de 1939

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica prorrogada, até 31 de dezembro de 1943, a data fixada para a execução dos arts. 3.º e 86 do Regulamento do Sistema Legal de Unidades de Medir, a que se refere o decreto n. 4.257, de 16 de junho de 1939.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.194 — DE 15 DE JANEIRO DE 1943

Declara extinta uma ação penal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extinta a ação penal que, pela Justiça Militar da Marinha, corre contra Olegario Carlos Magno, pelo delito de deserção praticado em 1918.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 5.195 — DE 15 DE JANEIRO DE 1943

Concede indulto a sorteados insubmissos e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º E' concedido indulto aos sorteados insubmissos que estiverem presos, aguardando julgamento ou cumprindo sentença na data em que entrar em vigor o presente decreto-lei.

Art. 2.º Os termos de insubmissão dos indultados serão cancelados nos corpos onde se encontrarem, independentemente de quaisquer formalidades judiciais, por ordem do respectivo comandante, e deixarão de ser lavrados quando não o tenham sido, em tempo, fazendo-se disso menção em boletim; e os processos em curso serão arquivados, na fase em que se acharem, por despacho do Presidente do Supremo Tribunal Militar ou do Conselho de Justiça, ou do Auditor, conforme o caso, expedindo-se as comunicações necessárias.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.196 — DE 15 DE JANEIRO DE 1943

Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 3.264, de 12 de maio de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogada, até o encerramento do exercício de 1943, a vigência do crédito especial de vinte milhões de cruzeiros (Cr\$ 20.000.000,00), aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas pelo decreto-lei n. 3.264, de 12 de maio de 1941, para custeio de obras e aparelhamento do porto de Laguna.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.197 — DE 16 DE JANEIRO DE 1943

Reconhece sob a denominação de “Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda.” a sociedade mercantil a que se referem os decretos ns. 18.075 de 20 de novembro de 1928 e 19.331, de 28 de agosto de 1930, e decreto-lei número 3.523, de 19 de agosto de 1941.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Atendendo ao que requereu a sociedade mercantil brasileira “Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda.”, a que foi concedida permissão para estabelecer tráfego aéreo comercial no território nacional pelo decreto n. 18.075, de 20 de janeiro de 1928, e para estender suas linhas até o estrangeiro, pelo decreto n. 19.331, de 29 de agosto de 1930; e

Atendendo que a mesma sociedade, constituída sob o nome de “Serviços Aéreos Condor Ltda.”, passou a denominar-se “Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda.”, conforme escritura pública de alteração de contrato social, de 14 de novembro de 1942, lavrada em notas do tabelião do 11.º Ofício desta cidade, decreta:

Artigo único. Fica reconhecida sob a denominação de “Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda.” a sociedade mercantil constituída sob a denominação “Serviços Aéreos Condor Ltda.”, à qual foi concedida autorização para estabelecer tráfego aéreo comercial no território nacional, e estender suas linhas até o estrangeiro, pelos decretos, respectivamente, ns. 18.075, de 20 de janeiro de 1928 e 19.331, de 29 de agosto de 1940.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.198 — DE 16 DE JANEIRO DE 1943

Transfere a sede do 1.º Regimento de Aviação e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam transferidas da Base Aérea dos Afonsos para o Aeroporto Bartolomeu de Gusmão, Santa Cruz, Distrito Federal, as sedes do 1.º Corpo de Base Aérea e da Unidade volante ali estacionada (1.º Regimento de Aviação).

Art. 2.º O Aeroporto Bartolomeu de Gusmão, atendendo à sua nova finalidade, passará a denominar-se “Base Aérea de Santa Cruz”.

Art. 3.º Para assegurar a guarda, a vigilância e a defesa imediata da Base Aérea de Santa Cruz, fica o Ministério da Aeronáutica autorizado a criar uma Companhia de Infantaria de Guarda, com organização idêntica à estabelecida no art. 3.º do decreto-lei n. 3.930, de 11 de dezembro de 1941, quando parecer conveniente.

Art. 4.º A Base Aérea dos Afonsos fica sem efetivos, passando as suas instalações a serem utilizadas pela Escola de Aeronáutica.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.199 — DE 16 DE JANEIRO DE 1943

Cria a Comissão Técnica de Orientação Sindical, subordinada ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências

O Presidente da República:

Considerando que os sindicatos tem por fim assistir, sob várias formas, os trabalhadores e melhorar a eficiência do trabalho, razão por que a organização sindical constitui um dos elementos fundamentais do nosso desenvolvimento econômico;

Considerando que, no Brasil, a outorga das leis sociais procedem a formação de consciência profissional e consequentemente, de espírito de proveitosa agremiação das várias classes de que depende a produção;

Considerando que o "Fundo Social Sindical" deve ser aplicado em objetivos que atendam aos interesses da organização sindical e que o primeiro e maior desses interesses está na incentivação do próprio espírito sindical, sem o qual a organização não produzirá os resultados de que o país necessita;

Considerando que os órgãos administrativos, ora existentes, sendo destinados a exigir e promover a aplicação das leis, não podem intervir na inscrição sindical, que é facultativa;

Considerando que, provada a vantagem das leis outorgadas, é dever do Estado estimular e assegurar o seu conhecimento e explicação em benefício dos trabalhadores e do progresso nacional,

Decreta:

Art. 1.º Fica criada junto ao Gabinete do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, uma Comissão diretamente subordinada ao Ministro de Estado, que tem por fim:

- a) promover o desenvolvimento do espírito sindical;
- b) divulgar a orientação governamental relativa à vida sindical;
- c) organizar cursos de preparação de trabalhadores para a administração sindical e de especialização e orientação dos atuais administradores;
- d) prestar aos sindicatos toda a colaboração que for julgada necessária.

Art. 2.º A Comissão Técnica de Orientação Sindical será composta de quatro membros, designados pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, que servirão sem prejuízo de suas funções em se tratando de funcionário público.

Parágrafo único. O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio designará o Presidente da Comissão Técnica de Orientação Sindical, incumbindo a este a coordenação dos serviços da Comissão.

Art. 3.º Da importância que for arrecadada para o "Fundo Social Sindical", a que se refere o art. 5.º do decreto-lei n. 4.298, de 14 de maio de 1942, será destacada a quota anual de 25 % (vinte e cinco por cento) que se destinará à realização das finalidades para as quais foi criada a Comissão Técnica de Orientação Sindical.

§ 1.º A Comissão do Imposto Sindical, a que se refere o artigo 10 do decreto-lei n. 4.298, de 14 de maio de 1942, porá à disposição da Comissão Técnica de Orientação Sindical a referida quota para ser movimentada mediante autorização do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 2.º Por intermédio do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, o presidente da Comissão Técnica de Orientação Sindical apresentará à Comissão do Imposto Sindical o relatório dos trabalhos anuais, assim como a prestação de contas da aplicação da quota de 25 % do Fundo Social Sindical, a que se refere o presente decreto-lei.

Art. 4.º O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedirá o regulamento da Comissão Técnica de Orientação Sindical, assim como aprovará a organização dos respectivos serviços.

Art. 5.º Todos os serviços públicos federais, estaduais e municipais prestarão à Comissão Técnica de Orientação Sindical a colaboração necessária à realização de suas finalidades.

Art. 6.º O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.200 — DE 18 DE JANEIRO DE 1943

Define atribuições do Instituto Agrônomo do Norte e subordina-o diretamente ao Gabinete do Ministro da Agricultura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Serão privativos do Instituto Agrônomo do Norte os trabalhos de experimentação de borracha e os de fomento de novas plantações de hevea na Bacia Amazônica.

Art. 2.º Todas as instituições autárquicas ou de outra natureza localizadas no Vale Amazônico que se dediquem também a assuntos de borracha, mantendo secções ou dependências de experimentação e fomento de planta-

ções de hevea devem manter estreita cooperação e conjugação com o Instituto Agrônômico do Norte.

Art. 3.º Fica, doravante, desligado administrativamente do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas o Instituto Agrônômico do Norte, subordinando-se diretamente ao Gabinete do Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Será assegurada a coordenação do Instituto Agrônômico do Norte com a rede experimental agrícola do país, mediante aprovação prévia e anual dos seus planos experimentais pelo Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N. 5.201 — DE 18 DE JANEIRO DE 1943

Define a transitoriedade da suspensão da lavra das minas, prevista no § 4.º do art. 143 da Constituição

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Considerando que as minas em lavra transitoriamente suspensa já gozam desta faculdade por mais de oito anos;

Considerando que podem resultar grandes prejuízos para a Nação com a inércia de tais minas e convindo seja reiniciada sua lavra o mais breve possível;

Considerando que o decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) fixa o prazo de um ano, contado do decreto de autorização para que se inicie a lavra da jazida, decreta:

Art. 1.º As minas manifestadas como em lavra transitoriamente suspensa, de acordo com o art. 10 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934, terão sua lavra suspensa definitivamente, se não for reiniciada dentro do prazo de um ano, a partir da publicação deste decreto-lei, salvo os casos de força maior reconhecidos pelo Governo.

Art. 2.º As minas que tiverem sua lavra reiniciada dentro do prazo a que se refere o artigo precedente, gozarão de todas as vantagens atribuídas às minas em lavra ativa na data da Constituição de 1934, ficando sujeitas às regras prescritas pelo Código de Minas, aplicáveis ao caso.

Art. 3.º As minas cuja lavra não for reiniciada no prazo previsto no art. 1.º deste decreto-lei, passarão para o domínio da Nação, ficando a ja-

zida em disponibilidade, afim de ser aproveitada na forma do decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas).

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N. 5.202 — DE 18 DE JANEIRO DE 1943

Altera as carreiras de Marinheiro e Patrão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, na conformidade da tabela anexa, as carreiras de Marinheiro e Patrão, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º Os ocupantes dos cargos atingidos por este decreto-lei e constantes da relação nominal anexa, terão seus decretos de nomeação apostilados pela Divisão de Pessoal respectiva.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

Relação nominal a que se refere o art. 2.º do decreto-lei n. 5.202, de 18 de janeiro de 1943

<i>Nomes</i>	<i>Cargo antigo</i>	<i>Cargo atual</i>
Dilermando Peixoto de Medeiros	Patrão C	Marinheiro C
Elias Pereira Guimarães	Patrão C	Marinheiro C
Geraldo Vieira	Patrão C	Marinheiro C
Pedro Gonçalves Dias	Patrão C	Marinheiro C
Sérgio Júlio	Patrão D	Marinheiro D

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA			
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Observações
1	MARINHEIRO	C	—	—	Q. U.	1 5	MARINHEIRO	D C	
3 1 5	PATRÃO	G D C	— — —	— — —	Q. U. Q. U. Q. U.	3 1	PATRÃO	G C	

DECRETO-LEI N. 5.203 — DE 18 DE JANEIRO DE 1943

Suprime cargo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido 1 (um) cargo, em comissão, de Inspetor Chefe do Trabalho, padrão L, do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, vago em virtude da exoneração de Décio Parreiras, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta Corrente do aludido Quadro do mesmo Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.204 — DE 19 DE JANEIRO DE 1943

Autoriza o Ministério da Aeronáutica a contratar com a Standard Oil Compagny of Brazil a construção e aparelhamento de depósitos de combustíveis de aviação em terrenos adjacentes à Base Aérea de Recife (Ibura), e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Aeronáutica autorizado a contratar com a Standard Oil Company of Brazil a construção e aparelhamento de depósitos de combustíveis e lubrificantes de aviação, nos terrenos adjacentes à Base Aérea de Recife (Ibura), submetida a companhia contratante às seguintes condições:

a) concluir as obras dentro de dois (2) anos a contar da data do contrato, salvo o caso de força maior, a juízo do Governo;

b) submeter à aprovação do Governo, pelos seus órgãos competentes, as plantas, especificações e orçamentos respectivos;

c) fornecer mão de obra e todo material por sua exclusiva responsabilidade, e sem direito a qualquer indenização da União;

d) obrigar-se às despesas decorrentes da desapropriação pelo Governo dos terrenos já requisitados pelo Ministério da Aeronáutica;

e) observar e fazer observar as leis, regulamentos e instruções em vigor e que vierem a vigorar sobre instalações e serviços aeroportuários e petrolíferos;

f) utilizar os depósitos e aparelhamentos respectivos, enquanto durar o estado de guerra a que se refere o decreto n. 10.358, de 31 de agosto de 1942, somente para fins militares;

g) obrigar-se à conservação e substituição de todas as obras e aparelhos que se desgastarem pelo uso, durante o prazo do contrato.

Art. 2.º O uso e gozo das obras realizadas é concedido à Standard Oil Company of Brazil, pelo prazo de vinte (20) anos, a contar da data do presente decreto-lei.

Parágrafo único. O preço da locação será o custo total das obras e seu aparelhamento, acrescido da importância despendida com a desapropriação dos terrenos, na forma da letra d, do art. 1.º.

Art. 3.º A infração de qualquer dos dispositivos do presente decreto-lei e das condições usuais que forem estipuladas no contrato, tendo em vista a sua dupla feição de contrato de empreitada e de locação, importará na revogação, sem direito a recurso judiciário e independente de qualquer indenização, do disposto no art. 2.º imitando-se a União na posse de todas instalações e demais benfeitorias existentes no imóvel.

Art. 4.º O armazenamento e a distribuição do combustível, enquanto se destinar exclusivamente a fins militares, serão regulados por normas e disposições que forem baixadas pelo Ministério da Aeronáutica.

Art. 5.º Por motivo superior de ordem pública, poderá o Governo ocupar as instalações pelo prazo que se tornar necessário, prorrogando-se o da locação por período equivalente ao da ocupação.

Art. 6.º A fiscalização das obras, instalações e serviços de que trata o presente decreto-lei ficará a cargo do Ministério da Aeronáutica.

Art. 7.º A concessionária gozará de isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras para as mercadorias que importar destinadas à construção, instalação e aparelhagem dos depósitos referidos no artigo 1.º deste decreto-lei.

Art. 8.º O Governo Federal providenciará no sentido do Estado de Pernambuco e municípios outorgarem isenção de impostos estaduais e municipais para o mesmo fim.

Art. 9.º O contrato a que se refere o presente decreto-lei independerá de registro no Tribunal de Contas.

Art. 10. O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

J. P. Salgado Filho.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.205 — DE 19 DE JANEIRO DE 1943

Dispõe sobre o pagamento da iluminação da "Cidade das Meninas"

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único Fica o Ministério da Viação e Obras Públicas autorizado a atender pela sub-consignação n. 36-41a — Consignação I, da Verba 3 — "Serviços e Encargos", do orçamento do referido Ministério, às despesas com instalação, conservação e consumo de luz na área ocupada pela "Cidade das Meninas".

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.206 — DE 19 DE JANEIRO DE 1943

Dispõe sobre a designação dos funcionários da classe M da carreira de Diplomata

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os funcionários da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores que foram ou forem promovidos à classe M e que ainda não tenham exercido chefias de Legação ou funções de Ministro Conselheiro só poderão ser designados para chefiar Legações ou para servir como Ministro Conselheiro, em Embaixadas, após exercerem durante dois anos, no mínimo, as funções de Consul ou Consul Geral.

Parágrafo único. Os Conselheiros Comerciais quando transferidos para a classe M da carreira de Diplomata, assemelham-se, para os fins deste decreto-lei, aos funcionários que ingressam nessa classe mediante promoção.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 5.207 — DE 19 DE JANEIRO DE 1943

Cria um cargo de diretor, padrão J, em comissão, da Escola Técnica de Pelotas, Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, um cargo de diretor, padrão J, em comissão, da Escola Técnica de Pelotas.

Art. 2.º A despesa decorrente do disposto neste decreto-lei correrá à conta do saldo do conta corrente do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.208 — DE 20 DE JANEIRO DE 1943

Regula a contagem do tempo de efetivo serviço, para efeito de convocação e licenciamento durante o estado de guerra

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O tempo de efetivo serviço prestado por militares, quando convocados para o serviço ativo, assegura-lhes direito à percepção de todas as vantagens legais, se porventura já não as tenham obtido em seu limite máximo, consoante as disposições de lei.

Parágrafo único. Quando o tempo de serviço relativo à convocação, somado ao tempo calculado na ocasião do licenciamento anterior, atingir o mínimo indispensável à inclusão na reserva remunerada, será o militar então transferido para essa, se por acaso a ela não pertencer, e com as vantagens correspondentes.

Art. 2.º Fica suspenso o licenciamento de praças, durante o estado de guerra, que atinjam o limite de idade para a permanência no serviço ativo, uma vez satisfeitas as condições de vigor físico e de comportamento, segundo as disposições vigentes.

Parágrafo único. As que tenham o tempo mínimo de serviço para a passagem à inatividade remunerada serão então incluídas na reserva correspondente, tão logo se reinicie o licenciamento dessas praças.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.209 — DE 20 DE JANEIRO DE 1943

Altera a carreira de Servente do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados e incluídos 50 (cinquenta) cargos na classe E da carreira de Servente do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, conforme a tabela que a este acompanha.

Art. 2.º O provimento dos cargos ora criados fica condicionado à supressão dos cargos vagos da classe inicial da referida carreira.

Art. 3.º A despesa resultante do disposto neste decreto-lei correrá por conta do saldo verificado com a supressão dos cargos iniciais da mesma carreira.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
—	SERVENTES	F	1	—	—	—	SERVENTES	F	1	—	
37		E	—	—	—	87		E	—	50	
142		D	—	—	—	142		D	—	—	
279		C	—	—	—	279		C	—	—	
253		B	—	—	—	253		B	—	—	

DECRETO-LEI N. 5.210 — DE 20 DE JANEIRO DE 1943

Dispõe sobre registo do imposto de consumo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Na obrigação do registo a que se refere o art. 8.º do decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938, ficam compreendidos os comerciantes, agentes, comissários, consignatários e mercadores em geral de derivados de petróleo de procedência estrangeira, discriminados no art. 3.º do decreto-lei n. 2.615, de 21 de setembro de 1940.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.211 — DE 20 DE JANEIRO DE 1943

Dispõe sobre a administração e instalação do Hospital dos Servidores do Estado

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Até ulterior deliberação, as obras de construção do Hospital dos Servidores do Estado serão fiscalizadas por um Conselho Administrativo, composto de um Presidente e de cinco membros, designados pelo Presidente da República.

Parágrafo único. O Conselho Administrativo reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana, e extraordinariamente, sempre que convocado.

Art. 2.º O Conselho Administrativo movimentará as dotações concedidas ao Hospital dos Servidores do Estado, podendo depositá-las no Banco do Brasil ou qualquer outra instituição oficial.

Art. 3.º A execução das obras de construção do Hospital dos Servidores do Estado ficará a cargo de firmas idôneas, podendo o Conselho Administrativo entregar a sua direção geral a engenheiro civil, funcionário público ou não, bem como autorizar a dispensa de concorrência pública, quando julgar conveniente.

Parágrafo único. O Conselho Administrativo poderá, ainda, entregar a direção das obras a repartição pública especializada.

Art. 4.º A organização hospitalar ficará a cargo de um Diretor que, em entendimento direto com o Conselho Administrativo, promoverá a instalação do Hospital dos Servidores do Estado, e ficará responsável pela guarda e conservação do prédio e do material adquirido.

Art. 5.º O Diretor, que será designado pelo Presidente da República, perceberá a remuneração mensal de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros), paga pela verba destinada à construção e instalação do Hospital.

Parágrafo único. Se a designação recair em servidor público, ser-lhe-ão asseguradas as vantagens do exercício do cargo ou função, exceto o vencimento ou salário.

Art. 6.º Fica o diretor autorizado a fazer, de acordo com o Conselho Administrativo, as despesas necessárias a organização e instalação do Hospital, podendo, também, admitir pessoal em caráter transitório e requisitar funcionários, na forma do art. 35 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.

Art. 7.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.212 — DE 21 DE JANEIRO DE 1943

Cria a Comissão de Financiamento da Produção (C. F. P.) e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Fica criada a Comissão de Financiamento da Produção (C. F. P.), composta de 5 (cinco) membros nomeados pelo Presidente da República.

§ 1.º A C. F. P. funcionará sob a presidência do ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, que, em seus impedimentos, será substituído pelo vice-presidente.

§ 2.º Dentre os cinco membros designará o Presidente da República, no decreto de nomeação, o que deva exercer as funções de vice-presidente da C. F. P.

Art. 2.º Dos cinco membros a que se refere o artigo anterior, um será representante do Ministério da Agricultura, um do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e um das Forças Armadas.

§ 1.º Os membros da C. F. P. nada perceberão pelos serviços que prestarem no exercício dessas funções, ficando-lhes, entretanto, assegurados os vencimentos e demais vantagens em cujo gozo se encontrem no ato da nomeação.

§ 2.º Consideram-se serviços relevantes ao país os que forem prestados pelos componentes da C. F. P.

Art. 3.º Compete à C. F. P. traçar os planos financeiros relativos à produção que interesse à defesa econômica e militar do país, e dar-lhes execução depois de aprovados pelo Governo.

Art. 4.º Fica o ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a realizar as operações de crédito que se tornarem necessárias ao financiamento da produção, dentro dos limites fixados pelo Presidente da República.

Art. 5.º Para o cabal desempenho de suas atribuições, poderá a C. F. P. entrar em entendimentos com os órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, dos Territórios e do Distrito Federal, bem como celebrar contratos e acordos com entidades particulares, observada a legislação em vigor, no que lhe for aplicável

Art. 6.º Como órgão subordinado à C. F. P. funcionará o “Serviço de Controle e Recebimento de Produtos Agrícolas e Matérias Primas (S. C. R. P.)” ao qual incumbe o recebimento, verificação, classificação, loteamento, armazenagem, imunização, seguro e defesa comercial dos estoques de produtos agropecuários e matérias primas, recebidos pelo Governo Federal, em virtude de financiamento ou de outras operações de crédito.

Parágrafo único. Para cabal desempenho das atribuições do S. C. R. P., nos Estados, serão criadas as agências que se fizerem necessárias, por proposta da C. F. P. ao Presidente da República.

Art. 7.º O S. C. R. P. será dirigido por um superintendente, nomeado em comissão pelo Presidente da República.

Parágrafo único. Ao superintendente, além da sua remuneração ou vencimento, caberá a gratificação que for arbitrada no regimento da C. F. P.

Art. 8.º A C. F. P. terá uma Secretaria formada por funcionários públicos requisitados na forma da legislação em vigor e pelo pessoal do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, que for necessário.

§ 1.º Os trabalhos da Secretaria serão dirigidos por um secretário, de livre escolha do ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

§ 2.º Os funcionários que se tornarem necessários aos serviços do S. C. R. P. serão distribuídos pela Secretaria da C. F. P., por determinação do seu presidente.

Art. 9.º A C. F. P. poderá requisitar, admitir e contratar técnicos, com a aprovação do Presidente da República.

Art. 10. Dentro de dez (10) dias após a sua constituição, a C. F. P. submeterá à aprovação do Presidente da República o regimento respectivo.

Art. 11. Para atender às despesas (Serviços e Encargos) de instalação e funcionamento da C. F. P., de sua Secretaria e do S. C. R. P. fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de oitocentos mil cruzeiros (Cr\$ 800.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 12. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.213 — DE 21 DE JANEIRO DE 1943

Modifica o art. 16 da lei sobre a organização e proteção da família

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 16 do decreto-lei n. 3.200, de 19 de abril de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação :

Art. 16. O filho natural, enquanto menor, ficará sob o poder do progenitor que o reconheceu, e, se ambos o reconheceram, sob o do pai, salvo se o juiz decidir doutro modo, no interesse do menor.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.214 — DE 21 DE JANEIRO DE 1943

Dispõe sobre a concessão de livramento condicional a sentenciados por crimes cometidos antes da vigência do Código Penal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O juiz pode conceder livramento condicional ao condenado a uma ou mais penas privativas da liberdade por tempo superior a um ano, quando se tratar de crimes comuns cometidos antes da vigência do Código Penal (decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940), satisfeitos os requisitos dos ns. II e III do art. 60, do mesmo Código.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.215 — DE 21 DE JANEIRO DE 1943

Considera de carater essencialmente militar a Fábrica Nacional de Motores e sua Comissão Construtora, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A Fábrica Nacional de Motores e sua Comissão Construtora são consideradas de carater essencialmente militar.

Parágrafo único. Ao pessoal que nelas serve são applicaveis os dispositivos do decreto-lei n. 4.937, de 9 de novembro de 1942.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.216 — DE 22 DE JANEIRO DE 1943

Modifica o art. 3.º do decreto n. 86, de 14 de março de 1935

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 18º da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 3.º do decreto n. 86, de 14 de março de 1935, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3.º Fica o diretor do Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio autorizado a:

I — estabelecer, de acordo com as tabelas oficiais, os critérios que forem necessários para a classificação das lesões resultantes de accidentes do trabalho e moléstias profissionais;

II — classificar as lesões e moléstias profissionais que não se enquadrarem nas tabelas oficiais ou nos critérios estabelecidos;

III — fornecer o índice profissional das atividades que não constarem das tabelas oficiais.”

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.217 — DE 22 DE JANEIRO DE 1943

Abre ao Ministério da Educação e Saude o crédito especial de Cr\$ 15.000,00 para pagamento de subvenção

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saude o crédito especial de quinze mil cruzeiros (Cr\$ 15.000,00) para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) da subvenção concedida em 1941 ao Patronato de Nossa Senhora Auxiliadora, com sede em Fortaleza, no Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.218 — DE 22 DE JANEIRO DE 1943

Fixa a gratificação para os membros das Comissões de Biofarmácia e de Revisão da Farmacopéia do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina do Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Aos membros da Comissão de Biofarmácia (C. Bf.), e da Comissão de Revisão de Farmacopéia (C. R. F.), a que se referem as alíneas a e b do § 1.º do art. 2.º do decreto n. 9.810, de 1 de julho de 1942, será atribuída uma gratificação, a título de representação, correspondente a Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) por sessão a que comparecerem, até o máximo de 4 (quatro) por mês.

Art. 2.º Para atender, no exercício de 1943, ao pagamento da despesa prevista no art. 1.º deste decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros).

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.219 — DE 22 DE JANEIRO DE 1943

Autoriza a Companhia Rádio Internacional do Brasil a executar os serviços radiotelefônico público interior e radiotelefônico público restrito interior e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e atendendo ao que requereu a Companhia Rádio Internacional do Brasil, decreta:

Art. 1.º Fica concedida à Companhia Rádio Internacional do Brasil permissão, por vinte e cinco anos, de acordo com o disposto no decreto-lei nú-

mero 1.291, de 25 de maio de 1939, para executar serviço radiotelefônico público interior e radiotelefônico público restrito interior, sem monopólio ou privilégio qualquer, nos termos das cláusulas que com este baixam, assinadas pelo ministro de Estado da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Ficam alteradas as cláusulas I e III dos contratos assinados com a mesma empresa, com fundamento nos decretos-leis ns. 2.463, e 2.464, de 1 de agosto de 1940, para a execução dos serviços radiotelefônicos público internacional, público restrito internacional e radiotelegráfico público internacional afim de que as cidades de Natal, Fortaleza, Belem e Manaus possam ser encorporadas à rede internacional que já vem explorando a Companhia Rádio Internacional do Brasil em virtude dos mesmos contratos.

Art. 3.º O contrato decorrente desta concessão bem como os termos aditivos aos contratos assinados, respectivamente, com fundamento nos decretos-leis ns. 2.463 e 2.464, de 1 de agosto de 1940, deverão ser assinados dentro do prazo de trinta dias a contar da data da publicação deste decreto-lei no *Diário Oficial*, sob pena de ser desde logo considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Cláusulas a que se refere o art. 1.º do decreto-lei n. 5.219,
de 22 de janeiro de 1943

CLÁUSULA I

E' a Companhia Rádio Internacional do Brasil, sociedade anônima, com sede na Capital Federal, autorizada a executar, de acordo com o decreto-lei n. 1.291, de 25 de maio de 1939, sem monopólio ou privilégio de espécie alguma, serviço radiotelefônico público interior e radiotelefônico público restrito interior, montando, para esse fim, sem onus para o Governo Federal, estações constantes dos necessários transmissores e receptores, juntos ou separados, em pontos do território nacional, destinados a ligar, por meio de radiotelegrafia, a Capital da República e as capitais e cidades principais dos Estados, entre si, e com estações moveis.

§ 1.º Os planos e orçamentos das estações, bem como as propostas de aquisições de terrenos e materiais para as edificações, instalações e exploração da rede serão, sempre, submetidos, previamente, à aprovação do Governo, por intermédio do Departamento dos Correios e Telégrafos a cujo encargo ficará a fiscalização direta da execução deste contrato.

§ 2.º A concessionária obriga-se a ter a sua diretoria constituída, no mínimo, de dois terços de brasileiros natos, com funções efetivas na administração; a admitir como operadores somente brasileiros natos e a empregar, nos outros serviços, quer técnicos, quer administrativos, também dois terços de brasileiros natos, dispensando aos empregados brasileiros, quaisquer que sejam, o mesmo tratamento que aos estrangeiros em desempenho de funções equivalentes ou de igual categoria, inclusive fixando-lhes salários de igual nível e pagando-lhes na mesma moeda.

§ 3.º A concessionária poderá executar o serviço:

- a) diretamente, de uma a outra estação;
- b) indiretamente, por meio de uma ou mais de uma de suas estações de acordo com as necessidades técnicas e do tráfego;
- c) indiretamente, em tráfego mútuo com outras redes radiotelefônicas, sejam do Governo ou de outras concessionárias.

CLÁUSULA II

A presente concessão vigorará pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos contados da data do registro do respectivo contrato pelo Tribunal de Contas, e prorrogável por períodos de 5 (cinco) anos, respeitados os dispositivos da cláusula XXIII, não podendo a Companhia alterar os seus estatutos sem prévia audiência e aprovação do Governo.

CLÁUSULA III

A concessionária se obriga a instalar, inicialmente, nos prazos estipulados nas cláusulas IV e V, estações nas cidades a seguir mencionadas, podendo, para tanto, utilizar-se dos locais cuja escolha haja sido ou venha a ser aprovada, para o serviço internacional que executa com fundamento nos decretos-leis ns. 2.463 e 2.464, de 1 de agosto de 1940, e n. 4.749, de 28 de setembro de 1942:

Capital Federal,
Porto Alegre, E. do Rio Grande do Sul,
Curitiba, E. do Paraná,
Salvador, E. da Bahia,
Recife, E. de Pernambuco.
Natal, E. do Rio Grande do Norte,
Fortaleza, E. do Ceará,
Belem, E. do Pará,
Manaus, E. do Amazonas,
Vitória, E. do Espírito Santo.

A concessionária poderá, a qualquer tempo, instalar estações em outros pontos do território nacional, observado o disposto no art. 5.º do decreto-lei n. 1.291, de 25 de maio de 1939.

CLÁUSULA IV

A concessionária não iniciará a instalação de qualquer estação, sem prévia aprovação do Governo Federal, da escolha do local, para esse fim, bem como das plantas, especificações técnicas e orçamentos respectivos.

§ 1.º Para a apresentação das plantas dos locais destinados às estações e dos projetos, orçamentos e especificações técnicas das respectivas instalações, prevalecerão os seguintes prazos:

- a) de 3 (três) meses, contados da data do registro do contrato pelo Tribunal de Contas, para serem submetidas ao exame e aprovação do Governo, as plantas dos locais destinados à montagem das estações;
- b) de 6 (seis) meses, a contar da data da aprovação da escolha dos locais destinados às estações, para serem submetidos a exame e aprovação do Governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações técnicas das instalações.

§ 2.º As estações, que poderão ter tantos transmissores e receptores quantos se fizerem necessários aos serviços, se ligarão ao estabelecimento que a concessionária mantiver em cada cidade, por meio de circuitos aéreos, subterrâneos ou mistos, de propriedade da concessionária, conforme lhe for mais conveniente, mas sempre lançados segundo plano aprovado pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e em conformidade com as posturas locais applicaveis à espécie.

CLÁUSULA V

Todas as estações deverão ser abertas ao público no prazo de 2 (dois) anos, contados da data de aprovação das plantas de que trata a letra *b* da cláusula antecedente, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado a juízo do Governo.

CLÁUSULA VI

Nenhuma estação de rádio poderá iniciar o seu funcionamento, sem que tenham sido determinados pelo Governo Federal, na forma dos regulamentos e convenções internacionais que vigorarem no momento, as frequências e os indicativos de chamada com que a mesma deverá funcionar.

Parágrafo único. De comum acordo com a concessionária, e de conformidade com os dispositivos legais e convenções existentes, o Governo consignará os canais de frequência das estações em quantidade suficiente para atender as necessidades do tráfego tanto de dia como de noite e em todas as épocas do ano.

CLÁUSULA VII

A concessionária fica obrigada a cumprir os preceitos estabelecidos na Convenção Internacional de Telecomunicações e seus Regulamentos e bem assim, todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos ou instruções, que venham a existir, referentes ou applicaveis aos serviços da concessão, sendo-lhes também assegurados os benefícios.

CLAUSULA VIII

A concessionária é obrigada a submeter à aprovação do Governo Federal as tarifas que pretender cobrar do público, as quais não poderão ser majoradas sem prévia autorização governamental.

As chamadas oficiais gozarão de prioridade sobre quaisquer outras e da redução de 50% (cinquenta por cento) sobre a taxa própria da concessionária.

As majorações ou as reduções da tarifa serão tidas como aprovadas, para todos os fins de direito, se, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação competente, não forem impugnadas.

§ 1.º A tarifa que a concessionária cobrará do público será fixada, para todas as comunicações interiores, em um valor uniforme calculado na base de quatro centavos por quilômetro para a média das distâncias geodésicas entre a estação do Rio de Janeiro e cada uma das estações a que a concessionária se obriga a instalar inicialmente pela presente concessão. A tarifa permanecerá a mesma para todas as estações não mencionadas na cláusula III e que porventura venham a ser instaladas pela Concessionária, em consequência de ampliação deste contrato ou em virtude de outros especiais que venham a ser firmados.

§ 2.º As tarifas deverão ser calculadas de modo a permitir à concessionária, durante o período de contrato, a remuneração média anual de 7% (sete por cento) sobre o capital reconhecido.

§ 3.º Para assegurar estavel a remuneração de que trata o parágrafo precedente, será estabelecido, pela concessionária, um fundo de compensação, em depósito especial no Banco do Brasil, ao qual será recolhido o lucro excedente de 7% (sete por cento) ao ano sobre o capital reconhecido, até que esse fundo atinja o valor de 12% (doze por cento) do referido capital. Sempre que o lucro for inferior ao previsto no § 2.º, o Governo Federal autorizará a concessionária a completar os lucros permitidos até a média de 7% (sete por cento) ao ano, com importâncias retiradas do fundo de compensação.

§ 4.º Os lucros excedentes dos limites mencionados nos parágrafos antecedentes serão entregues ao Governo afim de constituírem, em depósito especial no Banco do Brasil, o fundo de amortização do capital reconhecido.

§ 5.º Se durante dois anos consecutivos a remuneração da concessionária for inferior a 7% (sete por cento) ao ano, e desde que o fundo de compensação atinja o valor mínimo de 6% (seis por cento) do capital reconhecido, será permitida a elevação das tarifas. Se durante dois anos consecutivos os lucros recolhidos ao fundo de amortização forem superiores a 5% (cinco por cento) do capital reconhecido, deverá haver redução de tarifa em benefício do público.

§ 6.º Se porventura, em qualquer exercício financeiro a receita bruta for insuficiente para cobrir as despesas de custeio de acordo com as estipulações da cláusula XXII, o déficit resultante será levado ao exercício seguinte como despesa de custeio.

CLÁUSULA IX

A concessionária fica obrigada a manter a rede radiotelefônica interior, objeto deste contrato, ligada à rede radiotelefônica internacional que vem explorando, em virtude da concessão já outorgada pelo decreto-lei n. 2.463, de 1 de agosto de 1940, e n. 4.749, de 28 de setembro de 1942, ou de quaisquer outras que lhe venham ainda a ser outorgadas. Neste caso, as comunicações entre qualquer estação da rede interior e a estação que fizer a ligação internacional, serão consideradas "interiores", sendo as tarifas máximas a cobrar, compostas da soma das tarifas aplicáveis às várias secções do percurso total a efetuar.

CLÁUSULA X

A concessionária não poderá fazer fusão, ajuste ou convênios, com as companhias ou empresas que explorem serviços radiotelefônicos que funcionem ou venham a funcionar no Brasil, sem prévio consentimento do Governo.

CLÁUSULA XI

A concessionária é obrigada a prestar ao Governo, em qualquer tempo, informações que, acompanhadas dos documentos comprobatórios, permitam ajuizar do modo por que estão sendo explorados os serviços, devendo, além disso, manter, sempre, em dia o registro de todas as comunicações efetuadas.

CLÁUSULA XII

A concessionária pagará ao Departamento dos Correios e Telégrafos a contribuição de 5% (cinco por cento), sobre as quotas partes que lhe couberem, das taxas aprovadas pelo Governo, aplicável a todo o serviço executado.

CLÁUSULA XIII

O ajuste de contas com o Departamento dos Correios e Telégrafos para pagamento da contribuição prevista na cláusula anterior será feito trimestralmente, sendo o débito resultante liquidado no trimestre seguinte ao da aceitação da respectiva conta, pelo mesmo Departamento.

Parágrafo único. Para a garantia da liquidação do débito da Companhia cujo pagamento deixe de ser efetuado nos prazos marcados, fica à União ressalvado o direito sobre todo o acervo da Companhia.

CLÁUSULA XIV

A concessionária obriga-se a manter as suas instalações em perfeito funcionamento, devendo comunicar ao Governo, dentro de 48 horas, qualquer ocorrência grave que tenha causado ou possa vir a causar interrupção do serviço.

CLÁUSULA XV

A concessionária é obrigada a transmitir, gratuitamente, os boletins do serviço meteorológico, até 15 (quinze) minutos diários, em cada circuito, sempre que essa transmissão lhe seja confiada.

CLÁUSULA XVI

O Governo fiscalizará, por intermédio do Departamento dos Correios e Telégrafos e como julgar conveniente, o assentamento das instalações da concessionária e a execução, condução ou exploração dos serviços, podendo, para isso, exigir, a qualquer momento, a apresentação de documentos, examinar livros e toda a escrituração da concessionária a qual deverá ser, obrigatoriamente, redigida em português.

Para as despesas de fiscalização pagará a concessionária as seguintes contribuições anuais:

- a) Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) no primeiro trimestre de cada ano, para as despesas da fiscalização da concessão;
- b) Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) por estação, no primeiro semestre de cada ano;
- c) Taxa de licença para o funcionamento das estações.

CLÁUSULA XVII

Para garantir a execução do contrato, a concessionária manterá, durante o prazo da concessão, na Caixa Econômica do Rio de Janeiro, ou no Banco do Brasil, como caução, o depósito de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) moeda corrente, sem direito a juros.

Parágrafo único. A caução responderá, também, pelo pagamento de multas, taxas, contribuições e impostos devidos pela concessionária à União.

CLÁUSULA XVIII

Pela inobservância de qualquer das presentes cláusulas, poderá o Governo impor multas à concessionária de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 5.000,00 (mil a cinco mil cruzeiros), moeda corrente, e o dobro na reincidência.

A importância de qualquer multa será recolhida à Tesouraria do Departamento dos Correios e Telégrafos, dentro de 30 (trinta) dias da data da notificação publicada no *Diário Oficial*, mediante guia extraída pela Fiscalização.

CLÁUSULA XIX

A concessão incorrerá em caducidade, *pleno jure*, declarada por decreto do Governo, independentemente de interpelação ou ação judicial, sem que a Companhia tenha direito a indenização alguma e nem à devolução da caução:

a) se as estações não estiverem em funcionamento dentro do prazo estabelecido na cláusula V;

b) se, depois de iniciadas, as comunicações ficarem, no todo ou em parte, interrompidas por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, salvo motivo de força maior, a juízo do Governo;

c) se a concessionária realizar serviços de caráter telegráfico, em fonogramas, ou utilizar a concessão para fins diversos do estipulado neste contrato;

d) se, sem prévia autorização do Governo, celebrar convênios ou ajustes com qualquer outra empresa particular de serviço telefônico ou radiotelefônico que funcione ou venha a funcionar no país ou no estrangeiro;

e) se, sem prévia autorização do Governo, transferir direta ou indiretamente o objeto desta concessão; considerando-se transferência indireta da concessão, qualquer fusão ou ligação financeira, no país ou no estrangeiro que acarrete sua subordinação ou predominância;

f) se não forem pagas, nas épocas marcadas, as contribuições para as despesas de fiscalização ou, dentro do prazo fixado na cláusula XIII, os saldos devedores das contas sobre as quais não tenha havido reclamações;

g) se não for completada dentro de 30 dias a caução de que trata a cláusula XVII, logo que dela se tenha retirado qualquer quantia para pagamento de multas, taxas ou impostos devidos pela Companhia;

h) se deixarem de ser feitos, em depósito no Banco do Brasil, os fundos de compensação, o de renovação, caso seja autorizado, e o de amortização.

Parágrafo único. Se qualquer das estações previstas na cláusula III não estiver em funcionamento dentro do prazo estipulado na cláusula V, a concessionária perderá o direito de instalar a respectiva estação.

CLÁUSULA XX

A concessionária fica obrigada ao pagamento de todos os impostos que incidirem sobre os seus serviços e dos direitos aduaneiros sobre todo o material que importar para as instalações, conservação e execução dos mesmos.

CLÁUSULA XXI

A concessionária, mediante requisição do Governo, obriga-se a suspender, temporariamente, os serviços, no todo ou em parte, toda a vez que assim exigirem motivos de ordem, de segurança ou de calamidade pública, de guerra ou ameaça de guerra intestina ou com o exterior, ou para preservar a neutralidade do país, sem que venha assistir à Companhia direito a qualquer indenização, ficando, entretanto, o prazo desta concessão prorrogado, automaticamente, por período igual ao que corresponder à suspensão do serviço decorrente dessa requisição.

CLÁUSULA XXII

Para os efeitos deste contrato, e afim de se poder determinar a importância da remuneração, em qualquer ano, do capital reconhecido a que se refere a cláusula VIII, serão considerados:

I — Como renda bruta:

A soma de todas as rendas ordinárias, extraordinárias e eventuais arrecadadas pela concessionária e a ela pertencentes, relativas à exploração dos serviços da concessão.

II — Como despesas de custeio:

a) A soma de todas as despesas relativas a salários, ordenados e outras remunerações do pessoal; a aluguéis; a transporte de pessoal em serviço, dentro do país; a aquisições de materiais, inclusive utensílios e ferramentas, para conservação e melhoramento de linhas, de edifícios, de instalações e de maquinismos das estações, dos escritórios e de todas as dependências utilizadas nos serviços da concessão, e, ainda, os *deficits* de exercícios anteriores, de acordo com o § 6.º da cláusula VIII e todos os impostos, taxas, indenizações e contribuições que forem pagos pela concessionária, como organização, em virtude da concessão ou de lei.

b) A parte proporcional das despesas de custeio, incluindo-se as de operação, engenharia geral, supervisão, contabilidade e administração da empresa, comuns aos serviços desta concessão e a outros executados pela concessionária em virtude de contratos celebrados com o Governo Federal, calculada essa parte tomando-se a relação entre a receita bruta de que trata o item I desta cláusula e a receita bruta total da empresa.

c) As contribuições que, mediante autorização prévia do Governo, forem fixadas para a constituição de um fundo de substituição ou renovação de equipamentos, afim de que as instalações possam ser mantidas com o máximo de eficiência.

III — Como renda líquida:

A diferença entre a renda bruta e as despesas de custeio. O valor da renda líquida será utilizado para determinar, de acordo com a cláusula VIII, a percentagem da remuneração do capital reconhecido que cabe à concessionária.

IV — Como capital reconhecido:

a) A soma de todas as quantias aprovadas pelo Governo Federal, tanto para as primeiras instalações como para os acréscimos e melhoramentos posteriores, nos termos desta concessão, que a concessionária despende com a aquisição de terrenos, edifícios, construção e instalação de equipamentos, de antenas, de linhas e de cabos, estabelecimento de escritórios e na aquisição de quaisquer outros itens do ativo fixo que sejam necessários à perfeita execução dos serviços da concessão, inclusive, despesas de administração, contabilidade, engenharia e despesas gerais, juros e outros encargos financeiros imputáveis à aquisição e instalação desses terrenos, edifícios, equipamentos, antenas, linhas, cabos, escritórios e de todos os itens do ativo fixo, até a data em que os referidos itens forem incorporados aos serviços da concessão.

§ 1.º Os juros a que se refere o final da alínea precedente serão contados a partir da data da encomenda dos equipamentos, aquisição de terrenos e início das construções de edifícios, depois da aprovação, pelo Governo, dos projetos e plantas de aquisições e instalações.

§ 2.º Não se computarão no capital reconhecido, para efeito de amortização e de remuneração à concessionária, o valor de aquisições ou realizações de qualquer espécie, para ampliação, melhoramento e renovação dos equipamentos e serviços, desde que as somas aplicadas com esse objetivo, provenham das próprias rendas dos serviços como parte da arrecadação do exercício ou do fundo de reserva constituído de conformidade com a letra c do item 2 desta cláusula.

§ 3.º As quantias autorizadas pelo Governo como despesas a conta deste capital reconhecido considerar-se-ão encorporadas nesta conta a partir da data em que as respectivas construções, instalações e demais itens tenham sido postos no serviço desta concessão.

§ 4.º As quantias autorizadas pelo Governo para inclusão na conta do capital reconhecido, serão consideradas aprovadas, desde que o Governo sobre elas não se tenha manifestado, no prazo de 60 dias contados da data da apresentação ao Departamento dos Correios e Telégrafos dos respectivos comprovantes e detalhes das despesas.

b) A concessionária poderá, mediante prévia autorização do Governo, fazer emissão de debêntures, mas os juros das mesmas compreendem-se, em qualquer hipótese, como correndo a conta dos 7 % (sete por cento) sobre o capital reconhecido, reservados como remuneração anual da concessionária.

CLÁUSULA XXIII

Se ao expirar o prazo inicial do contrato, o fundo de amortização acrescido do saldo existente no de compensação e no fundo de reserva para renovação já tiver atingido valor igual ao do capital reconhecido, todos os bens constitutivos do acervo dos Serviços passarão à propriedade do Governo, se este assim o entender, recebendo a concessionária as importâncias acumuladas nos referidos fundos para reembolso de seu capital. Se expirado o prazo inicial da concessão, ou qualquer de suas prorrogações, o fundo de amortização somado aos de compensação e reserva não houver atingido o valor acima mencionado e o Governo resolver tomar posse dos bens constitutivos dos Serviços, completará o fundo de amortização, com importância suficiente para elevar o seu total ao valor acima estipulado, reembolsando a concessionária de seu capital reconhecido.

Se, afim de atender a necessidade pública, resolver encampar o contrato antes de terminar o prazo da concessão, o Governo, utilizando-se do fundo de amortização, ou de quaisquer outros, pagará à concessionária a importância estipulada na parte primeira desta cláusula, acrescida de importância correspondente a 3 ½ % (três e meio por cento) do capital reconhecido, multiplicada pelo número de anos que faltar para a terminação do contrato.

Se após 120 dias de terminar o prazo do contrato, ou de qualquer de suas prorrogações, o Governo não providenciar para tomar posse dos bens constitutivos dos serviços, na forma prevista nos itens anteriores, a concessão será prorrogada automaticamente por um prazo de cinco anos, nas mesmas condições contratuais.

CLÁUSULA XXIV

As tomadas de contas serão feitas anualmente nas datas e pela forma estabelecida nas instruções que forem baixadas para esse fim, de modo a fixarem-se o capital reconhecido e os lucros da Companhia provenientes desta concessão.

A concessionária organizará, mensalmente, segundo modelos estipulados nas instruções, os inventários das despesas de custeio e das receitas arrecadadas, por estações, e submete-los-á à fiscalização dentro de prazo razoável, acompanhados de documentos comprovantes, devidamente classificados.

CLÁUSULA XXV

As dúvidas e questões que se suscitarem entre o Governo e a concessionária sobre a aplicação e inteligência das cláusulas deste contrato serão, na impossibilidade de acordo, definitivamente decididas por arbitramento.

§ 1.º Para o arbitramento nomearão as partes um árbitro, cada uma, e, previamente e de comum acordo, um terceiro desempatador que funcionará somente se os dois primeiros não chegarem a acordo.

§ 2.º O recurso ao Poder Judiciário no tocante às questões relativas ao pagamento de multas, taxas ou impostos, não suspende a sanção de que trata a cláusula XIX.

CLÁUSULA XXVI

O foro do contrato será o da Capital Federal.

CLÁUSULA XXVII

O contrato só entrará em vigor depois de registado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo por indenização alguma se aquele instituto denegar-lhe o registo.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1943. — *João de Mendonça Lima*.

DECRETO-LEI N. 5.220 — DE 22 DE JANEIRO DE 1943

Estabelece medidas para garantir o abastecimento das populações e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O coordenador da Mobilização Econômica tomará as medidas necessárias a que se processe, da maneira mais eficiente, o abastecimento das populações:

- a) estimulando a produção, quer barateando-lhe o custo, quer garantindo aos produtores preços compensadores;
- b) evitando as perdas, mediante armazenamento e expurgo adequado;
- c) regulando e simplificando os transportes, inclusive urbanos.

Art. 2.º Quando for julgado conveniente, e de acordo com os planos financeiros estabelecidos pela Comissão de Financiamentos da Produção, as entidades para-estatais poderão financiar a construção e exploração dos seguintes empreendimentos:

- a) frigoríficos, armazens e silos para gêneros alimentícios;
- b) matadouros e moinhos;
- c) estações de expurgo;
- d) entrepostos e mercados regionais.

Art. 3.º O coordenador da Mobilização Econômica determinará preços mínimos de venda dos gêneros alimentícios essenciais, de molde a garantir aos produtores compensação do custo, inclusive riscos e justa remuneração do capital e da iniciativa.

Art. 4.º Para tornar efetiva a garantia de preços, serão realizadas pelo coordenador da Mobilização Econômica as operações necessárias, de acordo com as disponibilidades financeiras que forem aprovadas pelo Presidente da República e fornecidas pela Comissão de Financiamento da Produção.

Art. 5.º O coordenador da Mobilização Econômica determinará:

a) quais os gêneros e as zonas que serão abrangidas pelo sistema instituído no presente decreto-lei;

b) os preços mínimos, atendendo aos locais, às épocas e a que a diferença entre os preços mínimos e máximos de venda, no atacado e no varejo, corresponda aos fretes e outras despesas e a moderadas margens de lucros para os intermediários.

Parágrafo único. Em determinadas circunstâncias, poder-se-á levar em conta nos preços mínimos a necessidade de fomentar a produção em regiões próximas dos centros consumidores.

Art. 6.º Para garantir o cumprimento das tabelas de preços máximos, poderá o coordenador da Mobilização Econômica, por intermédio de órgãos federais, estaduais ou municipais ou para-estatais, estabelecer armazens de venda, quer de gêneros comprados na forma do art. 4.º, quer de outras mercadorias.

Parágrafo único. Os grupos de venda nos armazens a que se refere este artigo serão, em princípio, os tabelados. Não obstante, só poderão ser-lhes inferiores no que toca aos onus decorrentes dos riscos de venda a prazo e de entrega domiciliar.

Art. 7.º As operações previstas no presente decreto-lei ficam sujeitas a todos os impostos ou taxas.

Art. 8.º O saldo apurado, líquido das despesas e onus, com a execução dos arts. 4.º e 6.º do presente decreto-lei constituirá renda da União e será escriturado na rubrica própria do Orçamento da Receita.

Art. 9.º Aplica-se o disposto nos arts. 5.º e 6.º do decreto-lei n. 4.750, de 28 de setembro de 1942, a todos os que prestarem informações falsas, ou injustificadamente demoradas ao coordenador da Mobilização Econômica ou a seus delegados.

Art. 10. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.221 — DE 22 DE JANEIRO DE 1943

Aprova despesas efetuadas pelo meteorologista, classe H, do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, Otávio Albernaz

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as despesas, no total de nove mil novecentos e noventa e quatro cruzeiros (Cr\$ 9.994,00), efetuadas pelo meteorologista, classe H, do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, Otávio Alber-

naz, por conta do adiantamento no valor de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), pelo mesmo recebido em 1 de novembro de 1939 na Tesouraria do aludido Ministério.

Art. 2.º Fica relevada a multa de um por cento (1 %) aplicada pelo Tribunal de Contas ao funcionário citado no artigo anterior, nos termos do art. 298 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, por não haver apresentado, no prazo legal, os documentos comprobatórios da exata aplicação do adiantamento recebido.

Art. 3.º Fica assegurado ao meteorologista Otávio Albernaz o direito à restituição das importâncias já descontadas nos seus vencimentos em cumprimento à decisão do Tribunal de Contas.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.222 — DE 23 DE JANEIRO DE 1943

Dispõe sobre a organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O entendimento, a que ficou autorizado o ministro da Educação pelo art. 5.º do decreto-lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, poderá ser feito com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, e abrangerá a matéria do art. 4.º do mesmo decreto-lei.

Parágrafo único. Os estabelecimentos federais de ensino industrial, de que tratam os artigos citados, formarão um só, denominado Escola Técnica Federal de Indústria Química e Textil.

Art. 2.º Ficam revogados o § 2.º do art. 8.º, bem como os números VIII, X e XII e o § 2.º do art. 9.º do decreto-lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.

Art. 3.º A definição dos limites da ação didática das escolas técnicas e das escolas industriais da União considerar-se-á matéria própria de decreto expedido de acordo com o art. 74, letra a, da Constituição.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.223 — DE 25 DE JANEIRO DE 1943

Extingue o Conselho de Administração do Lóide Brasileiro e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Lóide Brasileiro fica sob a fiscalização legal, técnica e contábil do Ministério da Viação e Obras Públicas e, especialmente, de uma Delegação de Controle (D. C.), composta de um especialista em assuntos de navegação, indicado pelo M.V.O.P., um contador da Contadoria Geral da República e um funcionário do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas, designados todos pelo Presidente da República.

Art. 2.º Compete à D.C.:

I — examinar todos os documentos de despesa, solicitando os esclarecimentos que julgar necessários e representando ao M.V.O.P. quando os mesmos não forem satisfatórios;

II — encaminhar, acompanhado de parecer, ao M.V.O.P., o balanço da Receita e Despesa do mês anterior, mensalmente, e, em agosto e março de cada ano, respectivamente, o balanço geral do 1.º semestre e os balanços gerais, com seus anexos e dados estatísticos justificativos das operações feitas;

III — encaminhar, acompanhado de parecer, em março de cada ano, ao M.V.O.P., o relatório do Diretor, referente à gestão administrativa e financeira do exercício anterior;

IV — estudar e emitir parecer sobre a proposta orçamentária e o plano de ação técnico-administrativa apresentado anualmente, em outubro, pelo Diretor.

Art. 3.º À vista do parecer a que se refere o item III do art. 2.º, o Ministro da Viação e Obras Públicas proporá ao Presidente da República a aprovação da gestão administrativa do L.B. no ano em causa, ou a responsabilidade de sua direção, pelas irregularidades comprovadas.

Art. 4.º Uma via do balanço geral da “Receita” e “Despesa” e do “Ativo” e “Passivo” de cada exercício deverá ser imediatamente encaminhada, pelo Diretor, à Contadoria Geral da República, para publicação, juntamente com os balanços gerais da União.

Art. 5.º Em outubro de cada ano o Diretor deverá apresentar, por intermédio da D.C., ao M.V.O.P., um plano de administração a ser executado no ano vindouro.

Art. 6.º Até o mês de março de cada ano, o Diretor deverá apresentar ao M.V.O.P., por intermédio da D.C., um relatório circunstanciado da gestão administrativa e financeira no ano anterior.

Art. 7.º Fica extinto o Conselho de Administração do L.B.

Art. 8.º Passam a competir ao Diretor do L.B. as seguintes atribuições:

I — orçar em outubro de cada ano, dentro das possibilidades da receita estimada, a despesa ordinária da empresa, no ano seguinte;

II — estabelecer, em outubro de cada ano, o plano de ação técnico-administrativo da empresa, a ser executado no ano vindouro;

III — estudar e propor ao M.V.O.P. as alterações que julgar conveniente introduzir nos quadros ou tabelas do pessoal;

IV — submeter à aprovação do M.V.O.P. os regimentos para a execução dos serviços afetos a cada um dos departamentos da empresa, bem como aprovar as instruções que julgar necessárias para complemento dos referidos regimentos.

Art. 9.º Ficam revogados o art. 5.º da lei 420, de 10-4-37 e os arts. 10, 36, 37, 38, 39 e 40 do Regulamento aprovado pelo decreto n. 4.969, de 4-12-39.

Art. 10. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.224 — DE 25 DE JANEIRO DE 1943

Extingue o Conselho de Administração do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (S.N.A.A.P.P.), fica sob a fiscalização legal, técnica e contábil do M.V.O.P., e especialmente, de uma Delegação de Controle (D.C.), composta de um engenheiro especializado em portos, indicado pelo D. N. P. N., um especialista em assuntos de navegação, indicado pela Comissão de Marinha Mercante, um contador da Contadoria Geral da República e um funcionário do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas, designados todos pelo Presidente da República.

Parágrafo único. O representante do Tribunal de Contas não tem direito de voto.

Art. 2.º Compete à D.C.:

I — Examinar todos os documentos de despesa, solicitando os esclarecimentos que julgar necessários e representando ao M.V.O.P. quando os mesmos não forem satisfatórios;

II — encaminhar ao M.V.O.P., acompanhados de parecer, o balancete da Receita e Despesa do mês anterior, mensalmente e em agosto e março de cada ano, respectivamente, o balanço geral do primeiro semestre e os balanços gerais, com seus anexos e dados estatísticos justificativos das operações feitas;

III — encaminhar, acompanhado de parecer, em março de cada ano, ao M.V.O.P., o relatório do diretor geral, referente à gestão administrativa e financeira;

IV — estudar e emitir parecer sobre a proposta orçamentária e o plano de administração apresentados, anualmente, em outubro, pelo diretor geral.

Art. 3.º À vista do parecer a que se refere o item III do art. 2.º, o M.V.O.P. proporá ao Presidente da República a aprovação da gestão administrativa do S.N.A.A.P.P. no ano em causa ou a responsabilidade de seu diretor, pelas irregularidades comprovadas.

Art. 4.º Uma via do balanço geral da Receita e Despesa e do Ativo e Passivo de cada exercício deverá ser encaminhada, imediatamente, pelo diretor, à Contadoria Geral da República, para publicação, juntamente com os balanços gerais da União.

Art. 5.º Em outubro de cada ano o diretor geral deverá apresentar, por intermédio da D.C., ao M.V.O.P., o plano de administração a ser executado no ano vindouro.

Art. 6.º Até o mês de março de cada ano, o diretor geral deverá apresentar, por intermédio da D.C., ao M.V.O.P. um relatório circunstanciado da gestão administrativa e financeira no ano anterior.

Art. 7.º Fica extinto o Conselho de Administração do S.N.A.A.P.P.

Art. 8.º Fica revogado o art. 18 do decreto-lei n. 2.154, de 27-4-40.

Art. 9.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.225 — DE 1 DE FEVEREIRO DE 1943

Dispõe sobre a situação militar dos trabalhadores nacionais encaminhados para a extração e exploração de borracha no vale amazônico e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e considerando que a produção da borracha é essencial ao esforço de guerra e à defesa militar do país, decreta:

Art. 1.º Os trabalhadores nacionais encaminhados ao vale amazônico para a extração e exploração da borracha e os que já alí estiverem trabalhando, devidamente contratados, nessas atividades, são considerados de incorporação adiada até a terminação do contrato de trabalho, ou enquanto se dedicarem àquelas atividades.

Art. 2.º Para efeito do adiantamento da incorporação mencionada no artigo anterior, os encargos oficiais do Governos Brasileiro remeterão ao comandante da Região Militar as relações nominais dos trabalhadores convocados para o serviço ativo. Dessas relações devem constar nome, filiação, classe (ano de nascimento), categoria de reservista (1.ª 2.ª ou 3.ª) e Circunscrição de Recrutamento que fez a convocação.

Art. 3.º Os empregadores notificarão aos órgãos oficiais que tenham promovido os contratos de trabalho, a que se refere o art. 1.º, a conclusão ou a rescisão dos mesmos, dentro do prazo de trinta dias, afim de ser feita a necessária comunicação às autoridades militares competentes.

Art. 4.º As autoridades incumbidas da convocação militar, quando o julgarem conveniente procederão, nos locais de trânsito e de trabalho, às diligências necessárias no sentido de fiscalizarem o fiel cumprimento do que dispõe este decreto-lei.

Art. 5.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.226 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1943

Prorroga o prazo para o pagamento do imposto sindical

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e

Considerando que, no corrente exercício, se iniciará o regime de justiça tributária estabelecido para o pagamento do imposto sindical pelo decreto-lei n. 4.298, de 14 de maio de 1942;

Considerando que o referido regime exigiu amplas providências para a generalizada exação desse imposto, entre as quais a da impressão de guias de recolhimento, sendo que as relativas ao Fundo Social Sindical deverão ser distribuídas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em todo o território nacional, aos estabelecimentos bancários, nos quais será feito o recolhimento ou depósito das importâncias correspondentes ao mesmo imposto;

Decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado, no presente exercício, até 28 de fevereiro do corrente ano, o prazo estabelecido no decreto-lei n. 2.377, de 3 de julho de 1940, combinado com o decreto-lei n. 4.298, de 14 de maio de 1942, para o pagamento do imposto sindical devido pelos empregadores, agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.227 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1943

Transfere a Mesa de Rendas Alfandegada, com sede em Porto Xavier, no Estado do Rio Grande do Sul, para Porto Lucena, no mesmo Estado

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferida para a cidade de Porto Lucena, no Estado do Rio Grande do Sul, a Mesa de Rendas Alfandegada de Porto Xavier, no mesmo Estado, mantida a atual jurisdição.

Art. 2.º Para ocorrer às despesas com a transferência da Mesa de Rendas de que trata o artigo anterior e sua instalação na nova sede, fica destacada da Verba IV — Eventuais, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), a importância de trinta mil cruzeiros (Cr\$ 30.000,00).

Art. 3.º O custeio dos serviços da Mesa de Rendas Alfandegada de Porto Lucena será atendido pelas dotações da Verba II — Material, concedidas à Mesa de Rendas Alfandegada de Porto Xavier.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 5.228 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1943

Regula a arrecadação da Taxa Adicional de 10% sobre as tarifas de transporte das estradas de ferro da União e o serviço de juros e amortização das obrigações ferroviárias

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A taxa Adicional de 10% sobre as tarifas de transporte das estradas de ferro da União, criada pelo decreto n. 16.842, de 24 de março de 1925, deverá ser cobrada por todas as estradas de propriedade ou ocupação do Governo Federal e pelas que venham a ser por ele construídas, adquiridas, encampadas ou ocupadas, quer sob sua administração direta, quer entregues à administração de superintendências autônomas ou de entidades autárquicas.

Art. 2.º O produto da arrecadação da referida taxa deverá ser recolhido regularmente ao Tesouro Nacional, de acordo com as competentes instruções em vigor e com suas eventuais alterações ulteriores.

Parágrafo único. Deverá ser recolhida ao Tesouro Nacional, dentro do prazo de trinta dias da data do presente decreto-lei, qualquer importância anteriormente arrecadada à conta dessa taxa, que não o tenha sido em tempo devido.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.229 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1943

Dispõe sobre comprovação de despesas realizadas pelo Serviço Especial de Saúde Pública

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Educação e Saúde autorizado a aceitar, para efeito da comprovação estabelecida no contrato assinado a 17 de julho de 1942, com o Institute of Inter-American Affairs, sobre saúde e saneamento, as despesas realizadas em proveito do Serviço Especial de Saúde Pública a partir de abril do referido ano.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.230 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1943

*Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de
Cr\$ 5.467,70 para pagamento de proventos de disponibilidade.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de cinco mil, quatrocentos e sessenta e sete cruzeiros e setenta centavos (Cr\$ 5.467,70), para atender ao pagamento (Pessoal) dos proventos da disponibilidade do tesoureiro, padrão J, do Quadro VII do mesmo Ministério, Sátiro Gonzaga de Souza, no período de 8 de julho a 27 de outubro de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.231 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1943

*Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de
Cr\$ 2.549.150,00 para despesa com a construção da ponte internacional sobre o rio Uruguai*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de dois milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, cento e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 2.549.150,00), para atender à continuação de despesas preliminares (Serviços e Encargos) com a construção da ponte internacional "Brasil-Argentina", sobre o rio Uruguai.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.232 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1943

Cria a função gratificada de secretário do presidente do Supremo Tribunal Militar e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Guerra, a função gratificada de secretário do presidente do Supremo Tribunal Militar.

que será exercida por funcionário escolhido e designado pelo respectivo presidente, dentre os lotados no aludido Tribunal ou mediante prévia autorização do ministro de Estado, se noutro serviço ou repartição estiver lotado.

Art. 2.º A gratificação de que trata o artigo anterior fica fixada em Cr\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos cruzeiros) anuais.

Art. 3.º A despesa decorrente com a execução do presente decreto-lei, deverá correr à conta do saldo da conta corrente do referido Quadro.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de fevereiro de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.233 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1943

Transfere cargo no Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferido, para a criação de padrão, do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, um cargo da classe 3 da carreira de marinheiro, do mesmo Quadro e Ministério.

Art. 2.º O Serviço do Pessoal da Fazenda apostilará o decreto de nomeação do ocupante do cargo atingido pelo disposto neste decreto-lei.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.234 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1943

Modifica o art. 1.º do decreto n. 5.481, de 25 de junho de 1928

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 1.º do decreto n. 5.481, de 25 de junho de 1928, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º Os edifícios de três ou mais pavimentos construídos de cimento armado, ou material similar incombustível, sob a forma de apartamentos isolados, entre si, contendo cada um pelo menos três peças, e destinados a escritórios ou residência particular, poderão ser alienados no todo ou em parte, objetivamente considerado, constituindo cada apartamento uma propriedade autônoma, sujeita às limitações estabelecidas nesta lei”.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.235 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1943

Prorroga até 31 de julho de 1943 o prazo previsto no art. 43 do decreto-lei n. 4.545, de 31 de julho de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 31 de julho de 1943 o prazo a que se refere o art. 43 do decreto-lei n. 4.545, de 31 de julho de 1942.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.236 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1943

Interpreta os arts. 4.º e 14 do decreto-lei n. 1.237, de 2 de maio de 1939

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e considerando que somente a 1 de maio de 1941 foi instalada a Justiça do Trabalho;

Considerando, assim, que os presidentes de Conselhos Regionais do Trabalho e de Juntas de Conciliação e Julgamento que foram nomeados antes daquela data, funcionaram até 1 de maio de 1941 sob um regime diverso, visto que o processo especial criado pelo decreto-lei n. 1.237, de 2 de maio de 1939, só entrou em vigor naquela data;

Considerando, em consequência, que o período de experiência que subordinará ou não a recondução daquelas autoridades deve ser contado a partir de 1 de maio de 1941;

Decreta:

Artigo único. O período de dois anos a que se referem os artigos 7.º e 14 do decreto-lei n. 1.237, de 2 de maio de 1939, é contado a partir de 1 de maio de 1941.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.237 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1943

Dispõe sobre a nomeação dos vogais e suplentes, representantes dos empregados e dos empregadores, nos Conselhos Regionais do Trabalho, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Nas regiões a que se refere o art. 16 do decreto-lei n. 1.237, de 2 de maio de 1939, onde não existir associação sindical de grau superior legalmente reconhecida, compete ao Presidente da República nomear livremente os vogais e suplentes, representantes dos empregados e dos empregadores, dos respectivos Conselhos Regionais do Trabalho.

Parágrafo único. Na região onde houver associação sindical de grau superior apenas de uma categoria, serão os representantes dessa categoria escolhidos dentre os nomes indicados pela respectiva entidade.

Art. 2.º Fica prorrogada, por mais dois anos, a vigência do art. 73 do regulamento aprovado pelo decreto n. 6.597, de 13 de dezembro de 1940.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.238 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1943

Altera a redação do art. 8.º, do decreto-lei n. 4.953, de 13 de novembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 8.º, do decreto-lei n. 4.953, de 13 de novembro de 1942, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8.º O preço mínimo de aquisição refere-se ao trigo nacional nos pontos de embarque ferroviário e fluvial mais próximos das zonas de produção e será variável de acordo com o peso hectolítico desse cereal.”

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N. 5.239 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1943

Regula a situação hierárquica dos oficiais do Quadro de Oficiais Auxiliares da Aeronáutica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica estabelecido que os oficiais do Quadro de Oficiais Auxiliares, até a satisfação da exigência a que se refere a última parte do art. 6.º do decreto-lei n. 3.448, de 23 de julho de 1941, não poderão exercer funções no serviço de Estado Maior nem o comando de unidades independentes.

Art. 2.º Nos demais casos em que concorram oficiais do Quadro de Oficiais Aviadores e do Quadro de Oficiais Auxiliares que ainda não tenham satisfeito aquela exigência, prevalecerá o critério hierárquico, cabendo, porém, em igualdade de postos, a precedência aos oficiais do Quadro de Oficiais Aviadores.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.240 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1943

Encorpora à Colônia Agrícola Nacional do Pará as terras cedidas à União no município de Monte Alegre, Estado do Pará

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam encorporadas à Colônia Agrícola Nacional do Pará, da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, as terras a que se refere o decreto-lei n. 4.179 de 24 de novembro de 1942, baixado pelo Governo do Estado do Pará.

Art. 2.º O Núcleo Colonial "Inglês de Sousa", situado na mesma região, passa ao regime do decreto-lei n. 3.059, de 14 de fevereiro de 1941.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura baixará as necessárias instruções regulando a situação dos colonos localizados até a data da expedição deste decreto-lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N. 5.241 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1943

Modifica, dando-lhe nova redação, o art. 4.º do decreto-lei n. 4.081, de 3 de fevereiro de 1942

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e, considerando a necessidade de que se efetuem com a devida regularidade os levantamentos de natureza estatística que permitam o real e oportuno conhecimento da indústria nacional, decreta:

Art. 1.º O art. 4.º do decreto-lei n. 4.081, de 3 de fevereiro de 1942, passa a ter a seguinte redação: "As Fichas de Inscrição" e os "Boletins de Produção", devidamente preenchidos, serão devolvidos às repartições que os distribuíram até 30 do mês de abril de cada ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.242 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1943

Dispõe sobre a exigência da prova de sindicalização para fins de representação ou de gozo de isenções

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' exigida a qualidade de sindicalizado para o exercício de qualquer função representativa de classe ou categoria econômica interessadas, em

órgão oficial de deliberação coletiva, bem como para o gozo de favores ou isenções tributárias, salvo em se tratando de atividades não econômicas.

Art. 2.º Antes de posse ou exercício das funções a que alude o artigo anterior ou de concessão dos favores, será indispensável comprovar a sindicalização, ou oferecer prova, mediante certidão negativa de autoridade competente em matéria de trabalho, de que não existe no local onde a atividade é exercida, associação sindical devidamente organizada.

Art. 3.º É concedido o prazo de seis meses a partir da vigência deste decreto-lei para a apresentação das provas a que alude o art. 2.º para aqueles já no exercício de função representativa, e que não hajam feito antes tal comprovação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.243 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1943

Autoriza o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a cobrar os direitos autorais devidos pelas representações das peças premiadas em concurso literário instituído pelo mesmo Ministério

O Presidente da República,

Considerando que a elevação cultural dos trabalhadores do Brasil é um dos altos objetivos do Ministério do Trabalho;

Considerando que o esforço e a abnegação dos nossos trabalhadores devem ser sobejamente conhecidos e apreciados em todos os recantos do Brasil;

Considerando que a peça em primeiro lugar premiada no concurso de romance e comédia instituído pelo Ministério ressalta, bem com as demais contempladas, a luta obstinada do trabalhador pelo desenvolvimento das forças criadoras e riquezas do país, acenando-lhe as esperanças e refletindo-lhe os ideais;

Considerando que o teatro, quando bem orientado, é um poderoso veículo de idealismo e de aperfeiçoamento, através de sua ação educadora;

Considerando que o problema da educação das classes trabalhadoras constitui preocupação permanente do Governo e que ao Ministério do Trabalho incumbe o equilíbrio social e o melhoramento das condições dos trabalhador, resolve:

Art. 1.º Fica o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio autorizado a permitir a quem o solicite a representação de peças teatrais premiadas em concursos por ele instituídos, e mediante o recebimento dos respectivos direitos autorais.

Art. 2.º Nos Estados, a autorização e a cobrança de que trata o artigo anterior ficarão a cargo das Delegacias Regionais e no Estado de São Paulo do Departamento Estadual do Trabalho desse Estado.

Art. 3.º O valor correspondente às importâncias arrecadadas a título de direitos autorais será aplicado na concessão de prêmios aos classificados em concursos de comédias e de romance que visem o aperfeiçoamento do proletariado, e que serão periodicamente promovidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 4.º O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedirá as instruções que se fizerem necessárias à execução do presente decreto-lei, que entrará em vigor à data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Maçcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.244 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 4.200.000,00 para construção de rodovia

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de quatro milhões, duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 4.200.000,00), para atender às despesas (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) com a construção da ligação rodoviária Campina Grande-Caruarú, passando por Cabaceira, Barra de Santo Antônio e Torres, nas condições técnicas das linhas troncos.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.245 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1943

Aprova o Convênio Cultural entre o Brasil e a República Dominicana, firmado no Rio de Janeiro, a 9 de dezembro de 1942

O Presidente da República, nos termos do art. 180 da Constituição:

Resolve aprovar o Convênio Cultural entre o Brasil e a República Dominicana, firmado no Rio de Janeiro, a 9 de dezembro de 1942.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

Convênio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Dominicana

Os Governos da República dos Estados Unidos do Brasil e da República Dominicana, reconhecendo as vantagens que advirão de uma maior aproximação espiritual entre os dois países, com o desenvolvimento do intercâmbio intelectual e científico, expresso pelas facilidades que se concederão aos universitários e profissionais brasileiros e dominicanos para o estudo em Universidades e Institutos especializados de um e outro país e às Missões Culturais que visitem reciprocamente o Brasil e a República Dominicana, resolvem celebrar um Convênio destinado a tal fim e, com esse objetivo, nomeiam seus Plenipotenciários, a saber:

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Doutor Oswaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil; e

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República Dominicana, Sua Excelência o Doutor Gilberto Sánchez Lustrino, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da República Dominicana no Brasil, Uruguai e Paraguai;

os quais, após terem exibido reciprocamente seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

ARTIGO PRIMEIRO

Os Governos da República dos Estados Unidos do Brasil e da República Dominicana darão todo apoio oficial ao intercâmbio entre brasileiros e dominicanos, facilitando, para esse fim, com caráter geral, as viagens de professores das Universidades e Membros de Instituições científicas, literárias e artísticas, afim de que se realizem conferências sobre suas respectivas especialidades ou a respeito das atividades culturais brasileiras e dominicanas.

Convenio Cultural entre los Estados Unidos del Brasil y la República Dominicana

Los Gobiernos de la República de los Estados Unidos del Brasil, y de la República Dominicana, reconociendo las ventajas que les reportará una mayor aproximación espiritual entre los dos países, con el desarrollo del intercambio intelectual y científico, hecho patente en las facilidades que se concederán a los universitarios y profesionales brasileños y dominicanos para estudiar en Universidades e Institutos especializados del uno y otro país, y a las Misiones Culturales que visiten reciprocamente el Brasil y la República Dominicana, resuelven celebrar un Convenio destinado a esos fines y, con ese objeto, nombran sus Plenipotenciarios, a saber:

El Excelentísimo Señor Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil, a Su Excelencia el Doctor Oswaldo Aranha. Ministro de Estado de Relaciones Exteriores del Brasil; y

El Excelentísimo Señor Presidente de la República Dominicana, a Su Excelencia el Licenciado Gilberto Sánchez Lustrino, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de la República Dominicana en el Brasil, Uruguay y Paraguay.

quienes, después de haber exhibido reciprocamente sus Plenos Poderes, hallados en buena y debida forma, han convenido lo siguiente:

ARTICULO PRIMERO

Los Gobiernos de la República de los Estados Unidos del Brasil y de la República Dominicana, darán todo apoyo oficial al intercambio entre brasileños y dominicanos, facilitando, para ese fin, con carácter general, los viajes de Profesores de las Universidades y de Miembros de Instituciones científicas, literarias y artísticas, a fin de que dicten conferencias sobre sus respectivas especialidades o respecto de las actividades culturales brasileñas y dominicanas.

ARTIGO II

No mesmo intuito, as Altas Partes Contratantes prestigiarão a fundação, na respectiva Capital de cada país, de um órgão permanente que coordene o intercâmbio intelectual entre as duas nações e facilite informações e programas aos seus nacionais que se proponham ir estudar no outro país ou conhecer-lhe o desenvolvimento cultural.

ARTIGO III

Cada uma das Altas Partes Contratantes concederá, anualmente dez bolsas para estudantes ou profissionais da outra parte.

ARTIGO IV

Os Governos do Brasil e da República Dominicana incluirão, nos seus orçamentos nacionais, após a ratificação deste Convênio, verbas especiais para a manutenção e pagamento de bolsas escolares em favor de estudantes e profissionais brasileiros e dominicanos, que forem enviados de um a outro país, com o objetivo de especializar ou aperfeiçoar seus estudos, bem como para o custeio das respectivas viagens.

ARTIGO V

Os diplomas de ensino secundário e superior expedidos pelas escolas e universidades oficiais ou reconhecidas de ambos os países, em favor de bolsistas brasileiros e dominicanos, serão válidos nas escolas e universidades do Brasil e da República Dominicana para o ingresso, nesses estabelecimentos de ensino, sem necessidade de apresentação de teses ou prestação de exames.

ARTIGO VI

Serão igualmente, válidos os certificados de estudos parciais realizados em Escolas e Universidades oficiais ou reconhecidas de uma ou outra das Altas Partes Contratantes, desde que os programas desses estudos tenham, nos dois países, o mesmo desenvolvimento.

ARTICULO II

Con el mismo propósito, las Altas Partes Contratantes auspiciarán la fundación, en la respectiva Capital de cada país, de un órgano permanente que coordine el intercambio intelectual entre las dos naciones, y facilite informaciones y programas a sus nacionales que se propongan ir estudiar al otro país, e a conocer su desarrollo cultural.

ARTICULO III

Cada una de las Altas Partes Contratantes concederá, anualmente, diez becas para estudiantes o profesionales de la otra Parte.

ARTICULO IV

Los Gobiernos del Brasil y de la República Dominicana incluirán, en sus presupuestos nacionales, después de la ratificación de éste Convenio, partidas especiales para el mantenimiento y pago de las becas escolares en favor de estudiantes y profesionales brasileños y dominicanos, que fueren enviados del uno al otro país, con el objeto de especializar o de perfeccionar sus estudios, y para el costo de sus respectivos viajes.

ARTICULO V

Los diplomas de enseñanza secundaria y superior, expedidos por las Escuelas y Universidades oficiales o reconocidos de ambos países, en favor de becados brasileños y dominicanos, serán válidos en las escuelas y universidades del Brasil y de la República Dominicana, para el ingreso, en esos establecimientos de enseñanza, sin necesidad de presentación de tesis o de prestación de exámenes.

ARTICULO VI

Serán igualmente válidos los certificados de estudios parciales realizados en las Escuelas y Universidades oficiales o reconocidas de una o otra de las Altas Partes Contratantes, siempre que los programas de esos estudios tengan, en los dos países, el mismo desarrollo.

ARTIGO VII

Os diplomas ou certificados, expedidos pelos estabelecimentos de ensino secundário ou superior de um país em favor de estudantes cujos pais se encontram no outro, a serviço oficial de seu governo, serão reconhecidos pelas escolas e universidades do Brasil e da República Dominicana, para os efeitos de continuação de estudos ou de revalidação no país de origem de seu portador, sempre que a legislação assim o exija. Na falta de equivalência das séries dos cursos de um país no outro, esses alunos poderão proceder a exames que não prejudiquem a continuidade de seus estudos.

ARTIGO VIII

Tanto os bolsistas beneficiados por este Convênio e mencionados no artigo III, como os estudantes que se achem nas condições do artigo VII, ficarão dispensados, nos respectivos países, das formalidades usuais exigidas pelas leis de ensino, bem como do pagamento de taxas de matrículas, certificados de conclusão de curso, exames, diplomas ou títulos e de quaisquer outras taxas do mesmo gênero.

ARTIGO IX

Este Convênio será ratificado dentro do mais breve prazo possível e suas ratificações serão trocadas em Ciudad Trujillo.

ARTIGO X

O presente Convênio entrará em vigor logo que seja aprovado e ratificado pelas Altas Partes Contratantes e continuará a vigorar indefinidamente até que alguma delas o denuncie com um ano de antecedência.

Em fé do que, os Plenipotenciários acima nomeados firmam e selam o

ARTICULO VII

Los diplomas o certificados expedidos por los establecimientos de enseñanza secundaria o superior de un país, en favor de estudiantes cuyos padres se encuentren en el otro, en servicio oficial de su Gobierno, serán reconocidos por las Escuelas y Universidades del Brasil y de la República Dominicana, para los efectos de continuación de los estudios o de revalida, en el país de origen de su portador, siempre que la legislación así lo exija. En caso de falta de equivalencia de las series de los cursos de un país en el otro, esos alumnos podrán proceder a exámenes que no perjudiquen la continuación de sus estudios.

ARTICULO VIII

Tanto los becados beneficiados por este Convenio y mencionados en el Artículo III, como los estudiantes que se hallen en las condiciones del Artículo VII, quedarán dispensados, en ambos países, de las formalidades usuales exigidas por las leyes de enseñanza, así como del pago de contribuciones o derechos de matrículas, certificados de conclusión de curso, de exámenes, de diplomas o títulos, y de cualesquier otros impuestos o contribuciones del mismo género.

ARTICULO IX

Este Convenio será ratificado dentro del más breve plazo posible y sus Ratificaciones serán cangeadas en Ciudad Trujillo.

ARTICULO X

El presente Convenio entrará en vigor tan pronto sea aprobado y ratificado por las Altas Partes Contratantes y continuará rigiendo indefinidamente hasta que alguna de ellas lo denuncie con un año de anticipación.

En fe de lo cual, los Plenipotenciarios arriba nombrados firman y

presente Convênio, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e castelhana, na cidade do Rio de Janeiro, aos nove dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e quarenta e dois.

sellan el presente Convenio, en dos ejemplares, en portugués y en castellano, en la ciudad de Rio de Janeiro, a los nueve dias del mes de Diciembre del año de mil novecientos quarenta y dos.

L.S. Oswaldo Aranha.

L.S. Oswaldo Aranha.

L.S. Gilberto Sánchez Lustrino.

L.S. Gilberto Sánchez Lustrino.

DECRETO-LEI N. 5.246 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1943

Autoriza o Ministro da Agricultura a baixar as instruções a que se refere a letra "c" da cláusula 5.ª do Acordo firmado entre o Governo Brasileiro e o Governo Norte-Americano

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministro da Agricultura autorizado a baixar as instruções anexas de conformidade com o previsto na letra c da cláusula 5.ª do acordo firmado entre o Governo Brasileiro e o Governo Norte-Americano para o fomento da produção de gêneros alimentícios.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

Instruções para execução do acordo firmado em 3 de setembro de 1942, entre os Governos Brasileiro e Norte-Americano, para produção de gêneros alimentícios.

I — A "Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios", tendo em vista o acordo celebrado entre os Governos do Brasil e dos Estados- Unidos da América do Norte, em 3 de setembro deste ano, está encarregada das seguintes providências no norte e no nordeste do Brasil:

a) assistência técnica ao aumento e melhoria da produção dos gêneros alimentícios de origem animal e vegetal;

b) provimento de meios, ferramentas, equipamentos, inseticidas, etc., para o incremento da produção de gêneros alimentícios de origem animal e vegetal;

c) ampliação dos recursos das Divisões de Fomento da Produção Vegetal e Animal, visando a implantação de um serviço de extensão eficaz, nos moldes da moderna técnica agro-pecuária executada no Brasil e nos Estados Unidos;

d) elaboração de planos, assistência técnica e execução de obras de irrigação, drenagem e conservação do solo;

e) colaboração na resolução dos problemas de beneficiamento, armazenagem, conservação e distribuição dos produtos alimentícios;

Col. de Leis — Vol. I

f) assistência técnica e financeira à colonização agrícola;
g) melhoria das condições de nutrição das populações nas áreas de execução do Acordo.

II — Os serviços de fomento já em execução e constantes dos contratos firmados entre a União e os Estados, terão prosseguimento normal dentro do plano geral do Acordo Brasileiro-Norte americano.

III — A “Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios” será constituída dos seguintes órgãos:

a) Escritório Central, no Rio de Janeiro, para o registro e controle das atividades da Comissão;

b) dependências nos Estados, dirigidas pelos Chefes das Secções de Fomento Agrícola, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal.

IV — Mediante proposta do Presidente da Comissão e aprovação do Ministro da Agricultura, poderão ser criadas outras dependências, de conformidade com as necessidades do serviço.

V — Os recursos financeiros para custeio dos serviços de que tratam estas instruções, serão constituídos pelos créditos constantes das cláusulas 3.^a e 4.^a do Acordo firmado entre os Governos Norte-Americano e Brasileiro.

VI — A aplicação dos recursos constantes dos itens 2.^o e 3.^o, da cláusula 3.^a, será feita dentro das normas regulamentares atualmente em vigor.

VII — Sobre os recursos referidos na alínea anterior, a Comissão Brasileiro-Americana tomará conhecimento, de conformidade com o que dispõe o convênio firmado.

VIII — Os recursos referidos no item 1.^o da cláusula 3.^a, e itens 1.^o e 2.^o da cláusula 4.^a, serão aplicados na aquisição de material e no pagamento do pessoal admitido pela Comissão e no das vantagens, indenizações e transportes que forem concedidos, na forma da legislação, àquele pessoal e aos funcionários e extranumerários requisitados.

IX — O pessoal mensalista será admitido e dispensado pelo Presidente da Comissão ou seu substituto, mediante tabelas numéricas propostas pela Comissão e aprovadas pelo Ministro da Agricultura.

X — O pessoal diarista será admitido e dispensado pelos Chefes de Serviços nos Estados, mediante tabelas numéricas aprovadas pela Comissão.

XI — Além do pessoal admitido na forma dos itens IX e X, poderão ser requisitados os funcionários e extranumerários do Ministério da Agricultura, que forem julgados necessários, na forma do art. 35, do Estatuto dos Funcionários e da Circular n. 13-42, da Secretaria da Presidência da República.

XII — Ao pessoal admitido ou requisitado, pela Comissão Brasileiro-Americana, poderá ser concedida diária, quando se afastar, em objeto de serviço, da dependência em que estiver lotado, de acordo com a tabela proposta pela Comissão e aprovada pelo Ministro, não podendo, porém, o total das diárias, por mês, exceder à metade do respectivo salário ou vencimento.

XIII — Competirá ao Ministro arbitrar ajudas de custo superiores a 1 mês de remuneração e ao Presidente da Comissão as de quantia correspondente ou inferior a 1 mês.

XIV — O pagamento das ajudas de custo será feito logo após o ato que determinou a movimentação do servidor.

XV — Todas as aquisições de material deverão ser feitas mediante coleta de preços ou nos termos da letra b do art. 246 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, salvo casos especiais autorizados pelo Ministro.

XVI — Dependência de autorização prévia do Ministro as aquisições de custo unitário superior a 10 mil cruzeiros.

XVII — O Ministro poderá delegar poderes ao Presidente da Comissão para tomar providências que sejam de sua competência de modo expresse, indicando prazo e fim da delegação de competência.

XVIII — Terminada a vigência do Acordo Brasileiro-Norte Americano, o pessoal admitido fica automaticamente dispensado e os funcionários e extra-numerários requisitados voltarão, imediatamente, aos serviços ou repartições de que foram desligados.

XIX — A Comissão providenciará no sentido de que, desde a instalação de suas dependências e Escritório Central, seja, numas e noutro, organizados os respectivos arquivos, de modo que facilitem, em qualquer tempo, o conhecimento, consulta e busca de qualquer papel, referente a assuntos técnicos, de administração e contabilidade, mantida em rigorosa ordem cronológica de dia, mês e ano a documentação comprovante da escrituração.

XX — Todos os casos omissos nestas Instruções e de dúvidas surgidas na execução do Acordo, serão resolvidos pelo Ministro, por escrito.

DECRETO-LEI N. 5.247 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1943

Modifica a redação dos arts. 17, 31, 66 e 68 do Código de Minas e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

Art. 1.º Ficam assim redigidos os arts. 17, 31, 66 e 68 do decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas):

“Art. 17. O concessionário da autorização de pesquisa pagará pela área a pesquisar a seguinte taxa:

	Por hectare
	Cr\$
Classes I a VII	10,00
Classes VIII a IX	5,30
Classe X	0,50
Classe XI	10,00

Parágrafo único. A taxa mínima da autorização de pesquisa será de Cr\$ 300,00.”

“Art. 31. A autorização de lavra será dada em decreto, que se transcreverá no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral.

Parágrafo único. A transcrição far-se-á após o pagamento da taxa do decreto, a qual será duas vezes a da autorização de pesquisa correspondente”.

“Art. 66. Os tributos mencionados no art. 68 e referentes aos minerais ou beneficiadores, de acordo com os dispositivos deste Código.

§ 1.º A Diretoria das Rendas Internas, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral, poderá propor ao Ministro da Fazenda que qualquer minério fique equiparado, para fins do disposto no presente artigo, aos obtidos por faiscação ou garimpagem, ou por trabalhos assemelhados.

§ 2.º A equiparação, de que cogita o parágrafo anterior, se tornará efetiva após expedição de circular pelo Ministério da Fazenda”.

“Art. 68. O minerador habilitado por decreto de autorização de pesquisa ou de lavra, ou garantido pelo § 4.º do art. 143 da Constituição, bem como o comprador ou beneficiador de minério obtido por faiscação ou garimpagem ou

por trabalhos assemelhado somente estão sujeitos aos tributos lançados pela União, pelo Estado ou pelo Município, num total de 8 % do valor da produção efetiva da jazida ou mina, incluindo-se neste limite quaisquer outros impostos ou taxas, excetuado apenas o de renda, que venham a recair sobre a jazida ou mina, sobre o produto dela extraído, sobre o próprio minerador, ou sobre as operações que o mesmo realizar com esse produto.

§ 1.º Continua isenta de quaisquer impostos ou taxas a faiscação de ouro de aluvião, como preceituam o decreto n. 24.491, de 28 de junho de 1934, e o decreto-lei n. 350, de 23 de março de 1938.

§ 2.º Por efeito do disposto no decreto n. 24.195, de 4 de maio de 1934, o imposto de renda compreende-se no total de 8 %, a que está sujeito o minerador do ouro.

§ 3.º A Diretoria das Rendas Internas do Ministério da Fazenda, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, estabelecerá anualmente o valor da unidade de produção efetiva para cada minério ou mina.

§ 4.º No caso das jazidas da classe XI, os tributos a que se refere este artigo serão cobrados base de utilização das águas e gases.

§ 5.º Os tributos devidos ao Estado e ao Município, no limite máximo de 5%, poderão ser cobrados mensal ou anualmente, ou à proporção dos embarques.

§ 6.º São atividades de mineração as que se destinam à obtenção do ouro, prata e associados, fazendo parte integrante da mina os respectivos engenhos e maquinaria, que não podem ser gravados por qualquer imposto ou taxa não previsto neste Código.

§ 7.º O Estado fixará, previamente, por decreto, as parcelas dos tributos que lhe cabem e as que tocam ao Município."

CAPÍTULO II

DOS TRIBUTOS

Art. 2.º Os tributos de que trata o art. 68 do Código de Minas incidem, excetuados o carvão e o petróleo, sobre todas as substâncias minerais ou fósseis, quer provenham de pesquisa ou de lavra, quer de mina garantida pelo art. 143, § 4.º, da Constituição, quer sejam obtidas por faiscação ou garimpagem ou por trabalhos assemelhados em conformidade com os Capítulos VIII e IX do mesmo Código, sem prejuízo das taxas que se acham previstas nos seus arts. 17 e 31, § 1.º

Art. 3.º O tributo devido à União, de que trata o art. 68 do Código de Minas, deverá ser pago à medida que se verificarem os embarques.

§ 1.º O imposto deverá ser pago, mediante guia visada pelo agente fiscal da circunscrição, na coletoria em cujo município esteja localizada a mina ou jazida.

§ 2.º Se o minerador habilitado possuir em dois ou mais municípios uma ou mais jazidas ou minas, poderá pagar o imposto na coletoria onde estiver a sede do seu escritório, mas sempre no Estado onde possuir tais minas ou jazidas.

§ 3.º No caso do parágrafo anterior, o contribuinte deverá possuir um livro para cada jazida ou mina, rubricado pelo coletor local.

§ 4.º Nenhuma companhia de transporte, de propriedade pública ou privada, poderá transportar minério proveniente de jazida, mina, faisqueira ou garimpo, sem a prova do pagamento do tributo devido à União.

Multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 3.000,00 para os que infringirem este artigo e seus parágrafos.

Art. 4.º Nenhum produto da jazida ou mina, em período de pesquisa ou lavra, ou de mina garantida pelo art. 143 da Constituição em seu § 4.º,

bem como proveniente de faisqueiras ou garimpos ou trabalhos assemelhados na conformidade do Capítulo VIII do Código de Minas, poderá ser exportado, negociado ou aproveitado sem o pagamento da taxa devida e de que trata o art. 68 do referido Código.

Multa de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 6.000,00, além da apreensão da mercadoria.

Art. 5.º O minerador habilitado com o decreto de autorização de pesquisa ou de lavra, ou garantido pelo art. 143, § 4.º, da Constituição, é obrigado, para controle fiscal, a ter o livro modelo I, de movimento da produção e venda da jazida ou mina que pesquisar ou lavrar.

Multa de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 6.000,00.

Art. 6.º O comprador ou beneficiador de minérios obtidos por fiscoação ou garimpagem, ou por trabalhos assemelhados, na conformidade do Capítulo VIII do Código de Minas, ou aos mesmos equiparados na forma do § 1.º do art. 66, é obrigado, para fins de fiscalização, a ter o livro modelo II, de movimento da compra e venda ou aproveitamento.

Multa de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 6.000,00.

Art. 7.º O minerador habilitado que pesquisar ou lavrar jazida ou mina da classe XI, de que trata o art. 31 do Código de Minas, é obrigado a ter o livro modelo III, para controle e verificação.

Multa de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 6.000,00.

Art. 8.º Os livros modelos I, II e III, de que tratam os arts. 5.º, 6.º e 7.º, deverão ser rubricados pela Coletoria federal local e escriturados cronologicamente.

Multa de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 6.000,00.

Art. 9.º Se o próprio minerador habilitado por decreto de autorização de pesquisa ou de lavra ou garantido pelo art. 143, § 4.º, da Constituição, aproveitar ou empregar o minério extraído em indústria própria, deverá fazer constar do livro modelo I esta circunstância.

Art. 10. O comprador ou beneficiador de minério obtido por fiscoação ou garimpagem, ou por trabalho assemelhado, ou de minério a estes equiparado pelo § 1.º do art. 66 do Código de Minas, que aproveitar ou empregar o minério adquirido em indústria própria, deverá fazer constar este fato do livro modelo II.

Art. 11. O comprador ou beneficiador de minério deverá registrar-se gratuitamente na coletoria local, que expedirá uma patente, conforme o modelo IV, válida durante um exercício e somente na circunscrição.

Parágrafo único. O comprador ou beneficiador de mica pagará, ao registrar-se na coletoria local, o emolumento de Cr\$ 300,00 anuais.

Multa de Cr\$ 300,00 aos infratores deste artigo.

CAPÍTULO III

DAS SANÇÕES

Art. 12. Caducará a concessão, feita por decreto de autorização de pesquisa ou lavra, ou por força do art. 143, § 4.º, da Constituição, desde que não pagos os tributos durante seis meses consecutivos.

Art. 13. Sem prejuízo das penalidades cominadas no Capítulo II deste decreto-lei, serão aplicadas aos infratores as seguintes multas:

I — À pessoa física ou coletiva não autorizada a pesquisar ou lavrar jazida ou mina: apreensão do minério em seu poder.

II — Aos que comprarem minério a pessoa física ou coletiva não autorizada, ou beneficiarem minério de pessoa nas mesmas condições: multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 3.000,00, além da perda da mercadoria, na forma da legislação em vigor.

III — Aos que não escriturarem os livros e documentos exigidos por este decreto-lei: multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 3.000,00.

Art. 14. No interesse da Fazenda Nacional, os agentes do fisco procederão ao exame da escrita geral dos que estiverem sujeitos ao regime estabelecido no presente decreto-lei, sendo obrigatória a apresentação dos livros exigidos por lei.

Multa de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 6.000,00 aos que não apresentarem os livros.

CAPÍTULO IV

DA DIREÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 15. É dever dos agentes fiscais do imposto de consumo:

a) officiar às coletorias, expondo-lhes quaisquer dúvidas sobre o serviço de minérios;

b) verificar se as pessoas que exercem a profissão de minerador se acham habilitadas, exigindo-lhes a apresentação do decreto de autorização de pesquisa ou lavra, ou a certidão de registo passada pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, ou prova de que é garimpeiro devidamente autorizado em conformidade com o decreto-lei n. 466, de 4 de junho de 1938;

c) visar, com expressa menção de data, os papéis, livros e documentos de que trata este decreto-lei, sem prejuizo de outro procedimento fiscal.

Art. 16. O diretor das Rendas Internas designará, com aprovação do diretor geral da Fazenda Nacional, um funcionário de Fazenda para superintender a fiscalização e orientar a arrecadação, no Estado de Minas Gerais, da taxa de que trata o Código de Minas e também o decreto-lei n. 466, de 4 de junho de 1938.

Parágrafo único. O funcionário de Fazenda, a que alude este artigo, será subordinado à Diretoria das Rendas Internas, e, quando em serviço fora da sede, vencerá diárias arbitradas na forma prevista pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civís.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. A quinta parte da importância da multa efetivamente arrecadada será adjudicada aos autuantes e denunciante.

Art. 18. Quando a multa for arrecadada por meio de cobrança judicial, deduzir-se-á da quota a distribuir a quinta parte das despesas efetuadas com a cobrança.

Art. 19. As mercadorias abandonadas ou confiscadas serão vendidas em leilão ou em concorrência, atribuindo-se aos autuantes ou denunciante 20 % do valor apurado, convertido a importância restante em renda eventual da União.

Parágrafo único. Para os efeitos deste decreto-lei, considera-se mercadoria abandonada a que não houver sido reclamada por quem de direito até 90 dias depois de findo o processo.

Art. 20. Os casos omissos neste decreto-lei, relativamente aos tributos nele mencionados, serão resolvidos pela Diretoria das Rendas Internas, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral.

Art. 21. O processo fiscal para apuração das infrações deste decreto-lei obedecerá às normas do Regulamento do Imposto de Consumo.

Art. 22. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N. 5.248 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1943

Jurisdiciona ao Ministério da Marinha os serviços referentes à movimentação e ao aprestamento de navios mercantes, em portos brasileiros

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Para os efeitos de segurança da navegação e manutenção do tráfego marítimo, a movimentação dos navios mercantes brasileiros durante o período de guerra, em águas nacionais ou estrangeiras, fica sob a jurisdição do Ministério da Marinha.

Parágrafo único. A Comissão de Marinha Mercante exercerá as suas atribuições em direta colaboração com o Estado Maior da Armada.

Art. 2.º Os serviços públicos ou particulares, as instalações portuárias e o material de qualquer espécie que tenham relações com o aprestamento dos navios mercantes nacionais e estrangeiros em portos brasileiros, bem como os de reparação, e todo o pessoal empregado nessas atividades, ficam sob a jurisdição e orientação do Ministério da Marinha, para os fins especiais necessários à prontificação dos navios dentro dos prazos fixados por esse Ministério.

Art. 3.º Os órgãos da Administração pública federal, estadual ou municipal, das entidades autárquicas e das empresas particulares, cujas funções tenham relação com os diversos serviços portuários ou com o aprestamento de navios mercantes, coordenarão suas atividades, nesse sentido, sob a orientação do Ministério da Marinha.

Art. 4.º Os trabalhadores portuários não poderão deixar as atividades para que estão inscritos sem permissão expressa do Ministério da Marinha.

Art. 5.º O regime de trabalhos portuários e aduaneiros e respectivos horários, para os efeitos do presente decreto-lei, se subordinarão à orientação adotada pelo Ministério da Marinha.

Art. 6.º Os infratores do presente decreto-lei ficam sujeitos às penalidades cominadas na legislação militar.

Parágrafo único. As infrações não capituladas na legislação militar e no Regulamento da Comissão de Marinha Mercante serão punidas com multas até Cr\$ 10.000,00, conforme for estabelecido pelo Ministro da Marinha.

Art. 7.º O Ministro da Marinha expedirá as instruções necessárias à execução deste decreto-lei, que entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.249 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1943

Cria na Comissão de Marinha Mercante subcomissões e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e com fundamento no artigo 7.º do decreto-lei n. 3.100. de 7 de março de 1941, decreta:

Artigo 1.º Ficam criadas na Comissão de Marinha Mercante quatro (4) subcomissões sediadas em Belem, Recife, Santos e Porto Alegre.

Artigo 2.º As subcomissões previstas no artigo 7.º do decreto-lei número 3.100, de 7 de março de 1941, compor-se-ão, cada uma, de três (3) membros — Presidente — Secretário e Tesoureiro, designados em ato assinado por todos os membros da Comissão.

§ 1.º A remuneração dos membros de cada uma das subcomissões será fixada pela Comissão, mediante ato assinado na forma deste artigo.

§ 2.º Quando a designação recair em militar, funcionário público, empregado de entidade paraestatal ou de empresa de navegação, não lhe será paga a remuneração, mas terá direito, a título de representação, a uma gratificação arbitrada pela Comissão.

Artigo 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.250 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1943

Eleva a importância da pensão de meio soldo a Da. Anna Portocarrero Martin

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que Da. Anna Portocarrero Martin, única filha sobrevivente do General Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero, Barão do Forte de Coimbra, doou à Nação várias relíquias históricas, que pertenceram a seu falecido pai;

Considerando que essa doação veio enriquecer o patrimônio histórico do país;

Considerando os valiosos serviços prestados ao país, em operações de guerra, pelo Barão do Forte de Coimbra e que sua única filha sobrevivente, Da. Anna Portocarrero Martin, percebe dos cofres públicos uma pensão de meio soldo deixada por seu pai, em importância que não basta para sua manutenção e, dada a sua avançada idade, não pode exercer qualquer atividade que lhe garanta a subsistência; decreta:

Art. 1.º Fica elevada a trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) mensais a pensão de meio soldo percebida dos cofres públicos por Da. Anna Portocarrero Martin, filha do General Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero, Barão do Forte de Coimbra.

Art. 2.º Esta lei vigorará a partir de 1 de janeiro de 1943.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.251 — DE 16 DE FEVEREIRO DE 1943

Cria função gratificada no Ministério da Agricultura e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente (Q. P.) do Ministério da Agricultura, a função gratificada de chefe de portaria do Laboratório de Produção Mineral do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Parágrafo único. A função ora criada será exercida por contínuo ou, na falta deste, por servente, escolhido e designado pelo diretor do referido Laboratório, dentre os funcionários lotados no mesmo, ou mediante prévia autorização do Ministro de Estado, se noutro serviço ou repartição estiver lotado.

Art. 2.º Fica fixada em Cr\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos cruzeiros) a gratificação de que trata o artigo anterior.

Art. 3.º A despesa decorrente com o disposto neste decreto-lei correrá à conta do saldo existente no conta-corrente do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N. 5.252 — DE 16 DE FEVEREIRO DE 1943

Institue com personalidade própria, de natureza autárquica, o Serviço de Navegação da Bacia do Prata, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A navegação dos rios Paraguai, Paraná e seus afluentes, atualmente a cargo do Lloyd Brasileiro, passa a ser dirigida pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata (S. N. B. P.), entidade autárquica com personalidade própria, subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas e, bem assim, à Comissão de Marinha Mercante no que toca às atribuições a esta conferidas pelo decreto-lei n. 3.100, de 7 de março de 1941 e Regulamento anexo ao decreto n. 7.838, de 11 de setembro do mesmo ano.

Art. 2.º O S. N. B. P. terá por sede e foro a cidade de Corumbá, no Estado de Mato Grosso, podendo manter agências nos portos de carreira, quer nacionais, quer estrangeiros e, se necessário, representante ou procurador na Capital da República.

Art. 3.º O S. N. B. P. promoverá:

- a) o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do serviço de navegação dos rios da Bacia do Prata;
- b) a coordenação do tráfego fluvial com os demais meios de transporte, nacionais ou estrangeiros;
- c) a formação de escolas profissionais para o seu pessoal;
- d) a instalação de oficinas e outros serviços anexos em território nacional, na zona de sua navegação.

Art. 4.º O S. N. B. P. promoverá, pelos meios facultados na legislação em vigor, a aquisição de todos os serviços de navegação da Bacia do Prata que forem julgados convenientes ou necessários.

Art. 5.º Constituirão o patrimônio do S. N. B. P.:

- a) o material, fixo ou flutuante, presentemente utilizado pelo Lloyd Brasileiro em a navegação dos rios Paraguai, Paraná e seus afluentes, e que a critério da Comissão de Marinha Mercante, seja necessário ao serviço;
- b) os créditos que forem abertos no Tesouro Nacional para a instalação dos serviços, encampações e desapropriações previstas no art. 4.º.

Art. 6.º O S. N. B. P. gozará dos seguintes direitos, além dos constantes da legislação portuária em vigor:

- a) a servidão das vias públicas nas zonas dos portos, sem prejuízo do tráfego ou de terrenos ribeirinhos de domínio da União para obras complementares das instalações portuárias, oficinas e linhas de transmissão, comunicação e adução necessárias aos serviços;
- b) isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras para os materiais, combustíveis, maquinismos ou aparelhos completos e peças sobressalentes e de substituição destinados à conservação, renovação e ampliação das instalações e serviços de tráfego;
- c) isenção de impostos e taxas de que gozam os serviços públicos federais;
- d) auxílio do Tesouro Nacional em proporção ao *deficit* porventura verificado na exploração do serviço de navegação, em importância anualmente fixada pela Comissão de Marinha Mercante e aprovada pelo Presidente da República.

Art. 7.º O S4N.B.P. será administrado por um Diretor nomeado, em comissão, pelo Presidente da República, que perceberá o salário mensal de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros).

Parágrafo único. O Diretor será auxiliado por um assistente técnico, designado em comissão e de sua livre escolha, que exercerá também as funções de secretário, com o salário mensal de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros).

Art. 8.º Ao Diretor compete:

- a) representar o S.N.B.P. em juízo e fora dele, pessoalmente ou por intermédio de advogados, procuradores ou prepostos;
- b) autorizar os pagamentos;
- c) assinar contratos e autorizar despesas de valor inferior a cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), e, com permissão do Ministro da Viação e Obras Públicas, os contratos e despesa que excederem desse valor;
- d) nomear, promover, licenciar, punir e dispensar os empregados de acordo com as normas legais e regulamentares e fixar-lhes os vencimentos, submetendo as respectivas tabelas à aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas;
- e) autorizar as aquisições de material para o S.N.B.P., mediante concorrência ou coleta de preços;
- f) assinar cheques e saques, movimentar depósitos bancários e delegar essas atribuições a prepostos e agentes;
- g) praticar outros atos normais de administração e fiscalização;
- h) enviar ao Ministério da Viação e Obras Públicas balancete mensal e relatório e balanço anual da sua gestão, um e outros por intermédio da Comissão de Marinha Mercante, para os efeitos do decreto-lei n. 3.100, de 7 de março de 1941.

Art. 9.º Ao assistente técnico compete:

- a) auxiliar o Diretor em todos os serviços de administração e substituí-lo nos seus impedimentos;
- b) ligar as várias seções em que se desdobrar o S.N.S.P.;
- c) centralizar o expediente do S.N.B.P.;
- d) praticar os atos de administração e fiscalização que forem ordenados pelo Diretor.

Art. 10. Os empregados do S.N.B.P. não são funcionários públicos, ficando submetidos ao regime que for estabelecido no respectivo Regulamento.

Art. 11. O S.N.B.P. fica sob a fiscalização legal, técnica e contábil do Ministério da Viação e Obras Públicas e, especialmente, de uma delegação de controle — (D.C.) que funcionará no próprio Serviço em regime de tempo integral, composta de um técnico em navegação proposto pela Comissão de Marinha Mercante, de um engenheiro especialista em portos e navegação, proposto pelo D.N.P.N. e de um funcionário do corpo instrutivo do Tribunal de contas, designados todos pelo Presidente da República.

Art. 12. A D.C. examinará todos os atos da administração, todos os documentos de contas da gestão financeira e os esclarecimentos que, quando necessários, lhe forem fornecidos pelo Diretor, devendo em seu relatório mensal ao Ministério da Viação e Obras Públicas, submeter à deliberação da Comissão de Marinha Mercante ou do Departamento de Portos e Navegação as questões que julgar de necessária reconsideração.

Art. 13. A D.C. apresentará com seu relatório mensal, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, os balancetes de receita e despesa e os boletins estatísticos e a 31 de março de cada ano, o relatório circunstanciado de suas observações, relativamente à gestão administrativa do exercício anterior, com

os balanços e anexos, devidamente conferidos e visados, além dos dados estatísticos justificativos das observações feitas.

Parágrafo único. Cópias autenticadas desses relatórios deverão ser enviadas, simultaneamente, à Contadoria Geral da República e ao órgão encarregado da elaboração do Orçamento Geral da República.

Art. 14. À vista desse relatório, o Ministro da Viação e Obras Públicas, depois de devidamente informado pela C.M.M. e pelo D.N.P.N., proporá ao Presidente da República a aprovação das contas do exercício em causa ou a responsabilização do Diretor do Serviço pelas irregularidades comprovadas.

Art. 15. O Diretor providenciará desde logo o tombamento minucioso dos bens patrimoniais do S.N.B.P., de modo a que se conheçam seus característicos e estado de conservação.

Art. 16. Feito o inventário de que trata o artigo anterior e independentemente de outro qualquer ato executivo, serão transferidos ao S.N.B.P., contra recibo do Diretor, os bens referidos no art. 5.º, letra a.

Art. 17. Até 120 dias depois de sua posse e exercício, o Diretor do S.N.B.P. submeterá à aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas, por intermédio da Comissão de Marinha Mercante, o projeto de regulamento, que entrará em vigor no dia em que for publicado o ato de sua aprovação no *Diário Oficial*.

Art. 18. Até a publicação do seu regulamento, e em todos os casos não previstos neste decreto-lei, o S.N.B.P. se regerá, no que lhe for aplicável, pelos regulamentos do Lloyd Brasileiro e da Administração do Porto do Rio de Janeiro.

Art. 19. O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.253 — DE 16 DE FEVEREIRO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 6.986,50, para pagamento de gratificação de magistério

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 6.986,50 (seis mil novecentos e cinquenta e seis cruzeiros e cinquenta centavos), para atender ao pagamento de gratificação de magistério relativa ao exercício de 1941, conforme dispõe o decreto-lei número 2.895, de 21 de dezembro de 1940, concedida a Augusto Lopes Pontes, Professor Catedrático, padrão M, do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.254 — DE 16 DE FEVEREIRO DE 1943

Dispõe sobre promoções no Exército durante o primeiro semestre do corrente ano

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Para as promoções no Exército, durante o primeiro semestre do corrente ano, ficam dispensadas as exigências do decreto-lei n. 1.828, de 1 de dezembro de 1939, especificadas nos artigos e alíneas abaixo especificados:

— Artigo 8.º, alínea a (no que se refere ao curso da Escola das Armas), alíneas e e f;

— § 3.º do artigo 10; alíneas e e f do artigo 15 e artigo 48.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.255 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1943

Modifica o art. 85, § 2.º, letra a, do Estatuto dos Militares

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica modificado o art. 85, § 2.º, letra a do Estatuto dos Militares, alterado pelo art. 2.º do decreto-lei n. 4.840, de 16-X-42, passando a graduação militar dos alunos das Escolas Preparatórias a ter a mesma correspondência da dos atuais terceiros sargentos do Exército.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.256 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1943

Autoriza o levantamento de caução

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a restituir, por intermédio do Departamento Federal de Compras, à firma José Mercadante & Cia., as sessenta e seis (66) apólices da dívida pública federal caucionadas pela mesma firma em 18 de novembro de 1938, conforme conheci-

mento da tesouraria geral do Tesouro Nacional, n. 392, da mesma data, para garantia da execução do contrato de fornecimento celebrado com a antiga Comissão Central de Compras sob n. 307, de 1938, tudo de acordo com o que ficou resolvido nos processos a que se referem as exposições do mencionado Ministério, ns. 2.236 — Gabinete, de 1941, e 280 — Gabinete, de 1943.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.257 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1943

Prorroga o prazo de que trata o decreto-lei n. 5.042, de 4 de dezembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 30 de junho de 1943 o prazo de que trata o decreto-lei n. 5.042, de 4 de dezembro de 1942.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.258 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 4.000.00 para pagamento de contribuição devida à Contadoria Geral de Transportes

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de quatro mil cruzeiros (Cr\$ 4.000,00), para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) da contribuição devida pela Viação Férrea Leste Brasileiro à Contadoria Geral de Transportes, relativa ao ano de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.259 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1943

Aprova despesas imprevistas no orçamento estabelecido para a construção do monumento ao Barão do Rio Branco e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados, no total de trinta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e um cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 38.451,30), as despesas efetuadas além do orçamento estabelecido pelo decreto-lei n. 1.954, de 9 de janeiro de 1940, no total de novecentos e oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e sete cruzeiros (Cr\$ 985.257,00), para a construção do monumento ao Barão do Rio Branco.

Art. 2.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de trinta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e um cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 38.451,30), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender à liquidação das despesas (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.260 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1943

Suprime função gratificada

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suprimida a função gratificada de Intendente do Serviço de Identificação Profissional do Departamento Nacional do Trabalho, no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, vago em virtude da dispensa de José Matias da Costa Batista, ficando sem aplicação a dotação correspondente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.261 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1943

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência de 75 % (setenta e cinco por cento) do pagamento do imposto predial, na forma que menciona.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar, a partir de 1933, a Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência de 75 % (setenta e cinco por cento) do pagamento do imposto predial incidente sobre o prédio de sua propriedade à rua Fialho n. 28, ocupado por hospital e, bem assim, a estender aos exercícios de 1933 a 1936 os favores concedidos pelos decretos ns. 6.913, de 4-2-1941, e 6.978, de 28-4-1941.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.262 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1943

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a vender, em hasta pública, as áreas de terrenos que menciona

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a vender, em hasta pública, na forma do disposto no artigo 55 da lei 196, de 18 de janeiro de 1936, as áreas de terrenos pertencentes à Prefeitura do Distrito Federal, designadas por lotes ns.: 1 — com a área de 571,15m² (quinhentos e setenta e um metros e quinze decímetros quadrados), e 2 — com a área de 379,39m² (trezentos e setenta e nove metros e trinta e nove decímetros quadrados) —, situados, ambos, à rua Martius, s/n, junto e antes do imóvel n. 31 da mesma rua, do projeto de loteamento aprovado sob número 7.332, de 25-9-42.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.263 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1943

Cria, na Prefeitura do Distrito Federal, as carreiras de Enfermeira de Saude Pública e de Enfermeira Instrutora Hospitalar, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas e incluídas no Quadro Permanente do pessoal da Prefeitura do Distrito Federal as carreiras de Enfermeira de Saude Pública e de Enfermeira Instrutora Hospitalar, e fixado em 222 (duzentos e vinte e dois) e 105 (cento e cinco), respectivamente, o número de cargos dessas carreiras.

Parágrafo único. O número de cargos das classes componentes das carreiras criadas é fixado na conformidade da tabela anexa a este decreto-lei e o vencimento a ser atribuído a cada classe corresponderá ao mesmo padrão estabelecido para os cargos de idêntica função do Ministério da Educação e Saude.

Art. 2.º O provimento dos cargos das carreiras criadas se fará, a juízo do Prefeito, por enfermeiras diplomadas pela Escola Ana Neri.

Parágrafo único. Se o provimento se verificar com servidor do Ministério da Educação e Saude ou da Prefeitura do Distrito Federal, ao mesmo será contado, para todos os efeitos, o tempo de serviço prestado no efetivo exercício do cargo de Enfermeira e para os de aposentadoria, quaisquer outros já apurados ou que venham a se apurar.

Art. 3.º Ficam criadas, na Prefeitura do Distrito Federal, as funções gratificadas de Superintendente de Enfermagem de Saude Pública e de Enfermagem Hospitalar, de Auxiliar de Superintendente e de Enfermeira-Chefe, na forma da tabela anexa.

Parágrafo único. As funções gratificadas de Superintendente e de Assistente recairão, preferencialmente, nas Enfermeiras que tenham sido providas nas últimas classes das carreiras criadas.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

TABELA ANEXA AO DECRETO-LEI N. 5.263, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1943

98

Classificação	Carreira	Classe	Número de cargos	Vencimento anual Cr.
1423.32	Enfermeira da Saúde Pública	A 6	12	18.200,00
		A 5	22	15.600,00
		A 4	32	13.200,00
		A 3	42	10.800,00
		A 2	52	3.400,00
		A 1	62	7.200,00
1423.33	Enfermeira Instrutora Hospitalar	A 6	5	18.000,00
		A 5	10	15.600,00
		A 4	15	13.200,00
		A 3	20	10.800,00
		A 2	25	8.400,00
		A 1	30	7.200,00

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

Número	Cargos	Importância Cr\$
1	Superintendente da Enfermagem de Saúde Pública.....	6.300,00
1	Superintendente de Enfermagem Hospitalar.....	6.000,00
6	Auxiliares de Superintendente.....	3.600,00
30	Enfermeiras Chefes.....	2.400,00

DECRETO-LEI N. 5.264 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1943

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar dos tributos de transmissão correspondentes a aquisição, pelo Asilo Infantil Nossa Senhora de Pompéia, dos imoveis que menciona e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e nos termos do art. 21 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Artigo único. Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar dos tributos correspondentes a transmissão, para o Asilo Nossa Senhora de Pompéia, dos prédios ns. 135, 137 e 139, sitos à rua Cirne Maia, no Distrito Federal, e a conceder, na forma dos arts. 15 e 16 do decreto-lei n. 157, de 31 de dezembro de 1937, isenção total do imposto predial incidente sobre estes a partir da data da transmissão definitiva dos referidos prédios para o mesmo Asilo, vigorando a isenção deste imposto enquanto os imoveis mencionados forem de propriedade da citada instituição, e ocupados exclusivamente em serviços de assistência social não remunerada.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcendes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.265 — DE 19 DE FEVEREIRO DE 1943

Eleva o padrão de vencimento do cargo de Diretor do Museu Nacional de Belas Artes e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica elevado, de L para N, o padrão de vencimento do cargo, em comissão, de Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, da Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2.º Para atender, no corrente exercício, a despesas decorrentes da execução do presente decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 3.400,00 (oito mil e quatrocentos cruzeiros) à Verba I — Pessoal, Consignação I—Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente, 79) Quadro Permanente.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.266 — DE 20 DE FEVEREIRO DE 1943

Incorpora ao patrimônio nacional os bens de Irmãos Folonari, de Bresia, Itália, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o decreto n. 10.358, de 31 de agosto de 1942, decreta:

Art. 1.º Ficam incorporadas ao patrimônio nacional as ações da Companhia de Imoveis e Construções S. A. pertencentes aos Irmãos Folonari, da Bresia, Itália, depositadas no Banco Italo-Belga.

Art. 2.º O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda nomeará agente da confiança do Governo para que, de acordo com as instruções do mesmo titular, proceda à liquidação da referida Companhia.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.267 — DE 20 DE FEVEREIRO DE 1943

Altera dispositivo do decreto-lei n. 5.212, de 21 de janeiro de 1943, que criou a Comissão de Financiamento da Produção e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica redigido do seguinte modo o parágrafo único do art. 7.º do decreto-lei n. 5.212, de 21 de janeiro de 1943:

“Parágrafo único. Ao Superintendente, além da sua remuneração ou vencimento, caberá a gratificação que for fixada em lei.”

Art. 2.º O Superintendente do Serviço de Controle e Recebimento de Produtos Agrícolas e Matérias Primas, de que trata o art. 6.º do decreto-lei n. 5.212, de 21 de janeiro de 1943, perceberá a gratificação mensal de Cr\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros), independentemente do respectivo vencimento ou remuneração.

Art. 3.º Fica estabelecida a gratificação de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) para o Secretário da Comissão de Financiamento da Produção.

Art. 4.º A despesa com o pagamento das gratificações previstas nos artigos 2.º e 3.º deste decreto-lei, no corrente exercício, correrá à conta do crédito aberto ao Ministério da Fazenda pelo art. 11 do decreto-lei n. 5.212, de 21 de janeiro de 1943.

Art. 5.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.268 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1943

Eleva o padrão de vencimento dos cargos de Diretor das Escolas Técnicas e das Escolas Industriais, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam elevados, de J para M, o padrão de vencimento dos cargos, em comissão, de Diretor das Escolas Técnicas de Manaus, São Luiz, Recife, Salvador, Vitória, São Paulo, Curitiba, Pelotas, Belo Horizonte e Goiânia e, de J para L, o dos cargos, em comissão, de Diretor das Escolas Industriais de Belem, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracajú, Campos, Florianópolis e Cuiabá.

Art. 2.º Para atender, no corrente exercício, à despesa decorrente da execução do presente decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil cruzeiros) à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente, 79) Quadro Permanente.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.269 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1943

Concede gratificação aos componentes da Comissão Executiva do Leite, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os componentes da Comissão Executiva do Leite, criada pelo decreto-lei n. 2.384, de 10 de julho de 1940, serão designados pelo Presidente da República e perceberão, a título de representação, uma gratificação correspondente a Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por reunião a que comparecerem, até o máximo de Cr\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros) por mês.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N. 5.270 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1943

Prorroga o prazo previsto no art. 3.º do decreto-lei n. 5.219, de 22 de janeiro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado, por 30 dias, o prazo a que se refere o art. 3.º do decreto-lei n. 5.219, de 22 de janeiro do corrente ano, para a assinatura do contrato relativo à concessão outorgada à Companhia Rádio Internacional do Brasil para executar serviços radiotelefônico público interior e radiotelefônico público restrito interior.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.271 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1943

Autoriza a alienação de próprio nacional e a permuta de parte de imóvel, passível de desapropriação, por outro da Prefeitura Municipal de São Paulo, nas mesmas condições; declara de utilidade pública a desapropriação dos imóveis que menciona, todos situados na Capital do Estado de São Paulo, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a alienar à Prefeitura Municipal de São Paulo, pelo preço de sete milhões e vinte e sete mil cruzeiros (Cr\$ 7.027.000,00) o próprio nacional situado na praça dos Correios, na cidade de São Paulo, no qual se acha instalada a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do mesmo nome, e com a discriminação técnica constante do processo protocolado no Tesouro Nacional sob o n. 103.203, de 1942.

Parágrafo único. O preço da alienação será pago pela adquirente em prestações mensais e em número não superior a doze, devendo a primeira coincidir com o início das obras do novo edifício da referida Delegacia, escriturando-se todas como receita da União na rubrica própria da lei orçamentária.

Art. 2.º E' declarada de utilidade pública a desapropriação dos imóveis situados na rua Brigadeiro Tobias ns. 514-516 com a área de 2,36 m2, números 526-532 com a área de 319,40 m2 e ns. 536-576 com a área de 4.602,93 m2, na mesma cidade de São Paulo, necessários à construção do novo edifício-sede da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo.

§ 1.º E', também, declarada de urgência a mesma desapropriação.

§ 2.º Fica o Ministério da Fazenda, pela Diretoria do Domínio da União, autorizado a promover a efetivação da desapropriação de que se trata, nos termos do art. 10 do decreto-lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941.

§ 3.º Para atender às despesas decorrentes dessa desapropriação, será aberto, oportunamente, o crédito especial necessário.

Art. 3.º Fica autorizada a permuta, sem qualquer onus, torna ou reposição, da parte remanescente, com a área de 915,76 m², do imóvel da rua Brigadeiro Tobias ns. 536-576, objetivado na desapropriação mencionada no artigo anterior, pela área contígua, de 492,10 m², a ser desapropriada pela Prefeitura Municipal de São Paulo; a primeira necessária à abertura de logradouro público e a segunda para as obras de construção do novo edifício da Delegacia Fiscal já mencionado, tudo de acordo com a discriminação técnica de ambas as áreas permutando-as constantes do processo n. 103.203, de 1942, citado.

Parágrafo único. A referida Prefeitura fica autorizada a expedir os atos necessários à desapropriação da área de 492,10 m², referida neste artigo e situada na rua Washington Luiz n. 203.

Art. 4.º Na Diretoria do Domínio da União e no seu órgão competente no Estado, serão assinados os contratos de compra e venda e de permuta, que devam realizar-se com a Prefeitura Municipal de São Paulo, lavrados em livro da repartição e que valerão como escritura pública para efeito de transcrição na Região de Imóveis competente, mediante certidão *verbo ad verbum* dos mesmos contratos.

Parágrafo único. Quer os contratos antes mencionados a realizar com a citada Prefeitura, quer os resultantes da desapropriação, por via amigável, ficarão isentos de quaisquer impostos, tributos, taxas e emolumentos federais, estaduais ou municipais, e a sua transcrição no Registro de Imóveis competente far-se-á gratuitamente.

Art. 5.º A construção do novo edifício da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em São Paulo será atendida à conta de crédito especial que se abrirá oportunamente ao Ministério da Fazenda.

Art. 6.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.272 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1943

Ainda não foi publicado no "Diário Oficial"

DECRETO-LEI N. 5.273 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1943

Considera insalubre a zona de Brasília, no Alto Acre

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É considerada malarígena, para efeito do que dispõe o item I do art. 120 do decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, a zona de Brasília, região do Alto Acre.

Art. 2.º Aos servidores que trabalharem na zona indicada no art. 1.º, enquanto a mesma não for considerada saneada, será concedida uma gratificação de 20% (vinte por cento) sobre os respectivos vencimentos ou salários.

Parágrafo único. Essa gratificação, somente devida ao servidor que tiver prolongada permanência na referida zona, será paga no fim de cada semestre.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.274 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1943

Dispõe sobre tratamento de saúde de oficiais e praças do Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Em face do estado de guerra e do processar gradual da mobilização, todo militar (oficial ou praça do Exército) que der parte de doente deverá baixar ao hospital mais próximo, submetendo-se obrigatoriamente à inspeção de saúde.

Parágrafo único. Excetuam-se os que comprovadamente tenham adquirido moléstia ou forem acidentados em objeto de serviço.

Art. 2.º A permanência no hospital, como baixado, deverá ser nunca menos de 2/3 do tempo prescrito como necessário ao tratamento de saúde pela inspeção a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º Os militares que atualmente já estejam em gozo de licença para tratamento de saúde, serão submetidos a nova inspeção e, se julgados em condições de necessitarem de licença, ser-lhes-ão aplicadas as disposições deste decreto-lei.

Art. 4.º O presente decreto-lei entra em execução na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.275 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1943

Dispõe sobre a Comissão Central de Requisições e as Comissões e Subcomissões de Avaliação de Requisições, estabelece penalidades e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e de acordo com o capítulo XV do decreto-lei n. 4.812, de 8 de outubro de 1942, decreta:

Art. 1.º Com sede na Capital Federal será constituída uma Comissão Central de Requisições, da qual farão parte um general de divisão e um

oficial superior intendente do Exército, como representantes do Ministério da Guerra; um vice-almirante e um oficial superior intendente naval, como representantes do Ministério da Marinha; um brigadeiro do ar e um oficial superior intendente da Aeronáutica, como representantes do Ministério da Aeronáutica, e representantes dos Ministérios da Agricultura, da Educação e Saúde, da Fazenda, da Justiça e Negócios Interiores, do Trabalho, Indústria e Comércio e da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. Cabe ao Presidente da República designar, por decreto, os membros da Comissão Central de Requisições e, dentre estes, o presidente e o vice-presidente deste órgão.

Art. 2.º A juízo do Presidente da República, a Comissão Central de Requisições poderá ser integrada também por representantes das classes industriais, comerciais, agrícolas e trabalhistas e, como elemento meramente consultivo, um consultor jurídico, funcionário, bacharel em direito, designado para tais funções.

Art. 3.º Compete à Comissão Central de Requisições:

a) organizar relações das coisas que os ministros de Estado, interventores e governadores de Estado ou Território possam, respectivamente, requisitar por ação direta ou por intermédio de delegados;

b) elaborar instruções para o funcionamento das Comissões e Subcomissões de Avaliação de Requisições organizadas na forma prescrita no presente decreto-lei;

c) tomar conhecimento e entrar na apreciação de todas as requisições feitas, independentemente dos pedidos de indenizações, qualificando-as segundo os respectivos característicos de conveniência e utilidade;

d) dar parecer nos processos de pedidos de indenização, firmando juízo sobre os direitos dos requisitados;

e) informar sobre consultas que, com relação a requisições, lhes forem feitas pelos que estejam no efetivo exercício do direito de requisitar;

f) promover, por intermédio das autoridades judiciárias militares, a apuração da responsabilidade dos que infringirem disposições relativas a requisições.

Art. 4.º A Comissão Central de Requisições disporá de serviços administrativos próprios, subordinados ao seu presidente e com a organização e o funcionamento que forem determinados no regimento da Comissão.

Art. 5.º Cada ministro de Estado que exercer o direito de requisição deverá organizar, no respectivo Ministério, para a avaliação das requisições que fizer, uma Comissão de Avaliação de Requisições, constituída de três membros, sendo um representante do Ministério da Fazenda, indicado pelo respectivo titular, dando desse ato imediato conhecimento à C. C. R.

Parágrafo único. Cada interventor ou governador de Estado ou Território, ao qual for concedido o direito de requisição, organizará, na Capital do respectivo Estado ou Território, a Comissão de Avaliação de Requisições, da qual será integrante obrigatório um representante do Ministério da Fazenda, por este indicado, fazendo as devidas comunicações à C. C. R.

Art. 6.º Quando a necessidade o exigir serão constituídas Subcomissões de Avaliação de Requisições em cada município dos Estados ou Território, composta de três membros, sendo obrigatoriamente o prefeito municipal seu presidente, tendo como vogais os coletores federal e estadual.

§ 1.º Tais Subcomissões passarão a funcionar desde o momento em que seus membros forem convocados pelo presidente da C. C. R., que lhes transmitirá as instruções para orientação de seus trabalhos.

§ 2.º As Subcomissões deverão preparar os pedidos de indenização das requisições feitas, no prazo de 15 dias, exigindo das partes o cumprimento da Lei do Selo, as cópias dos documentos comprobatórios da requisição feita e do recibo de entrega passado pelo requisitante.

Art. 7.º As Comissões e Subcomissões de Avaliação de Requisições funcionarão segundo as normas expedidas pela Comissão Central de Requisições.

Art. 8.º Todos os que, nos termos do decreto-lei n. 4.812, de 8 de outubro de 1942, fizerem uso do direito de requisitar, enviarão, em cada caso e imediatamente, à Comissão Central de Requisições, por intermédio da Comissão ou Subcomissão de Avaliação de Requisições da respectiva área administrativa, cópia fiel da requisição feita e cópia do recibo das coisas realmente recebidas.

Art. 9.º Nos serviços administrativos da Comissão Central de Requisições será mantida escrituração completa de todas as requisições feitas, bem como do desenvolvimento dos processos de indenização.

Art. 10. Serão processados e julgados pela Justiça Militar, na vigência do estado de guerra ou depois dele, desde que o ato criminoso com o estado de guerra se relacione:

I, toda pessoa civil ou militar que, em conluio com uma ou mais pessoas, fizer requisições cujo destino não for legal, ou cuja quantidade não for exatamente a entregue e recebida, ou cuja qualidade não for a especificada e cuja prestação de serviços não tiver sido aproveitada, será punida com a pena de cinco a dez anos de prisão com trabalho;

II, toda pessoa que, sem motivo justo e comprovado, se recusar a prestar o serviço exigido, mediante requisição de autoridade competente será punida com a pena de dois a cinco anos de prisão com trabalho e interdição de exercer qualquer função ou cargo público, por cinco a dez anos;

III, toda autoridade ou pessoa que se recusar a entregar o que tiver sido objeto de requisição feita por autoridade competente, será punida com a pena de dois a quatro anos de prisão com trabalho;

IV, toda autoridade ou pessoa que, em matéria de requisição, abusar, por qualquer modo, dos poderes que lhe forem conferidos, ou recusar entregar recibos legais de fornecimentos ou serviços prestados ou requisitados, será punida com a pena de um a dois anos de prisão com trabalho;

V, todo militar ou civil que fizer requisição ou exigência em caráter requisitório, sem qualidade para isso, será punido com a pena de um a dois anos de prisão com trabalho;

VI, todo militar que fizer requisição de coisas ou serviços que não sejam indispensáveis, nos termos do art. 2.º do decreto-lei n. 4.812, de 8 de outubro de 1942, será punido com a pena de demissão, no grau máximo; de prisão com trabalho por seis meses, no grau médio, e privação de comando, por seis meses, no grau mínimo;

VII, toda pessoa civil ou militar que, tem tempo de guerra, proceder contra as ordens recebidas das autoridades competentes em matéria de requisições, praticando atos de resistência passiva à execução de tais ordens, ou qualquer outra forma de sabotagem, será punida com a pena de prisão com trabalho de seis meses a um ano;

VIII, todo membro de Comissão ou Subcomissões de Avaliação de Requisições que retiver em seu poder por mais de quinze dias documento a informar ou processo iniciado ou a iniciar de pedido de indenização de requisições, retardando a solução dos mesmos por qualquer meio ou modo, será punido com a pena de prisão com trabalho de um a seis meses.

Art. 11. Passada em julgado a decisão da Comissão Central de Requisições relativa a qualquer pedido de indenização, cabem ao presidente do mesmo órgão as providências ulteriores, inclusive formular ao Presidente da República exposições de motivos solicitando abertura de créditos para pagamento das indenizações, fazendo-as acompanhar dos respectivos processos para o devido registro no Tribunal de Contas.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.276 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1943

Cria a 1.ª Bateria Movel de Artilharia de Costa, com sede em Belém do Pará

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. E' criada para instalação desde já, com sede em Belém do Pará, a 1.ª Bateria Movel de Artilharia de Costa (1.ª B. M. A. C.).

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.277 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1943

Autoriza o levantamento de caução

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a restituir à firma José Mercadante & Comp., por intermédio do Departamento Federal de Compras, a caução prestada pela mesma firma para garantia da execução do contrato de fornecimento celebrado em agosto de 1938, sob n. 220, com a antiga

Comissão Central de Compras, de acordo com o resolvido no processo protocolado no Tesouro Nacional sob n. 101.672-41, de que trata a exposição daquele Ministério, n. 295-Gabinete, de 1943.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.278 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 9.393.585,10 para pagamento de fornecimentos efetuados em 1938

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de nove milhões, trezentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e cinco cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 9.393.585,10), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender ao pagamento (Dívida Pública), de fornecimentos efetuados em 1938 por intermédio da extinta Comissão Central de Compras em proveito das repartições abaixo mencionadas e relacionados no processo n. 78.933-42, do Tesouro Nacional:

		Cr\$
<i>Ministério da Viação e Obras Públicas</i>		
Estrada de Ferro Central do Brasil.....	9.056.078,20	
<i>Ministério da Justiça e Negócios Interiores</i>		
Escola 15 de Novembro.....	61.226,30	
Escola João Luiz Alves.....	7.443,60	68.669,90
<i>Ministério da Educação e Saúde</i>		
Colégio Pedro II — Internato.....	46.482,60	
Colônia Gustavo Riedel	8.734,60	
Escola Ana Neri	23,70	
Hospital D. Pedro II.....	15.130,70	
Hospital Estácio de Sá.....	128.352,00	
Hospital Psiquiátrico	30.032,60	
Hospital São Francisco de Assis.....	40.080,80	268.837,00
		<u>9.393.585,10</u>

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.279 — DE 25 DE FEVEREIRO DE 1943

Altera dispositivo do regulamento da Escola Nacional de Agronomia, baixado pelo decreto n. 23.979, de 8 de março de 1934

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 405 do atual regulamento da Escola Nacional de Agronomia, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, passa a ter a seguinte redação: "Fica fixado em sete horas o dia de trabalho escolar, devendo o início e terminação das aulas práticas e teóricas obedecer ao horário que for estabelecido".

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N. 5.280 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1943

Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 4.666,70, para pagamento da diferença de vencimentos que compete a dois oficiais administrativos, classe 24, do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 4.666,70, para ocorrer ao pagamento da diferença de vencimento a que fazem jús, na forma do decreto-lei n. 5.183, de 11 de janeiro de 1942, os ocupantes de cargo da classe 24 da carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, Eurico de Andrade Neves Filho e Humberto Pereira Gonçalves, nos períodos de 4 de setembro de 1941 a 31 de dezembro de 1943 e 8 de junho de 1942 a 31 de dezembro de 1943, respectivamente.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.281 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1943

Concede acréscimo de vencimentos aos atuais Coronéis das Armas e Serviços do Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Aos atuais Coronéis das Armas e Serviços do Exército que forem transferidos para a Reserva, dentro de 60 dias contados da data da

publicação do presente decreto-lei, poderão ser, a juízo do Governo, concedidos acréscimos de vencimentos, equivalentes a tantas vezes 5 % do soldo quantos forem os anos de serviço que excederem a 35.

Parágrafo único. O acréscimo de que trata este artigo não poderá exceder a 35 % do soldo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.282 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1943

Abre ao Ministério da Aeronáutica crédito especial de Cr\$ 4.486.775,40, para indenização ao Estado do Pará, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Aeronáutica o crédito especial de quatro milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, setecentos e setenta e cinco cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 4.486.775,40) para atender à indenização (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) devida ao Estado do Pará em virtude da requisição do edifício e respectivo terreno, inclusive benfeitorias, onde funcionava o Instituto Lauro Sodré, na Capital do mesmo Estado.

Art. 2.º O crédito a que se refere o artigo anterior será distribuído ao Tesouro Nacional e escriturado pela Contadoria Geral da República como despesa efetiva do Ministério da Aeronáutica para crédito do Estado do Pará em sua conta-corrente com o Tesouro Nacional.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

J. P. Salgado Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.283 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1943

Modifica a incidência do imposto de consumo sobre fumo e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A atual tabela de incidência do imposto de consumo sobre fumo fica substituída pela seguinte:

I — Charutos nacionais, por unidade:

Até o preço de Cr\$ 200,00 por milheiro.....	Cr\$ 0,03
De mais de Cr\$ 200,00 até Cr\$ 400,00, idem.....	Cr\$ 0,06
De mais de Cr\$ 400,00 até Cr\$ 700,00 idem.....	Cr\$ 0,15
De mais de Cr\$ 700,00 até Cr\$ 1.000,00, idem.....	Cr\$ 0,30
De mais de Cr\$ 1.000,00 até Cr\$ 1.400,00, idem.....	Cr\$ 0,45
De mais de Cr\$ 1.400,00 até Cr\$ 1.800,00, idem.....	Cr\$ 0,70
De mais de Cr\$ 1.800,00 até Cr\$ 2.500,00, idem.....	Cr\$ 0,90
De mais de Cr\$ 2.500,00 até Cr\$ 3.000,00, idem.....	Cr\$ 1,20
De mais de Cr\$ 3.000,00 até Cr\$ 3.500,00, idem.....	Cr\$ 1,50
De mais de Cr\$ 3.500,00 até Cr\$ 5.000,00, idem.....	Cr\$ 2,00
De mais de Cr\$ 5.000,00	Cr\$ 2,50

II — Charutos estrangeiros, de qualquer preço, por unidade Cr\$ 2,50

III — Cigarros e cigarrilhas nacionais, com o preço de venda, no varejo, marcado pelo fabricante, por vintena:

Até o preço de Cr\$ 0,60.....	Cr\$ 0,18
De mais de Cr\$ 0,60 até Cr\$ 0,80.....	Cr\$ 0,28
De mais de Cr\$ 0,80 até Cr\$ 1,00.....	Cr\$ 0,38
De mais de Cr\$ 1,00 até Cr\$ 1,20.....	Cr\$ 0,48
De mais de Cr\$ 1,20 até Cr\$ 1,50.....	Cr\$ 0,60
De mais de Cr\$ 1,50 ou s/preço marcado.....	Cr\$ 1,10

IV — Cigarros e cigarrilhas estrangeiros, de qualquer preço, por vintena Cr\$ 1,50

V — Rapé, por 125 grs. ou fração, peso líquido..... Cr\$ 0,10

VI — Fumo desfiado, picado, migado ou em pó, por 25 gramas ou fração, peso líquido..... Cr\$ 0,15

VII — Fumo estrangeiro em corda, em folha ou em pasta, por quilograma ou fração, peso líquido..... Cr\$ 0,60

Art. 2.º Fica elevada para Cr\$ 0,12 a verba a que se referem o art. 4.º, § 1.º, Nota 1.ª e art. 43, § 1.º do decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor trinta (30) dias após a sua publicação, devendo o seu texto ser transmitido telegraficamente pelo Diretor Geral da Fazenda Nacional aos Delegados Fiscais nos Estados.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.284 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1943

Manda escriturar as taxas telegráficas que menciona no Fundo Nacional de Ensino Primário

O Presidente da República, atendendo à sugestão da Cruzada Nacional de Educação, com o intuito de cooperar na formação do Fundo Nacional

de Ensino Primário, instituído pelo decreto-lei n. 4.958, de 14 de novembro de 1942, e ao que consta das exposições de motivos dos Ministros da Viação e Obras Públicas e da Educação e Saúde;

Usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As importâncias das taxas dos telegramas de felicitações que forem endereçados ao Presidente da República, no dia 19 de abril do corrente ano, serão transferidas para o Fundo Nacional de Ensino Primário.

Parágrafo único. O Departamento dos Correios e Telégrafos e a Contadoria Geral da República expedirão as necessárias instruções para execução do disposto no presente artigo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.285 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 9.037,00 para liquidação de despesas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de nove mil e trinta e sete cruzeiros (Cr\$ 9.037,00), para atender à liquidação das despesas (Serviços e Encargos) decorrentes dos funerais do casal Stefan Zweig, realizados em fevereiro de 1942, na cidade de Petrópolis.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Antunes.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.286 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1943

Revigora, no presente ano, o decreto-lei n. 3.143, de 25 de março de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam em vigor, no corrente ano, para os estabelecimentos de ensino superior subordinados ao Ministério da Agricultura, as disposições do decreto-lei n. 3.143, de 25 de março de 1941.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Ápolonio Salles.

DECRETO-LEI N. 5.287 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1943

Dispõe sobre os Órgãos Auxiliares e as Comissões Especiais do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º No interesse do serviço serão considerados "Órgãos Auxiliares" do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (C. N. A. E. E.) as repartições federais, estaduais e municipais, que exerçam atividades relacionadas com as do referido Conselho.

§ 1.º A declaração de "Órgão Auxiliar" far-se-á, em qualquer caso, por decreto do Presidente da República, mediante proposta do C. N. A. E. E.

§ 2.º O presidente do C. N. A. E. E., por si ou seus representantes, entender-se-á diretamente com os dirigentes dos "Órgãos Auxiliares".

§ 3.º Os "Órgãos Auxiliares" deverão proceder aos estudos, trabalhos, inspeções e fiscalizações, bem como reunir os dados estatísticos e informações, que forem solicitados pelo C. N. A. E. E.

Art. 2.º O C. N. A. E. E., por iniciativa própria ou por solicitação dos "Órgãos Auxiliares", poderá providenciar o estágio, em sua Divisão Técnica, de técnicos pertencentes a estes Órgãos.

Art. 3.º Tendo em vista a realização de estudos técnicos e econômicos, necessários à execução das atribuições do C. N. A. E. E., poderão ser organizadas comissões especiais, de caráter temporário, constituídas por técnicos do aludido Conselho, da Divisão de Águas e dos "Órgãos Auxiliares".

§ 1.º Resolvida, pelo C. N. A. E. E., a criação de uma comissão especial, o presidente desse órgão notificará as repartições interessadas, cumprindo a estas indicar os técnicos necessários, de acordo com a comunicação do Conselho.

§ 2.º O presidente do C. N. A. E. E. requisitará, na forma da lei, para servir no Conselho, pelo tempo que devam durar os trabalhos da Comissão especial, os técnicos cujos nomes lhe forem indicados pelas repartições.

§ 3.º Para a constituição e o funcionamento das comissões de que trata o presente artigo, o presidente do C. N. A. E. E. baixará, em cada caso, as portarias necessárias.

§ 4.º As comissões especiais ficarão diretamente subordinadas ao presidente do C. N. A. E. E., a quem deverão apresentar os resultados de seus estudos.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N. 5.288 — DE 1 DE MARÇO DE 1943

Cria cargos de Ajudante de Tesoureiro no Ministério da Fazenda e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, quatorze cargos isolados, de provimento efetivo, de Ajudante de Tesoureiro, sendo: 4 (quatro), padrão H, na Delegacia Fiscal em São Paulo; 2 (dois), padrão G, na Alfândega de Recife; 3 (três), padrão G, na Alfândega de Porto Alegre; 2 (dois), padrão F, na Alfândega de Belem; e 3 (três), padrão D, na Alfândega de Niterói.

Art. 2.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 129.800,00 (cento e vinte e nove mil e oitocentos cruzeiros), para atender, no atual exercício, à despesa decorrente da execução deste decreto-lei.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.289 — DE 1 DE MARÇO DE 1943

Abre, ao Ministério da Fazenda, crédito suplementar, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 238.700,00 (duzentos e trinta e oito mil e setecentos cruzeiros), Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 91 — Pessoal Permanente, 79 — Quadro Permanente.

Art. 2.º O crédito a que se refere o artigo anterior destina-se ao provimento imediato dos seguintes cargos isolados de Ajudantes de Tesoureiro, vagos, constantes das tabelas anexas ao decreto-lei n. 4.645, de 2 de setem-

bro de 1942: 10 (dez), padrão I, na Recebedoria Federal de São Paulo; 1 (um), padrão H, na Delegacia Fiscal de São Paulo; 3 (três), padrão G, na Alfândega de Recife; 2 (dois), padrão G, na Alfândega de Porto Alegre; 2 (dois), padrão G, na Alfândega de Salvador; 1 (um), padrão F, na Delegacia Fiscal do Ceará; e 1 (um), padrão E, na Alfândega de Fortaleza.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.290 — DE 1 DE MARÇO DE 1943

Inclue no Quadro de Infantaria de Guarda (Q.I.G.) do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, dois Segundos Tenentes da Reserva de 2.ª classe de 1.ª linha do Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam incluídos no Quadro de Infantaria de Guarda (Q.I.G.), do Corpo de Oficiais da Aeronáutica os Segundos Tenentes da Reserva de 2.ª classe de 1.ª linha do Exército, Edson Monteiro Brandão e Maravvalho Narciso Mello.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

J. P. Salgado Filho.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.291 — DE 1 DE MARÇO DE 1943

Prorroga o prazo do recolhimento compulsório para aquisição das Obrigações de Guerra pelos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os recolhimentos compulsórios que se refere o art. 6.º, do decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942, deverão ser feitos a partir de julho do corrente ano, correspondendo aos descontos efetuados nos salários relativos a esse mês.

Art. 2.º O desconto de três por cento (3 %) a que alude o art. 6.º, do decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942, incidirá sobre o salário de contribuição, ressalvadas as isenções previstas no decreto-lei n. 5.159, de 31 de dezembro de 1942.

Art. 3.º A arrecadação das contribuições de que trata este decreto-lei se fará por meio de selo adesivo, impresso especialmente para esse fim, pela Casa da Moeda.

Parágrafo único. Os selos serão dos valores de 1, 2, 5, 10 e 20 cruzeiros e de 10, 20 e 50 centavos.

Art. 4.º A Casa da Moeda projetará, sem demora, o desenho dos selos e o submeterá à aprovação do Diretor Geral da Fazenda Nacional.

Art. 5.º As Instituições de Seguro Social adquirirão antecipadamente na Casa da Moeda, diretamente ou por intermédio das Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional, os selos que forem necessários ao cumprimento do disposto no art. 3.º e os entregarão aos seus segurados, como comprovante das contribuições arrecadadas, pela mesma forma usada para a arrecadação das contribuições para o Seguro Social, a que se refere o art. 7.º, deste decreto-lei.

Parágrafo único. Essa aquisição poderá ser feita até o valor estimado da arrecadação de um ano.

Art. 6.º A Casa da Moeda comunicará à Caixa de Amortização cada aquisição de selos feita pelas Instituições de Seguro Social, afim de serem entregues a estas, quando o reclamarem, as obrigações de Guerra, em valor equivalente.

Art. 7.º Aplicam-se aos recolhimentos a que se refere este decreto-lei as disposições relativas à arrecadação, recolhimento e fiscalização das contribuições para o Seguro Social, inclusive quanto aos segurados de que trata o decreto-lei n. 2.235, de 27 de maio de 1940.

Art. 8.º As despesas com a impressão dos selos de que trata o art. 3.º, correrão por conta da União.

Art. 9.º O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedirá, dentro de 30 dias, as instruções necessárias à execução deste decreto-lei pelas Instituições de Seguro Social.

Art. 10. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oscar Saraiva.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.292 — DE 1 DE MARÇO DE 1943

Autoriza a nomeação de um neto sobrevivente de Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, para o cargo inicial da carreira de oficial administrativo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

O Presidente da República:

Considerando que o povo brasileiro já consagrou Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, como cidadão benemerito da Pátria por inestimáveis serviços prestados durante longos anos de atividade pública;

Considerando que ao Poder Público cumpre traduzir em atos o culto popular pela memória dos grandes servidores da Nação;

Considerando que serão prestadas pelo povo do Uruguai grandes homenagens ao ilustre brasileiro é que o Brasil se associa a essas justas homenagens;

Considerando que o Estado, amparando os descendentes desses cidadãos que souberam impor-se à admiração dos pósteros incentiva os demais cidadãos a se dedicarem com todas as suas forças pelo bem da Pátria;

Decreta:

Art. 1.º O neto sobrevivente de Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, Ricardo Daiscon de Souza, uma vez quites com as obrigações do serviço militar, poderá ser nomeado, independentemente de concurso, para o cargo inicial da carreira de oficial administrativo, classe H, do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oscar Saraiva.

DECRETO-LEI N. 5.293 — DE 1 DE MARÇO DE 1943

Declara ratificado o Convênio Nacional de Ensino Primário

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica ratificado o Convênio Nacional de Ensino Primário, de que trata o art. 4.º do decreto-lei n. 4.958, de 14 de novembro de 1942, e celebrado, a 16 de novembro de 1942, entre o Ministro da Educação e os chefes ou delegados dos governos dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre.

Art. 2.º O texto do Convênio Nacional de Ensino Primário, referido no artigo anterior, é o que se anexa ao presente decreto-lei, como parte integrante do mesmo.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

CONVÊNIO NACIONAL DE ENSINO PRIMÁRIO

A União, representada pelo Ministro da Educação e Saúde, por uma parte, e, por outra parte, os Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, o Distrito Federal e o Território do Acre, representados pelos chefes de seus respectivos governos ou seus delegados autorizados, presentes no palácio Monroe, no Rio de Janeiro, aos dezesseis de novembro de mil novecentos e quarenta e dois, resolvem firmar o seguinte Convênio Nacional de Ensino Primário:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A União cooperará financeiramente com os Estados e com o Distrito Federal, mediante a concessão do auxílio federal, para o fim do desenvolvimento do ensino primário em todo o país. Esta cooperação estará limitada, em cada ano, aos recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário, criado pelo decreto-lei n. 4.958, de 14 de novembro de 1942, e far-se-á de conformidade com as maiores necessidades de cada uma das unidades federativas.

CLÁUSULA SEGUNDA

A União, sempre que o solicitar qualquer das unidades federativas, prestar-lhe-á toda a assistência de ordem técnica para o fim da mais perfeita organização de seu ensino primário.

CLÁUSULA TERCEIRA

Os Estados, signatários do presente Convênio, comprometem-se a aplicar, no ano de 1944, pelo menos quinze por cento da renda proveniente de seus impostos, na manutenção, ampliação e aperfeiçoamento do seu sistema escolar primário. Esta percentagem mínima elevar-se-á a dezesseis, a dezessete, a dezoito, a dezenove e a vinte por cento, respectivamente, nos anos de 1945, de 1946, de 1947, de 1948 e de 1949. Nos anos seguintes, será mantida a percentagem mínima relativa ao ano de 1949. Os Estados, que ora estejam aplicando, no ensino primário, mais de quinze por cento da renda proveniente de seus impostos, não diminuirão essa percentagem de aplicação em consequência da assinatura do presente Convênio. Todos os Estados se esforçarão no sentido de que as percentagens acima indicadas possam ser ultrapassadas.

CLÁUSULA QUARTA

O orçamento do Distrito Federal adotará, relativamente à despesa com o ensino primário, os mesmos critérios fixados na cláusula anterior. A União assegurará a observância desses critérios quanto à despesa com o ensino primário nos Territórios.

CLÁUSULA QUINTA

Os governos dos Estados realizarão, sem perda de tempo um convênio estadual de ensino primário com as administrações municipais para o fim de ser assentado o compromisso de que cada Município aplique, no ano de 1944, pelo menos dez por cento da renda proveniente de seus impostos,

no desenvolvimento do ensino primário, elevando-se esta percentagem mínima a onze, a doze, a treze, a quatorze e a quinze por cento, respectivamente, nos anos de 1945, de 1946, de 1947, de 1948 e de 1949. A percentagem mínima relativa ao ano de 1949 manter-se-á nos anos posteriores. O modo de aplicação dos recursos municipais destinados ao ensino primário será determinado no referido convênio ou em acordos especiais.

CLÁUSULA SEXTA

As repartições encarregadas da administração do ensino primário nos Estados, no Distrito Federal e no Território do Acre articular-se-ão com as repartições competentes do Ministério da Educação e Saúde para o fim da recíproca remessa de dados e informações, que possibilitem um maior estudo e conhecimento do problema do ensino primário no país.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Convênio será ratificado, de uma parte, por decreto-lei federal, e, de outra parte, por decretos-leis estaduais.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1942.

Pela União:

(a) *Gustavo Capanema.*

Pelo Estado de Alagoas:

(a) *Ismar de Góis Monteiro.*

Pelo Estado do Amazonas:

(a) *Álvaro Maia.*

Pelo Estado da Bahia:

(a) *Landolfo Alves.*

Pelo Estado do Ceará:

(a) *F. de Menezes Pimentel.*

Pelo Estado do Espírito Santo:

(a) *João Punaro Bley.*

Pelo Estado de Goiás:

(a) *Pedro Ludovico Teixeira.*

Pelo Estado do Maranhão:

(a) *Paulo Ramos.*

Pelo Estado de Mato Grosso:

(a) *João Vilas Boas.*

Pelo Estado de Minas Gerais:

(a) *Benedito Valadares.*

Pelo Estado do Pará:

(a) *José C. da Gama Malcher.*

Pelo Estado da Paraíba:

(a) *Rui Carneiro.*

Pelo Estado do Paraná.

(a) *Manuel Ribas.*

Pelo Estado de Pernambuco:

(a) *Agamenon Magalhães.*

Pelo Estado do Piauí:

(a) *Leônidas de Castro Melo.*

Pelo Estado do Rio de Janeiro:

(a) *Ernani do Amaral Peixoto.*

Pelo Estado do Rio Grande do Norte:

(a) *Rafael Fernandes Gurjão.*

Pelo Estado do Rio Grande do Sul:

(a) *Oswaldo Cordeiro de Farias.*

Pelo Estado de Santa Catarina:

(a) *Nereu Ramos.*

Pelo Estado de São Paulo:

(a) *Th. Monteiro de Barros Filho.*

Pelo Estado de Sergipe:

(a) *Guilherme Cintra.*

Pelo Distrito Federal:

(a) *Henrique Dodsworth.*

Pelo Território do Acre:

(a) *Cel. Luiz Silvestre Gomes Coelho.*

DECRETO-LEI N. 5.294 — DE 2 DE MARÇO DE 1943

Orça a receita e fixa a despesa para execução no exercício de 1943 do "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional"

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 1.º do decreto-lei n. 1.058, de 19 de janeiro de 1939, decreta:

Art. 1.º A execução do "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional", no exercício de 1943, far-se-á com o produto do que for arrecadado sob as seguintes rubricas:

	Cr\$
a) Taxa sobre as operações cambiais.....	350.000.000,00
b) Lucro das operações bancárias em que o Tesouro tenha coparticipação	215.000.000,00
c) Cambiais produzidas pelo ouro remetido para o exterior	—
d) Produto de obrigações do Tesouro Nacional (decreto-lei n. 1.059, de 19-1-1939).....	—
e) Juro das contas especiais do "Plano" abertas no Banco do Brasil	25.000.000,00
f) Saldo presumível do exercício de 1942.....	10.000.000,00
	<hr/>
	600.000.000,00

Parágrafo único. A arrecadação que porventura se efetuar neste exercício em consequência da venda de ouro para obtenção de cambiais e da colocação de obrigações que forem emitidas *ex-vi* do disposto no decreto-lei n. 1.059, de 19 de janeiro de 1939, será computada nas rubricas respectivas (c ou d) que figuram sem estimativa na discriminação deste artigo, em virtude de não ser provável a utilização, no corrente ano, de tais recursos, previstos, todavia, na lei institucional do "Plano".

Art. 2.º Fica aberto o crédito especial de seiscentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 600.000.000,00) para ocorrer, no exercício de 1943, às despesas com a execução do "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional", com a seguinte distribuição:

	Cr\$
1 — Conselho Nacional do Petróleo.....	15.000.000,00
2 — Ministério da Aeronáutica.....	30.000.000,00
3 — Ministério da Agricultura.....	25.000.000,00
4 — Ministério da Educação e Saúde.....	20.000.000,00
5 — Ministério da Fazenda	215.000.000,00
6 — Ministério da Guerra.....	50.000.000,00
7 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores.....	10.000.000,00
8 — Ministério da Marinha.....	50.000.000,00
9 — Ministério da Viação e Obras Públicas.....	120.000.000,00
10 — Siderurgia Nacional	65.000.000,00
	<hr/>
	600.000.000,00

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor desde 1 de janeiro de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Fernando Antunes.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.295 — DE 2 DE MARÇO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 23.212,00, para pagamento das vantagens (Pessoal) que indica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 23.212,00 (vinte e três mil duzentos e doze cruzeiros) para pagamento de ajuda de custo de US\$ 200 (duzentos dólares) e de gratificação de representação mensal de US\$ 100 (cem dólares) no período de doze meses (janeiro a dezembro de 1943), concedidas ao extranumerário mensalista, assistente de ensino XVII da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Hildgard Sternberg, que vai aos Estados Unidos da América do Norte, gozar dos benefícios de uma bolsa de estudo, com que foi contemplado pela Universidade de Luisiânia.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.296 — DE 2 DE MARÇO DE 1943

Altera a carreira de Conservador do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na conformidade da tabela anexa, a carreira de Conservador, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2.º A despesa decorrente com o disposto neste decreto-lei correrá à conta do saldo existente no conta-corrente do Quadro respectivo.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Q.P. DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
	CONSERVADOR						CONSERVADOR				
2		L	—	—	—	2		L	—	—	Cinco (5) os cargos vagos da classe H, considerados provisórios, serão suprimidos à medida que forem providos os vagos, das classes superiores.
4		K	—	—	—	4		K	—	—	
6		J	—	2	—	6		J	—	2	
8		I	—	3	—	8		I	—	3	
10		H	—	—	—	12		H	—	7	
30						32					

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO LEI N. 5.297 — DE 3 DE MARÇO DE 1943

Cria cinco cargos na carreira de Tecnologista no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, mais cinco cargos, classe J, na carreira permanente de Tecnologista, que passará a ter a estrutura da tabela anexa.

Art. 2.º A despesa decorrente com a execução do presente decreto-lei deverá correr à conta do saldo da conta-corrente do referido Quadro.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1943; 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	TECNOLOGISTA	N	—	2	Q.P.	2	TECNOLOGISTA	N	—	2	Os cargos vagos serão providos com os recur- sos da c/c do Quadro.
2		M	—	4	”	4		M	—	4	
4		L	—	4	”	6		L	—	4	
6		K	—	4	”	8		K	—	4	
8		J	—	5	”	15		J	—	9	
10		I	1	—	”						
	G	6	—	”							
30						35					

DECRETO-LEI N. 5.298 — DE 3 DE MARÇO DE 1943

Fixa as autoridades que na Aeronáutica dispõem de ajudantes de ordens e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Ministro da Aeronáutica e o Chefe do Estado Maior da Aeronáutica têm direito, respectivamente, a três e dois oficiais ajudantes de ordens; e os Brigadeiros do Ar da ativa, quando no exercício de funções previstas na organização da Aeronáutica, a um oficial ajudante de ordens.

Art. 2.º O Coronel Aviador, no desempenho de função privativa do posto de Brigadeiro do Ar, tem direito a um oficial adjunto.

Art. 3.º Os oficiais ajudantes de ordens e os adjuntos serão do posto de 1.º Tenente, excepcionalmente do de capitão, dos quadros de oficiais aviadores ou de oficiais auxiliares, e devem ter, em qualquer caso, no mínimo, dois anos de serviço arregimentado, após a promoção a 2.º Tenente.

Art. 4.º Os Brigadeiros do Ar da ativa, quando dispensados das funções que exercerem e enquanto aguardarem nova comissão, desde que não permaneçam nessa situação por mais de 60 dias, conservarão seus oficiais ajudantes de ordens.

Art. 5.º Os oficiais ajudantes de ordens e os adjuntos, a contar da data do presente decreto-lei, não poderão permanecer nas funções por mais de dois anos consecutivos.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.299 — DE 3 DE MARÇO DE 1943

Autoriza a supressão da Estrada de Ferro Paulo Afonso e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a "The Great Western of Brazil Railway Company, Limited" a suprimir a Estrada de Ferro Paulo Afonso, da qual é arrendatária, mediante a aplicação dos respectivos materiais, depois de inventariados, em trechos construídos e por construir da ligação Palmeira dos Índios-Colégio.

Parágrafo único. A supressão do tráfego ferroviário fica condicionada ao prévio estabelecimento e respectivo custeio, por "The Great Western of Brazil Railway Company, Limited", exclusivamente às suas expensas, do serviço rodoviário local, de cargas e passageiros, nas condições que forem aprovadas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Fica destacada do crédito especial aberto pelo decreto-lei número 4.856, de 21 de outubro de 1942, a parcela de um milhão, duzentos

e cinquenta e nove mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 1.259.600,00), para ocorrer às despesas com o levantamento da linha da Estrada de Ferro Paulo Afonso e transporte de trilhos e acessório, bem assim com o assentamento imediato de 76 km. de linha, no trecho compreendido entre Palmeira dos Índios e Antonica, integrante da ligação Palmeiras dos Índios-Colégio.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.300 — DE 3 DE MARÇO DE 1943

Cria o 14.º Grupo de Artilharia de Dorso, com sede em Natal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É criado, para instalação imediata, com sede em Natal — Estado do Rio Grande do Norte, o 14.º Grupo de Artilharia de Dorso.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO N. 5.301 — DE 4 DE MARÇO DE 1943

Altera carreiras nos Ministérios da Educação e Saude, Fazenda, Guerra, Justiça e Negócios Interiores, Marinha, Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, na conformidade das tabelas anexas, as carreiras de Foguista, Guarda sanitário marítimo, Maquinista marítimo, Marinheiro e Motorista do Ministério da Educação e Saude; as de Carvoeiro, Foguista, Maquinista marítimo e Marinheiro do Ministério da Fazenda; as de Maquinista marítimo e Motorista do Ministério da Guerra; as de Artífice, Maquinista marítimo, Marinheiro, Polícia marítimo e aéreo e Servente, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; as de Foguista, Maquinista marítimo, Marinheiro e Servente do Ministério da Marinha; as de Maquinista marítimo e Marinheiro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º Os Serviços ou Divisões de Pessoal dos Ministérios a que alude o artigo anterior apostilarão os decretos de nomeação dos funcionários atingidos pelo disposto neste decreto-lei e que constam da relação nominal anexa.

Art. 3.º A despesa com a criação de 1 (um) cargo na classe D da carreira de Maquinista marítimo do Ministério da Guerra e de 1 (um) cargo na classe D da carreira de Maquinista marítimo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio correrá por conta do saldo existente na conta corrente dos quadros dos respectivos Ministérios.

O art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Antunes.

Romero Estelita.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

Gustavo Capanema.

Oscar Saraiva.

DECRETO-LEI N. 5.302 — DE 4 DE MARÇO DE 1943

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 280.956,00 para despesa da Direção Nacional da Juventude Brasileira

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de duzentos e oitenta mil e novecentos e cinquenta e seis cruzeiros (Cr\$ 280.956,00), para atender às despesas com a instalação e manutenção dos serviços da Direção Nacional da Juventude Brasileira, sendo:

<i>Pessoal</i>		Cr\$	Cr\$
Pessoal extranumerário mensalista.....		51.000,00	
Pessoal extranumerário diarista		12.600,00	63.600,00
<i>Material</i>			
Material Permanente		154.628,00	
Material de Consumo.....		13.873,00	
Diversas Despesas		48.855,00	217.356,00
			280.956,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Romero Estelita.

DECRETO-LEI N. 5.303 — DE 4 DE MARÇO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 23.212,00 (vinte e três mil duzentos e doze cruzeiros), para pagamento das vantagens (Pessoal) que indica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 23.212,00 (vinte e três mil duzentos e doze cruzeiros) para pagamento, no ano de 1943, da ajuda de custo de U.S.\$ 200 (duzentos dólares) e da gratificação de representação mensal de U.S.\$ 100 (cem dólares) concedidas ao professor adjunto, referência XV, extranumerário mensalista, do Colégio Pedro II — Externato — Daniel do Carmo, que vai aos Estados Unidos da América do Norte gozar dos benefícios de uma bolsa de estudos com que foi contemplado pelo "The Southern Committee for the Advancement of Portuguese Teaching", com sede no "George Peabody College", de Nashville, Tennessee.

Rio de Janeiro, 4 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Romero Estelita.

DECRETO-LEI N. 5.304 — DE 4 DE MARÇO DE 1943

Prorroga o prazo para o pagamento do imposto sindical quando devido ao Fundo Social Sindical

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando que as dificuldades na execução das providências indispensáveis ao recolhimento do imposto sindical, impediram fosse generalizadamente efetuado esse recolhimento no prazo devido, tal como preceituado nos decretos-leis 2.377, de 8 de julho de 1940 e 4.298, de 14 de maio de 1942:

Decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado, no presente exercício, até 31 de março o prazo para o recolhimento do imposto sindical, nos casos em que esse tributo for devido pelos empregadores, agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oscar Saraiva.

DECRETO-LEI N. 5.305 — DE 5 DE MARÇO DE 1943

Estende aos Capitães de Mar e Guerra da Armada, as disposições do decreto-lei n. 5.281, de 26-2-943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam extensivas aos Capitães de Mar e Guerra dos diversos Corpos e Quadros da Armada, que forem transferidos para a Reserva, dentro de sessenta dias a contar da publicação do presente decreto-lei, as disposições do decreto-lei n. 5.281, de 26 de fevereiro próximo findo, que concede acréscimo de vencimentos aos atuais Coroneis das Armas e Serviços do Exército.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 5.306 — DE 5 DE MARÇO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saude, o crédito especial de Cr\$ 2.283,90, para pagamento de gratificação de magistério

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saude, o crédito especial de Cr\$ 2.283,90 (dois mil duzentos e oitenta e três cruzeiros e noventa centavos), para atender ao pagamento, no exercício de 1942, da diferença entre a gratificação de magistério de Cr\$ 4.800,00 e a de Cr\$ 9.600,00, concedida por decreto de 18 de janeiro do corrente ano, a Dulcídio de Almeida Pereira, Professor Catedrático, padrão M, do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Rio de Janeiro, 5 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Romero Estelita.

DECRETO-LEI N. 5.307 — DE 6 DE MARÇO DE 1943

Cria cargos de Juizes de Casamento e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Na Parte Permanente do Quadro da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ficam criados 14 (quatorze) cargos de juiz de casamento, numerados de um a quatorze, padrão L, isolados, de provimento efetivo.

Parágrafo único. Serão apostilados pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores os decretos de nomeação dos atuais juizes de casamento, que, com as atribuições atuais, passam a exercer os cargos criados nesta lei.

Art. 2.º Fica vedado aos juizes de casamento o exercício da advocacia e outra qualquer função pública, salvo o encargo da elaboração legislativa.

Art. 3.º São extensivas, ainda, aos juizes de casamento as incompatibilidades de que trata o Capítulo I do Título V do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940, no que lhes forem applicaveis.

Art. 4.º Para atender, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa decorrente da execução deste decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 386.400,00 (trezentos e oitenta e seis mil e quatrocentos cruzeiros).

Art. 5.º Os emolumentos de que trata o art. 256, do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940, devidos por casamento celebrado, que cabiam aos juizes de casamento e lhes eram pagos na forma ali estipulada, passam a constituir renda da União e serão cobrados em selo federal, aposto e inutilizado nos autos.

Art. 6.º Fica sem applicação a importância constante da Subconsignação 24 — Honorários aos juizes de casamento, da Consignação V — Outras Despesas com Pessoal, da Verba 1 — Pessoal, do Anexo 16 do atual Orçamento da República.

Art. 7.º O presente decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Antunes.

Romero Estelita.

DECRETO-LEI N. 5.308 — DE 6 DE MARÇO DE 1943

Comina pena para a infração prevista no artigo 13, do decreto-lei n. 4.807, de 7 de outubro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A infração penal prevista no artigo 13 do decreto-lei n. 4.807, de 7 de outubro de 1942, será punida com prisão simples por 1 a 6 meses, se outra pena mais grave não couber.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Antunes.

DECRETO-LEI N. 5.309 — DE 9 DE MARÇO DE 1943

Altera a carreira de Mestre de Oficina de Material Bélico do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, de conformidade com a tabela anexa a este decreto-lei, a carreira de Mestre de Oficina de Material Bélico do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra.

Art. 2.º A despesa com o aumento de quatro cargos na classe F da carreira a que se refere o artigo anterior será atendida com as dotações correspondentes aos cargos suprimidos nas classes D e E da mesma, ficando sem aplicação a importância restante.

Art. 3.º A classificação por antiguidade, dos funcionários cujas classes foram fundidas, será feita pelo tempo de efetivo exercício na classe a que atualmente pertencem, a contar de 1 de janeiro de 1937, até a véspera da vigência deste decreto-lei, processando-se de acordo com a legislação vigente e instruções do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 4.º Os atuais ocupantes da classe D só serão promovidos à classe G depois de terem sido promovidos a esta classe os atuais ocupantes da classe E e estes depois de promovidos os da classe F.

Art. 5.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 6 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

MINISTÉRIO DA GUERRA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA			
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Observações
	<i>Mestre de Oficina de Material Bélico</i>						<i>Mestre de Oficina de Material Bélico</i>		
4		I	—	—	Q.S.	4		I	
14		H	—	—	"	14		H	
22		G	—	—	"	22		G	
8		F	—	—	"	12		F	
7		E	—	—	"				
3		D	—	—	"				
58						52			

DECRETO-LEI N. 5.310 — DE 6 DE MARÇO DE 1943

Torna sem aplicação Cr\$ 748.800,00, em dotação orçamentária do Ministério da Viação e Obras Públicas e abre um crédito suplementar de igual importância

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica sem aplicação a importância de Cr\$ 748.800,00 (setecentos e quarenta e oito mil e oitocentos cruzeiros), na conta corrente do Quadro III — Departamento dos Correios e Telégrafos, sendo Cr\$ 196.800,00 na Parte Permanente e Cr\$ 552.000,00 na Parte Suplementar, referente à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente, art. 3.º, Anexo 20 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942.

Art. 2.º Fica aberto, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 748.800,00 (setecentos e quarenta e oito mil e oitocentos cruzeiros), à Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal, do orçamento vigente do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Romero Estelita.

DECRETO-LEI N. 5.311 — DE 10 DE MARÇO DE 1943

Lei de Organização do Ministério da Guerra — Atualização do decreto-lei n. 279, de 16 de fevereiro de 1938

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, resolve baixar o presente decreto-lei de Organização do Ministério da Guerra:

Introdução

O presente decreto-lei atualiza disposições contidas no decreto-lei n. 279, de 16 de fevereiro de 1938, que fica assim revogado.

CAPÍTULO I

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA GUERRA

Art. 1.º Para o desempenho de suas funções, o Ministro da Guerra dispõe dos seguintes órgãos, sob sua autoridade imediata:

Gabinete do Ministro da Guerra;

Estado-Maior do Exército;

Secretaria Geral do Ministério da Guerra;
Inspetorias e Diretorias.

Parágrafo único. O Ministro da Guerra é o presidente do Conselho Superior de Guerra, ao qual apresenta, para estudo e parecer, as questões relativas aos planos de operações e as bases gerais da organização, do equipamento, da mobilização e da instrução do Exército. A organização e as funções do Conselho Superior de Guerra são reguladas por decreto especial.

CAPÍTULO II

GABINETE DO MINISTRO DA GUERRA

Art. 2.º O Gabinete do Ministro assiste ao Ministro na execução das funções que exigem sua intervenção pessoal.

Parágrafo único. São atribuições do Gabinete:

Manter a ligação entre os diferentes órgãos do Ministério, assim como as relações entre o Ministério da Guerra e outros Ministérios;
Redigir a correspondência pessoal do Ministro;
Estudar as questões da exclusiva competência do Ministro;
Questões de ordem política;
Estatutos dos militares;
Disciplina geral do Exército;
Questões relativas aos oficiais-generais.

Art. 3.º O Gabinete do Ministro compreende:

- Chefia do gabinete;
- Divisões;
- Serviço de transportes.

CAPÍTULO III

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Art. 4.º Ao Estado-Maior do Exército cabe preparar as decisões do Ministro e elaborar as ordens e instruções resultantes dessas decisões, no que concerne a:

Organização do Exército;
Mobilização;
Instrução;
Escolha de armamento e material;
Defesa do território.

§ 1.º O Chefe do Estado-Maior do Exército desempenha, nos limites das atribuições acima definidas, o papel de orientador das Diretorias.

§ 2.º Nas mesmas condições, o Chefe do Estado-Maior do Exército promove a elaboração das diretrizes ministeriais para as inspecções, recebe os relatórios consequentes e transmite-os com o seu parecer e proposta ao Ministro.

Art. 5.º O Estado-Maior do Exército compreende:

- um chefe;
- um gabinete;
- dois sub-chefes;
- Secções.

Art. 6.º O Chefe do Estado-Maior do Exército desempenha, em relação aos oficiais do Quadro de Estado-Maior, as atribuições de diretor de Serviço.

Parágrafo único. A Escola de Estado-Maior e o Serviço Geográfico e Histórico do Exército são subordinados ao Chefe do Estado-Maior do Exército.

CAPÍTULO IV

SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA GUERRA

Art. 7.º Ao Secretário Geral do Ministério da Guerra incumbe:

- tratar, por delegação geral do Ministro, de todos os casos que interessam à administração do Exército;
- estudar as questões referentes aos trabalhos legislativos e orçamentários;
- chefiar o serviço do contencioso administrativo;
- orientar e coordenar todos os órgãos do Ministério da Guerra, dentro dos limites das suas atribuições;
- receber os relatórios atinentes à Administração e Finanças.

Art. 8.º A Secretaria Geral do Ministério da Guerra compreende:

- Gabinete do Secretário Geral do Ministério da Guerra;
- Chefia do Gabinete;
- Divisões;
- Serviço de Correspondência;
- Tesouraria;
- Almoxarifado;
- Arquivo;
- Biblioteca.

Parágrafo único. Ficam subordinados à Secretaria Geral do Ministério da Guerra os Serviços Auxiliares do Ministério:

- Imprensa Militar;
- Gabinete Fotocartográfico;
- Arquivo do Exército;
- Administração do Edifício da Guerra;
- Companhia de Guardas do Quartel-General;
- Serviço de Embarque do Pessoal do Ministério da Guerra;
- Restaurante do Ministério da Guerra.

CAPÍTULO V

DIRETORIAS

Art. 9.º A Diretoria das Armas e as dos Serviços são encarregadas de manter as Armas ou os Serviços em condições de desempenhar a sua missão particular, segundo o plano elaborado pelo Estado-Maior do Exército.

§ 1.º Cada Diretoria dirige seu pessoal, administra seu material, gere seus créditos e regula todas as questões relativas às Armas ou aos Serviços.

§ 2.º A ação das Diretorias das Armas e de Serviços se exerce:

- diretamente, sobre os corpos e estabelecimentos das Armas ou Serviços de imediata dependência do Ministro;
- indiretamente, por intermédio dos Comandantes de Região, nos demais casos.

§ 3.º A ação dos diretores dos Serviços sobre os corpos e estabelecimentos de todas as Armas ou pertencentes a Serviço diferente do seu é definida nos regulamentos de Administração do Exército.

Art. 10. As Diretorias são as seguintes:

- de Ensino;
- das Armas;
- de Artilharia da Costa;
- de Engenharia (Serviço);
- de Transmissões;
- de Moto-mecanização;
- de Material Bélico;
- de Recrutamento;
- de Intendência;
- de Saude;
- de Remonta e Veterinária.

Parágrafo único. Podem ser criadas sub-diretorias, correspondentes às sub-divisões de Armas e Serviços.

Art. 11 O Diretor do Ensino é encarregado de verificar e fiscalizar a administração do ensino nas Escolas Militares e a execução das prescrições a ele relativas. Proporá ao Ministro os métodos a seguir para que o ensino seja eficaz e homogêneo.

CAPÍTULO VI

INSPETORIAS

Art. 12. Os inspetores gerais inspecionam em tempo de paz, tendo em vista a preparação para a guerra, as grandes unidades e os órgãos encarregados de sua mobilização.

Parágrafo único. O número de inspetores gerais e suas atribuições são fixados em decreto especial.

Art. 13 Os inspetores de armas são encarregados de inspecionar cada arma, tendo em vista a preparação para a guerra.

§ 1.º As Inspetorias de Armas serão criadas à medida que o Governo julgar conveniente.

§ 2.º O número de Inspetores de Armas e suas atribuições são fixados em decreto especial.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O quadro do pessoal em serviço nos diferentes órgãos do Ministério da Guerra constitue objeto da lei de Organização dos Quadros e Efetivos do Exército.

Art. 15. O presente decreto-lei entra em execução na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.312 — DE 10 DE MARÇO DE 1943

Lei de Organização do Exército — Atualização do decreto-lei n. 413, de 6 de maio de 1938

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, resolve baixar o presente decreto-lei de organização do Exército.

INTRODUÇÃO

O Presente decreto-lei atualiza disposições contidas no decreto-lei número 413, de 6 de maio de 1938, que fica assim revogado, e suprime as disposições da dita Lei relativas aos elementos orgânicos da Aeronáutica.

TÍTULO I

Disposições Gerais

CAPÍTULO I

FINS DA ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO

Art. 1.º A organização do Exército tem por objeto essencial a salvação da integridade moral e material da Nação.

Art. 2.º Em tempo de paz, essa organização tem por fim:

- a preparação do Exército para a guerra;
- a garantia da segurança interna, com as demais forças nacionais.

Parágrafo único. Para isso, o Exército deve:

- a) prover a instrução militar dos cidadãos;
- b) prever e preparar a mobilização militar, assegurando-lhe o enquadramento necessário em pessoal e um núcleo de recursos materiais;
- c) colaborar na mobilização econômica;
- d) prever e preparar, diretamente ou em colaboração com outros órgãos, todas as medidas visando a defesa do território nacional;
- e) garantir a cobertura da mobilização e da concentração.

Art. 3.º Em tempo de guerra, tem por finalidade assegurar o desenvolvimento das operações militares necessárias à realização do objetivo político da guerra. Por outro lado, deverá assegurar a ordem interna e contribuir para a proteção e a conservação dos recursos de toda natureza do país.

CAPÍTULO II

BASES DA ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO

Art. 4.º O recrutamento do Exército é feito, anualmente, entre todos os brasileiros.

Eventualmente — e só em caso de guerra externa — poderão estrangeiros fazer parte do Exército, nas condições estabelecidas em lei.

Art. 5.º A organização geral do Exército é baseada na divisão do território em Regiões Militares, cujos número e limites são fixados por decreto, tendo em vista os recursos do recrutamento e as necessidades da mobilização.

Art. 6.º A organização geral é realizada tendo sempre em consideração de modo distinto:

- a organização territorial;
- a organização das forças.

Art. 7.º A organização militar compreende:

- as Armas, elementos incumbidos da execução das missões confiadas ao Exército;
- os Serviços, elementos destinados a prover as necessidades das Armas.

Os Serviços são sempre subordinados ao Comando, possuindo, contudo, uma hierarquia técnica própria.

Art. 8.º Em tempo de paz como em tempo de guerra o chefe supremo do Exército é o Presidente da República, representado pelo Ministro da Guerra.

TÍTULO II

Organização do Exército em tempo de paz

CAPÍTULO III

COMPOSIÇÃO DO EXÉRCITO

Art. 9.º O Exército em tempo de paz compreende uma organização territorial e forças permanentes e se compõe de:

- órgãos de comando e seus estados-maiores;
- um órgão consultivo;
- corpos de tropa e formações de Serviços;
- órgãos de recrutamento e mobilização;
- escolas e órgãos de estudos;
- órgãos de administração e fiscalização;
- estabelecimentos diversos.

CAPÍTULO IV

ORGANIZAÇÃO DO COMANDO

Art. 10. O Ministro da Guerra, como representante do Chefe do Estado, exerce o Comando do Exército. Para o exercício desse Comando, o Ministro dispõe dos órgãos definidos na Lei de Organização Geral do Ministério da Guerra. Esses órgãos são de colaboração e de inspeção, tanto administrativa como técnico-militar.

Art. 11. O Ministro da Guerra, além disso, tem junto a si o Conselho Superior de Guerra, funcionando como órgão consultivo e de estudo, sob sua presidência.

A composição e as atribuições desse Conselho são regulamentadas por decreto.

Art. 12. O Estado-Maior, em todos os escalões, se caracteriza como elemento de previsão e de preparação das decisões do comando, agindo somente em nome deste.

Art. 13. O comandante de Região Militar depende diretamente do Ministro da Guerra e dispõe de estado-maior e chefias de Serviços. Exerce o comando das forças e o comando territorial.

Sua autoridade se estende a todas as tropas, formações e estabelecimentos estacionados no território da Região, exceto quanto aos dependentes diretamente do Ministro da Guerra.

Art. 14. O comando das forças compreende todas as questões relativas à instrução, disciplina, administração e ao seu emprego.

Art. 15. O comando territorial compreende as questões relativas a:

- disciplina em geral, justiça militar e serviço de guarnição;
- recrutamento e administração dos reservistas;
- preparo da mobilização;
- preparação pré-militar e para-militar; formação e instrução dos quadros da reserva;
- organização defensiva do território, contra os ataques terrestres e aéreos;
- organização dos Serviços regionais e das guarnições;
- defesa da costa, quando não depender de comando próprio;
- segurança e nacionalização das fronteiras.

CAPÍTULO V

ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

Art. 16. Em consequência das atribuições do Comando Territorial, a organização do território compreende obrigatoriamente:

- a) órgãos de comando, estados-maiores e chefias de Serviços;
- b) Circunscrições de Recrutamento;
- c) Secções Mobilizadoras;
- d) órgãos de preparação pré e para-militares;
- e) órgãos dos Serviços e estabelecimentos.

Eventualmente poderá dispor de Escolas e órgãos de estudo e de tropas especiais.

Art. 17. A Região Militar pode ser dividida em Sub-Regiões Militares, sempre que motivos de ordem geográfica, demográfica e de fronteiras longínquas o aconselhem. Seus comandantes disporão de pequenos estados-maiores e terão atribuições semelhantes às definidas no art. 15, com exceção da relativa à formação de oficiais de reserva.

Os limites das Sub-Regiões Militares, como os das Regiões, serão fixados por decreto.

Art. 18. No que se refere à segurança das fronteiras marítimas e fluviais, o litoral do país é dividido segundo os limites das Regiões Militares. A guarda dessas porções do litoral depende dos comandos regionais, diretamente ou por intermédio do respectivo Comando de Defesa de Costa. O Distrito de Defesa de Costa tem atribuições de Sub-Região Militar dentro dos limites fixados e de comando das respectivas unidades de artilharia de costa, eventualmente poderá contar com tropas de outras armas.

Art. 19. Os diferentes Serviços do Exército organizam-se obedecendo, em princípio, à organização territorial.

CAPÍTULO VI

ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO ATIVO

Art. 20. O Exército Ativo compreende as forças permanentes, que se repartem pelas Grandes Unidades, Reserva Geral, guarnições de fortificações e tropas especiais.

Art. 21. As forças estacionadas no território de cada Região Militar compreendem uma ou mais Grandes Unidades ou Destacamentos de composição especial.

Art. 22. As Grandes Unidades existentes em tempo de paz são:

- o Corpo de Exército;
- o Corpo de Cavalaria;
- as Divisões de Infantaria, de Cavalaria e Moto-Mecanizada.

As D.I. podem ser reunidas em Grupos de D.I.

O Distrito de Artilharia da Costa é o mais elevado escalão de Artilharia da Costa, reunindo Grupamento (ou Grupamentos) desta e elementos dos Serviços.

Art. 23. As Grandes Unidades se dividem em Brigadas ou Comandos de Armas, compreendendo uma ou mais unidades denominadas *corpos de tropa*, que constituem o elemento básico da organização do Exército.

Art. 24. Os corpos de tropa são unidades ou formações que dispõem de todos os recursos necessários à sua existência autônoma.

Em princípio, cada corpo de tropa é organizado segundo um tipo tão aproximado quanto possível da unidade ou formação similar do tempo de guerra.

As unidades de uma mesma arma e as formações de um mesmo serviço podem ser dotadas de efetivos diferentes, segundo as necessidades diversas a que devam responder. Tais efetivos poderão ser reduzidos a um mínimo compatível com as exigências da mobilização e da instrução.

Art. 25. Os corpos de tropa podem constituir:

- unidades de instrução, compostas de recrutas e seus instrutores;
- unidades de manobra, compostas de militares tendo completado o 1.º ciclo de instrução;
- excepcionalmente, unidades-quadros constituídas somente de pessoal permanente.

Art. 26. As unidades das Armas são normalmente:

- na *Infantaria*: Regimentos de Infantaria, Batalhões de Caçadores, Batalhões de Engenheiros; Regimentos e Batalhões de Carros de Combate; Batalhões de Fronteiras e de Guarda;
- na *Cavalaria*: Regimentos de Cavalaria, Regimentos de Cavalaria Motorizados, Regimentos e Grupos Moto-Mecanizados, Corpos e Esquadrões de Trem, Esquadrões de Engenheiros;
- na *Artilharia*: Regimentos, Grupos e Baterias Independentes de Artilharia; Grupos e Baterias Independentes de Artilharia de Costa;
- na *Engenharia*: Batalhões e Companhia Independentes.

De um modo geral, as unidades compreendem as sub-unidades elementares, que são:

- na *Infantaria* e na *Engenharia*: a Companhia;
- na *Cavalaria*: o Esquadrão;
- na *Artilharia*: a Bateria.

Nos Regimentos, essas sub-unidades se reúnem:

- na *Infantaria* e na *Engenharia*: em Batalhões;
- na *Cavalaria*: em Grupos de Esquadrões e Ala;
- na *Artilharia*: em Grupos.

Art. 27. Nenhum elemento inferior aos definidos na última parte do artigo anterior ou à Companhia de Engenharia e Esquadrão de Trem pode ser destacado da sua unidade, de modo permanente, salvo quando se tratar de unidades organizadas com essa previsão.

Sub-unidades das mesmas Armas poderão, entretanto, ser destacadas dos seus corpos em caráter transitório, por motivo de força maior.

Art. 28. Os Estados-Maiores dos comandantes que exercem, simultaneamente, o comando das forças e o comando territorial, compreendem dois escalões:

- o escalão ativo, disponível para as necessidades das G.U. mobilizadas;
- o escalão territorial, cujos elementos servem de base à constituição dos Estados-Maiores do Território, designados pelo Ministro da Guerra.

Art. 29. O número e a composição das unidades, formações de serviços e demais elementos do Exército Ativo, constam da Lei de Organização de Quadros e Efetivos.

CAPÍTULO VII

INCORPORAÇÃO — INSTRUÇÃO

Art. 30. A incorporação tem por objeto a formação de militares instruídos, necessários ao Exército em tempo de guerra, satisfazendo, ainda, às necessidades do Exército ativo.

A incorporação pode compreender conscritos e voluntários, assim como engajados e reengajados.

As condições de incorporação e licenciamento são reguladas pela Lei do Serviço Militar.

Art. 31. A preparação para a guerra é a finalidade da instrução militar.

Essa instrução é ministrada nos corpos de tropa, unidades das Armas e formações dos Serviços.

As "unidades de instrução" devem, desde cedo, familiarizar-se com o terreno, realizando, ameadadamente, exercícios em "campos ou praças de exercícios" apropriados a esse fim.

As "unidades de manobra" são, periodicamente, reunidas em "campos de instrução", para exercícios de conjunto ou para manobras, no todo ou em parte, e com efetivos de guerra.

Os quadros e as praças de reserva são convocados para efetuar períodos de instrução, nas ocasiões supracitadas e por prazo que não poderá ultrapassar de 30 dias.

Art. 32. A utilização dos terrenos e propriedades particulares para a realização de exercícios e manobras será regulada mediante prévio acordo com os proprietários, quando se estipularão as condições de indenização pelos danos que porventura venham a resultar.

Art. 33. O número e a organização das escolas, centros e estabelecimentos destinados à formação e ao aperfeiçoamento dos quadros e especialistas do Exército, são fixados na Lei do Ensino Militar.

A instrução dos quadros e especialistas pode ser completada mediante cursos ou estágios realizados em estabelecimentos civis e também no estrangeiro.

CAPÍTULO VIII

PREPARAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO MILITAR

Art. 34. A preparação da mobilização militar consiste no conjunto de medidas visando:

- a) elevar, aos efectivos de guerra, os dos corpos de tropa, órgãos de comando, etc., existentes em tempo de paz;
- b) constituir unidades de nova formação ou unidades especiais;
- c) completar a organização dos comandos territoriais e dos respectivos serviços.

Art. 35. O preparo da mobilização é feito pelos órgãos mobilizadores, segundo os regulamentos e instruções correspondentes.

TÍTULO III

Organização do Exército em tempo de guerra

CAPÍTULO IX

EXECUÇÃO DA MOBILIZAÇÃO DO EXÉRCITO

Art. 36. A mobilização do Exército se executa mediante ordem do Presidente da República, traduzida pelo "Decreto de Mobilização". Dele serão notificadas pelo Ministro da Guerra todas as autoridades militares e civis.

Certas medidas de mobilização podem ser tomadas pelo Ministro da Guerra antes de decretada a mobilização.

A mobilização poderá ser total ou parcial.

O decreto de mobilização geral é sempre difundido por meio de cartazes afixados nos logradouros públicos e utilizando todos os meios para a mais ampla divulgação.

A mobilização parcial pode ser ou não tornada pública.

Art. 37. O plano de mobilização é estabelecido no Ministério da Guerra. Nele se determina:

- a) a composição e o grupamento das forças;
- b) as regras para a mobilização dos diversos elementos do Exército.

Art. 38. As medidas relativas à preparação e à execução da mobilização, estabelecidas nos regulamentos e instruções respectivas, tem caracter obrigatório para todos os cidadãos e autoridades públicas federais ou não.

CAPÍTULO X

COMPOSIÇÃO DO EXÉRCITO EM TEMPO DE GUERRA

Art. 39. As unidades mobilizadas são formadas pelos regimentos ou unidades constituindo corpos — reunidas em Grandes Unidades: Divisões, eventualmente Corpos de Exército ou Grupos de Divisões e Corpos de Cavalaria; Exército, eventualmente Grupos de Exércitos; ou ainda — reunidas na Reserva Geral.

Eventualmente e segundo as necessidades, poderão ser organizados destacamentos especiais.

O Exército, em tempo de guerra, compreende mais os estabelecimentos, centros e órgãos dos Serviços da Zona dos Exércitos e da Zona do Interior, destinados a prover as necessidades da instrução e da vida da tropa; os órgãos de defesa do território, obras de fortificações, permanente ou não e outros recursos.

Art. 40. A composição das unidades e formações de serviços mobilizadas é estabelecida nos quadros de efetivos de guerra, organizados pelo Estado-Maior do Exército.

Alem dessas unidades, outras poderão ser organizadas de modo particular, constituindo unidades especiais.

Art. 41. As Grandes Unidades que, normalmente, teem existência no Exército em tempo de guerra, são a Divisão e o Exército.

A Divisão constitue a grande unidade elementar, em cujo âmbito se combina a ação de várias Armas. Compreende:

- Comando;
- Estado-Maior;
- Unidades de diferentes Armas;
- Serviços.

A Divisão é de Infantaria ou de Cavalaria, conforme a arma que prepondera na sua composição. Pode, ainda, comportar uma proporção variavel de elementos motorizados e mecanizados.

A Divisão é dita motorizada quando não utiliza a tração ou transporte hipo e nela preponderam os elementos motorizados.

A Divisão é moto-mecanizada quando, organicamente, só comporta elementos motorizados e mecanizados, preponderando estes sobre aqueles.

O Exército é o elemento das combinações estratégicas. Compreende, organicamente:

- Comando, estado-maior e chefias de serviços;
- Comandos de tropa;
- Serviços;
- Divisões, em número variavel;
- Tropas especiais.

Alem disso, o Exército poderá enquadrar elementos da Reserva Geral.

Art. 42. Outras Grandes Unidades podem ser organizadas em tempo de guerra, tanto as previstas no art. 22, como as que forem criadas por forças das circunstâncias, no início ou durante as operações.

Essas Grandes Unidades são:

— *Destacamento mecanizado*, grupamento de unidades motorizadas e mecanizadas de todas as armas, constituindo para executar determinadas missões;

— *Distrito de Defesa de Costa*, reunião de tropas de todas as armas necessárias à proteção de determinado trecho do litoral; desenvolvimento do Distrito do tempo de paz;

— *Corpos de Exército ou Grupos de D. 1.*, escalão intermediário entre as Divisões e o Exército, atendendo à necessidade de organização do comando; poderá ser reforçado em meios diversos;

— *Corpos de Cavalaria*, reunião de duas ou mais D. C., são órgãos de coordenação e instrumentos de manobra e de combate, destinados a executar, num determinado teatro de operações, missões de Cavalaria superiores às possibilidades de uma D. C.

Compreende, além das D. C.:

- Comando;
- Estado-Maior;
- Serviços;
- Elementos da Reserva Geral, eventualmente;
- *Destacamento de Exército*, grupamento temporário, organizado para a execução de missão particular de caráter estratégico. Sua composição é variável;
- *Grupo de Exércitos* escalão de comando que coordena a ação de dois ou mais Exércitos; não dispõe, obrigatoriamente, de órgãos de Serviço.

CAPÍTULO XI

ORGANIZAÇÃO DO COMANDO

Art. 43. Cada teatro de operações terá um Comando próprio.

Ao oficial-general, no exercício desse comando, cabe o título de comandante-chefe, responsável, perante o Ministro da Guerra, pela conduta das operações.

O Governo poderá confiar a conduta e a coordenação das operações em mais de um teatro a um chefe único, que será, então, o responsável perante o Ministro da Guerra, pela execução do conjunto das missões, como comandante-chefe.

Os Comandantes das Grandes Unidades, cuja organização for prevista nos diferentes Planos, são designados desde o tempo de paz e incumbidos da respectiva preparação.

Os titulares dos grandes comandos — Exército e Grupos de Exército — são membros do Conselho Superior de Guerra.

CAPÍTULO XII

ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

Art. 44. Um decreto determinará as partes do território compreendidas na "Zona dos Exércitos"; e o restante do território constituirá a "Zona do Interior".

Art. 45. Em princípio, o comando territorial, na zona dos Exércitos, será exercido pelo comandante-chefe, ou por seus delegados, no teatro de operações interessado.

Art. 46. Na Zona do Interior, o comando territorial permanece nas condições existentes no tempo de paz.

Art. 47. Em território estrangeiro o comandante-chefe concentra todos os poderes civis e militares, exercendo-os em nome do Governo brasileiro, segundo condições estipuladas nas Convenções internacionais, relativas ao assunto.

TÍTULO IV

Disposições Particulares

CAPÍTULO XIII

FORÇAS POLICIAIS DOS ESTADOS

Art. 48. As forças policiais dos Estados, cujo papel essencial é manter a ordem pública, participam, em tempo de paz, da preparação pré-militar, da instrução das suas tropas e do Serviço de guarnição.

Em tempo de guerra, participam do enquadramento de formações mobilizadas e poderão receber missões especiais, quer na zona de guerra, quer na zona do interior.

Art. 49. Na execução das incumbências referidas no artigo anterior, as forças policiais ficam sujeitas à ação do Ministério da Guerra, na forma das disposições legais em vigor.

CAPÍTULO XIV

CORPORAÇÕES POLICIAIS E DE BOMBEIROS

Art. 50. As demais organizações policiais federais, estaduais e municipais serão obrigadas a desempenhar funções auxiliares na realização do recrutamento e da preparação da mobilização militar.

No exercício dessas funções, ficam subordinadas ao Ministério da Guerra.

Art. 51. As corporações de bombeiros teem obrigação de colaborar na manutenção da ordem pública, quando necessário, e, em caso de guerra, cooperar na defesa do território, com as demais forças ativas do país, sob a autoridade do Ministro da Guerra, que a esse respeito expedirá as necessárias instruções.

TÍTULO V

Disposições Finais

Art. 52. A presente lei entra em execução, na data de sua publicação, ficando o Ministro da Guerra autorizado a baixar as instruções necessárias ao desenvolvimento da sua aplicação.

Art. 53. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.313 — DE 11 DE MARÇO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saude, o crédito especial de Cr\$ 4.396.500,00 para atender às despesas que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saude, o crédito especial de Cr\$ 4.396.500,00 (quatro milhões trezentos e noventa e seis mil e quinhentos cruzeiros), para atender às despesas (Serviços e Encargos) seguintes:

	Cr\$
Subvenções concedidas para 1942, conforme relação anexa ao decreto n. 11.138, de 24 de dezembro de 1942.....	4.170.500,00
União Nacional de Estudantes — despesas restantes da assembléia realizada em setembro de 1942.....	80.000,00
Confederação Brasileira de Desportos Universitários — despesas restantes dos Quartos Jogos Universitários Brasileiros	66.000,00
Diretório Central de Estudantes — despesas extraordinárias com a sua instalação	5.000,00
Instituição "A Formiga" — transporte de estudantes em excursão escolar, em 1942.....	75.000,00

Rio de Janeiro, 11 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Romero Estelita.

DECRETO-LEI N. 5.314 — DE 11 DE MARÇO DE 1943

Regula o ingresso nos quadros de farmacêuticos e dentistas da reserva do Exército dos profissionais civis que concluíram ou vierem a concluir os respectivos cursos de emergência e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Poderão ingressar na reserva de 2.ª classe ou no Exército de 2.ª Linha dos respectivos quadros os farmacêuticos e dentistas civis que concluíram ou vierem a concluir com aproveitamento os cursos de emergência organizados pela Diretoria de Saude do Exército.

§ 1.º O ingresso no quadro se fará por decreto de nomeação, mediante proposta da Diretoria de Saude do Exército, dirigida ao Ministro da Guerra por intermédio da Diretoria de Recrutamento, no posto de 2.º Tenente.

§ 2.º Os candidatos que nos Estados fizerem jus à nomeação de 2.º Tenente serão indicados à Diretoria de Saude pelos Comandantes de Região, tendo em vista o disposto no artigo 3.º.

Art. 2.º São condições de ingresso no Quadro:

- a) ser brasileiro nato;
- b) ter idade compreendida entre 30 e 55 anos;
- c) estar em dia com as obrigações do serviço militar;
- d) ser diplomado em farmácia ou odontologia, por escola oficial ou reconhecida;
- e) não ser oficial da reserva dos quadros das armas de qualquer das forças armadas;
- f) ter boa conduta (atestado da polícia civil ou declaração firmada por dois oficiais do Exército);
- g) haver terminado com aproveitamento o respectivo curso de emergência e o estágio de trinta dias nas formações sanitárias dos corpos de tropa. O estágio somente será exigido dos que na data da conclusão do respectivo curso de emergência não tiverem ainda completado 35 anos de idade.

Art. 3.º A proposta de nomeação será instruída com a seguinte documentação:

- 1) — diploma em original ou certidão de seu registo na repartição competente do Departamento Nacional de Saúde ou nas secções de fiscalização do exercício profissional nos Estados, conforme o caso;
- 2) — certificado de alistamento ou de reservista, com o registo de que o seu possuidor se acha em dia com as obrigações concernentes ao serviço militar;
- 3) — atestado de conduta passado pela polícia ou por dois oficiais do Exército que declarem há quanto tempo conhecem o candidato;
- 4) — certidão de nascimento de inteiro teor (*verbo ad verbum*) do registo civil;
- 5) — conceito sobre a frequência e aproveitamento no curso de emergência e (quando for o caso) no estágio;
- 6) — cópia da ata de inspeção de saúde.

Art. 4.º Os candidatos ao ingresso na reserva dos quadros de farmacêuticos e dentistas que, dentro do prazo máximo de seis meses, a contar da data da conclusão do respectivo curso de emergência, não requererem o estágio a que estiverem obrigados (art. 2.º, letra g) perderão o direito àquele ingresso

Parágrafo único. As instruções para o estágio referido neste artigo serão organizadas pela Diretoria de Saúde do Exército e aprovadas pelo Ministro da Guerra.

Art. 5.º Teem direito à nomeação de 2.º Tenente da reserva de 2.ª classe ou do Exército de 2.ª Linha dos respectivos quadros os farmacêuticos e dentistas que, admitidos como extranumerários do Ministério da Guerra, hajam completado ou venham a completar um ano de exercício profissional, obtendo conceito favorável de seus Comandantes ou Chefes.

Art. 6.º Os interessados poderão ter, mediante requerimento, iniciativa da organização das propostas de suas nomeações de 2.º Tenente.

Art. 7.º O acesso nos quadros de farmacêuticos e dentistas da reserva de 2.ª classe do Exército de 2.ª Linha será objeto de regulamentação especial.

Art. 8.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra

DECRETO-LEI N. 5.315 — DE 11 DE MARÇO DE 1943

Prorroga o prazo a que se refere o art. 8.º do decreto-lei n. 2.610, de 20 de setembro de 1940

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 1943 o prazo a que se refere o art. 8.º do decreto-lei n. 2.610, de 20 de setembro de 1940.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República,

GETULIO VARGAS.

Fernando Antunes.

DECRETO-LEI N. 5.316 — DE 11 DE MARÇO DE 1943

Transfere gratuitamente à Academia Brasileira de Letras o domicílio util do terreno acrescido de marinha e a construção no mesmo existente, situados na avenida Presidente Wilson n. 203, na Capital Federal, para sede da mesma Academia, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferida gratuitamente à Academia Brasileira de Letras, juntamente com a construção existente, o domínio util do terreno acrescido de marinha, com a área de mil cento e oitenta metros quadrados (1.180 m²), situado na avenida Presidente Wilson n. 203, na Capital Federal, e onde se acha edificado o prédio que, sob a designação de palácio "Petit Trianon", a República Francesa construiu e doara à União, por escritura pública de 16 de dezembro de 1924, outorgada em notas do tabelião do Décimo Ofício da cidade do Rio de Janeiro, para o fim expresso de servir de sede daquela Academia.

Art. 2.º A transferência a que se refere o artigo anterior tem por fim exclusivo servir o mencionado prédio de sede permanente e efetiva da Academia Brasileira de Letras.

Art. 3.º Na Diretoria do Domínio da União assinar-se-á o contrato de efetivação da transferência do domínio util do terreno e da construção existente, mencionados no artigo anterior, com os elementos técnicos constantes do processo protocolado no Tesouro Nacional sob o n. 6.005, de 1943.

§ 1.º O contrato será lavrado em livro de repartição e valerá como escritura pública, para efeito de transcrição no Registro de Imóveis competente.

§ 2.º O contrato será isento de qualquer imposto de selo ou emolumento e sua transcrição no Registro de Imóveis competente far-se-á gratuitamente.

Art. 4.º Nenhum onus ou contribuição fiscal, quer federal, quer municipal, a qualquer título, gravará o terreno de que se trata ou o edifício nele existente.

Art. 5.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República,

GETULIO VARGAS.

Romero Estelita.

DECRETO-LEI N. 5.317 — DE 11 DE MARÇO DE 1943

Modifica a incidência do imposto de consumo sobre a aguardente e o calçado e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O imposto de consumo sobre aguardente, a que se refere o artigo 4.º do decreto-lei n. 4.878, de 27 de outubro de 1942, passará a ser cobrado do seguinte modo:

Por meia garrafa	Cr\$ 0,16
Por meio litro	Cr\$ 0,24
Por garrafa	Cr\$ 0,32
Por litro	Cr\$ 0,48.

Parágrafo único. Fica restabelecido, em relação à aguardente, o regime do art. 81, parágrafo único, do decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938.

Art. 2.º As taxas consignadas no decreto-lei n. 828, de 1 de novembro de 1938, relativas aos calçados de qualquer espécie, tipo, formato, qualidade ou matéria (inclusive as galochas, as perneiras, os tamarcos e as polainas), com o preço de venda no varejo marcado pelo fabricante, passam a ser, por par:

I — Nacionais:

Até o preço de Cr\$ 5,00	Cr\$ 0,10
De mais de Cr\$ 5,00 até Cr\$ 12,00	Cr\$ 0,30
De mais de Cr\$ 12,00 até Cr\$ 20,00	Cr\$ 0,60
De mais de Cr\$ 20,00 até Cr\$ 30,00	Cr\$ 1,00
De mais de Cr\$ 30,00 até Cr\$ 50,00	Cr\$ 2,00
De mais de Cr\$ 50,00 até Cr\$ 75,00	Cr\$ 3,00
De mais de Cr\$ 75,00 até Cr\$ 100,00	Cr\$ 4,00
De mais de Cr\$ 100,00 até Cr\$ 150,00	Cr\$ 6,00
De mais de Cr\$ 150,00 até Cr\$ 200,00	Cr\$ 8,00
De mais de Cr\$ 200,00 ou sem preço marcado	Cr\$ 15,00
II — De origem estrangeira	Cr\$ 15,00

Parágrafo único. Incidirá na pena de prisão celular prevista pelo art. 3.º do decreto-lei n. 869, de 18 de novembro de 1938, o fabricante que marcar o calçado para ser vendido por preço superior ao recebido do comprador, observados os limites da tabela. *Multa* de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 10.000,00.

Art. 3.º A alínea III do art. 1.º do decreto-lei n. 5.283, de 26 de fevereiro de 1943, fica retificada do seguinte modo:

III — Cigarros e cigarrilhas nacionais, com o preço de venda, no varejo, marcado pelo fabricante, por vintena:

Até o preço de Cr\$ 0,60	Cr\$ 0,14
De mais de Cr\$ 0,60 até Cr\$ 0,80	Cr\$ 0,24
De mais de Cr\$ 0,80 até Cr\$ 1,00	Cr\$ 0,34
De mais de Cr\$ 1,00 até Cr\$ 1,20	Cr\$ 0,44
De mais de Cr\$ 1,20 até Cr\$ 1,50	Cr\$ 0,56
De mais de Cr\$ 1,50 ou sem preço marcado	Cr\$ 1,06

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor trinta (30) dias após a sua publicação, quando também passará a vigorar o decreto-lei n. 5.283, de 26 de fevereiro de 1943, devendo o seu texto ser transmitido telegraficamente pelo Diretor Geral da Fazenda Nacional aos Delegados Fiscais nos Estados.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Romero Estelita.

DECRETO-LEI N. 5.318 — DE 12 DE MARÇO DE 1943

Transfere a sede do 37.º Batalhão de Caçadores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É transferida, de Barreiros — Estado de Pernambuco, para Caruarú, no mesmo Estado, a sede do 37.º Batalhão de Caçadores.

Rio de Janeiro, 12 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.319 — DE 12 DE MARÇO DE 1943

Transfere a sede do 22.º Batalhão de Caçadores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É transferida, de Maceió — Estado de Alagoas, para Tamandaré, Estado de Pernambuco, a sede do 22.º Batalhão de Caçadores.

Rio de Janeiro, 12 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.320 — DE 12 DE MARÇO DE 1943

Transfere a sede do 21.º Batalhão de Caçadores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É transferida, de Caruarú — Estado de Pernambuco, para Garanhuns, no mesmo Estado, a sede do 21.º Batalhão de Caçadores.

Rio de Janeiro, 12 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.321 — DE 12 DE MARÇO DE 1943

Cancela termo de deserção e indulta Nicolau Mariano da Silva

O Presidente da República, considerando que Nicolau Mariano da Silva deixou, por motivo de força maior, de apresentar-se dentro do prazo estabelecido no decreto 19.732, de 28-II-931, para gozar da anistia concedida pelo decreto 19.395, de 8-XI-930, e usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedido indulto ao desertor do Exército Nicolau Mariano da Silva, sem direito a quaisquer vantagens materiais, devendo o termo de deserção respectivo ser cancelado no corpo ou auditoria onde estiver.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.322 — DE 15 DE MARÇO DE 1943

Dispõe sobre carreiras do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam desdobradas, na conformidade da tabela anexa ao presente decreto-lei, as carreiras de Foguista-marítimo, Marinheiro, Maquinista-marítimo e Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra.

Art. 2.º Os padrões numéricos de vencimento atribuídos aos cargos das carreiras ora criadas são os instituídos pelo art. 16 do decreto-lei 1.847, de 7 de dezembro de 1939.

Art. 3.º Os funcionários que passam a integrar as carreiras de padrões numéricos ficam obrigatoriamente lotados no Serviço de Transportes do Exército.

Art. 4.º Os funcionários de que trata o artigo anterior e constantes da relação nominal anexa, terão seus decretos de nomeação apostilados pela Divisão do Pessoal Civil (D. 4) do Ministério da Guerra.

Art. 5.º A despesa decorrente do disposto neste decreto-lei, correrá à conta do saldo da conta corrente do Quadro Permanente do Ministério da Guerra.

Art. 6.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

MINISTÉRIO DA GUERRA (Q.S.)

154

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA			
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Obrsevações
7 2 1	FOGUISTA MARÍ- TIMO	F	—	—	—	4	FOGUISTA MARÍ- TIMO	F	
		E	—	—	—	2		E	
		D	—	—	—	1		D	
						3	FOGUISTA MARÍ- TIMO	6	
3 7 3	MAQUINISTA MARÍTIMO	H	—	—	—	2	MAQUINISTA MARÍTIMO	H	
		G	—	—	—	2		G	
		F	—	—	—	2		F	
						3	MAQUINISTA MARÍTIMO	10	
						4		8	
						1		6	

ATOS DO PODER EXECUTIVO

55	MARINHEIRO	D	—	—	—	27	MARINHEIRO	D	
8		C	—	—	—	8		C	
33		B	—	—	—	30	MARINHEIRO	B	
						28		4	
						3		2	
3	PATRÃO	H	—	—	—	3	PATRÃO	H	
5		G	—	—	—	3		G	
7		F	—	—	—	6		F	
9		E	—	—	—	5		E	
2		D	—	—	—	1		D	
						3	PATRÃO	10	
						2		8	
						1		6	
						4		5	
						1		4	

DECRETO-LEI N. 5.323 — DE 16 DE MARÇO DE 1943

Revigora, no presente ano, o decreto-lei n. 3.143, de 25 de março de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Ficam em vigor, no corrente ano, as disposições do decreto-lei n. 3.143, de 25 de março de 1941.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.324 — DE 16 DE MARÇO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saude, o crédito especial de Cr\$ 47.547,60 para pagamento a trabalhadores convocados

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saude, o crédito especial de Cr\$ 47.547,60 (quarenta e sete mil quinhentos e quarenta e sete cruzeiros e sessenta centavos) para atender ao pagamento de salários devidos, no ano de 1942, ao pessoal de obras do Serviço Nacional de Febre Amarela, do Departamento Nacional de Saude, convocado para o serviço ativo militar.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Romero Estelita.

DECRETO-LEI N. 5.325 — DE 17 DE MARÇO DE 1943

Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 2.124, de 11 de abril de 1940, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado ao exercício de 1943 o prazo de vigência do crédito especial de um milhão setenta e três mil e quatrocentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 1.073.450,00), aberto pelo decreto-lei 2.124, de 11 de abril de 1940, e de que tratam os decretos-leis ns. 4.055 e 4.056, de 27 de janeiro de 1942.

Parágrafo único. À conta do aludido crédito especial será também atendida a despesa com o pagamento a escrivães eleitorais da gratificação de que trata o art. 42 da Lei 48, de 4 de maio de 1935, e de subsídios aos membros dos Tribunais Regionais da extinta Justiça Eleitoral, em época de apuração, até 9 de novembro de 1937.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Antunes.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.326 — DE 18 DE MARÇO DE 1943

Modifica o artigo 2.º e seu parágrafo único, do decreto-lei n. 5.263, de 18 de fevereiro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do artigo 31 do decreto-lei 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º O artigo 2.º e seu parágrafo único, do decreto-lei n. 5.263, de 18 de fevereiro de 1943, passam a ser assim redigidos:

“Art. 2.º O provimento dos cargos das carreiras criadas poderá ser feito nas suas diferentes classes, de acordo com as instruções que forem expedidas para os respectivos concursos.”

“Parágrafo único. Se o provimento se verificar com ocupante de cargo da carreira de Enfermeiro do Governo Federal, poderá ser computado, integralmente, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço prestado naquela carreira.”

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Antunes.

DECRETO-LEI N. 5.327 — DE 18 DE MARÇO DE 1943

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 19.558,00 para liquidação de despesas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de dezenove mil quinhentos e cinquenta e oito cruzeiros (Cr\$ 19.558,00),

para ocorrer à liquidação das despesas (Serviços e Encargos) efetuadas com o "Stand" do referido Ministério, na exposição do "Estado Nacional", realizada em 1942.

Art. 2.º O crédito a que se refere o artigo anterior será distribuído à Tesouraria do Ministério da Educação e Saúde para sua utilização nos fins referidos mediante a apresentação dos respectivos comprovantes.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.328 — DE 18 DE MARÇO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para regularização de juros de depósitos da Caixa Econômica Federal de São Paulo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00), que será distribuído à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo, para integralização dos juros (Dívida Pública) devidos à Caixa Econômica Federal de São Paulo, no 2.º semestre de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.329 — DE 18 DE MARÇO DE 1943

Inclue na divisão II, alínea I, do art. 545 da Tarifa em vigor, os livros para leitura, de pequeno formato, com capa revestida de papel celotane

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam incluídos na divisão II, alínea I, do art. 545, classe 16, da Tarifa em vigor, os livros para leitura avulsos, brochados, cartonados ou encadernados, de pequeno formato, com capa revestida de papel celofane, os quais pagarão a taxa de Cr\$ 0,70 — direitos gerais — e Cr\$ 0,60 — direitos mínimos — por quilograma, peso legal.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.330 — DE 18 DE MARÇO DE 1943

Dispõe sobre a concessão da pensão especial de que trata o decreto-lei número 3.269, de 14 de maio de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A pensão especial estipulada no artigo 1.º do decreto-lei número 3.269, de 14 de maio de 1941, é concedida também aos herdeiros dos militares a que se refere o artigo 3.º do mesmo decreto-lei.

Parágrafo único. Essa pensão será calculada sobre a tabela de vencimentos pela qual percebiam os militares na data do óbito, vigorando a partir da data do presente decreto-lei e não dando direito à percepção de atrasados.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

J. P. Salgado Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.331 — DE 18 DE MARÇO DE 1943

Aprova o Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e o Chile, firmado no Rio de Janeiro, a 1 de março de 1943

O Presidente da República, nos termos do art. 180 da Constituição:

Resolve aprovar o Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e o Chile, firmado no Rio de Janeiro, a 1 de março de 1943.

Rio de Janeiro, em 18 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

TRATADO DE COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A REPÚBLICA DO CHILE.

Os governos da República dos Estados Unidos do Brasil e da República do Chile, desejosos de fortalecer os seus tradicionais vínculos de amizade e animados do desejo comum de que se desenvolvam e estreitem as relações comerciais dos dois países, para sua maior prosperidade e benefício recíproco, resolveram celebrar, com tal objetivo, um Tratado de Comércio e Navegação, e, para esse fim, nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Oswaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores; e

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Chile, Sua Excelência o Senhor Gabriel Gonzales Videla, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Brasil;

Os quais, depois de haverem trocado seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram nos Artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

As Altas Partes Contratantes concedem-se reciprocamente o tratamento incondicional e ilimitado da nação mais favorecida em tudo o que se refere a direitos e encargos acessórios, e à sua arrecadação, bem como às regras, formalidades e tributações a que possam ser submetidas as operações e despachos aduaneros.

Os produtos naturais ou manufacturados, originários de cada uma das Altas Partes Contratantes, gozarão no território da outra, imediatamente e sem compensação, das mesmas vantagens, favores e privilégios já concedidos ou que possam ser concedidos no futuro aos produtos naturais ou

TRATADO DE COMERCIO Y NAVEGACIÓN ENTRE LA REPÚBLICA DE LOS ESTADOS UNIDOS DEL BRASIL Y LA REPÚBLICA DE CHILE.

Los Gobiernos de la República de los Estados Unidos del Brasil y de la República de Chile deseosos de fortalecer sus tradicionales vinculos de amistad y animados del común deseo de que se desarrollen y estrechen las relaciones comerciales de los dos países, para su mayor prosperidad y recíproco beneficio, han resuelto celebrar, con tal objeto, un Tratado de Comercio y Navegación, y, para ese fin, han designado sus Plenipotenciarios, a saber:

El Excelentísimo Señor Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil, a su Excelencia el Señor Oswaldo Aranha, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores y

El Excelentísimo Señor Presidente de la República de Chile, a su Excelencia el Señor Gabriel Gonzales Videla, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en Brasil;

Los cuales, después de haber cambiado sus Plenos Poderes, y de encontrarlos en buena y debida forma, han convenido en los Artículos siguientes:

ARTÍCULO PRIMEIRO

Las Altas Partes Contratantes se conceden reciprocamente el tratamiento incondicional e ilimitado de la nación más favorecida en todo lo que se refiere a derechos aduaneros y gravámenes accesorios y a su recaudación, así como a las reglas, formalidades y cargas a que puedan ser sometidas las operaciones y despachos aduaneros.

Los productos naturales o manufacturados originarios de cada una de las Altas Partes Contratantes gozarán en el territorio de la otra, de inmediato y sin compensación, de las mismas ventajas, factores y privilegios ya concedidos o que puedan, en lo futuro, ser concedidos a los productos

manufaturados da mesma natureza originários de qualquer outro país.

Em consequência, comprometem-se a não estabelecer ou aumentar quaisquer direitos, taxas ou impostos, nem a criar proibições ou restrições à importação ou exportação de qualquer produto ou mercadoria de uma para outra, ou qualquer medida ou regulamentação consular ou sanitária que tenha por efeito dificultar o intercâmbio comercial entre os dois países, a menos que tais medidas sejam também aplicadas com relação a qualquer outro país.

ARTIGO II

As disposições do Artigo Primeiro não impedirão a aplicação de proibições ou restrições que se refiram:

- a) à segurança pública;
- b) à proteção da vida humana, animal ou vegetal;
- c) à defesa do patrimônio nacional artístico, histórico ou arqueológico;
- d) à saída do ouro ou da prata, em moeda ou espécie; e, em geral;
- e) às medidas fiscais ou de polícia tendentes a estender aos produtos estrangeiros o regime imposto no próprio país aos produtos nacionais similares.

ARTIGO III

Os produtos naturais ou manufaturados originários de cada uma das Altas Partes Contratantes ficarão, depois de internados no território da outra Parte, isentos de quaisquer taxas, custas, exações ou encargos internos que sejam diferentes ou mais elevados do que os que forem cobrados sobre artigos semelhantes, de qualquer outra origem.

ARTIGO IV

Contudo, exceptuam-se do tratamento da nação mais favorecida, assegurado neste Tratado, as vantagens atualmente concedidas ou que venham a ser no futuro concedidas a países limítrofes, em forma exclusiva, assim

naturales o manufacturados de la misma naturaleza originarios de cualquier otro país.

En consecuencia, se comprometen a no establecer ni aumentar cualesquiera derechos, tasas o impuestos, y a no crear prohibiciones o restricciones a la importación o a la exportación de cualquier producto o mercadería de una para otra o cualquier medida o reglamentación consular o sanitaria que tenga por efecto dificultar el intercambio comercial entre los dos países, a menos que tales medidas sean también aplicadas con relación a cualquier otro país.

ARTÍCULO II

Las disposiciones de Artículo I no impedirán la aplicación de prohibiciones o restricciones que se refieran:

- a) la seguridad pública;
- b) la protección de la vida humana, animal o vegetal;
- c) la defensa del patrimonio nacional, artístico, histórico o arqueológico;
- d) la salida del oro o de la plata, en moneda o en especie; y, en general;
- e) a las medidas fiscales o de policía tendientes a extender a los productos extranjeros el régimen impuesto en el propio país a los productos nacionales similares.

ARTÍCULO III

Los productos naturales o manufacturados originarios de cada una de las Altas Partes Contratantes, después de internados en el territorio de la otra Parte, quedarán exentos de cualesquiera tasas, impuestos, exacciones o gravámenes internos distintos o más elevados de los que fueren cobrados sobre artículos semejantes de cualquier otro origen.

ARTÍCULO IV

Con todo, se exceptúan de la aplicación del tratamiento de la nación más favorecida asegurado en este Tratado, las ventajas actualmente concedidas o que puedan ser concedidas en lo futuro a países limítrofes en forma

como as resultantes de uma União Aduaneira de que uma das Altas Partes Contratantes venha a fazer parte e as que sejam concedidas com a finalidade de facilitar o tráfico fronteiriço.

A exceção, a que se refere o parágrafo anterior não vigorará, entretanto, para os produtos brasileiros e chilenos abaixo indicados, os quais gozarão dos favores da cláusula da nação mais favorecida em forma incondicional e ilimitada: Brasileiros — frutas frescas; tubérculos e hortaliças frescas, secas e em conserva; café em qualquer forma; erva-mate; cacau; sementes oleaginosas; cera de carnaúba; azeites comestíveis; fios e tecidos em geral. Chilenos — fibras textéis; frutas, tubérculos, hortaliças frescas, secas e em conserva; cereais e seus derivados, leguminosas secas; malte de cevada; vinhos comuns, espumosos e vinagres de vinhos; licores, vermouthes e amargos; alhos; mostos concentrados; enxofre em todas as suas formas; sais potássicos e sódicos.

ARTIGO V

Haverá completa igualdade de tratamento para os navios mercantes de ambos os países nas águas territoriais respectivas, quaisquer que sejam os portos de procedência e de destino, especialmente no que se refere ao acesso aos portos, sua utilização e aproveitamento das facilidades que oferecem à navegação, às operações comerciais para os navios e com relação ao seu carregamento e passageiros e às facilidades para a carga e descarga.

Serão considerados como de bandeira nacional os navios matriculados, tripulados e que naveguem em conformidade com as leis dos respectivos países.

Em tudo o que se refere ao arqueamento e calado dos navios, especialmente no cálculo dos emolumentos que devam ser cobrados sobre essa base, continuarão em vigor as leis e regulamentos que regem a matéria em um e outro país, comprovando-se a tonelagem por um certificado da auto-

exclusiva, así como las resultantes de una Unión Aduanera de la cual una de las Altas Partes Contratantes pueda formar parte y las que sean concedidas para facilitar el tráfico fronterizo.

La excepción a que se refiere el párrafo anterior no regirá para los productos brasileños y chilenos que a continuación se indican, que gozarán de los favores de la cláusula de la nación más favorecida en forma incondicional e ilimitada; Brasileños — frutas frescas; tuberculos y hortalizas frescas, secas y en conserva café en cualquier forma; yerba mate; cacao; semillas oleaginosas; cera de carnaúba; aceites comestibles; hilados y tejidos en general. Chilenos — fibras textiles; frutas, tuberculos, hortalizas frescas, secas y en conserva; cereales y sus derivados; leguminosas secas; cebada malteada; vinos comunes, espumosos y vinagres de vinos; licores, vermouths y amargos; ajos; mostos concentrados; azufre en todas sus formas; sales potásicas y sódicas.

ARTÍCULO V

Habrà completa igualdad de tratamiento para las naves mercantes de uno y otro país en las aguas territoriales respectivas, cualesquiera que sean los puertos de procedencia y de destino, especialmente en lo que se refiere al acceso a los puertos, a su utilización y al aprovechamiento de las facilidades que ofrecen a la navegación, a las operaciones comerciales de las naves, y con relación a su cargamento y pasajeros y a las facilidades para la carga y descarga.

Serán consideradas como de bandera nacional las naves matriculadas, tripuladas, y que naveguen en conformidad con las leyes de los respectivos países.

En todo lo que se refiere al arqueo y calado de las naves, especialmente al cálculo de los emolumentos que deban cobrarse sobre esa base, continuarán en vigor las leyes y reglamentos que rigen la materia en uno y otro país, comprobándose el tonelaje por un certificado de la autori-

ridade competente do porto de origem ou à falta do certificado, mediante apresentação do título de registo do navio.

A igualdade de tratamento a que se refere o presente Artigo não se estende à navegação de cabotagem, que continuará regida pelas leis correspondentes de cada uma das Altas Partes Contratantes, nem às disposições que regulam no Chile as rotas que devem seguir os navios estrangeiros nos canais austrais de jurisdição chilena.

dad competente del puerto de origen o, a falta de certificado, mediante exhibición del título de registro de la nave.

La igualdad de tratamiento a que se refiere el presente artículo no se extiende a la navegación de cabotaje, que continuará regida por las leyes correspondientes de cada una de las Altas Partes Contratantes, ni a las disposiciones que regulan en Chile las rutas que deben seguir las naves extranjeras en los canales australes de jurisdicción chilena.

ARTIGO VI

As Altas Partes Contratantes obrigam-se a tomar, de acordo com a sua própria legislação, todas as medidas necessárias para garantir, em seus respectivos territórios, contra toda e qualquer forma de concorrência desleal nas transações comerciais, os produtos naturais ou fabricados originários da outra Parte.

A precedente disposição visa, especialmente impedir a importação, fabricação ou venda, no território de um ou outro dos países, de produtos que tenham marcas, nomes, inscrições ou qualquer outro sinal que forneça indicações falsas sobre a origem, espécie, natureza ou qualidade do produto, bem como a alteração de produtos pela adjunção de substâncias que, mesmo não sendo nocivas à saúde, lhes modifiquem a essência e as propriedades, ainda que, conservando a aparência e o sabor, a não ser que se dê nome diferente ao produto misturado e que no recipiente ou invólucro se especifiquem os componentes e respectivas percentagens e quantidades.

ARTIGO VII

Com o propósito de favorecer o intercâmbio comercial entre ambos os países, as Altas Partes Contratantes se obrigam a não estabelecer em seus respectivos territórios quaisquer medidas de que possam resultar restrições ou dificuldades para as importações normais dos produtos naturais do outro país.

ARTÍCULO VI

Las Altas Partes Contratantes se obligan a tomar, de acuerdo con su propia legislación, todas las medidas necesarias para garantizar en sus respectivos territorios contra toda y cualquier forma de competencia desleal en las transacciones comerciales, los productos naturales o fabricados originarios de la otra Parte.

La disposición precedente tiende, especialmente, a impedir la importación, fabricación o venta, en el territorio de uno o otro de los países, de productos que tengan marcas, nombres, inscripciones o cualquier otra señal que proporcionen falsas indicaciones sobre el origen, la especie, la naturaleza o la calidad del producto, así como la alteración de productos por la mezcla de sustancias que, sin ser nocivas para la salud, modifiquen su esencia o sus propiedades, por más que conserven la apariencia y el sabor, a no ser que se dé nombre diferente al producto mezclado y que en el recipiente o envase se especifiquen los componentes y sus respectivos tantos por ciento y cantidades.

ARTÍCULO VII

Con el propósito de favorecer el intercambio comercial entre ambos países, las Altas Partes Contratantes se obligan a no establecer en sus respectivos territorios cualesquiera medidas de las cuales puedan resultar restricciones o dificultades para las importaciones normales de los productos naturales del otro país.

ARTIGO VIII

Os produtos naturais ou fabricados, originários da República do Chile, enumerados e descritos na Tabela A, anexa a este Tratado, do qual faz parte integrante, ao serem importados no território dos Estados Unidos do Brasil, se atualmente livres de direitos aduaneiros, deles continuarão isentos, e se atualmente gravados com direitos aduaneiros, ficarão sujeitos aos que estão estipulados na referida Tabela.

ARTIGO IX

Os produtos naturais ou fabricados, originários dos Estados Unidos do Brasil, enumerados e descritos na Tabela B, anexa a este Tratado do qual forma parte integrante, ao serem importados no território da República do Chile, se atualmente livres de direitos aduaneiros, deles continuarão isentos, e se atualmente gravados com direitos aduaneiros, ficarão sujeitos aos que estão estipulados na referida Tabela.

ARTIGO X

No caso em que uma das Altas Partes Contratantes submeta a importação de mercadorias ou produtos a um regime de quotas ou contingentes de importação ou a outra limitação de natureza análoga, deverá atribuir às importações dos produtos atingidos por aquelas medidas, e procedentes do território da outra Parte, uma participação proporcional na quantidade total que se permita importar, não inferior à participação que se conceda à nação mais favorecida, nem inferior, em caso algum, à participação que tenham tido as importações da outra Parte na importação total verificada nos últimos anos anteriores ao estabelecimento das limitações de importação de que se trata.

ARTÍCULO VIII

Los productos naturales o fabricados, originarios de la República de Chile, enumerados y descritos en la Tabla A anexa a este Tratado, del cual forma parte integrante, al ser importados en el territorio de los Estados Unidos del Brasil, si están actualmente libres de derechos aduaneros, continuarán exentos de ellos, y si están actualmente gravados con derechos aduaneros, quedarán sujetos a los que están estipulados en la referida Tabla.

ARTÍCULO IX

Los productos naturales o fabricados, originarios de los Estados Unidos del Brasil, enumerados y descritos en la Tabla B anexa a este Tratado del cual forma parte integrante, al ser importados en el territorio de la República de Chile, si actualmente están libres de derechos aduaneros, continuarán exentos de ellos, y si actualmente estuvieren gravados con derechos aduaneros, quedarán sujetos a los estipulados en la referida Tabla.

ARTÍCULO X

En caso de que una de las Altas Partes Contratantes someta la importación de mercadorias o productos a un régimen de cuotas o contingentes de importación, o a otra limitación de naturaleza análoga, deberá conceder a las importaciones de los productos afectados por aquellas medidas, procedentes del territorio de la otra Parte, una participación proporcional en la cantidad total que se permita importar no inferior a la participación que se conceda a la nación más favorecida, ni inferior en ningún caso, a la participación que hayan tenido las importaciones de la otra Parte en la importación total efectuada en los últimos años anteriores al establecimiento de las limitaciones a la importación de que se trata.

ARTIGO XI

A origem dos produtos de ambos os países será comprovada mediante certificados expedidos pela autoridade competente ou pelas Câmaras de Comércio oficialmente reconhecidas. O visto consular nesses certificados será absolutamente gratuito.

ARTIGO XII

No caso em que sobrevenha qualquer divergência sobre a interpretação ou aplicação no presente Tratado, que não for solucionado por via diplomática, as Altas Partes Contratantes se comprometem a não aplicar medida alguma que possa prejudicar a outra Parte, antes de submeter o assunto ao estudo da Comissão Mista dos dois países, a que se refere o Artigo seguinte, para que a mesma formule aos dois Governos as recomendações que julgar convenientes.

ARTIGO XIII

Com o fim não só de facilitar a remoção das divergências a que se refere o artigo anterior, mas também de fomentar por todos os meios possíveis e uteis o intercâmbio comercial e a navegação entre os dois países, as Altas Partes Contratantes criarão, nos dois meses que se seguirem à troca de ratificações do presente Tratado, uma Comissão Mista Permanente Brasileiro-Chilena, composta de seis membros e dividida em dois Comitês locais de três membros cada um, com sede no Rio de Janeiro e em Santiago, respectivamente. O Comité do Rio de Janeiro será constituído por dois membros nomeados pelo Governo do Brasil e um pelo Governo do Chile, e o Comité de Santiago por dois membros designados pelo Governo do Chile e um pelo Governo do Brasil.

As atribuições da Comissão Mista Permanente Brasileiro-Chilena, serão, em especial, as seguintes:

a) velar em ambos os países pela melhor aplicação do presente Tratado

ARTÍCULO XI

El origen de los productos de ambos países será comprobado mediante certificados expedidos por la autoridad competente o por las Cámaras de Comercio oficialmente reconocidas. La visación consular de dichos certificados será absolutamente gratuita.

ARTÍCULO XII

En caso de que sobrevenga cualquier divergencia sobre la interpretación o aplicación del presente Tratado, que no fuere resuelta por via diplomática, las Altas Partes Contratantes se comprometen a no aplicar medida alguna que pueda perjudicar a la otra Parte, antes de someter el asunto al estudio de la Comision Mixta de los dos países, a que se refiere el Artículo siguiente, para que la misma formule a cada Gobierno las recomendaciones que juzgue convenientes.

ARTÍCULO XIII

Con el fin no sólo de facilitar la remoción de las divergencias a que se refiere el Artículo precedente sino también de fomentar por todos los medios posibles y útiles el intercambio comercial y la navegación entre los dos países, las Altas Partes Contratantes crearán, dentro de los dos meses siguientes a la fecha del canje de las ratificaciones del presente Tratado, una Comisión Mixta Permanente Brasileiro-Chilena, compuesta de seis miembros y dividida en dos Comitês Locales de tres miembros cada uno, con sede en Rio de Janeiro y en Santiago, respectivamente. El Comité de Rio de Janeiro estará constituído por dos miembros nombrados por el Gobierno del Brasil y uno por el Gobierno de Chile, y el Comité de Santiago por dos miembros designados por el Gobierno de Chile y uno por el Gobierno del Brasil.

Las atribuciones de la Comisión Mixta Permanente Brasileiro-Chilena serán, especialmente, las siguientes:

a) velar en ambos países por la mejor aplicación del presente Tratado, y

e propor as modificações e esclarecimentos que a experiência aconselhe;

b) facilitar e fomentar as relações directas entre produtores, comerciantes, bancos e demais interessados no intercâmbio comercial;

c) promover a extensão do recurso arbitral e seu mais expedito exercício, para solucionar as dificuldades a que possa dar lugar o intercâmbio entre os dois países; e

d) contribuir para harmonizar e simplificar os trâmites do comércio recíproco na importação e exportação.

proponer las modificaciones y aclaraciones que la experiencia aconseje;

b) facilitar y fomentar las relaciones directas entre los productores, comerciantes, bancos y demás interesados en el intercambio comercial;

c, promover la extensión del recurso arbitral y su más expedito ejercicio para resolver las dificultades a que pueda dar lugar el intercambio entre los dos países; y

d) contribuir a armonizar y simplificar los trámites del comercio recíproco en la importación y en la exportación.

ARTIGO XIV

As Altas Partes Contratantes, animadas pela sua tradição de amizade e pelo espírito que inspira o presente Tratado, declaram sua intenção de estudar a possibilidade de concertar outros acordos que venham melhorar e intensificar suas relações atuais, o intercâmbio entre os dois países e suas comunicações marítimas, aéreas e postais, afim de aproximar ainda mais os Povos das duas Nações.

ARTIGO XV

O presente Tratado, cuja duração será de um ano, entrará em vigor uma vez realizada a troca de suas ratificações que se efetuará na cidade de Santiago, com a possível brevidade, concordando ambas as Altas Partes Contratantes em aplicá-lo provisoriamente, em tudo o que seja permitido pelas respectivas legislações. De acordo com as disposições legais chilenas, e afim de que o regime aduaneiro estabelecido para o Brasil no Tratado de Comércio e Navegação de 18 de novembro de 1941 não sofra interrupção, o presente Tratado será posto retroativamente em vigor no Chile, a partir de 15 de dezembro de 1942.

Se nenhuma das Partes tiver denunciado o presente Tratado três meses antes de expirada a sua vigência, ficará o mesmo prorrogado por um período de um ano, por tácita recondução, e assim sucessivamente, a não ser

ARTÍCULO XIV

Las Altas Partes contratantes, animadas por su tradición de amistad y por el espíritu que inspira el presente Tratado, declaran su intención de estudiar la posibilidad de concertar otros Acuerdos que vegan a mejorar y a intensificar sus relaciones actuales, el intercambio entre los dos países y sus comunicaciones marítimas, aéreas y postales, a fin de aproximar aún más los pueblos de las dos naciones.

ARTÍCULO XV

El presente Tratado, cuya duración será de un año, entrará en vigor una vez realizado el canje de sus ratificaciones que se efectuará en la ciudad de Santiago a la brevedad posible, concordando ambas Partes Contratantes en aplicarlo provisionalmente en todo cuanto lo permitan las legislaciones respectivas. De acuerdo con las disposiciones legales chilenas, y a fin de que el régimen aduanero establecido para el Brasil en el Tratado de Comercio y Navegación del 18 de noviembre de 1941 no sufra interrupción, el presente Tratado será puesto en vigencia en Chile en forma retroactiva a contar del 15 de diciembre de 1942.

Si ninguna de las Partes hubiere denunciado el presente Tratado tres meses antes de expirar su vigencia, quedará este prorrogado por un período de un año, por tácita reconducción, y así sucesivamente, a no ser

que seja denunciado pelo menos três meses antes de expirado um dos supracitados períodos.

Em fé do que, os Plenipotenciários acima nomeados firmam e selam o presente Tratado, em dois exemplares, escritos nas línguas portuguesa e espanhola, ambos igualmente autênticos, na cidade do Rio de Janeiro, no primeiro dia do mês de março do ano de mil novecentos e quarenta e três.

que sea denunciado por lo menos tres meses antes de que expire uno de los períodos mencionados.

En fé de lo cual, los Plenipotenciarios arriba nombrados suscriben el presente Tratado, hecho en dos ejemplares en las lenguas portuguesa y castellana, que hacen igualmente, fé, y le aplican sus respectivos sellos, en la ciudad de Rio de Janeiro, el día primero del mes de marzo del año de mil novecientos cuarenta y tres.

Oswaldo Aranha.

Gabriel Gonzalez Videla.

TABELA "A"

Número da Tarifa Brasileira	Artigos	Unidades	Direitos em "Cruzeiros" mais 10 por cento de adicional vigente
106	Enchovas em azeite, pasta de enchovas, enchovas em salmoura e peixe seco	Kg. P.L.	Isentos
225	Ameixas, cerejas, damascos, figos e maçãs, melões, morangos, pêssegos, peras, uvas e semelhantes, frescas ou verdes	Kg. P.L.	Isentos
229	Frutas secas, em geral (sem açúcar) excetuando os cocos ralados	Kg. P.L.	Isentos
230	Frutas em conserva: cozidas ou cruas em massa ou polpa, sem adicionamento de açúcar ou mel	Kg. P.L.	Cr\$ 1,00
	Em alcool, em calda ou compotas e em geleia, massa ou polpa, com açúcar ou mel	Kg. P.L.	Cr\$ 6,24
	Sem calda, cristalizadas ou de qualquer outro modo confeitadas ou preparadas	Kg. P.L.	Cr\$ 15,60
	Polpas de frutas em geral	Kg. P.L.	Isentos
232	Alpiste, painço e outros cereais, simples ou em mistura, para alimentação de pássaros	Kg. P.B.	Cr\$ 0,59 3/4
234	Aveia e cevada em grão com casca ..	Ton. P.B.	Cr\$ 250,00
235	Favas alimentícias, excetuando feijão e ervilhas	Kg. P.B.	Cr\$ 0,46 1/2
236	Grão de bico e tremoços, inteiros ou partidos	Kg. P.B.	Cr\$ 0,60
238	Tomates: em massa, sem mistura de frutas	Kg. P.L.	Cr\$ 3,12
240	Cereais, hortaliças e legumes; quaisquer em conserva de qualquer qualidade, com ou sem mistura de frutos. em massa, exceto tomates, ou de outro modo preparadas:		
	Aspargos ou espargos	Kg. P.L.	Cr\$ 2,60
	Outros	Kg. P.L.	Cr\$ 4,16
247	Malte de cevada	Ton. P.B.	Cr\$ 250,00
252	Alhos, soltos, em molhos ou résteas ..	Kg. P.L.	Cr\$ 1,17
254	Sementes de batatas para agricultura	Kg. P.L.	Isentas
	Batatinhas para sementes	Kg. P.L.	Isentas
Nota — As batatinhas destinadas à sementeira se concederá isenção de taxa de expediente, ficando unicamente sujeitas ao adicional de 10%.			
255	Batatas alimentícias	Kg. P.B.	Cr\$ 0,34
259	Cebolas e cebolinhas; soltas, em résteas ou molhos	Kg. P.L.	Cr\$ 1,17

TABLA "A"

Número de la tarifa Brasileña	Artículos	Unidades	Derechos en "Cruzeiros" más diez por ciento de adicional vigente
106	Anchoas en aceite, pasta de anchoas, anchoas en salmuera y pescado seco	Kg.	P.L. Libre
225	Ciruelas, cerezas, damascos, higos, manzanas, melones, frutillas duraznos, peras, uvas y semejantes, frescas o verdes	Kg.	P.L. Libre
229	Frutas secas, en general (sin azúcar), exceptuando los cocos rayados	Kg.	P.L. Libre
230	Frutas em conserva: cocidas o crudas, en pasta o pulpa, sin adición de azúcar o miel	Kg.	P.L. Cr\$ 1,00
	En alcohol, al jugo o en compota y en jalea, pasta o pulpa, con azúcar o miel	Kg.	P.L. Cr\$ 6,24
	Sin jugo, cristalizadas o confitadas o preparadas de cualquiera otra manera	Kg.	P.L. Cr\$ 15,60
	Pulpas de frutas en general	Kg.	P.L. Libre
232	Alpiste, panizo y otros cereales, simples o mezclados, para alimentación de pájaros	Kg.	P.B. Cr\$ 0,59 3/4
234	Avena y cebada en grano con cáscara	Ton.	P.B. Cr\$ 250,00
235	Habas, exceptuando fréjoles y arvejas	Kg.	P.B. Cr\$ 0,46 1/2
236	Garbanzos y "tremoços" (altramucés) enteros o partidos	Kg.	P.B. Cr\$ 0,60
238	Tomates: en pasta, sin mezcla de frutas	Kg.	P.L. Cr\$ 3,12
240	Cereales, hortalizas y legumbres: cualesquiera en conserva de cualquier calidad, con o sin mezcla de frutas, en pasta, exceto de tomates o preparado de otro modo:		
	Esparragos	Kg.	P.L. Cr\$ 2,60
	Otros	Kg.	P.L. Cr\$ 4,16
247	Cebada malteada	Ton.	P.B. Cr\$ 250,00
252	Ajos, sueltos en atados o ristras	Kg.	P.L. Cr\$ 1,17
254	Papas para semilla para la agricultura	Kg.	P.L. Libre
	Semilla de papa	Kg.	P.L. Libre
Nota — A las semillas de papas destinadas a la siembra, se les concede exención de derechos de expediente quedando sujetas unicamente al impuesto de 10 %.			
255	Papas alimenticias	Kg.	P.B. Cr\$ 0,34
259	Cebollas y cebollitas; sueltos en ristras o atados	Kg.	P.L. Cr\$ 1.17

Número da Tarifa Brasileira	Artigos	Unidades	Direitos em "Cru- zeiros" mais 10 por cento de adi- cional vigente	
291 Vinhos:				
	Comuns de mesa ou sobremesa: até 14 graus de força alcoólica em barris ou outros cascos	Kg.	P.R.	Cr\$ 1,30
	Em garrafas ou outras vasilhas	Kg.	P.L.	Cr\$ 1,20
	De mais de 14 até 24 graus, idem: em barris e outros cascos	Kg.	P.R.	Cr\$ 2,60
Espumantes ou espumosos:				
	Champagne ou semelhantes, brancos ou rosados	Kg.	P.L.	Cr\$ 6,20
	Não especificados	Kg.	P.L.	Cr\$ 3,10
371	Vime	Kg.	P.B.	Cr\$ 0,18 3/4
398	Palha: para vassouras e fins semelhan- tes, inclusive hastes de trigo e fila- mentos de raízes	Kg.	P.B.	Cr\$ 0,27 1/4
545	Livros: para leitura, inclusive jornais, periódicos, revistas avulsas, brocha- dos, cartonados ou encadernados com capa revestida de papel e dorso ou lombada de pano ou couro	Kg.	P.L.	Isentos
579	Carvão de pedra: em bruto ou granel	Ton.	P.R.	Cr\$ 22,90
	Em aglomerados ou briquetes	Ton.	P.R.	Cr\$ 30,60
909 Enxofre:				
	Em barras, canudos, cilindros, pedaços ou fragmentos	Ton.	P.B.	Cr\$ 30,90
	Purificado, refinado ou puro em cristais	Kg.	P.R.	Cr\$ 2,70
913	Iodo bruto ou impuro, até 85 % ...	Kg.	P.L.	Cr\$ 16,40
936	Salitre para uso agrícola	—		Isento
1.024	Borato de cálcio	Kg.	P.R.	Cr\$ 1,10
1.197 Sulfatos:				
	De cobre puro ou purificado	Kg.	P.R.	Cr\$ 2,80
	Impuro	Ton.	P.R.	Cr\$ 260,00
De sódio:				
	Neutro ou sal de Glauber puro ou pu- rificado	Kg.	P.R.	Cr\$ 0,90
	Impuro	Ton.	P.R.	Cr\$ 80,00
	Ácido ou bissulfato	Kg.	P.R.	Cr\$ 1,10
1.198	Sulfitos: ácido ou bissulfito de sódio	Kg.	P.R.	Cr\$ 0,80
Neutros:				
	De sódio	Kg.	P.R.	Cr\$ 0,80

Número de la tarifa Brasileira	Artículos	Unidades	Derechos en "Cruzeiros" más diez por ciento de adicional, vigente
	Comunes de mesa o de postre: hasta 14 grados de fuerza alcohólica, en barriles u otros envases	Kg.	P.R. Cr\$ 1,30
	Vinos: en botellas u otros envases ..	Kg.	P.L. Cr\$ 1,20
	De más de 14 y hasta 24 grados idem: en barriles y otros envases	Kg.	P.R. Cr\$ 2,60
	Espumantes u espumosos: champagne y semejantes, blancos o rosados ...	Kg.	P.L. Cr\$ 6,20
	No especificados	Kg.	P.L. Cr\$ 3,10
371	Mimbre	Kg.	P.B. Cr\$ 0,18 3/4
398	Paja: para escobas y fines semejantes, inclusive haces de trigo y filamentos de raíces	Kg.	P.B. Cr\$ 0,27 1/4
545	Libros: para lectura, incluso diarios, periódicos, revistas sueltas, a la rústica, encartonados o encuadernados con tapas revestidas de papel y dorso o lomo de tela o cuero	Kg.	P.L. Libre
579	Carbón de piedra: en bruto o a granel	Ton.	P.R. Cr\$ 22,90
	En aglomerados o briquetas	Ton.	P.R. Cr\$ 30,60
909	Azufre:		
	En barras, canutos, cilindros, pedazos o fragmentos	Ton.	P.B. Cr\$ 30,90
	Purificado, refinado o puro en cristales	Kg.	P.R. Cr\$ 2,70
913	Yodo bruto o impuro, hasta 85 % ..	Kg.	P.L. Cr\$ 16,40
936	Salitre para uso agrícola	—	Libre
1.024	Borato de Calcio	Kg.	P.R. Cr\$ 1,10
1.197	Sulfatos:		
	De cobre puro e purificado	Kg.	P.R. Cr\$ 2,80
	Impuro	Ton.	P.R. Cr\$ 260,00
	De sodio:		
	Neutro o sal de Glauber puro ou purificado	Kg.	P.R. Cr\$ 0,90
	Impuro	Ton.	P.R. Cr\$ 80,00
	Ácido o bisulfato	Kg.	P.R. Cr\$ 1,10
1.198	Sulfitos: ácido o bisulfito de sodio neutros:	Kg.	P.R. Cr\$ 0,80
	De sodio	Kg.	P.R. Cr\$ 0,80

TABELA "B"

Número da Tarifa Chilena	Artigos	Unidades	Direitos em \$ 6 d. pagaveis em moe- da corrente con- forme taxa oficial
51	Cera de carnauba	K.B.	0,20
114	Arroz	K.B.	0,20
138	Frutas frescas não especificadas	K.B.	Livre
144	Cacau em bruto ou em grão com ou sem casca	K.B.	0,20
145	Café em grão	K.B.	0,35
146	Casca de cacau	K.B.	0,075
153	Erva mate	K.B.	0,20
172	Algodão em rama, com ou sem caroço	K.B.	0,02

TABLA "B"

Número de la tarifa Chilena	Artículos	Unidades	Derechos en pe- sos 6 d. Pagade- ros en moneda cor- riente conforme a la tasa oficial
51 Cera de carnauba		K.B.	0,20
114 Arroz		K.B.	0,20
138 Frutas frescas no especificadas		K.B.	Libre
144 Cacao en bruto o en grano, con o sin cáscara		K.B.	0,20
145 Café en grano		K.B.	0,35
146 Cáscaras de cacao		K.B.	0,075
153 Yerba mate		K.B.	0,20
172 Algodón en rama, con o sin pepita ..		K.B.	0,02

DECRETO-LEI N. 5.332 — DE 19 DE MARÇO DE 1943

Extingue a 1.ª Bateria Independente de Metralhadoras Anti-Aéreas, da 7.ª Região Militar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É extinta a 1.ª Bateria Independente de Metralhadoras Anti-Aéreas, com sede em Recife, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eutico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.333 — DE 19 DE MARÇO DE 1943

Denomina Guardas-Marinha Fuzileiros Navais os aspirantes a oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os aspirantes a oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais passarão a denominar-se Guardas-Marinha Fuzileiros Navais.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 5.334 — DE 19 DE MARÇO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 3.032.494,00 para prosseguimento das obras da Alfândega da Capital da República

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de três milhões, trinta e dois mil e quatrocentos e noventa e quatro cruzeiros (Cr\$ 3.032.494,00), para atender às despesas (Obras, Desapropriações e Aquisição de Imóveis) com o prosseguimento da construção do edifício destinado à Alfândega, Guardamoria e Laboratório Nacional de Análises, no Distrito Federal.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.335 — DE 22 DE MARÇO DE 1943

Concede, aos servidores da União, o benefício da assistência judiciária, nos casos que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ao servidor da União, funcionário ou extranumerário, que, no exercício de suas atribuições ou em razão delas, for vítima de crime ou responder a processo, poderá ser concedida assistência judiciária.

§ 1.º A assistência poderá exercer-se:

a) mediante intervenção na ação penal intentada pelo Ministério Público, de acordo com o disposto nos arts. 268 e 271 do Código do Processo Penal;

b) para efeito da reparação do dano, no Juízo Cível, nos termos dos arts. 63 e 64 do mesmo Código;

c) em defesa do servidor, em processo penal ou civil, quando, a juízo da Administração, houver interesse público em assisti-lo.

§ 2.º A assistência estender-se-á, no caso de morte do servidor, ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, na forma dos arts. 31 e 63 do Código do Processo Penal.

Art. 2.º Os benefícios estabelecidos nesta lei compreendem a assistência profissional de advogado e isenção de custas.

Parágrafo único. Se o servidor preferir constituir advogado de sua confiança, ser-lhe-á garantida, apenas, isenção de custas.

Art. 3.º A assistência será prestada mediante pedido do interessado, encaminhado pelo chefe da repartição, onde o servidor estiver lotado, ao respectivo órgão de pessoal que decidirá sobre o seu atendimento.

§ 1.º Decidindo favoravelmente, o órgão de pessoal oficiará ao Procurador Geral da República, que designará um dos membros do Ministério Público Federal para funcionar como advogado do servidor ou de seus herdeiros.

§ 2.º A portaria de designação habilitará o Ministério Público a representar o servidor em juízo, independentemente de procuração, que fica dispensada.

§ 3.º Se o servidor pretender apenas isenção de custas, não serão tomadas as providências previstas nos parágrafos anteriores, sendo-lhe assegurado o benefício, à vista de certidão do despacho do órgão de pessoal ou da folha do *Diário Oficial* que o houver publicado.

Art. 4.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.
Fernando Antunes.
A. de Souza Costa.
Eurico G. Dutra.
Henrique A. Guilhem.
João de Mendonça Lima.
Oswaldo Aranha.
Apolonio Salles.
Gustavo Capanema.
Oscar Saraiva.
J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.336 — DE 22 DE MARÇO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 9.600,00, para pagamento de gratificação de magistério

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos cruzeiros), para atender ao pagamento de gratificação de magistério relativa aos exercícios de 1941 e 1942, conforme dispõe o decreto-lei n. 2.895, de 21 de dezembro de 1940, concedida a Antonio Sampaio Dória, Professor Catedrático, padrão M, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1943, 122.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.337 — DE 23 DE MARÇO DE 1943

Prorroga o prazo previsto no art. 3.º do decreto-lei n. 5.219, de 22 de janeiro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado, por mais 60 dias, além da prorrogação de que trata o decreto-lei n. 5.270, de 23 de fevereiro de 1943, o prazo a que se refere o art. 3.º do decreto-lei n. 5.219, de 22 de janeiro do corrente ano, para a assinatura do contrato relativo à concessão outorgada à Companhia Rádio Internacional do Brasil para executar serviços radiotelefônico público interior e radiotelefônico público restrito interior.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.338 — DE 23 DE MARÇO DE 1943

Dispõe sobre o processo de desertores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Na vigência do atual estado de guerra, afim de facilitar o processo dos desertores, ex-praças do Exército ou convocados para nele ser-

vir, devem os mesmos ser incluídos, por ato do comandante da Região Militar, no corpo ou formação de tropa mais próximo do local em que se apresentaram ou foram capturados, fazendo-se imediata comunicação ao corpo ou formação a que pertenciam ou em que foram mandados incluir na ocasião da convocação.

Uma cópia do boletim regional que determinar a inclusão será anexada aos papéis comprobatórios da deserção, que, pedidos telegraficamente ao corpo ou formação que os organizou, devem ser remetidos com urgência e pelo meio mais rápido.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.339 — DE 23 DE MARÇO DE 1943

Dispõe sobre as Chefias dos Serviços de Transmissões Regionais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As Chefias dos Serviços de Transmissões Regionais passam a ser exercidas, indiferentemente, por tenentes-coronéis, maiores ou capitães da arma de engenharia especializados na conformidade do Regulamento aprovado por decreto n. 19.796, de 26 de março de 1931, ou por engenheiros de Transmissões, cumulativamente com a sua especialização técnica.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.340 — DE 23 DE MARÇO DE 1943

Dispõe sobre promoção de Primeiros e Segundos Tenentes do Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica reduzido para seis meses o interstício previsto na letra d do art. 8.º do decreto-lei n. 1.828, de 1 de dezembro de 1939, nas condições abaixo discriminadas:

a) *Infantaria* — Aspirantes a Oficial declarados em 10 de setembro de 1942;

b) *Cavalaria* — Aspirantes a Oficial declarados em 10 de setembro de 1942;

c) *Artilharia* — Segundos Tenentes Raul Freitas Ribeiro e Oswaldo Lino Filho, promovidos em 25 de dezembro de 1941 — Aspirantes a Oficial declarados em 10 de setembro de 1942;

d) *Engenharia* — Segundo Tenente George Conde, promovido em 25 de dezembro de 1941 — Aspirantes a Oficial declarados em 10 de setembro de 1942;

e) *Intendentes do Exército* — Aspirantes a Oficial declarados em 18 e 19 de setembro do ano findo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.341 — DE 24 DE MARÇO DE 1943

Restabelece cargo no Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica restabelecido, a partir de 2 de dezembro de 1942, o cargo da classe H da carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores de que era ocupante Gilberto de Lucena Costa Navais e que foi suprimido pelo decreto n. 10.986, de 2 de dezembro de 1942.

Art. 2.º No corrente exercício, a despesa com o pagamento do vencimento do cargo ora restabelecido será atendida com os recursos da conta-corrente do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 3.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 993,50 (novecentos e noventa e três cruzeiros e cinquenta centavos), para ocorrer ao pagamento do vencimento do cargo de que trata o artigo 1.º deste decreto-lei, no período de 4 a 31 de dezembro de 1942.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Antunes.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.342 — DE 25 DE MARÇO DE 1943

Dispõe sobre a competência do Conselho Nacional de Desportos e a disciplina das atividades desportivas, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A organização desportiva do país obedecerá às disposições da lei federal e às resoluções que o Conselho Nacional de Desportos adotar, no uso de suas atribuições.

Art. 2.º A organização das entidades desportivas obedecerá ao plano adotado pelo Conselho Nacional de Desportos, em parecer homologado pelo Ministro da Educação e Saúde.

Art. 3.º O Conselho Nacional de Desportos estabelecerá modelos de estatutos para as federações especializadas de cada desporto e fixará as bases de organização das federações ecléticas.

Art. 4.º Para que uma entidade desportiva possa funcionar, é necessário que tenha obtido licença por meio de alvará, expedido pelo Conselho Nacional de Desportos, diretamente, ou pelos conselhos regionais, de acordo com as recomendações daquele. O alvará será renovado anualmente.

Art. 5.º As relações entre atletas profissionais ou auxiliares especializados e as entidades desportivas regular-se-ão pelos contratos que celebrarem, submetendo-se estes às disposições legais, às recomendações do Conselho Nacional de Desportos e às normas desportivas internacionais.

Art. 6.º Os contratos entre atletas profissionais ou auxiliares especializados e as entidades desportivas serão registrados no Conselho Nacional de Desportos ou nos conselhos regionais, quando aquele lhes conceder poderes para esse fim.

§ 1.º Enquanto não for registrado o contrato, não poderá o contratado ser inscrito por qualquer entidade, nem o atleta exhibir-se em competições desportivas.

§ 2.º Para que seja registrado o contrato, é necessário que o atleta possua carteira desportiva, emitida segundo o modelo da confederação e aprovado pelo Conselho Nacional de Desportos.

Art. 7.º O Conselho Nacional de Desportos estabelecerá as normas para a transferência dos atletas profissionais de uma para outra entidade desportiva, na mesma federação ou entre federações distintas, determinando, de acordo com as normas desportivas internacionais, as indenizações ou restituições devidas.

Art. 8.º Os auxiliares especializados que não possuírem diploma nos termos do decreto-lei n. 1.212, de 17 de abril de 1939, somente poderão ser admitidos pelas entidades desportivas sem prejuízo dos diplomados, e de acordo com instruções do Conselho Nacional de Desportos.

Art. 9.º O Conselho Nacional de Desportos regulará a composição dos quadros de árbitros das entidades desportivas; fiscalizará a seleção dos árbitros e estabelecerá normas para a atuação deles.

Art. 10. O programa das competições desportivas será organizado de acordo com as instruções expedidas pelo Conselho Nacional de Desportos.

Art. 11. A atividade dos intermediários na obtenção de atletas profissionais é considerada ocupação ilícita e punida nos termos do art. 59, do decreto-lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941.

Art. 12. O Conselho Nacional de Desportos pode impor aos atletas profissionais, aos auxiliares especializados e aos árbitros que infringirem suas recomendações e instruções, ou as disposições legais, quando não haja penalidade especial:

- a) a multa de cem a mil cruzeiros;
- b) a suspensão temporária de suas atividades;
- c) a eliminação definitiva das atividades desportivas.

Art. 13. As entidades desportivas são passíveis das seguintes penalidades, que o Conselho Nacional de Desportos aplicará, quando forem infringidas suas recomendações e instruções, ou disposições legais que não estejam de outro modo sancionadas:

- a) a multa de mil a dez mil cruzeiros;
- b) a suspensão temporária do funcionamento;
- c) a cassação da licença para funcionar.

Parágrafo único. Para efetivar a suspensão do funcionamento ou a cassação da licença, o Conselho Nacional de Desportos poderá requisitar o auxílio da autoridade policial.

Art. 14. O Conselho Nacional de Desportos encaminhará à aprovação do Presidente da República um plano de reajustamento da situação financeira das entidades desportivas úteis à coletividade de modo que lhes sejam atenuadas as responsabilidades ou se torne mais fácil o cumprimento de suas obrigações.

Art. 15. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.343 — DE 25 DE MARÇO DE 1943

Dispõe sobre a habilitação para a direção da educação física nos estabelecimentos de ensino de grau secundário

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A partir do ano escolar de 1943, só poderão expedir diplomas, válidos para o efeito de registro na Divisão de Educação Física do Departamento Nacional de Educação, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, os estabelecimentos federais de ensino que adotarem o plano de ensino do decreto-lei n. 1.212, de 17 de abril de 1939, e os estabelecimentos de ensino reconhecidos na forma do mesmo decreto-lei e dos decretos-leis n. 421, de 11 de maio de 1938, e n. 2.076, de 8 de março de 1940.

Parágrafo único. Os diplomas de monitor expedidos, a partir do ano escolar de 1943, pela Escola de Educação Física do Exército, poderão ser admitidos a registro na Divisão de Educação Física do Departamento Nacional de Educação, com a equiparação a que se refere o art. 2 deste decreto-lei, e para o fim de autorizar a admissão de seu portador ao registro de professores de educação física, uma vez que o mesmo apresente o certificado de licença ginásial.

Art. 2.º Os diplomas de instrutor e de monitor de educação física, expedidos, até o ano escolar de 1942, pela Escola de Educação Física do Exército, pelo Curso Provisório de Educação Física, pelo Centro Militar de Educação Física, e pelos Centros Regionais de Educação Física, organizados pelo Ministério da Guerra, ficam equiparados, para todos os efeitos, aos diplomas de licenciado em educação física.

Art. 3.º Aos professores de educação física dos estabelecimentos de ensino de grau secundário, não habilitados na forma da lei, mas que estejam exercendo a função há mais de três anos ou se achem registrados provisoriamente no Departamento Nacional de Educação, facultar-se-á registro definitivo na repartição competente do Ministério da Educação, uma vez que, no prazo de dois anos contados da data da publicação deste decreto-lei, sejam aprovados em um exame especial, que será realizado em escola federal ou reconhecida de educação física.

Parágrafo único. O Ministro da Educação baixará as instruções necessárias à realização do exame especial de que trata o presente artigo.

Art. 4.º Os professores efetivos de educação física, nomeados, em virtude de concurso, até a data da publicação deste decreto-lei, para estabelecimento oficial de ensino de grau secundário, poderão efetuar, independentemente de qualquer outra formalidade, o seu registro na Divisão de Educação Física do Departamento Nacional de Educação.

Art. 5.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.344 — DE 25 DE MARÇO DE 1943

Modifica a redação do parágrafo único do art. 1.º, do decreto-lei n. 4.320, de 21 de maio de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O parágrafo único do art. 1.º do decreto-lei n. 4.320, de 21 de maio de 1942, passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único — O ministro da Educação baixará instruções sobre o limite de aplicação do presente decreto lei”

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.345 — DE 25 DE MARÇO DE 1943

Aprova o Acordo Interamericano de Radiocomunicações, firmado em Havana em 1937 e revisto em Santiago do Chile a 17 de janeiro de 1940

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Resolve aprovar o Acordo Interamericano de Radiocomunicações, firmado em Havana em 1937 e revisto em Santiago do Chile a 17 de janeiro de 1940, por ocasião da Segunda Conferência Interamericana de Radiocomunicações.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 5.346 — DE 26 DE MARÇO DE 1943

Dispõe sobre os prazos para a apresentação e exame dos balanços gerais do exercício de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 31 de maio do corrente ano o prazo para apresentação, pela Contadoria Geral da República, dos balanços gerais do exercício de 1942 e relatório circunstanciado a que se refere o art. 1.º, letra c, do decreto n. 5.808, de 13 de junho de 1940.

Art. 2.º Os balanços a que alude o art. 1.º serão submetidos, até 30 de junho seguinte, ao exame do Tribunal de Contas que terá o prazo de sessenta (60) dias para os fins indicados no § 5.º do art. 20 do decreto-lei n. 426, de 12 de maio de 1938.

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.347 — DE 26 DE MARÇO DE 1943

Autoriza a Diretoria do Domínio da União a permitir que Alberto de Almeida Coimbra transfira a Abel Mendes Pinheiro o domínio útil de acrescido de marinha

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica a Diretoria do Domínio da União autorizada a permitir que Alberto de Almeida Coimbra transfira a Abel Mendes Pinheiro o do-

mínio util dos terrenos de acrescido de marinha constituídos dos lotes números 399 a 402 da quadra n. 42 do Cais do Porto, situados na rua Equador, nesta Capital, e que lhe foram aforados em 26 de agosto de 1942, terrenos esses de que trata o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob n. 96.128, de 1942.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.348 — DE 26 DE MARÇO DE 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 268.239,10 para liquidação de despesas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de duzentos e sessenta e oito mil, duzentos e trinta e nove cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 268.239,10), que será distribuído em duas parcelas, uma de duzentos e vinte e seis mil, seiscentos e trinta e sete cruzeiros e setenta centavos (Cr\$ 226.637,70), ao Tesouro Nacional, e outra de quarenta e um mil, seiscentos e um cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 41.601,40), à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, para atender ao pagamento (Material) de despesas de telegramas, realizadas em 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.349 — DE 26 DE MARÇO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 15.258,00, para liquidação de despesas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de quinze mil, duzentos e cinquenta e oito cruzeiros (Cr\$ 15.258,00),

para ocorrer à liquidação das despesas (Serviços e Encargos) efetuadas com o "Stand" do referido Ministério, na exposição do "Estado Nacional", realizada em 1942.

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo será distribuído à Tesouraria do Ministério da Viação e Obras Públicas para sua utilização nos fins indicados, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.350 — DE 26 DE MARÇO DE 1943

Dá nova sede ao 2.º Batalhão de Carros de Combate

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Artigo único. É transferida da Capital Federal para a cidade de Natal — Estado do Rio Grande do Norte a sede do 2.º Batalhão de Carros de Combate, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.351 — DE 26 DE MARÇO DE 1943

Cria o 3.º Batalhão de Carros de Combate com sede na Capital Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Artigo único. É criado para instalação a partir de 15 de abril do corrente ano, com sede na Capital, o 3.º Batalhão de Carros de Combate, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.352 — DE 26 DE MARÇO DE 1943

Cria a 7.ª Companhia de Transmissões Regional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É criada, para instalação imediata, com sede em Recife — Estado de Pernambuco, a Sétima Companhia de Transmissões Regional.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.353 — DE 29 DE MARÇO DE 1943

Dispõe sobre a aplicação da legislação penal militar ao pessoal marítimo, durante os contratos de trabalho e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Todo o pessoal marítimo, a serviço das empresas nacionais de navegação, que mantenham linhas transoceânicas e linhas de grande e pequena cabotagem, fica sujeito, durante a vigência de seus contratos de trabalho, aos preceitos disciplinares e penais aplicáveis aos militares e à jurisdição dos respectivos tribunais.

Art. 2.º São punidos de acordo com o presente decreto-lei, quando praticados pelo pessoal marítimo previsto no artigo 1.º, os crimes definidos nos artigos seguintes.

Art. 3.º Sem licença da autoridade competente, engajar-se o brasileiro em equipagem de navio estrangeiro ou continuar a prestar serviço na mesma ou em outra qualquer embarcação também estrangeira, depois de expirado o prazo do contrato ou de concluída a viagem a que esteja obrigado.

Pena: reclusão de seis meses a dois anos.

Art. 4.º Embarcar como operador de rádio das estações de navio mercante nacional sem permissão da autoridade naval competente;

Pena: reclusão, de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. Incorre no mesmo crime o capitão ou armador que consentir no embarque.

Art. 5.º Desertar, não estando presente a bordo por ocasião da partida do navio, ou ausentando-se de bordo, sem licença, ou excedendo o tempo desta, sem motivo justificado:

Pena: reclusão, de seis meses a três anos.

§ 1.º A pena será aplicada em dobro se a deserção ocorrer fora do território nacional ou mediante o concurso de dois ou mais tripulantes.

§ 2.º Se, à deserção, dentro do território nacional, preceder o abandono de posto, a pena será aumentada de um terço.

Art. 6.º Abandonar o posto antes de ser rendido ou de haver concluído o serviço de que houver sido encarregado:

Pena: reclusão, de dois a seis meses.

Parágrafo único. Se se tratar do comandante, em caso de incêndio, naufrágio, encalhe ou perigo iminente, quando não se conservar no seu posto até o último momento, para proteção dos seus comandados e dos interesses confiados à sua guarda, a pena será de um a três anos de reclusão.

Art. 7.º Desacatar o superior, em serviço ou fora dele, por atos ou palavras:

Pena: — reclusão, de três meses a um ano.

Art. 8.º Recusar obedecer a ordem do superior sobre assunto de serviço:

Pena: reclusão, de um a dois anos.

Art. 9.º Insubordinar-se contra o superior, praticando ou tentando praticar violência contra o mesmo, se o ato não for punido com pena mais grave:

Pena: reclusão, de seis meses a dois anos.

Art. 10. Consideram-se em estado de motim aqueles que, embarcados, em número de quatro ou mais:

I — Recusarem, à primeira intimação, obedecer à ordem do superior.

II — Procederem sem ordem, ou contra a ordem estabelecida, ou praticarem violência, recusando-se a obedecer à ordem ou ação do superior:

Pena: reclusão, de dois a cinco anos, no caso do n. I, e de cinco a dez anos, no caso do n. II, ressalvado, quanto ao executor da violência, a pena a esta correspondente, se for mais grave.

Art. 11. Será negado “passe” de saída aos navios mercantes nacionais cujas estações de rádio não estejam a cargo de operadores previamente aprovados pelas autoridades navais.

Parágrafo único. Além das penas previstas no art. 4.º, a infração sujeita o Capitão ou o armador faltoso, ou ambos, à multa de mil a cinco mil cruzeiros e a detenção do navio, pela autoridade naval militar respectiva.

Art. 12. Incorrem em incapacidade para o exercício de qualquer função na Marinha Mercante:

I — De dois a cinco anos, o condenado pelos crimes definidos nos artigos 4.º a 10.

II — De quatro a dez anos, o condenado pelo crime previsto no artigo 3.º.

Art. 13. Considera-se superior, para efeito deste decreto-lei, todo aquele que, em virtude da categoria ou função, exercer autoridade sobre outro.

Art. 14. Ocorrendo qualquer dos crimes previstos nos arts. 3.º, 4.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 10, proceder-se-á a inquérito que será remetido, posteriormente, ao Juízo competente.

Art. 15. As atribuições policiais serão exercidas pelo Ministro da Marinha, Diretor Geral da Marinha Mercante, Capitães de Portos, seus delegados ou agentes, comandantes de navio, por si ou por delegação, competendo a qualquer dessas autoridades instaurar ou mandar instaurar inquérito ou requisitá-lo à autoridade policial.

§ 1.º Sempre que possível, juntar-se-ão ao inquérito a caderneta de inscrição do indiciado, certidões ou outros documentos relativos ao contrato de serviço.

§ 2.º Se os fatos apurados constituírem contravenções disciplinares, procederá quem mandou instaurar o inquérito de acordo com os regulamentos da Armada. Todas as penalidades serão comunicadas aos Capitães de Portos, que, por sua vez, delas darão conhecimento ao Diretor da Marinha Mercante e ao Ministro da Marinha.

§ 3.º Se os fatos apurados constituírem crimes previstos neste decreto-lei, os inquéritos serão encaminhados, quando efetuados no estrangeiro, ao Ministro da Marinha, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, e, quando realizado no Brasil ou em suas águas territoriais, à Capitania de Portos respectiva.

§ 4.º Em qualquer dos casos previstos no parágrafo anterior, serão os autos respectivos encaminhados, por fim, à Auditoria competente, para oferecimento da denúncia e consequente formação de culpa e julgamento.

Art. 16. A competência é, em regra, determinada pelo lugar do crime, mas quando este for praticado em país estrangeiro ou em navio em viagem ou comissão fora das águas territoriais brasileiras, o foro competente será o da Capital Federal.

Art. 17. Em caso de naufrágio, verificado no estrangeiro ou águas territoriais estrangeiras, será o inquérito policial da competência da autoridade consular brasileira mais próxima do local em que o mesmo se tiver verificado.

§ 1.º Concluído o inquérito, será o mesmo enviado, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, ao Ministro da Marinha.

§ 2.º Se ficar apurada a existência de crime e houver responsáveis a punir, será o processo respectivo encaminhado à Auditoria de Marinha desta Capital, competente para conhecer e instaurar o processo.

Art. 18. Ocorrendo deserção far-se-á lavrar o termo respectivo, no qual serão mencionadas as circunstâncias do fato, notas de identidade do desertor, a forma de contrato do rol de equipagem, data do engajamento, categoria e soldada, termo esse que, depois de assinado, sujeitará o desertor, desde logo, à prisão preventiva, independentemente de decretação.

§ 1.º São autoridades competentes para fazer lavrar o termo de deserção: o Diretor Geral da Marinha Mercante, os Capitães de Portos, seus delegados e agentes, o comandante do navio ou quem suas vezes fizer, os chefes de repartições e autoridades equivalentes.

§ 2.º Nas deserções dos comandantes de navios, o respectivo termo será lavrado pelos Capitães de Portos, seus delegados ou agentes, devidamente autorizados.

Art. 19. Remetido o termo de deserção ao Juízo competente, por intermédio das autoridades determinadas no § 3.º do artigo 14 do presente decreto-lei, será iniciado o processo crime respectivo, observando-se as normas estabelecidas pelo Código da Justiça Militar.

Art. 20. As sanções estatuídas no presente decreto-lei não prejudicam a aplicação das demais penalidades previstas na legislação penal militar ao pessoal a que se refere o presente decreto-lei, desde que pratiquem atos ou omissões que, de acordo com a mesma, sejam considerados como delitos.

Art. 21. Todo aquele que, pertencendo ou não às Empresas de Navegação enumeradas no artigo 1.º, prestar auxílio direto ou indireto à prática dos crimes previstos no presente decreto-lei, responderá solidariamente com o seu autor ou autores, incidindo nas mesmas penas, aplicadas pela forma estatuída no presente decreto-lei.

Art. 22. Às autoridades consulares caberá providenciar a repatriação dos brasileiros que, servindo em equipagem de navio estrangeiro, desembarcarem fora do território nacional.

Art. 23. Ficam expressamente revogados os decretos-leis n. 4.124, de 24 de fevereiro de 1942, e n. 4.318, de 21 de maio de 1942, e artigo 2.º do de n. 4.350, de 30 de maio de 1942.

Art. 24. O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 5.354 — DE 29 DE MARÇO DE 1943

Concede acréscimo de vencimentos aos tenentes coronéis da Polícia Militar do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Aos atuais tenentes-coronéis da Polícia Militar do Distrito Federal, que forem reformados, dentro de 30 dias contados da data da publicação do presente decreto-lei, poderão ser, a juízo do Governo, concedidos acréscimos de vencimentos equivalentes a tantas vezes 5 % do soldo quantos forem os anos de serviço que excederem de 35.

Parágrafo único. O acréscimo de que trata este artigo não poderá exceder a 25 % do soldo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.355 — DE 29 DE MARÇO DE 1943

Dispõe sobre promoções na Polícia Militar do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As promoções aos postos de tenente-coronel da Polícia Militar do Distrito Federal serão feitas na tropa, sempre por merecimento; aos de major, 1/3 por antiguidade e 2/3 por merecimento; aos de capitão e 1.º tenente, metade por antiguidade e metade por merecimento e aos de 2.º tenente, de acordo com a ordem de classificação intelectual e precedência de turma.

Parágrafo único. Serão preenchidas somente por antiguidade as vagas que se abrirem nos quadros onde existirem menos de três oficiais do mesmo posto.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 29 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.356 — DE 30 DE MARÇO DE 1943

Altera, sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Aeronáutica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas as seguintes alterações no atual orçamento do Ministério da Aeronáutica (Anexo n. 11 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942):

VERBA 1 — PESSOAL

CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL EXTRANUMERÁRIO

Subconsignação 06 — Diaristas

04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica

Passa de	Cr\$ 19.700.000,00
Para	Cr\$ 19.500.000,00

Subconsignação 07 — Tarefeiros

04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica

Passa de	Cr\$ 760.000,00
Para	Cr\$ 960.000,00

Parágrafo único. Consequentemente, o Quadro discriminativo da dotação orçamentária do pessoal extranumerário constante do mesmo anexo, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Onde se lê: 06 — Diaristas

24 — Diretoria de Material da Aeronáutica

02 — Subdiretoria Técnica de Aeronáutica

14 — Parque de Aeronáutica de São

Paulo	Cr\$ 2.200.000,00
-----------------	-------------------

Leia-se: 06 — Diaristas

24 — Diretoria de Material da Aeronáutica

02 — Subdiretoria Técnica de Aeronáutica

14 — Parque de Aeronáutica de São Paulo Cr\$ 2.000.000,00

Acrescente-se: 07 — Tarefeiros

24 — Diretoria de Material da Aeronáutica

02 — Subdiretoria Técnica de Aeronáutica

14 — Parque de Aeronáutica de São Paulo Cr\$ 200.000,00

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

J. P. Salgado Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.357 — DE 30 DE MARÇO DE 1943

Cria função gratificada no Ministério da Guerra e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Guerra, a função gratificada de gerente comercial da Farmácia Central do Exército — Diretoria de Saúde do Exército, a qual será exercida por servidor civil, lotado naquele Ministério.

Art. 2.º A gratificação de que trata o artigo anterior fica fixada em Cr\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos cruzeiros) anuais.

Art. 3.º Para atender, no corrente exercício, à despesa decorrente com a execução do presente decreto-lei fica aberto ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos cruzeiros).

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor a partir do dia 16 de março de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.358 — DE 30 DE MARÇO DE 1943

Cria função gratificada no Ministério da Agricultura e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, a função gratificada de Chefe da Secção de Fomento Agrícola do Distrito Federal, que será exercida por funcionário escolhido e designado pelo Diretor da Divisão de Fomento da Produção Vegetal dentre os funcionários lotados naquela Divisão, ou mediante prévia autorização do Ministro de Estado, se noutro serviço ou repartição estiver lotado.

Art. 2.º A gratificação a que alude o artigo anterior fica fixada em Cr\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos cruzeiros) anuais.

Art. 3.º Para atender, no atual exercício à despesa decorrente com o disposto neste decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Agricultura, Anexo n. 12 do Orçamento Geral da República, o crédito suplementar de Cr\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos cruzeiros) à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas, Inciso 21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal, Alínea 03 — Divisão de Fomento da Produção Vegetal.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor a partir de 15 de março de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.359 — DE 30 DE MARÇO DE 1943

Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, seis cargos, em comissão, de Administrador de Núcleo Colonial, padrão L, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, seis cargos, em comissão, de Administrador de Núcleo Colonial, padrão L.

Art. 2.º Os cargos de Administrador de Núcleo Colonial serão privativos de profissionais diplomados em agronomia.

Art. 3.º A despesa com a execução deste decreto-lei correrá à conta do saldo da conta-corrente do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N. 5.360 — DE 30 DE MARÇO DE 1943

Dispõe sobre o financiamento da safra de algodão de 1943, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Banco do Brasil autorizado a financiar, pela sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, a safra de algodão de 1943, na base de sessenta e seis cruzeiros (Cr\$ 66,00) por arroba de quinze (15) quilos em pluma, para o tipo 5, com fibra de 28/30 milímetros, equivalente a vinte e dois cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 22,20) por arroba de algodão em caroço da produção estimada, do tipo médio.

Art. 2.º Será submetida previamente, nas épocas apropriadas, ao exame e aprovação da Comissão de Financiamento da Produção, a estimativa da quantidade de sementes de algodão destinadas ao plantio da nova safra.

Parágrafo único. Para esse fim, os Serviços de Fomento da Produção Vegetal, nos Estados algodoeiros, através dos respectivos Governos ou do Ministério da Agricultura, a que se acharem subordinados, ficam obrigados a encaminhar à Comissão de Financiamento da Produção a estimativa mencionada neste artigo, acompanhada de todas as informações indispensáveis ao conhecimento da área algodoeira a semear, bem como todo e qualquer esclarecimento necessário às operações de financiamento.

Art. 3.º Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a contratar com o Banco do Brasil as condições necessárias ao financiamento de que trata o art. 1.º deste decreto-lei.

Art. 4.º As instruções para execução deste decreto-lei, na parte relativa ao financiamento das diversas classes e tipos de algodão do país, serão imediatamente baixadas pelo Banco do Brasil, depois de aprovadas pela Comissão de Financiamento da Produção.

Art. 5.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N. 5.361 — DE 30 DE MARÇO DE 1943

Cria duas inspetorias regionais de fomento da produção animal, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na Divisão de Fomento da Produção Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, duas inspetorias regionais: uma, com sede em Fortaleza, no Estado do Ceará; outra, com sede em Belém, no Estado do Pará.

Parágrafo único. Essas inspetorias denominar-se-ão Inspetoria Regional em Fortaleza e Inspetoria Regional em Belem, e terão as mesmas finalidades e atribuições previstas para as demais Inspetorias Regionais de Fomento da Produção Animal, já existentes.

Art. 2.º As inspetorias criadas pelo artigo precedente serão dirigidas por funcionários da carreira de Zootécnico do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, designados pelo Ministro de Estado.

Parágrafo único. Os serviços dessas inspetorias serão executados por funcionários dos Quadros Permanente e Suplementar do mesmo Ministério, que neles forem lotados, e por pessoal extranumerário, admitido na forma da lei.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N. 5.362 — DE 30 DE MARÇO DE 1943

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 20.400,00 à verba que especifica e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos e cruzeiros) à seguinte dotação do vigente orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas (Anexo n. 20 do decreto-lei número 5.120, de 19 de dezembro de 1942):

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação II — Pessoal Extranumerário

Subconsignação 05 — Mensalistas

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal Cr\$ 20.400,00

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo se destina à Estrada de Ferro Goiaz.

Art. 2.º Fica sem aplicação a importância de Cr\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos cruzeiros) na conta corrente do Quadro VII — Estrada de Ferro Goiaz, da Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente, do orçamento em vigor do mesmo Ministério.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.363 — DE 31 DE MARÇO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 45.000,00 para despesas com os funcionários da Polícia Civil do Distrito Federal, designados para prestar serviços no estrangeiro

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de quarenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 45.000,00) para atender às despesas de gratificações de representação a funcionários da Polícia Civil do Distrito Federal, designados para prestar serviços no estrangeiro, no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de março do corrente ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.364 — DE 31 DE MARÇO DE 1943

Concede a Francisca Barroso de Melo Matos aposentadoria com salário integral

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida a Francisca Barroso de Melo Matos, extranumerário mensalista, Inspetora Especializada, referência XVIII, do Juízo de Menores da Justiça do Distrito Federal, aposentadoria com salário integral.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.365 — DE 31 DE MARÇO DE 1943

Dispõe sobre pagamento de aposentadoria de funcionários públicos contribuintes de caixas de aposentadoria e pensões, aposentados no interesse do serviço público

O Presidente, da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Compete ao Tesouro Nacional atender ao pagamento dos proventos de aposentadoria dos funcionários públicos, contribuintes de caixas de

aposentadoria e pensões, aposentados no interesse do serviço público, enquanto não estiverem nas condições de inatividade estabelecidas pelos regulamentos das Caixas a que pertencem..

Art. 2.º Afim de serem verificadas as condições de inatividade a que se refere o artigo anterior, os funcionários públicos aposentados na forma deste decreto-lei serão, no primeiro semestre de cada ano, submetidos a inspeção de saúde pelas respectivas Caixas, que passarão a custear, de acordo com a legislação correspondente, as aposentadorias dos que forem considerados em situação de invalidez.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

APENSO

Figuram neste apenso:

- I - os decretos-leis que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados depois do segundo dia útil do primeiro trimestre de 1943;
- II - as retificações publicadas no primeiro trimestre de 1943 referentes a decretos-leis expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1943

DECRETO-LEI N. 4.073 — DE 30 DE JANEIRO DE 1942

Lei orgânica do ensino industrial

RETIFICAÇÕES

No art. 14, em vez de “determinados, segundo”, ler “determinados segundo”.

No art. 16, em vez de “ramificação pedagógica estudada”, ler “ramificação pedagógica estudada”.

No art. 38, em vez de “que se recomendarem”, ler “que recomendarem”.

No art. 43, § 7.º, em vez de “o que tiver como resultado”, ler “o que tiver, como resultado”.

DECRETO-LEI N. 4.119 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1942

Disposições transitórias para execução da lei orgânica do ensino industrial

RETIFICAÇÕES

No art. 2.º, em vez de “remeterá ao Ministério da Educação, relatório”, ler “remeterá ao Ministério da Educação relatório”.

No art. 5.º, alínea a, em vez de “considerado da categoria de ensino industrial básico”, ler “considerado da categoria do ensino industrial básico”.

No art. 5.º, alínea b, em vez de “do curso fundamental de ensino secundário”, ler “do curso fundamental do ensino secundário”.

No art. 6.º, em vez de “equivalência do curso concluído com qualquer curso”, ler “equivalência do curso concluído a qualquer curso”.

DECRETO-LEI N. 4.996 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1942

Prorroga a vigência de crédito especial aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas

RETIFICAÇÃO

No artigo único, onde se lê:

“...pelo decreto-lei n. 3.763, de 27 de outubro de 1941...”,

Leia-se:

“...pelo decreto-lei n. 3.765, de 27 de outubro de 1941...”.

DECRETO-LEI N. 5.000 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1942

Desdobra o Quadro Único do Ministério da Agricultura e dá outras providências

RETIFICAÇÃO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

QUADRO PERMANENTE

Cargos isolados de provimento efetivo

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
20	Professor Catedrá- tico (E. N. A.)	M	—	—	Q. Ú.	19	Professor Catedrá- tico (E. N. A.)	M	—	—	
						1	Professor Catedrá- tico (I. N. O.)	M	—	—	

Carreiras permanentes

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	Almoxarife						Almoxarife				
1	I	1	—	Q. Ú.	2	J	—	2	Idem.
8	H	1	—	Q. Ú.	5	I	—	3	
12	G	—	—	Q. Ú.	10	H	—	1	
20	F	—	—	Q. Ú.	17	G	—	5	
33	E	—	—	Q. Ú.	40	F	—	20	
							E	33	—	
74						74					
	Inspetor de alunos						Inspetor de alunos				
1	G	—	—	Q. Ú.	1	H	—	1	Idem.
1.	F	—	1	Q. Ú.	2	G	—	1	
2	E	—	—	Q. Ú.	3	F	—	3	
3	D	5	—	Q. Ú.	4		E	6	—	
4	C	—	4	Q. Ú.						
11						10					

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Observações
	Médico Clínico						Médico				
						1	M	—	1	Idem.
						1	L	—	1	
						2	K	—	2	
						2	J	—	2	
2	I	—	—	Q. Ú.	3	I	—	1	
4	H	3	—	Q. Ú.	3	H	4	—	
5	G	—	2	Q. Ú.	—	G	3	—	
11						12					

Funções gratificadas

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Núm.	Nome	Gratif. anual	Núm.	Nome	Gratif. anual
	Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário			Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário	
	Escola Agrícola de Barbacena:			Escola Agrícola de Barbacena:	
1	Diretor	Cr\$ 10.800,00	1	Diretor	Cr\$ 10.800,00

QUADRO SUPLEMENTAR
Cargos extintos, quando vagarem

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
13	Assistente (E. N. A.) (em comissão)	I	—	—	Q. Ú.	13	Assistente (E. N. A.) (em comissão)	I	—	—	
8	Assistente (E. N. V.) (em comissão)	I	—	—	Q. Ú.	8	Assistente (E. N. V.) (em comissão)	I	—	—	
4	Ajudante de Tesoureiro	I	—	—	Q. Ú.	4	Ajudante de Tesoureiro (Dep. Adm.)	I	—	—	
1	Secretário (Inst. Reg. Nordeste)	K	—	—	Q. Ú.	1	Secretário	K	—	—	

QUADRO SUPLEMENTAR

Carreiras extintas

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Fiscal de Plantas Texteis</i>						<i>Fiscal de Plantas Texteis</i>				
1	G	—	—	Q. Ú.	1	G	—	—	
10	F	—	—	Q. Ú.	10	F	—	—	
10	E	8	—	Q. Ú.	18	E	—	—	
10	D	—	9	Q. Ú.	1	D	—	—	
31						30					
	<i>Desenhista</i>						<i>Desenhista</i>				
28						35					

DECRETO-LEI N. 5.030 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1942

Cria a Comissão Executiva da Pesca e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Ministério da Agricultura, a Comissão Executiva da Pesca (C. E. P.), com a finalidade de organizar cooperativamente a indústria de pesca, no país.

§ 1.º Comporão a C. E. P. um representante de cada uma das seguintes entidades:

- a) Serviço de Economia Rural;
- b) Departamento Nacional da Produção Animal;
- c) Ministério da Marinha;
- d) Sindicato Profissional dos Pescadores do Rio de Janeiro;
- e) Sindicato dos Armadores de Pesca do Distrito Federal.

§ 2.º Os componentes da C. E. P. serão designados pelo Presidente da República e perceberão, a título de representação, uma gratificação correspondente a Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por reunião a que comparecerem, até o máximo de mil e quinhentos cruzeiros por mês.

§ 3.º Presidirá a C. E. P. o representante do Serviço de Economia Rural.

Art. 2.º São atribuições da C. E. P.:

- a) prover-se de todos os elementos necessários à produção, transporte, conservação e transformação do pescado;
- b) instituir escolas de alfabetização e de pesca e cursos para ensino técnico-profissional de industrialização do pescado;
- c) instalar, nos centros produtores, entrepostos, de acordo com o decreto-lei n. 3.045, de 12 de fevereiro de 1941;
- d) manter serviços médico-cirúrgicos, farmacêutico e odontológico, por meio de policlínicas, ambulatórios e hospitais;
- e) organizar cooperativas de pescadores, de acordo com a lei vigente, cabendo-lhe a prerrogativa de determinar sua área de ação, designar e destituir, durante 3 anos, as diretorias das mesmas;
- f) fazer o comércio do pescado ou delegá-lo, total ou parcialmente, às cooperativas constituídas na forma da letra e deste artigo, ou às existentes que se queiram subordinar às normas desse dispositivo;
- g) executar as atribuições do Conselho Nacional de Pesca, previstas na legislação em vigor;
- h) admitir e dispensar o pessoal necessário para execução de suas atribuições;
- i) financiar, através de órgãos apropriados a ela subordinados, ou por intermédio de cooperativas, pessoas ou instituições dedicadas à pesca ou indústrias correlatas.

Art. 3.º Para execução do programa, contido no artigo anterior:

I — disporá a C. E. P.:

- a) da taxa de 5%, que arrecadará, sobre o valor do pescado negociado no país;
- b) de 50% da taxa "Expansão da Pesca", criada pelo decreto-lei número 291, de 23 de fevereiro de 1938;
- c) do Entrepasto da Pesca do Rio de Janeiro e de suas instalações;

- d) da "Fábrica de Produtos e Sub-produtos do Cação", em São Luiz do Maranhão;
- e) das dotações orçamentárias da Policlínica de Pescadores, criada pelo decreto-lei n. 3.118, de 14 de março de 1941;
- f) dos recursos provenientes das operações de crédito que realizar;
- g) das rendas decorrentes de suas funções;

II — ficarão subordinadas à C.E.P.:

- a) a Caixa de Crédito dos Pescadores e Armadores de Pesca, criada pelo art. 11 do decreto-lei n. 291, de 23 de fevereiro de 1938;
- b) a Policlínica de Pescadores, criada pelo decreto-lei n. 3.118, de 14 de março de 1941.

§ 1.º Para seu funcionamento, execução do programa de ação e para estabelecimento das normas que orientarão a Caixa de Crédito e a Policlínica de Pescadores, a C.E.P. apresentará, à indispensável aprovação do Ministro da Agricultura, os regulamentos e planos.

§ 2.º A C.E.P. não poderá admitir na prática da pesca comercial ou industrial pescadores ou barcos que não estejam devidamente registrados e licenciados pelas repartições competentes do Ministério da Marinha, na forma das leis e regulamentos em vigor.

§ 3.º As Secções dos entrepostos de pesca, a que se refere o § 1.º do artigo 2.º do decreto-lei n. 3.045, de 12 de fevereiro de 1941, continuarão como incumbência exclusiva da Divisão de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, ficando as demais secções, a que se refere o § 2.º do mesmo artigo o decreto, a cargo da C.E.P.

Art. 4.º As Colônias de Pescadores, previstas no Código de Pesca, baixado com o decreto-lei n. 794, de 19 de outubro de 1938, serão transformadas progressivamente em cooperativas, de acordo com o item e do artigo 2.º do presente decreto-lei.

Art. 5.º As decisões da C.E.P. baseadas nesta lei e nos regulamentos devidamente aprovados, serão tomadas em conjunto e terão a forma de resoluções, ficando sua inobservância sujeita às penalidades previstas nos referidos instrumentos.

Art. 6.º Ficam isentas do imposto de transmissão as aquisições de bens moveis ou imoveis feitas pela Comissão Executiva da Pesca e sua transferência às cooperativas.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se os artigos 7.º, 9.º, 10, 11 e 12 do decreto-lei número 291, de 23 de fevereiro de 1938; os artigos 10, 12 e 69 do decreto-lei n. 794, de 19 de outubro de 1938; o decreto-lei n. 1.688, de 18 de outubro de 1939, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.031 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1942

Cria uma Comissão Executiva para controlar a produção, o comércio e a exportação dos produtos da mandioca

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, junto ao Ministério da Agricultura, a Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca, com sede nesta cidade, constituída de um representante do Serviço de Economia Rural que será o presidente, um representante do Serviço de Fiscalização do Comércio, de Farinha e um representante de cada uma das regiões norte, centro e sul do país, para controlar a produção e o comércio dos produtos amiláceos no território nacional.

§ 1.º Os referidos representantes serão designados e dispensados pelo Presidente da República.

§ 2.º Cada representante perceberá, a título de representação, uma gratificação correspondente a Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por reunião a que comparecer, até o máximo de mil e quinhentos cruzeiros por mês.

Art. 2.º Compete à Comissão:

a) estabelecer um estudo, sistemático das zonas onde se cultiva a mandioca, considerando área plantada, média de produção, modos de transformação e produtos obtidos, capacidade de consumo e outros dados necessários ao controle de sua cultura;

b) montar e desapropriar as instalações que julgar necessárias para a organização racional da industrialização da mandioca, de acordo com o plano que elaborará e submeterá ao Ministro da Agricultura para necessária aprovação;

c) tomar as medidas necessárias ao amparo e controle da produção e transformação da mandioca, transporte e comercialização dos produtos derivados;

d) negociar, com a garantia dos Estados produtores, as operações de crédito necessárias ao amparo total da mandioca;

e) cobrar uma taxa de 10 % sobre o valor de venda dos produtos da mandioca, arrecadá-la e dela dispor para ocorrer às despesas das operações de crédito realizadas, à constituição dos fundos necessários à agricultura e indústria da mandioca e à comercialização dos produtos derivados e a manutenção dos trabalhos da própria comissão, com prestação de contas, mensalmente, ao Ministério da Agricultura;

f) organizar cooperativas, para o financiamento aos agricultores e industriais da mandioca e administração das fábricas locais e centrais;

g) nomear e substituir, durante três anos, as Diretorias das cooperativas que organizar, saídos os diretores do quadro de associados de cada uma dessas instituições, excetuado o Gerente que pode ser estranho;

h) delimitar a área de ação das cooperativas que organizar, não podendo criar mais de uma na mesma zona;

i) estabelecer convênios com países consumidores ou realizar os convênios estabelecidos a respeito de produtos de mandioca.

Art. 3.º Ficam isentos, durante três anos, de selos devidos à União ou à Prefeitura do Distrito Federal, e de quaisquer emolumentos constantes de leis e regulamentos baixados pelo Governo da União os atos da Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca, para promover, organizar e executar o escoamento das safras para o exterior, bem como os atos em que for parte a mesma Comissão.

Parágrafo único. Ficam igualmente isentas do imposto de transmissão de propriedade, devido à Prefeitura do Distrito Federal, as aquisições de bens moveis e imoveis feitas pela Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca e alienação quando em favor de cooperativas de produtores.

Art. 4.º Os Estados, aos quais a Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca solicitou a isenção dos selos e do imposto, referidos no artigo anterior e seu parágrafo, devido ao Estado ou aos municípios, e dos emolumentos constantes de leis e regulamentos estaduais, ou municipais, ficam autorizados a atendê-las, por prazo igual.

Art. 5.º As decisões da Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca serão tomadas em conjunto e terão forma de Resoluções, sendo sua inobservância passível de penalidade, de acordo com os regulamentos expedidos, que só vigorarão depois de aprovados pelo Senhor Ministro da Agricultura.

Art. 6.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.032 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1942

Cria uma Comissão Executiva para controlar a produção, o comércio e a exportação de frutas do país

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, junto ao Ministério da Agricultura, uma Comissão autônoma, denominada "Comissão Executiva das Frutas", constituída de um representante do Serviço de Economia Rural, que será seu presidente, um representante do Departamento Nacional da Produção Vegetal, um representante do Distrito Federal e um representante de cada um dos maiores Estados produtores, para controlar a produção e o comércio de frutas e seus produtos derivados, no país.

§ 1.º Os referidos representantes serão indicados pelas autoridades superiores a que estiverem subordinados, designados e dispensados pelo Presidente da República.

§ 2.º Cada representante perceberá, a título de representação, uma gratificação correspondente a Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por sessão a que comparecer, até o máximo de mil e quinhentos cruzeiros por mês

Art. 2.º Compete à Comissão:

- a) executar o levantamento do parque frutícola do país, a começar pelo citrícola;
- b) proceder, anualmente, à estimativa das safras;
- c) controlar a produção e o abastecimento dos mercados;
- d) providenciar a regularização dos transportes, aperfeiçoando os métodos de carga e descarga, tráfego e distribuição;

e) promover, junto aos órgãos competentes, os ajustamentos de tarifas necessários;

f) prover, em colaboração com outros órgãos, eficiente propaganda de consumo de frutas e produtos derivados, nos mercados internos e externos;

g) efetuar a construção de entrepostos, principalmente de entrepostos centrais nos grandes centros consumidores e exportadores, bem como casas de embalagem, instalações para o aproveitamento do excedente das safras, em óleos essenciais, frutas secas, farinhas, sucos, vinhos, vinagres, álcool, tortas e demais produtos que se possam obter, podendo, também, adquirir ou desapropriar as existentes consideradas necessárias;

h) superintender os entrepostos centrais e todos os demais serviços de abastecimento dos mercados, que só se farão por seu intermédio, inclusive estabelecer quotas para a exportação, fixando os preços a serem pagos ao produtor, as taxas por serviços de beneficiamento e industrialização e o preço de venda aos consumidores, quando se tratar de mercado interno;

i) organizar cooperativas de fruticultores, obedecendo à legislação cooperativista vigente, com as seguintes modificações:

1 — nomeação e substituição, pela Comissão, nos três primeiros anos de funcionamento, dos membros da Diretoria, que deverá ser escolhida entre os fruticultores, cooperados, excetuado o Gerente, que poderá ser estrangeiro;

2 — em cada zona de produção, cuja delimitação cabe à Comissão, esta só poderá organizar uma cooperativa;

j) financiar, por intermédio das cooperativas de produtores, organizadas nas condições do item anterior, a fruticultura.

Art. 3.º A Comissão ora criada terá sua sede no Distrito Federal.

Art. 4.º Com a garantia dos dois Estados maiores produtores e do Distrito Federal, a Comissão realizará as necessárias operações de crédito para construção e movimentação de entrepostos, casas de embalagem e fábricas de produtos derivados e para a comercialização e industrialização das safras.

Art. 5.º A Comissão está autorizada a criar, arrecadar e dispor da taxa de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) por caixa ou quantidade de frutas correspondente, a critério da mesma, prestando contas mensais ao Ministério da Agricultura.

Art. 6.º Ficam isentos de selos devidos à União ou à Prefeitura do Distrito Federal, e de quaisquer emolumentos constantes de leis e regulamentos baixados pelo governo da União, os atos da Comissão Executiva de Frutas, para promover, organizar e executar o fornecimento de frutas do Distrito Federal e o escoamento das safras para o exterior, bem como os atos em que for parte a mesma Comissão.

Parágrafo único. Ficam, igualmente, isentas do imposto de transmissão de propriedade, devido à Prefeitura do Distrito Federal, as aquisições de bens moveis e imoveis feitas pela Comissão Executiva de Frutas e a alienação, quando em favor de cooperativas de produtores.

Art. 7.º Os Estados, aos quais a Comissão Executiva de Frutas solicitar a isenção dos selos e do imposto referidos no artigo anterior e seu parágrafo, devidos ao Estado ou aos Municípios e dos emolumentos constantes de leis e regulamentos estaduais ou municipais, ficam autorizados a atendê-la.

Art. 8.º As decisões da Comissão serão tomadas em conjunto e terão a forma de resoluções e sua inobservância será passível de penalidade, tal como for definido no regimento interno a ser apresentado dentro de sessenta (60) dias à aprovação do Ministro da Agricultura.

Art. 9.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogados os decretos-leis 2.568, de 29 de agosto de 1941, e 2.635, de 18 de setembro de 1941, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.099 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1942

Aprova o regulamento para o despacho consular de aeronaves comerciais

(*) Relação geral anexa aos regulamentos para o despacho consular de aeronaves comerciais e fiscalização aduaneira dos transportes aéreos, aprovados, respectivamente, pelo decreto-lei n. 5.099 e decreto n. 11.107, ambos de 16 de dezembro de 1942.

RELAÇÃO GERAL

Aeronave..... Sinais..... Nacionalidade..... Pertencente..... Viagem n.....
 no dia..... de..... de 194..... do aeroporto de..... com destino ao de..... Escalas pelos aeroportos brasileiros
 de.....
 Escala pelos aeroportos estrangeiros de.....

Tripulação

Número de ordem	Nome	N. da matrícula	Função	Nacionalidade	Idade	Estado civil	Observações

Passageiros

Número de ordem	Nome	Sexo	Idade	Estado civil	Profissão	Nacionalidade	Embarcado em	Com destino a	Classificação de estrangeiros	Passaporte		
									Permanentes, temporários ou em trânsito?	N.	Visado no consulado brasileiro em:	Data do visto Dia Mês Ano

Observações.....

Mercadorias

Números dos volumes recebidos no início da viagem e destinados a cada aeroporto do Brasil incluído no roteiro da aeronave	Acréscimos recebidos durante a viagem discriminando os aeroportos brasileiros de destino	Total dos volumes de mercadorias transportadas para cada aeroporto brasileiro
.....volumes para.....	De.....volumes para.....	Aeroporto de.....Volumes
		Total de volumes transportados.

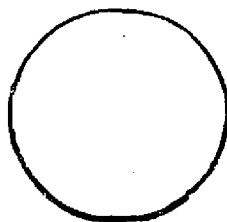
Observações.....

Visto. A aeronave leva..... tripulantes e segue para

o Brasil conduzindo..... passageiros, correspon-

dência e volumes de mercadorias.

Estampilha consular



Selo de armas do consulado

Data e assinatura do Agente e do comandante no aeroporto de início da viagem.....

Data e assinatura do comandante da aeronave que chegar ao Brasil

DECRETO-LEI N. 5.121 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1942

Dispõe sobre a regulamentação da criação e engorda de animais de corte, por parte de pessoas físicas ou jurídicas que explorem a indústria de carnes frigorificadas.

RETIFICAÇÃO

No art. 1.º, onde se lê:

“... em proporção superior à da medida verificada nos anos de 1940-1941 em gado da mesma proveniência de criação e engorda”,

Leia-se:

“... em proporção superior à média verificada nos anos de 1940-1941 em gado da mesma proveniência de criação e engorda”,

DECRETO-LEI N. 5.125 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1942

Dispõe sobre o ensino superior de filosofia, ciências, letras e pedagogia

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o prazo estabelecido na alínea a do art. 31, do decreto-lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939, prorrogado até o ano de 1943.

Art. 2.º Exigir-se-á do candidato à matrícula como aluno regular na primeira série de qualquer dos cursos ordinários de que trata o decreto-lei citado no artigo anterior; no ano de 1944, que tenha concluído a segunda série do curso clássico ou do curso científico do ensino secundário, e, no ano de 1945, que apresente certificado de licença clássica ou de licença científica.

Art. 3.º É permitido que as faculdades de filosofia, ciências, letras e pedagogia abram, em 1943, e em 1944, dois concursos de admissão, ao primeiro dos quais somente sejam admitidos os portadores de certificado de conclusão do curso complementar, destinado a qualquer das modalidades de adaptação didática, e visando o segundo, regulado na forma dos artigos anteriores, ao preenchimento dos lugares ainda existentes na primeira série.

Art. 4.º Permitir-se-á que candidatos não portadores do diploma de licenciado, uma vez inscritos em concurso aberto até 31 de dezembro de 1942, para provimento de lugares do magistério secundário ou normal, o façam dentro de doze meses contados da data da publicação deste decreto-lei.

Art. 5.º A exigência do art. 51, alínea c, do decreto-lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939, far-se-á a partir de 1 de janeiro de 1945. O diploma de bacharel em pedagogia, até a data ora fixada, se considerará, para o preenchimento referido na alínea citada, o principal título de preferência.

Art. 6.º Para o efeito do provimento dos lugares de professores catedráticos das faculdades de filosofia, ciências, letras e pedagogia, enquanto o respectivo conselho técnico-administrativo não estiver todo constituído de professores catedráticos efetivos, e a respectiva congregação não dispuser, para a constituição das comissões julgadoras e para a aprovação do parecer dessas comissões, respectivamente, de metade e de dois terços de professores catedráticos efetivos, funcionará, nas universidades, o conselho universitário, e, nas faculdades isoladas, a congregação de outra faculdade federal ou reconhecida, designada pelo Ministro da Educação.

§ 1.º A designação para membro das comissões julgadoras não poderá recair em professor catedrático não efetivo, pelo que poderão ser elas constituídas, no todo, de elementos estranhos à congregação.

§ 2.º Aplicar-se-ão, quanto ao mais que se referir ao provimento de que trata este artigo, as disposições do decreto-lei n. 271, de 12 de fevereiro de 1938.

Art. 7.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.159 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1942

Modifica o decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficarão isentos do desconto mensal de 3 % a que se referem os artigos 6.º e 7.º do decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942:

a) os funcionários públicos, os extranumerários, os contratados, os mensalistas, os diaristas e tarefeiros, federais, estaduais e municipais, e os associados dos institutos e caixas de aposentadoria e pensões que forem contribuintes do imposto de renda e que apresentarem à autoridade pública competente, ou ao empregador, o recibo de pagamento do dito imposto no último exercício financeiro;

b) toda pessoa que perceber mensalmente remuneração inferior a duzentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 250,00).

Parágrafo único. Os números e as datas dos recibos do imposto de renda, a que se refere a letra a deste artigo, deverão ser anotados nas folhas de pagamento pela autoridade pública competente ou pelo empregador.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.160 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1942

Fixa as autoridades que dispõem de Ajudantes de Ordens e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Ministro da Guerra, os generais, Chefe do Estado Maior do Exército, Inspetores de Grupos de Regiões Militares e os comandantes das 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 7.ª Regiões Militares, teem direito, cada um, a dois oficiais ajudantes de ordens; disporão de um os demais generais da ativa, em serviço.

Parágrafo único. Terão direito, também, a um ajudante de ordens os generais chefes de Missões Militares, o general Chefe do Gabinete Militar do Presidente da República e os generais da ativa quando em comissões de caráter essencialmente militar.

Art. 2.º O coronel que estiver no exercício de função de comando relativo ao posto de general disporá de um adjunto, ao invés de ajudante de ordens.

Art. 3.º Os ajudantes de ordens do Ministro da Guerra, do Chefe do Estado Maior do Exército, dos Inspetores de Grupos de Regiões Militares, do Chefe do Gabinete Militar do Presidente da República, dos Chefes de Missões Militares, dos comandantes de Regiões Militares e do Secretário Geral do Ministério da Guerra, serão de qualquer arma; os demais, em princípio, provirão da arma ou do serviço correspondente à natureza do Comando ou Diretor a que servem.

Art. 4.º Os generais da ativa, quando dispensados da função que exercerem e enquanto aguardarem nova comissão, conservam seus ajudantes de ordens.

Art. 5.º Os ajudantes de ordens serão do posto de 1.º tenente e excepcionalmente do de capitão, devendo ter dois anos de serviço arregimentado após a promoção a 2.º tenente.

Art. 6.º Nenhum ajudante de ordens poderá permanecer na função por mais de dois anos consecutivos.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.161 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1942

Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 6.700.000,00 para prosseguimento dos trabalhos de instalação e aparelhamento das Colônias Agrícolas e Núcleos Coloniais e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 6.700.000,00 (seis milhões e setecentos mil cruzeiros) destinado ao

prosseguimento dos trabalhos de instalação e aparelhamento (Obras) das Colônias Agrícolas Nacionais e dos Núcleos Coloniais, com a seguinte discriminação:

Colônia Agrícola Nacional do Amazonas	Cr\$ 900.000,00
Colônia Agrícola Nacional do Pará	Cr\$ 1.700.000,00
Colônia Agrícola Nacional do Maranhão	Cr\$ 1.400.000,00
Colônia Agrícola Nacional de Goiás	Cr\$ 200.000,00
Plano da Baixada Fluminense	Cr\$ 2.100.000,00
Núcleo Colonial Duque de Caxias	Cr\$ 400.000,00

Art. 2.º Publicado este decreto-lei, o crédito especial aberto em seu artigo 1.º será considerado automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional e registado pelo Tribunal de Contas, devendo ser, em seguida, depositado no Banco do Brasil e movimentado, sob o regime de adiantamento, pelo Diretor da Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal, ou funcionário por ele designado.

Art. 3.º Ficam sem aplicação os saldos não empenhados, existentes nesta data nas seguintes dotações do Anexo 14 — Ministério da Agricultura — do Orçamento Geral da República, em vigor (decreto-lei n. 3.960, de 19 de dezembro de 1941):

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação I — Diversos

Subconsignação 62 — Colonização

21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal

04 — Divisão de Terras e Colonização

- a) Fundação e instalação de Colônias Agrícolas Nacionais, de acordo com o decreto-lei n. 3.059, de 14 de fevereiro de 1941.

Verba 5 — Obras, desapropriação e aquisição de imóveis

Consignação I — Obras

Subconsignação 01 — Obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização; estudos e projetos.

21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal

04 — Divisão de Terras e Colonização

- a) Fundação do Núcleo Duque de Caxias, nos termos do decreto-lei n. 3.266, de 12 de maio de 1941.

Subconsignação 02 — Prosseguimento de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização; instalações, aparelhamento e equipamento em obras concluídas.

21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal

04 — Divisão de Terras e Colonização

- a) Prosseguimento das obras de fundação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás;
- b) Prosseguimento das obras nos Núcleos Coloniais de Santa Cruz, São Bento e Tinguá.

Art. 4.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.162 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1942

Dispõe sobre a remodelação dos serviços de bondes no Distrito Federal, revisão dos contratos em vigor, concessão de um aumento condicional de tarifas, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e de acordo com o artigo 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, e

Considerando as petições, pareceres, dados informativos e documentos constantes dos processos ns. 401.964 e 401.965, de 1942, da Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura, e de outros que com eles se relacionam decreta:

Artigo 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a rever as concessões de bondes elétricos do Distrito Federal, com o duplo fim de garantir ao capital uma retribuição adequada e de serem remodelados e ampliados os serviços existentes.

§ 1.º O contrato definitivo, *ad referendum* do Governo Federal, obedecerá entre outras, às bases seguintes:

a) exame a qualquer tempo, pela Prefeitura, da escrituração das concessionárias;

b) aprovação de normas e modelos de contabilidade;

c) inventário e avaliação dos bens das companhias, para efeitos de tarifação e outros fins, seguindo-se no que for aplicável, o critério adotado no decreto-lei n. 3.128, de 19 de março de 1941;

d) remuneração prefixada entre dois limites, podendo a Prefeitura impugnar despesas indevidas ou excessivas que possam onerar o custo do serviço;

e) forma de constituição e representação do capital;

f) fixação do padrão do serviço pela Prefeitura, que terá o direito de determinar construções, melhoramentos, supressões, abstenções ou, de um modo geral, de fixar a quantidade, qualidade e distribuição do serviço, sem prejuízo da remuneração estabelecida para o capital;

g) ajustamento periódico das tarifas e das condições do serviço;

h) custo do serviço a ser sempre pago pelas suas rendas próprias, não assumindo a Prefeitura responsabilidade alguma quanto a diferenças ou deficiências que possam surgir;

i) balancetes periódicos, compreendendo as componentes do custo do serviço;

j) modernização do material rodante, com o emprego de carros fechados;

k) desenvolvimento de um tráfego local nos subúrbios mais povoados;

l) descongestionamento do tráfego no centro urbano, por uma melhor distribuição das linhas, quer superficiais, quer subterrâneas e por obras especiais que se impuserem;

m) isenção de impostos, a ser regulada em lei especial;

n) contribuições, taxas e fundos destinados à conservação do calçamento da faixa dos logradouros ocupada pelas linhas de carris, bem assim às despesas de fiscalização e a outros fins;

o) coordenação dos serviços de bonde com os outros meios de transporte coletivo, que forem estabelecidos pela Prefeitura;

p) unificação dos prazos das concessões e exame da possibilidade da fusão das companhias em uma só empresa nacional.

§ 2.º As concessões, coisas, bens e aparelhamento destinados ou necessários à prestação dos serviços não poderão ser alienados, arrendados, a qualquer título, sem expressa autorização da Prefeitura, sob pena de nulidade.

Artigo 2.º Fica o Prefeito igualmente autorizado a abolir desde já o sub-seccionamento de Cr\$ 0,10 nos finais das linhas da Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico e a aumentar para Cr\$ 0,20 as atuais passagens de Cr\$ 0,10, dentro da 1.ª zona contratual das companhias unificadas, de conformidade com a discriminação feita na Tabela C, anexa ao processo número 401.965, deste ano, da Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura.

§ 1.º Esse aumento parcial de tarifas é concedido mediante assinatura de um termo de contrato entre a Prefeitura, a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Limitada e a Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico, e subordinado às seguintes condições:

a) aceitação por parte das concessionárias das normas e bases constantes do artigo anterior e seus parágrafos, para a oportuna reforma dos contratos vigentes e dos serviços;

b) reajustamento de salários dos empregados das ditas companhias a ser devidamente comprovado e aprovado pela Prefeitura;

c) assistência, por parte da Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico, de qualquer reclamação futura quanto à mudança do ponto inicial de suas linhas;

d) criação de serviço local de bondes nos bairros de Lema, Copacabana, Ipanema e Leblon nas condições que forem ajustadas com a Prefeitura;

e) suspensão do tráfego de bondes na rua Ramalho Ortigão;

f) suspensão do tráfego de bondes na rua Uruguaiana com a construção dos desvios necessários para as linhas interessadas;

g) satisfazer as requisições que lhes forem feitas pelos serviços de bondes pertencentes à Prefeitura, para atender às necessidades normais de seu funcionamento.

§ 2.º Os serviços continuarão, no mais, a serem regidos pelos contratos em vigor, até que as circunstâncias e dificuldades presentes, permitam, a juízo do Prefeito, a remodelação preceituada no artigo 1.º

Artigo 3.º A protelação ou falta de cumprimento de qualquer das obrigações assumidas pelas duas companhias no termo a que se refere o § 1.º do artigo 2.º, importará na cassação, por simples ato administrativo do Prefeito, do aumento de tarifas ora concedido, além de outras providências que o Governo, no interesse público, julgar convenientes para garantir a continuidade e eficiência dos serviços.

Artigo 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.163 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1942

Dispõe sobre a organização do Conselho de Segurança Nacional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Conselho de Segurança Nacional, presidido pelo Presidente da República e constituído pelos ministros de Estado e pelos chefes dos Estados Maiores do Exército, da Armada e da Aeronáutica, tem por objetivo precípua o estudo de todas as questões relativas à segurança nacional (Constituição, art. 162).

§ 1.º Reune-se por convocação do Presidente da República, ordinariamente, uma vez por trimestre.

§ 2.º Pode convocar, quando convier, altos comandos militares e outras autoridades qualificadas.

§ 3.º O Presidente da República pode ouvir o Conselho de Segurança Nacional, mediante consulta a cada um de seus membros em expediente remetido por intermédio da Secretaria Geral, que fará o relatório das respostas recebidas para a consideração final.

Art. 2.º O Conselho de Segurança Nacional terá uma Secretaria Geral, subordinada diretamente ao Presidente da República e dirigida pelo Secretário Geral, que será o Chefe do Gabinete Militar da mesma Presidência.

Art. 3.º São órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional:

- a) a Comissão de Estudos;
- b) as Secções de Segurança dos ministérios civis;
- c) a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras.

Art. 4.º Incumbe à Secretaria Geral:

- a) centralizar todas as questões que devem ser submetidas ao Conselho e à Comissão de Estudos;
- b) preparar, coordenar e acompanhar os estudos preparatórios relativos a tais questões;
- c) organizar os relatórios que devem ser apresentados ao Conselho ou à Comissão;
- d) redigir as atas das sessões desses órgãos;
- e) conservar os arquivos a eles pertencentes;
- f) notificar aos ministérios e a qualquer outro órgão da Administração Pública as decisões tomadas pelo Governo em consequência dos pareceres do Conselho ou da Comissão de Estudos e acompanhar a execução das providências decorrentes das referidas decisões.

Art. 5.º A Comissão de Estudos funciona sob a alta direção do Presidente da República e a direção imediata e efetiva de um dos Vice-Presidentes.

§ 1.º São Vice-Presidentes os Chefes dos Estados Maiores do Exército, da Armada e da Aeronáutica, cabendo a direção imediata e efetiva da Comissão ao mais graduado ou mais antigo no posto.

§ 2.º A Comissão compreende ainda os seguintes membros efetivos:

- a) o Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, que funciona como relator;
- b) o Consultor Geral da República;
- c) o Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores;
- d) o Diretor Geral da Fazenda Nacional;

e) um funcionário da mais alta categoria de cada um dos demais ministérios civis.

§ 3.º Serão nomeados por decreto os funcionários que, nos termos da letra e do parágrafo anterior, representarão os ministérios civis. Os outros membros, ou seus substitutos, serão convocados pelo Vice-Presidente na direção efetiva da mesma Comissão.

Art. 6.º A Comissão de Estudos terá ainda, na qualidade de membros eventuais, os Presidentes ou Diretores de Departamentos, de Conselhos, de Institutos ou de qualquer outro órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, os quais serão convocados pelo Vice-Presidente na direção efetiva para integrar a Comissão, em determinada sessão ou sessões, podendo votar apenas nas matérias que se relacionem, respectivamente, com os assuntos pertinentes a cada um daqueles órgãos.

Parágrafo único. Nos termos deste artigo, são considerados também membros eventuais da Comissão os chefes de Serviços de Material Bélico dos ministérios militares e os sub-chefes dos Estados Maiores das Forças Armadas.

Art. 7.º O Vice-Presidente da Comissão de Estudos, na direção efetiva da mesma, age em nome do Presidente da República e assina, por ordem deste, os documentos e atos dela emanados, antecedendo à assinatura as iniciais P. O. (por ordem).

Art. 8.º Incumbe à Comissão de Estudos:

a) fazer o estudo das questões que devem ser submetidas à deliberação do Conselho de Segurança Nacional;

b) estudar as questões que lhe forem encaminhadas pelo Governo ou pelo mesmo Conselho;

c) sugerir ao Governo as providências de execução necessárias à solução das questões que dependam de mais de um ministério, ou interessem à segurança nacional.

Art. 9.º Poderão ser convocados, quer pelo Conselho, quer pela Comissão de Estudos, os militares ou civis, servidores públicos ou não, que sejam capazes de prestar informações ou esclarecimentos uteis.

Art. 10. As Secções de Segurança dos ministérios civis são diretamente subordinadas aos respectivos Ministros, cabendo, de modo geral, a cada uma delas:

a) estudar, no tempo de paz, os problemas que se relacionam com os interesses da segurança nacional, no âmbito das atribuições de seus ministérios;

b) centralizar, na esfera da competência do ministério, todas as questões relativas à segurança nacional, principalmente as concernentes ao papel que aquele caberá desempenhar em tempo de guerra;

c) assegurar, nos assuntos de sua competência, as relações entre o seu ministério, a Secretaria Geral e outros ministérios.

Parágrafo único. Incumbe a cada Secção:

a) propor ao respectivo Ministro o programa de ação do ministério em tempo de guerra;

b) elaborar os planos de reorganização e de administração que, eventualmente, devam ser postos em prática pelas necessidades de funcionamento do ministério em tempo de guerra, notadamente a transformação de órgãos existentes, bem como a criação de outros; definir as atribuições que cabem aos diversos órgãos ministeriais em tempo de guerra; prever o pessoal e os recursos materiais necessários; providenciar acerca das necessidades de instalação para o bom funcionamento dos diversos órgãos ministeriais; coordenar as atividades destes entre si e fiscalizar o respectivo funcionamento;

c) encarregar-se das relações com organizações de ordem privada, afim de assegurar as soluções mais convenientes às questões de interesse entre elas e o ministério.

Art. 11. Para melhor e mais facilmente alcançarem seus objetivos, a Secretaria Geral e as Secções de Segurança dos ministérios civis manterão, entre si, as mais estreitas relações.

Art. 12. Um regulamento particularizará a estrutura e o funcionamento da Comissão de Estudos e da Secretaria Geral.

Parágrafo único. Para o bom andamento dos trabalhos desses dois órgãos, poderão ser expedidos regimentos e instruções, cuja vigência dependerá da aprovação do Presidente da República.

Art. 13. As Secções de Segurança dos ministérios são organizadas por decreto, mediante proposta do respectivo Ministro, depois de ouvido o Secretário Geral.

Art. 14. Pela Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, o Conselho de Segurança Nacional exercerá a atribuição que lhe confere o artigo 165 da Constituição.

Parágrafo único. O Secretário Geral será o presidente da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, que continuará, no mais, regulada pela legislação em vigor.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.164 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1942

Regula o ingresso no Quadro de Médicos do Serviço de Saude do Exército dos médicos civis que terminaram ou vierem a terminar os Cursos especiais de Adaptação ou de Emergência de Medicina Militar e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Poderão ingressar no Quadro de Médicos do Serviço de Saude do Exército de 2.ª Linha, em função da situação particular funcional de cada um, os médicos civis que concluíram ou vierem a concluir os Cursos de Emergência de Medicina Militar ou os Cursos Especiais de Adaptação para professores catedráticos, organizados pela Diretoria de Saude do Exército.

Parágrafo único. O ingresso no Quadro se fará por decreto de nomeação, mediante proposta da Diretoria de Saúde do Exército dirigida ao Ministro da Guerra e encaminhada por intermédio da Diretoria de Recrutamento, nos postos de 2.º Tenente a Major.

Art. 2.º Condições de ingresso no Quadro:

- a) ser brasileiro nato;
- b) estar em dia com as obrigações relativas ao serviço militar;
- c) ser formado em medicina por escola oficial ou reconhecida, com diploma registado no Serviço de Fiscalização de Medicina;
- d) ter idade compreendida entre 35 e 55 anos;
- e) não ser oficial da Reserva ou do Exército de 2.ª linha dos Quadros das armas de qualquer das Forças Armadas;
- f) haver terminado com aproveitamento o Curso de Emergência de Medicina Militar ou, para o caso dos professores catedráticos, o Curso Especial de Adaptação;
- g) ter boa conduta (atestado da polícia civil, ou declaração firmada por dois oficiais do Exército);
- h) ser julgado apto em inspeção de saúde por Junta Militar de Saúde.

Art. 3.º A admissão no Quadro se fará:

- a) no posto de 1.º Tenente: os médicos civis que não estejam compreendidos nas alíneas b e c deste artigo e sejam assistentes de Faculdades ou exerçam função em caráter permanente no serviço médico de organização pública ou paraestatal;
- b) no posto de Capitão: os médicos civis que sejam livre-docentes providos por concurso das escolas de medicina oficiais ou reconhecidas; os diplomados com 15 ou mais anos de exercício profissional;
- c) no posto de Major: os médicos civis que sejam professores catedráticos de escola de medicina oficial ou reconhecida e tenham concluído o Curso de Emergência de Medicina Militar ou o Curso Especial de Adaptação.

Art. 4.º Para os fins do art. 2.º será exigida a seguinte documentação:

- 1 — diploma, em original, ou certidão do seu registo na repartição competente do Departamento Nacional de Saúde ou nas secções de fiscalização do exercício profissional nos Estados, conforme o caso;
- 2 — atestado do exercício dos cargos ou funções referidas nas letras a, b e c do art. 3.º;
- 3 — certificado de alistamento ou de reservista, com o registo de que o seu possuidor se acha em dia com as obrigações concernentes ao serviço militar;
- 4 — atestado de conduta passado pela polícia, ou por dois oficiais do Exército que declarem há quanto tempo conhecem o candidato;
- 5 — certidão de nascimento de inteiro teor (*verbo ad verbum*) do registo civil;
- 6 — conceito sobre a frequência e aproveitamento no Curso de Emergência de Medicina Militar ou no Curso Especial de Adaptação;
- 7 — cópia da ata de inspeção de saúde.

Art. 5.º Os oficiais médicos da Reserva de 2.ª classe ou do Exército do 2.ª Linha que tiverem concluído com aproveitamento o Curso de Emergência de Medicina Militar ou o Curso Especial de Adaptação e que ocuparem os cargos referidos no art. 3.º ou tiverem 15 ou mais anos de exercício profissional fazem jus à imediata promoção aos postos correspondentes, mediante requerimento e uma vez decorrido o interstício regulamentar.

Art. 6.º Os médicos menores de 35 anos de idade que se tiverem matriculado no Curso de Emergência de Medicina Militar antes do decreto n. 10.344, de 28 de agosto de 1942, poderão ingressar no quadro respectivo da Reserva de 2.ª classe ou do Exército de 2.ª Linha, após haverem, com aproveitamento, concluído o mesmo Curso e o estágio de 30 dias em corpo de tropa ou formação sanitária, de acordo com as instruções aprovadas pela portaria n. 3.728, de 17 de setembro de 1942.

Parágrafo único. A admissão no Quadro se fará no posto de 2.º Tenente.

Art. 7.º Os oficiais médicos já nomeados ou promovidos por força do decreto n. 10.344, de 28 de agosto de 1942, que, pelo disposto no presente decreto, façam jus a posto mais elevado podem a este ser promovidos, mediante requerimento.

Art. 8.º Perderão a possibilidade de ingresso previsto neste decreto-lei os interessados que dela não se aproveitarem dentro do prazo de quatro meses a contar da data da conclusão dos referidos Cursos.

Art. 9.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.165 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1942

Dispõe sobre a transferência de sub-tenentes e sargentos para a Reserva e sua convocação para o serviço ativo no posto de 2.º tenente

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o Ministério da Guerra a convocar para o serviço ativo os segundos tenentes da reserva de 1.ª linha a que se refere este decreto.

Art. 2.º Para o fim estabelecido no artigo anterior, podem passar para a reserva de 1.ª linha, no posto de 2.º tenente, os atuais sub-tenentes e sargentos da ativa que satisfaçam às seguintes condições:

- a) ter o sub-tenente, ou sargento, mais de nove anos de serviço.
- b) possuir o certificado de comandante de pelotão, obtido na Escola de Sargento de Infantaria, Escola de Armas, Cursos do Comandante de Pelotão (Secção) Regionais, anteriores à criação da Escola das Armas e cursos equivalentes equiparados pelo Aviso n. 1.188, de 12-V-42.
- c) vigor físico comprovado em inspeção de saúde e em provas realizadas de acordo com as instruções especiais a serem estabelecidas;
- d) bom comportamento;
- e) apreciação do comandante do corpo ou autoridade correspondente acerca da capacidade profissional, dedicação ao trabalho e idoneidade moral para o exercício da função de oficial;
- f) ter o sub-tenente menos de quarenta anos de idade, os sargentos-ajudantes e primeiros sargentos menos de trinta e oito, os segundos e terceiros menos de trinta e cinco;
- g) requerer o interessado sua convocação nas condições deste decreto, ou, a critério do Governo, seja designado para essa comissão.

Art. 3.º O Estado-Maior do Exército, de acordo com as necessidades de mobilização e claros existentes, encaminhará ao Ministro da Guerra a proposta de número de vagas a serem preenchidos, em cada semestre, pela convocação nas condições aqui estabelecidas.

Art. 4.º O número de vagas será fixado por meio de decreto.

Art. 5.º Os candidatos habilitados serão classificados por ordem de posto e, dentro de cada um, segundo a antiguidade comprovada pela data de promoção. Em igualdade de condições terá preferência o que melhor satisfizer as condições fixadas na ficha de promoção de sub-tenentes ou sargentos de acordo com o caso.

Art. 6.º Para os efeitos do retorno á inatividade remunerada, durante o estado de beligerância, os convocados, na forma deste decreto, aplicar-se-á o Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército, como se fossem segundos tenentes da ativa, salvo os casos dos parágrafos seguintes:

§ 1.º Para a aplicação deste artigo, será considerado como se tivesse a graduação do posto de origem, o convocado que, com mais de 20 anos de serviço, voltar à inatividade nos casos abaixo:

- a) a pedido;
- b) por sentença passada em julgado;
- c) por conduta incompatível com o oficialato apurada em Conselho de Disciplina;
- d) ou que tenha, a juízo de seu Comandante ou Chefe, demonstrado notória inaptidão para o Comando.

§ 2.º Nos casos do parágrafo anterior e quando o tenente convocado contar menos de 20 anos de serviço, o licenciamento será para a inatividade não remunerada.

Art. 7.º Cessado o estado de guerra e decretada a desmobilização do Exército, ordenará o Governo o licenciamento do pessoal referido neste decreto-lei, observando-se em relação aos mesmos as disposições de inatividade remunerada adotadas para com os segundos tenentes da ativa, qualquer que seja o tempo de serviço.

Parágrafo único. Aplicar-se-ão as disposições do art. 6.º aos licenciados que incorram nos incisos b e c do § 1.º ou nos casos previstos pelo § 2.º do mencionado artigo.

Art. 8.º Os segundos tenentes convocados que se distinguirem em campanha serão conservados na atividade desde que satisfaçam os requisitos da Lei de Promoções; caso contrário, serão reformados com os vencimentos integrais dos postos alcançados em operações de guerra.

Art. 9.º Os convocados nas condições aqui estabelecidas não podem servir fora do corpo de tropa.

Art. 10. Compete ao Ministro da Guerra baixar instruções para selecionar e classificar os candidatos nas diversas Regiões Militares do país.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.166 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1942

Suspende, enquanto durar o estado de guerra a que se refere o decreto número 10.358, de 31 de agosto de 1942, as garantias previstas no decreto-lei n. 1.187, de 4 de abril de 1939 a favor dos convocados, sorteados e incorporados às forças armadas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam suspensas, enquanto durar o estado de guerra a que, se refere o decreto n. 10.358, de 31 de agosto de 1942, as garantias previstas no decreto-lei n. 1.187, de 4 de abril de 1939 (Lei do Serviço Militar), e autorizado o Governo a transferir a incorporação de voluntários e sorteados, quando e para onde for conveniente, atendendo, exclusivamente, às conveniências da mobilização e da segurança nacional.

Art. 2.º A aplicação da suspensão das garantias será feita, em cada caso, por ordem direta do Ministro da Guerra, em caráter reservado.

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.167 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1942

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 para subscrição de ações da Companhia Vale do Rio Doce S. A.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de oito milhões de cruzeiros (Cr\$ 8.000.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para classificação da despesa (Serviços e Encargos) relativa ao pagamento da primeira prestação das ações da Companhia Vale do Rio Doce S. A., subscritas pelo mesmo Tesouro, na conformidade do art. 6.º (§ 2.º) do decreto-lei n. 4.352, de 1 de junho de 1942.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1942; 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N: 5.168 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1942

Prorroga a vigência do crédito especial de Cr\$ 6.400.000,00, aberto pelo decreto-lei n. 3.895, de 5 de dezembro de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogada, até o encerramento do exercício de 1943, a vigência do crédito especial de Cr\$ 6.400.000,00 (seis milhões e quatrocentos mil cruzeiros), aberto pelo decreto-lei n. 3.895, de 5 de dezembro de 1941, para despesas com a execução de obras rodoviárias.

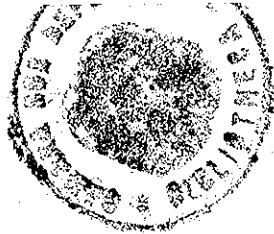
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1942; 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1943 — VOLUME III

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS-LEIS DE ABRIL A JUNHO

IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — 1943

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1943

	Págs.
5.366 — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de abril de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 9.500.000,00 para ocorrer a despesas de obras e outras — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de abril de 1943.....	3
5.367 — GUERRA — Decreto-lei de 1 de abril de 1943 — Cria o 3.º Batalhão de Engenharia com sede em Pôrto Alegre — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de abril de 1943....	4
5.368 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 1 de abril de 1943 — Extingue a faculdade de cobrança de impostos interestaduais — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de abril de 1943....	4
5.369 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de abril de 1943 — Altera, enquanto durar o estado de beligerância, a cobrança da taxa de armazenagem interna, nos portos do país — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de abril de 1943....	4
5.370 — GUERRA — Decreto-lei de 2 de abril de 1943 — Cria o 13.º Grupo Móvel de Artilharia de Costa, na Primeira Região Militar — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de abril de 1943.....	5
5.371 — GUERRA — Decreto-lei de 2 de abril de 1943 — Cria o Estabelecimento de Subsistência da Décima Região Militar — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de abril de 1943..	5
5.372 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de abril de 1943 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de 250.000 cruzeiros para pagamento de auxílio especial e de indenizações — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de abril de 1943.....	6
5.373 — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de abril de 1943 — Autoriza operações de crédito entre o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil, para liquidação das contas do exercício de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de abril de 1943.....	6

5.374	— VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de abril de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 para prosseguimento e conclusão das obras da variante São João, na Rêde Viação Pará-Santa Catarina — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de abril de 1943.....	7
5.375	— FAZENDA — Decreto-lei de 5 de abril de 1943 — Modifica a composição e a tolerância na liga e no peso das moedas de 10, 20 e 50 centavos — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de abril de 1943.....	7
5.376	— VIAÇÃO — Decreto-lei de 5 de abril de 1943 — Dispõe sobre serviço telegráfico externo das forças expedicionárias das Nações Unidas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de abril de 1943.....	8
5.377	— EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 5 de abril de 1943 — Eleva padrão de vencimento de cargo extinto no Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de abril de 1943.....	9
5.378	— EXTERIOR — Decreto-lei de 5 de abril de 1943 — Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e a Colômbia, firmado no Rio de Janeiro, a 14 de outubro de 1941 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de abril de 1943.....	9
5.379	— JUSTIÇA — Decreto-lei de 6 de abril de 1943 — Concede acréscimo de vencimentos aos tenentes-coronéis do Corpo de Bombeiros — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de abril de 1943.....	12
5.380	— JUSTIÇA — Decreto-lei de 6 de abril de 1943 — Autoriza a Fundação Osório a ceder à Prefeitura do Distrito Federal a área de terreno necessária ao alinhamento da rua Paula Ramos — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de abril de 1943.....	13
5.381	— FAZENDA — Decreto-lei de 7 de abril de 1943 — Aprova acôrdo firmado entre a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e a Rubber Development Corporation — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de abril de 1943.....	13
5.382	— EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 7 de abril de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.333,30, para pagamento de gratificação de magistério — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de abril de 1943.....	15
5.383	— JUSTIÇA — Decreto-lei de 8 de abril de 1943 — Modifica o decreto-lei n. 4.529, de 30 de julho de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de abril de 1943.....	18
5.384	— TRABALHO — Decreto-lei de 8 de abril de 1943 — Dispõe sobre os beneficiários de seguro de vida — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de abril de 1943.....	18
5.385	— AERONÁUTICA — Decreto-lei de 8 de abril de 1943 — Cria a graduação de alunos intendentes de Aeronáutica, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de abril de 1943.....	19

	Págs.
5.386 — GUERRA — Decreto-lei de 9 de abril de 1943 — Transfere de Curitiba para Porto União, na Quinta Região Militar, a sede do 5.º Batalhão de Engenharia — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de abril de 1943.....	20
5.387 — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de abril de 1943 — Cria função gratificada no Domínio da União, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de abril de 1943.....	20
5.388 — GUERRA — Decreto-lei de 12 de abril de 1943 — Lei de organização dos quadros e efetivos do Exército — Atualiza disposições contidas no decreto-lei n. 556, de 12 de julho de 1938 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de abril de 1943.....	20
5.389 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 12 de abril de 1943 — Introduz alterações no Quadro III — Departamento dos Correios e Telégrafos, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14 de abril de 1943 — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de abril de 1943.....	
5.390 — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de abril de 1943 — Autoriza a alienação de imóvel pertencente à União — Publicação no <i>Diário Oficial</i> de 14 de abril de 1943.....	37
5.391 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 12 de abril de 1943 — Transforma cargos da carreira de Auxiliar de Ensino do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de abril de 1943.....	37
5.392 — JUSTIÇA — FAZENDA — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 12 de abril de 1943 — Altera a carreira de Dactilógrafo dos Ministérios da Aeronáutica, Agricultura, Justiça e Negócios Interiores, Relações Exteriores, Educação e Saúde, do Departamento Administrativo do Serviço Público, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de abril de 1943.....	39
5.393 — JUSTIÇA — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 12 de abril de 1943 — Altera carreiras nos Ministérios da Educação e Saúde, Fazenda, Guerra, Justiça e Negócios Interiores e Marinha, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de abril de 1943.....	46
5.394 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de abril de 1943 — Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de abril de 1943.....	59
5.395 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 12 de abril de 1943 — Altera as tabelas do extinto Quadro IV — Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de abril de 1943.....	59

5.396 — AERONÁUTICA — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de abril de 1943 — Introduz modificações no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de abril de 1943 — Reproduzido no <i>Diário Oficial</i> de 7 de maio de 1943	62
5.397 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de abril de 1943 — Altera o Quadro VIII — Estrada de Ferro São Luiz-Teresina, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30 de abril de 1943.....	64
5.398 — AERONÁUTICA — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de abril de 1943 — Abre ao Ministério da Aeronáutica crédito suplementar, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de abril de 1943.....	70
5.399 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de abril de 1943 — Cria função gratificada no Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de abril de 1943.....	70
5.400 — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de abril de 1943 — Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de abril de 1943.....	71
5.401 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de abril de 1943 — Altera o decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940, que dispõe sobre a Justiça do Distrito Federal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de abril de 1943 — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de abril de 1943....	71
5.402 — FAZENDA — JUSTIÇA — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 13 de abril de 1943 — Exclue das disposições do decreto-lei n. 2.803, de 21 de novembro de 1940, os terrenos que menciona; transfere, gratuita e condicionalmente, o seu domínio útil à sociedade civil "Faculdades Católicas", com sede no Distrito Federal, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de abril de 1943.....	73
5.403 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 13 de abril de 1943 — Aprova acôrdo firmado entre a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e a Rubber Development Corporation — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de abril de 1943.....	75
5.404 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 13 de abril de 1943 — Modifica o decreto-lei n. 5.162, de 31 de dezembro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de abril de 1943....	78
5.405 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 13 de abril de 1943 — Regulamenta o decreto-lei n. 3.326, de 3 de junho de 1941, consolida as disposições regulamentares relativas ao transporte de correspondência e malas postais, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de abril de 1943.....	79

5.406 — FAZENDA — MARINHA — VIAÇÃO — Decreto-lei de 14 de abril de 1943 — Modifica o imposto de faróis, altera a concessão de regalias de paquete, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de abril de 1943.....	97
5.407 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de abril de 1943 — Autoriza a Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca a contratar operações de crédito com o Banco do Brasil — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de abril de 1943.....	98
5.408 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 14 de abril de 1943 — Cria, junto à futura sede da Escola Nacional de Agronomia, no km 47 da rodovia Rio-São Paulo, um Aprendizado Agrícola subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de abril de 1943.....	99
5.409 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 14 de abril de 1943 — Cria, no local denominado São Vicente, município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, um Aprendizado Agrícola, subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de abril de 1943.....	99
5.410 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 15 de abril de 1943 — Altera o Regulamento da Ordem dos Advogados do Brasil — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de abril de 1943.....	100
5.411 — JUSTIÇA — FAZENDA — MARINHA — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 15 de abril de 1943 — Autoriza a permuta do imóvel pertencente ao Clube de Regatas Santista, com terreno doado ao Ministério da Marinha, em Santos — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de abril de 1943.....	100
5.412 — GUERRA — MARINHA — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 16 de abril de 1943 — Dispõe sobre o processo e julgamento do crime de deserção definido no decreto-lei n. 4.937, de 9 de novembro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de abril de 1943.....	101
5.413 — GUERRA — Decreto-lei de 16 de abril de 1943 — Manda aplicar aos desertores primários do Exército disposições do art. 271 do Código da Justiça Militar — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de abril de 1943.....	102
5.414 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de abril de 1943 — Altera o Orçamento Analítico do Ministério da Guerra, sem aumento de despesa — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de abril de 1943.....	102
5.415 — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de abril de 1943 — Modifica o art. 13 do Regulamento das Caixas Econômicas Federais, baixado com o decreto n. 24.427, de 19 de junho de 1934, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de abril de 1943.....	103

	Págs.
5.416 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de abril de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 7.838,70, para atender a pagamento de vencimentos — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de abril de 1943.....	104
5.417 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 16 de abril de 1943 — Dispõe sobre classificação de águas públicas em conformidade com o disposto no art. 5.º, §§ 1.º e 2.º, do decreto-lei n. 2.281, de 5 de junho de 1940 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de abril de 1943.....	105
5.418 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de abril de 1943 — Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 41.200,00 para pagamento de contribuições devidas ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de abril de 1943.....	105
5.419 — MARINHA — Decreto-lei de 22 de abril de 1943 — Altera a redação do art. 165 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares da Armada — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de abril de 1943.....	105
5.420 — TRABALHO — Decreto-lei de 22 de abril de 1943 — Dispõe sobre a designação de vogais e suplentes de Junta, de Conciliação e Julgamento, nas localidades em que não há sindicato, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de abril de 1943.....	106
5.421 — AGRICULTURA — FAZENDA — VIAÇÃO — Decreto-lei de 22 de abril de 1943 — Transfere ao Ministério da Agricultura a execução dos serviços de limpeza e desinfecção de vagões e outros veículos, de qualquer natureza, utilizados no transporte de animais vivos — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de abril de 1943.....	107
5.422 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de abril de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 6.460.672,20 para despesas a cargo da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de abril de 1943.....	108
5.423 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 26 de abril de 1943 — Dispõe sobre a aposentadoria de Gentil Tristão Norberto — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de abril de 1943.....	109
5.424 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de abril de 1943 — Dispõe sobre a distribuição e aplicação de dotação orçamentária destinada a despesas de representação, excursões, hospedagens e homenagens — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de abril de 1943.....	109
5.425 — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de abril de 1943 — Modifica o quadro de distribuição dos agentes fiscais do imposto de consumo — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de abril de 1943 — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 29 de abril de 1943.....	109

5.426 — AGRICULTURA — FAZENDA — MARINHA — Decreto-lei de 27 de abril de 1943 — Altera a redação de disposições dos decretos-leis ns. 5.030, 5.031 e 5.032, de 4 de dezembro de 1942, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29 de abril de 1943.....	110
5.427 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 27 de abril de 1943 — Dispõe sobre a aposentadoria de Manuel Francisco Freire — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29 de abril de 1943.....	112
5.428 — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de abril de 1943 — Estabelece o controle da indústria nacional de artefatos de borracha, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29 de abril de 1943.....	113
5.429 — TRABALHO — Decreto-lei de 27 de abril de 1943 — Dispõe sobre a exclusão de dirigentes de sociedades mútuas de seguros de vida do âmbito da legislação do trabalho — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29 de abril de 1943....	114
5.430 — GUERRA — Decreto-lei de 28 de abril de 1943 — Dispõe sobre comissionamento de oficiais do Exército em posto superior, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30 de abril de 1943.....	115
5.431 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de abril de 1943 — Dispõe sobre gratificação ao comandante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30 de abril de 1943.....	117
5.432 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de abril de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00 à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de maio de 1943.....	117
5.433 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de abril de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 40.827,40, à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de maio de 1943.....	118
5.434 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de abril de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para prosseguimento de obras a cargo da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de maio de 1943.....	119
5.435 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de abril de 1943 — Altera o art. 1.º do decreto-lei n. 5.244, de 11 de fevereiro de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de maio de 1943.....	119
5.436 — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de abril de 1943 — Dispõe sobre a carreira de agente fiscal do imposto de consumo e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30 de abril de 1943.....	120

5.437 — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 30 de abril de 1943 — Dispõe sobre Registro de Despesas e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de maio de 1943.....	122
5.438 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de abril de 1943 — Dispõe sobre o registro <i>ex-officio</i> de estrangeiros — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de maio de 1943....	123
5.439 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 30 de abril de 1943 — Revoga o § 3.º do art. 52 do decreto-lei n. 3.070, de 20 de fevereiro de 1941 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de maio de 1943.....	123
5.440 — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de abril de 1943 — Transfere gratuitamente à Fundação Darcy Vargas o domínio útil de terrenos acrescidos de marinha, situados na Capital Federal, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de maio de 1943.....	123
5.441 — FAZENDA — AGRICULTURA — Decreto-lei de 30 de abril de 1943 — Transfere gratuitamente à Fundação Darcy Vargas, para a instalação da Cidade das Meninas, o domínio pleno de terras, que menciona, situadas no Município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de maio de 1943.....	124
5.442 — TRABALHO — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 30 de abril de 1943 — Dispõe sobre o registro de professores no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de maio de 1943.....	125
5.443 — TRABALHO — Decreto-lei de 30 de abril de 1943 — Modifica a estrutura administrativa do Serviço de Alimentação da Previdência Social — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de maio de 1943.....	126
5.444 — GUERRA — Decreto-lei de 30 de abril de 1943 — Dispõe sobre promoção de Aspirantes Intendentes do Exército — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de maio de 1943.....	127
5.445 — GUERRA — Decreto-lei de 30 de abril de 1943 — Cria o 1.º Grupamento de Artilharia de Costa da 2.ª Região Militar — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de maio de 1943.....	127
5.446 — MARINHA — Decreto-lei de 30 de abril de 1943 — Cria a 4.ª Companhia Regional no Corpo de Fuzileiros Navais — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de maio de 1943.....	128
5.447 — AGRICULTURA — TRABALHO — Decreto-lei de 30 de abril de 1943 — Dispõe sobre o emprego, nas fábricas de fiação e tecidos, da fécula ou amido de mandioca — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de maio de 1943.....	128

Pág.

5.448 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de abril de 1943 — Cria uma taxa especial para os requerimentos de retificação de nacionalidade em carteiras de identidade para estrangeiros — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de maio de 1943.....	129
5.449 — TRABALHO — Decreto-lei de 30 de abril de 1943 — Prorroga o mandato dos atuais membros da Justiça do Trabalho, até a posse dos novos designados — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de maio de 1943.....	130
5.450 — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de abril de 1943 — Altera, sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Fazenda — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de maio de 1943.....	130
5.451 — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 30 de abril de 1943 — Modifica o decreto-lei n. 4.812, de 8 de outubro de 1942 e o decreto-lei n. 5.275, de 24 de fevereiro de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de maio de 1943.....	131
5.452 — TRABALHO — Decreto-lei de 1 de maio de 1943 — Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho — for Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de maio de 1943. <i>Ainda não publicado</i>	132
5.453 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de maio de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 340.995,10 para cobertura do déficit verificado no exercício de 1942 na exploração dos serviços da "Companhia Italiana dei Cavi Telegrafici Sottomarini" — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de maio de 1943.....	133
5.454 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de maio de 1943 — Altera o enunciado da dotação que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de maio de 1943.....	133
5.455 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 3 de maio de 1943 — Modifica o decreto-lei n. 986, de 27 de dezembro de 1938, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de maio de 1943.....	135
5.456 — FAZENDA — GUERRA — Decreto-lei de 3 de maio de 1943 — Concede a Olímpia dos Santos uma pensão em virtude do acidente fatal sofrido por seu filho, soldado do Exército, José dos Santos — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de maio de 1943.....	135
5.457 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 3 de maio de 1943 — Conta antiguidade de posto — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de maio de 1943.....	136
5.458 — EXTERIOR — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 5 de maio de 1943 — Declara inexistente a dívida de guerra do Paraguai para com o Brasil — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de maio de 1943.....	136

	Pág.
5.459 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de maio de 1943 — Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 670.000,00 para as despesas relacionadas com a instalação, no exterior, de novos escritórios de propaganda e expansão comercial do Brasil — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de maio de 1943....	137
5.460 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de maio de 1943 — Organiza a Administração do Pôrto de Laguna e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de maio de 1943.....	137
5.461 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de maio de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 para pagamento da segunda prestação de ações da Companhia Vale do Rio Doce S.A. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de maio de 1943.....	140
5.462 — FAZENDA — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 10.181.480,00 para atender a despesas de desapropriação — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de maio de 1943.....	140
5.463 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de maio de 1943 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 1.148,30 para pagamento de gratificação de magistério — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de maio de 1943.....	141
5.464 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 7 de maio de 1943 — Modifica o art. 135 do Código Nacional de Trânsito — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de maio de 1943.....	141
5.465 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 7 de maio de 1943 — Cria cargos no Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de maio de 1943.....	142
5.466 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 7 de maio de 1943 — Dispõe sobre a aplicação de crédito especial aberto ao Ministério das Relações Exteriores pelo decreto-lei n. 5.231, de 5 de fevereiro de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de maio de 1943.....	142
5.467 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 7 de maio de 1943 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 26.500,00 para pagamento de contribuição ao Instituto Internacional Americano de Proteção à Infância — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de maio de 1943.....	143
5.468 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 7 de maio de 1943 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 57.125,00 para classificação de despesa — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de maio de 1943.....	143
5.469 — FAZENDA — Decreto-lei de 7 de maio de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 749.526,00 para obras de reforma no edifício da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de maio de 1943	143

5.470 — FAZENDA — Decreto-lei de 7 de maio de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 286.607,80 para obras de reparo e conservação no edifício da Alfândega da cidade do Rio Grande — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de maio de 1943.....	144
5.471 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de maio de 1943 — Autoriza a incorporação da Estrada de Ferro Jacui à Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de maio de 1943.....	144
5.472 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 11 de maio de 1943 — Altera a redação do art. 102, do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de maio de 1943.....	145
5.473 — TRABALHO — Decreto-lei de 11 de maio de 1943 — Institue o salário adicional para a indústria e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de maio de 1943 — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de junho de 1943.....	145
5.474 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 11 de maio de 1943 — Dispõe sobre as atribuições dos porteiros de auditórios no Distrito Federal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de maio de 1943.....	147
5.475 — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de maio de 1943 — Regula a colocação das Obrigações de Guerra, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de maio de 1943.....	147
5.476 — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de maio de 1943 — Aprova o acôrdo firmado entre a Comissão de Contrôlo dos Acordos de Washington e o Govêrno do Estado de Mato Grosso, o Banco de Crédito da Borracha S.A. e a Rubber Development Corporation — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de maio de 1943.....	148
5.477 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de maio de 1943 — Transfere para o Serviço de Proteção aos Índios dotação orçamentária que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14 de maio de 1943.....	151
5.478 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 12 de maio de 1943 — Modifica o art. 20 e seus parágrafos, do Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, baixado com o decreto n. 24.114, de 12 de abril de 1934 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14 de maio de 1943.....	152
5.479 — GUERRA — MARINHA — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de maio de 1943 — Isenta de custas, taxas e emolumentos as certidões e justificações para habilitação dos herdeiros de praças à pensão instituída pelos decretos-leis ns. 4.819, de 8 de outubro de 1942, e 4.839, de 16 de outubro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14 de maio de 1943.....	152

	Pág.
5.480 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 13 de maio de 1943 — Institue o curso de jornalismo no sistema de ensino superior do país, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de maio de 1943.....	153
5.481 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 13 de maio de 1943 — Regula o pagamento do consumo d'água de exercício em atraso, dos prédios situados na vila proletária Marechal Hermes, de propriedade do Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de maio de 1943.....	153
5.482 — TRABALHO — Decreto-lei de 13 de maio de 1943 — Altera a carreira de Inspetor de Imigração do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de maio de 1943.....	154
5.483 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 14 de maio de 1943 — Revoga o decreto-lei n. 5.472, de 11 de maio de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14 de maio de 1943.....	156
5.484 — GUERRA — Decreto-lei de 14 de maio de 1943 — Dispõe sobre promoções de oficiais do Exército — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de maio de 1943.....	156
5.485 — GUERRA — Decreto-lei de 14 de maio de 1943 — Dispõe sobre promoção dos oficiais da Reserva de 2. ^a classe convocados para o serviço ativo a partir de 1 de janeiro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de maio de 1943....	156
5.486 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 14 de maio de 1943 — Faculta a revenda do trigo nacional adquirido na forma do decreto-lei n. 4.953, de 13-11-942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de maio de 1943.....	159
5.487 — TRABALHO — Decreto-lei de 14 de maio de 1943 — Prorroga o mandato dos atuais membros do Conselho Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de maio de 1943.....	160
5.488 — GUERRA — Decreto-lei de 17 de maio de 1943 — Extingue a ala moto-mecanizada do 7. ^o Regimento de Cavalaria Divisionário, com sede em Recife — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de maio de 1943.....	160
5.489 — GUERRA — Decreto-lei de 17 de maio de 1943 — Extingue o 2. ^o Regimento Auto-Metralhadoras de Divisão de Cavalaria, com sede em Uruguaiana — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de maio de 1943.....	161
5.490 — GUERRA — Decreto-lei de 17 de maio de 1943 — Extingue o 3. ^o Regimento Auto-Metralhadoras de Divisão de Cavalaria, com sede em Bagé — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de maio de 1943.....	161
5.491 — GUERRA — Decreto-lei de 17 de maio de 1943 — Cria o 7. ^o Grupo Moto-Mecanizado de Reconhecimento, com sede em Recife — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de maio de 1943.....	161

	Pág.
5.492 — GUERRA — Decreto-lei de 17 de maio de 1943 — Cria o 2.º Regimento Moto-Mecanizado, com sede em Uru-guaiana — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de maio de 1943.....	162
5.493 — GUERRA — Decreto-lei de 17 de maio de 1943 — Cria o 3.º Regimento Moto-Mecanizado, com sede em Bagé — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de maio de 1943...	162
5.494 — GUERRA — Decreto-lei de 17 de maio de 1943 — Extingue a 1.ª Companhia de Engenhos, da 1.ª Divisão de Infantaria — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de maio de 1943.....	162
5.495 — GUERRA — Decreto-lei de 17 de maio de 1943 — Extingue a 14.ª Companhia de Engenhos da 14.ª Divisão de Infantaria — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de maio de 1943.....	163
5.496 — GUERRA — Decreto-lei de 17 de maio de 1943 — Extingue a 7.ª Companhia de Engenhos, da 7.ª Divisão de Infantaria — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de maio de 1943.....	163
5.497 — GUERRA — Decreto-lei de 17 de maio de 1943 — Cria o 1.º Batalhão de Engenhos, com sede na Capital Federal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de maio de 1943..	163
5.498 — GUERRA — Decreto-lei de 17 de maio de 1943 — Cria o 7.º Batalhão de Engenhos, com sede em Recife — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de maio de 1943.....	164
5.499 — GUERRA — Decreto-lei de 17 de maio de 1943 — Cria o 14.º Batalhão de Engenhos, com sede em Natal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de maio de 1943.....	164
5.500 — GUERRA — Decreto-lei de 17 de maio de 1943 — Cria o Esquadrão de Trem Motorizado do 3.º Corpo de Trem Misto — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de maio de 1943	164
5.501 — VIAÇÃO — TRABALHO — Decreto-lei de 18 de maio de 1943 — Autoriza a Rêde de Viação Cearense a averbar consignações em fôlha de pagamento de seus servidores em favor de sociedades cooperativas de consumo — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de maio de 1943.....	165
5.502 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de maio de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 515.000,00 para atender a despesas com o contrato de técnicos norte-americanos — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de maio de 1943.....	166
5.503 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de maio de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 8.834,00 para pagamento de gratificação adicional — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de maio de 1943.....	166
5.504 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de maio de 1943 — Cria a Corregedoria da Polícia Civil do Distrito Federal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de maio de 1943.....	167

	Pág.
5.505 — FAZENDA — TRABALHO — Decreto-lei de 20 de maio de 1943 — Estabelece a forma de desconto das importâncias para subscrição compulsória das "Obrigações de Guerra", pelos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de maio de 1943.....	167
5.506 — FAZENDA — Decretos-lei de 20 de maio de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 532.400,00, para atender às despesas com o funcionamento da Comissão de Defesa Econômica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de maio de 1943.....	170
5.507 — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de maio de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 10.000,00, à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de maio de 1943.....	172
5.508 — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de maio de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 4.000,00 para despesas a cargo da Alfândega de Pelotas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de maio de 1943.....	172
5.509 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de maio de 1943 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 46.100,00, para pagamento da vantagem que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de maio de 1943.....	173
5.510 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de maio de 1943 — Cria funções gratificadas de Diretor de Aprendizado Agrícola no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de maio de 1943.....	173
5.511 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 21 de maio de 1943 — Altera e retifica disposições sobre a administração dos Estados e dos municípios — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de maio de 1943.....	174
5.512 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de maio de 1943 — Dispõe sobre a aposentadoria de Valdir Santana — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de maio de 1943.....	179
5.513 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de maio de 1943 — Autoriza o Estado da Baía a contratar, através do Instituto de Cacau da Baía, operações de crédito com o Banco do Brasil S. A. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de maio de 1943.....	180
5.514 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de maio de 1943 — Aprova o "Acôrdio Financeiro" firmado com o Export-Import Bank of Washington, de que trata o decreto-lei n. 4.824, de 12 de outubro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de maio de 1943.....	180
5.515 — GUERRA — Decreto-lei de 24 de maio de 1942 — Estende aos oficiais e praças do Pelotão Independente de Fronteira de Cucuí a vantagem prevista nos arts. 134 e 140 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de maio de 1943.....	190

	Pág.
5.516 — TRABALHO — Decreto-lei de 24 de maio de 1943 — Estabelece, durante o estado de guerra, a obrigatoriedade do registro e a fiscalização das atividades e da organização de entidades objetivando assistência, orientação ou propaganda entre os trabalhadores e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de maio de 1943....	190
5.517 — AERONÁUTICA — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de maio de 1943 — Cria funções gratificadas no Ministério da Aeronáutica e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de maio de 1943.....	191
5.518 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 25 de maio de 1943 — Prorroga o prazo previsto no art. 3.º do decreto-lei número 5.219, de 22 de janeiro de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de maio de 1943.....	192
5.519 — GUERRA — Decreto-lei de 25 de maio de 1943 — Cria o 8.º Grupo Móvel de Artilharia de Costa, com sede na Capital Federal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de maio de 1943.....	192
5.520 — TRABALHO — Decreto-lei de 25 de maio de 1943 — Dispõe sobre a concessão de diárias e pagamento de transporte aos membros dos Conselho das Delegacias do Trabalho Marítimo — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de maio de 1943.....	193
5.521 — MARINHA — Decreto-lei de 27 de maio de 1943 — Extingue o Quadro M do Corpo de Oficiais da Armada, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> — de 29 de maio de 1943.....	193
5.522 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 27 de maio de 1943 — Concede vantagem de quota adicional aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29 de maio de 1943.....	194
5.523 — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de maio de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 18.390.937,00, para pagamento de notas de papel-moeda — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de maio de 1934.....	194
5.524 — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de maio de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 24.415,60 para a construção de um muro — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de maio de 1943.....	195
5.525 — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de maio de 1943 — Cria uma coletoria federal no Município de Pontal, no Estado de São Paulo, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de maio de 1943.....	196
5.526 — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de maio de 1943 — Cria uma coletoria federal no município de Pirapetinga, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de maio de 1943.....	196

5.527 — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 28 de maio de 1943 — Dispõe sobre o vencimento, remuneração e salário do pessoal que indica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de maio de 1943.....	197
5.528 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de maio de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 60.000,00, para as despesas decorrentes da reunião de delegados dos Tribunais de Apelação do País — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de maio de 1943.....	198
5.529 — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de maio de 1943 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 45.200,00 para atender a despesa com pessoal extranumerário na Comissão Central de Requisições — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de maio de 1943.....	198
5.530 — AGRICULTURA — TRABALHO — MARINHA — Decreto-lei de 28 de maio de 1943 — Dá nova redação ao decreto-lei n. 5.030, de 4 de dezembro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de maio de 1943.....	198
5.531 — AGRICULTURA — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de maio de 1943 — Dá nova redação ao decreto-lei n. 5.031 de 4 de dezembro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de maio de 1943.	200
5.532 — FAZENDA — AGRICULTURA — JUSTIÇA — TRABALHO — Decreto-lei de 28 de maio de 1943 — Dá nova redação ao decreto-lei n. 5.032, de 4 de dezembro de 1943.....	202
5.533 — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de maio de 1943 — Cria uma coletoria federal no Município de Itamonte, do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 31 de maio de 1943.....	204
5.534 — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de maio de 1943 — Cria função gratificada no Ministério da Fazenda e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de junho de 1943.....	204
5.535 — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de maio de 1943 — Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de junho de 1943.....	205
5.536 — EXTERIOR — VIAÇÃO — Decreto-lei de 1 de junho de 1943 — Aprova o Acôrdo Telegráfico entre o Brasil e Portugal, firmado no Rio de Janeiro, a 30 de abril de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de junho de 1943....	205
5.537 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 1 de junho de 1943 — Altera disposições do decreto-lei n. 3.333, de 6 de junho de 1941, do decreto-lei n. 4.296, de 13 de maio de 1942, do decreto-lei n. 4.645, de 2 de setembro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de junho de 1943.....	207

Pág.

5.538 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de junho de 1943 — Autoriza a revisão da taxa anual por prédio esgotado por "The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited", no Distrito Federal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de junho de 1943.....	208
5.539 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 2 de junho de 1943 — Regulamenta o Quadro de Oficiais Mecânicos, criado pelo decreto-lei n. 3.810, de 10 de novembro de 1941 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de junho de 1943.....	209
5.540 — AGRICULTURA — EXTERIOR — Decreto-lei de 2 de junho de 1943 — Considera "Dia do Índio" a data de 19 de abril — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de junho de 1943.....	211
5.541 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 3 de junho de 1943 — Altera a redação do art. 2.º do decreto-lei n. 5.239, de 10 de fevereiro de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de junho de 1943.....	211
5.542 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de junho de 1943 — Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.480.500,00 para atender às despesas com obras e instalações no Instituto Nacional de Óleos — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de junho de 1943.....	211
5.543 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 64.648,60, para pagamento de serviços prestados à Companhia Ferroviária Este Brasileiro — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de junho de 1943.....	212
5.544 — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de junho de 1943 — Dispõe sobre a permuta, com o Estado de Mato Grosso, de próprio nacional por área de terreno, que menciona, situados na cidade de Cuiabá, capital do mesmo Estado, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de junho de 1943.....	212
5.545 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 4 de junho de 1943 — Estabelece as medidas destinadas à regularização da vida escolar de alunos que freqüentam ou hajam freqüentado curso superior não reconhecido e bem assim de diplomados por curso superior igualmente não reconhecido — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de junho de 1943.....	213
5.546 — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de junho de 1943 — Estende ao Estado da Baía as medidas de fiscalização sobre mercadorias em trânsito por estradas de rodagem, na forma estabelecida no decreto n. 19.827, de 2 de abril de 1931 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de junho de 1943.....	215
5.547 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 3.107,10, para pagamento de vencimentos — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de junho de 1943.....	215

	Pág.
5.548 — GUERRA — MARINHA — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 4 de junho de 1943 — Considera computável, para todos os efeitos, o tempo de desempenho de determinadas funções exercidas por oficiais agregados em Estradas de Ferro arrendadas aos Estados — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de junho de 1943.....	216
5.549 — GUERRA — Decreto-lei de 4 de junho de 1943 — Dispõe sobre o Comando do Destacamento Misto de Guarnição com sede em Fernando de Noronha — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de junho de 1943.....	216
5.550 — GUERRA — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 4 de junho de 1943 — Dispõe sobre matrícula nas Escolas de Ensino Superior dos alunos que terminaram o curso das Escolas Preparatórias — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de junho de 1943 — Ret. no <i>Diário Oficial</i> de 19 de junho de 1943.....	216
5.551 — FAZENDA — Decreto-lei de 7 de junho de 1943 — Concede isenção de impostos e taxas aos postos de gasolina autorizados a comprar qualquer espécie ou quantidade de borracha, no período compreendido entre 1 e 15 do mês de julho de 1943, denominado “Mês Nacional da Borracha” — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de junho de 1943 — Ref. no <i>Diário Oficial</i> de 10 de junho de 1943.....	217
5.552 — FAZENDA — Decreto-lei de 7 de junho de 1943 — Autoriza nova prorrogação do contrato de exploração do serviço da loteria federal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de junho de 1943.....	217
5.553 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 7 de junho de 1943 — Cria na Comissão de Marinha Mercante subcomissões e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de junho de 1943.....	218
5.554 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 7 de junho de 1943 — Autoriza doação de terras ao município de Júlio de Castilhos — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de junho de 1943.....	218
5.555 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 8 de junho de 1943 — Equipara as empresas de mineração de fosfatos naturais às de que trata o decreto-lei n. 3.553, de 25 de agosto de 1941, que dá nova redação ao art. 76, do Código de Minas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de junho de 1943.....	219
5.556 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 45.000,00 para despesas com os funcionários da Polícia Civil do Distrito Federal, designados para prestar serviços no estrangeiro — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de junho de 1943.....	219
5.557 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de junho de 1943 — Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a construir uma estrada de rodagem de Anápolis a São José do Tocantins e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de junho de 1943.....	220
5.558 — MARINHA — Decreto-lei de 8 de junho de 1943 — Cria o Serviço de Documentação da Marinha — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de junho de 1943.....	220

5.559 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 8 de junho de 1943 — Estende ao Serviço Especial de Saúde Pública o regime estabelecido pelo decreto-lei n. 3.672, de 1 de outubro de 1941 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de junho de 1943	221
5.560 — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 para a Coordenação da Mobilização Econômica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de junho de 1943	221
5.561 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de junho de 1943 — Prorroga o mandato da Comissão Censitária Nacional — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11 de junho de 1943	223
5.562 — FAZENDA — AGRICULTURA — Decreto-lei de 9 de junho de 1942 — Dispõe sobre a aplicação dos créditos orçamentários e adicionais destinados às Colônias Agrícolas Nacionais e Núcleos Coloniais — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11 de junho de 1943	223
5.563 — FAZENDA — VIAÇÃO — Decreto-lei de 9 de junho de 1943 — Modifica a tabela de despachos de mercadorias para transporte por navegação de cabotagem — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11 de junho de 1943	224
5.564 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 27.022,00, para pagamento de honorários e custas de Juizes de Casamento — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11 de junho de 1943	225
5.565 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 150.000,00, à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de junho de 1943	225
5.566 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de junho de 1943 — Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria o crédito suplementar de Cr\$ 80.000,00, à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de junho de 1943	226
5.567 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 22.500,00, à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de junho de 1943	226
5.568 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de junho de 1943 — Concede isenção de impostos e taxas ao Serviço Especial de Saúde Pública — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de junho de 1943	227
5.569 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de junho de 1943 — Isenta de emolumentos consulares, as embarcações brasileiras empregadas no transporte de mercadorias pelo rio Uruguai — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de junho de 1943	227

	Pág.
5.570 — FAZENDA — TRABALHO — VIAÇÃO — Decreto-lei de 10 de junho de 1943 — Dispõe sobre a coordenação dos orçamentos e balanços das entidades autárquicas federais — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de junho de 1943 — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 14 e 15 de junho de 1943	228
5.571 — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 836.210,00 à dotação que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de junho de 1943	229
5.572 — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 80.000,00, à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de junho de 1943	230
5.573 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 14 de junho de 1943 — Dispõe sobre o pronunciamento do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de junho de 1943	230
5.574 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 14 de junho de 1943 — Altera o efetivo a que se refere o art. 2.º do decreto-lei n. 4.754, de 29 de setembro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de junho de 1943	231
5.575 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de junho de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.292,00 para pagamento de gratificação adicional — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de junho de 1943	231
5.576 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de junho de 1943 — Assegura direito a emprego aos ex-empregados dos bancos cuja liquidação foi determinada pelo decreto-lei n. 4.612, de 24-8-42, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de junho de 1943	232
5.577 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 15 de junho de 1943 — Funda as carreiras de Médico Psiquiatra dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de junho de 1943	234
5.578 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de junho de 1943 — Concede pensão especial a Isabel Robini Lana — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de junho de 1943	236
5.579 — FAZENDA — VIAÇÃO — Decreto-lei de 15 de junho de 1943 — Concede pensão especial a Hermina Alves Silva — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de junho de 1943	236
5.580 — EXTERIOR — VIAÇÃO — Decreto-lei de 16 de junho de 1943 — Aprova o Acôrdio Sulamericano de Radiocomunicações, firmado em Buenos Aires em 1935, revisto no Rio de Janeiro em 1937 e em Santiago do Chile a 17 de janeiro de 1940 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de junho de 1943	237

5.581 — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de junho de 1943 — Dispõe sobre o financiamento dos algodões da safra de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de junho de 1943	237
5.582 — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de junho de 1943 — Institue uma "Cota Especial" sobre algodão — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de junho de 1943	237
5.583 — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de junho de 1943 — Modifica a seriação de rubricas do vigente Orçamento Geral da República — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de junho de 1943	238
5.584 — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 17 de junho de 1943 — Prorroga o prazo para a apresentação de relatórios relativos à execução do "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional" no exercício de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de junho de 1943	240
5.585 — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de cruzeiros 635.354,80 para regularização de juros de depósitos da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de junho de 1943	241
5.586 — MARINHA — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Marinha o crédito especial de Cr\$ 9.000.000,00 para pagamento do vapor "Itassucê" — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de junho de 1943	241
5.587 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para serviços de dragagem e estudos do rio Jacuí — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de junho de 1943	241
5.588 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para pagamento de subvenção à Comissão Executiva da Pesca, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de junho de 1943	242
5.589 — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de junho de 1943 — Transfere gratuitamente à Paróquia de Nossa Senhora de Bonsucesso, da Arquidiocese do Rio de Janeiro, a propriedade plena do imóvel que menciona, situado na Capital Federal, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de junho de 1943	244
5.590 — GUERRA — Decreto-lei de 18 de junho de 1943 — Transfere, de Fernando de Noronha para Vitória — Estado do Espírito Santo, a sede do 1.º Grupo Independente de Artilharia — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de junho de 1943	245

	Pág.
5.591 — GUERRA — Decreto-lei de 18 de junho de 1943 — Transfere de Fernando de Noronha para Campina Grande, Estado da Paraíba do Norte, a sede do 31.º Batalhão de Caçadores — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de junho de 1943	245
5.592 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — EXTERIOR — Decreto-lei de 18 de junho de 1943 — Aprova o contrato sobre o saneamento do Vale do Rio Doce e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de junho de 1943	246
5.593 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de junho de 1943 — Cria cargo de Promotor Público e função gratificada de Sub-Procurador no Quadro da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de junho de 1943 — Republicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de junho de 1943	246
5.594 — GUERRA — Decreto-lei de 18 de junho de 1943 — Aumenta o Quadro de Estado-Maior General do Exército de dois Generais de Divisão — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de junho de 1943	247
5.595 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de junho de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 906,40 para pagamento de gratificação de magistério — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de junho de 1943	248
5.596 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de junho de 1943 — Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito de Cr\$ 11.000,00 para despesa a cargo da Estrada de Ferro Maricá — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de junho de 1943	248
5.597 — AERONÁUTICA — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de junho de 1943 — Torna extensivas aos militares da Aeronáutica as vantagens de que tratam os decretos-leis ns. 4.819, de 8 de outubro de 1942 e 5.479, de 12 de maio de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de junho de 1943	249
5.598 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de junho de 1943 — Modifica o decreto-lei n. 5.317, de 11 de março de 1943, na parte referente ao imposto sobre calçados — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de junho de 1943	249
5.599 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de junho de 1943 — Cria uma Contadoria Seccional junto ao Departamento de Imprensa e Propaganda e uma função gratificada no Quadro Permanente (Q. P.) do Ministério da Fazenda — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de junho de 1943	250
5.600 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de junho de 1943 — Altera dispositivos do decreto-lei n. 4.178, de 13 de março de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de julho de 1943	250

5.601 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cruzeiros 2.000.000,00, para despesas com a propaganda das "Obrigações de Guerra" — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de junho de 1943	251
5.602 — FAZENDA — VIAÇÃO — Decreto-lei de 21 de junho de 1943 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 22.261.700,00 e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de junho de 1943 ...	252
5.603 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de junho de 1943 — Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de junho de 1943	252
5.604 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de junho de 1943 — Abre crédito suplementar ao Conselho Federal de Comércio Exterior — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de junho de 1943	253
5.605 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de junho de 1943 — Altera, sem aumento de despesa, o Anexo 3 do Orçamento Geral da República — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de junho de 1943	253
5.606 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de junho de 1943 — Dispõe sobre o serviço do Registro Civil das Pessoas Naturais e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de junho de 1943	
5.607 — VIAÇÃO — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de junho de 1943 — Dispõe sobre a organização de Serviços de Ensino e Orientação Profissional nas Estradas de Ferro Administradas pela União, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de junho de 1943	257
5.608 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de junho de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 9.600,00 para pagamento de gratificação de magistério — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de junho de 1943	258
5.609 — EXTERIOR — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 22 de junho de 1943 — Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e o Chile, firmado em Santiago do Chile, a 18 de novembro de 1941 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de junho de 1943	258
5.610 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de junho de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.653,30, para pagamento de gratificação de magistério — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de junho de 1943	261
5.611 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 27.340.000,00, para ligações ferroviárias — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de junho de 1943	261

	Pág.
5.612 — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 24 de junho de 1943 — Altera disposições do decreto-lei n. 4.902, de 31 de outubro de 1942, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de junho de 1943	262
5.613 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de junho de 1943 — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr\$ 20.000,00 à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de junho de 1943	264
5.614 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de junho de 1943 — Dispõe sobre as taxas de água e esgotos no Distrito Federal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de junho de 1943	265
5.615 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para atender a despesas do Serviço Federal de Águas e Esgotos — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de junho de 1943	265
5.616 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 22.950,00, para pagamento ao Instituto da Imaculada, desta Capital — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de junho de 1943	266
5.617 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 75.000,00, para pagamento de subvenção — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de junho de 1943	266
5.618 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de junho de 1943 — Dilata o prazo de que trata o art. 1.º do decreto-lei número 3.182, de 9 de abril de 1941, para o Bank of London and South America, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de junho de 1943	267
5.619 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de junho de 1943 — Prorroga o prazo de que trata o art. 2.º, § 2.º, do decreto-lei n. 4.841, de 17 de outubro de 1942, para o registro de seringalistas e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de junho de 1943	267
5.620 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cruzeiros 51.300,00, à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de junho de 1943	268
5.621 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de junho de 1943 — Altera as carreiras de Guarda-livros e Contador, do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de junho de 1943	268

5.622 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de 310.000 cruzeiros, para despesas com o Serviço de Reembolso Postal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de junho de 1943	270
5.623 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de junho de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 250.000,00, à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de junho de 1943	270
5.624 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de junho de 1943 — Cria função gratificada no Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de junho de 1943	271
5.625 — GUERRA — Decreto-lei de 28 de junho de 1943 — Dispõe sobre as promoções dos oficiais no Exército — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30 de junho de 1943	272
5.626 — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de junho de 1943 — Suspende, pelo prazo de seis (6) meses, a cobrança dos direitos e taxas que recaem sobre o sal estrangeiro — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30 de junho de 1943	289
5.627 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de junho de 1943 — Cria funções gratificadas no Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências	290
5.628 — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 29 de junho de 1943 — Dispõe sobre o aproveitamento dos Radioamadores como reserva das Forças Armadas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de julho de 1943	291
5.629 — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 29 de junho de 1943 — Dispõe sobre a arrecadação e venda de salvados constituídos por borracha e seus artefatos, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de julho de 1943	295
5.630 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de junho de 1943 — Transforma a Diretora da Justiça e do Interior, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em Departamento do Interior e da Justiça e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de julho de 1943 ..	296
5.631 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de junho de 1943 — Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000,00 para atender às despesas com a comemoração do 1.º centenário do selo postal brasileiro — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de julho de 1943	297
5.632 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 29 de junho de 1943 — Substitue o item II do art. 2.º do decreto-lei n. 5.223, de 25 de janeiro de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de julho de 1943	297

5.633 — GUERRA — Decreto-lei de 30 de junho de 1943 — Altera dispositivo do decreto-lei n. 5.164, de 31 de dezembro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de julho de 1943	218
5.634 — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de junho de 1943 — Dispõe sobre a remuneração dos despachantes aduaneiros — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de julho de 1934	298
5.635 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 30 de junho de 1943 — Dispõe sobre a não realização, em 1943, da sexta sessão ordinária dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de julho de 1934 ..	299
5.636 — Decreto-lei de 30 de junho de 1943 — Cria o Centro de Instrução Especializada, com sede na Capital Federal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de julho de 1934	299

ÍNDICE DO APENSO

4.657 — Decreto-lei de 4 de setembro de 1942 — Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de setembro de 1942. Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de outubro de 1942 e 17 de junho de 1943 ...	303
5.322 — GUERRA — Decreto-lei de 15 de março de 1943 — Dispõe sobre carreiras do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de março de 1943 — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 9 de abril de 1943	304

Figuram neste volume os decretos-leis que, expedidos no segundo trimestre de 1943, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas da publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1943

DECRETO-LEI N. 5.366 — DE 1 DE ABRIL DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 9.500.000,00 para ocorrer a despesas de obras e outras

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de nove milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 9.500.000,00), destinado ao custeio das despesas finais de construção e instalação do edifício-sede do mesmo Ministério, sendo: três milhões de cruzeiros (Cr\$ 3.000.000,00) para ocorrer às despesas (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) de conclusão das obras do edifício e seis milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 6.500.000,00) para atender às despesas (Material) necessárias à instalação das repartições e serviços que vão passar a funcionar no referido edifício.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será distribuído ao Tesouro Nacional à disposição do Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda que autorizará os pagamentos ou adiantamentos necessários.

Art. 2.º O presente decreto-lei entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS..

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.367 — DE 1 DE ABRIL DE 1943

Cria o 3.º Batalhão de Engenharia com sede em Porto Alegre

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É criado, para instalação imediata, com sede em Porto Alegre, o 3.º Batalhão de Engenharia, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.368 — DE 1 DE ABRIL DE 1943

Extingue a faculdade de cobrança de impostos interestaduais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extinta a faculdade concedida aos Estados pelo decreto-lei n. 379, de 18 de abril de 1938, para cobrança de impostos interestaduais de exportação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 1944, ficando prorrogado até essa data o prazo estabelecido no decreto-lei n. 4.994, de 26 de novembro de 1942, e vedada, nos orçamentos estaduais para o exercício de 1944 e seguintes, a inclusão de qualquer rubrica relativa ao imposto acima mencionado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.369 — DE 1 DE ABRIL DE 1943

Altera, enquanto durar o estado de beligerância, a cobrança da taxa de armazenagem interna, nos portos do país

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando a urgente necessidade de descongestionar os armazéns alfandegados de alguns portos do país, decreta:

Art. 1.º Ficam as Administrações dos Portos Organizados e as Alfândegas e Mesas de Renda dos portos não organizados autorizadas quando for conveniente ao descongestionamento dos armazéns e depósitos alfandegados, a juízo do Ministério competente, a suspender a aplicação do disposto no parágrafo único do art. 4.º do decreto n. 24.324, de 1 de junho de 1934.

Art. 2.º Expirado o prazo de isenção de armazenagem, previsto no art. 2.º do decreto n. 24.324, de 1 de junho de 1934, será cobrada a taxa de 1% em cada período de seis dias uteis de permanência das mercadorias nos armazens e depósitos.

Art. 3.º Ficam as Administrações dos Portos organizados autorizadas a reduzir de 30 para 6 dias, com prévia anuência do Ministério da Viação e Obras Públicas, o período de tempo sobre que se aplicará a taxa da tabela D, incidente sobre mercadorias provenientes de navios arribados ou sobre mercadorias que sofreram avaria grossa. Essa redução de prazo só poderá ter lugar quando as mercadorias se encontrarem desembaraçadas para entrega aos respectivos consignatários.

Art. 4.º A aplicação das medidas previstas nos artigos 2.º e 3.º obedecerá às normas gerais estabelecidas no decreto n. 24.324, de 1 de junho de 1934.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.370 — DE 2 DE ABRIL DE 1943

Cria o 13.º Grupo Movel de Artilharia de Costa, na 1.ª Região Militar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. E' criado, para instalação imediata, com sede em Niterói, o 13.º Grupo Movel de Artilharia de Costa, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.371 — DE 2 DE ABRIL DE 1943

Cria o Estabelecimento de Subsistência da 10.ª Região Militar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. E' criado, para instalação imediata, com sede em Fortaleza, Estado do Ceará, o Estabelecimento de Subsistência da 10.ª Região Militar, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.372 — DE 2 DE ABRIL DE 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de 250.000 cruzeiros para pagamento de auxílio especial e de indenizações

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de duzentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 250.000,00), para atender, neste exercício, ao pagamento (Serviços e Encargos) do auxílio especial e das indenizações que forem concedidas na forma do decreto-lei n. 3.291, de 21 de maio de 1941.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.373 — DE 2 DE ABRIL DE 1943

Autoriza operações de crédito entre o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil, para liquidação das contas do exercício de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a contratar com o Banco do Brasil, em favor do Tesouro Nacional, a abertura de um crédito, pelo prazo de três (3) anos, até o máximo de um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 1.800.000.000,00), para liquidação das contas de movimento do exercício de 1942.

Art. 2.º A utilização desse crédito far-se-á por meio de promissórias do Tesouro, resgatáveis de seis (6) em seis (6) meses.

Art. 3.º As promissórias serão descontadas pelo Banco do Brasil à taxa máxima de seis por cento (6 %), ficando assegurado ao mesmo Banco o direito de agenciar nos mercados internos operações de crédito destinadas ao resgate parcial ou total da dívida do Tesouro, decorrente da execução deste decreto-lei.

Parágrafo único. As condições de tais operações serão previamente ajustadas entre o Ministro da Fazenda e o presidente do mencionado Banco, por meio de correspondência que integrará o respectivo contrato.

Art. 4.º Em caso de antecipação parcial ou total da dívida, o Banco creditará ao Tesouro, relativamente ao período de antecipação do pagamento, os mesmos juros estipulados para os descontos.

Art. 5.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.374 — DE 5 DE ABRIL DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 para prosseguimento e conclusão das obras da variante São João, na Rede Viação Paraná-Santa Catarina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Pública o crédito especial de vinte milhões de cruzeiros (Cr\$ 20.000.000,00), para atender às despesas (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) com o prosseguimento e conclusão da variante São João, na Rede Viação Paraná-Santa Catarina, cujos projetos e orçamentos foram aprovados pelos decretos números 5.821, de 15 de junho de 1940, 6.756, de 28 de janeiro de 1941 e 10.763, de 31 de outubro de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.375 — DE 5 DE ABRIL DE 1943

Modifica a composição e a tolerância na liga e no peso das moedas de 10, 20 e 50 centavos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e na conformidade do disposto no parágrafo único do art. 3.º do decreto-lei n. 4.791, de 5 de outubro de 1942, decreta:

Art. 1.º A partir da data da publicação do presente decreto-lei serão cunhadas em bronze de alumínio, com a composição de 90 % de cobre, 8 % de alumínio e 2 % de zinco, as moedas de dez (10), vinte (20) e cinquenta (50) centavos a que se refere o art. 3.º do decreto-lei n. 4.791, de 5 de outubro de 1942.

Parágrafo único. Em consequência do disposto neste artigo a tabela indicativa da composição, peso e tolerâncias das moedas de 10, 20 e 50 centavos, que acompanhou o citado decreto-lei n. 4.791, de 5 de outubro de 1942, fica substituída pela seguinte:

METAL	Valor em cruzeiros	Peso em gramas	Composição (milésimos)	Tolerância	
				No peso	Na composição
Bronze de alumínio {	0,50	5,00	900 Cu	0,250	20
	0,20	4,00	80 Al	0,100	10
	0,10	3,00	20 Zn	0,050	10

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.376 — DE 5 DE ABRIL DE 1943

Dispõe sobre serviço telegráfico externo das forças expedicionárias das Nações Unidas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica instituído, no tráfego do Departamento dos Correios e Telégrafos e no das empresas particulares de telégrafo exterior estabelecidas no país, o serviço telegráfico internacional denominado "Mensagens das Forças Expedicionárias" — "(Expeditionary Force Messages)", consistente de telegramas de texto fixo a serem trocados entre membros das forças expedicionárias das Nações Unidas e suas respectivas famílias.

Art. 2.º O serviço de que trata o artigo anterior fica sujeito ao pagamento da taxa fixa de fr. 0,30 (trinta centavos de franco ouro) por telegrama, quer no tráfego exclusivo das empresas, quer naquele feito com a coparticipação das linhas telegráficas federais.

Art. 3.º O serviço de "Mensagens das Forças Expedicionárias" terá caráter transitório e será executado segundo instruções que para esse efeito baixará o Departamento dos Correios e Telégrafos.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.377 — DE 5 DE ABRIL DE 1943

Eleva padrão de vencimento de cargo extinto no Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica elevado, de G para K, o padrão de vencimento de um (1) cargo de professor do Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2.º O ocupante do cargo de que trata o artigo anterior será lotado na Escola Nacional de Música.

Art. 3.º A Divisão do Pessoal, do Ministério da Educação e Saúde, apostilará o decreto de nomeação do ocupante do cargo a que se refere o art. 1.º deste decreto-lei.

Art. 4.º No atual exercício a despesa decorrente com o disposto neste decreto-lei correrá à conta do saldo existente na conta corrente do Quadro Permanente.

Art. 5.º O presente decreto-lei entrará em vigor em 1 de abril de 1943.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.378 — DE 5 DE ABRIL DE 1943

Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e a Colômbia, firmado no Rio de Janeiro, a 14 de outubro de 1941

O Presidente da República, nos termos do art. 180 da Constituição:

Resolve aprovar o Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e a Colômbia, firmado no Rio de Janeiro, a 14 de outubro de 1941.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

**Convênio de intercâmbio cultural
entre a República dos Estados
Unidos do Brasil e a República
da Colômbia.**

Os Governos da República dos Estados Unidos do Brasil e da República da Colômbia, animados do desejo de incrementar o intercâmbio cultural entre os dois países, procurando facilitar o contacto entre profissionais e estudantes brasileiros e colombianos, e tendo em vista os benefícios que advirão dessas medidas, resolveram celebrar um Convênio destinado a tais fins e, com este objetivo, nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil; e

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República da Colômbia, Sua Excelência o Senhor Doutor Luis López de Mesa, Ministro das Relações Exteriores da Colômbia;

Os quais, após terem exibido reciprocamente os seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

ARTIGO PRIMEIRO

Os Governos da República dos Estados Unidos do Brasil e da República da Colômbia favorecerão a fundação, no Rio de Janeiro e em Bogotá, de um organismo permanente destinado a orientar, de acordo com os Governos de ambos os países, o intercâmbio cultural e universitário entre Brasileiros e Colombianos e conceder facilidades aos intelectuais de reconhecida idoneidade que se interessarem por assuntos de caráter cultural do outro país.

**Convenio de intercambio cultural
entre la República de los Estados Unidos del Brasil y la República de Colombia.**

Los Gobiernos de la República de los Estados Unidos del Brasil y de la República de Colombia, con el deseo de desarrollar el intercambio cultural entre los dos países, de facilitar las relaciones entre profesionales y estudiantes brasileños y colombianos y habida consideración de los benéficos resultados que pueden tener esas medidas, han acordado celebrar un Convenio destinado a tal fin y con ese objeto han nombrado sus respectivos Plenipotenciarios, a saber:

El Excelentísimo Señor Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil, a Su Excelencia el Señor Doctor Oswaldo Aranha, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores del Brasil; y

El Excelentísimo Señor Presidente de la República de Colombia, a Su Excelencia el Señor Doctor Luis López de Mesa, Ministro de Relaciones Exteriores de Colombia;

Quienes, después de haberse comunicado recíprocamente sus Plenos Poderes y de hallarlos en buena y debida forma, convinieron lo siguiente:

ARTÍCULO PRIMERO

Los Gobiernos de la República de los Estados Unidos del Brasil y de la República de Colombia favorecerán la fundación, en Rio de Janeiro y en Bogotá, de un organismo permanente que tenga por objeto orientar, de acuerdo con los Gobiernos de ambos países, el intercambio cultural y universitario entre brasileños y colombianos y conceder facilidades a los intelectuales de reconocida idoneidad que se interesen en cada uno de los dos países por las cuestiones de índole cultural del otro.

ARTIGO II

As Altas Partes Contratantes estimularão o desenvolvimento das relações intelectuais entre os dois países, esforçando-se por prestigiar as visitas de professores de universidade e membros de instituições científicas, literárias e artísticas, que forem designados, de acordo com programas previamente traçados, para realizar conferências sobre as suas especialidades ou a respeito das atividades culturais brasileiras e colombianas.

ARTÍCULO II

Las Altas Partes Contratantes estimularán el desenvolvimiento de las relaciones intelectuales entre los dos países, esforzándose por prestigiar las visitas de profesores universitarios y miembros de instituciones científicas, literarias y artísticas que sean designados, de acuerdo con programas previamente trazados, para realizar conferencias sobre sus respectivas especialidades o respecto de las actividades culturales brasileñas y colombianas.

ARTIGO III

Cada uma das Altas Partes Contratantes concederá anualmente cinco bolsas para estudantes de cursos superiores ou profissionais brasileiros ou colombianos, enviados de um ao outro país, para prosseguirem ou aperfeiçoarem seus estudos, sendo três em estabelecimentos de ensino universitário e duas em institutos agrícolas.

ARTÍCULO III

Cada una de las Altas Partes Contratantes concederá anualmente cinco becas para estudiantes de cursos superiores o profesionales brasileños o colombianos, enviados del uno al otro país para continuar o perfeccionar sus estudios, las cuales se adjudicarán así: tres en establecimientos de enseñanza universitaria y dos en institutos agrícolas.

ARTIGO IV

Os Governos da República dos Estados Unidos do Brasil e da República da Colômbia consignarão, em seus respectivos orçamentos, no prazo mais breve possível, dotações especiais para pagamento das bolsas de que trata o artigo anterior.

ARTÍCULO IV

Los Gobiernos de la República de los Estados Unidos del Brasil y de la República de Colombia consignarán, en sus respectivos presupuestos, en el plazo mas breve posible, partidas especiales para el pago de las becas de que trata el artículo anterior.

ARTIGO V

Além das cinco bolsas mencionadas no artigo III, as Altas Partes Contratantes concederão facilidades aos diplomados brasileiros ou colombianos que desejarem aperfeiçoar seus estudos no outro país, no qual ficarão dispensados das formalidades usuais exigidas pelas leis de ensino, bem como das taxas de matrículas, exames e outras do mesmo gênero.

ARTÍCULO V

Además de las cinco becas mencionadas en el artículo tercero, las Altas Partes Contratantes concederán facilidades a los brasileños o colombianos graduados que deseen perfeccionar sus estudios en el otro país, en el cual serán dispensados de las formalidades usuales exigidas por las leyes sobre enseñanza, así como de los derechos de matrículas y otros del mismo genero.

ARTIGO VI

As despesas de viagens dos estudantes e profissionais serão pagas pelos respectivos Governos.

ARTÍCULO VI

Los gastos de viajes de los estudiantes y profesionales serán pagados por los respectivos Gobiernos.

ARTIGO VII

Os títulos, diplomas e certificados, expedidos pelas escolas superiores de um dos dois países a favor de seus nacionais, serão reconhecidos nas universidades do outro, para o efeito exclusivo de ingressar nas mesmas, sem necessidade de teses ou de exames.

ARTÍCULO VII

Los títulos, diplomas y certificados, expedidos por las escuelas superiores de uno de los dos países a favor de sus nacionales, serán reconocidos en las universidades del otro país con el fin exclusivo de ingresar a ellas, sin necesidad de tesis ni de exámenes.

ARTIGO VIII

O presente Convênio será ratificado, depois de preenchidas as formalidades legais em uso em cada um dos dois países, e entrará em vigor noventa dias após a troca dos instrumentos de ratificação, a efetuar-se na Cidade de Bogotá, no mais breve prazo possível.

Cada uma das Partes Contratantes poderá denunciá-lo em qualquer momento, mas seus efeitos só cessarão um ano depois da denúncia.

Em fé do que, os Plenipotenciários acima nomeados firmam o presente Convênio, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e castelhana, e lhes apõem seus selos na Cidade do Rio de Janeiro, aos quatorze dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e quarenta e um.

ARTÍCULO VIII

El presente Convenio será ratificado, una vez cumplidas las formalidades legales acostumbradas en cada uno de los dos países, y entrará en vigor noventa días después de canjeados los instrumentos de ratificación, acto que se efectuará en la ciudad de Bogotá, en el plazo más breve posible.

Cada una de las Partes Contratantes podrá en cualquier momento denunciar este Convenio, pero sus efectos sólo cesarán un año después de hecha la denuncia.

En fe de lo cual, los Plenipotenciarios arriba nombrados firman el presente Convenio, en dos ejemplares, en las leguas portuguesa y castellana, y estampan en ellos sus respectivos sellos, en la ciudad de Rio de Janeiro, a los catorce días del mes de octubre del año de mil novecientos cuarenta y uno.

(L.S.) OSWALDO ARANHA.

(L.S.) LUIS LÓPEZ DE MESA.

DECRETO-LEI N. 5.379 — DE 6 DE ABRIL DE 1943

Concede acréscimo de vencimentos aos tenentes-coronéis do Corpo de Bombeiros

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Aos atuais tenentes-coronéis do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que forem reformados, dentro de 30 dias contados da data da publicação do presente decreto-lei, poderão ser, a juízo do Governo, concedidos

acréscimos de vencimentos equivalentes a tantas vezes 5 % do soldo quantos forem os anos de serviço que excederem de 35.

Parágrafo único. O acréscimo de que trata este artigo não poderá exceder a 25 % do soldo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.380 — DE 6 DE ABRIL DE 1943

Autoriza a Fundação Osório a ceder à Prefeitura do Distrito Federal a área de terreno necessária ao alinhamento da rua Paula Ramos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Considerando a conveniência que existe na construção de uma capela para a Fundação Osório, em terreno de propriedade da mesma, sito à rua Paula Ramos n. 16, nesta Capital;

Considerando, entretanto, que na forma das leis municipais, essa construção exige, para sua execução, seja o mencionado terreno devidamente recuado para o alinhamento atual da referida rua, decreta:

Art. 1.º Fica a Fundação Osório, criada pelo decreto n. 14.856, de 1 de junho de 1921 e regulamentada pelo decreto n. 16.392, de 27 de fevereiro de 1924, autorizada a fazer cessão à Prefeitura do Distrito Federal da área de 13,50 mts.2 (treze metros e cinquenta decímetros quadrados), desmembrada do terreno de sua propriedade, sito à rua Paula Ramos n. 16, nesta Capital, necessária ao alinhamento da mencionada rua, área essa devidamente demarcada, medida e constante da planta anexa ao processo n. 1.141-42, da Comissão Geral de Desapropriações, daquela Prefeitura, aprovada com o projeto número 3.132, de 1940.

Art. 2.º A cessão, a que se refere o artigo anterior, será feita mediante a indenização de Cr\$ 220,00 (duzentos e vinte cruzeiros), paga, pela Prefeitura do Distrito Federal, à Fundação cedente.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.381 — DE 7 DE ABRIL DE 1943

Aprova acordo firmado entre a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e a Rubber Development Corporation

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o acordo que a este acompanha, firmado em 1 de março de 1943 entre a Superintendência do Abastecimento do Vale Ama-

zônico (SAVA) e a Rubber Development Corporation, para recebimento e colocação de trabalhadores no referido vale.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Acordo a que se refere o decreto-lei n. 5.384, de 7 de abril de 1943

Atendendo ao objetivo do Acordo datado de 3 de março de 1942 entre o Governo brasileiro e a Rubber Reserve Company, atualmente Rubber Development Corporation, e com a aprovação da Comissão de Controle dos Acordos de Washington, é feito o seguinte acordo entre a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), estabelecida por decreto-lei n. 5.044 de 4 de dezembro de 1942, neste ato representada pelo seu Superintendente, Dr. Henrique Dória de Vasconcelos e a Rubber Development Corporation, agência do Governo dos Estados Unidos da América do Norte, neste ato representada pelo Sr. James A. Russell, Jr., seu representante Especial para o Brasil.

I — A SAVA compromete-se, às expensas da Rubber Development Corporation, conforme estipula a cláusula VII, deste Acordo:

a) a receber e aceitar em acampamentos construídos, administrados e mantidos pela SAVA, como estipula a cláusula II abaixo, os trabalhadores recrutados pelo SEMTA em virtude do Acordo por este firmado com a Rubber Reserve Company em 22 de dezembro de 1942 e dos respectivos acordos suplementares, cujas cópias são anexadas ao presente e designadas como Apêndice A, B e C, observadas como condição de aceitação o inciso f, desta cláusula;

b) providenciar o transporte de tais trabalhadores para os centros de distribuição, no Vale Amazônico, referidos na cláusula IV, e para o porto fluvial mais próximo ao local para o qual foram contratados, se os empregadores desses trabalhadores não fornecerem outros meios de transporte;

c) em cooperação com outras entidades brasileiras competentes, compromete-se a colocá-los com um empregador idôneo nos seringais do Vale Amazônico, mediante contrato individual de locação de serviços, garantindo-lhes condições de trabalho não menos favoráveis do que as contidas na cláusula VI abaixo;

d) a estabelecer, em combinação com outras entidades, medidas próprias para assegurar o pleno exercício de todos os direitos garantidos aos trabalhadores pelos seus contratos de locação de serviços constantes da cláusula VI;

e) a cooperar com a entidade ou entidades competentes afim de estabelecer um eficiente serviço de cobranças contínuas e de remessas, à entidade do Governo que for designada, das contribuições pagas pelos trabalhadores para assistência de suas famílias, conforme estipula a cláusula IV do "Contrato de Encaminhamento" comunicado à Rubber Reserve Company pelo SEMTA em 17 de janeiro de 1943 e aqui anexado como Apêndice C;

f) a promover os entendimentos necessários com a Rubber Development Corporation para a constituição de uma Delegação que ficará incumbida da

verificação das condições de aceitação de que trata o inciso a, desta cláusula.. Esta Delegação será integrada por representantes das entidades interessadas..

II — Afim de melhor controlar as condições adequadas para o trabalho a ser feito, conforme consta da cláusula V do Acordo de 22 de dezembro de 1942 entre o SEMTA e a Rubber Reserve Company, o recebimento e a aceitação dos trabalhadores a que se referem os incisos a e f da cláusula I acima terá lugar no centro de recebimento estabelecido pela SAVA em Pinheiro, perto de Belem, e em qualquer outro local que venha a ser combinado. A orientação relativa à aceitação final e consequente transferência de trabalhadores da jurisdição do SEMTA para a jurisdição da SAVA, será processada por intermédio da Delegação de que trata o inciso f da cláusula I, após o serviço de seleção médica dos trabalhadores, exercido pela entidade competente. A contar da data da aceitação de tais trabalhadores e durante a sua estadia nos acampamentos e centros de alojamento, bem como durante o seu transporte rio acima e sua colocação final nos seringais, concorda a SAVA em proporcionar aos trabalhadores condições não inferiores às que lhes são garantidas pelo chamado "Contrato de Encaminhamento", cujo teor foi comunicado pelo SEMTA à Rubber Reserve Company em 17 de janeiro de 1943 e que vai anexado ao presente como apêndice C. A SAVA concorda em fornecer semanalmente um relatório comunicando o número de trabalhadores aceitos, o número de trabalhadores não aceitos, e, neste último caso, deverá declarar-se os trabalhadores foram rejeitados temporária ou definitivamente e, em termos gerais, por que motivo, detalhando as medidas tomadas para o transporte rio acima, dos trabalhadores aceitos e a sua colocação final, inclusive o itinerário desse transporte. A SAVA especialmente se compromete a garantir o necessário alojamento nos respectivos centros de trabalhadores que lhe forem confiados de conformidade com as datas e condições estipuladas na cláusula II e no inciso a da cláusula III do acordo de 22 de dezembro de 1942, entre o SEMTA e a Rubber Reserve Company.

III — Quanto ao transporte rio acima dos trabalhadores aceitos, tomará a SAVA, em combinação com as competentes entidades brasileiras e americanas, todas as medidas necessárias para assegurar o transporte eficiente e rápido dos trabalhadores transferidos à SAVA, de acordo com o itinerário a que se refere a cláusula II e o inciso a da cláusula III do Acordo de 22 de dezembro de 1942, entre o SEMTA e a Rubber Reserve Company (hoje substituída pela Rubber Development Corporation), para os pontos de distribuição e de emprego no Vale Amazônico.

IV — Para distribuição dos trabalhadores aos empregadores, organizará a SAVA, ou mandará organizar, os necessários acampamentos no Vale Amazônico, mediante os planos de construção e de acordo com os prazos e os locais determinados por entendimentos com a Rubber Development Corporation e com a entidade encarregada da assistência médica dos trabalhadores.

V — Também de comum acordo com a Rubber Development Corporation e outras entidades, tomará a SAVA as medidas necessárias no sentido de obter informações por meio de publicidade, inquéritos especiais, etc. afim de organizar com presteza uma relação, tão exata quanto possível, das regiões, municípios ou seringais onde serão colocados os trabalhadores e descrevendo o método adotado para esse fim, principalmente:

a) transporte dos trabalhadores dos centros de distribuição para o local de emprego;

b) método relativo à assinatura pelo empregador do contrato individual de locação de serviços;

c) vigência e controle das condições de trabalho garantidas pelo contrato acima;

d) sistema de cobrança das contribuições dos trabalhadores para a assistência às suas famílias;

VI — 1 — A Sava providenciará a colocação dos trabalhadores com seringalistas idôneos, mediante um contrato individual de locação de serviços, sendo que tal contrato deverá garantir ao trabalhador toda a proteção da legislação civil e trabalhista brasileira atualmente em vigor, que estabelece condições não menos favoráveis que as seguintes:

a) contrato de prazo limitado;

b) abastecimento de víveres a preços razoáveis e de qualidade e quantidade adequadas, bem como de outros artigos indispensáveis;

c) remuneração mínima pelo seu trabalho, estabelecida pela lei para a produção de borracha, bem como para a de outros produtos da zona em que for colocado o trabalhador;

d) área razoável de terra (um hectare no mínimo) para plantações destinadas ao seu sustento alimentar;

e) inteira liberdade de movimento de acordo com as leis civil e trabalhista em vigor;

f) impedimento de serem cobrados aos trabalhadores juros por dívidas provenientes do fornecimento aos mesmos de víveres ou de outros artigos necessários à sua subsistência ou ao seu trabalho.

2 — Além disso, compromete-se a Sava a incluir no contrato individual de locação de serviços o seguinte:

a) que o trabalhador tenha a liberdade de mudar de empregador quando bem entender, respondendo o novo empregador pelas dívidas porventura contraídas com o anterior;

b) que o seringalista estabelecerá um limite de crédito para o trabalhador, limite esse necessário às suas despesas essenciais, com o intuito de procurar reduzir ao mínimo o seu débito;

c) que o seringalista não cobrará pelos víveres e materiais fornecidos aos trabalhadores, preço superior ao publicado pela autoridade competente;

d) que as compras mensais de materiais etc., feitas pelo trabalhador e as entregas de borracha por ele efetuadas, sejam escrituradas em sua "caderneta individual", sujeita à inspeção, em qualquer ocasião, pela autoridade competente.

3 — A Sava compromete-se ainda a fornecer assistência, controle e inspeção médica da forma seguinte:

a) por acordo a ser feito com o SESP (CIAA) e na medida das possibilidades, será proporcionado saneamento, inspeção e assistência médica, em todo o Vale Amazônico brasileiro, aos trabalhadores referidos neste acordo;

b) a SAVA criará a sua própria organização administrativa para inspecionar as condições de trabalho e operações dos contratos individuais de locação de serviços nos seringais. A SAVA providenciará a cooperação das autoridades competentes, especialmente do Ministério do Trabalho, para os serviços aqui referidos.

VII — A Rubber Development Corporation indenizará a SAVA, de acordo com o procedimento abaixo, por todas as operações confiadas a

esta última em virtude do presente acordo inclusive as necessárias construções, indenização essa que será feita pelo preço de custo, mais a importância que for periodicamente ajustada entre as partes para atender às despesas administrativas da SAVA, inerentes à execução deste contrato. A pedido da SAVA, concorda a Rubber Development Corporation em fazer os necessários adiantamentos relativos a tais operações e despesas, mediante prévio ajuste e apresentação trimestral pela SAVA de estimativas de despesas, das quais a SAVA prestará, mensalmente, à Comissão de Controle dos Acordos de Washington, contas discriminadas, demonstrando a relação entre as despesas estimadas e as realizadas, assegurando-se à Rubber Development Corporation a faculdade de examinar os balancetes e respectivos comprovantes de despesas.

VIII — A Rubber Development Corporation ou os seus representantes devidamente nomeados terão todo o direito de acompanhar as operações da SAVA tanto com relação aos trabalhadores localizados nos centros, nos acampamentos e durante o seu transporte, como com relação à assistência aos seus dependentes, conforme estipula o inciso e) da Cláusula I, acima, podendo também apresentar as sugestões e recomendações que julgar necessárias.

IX — As Cláusulas deste acordo não prejudicam o direito que assiste à Rubber Development Corporation, mediante comunicação à Comissão de Controle dos Acordos de Washington, de:

a) propor as medidas que desejar, de acordo com a legislação em vigor, com o objetivo de promover a seleção, recrutamento, transporte, etc., de maior número de trabalhadores, de qualquer ponto do Brasil para outras zonas do território nacional, e de utilizar para esse fim, as instalações que a SAVA tiver disponíveis, mediante aviso prévio de quinze (15) dias, sem onus de qualquer natureza para a Rubber Development Corporation, quando se tratar de instalações contruídas nos termos deste acordo;

b) propor o estabelecimento de qualquer agência ou nomear seus próprios agentes, dentro dos termos da legislação em vigor, com relação a todas ou a quaisquer operações oriundas do presente acordo..

A Rubber Development Corporation envidará todos os esforços no sentido de assistir a SAVA a obter a mais completa cooperação das demais entidades americanas, cujo auxílio venha a ser necessário para o devido e eficiente cumprimento do presente acordo.

X — Salvo ampliação por meio de acordo suplementar, aplica-se o presente acordo exclusivamente aos 50.000 trabalhadores recrutados em virtude do acordo firmado entre a Rubber Reserva Company e o SEMTA, em 22 de dezembro de 1942.

XI — As obrigações ora assumidas pela SAVA e pela Rubber Development Corporation abrangem todo o período de emprego dos trabalhadores, empregados na produção da borracha no Vale Amazônico, conforme os compromissos para este fim firmados, a não ser que sejam modificados ou rescindidos por mútuo consentimento.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1943. — Pela Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico. — *Henrique Dória de Vasconcelos*, superintendente. — Pela Rubber Development Corporation, *James A. Russell Jr.*, representante especial para o Brasil."

DECRETO-LEI N. 5.382 — DE 7 DE ABRIL DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saude o crédito especial de Cr. 1.333,30, para pagamento de gratificação de magistério

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saude, o crédito especial de Cr\$ 1.333,30 (mil trezentos e trinta e três cruzeiros e trinta centavos), para atender ao pagamento de gratificação de magistério, relativa ao exercício de 1942, conforme dispõe o decreto-lei n. 2.895, de 21 de dezembro de 1940, concedida a Antonio Inácio de Menezes, Professor Cate-drático, padrão M, do Quadro Permanente, do mesmo Ministério.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.383 — DE 8 DE ABRIL 1943

Modifica o decreto-lei n. 4.529, de 30 de julho de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O decreto-lei n. 4.529, de 30 de julho de 1942, não se aplica aos processos já ajuizados naquela data, desde que a ação tenha sido proposta antes de decorrido o dobro do prazo fixado no referido decreto-lei; restituídas as partes à situação anterior ao eventual ato judicial que o aplicou.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.384 — DE 8 DE ABRIL DE 1943

Dispõe sobre os beneficiários do seguro de vida

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Na falta de beneficiário nomeado, o seguro de vida será pago metade à mulher e metade aos herdeiros do segurado.

Parágrafo único. Na falta das pessoas acima indicadas, serão beneficiários os que dentro de seis meses reclamarem o pagamento do seguro e provarem que a morte do segurado os privou de meios para proverem sua subsistência. Fora desses casos, será beneficiária a União.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e se aplicará a todos os seguros ainda não pagos até essa data.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.385 — DE 8 DE ABRIL DE 1943

Cria a graduação de alunos intendentes de Aeronáutica e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, resolve:

Art. 1.º As praças e civis matriculados na Escola de Intendência do Exército, no Curso de Formação de Oficial Intendente de Aeronáutica, recebem no ato da matrícula a graduação de "Aluno Intendente de Aeronáutica".

Art. 2.º O aluno intendente de Aeronáutica é colocado na escala hierárquica em identidade com o cadete do ar.

Art. 3.º O aluno intendente de Aeronáutica tem vencimentos e vantagens de 3.º sargento do Quadro de Infantaria de Guarda.

Art. 4.º O aluno intendente de Aeronáutica terá os uniformes do cadete do ar com as seguintes alterações:

a) nas ombreiras o distintivo da Força Aérea Brasileira será substituído pela folha de acanto, do tipo e com as dimensões estabelecidas para os oficiais intendentes da Aeronáutica;

b) os do 1.º ano usarão sobre a folha de acanto uma estrela dourada e os do 2.º ano uma dita prateada;

c) não usarão espadim.

§ 1.º Aplicam-se ao aluno intendente de Aeronáutica as prescrições do uso de uniformes do cadete do ar constantes do Plano de Uniformes para uso dos oficiais e praças da Aeronáutica.

§ 2.º Os uniformes serão adquiridos às expensas do aluno, em prazos a fixar pelo Comandante da Escola de Intendência do Exército.

Art. 5.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.386 — DE 9 DE ABRIL DE 1943

Transfere de Curitiba para Porto União, na 5.^a Região Militar, a sede do 5.^o Batalhão de Engenharia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É transferida, de Curitiba — Estado do Paraná para Porto União — Estado de Santa Catarina, a sede do 5.^o Batalhão de Engenharia, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1943, 122.^o da Independência e 55.^o da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.387 — DE 9 DE ABRIL DE 1943

Cria função gratificada no Domínio da União e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.^o Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, a função gratificada de chefe da Fazenda Nacional de Santa Cruz — Serviço Regional do Distrito Federal do Domínio da União.

Parágrafo único. A função ora criada será privativa de profissionais diplomados em engenharia.

Art. 2.^o Fica fixada em Cr\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos cruzeiros) anuais a gratificação de que trata o artigo anterior.

Art. 3.^o Para atender, no presente exercício, à despesa decorrente com a execução do presente decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Fazenda, anexo 14 do Orçamento Geral da República, o crédito suplementar de Cr\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos cruzeiros) à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas, 28 — Domínio da União e Serviços Regionais, 02 — Serviço Regional.

Art. 4.^o O presente decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de abril, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1943, 122.^o da Independência e 55.^o da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.388 — DE 12 DE ABRIL DE 1943

Lei de organização dos quadros e efetivos do Exército — Atualiza disposições contidas no decreto-lei n. 556, de 12 de julho de 1938

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, resolve baixar o presente decreto-lei que organiza os quadros e efetivos do Exército ativo.

INTRODUÇÃO

O presente decreto-lei atualiza disposições da lei de organização dos quadros e efetivos do Exército ativo contidas no decreto-lei n. 556, de 12 de julho de 1938, que fica assim revogado; suprime as disposições da dita lei relativas aos elementos orgânicos da Aeronáutica; estabelece a Divisão Territorial Militar do país e fixa a composição do pessoal do Exército ativo.

TÍTULO I

Divisão Territorial Militar

Art. 1.º O território nacional, de acordo com o que dispõe o art. 5.º da Lei de Organização do Exército, é dividido em dez Regiões Militares, constituídas como se segue:

- 1.ª R.M. — Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro.
- 2.ª R.M. — São Paulo.
- 3.ª R.M. — Rio Grande do Sul.
- 4.ª R.M. — Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás.
- 5.ª R.M. — Paraná e Santa Catarina.
- 6.ª R.M. — Baía e Sergipe.
- 7.ª R.M. — Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Fernando de Noronha.
- 8.ª R.M. — Pará, Amazonas e Acre.
- 9.ª R.M. — Mato Grosso.
- 10.ª R.M. — Ceará, Piauí e Maranhão.

Parágrafo único. As Regiões Militares constantes deste artigo teem suas sedes, respectivamente, nas seguintes cidades: Capital Federal, São Paulo, Porto Alegre, Juiz de Fora, Curitiba, São Salvador, Recife, Belem, Campo Grande e Fortaleza.

Art. 2.º As Regiões Militares são comandadas por Generais de Divisão, salvo as 6.ª, 8.ª e 10.ª, que são do comando de General de Brigada.

§ 1.º Em cada Região Militar estacionam uma ou mais Grandes Unidades e unidades independentes, consideradas de tropa regional.

§ 2.º Em princípio, o Comando da Região Militar é exercido cumulativamente pelo da Grande Unidade nela estacionada.

§ 3.º A Região Militar em que teem sede mais de uma Grande Unidade é comandada pelo Comandante do agrupamento que for constituído.

§ 4.º O Comandante do agrupamento de Grandes Unidades de uma Região Militar recebe o título de Comandante das Armas.

Art. 3.º Os órgãos superiores do Comando e da Administração do Exército, discriminados na Lei de Organização do Ministério da Guerra teem sede na Capital Federal; os demais órgãos e elementos constitutivos do Exército teem sede nas Regiões Militares.

Parágrafo único. As Inspetorias Gerais teem suas sedes em uma das Regiões da sua jurisdição.

TÍTULO II

Estrutura Geral do Exército Ativo

CAPÍTULO I

CATEGORIAS DE PESSOAL

Art. 4.º Em função dos postos, distinguem-se:

- a) os oficiais gerais;
- b) os oficiais das Armas e dos Serviços;
- c) as praças.

Art. 5.º Com relação às funções, os oficiais das Armas podem pertencer aos seguintes quadros :

- de estado-maior;
- técnico;
- ordinário;
- suplementar privativo;
- suplementar geral.

§ 1.º O quadro de Estado-Maior da Ativa (Q.E.M.A.) é constituído com oficiais pertencentes aos quadros gerais das armas, declarados "*aptos para o serviço de estado-maior*" no efetivo exercício de função dessa natureza.

§ 2º O quadro técnico da ativa (Q.T.A.) é constituído com oficiais diplomados pela Escola Técnica do Exército.

§ 3º O quadro ordinário compõe-se dos oficiais em serviço nos corpos de tropa.

§ 4.º O quadro suplementar privativo é constituído pelos oficiais no exercício de funções da sua Arma fora dos corpos de tropa.

§ 5.º O quadro suplementar geral organiza-se com os oficiais não pertencentes às categorias acima definidas e que desempenham funções comuns a todas as Armas.

§ 6.º O quadro ordinário deve sempre ser mantido completo. Para tanto, se for necessário, serão desfalcados os quadros suplementares, preenchendo-se as vagas nestes com a convocação de oficiais de 1.ª classe da reserva, desde que as funções a desempenhar nas repartições não exijam preparação especial nem impliquem em ascendência sobre oficiais dos mesmos postos da ativa.

§ 7.º A composição dos quadros de estado-maior, técnico e suplementar geral, deverá atender, nas quotas atribuídas às Armas, a necessidade de um justo equilíbrio entre os diferentes postos no âmbito de cada Arma.

Art. 6.º Os oficiais dos Serviços constituem, em princípio, um quadro para cada Serviço.

Art. 7.º Além dos quadros acima discriminados, conta-se o de mestres de música.

Art. 8.º As praças, distribuídas pelas Armas, Serviços e Contingentes, são classificadas em:

- de fileira;
- especialistas;
- artífices e auxiliares de artífices;
- empregadas.

Além dessas praças, há ainda:

— os aspirantes a official;

— os cadetes da Escola Militar e os alunos das Escolas Preparatórias.

§ 1.º Os aspirantes a official são praças que concluíram o curso de uma escola de formação de officiaes.

§ 2.º Os cadetes da Escola Militar e os alunos das Escolas Preparatórias são alunos-praças dessas escolas.

§ 3.º Os especialistas são praças que satisfazem as condições exigidas para o desempenho de certas funções na tropa ou nos Serviços. Em princípio, procedem de um curso de formação de especialistas.

§ 4.º Os artífices e os auxiliares de artífices são praças habilitadas em determinadas profissões, podendo proceder ou não de cursos especiais.

§ 5.º Os empregados são praças não pertencentes a nenhuma das classes anteriores e que desempenham funções fora da fileira.

§ 6.º As praças de fileira são as que exercem as funções próprias à sua arma, ao seu Serviço ou Contingente.

§ 7.º A discriminação das funções próprias às classes de que tratam os quatro últimos parágrafos, é da competência do ministro da Guerra.

CAPÍTULO II

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DO EXÉRCITO ATIVO

Art. 9.º O pessoal do Exército ativo compõe-se de:

1.º Pessoal do quadro de officiaes-generaes;

2.º Pessoal dos corpos de tropa das Armas, a saber:

— Infantaria, nela comprehendidas as unidades moto-mecanizadas que lhe são próprias;

— Cavalaria, com as unidades moto-mecanizadas privativas da arma, e trem;

— Artilharia;

— Engenharia.

3.º Pessoal do quadro dos Serviços gerais do Exército, a saber:

— Quadro de Estado-Maior;

— Serviço Geográfico e Histórico do Exército;

— Quadro Suplementar Geral;

— Quadro Técnico;

— Serviço de Transportes;

— Serviço de Moto-Mecanização;

— Serviço de Recrutamento.

4.º Pessoal do Quadro Suplementar Privativo das Armas, necessário aos Serviços que não dispõem de quadro próprio, a saber:

— Serviço de Material Bélico;

— Serviço de Engenharia;

— Serviço de Remonta;

— Serviço de Transmissões.

Os officiaes que exercem funções de sua Arma fora da tropa e dos Serviços acima referidos, estão incluídos entre o pessoal deste item, bem como o pessoal dos Contingentes.

5.º Pessoal dos Serviços dotados de quadros permanentes, a saber:

- Serviço de Saúde;
- Serviço de Intendência;
- Serviço de Veterinária;

Art. 10. Os oficiais em comissão não prevista na Organização Geral do Exército são agregados à sua Arma ou Serviço, exceto quando em serviço num dos órgãos do Conselho de Segurança Nacional.

§ 1.º Os oficiais estagiários para fins de instrução, não se incluem nas disposições deste artigo.

§ 2.º O oficial agregado é reincluído no Quadro da Arma ou Serviço a que pertence, quando terminada a comissão especial, logo que haja vaga.

Art. 11. A distribuição e o agrupamento dos diversos elementos do Exército no território nacional são fixados por decreto-lei tendo em vista a satisfação das necessidades de cobertura, instrução, mobilização e concentração.

TÍTULO III

Composição das Grandes Unidades

Art. 12. As Grandes Unidades do tempo de paz são definidas no Capítulo VI da *Lei de Organização do Exército*.

Art. 13. A Divisão de Infantaria (D.I.) compreende:

- a) Comandante — General de Divisão;
- b) Quartel-General;
- c) Tropa, a saber:

- Regimento de Infantaria;
- Batalhão de Engenhos;
- Regimento ou Regimentos de Cavalaria;
- Regimentos de Artilharia;
- Batalhão de Engenharia;
- Batalhão de Transmissões.

§ 1.º O Quartel-General compreende:

- Estado-Maior;
- Serviços Gerais e a tropa do Q.G.

§ 2.º Os Regimentos de Infantaria constituem a Infantaria Divisionária (I.D.), comandada por um General de Brigada ou Coronel de Infantaria que esteja no quadro de acesso, dispondo de um assistente e um adjunto.

A Infantaria da Divisão pode ser organizada em duas Brigadas de Infantaria, cada uma composta de dois Regimentos e com comando idêntico ao da I.D.

Os Regimentos de Infantaria podem ser substituídos por Grupos de Batalhões de Caçadores.

§ 3.º A Cavalaria Divisionária é constituída por um ou dois Regimentos de Cavalaria (hipo ou moto-mecanizados) e Grupo Moto-Mecanizado de Reconhecimento.

§ 4.º Os Regimentos de Artilharia constituem, em seu todo, a Artilharia Divisionária, comandada por um General de Brigada ou Coronel de Artilharia que esteja no quadro de acesso, dispondo de um assistente e um adjunto.

Essas unidades podem ser de tração auto ou hipo, de dorso e auto-transportadas, constituindo:

- regimentos montados;
- regimentos mistos;
- regimentos de obuses.

Os regimentos montados disporão de três grupos; os regimentos mistos são constituídos de 2 ou três grupos, dos quais um de dorso; os regimentos de obuses serão sempre constituídos de dois grupos.

§ 5.º Excepcionalmente, por considerações de ordem regional ou outras igualmente relevantes, o Governo poderá decidir que Divisões de Infantaria recebam uma organização especial.

Art. 14. O *Corpo de Cavalaria* compreende:

- a) Comandante, General de Divisão;
- b) Quartel-General, análogo ao da D.I.;
- c) Divisões de Cavalaria.

Art. 15. A *Divisão de Cavalaria* (D.C.) compreende:

- a) Comandante — General de Divisão ou de Brigada;
- b) Quartel-General, semelhante ao da D.I.;
- c) Tropa, a saber:
 - Brigadas de Cavalaria;
 - Regimento Moto-Mecanizado;
 - Regimento de Cavalaria Motorizado;
 - Esquadrões de Engenheiros;
 - Regimento de Artilharia de 75 de D.C.;
 - Batalhão de Engenharia, parte montada e parte transportada;
 - Batalhão de Transmissões, nas mesmas condições.

Parágrafo único. A Brigada de Cavalaria compreende o general de brigada ou coronel comandante, dispondo de um assistente e um adjunto, e dois regimentos de cavalaria independente.

Art. 16. A Divisão é de Infantaria (D.I.) ou de Cavalaria (D.C.) conforme a arma que prepondera na sua composição. Pode ainda comportar uma proporção variável de elementos motorizados e moto-mecanizados.

§ 1.º A D.I. é motorizada quando só utiliza a tração ou o transporte auto comportando ainda ligeiros elementos mecanizados.

§ 2.º A Divisão é moto-mecanizada (D.M.M.) quando nela preponderam os elementos de tropa mecanizados, com os órgãos de comando e de serviço e fração restante de tropa motorizados.

Art. 17. São também consideradas Grandes Unidades: a Brigada Mista de Infantaria, a Brigada Mista de Cavalaria, a Brigada Mista Motorizada, a Brigada Moto-Mecanizada, o Destacamento (quando constituído de corpos de tropa de várias armas) e a Artilharia da Costa Regional quando compreenda pelo menos uma Defesa de Porto e seja do comando de general.

TÍTULO IV

As Armas

Art. 18. As Armas compreendem:

- uma Diretoria Geral, denominada Diretoria das Armas (D.A.);
- uma Diretoria de Artilharia da Costa e a Tropa das Armas.

§ 1.º A Diretoria das Armas compõe-se de:

- Diretor — General de Divisão ou de Brigada;
- Gabinete;
- Três Divisões.

A Diretoria de Artilharia da Costa tem organização estabelecida por decreto especial.

§ 2.º Constituem a tropa de Infantaria:

- Regimentos de Infantaria;
- Regimentos de Carros;
- Grupos de Batalhões de Caçadores;
- Batalhões e Companhias de Engenhos;
- Batalhões de Caçadores;
- Batalhões e Companhias Independentes de Fronteira;
- Batalhões de Carros;
- Batalhões e Companhias de Guardas;
- Formações-escolas.

§ 3.º Constituem a tropa de Cavalaria:

- Regimentos de cavalaria independentes;
- Regimentos de cavalaria divisionários;
- Regimentos de cavalaria motorizados;
- Regimentos moto-mecanizados;
- Grupo moto-mecanizado de reconhecimento;
- Corpos de trem mistos;
- Corpos de trem motorizados;
- Esquadrões de trem mistos;
- Esquadrão de trem especial;
- Esquadrões de engenhos;
- Formações-escolas.

§ 4.º Constituem a tropa de Artilharia:

a) Artilharia leve de campanha:

- Regimentos de Artilharia Montado;
- Regimentos de Artilharia Mistos;
- Grupos de Artilharia de Dorso;
- Regimentos de Artilharia Motorizados;
- Regimentos de Obuzes.

b) Artilharia das Divisões de Cavalaria:

- Regimentos de Artilharia de D.C.

c) Artilharia Pesada de Campanha:

- Regimentos de Artilharia Pesada;
- Regimentos de Artilharia Longa;
- Regimentos de Artilharia Pesada Longa.

d) Unidades e Formações de Defesa Ativa Anti-Aérea (Regimentos e Grupos de Artilharia Anti-Aérea etc.).

e) Unidades e Formações de Defesa da Costa (Grupos e Baterias fixas e moveis).

f) Formações do Serviço de Informações de Artilharia.

g) Formações de Aerostação de Observação.

h) Formações-escolas.

§ 5.º Constituem a tropa de Engenharia:

- Batalhões de Engenharia;
- Batalhões rodoviários;
- Batalhões ferroviários;
- Batalhões de pontoneiros;
- Batalhões e Companhias de transmissões;
- Formações-escolas;

TÍTULO V

Os Serviços

CAPÍTULO III

GENERALIDADES

Art. 19. Os Serviços se destinam a atender às necessidades do Comando e da Tropa, assegurando os aprovisionamentos e evacuações de toda natureza, assim como a manutenção do pessoal, dos animais e do material.

Os Serviços assumem, portanto, em princípio, um duplo aspecto: de reunião e de repartição dos recursos. Para desempenhá-los, dispõem de órgãos que executam duas ordens de operações:

- primeira: aquisições, fabricações e recuperações;
- segunda: dotações, distribuições e substituições.

Podem, ainda, acompanhar e verificar as fabricações dos materiais que lhes são destinados; autorizar certas despesas; exercer, em relação às Armas e aos outros Serviços, funções consultivas e de coordenação.

Art. 20. Os diretores e chefes de Serviço agem por ordem do Comando; a execução, porém, é da sua exclusiva competência e responsabilidade. Para isso, devem apresentar ao Comando suas propostas, tendo em vista a boa execução das ordens, e regulam o funcionamento dos respectivos Serviços, segundo as instruções dadas pelo escalão técnico superior.

Art. 21. Os Serviços dispõem do pessoal citado no art. 9.º. Os oficiais pertencem aos quadros ali definidos; as praças entram na composição das formações ou contingentes próprios a cada Serviço.

CAPÍTULO IV

ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 22. A organização dos Serviços compreende, em princípio, órgãos:

- de direção;
- de execução;
- de preparação do pessoal;
- especiais.

§ 1.º Os órgãos de direção exercem, concomitantemente, as atribuições de órgãos de inspeção geral.

§ 2.º Os órgãos de direção e de execução podem ser gerais, regionais ou especiais. Os de direção geral podem abranger mais de um Serviço como dispõe a Lei de Organização do Ministério da Guerra. Os de execução regional

podem atender a mais de uma Região Militar; neste caso dependem da direção regional onde teem sede.

Art. 23. A organização pormenorizada dos Serviços consta dos regulamentos respectivos respeitadas as disposições da presente Lei.

Parágrafo único. O número e a localização dos órgãos de execução dos Serviços são fixados em decreto especial.

CAPÍTULO V

SERVIÇO DE MATERIAL BÉLICO

Art. 24. O Serviço de Material Bélico incumbem-se do que concerne:

- ao armamento;
- às munições e pólvoras, aos explosivos e artifícios;
- ao material contra gases de combate;
- ao material topográfico e de observação.

Art. 25. Sua organização compreende:

- 1 — Órgãos de direção geral:

Diretoria do Material Bélico;

- Diretor — General de Brigada;
- Gabinete;
- Divisões;
- Serviço de Engenharia;
- Órgãos especiais.

- 2 — Órgãos de execução geral:

Arsenais;
Fábricas.

- 3 — Órgãos de direção e execução regionais:

Serviços de Material Bélico Regionais.

- 4 — Órgãos de direção e execução especiais:

Serviço de Material Bélico da Artilharia da Costa Regional, etc.

- 5 — Órgãos de preparação do pessoal:

Escola Técnica do Exército;
Formações de artífices.

CAPÍTULO VI

SERVIÇO DE ENGENHARIA

Art. 26. O Serviço de Engenharia incumbem-se do que concerne:

- ao material de sapa e de destruição;
- ao material de transposição de cursos d'água.

Cabem-lhe, ainda, os encargos relativos:

- ao patrimônio do Ministério da Guerra;
- às obras militares;
- à fiscalização técnica e, eventualmente, à construção de estradas de ferro e de rodagem.

Art. 27. Sua organização compreende:

1 — Órgão de direção geral:

Diretoria de Engenharia:

— Diretor — General de Brigada;

— Gabinete;

— Divisões;

— Órgãos especiais.

2 — Órgãos de execução geral:

Fábricas.

3 — Órgãos de direção e execução regionais:

Serviços de Engenharia Regionais.

4 — Órgãos de direção e execução especiais:

Serviço de Engenharia da Artilharia da Costa Regional, da Diretoria do Material Bélico, etc.

5 — Órgãos de preparação do pessoal:

Escola Técnica do Exército.

CAPÍTULO VII

SERVIÇO DE TRANSMISSÕES

Art. 28. O Serviço de Transmissões é destinado a superintender todas as atividades das transmissões do Exército.

Art. 29. Sua organização compreende

1 — Órgão de direção geral:

Diretoria de Transmissões:

— Diretor — Coronel da arma de engenharia;

— Gabinete;

— Secções;

— Órgãos especiais.

2 — Órgãos de execução geral:

Fábricas.

3 — Órgãos de direção e execução regionais:

Serviços de Transmissões Regionais.

4 — Órgãos de preparação do pessoal:

Escola de Transmissões, Centros de Instrução de Transmissões e Cursos de Transmissões Regionais.

CAPÍTULO VIII

SERVIÇO DE MOTO-MECANIZAÇÃO

Art. 30. O Serviço de Moto-Mecanização incumbem-se do que concerne:

— aos veículos automoveis de toda espécie;

— aos carburantes e ingredientes.

Cabe-lhe ainda, colaborar nos assuntos que interessam à motorização e à mecanização no Exército.

Art. 31. Sua organização compreende:

1 — Órgão de direção geral:

Diretoria de Moto-Mecanização:

Diretor — General de Brigada;

— Gabinete;

— Divisões;

— Órgãos especiais.

2 — Órgãos de direção e de execução regionais:

Serviços de Moto-Mecanização Regionais.

3 — Órgãos de preparação do pessoal:

Escola Técnica do Exército;

Escola de Moto-Mecanização;

Formações de artífices;

Centros de Instrução de Motoristas.

CAPÍTULO IX

SERVIÇO DE TRANSPORTES

Art. 32. O Serviço de Transportes incumbem-se do que concerne:

— às viaturas não automóveis comuns às Armas e aos Serviços;

— ao arreamento em geral

Cabe-lhe, ainda, a coordenação dos transportes de toda natureza.

Art. 33. Sua organização compreende:

1 — Órgão de direção geral:

Diretoria de Transportes:

Diretor — Coronel;

— Gabinete;

— Secções;

— Órgãos especiais.

2 — Órgãos de execução geral:

Fábrica de Viaturas;

Oficinas de arreamento.

3 — Órgãos de direção e execução regionais:

Serviços de Transporte Regionais.

4 — Órgãos de preparação do pessoal:

Escola Técnica do Exército;

Formações de artífice.

CAPÍTULO X

SERVIÇO DE REMONTA E VETERINÁRIA

Art. 34. O Serviço de Remonta e Veterinária incumbem-se do que concerne:

- ao fornecimento e à conservação dos efetivos em animais de sela, tração e carga;
- ao material de veterinária;
- ao material de ferradoria.

Art. 35. Sua organização compreende:

1 — Órgão de direção geral:

Diretoria de Remonta e Veterinária:

- Diretor — General de Brigada ou Coronel da Cavalaria;
- Gabinete;
- Divisões;
- Órgãos especiais.

2 — Órgãos de execução geral:

*Coudelarias, Postos de Monta, Depósitos de Remonta;
Serviços de Veterinária de Guarnição.*

3 — Órgãos de direção e execução regionais;

Serviços de Veterinária Regionais.

4 — Órgãos de preparação do pessoal de Veterinária:

Escola Veterinária do Exército.

CAPÍTULO XI

SERVIÇO DE INTENDÊNCIA

Art. 36. O Serviço de Intendência incumbem-se do que concerne:

- à contabilidade e ao movimento financeiro (ou de fundos);
- à subsistência;
- ao material de intendência.

Art. 37. Sua organização compreende:

1 — Órgãos de direção geral — Diretoria de Intendência.

Diretor — General intendente.

- Gabinete;
- Secções;
- Órgãos especiais.

2 — Órgãos de direção especializada, subordinados diretamente ao diretor de Intendência do Exército:

- a) Escola de Intendência do Exército;
- b) Tropa de Intendência (companhias e contingentes).

- a) Subdiretoria de Fundos do Exército;
- b) Subdiretoria de Subsistência do Exército;
- c) Subdiretoria de Material de Intendência do Exército.

3 — Órgãos de direção regionais e especiais:

- a) Serviços de Intendência Regionais;
- b) Serviços de Intendência de órgãos da Alta Administração do Exército, Diretoria do Material Bélico e outros.

4 — Órgãos de execução geral e regionais:

- a) Estabelecimentos de Fundos;
- b) Estabelecimentos de Subsistência;
- c) Estabelecimentos de Material de Intendência;
- d) Serviço Especial de Transporte.

5 — Órgãos de execução local — Formações de Intendência das Unidades Administrativas;

6 — Órgãos de preparação do pessoal de Intendência:

CAPÍTULO XII

SERVIÇO DE SAUDE

Art. 38. O Serviço de Saude incumbe-se do que concerne:

- à conservação dos efetivos;
- ao material sanitário.

Art. 39. Subdivide-se em:

- Serviço médico;
- Serviço farmacêutico;
- Serviço odontológico.

Art. 40. Sua organização compreende:

1 — Órgãos de direção geral:

Diretoria de Saude:

- Diretor — General médico;
- Gabinete;
- Secções;
- Órgãos especiais.

2 — Órgãos de direção e execução regionais:

Serviços de Saude Regionais;
Serviços de Saude da Artilharia da Costa Regional;
Hospitais Militares Regionais;
Depósitos de Material Sanitário.

3 — Órgãos de execução geral:

Hospital Central do Exército e Anexos;
Hospitais de Guarnição;
Serviços de Saude de Guarnição;
Laboratório Químico Militar.

4 — Órgãos de execução local:

Serviços de Saúde das Unidades Administrativas.

5 — Órgãos de preparação do pessoal:

*Escola de Saúde do Exército;
Formações de Saúde Regionais.*

6 — Órgãos especiais:

*Instituto Militar de Biologia;
Sanatórios;
Depósitos de Convalescentes.*

CAPÍTULO XIII

SERVIÇO DE RECRUTAMENTO

Art. 41. O Serviço de Recrutamento incumbe-se do que concerne:

- ao recenseamento;
- à conscrição;
- à identificação;
- à seleção;
- à incorporação;
- ao licenciamento;
- à direção dos reservistas.

Cabem-lhe ainda funções de colaboração no que diz respeito à preparação e execução da mobilização, bem assim indicações relativas às necessidades em graduados, especialistas e artífices, de conformidade com os resultados do recenseamento e da seleção.

Art. 42. Sua organização compreende:

1 — Órgão de direção geral:

Diretoria de Recrutamento:

- Diretor — Coronel do quadro de estado-maior da ativa ou da reserva;
- Gabinete;
- Secções;
- Órgãos especiais.

2 — Órgãos de direção e execução regionais:

Serviços de Recrutamento Regionais.

3 — Órgãos de execução local:

Delegacias do Serviço de Recrutamento.

Art. 43. A Lei e o Regulamento do Serviço Militar estabelecem a organização do Serviço.

CAPÍTULO XIV

SERVIÇO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO

Art. 44. O Serviço Geográfico e Histórico incumbe-se do que concerne à elaboração, estudo e interpretação dos documentos cartográficos e históricos.

Cabem-lhe, ainda, o reconhecimento e descrição dos limites entre os Estados, Distrito Federal e Territórios, bem como, mediante entendimento, a superintendência técnica sobre as organizações civis de levantamento topográfico.

Art. 45. Sua organização compreende:

1 — Órgãos de direção e execução geral;

— Diretor — General de brigada;

— Gabinete;

— Gabinetes técnicos;

— Órgãos especiais.

2 — Órgãos de execução gerais:

Divisões de Levantamento.

3 — Órgãos de execução regionais:

Secções Topográficas Regionais.

4 — Órgãos de preparação do pessoal:

Escola Técnica do Exército.

TÍTULO VI

Disposições Diversas

CAPÍTULO XV

DISPOSIÇÕES PARTICULARES A DIVERSOS ORGÃOS E A DIVERSAS FUNÇÕES

Art. 46. Os diversos estabelecimentos, repartições e órgãos de instrução do Exército são organizados segundo as disposições da presente Lei e das Leis de organização geral do Ministério da Guerra, de organização geral do Exército, do Ensino Militar e do Serviço Militar.

Parágrafo único. Os quadros e efetivos desses órgãos constam dos respectivos regulamentos, respeitados os limites fixados nas dotações orçamentárias.

Art. 47. Os Quartéis-Generais que não dispuserem de elementos dos Serviços terão suas necessidades atendidas pelo corpo de tropa estacionado na localidade ou na que lhe ficar mais próxima.

Art. 48. O número de adidos militares às representações diplomáticas no estrangeiro será fixado por decreto, com discriminação dos créditos necessários.

Parágrafo único. O número de oficiais a serem enviados ao estrangeiro, em comissão de qualquer natureza, será fixado anualmente pelo Governo, mediante proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército. Os créditos necessários constarão do Orçamento do Ministério da Guerra.

Art. 49. A movimentação dos oficiais gerais e dos oficiais superiores das Armas é feita por decreto; a dos oficiais do Quadro de Estado-Maior pelo Chefe do Estado-Maior do Exército; as nomeações ou designações de oficiais para funções que impliquem em chefia ou direção são feitas por decreto; as transferências e classificações de capitães e subalternos são feitas

pelas Diretorias das Armas e de Serviços com quadros próprios, em nome do Ministro.

§ 1.º Os oficiais são classificados na Tropa ou nos Serviços ou para eles transferidos, cabendo ao respectivo comandante ou chefe dar-lhes função correspondente ao posto, conforme as determinações regulamentares. Em princípio, as substituições de função no interior dos corpos de Tropa se fazem no fim de cada ano de instrução.

§ 2.º Nenhum oficial poderá ser mantido em cargos de ajudante, secretário e chefe de Secção Mobilizadora e de ajudante de ordens por mais de dois anos.

Art. 50. Os oficiais aptos para o Serviço de Estado-Maior, mesmo quando não pertençam ao respectivo Quadro, dependem do Chefe do Estado-Maior do Exército, no que interesse à sua instrução. Ouvido o Ministro da Guerra, poderão esses oficiais ser convocados para estagiar, durante um período anual não excedente de 30 dias, em estado-maior sediado na Região Militar em que servirem, e ainda receber missões especiais do chefe do Estado-Maior do Exército, cumulativamente ou não com suas funções normais, desde que não impliquem em afastamento da guarnição por mais de 15 dias.

Art. 51. O Presidente da República, o Ministro da Guerra, os Generais de Divisão, Chefe do Estado-Maior do Exército, Inspetores de Grupos de Regiões e Comandantes de Regiões Militares disporão, cada um, de dois oficiais ajudantes de ordens. Os demais generais da ativa, em serviço ou em comissões de carater essencialmente militar; os generais chefes de missões estrangeiras, o general chefe do Gabinete Militar da Presidência da República disporão, cada um, de um oficial ajudante de ordens.

O coronel que estiver no exercício de funções de comando relativas ao posto de general disporá de um adjunto, ao invés de ajudante de ordens.

Parágrafo único. Os generais da ativa, quando dispensados da função que exercerem e enquanto aguardarem nova comissão, conservarão seus ajudantes de ordens.

Art. 52. Nas unidades de todas as armas onde existirem sub-unidades-quadros, dever-se-á, findo cada ano de instrução, proceder ao revezamento entre as sub-unidades, de maneira que todas passem periodicamente por aquela categoria.

§ 1.º Essas sub-unidades participam dos exercícios de conjunto das unidades a que pertencem; seus oficiais e praças concorrem como os demais para a instrução do corpo. Podem ser empregados na formação de reservistas de 2.ª categoria, de graduados e especialistas da reserva.

§ 2.º As sub-unidades-quadros devem achar-se sempre em condições de poder incorporar os efetivos que lhe correspondem.

CAPÍTULO XVI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53. A organização prevista na presente Lei deverá ser realizada de acordo com a ordem de urgência estabelecida em decreto especial e os recursos orçamentários.

Art. 54. Os aumentos nos quadros de oficiais, porventura necessários em face das disposições da presente Lei, serão abatidos das quotas proporcionais correspondentes aos quadros A e QA os quais ficarão automaticamente extintos, uma vez realizada, totalmente, a organização prevista na presente Lei.

Parágrafo único. Os cargos que podem ser exercidos por General de Divisão ou de Brigada e por General de Brigada ou Coronel se referem unicamente ao tempo de paz e até completar definitivamente a organização do Exército.

CAPÍTULO XVII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 55. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.389 — DE 12 DE ABRIL DE 1943

Introduz alterações no Quadro III — Departamento dos Correios e Telégrafos do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO III — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Parte Permanente

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
	<i>Engenheiro</i>						<i>Engenheiro</i>				
2	N	—	2	III	4	N	—	4	Dos cargos vagos, 1 da classe N será provido imediatamente e os demais com os recursos da C/C da P. P.
4	M	—	—	P.P.	6	M	—	2	
7	L	—	—	P.P.	8	L	—	1	
10	K	—	—	P.P.	10	K	—	—	
15	J	—	—	P.P.	12	J	3	—	
38						40					
	<i>Oficial Administrativo</i>						<i>Oficial Administrativo</i>				
6	L	—	—	III	25	L	—	19	Dos cargos vagos da classe L, 5 serão providos imediatamente e os restantes, assim como os da classe K, com os recursos da C/C da P.P.
16	K	—	—	P.P.	40	K	—	24	
74	J	—	—	P.P.	65	J	9	—	
89	I	—	—	P.P.	90	I	—	1	
164	H	—	—	P.P.	130	H	34	—	
349						350					

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
Inspetor de Linhas Telegráficas						Inspetor de Linhas Telegráficas					
3	L	—	—	P.S.	6	L	—	3	Dos cargos vagos, 1 da classe L será provido imediatamente e os restantes com os recursos da C/C da P.P.
9	K	—	—	P.S.	12	K	—	3	
20	J	—	—	P.S.	22	J	—	2	
48	I	—	—	P.S.	48	I	—	—	
24	H	—	—	P.S.	24	H	—	—	
104						112					
Postalista						Postalista					
4	L	—	—	P.S.	25	L	—	21	Dos cargos vagos, 10 da classe L serão providos imediatamente e os restantes com os recursos da C/C da P.P.
10	K	—	—	P.S.	40	K	—	30	
44	J	—	—	P.S.	65	J	—	21	
84	I	—	—	P.S.	90	I	—	6	
206	H	—	—	P.S.	130	H	76	—	
348						350					
Telegrafista						Telegrafista					
3	L	—	—	P.S.	20	L	—	17	Dos cargos vagos, 5 da classe L serão providos imediatamente e os restantes com os recursos da C/C da P.P.
10	K	—	—	P.S.	60	K	—	50	
80	J	—	—	P.S.	100	J	—	20	
275	I	—	—	P.S.	275	I	—	—	
413	H	—	—	P.S.	413	H	—	—	
638	G	—	—	P.S.	638	G	—	—	Dos cargos vagos da classe E, 10 serão providos imediatamente e os restantes com os recursos da C/C da P.P.
602	F	—	—	P.S.	602	F	—	—	
2.021						2.108					
Servente						Servente					
3	Chefe de Portaria.	E	—	—	P.S.	77	E	—	44	Dos cargos vagos da classe E, 10 serão providos imediatamente e os restantes com os recursos da C/C da P.P.
3	Ajudante de Porteiro	E	—	—	P.S.					
27	Servente	E	—	—	P.S.					
4	Chefe de Portaria.	D	—	—	P.S.	183	D	—	—	
179	Servente	D	—	—	P.S.					
290	Servente	C	—	—	P.S.	290	C	—	—	
240	Servente	B	—	—	P.S.	240	B	—	—	
746						790					

Parte suplementar

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
							Artífice				
1	Mecânico Eletricis- ta	K	—	—	Q. III P.S.	4	K	—	2	Dos cargos va- gos 1 da clas- se K, 3 da classe J e 2 da classe I se- rão providos imediatamen- te e os restan- tes com os re- cursos da C/C da P.P.
1	Superintendente das Oficinas	K	—	—	P.S.						
1	Mecânico Eletricis- ta	J	—	—	P.S.	6	J	—	5	
5	Mecânico Eletricis- ta	I	—	—	P.S.	9	I	—	4	
3	Eletricista	H	—	—	P.S.	13	H	—	2	
1	Marceneiro	H	—	—	P.S.						
1	Mecânico	H	—	—	P.S.						
6	Mecânico Eletricis- ta	H	—	—	P.S.						
2	Marceneiro	G	—	—	P.S.	18	G	—	4	
2	Mecânico	G	—	—	P.S.						
10	Mecânico Eletricis- ta	G	—	—	P.S.						
2	Carpinteiro	F	—	—	P.S.	24	F	—	—	
1	Cesteiro	F	—	—	P.S.						
1	Correeiro	F	—	—	P.S.						
1	Ferreiro	F	—	—	P.S.						
1	Lustrador	F	—	—	P.S.						
1	Marceneiro	F	—	—	P.S.						
6	Mecânico	F	—	—	P.S.						
10	Mecânico Eletricis- ta	F	—	—	P.S.						
1	Pintor	F	—	—	P.S.						
					III						
1	Bombeiro	E	—	—	P.S.	31	E	—	2	
1	Carpinteiro	E	—	—	P.S.						
2	Correeiro	E	—	—	P.S.						
6	Eletricista	E	—	—	P.S.						
1	Funileiro	E	—	—	P.S.						
5	Marceneiro	E	—	—	P.S.						
11	Mecânico Eletricis- ta	E	—	—	P.S.						
1	Pintor	E	—	—	P.S.						
1	Serralheiro	E	—	—	P.S.						
2	Carpinteiro	D	—	—	P.S.	32	D	—	—	
2	Correeiro	D	—	—	P.S.						
4	Eletricista	D	—	—	P.S.						
1	Empalhador	D	—	—	P.S.						
1	Estofador	D	—	—	P.S.						
1	Lustrador	D	—	—	P.S.						
8	Marceneiro	D	—	—	P.S.						
3	Mecânico	D	—	—	P.S.						
6	Mecânico Eletricis- ta	D	—	—	P.S.						
1	Pedreiro	D	—	—	P.S.						
2	Pintor	D	—	—	P.S.						
1	Serralheiro	D	—	—	P.S.						
2	Eletricista	C	—	—	P.S.	10	C	—	—	
7	Mecânico Eletricis- ta	C	—	—	P.S.						
1	Pedreiro	C	—	—	P.S.						
						147					

DECRETO-LEI N. 5.390 — DE 12 DE ABRIL DE 1943

Autoriza a alienação de imóvel pertencente à União

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Ministério da Fazenda alienará, por intermédio da Diretoria do Domínio da União, mediante concorrência pública e observadas as formalidades legais, o domínio útil do imóvel sito à Avenida Koeler n. 190, município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, com as benfeitorias nele existentes.

Parágrafo único. O preço mínimo para alienação será de Cr\$ 443.000,00, importância da avaliação judicial.

Art. 2.º A receita proveniente da alienação será recolhida e escriturada como "Renda Extraordinária", na forma do decreto-lei n. 2.859, de 12 de novembro de 1940.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.391 — DE 12 DE ABRIL DE 1943

Transforma cargos da carreira de Auxiliar de Ensino do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confiere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam transformados em 3 (três) cargos de Assistente, padrão I, do Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, 2 (dois) cargos da classe F e (um) da classe G da carreira de Auxiliar de Ensino dos mesmos Quadro e Ministério.

Art. 2.º Os funcionários ocupantes dos cargos de que trata o artigo anterior, e que constam da relação nominal anexa, serão lotados na Escola Nacional de Música.

Art. 3.º A Divisão de Pessoal do Ministério da Educação e Saúde apos-tilará os decretos de nomeação dos funcionários atingidos pelo disposto neste decreto-lei.

Art. 4.º A carreira de Auxiliar de Ensino, a que se refere o artigo 1.º deste decreto-lei, passa a ser constituída conforme a tabela anexa.

Art. 5.º A despesa resultante com o disposto neste decreto-lei correrá por conta do saldo existente no conta corrente do Quadro Permanente do Ministério de Educação e Saúde.

Art. 6.º O presente decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de abril de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE — Q. S.

38

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA			
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Observações
	AUXILIAR DE ENSINO						AUXILIAR DE ENSINO		
9	G	—	—	—	8	G	
3	F	—	—	—	1	F	
5	E	—	—	—	5	E	
3	D	—	—	—	3	D	

RELAÇÃO NOMINAL A QUE SE REFERE O ART 2.º DO DECRETO-LEI N. 5.391, DE 12 DE ABRIL DE 1943

NOME	CARGO ANTIGO	CARGO ATUAL
Jaime Bonifand Figueiras.....	Auxiliar de Ensino, classe G	Assistente, padrão I.
Álvaro Júlio de Barros Figueiredo.....	Auxiliar de Ensino, classe F	Assistente, padrão I.
Mário de Azevedo	Auxiliar de Ensino, classe F	Assistente, padrão I.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO-LEI N. 5.392 — DE 12 DE ABRIL DE 1943

Altera a carreira de Datilógrafo dos Ministérios da Aeronáutica, Agricultura, Justiça e Negócios Interiores, Relações Exteriores, Educação e Saúde, do Departamento Administrativo do Serviço Público e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na conformidade das tabelas anexas, a carreira de Datilógrafo dos Ministérios da Aeronáutica, Agricultura, Educação e Saúde, Justiça e Negócios Interiores, Relações Exteriores e do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 2.º Os funcionários cujos cargos passaram a constituir a classe D da carreira de que trata o artigo anterior terão seus decretos de nomeação apostilados pelos Serviços de Pessoal dos Ministérios e Departamento, aludidos.

Art. 3.º Para efeito de promoção da classe D à E da carreira de Datilógrafo, mencionada, será computado o tempo de efetivo exercício na classe C.

Art. 4.º A despesa decorrente com o disposto neste decreto-lei, na parte referente aos Ministérios da Agricultura, Educação e Saúde e ao Departamento Administrativo do Serviço Público, correrá à conta do saldo existente no conta corrente do Quadro Permanente respectivo.

Art. 5.º Ficam abertos os créditos:

a) de Cr\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos cruzeiros) ao Ministério da Aeronáutica;

b) de Cr\$ 63.000,00 (sessenta e três mil cruzeiros) ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores;

c) de Cr\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos cruzeiros) ao Ministério das Relações Exteriores;

(Anexos ns. 11, 16 e 18 do Orçamento Geral da República), suplementares à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 6.º O presente decreto-lei entrará em vigor em 1 de abril de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

Oswaldo Aranha.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	DATILÓGRAFO						DATILÓGRAFO				
6	E	—	6	Q.P.	7	E	—	7	
9	D	—	9	Q.P.	14	D	—	9	
12	C	—	7	Q.P.						
27						21					

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	DATILÓGRAFO						DATILÓGRAFO				
10	E	—	10	Q.P.	50	E	—	50	
50	D	—	50	Q.P.	100	D	—	98	
90	C	—	88	Q.P.						
150						150					

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	DATILÓGRAFO						DATILÓGRAFO				
20	E	—	20	Q.P.	33	E	—	33	
30	D	—	29	Q.P.	66	D	—	22	
50	C	—	7	Q.P.						
100						99					

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	DATILÓGRAFO						DATILÓGRAFO				
10	E	—	10	Q.P.	33	E	—	33	
30	D	—	30	Q.P.	66	D	—	6	
60	C	—	—	Q.P.						
100						99					

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	DATILÓGRAFO	G	—	—	Q.P.	—	DATILÓGRAFO	G	5	—	
6	E	—	6	Q.P.	10	E	—	10	
9	D	—	9	Q.P.	15	D	—	—	
15	C	—	—	Q.P.						
30						25					

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	DATILÓGRAFO						DATILÓGRAFO				
5	E	—	1	—	12	E	—	8	Os cargos vagos serão preen- chidos imedia- tamente.
10	D	—	4	—	24	D	—	1	
20	C	—	3	—						
35						36					

DECRETO-LEI N. 5.393 — DE 12 DE ABRIL DE 1943

Altera carreiras nos Ministérios da Educação e Saúde, Fazenda, Guerra, Justiça e Negócios Interiores e Marinha e dá outras providências

O Presidente de República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, na conformidade das tabelas anexas, as carreiras de Foguista, Guarda Sanitário Marítimo, Maquinista Marítimo, Marinheiro e Motorista do Ministério da Educação e Saúde; as de Carvoeiro, Foguista, Maquinista Marítimo e Marinheiro do Ministério da Fazenda; as de Maquinista Marítimo e Motorista do Ministério da Guerra; as de Artífice, Maquinista Marítimo, Polícia Marítimo e Aéreo, Servente e Marinheiro do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; as de Foguista, Maquinista Marítimo, Marinheiro e Servente do Ministério da Marinha.

Art. 2.º Os Serviços ou Divisões de Pessoal dos Ministérios a que alude o artigo anterior apostilarão os decretos de nomeação dos funcionários atingidos pelo disposto neste decreto-lei e que constam da relação nominal anexa.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

Gustavo Capanema.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Foguista</i>						<i>Foguista</i>				
10	6	—	—		9	6	—	—	
3	5	—	—		2	5	—	—	
10	4	—	—		10	4	—	—	
	<i>Guarda Sanitário Marítimo</i>						<i>Guarda Sanitário Marítimo</i>				
1	10	—	—		1	10	—	—	
6	6	—	—		6	6	—	—	
11	5	—	—		10	5	—	—	
7	4	—	—		7	4	—	—	
10	3	—	—		10	3	—	—	
	<i>Maquinista Marítimo</i>						<i>Maquinista Marítimo</i>				
9	10				9	10	—	—	
11	6				12	6	—	—	
						3	5	—	—	
						3	4	—	—	

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
64 5	<i>Marinheiro</i>					61 5	<i>Marinheiro</i>				
	4					4	—	—	
	3					3	—	—	
5 10 39 7	<i>Motorista</i>					5 9 39 7	<i>Motorista</i>				
	G					G	—	—	
	F					F	—	—	
	E					E	—	—	
	D					D	—	—	

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
2	<i>Carvoeiro</i>	D	—	—		2	<i>Carvoeiro</i>	D	—	—	
1	B	—	—						
9	<i>Foguista</i>	6	—	—		9	<i>Foguista</i>	6	—	—	
11	5	—	—		5	5	—	—	
7	4	—	—		7	4	—	—	
13	3	—	—		10	3	—	—	
5	2	—	—		4	2	—	—	
15	<i>Maquinista</i>	10				15	<i>Maquinista</i>	10			
5	<i>Marítimo</i>	8				5	<i>Marítimo</i>	8			
13	6				13	6			
15	5				22	5			
4	4				14	4			
1	3				5	3			
						1	2			
						1	1			

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Marinheiro</i>						<i>Marinheiro</i>				
9	5	—	—		8	5	—	—	
225	4	—	—		215	4	—	—	
185	3	—	—		184	3	—	—	
51	2	—	—		51	2	—	—	

MINISTÉRIO DA GUERRA

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Maquinista Marítimo</i>						<i>Maquinista Marítimo</i>				
3	H				3	H	—	—	
7	G				7	G	—	—	
3	F				3	F	—	—	
						1	D	—	—	
	<i>Motorista</i>						<i>Motorista</i>				
2	F				2	F	—	—	
12	E				12	E	—	—	
28	D				27	D	—	—	
2	C				2	C	—	—	

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

52

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Artífice</i>						<i>Artífice</i>				
2	H	—	—		2	H	—	—	
9	G	—	—		9	G	—	—	
12	F	—	—		12	F	—	—	
19	E	—	—		18	E	—	—	
20	D	—	—		20	D	—	—	
	<i>Maquinista Marítimo</i>						<i>Maquinista Marítimo</i>				
8	10	—	—		9	10	—	—	
						2	4	—	—	
						1	2	—	—	

ATOS DO PODER EXECUTIVO

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Polícia Marítimo e Aéreo</i>						<i>Polícia Marítimo e Aéreo</i>				
6	12	—	—		6	12	—	—	
7	10	—	—		6	10	—	—	
10	8	—	—		10	8	—	—	
15	7	—	—		15	7	—	—	
8	6	—	—		8	6	—	—	
	<i>Servente</i>						<i>Servente</i>				
51	E	—	—		51	E	—	—	
38	D	—	—		38	D	—	—	
89	C	—	—		88	C	—	—	
10	B	—	—		10	B	—	—	
	<i>Marinheiro</i>						<i>Marinheiro</i>				
12	4	—	—		11	4	—	—	

MINISTÉRIO DA MARINHA

54

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Foguista</i>						<i>Foguista</i>				
54	F				48	F			
40	E				40	E			
1	D				1	D			
	<i>Maquinista Marítimo</i>						<i>Maquinista Marítimo</i>				
46	H				46	H			
25	G				25	G			
35	F				41	F			
18	E				18	E			
30	D				32	D			
18	C				22	C			
1	B				5	B			

ATOS DO PODER EXECUTIVO

	<i>Marinheiro</i>						<i>Marinheiro</i>			
106	D				104	D		
154	C				150	C		
106	B				104	B		
	<i>Servente</i>						<i>Servente</i>			
39	E				39	E		
58	D				58	D		
84	C				84	C		
111	B				109	B		

RELAÇÃO NOMINAL A QUE SE REFERE O ART. 2.º DO DECRETO-LEI N. 5.301, DE 4 DE MARÇO DE 1943
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Nome	Cargo anterior	Cargo atual
Antenor Augusto de Freitas.....	Marinheiro, classe 4.....	Maquinista marítimo, classe 4
Januário Bastos de Oliveira.....	Motorista, classe F.....	Maquinista marítimo, classe 5
José Cândio da Rosa.....	Foguista, classe 5.....	Maquinista marítimo, classe 5
João Manuel dos Santos.....	Foguista, classe 6.....	Maquinista marítimo, classe 6
José Virgílio de Oliveira.....	Guarda sanitário marítimo, classe 5.....	Maquinista marítimo, classe 5
Luiz Rodrigues de Carvalho.....	Marinheiro, classe 4.....	Maquinista marítimo, classe 4
Sila Rodrigues de Moraes.....	Marinheiro, classe 4.....	Maquinista marítimo, classe 4

RELAÇÃO NOMINAL A QUE SE REFERE O ART. 2.º DO DECRETO-LEI N. 5.301, DE 4 DE MARÇO DE 1943

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Nome	Cargo anterior	Cargo atual
Álvaro Leão Carmelo.....	Foguista, classe 5.....	Maquinista marítimo, classe 5
Álvaro Conrado da Costa.....	Foguista, classe 3.....	Maquinista marítimo, classe 3
Álvaro Távora.....	Foguista, classe 5.....	Maquinista marítimo, classe 5
Américo de Oliveira.....	Foguista, classe 5.....	Maquinista marítimo, classe 5
Artur Marques.....	Foguista, classe 3.....	Maquinista marítimo, classe 3
Emídio do Carmo Dutra.....	Marinheiro, classe 4.....	Maquinista marítimo, classe 4
Esmeraldo Gomes de Oliveira.....	Marinheiro, classe 4.....	Maquinista marítimo, classe 4
Francisco Alves.....	Marinheiro, classe 4.....	Maquinista marítimo, classe 4
João Cosme da França.....	Marinheiro, classe 4.....	Maquinista marítimo, classe 4
José Pina de Oliveira.....	Foguista, classe 2.....	Maquinista marítimo, classe 2
José Manuel Pires.....	Marinheiro, classe 3.....	Maquinista marítimo, classe 3
José Inácio da Costa.....	Foguista, classe 3.....	Maquinista marítimo, classe 3
José Lauro Belém.....	Carvoeiro, classe B.....	Maquinista marítimo, classe 1
Jorge Antônio Pinto de Miranda.....	Marinheiro, classe 4.....	Maquinista marítimo, classe 4
Melício Borges da Silva.....	Marinheiro, classe 4.....	Maquinista marítimo, classe 4
Mário Cardim.....	Foguista, classe 5.....	Maquinista marítimo, classe 5
Moacir Barreto Ramos.....	Marinheiro, classe 4.....	Maquinista marítimo, classe 4
Nilo Teles de Oliveira.....	Foguista, classe 5.....	Maquinista marítimo, classe 5
Pedro Pinheiro.....	Marinheiro, classe 4.....	Maquinista marítimo, classe 4
Porfírio Machado dos Santos.....	Marinheiro, classe 4.....	Maquinista marítimo, classe 4
Raimundo Leite.....	Marinheiro, classe 4.....	Maquinista marítimo, classe 4
Severino Francisco dos Santos.....	Foguista, classe 5.....	Maquinista marítimo, classe 5
Valdemiro Bruno dos Santos.....	Marinheiro, classe 5.....	Maquinista marítimo, classe 5

RELAÇÃO NOMINAL A QUE SE REFERE O ART. 2.º DO DECRETO-LEI N. 5.301, DE 4 DE MARÇO DE 1943

MINISTÉRIO DA GUERRA

Nome	Cargo anterior	Cargo atual
João Gonçalves de Oliveira.....	Motorista, classe D.....	Maquinista marítimo, classe D

RELAÇÃO NOMINAL A QUE SE REFERE O ART. 2.º DO DECRETO-LEI N. 5.301, DE 4 DE MARÇO DE 1943

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Nome	Cargo anterior	Cargo atual
Armando Pena Filho.....	Polícia marítimo aéreo, classe 10.....	Maquinista marítimo, classe 10
Fortunato Pereira de Araújo.....	Servente, classe C.....	Maquinista marítimo, classe 2
José da Cunha Leite.....	Artífice, classe E.....	Maquinista marítimo, classe 4
Redolvato de Lima Monteiro.....	Marinheiro, classe 4.....	Maquinista marítimo, classe 4

RELAÇÃO NOMINAL A QUE SE REFERE O ART. 2.º DO DECRETO-LEI N. 5.301, DE 4 DE MARÇO DE 1943

MINISTÉRIO DA MARINHA

Nome	Cargo anterior	Cargo atual
Aparicio de Oliveira Hora.....	Foguista, classe F.....	Maquinista marítimo, classe F
Arlindo Carvalho da Costa.....	Foguista, classe F.....	Maquinista marítimo, classe F
Durval Augusto Gomes.....	Servente, classe B.....	Maquinista marítimo, classe B
Epaminondas Rolemberg do Bonfim.....	Marinheiro, classe B.....	Maquinista marítimo, classe B
José Gonçalves de Lima Júnior.....	Marinheiro, classe C.....	Maquinista marítimo, classe C
José Nunes da Rocha.....	Marinheiro, classe C.....	Maquinista marítimo, classe C
João Manuel Setubal.....	Foguista, classe F.....	Maquinista marítimo, classe F
Joaquim José Andrade.....	Servente, classe B.....	Maquinista marítimo, classe B
Laudelino de Moraes.....	Foguista, classe F.....	Maquinista marítimo, classe F
Mário da Rosa Afonso.....	Marinheiro, classe C.....	Maquinista marítimo, classe C
Maurício Pinto da Silva.....	Foguista, classe F.....	Maquinista marítimo, classe F
Nascimento da Cruz Rolão.....	Marinheiro, classe C.....	Maquinista marítimo, classe C
Otávio Ferreira Bonfim.....	Marinheiro, classe D.....	Maquinista marítimo, classe D
Paulo de Melo Borges.....	Foguista, classe F.....	Maquinista marítimo, classe F
Raimundo Barroso de Sousa.....	Marinheiro, classe B.....	Maquinista marítimo, classe B
Valdemar Brígido de Farias.....	Marinheiro, classe D.....	Maquinista marítimo, classe D

DECRETO-LEI N. 5.394 — DE 12 DE ABRIL DE 1943

Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura (Serviços de Proteção aos Índios), as seguintes funções gratificadas:

Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.)

Chefe da Secção de Estudos (S.E.) (1) a..... Cr\$ 4.800,00 anuais
Chefe da Secção de Orientação e Fiscalização (S.O.F.)

(1) a Cr\$ 4.800,00 anuais
Chefe da Secção de Administração (S.A.) (1) a.... Cr\$ 3.600,00 anuais

Art. 2.º Para atender, no corrente exercício, ao pagamento da despesa prevista no artigo 1.º deste decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos cruzeiros).

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de abril de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.395 — DE 12 DE ABRIL DE 1943

Altera as tabelas do extinto Quadro IV — Estrada de Ferro Noroeste do Brasil — do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As tabelas do extinto Quadro IV — Estrada de Ferro Noroeste do Brasil — do Ministério da Viação e Obras Públicas, anexas ao decreto-lei n. 3.441, de 18 de julho de 1941, ficam alteradas pelas que acompanham o presente decreto-lei.

Art. 2.º Os decretos de nomeação dos funcionários cujos cargos foram alterados por este decreto-lei serão apostilados pelo chefe do Serviço Regional do Pessoal da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

RELAÇÃO NOMINAL DOS FUNCIONÁRIOS A QUE SE REFERE O ART. 2.º DO DECRETO-LEI N. 5.395, DE 12
DE ABRIL DE 1943

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — QUADRO IV (EXTINTO)

Nome	Cargo anterior	Cargo atual
Atoalba Will Rosas.....	Oficial Administrativo, classe J.....	Prático de Engenharia, classe J
Constantino Meira.....	Oficial Administrativo, classe J.....	Prático de Engenharia, classe J
Cirilo Aquino Prazeres.....	Oficial Administrativo, classe J.....	Prático de Engenharia, classe J
Dormevil Forastieri.....	Oficial Administrativo, classe J.....	Prático de Engenharia, classe J
Eurico Silvestre Machado.....	Oficial Administrativo, classe J.....	Prático de Engenharia, classe J
Heitor de Andrada Campos.....	Oficial Administrativo, classe J.....	Prático de Engenharia, classe J
Luiz Soares de Gouveia Horta.....	Oficial Administrativo, classe K.....	Prático de Engenharia, classe K

QUADRO IV (EXTINTO) — ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Oficial Adminis- trativo</i>						<i>Oficial Adminis- trativo</i>				
1	L	—	—		1	L			
2	K	—	—		2	K		1	
3	J	—	—		3	J			
8	I	—	—		8	I			
15	H	—	—		15	H			
1	Oficial Adminis- trativo	K				2	Prático de Enge- nharia	K		1	
1	Prático de Enge- nharia	J				7	J			
6	Oficial Adminis- trativo	J				3	I		2	
1	Prático de Enge- nharia	I				4	H		4	
4	Prático de Enge- nharia	G				4	G			
3	Prático de Enge- nharia	F				3	F			

DECRETO-LEI N. 5.396 — DE 12 DE ABRIL DE 1943

Introduz modificações no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Ficam introduzidas, no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica, as modificações constantes das tabelas anexas a este decreto-lei.

Art. 2.º Observado o princípio de metade por merecimento, metade por antiguidade, os funcionários que à data do decreto-lei n. 5.082, de 12 de dezembro de 1942, pertenciam, em caráter efetivo, à carreira de Engenheiro, ao atingirem a classe L, poderão ser nomeados para a classe inicial da carreira de Engenheiro de Obras constante das tabelas anexas a este decreto-lei.

Art. 3.º Para atender, no período de 1 de abril a 31 de dezembro do corrente ano, as despesas resultantes da execução deste decreto-lei fica aberto, ao Ministério da Aeronáutica, Anexo 11 do Orçamento Geral da República, o crédito suplementar de Cr\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil cruzeiros), à Verba 1 — Pessoal, consignação I — Pessoal Permanente, subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

J. P. Salgado Filho.

A. de Souza Costa.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
10	<i>Engenheiro</i>	L	—	5	Q. P.	10	<i>Engenheiro</i>	L	—	5	A serem providos imediatamente.
15	K	—	9	Q. P.	20	K	—	14	
20	J	—	—	Q. P.	30	J	—	10	
45						60					
						4	<i>Engenheiro de Aeronáutica</i>	N	—	4	
						6	M	—	6	
						10				
4	<i>Engenheiro de Aeronáutica</i>	N	—	—		4	<i>Engenheiro de Obras</i>	N	—	—	A serem providos imediatamente, de acordo com o decreto-lei n. 5.082, de 12-12-42.
6	M	—	3		6	M	—	3	

DECRETO-LEI N. 5.397 — DE 12 DE ABRIL DE 1943

Altera o Quadro VIII — Estrada de Ferro São Luiz-Teresina, do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterado, de conformidade com as tabelas anexas a este decreto-lei, o Quadro VIII — Estrada de Ferro São Luiz-Teresina — do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Ficam abertos, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, anexo n. 20 do Orçamento Geral da República, os créditos suplementares de Cr\$ 115.200,00 (cento e quinze mil e duzentos cruzeiros) e Cr\$ 140.400,00 (cento e quarenta mil e quatrocentos cruzeiros), respectivamente, à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente, 88 — Quadro VIII, e à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções Gratificadas.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — QUADRO VIII — ESTRADA DE FERRO SÃO LUIZ-TERESINA

PARTE PERMANENTE

Cargos em comissão

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
1	Diretor	N	—	—	VIII	1	Diretor	P	—	—	

Cargos isolados de provimento efetivo

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
3	Ajudante de Tesoureiro	D	—	2	VIII	3	Ajudante de Tesoureiro	D	—	2	Vagos a serem providos quando forem extintos os cargos de Tesoureiro da P.S.
1	Tesoureiro	H	—	—	VIII	1	Tesoureiro	H	—	—	

Carreiras Permanentes

66

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
1	Almoxarife						Almoxarife				
	I	—	—	VIII	1	J	—	1	Os cargos vagos das classes J e F serão providos imediatamente e o da classe G com os recursos do c/c da P.P.
	H	1	—	VIII	1	I	—	—	
						1	H	—	—	
						1	G	—	1	
						1	F	—	1	
1						5					
1	Desenhista-auxiliar						Desenhista-auxiliar				
					1	H	—	1	O cargo vago da classe H será provido imediatamente e os das classes F e E com os recursos do c/c da P.P.
		G	—	—	VIII	1	G	—	—	
						1	F	—	1	
						1	E	—	1	
						4					

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Engenheiro					Engenheiro					O cargo vago da classe N será provido imediatamente e o da classe J com os recursos do c/c da P.P.	
1	M	1	—	VIII	1	N	—		1
2	L	—	—	VIII	1	M	1		—
2	K	—	—	VIII	2	L	—		—
2	J	—	—	VIII	2	K	—		—
7						3	J	—	1	
Escriturário					Escriturário					Os cargos vagos da classe G serão providos imediatamente e os da classe F com os recursos do c/c da P.P.	
6	G	—	—	VIII	10	G	—		4
11	F	—	—	VIII	15	F	—		4
18	E	15	—	VIII	20	E	13		—
35						45					
Oficial Administrativo					Oficial Administrativo					O cargo vago da classe K será promovido imediatamente e os das classes L, I e H com os recursos do c/c da P. P.	
					VIII						
2	J	—	—	P.S.	1	L	—		1
1	I	—	—	P.S.	1	K	—		1
						2	J	—		—
						2	I	—	1	
						3	H	—	3	
3						9					

FUNÇÃO GRATIFICADA

Situação atual			Situação proposta		
Número	Nome	Gratificação anual	Número	Nome	Gratificação anual
3	Chefe de Divisão.....	Cr\$ 3.600,00	4	Chefe de Divisão.....	Cr\$ 4.800,00
			1	Chefe de Material.....	Cr\$ 3.600,00
1	Chefe de Secção Regional de Pessoal	Cr\$ 2.400,00	1	Chefe de Pessoal.....	Cr\$ 3.600,00
			1	Secretário	Cr\$ 2.400,00

PARTE SUPLEMENTAR

Carreiras extintas

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Agente de Estrada de Ferro</i>				VIII		<i>Agente de Estrada de Ferro</i>				
1	G	—	—	P.S.	1	G	—	—	
3	F	—	—	P.S.	3	F	—	—	
13	E	—	—	P.S.	13	E	—	—	
17	D	—	—	P.S.	17	D	—	—	
10	C	—	—	P.S.	10	C	—	—	
44						44					
	<i>Condutor de Trem</i>				VIII		<i>Condutor de Trem</i>				
1	G	—	—	P.S.	1	G	—	—	
2	F	—	—	P.S.	2	F	—	—	
6	E	—	—	P.S.	6	E	—	—	
1	D	—	—	P.S.	1	D	—	—	
10						10					
	<i>Maquinista de Estrada de Ferro</i>						<i>Maquinista de Estrada de Ferro</i>				
1	G	—	—	P.S.	1	G	—	—	
3	F	—	—	P.S.	3	F	—	—	
5	E	—	—	P.S.	5	E	—	—	
6	D	—	—	P.S.	6	D	—	—	
3	C	—	—	P.S.	3	C	—	—	
18						18					
	<i>Mestre de Linha</i>						<i>Mestre de Linha</i>				
1	G	—	—	P.S.	1	G	—	—	
4	F	—	—	P.S.	4	F	—	—	
5						5					
	<i>Prático de Engenharia</i>						<i>Prático de Engenharia</i>				
2	H	—	—	P.S.	2	H	—	—	
2	G	—	—	P.S.	2	G	—	—	
4						4					
	<i>Servente</i>						<i>Servente</i>				
4	C	—	—	P.S.	4	C	—	—	
1	B	—	—	P.S.	1	B	—	—	
5						5					

Cargos extintos

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
					VIII						
1	Tesoureiro	I	—	—	P.S.	1	Tesoureiro	I	—	—	
1	Tesoureiro	H	—	—	P.S.	1	Tesoureiro	H	—	—	

DECRETO-LEI N. 5.398 — DE 13 DE ABRIL DE 1943

Abre ao Ministério da Aeronáutica crédito suplementar, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito suplementar de Cr\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos cruzeiros), à Verba 1 — Pessoal — Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente, 79 — Quadro Permanente.

Art. 2.º O crédito, a que se refere o artigo anterior, destina-se ao provimento imediato dos dois cargos isolados de Ajudante de Tesoureiro, padrão H, vagos conforme consta das tabelas explicativas baixadas com o anexo 11 do Orçamento Geral da União para 1943.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

J. P. Salgado Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.399 — DE 13 DE ABRIL DE 1943

Cria função gratificada no Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, a função gratificada de Chefe do Gabinete de Radiologia da Faculdade Nacional de Medicina.

Art. 2.º Fica fixada em Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) anuais a gratificação de que trata o artigo anterior.

Art. 3.º Para atender à despesa com o presente decreto-lei, no presente exercício, fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde, anexo 13 do Orçamento Geral da República, o crédito suplementar de Cr\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos cruzeiros) à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções Gratificadas, 70 — Universidade do Brasil, 13 — Faculdade Nacional de Medicina.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de abril de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.400 — DE 13 DE ABRIL DE 1943

Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados seis cargos na classe H da carreira de Contador do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Para atender no período de 1 de abril a 31 de dezembro do corrente ano, fica aberto, ao Ministério da Fazenda, anexo n. 14, do Orçamento Geral da República, o crédito suplementar de Cr\$ 59.400,00 à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente, 79 — Quadro Permanente.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.401 — DE 13 DE ABRIL DE 1943

Altera o decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940, que dispôs sobre a Justiça do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os arts. 14, letra c; 31, n. X; 33; 263, § 2.º; 268; 269; 269, § 3.º; 272 e 377, § 5.º, do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14, letra c — Os conflitos de jurisdição entre as Câmaras do Tribunal de Apelação, entre elas e o Conselho de Justiça, ou entre as autoridades judiciárias e administrativas.

Art. 31, n. X — Substituir o Presidente em todos os casos e o Corregedor nas faltas ocasionais e em férias.

Art. 33. O Corregedor tomará parte nos julgamentos da competência do Tribunal Pleno e substituirá o Vice-Presidente, nas faltas ocasionais.

Ao Tribunal apresentará, anualmente, até 15 de fevereiro, relatório circunstanciado do serviço de correições do ano anterior.

Art. 263. § 2.º O Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal de Apelação e o Corregedor, por concessão do mesmo Tribunal, e o Procurador Geral, com autorização do Ministro da Justiça, poderão gozar as férias por períodos intercalados, dentro do mesmo ano; os demais Desembargadores, com autorização do Presidente do Tribunal, poderão gozá-las em dois períodos de 30 dias, dentro do mesmo ano, desde que não haja necessidade de convocação de substituto.

Art. 268. Nas licenças até três meses, para tratamento de saúde, os serventuários referidos no artigo anterior terão direito ao salário fixado; excedendo esse prazo, o mesmo sofrerá a redu-

ção de um terço, até seis meses; daí, até um ano, a redução de dois terços; nada percebendo posteriormente.

Art. 269. O Presidente do Tribunal de Apelação será sempre substituído pelo Vice-Presidente; este e o Corregedor se substituem reciprocamente nos impedimentos ou faltas ocasionais; quando ambos forem impedidos, e, nos demais casos, inclusive por motivo de férias, serão substituídos pelos desembargadores, na ordem de antiguidade.

Art. 269. § 3.º Nos outros casos, ou quando se esgotarem as substituições previstas neste artigo, os desembargadores serão substituídos pelos juizes de direito convocados pelo Presidente do Tribunal, atendendo à conveniência e ao interesse do serviço.

Art. 272. Nos casos de licença e afastamento do serviço para trabalhos legislativos, serão convocados substitutos para os Desembargadores e juizes de direito, salvo no caso do art. 269, § 4.º.

Art. 377, § 5.º Aos sábados o expediente forense será iniciado às 9 horas e encerrado às 12, salvo para os casamentos e atos do registro civil, que poderão também ser realizados aos domingos e feriados."

Art. 2.º Ficam acrescentados aos dispositivos seguintes do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940:

I — Ao art. 35, o parágrafo único nestes termos:

"Parágrafo único. Ao Corregedor caberá dirigir o serviço de distribuição, a que se refere o artigo 59, § 4.º, desta lei, podendo praticar pessoalmente qualquer dos atos mencionados nesse dispositivo e baixar as instruções que forem necessárias à regularidade do serviço".

II — Ao art. 30, acrescentar o n. XXVII, nestes termos:

"XXVII — designar, anualmente, os Juizes substitutos que deverão ter exercício no Juri, na Vara de Menores e no registro civil, e organizar a escala para o serviço de distribuição e para as substituições."

III — Ao art. 59, o § 7.º, nestes termos:

"§ 7.º Antes de entrar em férias, o juiz efetivo deverá comunicar ao Presidente do Tribunal de Apelação que não pende de julgamento causa cuja instrução tenha dirigido e que não tem na conclusão, por tempo maior do que o prazo legal, autos pendentes de decisão".

IV — Ao art. 377, o § 6.º, nestes termos:

"§ 6.º Os prazos judiciais que se iniciarem ou vencerem aos sábados serão prorrogados de mais um dia."

Art. 3.º Fica suprimido o parágrafo único do art. 272 do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940.

Art. 4.º Ficam revogados o art. 2.º do decreto-lei n. 3.203, de 22 de abril de 1941, e o art. 1.º do decreto-lei n. 3.405, de 10 de julho de 1941, e restabelecido o que dispõe o art. 59, § 4.º, do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940, sendo, porem, bi-mensal a escala de serviço a que este último se refere.

Art. 5.º A rubrica de balanços comerciais será feita pelos juizes de direito das varas cíveis mediante bilhete de distribuição expedido pela Secretaria da Corregedoria, pagando o interessado as custas, em selo apostado e inutilizado no mesmo bilhete, de Cr\$ 2,00.

Art. 6.º É de cinco dias, contados da data da publicação do despacho no "Diário da Justiça", ou de sua ciência pelo reclamante, o prazo para a interposição de reclamação ao Conselho de Justiça (decreto-lei n. 2.726, de 31 de outubro de 1940).

§ 1.º O pedido de reconsideração dirigido, dentro nesse prazo, ao juiz prolator do despacho, interrompe-o para recommençar a correr da data da publicação ou ciência do que indeferir àquele pedido.

§ 2.º A reclamação que não for preparada na Secretaria do Tribunal no prazo de 48 horas contadas do despacho na inicial, será considerada deserta, e arquivada, por despacho do Presidente do Tribunal de Apelação.

Art. 7.º Com a destinação especial para conservação e melhoramento das instalações do Palácio da Justiça, Pretório e Forum Criminal, fica instituída uma contribuição mensal obrigatória por parte dos serventuários (escrivães, oficiais do registro, distribuidores, contadores, partidores, avaliadores e outros), que, não recebendo vencimentos dos cofres públicos, tenham seus officios ou serventias localizados naqueles próprios nacionais.

§ 1.º Essa contribuição será anualmente fixada por ato do Presidente do Tribunal de Apelação, e paga pelos respectivos serventuários na Secretaria do mesmo Tribunal.

§ 2.º As importâncias assim arrecadadas, devidamente escrituradas, serão recolhidas em caderneta da Caixa Econômica, à disposição do Presidente do Tribunal, que as aplicará com a destinação especial de sua criação, prestando anualmente contas dessa aplicação e recolhendo o saldo existente ao Tesouro Nacional, como renda eventual da União.

Art. 8.º Esta lei entra em vigor três dias depois de publicada; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.402 — DE 13 DE ABRIL DE 1943

Exclue das disposições do decreto-lei n. 2.803, de 21 de novembro de 1940, os terrenos que menciona; transfere, gratuita e condicionalmente, o seu domínio útil à sociedade civil "Faculdades Católicas", com sede no Distrito Federal, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam excluídos das disposições do decreto-lei n. 2.803, de 21 de novembro de 1940, os terrenos acrescidos de marinha, que constituem os lotes números um, dois, três, quatro, cinco e seis (1, 2, 3, 4, 5 e 6), da quadra treze (13), da Planta de Retificação de Limites dos lotes das quadras 6, 7, 9, 10, 13 e 15-A do projeto de urbanização da Esplanada do Castelo e adjacências, aprovado sob o n. 3.085, e situados na freguesia de São José, na Capital Federal.

Art. 2.º Fica transferido, gratuitamente e sob as condições adiante especificadas, à sociedade civil "Faculdades Católicas", com sede no Distrito Federal e mantenedora das Faculdades Católicas de Direito e de Filosofia, ambas

com sede no Distrito Federal e autorizadas a funcionar pelo decreto n. 6.409, de 30 de outubro de 1940, o domínio útil dos terrenos dos lotes números um a seis (1 a 6) da quadra treze (13), mencionados no artigo anterior.

Parágrafo único. Enquanto a propriedade do domínio útil dos mesmos terrenos estiver com a citada sociedade civil "Faculdades Católicas", esta gozará de isenção do pagamento do foro.

Art. 3.º Os terrenos objeto da presente transferência destinam-se a auxiliar a realização das finalidades da mesma sociedade civil "Faculdades Católicas", a saber: "Fundar, manter, administrar e dirigir os estabelecimentos de ensino superior e as instituições culturais, que hão de integrar a futura Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Art. 4.º Na Diretoria do Domínio da União assinar-se-á o contrato de efetivação da transferência dos terrenos citados no artigo segundo, lavrado em livro da repartição, e que valerá como escritura pública para efeito de transcrição no Registro de Imóveis competente.

Parágrafo único. O contrato será isento de qualquer imposto de selo e sua transcrição no Registro de Imóveis far-se-á gratuitamente.

Art. 5.º Fica permitido à sociedade civil "Faculdades Católicas" mencionada no artigo segundo alienar, mediante venda ou permuta, o domínio útil de parte ou de todos os terrenos objeto da presente transferência, para a consecução dos fins designados no artigo terceiro e tendo em vista a aquisição e construção de outros imóveis destinados às mesmas finalidades consignadas no já citado artigo terceiro.

§ 1.º Em caso de qualquer alienação de domínio útil dos terrenos ora transferidos, a sociedade civil "Faculdades Católicas" alienante será obrigada a solicitar da União a respectiva licença, com isenção do pagamento de laudêmio.

§ 2.º A licença, concedível pela Diretoria do Domínio da União e a juízo desta, declarará expressamente que o adquirente do domínio útil objeto da alienação ficará sujeito ao cumprimento das disposições do decreto-lei número 3.438, de 17 de julho de 1941 e demais leis subsequentes sobre terrenos de marinhas e seus acrescidos.

Art. 6.º O domínio útil dos terrenos mencionados no artigo segundo reverterá ao patrimônio da União, sem que esta responda por indenização de espécie alguma, ainda mesmo quanto às benfeitorias que se incorporarem ao solo, nos seguintes casos:

a) se a sociedade civil "Faculdades Católicas", ora beneficiária, não der aos citados terrenos, dentro de três anos, a utilização prevista no artigo terceiro deste decreto-lei;

b) se, ainda, não preencher as suas finalidades culturais;

c) se a mesma sociedade se extinguir.

§ 1.º Na mesma sanção de reversibilidade ao patrimônio da União incorrerão os imóveis adquiridos pela mesma sociedade civil "Faculdades Católicas", nos termos do artigo quinto deste decreto-lei.

§ 2.º Em qualquer dos casos mencionados nas letras a, b e c, o Ministério da Educação e Saúde, declarando-o formalmente, denunciá-lo-á ao Ministério da Fazenda para este providenciar sobre o cancelamento, no Registro de Imóveis, da transcrição daqueles imóveis em nome daquela sociedade, com a consequente transcrição dos mesmos imóveis em nome da União, e sobre a sua posterior incorporação ao patrimônio desta.

Art. 7.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado, nos termos dos arts. 15 e 16 do decreto-lei n. 157, de 31 de dezembro de 1937, a isentar

dos impostos incidentes os terrenos e as benfeitorias nos mesmos levantadas, bem como os imóveis adquiridos pela citada sociedade civil "Faculdades Católicas" para os fins de que trata o artigo segundo deste decreto-lei.

Art. 8.º/ Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.403 — DE 13 DE ABRIL DE 1943

Aprova acordo firmado entre a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e a Rubber Development Corporation

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o acordo que a este acompanha, firmado em 3 de abril de 1943 entre a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e a Rubber Development Corporation, para o suprimento de gêneros básicos aos trabalhadores do referido vale.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Acordo a que se refere o decreto-lei n. 5.403, de 13 de abril de 1943

Afim de melhorar as condições de abastecimento das populações do Vale Amazônico e no sentido de garantir o suprimento de gêneros básicos necessários à subsistência dos seringueiros e dos demais trabalhadores da Amazônia, de conformidade com os objetivos do decreto-lei n. 5.044, de 4 de dezembro de 1942, e tendo em vista o fomento da produção de borracha, a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e a Rubber Development Corporation, pelos seus representantes autorizados, ajustam, entre si, o seguinte:

I — A Rubber Development Corporation empregará os seus melhores esforços para formar e manter em seus armazens estoques regulares dos gêneros de primeira necessidade especificados na lista anexa, que faz parte integrante do presente acordo.

a) A lista dos gêneros, acima mencionada, poderá ser periodicamente modificada, mediante entendimento entre a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico e a Rubber Development Corporation.

II — A Rubber Development Corporation estabelecerá os estoques a que se refere a cláusula anterior nas localidades em que existam compradores locais ou importadores diretos dos mercados produtores dos gêneros constantes da lista anexa.

a) Fica ajustado que os estoques devem ser estabelecidos nas seguintes localidades: Belém, Santarém, Manaus, Porto Velho, Boca do Acre e João Pessoa;

b) A Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico e a Rubber Development Corporation poderão concordar na formação de estoques em outras localidades, desde que se verifique que os mesmos se tornem essenciais ou convenientes para o fomento da produção de borracha.

III — A Rubber Development Corporation empregará os seus melhores esforços afim de manter estoques suficientes para prover em caso de emergência as necessidades das populações urbanas e rurais das cidades e vilas das zonas em que estiverem localizados os seus armazens.

IV — A Rubber Development Corporation venderá nos seus armazens os gêneros especificados na lista a que se refere a cláusula I, observadas as condições seguintes:

a) os preços de venda dos gêneros não poderão exceder o limite máximo alcançado no mês de março de 1942, época em que se estabilizou o preço da borracha, e serão baseados no custo desses gêneros cif-Belém, acrescido da percentagem dos aumentos do preço da borracha ocorridos posteriormente àquela data;

b) a fixação dos preços de venda será feita por uma delegação constituída por um representante da Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico, um da Rubber Development Corporation, um do Governo do Estado do Pará, um do Governo do Estado do Amazonas, um do Governo do Território do Acre e um do Banco de Crédito da Borracha;

c) os preços de venda serão calculados para cada localidade em que a Rubber Development Corporation mantenha estoques bem como para as diferentes regiões tributárias, computando-se o custo de fretes, impostos, taxas portuárias e demais despesas;

d) aos revendedores será assegurada uma margem de lucro na base de 15% (quinze por cento);

e) dos preços de venda se fará ampla divulgação e serão estabelecidos periodicamente da maneira seguinte:

O primeiro período, até 15 de julho de 1943;

O segundo, até 31 de dezembro de 1943; e os seguintes, semestralmente, até 31 de dezembro de 1944;

f) as vendas serão efetuadas à vista e aos fornecedores capazes de efetuar o transporte das mercadorias dos pontos onde forem estabelecidos os estoques. Para o consumo nas cidades onde existam estoques as vendas somente serão feitas às firmas importadoras, cuja relação nominal será fornecida à Rubber Development Corporation pela Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico.

V — A Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico transmitirá à Rubber Development Corporation todas as informações que puder obter sobre os estoques existentes em cada município do Vale Amazônico, assim

como sobre o consumo anual de cada um desses municípios em tempos normais, de todos os gêneros que devem ser mantidos em estoques pela Rubber Development Corporation.

VI — A Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico controlará o movimento de transporte desses gêneros para cada ponto de destino, nos termos da alínea e do art. 3.º do decreto-lei n. 5.044, de 4 de dezembro de 1942.

VII — A Rubber Development Corporation poderá exportar gêneros dos seus estoques para outros países do Vale Amazônico, mediante prévio entendimento com a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico, desde que isso não prejudique as necessidades de consumo da região brasileira do mesmo vale.

VIII — A Rubber Development Corporation cooperará com a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico para proporcionar os meios necessários à fiscalização e controle dos preços de venda dos gêneros estabelecidos de conformidade com este Acordo, assim como para o estudo das condições do mercado do Vale Amazônico.

IX — O presente acordo, que vigorará até 31 de dezembro de 1944, poderá ser prorrogado, bem como poderá ser denunciado por qualquer das partes contratantes, mediante notificação à Comissão de Controle dos Acordos de Washington com 60 (sessenta) dias de antecedência.

X — Todas as dúvidas surgidas durante a vigência do presente Acordo, bem como os casos omissos, serão resolvidos entre a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico e a Rubber Development Corporation, ouvida a Comissão de Controle dos Acordos de Washington.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1943. — Pela Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico, *Henrique Dória de Vasconcelos*, superintendente. — Pela Rubber Development Corporation, *James A. Russel, Jr.*, representante especial para o Brasil.

Lista dos gêneros básicos necessários à subsistência dos seringueiros e demais trabalhadores do Vale Amazônico, a que se refere o inciso "A" da cláusula I do presente Acordo

Açúcar
 Anzóis
 Arroz
 Banha
 Café
 Cartuchos
 Cafeteiras
 Canecas
 Chumbo para caça
 Colheres estanhadas ou de ferro
 Espoletas
 Espingardas
 Facas completas
 Faróis tubulares
 Farinha de trigo
 Farinha de mandioca
 Feijão
 Foices
 Fósforos

Fumo em folha, milhos ou corda
Lanternas e lamparinas
Leite condensado em pó
Linhas para pesca
Manteiga
Machados
Óleos, comestíveis
Papel para cigarro
Peixes salgados ou secos
Pirarucú
Pólvora para caça
Pratos esmaltados ou de folha
Querosene
Sal
Tarlátana
Talheres de ferro ou estanhados
Terçados
Tijelas
Tijelinhas
Toucinhos
Xarque

DECRETO-LEI N. 5.404 — DE 13 DE ABRIL DE 1943

Modifica o decreto-lei n. 5.162, de 31 de dezembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 1.º do decreto-lei n. 5.162, de 31 de dezembro de 1942, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a rever as concessões de bondes elétricos do Distrito Federal, com o duplo fim de garantir ao capital uma retribuição adequada e de serem remodelados e ampliados os serviços existentes.

§ 1.º O contrato definitivo, *ad referendum* do Governo Federal, obedecerá entre outras, às bases seguintes:

a) exame a qualquer tempo, pela Prefeitura, da escrituração das concessionárias;

b) aprovação de normas e modelos de contabilidade;

c) inventário e avaliação dos bens das companhias, para efeitos de tarifação e outros fins, seguindo-se no que for aplicável, o critério adotado no decreto-lei n. 3.128, de 19 de março de 1941, enquanto não for promulgada a lei a que se refere o art. 147 da Constituição;

d) remuneração prefixada entre dois limites, podendo a Prefeitura impugnar despesas indevidas ou excessivas que possam onerar o custo do serviço;

e) forma de constituição e representação do capital;

f) fixação do padrão do serviço pela Prefeitura, que terá o direito de determinar construções, melhoramentos, supressões, abstenções ou, de um modo geral, de fixar a quantidade, qualidade e distribuição do serviço sem prejuízo da remuneração estabelecida para o capital;

g) ajustamento periódico das tarifas e das condições do serviço;

h) custo do serviço a ser sempre pago pelas suas rendas próprias, não assumindo a Prefeitura responsabilidade alguma quanto à diferença ou deficiências que possam surgir;

i) balancetes periódicos, compreendendo, as componentes do custo do serviço;

j) modernização do material rodante, com o emprego de carros fechados;

k) desenvolvimento de um tráfego local nos subúrbios mais povoados;

l) descongestionamento do tráfego no centro urbano, por uma melhor distribuição das linhas, quer superficiais, quer subterrâneas e por obras especiais que se impuserem;

m) isenção de impostos, a ser regulada em lei especial;

n) contribuições, taxas e fundos destinados à conservação do calçamento da faixa dos logradouros ocupadas pelas linhas de carris, bem assim às despesas de fiscalização e a outros fins;

o) coordenação dos serviços de bonde com os outros meios de transporte coletivo, que forem estabelecidos pela Prefeitura;

p) unificação dos prazos das concessões e exame da possibilidade da fusão das companhias em uma só empresa nacional.

§ 2.º As concessões, coisas, bens e aparelhamento destinados ou necessários à prestação dos serviços não poderão ser alienados, arrendados, a qualquer título, sem expressa autorização da Prefeitura, sob pena de nulidade.

§ 3.º A lei que for baixada em obediência ao disposto no art. 147 da Constituição, aplicar-se-á ao contrato que tiver sido celebrado na conformidade do que dispõe o presente artigo."

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.405 — DE 13 DE ABRIL DE 1943

Regulamenta o decreto-lei n. 3.326, de 3 de junho de 1941, consolida as disposições regulamentares relativas ao transporte de correspondência e malas postais e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º É aprovado o regulamento que com este baixa, assinado pelo ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, para a execução dos serviços de transporte de correspondência e malas postais.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Regulamento para a execução dos serviços de transporte de correspondência e malas postais

CAPÍTULO I

DO TRANSPORTE DAS MALAS

SECÇÃO I

Disposições preliminares

Art. 1.º O transporte de malas e objetos de correspondência será feito :

I Nas linhas terrestres :

- a) pelos condutores a pé ou a cavalo, ou em veículos apropriados, nas estradas de rodagem;
- b) em carros especiais ou comuns, ou em vagões, nas estradas de ferro.

II Nas linhas fluviais, marítimas e lacustres :

- a) em embarcações brasileiras de qualquer espécie;
- b) em vapores ou paquetes pertencentes a empresas estrangeiras, subvencionadas ou não, que façam viagens regulares entre os portos do Brasil e os de outros países.

III Nas linhas aéreas :

- a) em aviões ou aeronaves do Governo, empregados no serviço postal;
- b) em aviões ou aeronaves pertencentes a empresas nacionais ou estrangeiras, subvencionadas ou não, que façam viagens regulares entre aeroportos do território brasileiro ou entre o Brasil e outros países.

Art. 2.º Para a execução dos serviços de transporte de malas e objetos de correspondência em linhas postais serão admitidos condutores de malas, de conformidade com as exigências da legislação em vigor.

Art. 3.º Os condutores de malas entram em serviço desde que recebam dos agentes, com as respectivas notas, as primeiras malas a transportar.

Parágrafo único. Para efeito de pagamento, só se admite executado o serviço, quando o condutor realiza a viagem redonda na linha para que foi designado.

Art. 4.º Denomina-se viagem redonda, o percurso de ida e volta entre os pontos extremos da linha, passando pelos intermediários.

Art. 5.º Entende-se por linha de Correio o itinerário regular seguido na condução de correspondência e malas postais entre duas ou mais localidades.

SECÇÃO II

Do transporte pelos condutores de malas

Art. 6.º As malas cujo transporte for confiado a condutores postais serão acompanhadas das respectivas notas.

Art. 7.º Nas notas de malas os agentes ou empregados aplicarão o carimbo de data de cada agência e mencionarão todas as circunstâncias que possam interessar ao serviço, tais como: falta de malas ou irregularidades nas mesmas verificadas, atraso do condutor, do trem ou veículo.

Art. 8.º A falta de qualquer mala será comprovada por meio de auto, que, contendo a narração circunstanciada do fato e registrando as declarações do condutor que deveria transportar a mala desaparecida, será por esse assinado, e, ainda, pelo empregado conferente e duas testemunhas, se houver.

Parágrafo único. Quando a entrega da mala for feita no carro-correio e o tempo de parada do trem não permitir a lavratura de auto, deverão as irregularidades ser mencionadas nas notas de malas, de modo claro e minucioso, para salvaguarda da responsabilidade do condutor ou recebedor, assinando um e outro a referida menção.

Art. 9.º As notas de malas referentes a cada viagem serão restituídas, mediante recibo, ao chefe da repartição inicial da linha, afim de, colecionadas devidamente, servirem de base à organização da folha de pagamento do respectivo condutor.

SECÇÃO III

Do transporte nas estradas de ferro

Art. 10. O transporte de malas postais e objetos de correspondência nas estradas de ferro da União, dos Estados ou dos Municípios será feito em carros apropriados ao serviço postal, carros de passageiros ou vagões de carga.

§ 1.º O Serviço postal ambulante será executado em carros especiais.

§ 2.º Ainda que a cargo de simples condutores de malas, em carros comuns, os serviços serão sempre executados em compartimento separado que ofereça a necessária segurança.

§ 3.º Os agentes de estações ou chefes de trem deverão, mediante solicitação prévia dos chefes do Correio Ambulante, mandar anexar às composições vagões para o transporte de malas postais.

Art. 11. Os carros especialmente destinados ao serviço postal terão um dos seguintes letreiros: "Correio Ambulante", ou "Carro Correio", segundo a natureza dos serviços nos mesmos executados.

Art. 12. Os carros apropriados e privativos do serviço postal deverão ser entregues ao chefe de turma em viagem ou ao condutor de malas, em bom estado de conservação, e providos de água, luz, aparelhos sanitários e extintor de incêndio.

Art. 13. Nos carros-correios só poderão viajar os servidores escalados para o serviço e, bem assim, os incumbidos da fiscalização postal, devendo cada qual trazer consigo a carteira de identidade.

Art. 14. É expressamente proibido o transporte, nos carros correios, de volumes sujeitos a pagamento de frete.

Art. 15. Os chefes de trem, nas estações iniciais ou de grande movimento, antes de dar o sinal de partida, terão sempre o cuidado de verificar se os serviços de embarque e desembarque das malas postais foram efetuados.

Parágrafo único. Cumpre aos servidores postais desenvolver o maior esforço no desempenho da tarefa que lhes é confiada, afim de não provocarem atraso na partida dos trens.

Art. 16. Os chefes de trem ou os agentes de estação, quando solicitados, deverão providenciar no sentido de serem os empregados postais auxiliados nos trabalhos de baldeação de malas ou noutros quaisquer exigidos pelas condições eventuais do serviço.

Art. 17. Os chefes de trem ou agentes de estação comunicarão ao chefe do serviço postal ou ao condutor de malas os atrasos, superiores a trinta minutos, dos trens que conduzirem carro-correio, em tráfego na mesma linha.

Art. 18. No caso em que os empregados em serviço no correio ambulante tenham de proceder a baldeação de malas de um trem para outro e o cruzamento desses trens não se fizer no horário regular, na estação prevista,

o chefe do trem ou o agente da estação em que o cruzamento deva ter lugar, providenciará de modo que haja uma pequena parada para que se verifique a baldeação, desde que essa medida seja previamente solicitada pelo chefe do serviço postal.

SECÇÃO IV

Dos danos e avarias nos carros-correio

Art. 19. Os empregados do correio ambulante ou condutores de malas são responsáveis pelos danos ou avarias produzidas nos carros-correio, durante o período em que os mesmos estiverem sob sua guarda e resultantes de negligência, descuido ou imprudência.

§ 1.º Quando o dano ou avaria se verificar em carro do correio ambulante, cabe ao chefe do serviço indicar o responsável, dando ciência do ocorrido ao chefe do trem, que levará o fato ao conhecimento da autoridade competente.

§ 2.º Quando o dano ou avaria se verificar nos carros-correio entregues a condutores de malas, compete ao chefe do trem indicar o responsável.

Art. 20. A Diretoria da Estrada comunicará à Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos em que estiver servindo o responsável, a importância correspondente à avaria ou dano verificado.

§ 1.º O servidor responsável será intimado a recolher à Tesouraria da Estrada, no prazo de 10 dias, a importância indicada, e juntar ao processo, como comprovante, o respectivo recibo.

§ 2.º Se, no prazo referido no parágrafo precedente, se não verificar o recolhimento da importância fixada, será retida, nos termos do art. 243, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, a folha mensal de pagamento do servidor culpado, até ser satisfeita a exigência de que trata o § 1.º.

SECÇÃO V

Da fiscalização nos carros-correio

Art. 21. Os chefes do correio ambulante fornecerão aos fiscais de renda das Estradas, a relação dos empregados postais em serviço.

§ 1.º Os condutores de malas em serviço deverão apresentar aos fiscais da renda das Estradas a caderneta de identificação expedida pelo DCT, ou, em caráter transitório, documento da agência que o invista na função.

§ 2.º Nos casos de infração dos arts. 13 e 14, serão responsabilizados pelas passagens e fretes os chefes do correio ambulante ou os condutores de malas.

§ 3.º O pagamento da importância relativa à responsabilidade se realizará de acordo com o disposto no art. 20.

Art. 22. Os inspetores regionais e fiscais do serviço postal terão passe livre em todos os trens que conduzam carros-correio.

SECÇÃO VI

Dos acidentes

Art. 23. Nos casos de baldeação em consequência de acidente, as malas postais deverão seguir no primeiro trem que partir após a ocorrência.

§ 1.º Quando for impossível o encaminhamento de todas as malas no primeiro trem, seguirão as que forem julgadas de caráter urgente, a juízo do chefe do serviço postal.

§ 2.º No caso de haver, apenas, um empregado postal, este fará a entrega das malas que devam seguir pelo primeiro trem ao respectivo chefe, mediante recibo, ficando de guarda às restantes, cujo encaminhamento terá lugar pelo trem seguinte.

Art. 24. Em consequência de acidente em que fiquem os empregados postais impossibilitados de tomar as providências referidas no artigo anterior, cabe, obrigatoriamente, aos funcionários da Estrada zelar pela segurança das malas e dar-lhes encaminhamento com a possível presteza.

SECÇÃO VII

Do transporte por empresas de navegação marítima, fluvial ou lacustre

Art. 25. Nas linhas marítimas, fluviais ou lacustres, não servidas por condutores ou empregados encarregados do serviço postal, a guarda e responsabilidade das malas cabe :

- a) nos navios de guerra, aos comissários;
- b) nos paquetes e vapores brasileiros ou estrangeiros, aos comandantes ou seus prepostos;
- c) nos navios mercantes a vela ou outras embarcações, aos respectivos capitães ou mestres.

Art. 26. As malas nacionais, que não contenham valores em espécie, encaminhadas pelas vias marítimas, fluvial ou lacustre e cujo desembarque deva efetuar-se em portos nacionais de escala dos vapores, serão relacionadas pela quantidade.

Parágrafo único. As malas contendo valores em espécie serão mencionadas numericamente, e entregues, diretamente, às entidades designadas no art. 25, ou a seus prepostos.

Art. 27. Para cada porto de destino ou de desembarque das malas haverá copiador privativo, em que ficará cópia autenticada de cada nota.

Art. 28. As notas de malas devem ser organizadas em duas vias, sendo, no seu preparo, autorizado o uso de lapis tinta e do papel carbono.

Art. 29. Deverão ser organizadas tantas notas de malas na forma prevista no art. 26, quantos forem os portos nacionais de escala dos vapores, em que devam ser desembarcadas as malas postais.

Art. 30. Os representantes das entidades designadas no art. 25, devidamente autorizados, darão recibo no copiador privativo de que trata o art. 27.

Art. 31. As pessoas que firmarem recibo na forma do artigo anterior, serão entregues as 1.ª e 2.ª vias das notas de malas, nas quais os encarregados do recebimento das malas, nos portos de desembarque, darão recibo.

Parágrafo único. Uma das vias servirá de documento da empresa e a outra será entregue ao empregado postal que firmar o recibo, afim de ser restituída, na primeira mala, de preferência aérea, à repartição que a organizou.

Art. 32. A falta de malas ou de sacos de registados no porto de destino será consignada, nas duas vias da nota respectiva, pelo empregado postal.

Art. 33. A falta de sacos de registados com valor em espécie, no porto de destino, bem assim a verificação de vestígios de violação em qualquer mala ou saco de registado, tais como rasgões, cortes, vícios no colar ou na lâmina de chumbo, etc. dará motivo à lavratura de auto, que deverá ser assinado pelo empregado postal que receber as malas, pelo encarregado da sua entrega ao Correio e ainda por duas testemunhas.

Parágrafo único. As irregularidades a que se refere este artigo devem ser comunicadas, imediatamente, por telegrama, ao correio de que procede a nota

de malas, cabendo a este cientificar da ocorrência à repartição intermediária, quando houver.

Art. 34. Independentemente das providências determinadas nos art. 32 e 33 o chefe do Tráfego Postal ou agente da repartição em cujo porto deveriam ter sido desembarcadas as malas cuja falta haja sido consignada, comunicará tal ocorrência, por telegrama, ao correio localizado no primeiro porto de escala do navio, afim de que sejam as mesmas desembarcadas e encaminhadas aos respectivos destinos, caso hajam sido encontradas.

Parágrafo único. Quando ocorrer o desembarque de malas em porto que não seja o de destino, será feita, ao correio deste porto, a necessária comunicação, também por telegrama, sendo as malas reencaminhadas pela via mais rápida.

Art. 35. As malas destinadas aos correios internacionais serão relacionadas, com a indicação da repartição de origem, por quantidade, para cada correio de destino e em livros próprios onde os comandantes ou seus prepostos, ou representantes das companhias transportadoras passarão o respectivo recibo.

Parágrafo único. A autoridade que receber as malas será fornecida uma relação autêntica, extraída do livro a que se refere este artigo.

SECÇÃO VIII

Do transporte por empresas de navegação aérea

Art. 36. Nas linhas aéreas não servidas por condutores ou empregados encarregados do serviço postal, a guarda e responsabilidade das malas cabe :

- a) nos aviões ou aeronaves do Governo, aos comandantes;
- b) nos aviões ou aeronaves pertencentes a empresas nacionais ou estrangeiras, aos comandantes, contratantes ou seus prepostos.

Art. 37. A entrega das malas aéreas nacionais ou internacionais será feita mediante recibo passado pelos comandantes ou representantes das empresas, nas notas respectivas, extraídas em duas vias, devendo a primeira ser entregue, com as malas, aos comandantes, contratantes ou prepostos, e a outra, arquivada na repartição que a tiver organizado.

Parágrafo único. Nas repartições postais de grande movimento, haverá copiadorees em que ficará reprodução autêntica de cada nota de malas.

Art. 38. O transbordo das malas aéreas, em tráfego mútuo, nas localidades de grande movimento, poderá ser efetuado, a juízo do diretor geral do Departamento dos Correios e Telégrafos, diretamente pelas empresas aero-viárias.

Art. 39. Quando em uma linha postal o transporte se fizer em tráfego mútuo, as malas deverão ser, sempre, transbordadas para a aeronave que atingir em mais curto tempo o ponto de destino.

§ 1.º Se as partidas de aeronaves de empresas estrangeiras concidirem com as de empresa nacional do mesmo dia e na mesma direção, a preferência para o transporte deverá ser dada à empresa nacional.

§ 2.º Quando coincidir, no mesmo dia e para a mesma direção, a partida de aeronaves de várias empresas nacionais, o transporte de malas deverá se feito, preferencialmente, pela aronáve que atingir mais cedo o ponto de destino.

§ 3.º Excepcionalmente, quando houver pedido da Administração postal de origem, as malas internacionais poderão ser confiadas às empresas previamente indicadas.

§ 4.º Quando o avião da segunda transportadora sofrer atraso ou trans-ferir a partida, a empresa respectiva entregará, se for o caso, à companhia

cujo avião atingir mais cedo os pontos de destino, as malas em tráfego mútuo que houver recebido da primeira transportadora.

§ 5.º Na hipótese prevista no parágrafo precedente, será notificada a primeira transportadora, devendo ainda a empresa que efetuar o segundo transbordo entregar ao Correio o documento de que trata o art. 40, com os necessários esclarecimentos do ocorrido, na coluna "Observações".

Art. 40. As malas em tráfego mútuo serão relacionadas pela primeira transportadora em fórmula adotada uniformemente pelas empresas.

§ 1.º A primeira via da fórmula será entregue ao Correio, depois de efetuado o transbordo das malas.

§ 2.º Além da fórmula a que se refere este artigo, as empresas entregarão ao Correio localizado no ponto de transbordo a relação das malas transportadas por seu avião e que devam ser encaminhadas por avião de outra empresa, com indicação da procedência, destino e espécie da correspondência.

§ 3.º A entrega da relação ao Correio deverá realizar-se no dia da chegada do avião ou, se a chegada ocorrer à noite, na manhã seguinte.

Art. 41. O correio fiscalizará, pelas fórmulas a que se refere o art. 40, as operações de reencaminhamento e transbordo efetuadas pelas empresas, devendo o empregado incumbido do serviço visar e carimbar esses documentos, ressaltando as irregularidades encontradas e tomando, imediatamente, as providências que se fizerem necessárias.

SECÇÃO IX

Do transporte por empresas rodoviárias

Art. 42. Nas linhas das empresas ou firmas individuais que exploram o tráfego rodoviário, não servidas por condutores ou empregados encarregados do serviço postal, a guarda e responsabilidade das malas caberá, nos ônibus, caminhões ou outros veículos, aos contratantes, representantes ou prepostos das referidas empresas ou firmas.

Art. 43. A juízo da Diretoria Regional respectiva, o Correio poderá utilizar, exclusivamente na condução de malas, em linhas regulares, veículos de empresas ou firmas individuais, que explorem o respectivo tráfego rodoviário.

§ 1.º Excepcionalmente, por deficiência de outros meios de transporte, em circunstâncias imprevistas, poderão, também, ser utilizados os veículos em tráfego em linhas irregulares.

§ 2.º A utilização dos veículos das referidas empresas ou firmas, no serviço de condução de malas, independe de contrato ou ajuste.

§ 3.º Deliberada a conveniência da utilização do transporte em linhas regulares, o Diretor Regional notificará, nesse sentido, à empresa ou firma transportadora, especificando o modo, lugar e horário do recebimento e entrega das malas, bem como os correios inicial, intermediário e terminal da linha. Sempre que possível a notificação será feita com a antecedência mínima de cinco dias, para o início do transporte.

§ 4.º Na hipótese do parágrafo 1.º deste artigo, a utilização do veículo, quando por deficiência de meios de transporte, obedecerá às mesmas determinações do parágrafo precedente; quando, porém, essa utilização for deliberada em virtude de circunstâncias imprevistas que ameacem a normalidade do tráfego de malas, prescindirá dessa formalidade e se fará mediante requisição da Chefia do Tráfego Postal ou dos agentes postais, ou, mesmo, sem essa formalidade, no caso de que trata o art. 15 do decreto-lei n. 3.326, de 3 de junho de 1941.

Art. 44. Anotadas, na Secção Econômica, as condições em que se efetuará a utilização dos serviços da empresa, para efeito de pagamento do excesso de

peso, a Chefia do Tráfego expedirá as ordens necessárias para o encaminhamento e recebimento das malas, a contar da data marcada pelo Diretor Regional.

Art. 45. Para os veículos em tráfego em linhas ordinárias, utilizados pelo serviço postal, os passes serão expedidos pela Secção, turma ou agência dos pontos inicial, na viagem de ida, e terminal, na de volta, cabendo aos correios intermediários apor o "visto" no referido documento, carimbando-o.

§ 1.º O reinício da viagem interrompida, mesmo que as malas já tenham sido transferidas para outro veículo, não exclue a obrigatoriedade de visto pelos correios de escala.

§ 2.º Ainda que sujeitos ao registo cadastral determinado pelo parágrafo único do art. 10 do decreto-lei n. 3.326, os veículos em serviço em linhas regulares, não utilizados pelo Correio no transporte de malas, estão isentos da exigência do passe.

§ 3.º Os veículos utilizados no tráfego de linhas irregulares, mesmo quando não utilizados pelo Correio, incidem nas obrigações do art. 10 e seu parágrafo.

Art. 46. O veículo rodoviário incumbido do transporte de malas postais não poderá partir dos pontos inicial ou terminal da linha sem o passe do Correio da localidade, no qual será declarada a quantidade ou a inexistência de malas a transportar.

Art. 47. A entrega das malas aos representantes ou prepostos das empresas ou firmas será feita mediante recibo passado nos livros ou notas de malas.

Parágrafo único. Nas repartições postais de grande movimento, haverá, para cada linha de expedição, copiador privativo em que ficará reprodução autêntica de cada nota de malas, no qual os contratantes, representantes ou prepostos das empresas darão recibo.

Art. 48. Além do passe, as malas transportadas pelos veículos das empresas, ou firmas individuais, serão acompanhadas de notas em duplicata, nas quais cobrará a empresa recibo das malas entregues, ficando com uma das vias e restituindo a outra ao correio situado no extremo da linha.

Parágrafo único. No caso de tráfego mútuo de empresas rodoviárias, isto é, quando as malas durante a viagem passarem do poder de uma para outra empresa sem trânsito pelas repartições postais, serão extraídas três vias dessas notas, duas das quais devem ser entregues, com as malas, à empresa que efetuar o segundo percurso, mediante recibo na que ficar em poder da primeira empresa.

SECÇÃO X

Do transporte de objetos de correspondência e de seus distribuidores

Art. 49. A correspondência expressa, postada após o fechamento das malas ordinárias e até a sua entrega às empresas ou companhias a que se refere o art. 2.º do decreto-lei n. 3.326, aos encarregados do serviço postal ou aos condutores, será relacionada, por quantidade para cada destino, em lista de expedição organizada em três vias, decalcadas a carbono e entregues à companhia transportadora ou ao condutor, sob recibo na 3.ª via, que será apensada às cópias dos demais documentos da expedição.

§ 1.º Nas duas vias restantes, a empresa ou condutor cobrará recibo dos correios de destino, entregando uma delas ao Correio terminal da viagem.

§ 2.º Excluem-se da obrigação do transporte de expressas fora de mala as empresas ou firmas individuais citadas no art. 6.º do decreto-lei n. 3.326.

Art. 50. De cada caixa de coleta, colocada a expensas do Departamento dos Correios e Telégrafos em veículos de tráfego rodoviário em linhas regulares, haverá tantas chaves quantos forem os correios do itinerário.

§ 1.º Se a repartição postal estiver instalada no itinerário do veículo, esse fará parada à sua porta, por tempo suficiente à retirada da correspondência destinada à localidade e contida na caixa de coleta.

§ 2.º Quando a repartição estiver instalada em localidade afastada do itinerário do veículo, a retirada da correspondência, bem como o recebimento e entrega de malas, será feita em ponto previamente estabelecido, onde o agente ou empregado postal aguardará a passagem do veículo.

Art. 51. Nas cidades em que haja serviço de distribuição da correspondência postal ou telegráfica, as empresas concessionárias de transporte em ferrocarrís ou em ônibus são obrigadas a conduzir, em cada veículo, um empregado encarregado do referido serviço.

Art. 52. Ao empregado incumbido da distribuição da correspondência postal-telegráfica será fornecido um cartão-passe, com a assinatura do chefe de secção ou de agência, impresso em cartolina de cor vermelha, o qual terá o mesmo número da carteira de identidade do seu possuidor.

Parágrafo único. O cartão-passe expedido pelos chefes de secção ou de agência urbana será visado pelo Diretor Regional respectivo.

Art. 53. O chefe de secção ou agência entregará, diariamente, e em cada horário de serviço, os cartões-passe aos distribuidores de correspondência.

Art. 54. O cartão-passe deverá ser guardado, cuidadosamente, pelo seu portador, afim de ser apresentado com a carteira de identidade postal, ao cobrador, motorista, trocador ou fiscal do veículo, sempre que lhe for exigido.

Art. 55. Diariamente, concluído o serviço de entrega da correspondência postal ou telegráfica, o cartão-passe deverá ser restituído ao chefe de secção, de turma ou de agência, no momento em que o servidor rubricar o ponto de saída.

Art. 56. O servidor que, por qualquer motivo, se retirar do serviço sem restituir o cartão-passe, deverá ser punido pelo respectivo chefe, que também incorrerá em penalidade, no caso de não providenciar a respeito.

Art. 57. O distribuidor de correspondência, quando em serviço, poderá viajar sentado, nos ônibus ou bondes, devendo, porém, ceder o lugar ao passageiro que estiver de pé, independentemente de qualquer interferência ou solicitação do cobrador, motorista, trocador ou fiscal.

Art. 58. Nas zonas suburbanas e rurais, o condutor terá passe livre e poderá viajar com a mala postal, devendo obedecer às prescrições a que são subordinados os distribuidores da correspondência.

Art. 59. Os servidores postal-telegráficos só poderão utilizar-se do passe nos trens, ônibus ou bondes, quando em serviço e devidamente uniformizados.

Art. 60. Aos distribuidores da correspondência postal ou telegráfica, bem como aos condutores, é terminantemente vedado fumar ou manter palestras, quando em serviço, nos ônibus e nos bondes.

Art. 61. Os condutores ou fiscais de bondes ou ônibus, poderão exigir o cartão-passe do distribuidor de correspondência ou condutor de malas, desde que incorram esses em prática de atos reprováveis, falta de polidez ou transgridam a preceitos regulamentares.

Parágrafo único. O cartão-passe deverá ser encaminhado à autoridade postal, com a queixa ou reclamação contra o distribuidor de correspondência ou condutor de malas.

CAPÍTULO II

DAS OBRIGAÇÕES E DEVERES

SECÇÃO I

Dos deveres dos condutores

Art. 62. São deveres dos condutores:

- a) residir em uma das localidades extremas da linha;
- b) usar o uniforme ou distintivo que for adotado;
- c) apresentar-se à repartição com antecedência indispensável para receber as malas que tiver de conduzir;
- d) obedecer, rigorosamente, ao horário fixado, não se afastando do itinerário estabelecido;
- e) apresentar-se à repartição sempre com a carteira de identidade ou documento equivalente;
- f) efetuar, pessoalmente, o transporte, a entrega e o recebimento das malas em todos os pontos da linha, quer às repartições, quer aos condutores que, de acordo com a ordem prefixada, devam conduzi-las no tráfego de outras linhas;
- g) receber e entregar todas as malas com fatura, mediante recibo passado nos livros ou nas notas respectivas, incorrendo em responsabilidade pelas não entregues, bem como pelos objetos com e sem valor contidos nas mesmas;
- h) examinar, cuidadosamente, no ato do recebimento, as malas que houver de conduzir, tendo em vista não só o estado dos sacos, mas o dos respectivos fechos, sob pena de tornar-se responsável pelas irregularidades verificadas por ocasião da entrega. Se as malas apresentarem defeitos, que, no momento, não possam ser corrigidos, fará constar essa circunstância da nota respectiva, assinada pelo chefe da repartição ou pelo empregado encarregado do serviço. Na falta dessa declaração presumir-se-á que as tenha recebido em bom estado;
- i) fazer a entrega das malas ou correspondência aos chefes das estações de estradas de ferro, se aí não se encontrarem, à chegada dos trens, os agentes postais ou condutores que as devam receber e conduzir, no percurso subsequente. Nesse caso, encarecerão ao chefe da estação o reencaminhamento das malas ou correspondência, tão depressa chegue o agente ou condutor incumbido desse serviço, dando, a seguir, conhecimento da ocorrência ao chefe da repartição a que estiver subordinado;
- j) organizar, quando em serviço em estrada de ferro, malas destinadas aos trens em que haja serviço postal;
- l) conferir as malas sem fatura destinadas ao trem em que estiver de serviço;
- m) colocar as malas nos aparelhos especiais que existirem nas estações em que parem os trens ou atirá-las fora do carro para serem apanhadas por outro condutor ou pelo chefe da estação, com o devido cuidado afim de não as danificar;
- n) apresentar, em todos os Correios do seu percurso, as notas de malas, nas quais, depois de carimbadas, deverá o chefe ou encarregado do serviço passar o competente recibo;
- o) transportar as malas da estação de estrada de ferro para a repartição e vice-versa, salvo se houver serviço organizado entre a repartição terminal e a estação respectiva;

p) empregar no transporte das malas, todos os meios necessários a garantir-lhe a integridade e resguardá-las das chuvas, água dos rios e de tudo que possa danificar a correspondência;

q) reparar, da melhor maneira possível, as malas que se estragarem em viagem, providenciando afim de serem reconstituídas ou reensacadas na primeira repartição postal a que chegar;

r) comunicar, com a necessária antecedência, no caso de moléstia grave, ao chefe da repartição inicial ou terminal da linha, a impossibilidade de executar o serviço;

s) pedir, quando adoecer em viagem e não puder alcançar a repartição mais próxima, auxílio a qualquer autoridade local ou pessoa de reconhecida idoneidade para o fim de serem as malas conduzidas ao Correio mais próximo, observadas as prescrições relativas à entrega;

t) garantir, por todos os meios, quando atacado em viagem, as malas que conduzir, usando para a sua defesa das armas de que dispuser. Arrolará testemunhas da ocorrência, quando possível, e, na hipótese de terem sido presos os assaltantes, fará conduzi-los à presença da autoridade policial da circunscrição afim de ser lavrado o auto respectivo. No caso de evasão dos agressores, dará conhecimento do fato à autoridade referida, indicando os nomes e residências das testemunhas, se houver, para ser instaurado o competente processo. Independentemente dessas providências fará lavar, na repartição postal mais próxima, um auto circunstanciado do ocorrido, assinando-o com os servidores da repartição e as testemunhas do fato;

u) entregar, na primeira repartição postal a que chegar, a correspondência que houver recebido em viagem e comunicar todas as ocorrências havidas para que o respectivo chefe tome as providências de sua alçada ou dê ciência à repartição a que estiver subordinado;

v) requisitar, quando indispensável, das autoridades locais, civis ou militares, todo auxílio necessário ao bom desempenho de suas obrigações, procurando obter, dessas autoridades, declarações autenticadas dos motivos do atraso da viagem, quando houver;

x) apreender cartas transportadas fraudulentamente, ou qualquer outro contrabando postal, fazendo lavar o competente auto na repartição postal do lugar.

SECÇÃO II

Das obrigações das empresas de navegação marítima, fluvial e lacustre

Art. 63. A entrega das malas poderá ser feita a bordo ou nas repartições, a juízo da Diretoria Regional respectiva, aos comandantes, comissários, capitães ou mestres até uma hora antes da anunciada para a partida da embarcação.

Art. 64. O recebimento das malas transportadas por embarcações nacionais ou estrangeiras poderá ser feito a bordo pelos empregados do Correio incumbidos de conduzi-las para terra, ou, diretamente, nas repartições postais, sem que, entretanto, transitem pelas agências, escritórios de navegação, de consignação ou, em geral, por quaisquer outros lugares estranhos ao Correio.

Art. 65. Os empregados do Correio encarregados do serviço de recebimento de malas a bordo de embarcações nacionais ou estrangeiras, teem direito de entrar nas ditas embarcações, simultaneamente, com o representante aduaneiro.

Art. 66. Os donos, agentes ou consignatários, capitães ou mestres de navios, vapores ou de outras embarcações mercantes brasileiras ou estrangeiras,

que tiverem de sair de uns para outros portos nacionais ou estrangeiros, participarão à repartição da localidade, até ao meio dia da véspera da partida, ou em prazo mais curto, quando a demora nos portos for de menos de 24 horas, entre a chegada e a partida, a hora em que tiverem de sair e indicarão quais os portos de destino e os de escala.

§ 1.º Em caso de transferência de partida, a comunicação deve ser entregue ao Correio pelo menos duas horas antes da marcada anteriormente para a saída, salvo caso de força maior, devidamente provado.

§ 2.º Ficam dispensadas dessa exigência as embarcações que arribarem em qualquer porto para receber carvão ou para quaisquer outros fins e tiverem que sair no mesmo dia.

§ 3.º Igual declaração e pela mesma forma, deverão fazer os comissários dos vasos de guerra brasileiros, quando tiverem que partir de uns para outros portos nacionais, exceto quando levarem carta de prego ou não mediarem mais de 24 horas entre a ordem de partida e a hora fixada para a saída do navio.

Art. 67. Quando o navio que conduzir malas voltar, por motivo de força maior, ao porto de partida, deverá o capitão, mestre, comandante, ou, em se tratando de vaso de guerra, o comissário entregá-las, imediatamente, ao Correio da localidade, caso o mesmo navio não as possa mais transportar ou se a condução das mesmas puder ser feita por outro, em prazo mais curto.

Art. 68. Os agentes e consignatários das empresas estrangeiras de navegação, que fizerem transporte de malas, deverão comunicar ao Correio, com a maior antecedência possível, a data provável da chegada dos vapores, e, logo que aportem, o dia e a hora da partida, observadas as disposições do art. 66 e seus parágrafos.

Art. 69. As malas transportadas em navios de guerra brasileiros serão entregues diretamente ao Correio.

Art. 70. As malas transportadas por embarcações nacionais ou estrangeiras que chegarem aos portos do Brasil e ficarem impedidas, por motivo de quarentena ou de moléstia a bordo, serão confiadas aos empregados do Serviço de Saúde do Porto, os quais providenciarão quanto à condução das mesmas aos lazaretos ou às estações sanitárias, onde serão abertas, na presença de um funcionário postal, pelo menos, e, depois de observadas as exigências da Higiene, entregues ao Correio.

Art. 71. Para as embarcações das empresas, companhias ou firmas individuais que não gozem de tratamento especial, favores ou benefícios da União, dos Estados ou dos Municípios, o peso de malas a transportar gratuitamente não deverá exceder a 4% do deslocamento de cada embarcação, na conformidade do estabelecido no § 2.º do decreto-lei n. 3.326, de 3 de junho de 1941.

Parágrafo único. Além do limite fixado, o transporte de malas postais será feito nas condições constantes dos §§ 1.º e 2.º do art. 74 deste regulamento.

Art. 72. Nas embarcações de qualquer espécie, onde haja serviço postal abundante, as companhias ou empresas darão passagem, alimentação e acomodação aos empregados postais de bordo, bem assim aos encarregados da fiscalização do serviço postal.

Art. 73. Nenhuma embarcação obrigada ao transporte de malas postais poderá partir para viagem regular sem o passe do Correio local, no qual será consignada a quantidade ou declarada a inexistência de malas a transportar.

SECÇÃO III

Das obrigações das empresas de transporte rodoviário

Art. 74. As empresas ou firmas individuais que, independentemente de favores ou benefícios diretos da União, dos Estados ou dos Municípios, exploram o tráfego rodoviário, são obrigadas ao transporte gratuito de malas dos correios, dentro dos seguintes limites de peso, fixados para o percurso entre os dois pontos extremos da linha trafegada:

a) em cada auto-ônibus ou auto-lotação destinado ao transporte exclusivo de passageiros: 60 quilogramas;

b) em cada ônibus ou caminhão utilizado no transporte misto de passageiros e carga: 80 quilogramas;

c) em cada ônibus, caminhão ou outro veículo a motor, empregado, exclusivamente, no transporte de carga: 100 quilogramas;

§ 1.º Além dos limites estabelecidos, as empresas ou firmas transportadoras receberão malas postais com maior peso, sendo-lhes, porém, pago o excesso ao preço da tarifa oficial, em vigor, para o transporte de carga entre os pontos de origem e destino das malas.

§ 2.º Na falta de tarifa oficial, vigorará a tabela de preços estabelecida para cada empresa, após entendimento prévio entre ela e a Diretoria Regional.

Art. 75. O peso das malas a transportar nos veículos rodoviários, na conformidade do artigo precedente, não poderá ser superior ao da capacidade fixada para esses veículos.

Art. 76. As empresas de transporte rodoviário que efetuarem a condução de malas postais sob responsabilidade própria, isto é, sem assistência de encarregado postal, deverão prestar, quando solicitadas pelo Correio, todas as informações relativas à entrega e ao recebimento das malas que lhes forem confiadas.

Art. 77. A entrega, bem como o recebimento, das malas, nos pontos inicial, de escala, ou terminal, da linha, poderá ser feita, nos veículos ou nas repartições, a juízo da Diretoria Regional respectiva, aos motoristas ou representantes da empresa interessada.

Art. 78. Nos casos de acidente ou de interrupção de viagem por motivo de força maior, devidamente comprovado, as empresas ou firmas deverão entregar ao Correio mais próximo ou transferir as malas postais conduzidas a outro veículo que passar pelo local com igual itinerário e que possa alcançar, primeiro, o ponto terminal da linha ou o correio mais próximo.

Art. 79. Nos casos de interrupção de viagem, por acidente ou outro motivo, os motoristas de veículo guarnecido com caixas de coleta, ficam obrigados a procurar o Correio mais próximo ou avisá-lo, para a retirada da correspondência em caixa.

Art. 80. Todo e qualquer veículo de empresa ou firma, utilizado, ou não, no serviço de transporte de malas postais, deverá receber as malas de cutros, quando acidentados na estrada e sem probabilidade de prosseguirem viagem.

Parágrafo único. Igual obrigação cabe a qualquer veículo que passe pelo local, devendo o transporte das malas, bem como o do representante postal, se houver, ser feito para a agência mais próxima, no sentido de marcha do referido veículo.

Art. 81. Nenhum veículo rodoviário, incumbido do transporte de malas postais, poderá partir dos pontos inicial ou terminal da linha sem o passe

do correio da localidade, no qual será consignada a quantidade ou declarada a inexistência de malas a transportar.

Art. 82. As empresas ou firmas deverão apresentar à Diretoria Regional de que depender o pagamento de transporte de malas, no caso de divergência no cômputo do excesso de peso entre a sua conta e o resumo mensal organizado pelos correios inicial e terminal da linha, as notas comprovantes da exatidão da mesma conta.

SECÇÃO IV

Das obrigações das empresas de transporte aéreo

Art. 83. As malas serão entregues mediante recibo a quem, para isso esteja devidamente autorizado pela empresa transportadora, a cuja conta e risco correrá, também, a condução entre a repartição postal e o aeródromo.

§ 1.º Será feita, igualmente, por conta das empresas, mediante recibo e sempre com a maior presteza, a entrega das malas às repartições de destino.

§ 2.º As empresas relacionarão as malas, para entrega, em modelo uniforme do qual ficará uma via na repartição encarregada do recebimento.

Art. 84. As partidas das aeronaves serão comunicadas, pela empresa transportadora às repartições postais, com antecedência de 24 horas pelo menos, devendo constar da comunicação a hora exata da saída e os pontos de escala.

§ 1.º Se a demora entre a chegada e a partida da aeronave for inferior a 24 horas, o prazo para o aviso de que trata este artigo poderá restringir-se, correlativamente, devendo, entretanto, a empresa interessada comunicar ao Correio, com a maior antecedência possível, as datas e horas prováveis da chegada das aeronaves em tráfego.

§ 2.º As comunicações referidas neste artigo tornam-se dispensáveis, desde que as partidas de aeronaves se realizem em horário regular, previamente aprovado.

Art. 85. A transferência da partida de qualquer aeronave deverá ser comunicada à repartição de correio local duas horas, pelo menos, antes da fixada para esse fim.

Parágrafo único. São dispensadas da comunicação de que trata este artigo, bem como da estabelecida no artigo precedente, as aeronaves que forem obrigadas a pousar em pontos que não os de sua escala para receberem combustível ou devido a avarias.

Art. 86. Quando qualquer aeronave, conduzindo malas postais, voltar ao ponto de partida ou tiver de pousar, em consequência de avaria, sem que possa prosseguir viagem ou passar as malas para outra aeronave pronta a partir imediatamente, deverá a companhia fazer entrega das malas na repartição postal da localidade, relatando o fato por escrito e dando todas as informações necessárias, afim de que o servidor do correio possa deliberar, ao receber as malas, sobre o encaminhamento das mesmas pela via mais rápida.

Art. 87. A aeronave obrigada à condução de malas postais não poderá partir para viagem regular sem o passe do Correio local, em que será feita a declaração do número ou da inexistência de malas a transportar. O passe deverá ser expedido de forma a não atrasar a partida das aeronaves.

CAPÍTULO III

DO PAGAMENTO PELO TRANSPORTE DAS MALAS POSTAIS EM RODOVIAS

Art. 88. O excesso de peso previsto nos arts. 71 e 72 será computado, para efeito de pagamento mensal, por viagem de ida ou de volta, do ponto inicial ou terminal, ou vice-versa, ou entre pontos intermediários.

Art. 89. Na hipótese da linha em tráfego interessar a mais de uma Diretoria Regional, cada Diretoria ficará responsável pelo pagamento do excesso de peso das malas expedidas pelos correios de sua jurisdição.

Parágrafo único. Considera-se correio expedidor, para efeito de pagamento de conta, o que fizer a entrega das malas à empresa ou firma.

Art. 90. Na hipótese de malas de tráfego mútuo, o pagamento do excesso de peso será efetuado a cada empresa ou firma transportadora, pelas malas que receber nos correios de origem, de escala ou ponto de baldeação, consoante a tarifa oficial, ou, na falta desta, de acordo com a tabela de preços adotada na conformidade do § 2.º do art. 74.

Parágrafo único. Em tais casos, considerar-se-á ponto inicial de uma empresa e terminal de outra o lugar de baldeação.

Art. 91. As notas de malas entrégues pelas empresas aos correios terminal, na viagem de ida, e inicial, na de volta, deverão ser colecionadas em maços distintos por empresas ou firmas, e por mês, para a organização dos resumos mensais.

Art. 92. O resumo mensal deverá ser organizado para cada empresa ou firma com a indicação da data de cada viagem, espécie do veículo, limite de peso de transporte gratuito, quilogramas excedentes e número de notas de malas.

Art. 93. Os resumos serão enviados à Secção Econômica, até o dia 5 de cada mês, acompanhados das notas de malas comprobatórias.

Art. 94. As contas mensais relativas aos excessos de peso serão apresentadas pelas empresas interessadas à Diretoria Regional responsável pelo pagamento, com discriminação do excesso por viagem, sendo conferidas com os resumos mensais enviados pelos correios inicial e terminal das linhas servidas pelas citadas empresas.

Parágrafo único. O pagamento deverá realizar-se, sempre que possível, dentro do prazo de 15 dias, a contar da data da apresentação da conta.

Art. 95. O pagamento de frete correspondente ao peso suplementar, de que trata o § 1.º do artigo 74, será realizado pela Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos a que estiver subordinado o correio expedidor, correndo a despesa respectiva à conta da verba própria do Ministério da Viação e Obras Públicas.

CAPÍTULO IV

DAS PENALIDADES

Art. 96. Os proprietários ou concessionários de companhias ou empresas que exploram o transporte em linhas terrestres, ferroviárias ou rodoviárias, marítimas, lacustres, fluviais e aéreas são passíveis da pena de multa por infração do decreto-lei n. 3.326, de 3 de junho de 1941 e do presente regulamento.

Art. 97. Na punição não influem nem as causas, nem a intenção do infrator, mas unicamente o fato em si, o efeito produzido, de modo que a boa fé não dirimirá nem justificará a infração.

Art. 98. A reincidência, que consistirá na violação da mesma disposição regulamentar, depois de passado em julgado o despacho de imposição da pena por infração anterior e da mesma natureza, dará lugar à aplicação, no dobro, da pena anteriormente imposta.

Art. 99. Os mestres, pilotos, capitães, comandantes ou imediatos de embarcações de qualquer gênero, nacionais ou estrangeiras, se não forem ou não mandarem buscar, no Correio, as malas que lhes devam ser entregues, incorrerão na multa de Cr\$ 200,00.

Parágrafo único. Em igual penalidade incorrerão aqueles que, depois de havê-las recebido, para o transporte, as restituírem sem motivo justificado.

Art. 100. Os mestres, capitães, pilotos, comandantes ou immediatos, agentes ou consignatários de embarcações de qualquer gênero, que não participarem, com a precisa antecedência, à repartição postal, a hora da partida, com indicação dos portos de destino e escala, nos termos do art. 168, do decreto n. 14.722, de 16 de março de 1921, incorrerão na multa de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 1.000,00.

Parágrafo único. Os condutores de veículos, os proprietários ou agentes de empresas ou firmas de transporte aeroviário ou rodoviário estão sujeitos, por igual motivo, à citada penalidade.

Art. 101. Os mestres, capitães ou comandantes de embarcações, quando adiada, por qualquer motivo, a viagem, deixarem de comunicar o adiamento ao Correio, até duas horas antes daquela anteriormente marcada para a partida, incorrerão na mesma pena do artigo 10 do decreto-lei n. 3.326-41.

Parágrafo único. Estão sujeitos, por igual motivo, à referida penalidade, os condutores de veículos, os proprietários ou agentes de empresas ou firmas de transporte rodoviário ou aeroviário.

Art. 102. Os proprietários ou concessionários de companhias ou empresas que explorem o transporte em linhas terrestres ou aéreas, os condutores de qualquer veículo, ou mestres, capitães, comandantes, pilotos ou immediatos de embarcações nacionais ou estrangeiras, ou os comissários dos navios de guerra, quando não efetuarem, logo após a chegada nos portos de destino e escalas, ou pontos de pouso, a entrega das malas postais conduzidas ao Correio ou ao encarregado do serviço postal, incorrerão na multa de Cr\$ 200,00.

§ 1.º Quando os mesmos proprietários, concessionários, na hipótese de interrupção da viagem encetada, deixarem de devolver ao Correio mais próximo, com a possível urgência, as malas conduzidas, ou de transferi-las, conforme prescreve o art. 15 do decreto-lei n. 3.326-41, a outro veículo, se lhes aplicará a multa de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 500,00.

§ 2.º Em igual penalidade incorrerão os que se negarem ao transporte previsto no artigo 15, do decreto-lei n. 3.326-41.

Art. 103. Ao que não entregar as malas postais no lugar de destino, ou ao que as entregar erradamente, em pontos diferentes, ou à repartição que não seja a destinatária, sem motivo de força maior devidamente justificado, ou fora dos casos previstos em lei: multa de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 200,00.

Art. 104. Ao que impedir ou embarçar o trânsito de automoveis ou de outros veículos empregados ou utilizados no Serviço Postal: multa de Cr\$ 10,00 a Cr\$ 100,00.

Art. 105. Ao que embarçar, por qualquer meio, o transporte, transbordo ou encaminhamento das malas postais, ou a transmissão da correspondência, ocasionando demora na chegada aos respectivos destinos: multa de Cr\$ 500,00.

Art. 106. Ao proprietário de ônibus ou empresa autoviária que impedir ou embarçar, com oposição ou violência, depois do necessário aviso por escrito, a colocação em seus veículos das caixas de coleta, a que se refere o § 2.º do artigo 6.º do decreto-lei n. 3.326-41, aplicar-se-á a multa de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 100,00.

Art. 107. Aos concessionários do transporte urbano, em ferro-carril ou ônibus, que se negarem à concessão de passe livre, em seus veículos, aos condutores de malas e aos distribuidores da correspondência postal e telegráfica, em objeto de serviço, aplicar-se-á a multa de Cr\$ 500,00.

Art. 108. Os mestres, capitães ou comandantes de quaisquer embarcações nacionais ou estrangeiras, que saírem sem passe ou, pelo menos, sem declaração escrita pela autoridade postal competente de que as mesmas embarcações se

acham desembaraçadas pelo Correio, e, bem assim, os condutores de veículos de empresas ou firmas de transporte rodoviário ou aeroviário que, sem essa formalidade, empreenderem viagem em cujo percurso existam repartições postais, incorrerão na multa de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 1.000,00.

§ 1.º A igual penalidade estão sujeitos os motoristas de veículos rodoviários que não fizerem visar, nos Correios de escala da linha, o passe expedido pelo Correio inicial da linha, na viagem de ida, e pelo terminal, na de volta.

§ 2.º À mesma pena estão sujeitos, também, os que se negarem ao transporte previsto no artigo 15 do decreto-lei n. 3.326-41.

Art. 109 No caso de não entrega de expressas, expedidas fora de malas, os comandantes, capitães, mestres de embarcações, condutores de veículos ou de malas, encarregados do Serviço Postal, incorrerão na multa de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 200,00.

Art. 110. Os donos, agentes ou consignatários de embarcações, nacionais e estrangeiras, serão solidariamente responsáveis pelas multas impostas, quando não forem pagas pelos comandantes, capitães ou mestres e representantes ou prepostos, bem como por todas as irregularidades e infrações por eles cometidas, na execução do serviço postal.

Parágrafo único. Respondem, igualmente, pelos prepostos ou empregados, os empresários ou arrendatários de estrada de ferro e os proprietários de veículos utilizados no transporte rodoviário ou aeroviário.

Art. 111. O serviço de carga e descarga de malas postais independerá dos trabalhos de estiva e deverá ter preferência sobre outro qualquer da mesma natureza, sob pena de multa de Cr\$ 500,00.

Art. 112. Serão competentes para imposição das multas o Diretor Geral, os Diretores Regionais, os Agentes Postais e os Chefes ou encarregados do serviço de inspeção do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Art. 113. Dos despachos de imposição de multa haverá recurso, sem efeito suspensivo, mediante depósito prévio, para a autoridade imediatamente superior, dentro do prazo de 10 dias, contados da data da intimação.

Parágrafo único. Se esgotado o prazo fixado neste artigo não houver sido paga a multa à Fazenda Federal, proceder-se-á à cobrança executiva.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 114. Os condutores de malas não poderão por motivo algum, ser embarcados no seu trânsito, e, quando cometerem crime pelo qual devam ser presos, a autoridade que ordenar ou efetuar a prisão se no lugar não houver repartição postal, providenciará, com urgência, para que as malas sejam conduzidas, com segurança e presteza à agência mais próxima, que, do mesmo modo, deverá providenciar para que elas cheguem ao seu destino.

Art. 115. Nas cidades de grande movimento e de tráfego intenso, o Correio, se conveniente à maior celeridade do transporte, poderá designar servidores seus para que se incumbam do recebimento das malas, bem como da entrega destas às repartições postais, aos prepostos ou representantes das companhias ou empresas, nos cais, aeródromos ou pontos predeterminados de partida e chegada dos veículos.

Art. 116. Nas agências postais de pequeno movimento situadas em localidades à margem das estradas de ferro ou de rios, os agentes entregarão, pessoalmente, as malas a serem transportadas pelos trens ou embarcações aos condutores ou empregados do correio ambulante, ou às pessoas incumbidas do seu transporte, recebendo as destinadas à sua agência.

Parágrafo único. Se as agências estiverem muito afastadas da estação ou porto, poderão as malas ser levadas por pessoa da confiança do agente a qual assinará e exigirá os respectivos recibos. Essa pessoa deverá estar munida de autorização do agente.

Art. 117. As malas postais serão entregues ou recebidas nos Correios, a qualquer hora do dia ou da noite.

Art. 118. Os condutores serão subordinados aos chefes das repartições iniciais de suas linhas, mas prestarão obediência a todos os chefes das repartições situadas no seu itinerário.

Art. 119. Os condutores serão responsabilizados pelas malas que inutilizarem ou extraviarem, e bem assim, pelos objetos, com e sem valor, contidos nas mesmas, quando por culpa sua forem roubados, espoliados, extraviados ou inutilizados.

Art. 120. Os condutores postais que executarem o serviço de transporte de malas em veículos a motor de sua propriedade, não poderão explorar o tráfego rodoviário.

Art. 121. As repartições poderão fornecer, aos condutores, selos na importância correspondente à metade do salário mensal, para o franquiamento da correspondência que receberem em viagem, devendo a prestação de contas ser feita no regresso de cada viagem.

Parágrafo único. O fornecimento dos selos aos condutores na forma deste artigo exonera o exator da repartição da respectiva responsabilidade.

Art. 122. Quando houver conveniência para o Correio, o Diretor Regional poderá autorizar as empresas ou firmas nas condições previstas no artigo 6.º do decreto-lei n. 3.326-41 a venda de selos, mediante comissão, de acordo com o decreto-lei n. 2.987, de 27 de janeiro de 1941.

Art. 123. As companhias ou empresas de navegação, bem como as firmas individuais ou empresas que exploram o tráfego rodoviário ou aeroviário serão responsáveis pela segurança e integridade das malas postais cujo transporte lhes for confiado, cabendo, portanto, aos seus representantes ou prepostos, examinar, cuidadosamente, o estado das mesmas no ato do seu recebimento.

Art. 124. As Diretorias Regionais deverão solicitar das repartições federais, estaduais ou municipais que superintendem o tráfego de veículos, lhes seja comunicada, sempre, no interesse do serviço público, qualquer autorização concedida para exploração de novas linhas rodoviárias.

Art. 125 — Nas Chefias de Tráfego Postal, organizar-se-á pelo sistema de fichas, o cadastro de todas as empresas ou companhias de transporte aéreo, marítimo, fluvial, lacustre ou terrestre, que trafegarem na Região respectiva, indicando-se os nomes das empresas, seus proprietários, prepostos autorizados a receber e entregar malas nos Correios subordinados à Diretoria Regional, classificação dos veículos nas letras a, b e c, do decreto-lei n. 3.326-41, horário e itinerário das linhas, horário de fechamento das malas em cada um dos correios por eles servidos.

Parágrafo único. Na organização do fichário, será feita a classificação pela modalidade de transporte, seguindo-se-lhe a subclassificação pela ordem alfabética das denominações das linhas, isto é, dos nomes de seus correios inicial e terminal.

Art. 126. Passarão a ser adotados na execução do serviço de transporte de malas, os modelos anexos ao presente regulamento.

Art. 127. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República. — *João de Mendonça Lima.*

DECRETO-LEI N. 5.406 — DE 14 DE ABRIL DE 1943

Modifica o imposto de faróis, altera a concessão de regalias de paquete, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os navios estrangeiros que demandarem os portos do Brasil, procedentes de portos estrangeiros ou nacionais, com carga ou em lastro, conduzindo passageiros ou não, arribados ou em franquia, ficam obrigados ao pagamento do imposto de faróis, na importância de dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.000,00).

Parágrafo único. Esse imposto será devido tantas vezes quantas forem as entradas que derem ditos navios em qualquer porto nacional, tanto na viagem de direitura, como na torna-viagem.

Art. 2.º Os paquetes notoriamente reconhecidos como tais, isto é, que conduzem passageiros, correspondência e carga, e os vapores de linhas regulares, que gozarem das regalias daqueles satisfarão o imposto de que se trata apenas nos dois primeiros portos em que derem entrada, tanto na viagem de direitura, como na torna-viagem. Desse pagamento será pedido certificado, que servirá de prova nos demais portos.

Art. 3.º O imposto de faróis não será cobrado:

1.º, das embarcações estrangeiras, arrendadas ao Lloyd Brasileiro ou companhia que goze dos mesmos favores concedidos a essa empresa;

2.º, das embarcações estrangeiras que, saídas de um porto onde hajam pago o imposto, tocarem ou derem entrada em outro do mesmo Estado, ou regressarem ao mesmo porto donde tenham saído, por motivo de arribada ou força maior;

3.º, das embarcações estrangeiras arribadas por motivo humanitário de salvação de vidas, para aquisição de medicamentos, água, víveres, material de custeio, reparos necessários, desembarque de náufragos ou doentes, não realizando receita no porto.

4.º, das embarcações ou hiatos de recreio, de instrução ou de guerra, dos navios que conduzirem exclusivamente turistas, dêz que não façam operação de carga ou descarga, dos navios que conduzirem expedição científica, sempre que não façam operações de comércio, dos vapores de companhias estrangeiras que por tratados ou convênios estejam isentos de quaisquer impostos;

5.º, das embarcações de lotação inferior a mil (1.000) toneladas de carga.

Parágrafo único. Os vapores compreendidos no 3.º item deste artigo se praticarem operações de comércio no porto arribado, pagarão, como imposto único, a quantia de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00).

Art. 4.º Considera-se viagem de direitura a que a embarcação realizar até dar entrada, por inteiro, no porto de destino; a torna-viagem o regresso do vapor saído do porto onde tinha dado entrada por inteiro.

Parágrafo único. Se houver alteração na rota e a embarcação for, em primeiro lugar, ao porto de destino, a entrada neste porto é considerada o fim da viagem de direitura e a saída será a torna-viagem. Nessas condições, o imposto de faróis será pago no porto de destino e nos dois primeiros da torna-viagem, se se tratar de paquete ou de embarcação que goze dessas regalias.

Art. 5.º Os vapores de linhas regulares para gozarem das regalias de paquete habilitar-se-ão perante a Diretoria Geral da Fazenda Nacional,

mediante requerimento instruído por intermédio da Diretoria das Rendas Aduaneiras e acompanhado de:

a) certidão da alfândega respectiva, para prova da regularidade da linha;

b) documento habil que prove a capacidade de carga do vapor, podendo, para isso, ser apresentada a carta de registo, passaporte ou certidão do Lloyd's Register.

§ 1.º Informado o requerimento, subirá este a despacho do Diretor Geral, que, à vista do processo, ordenará a expedição da carta declaratória, na qual será pago, em dobro, o selo do n. 31, da tabela anexa ao decreto-lei n. 4.655, de 3 de setembro de 1942, na Recebedoria do Distrito Federal ou nas Alfândegas, nos Estados.

§ 2.º A concessão das regalias de paquete implica no cumprimento das obrigações estatuídas no capítulo XIX, do decreto n. 10.524, de 23 de outubro de 1913, no decreto n. 16.300, de 31 de dezembro de 1923, no art. 54, da lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925.

Art. 6.º Preenchidas as formalidades de que tratam o artigo anterior e seus parágrafos, a Diretoria das Rendas Aduaneiras expedirá a circular respectiva às Alfândegas e Mesas de Rendas Alfandegadas da República.

Art. 7.º Aos atuais vapores de linhas regulares, já devidamente legalizados, fica assegurada a concessão das regalias de paquete, anteriormente dada; entendido, entretanto, que qualquer vapor que venha a ser incorporado à frota ou substituir outro, que já esteja no gozo das regalias, só terá as mesmas vantagens depois do processo aqui descrito e após o pagamento das taxas exigidas neste decreto-lei.

Art. 8.º A concessão de regalias de paquete a vapores nacionais continua regulada pelo capítulo XIX, do decreto n. 10.524, de 23 de outubro de 1913, cabendo ao Ministério da Viação e Obras Públicas o estudo e a solução dos pedidos formulados nesse sentido.

Parágrafo único. O Ministério da Viação e Obras Públicas comunicará ao da Fazenda a concessão dada, afim de por este ser expedida a carta declaratória, cobrado o selo devido e feita a respectiva comunicação em circular às Alfândegas e Mesas de Rendas Alfandegadas da República.

Art. 9.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.407 — DE 14 DE ABRIL DE 1943

Autoriza a Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca a contratar operações de crédito com o Banco do Brasil

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica a Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca autorizada a contratar com o Banco do Brasil, pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, a juros mínimos, prazo máximo de 10 anos, operações de crédito desti-

nadas à construção, montagem, ampliação ou desapropriação, na forma da lei, das usinas necessárias à organização racional para industrialização da mandioca, nos termos do decreto-lei n. 5.031, de 4 de dezembro de 1942.

Art. 2.º O limite máximo dessas operações será o do custo das instalações.

Art. 3.º Os empréstimos serão contraídos mediante penhor industrial ou hipoteca, além da garantia dos Estados interessados.

Parágrafo único. Serão aplicáveis, no que couber, as disposições do Regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

Art. 4.º A Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca recolherá o produto da taxa a que se refere o art. 2.º, letra e, do decreto-lei n. 5.031, de 4 de dezembro de 1942, ao Banco do Brasil, em conta especial, ficando este irrevogavelmente autorizado a debitar a essa conta, ao termo de cada contrato de financiamento, o saldo da dívida que dele resultar.

Art. 5.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.408 — DE 14 DE ABRIL DE 1943

Cria, junto à futura sede da Escola Nacional de Agronomia, no km. 47 da rodovia Rio-São Paulo, um Aprendizado Agrícola subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica criado um Aprendizado Agrícola, subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, nos moldes dos já existentes, a ser instalado no Estado do Rio de Janeiro, junto à futura sede da Escola Nacional de Agronomia, no km. 47 da rodovia Rio-São Paulo, adotando-se para o mesmo o prefixo A. A. 11.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N. 5.409 — DE 14 DE ABRIL DE 1943

Cria, no local denominado São Vicente, município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, um Aprendizado Agrícola, subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica criado um Aprendizado Agrícola, subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, nos

moldes dos já existentes, a ser instalado no Estado de Mato Grosso, município de Cuiabá, Serra da Chapada, no local denominado São Vicente, distante 96 quilômetros da cidade de Cuiabá, adotando-se para o mesmo o prefixo A. A. 12.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N. 5.410 — DE 15 DE ABRIL DE 1943

Altera o Regulamento da Ordem dos Advogados do Brasil

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. O disposto no decreto-lei n. 4.803, de 6 de outubro de 1942, não se aplica aos juizes aposentados do Supremo Tribunal Federal, senão quanto às causas que já estejam ajuizadas ao tempo da aposentadoria, às que se processem perante o mesmo Tribunal e às que sejam propostas contra a Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.411 — DE 15 DE ABRIL DE 1943

Autoriza a permuta do imóvel pertencente ao Club de Regatas Santista, com terreno doado ao Ministério da Marinha, em Santos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Marinha autorizado a permutar com o Club de Regatas Santista, o terreno doado ao mesmo Ministério, situado à Avenida Saldanha da Gama s/n, com o imóvel daquela entidade, sito à rua Barra da Bocaina ns. 105/106, ambos na Comarca de Santos, Estado de São Paulo.

Art. 2.º Após a permuta, deverá ser transferido ao Ministério da Aeronáutica o imóvel permutado, necessário à ampliação da Base Aérea de Santos, nos termos da Lei n. 326, de 28 de novembro de 1936.

Art. 3.º A efetivação da permuta só será levada a efeito uma vez provado achar-se o imóvel em apreço livre e desembaraçado de qualquer onus.

Art. 4.º A permuta mencionada no art. 1.º ficará isenta de quaisquer impostos, tributos, taxas e emolumentos, federais, estaduais ou municipais, e a sua transcrição no Registro de Imóveis competente far-se-á gratuitamente.

Art. 5.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

Henrique A. Guilhem.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.412 — DE 16 DE ABRIL DE 1943

Dispõe sobre o processo e julgamento do crime de deserção definido no decreto-lei n. 4.937, de 9 de novembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O crime de deserção definido no art. 2.º do decreto-lei n. 4.937, de 9 de novembro de 1942, será, durante o atual estado de guerra, processado e julgado pela forma estabelecida no Código de Justiça Militar, aprovado pelo decreto-lei n. 925, de 2 de dezembro de 1938, observadas as disposições do presente decreto-lei.

Art. 2.º Nos estabelecimentos fabris do Ministério da Guerra, Marinha e Aeronáutica, serão constituídos os conselhos previstos no art. 18 e observadas as disposições dos arts. 263 e 264, do Código da Justiça Militar, competindo ao oficial chefe de grupo, ou de secção, ou do pessoal, conforme a organização do estabelecimento, apresentar as partes de ausência e acusatória.

Art. 3.º Os desertores dos estabelecimentos fabris civis considerados de interesse militar serão processados e julgados pelo Conselho Permanente de Justiça das Auditorias com jurisdição no território em que estiver localizado o estabelecimento.

§ 1.º Nos estabelecimentos fabris de que trata o presente artigo, as partes de ausência serão apresentadas pelo encarregado do pessoal, ou chefe da oficina ou de outro departamento, sob cujas ordens imediatas servir o acusado.

§ 2.º Vinte e quatro horas depois de verificada a ausência, o diretor ou o gerente do estabelecimento chamará o acusado por edital fixado nas portas do estabelecimento.

§ 3.º Consumado o crime de deserção, o diretor ou gerente do estabelecimento fará lavrar o termo de deserção, onde se mencionarão todas as circunstâncias do fato. O termo será lavrado por um secretário, do estabelecimento ou *ad hoc*, e assinado pelo diretor ou gerente e duas testemunhas.

§ 4.º O diretor ou gerente remeterá, em seguida, o termo de deserção, acompanhado de cópia da parte de ausência e do edital de convocação, ao auditor competente, por intermédio do Comandante da Região, observando-se

no rito processual o disposto nos §§ 1.º a 4.º do art. 267 do Código da Justiça Militar.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

Henrique A Guilhem.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.413 — DE 16 DE ABRIL DE 1943

Manda aplicar aos desertores primários do Exército disposições do artigo 271 do Código da Justiça Militar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Aplicam-se aos desertores primários do Exército, incursos no item II do § 2.º do artigo 16 do decreto-lei n. 4.766, de 1 de outubro de 1942, as disposições do artigo 271 e seu parágrafo único do Código da Justiça Militar.

Parágrafo único. O Conselho de Justiça do corpo de tropa, formação de serviço ou estabelecimento poderá cassar a menagem se as circunstâncias do crime ou a superveniência dos casos previstos no artigo 159 do referido Código de Justiça Militar o aconselharem.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.414 — DE 16 DE ABRIL DE 1943

Altera o Orçamento Analítico do Ministério da Guerra, sem aumento de despesa

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica alterado como segue o Orçamento Analítico do Ministério da Guerra:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de Consumo

Cr\$

Sub-Consignação 29 — Materias primas, etc)

Diretoria do Material Bélico, passa de Cr\$ 55.680.000,00 para 55.566.000,00

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de Consumo

Sub-Consignação 21 (Combustíveis):

Diretoria do Material Bélico, passa de Cr\$ 2.717.000,00 para 2.831.000,00

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.415 — DE 16 DE ABRIL DE 1943

Modifica o art. 13 do Regulamento das Caixas Econômicas Federais, baixado com o decreto n. 24.427, de 19 de junho de 1934, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 13 do Regulamento das Caixas Econômicas Federais, baixado com o decreto n. 24.427, de 19 de junho de 1934, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 13. As Caixas Econômicas — tendo em vista o volume de seus depósitos e o resultado de seus negócios — se classificam em:

a) Especiais — as de depósitos superiores a quinhentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 500.000.000,00);

b) De Primeira Classe — as de depósitos superiores a duzentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 200.000.000,00) até quinhentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 500.000.000,00), inclusive;

c) De Segunda Classe — as de depósitos superiores a cem milhões de cruzeiros (Cr\$ 100.000.000,00), até duzentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 200.000.000,00), inclusive;

d) De Terceira Classe — as de depósitos superiores a cinquenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 50.000.000,00), até cem milhões de cruzeiros (Cr\$ 100.000.000,00), inclusive;

e) De Quarta Classe — as de depósitos até cinquenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 50.000.000,00), inclusive.”

§ 1.º A reclassificação de qualquer Caixa em classe imediatamente superior far-se-á por ato do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, previamente autorizado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, condicionada a transferência:

a) à existência de saldo positivo em seus balanços durante três (3) anos consecutivos;

b) à manutenção, por doze (12) meses continuados, dos limites estabelecidos no art. 1.º.

§ 2.º A Caixa que apresentar "deficit" durante três (3) anos seguidos, será transferida para a classe imediatamente inferior.

Art. 2.º As Caixas Econômicas Federais, autônomas, atualmente existentes, ficam assim classificadas, segundo os limites estabelecidos no artigo anterior:

a) Especiais

Rio de Janeiro
São Paulo.

b) De Primeira Classe

Rio Grande do Sul.

c) de Segunda Classe

Baía
Estado do Rio de Janeiro.

d) De Terceira Classe

Pernambuco
Paraná
Minas Gerais.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º de República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.416 — DE 16 DE ABRIL DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 7.838,70, para atender a pagamento de vencimentos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 7.838,70 (sete mil oitocentos e trinta e oito cruzeiros e setenta centavos), para atender ao pagamento dos vencimentos relativos ao período de 25 de julho a 31 de dezembro de 1941, que competem a Hermano Lott Junior, nomeado, interinamente, por decreto de 8 de julho de 1941, diretor, substituto, padrão J, da Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, atualmente Escola Industrial de Belo Horizonte.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.417 — DE 16 DE ABRIL DE 1943

Dispõe sobre classificação de águas públicas em conformidade com o disposto no art. 5.º, §§ 1.º e 2.º, do decreto-lei n. 2.281, de 5 de junho de 1940

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Para a discriminação a que se refere o § 1.º do art. 5.º do decreto-lei n. 2.281, de 5 de junho de 1940, bem como para a organização dos editais a que se refere o § 2.º do mesmo artigo, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica baixará as necessárias instruções.

Parágrafo único. Essas instruções abrangerão a retificação ou nova relação de editais anteriormente publicados.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N. 5.418 — DE 16 DE ABRIL DE 1943

Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 41.200,00 para pagamento de contribuições devidas ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 41.200,00 (quarenta e um mil e duzentos cruzeiros) para pagamento ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, de contribuições devidas pela União, no corrente ano, relativas ao pessoal de obras do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.419 — DE 22 DE ABRIL DE 1943

Altera a redação do artigo 165 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares da Armada

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 165 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares da Armada, aprovado pelo decreto-lei n. 3.759, de 25 de outubro de 1941, passa, acrescido de duas alíneas, a ter a seguinte redação:

“Art. 165. Nos casos de reforma por invalidez, terão os Sargentos e demais praças a situação regulada pela mesma forma que

a dos Sub-Oficiais, observando-se, para esse fim, as disposições contidas nos artigos e parágrafos da secção respectiva (Título I — Capítulo III — Secção II — Segunda Parte), exceto quanto ao § 2.º do art. 160, em que será observado o seguinte:

a) os invalidados por acidente fora do serviço ou moléstia não adquirida no mesmo, podendo ou não prover à subsistência, serão reformados com tantas trigésimas partes dos vencimentos quantos forem os anos de serviço, desde que contem 10 ou mais anos de serviço;

b) os invalidados pelas mesmas causas, não podendo prover à subsistência, serão reformados nas condições acima, desde que tenham o mínimo de um ano de serviço militar, observado o que preceitua o art. 143.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 5.420 — DE 22 DE ABRIL DE 1943

Dispõe sobre a designação de vogais e suplentes de Junta de Conciliação e Julgamento, nas localidades em que não há sindicato, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os vogais, representantes de empregados e empregadores, e respectivos suplentes, que devam servir nas Juntas de Conciliação e Julgamento, no segundo biênio da Justiça do Trabalho, serão livremente designados pelo Presidente da República, observados os requisitos exigidos no art. 18 do regulamento aprovado pelo decreto n. 6.596, de 12 de dezembro de 1940, quando:

a) na respectiva localidade não existir sindicato, regularmente reconhecido, de uma ou de ambas as categorias;

b) os sindicatos existentes não realizarem as eleições previstas no regulamento da Justiça do Trabalho aprovado pelo decreto n. 6.596 citado.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.421 — DE 22 DE ABRIL DE 1943

Transfere ao Ministério da Agricultura a execução dos serviços de limpeza e desinfecção de vagões e outros veículos de qualquer natureza utilizados no transporte de animais vivos.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Ficam afetos ao Ministério da Agricultura, através do Departamento Nacional da Produção Animal, os serviços de limpeza e desinfecção de vagões e outros veículos de qualquer natureza utilizados no transporte de animais vivos, de que trata o art. 38 do Regulamento aprovado pelo decreto número 24.548, de 3 de julho de 1934.

Art. 2.º A “taxa de desinfecção” a que se refere o decreto-lei n. 194, de 21 de janeiro de 1938, destinar-se-á ao custeio e manutenção dos serviços especificados neste decreto-lei, e passará a ser de Cr\$ 0,30 (trinta centavos) por cabeça, para as espécies bovina, equina e asinina ; Cr\$ 0,20 (vinte centavos), por cabeça, para as espécies suína, caprina e ovina e Cr\$ 0,02 (dois centavos), por cabeça, para as aves, sendo de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), no mínimo, o total da taxa a ser cobrada, ainda que os animais despachados não atinjam, em número, o suficiente pra o pagamento dessa importância.

Parágrafo único. Ficam isentos do pagamento da “taxa de desinfecção” os animais transportados por conta do Governo da União, as aves canoras e ornamentais, os pintos de um dia quando acondicionados em caixas de papelão e bem assim outras espécies de animais não incluídas dentre as citadas neste artigo.

Art. 3.º A “taxa de desinfecção” será cobrada, no ato do despacho, pela empresa que tiver que efetuar o transporte e será, pela mesma, recolhida à repartição federal arrecadadora competente, na forma da legislação em vigor.

Art. 4.º Para o cumprimento do disposto no art. 1.º deste decreto-lei, o Ministério da Agricultura, de acordo com os recursos orçamentários que lhe forem concedidos, fará projetar, construir e instalar, mediante entendimentos com as companhias de estradas de ferro, empresas de navegação ou outras que transportem animais vivos, os postos de limpeza e desinfecção que se fizerem necessários, cuja localização deverá recair nos pontos naturalmente indicados pelo tráfego.

Art. 5.º Para atender às despesas com a execução dos serviços de que trata este decreto-lei, será concedida, nos orçamentos da União, uma dotação nunca inferior à taxa arrecadada dois anos antes do respectivo orçamento.

Art. 6.º Os postos de limpeza e desinfecção de vagões situados nas Estradas de Ferro Central do Brasil, Estrada de Ferro Maricá, Rede Mineira de Viação e The Leopoldina Railway Co. Ltda., ficam diretamente subordinados à Diretoria da Divisão de Defesa Sanitária Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, e os demais às Inspetorias Regionais da mesma Divisão quando localizados nas respectivas regiões.

Art. 7.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República,

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.422 — DE 22 DE ABRIL DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$... 6.460.672,20 para despesas a cargo da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com fundamento no decreto-lei n. 2.667, de 3 de outubro de 1940, o crédito especial de seis milhões quatrocentos e sessenta mil e seiscentos e setenta e dois cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 6.460.672,20) para atender as seguintes despesas a cargo da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina:

Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis:

	Cr\$
Para prosseguimento da construção da linha Barra Bonita-Rio do Peixe, no trecho compreendido entre os km. 103+558,84 e 117+028,84, conforme projeto e orçamento aprovados	6.460.672,20

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.423 — DE 26 DE ABRIL DE 1943

Dispõe sobre a aposentadoria de Gentil Tristão Norberto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e

Considerando os serviços prestados por Gentil Tristão Norberto quando, como auxiliar do Coronel Plácido de Castro e durante o período compreendido

entre 1899 e 1904, denodadamente defendeu a causa acreana, na questão de limites resolvida pelo Tratado de Petrópolis, decreta:

Fica aposentado, de acordo com o artigo 196, item I, do decreto-lei número 1.713, de 28 de outubro de 1939, com vencimento integral, Gentil Tristão Norberto, no cargo da classe L da carreira de Engenheiro (DNEF-DNER), do Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.424 — DE 26 DE ABRIL DE 1943

Dispõe sobre a distribuição e aplicação de dotação orçamentária destinada a despesas de representação, excursões, hospedagens e homenagens

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Publicada a lei de orçamento, consideram-se automaticamente registradas pelo Tribunal de Contas e distribuídas ao Tesouro Nacional as dotações concedidas aos diversos ministérios para despesas de "recepções, excursões, hospedagens e homenagens", cuja aplicação será determinada, em cada caso, pelo titular da pasta a que pertencer o crédito.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à lei orçamentária vigente.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.425 — DE 27 DE ABRIL DE 1943

Modifica o quadro de distribuição dos agentes fiscais do imposto de consumo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A corporação dos agentes fiscais do imposto de consumo compõe-se de 836 funcionários, distribuídos de acordo com o quadro anexo, que modifica o constante do Regulamento aprovado pelo decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

QUADRO DE AGENTES FISCAIS DO IMPOSTO DE CONSUMO

ESTADOS	CLASSES			
	D. Federal	Capital	Interior	Total
D. Federal	70	—	—	70
Amazonas	—	4	17	21
Pará	—	8	20	28
Maranhão	—	4	24	28
Piauí	—	3	12	15
Ceará	—	6	21	27
R. G. do Norte	—	5	17	22
Paraíba	—	5	23	28
Pernambuco	—	15	41	56
Alagoas	—	5	20	25
Sergipe	—	5	14	19
Baía	—	12	38	50
E. Santo	—	4	13	17
Rio de Janeiro	—	5	51	56
São Paulo	—	56	89	145
Paraná	—	5	20	25
Santa Catarina	—	3	23	26
R. G. do Sul	—	16	59	75
Minas Gerais	—	6	63	69
Goiaz	—	2	14	16
Mato Grosso	—	2	16	18
	70	171	595	836

DECRETO-LEI N. 5.426 — DE 27 DE ABRIL DE 1943

Altera a redação de disposições dos decretos-leis ns. 5.030, 5.031 e 5.032, de 4 de dezembro de 1942, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 3.º do decreto-lei n. 5.030, de 4 de dezembro de 1942, publicado no *Diário Oficial* de 23 de janeiro de 1943, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3.º Para execução do programa contido no artigo anterior:

I — Disporá a C.E.P.:

a) do Entrepósito de Pesca do Rio de Janeiro e de suas instalações;

b) da "Fábrica de Produtos e Subprodutos do Cação", em São Luiz do Maranhão;

c) das dotações orçamentárias da Policlínica de Pescadores, criada pelo decreto-lei n. 3.118, de 14 de março de 1941, bem como de outras dotações que lhe forem consignadas no Orçamento Geral da União ou mediante créditos especiais.

II — ficarão subordinadas à C.E.P.:

a) a Caixa de Créditos dos Pescadores e Armadores de Pesca, criada pelo art. 11 do decreto-lei n. 291, de 23 de fevereiro de 1938;

b) a Policlínica de Pescadores, criada pelo decreto-lei número 3.118, de 14 de março de 1941.

§ 1.º Arrecadará a C.E.P. uma taxa de 5% sobre o valor do pescado negociado no país, que recolherá ao Tesouro Nacional como renda da União, a qual será escriturada sob rubrica própria do Orçamento da Receita.

§ 2.º Com base na receita prevista na forma do parágrafo anterior e em 50% da arrecadação provável da taxa "Expansão da Pesca", criada pelo decreto-lei n. 291, de 23 de fevereiro de 1938, assim como nas exigências da execução do programa de trabalhos da C.E.P., poderão, oportunamente, ser abertos créditos especiais e consignados recursos orçamentários que serão por esta aplicados mediante autorização do Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura.

§ 3.º Para seu funcionamento, execução do programa de ação e para estabelecimento das normas que orientarão a Caixa de Crédito e a Policlínica de Pescadores, a C.E.P. apresentará, à indispensável aprovação do Ministro da Agricultura, os regulamentos e planos.

§ 4.º A C.E.P. não poderá admitir na prática da pesca comercial ou industrial pescadores ou barcos que não estejam devidamente registrados e licenciados pelas repartições competentes do Ministério da Marinha, na forma das leis e regulamentos em vigor.

§ 5.º As Secções dos entrepostos de pesca, a que se refere o § 1.º do art. 2.º do decreto-lei n. 3.045, de 12 de fevereiro de 1941, continuarão como incumbência exclusiva da Divisão de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, ficando as demais secções, a que se refere o § 2.º do mesmo artigo e decreto-lei, a cargo da C.E.P.

Art. 2.º O dispositivo da alínea e do art. 2.º do decreto-lei n. 5.031, de 4 de dezembro de 1942, publicado no *Diário Oficial* de 23 de janeiro de 1943, passa a ter a seguinte redação:

"e) cobrar uma taxa de 10% sobre o valor de venda dos produtos da mandioca, arrecadá-la e recolhê-la ao Tesouro Nacional como renda da União, a qual será escriturada sob rubrica própria do Orçamento da Receita, podendo ser, oportunamente, com base na arrecadação provável dessa taxa e nas exigências da execução dos programas de trabalhos, abertos créditos especiais e consignados recursos orçamentários que serão aplicados pela Comissão, mediante autorização do Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura".

Art. 3.º O dispositivo da alínea *h* do art. 2.º do decreto-lei n. 5.032, de 4 de dezembro de 1942, publicado no *Diário Oficial* de 23 de janeiro de 1943, passa a ter a seguinte redação:

“*h*) superintender os entrepostos centrais e todos os demais serviços de abastecimento dos mercados, que só se farão por seu intermédio, inclusive estabelecer quotas para a exportação, fixar os preços a serem pagos ao produtor, sugerir a criação de taxas por serviços de beneficiamento e industrialização e determinar o preço de venda aos consumidores quando se tratar de mercado interno”.

Art. 4.º O art. 5.º do decreto-lei n. 5.032, de 4 de dezembro de 1942, publicado no *Diário Oficial* de 23 de janeiro de 1943, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5.º A Comissão está autorizada a arrecadar a taxa de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) por caixa ou quantidade de frutas correspondente, a critério da mesma, devendo recolhê-la ao Tesouro Nacional como renda da União, a qual será escriturada sob rubrica própria do Orçamento da Receita, podendo ser, oportunamente, com base na arrecadação provável dessa taxa e nas exigências da execução dos programas de trabalhos, abertos créditos especiais e consignados recursos orçamentários que serão aplicados pela Comissão mediante autorização do Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura.

Parágrafo único. A Comissão poderá dispor das dotações consignadas no Orçamento para 1943 à extinta Comissão de Controle da Produção e Comércio de Bananas.”

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 5.427 — DE 27 DE ABRIL DE 1943

Dispõe sobre a aposentadoria de Manuel Francisco Freire

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e tendo em vista o que consta do processo 32.482, de 1942, do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, decreta:

Artigo único. E' aposentado, com o provento proporcional ao seu tempo de serviço, a partir de 2 de outubro de 1936, Manuel Francisco Freire no então cargo de estafeta da agência postal-telegráfica de Camocim, na jurisdição da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Ceará, ficando sem efeito o decreto de 2 de outubro de 1936, que o aposentou nos termos do artigo 170, inciso 3.º, da Constituição Federal de 16 de julho de 1934.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.428 — DE 27 DE ABRIL DE 1943

Estabelece o controle da indústria nacional de artefatos de borracha, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Durante a vigência dos Acordos sobre borracha bruta e manufaturada, firmados entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, a 3 de março de 1942 e 3 de outubro de 1942, fica a Comissão de Controle dos Acordos de Washington autorizada a controlar, nos termos do decreto-lei n. 4.523, de 25 de julho de 1942, a produção de artefatos de borracha no país.

Art. 2.º Para a execução do controle a que se refere o artigo anterior, à Comissão de Controle dos Acordos de Washington compete:

I — Promover entendimentos para garantir:

- a) o suprimento de matérias primas e equipamento necessários à indústria nacional de artefatos de borracha; e
- b) o fornecimento, pela indústria nacional, de artigos essenciais à defesa do Hemisfério.

II — Tomar as providências necessárias, nos termos desta lei, através dos seguintes órgãos:

a) Do Banco de Crédito da Borracha, S. A., para:

1. Manter, nos centros industriais de artefatos de borracha estoques das qualidades utilizadas em volume suficiente ao funcionamento dos estabelecimentos manufatureiros;

2. Fornecer, dentro das quotas estabelecidas nos termos da alínea b, n. 5, do inciso II deste artigo e a preços ajustados, a borracha necessária ao consumo da indústria nacional.

b) Do Setor da Produção Industrial da Coordenação da Mobilização Econômica, para:

1. Manter estatística especializada e atualizada do movimento dos estoques e consumo de matérias primas e da produção dos artefatos de borracha;

2. Acompanhar as atividades da indústria, controlando os dados estatísticos por ela fornecidos;

3. Estudar e promover modificações nos programas de produção dos estabelecimentos fabris e a adaptação de suas instalações, para melhor aproveitamento das matérias primas e maior rendimento, visando a produção de artigos considerados essenciais e a utilização de borracha recuperada ou regenerada;

4. Elaborar especificações técnicas relativas às percentagens de borracha natural e recuperada a serem empregadas na fabricação de artefatos;

5. Fixar periodicamente e de modo equitativo a quota de consumo de borracha destinada a cada estabelecimento levando em consideração a espécie de artigos manufaturados, a produção em período representativo anterior e a situação dos estoques em poder dos fabricantes;

6. Promover, quando necessário, considerando as exigências da produção de artigos essenciais, a redistribuição ou transferência parcial ou total, de estoques existentes para sua imediata utilização;

7. Promover a classificação dos artefatos de borracha fabricados no país em três (3) categorias — a) essenciais; b) dispensáveis; c) superfluos — tendo em vista as necessidades do consumo militar e civil;

8. Incentivar a produção dos artigos considerados essenciais e restringir ou proibir a manufatura dos artigos considerados dispensáveis e supérfluos;

9. Orientar e prestar assistência técnica às fábricas de artefatos de borracha, tendo em vista o esforço de guerra;

10. Estimular a utilização em larga escala de borracha recuperada ou regenerada, bem como estabelecer as condições de seu comércio;

11. Reduzir ou suprimir as quotas de consumo de borracha das fábricas que não cumprirem as disposições constantes do presente decreto-lei ou que dificultarem o controle nele estabelecido;

12. Estudar e elaborar planos visando a economia no uso de artigos de borracha, bem como a utilização de sucedâneos;

13. Opinar obrigatoriamente sobre a instalação de novas indústrias de artefatos de borracha no país.

c) Da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, para controlar a exportação de todos os produtos manufaturados de borracha, fixando as condições do seu comércio.

Art. 3.º Os industriais de artefatos de borracha e os comerciantes intermediários deverão declarar à Comissão de Controle dos Acordos de Washington ou ao órgão por ela designado, dentro do prazo de quinze (15) dias a contar da data da publicação do presente decreto-lei, o volume atual dos seus estoques de borracha, o local do depósito, bem como as quantidades adquiridas e ainda não recebidas.

Art. 4.º Após a publicação deste decreto-lei, nenhuma fábrica de artefatos de borracha poderá comprar ou receber borracha de qualquer tipo ou qualidade, inclusive recuperada ou regenerada, sem autorização expressa da Comissão de Controle dos Acordos de Washington ou do órgão por ela designado.

Art. 5.º As transações de borracha de qualquer tipo ou qualidade, inclusive a recuperada ou regenerada, e as transações de artefatos de borracha que forem realizadas contrariando os dispositivos do presente decreto-lei, bem como a manutenção de estoques clandestinos de borracha determinarão a apreensão da mercadoria e serão considerados atos praticados contra a segurança nacional, ficando os responsáveis sujeitos às penalidades previstas em lei.

Art. 6.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.429 — DE 27 DE ABRIL DE 1943

Dispõe sobre a exclusão de dirigentes de sociedades mútuas de seguros de vida do âmbito da legislação do trabalho

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Não se consideram empregados para os efeitos da legislação do trabalho os superintendentes, gerentes, diretores ou sub-diretores e outros que

exercçam funções de chefia em sociedades mútuas de seguros de vida, salvo quando, em contrário, decidir a Diretoria, em cada caso, *ad referendum* da Assembléa Geral.

Art. 2.º O presente decreto-lei se aplica aos casos sujeitos à decisão dos tribunais de trabalho inclusive áqueles pendentes de liquidação, seja nesses tribunais, seja em Juízo Ordinário.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.430 — DE 28 DE ABRIL DE 1943

Dispõe sobre comissionamento de oficiais do Exército em posto superior e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Durante o estado de guerra é permitido comissionar, em posto superior ao de suas patentes, oficiais da ativa do Exército, até os limites exigidos pelas necessidades da mobilização militar, ou para preencher os claros abertos no decorrer das operações de guerra.

Art. 2.º O comissionamento poderá ser feito no posto imediato ao efetivo, por efeito de mobilização, ou em dois postos acima do mesmo — comissão excepcional — para atender aos claros verificados no decorrer das operações de guerra.

Art. 3.º As condições para o comissionamento são:

a) interstício mínimo, nos respectivos postos, salvo no caso de comissão excepcional, de

- um ano, para os oficiais subalternos e capitães;
- seis meses, para os oficiais superiores e generais;

b) espírito militar, capacidade de acção de comando, evidenciados no exercício de comissões que hajam desempenhado e tal como define essas qualidades a Lei de Promoções em vigor;

c) capacidade física indispensável ao exercício das funções de seu posto, verificada em inspeção de saúde, a que devem ser previamente submetidos, para o fim especial do comissionamento.

Art. 4.º Nenhum oficial poderá ser comissionado no posto de General de Brigada sem ter, pelo menos, quarenta anos de idade e curso de estado-maior. Para o posto de oficial superior, a idade mínima exigida será a de trinta anos.

Art. 5.º Computadas as necessidades segundo o estabelecido no art. 1.º deste decreto-lei, o Presidente da República, mediante proposta do Ministro da Guerra, fixará, por decreto, periodicamente, o número de vagas a serem preenchidas por comissionamento.

Art. 6.º O Ministro da Guerra, oportunamente e sempre que as necessidades militares o aconselharem, organizará a relação dos oficiais em condições de serem comissionados, submetendo-a à consideração do Presidente da República, para os devidos fins.

Parágrafo único. Na organização da relação de que trata este artigo, o Ministro da Guerra, se julgar necessário, poderá recorrer aos órgãos informativos competentes, e levará na devida conta os comissionamentos *ad referendum*, operados na conformidade do parágrafo único do artigo seguinte.

Art. 7.º O comissionamento será efetuado por meio de decreto, fazendo-se na própria patente a necessária apostila.

Parágrafo único. Quando, porém, no decorrer de operações de guerra, se verificarem vagas cujo preenchimento se imponha imediatamente, o comissionamento poderá ser feito por ato do Comandante-chefe, *ad referendum* do Presidente da República.

Art. 8.º Os oficiais comissionados ficarão investidos em todos os direitos, vantagens, atribuições e deveres do posto em comissão assim como da respectiva autoridade e da precedência hierárquica correspondente.

Parágrafo único. Em caso de igualdade de posto, a precedência hierárquica, para todos os efeitos, será regulada pela do posto efetivo.

Art. 9.º Os oficiais comissionados usarão os uniformes, insígnias e denominações do posto em que forem comissionados, como se efetivos fossem.

Art. 10. Só poderá haver comissionamento para exercício efetivo de função militar, de preferência, para comando de tropa.

Parágrafo único. O oficial comissionado que entrar no exercício de funções públicas civis, ou não previstas neste decreto-lei, perderá a comissão, ficando automaticamente suspensos todos os direitos e vantagens correspondentes à mesma.

Art. 11. Os oficiais em comissão somente poderão gozar de licença para tratamento da própria saúde, em consequência de moléstia ou acidente ocorridos em campanha ou em serviço.

Parágrafo único. O gozo de qualquer outra licença ou afastamento da função para que foi comissionado, importará na aplicação do disposto no parágrafo único do artigo anterior.

Art. 12. Fora dos casos previstos na Constituição (arts. 160, parágrafo único e 177) e neste decreto-lei (arts. 10, parágrafo único, 11, parágrafo único e 14), os oficiais comissionados só perderão o direito às honras, prerrogativas e vantagens decorrentes da comissão pelo mau desempenho de função ou prática de atos que os desmereçam no conceito de seus chefes, devidamente comprovados.

Art. 13. Os oficiais, durante a comissão, terão suas inatividades reguladas pelas disposições da lei respectiva, e seus herdeiros terão direito à percepção da herança militar correspondente, como se efetivos fossem.

Art. 14. Decretada a desmobilização, ficarão sem efeito os comissionamentos, voltando os oficiais ao posto efetivo.

Art. 15. Os oficiais comissionados continuarão, como os demais, a ser promovidos normalmente nos quadros das respectivas armas e serviços, consoante os princípios estabelecidos na Lei de Promoções.

Parágrafo único. O fato do comissionamento, porém, constituirá motivo que muito recomendará o oficial à promoção por merecimento, devendo a Comissão de Promoções do Exército levá-lo na devida consideração ao organizar os quadros de acesso por merecimento.

Art. 16. O preenchimento, em comissão, dos claros exigidos pela mobilização ou abertos no decorrer das operações, correspondentes ao exercício de comando de escalão superior ao de Divisão, processar-se-á por livre escolha do

Presidente da República, que fixará as vantagens e prerrogativas dessas funções.

Art. 17. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.431 — DE 28 DE ABRIL DE 1943

Dispõe sobre gratificação ao Comandante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A partir de 26 de março de 1943, o Comandante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal receberá, como gratificação, pelo exercício do mesmo cargo, uma importância correspondente ao que for pago, sob o mesmo título, aos Coronéis do Exército, em seus respectivos vencimentos.

Parágrafo único. Para atender, no corrente exercício, à despesa decorrente deste decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 1.532,30 (mil quinhentos e trinta e dois cruzeiros e trinta centavos) à Verba I — Pessoal, Consignação III Vantagens, subconsignação 21 — Gratificações militares, 01 — Pessoal Militar, 20 — Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, do orçamento daquele Ministério.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.432 — DE 29 DE ABRIL DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento

do Ministério da Viação e Obras Públicas (Anexo n. 20 do decreto-lei número 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação V — Outras Despesas com Pessoal

S/c. n. 25 — Substituições

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal Cr\$ 100.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.433 — DE 29 DE ABRIL DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 40.827,40, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de quarenta mil, oitocentos e vinte e sete cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 40.827,40), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos do vigente orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas (Anexo n. 20 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c n. 18 — Indenizações

31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro

16 — Viação Férrea Federal Leste Brasileiro Cr\$ 40.827,40

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.434 — DE 29 DE ABRIL DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para prosseguimento de obras a cargo da Inspeção Federal de Obras contra as Secas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 5.000.000,00), para atender às despesas (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) com o prosseguimento da execução de obras, dentro do programa geral da Inspeção Federal de Obras contra as Secas, de acordo com os orçamentos já aprovados.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.435 — DE 29 DE ABRIL DE 1943

Altera o art. 1.º do decreto-lei n. 5.244, de 11 de fevereiro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 1.º do decreto-lei n. 5.244, de 11 de fevereiro de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de quatro milhões e duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 4.200.000,00), para atender às despesas (Obras, Desapropriações e Aquisição de Imóveis) com a construção da ligação rodoviária Campina Grande-Caruará, passando por Bodocongó — Gravatá do Jaburú e Torres, nas condições técnicas das linhas troncos”.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.436 — DE 30 DE ABRIL DE 1943

Dispõe sobre a carreira de agente fiscal do imposto de consumo e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A remuneração dos ocupantes da carreira de agente fiscal do imposto de consumo, do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, constituída de uma parte fixa e outra variável, será paga de acordo com a classificação e a razão correspondente, constantes da tabela anexa.

Parágrafo único. Nenhum agente fiscal do imposto de consumo poderá perceber, de percentagem, importância anual superior a sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 60.000,00).

Art. 2.º Os decretos de nomeação dos funcionários abrangidos por este decreto-lei serão imediatamente apostilados pelo Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda, de acordo com a classificação constante da tabela anexa.

Parágrafo único. O mesmo Serviço publicará, dentro de trinta (30) dias, a relação nominal dos ocupantes dos cargos da carreira de agente fiscal do imposto de consumo.

Art. 3.º A promoção do agente fiscal do imposto de consumo só poderá ser efetuada após dois anos de nomeado ou promovido; e a remoção só se verificará após setecentos e vinte (720) dias de efetivo exercício no Estado em que servir.

Art. 4.º Para efeito de promoção ou remoção os agentes fiscais do imposto de consumo classificados e em exercício no Estado do Espírito Santo à data da publicação do presente decreto-lei, são considerados como pertencentes à classe I os do interior e à classe J os da Capital.

Art. 5.º Para atender, neste exercício, à despesa decorrente da alteração de remuneração de que trata o presente decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de quatro milhões, novecentos e trinta e nove mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 4.939.200,00) em reforço da Verba I — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), a saber:

VERBA I — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

S/c n. 01 — Pessoal Permanente..... Cr\$ 4.939.200,00

Art. 6.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

QUADRO PERMANENTE

CARREIRA DE AGENTE FISCAL DO IMPOSTO DE CONSUMO

Número de cargos	Classe	Número	LOTAÇÃO	Razão atual
			Local de exercício	
70	L	70	Distrito Federal	1,4
118	K	12	Baía — Capital.....	7,12
		6	Minas Gerais — Capital...	5,9
		5	Paraná — Capital	3,8
		15	Pernambuco — Capital....	5,0
		5	Rio de Janeiro — Capital..	3,46
		16	Rio Grande do Sul — Ca- pital	3,8
		3	Santa Catarina — Capital..	6,5
		56	São Paulo — Capital.....	1,32
418	J	5	Alagoas — Capital.....	6,0
		38	Baía — Interior.....	7,12
		6	Ceará — Capital.....	7,7
		63	Minas Gerais — Interior...	5,9
		8	Pará — Capital.....	5,0
		5	Paraíba — Capital	7,24
		20	Paraná — Interior.....	3,8
		41	Pernambuco — Interior....	5,0
		51	Rio de Janeiro — Interior.	3,46
		5	Rio G. do Norte — Capital	8,0
		59	Rio G. do Sul — Interior.	3,8
		23	Santa Catarina — Interior.	6,5
		89	São Paulo — Interior.....	1,32
		5	Sergipe — Capital.....	6,0
134	I	20	Alagoas — Interior.....	6,0
		4	Amazonas — Capital.....	8,0
		21	Ceará — Interior.....	7,7
		4	Espírito Santo — Capital..	8,23
		2	Goiás — Capital	17,5
		4	Maranhão — Capital.....	10,0
		2	Mato Grosso — Capital....	12,0
		20	Pará — Interior.....	5,0
		23	Paraíba — Interior.....	7,24
		3	Piauí — Capital.....	15,0
		17	Rio G. do Norte — Interior	8,0
		14	Sergipe — Interior.....	6,0
96	H	17	Amazonas — Interior.....	8,0
		13	Espírito Santo — Interior..	8,23
		14	Goiás — Interior.....	17,5
		24	Maranhão — Interior.....	10,0
		16	Mato Grosso — Interior....	12,0
		12	Piauí — Interior	15,0

DECRETO-LEI N. 5.437 — DE 30 DE ABRIL DE 1943

Dispõe sobre Registo de Despesas e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Não dependerão de registo prévio, pelo Tribunal de Contas, as seguintes despesas relativas aos servidores públicos civis da União:

- I — vencimento ou remuneração;
- II — substituição;
- III — diferença de vencimento;
- IV — salário de extranumerário-mensalista e contratado;
- V — salário de extranumerário-diarista e tarefeiro;
- VI — ajuda de custo;
- VII — auxílio para diferenças de caixa;
- VIII — função gratificada;
- IX — gratificação adicional por tempo de serviço;
- X — gratificação de magistério;
- XI — gratificação de representação;
- XII — gratificação de representação de Gabinete.

Art. 2.º Para efeito de registo a *posteriori*, as repartições pagadoras competentes encaminharão, diretamente, ao Tribunal de Contas, ou a suas Delegações, dentro do prazo de sessenta dias, contados da realização da despesa, uma relação das ordens de pagamento das despesas indicadas nos itens V e XI do artigo anterior, com os documentos e informações indispensáveis ao exame de sua regularidade e legalidade.

Art. 3.º O exame das demais despesas, de que trata o artigo 1.º, será feito, pelo Tribunal de Contas, por ocasião da tomada de contas dos respectivos tesoureiros.

Art. 4.º No processamento das vantagens, a que se refere o artigo 1.º, será observado o disposto no decreto n. 8.701, de 5-2-42, no que não colidir com o presente decreto-lei.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.438 — DE 30 DE ABRIL DE 1943

Dispõe sobre o registo "ex-officio" de estrangeiros

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O registo de estrangeiros, a que se refere os arts. 130 e seguintes do decreto n. 3.010, de 20 de agosto de 1938, será feito *ex-officio*, com isenção de impostos, taxa e emolumentos, quando verificado que o estrangeiro vive em estado de miserabilidade.

Parágrafo único. Na isenção está compreendida a carteira de identidade, modelo 19, do mencionado decreto.

Art. 2.º Este decreto-lei vigorará a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.439 — DE 30 DE ABRIL DE 1943

Revoga o § 3.º do art. 52 do decreto-lei n. 3.070, de 20 de fevereiro de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica revogado o § 3.º do art. 52 do decreto-lei n. 3.070, de 20 de fevereiro de 1941, que dispõe sobre o pessoal a serviço dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios Federais.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.440 — DE 30 DE ABRIL DE 1943

Transfere gratuitamente à Fundação Darcy Vargas o domínio útil de terrenos acrescidos de marinha, situados na Capital Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferido gratuitamente à Fundação Darcy Vargas o domínio útil dos terrenos acrescidos de marinha, que constituem os lotes números cento e trinta e dois a cento e trinta e oito (132 a 138), da quadra qua-

torze (14) do Cais do Porto do Rio de Janeiro, na Capital Federal, com a área de mil novecentos e setenta e oito metros quadrados e sete mil oitocentos e oitenta centímetros quadrados (1.978.788 0 m2) e de acordo com a discriminação técnica constante do processo protocolado no Tesouro Nacional sob o n. 107.896, de 1942.

Art. 2.º Os terrenos objeto da presente transferência serão exclusivamente utilizados nos serviços de assistência social, a cargo da Fundação Darcí Vargas, destinando-se à ampliação das obras da mesma instituição, existentes em terrenos contíguos, cuja propriedade lhe foi transferida nos termos do decreto-lei n. 2.774, de 11 de novembro de 1940.

Art. 3.º Na Diretoria do Domínio da União assinar-se-á contrato de efetivação da transferência do domínio útil dos terrenos mencionados no art. 1.º, com os elementos técnicos constantes do processo antes citado.

§ 1.º O contrato será lavrado em livro da repartição e valerá como escritura pública, para efeito de transcrição no Registro de Imóveis competente.

§ 2.º O contrato será isento de qualquer imposto de selo ou emolumento e sua transcrição no Registro de Imóveis competente far-se-á gratuitamente.

Art. 4.º Nenhum onus ou contribuição fiscal, quer federal, quer municipal, a qualquer título, gravará os terrenos, cujo domínio útil se transfere pelo presente decreto-lei, isenção essa que se estenderá às benfeitorias, que nos mesmos terrenos se fizerem.

Art. 5.º O domínio útil dos terrenos mencionados no art. 1.º reverterá ao patrimônio da União, sem que esta responda por indenização de espécie alguma, ainda mesmo quanto às construções e benfeitorias, incorporadas ao solo, em qualquer dos seguintes casos:

- a) se as obras de ampliação das instalações da Fundação Darcí Vargas não se iniciarem dentro de dois (2) anos, contados da data deste decreto-lei;
- b) se a mesma Fundação não der aos terrenos o destino mencionado no art. 2.º;
- c) se a mesma Fundação não preencher as suas finalidades sociais; e,
- d) se, ainda, ela se extinguir.

Art. 6.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.441 — DE 30 DE ABRIL DE 1943

Transfere gratuitamente à Fundação Darcí Vargas, para a instalação da Cidade das Meninas, o domínio pleno de terras, que menciona, situadas no Município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferido gratuitamente à Fundação Darcí Vargas o domínio pleno de uma área de terras compreendida entre a Estrada de Rodagem Rio-Petrópolis, o Canal de Iguaçu, o Canal de Capivari e o Canal do Pilar, figurada na planta constante do processo protocolado no Tesouro Nacional sob

o n. 34.675, de 1942, e desmembrada do próprio nacional Fazenda de São Bento, onde se acha instalado o Núcleo Colonial São Bento, situado no Município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º A área de terras mencionada no artigo anterior destinar-se-á à instalação, ali, da Cidade das Meninas, a cargo da mesma Fundação Darcí Vargas.

Art. 3. Na Diretoria do Domínio da União assinar-se-á o contrato de efetivação da transferência da área de terras mencionada no art. 1.º, com os elementos técnicos constantes do processo antes citado.

§ 1.º O contrato será lavrado em livro da repartição e valerá como escritura pública, para efeito de transcrição no Registro de Imóveis competente.

§ 2.º O contrato será isento de qualquer imposto de selo ou emolumento e sua transcrição no Registro de Imóveis competente far-se-á gratuitamente.

Art. 4.º Nenhum onus ou contribuição fiscal, a qualquer título, federal, estadual ou municipal, gravará a área de terras, cujo domínio pleno se transfere pelo presente decreto-lei, isenção essa que se estenderá às construções e benfeitorias que na mesma área de terras se fizerem.

Art. 5.º O domínio pleno da área de terras mencionada no art. 1.º reverterá ao patrimônio da União, sem que esta responda por indenização de espécie alguma, ainda mesmo quanto às construções e benfeitorias, incorporadas ao solo, em qualquer dos seguintes casos:

- a) se as obras da instalação da Cidade das Meninas não se iniciarem dentro de dois (2) anos, contados da data deste decreto-lei;
- b) se a Fundação Darcí Vargas não der à área de terras de que se trata o destino mencionado no art. 2.º;
- c) se a mesma Fundação não preencher as suas finalidades sociais; e,
- d) se, ainda, se extinguir.

Art. 6.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Apolonio Salles

DECRETO-LEI N. 5.442 — DE 30 DE ABRIL DE 1943

Dispõe sobre o registro de professores no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e,

Considerando que pelo decreto-lei n. 3.085, de 3 de março de 1941 foi restabelecido o registro provisório dos professores de ensino superior, secundário, profissional, comercial e primário, registro esse que habilita ao exercício da profissão de professor;

Considerando, entretanto, que o exercício dessa profissão ficou condicionado ao registro no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro de um prazo que se esgotou por força do decreto-lei n. 4.077, de 2 de fevereiro de 1942;

Considerando que não é admissível seja impedido o exercício de uma profissão aos que se encontrem para a mesma habilitados, decreta:

Art. 1.º Fica permitido, sem restrição de prazo, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o registo dos professores e auxiliares de administração escolar a todos os que exhibirem os documentos de habilitação exigidos pelo decreto-lei n. 2.028, de 22 de fevereiro de 1940.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.443 — DE 30 DE ABRIL DE 1943

Modifica a estrutura administrativa do Serviço de Alimentação da Previdência Social

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Serviço de Alimentação da Previdência Social (S. A. P. S.), órgão com personalidade própria, de natureza autárquica, sob a jurisdição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, passa a ter a seguinte estrutura administrativa:

I — Órgão Central:

- a) Diretor;
- b) Gabinete do Diretor;
- c) Delegação de Controle;
- d) Secção de Administração;
- e) Secção Financeira;
- f) Secção de Propaganda, Estatística e Assistência;
- g) Secção de Subsistência;
- h) Secção Técnica;
- i) Comissão de Estudos;
- j) Delegacias Regionais.

II — Restaurantes:

- a) Restaurante Central;
- b) Restaurantes de Cadeia;
- c) Restaurantes Fiscalizados;
- d) Restaurantes Gregários.

Art. 2.º Fica o Diretor do Serviço de Alimentação da Previdência Social autorizado a criar cursos técnicos e profissionais para a formação do pessoal técnico necessário às atividades de nutrição e bem assim de bons profissionais de copa, cozinha e atividade afins ligadas à alimentação.

Art. 3.º O regimento, especificando as atribuições e normas reguladoras do Serviço de Alimentação da Previdência Social, será expedido, por decreto do Presidente da República, dentro de 60 (sessenta) dias da data da publicação deste decreto-lei.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.444 — DE 30 DE ABRIL DE 1943

Dispõe sobre promoção de Aspirantes Intendentes do Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º De acordo com o artigo 52 do decreto-lei n. 2.160, de 30 de abril de 1940, fica reduzido para seis meses o interstício dos Aspirantes Intendentes do Exército da turma de 9 de outubro de 1942.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.445 — DE 30 DE ABRIL DE 1943

Cria o 1.º Grupamento de Artilharia de Costa da 2.ª Região Militar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É criado, para instalação imediata, com sede em Santos — Estado de São Paulo, o 1.º Grupamento de Artilharia de Costa da 2.ª Região Militar, com a constituição e efetivos que, em tempo, serão fixados, oportunamente, por ato do Ministro de Estado da Guerra, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.446 — DE 30 DE ABRIL DE 1943

Cria a 4.ª Companhia Regional no Corpo de Fuzileiros Navais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Corpo de Fuzileiros Navais, a 4.ª Companhia Regional com sede em Salvador, Estado da Baía, com o seguinte efetivo:

Primeiro Sargento, um (1).
Segundos Sargentos, quatro (4).
Terceiros Sargentos, nove (9).
Cabos, dezesseis (16).
Soldados, cento e dezessete (117).
Auxiliar de Enfermeiro, um (1).
Auxiliar de Escrevente, um (1).
Auxiliar de Carpinteiro, um (1).

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 5.447 — DE 30 DE ABRIL DE 1943

Dispõe sobre o emprego, nas fábricas de fiação e tecidos, da fécula ou amido de mandioca

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As fábricas de fiação e tecidos, existentes ou que venham a existir no país, são obrigadas a adquirir e consumir, nos serviços de engomagem de fios, acabamento de tecidos e nos trabalhos de estamparia, a fécula ou amido de mandioca, de produção nacional.

Parágrafo único. Além da fécula ou amido, poderão ser empregados, nos trabalhos de preparação de tecidos, e a juízo da Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca, outros produtos preparados à base de amido ou fécula de mandioca, contendo, no mínimo, 70 % deste.

Art. 2.º Para o efeito de distribuição de quotas, será feito, pela Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca, nas respectivas fábricas, o levantamento estatístico da produção e do consumo de fécula ou amido.

§ 1.º As quotas de fornecimento serão proporcionais à capacidade de produção de cada feclaria, tendo em vista o total da produção anual de fécula no país.

§ 2.º As quotas de aquisição, que deverão ser adquiridas obrigatoriamente pelas fábricas de fiação e tecidos, serão fixadas, mensalmente, pela Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca, na base do consumo de cada fábrica.

Art. 3.º A Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca fará o registro prévio das fábricas que deverão fornecer a fécula ou amido, organi-

zando, para cada uma, o respectivo cadastro, o qual compreenderá: condições técnicas, capacidade de produção e organização comercial.

Art. 4.º As fecularias e fábricas de tecelagem remeterão, mensalmente, à Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca, um boletim, do qual deverão constar: para as fecularias, a produção, venda e estoques; e para as fábricas, a aquisição, consumo e estoque de fécula, verificados durante o mês.

Art. 5.º A Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca fixará os preços mínimos por que deverá ser paga a fécula ensacada, tendo em vista o custo de produção.

Art. 6.º As féculas destinadas às fábricas de fiação e tecidos terão um abatimento de 20 % sobre as tarifas ferroviárias e fretes de empresas de cabotagem.

Art. 7.º A fiscalização da execução do presente decreto-lei caberá à Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca que, para isso, poderá delegar poderes a outros órgãos federais ou estaduais, mediante autorização do ministro da Agricultura.

Art. 8.º As transgressões de dispositivos contidos no presente decreto-lei, serão punidas com multa de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 50.000,00 e na reincidência impor-se-á ao transgressor a pena de cancelamento do seu registo de comércio e das licenças que houverem sido concedidas; e, tratando-se de sociedade anônima, ser-lhe-á cassada a autorização para funcionar.

Parágrafo único. As fecularias que não remeterem, dentro dos prazos estabelecidos, o boletim de que trata o art. 4.º deste decreto-lei, serão, automaticamente, excluídas das relações mensais de quotas.

Art. 9.º Compete à Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca, impor as penalidades previstas neste decreto-lei, sendo facultado recurso, sem efeito suspensivo, para o ministro da Agricultura, dentro do prazo de dez dias, a contar da data da publicação do respectivo ato.

Art. 10. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.448 — DE 30 DE ABRIL DE 1943

Cria uma taxa especial para os requerimentos de retificação de nacionalidade em carteiras de identidade para estrangeiros

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Todos os requerimentos de retificação de menção de nacionalidade em carteira de identidade para estrangeiros, inclusive os que ainda estão em face de processamento, ficam sujeitos a uma taxa especial de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), além do selo comum a que estão sujeitas as petições dirigidas a autoridades administrativas a que se refere o n. 90 da Tabela anexa ao decreto-lei n. 4.655, de 3 de setembro de 1942.

§ 1.º No Distrito Federal e nos Territórios, essa taxa será cobrada em selo de imigração, a ser inutilizado pelo funcionário que receber os requerimentos, quando de sua apresentação.

§ 2.º Nos Estados, a taxa será cobrada metade em selo de imigração e metade em estampilhas estaduais, que a autoridade processante inutilizará quando do recebimento dos requerimentos.

Art. 2.º Qualquer retificação de menção de nacionalidade em carteira de identidade para estrangeiros só poderá ser feita por decisão do Conselho de Imigração e Colonização, que baixará as instruções necessárias à fiel execução desta lei; e ao qual deverão ser encaminhados, devidamente informados, na forma deste decreto-lei, todos os requerimentos dessa natureza.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.449 — DE 30 DE ABRIL DE 1943

Prorroga o mandato dos atuais membros da Justiça do Trabalho, até a posse dos novos designados

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado o mandato dos atuais presidentes, vogais e respectivos suplentes dos Conselhos Regionais do Trabalho e das Juntas de Conciliação e Julgamento, até a posse dos que forem designados para o segundo biênio de funcionamento da Justiça do Trabalho.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.450 — DE 30 DE ABRIL DE 1943

Altera, sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Fazenda

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas as seguintes alterações no atual orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942):

Verba 1 — Pessoal

Consignação III — Vantagens

S/c. n. 14 — Gratificação de representação

04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional

06 — Serviço do Pessoal

Passa de Cr\$ 1.822.800,00

Para Cr\$ 1.942.800,00

(Aumento de Cr\$ 120.000,00)

Verba 2 — Material

Consignação IV — Outras Despesas com Material

S/c. n. 44 — Material destinado à Delegacia e à Agência Financeira

21 — Delegacia do Tesouro em Londres

Passa de Cr\$ 740.000,00

Para Cr\$ 620.000,00

(Redução: Cr\$ 120.000,00)

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.451 — DE 30 DE ABRIL DE 1943

Modifica o decreto-lei n. 4.812, de 8 de outubro de 1942 e o decreto-lei n. 5.275, de 24 de fevereiro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 12 do decreto-lei n. 4.812, de 8 de outubro de 1942, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. O direito de requisitar será exercido nos casos previstos no arts. 2.º, 3.º, 4.º e 5.º pelos Ministros de Estado dos Negócios da Guerra, da Marinha, da Aeronáutica, da Justiça e Negócios Interiores ou pessoas que os representem com poderes expressos.

§ 1.º O Presidente da República poderá estender o direito a que se refere este artigo a outros Ministros de Estado, a Interventores ou Governadores que o poderão exercer na forma e nas maneiras prescritas.

§ 2.º O Presidente da Comissão Central de Requisições poderá exercer o direito de requisitar, mediante autorização expressa, em cada caso, do Presidente da República”.

Art. 2.º O art. 6.º do decreto-lei n. 5.275, de 24 de fevereiro de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6.º Quando a necessidade o exigir, serão constituídas Subcomissões de Avaliação de Requisições junto à Comissão Central de Requisições, em cada município dos Estados ou Territórios, composta de três membros, sendo que, nos municípios, o Prefeito Municipal será seu presidente, tendo como vogais os coletores federal e estadual.

§ 1.º Tais Subcomissões passarão a funcionar desde o momento em que seus membros forem convocados pelo presidente da C. C. R. que lhes transmitirá as instruções para orientação de seus trabalhos.

§ 2.º Os membros da Subcomissão de Avaliação de Requisições junto à C. C. R. serão designados, para cada caso, pelo Presidente da C. C. R., sendo obrigatoriamente um deles representante do Ministério da Fazenda e cabendo a Presidência a quem for pelo referido Presidente designado.

§ 3.º As Subcomissões deverão preparar os pedidos de indenização das requisições feitas, no prazo de 15 dias, exigindo das partes o cumprimento da Lei do Selo, as cópias dos documentos comprobatórios da requisição feita e do recibo de entrega passado pelo requisitante".

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.452 — DE 1 DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

~~Ainda não foi publicado no Diário Oficial.~~

*Publicado no
Diário Oficial de 9/8/43 - pg. 12.937*

DECRETO-LEI N. 5.453 — DE 3 DE MAIO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 340.995,10 para cobertura do "deficit" verificado no exercício de 1942 na exploração dos serviços da "Companhia Italiana dei Cavi Telegrafici Sottomarini".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de trezentos e quarenta mil, novecentos e noventa e cinco cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 340.995,10), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender (Serviços e Encargos), na forma do disposto no art. 7.º do decreto-lei n. 4.500, de 20 de julho de 1942, à cobertura do "deficit" verificado no exercício de 1942 na exploração dos serviços da "Companhia Italiana dei Cavi Telegrafici Sottomarini".

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.454 — DE 3 DE MAIO DE 1943

Altera o enunciado da dotação que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo 1.º Na subconsignação 02-01, item 15, Consignação I da Verba 5 do Ministério da Viação e Obras Públicas, no orçamento vigente, fica substituída a Comissão Especial de Obras Piquete-Rezende e Bicas pela seguinte: Comissão de Melhoramentos da Rede Elétrica Piquete-Itajubá.

Artigo 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.455 — DE 3 DE MAIO DE 1943

Modifica o decreto-lei n. 986, de 27 de dezembro de 1938, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os arts. 4, 11 e 15 do decreto-lei n. 986, de 27 de dezembro de 1938, que dispõe sobre a organização do Ministério Público Federal, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4.º Um Procurador Regional poderá ter exercício junto ao Procurador Geral, por designação deste.

Art. 11. Os Procuradores Adjuntos servem junto do Procurador Geral da República, que lhes distribuirá os encargos, segundo as necessidades do serviço, atribuindo-lhes, além de outras funções do Ministério Público, as seguintes:

a) Proferir pareceres em processos que lhes forem distribuídos pelo Procurador Geral, que os contra-assinará;

b) assistir a provas, vistorias, arbitramentos, exames e inquirições que se fizerem no curso das causas afetas à suprema instância e nesses atos requerer o que for necessário, tudo sob a orientação do Procurador Geral da República;

c) controlar todos os processos que transitem pela Procuradoria Geral, promovendo o registo de seu andamento, requerendo baixa de autos, assinando e lançando prazos em audiência, tomando todas as providências uteis para o rápido andamento dos feitos e segura defesa dos interesses da União;

d) organizar documentário sobre os processos sujeitos a julgamento, quer coletando documentos e informações, quer anotando jurisprudência nacional e estrangeira sobre a matéria e outros dados a serem oportunamente submetidos ao Procurador Geral, como subsídio para a defesa da União nas causas julgadas relevantes;

e) promover o registo de pareceres e julgados, de modo a serem facilmente consultados, e publicá-los quando for conveniente, a juízo do Procurador Geral;

f) organizar a biblioteca do Ministério Público e providenciar a feitura e distribuição de memoriais datilografados, mimeografados ou impressos”.

“Art. 15. O substituto eventual do Procurador Geral da República será designado pelo Presidente da República, dentre os Procuradores Regionais; na falta de designação, será o mais antigo Procurador Regional do Distrito Federal.

§ 1.º Os Procuradores Regionais substituir-se-ão mutuamente nos impedimentos ocasionais e nas pequenas licenças ou ausências; nas licenças prolongadas, nas férias e em caso de vaga, serão substituídos por um Procurador Adjunto designado pelo Procurador Geral da República, salvo se outra pessoa for nomeada.

§ 2.º Onde houver um só Procurador Regional, este será substituído pelo Promotor da Justiça da Capital designado pelo Procurador Geral da República, ou pelo mais antigo, na falta de designação, enquanto não for nomeado substituto.

§ 3.º Os Procuradores Adjuntos se substituem uns aos outros nos impedimentos e faltas ocasionais e sempre que não for nomeado substituto”.

Art. 2.º Quando as causas da União estiverem confiadas ao Ministério Público dos Estados, o Juiz comunicará ao Procurador Regional sempre que o Promotor de Justiça efetivo se afastar das funções, dando lugar à nomeação de um interino ou substituto. Nesses casos, conforme a urgência, o Procurador Regional poderá requerer o desaforamento do processo para o juízo dos feitos da Fazenda da Capital do Estado ou de comarca vizinha, afetando-se, nesta última hipótese, a defesa da União ao respectivo Promotor de Justiça.

Parágrafo único. O desaforamento se verificará também quando o Promotor de Justiça se revelar desidioso ou incapaz, caso em que a causa será atribuída ao Procurador Regional ou a outro Promotor de Justiça, mediante portaria do Procurador Geral da República.

Art. 3.º O art. 43 do decreto-lei n. 960, de 17 de dezembro de 1938, que dispõe sobre a cobrança da dívida pública em todo o território nacional, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43. Os embargos opostos no juízo deprecado antes da devolução da precatória serão nele processados, e também julgados quando concluírem pela incompetência manifesta do juiz deprecante.”

Art. 4.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.456 — DE 3 DE MAIO DE 1943

Concede a Olímpia dos Santos uma pensão em virtude do acidente fatal sofrido por seu filho, soldado do Exército, José dos Santos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida a Olímpia dos Santos, mãe do soldado do Exército José dos Santos, morto em consequência de acidente em serviço, a pensão especial assegurada aos herdeiros da mesma praça pelo art. 36, § 1.º, do decreto-lei n. 197, de 28 de janeiro de 1938, e à qual se refere o decreto n. 4.679, de 16 de setembro de 1939.

Art. 2.º A pensão de que trata o artigo precedente é devida a partir do mês de janeiro de 1943, inclusive, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.457 — DE 3 DE MAIO DE 1943

Conta antiguidade de posto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e, atendendo as razões apresentadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, decreta:

Artigo único. Fica contada, a partir de 10 de maio de 1937, a antiguidade de posto, do 1.º Tenente Aviador — Luiz Rafael de Oliveira Sampaio, do Quadro de Oficiais Auxiliares da Aeronáutica, sem direito aos vencimentos e vantagens atrasados.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.458 — DE 5 DE MAIO DE 1943

Declara inexistente a dívida de guerra do Paraguai para com o Brasil

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição;

Considerando que a política de solidariedade americana tem, como principal objetivo, a fraternal colaboração das Repúblicas deste hemisfério no ideal comum de progresso e de paz;

Considerando que as afinidades e as boas relações entre o povo brasileiro e o paraguaio devem, por todos os meios, intensificar-se;

Considerando o alto apelo em que o Governo e o povo brasileiros teem o povo e o Governo da República irmã;

Considerando o desejo do povo e do Governo brasileiros de prestar uma homenagem especial ao povo e ao Governo paraguaios por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da República do Paraguai; e

Interpretando o sentimento nacional,

Resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1.º É declarada inexistente, a partir desta data, para todos os efeitos, a dívida da República do Paraguai para com o Brasil, constante do Tratado de Paz, firmado em Assunção a 9 de janeiro de 1872.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.459 — DE 5 DE MAIO DE 1943

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 670.000,00 para as despesas relacionadas com a instalação, no exterior, de novos escritórios de propaganda e expansão comercial do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de seiscentos e setenta mil cruzeiros (Cr\$ 670.000,00), para atender às despesas (Serviços e Encargos) com a instalação, no exterior, de novos escritórios de propaganda e expansão comercial do Brasil, inclusive às de transporte e ajuda de custo do pessoal designado para servir nos mesmos escritórios.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.460 — DE 5 DE MAIO DE 1943

Organiza a Administração do Porto de Laguna e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A Administração do Porto de Laguna (A.P.L.), órgão de natureza autárquica, com personalidade jurídica própria, sede e foro na cidade do mesmo nome e sob jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas, tem por fim a exploração industrial e comercial e os melhoramentos do Porto de Laguna.

Art. 2.º A A.P.L. será administrada por um Superintendente, nomeado, em comissão, pelo Presidente da República.

Parágrafo único. O Superintendente será substituído, automaticamente, em suas faltas ou impedimentos legais, até 30 dias, por um dos chefes de Divisão, por ele designado.

Art. 3.º Compete à A.P.L.:

a) conservar permanentemente as profundidades projetadas para o canal de acesso e bacia de evolução do porto;

b) conservar e renovar as obras e instalações pertencentes ao acervo do Porto, recebido da União;

c) executar as obras e instalações necessárias ao desenvolvimento comercial do Porto;

d) realizar a exploração comercial do Porto, arrecadando a receita de acordo com as tarifas e contratos vigentes, pagando as despesas feitas na

conformidade das disposições em vigor, e praticando todos os atos necessários ao bom desempenho de suas atribuições;

e) depositar a receita do Porto, diariamente, no Banco do Brasil ou em outro Banco que o represente em Laguna;

f) adquirir, mediante concorrência, os materiais e aparelhamentos necessários à execução do programa aprovado;

g) realizar concorrência, após publicação no *Diário Oficial* e jornal local de maior circulação, para obras e melhoramentos autorizados, desde que a despesa exceda de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros);

h) admitir e dispensar o pessoal correspondente às tabelas numéricas aprovadas.

§ 1.º As despesas correspondentes aos serviços previstos nas alíneas a e c serão custeadas por conta do Fundo de Obras Novas a que se refere o artigo 4.º e por conta dos recursos que forem concedidos pela União.

§ 2.º As despesas correspondentes aos serviços previstos na alínea b serão custeadas por conta do Fundo de Conservação e Renovação a que se refere o art. 4.º.

Art. 4.º O resultado líquido verificado no encerramento de cada balanço anual será aplicado nos seguintes fundos:

50% — para a conta "Fundo de Conservação e Renovação";

40% — para a conta "Fundo de Obras Novas".

Art. 5.º A A.P.L. submeterá, em épocas próprias, ao Departamento Nacional de Portos e Navegação, para ser submetido à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Ministro da Viação e Obras Públicas:

a) a proposta detalhada do orçamento industrial da receita e despesa, anualmente;

b) a fixação e alteração das tabelas numéricas de pessoal, com indicação dos salários e funções.

Art. 6.º A A.P.L. apresentará ao D.N.P.N., para ser submetido ao Ministro da Viação e Obras Públicas, devidamente informado:

a) os estudos e propostas para fixação ou alteração das tarifas;

b) os projetos de melhoramentos e obras novas, acompanhados dos respectivos orçamentos desde que excedam de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros).

Art. 7.º A A.P.L. apresentará, anualmente, um relatório ao D.N.P.N., para ser submetido ao Presidente da República por intermédio do Ministro da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. Uma vez aprovado o balanço anual do porto, será encaminhada cópia autenticada do mesmo, ao Ministério da Fazenda, para inclusão no balanço geral da União organizado pela Contadoria Geral da República.

Art. 8.º A receita da A. P. L. será constituída de:

a) taxas e tarifas correspondentes à retribuição de serviços portuários;

b) importâncias correspondentes aos contratos em vigor;

c) rendimentos resultantes de juros a qualquer título;

d) reversão de quaisquer importâncias;

e) rendas eventuais.

Art. 9.º Os terrenos de marinha, os acrescidos de marinha e os de natureza nacional interior, ainda não aforados, que se tornarem necessários à execução de obras e instalações do porto, serão entregues, independentemente de quaisquer onus, à Administração do Porto de Laguna (A. P. L.).

§ 1.º Estando os terrenos sob o regime de ocupação com direito à constituição de aforamento ou do qual direito se tenha decaído, se neles existirem benfeitorias, a entrega só se fará depois de indenizados os respectivos ocupantes do valor das benfeitorias.

§ 2.º A entrega far-se-á por meio de termo, lavrado no Serviço Regional da Diretoria do Domínio da União e do qual constarão todos os característicos técnicos do terreno.

§ 3.º Os terrenos aforados serão declarados de utilidade pública, na forma legal, para efeito da desapropriação do domínio útil.

§ 4.º De igual modo proceder-se-á quanto aos terrenos de propriedade plena particular.

§ 5.º O pagamento de indenização a terceiros pelas benfeitorias existentes em terrenos ocupados pelo domínio útil de terrenos aforados e pelo domínio pleno correrá à conta do fundo de Obras Novas do Porto de Laguna.

Art. 10. A A. P. L. gozará das seguintes prerrogativas, além das constantes da legislação portuária em vigor:

a) servidão das vias públicas na zona do porto para, sem prejuízo do tráfego das mesmas, construir instalações complementares e linhas de transmissão, comunicações e adução, desde que necessários aos seus serviços;

b) isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, na forma da legislação vigente, para os materiais estrangeiros, desde que não tenham similares nacionais e que se destinem à realização de obras e ao aparelhamento do porto, conservação e renovação das instalações portuárias e para o serviço de tráfego, nas quantidades e espécies constantes das especificações dos projetos aprovados; e

c) isenção de quaisquer outros impostos e taxas de que gozam os serviços públicos federais.

Art. 11. As ordens de pagamento, levantamento de cauções, cheques e quaisquer outras operações de valores, serão firmadas pelo Superintendente.

Art. 12. Dos atos do Superintendente caberá recurso ao Ministro da Viação e Obras Públicas, encaminhado por intermédio do D. N. P. N.

Art. 13. O Superintendente perceberá, mensalmente, a importância de Cr\$ 4.000,00* (quatro mil cruzeiros).

Art. 14. A A. P. L. ficará sob fiscalização legal, técnica e contábil do D. N. P. N. e, especialmente, de uma Delegação de Controle composta de um engenheiro desse Departamento, um contador da Contadoria Geral da República e um funcionário do corpo instrutivo do Tribunal de Contas.

Parágrafo único. O Presidente da República designará os membros que devem integrar a Delegação de Controle.

Art. 15. A Delegação de Controle examinará todos os documentos de despesa, formulando as objeções que couberem, para obtenção dos necessários esclarecimentos que, com parecer, serão submetidos à deliberação do D. N. P. N., caso não a satisfaçam.

Art. 16. A Delegação de Controle apresentará mensalmente ao D. N. P. N. o balancete da receita e despesa do mês anterior e, em agosto de cada ano, o balanço geral do 1.º semestre com seus anexos e dados estatísticos. O relatório circunstanciado de suas observações, relativamente à gestão administrativa em cada exercício, será apresentado em março do ano seguinte, com os balanços gerais e anexos, além dos dados estatísticos justificativos das observações feitas.

Art. 17. À vista desse relatório, o D. N. P. N. proporá ao Presidente da República, por intermédio do Ministro da Viação e Obras Públicas, a aprovação da gestão administrativa da A. P. L. no ano em causa, ou a responsabilidade do seu Superintendente pelas irregularidades comprovadas.

Art. 18. As condições de admissão, direitos, deveres e penalidades, relativas aos empregados da A. P. L., serão estabelecidos em regulamento a ser baixado pelo Presidente da República. Igualmente será expedido regulamento dispondo sobre as condições de prestação dos serviços portuários.

Art. 19. O Presidente da República expedirá, dentro de 30 dias, mediante decreto, o Regimento da A. P. L. em que serão especificadas a organização interna dos serviços e as instruções reguladoras de suas atividades.

Art. 20. As leis portuárias, aduaneiras e de polícia, em vigor, se estenderão à A. P. L. no que lhe for aplicável, exceto quanto a pessoal.

Art. 21. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.461 — DE 5 DE MAIO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 para pagamento da segunda prestação de ações da Companhia Vale do Rio Doce S.A.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de oito milhões de cruzeiros (Cr\$ 8.000.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para ocorrer ao pagamento (Serviços e Encargos) da segunda (2.ª) prestação das ações da Companhia Vale do Rio Doce S.A., subscritas pelo mesmo Tesouro, na conformidade do art. 6.º (§ 2.º) do decreto-lei n. 4.352, de 1 de junho de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.462 — DE 5 DE MAIO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 10.181.480,00 para atender a despesas de desapropriação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de dez milhões, cento e oitenta e um mil, quatrocentos e oitenta cruzeiros (Cr\$ 10.181.480,00), para atender às despesas decorrentes da desapropriação

(Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) a que se refere o art. 3.º do decreto-lei n. 5.271, de 23 de fevereiro de 1943.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Δ DECRETO-LEI N. 5.463 — DE 6 DE MAIO DE 1943

Abre ao Ministério da Educação e Saude o crédito especial de Cr\$ 1.148,30 para pagamento de gratificação de magistério

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saude, o crédito especial de Cr\$ 1.148,30 (mil cento e quarenta e oito cruzeiros e trinta centavos) para atender ao pagamento de gratificação de magistério relativa ao exercício de 1942, conforme dispõe o decreto-lei n. 2.895, de 21 de dezembro de 1940, concedida a Luiz da Costa Porto Carreiro Neto, Professor Catedrático, padrão M, do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.464 — DE 7 DE MAIO DE 1943

Modifica o art. 135 do Código Nacional de Trânsito

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 135 do Código Nacional de Trânsito (decreto-lei número 3.651, de 25 de setembro de 1941) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 135. Compõe o Conselho Nacional de Trânsito:

a) o Inspetor Geral de Polícia e o Inspetor do Tráfego, da Polícia Civil do Distrito Federal, o Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, um representante da Prefeitura do Distrito Federal e um do Estado Maior do Exército;

b) um representante do Touring Clube do Brasil e um do Automovel Clube do Brasil.”

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.465 — DE 7 DE MAIO DE 1943

Cria cargos no Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados, na Parte Permanente do Quadro da Justiça, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 2 (dois) cargos isolados, de provimento efetivo, de Escrevente Juramentado, padrão G.

Art. 2.º Os ocupantes dos cargos de que trata o artigo anterior serão lotados na 1.ª e 2.ª Varas de Famílias e funcionarão nos processos de justiça gratuita.

Art. 3.º Para atender, no atual exercício, à despesa com o disposto neste decreto-lei (fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n. 16 do Orçamento Geral da República) o crédito na importância de Cr\$-14.400,00, quatorze mil e quatrocentos cruzeiros) suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação 1 — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente, 00 — Pessoal Civil, 81 — Quadro da Justiça.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor em 1 de maio de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho,

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.466 — DE 7 DE MAIO DE 1943

Dispõe sobre a aplicação de crédito especial aberto ao Ministério das Relações Exteriores pelo decreto-lei n. 5.231, de 5 de fevereiro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º À conta do crédito especial de Cr\$ 2.549.150,00, aberto ao Ministério das Relações Exteriores pelo decreto-lei n. 5.231, de 5 de fevereiro de 1943, para ocorrer à continuação de despesas preliminares com a construção da ponte internacional "Brasil-Argentina", sobre o rio Uruguai, serão atendidas também as realizadas nessa construção no período de 1 de janeiro a 7 de fevereiro do corrente ano.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha,

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.467 — DE 7 DE MAIO DE 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 26.500,00 para pagamento de contribuição ao Instituto Internacional Americano de Proteção à Infância

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de vinte e seis mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 26.500,00), que será distribuído à Delegacia do Tesouro em Nova York, para ocorrer ao pagamento (Serviços e Encargos) da contribuição devida ao Instituto Internacional Americano de Proteção à Infância, no corrente exercício de 1943.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.468 — DE 7 DE MAIO DE 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 57.125,00 para classificação de despesa

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de cinquenta e sete mil, cento e vinte e cinco cruzeiros (Cr\$ 57.125,00), que será distribuído à Delegacia do Tesouro em Nova York, para classificação das despesas efetuadas com a missão militar que foi à Guiana Francesa, em março do corrente ano.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.469 — DE 7 DE MAIO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 749.526,00 para obras de reforma no edifício da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e seis cruzeiros (Cr\$

749.526,00), para atender às despesas (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) com a execução de obras de reforma no edifício da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.470 — DE 7 DE MAIO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 286.607,80 para obras de reparo e conservação no edifício da Alfândega da cidade do Rio Grande

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de duzentos e oitenta e seis mil, seiscentos e sete cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 286.607,80), para atender às despesas (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) com a execução de obras de reparo e conservação no edifício da Alfândega da cidade do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.471 — DE 10 DE MAIO DE 1943

Autoriza a incorporação da Estrada de Ferro Jacuí à Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a incorporação da Estrada de Ferro Jacuí, com a extensão total de cinquenta quilômetros (50 km), à Rede de Viação Férrea Federal arrendada ao Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. Mediante termo aditivo ao contrato celebrado de acordo com o decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922, a estrada incorporada ficará sujeita ao mesmo regime de arrendamento contratado.

Art. 2.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com fundamento no decreto-lei n. 2.667, de 3 de outubro de 1940, o crédito especial de seis milhões, novecentos e oitenta e um mil, quinhentos e cinco cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 6.981.505,90), para atender, por conta

do programa geral aprovado nesta data, mediante decreto, à despesa com o aparelhamento da Estrada de Ferro Jacuí, sendo:

Material	1.000.000,00
Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis	5.981.505,90
	<hr/>
	Cr\$ 6.981.505,90

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.472 — DE 11 DE MAIO DE 1943

Altera a redação do art. 102, do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 102, do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 102. Ao 6.º Distribuidor incumbe a distribuição dos títulos e documentos destinados a registo pelos respectivos officios”.

Art. 2.º Fica extinto e desde já suprimido o atual cargo de 11.º Distribuidor da Justiça do Distrito Federal, ficando também extinto o respectivo Officio.

Art. 3.º Todo o arquivo do Officio do Distribuidor extinto por esta lei transferir-se-á ao do 6.º Distribuidor, ao qual caberão todas as atuais atribuições do Officio extinto.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.473 — DE 11 DE MAIO DE 1943

Institue o salário adicional para a indústria e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 de Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica instituido para a indústria e em todo o país, o salário adicional a que tem direito, pelo serviço prestado, todo empregado adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de trabalho, que, sob qualquer forma

de remuneração, trabalhe em serviço diretamente ligado à produção manufatureira, ou à transformação de utilidade, em estabelecimento em que seja exclusiva ou preponderante essa atividade, compreendido, igualmente, o serviço prestado fora do recinto do estabelecimento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo será igualmente observado para o empregado em serviços ou obras, tanto do Governo Federal, como dos Governos Estaduais, Municipais ou organizações autárquicas.

Art. 2.º O salário adicional para a indústria será pago na conformidade da tabela que acompanha o presente decreto-lei e que vigorará pelo prazo de três anos, podendo ser modificada, a qualquer época, ou confirmada por novo triênio, desde que o represente, mediante exposição documentada, o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou a maioria absoluta dos sindicatos representativos das atividades ou categorias econômicas industriais.

Parágrafo único. Concluído o respectivo processo, submeterá o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio ao Presidente da República o consequente decreto.

Art. 3.º Para o menor de 18 anos, o salário adicional para a indústria, respeitada a proporcionalidade com o que vigorar para o empregado adulto local, será pago sobre a base uniforme de 50 % (cinquenta por cento).

Art. 4.º Para o empregado, ocupado em operação ou fase de trabalho considerada insalubre, conforme se trate dos graus máximo, médio ou mínimo, o acréscimo de remuneração, respeitada a proporcionalidade com o salário adicional para a indústria que vigorar para o empregado adulto local, será de 40 %, 20 % ou 10 % (quarenta, vinte ou dez por cento), respectivamente.

Art. 5.º A aplicação do salário adicional para a indústria não poderá, em caso algum, ser causa determinante de redução de salário, gratificação, bonificação ou percentagem percebido pelo empregado.

Art. 6.º No caso de ter o empregador reais prejuízos, devidamente comprovados, inclusive com o exame de livros, poderá ser, a juízo do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, temporariamente, dispensado do pagamento do salário adicional.

§ 1.º A duração da dispensa, fixada no ato que a conceder, não deverá ultrapassar a um ano.

§ 2.º E' facultada a renovação da dispensa se prevalecerem as causas que a determinaram.

Art. 7.º Os infratores do presente decreto-lei serão passíveis de multa de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), elevada ao dobro em caso de reincidência.

Art. 8.º As dúvidas suscitadas na execução do presente decreto-lei, ouvido o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, serão resolvidas pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 9.º E' aplicável à execução e fiscalização do presente decreto-lei, no que lhes concernir, o que dispõem o decreto-lei n. 399, de 30 de abril de 1938, e o decreto-lei n. 2.162, de 1 de maio de 1940.

Art. 10. O presente decreto-lei entrará em vigor decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação no *Diário Oficial*.

Art. 11. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 2.º DO DECRETO-LEI N. 5.473, DE 11 DE MAIO DE 1943

	SALÁRIO EM DINHEIRO (CR\$)					
	Salário mínimo vigorante	Salário adi- cional	Total	Horas de tra- balho útil em que é dividido	Salário diário (dia de 8 horas de trabalho)	Salário por hora de trabalho
	(Cr\$)	(Cr\$)	(Cr\$)		(Cr\$)	(Cr\$)
TERRITÓRIO DO ACRE.....	212,50	17,50	230,00	200	9,20	1,15
AMAZONAS						
Manáus (capital)	200,00	20,00	220,00	200	8,80	1,10
Demais localidades e distritos.....	156,00	24,00	180,00	200	7,20	0,90
PARÁ						
Belém (capital)	187,50	22,50	210,00	200	8,40	1,05
Demais localidades e distritos.....	143,00	27,00	170,00	200	6,80	0,85
MARANHÃO						
São Luiz (capital)	150,00	30,00	180,00	200	7,20	0,90
Demais localidades e distritos.....	117,00	33,00	150,00	200	6,00	0,75
PIAUÍ						
Terezina (capital)	150,00	30,00	180,00	200	7,20	0,90
Demais localidades e distritos.....	117,00	33,00	150,00	200	6,00	0,75
CEARÁ						
Fortaleza (capital)	187,50	22,50	210,00	200	8,40	1,05
Demais localidades e distritos.....	143,00	27,00	170,00	200	6,80	0,85
RIO GRANDE DO NORTE						
Natal (capital)	162,50	27,50	190,00	200	7,60	0,95
Demais localidades e distritos.....	117,00	33,00	150,00	200	6,00	0,75
PARAIBA						
João Pessoa (capital)	162,50	27,50	190,00	200	7,60	0,95
Demais localidades e distritos.....	117,00	33,00	150,00	200	6,00	0,75
PERNAMBUCO						
Recife (capital) e Olinda.....	187,50	22,50	210,00	200	8,40	1,05
Demais localidades e distritos.....	130,00	30,00	160,00	200	6,40	0,80
ALAGOAS						
Maceió (capital)	156,25	33,75	190,00	200	7,60	0,95
Demais localidades e distritos.....	117,00	33,00	150,00	200	6,00	0,75
SERGIPE						
Aracajú (capital)	156,25	33,75	190,00	200	7,60	0,95
Demais localidades e distritos.....	117,00	33,00	150,00	200	6,00	0,75
BAÍA						
Salvador (capital), Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Cana- vieiras, Belmonte, Itapira e Una.....	187,50	22,50	210,00	200	8,40	1,05
Andaraí, Camarú, Conquista, Feira, Itambé, Jequié, Jaguaquara, Lençóis, Rio Novo, Santarem, Marau e Mucugê.....	156,00	24,00	180,00	200	7,20	0,90
Alagoinhas, Afonso Pena, Amargosa, Areia, Barra da Estiva, Boa Nova, Cachoeira, Catu, Cruz das Almas, Conceição, Djalma Dutra, Encruzilhada, Inhambupe, Itaberaba, Itaparica, Joazeiro, Ja- cobina, Maragogipe, Mata, Mundo Novo, Muri- tiba, Nazaré, Pojuca, Poções, Ruy Barbosa, Santo Amaro, São Felix, Santo Antonio de Jesus, São Gonçalo, São Sebastião, Valença, Brejões, Camassari, Cairú, Capivari, Conde, Coração de Maria, Entre Rios, Ituaçu, Ita- quara, Itrussú, Jaguaripe, Jequiriçá, Lage, Ma- tupe, Nilo Peçanha, Palmeira, Prado, Saude, Taperoá, Santa Inês, São Miguel, São Felipe e São Francisco.....	143,00	27,00	170,00	200	6,80	0,85
Barra, Bonfim, Brumado, Caravelas, Castro Alves, Campo Formoso, Esplanada, Ipirá, Maracás, Morro do Chapéu, Serrinha, Alcobaça, Anchieta, Angical, Aratuípe, Baixa Grande, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Bom Sucesso, Brotas, Condeuba, Caetité, Cagulé, Carinhanha, Casa Nova, Chi- que-Chique, Cicero Dantas, Cipó, Conceição do Coité, Correntina, Cotegipe, Curuçá, Euclides da Cunha, Guanambi, Geremoabo, Glória, Irará, Irecê, Itapicuru, Itiuba, Jacareci, Jandaira, Li- vramento, Macaúbas, Monte Alegre, Monte Santo, Mucuri, Oliveira dos Brejinhos, Para- mirim, Porto Seguro, Paripiranga, Pilão Arcado, Pombal, Queimadas, Remanso, Riachão do Ja- cuípe, Riachão de Santana, Rio Branco, Rio de Contas, Rio Preto, Rio Real, Santana, Santa						

SALÁRIO EM DINHEIRO (CR\$)

	Salário mínimo vigorante (Cr\$)	Parcela adi- cional (Cr\$)	Total (Cr\$)	Horas de tra- balho útil em que é dividido	Salário diário (dia de 8 horas de trabalho) (Cr\$)	Salário por hora de trabalho (Cr\$)
Luzia e Santa Maria, Santo Inácio, Santa Cruz, Seabra, Santo Sô, Soure, Tucano, Uauá, Urandi, Jaguarari, Santo Estevam, Santa Terezinha e Monte Alto	117,00	33,00	150,00	200	6,00	0,75
MINAS GERAIS						
Belo Horizonte (capital), Juiz de Fora, Nova Lima, Uberaba e Uberlândia	212,50	17,50	230,00	200	9,20	1,15
Demais localidades e distritos	156,00	24,00	180,00	200	7,20	0,90
ESPÍRITO SANTO						
Vitória (capital)	200,00	20,00	220,00	200	8,80	1,10
Demais localidades e distritos	143,00	27,00	170,00	200	6,80	0,85
RIO DE JANEIRO						
Niterói (capital), São Gonçalo e Nova Iguaçu	250,00	10,00	260,00	200	10,40	1,30
Sedes dos demais municípios e distritos	195,00	15,00	210,00	200	8,40	1,05
Demais localidades e partes restantes dos distritos	130,00	30,00	160,00	200	6,40	0,80
DISTRITO FEDERAL	300,00	10,00	310,00	200	12,40	1,55
SÃO PAULO						
São Paulo (capital), Santo André, Santos, São Vicente e Guarujá	275,00	10,00	285,00	200	11,40	1,43
Campinas	260,00	5,00	265,00	200	10,60	1,33
Araraquara, Araçatuba, Baurú, Botucatu, Barretos, Catanduvas, Guaratinguetá, Jundiaí, Jacareí, Jaboticabal, Limeira, Marília, Presidente Prudente, Piracicaba, Ribeirão Preto, Rio Preto, São Carlos, Sorocaba e Taubaté	221,00	9,00	230,00	200	9,20	1,15
Demais localidades e distritos	195,00	15,00	210,00	200	8,40	1,05
PARANÁ						
Curitiba (capital)	225,00	15,00	240,00	200	9,60	1,20
Ponta Grossa, Paranaguá, Antonina, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Cambaá, Londrina, Ribeirão Claro, Rio Negro e Irati	208,00	12,00	220,00	200	8,80	1,10
Demais localidades e distritos	156,00	24,00	180,00	200	7,20	0,90
SANTA CATARINA						
Florianópolis (capital), São Francisco, Lages, Blumenau, Joinville, Laguna e Itajaí	212,50	17,50	230,00	200	9,20	1,15
São Bento, Mafra, Concórdia, Porto União, Rio do Sul, Curitibaanos, Itaiópolis, Camboriú, Brusque, Biguaçu, Jaraguá e São José	195,00	15,00	210,00	200	8,40	1,05
Indaial, Cruzeiro, Parati, Caçador, Tijucas, Canoinhas, Palhoça, Nova Trento, Porto Belo, Rodeto, Tubarão, Bom Retiro, Crescuma, Gaspar, Timbó, Hamônia, Campo Alegre, Araranguá, Imarui, São Joaquim, Orleans, Campos Novos, Jaguaruna, Chapecó e Urussanga	182,00	18,00	200,00	200	8,00	1,00
RIO GRANDE DO SUL						
Porto Alegre (capital)	250,00	10,00	260,00	200	10,40	1,30
Demais localidades e distritos	208,00	12,00	220,00	200	8,80	1,10
GOIÁS						
Goiânia (capital) e cidades marginais da Estrada de Ferro de Goiás	187,50	22,50	210,00	200	8,40	1,05
Demais localidades e distritos	130,00	30,00	160,00	200	6,40	0,80
MATO GROSSO						
Cuiabá (capital)	187,50	22,50	210,00	200	8,40	1,05
Aquidauana, Bela Vista, Campo Grande, Entre Rios, Maracajú, Corumbá, Poxoréu, Guajará Mirim, Alto Madeira, Legeado, Penta Porã, Dourado, Porto Murtinho e Três Lagoas	234,00	6,00	240,00	200	9,60	1,20
Nioac, Cáceres, Mato Grosso, Livramento, Herculanópolis, Alto Araguaia, Araguaiano, Miranda, Paranaiaba, Poconé, Rosário, Oeste, Diamantina e Santo Antonio	130,00	30,00	160,00	200	6,40	0,80

DECRETO-LEI N. 5.474 — DE 11 DE MAIO DE 1943

Dispõe sobre as atribuições dos porteiros de auditórios no Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 157 do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940, que dispõe sobre a organização da Justiça do Distrito Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 157. Aos porteiros incumbe realizar as praças e leilões:

I — nas execuções e ações executivas (art. 971, Código do Proc. Civil);

II — nas falências quanto aos imóveis hipotecados;

III — na venda ou arrendamento dos bens que, total ou parcialmente, pertençam a menores sob tutela e a interditos (Código do Proc. Civil, art. 637) ou estejam gravados por disposições testamentárias, doação ou dotes (Cód. Proc. Civil, art. 641);

IV — dos imóveis que, total ou parcialmente, pertençam a ausentes (Cód. Proc. Civ., art. 567).

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.475 — DE 11 DE MAIO DE 1943

Regula a colocação das Obrigações de Guerra, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica a Caixa de Amortização autorizada a vender diretamente ao público, nos “guichets” de sua tesouraria, pelo seu valor nominal e mediante pagamento da importância correspondente em moeda corrente, obrigações de Guerra da emissão autorizada pelo decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942.

Parágrafo único. A receita da colocação de Obrigações de Guerra a que se refere este artigo será escriturada diariamente, com remissão à quantidade, valor e numeração de cada título.

Art. 2.º O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda poderá autorizar a Caixa de Amortização a suprir as repartições federais, onde houver tesourarias, com importâncias em Obrigações de Guerra, para colocação pela forma prevista no art. 1.º e seu parágrafo único.

Art. 3.º Os Bancos, Institutos e outros estabelecimentos de capacidade financeira notória, que requererem a competente autorização do Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, poderão obter suprimentos de Obrigações de Guerra, para colocação pela forma marcada neste decreto-lei, mediante a assinatura de termo de fiéis depositários, pelo prazo de um (1)

ano, em que se obrigarão também ao recolhimento, mês a mês, à Caixa de Amortização, da importância dos títulos que hajam colocado, nesse período, com uma relação especificada da quantidade, valor e numeração dos mesmos.

Parágrafo único. O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, sempre que entender conveniente, poderá cassar a autorização e determinar o imediato recolhimento dos títulos que ainda houver em carteira nas entidades a que se refere este artigo, adotando, para isso, as medidas que se impuserem.

Art. 4.º O Diretor da Caixa de Amortização baixará as instruções que se tornarem necessárias para fiel execução do presente decreto-lei.

Art. 5.º Não se compreendem na disposição contida no art. 1.º do decreto-lei n. 1.344, de 13 de junho de 1939, as operações sobre títulos ao portador da Dívida Pública Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 6.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.476 — DE 11 DE MAIO DE 1943

Aprova o acordo firmado entre a Comissão de Controle dos Acordos de Washington e o Governo do Estado de Mato Grosso, o Banco de Crédito da Borracha S.A. e a Rubber Development Corporation

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o acordo que a este acompanha, firmado em 19 de abril de 1943, entre a Comissão de Controle dos Acordos de Washington e o Governo do Estado de Mato Grosso, o Banco de Crédito da Borracha S.A. e a Rubber Development Corporation, para intensificar a produção de borracha no Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

A. de Souza Costa.

GETULIO VARGAS.

Acordo a que se refere o decreto-lei n. 5.476, de 11 de maio de 1943

No propósito de intensificar a produção de borracha no Estado de Mato Grosso, a Comissão de Controle dos Acordos de Washington, o Governo do Estado de Mato Grosso, o Banco de Crédito da Borracha, S.A. e a Rubber Development Corporation, ajustam entre si o seguinte:

CLÁUSULA I

O Governo do Estado de Mato Grosso se compromete a promover a exploração dos seringais não trabalhados existentes em terras devolutas, ou que se encontrarem em abandono.

CLÁUSULA II

Para esse fim, o Governo do Estado poderá fazer contratos de locação de serviços, com firmas idôneas, individuais ou coletivas, determinando as zonas seringueiras em que cada uma delas deverá operar.

CLÁUSULA III

Em cada contrato de locação se estabelecerá o mínimo de produção anual de borracha.

CLÁUSULA IV

Os locadores custearão todas as despesas de extração, preparo e transporte da borracha até a cidade de Cuiabá, ou até outros pontos previstos nos seus contratos.

CLÁUSULA V

Para esse fim, os locadores que satisfaçam os requisitos usuais exigidos, em operações de crédito, pelo Banco de Crédito da Borracha, S.A. e pela Rubber Development Corporation, serão por essas entidades financiados, atendendo-se às peculiaridades locais, ficando, todavia, assegurado aos locadores o direito de se financiarem por qualquer outra forma.

CLÁUSULA VI

Toda borracha produzida nas condições acima mencionadas será entregue ao Banco de Crédito da Borracha, S.A. em Cuiabá, ou em outros pontos posteriormente combinados, aos preços estabelecidos pelas entidades competentes.

CLÁUSULA VII

Os preços a serem pagos pelos diversos tipos ou qualidades de borracha serão fixados para o produto entregue em Cuiabá em armazem aprovado pelo Banco de Crédito da Borracha, S.A.

CLÁUSULA VIII

Essa entrega, fiscalizada pelo Governo do Estado, será efetuada mediante pesagem e classificação feitas pelo Banco de Crédito da Borracha, S.A.

CLÁUSULA IX

Do valor da borracha entregue de conformidade com a cláusula VI, serão deduzidos sete por cento (7%) para o Governo do Estado, nos termos do art. 4.º do decreto-lei n. 4.841, de 17 de outubro de 1942.

CLÁUSULA X

Afim de colaborar com o Governo do Estado de Mato Grosso na execução de um Plano de construção, melhoramento, adaptação e conservação de estradas de rodagem, e de navegação fluvial, visando o aumento da produção de borracha e o seu transporte na região central do Estado, a Rubber Development Corporation contribuirá com a importância de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00) durante o ano de 1943.

CLÁUSULA XI

O Plano rodoviário e fluvial de que trata a cláusula anterior será submetido à aprovação da Comissão de Controle dos Acordos de Washington e da Rubber Development Corporation e o pagamento da importância da contribuição será feito na medida das necessidades da execução dos serviços.

CLÁUSULA XII

Nos anos subsequentes, as importâncias destinadas à execução do referido Plano serão fixadas, mediante entendimentos entre os signatários do presente Acordo, tendo em vista o aumento da produção, de borracha, os resultados obtidos na execução dos serviços, durante o ano anterior e as novas necessidades relacionadas com a continuação dos mesmos.

CLÁUSULA XIII

No propósito de estender aos seringueiros e seringalistas da região central do Estado de Mato Grosso as facilidades, para aquisição de gêneros básicos, previstas no Acordo celebrado entre a Rubber Development Corporation e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico, aprovado pelo decreto-lei n. 5.403, de 13 de abril de 1943, a Rubber Development Corporation concorda em manter em Cuiabá os estoques julgados indispensáveis.

CLÁUSULA XIV

Para cumprimento das obrigações contraidas pelo presente Acordo, o Banco de Crédito da Borracha, S.A. estabelecerá imediatamente uma agência na cidade de Cuiabá.

CLÁUSULA XV

O Governo do Estado de Mato Grosso se compromete a não aumentar o imposto de exportação que incide sobre a borracha, durante a vigência do presente Acordo.

CLÁUSULA XVI

O Governo de Mato Grosso expedirá os atos de sua competência, necessários à execução do presente Acordo.

CLÁUSULA XVII

A Comissão de Controle dos Acordos de Washington solicitará ao Governo Federal as medidas necessárias à execução do presente Acordo.

CLÁUSULA XVIII

As entidades signatárias do presente Acordo se comprometem a empregar os seus melhores esforços afim de impedir o desvio ou contrabando da borracha produzida no Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA XIX

O presente Acordo vigorará até 31 de dezembro de 1946.

CLÁUSULA XX

As dificuldades ou dúvidas surgidas durante a vigência do presente Acordo, bem como quaisquer modificações em seu teor, serão resolvidas e ajustadas entre as partes interessadas, ouvida sempre a Comissão de Controle dos Acordos de Washington.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1943.

Pela Comissão de Controle dos Acordos de Washington

(a) *Valentim F. Bouças*, Diretor-Executivo

Pelo Governo do Estado de Mato Grosso

(a) *João Ponce de Arruda*, Secretário-Geral

Pelo Banco de Crédito da Borracha, S.A.

(a) *Rui Medeiros*, Diretor

Pela Rubber Development Corporation

(a) *James A. Rusell, Junior*, Representante Especial para o Brasil.

DECRETO-LEI N. 5.477 — DE 12 DE MAIO DE 1943

Transfere para o Serviço de Proteção aos Índios dotação orçamentária que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica transferida para o Serviço de Proteção aos Índios a dotação de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), referente a estudos etnográficos, atribuída, no corrente exercício, ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios e, consequentemente, retificado, pela forma que se segue, o Anexo 12 — Ministério da Agricultura — do Orçamento Geral da República, em vigor (decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942):

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS

S/c 17 — Expedições científicas

Onde se lê:

17 — Conselho Nacional de Proteção aos Índios

Estudos etnográficos Cr\$ 400.000,00

Leia-se:

28 — Serviço de Proteção aos Índios

Estudos etnográficos Cr\$ 400.000,00

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.478 — DE 12 DE MAIO DE 1943

Modifica o art. 20 e seus parágrafos, do Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, baixado com o decreto n. 24.114, de 12 de abril de 1934

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 20 e seus parágrafos, do Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, aprovado pelo decreto n. 24.114, de 12 de abril de 1934, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 20. É livre, em todo o território nacional, o trânsito de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura, verificada a irrupção, no país, de pragas ou doenças reconhecidamente nocivas às culturas, poderá, em qualquer tempo, mediante portaria, proibir, restringir ou estabelecer condições para o trânsito de que trata o presente artigo”.

Art. 2.º Continuam em vigor as portarias já expedidas pelo Ministério da Agricultura sobre o assunto, desde que não colidam com o disposto no presente decreto-lei.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N. 5.479 — DE 12 DE MAIO DE 1943

Isenta de custas, taxas e emolumentos as certidões e justificações para habilitação dos herdeiros de praças à pensão instituída pelos decretos-leis ns. 4.819, de 8 de outubro de 1942, e 4.839, de 16 de outubro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam isentas de custas, emolumentos e taxas a justificação de que trata a letra *h* do Parágrafo Único do art. 26 do decreto n. 3.695, de 6 de fevereiro de 1939, e demais documentos ou certidões de que necessitem os herdeiros de praças do Exército ou da Marinha para se habilitarem à pensão instituída pelos decretos-leis ns. 4.819 e 4.839, respectivamente, de 8 e 16 de outubro de 1942.

Parágrafo Único. As justificações, documentos e certidões a que se alude este artigo deverão mencionar expressamente o fim a que se destinam, sendo destituídos de valor para qualquer outro efeito.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.480 — DE 13 DE MAIO DE 1943

Institue o curso de jornalismo no sistema de ensino superior do país, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica instituído, no sistema de ensino superior do país, o curso de jornalismo.

Art. 2.º O curso de jornalismo tem por finalidade ministrar conhecimentos que habitem de um modo geral para a profissão de jornalista.

Art. 3.º O curso de jornalismo será ministrado pela Faculdade Nacional de Filosofia com a cooperação da Associação Brasileira de Imprensa e dos sindicatos representativos das categorias de empregados e de empregadores das empresas jornalísticas.

Art. 4.º Para a organização e funcionamento do curso de jornalismo nos estabelecimentos de ensino não federais, observar-se-á o disposto no decreto-lei n. 421, de 11 de maio de 1938.

Art. 5.º A estrutura do curso de jornalismo, e bem assim as condições de matrícula e o regime escolar regular-se-ão por decreto.

Art. 6.º O Ministro da Educação baixará instruções, inclusive sobre as matérias referidas no artigo anterior, e dará providências, que possibilitem desde logo o início do curso de jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia.

Art. 7.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.481 — DE 13 DE MAIO DE 1943

Regula o pagamento do consumo d'água de exercício em atraso, dos prédios situados na vila proletária Marechal Hermes, de propriedade do Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida aos promitentes compradores dos imóveis situados na Vila Proletária Marechal Hermes, no Distrito Federal, permissão para pagar as taxas de água e esgoto, em atraso de 1932 a 1942, sem multa de mora.

Parágrafo único. O pagamento poderá ser efetuado em prestações mensais, a contar do mês seguinte ao da data deste decreto-lei.

Art. 2.º Os devedores que não se quitarem na forma estabelecida no artigo anterior ou interromperem o pagamento das prestações deixarão de fazer jus ao favor deste decreto-lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.482 — DE 13 DE MAIO DE 1943

Altera a carreira de Inspetor de Imigração do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, de conformidade com a tabela anexa a este decreto-lei, a carreira de Inspetor de Imigração do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º A classificação, por antiguidade, dos funcionários cujas classes foram fundidas, será feita pelo tempo líquido de efetivo exercício na classe a que atualmente pertencem, a contar de 1 de janeiro de 1937, até a véspera da vigência deste decreto-lei, processando-se de acordo com a legislação vigente e instruções do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 3.º Serão apostilados pelo Diretor da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio os decretos de nomeação dos funcionários cujos cargos foram alterados por este decreto-lei.

Art. 4.º Os funcionários que já estavam, à data deste decreto-lei, na classe H da carreira a que se refere a tabela anexa, nas promoções à classe I terão preferência sobre os que pertenciam à classe G, e estes sobre os que pertenciam à classe F.

Art. 5.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
QUADRO ÚNICO

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
4						<i>Inspetor de Imigração</i>				tes aos cargos vimento dos sos da c/c do Quadro e os
		K	—	—	Q. U.	3	L	—	3	
10	J	—	—	Q. U.	6	K	—	4	das classes Fe com os recur-
13	I	—	—	Q. U.	9	J	—	5	K, J e I se- rão providos mente.
43	H	—	—	Q. U.	12	I	—	6	imediata-
8	G	—	7	Q. U.	18	H	—	5	G serão apli- corresponden- das classes L,
2	F	—	—	Q. U.						Os cargos vagos da classe H,
6					48					As dotações 10 cargos criados na classe H. cadas no pro-
	<i>imigração</i>										
	<i>Inspetor de</i>										

DECRETO-LEI N. 5.483 — DE 14 MAIO DE 1943

Revoga o decreto-lei n. 5.472, de 11 de maio de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado e nenhum efeito produzirá o decreto-lei número 5.472, de 11 de maio de 1943, que altera a redação do art. 102, do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940, e dá outras providências.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.484 — DE 14 DE MAIO DE 1943

Dispõe sobre promoções de oficiais do Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam transferidas para 24 de junho do corrente ano as promoções que, de acordo com o art. 6.º do decreto-lei n. 1.828, de 1 de dezembro de 1939, alterado pelo decreto-lei n. 2.160, de 30 de abril de 1940, deveriam realizar-se a 24 de maio de 1943.

Art. 2.º As vagas que se verificaram nos diversos quadros do Exército até 15 de abril último são consideradas preenchidas pelos decretos de promoção expedidos nessa data.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.485 — DE 14 DE MAIO DE 1943

Dispõe sobre promoção dos oficiais da Reserva de 2.ª Classe convocados para o serviço ativo a partir de 1 de janeiro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O presente decreto-lei dispõe sobre promoção dos oficiais da Reserva de 2.ª Classe que tenham sido convocados para o serviço ativo, a

partir de 1.º de janeiro de 1942, para completamento dos efetivos do Exército.

Art. 2.º Os oficiais a que se refere o artigo anterior, para poderem ser promovidos deverão satisfazer aos seguintes requisitos:

a) possuir capacidade física necessária ao exercício de seu posto, verificada em inspeção de saúde;

b) exercer, no posto para o qual foi convocado, em corpo de tropa, formação de serviço, estabelecimento ou repartição militar, num período de seis meses de serviço ininterrupto, o comando ou função privativa de seu posto;

c) ter o interstício de um ano no posto;

d) possuir conceito favorável, emitido pelo Comandante ou chefe, sobre caráter; capacidade de ação nas funções, como instrutor ou na administração; grau de instrução; espírito militar e conduta civil e militar; capacidade física.

Parágrafo único. O conceito referido na letra *d* acima deverá ser expresso numa "folha de conceito para promoção de oficial da Reserva de 2.ª Classe", de acordo com o modelo e nota explicativa anexos.

Art. 3.º Os oficiais da Reserva de 2.ª Classe que satisfaçam aos requisitos para promoção, de conformidade com este decreto-lei, terão preferência, para serem promovidos, sobre os que satisfizerem aos requisitos exigidos pelas disposições do Regulamento do Corpo de Oficiais da Reserva, aprovado por decreto n. 15.231, de 31 de dezembro de 1921.

Art. 4.º Serão considerados como tendo um dos períodos de instrução previstos no art. 11 do Regulamento aprovado por decreto n. 15.231, de 31 de dezembro de 1921, os oficiais da Reserva a que se refere o presente decreto-lei, licenciados antes de completarem o período citado na letra *b* do artigo 2.º, que tenham estado incorporados mais de trinta dias e satisfaçam aos demais requisitos do referido artigo.

Art. 5.º Para o preenchimento das vagas e apresentação das propostas de promoção devem ser observadas as determinações constantes dos arts. 26 e 27 do Regulamento do Corpo de Oficiais da Reserva.

Parágrafo único. Para os oficiais que satisfizeram, em 1942, aos requisitos para promoção, as propostas, observadas as necessidades de cada Região Militar (art. 27 do Regulamento do Corpo de Oficiais da Reserva), devem ser apresentadas dentro do prazo de sessenta dias, a contar da publicação deste decreto-lei.

Art. 6.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

MINISTÉRIO DA GUERRA

DATA _____

REGIÃO _____

CORPO _____

*Folhas de conceito para promoção
de oficiais da Reserva de 2.^a classe.*

<i>Requisitos</i>		<i>Apreciação do Cmt. ou Chefe</i>
<i>a</i>	Carater	
<i>b</i>	Capacidade de ação nas funções, como instrutor ou na administração.	
<i>c</i>	Grau de instrução.	
<i>d</i>	Espírito militar e conduta civil e militar.	
<i>e</i>	Capacidade física.	
<i>f</i>	Juizo sintético do Comandante do Corpo ou Chefe sobre o oficial.	

Quartel em.....

.....Cmt. ou Chefe

NOTA explicativa para preenchimento da folha de conceito para promoção de Oficial da Reserva de 2.^a Classe.

Na apreciação dos requisitos os Comandantes ou Chefes observarão os seguintes aspectos:

a) — *quanto ao carater* — atitudes claras e bem definidas, amor às responsabilidades, comportamento desassombrado em face de situação impre-

vista e difícil, energia e perseverança na execução das próprias decisões, domínio de si mesmo, igualdade de ânimo, coerência de procedimento, lealdade e independência.

b) — *quanto à capacidade de ação nas suas funções como instrutor ou na administração* — revelada durante o tempo de convocação.

c) — *quanto ao grau de instrução* — avaliado pela soma de conhecimentos militares e de cultura geral demonstrada durante os trabalhos realizados.

d) — *quanto ao espírito militar e conduta civil e militar* — são aferidos consoantes as manifestações habituais da atividade do oficial, subordinação e respeito aos superiores, exigências no tratamento de seus subordinados; pontualidade e discrição; espírito de iniciativa, de precisão e de método no cumprimento dos deveres; amor e dedicação ao serviço; procedimento civil; educação e procedimento privados; espírito de camaradagem, urbanidade e cavalheirismo, aspecto marcial e correção nos uniformes; observância exata das convenções sociais.

e) — *capacidade física* — resistência à fadiga e às intempéries, e pelo número de partes de doente apresentadas, esportes que pratica.

f) — *juízo sintético sobre o oficial do Cmt. ou corpo ou chefe* — os conceitos emitidos serão sintetizados pelos Comandantes dos corpos ou chefes sob a forma de um juízo curto e claro.

DECRETO-LEI N. 5.486 — DE 14 DE MAIO DE 1943

Faculta a revenda do trigo nacional adquirido na forma do decreto-lei n. 4.953, de 13-11-942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e,

Considerando que a carência de transporte dificulta o cumprimento integral do disposto nos arts. 1.º e 5.º do decreto-lei n. 4.953, de 13-11-42;

Considerando a necessidade da adoção de medidas que assegurem o escoamento rápido da safra de trigo nacional e permitam, ao mesmo tempo, o seu pronto aproveitamento industrial, decreta:

Art. 1.º O trigo nacional adquirido na forma da legislação vigente e retido, por falta de transporte, nos Estados produtores, poderá ser, a juízo do Ministério da Agricultura, ali revendido, de preferência aos moinhos localizados no interior, observadas as condições estipuladas neste decreto-lei.

Art. 2.º Os preços de revenda de trigo nacional, a vigorarem nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, serão calculados à base da cotação corrente do trigo procedente de Buenos Aires, peso hectolítrico básico 80, cif porto importador do litoral mais próximo do moinho consumidor.

§ 1.º O preço resultante da cotação a que se refere este artigo, acrescido dos direitos alfandegários de importação, taxas de fomento, de fiscalização e fitossanitária, sofrerá uma redução de 10 %.

§ 2.º Os preços estabelecidos no presente artigo entendem-se, para o efeito de entrega, cif localidade em que estiver situado o moinho consumidor.

Art. 3.º Os preços de que trata o artigo anterior prevalecerão por prazo a ser limitado pelo Ministro da Agricultura, findo o qual, cessará a redução de 10 %, constante do § 1.º, do art. 2.º deste decreto-lei.

Art. 4.º Fica dilatado para 165 dias o período de aquisição das quotas de trigo nacional de que trata o art. 5.º do decreto-lei n. 4.953, de 1942.

Art. 5.º O presente decreto-lei vigorará a partir da data de sua publi-

cação, até 30 de novembro do corrente ano, quando ficará automática e integralmente restabelecido o decreto-lei n. 4.953, de 13-11-42.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

DECRETO-LEI N. 5.487 — DE 14 DE MAIO DE 1943

Prorroga o mandato dos atuais membros do Conselho Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado o mandato dos atuais membros do Conselho Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, devendo empossar-se a 2 de janeiro de 1944 os novos representantes de empregados e empregadores, nomeados conforme estabelece o art. 47 do decreto n. 5.493, de 9 de abril de 1940, cujos mandatos contar-se-ão a partir dessa data, nos termos da legislação vigente.

Art. 2.º Incumbe ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, em caso de morte ou renúncia dos atuais representantes de empregados ou de empregadores, ou de seus suplentes, designar livremente os seus substitutos, observadas as exigências legais para o exercício da função.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.488 — DE 17 DE MAIO DE 1943

Extingue a ala moto-mecanizada do 7.º Regimento de Cavalaria Divisionário, com sede em Recife

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' extinta a ala moto-mecanizada do 7.º Regimento de Cavalaria Divisionário, com sede em Recife — Estado de Pernambuco.

Art. 2.º Os efetivos e o material pertencentes à unidade ora extinta serão em tempo aproveitados, oportunamente, por ato do Ministro de Estado da Guerra, na constituição do 7.º Grupo Moto-Mecanizado de Reconhecimento, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.489 — DE 17 DE MAIO DE 1943

Extingue o 2.º Regimento Auto-Metralhadoras de Divisão de Cavalaria, com sede em Uruguaiana

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' extinto o 2.º Regimento Auto-Metralhadoras de Divisão de Cavalaria, com sede em Uruguaiana — Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Os efetivos e o material pertencentes à unidade ora extinta serão em tempo aproveitados, oportunamente, por ato do Ministro de Estado da Guerra, na constituição do 2.º Regimento Moto-Mecanizado da 2.ª Divisão de Cavalaria, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.490 — DE 17 DE MAIO DE 1943

Extingue o 3.º Regimento Auto-Metralhadoras de Divisão de Cavalaria, com sede em Bagé

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' extinto o 3.º Regimento Auto-Metralhadoras de Divisão de Cavalaria, com sede em Bagé — Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Os efetivos e o material pertencentes à unidade ora extinta serão em tempo aproveitados, oportunamente, por ato do Ministro de Estado da Guerra, na constituição do 3.º Regimento Moto-Mecanizado da 3.ª Divisão de Cavalaria, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.491 — DE 17 DE MAIO DE 1943

Cria o 7.º Grupo Moto-Mecanizado de Reconhecimento, com sede em Recife

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. E' criado, para imediata instalação, com sede em Recife — Estado de Pernambuco, o 7.º Grupo Moto-Mecanizado de Reconhecimento da 7.ª Divisão de Infantaria, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.492 — DE 17 DE MAIO DE 1943

Cria o 2.º Regimento Moto-Mecanizado, com sede em Uruguaiana

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. E' criado, para imediata instalação, com sede em Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, o 2.º Regimento Moto-Mecanizado da 2.ª Divisão de Cavalaria, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.493 — DE 17 DE MAIO DE 1943

Cria o 3.º Regimento Moto-Mecanizado, com sede em Bagé

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. E' criado, para imediata instalação, com sede em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, o 3.º Regimento Moto-Mecanizado da 3.ª Divisão de Cavalaria, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.494 — DE 17 DE MAIO DE 1943

Extingue a 1.ª Companhia de Engenhos, da 1.ª Divisão de Infantaria

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' extinta a 1.ª Companhia de Engenhos da 1.ª Divisão de Infantaria, com sede na Capital Federal.

Art. 2.º Os efetivos e o material da subunidade ora extinta terão o destino em tempo a ser fixado, oportunamente, por ato de Ministro de Estado da Guerra, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.495 — DE 17 DE MAIO DE 1943

Extingue a 14.^a Companhia de Engenheiros, da 14.^a Divisão de Infantaria

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.^o E' extinta a 14.^a Companhia de Engenheiros da 14.^a Divisão de Infantaria, com sede em Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2.^o Os efetivos e o material da subunidade ora extinta terão o destino em tempo a ser fixado, oportunamente, por ato do Ministro de Estado da Guerra, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1943, 122.^o da Independência e 55.^o da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.496 — DE 17 DE MAIO DE 1943

Extingue a 7.^a Companhia de Engenheiros, da 7.^a Divisão de Infantaria

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.^o E' extinta a 7.^a Companhia de Engenheiros da 7.^a Divisão de Infantaria, com sede em Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2.^o Os efetivos e o material da subunidade ora extinta terão o destino em tempo a ser fixado, oportunamente, por ato do Ministro de Estado da Guerra, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1943, 122.^o da Independência e 55.^o da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.497 — DE 17 DE MAIO DE 1943

Cria o 1.^o Batalhão de Engenheiros, com sede na Capital Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É criado, para instalação imediata, com sede na Capital Federal, o 1.^o Batalhão de Engenheiros, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1943, 122.^o da Independência e 55.^o da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.498 — DE 17 DE MAIO DE 1943

Cria o 7.º Batalhão de Engenhos, com sede em Recife

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É criado, para instalação a partir de 1 de junho do corrente ano, com sede em Recife, o 7.º Batalhão de Engenhos, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.499 — DE 17 DE MAIO DE 1943

Cria o 14.º Batalhão de Engenhos, com sede em Natal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É criado, para instalação a partir de 1 de junho do corrente ano, com sede em Natal — Estado do Rio Grande do Norte, o 14.º Batalhão de Engenhos, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.500 — DE 17 DE MAIO DE 1943

Cria o Esquadrão de Trem Motorizado do 3.º Corpo de Trem Misto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É criado, desde já, para instalação imediata, com sede provisória na cidade do Rio Grande — Estado do Rio Grande do Sul, o Esquadrão de Trem Motorizado do 3.º Corpo de Trem Misto, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.501 — DE 18 DE MAIO DE 1943

Autoriza a Rede de Viação Cearense a averbar consignações em folha de pagamento de seus servidores em favor de sociedades cooperativas de consumo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica a Rede de Viação Cearense autorizada a averbar consignações em folha de pagamento de seus servidores, em favor de sociedades cooperativas de consumo, mantidas pelos mesmos.

Art. 2.º Só gozarão dos privilégios constantes deste decreto-lei as sociedades cooperativas que preencham os requisitos da legislação vigente.

Art. 3.º As sociedades cooperativas fornecerão, unicamente, gêneros alimentícios, drogas, medicamentos e artigos de vestuário.

Parágrafo único. Constatada a transgressão do disposto neste artigo, especialmente a entrega de dinheiro, a juros ou não, ficarão as sociedades cooperativas impedidas de transacionar com os servidores da Rede, sem prejuízo de outras penalidades que lhes possam ser aplicadas, nos termos da legislação em vigor.

Art. 4.º Para atender aos objetivos deste decreto-lei, fica elevado de mais 30% sobre o vencimento, salário ou provento, o limite de descontos autorizados, a que se refere o artigo 4.º do decreto-lei n. 312, de 3 de março de 1938.

Art. 5.º A Rede de Viação Cearense não será responsável pelos prejuízos advindos de descontos que não possam ser efetuados, por exonerações, demissões, dispensas, nomeações e transferências.

Art. 6.º Não poderá a Rede cobrar às cooperativas onus de qualquer espécie.

Art. 7.º A Rede poderá ceder às sociedades cooperativas, gratuitamente, a título precário, dentro da faixa ferroviária e sem prejuízo dos seus serviços, prédios, instalações elétricas e de saneamento e fornecer gás e água.

Art. 8.º As sociedades deverão estabelecer, mediante acordo com o órgão de administração de pessoal da Rede, as datas para remessa das relações de descontos mensais a serem efetuados.

Art. 9.º Caberá à Rede transmitir, ao órgão de pessoal competente, a relação dos descontos mensais que devam ser averbados nas folhas de pagamento dos seus servidores.

Art. 10. Os descontos autorizados pelo presente decreto-lei não terão prevalência sobre os demais, definidos pelo decreto-lei n. 312, de 3 de março de 1938.

Art. 11. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.502 — DE 18 DE MAIO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saude, o crédito especial de Cr\$ 515.000,00 para atender a despesas com o contrato de técnicos norte-americanos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saude, o crédito especial de quinhentos e quinze mil cruzeiros (Cr\$ 515.000,00) para atender ao pagamento das seguintes despesas com a admissão de técnicos norte-americanos a serem contratados para os estabelecimentos federais de ensino profissional (Divisão de Ensino Industrial):

I — de Pessoal:

Ajuda de custo Cr\$ 128.000,00

II — de Material:

Passagens e transporte de bagagens Cr\$ 387.000,00
515.000,00

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.503 — DE 19 DE MAIO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saude, o crédito especial de Cr\$ 8.834,00 para pagamento de gratificação adicional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saude, o crédito especial de Cr\$ 8.834,00 (oito mil oitocentos e trinta e quatro cruzeiros) para atender ao pagamento (Pessoal) de gratificação adicional de 10% que compete a Oscar de Moura Medrado, Assistente, padrão I, da Faculdade de Medicina da Baía, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério, relativamente ao período de 23 de setembro de 1928 a 31 de dezembro de 1940.

Rio de Janeiro 19 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.504 — DE 20 DE MAIO DE 1943

Cria a Corregedoria da Polícia Civil do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, na Polícia Civil do Distrito Federal, a Corregedoria, com as seguintes atribuições:

I — expedir, aos Cartórios, normas e métodos de trabalho que possibilitem o funcionamento-uniforme dos serviços a eles atribuídos;

II — proceder periodicamente às correições, em todos os Cartórios existentes na Polícia Civil do Distrito Federal, verificando se ocorreram, no serviço, irregularidades, faltas e infrações regulamentares ou de responsabilidade penal, do que dará imediato conhecimento ao Chefe de Polícia para as providências que se fizerem necessárias;

III — instaurar os processos policiais que lhe forem atribuídos pela Chefatura de Polícia, em casos especiais e no interesse do serviço ou da ordem pública; e

IV — opinar, sempre que o Chefe de Polícia julgar conveniente, em assuntos jurídicos.

Art. 2.º Ao Corregedor incumbe:

I — dirigir os serviços da Corregedoria;

II — proceder, sempre que possível pessoalmente, às correições; e

III — determinar e presidir os processos instaurados pela Corregedoria.

Art. 3.º Fica criado, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Polícia Civil do Distrito Federal, o cargo, em comissão, de Corregedor, padrão O.

Art. 4.º Para a execução do presente decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 26.250,00.

Art. 5.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.505 — DE 20 DE MAIO DE 1943

Estabelece a forma de desconto das importâncias para subscrição compulsória das "Obrigações de Guerra", pelos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os descontos a que se refere o art. 6.º do decreto-lei número 4.789, de 5 de outubro de 1942, serão feitos de acordo com a tabela anexa, tomada em consideração a "base do salário" e não o efetivamente percebido pelo segurado durante o mês.

Parágrafo único. No caso do pagamento não ser mensal, a contribuição integral da classe será descontada no primeiro pagamento.

Art. 2.º Os selos adesivos a que se refere o art. 3.º do decreto-lei n. 5.291, de 1 de março de 1943, serão exclusivamente dos valores de 5 e 10 cruzeiros.

Parágrafo único. Os selos a que alude este artigo serão vendidos, na Capital Federal pela Recebedoria do Distrito Federal, e nos Estados e Territórios pelas repartições arrecadadoras federais, que se suprirão por intermédio das Delegacias Fiscais.

Art. 3.º A aquisição de selos pelas Instituições de Seguro Social, de que trata o decreto-lei n. 5.291, de 1 de março de 1943, constituirá desde logo subscrição das correspondentes "Obrigações de Guerra", por parte das mesmas.

Parágrafo único. Em face da prova da aquisição dos selos a Caixa de Amortização fará, às instituições, imediata entrega das "Obrigações de Guerra" ou de cautela que as represente.

Art. 4.º São passíveis da multa de cem cruzeiros (Cr\$ 100,00) a dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), imposta pelos presidentes das Instituições de Seguro Social, os empregadores que:

- a) não efetuarem os descontos nos salários de seus empregados;
- b) retiverem as importâncias descontadas;
- c) não fizerem, no ato do pagamento a seus empregados, a entrega dos selos correspondentes aos descontos;
- d) opuserem quaisquer obstáculos à execução dos dispositivos legais e respectivas Instruções sobre a subscrição compulsória das "Obrigações de Guerra" pelos segurados.

Parágrafo único. As multas de que trata o presente artigo constituirão receita das respectivas Instituições de Seguro Social.

Art. 5.º O art. 9.º do decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 9.º Estão isentos da subscrição compulsória das "Obrigações de Guerra" os empregados que não estiverem sujeitos ao regime de qualquer Instituição de Seguro Social."

Art. 6.º As contribuições descontadas anteriormente ao decreto-lei número 5.291, de 1943, serão restituídas aos segurados por intermédio dos empregadores que tiverem efetuado o desconto.

Parágrafo único. As importâncias já depositadas pelas Instituições de Seguro Social, na forma do parágrafo único do art. 6.º do decreto-lei número 4.789, de 5 de outubro de 1942, ser-lhe-ão devolvidas, para cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 7.º As instruções que se fizerem precisas serão expedidas em conjunto pelos Ministérios da Fazenda e do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 8.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

TABELA DE CONTRIBUIÇÃO

CLASSE	BASE DOS SALÁRIOS												CONTRIBUIÇÃO
	HORA				DIÁRIO				MENSAL				MENSAL
													Cr\$
1	+	1,50	a	2,00	+	12,00	a	16,00	+	250,00	a	400,00	5,00
2	+	2,00	a	2,75	+	16,00	a	22,00	+	400,00	a	550,00	10,00
3	+	2,75	a	3,50	+	22,00	a	28,00	+	550,00	a	700,00	15,00
4	+	3,50	a	4,25	+	28,00	a	34,00	+	700,00	a	850,00	20,00
5	+	4,25	a	5,00	+	34,00	a	40,00	+	850,00	a	1.000,00	25,00
6	+	5,00	a	5,75	+	40,00	a	46,00	+	1.000,00	a	1.150,00	30,00
7	+	5,75	a	6,50	+	46,00	a	52,00	+	1.150,00	a	1.300,00	35,00
8	+	6,50	a	7,25	+	52,00	a	58,00	+	1.300,00	a	1.450,00	40,00
9	+	7,25	a	8,00	+	58,00	a	64,00	+	1.450,00	a	1.600,00	45,00
10	+	8,00	a	8,75	+	64,00	a	70,00	+	1.600,00	a	1.750,00	50,00
11	+	8,75	a	9,50	+	70,00	a	76,00	+	1.750,00	a	1.900,00	55,00
12	+	de		9,50	+	de		76,00	+	de		1.900,00	60,00

DECRETO-LEI N. 5.506 — DE 20 DE MAIO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 532.400,00, para atender às despesas com o funcionamento da Comissão de Defesa Econômica.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de quinhentos e trinta e dois mil e quatrocentos cruzeiros (Cr\$ 532.400,00), para atender, no corrente exercício, às despesas com o funcionamento da Comissão de Defesa Econômica, sendo:

PESSOAL

Pessoal Extranumerário

Contratados	60.000,00		
Diaristas	23.200,00		
Tarefeiros	25.600,00	108.800,00	

Indenizações

Ajuda de custo.....	40.000,00		
Diárias	20.000,00	60.000,00	168.800,00

MATERIAL

Material Permanente

Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações especializadas, destinadas a bibliotecas ou coleções.....	10.000,00		
Moveis e artigos de ornamentação, máquinas, aparelhos e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, enfermaria	60.000,00	70.000,00	

Material de Consumo

Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação	30.000,00		
Combustíveis, material de lubrificação e limpeza; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação	12.000,00		

Vestuários, uniformes e equipamento; artigos e peças acessórias; roupas de cama e mesa; tecidos e arte- fatos	12.000,00	54.000,00
--	-----------	-----------

Diversas Despesas

Água e artigos para limpeza e desin- fecção; serviços de asseio e higie- ne; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgoto e lixo	8.000,00		
Assinatura e números avulsos de órgãos oficiais	800,00		
Despesas miudas de pronto paga- mento	4.800,00		
Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês	4.000,00		
Ligeiros reparos, consertos e conserva- ção de imóveis e moveis	4.000,00		
Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens	60.000,00		
Telefone, telefonemas, telegramas, ra- diogramas e porte postal	8.000,00	89.600,00	213.600,00

SERVIÇOS E ENCARGOS

Diligências, investigações, serviços de caráter secreto ou reser- vado	150.000,00
	Cr\$ 532.400,00

Parágrafo único. A parcela de cento e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 150.000,00), correspondente a "Serviços e Encargos", será distribuída ao Tesouro Nacional, à disposição do Presidente da Comissão de Defesa Econômica, que requisitará os pagamentos e adiantamentos necessários, comprovados estes até o fim do exercício.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.507 — DE 20 DE MAIO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 10.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS

S/c. n. 42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal

22 — Delegacias Fiscais Cr\$ 10.000,00

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo se destina à Delegacia Fiscal no Amazonas.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.508 — DE 20 DE MAIO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 4.000,00 para despesas a cargo da Alfândega de Pelotas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de quatro mil cruzeiros (Cr\$ 4.000,00), para atender, neste exercício, pela Alfândega de Pelotas, às despesas (Material) de passagens e transporte de pessoal, inclusive de suas bagagens.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.509 — DE 20 DE MAIO DE 1943

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 46.100,00, para pagamento da vantagem que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de quarenta e seis mil e cem cruzeiros (Cr\$ 46.100,00), para atender, no período de três (3) meses, ao pagamento (Pessoal) da gratificação de representação concedida, na base de três mil duzentos e cinquenta pesos argentinos (m\$ n 3.250,00) mensais, ao Diretor, em comissão, padrão P, do Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas, Alvaro Simões Lopes, designado para estudar, na República Argentina, a técnica de armazenamento e ensilagem do trigo.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.510 — DE 21 DE MAIO DE 1943

Cria funções gratificadas de Diretor de Aprendizado Agrícola no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, duas (2) funções gratificadas de Diretor de Aprendizado Agrícola.

Art. 2.º A designação para o exercício das funções aludidas no artigo anterior será feita por decreto do Presidente da República e recairá em funcionário integrante da carreira de Técnico de Educação Rural, preferentemente, cu de Agrônomo.

Art. 3.º Fica fixada em Cr\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos cruzeiros) a gratificação anual de cada uma das funções a que se refere o art. 1.º.

Art. 4.º Para atender à despesa decorrente da execução deste decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Agricultura, o crédito de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, 09 — Funções gratificadas, do anexo n. 12 do Orçamento Geral da União para 1943.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.511 — DE 21 DE MAIO DE 1943

Altera e retifica disposições sobre a administração dos Estados e dos municípios

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam incorporadas ao texto do decreto-lei n. 1.202, de 18 de abril de 1939, as alterações e retificações constantes do presente decreto-lei.

Art. 2.º O art. 2.º fica assim redigido:

“São órgãos da administração do Estado:

- a) o Interventor ou Governador;
- b) o Conselho Administrativo”.

Art. 3.º O art. 5.º fica assim redigido:

“Ao Interventor, ou Governador, e ao Prefeito cabe exercer as funções executivas e, em colaboração com o Conselho Administrativo, legislar nas matérias da competência dos Estados e Municípios, enquanto não se constituírem os respectivos órgãos legislativos”.

Art. 4.º O art. 6.º fica assim redigido:

“Compete ao Interventor ou Governador, especialmente:

I — organizar a administração do Estado e dos Municípios, de acôrdo com o disposto para os serviços da União, no que for aplicável;

II — legislar para os Municípios constituídos em Prefeituras Sanitárias, em Estâncias Climatéricas ou Hidrominerais;

III — organizar o projeto do orçamento do Estado e sancioná-lo depois de aprovado pelo Conselho Administrativo;

IV — fixar, em decreto-lei, o efetivo da força policial, mediante prévio exame do Conselho Administrativo e aprovação do Presidente da República;

V — elaborar os projetos de decretos-leis e sancioná-los depois de aprovados pelo Conselho Administrativo;

VI — expedir decretos-leis, independentemente da aprovação prévia do Conselho Administrativo em casos de calamidade ou necessidade de ordem pública, sujeitando *a posteriori* o seu ato à aprovação do Presidente da República, depois de emitido parecer por aquêlê Conselho.

§ 1.º O preparo da proposta orçamentária será feito sob a imediata orientação e supervisão do Interventor ou Governador, obedecidas as normas financeiras e de contabilidade estabelecidas pela União para os Estados e municípios.

§ 2.º Nos Estados em que já tenha sido criado ou em que se crie o Departamento do Serviço Público, caberá a êste órgão o preparo da proposta orçamentária.”

Art. 5.º O art. 7.º fica assim redigido:

“São ainda atribuições do Interventor, ou Governador:

I — expedir decretos, regulamentos, instruções e demais atos necessários ao cumprimento das leis e à administração do Estado;

II — nomear o secretário geral ou os secretários do seu governo, e os Prefeitos dos Municípios;

III — nomear, aposentar, pôr em disponibilidade, demitir e licenciar os funcionários do Estado, e impor-lhes penas disciplinares, respeitado o disposto na Constituição e nas leis;

IV — autorizar a admissão de extranumerários para os serviços públicos do Estado;

V — praticar todos os atos necessários à administração e representação do Estado e à guarda da Constituição e das leis”.

Art. 6.º Fica assim redigido o art. 8.º:

“São crimes de responsabilidade do Interventor, ou Governador, ou Prefeito:

I — os atos que atentarem contra:

a) a existência da União;

b) a Constituição;

c) as determinações constantes desta lei;

d) a execução das leis e dos tratados federais;

e) a execução das decisões judiciárias;

f) a boa arrecadação dos impostos e taxas da União, do Estado e dos Municípios;

g) a probidade administrativa, a guarda e o emprêgo dos dinheiros públicos.

II — a omissão das providências determinadas pelas leis ou tratados federais, ou necessárias à sua execução, dentro dos prazos fixados”.

Art. 7.º Fica assim redigido o art. 9.º:

“O Interventor, ou Governador, ou Prefeito será processado e julgado, nos crimes de responsabilidade, pelo Tribunal de Apelação do Estado, importando sempre a sentença condenatória na perda do cargo e na inhabilitação para exercer função pública pelo prazo de 2 a 10 anos.

Parágrafo único. O processo e o julgamento dêsses crimes serão regulados em lei especial”.

Art. 8.º Fica assim redigido o art. 12:

“Compete ao Prefeito:

I — elaborar os projetos de decretos-leis nas matérias da competência do Município e sancioná-los depois de aprovados pelo Conselho Administrativo;

II — expedir decretos-leis, independentemente de aprovação prévia do Conselho Administrativo, em caso de calamidade ou necessidade de ordem pública, sujeitando *a posteriori* o seu ato à aprovação daquele Conselho;

III — expedir decretos, regulamentos, posturas, instruções e demais atos necessários ao cumprimento das leis e à administração do Município;

IV — organizar, de acôrdo com as normas financeiras e de contabilidade estabelecidas pela União para os Estados e Municípios, o projeto de orçamento do Município, e sancioná-lo depois de revisto pelo Interventor, ou Governador, e aprovado pelo Conselho Administrativo;

V — nomear, aposentar, por em disponibilidade, demitir e licenciar os funcionários e admitir e dispensar extranumerários municipais e impor-lhes penas disciplinares, respeitado o disposto na Constituição e nas leis;

VI — praticar todos os atos necessários à administração do Município e à sua representação”.

Art. 9.º Fica assim redigido o art. 13:

“O Conselho Administrativo será constituído de 4 a 10 membros, brasileiros natos, maiores de 25 anos, nomeados pelo Presidente da República. Dentre êles o Presidente da República designará, no ato de nomeação, o Presidente do Conselho e o seu substituto nas faltas e nos impedimentos.

§ 1.º O Presidente do Conselho só terá direito a voto de desempate.

§ 2.º O Conselho requisitará os funcionários estaduais e municipais de que necessitar para os serviços de sua secretaria, bem como, eventualmente, os serviços de quaisquer técnicos dos quadros estaduais e municipais para o fim de assisti-lo com o seu parecer ou informação nas matérias de sua especialidade.

§ 3.º Os funcionários e técnicos federais em serviços no Estado poderão, igualmente, prestar o seu concurso, quando solicitado, ao Conselho Administrativo, sem outros direitos e vantagens além dos que lhes competirem pelo efetivo exercício de suas funções”.

Art. 10. O art. 14 fica assim redigido:

“As nomeações para membro do Conselho Administrativo não poderão recair em quem:

a) tenha contrato com a Administração Pública federal, estadual ou municipal, ou com ela mantenha transações de qualquer natureza;

b) seja funcionário público estadual ou municipal, salvo quando esteja em disponibilidade ou seja membro do magistério superior ou tenha ainda a compatibilidade declarada no decreto de nomeação;

c) exerça lugar de administração ou consulta, ou seja proprietário ou sócio de empresa concessionária de serviços públicos ou que goze de favor, privilégio, isenção, garantia de rendimento ou subsídio do poder público;

d) tenha contrato com empresa compreendida na alínea anterior, ou dela receba quaisquer proventos”.

Art. 11. O art. 15 fica assim redigido:

“Aos membros do Conselho Administrativo é vedado:

a) celebrar contratos com a administração pública federal, estadual ou municipal;

b) aceitar cargo, comissão ou emprego público remunerado;

c) exercer qualquer lugar de administração ou consulta, ou ser proprietário ou sócio de empresa concessionária de serviço público, ou que goze de favor, privilégio, isenção, garantia de rendimento ou subsídio do poder público;

d) celebrar contrato com empresa compreendida na alínea anterior, ou dela receber quaisquer proventos;

e) patrocinar causas contra a União, os Estados ou Municípios.

Parágrafo único. O funcionário público efetivo, nas condições da letra *b* do art. 14, mediante autorização do Presidente da República em requerimento devidamente justificado, poderá exercer cumulativamente os dois cargos, optando por um dos vencimentos”.

Art. 12. O art. 16 fica assim redigido :

“Os membros do Conselho Administrativo perceberão uma gratificação de exercício arbitrada pelo ministro da Justiça e paga pelos cofres estaduais”.

Art. 13. O art. 17 passa a ser assim redigido :

“Compete ao Conselho Administrativo :

a) aprovar ou rejeitar, parcial ou integralmente, com as emendas julgadas necessárias, os projetos de decreto-leis que devam ser baixados pelo Interventor, Governador, ou Prefeito;

b) opinar sobre os projetos de que trata a alínea anterior, quando tenham a sua vigência condicionada à aprovação do Presidente da República;

c) aprovar, com as alterações julgadas necessárias, os projetos de orçamento do Estado e dos Municípios, encaminhados pelo Interventor, ou Governador, ou Prefeito;

d) fiscalizar a execução orçamentária no Estado, em colaboração com o Departamento do Serviço Público no Estado onde existir este órgão, e nos Municípios, e representar ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ou ao Interventor, ou Governador, conforme o caso, sobre as irregularidades observadas;

e) receber e informar os recursos dos atos do Interventor, ou Governador, na forma dos arts. 19 e 22;

f) propor ao Interventor, ou Governador, ou Prefeito quaisquer modificações que visem ao aperfeiçoamento dos serviços públicos do Estado ou Município;

g) dar parecer nos recursos dos atos dos Prefeitos, quando o requisitar o Interventor, ou Governador.

§ 1.º O Interventor, ou Governador, tem o prazo de 30 dias para sancionar e promulgar os projetos de decreto-leis de sua iniciativa, de acordo com a respectiva resolução do Conselho Administrativo, ou desta recorrer para o Presidente da República.

§ 2.º O Prefeito tem o prazo de trinta dias, prorrogável por mais trinta, pelo Presidente do Conselho Administrativo, em casos devidamente justificados, para sancionar os projetos de decretos-leis, de conformidade com a resolução do Conselho Administrativo ou desta recorrer para o Presidente da República, com prévia autorização do Interventor, ou Governador.

§ 3.º O Interventor, ou Governador, ou Prefeito, não pode deixar de se manifestar, dentro de um prazo de 90 dias, sobre as propostas de que trata a letra *f* deste artigo.

§ 4.º Publicado o parecer de um ou mais conselheiros sobre os projetos de decretos-leis de iniciativa do Interventor, ou Governador, ou Prefeito, estes não poderão retirar os projetos sem a devida justificação.

§ 5.º Os prazos, de que trata este artigo, são contados da data da publicação das resoluções do Conselho na Imprensa Oficial do Estado.

§ 6.º Salvo caso de necessidade pública devidamente justificado nenhum projeto de decreto-lei será submetido à consideração do

Conselho antes de decorrido o prazo de quarenta e oito horas a partir da publicação do respectivo parecer na Imprensa Oficial do Estado;

§ 7.º São nulos de pleno direito os atos baixados em desacordo com a decisão do Conselho Administrativo, ou sem a sua prévia audiência, nos casos em que elas forem expressamente exigidas por lei.

§ 8.º O Interventor, ou Governador, dentro do prazo de noventa dias, deverá se pronunciar, perante o Conselho Administrativo, sobre a representação por este formulada contra atos de Prefeitos”.

Art. 14. Fica assim redigido o art. 18 :

“Compete ao ministro da Justiça baixar instruções para o funcionamento dos Conselhos Administrativos e aprovar os respectivos regimentos”.

Art. 15. Fica assim redigido o art. 20 :

“Os recursos dos atos do Interventor, ou Governador, serão encaminhados ao Presidente da República pelo ministro da Justiça, que sobre eles dará parecer. A decisão do Presidente terá imediata força executória.

§ 1.º O recurso deve ser apresentado, com todos os documentos, em duas vias, uma das quais será enviada ao Interventor, ou Governador, que prestará as informações devidas, e outra ao Conselho Administrativo, que dará parecer sobre o mérito.

§ 2.º As informações do Interventor, ou Governador, e o parecer do Conselho serão prestados dentro do prazo que, para cada caso, fixar o ministro da Justiça. Na falta desse ato do ministro, o prazo será de 30 dias”.

Art. 16. O art. 22 fica assim redigido :

“Ficará suspenso o decreto-lei ou o ato impugnado no recurso, quando ao provimento deste for favorável o voto de dois terços dos membros do Conselho Administrativo. Tal suspensão poderá ser levantada pelo Presidente da República, sem prejuízo dos procedimentos ulteriores”.

Art. 17. Fica assim redigido o § 2.º do art. 27 :

“§ 2.º No correr do exercício, o Interventor, ou Governador, ou Prefeito poderá alterar, por decreto executivo, a discriminação ou especialização constantes das tabelas explicativas complementares do orçamento, desde que, para cada serviço, não sejam excedidas as verbas globais, comunicando, imediata e obrigatoriamente, ao Conselho Administrativo qualquer alteração feita por essa forma”.

Art. 18. Ao art. 27 fica acrescentado o seguinte parágrafo :

“§ 3.º Somente mediante decreto-lei poderão ser alteradas a discriminação e especialização da despesa constantes do próprio texto do decreto-lei que aprova o orçamento”.

Art. 19. Fica assim redigido o art. 31:

“A abertura de créditos adicionais só poderá ser feita mediante decreto-lei.

§ 1.º Os Estados não poderão, sem autorização do Presidente da República, abrir créditos suplementares antes de 1 de julho, ou créditos especiais antes de 1 de abril.

§ 2.º Os Municípios só poderão abrir créditos suplementares depois de 1 de julho e créditos especiais depois de 1 de abril.

§ 3.º Os créditos extraordinários, reservados exclusivamente para os casos de calamidade ou necessidade de ordem pública, poderão ser abertos a qualquer tempo, obedecido o disposto no presente decreto-lei”.

Art. 20. Fica assim redigido o item VII do art. 32:

“escolas de grau secundário, normal, profissional e superior, e regulamentação, no todo ou em parte do ensino de qualquer grau”.

Art. 21. O parágrafo único do art. 32. fica substituído pelos seguintes parágrafos:

“§ 1.º O Interventor, ou Governador, ou Prefeito, tem o prazo de 30 dias, a contar da comunicação que lhe será feita pelo Conselho Administrativo, para promulgar o decreto-lei aprovado pelo Presidente da República.

§ 2.º São nulos de pleno direito os atos praticados com infração do disposto neste artigo. Sem prejuízo da ação judicial que couber, a declaração de nulidade poderá ainda ser feita de ofício ou mediante representação de qualquer interessado, por decreto-lei federal”.

Art. 22. Fica assim redigida a letra a do parágrafo único do art. 35:

“conceder, ceder, arrendar ou aforar, por qualquer prazo, terras de área superior a 500 hectares, ou terras de área menor, por prazo superior a dez anos”.

Art. 23. Fica assim redigido o art. 45:

“Quando não houver legislação especial regulando a concessão de subvenções, o Interventor ou Governador, ou Prefeito somente poderá concedê-las após autorização prévia e expressa do Presidente da República e mediante expedição de decreto-lei.

Parágrafo único. Do orçamento constará a verba global destinada às subvenções que tiverem sido concedidas até 30 de novembro do ano anterior.

Art. 24. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.512 — DE 21 DE MAIO DE 1943

Dispõe sobre a aposentadoria de Valdir Santana

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e tendo em vista o que consta do processo n. 7.915, de 1941, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, decreta:

Artigo único. E' tornado sem efeito, a partir de 14 de dezembro de 1940, o decreto, de 29 de setembro de 1938, que aposentou Valdir Santana no cargo

da classe E da carreira de Escrivário do então Quadro I — Domínio da União — do Ministério da Fazenda, nos termos da lei constitucional n. 2, de 16 de maio de 1938, ficando o mesmo funcionário, a partir da referida data, aposentado de acordo com o art. 196, item IV, do decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.513 — DE 24 DE MAIO DE 1943

Autoriza o Estado da Baía a contratar, através do Instituto de Cacau da Baía, operações de crédito com o Banco do Brasil S.A.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Estado da Baía autorizado a contratar, através do Instituto de Cacau da Baía, com o Banco do Brasil S.A., pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, operações de crédito até o máximo de cinquenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 50.000.000,00) para:

a) a construção, montagem, ampliação, aquisição ou desapropriação, na forma da lei, de armazens, fábricas e aparelhamentos destinados a melhorar as condições comerciais do cacau; e,

b) o financiamento da manteiga e da torta do cacau.

Art. 2.º As operações previstas na letra a poderão ser contratadas ao prazo máximo de dez (10) anos e até o valor de custo das instalações; as referidas na letra b pelo prazo necessário ao escoamento da produção financiada.

Art. 3.º A forma de resgate e demais condições dos empréstimos obedecerão às exigências da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.514 — DE 24 DE MAIO DE 1943

Aprova o "Acordo Financeiro" firmado com o Export-Import Bank of Washington, de que trata o decreto-lei n. 4.824, de 12 de outubro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o acordo que a este acompanha, firmado nesta Capital aos 18 dias do mês de março do ano de 1943, sendo partes contratantes, de um lado o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Companhia

Vale do Rio Doce S.A. e de outro o Export-Import Bank of Washington, para concessão de um crédito de quatorze milhões de dólares (US\$ 14.000.000,00), destinado ao aparelhamento das minas de ferro de Itabira, no Município de Presidente Vargas, no Estado de Minas Gerais, e à reconstrução e reaparelhamento da Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Acordo a que se refere o decreto-lei n. 5.514, de 24 de maio de 1943

TRADUÇÃO

ACORDO DEFINITIVO

Acordo celebrado no dia 18 de março de 1943, entre a República dos Estados Unidos do Brasil (neste instrumento chamada o "Governo Brasileiro"), a Companhia Vale do Rio Doce, S. A. (neste instrumento chamada a "Companhia") e o Export-Import Bank de Washington (neste instrumento chamado o "Eximbank").

Considerando que, nos termos do Acordo feito por memorandum do dia 3 de março de 1942 entre o Governo Brasileiro, o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (neste instrumento chamado o "Governo Britânico"), o Eximbank e a Metals Reserve Company, concordou o Eximbank em conceder créditos não excedentes da soma total de quatorze milhões de dólares (\$14.000.000,00) para a compra ou aquisição nos Estados Unidos da América (neste instrumento chamado os "Estados Unidos") de materiais, equipamento, abastecimentos e serviços referentes: a) ao prolongamento e reforma da Estrada de Ferro Vitória-Minas (neste instrumento chamada a "Estrada de Ferro"), nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; b) à expansão e conclusão do Porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo (neste instrumento chamado o "Porto") e das suas instalações para embarque de minério de ferro, e c) ao desenvolvimento de certas jazidas de minério de ferro (neste instrumento chamadas as "Minas") próximas à cidade de Presidente Vargas — antigamente Itabira — no Estado de Minas Gerais, Brasil; e que, por outro lado, o Governo Brasileiro concordou em prover os fundos — para as despesas em cruzeiros relativas ao mencionado programa;

Considerando que o Governo Brasileiro criou a Companhia afim de executar o aludido programa; e

Considerando que por contrato datado de 16 de março de 1943, e cuja cópia se junta a este somente para fins de referência, como "Anexo A", a Companhia contratou os serviços técnicos e a assistência de Parsons, Klapp, Brinckerhoff & Douglas (neste instrumento chamado o "Engenheiro") para execução do aludido programa e para, como agente da Companhia, efetuar a aquisição nos Estados Unidos e embarque para o Brasil de materiais, equipamento e abastecimentos necessários ao programa enunciado neste Acordo,

Resolvem as Partes Contratantes, atendendo às considerações supra e aos acordos mútuos, bem como às obrigações assumidas por este instrumento, o seguinte:

ARTIGO I

CRÉDITO

O Eximbank estabelece a favor da Companhia o crédito de quatorze milhões de dólares (\$14.000.000,00) contra o qual o Eximbank agindo independentemente ou através de agência de um ou mais bancos comerciais dos Estados Unidos, fará adiantamentos, sujeitos aos termos e condições estabelecidos a seguir, na medida das necessidades periódicas da Companhia para a aquisição nos Estados Unidos, por compra, aluguel, arrendamento ou outro qualquer meio, de materiais, equipamento, abastecimentos e serviços ligados ou relacionados com a extensão e reforma da Estrada, expansão e conclusão do porto e das instalações para o embarque de minério e para o desenvolvimento das Minas (conjunto neste instrumento chamado o "Programa").

ARTIGO II

EMISSION E ENTREGA DAS NOTAS PROMISSÓRIAS

Em antecipação aos adiantamentos a serem feitos e a emissão das cartas de crédito, mediante as quais os adiantamentos serão feitos segundo o crédito contratado, e como prova de suas obrigações para com o Eximbank em relação a tais adiantamentos e cartas de créditos, a Companhia, periodicamente, emitirá e depositará no Eximbank, ou em qualquer entidade por este designada, notas promissórias da Companhia, na forma abaixo estabelecida. Após entrar em vigor este Acordo, logo que seja possível e afim de iniciar a aplicação do crédito, a Companhia emitirá e depositará, conforme ficou dito acima, sua nota ou notas promissórias representando o principal de não menos de cinco milhões de dólares (\$5.000.000,00) juntamente com as notas promissórias representando os juros sobre o mesmo principal, conforme se estabelece abaixo. Serão emitidas e depositadas notas promissórias, suplementares, periodicamente, conforme as necessidades de aplicação do crédito. Com referência às cartas de crédito, os adiantamentos serão considerados como tendo sido feitos sobre o crédito propriamente dito e contra as notas promissórias do principal depositadas no Eximbank, em equivalência aos pagamentos feitos sob a forma de carta de crédito. Fica entendido, no entanto, que ao Eximbank não se exigirá, nem será o mesmo obrigado em qualquer tempo a fazer qualquer adiantamento nem emitir qualquer carta de crédito além da soma total de todas as notas promissórias de principal da Companhia, então em depósito no Eximbank, deduzido o total de todos os adiantamentos feitos e das parcelas não utilizadas das letras de crédito emitidas e em circulação.

ARTIGO III

FINALIDADES DO CRÉDITO

Até a soma total das notas promissórias de principal emitidas nos termos do presente Acordo e depositadas no Eximbank, ou representante ou representantes por ele designados, na forma acima referida, porem nunca superior ao total de quatorze milhões de dólares (\$ 14.000.000,00), o Eximbank fará ou promoverá adiantamentos, ou emitirá ou fará emitir letras de crédito, mediante as quais serão feitos adiantamentos para os seguintes fins:

a) Pagar qualquer obrigação assumida ou efetuar reembolso de qualquer pagamento feito, relativamente ao Programa, pela Companhia, ou em seu

nome, e com a aprovação do Eximbank em data anterior à deste Acordo, ou à do depósito da primeira nota ou notas promissórias;

b) pagar todas as despesas relativas à aquisição nos Estados Unidos, por compra, arrendamento ou por qualquer outro modo, e ao transporte para o Brasil de materiais, equipamento e abastecimentos necessários com respeito ao Programa em questão;

c) pagar quaisquer honorários ou outras quantias devidas, ou que se tornem devidas ao Engenheiro, nos termos do contrato datado de 16 de março de 1943 entre o Engenheiro e a Companhia; e

d) pagar quaisquer outros gastos e despesas, referentes aos fins deste contrato, pagáveis em dólares norte-americanos, que venham a ser aprovados pelo Eximbank.

ARTIGO IV

ADIANTAMENTO PARA DESPESAS DIRETAS

Afim de habilitar a Companhia a efetuar despesas sujeitas a financiamento nos termos do crédito ora estabelecido, o Eximbank fará à Companhia, obedecidas as condições deste Acordo, um adiantamento inicial de importância correspondente, não superior a (\$ 500.000,00) quinhentos mil dólares, conforme venha a ser acordado entre a Companhia e o Eximbank. Esse adiantamento, bem como todos os outros a serem feitos à Companhia nos termos deste Acordo, serão remetidos pelo Eximbank a um banco comercial nos Estados Unidos, designado pela Companhia, para depósito em conta da mesma Companhia. Periodicamente, à medida que se tornar necessário fazer suprimentos ao fundo criado pelo aludido adiantamento inicial, serão submetidas ao Eximbank: (a) uma relação detalhada de todas as despesas efetuadas por conta do fundo, que não tenham sido mencionadas em qualquer relação anterior, e (b) uma requisição para adiantamento suplementar sob as condições do crédito. Cada adiantamento requisitado, na forma aludida, será em múltiplos de cinco mil dólares (\$ 5.000,00) e não deverá ultrapassar o total das despesas mencionadas na relação detalhada que acompanhar a requisição. Qualquer saldo não computado na requisição será transportado e adicionado ao total das despesas mencionadas na relação seguinte, desde que a requisição final corresponda a um adiantamento igual ao total das despesas mencionadas na relação que a acompanhar. Tanto as relações detalhadas quanto as requisições para adiantamentos deverão ter forma e texto satisfatórios ao Eximbank. Da relação deverá constar, *inter alia*, a data e a finalidade de cada despesa mencionada, bem como o nome da pessoa ou entidade a qual se fez o pagamento. Dentro de (60) sessenta dias a contar da data do adiantamento final à Companhia, nos termos deste Acordo, a Companhia submeterá ao Eximbank uma relação detalhada de todas as despesas por conta do referido fundo não mencionadas previamente, e qualquer saldo restante de tal fundo será aplicado na amortização antecipada de quaisquer notas promissórias da Companhia em poder do Eximbank, ou utilizado de qualquer outra forma que o Eximbank venha a aprovar.

Afim de habilitar o Engenheiro, como agente da Companhia, a efetuar as despesas sujeitas a financiamento nos termos deste Acordo e as que tiver de efetuar nos termos do referido contrato entre o Engenheiro e a Companhia, o Eximbank fará ao Engenheiro, obedecidas as condições deste Acordo, e mediante requisição da Companhia, um adiantamento inicial de importância correspondente, não superior a quinhentos mil dólares (\$ 500.000,00), conforme for acordado entre a Companhia e o Eximbank. Tal adiantamento ao Engenheiro e os que lhe forem feitos subsequentemente serão remetidos pelo Eximbank a um banco comercial nos Estados Unidos, designado pela Companhia e pelo Engenheiro, para depósito em conta da "Parsons, Klapp,

Brinckerhoff & Douglas", agente da Companhia Vale do Rio Doce, S. A. Os adiantamentos subsequentes para suprimento do fundo criado pelo adiantamento inicial ao Engenheiro ficarão sujeitos às condições já definidas relativamente a adiantamentos para suprimento do fundo criado pelo crédito inicial outorgado à Companhia. Será obrigatório, porém, que o Engenheiro assine e que a Companhia aprove cada relação detalhada e a requisição necessária para a obtenção dos adiantamentos ao Engenheiro, inclusive a relação a ser submetida sessenta (60) dias antes da data do adiantamento final. Qualquer saldo restante do fundo será aplicado na amortização antecipada de quaisquer notas promissórias da Companhia então em poder do Eximbank, ou utilizado de qualquer outra forma que o Eximbank venha a aprovar.

Alem dos adiantamentos à Companhia e ao Engenheiro, como ficou dito acima, o Eximbank poderá efetuar adiantamentos dentro do crédito e contra as notas promissórias da Companhia, emitidas e depositadas conforme estabelecido, cima, sob a forma de pagamento a favor de qualquer pessoa ou entidade para cumprimento de quaisquer obrigações relativas ao Programa referido, obrigações essas que tenham sido assumidas pelo Eximbank em data anterior à do presente Acordo ou à do depósito da primeira promissória ou promissórias de principal nos termos do mesmo. A importância de qualquer pagamento feito pelo Eximbank relativamente ao Programa referido, em data anterior à deste Acordo ou à do depósito da primeira nota ou notas promissórias de principal, nos termos do mesmo, juntamente com os juros sobre tal montante à taxa de quatro por cento (4%) por ano, a partir da data de tal pagamento, até a data do depósito da primeira nota ou notas promissórias serão debitados a título de adiantamento contra a dita nota ou notas promissórias de principal.

ARTIGO V

CARTAS DE CRÉDITO

Alem dos adiantamentos referidos, o Eximbank, mediante instruções escritas da Companhia ou do Engenheiro, como seu agente, com a aprovação da Companhia, emitirá ou fará emitir cartas de crédito a favor de quaisquer pessoas ou entidades nos Estados Unidos, com referência à aquisição de materiais, equipamento, abastecimentos e serviços ligados ao Programa referido. As mencionadas instruções devem conter todas as informações exigidas pelo Eximbank relativamente à carta de crédito a ser aberta e aos prazos e condições dos respectivos pagamentos.

ARTIGO VI

VIGÊNCIA DO CRÉDITO

O Eximbank não será obrigado a fazer qualquer adiantamento relativamente ao crédito aberto, em data posterior a 31 de dezembro de 1946. Nenhuma carta de crédito emitida nos termos deste Acordo poderá conter provisões para qualquer adiantamento subsequente à mencionada data.

ARTIGO VII

NOTAS PROMISSÓRIAS

As notas promissórias da Companhia a serem emitidas nos termos deste Acordo e a serem depositadas no Eximbank, na conformidade do Artigo II, serão pagáveis à ordem do Export-Import Bank de Washington, ou à ordem de representante ou representantes pelo mesmo designados, em Washington, D. C., ou em qualquer outro lugar nos Estados Unidos, que o Eximbank venha a de-

signar. As aludidas notas promissórias deverão obdecer à norma do modelo anexo B, que faz parte integrante deste Acordo. A quantia total do principal dos adiantamentos e letras de crédito antecipadas será em cada caso representada por uma nota promissória (neste instrumento chamada a "nota promissória do principal") com o vencimento fixado de vinte e cinco (25) anos após a data de sua emissão. Além disso, a Companhia, emitirá, relativamente a cada nota promissória do principal, vinte e cinco (25) notas promissórias (neste instrumento chamadas as "notas promissórias de juros"), cada qual representando os juros anuais sobre o montante da dita nota promissória do principal, à taxa de quatro por cento (4%) ao ano, sendo que no fim de cada ano, a contar de um ano após a data da promissória do principal, vencer-se-á uma dessas notas promissórias de juros. Todas as notas promissórias poderão ser pagas adiantadamente, a qualquer tempo, no seu total ou em parte.

A responsabilidade da Companhia quanto a cada nota promissória emitida em virtude de adiantamentos nos termos do aludido crédito, quer a nota promissória se refira ao principal ou aos juros, será limitada à dita nota promissórias, e tais notas promissórias serão pagáveis somente das rendas provenientes, das contribuições estabelecidas nas seguintes alíneas, à medida que tais rendas se tornarem disponíveis, subsequentemente à emissão e anteriormente ao vencimento das mesmas notas promissórias:

a) O equivalente em dólares norteamericanos de quinze por cento (15%); do preço f.o.b. Vitória de cada tonelada inglesa do minério de ferro proveniente das Minas, entregue até 1 de junho de 1945 à Metals Reserve Company, ou a qualquer outra agência do Governo dos Estados Unidos, ou ao Governo Britânico, ou qualquer agência deste, nos termos do Acordo de 3 de março de 1942, ou nos de qualquer acordo ou acordos assinados de conformidade com o dito Acordo de 3 de março de 1942;

b) O equivalente em dólares norteamericanos de 15% (quinze por cento) do preço F.O.B. Vitória de cada tonelada de minério de ferro proveniente das minas, vendida e entregue a qualquer pessoa ou entidade depois de 1 de junho de 1945, inclusive qualquer minério de ferro vendido e entregue à Metals Reserve Company, ou qualquer outra Agência do Governo dos Estados Unidos ou ao Governo Britânico, ou qualquer Agência deste; e

c) O equivalente, em moeda norteamericana a dois cruzeiros (Cr\$ 2,00) por tonelada de minério de ferro transportada pela Estrada de Ferro e proveniente de qualquer fonte, inclusive das Minas.

A Companhia, por meio deste instrumento, transfere ao Eximbank, como penhor do pagamento ou do pagamento antecipado das notas emitidas nos termos deste Acordo, a renda proveniente das aludidas contribuições, à medida que forem sendo cobradas, e se obriga a pagá-las ao Eximbank prontamente, dentro dos prazos previstos nos termos do art. 9.º deste acordo.

A Companhia poderá, a seu juízo e mediante aviso ao Eximbank, redistribuir os encargos das alíneas (a) e (c) acima, a qualquer tempo, anteriormente a 1 de junho de 1945, e as das alíneas (b) e (c), a qualquer tempo, posteriormente a 1 de junho de 1945, desde que seja sempre mantido o total das contribuições previstas neste artigo.

ARTIGO VIII

JUROS

Embora as notas promissórias de juros mencionadas no art. VII correspondam a juros sobre o principal a partir da data da nota promissória do principal até o vencimento da mesma, o Eximbank somente cobrará

juros relativos a adiantamentos efetivamente feitos e por liquidar, com respeito à dita nota promissória do principal. Desde que haja pagamento antecipado de qualquer nota promissória do principal, em todo ou em parte, será feito um crédito correspondente ao juros.

ARTIGO IX

PAGAMENTO AO EXIMBANK

Até que se vençam ou sejam pagas antecipadamente todas as notas promissórias emitidas em virtude deste Acordo, a Companhia manterá escrituração especial e livros de contabilidade diversos de quaisquer outros por ela mantidos, demonstrando em detalhe todos os dados relativos à venda de minério das Minas e transporte pela Estrada de Ferro de minério proveniente de quaisquer fontes.

Até o dia 10 de cada mês, posteriormente ao adiantamento inicial feito pelo Eximbank, a Companhia apresentará ao Eximbank uma relação de todas as vendas de minério das Minas, e de todo o minério, proveniente de quaisquer fontes, transportado pela Estrada de Ferro durante o mês anterior. Tal relação obedecerá à norma satisfatória ao Eximbank, e conterá detalhes suficientes indicando: (a) relativamente a cada venda, a data respectiva, comprador, número de toneladas e preço por tonelada na base F.O.B. Vitória, e (b) relativamente ao transporte de minério pela Estrada de Ferro, o número de toneladas transportadas por dia e a fonte ou fontes de tal minério, com indicação do número de toneladas de cada fonte. A relação inicial abrangerá somente a parte do mês anterior subsequente à emissão da primeira nota promissória. Concomitantemente com a apresentação de cada relação, a Companhia pagará ao Eximbank todas as quantias que se tenham vencido durante o mês anterior, de conformidade com as disposições das alíneas (a) ou (b) e (c) do art. VII. Para efeito de fixação do equivalente do cruzeiro em dólares, segundo os termos das alíneas (a), (b) e (c) do art. VII, prevalecerá a taxa oficial de compra do cruzeiro na data do pagamento ao Eximbank.

Ao fim de cada ano fiscal da Companhia até, e inclusive, a terminação do ano final posterior ao vencimento ou pagamento antecipado de todas as notas promissórias emitidas nos termos deste Acordo, a Companhia mandará efetuar por sua conta, por uma firma de peritos em contabilidade, independente e idônea, escolhida de comum acordo com o Eximbank, uma verificação da escrituração e livros de contabilidade relativos à venda de minério das Minas e ao transporte pela Estrada de Ferro de minério proveniente de quaisquer fontes. Será fornecida ao Eximbank dentro de trinta (30) dias da terminação do respectivo ano fiscal, uma cópia do parecer apresentado pelos aludidos peritos e por eles certificados.

O Eximbank aplicará todos os pagamentos acima referidos primeiramente aos juros vencidos e não pagos, relativos a adiantamentos a liquidar, e, em seguida, por conta do débito do principal na ordem do vencimento das respectivas notas promissórias. Qualquer soma paga ao Eximbank, como ficou dito acima, além dos juros e dos adiantamentos vencidos e por liquidar, ficará em depósito no Eximbank, a crédito da Companhia, numa "conta em suspenso" que não vencerá juros e que será movimentada pelo Export-Import Bank por conta dos adiantamentos posteriores, quando for o caso. Qualquer quantia constante da referida "conta em suspenso" será devolvida à Companhia depois do pagamento efetuado mediante o último adiantamento aqui previsto. Qualquer nota promissória vencida, que for emitida para fazer face aos juros ou principal, será devolvida pelo Eximbank à Companhia contra o pagamento pela mesma de todas as im-

portâncias previstas para esse fim nos sub-parágrafos a, ou b e c do art. VII deste Acordo e que se tornaram devidas ao Eximbank no vencimento das ditas notas promissórias ou mesmo antes desse vencimento.

ARTIGO X

RELATÓRIOS

Até a utilização de todo o crédito aqui concedido pelo Eximbank, ou, ao mais tardar, até 31 de dezembro de 1946, a Companhia, dentro dos 20 dias anteriores ao término de cada trimestre, apresentará ao Governo Brasileiro e ao Eximbank relatórios trimestrais que abrangerão os últimos dias dos meses de março, junho, setembro e dezembro, de cada ano, das quais deverão constar: a) todas as fases relativas ao desenvolvimento do Programa; b) sumário relativos às despesas para a aquisição de materiais, equipamentos, abastecimento e serviços, durante cada trimestre e cumulativamente as despesas desde o início do Programa, devendo os ditos sumários diferenciar separadamente as despesas em dólares e despesas em cruzeiros; c) planos, estimativas e balanços de fundo que se julgar necessários, em dólares e em cruzeiros, para a execução do Programa durante cada um dos dois trimestres seguintes.

O relatório deve ser feito de modo que satisfaça plenamente o Governo brasileiro e o Eximbank. Caso o Governo Brasileiro e o Eximbank periodicamente o julguem necessário, a Companhia deverá fornecer-lhes relatórios extraordinários ou suplementares com relação ao desenvolvimento do Programa.

ARTIGO XI

INSPEÇÃO E EXAME

Durante o período da execução do Programa, o Eximbank terá o direito de inspecionar periodicamente, por meio dos seus representantes devidamente autorizados, qualquer parte do trabalho relativo à execução do programa, inclusive os estudos relativos à engenharia e quaisquer outros, assim como os planos e especificações referentes aos mesmos estudos, podendo solicitar outras informações. A Companhia e o Governo Brasileiro concederão ao referido representante do Eximbank livre acesso, periodicamente, a todas ou determinadas propriedades utilizadas na execução do Programa, acesso esse extensivo a todos os estudos, planos e especificações. O referido representante receberá sempre plena cooperação e assistência da Companhia e do Governo Brasileiro, assim como dos seus agentes e empregados.

ARTIGO XII

CONTRATO COM O ENGENHEIRO

O contrato de 16 de março de 1943, em virtude do qual a Companhia, de acordo com Eximbank e o Governo Brasileiro, empregou os serviços do Engenheiro, nos termos do acordo feito por memorandum de 3 de março de 1942, já mencionado, não terminará antes da conclusão do Programa sem o consentimento prévio do Eximbank e do Governo Brasileiro. Em caso de rescisão, após o consentimento do Eximbank e do Governo Brasileiro, como já ficou dito, a Companhia, de comum acordo com o Governo Brasileiro

e o Eximbank, contratará, imediatamente, outro Engenheiro para prestar os serviços previstos no Acordo feito por memorandum de 3 de março de 1942, e mais os serviços exigidos do Engenheiro pelo presente contrato.

ARTIGO XIII

OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO GOVERNO BRASILEIRO

Até o vencimento ou pagamento antecipado de todas as notas promissórias emitidas em virtude deste contrato, o Governo brasileiro tomará ou fará que se tomem providências tais que assegurem:

a) que todos os materiais, equipamentos ou abastecimentos importados dentro do plano aqui estabelecido, ou os que se destinem ao funcionamento da Estrada de Ferro, do Porto ou das Minas, ficarão isentos do pagamento de quaisquer direitos de importação ou impostos que normalmente são exigidos pelo Governo Brasileiro;

b) que a Companhia possa contratar no Brasil o pessoal técnico estrangeiro que se tornar necessário para a execução do seu Programa e para funcionamento da Estrada de Ferro, do Porto e das Minas;

c) que serão postos à disposição da Companhia o câmbio em moeda norteamericana, quando necessária para efetuar os pagamentos devidos ao Eximbank, de conformidade com as obrigações assumidas pela emissão de notas promissórias;

d) que a Companhia possa, quanto ao emprego do material rodante da Estrada de Ferro comprado com fundos provenientes do crédito adquirido, dar preferência ao transporte, a tarifas razoáveis, de todo o minério das Minas vendido nas condições estabelecidas pelo item a) do art. VII, deste Acordo.

Antes do primeiro adiantamento a ser feito pelo Export-Import Bank, e como condição essencial, o Governo brasileiro expedirá ou fará expedir o decreto ou decretos, ou ainda, tomará ou fará tomar as providências necessárias ao cumprimento das estipulações acima, de cujos atos a Companhia transmitirá ou fará transmitir públicas formas ao Eximbank ou enviará provas de que tais medidas foram tomadas.

ARTIGO XIV

PRODUÇÃO, VENDA E TRANSPORTE DE MINÉRIO

A Companhia, até o vencimento ou pagamento antecipado de todas as notas promissórias emitidas segundo este Acordo, empregará na exploração das Minas e da Estrada de Ferro os seus melhores esforços quanto à produção, venda e entrega das quantidades máximas de minério extraído, e, para tal fim, a Companhia, respeitadas as leis, decretos e regulamentos brasileiros, inclusive os que forem baixados em obediência ao estipulado neste contrato, dará preferência de transporte a todo o minério das Minas a uma tarifa razoável.

O Governo brasileiro e o Eximbank cooperarão plena e ativamente com a Companhia, dando-lhe toda a assistência necessária à execução do que fica estipulado neste art. XIV.

ARTIGO XV

IMPOSTOS OU DIREITOS SOBRE AS MINAS E O MINÉRIO

Como condição indispensável à execução deste Acordo, e antes do primeiro adiantamento a ser feito pelo Eximbank, o Governo brasileiro entender-se-á com os Governos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo para que os mesmos concordem em que, considerada a extensão do crédito a ser aberto pelo Eximbank, assim como a assistência a ser prestada pelo Governo brasileiro, os impostos existentes por ocasião da assinatura deste acordo não serão aumentados e, bem assim, que novos impostos não serão criados sobre as Minas ou sobre quaisquer operações que com elas se relacionem, inclusive sobre a extração e a venda de minérios, seu transporte e exportação, até a terminação deste acordo ou a liquidação antecipada das obrigações nele assumidas.

ARTIGO XVI

IMPOSTOS SOBRE NOTAS PROMISSÓRIAS

A Companhia assume o compromisso de pagar ou de reembolsar, assim que lhe seja exigido, o Eximbank por todas as despesas relativas a quaisquer impostos devidos ao Governo brasileiro ou a qualquer outro Governo estadual ou municipal do Brasil, pela emissão de títulos aqui prevista, inclusive as que disserem respeito ao recebimento de tais notas promissórias.

ARTIGO XVII

TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

Os direitos e deveres deste Acordo obrigam a quaisquer sucessores da Companhia ou do Eximbank, e não poderão ser transferidos voluntariamente no todo ou em parte, por qualquer das partes contratantes sem o consentimento, por escrito, da outra parte.

Em testemunho do que, as partes contratantes conveem em que este Acordo seja executado no dia e ano supra-mencionados, pelos seus representantes devidamente autorizados.

Pela República dos Estados Unidos do Brasil, *Arthur de Souza Costa*.
— Pela Companhia Vale do Rio Doce S. A., *Israel Pinheiro*. — Pelo Export-Import Bank of Washington, *Warren Lee Pierson*.

Testemunhas: *Valentim Bouças e Arthur S. Lord*.

"DOCUMENTO B"

Companhia Vale do Rio Doce S. A.

Rio de Janeiro, Brasil

Série...

—

N.º...

§

Rio de Janeiro, em ... de de 19...

Aos ... dias do mês de de 19... pagaremos a ou à sua ordem contra esta Nota Promissória no Escritório Central do na cidade de, Estados Unidos da

América, a soma de dólares e ... centavos, em moeda corrente dos Estados Unidos da América.

Esta Nota Promissória é emitida em consequência e sujeita aos termos de um contrato datado de ... de de 1942, entre a República dos Estados Unidos do Brasil, a Companhia Vale do Rio Doce S.A. e o Export-Import Bank de Washington.

Pela Companhia Vale do Rio Doce S. A.

.....

DECRETO-LEI N. 5.515 — DE 24 DE MAIO DE 1943

Estende aos oficiais e praças do Pelotão Independente de Fronteira de Cucuí a vantagem prevista nos arts. 134 e 140 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' tornada extensiva aos oficiais e praças do Pelotão Independente de Fronteira de Cucuí a vantagem prevista nos arts. 134 e 140 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército (Decreto-lei n. 2.186, de 13 de maio de 1940).

Art. 2.º No corrente exercício as despesas decorrentes do artigo anterior correrão à conta dos créditos extraordinários postos à disposição do Ministério da Guerra.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1943; 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.516 — DE 24 DE MAIO DE 1943

Estabelece, durante o estado de guerra, a obrigatoriedade do registo e a fiscalização das atividades e da organização de entidades objetivando assistência, orientação ou propaganda entre os trabalhadores e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e,

Considerando que compete ao Estado assegurar ao trabalho e aos trabalhadores solicitude e proteção especiais;

Considerando que, nesse sentido, tem o Estado promovido todos os meios necessários à educação e orientação dos trabalhadores, quer antes e quer depois de sua integração nas entidades sindicais;

Considerando que a existência de organizações ou o exercício de atividades destinadas à assistência, orientação cívica ou social e propaganda doutrinária ou educacional dos trabalhadores deverá ser norteada dentro do alto espírito de ordem, disciplina e solidariedade social que foi fixado pelo Estado em sua legislação e na organização das classes;

Considerando que, para a uniformidade dessa ação em benefício das classes trabalhadoras e das altas finalidades do Estado, torna-se necessário o registo e a fiscalização das referidas entidades ou atividades, decreta:

Art. 1.º Sem prévia autorização do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e durante o estado de guerra, não poderá ser exercida nenhuma atividade ou fundada entidade de pessoas naturais ou jurídicas, objetivando assistência, orientação cívica ou social, propaganda doutrinária ou educacional dos trabalhadores, ou destinadas a coordenar ou agremiar quaisquer atividades ou pessoas com as mesmas finalidades acima referidas.

§ 1.º As associações ou entidades com finalidades idênticas às acima referidas, cuja existência já não esteja sujeita a registo e autorização de funcionamento pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, só poderão continuar a funcionar depois de obtida a autorização a que se refere este artigo.

§ 2.º Compete ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a fiscalização permanente das entidades ou atividades a que se refere o presente decreto-lei.

Art. 2.º O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedirá as instruções necessárias à execução do presente decreto-lei, assim como determinará qual o órgão encarregado da aplicação das instruções.

Art. 3.º A inobservância das disposições do presente decreto-lei importará no imediato fechamento da entidade ou cessação da atividade, sem prejuízo da aplicação das penalidades prevista nas leis em vigor.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1943; 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.517 — DE 24 DE MAIO DE 1943

Cria funções gratificadas no Ministério da Aeronáutica e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica, as seguintes funções gratificadas:

DIRETORIA DE OBRAS

5 — Chefe de Serviço de Obras de Zona Aérea, a Cr\$ 9.600,00 anuais
20 — Chefe de Distrito de Obras de Zona Aérea, a Cr\$ 4.800,00 anuais

Art. 2.º As designações para o exercício das funções gratificadas de que trata o artigo anterior serão feitas pelo Ministro, por proposta do Diretor de Obras.

Parágrafo único. A chefia dos Serviços de Obras de Zona Aérea, quando atribuídas a militares, será privativa do posto de oficial superior.

Art. 3.º Para atender, no corrente exercício, ao pagamento das gratificações de que trata o presente decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Aeronáutica, anexo 11 do Orçamento Geral da República, o crédito suplementar de Cr\$ 108.000,00 (cento e oito mil cruzeiros), à verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções Gratificadas, 00 — Pessoal Civil, 25 — Diretoria de Obras.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de abril de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.518 — DE 25 DE MAIO DE 1943

Prorroga o prazo previsto no artigo 3.º do decreto-lei n. 5.219, de 22 de janeiro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo 1.º Fica prorrogado, por mais 60 dias, além da prorrogação de que tratam os decretos-leis ns. 5.270 e 5.337, respectivamente de 23 de fevereiro e 23 de março do corrente ano, o prazo a que se refere o artigo 3.º do decreto-lei n. 5.219, de 22 de janeiro do mesmo ano, para assinatura do contrato relativo à concessão outorgada à Companhia Rádio Internacional do Brasil para executar serviços radiotelefônico público interior e radiotelefônico público restrito interior.

Artigo 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.519 — DE 25 DE MAIO DE 1943

Cria o 8.º Grupo Movel de Artilharia de Costa, com sede na Capital Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É criado, para instalação imediata, com sede na Capital Federal, o oitavo Grupo Movel de Artilharia de Costa, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.520 — DE 25 DE MAIO DE 1943

Dispõe sobre a concessão de diárias e pagamento de transporte aos membros dos Conselhos das Delegacias do Trabalho Marítimo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Aos membros dos Conselhos das Delegacias do Trabalho Marítimo e respectivos suplentes em exercício, poderá ser concedida diária, a título de indenização das despesas de alimentação e pousada, quando, por decisão dos mesmos Conselhos, se deslocarem da sede em objeto de serviço.

Parágrafo único. As despesas de transporte serão pagas pelo Governo, à conta dos recursos orçamentários próprios.

Art. 2.º A diária será arbitrada pelo Presidente do Conselho, tendo em vista, em cada caso, as condições de vida do local para onde se fará o deslocamento.

Parágrafo único. A diária não poderá ser inferior a Cr\$ 15,00 nem superior ao máximo estabelecido para os funcionários federais em geral.

Art. 3.º O processamento obedecerá, no que couber, às normas estabelecidas para a concessão de diária aos funcionários federais.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.521 — DE 27 DE MAIO DE 1943

Extingue o Quadro M do Corpo de Oficiais da Armada, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extinto o Quadro de Máquinas, denominado QM, do Corpo de Oficiais da Armada.

Art. 2.º Os oficiais do referido Quadro, por força deste decreto-lei, passarão a ser, nos respectivos postos, homólogos dos Oficiais do Quadro Ordinário, denominado QO, de acordo com as suas antiguidades, com o indicativo M, continuando a exercer as funções de sua especialidade, de conformidade com a legislação vigente.

Art. 3.º As promoções dos Oficiais com o indicativo M, passarão a ser feitas, por antiguidade, em todos os postos até o de Capitão de Mar e Guerra inclusive, juntamente com os seus homólogos de QO que ao serem promovidos ocuparem o número um da escala.

§ 1.º A cada promoção no QO, só corresponderá a promoção de um único oficial M, seu homólogo, ficando os demais, se houver, aguardando a promoção de cada um dos oficiais do QO, que se lhe seguirem na escala.

§ 2.º Quando o oficial do QO, ocupante do n. 1 da respectiva escala, não puder ser promovido, por qualquer motivo, o homólogo M o será juntamente com aquele do QO que for promovido.

Art. 4.º O posto mais elevado a que poderão atingir os oficiais M, será o de Contra-Almirante, que é fixado em um único oficial dessa patente, como atualmente, sendo a vaga preenchida a critério do Governo e por merecimento, por um dos Capitães de Mar e Guerra M.

Art. 5.º O interstício para promoção dos oficiais M em todos os postos será o mesmo estabelecido para os do QO, continuando em vigor as exigências estabelecidas na legislação atual.

Art. 6.º Os atuais Capitães de Corveta do extinto QM, do Corpo de Oficiais da Armada, do número um ao número cinco inclusive, serão promovidos ao posto superior, independentemente de vagas, contando antiguidade de 8 de janeiro de 1943.

Parágrafo único. A referida contagem de antiguidade não dá direito à percepção de diferença de vencimentos ou de outras vantagens pecuniárias, nem à revisão de colocação na escala, sob qualquer fundamento.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 5.522 — DE 27 DE MAIO DE 1943

Concede vantagem de quota adicional aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A partir da data do presente decreto-lei, fica concedida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal, a vantagem prevista no art. 73, letras a e b, do decreto-lei n. 1.442, de 24 de julho de 1939, quando destacados, em serviço, no Território Federal de Fernando de Noronha.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.523 — DE 28 DE MAIO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 18.390.937,00 para pagamento de notas de papel-moeda

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de dezoito milhões, trezentos e noventa mil e novecentos e trinta e sete cruzeiros (Cr\$ 18.390.937,00), que será distribuído à Delegacia do Tesouro

Brasileiro em Nova York, para atender à despesa (Serviços e Encargos) proveniente de fornecimentos de notas de papel-moeda, efetuados pela firma "American Bank Note Company", na conformidade do processo protocolado no Tesouro Nacional sob o n. 47.008-43, a saber:

	US\$
17.700.000 cédulas de 5\$0 (Cr\$ 5,00), da 19. ^a estampa, pelo preço de	202.425,00
19.200.000 cédulas de 10\$0 (Cr\$ 10,00), da 17. ^a estampa, pelo preço de	234.300,00
24.000.000 cédulas de 20\$0 (Cr\$ 20,00), da 16. ^a estampa, pelo preço de	316.750,00
2.350.000 cédulas de 100\$0 (Cr\$ 100,00), da 16. ^a estampa, pelo preço de	46.650,00
	<hr/>
	800.125,00
Despesas de transporte e seguros contra riscos de guerra.....	119.421,85
	<hr/>
	919.546,85

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.524 -- DE 28 DE MAIO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 24.415,60 para a construção de um muro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de vinte e quatro mil, quatrocentos e quinze cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 24.415,60), para atender à despesa (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) com a construção de um muro nos fundos do próprio nacional situado na rua Monte Alegre, 255, nesta Capital.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.525 — DE 28 DE MAIO DE 1943

Cria uma coletoria federal no Município de Pontal, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no decreto-lei n. 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais no Município de Pontal, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda um (1) cargo de Coletor, classe C e um (1) cargo de Escrivão, classe B.

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente deste decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de nove mil, trezentos e noventa e nove cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 9.399,60), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n. 14 do decreto-lei número 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação 1 — Pessoal Permanente

S/c. n. 01 — Pessoal Permanente	Cr\$ 2.799,60
S/c. n. 02 — Percentagens	Cr\$ 6.600,00
	<hr/>
	Cr\$ 9.399,60

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.526 — DE 28 DE MAIO DE 1943

Cria uma coletoria federal no município de Pirapetinga, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no decreto-lei n. 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais no município de Pirapetinga, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda um (1) cargo de Coletor, classe C e um (1) cargo de Escrivão, classe B.

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente deste decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de nove mil, trezentos e noventa e nove cruzeiros e ses-

setenta centavos (Cr\$ 9.399,60), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação 1 — Pessoal Permanente

S/c n. 01 — Pessoal Permanente	Cr\$ 2.799,60
S/c n. 02 — Percentagens	Cr\$ 6.600,00
	<hr/>
	Cr\$ 9.399,60

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 5.527 — DE 28 DE MAIO DE 1943

Dispõe sobre o vencimento, remuneração e salário do pessoal que indica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Os Estados, municípios, Territórios, Prefeitura do Distrito Federal, Autarquias e Órgãos Paraestatais adotarão a classificação, nomenclatura e regime de salário de cargos e funções de extranumerário da União.

§ 1.º Essas entidades não poderão atribuir, aos seus servidores ou empregados, vencimento, remuneração ou salário superiores aos dos servidores civis da União, observada a identidade, semelhança ou equivalência de funções.

§ 2.º Para a execução do disposto neste artigo as referidas entidades promoverão imediatas providências articulando-se, para isso, com os órgãos próprios da Administração Federal.

Art. 2.º O presente decreto-lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.528 — DE 28 DE MAIO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 60.000,00 para as despesas decorrentes da reunião de delegados dos Tribunais de Apelação do País.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 60.000,00), para atender às despesas (Serviços e Encargos) de viagem e hospedagem dos delegados dos Tribunais de Apelação do País que se reunirão em conferência, nesta Capital, destinada a assentar normas sobre a aplicação uniforme da nova legislação penal da República.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.529 — DE 28 DE MAIO DE 1943

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 45.200,00 para atender a despesa com pessoal extranumerário na Comissão Central de Requisições

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 45.200,00 (quarenta e cinco mil e duzentos cruzeiros), para atender, no período de 1 de maio a 31 de dezembro do corrente ano, às despesas de pessoal extranumerário da Comissão Central de Requisições.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.530 — DE 28 DE MAIO DE 1943

Dá nova redação ao decreto-lei n. 5.030, de 4 de dezembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada a Comissão Executiva da Pesca (C.E.P.), com a finalidade de organizar cooperativamente a indústria de pesca, no país.

§ 1.º Comporão a C.E.P. um representante de cada uma das seguintes entidades:

- a) Serviço de Economia Rural;
- b) Departamento Nacional da Produção Animal;
- c) Ministério da Marinha;
- d) Sindicato Profissional dos Pescadores do Rio de Janeiro;
- e) Sindicato dos Armadores de Pesca do Distrito Federal.

§ 2.º Os componentes da C.E.P. serão designados pelo Presidente da República e perceberão, a título de representação, uma gratificação correspondente a Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por reunião a que comparecerem, até o máximo de mil e quinhentos cruzeiros por mês.

§ 3.º Presidirá a C.E.P. o representante do Serviço de Economia Rural.

Art. 2.º São atribuições da C.E.P.:

- a) prover-se de todos os elementos necessários à produção, transporte, conservação e transformação do pescado;
- b) instituir escolas de alfabetização e de pesca e cursos para ensino técnico-profissional de industrialização do pescado;
- c) instalar, nos centros produtores, entrepostos, de acordo com o decreto-lei n. 3.045, de 12 de fevereiro de 1941;
- d) manter serviços médico-cirúrgicos, farmacêutico e odontológico, por meio de policlínicas, ambulatórios e hospitais;
- e) organizar cooperativas de pescadores, de acordo com a lei vigente, cabendo-lhe a prerrogativa de determinar sua área de ação, designar e destituir, durante 3 anos, as diretorias das mesmas;
- f) fazer o comércio do pescado ou delegá-lo, total ou parcialmente, às cooperativas constituídas na forma da letra e deste artigo, ou às existentes que se queiram subordinar às normas desse dispositivo;
- g) executar as atribuições do Conselho Nacional de Pesca, previstas na legislação em vigor;
- h) admitir e dispensar o pessoal necessário para execução de suas atribuições;
- i) financiar, através de órgãos apropriados a ela subordinados, ou por intermédio de cooperativas, pessoas ou instituições dedicadas à pesca ou indústrias correlatas.

Art. 3.º Para execução do programa, contido no artigo anterior:

I — disporá a C.E.P.:

- a) da taxa de 5%, que arrecadará, sobre o valor do pescado negociado no país;
- b) do Entreposto da Pesca do Rio de Janeiro e de suas instalações;
- c) da "Fábrica de Produtos e Sub-produtos do Cação", em São Luiz do Maranhão;
- d) de uma subvenção anual de um milhão de cruzeiros do Governo Federal durante um período máximo de três anos;
- e) dos recursos provenientes das operações de crédito que realizar;
- f) das rendas decorrentes de suas funções;
- g) do acervo da Caixa de Crédito criada pelo art. 11 do decreto-lei n. 291, de 23-2-938;

II — Passarão a integrar a C.E.P.:

- a) a Caixa de Crédito dos Pescadores e Armadores de Pesca, criada pelo art. 11 do decreto-lei n. 291, de 23 de fevereiro de 1938;
- b) a Policlínica de Pescadores, criada pelo decreto-lei n. 3.118, de 14 de março de 1941.

§ 1.º Para seu funcionamento, execução do programa de ação e para estabelecimento das normas que orientarão a Caixa de Crédito e a Policlínica de Pescadores, a C.E.P. apresentará, à indispensável aprovação do Ministro da Agricultura, os seus planos e instruções.

§ 2.º A C.E.P. não poderá admitir na prática da pesca comercial ou industrial pescadores ou barcos que não estejam devidamente registrados e licenciados pelas repartições competentes do Ministério da Marinha, na forma das leis e regulamentos em vigor.

§ 3.º As Secções dos entrepostos de pesca, a que se refere o § 1.º do artigo 2.º do decreto-lei n. 3.045, de 12 de fevereiro de 1941, continuarão como incumbência exclusiva da Divisão de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, ficando as demais secções, a que se refere o § 2.º do mesmo artigo e decreto, a cargo da C.E.P.

Art. 4.º Nas colônias de pescadores, previstas no Código de Pesca baixado com o decreto-lei n. 794, de 19-10-38, e que por este decreto continuam a existir nos termos do decreto-lei n. 4.830 A, de 15-10-42, a C.E.P. exercerá todas as atribuições que lhe são conferidas no artigo 2.º do presente decreto-lei.

Parágrafo único. Os Ministérios da Marinha e da Agricultura ficam autorizados a superintender a divisão do Patrimônio existente nas Colônias de Pescadores, Federações de Colônias de Pescadores e Confederação Geral de Pescadores do Brasil entre as Colônias de Pescadores, as Cooperativas nas condições das letras e e f do artigo 2.º desse decreto e a C.E.P.

Art. 5.º As decisões da C.E.P., baseadas nessa Lei ou nos regulamentos, serão tomadas em conjunto e terão a forma de resoluções a serem aprovadas pelo ministro da Agricultura, ficando sua inobservância sujeita às penalidades previstas nos referidos instrumentos.

Art. 6.º Ficam isentas do imposto de transmissão as aquisições de bens moveis ou imoveis feitas pela Comissão Executiva da Pesca e sua transferência às cooperativas.

Art. 7.º Esta Lei considera-se em vigor a partir do dia 29 de abril de 1943.

Art. 8.º Revogam-se os artigos 7, 9, 10, 11 e 12 do decreto-lei n. 291, de 23 de fevereiro de 1938; os artigos 10, 11, 12 e 69 do decreto-lei n. 794, de 19 de outubro de 1938; o decreto-lei n. 1.688, de 18 de outubro de 1939; o artigo 7.º do decreto-lei n. 3.045, de 12 de junho de 1941, os decretos-leis ns. 5.030, de 4 de dezembro de 1942, e 5.426, de 27 de abril de 1943 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sailes.

Alexandre Marcondes Filho.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 5.531 — DE 28 DE MAIO DE 1943

Dá nova redação ao decreto-lei n. 5.031, de 4 de dezembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada a Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca, com sede nesta cidade, constituída de um representante do Serviço de Economia Rural, que será o presidente; um representante do Serviço de Fiscal-

zação do Comércio de Farinha; e um representante de cada uma das regiões norte, centro e sul do país, para controlar a produção e o comércio dos produtos amiláceos no território nacional.

§ 1.º Os referidos representantes serão designados e dispensados pelo Presidente da República.

§ 2.º Cada representante perceberá, a título de representação, uma gratificação correspondente a Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por reunião a que comparecer, até o máximo de mil e quinhentos cruzeiros por mês.

Art. 2.º Compete à Comissão:

a) estabelecer um estudo, sistemático das zonas onde se cultiva a mandioca, considerando área plantada, média de produção, modos de transformação e produtos obtidos, capacidade de consumo e outros dados necessários ao controle de sua cultura;

b) montar e propor a desapropriação das instalações que julgar necessárias para a organização racional da industrialização da mandioca, de acordo com o plano que elaborará e submeterá ao Ministro da Agricultura para a necessária aprovação;

c) tomar as medidas necessárias ao amparo e controle da produção e transformação da mandioca, transporte e comercialização dos produtos derivados;

d) negociar, com a garantia dos Estados produtores, as operações de crédito necessárias ao amparo total da mandioca;

e) cobrar uma taxa de 10 % sobre o valor de venda dos produtos da mandioca, arrecadá-la e dela dispor para ocorrer às despesas das operações de crédito realizadas, à constituição dos fundos necessários à agricultura e indústria da mandioca e à comercialização dos produtos derivados e à manutenção dos trabalhos da própria comissão, com prestação de contas, mensalmente, ao Ministério da Agricultura;

f) organizar cooperativas, para o financiamento aos agricultores e industriais da mandioca e administração das fábricas locais e centrais;

g) nomear e substituir, durante três anos, as Diretorias das cooperativas que organizar, saídos os diretores do quadro de associados de cada uma dessas instituições, excetuado o Gerente que pode ser estrangeiro.

h) delimitar a área de ação das cooperativas que organizar não podendo criar mais de uma na mesma zona;

i) estabelecer convênios com países consumidores ou realizar os convênios estabelecidos a respeito de produtos de mandioca.

Art. 3.º Ficam isentos, durante três anos, de selos devidos à União ou à Prefeitura do Distrito Federal, e de quaisquer emolumentos constantes de leis e regulamentos baixados pelo Governo da União os atos da Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca, para promover, organizar e executar o escoamento das safras para o exterior, bem como os atos em que for parte a mesma Comissão.

Parágrafo único. Ficam igualmente isentas do imposto de transmissão de propriedade, devido à Prefeitura do Distrito Federal, as aquisições de bens moveis e imoveis feitas pela Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca e alienação quando em favor de cooperativas de produtores.

Art. 4.º Os Estados, aos quais a Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca solicitou a isenção dos selos e do imposto, referidos no artigo anterior e seu parágrafo, devido ao Estado ou aos municípios e dos emolumentos constantes de leis e regulamentos estaduais, ou municipais, ficam autorizados a atendê-los, por prazo igual.

Art. 5.º As decisões da Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca serão tomadas em conjunto e terão forma de Resoluções a serem aprovadas

pelo Ministro da Agricultura, sendo sua inobservância passível de penalidade, de acordo com os regulamentos expedidos.

Art. 6.º Esta lei considera-se em vigor a partir de 29-4-43, revogados os decretos-lei ns. 5.426, de 27-4-43 e 5.031, de 4-12-42 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.532 — DE 28 DE MAIO DE 1943

Dá nova redação ao decreto-lei n. 5.032, de 4 de dezembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada a "Comissão Executiva das Frutas", constituída de um representante do Serviço de Economia Rural, que será seu presidente, um representante do Departamento Nacional da Produção Vegetal, um representante do Distrito Federal e um representante de cada um dos maiores Estados produtores, para controlar a produção e o comércio de frutas e seus produtos derivados, no país.

§ 1.º Os referidos representantes serão indicados pelas autoridades superiores a que estiverem subordinados, designados e dispensados pelo Presidente da República.

§ 2.º Cada representante perceberá, a título de representação, uma gratificação correspondente a Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por sessão a que comparecer, até o máximo de mil e quinhentos cruzeiros por mês.

Art. 2.º Compete à Comissão:

- a) executar o levantamento do parque frutícola do país, a começar pelo citrícola;
- b) proceder, anualmente, à estimativa das safras;
- c) controlar a produção e o abastecimento dos mercados;
- d) providenciar a regularização dos transportes, aperfeiçoando os métodos de carga e descarga, tráfego e distribuição;
- e) promover, junto aos órgãos competentes, os ajustamentos de tarifas necessários;
- f) prover, em colaboração com outros órgãos, eficiente propaganda de consumo de frutas e produtos derivados, nos mercados internos e externos;
- g) efetuar a construção de entrepostos, principalmente de entrepostos centrais nos grandes centros consumidores e exportadores, bem como casas de embalagem, instalações para o aproveitamento do excedente das safras, em óleos essenciais, frutas secas, farinhas, sucos, vinhos, vinagres, álcool, tortas e demais produtos que se possam obter, podendo, também, adquirir ou desapropriar as existentes consideradas necessárias;
- h) superintender os entrepostos centrais e todos os demais serviços de abastecimento dos mercados, que só se farão por seu intermédio, inclusive

estabelecer quotas para a exportação, fixando os preços a serem pagos ao produtor, as taxas por serviços de beneficiamento e industrialização e o preço de venda aos consumidores, quando se tratar de mercado interno;

i) organizar cooperativas de fruticultores, obedecendo à legislação cooperativista vigente, com as seguintes modificações:

1 — nomeação e substituição, pela Comissão, nos três primeiros anos de funcionamento, dos membros da Diretoria, que deverá ser escolhida entre os fruticultores, cooperados, excetuado o Gerente, que poderá ser estranho;

2 — em cada zona de produção, cuja delimitação cabe à Comissão, esta só poderá organizar uma cooperativa;

j) financiar, por intermédio das cooperativas de produtores, organizadas nas condições do item anterior, a fruticultura.

Art. 3.º A Comissão ora criada terá sua sede no Distrito Federal.

Art. 4.º Com a garantia dos dois Estados maiores produtores e do Distrito Federal, a Comissão realizará as necessárias operações de crédito para construção e movimentação de entrepostos, casas de embalagem e fábricas de produtos derivados e para a comercialização e industrialização das safras.

Art. 5.º A Comissão fica autorizada a arrecadar e dispor de uma taxa de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) por caixa ou quantidade de frutas correspondente, a critério da mesma, prestando contas mensais ao Ministério da Agricultura.

Art. 6.º Ficam isentos de selos devidos à União ou à Prefeitura do Distrito Federal, e de quaisquer emolumentos constantes de leis e regulamentos baixados pelo governo da União, os atos da Comissão Executiva de Frutas, para promover, organizar e executar o fornecimento de frutas do Distrito Federal e o escoamento das safras para o exterior, bem como os atos em que for parte a mesma Comissão.

Parágrafo único. Ficam, igualmente, isentas do imposto de transmissão de propriedade, devido à Prefeitura do Distrito Federal, as aquisições de bens moveis e imoveis feitas pela Comissão Executiva de Frutas e a alienação, quando em favor de cooperativas de produtores.

Art. 7.º Os Estados, aos quais a Comissão Executiva de Frutas solicitar a isenção dos selos e do imposto referidos no artigo anterior e seu parágrafo, devidos ao Estado ou aos Municípios e dos emolumentos constantes de leis e regulamentos estaduais ou municipais, ficam autorizados a atendê-la.

Art. 8.º As decisões da Comissão serão tomadas em conjunto e terão a forma de resoluções a serem aprovadas pelo Ministro da Agricultura, sendo sua inobservância passível de penalidade de acordo com os regulamentos expedidos.

Art. 9.º Esta lei considera-se em vigor a partir de 29-4-43.

Art. 10. Ficam revogados os decretos-leis 2.568, de 29-8-41, 2.635, de 18-9-41, 5.426 de 27-4-43, 5.032 de 4-12-42 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.533 — DE 28 DE MAIO DE 1943

Cria uma coletoria federal no Município de Itamonte, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, e tendo em vista o disposto no decreto-lei n. 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais no Município de Itamonte, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda um (1) cargo de Coletor — classe C e um (1) cargo de Escrivão — classe B.

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente deste decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de nove mil trezentos e noventa e nove cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 9.399,60), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n. 14, do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

S/c. n. 01 — Pessoal Permanente	Cr\$ 2.799,60
S/c. n. 02 — Percentagens	Cr\$ 6.600,00
	<hr/>
	Cr\$ 9.399,60

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.534 — DE 31 DE MAIO DE 1943

Cria função gratificada no Ministério da Fazenda e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, a função gratificada de Chefe de Portaria da Casa da Moeda, a qual será exercida por contínuo ou servente, escolhido e designado pelo respectivo diretor, se naquela repartição estiver lotado, ou mediante prévia autorização do Ministro de Estado, se noutro serviço ou repartição estiver lotado.

Art. 2.º Fica fixada em Cr\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos cruzeiros), anuais, a gratificação da função a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º Para atender, no período de 1 de junho a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com o disposto neste decreto-lei, fica aberto ao Mi-

nistério da Fazenda (Anexo n. 14 do Orçamento Geral da República) o crédito suplementar de Cr\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos cruzeiros) à Verba 1 — Pessoal — Consignação III — Vantagens — Subconsignação 09 — Funções gratificadas.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.535 — DE 31 DE MAIO DE 1943

Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, a função gratificada de Auxiliar de Guarda-mor da Alfândega de Natal.

Art. 2.º Fica fixada em Cr\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos cruzeiros) a gratificação anual da função a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente da execução deste decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Fazenda, o crédito de Cr\$ (2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções Gratificadas, do anexo 14 do Orçamento Geral da República para 1943.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.536 — DE 1 DE JUNHO DE 1943

Aprova o Acôrdio Telegráfico entre o Brasil e Portugal, firmado no Rio de Janeiro, a 30 de abril de 1943

O Presidente da República, nos termos do artigo 180 da Constituição:

Resolve aprovar o Acôrdio Telegráfico entre o Brasil e Portugal, firmado no Rio de Janeiro, a 30 de abril de 1943.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

João de Mendonça Lima.

Acôrdo telegráfico entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Portuguesa

Os Governos da República dos Estados Unidos do Brasil e da República Portuguesa, com o objetivo de estreitar cada vez mais as relações econômicas e culturais entre os dois povos, e como lógico complemento do Acôrdo Postal, firmado em Lisboa em 30 de abril de 1942, resolvem, em conformidade com o art. 13 da Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada em Madri em setembro de 1932, celebrar o presente Acôrdo para o estabelecimento de um serviço telegráfico, e, para êsse fim, nomearam seus Plenipotenciários a saber:

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores; e

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República Portuguesa, Sua Excelência o Senhor Doutor Martinho Nobre de Melo, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Brasil;

os quais, depois de haverem trocado seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

ARTIGO PRIMEIRO

Nas relações comerciais telegráficas entre os Estados Unidos do Brasil, de um lado, e os territórios de Portugal e do Império Colonial Português, do outro lado, fica estabelecida uma taxa telegráfica especial a cobrar do público em moeda de cada país, equivalente a um franco-ouro por palavra dos telegramas normais ou ordinários.

ARTIGO II

A taxa telegráfica referida no artigo anterior será dividida em duas partes iguais a atribuir aos organismos telegráficos que colaborem na execução do referido serviço do lado brasileiro e do lado português.

ARTIGO III

Os telegramas de e para os Estados Unidos do Brasil serão normalmente concentrados no Rio de Janeiro, donde irradiarão pela via escolhida pela Administração brasileira. Da mesma forma os telegramas de e para Portugal e o Império Colonial Português serão normalmente concentrados em Lisboa, como centro da rede imperial portuguesa, donde irradiarão pela via designada Portucale.

ARTIGO IV

As Administrações e Empresas particulares de Telégrafo que executem o serviço especial entre o Brasil e Portugal poderão ser autorizadas pelos respectivos Governos a efetuar o encaminhamento do tráfego por via de recurso, sempre que as condições de serviço assim o aconselhem.

ARTIGO V

No serviço telegráfico luso-brasileiro os telegramas ordinários (P) e em código (CDE) serão taxados com o coeficiente de tarifação 1; os tele-

gramas oficiais dos Governos Brasileiro e Português (ETAT), diferidos (LC), cartas (NLT), imprensa (PRESS), saudações do Natal de texto livre (XLT), e de texto fixo (GTG) serão taxados com o coeficiente de tarifação 0,5.

ARTIGO VI

Não obstante as disposições dos artigos anteriores, poderão as Administrações Telegráficas das Partes interessadas acordar entre si em qualquer data, com aprovação dos respectivos Governos, noutras normas ou serviços especiais tendentes a aperfeiçoar as relações telegráficas luso-brasileiras.

ARTIGO VII

Todos os demais assuntos que se relacionem com o serviço telegráfico entre o Brasil e Portugal e não estejam previstos neste Acôrdo, serão regulados em conformidade com o Regulamento Telegráfico Internacional, anexo à Convenção Internacional das Telecomunicações.

ARTIGO VIII

O presente Acôrdo entrará em execução em data a fixar pelas Administrações interessadas e vigorará por tempo indeterminado.

Qualquer das Partes Contratantes poderá, todavia, denunciá-lo, mediante aviso feito com a antecedência de seis meses.

Em fé do que, os Plenipotenciários acima nomeados firmam e selam o presente Acôrdo, em dois exemplares, cada um dos quais na língua portuguesa, ambos igualmente autênticos, na cidade do Rio de Janeiro, aos trinta dias do mês de abril do ano de mil novecentos e quarenta e três.

(L.S.) *Oswaldo Aranha.*

(L.S.) *Martinho Nobre de Melo.*

DECRETO-LEI N. 5.537 — DE 1 DE JUNHO DE 1943

Altera disposições do decreto-lei n. 3.333, de 6 de junho de 1941, do decreto-lei n. 4.296, de 13 de maio de 1942, e do decreto-lei n. 4.646, de 2 de setembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. O art. 4.º e seus parágrafos do decreto-lei n. 4.296, de 13 de maio de 1942, alterado pelo decreto-lei n. 4.646, de 2 de setembro de 1942, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 4.º Os cursos referidos no art. 1.º e no art. 2.º dêste decreto-lei serão ministrados por professores e assistentes, escolhidos dentre técnicos nacionais ou estrangeiros, servidores do Estado ou não.

§ 1.º Os professores e assistentes também poderão ser admitidos como extranumerários, na forma da lei e nas condições dêste artigo.

§ 2.º Os professores e assistentes, não compreendidos nos casos dos §§ 1.º e 4.º d'êste artigo, perceberão, nos termos da legislação vigente, honorários de Cr\$ 50,00 e Cr\$ 30,00, respectivamente, por hora de aula dada ou de trabalho executado, até o limite máximo de 12 horas por semana.

§ 3.º Em casos especiais, quando o professor ou assistente não residir no Distrito Federal nem no Estado do Rio de Janeiro, poderão ser arbitrados honorários até Cr\$ 100,00 por hora de aula dada ou de trabalho executado.

§ 4.º Os servidores do Estado, designados para professores e assistentes, na forma d'êste artigo, poderão, em casos especiais, a critério do Presidente da República, ser dispensados dos trabalhos normais das repartições ou serviços em que estiverem lotados, mas ficarão obrigados, nesta hipótese, a dezoito horas semanais de aulas e trabalhos escolares, não tendo direito aos honorários previstos no § 2.º.

§ 5.º As disposições d'êste artigo serão aplicáveis aos professores e assistentes dos cursos de aplicação do Instituto Oswaldo Cruz e do Curso de Saúde Pública, de que trata o decreto-lei número 3.333, de 6 de junho de 1941, ficando revogados o art. 3.º e seus parágrafos do citado decreto-lei.

§ 6.º A indicação dos professores do Curso de Saúde Pública e dos cursos de aplicação do Instituto Oswaldo Cruz caberá ao diretor do mencionado Instituto e a dos professores dos cursos de aperfeiçoamento e especialização ao diretor geral do Departamento Nacional de Saúde".

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.538 — DE 1 DE JUNHO DE 1943

Autoriza a revisão da taxa anual por prédio esgotado por "The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited", no Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Educação e Saúde autorizado a proceder, sobre a base do custo efetivo do serviço, à revisão da taxa anual em vigor, por prédio esgotado no Distrito Federal por "The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited", a ser paga pelo Governo à mesma concessionária, durante o período de três anos.

Art. 2.º Se a vigência da nova taxa se contar de 1 de janeiro de 1940, a diferença verificada entre a atual taxa e a que for fixada poderá ser compensada por encontro de conta com as restantes prestações da dívida do Governo, por anteriores diferenças de taxas a favor da Companhia, estipuladas pelo decreto-lei n. 621, de 18 de agosto de 1938, e se aquelas não forem suficientes, por desconto do saldo no pagamento das contas de taxas do 1.º semestre do corrente ano.

Art. 3.º Para tornar possível a prévia fixação do saldo do capital da concessionária a ser ainda amortizado até o fim do prazo do contrato, poderá ser feita a desistência, por parte do Governo, do seu direito à reversão final, sem indenização, dos materiais em estoque, que existam na data da extinção da concessão.

Art. 4.º A concessionária obrigar-se-á a entrar para os cofres públicos da União com a importância de três milhões, oitocentos e trinta e sete mil, seiscentos e vinte dois cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 3.837.622,50), em moeda nacional, como saldo do devido de 1 de janeiro de 1934 a 31 de dezembro de 1942, por imposto de renda, quer como pessoa jurídica, quer como fonte de retenção, ficando, em consequência dêsse pagamento, autorizada a levantar quaisquer depósitos judiciais ou bancários que tenha sido forçada a realizar como garantia do mesmo pagamento

Art. 5.º O Governo e a Companhia desistirão, reciprocamente, de tôdas as ações em qualquer dos seus termos, reclamações ou recursos relativos às questões concernentes ao imposto de renda brasileiro e correspondentes ao período de 1 de janeiro de 1934 a 31 de dezembro de 1942.

Art. 6.º Passará a correr por conta dos respectivos proprietários o valor das obras das instalações domiciliárias das casas novas e ainda não esgotadas, incluindo o ramal de ligação ao coletor público, orçado pela tabela de preços aprovada pelo Governo, em conformidade com as disposições contratuais em vigor.

Art. 7.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.539 — DE 2 DE JUNHO DE 1943

Regulamenta o Quadro de Oficiais Mecânicos, criado pelo decreto-lei 3.810, de 10 de novembro de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o o art. 180 da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o decreto-lei n. 3.810, de 10 de novembro de 1941, decreta:

Art. 1.º O Quadro de Oficiais Mecânicos (Q.O.M.), do Corpo de Oficiais da Aeronáutica se destina a grupar os oficiais necessários ao desempenho das seguintes funções:

— prestar assistência, na respectiva especialidade, ao material de vôo ou de terra, seus acessórios e equipamentos;

— executar, na respectiva especialidade, os serviços de manutenção, reparação e recuperação do material aéreo ou de terra e de seus acessórios e equipamentos;

— auxiliar os Chefes do Serviço de Material e os Engenheiros Aeronáuticos nos assuntos de suas respectivas especialidades.

Art. 2.º O Quadro de Oficiais Mecânicos se compõe de:

- Oficiais Mecânicos de Avião (O.M.AV.);
- Oficiais Mecânicos de Rádio (O.M.RT.);
- Oficiais Mecânicos de Armamento (O.M.AR.);
- Oficiais Fotógrafos (O. FT.).

Art. 3.º O quadro de Oficiais Mecânicos se constituirá, inicialmente, de 10 (dez) primeiros tenentes e 38 (trinta e oito) segundos tenentes com a seguinte dotação, por especialidade, no conjunto dos postos:

— Oficiais Mecânicos de Avião.....	24
— Oficiais Mecânicos de Rádio.....	12
— Oficiais Mecânicos de Armamento.....	6
— Oficiais Fotógrafos	6

Art. 4.º O ingresso de oficiais no Q.O.M. é feito mediante promoção dos Aspirantes Mecânicos que hajam concluído o respectivo curso de formação e estejam aptos a promoção ao posto de 2.º Tenente, de acôrdo com a legislação para promoções de oficiais na Aeronáutica.

Art. 5.º Cada especialidade terá pelo menos um primeiro tenente no quadro único de oficiais mecânicos.

Art. 6.º A promoção ao posto de 2.º Tenente-Mecânico obedece à ordem de classificação por merecimento intelectual dos Aspirantes Mecânicos na terminação do curso.

Art. 7.º O Q.O.M. é inicialmente constituído dos Segundos Tenentes Mecânicos da Reserva Convocados, possuidores do Curso de Oficial Mecânico de que trata o decreto-lei n. 6.139, de 23 de setembro de 1940, e dos Aspirantes Mecânicos possuidores do referido curso e que forem promovidos ao posto de 2.º Tenente.

§ 1.º A reversão ao serviço ativo dos Segundos tenentes Mecânicos da Reserva e a promoção dos aspirantes serão feitas dentro de 30 dias da publicação do presente decreto-lei.

§ 2.º A precedência hierárquica desses Segundos-Tenentes obedecerá à classificação intelectual na conclusão do curso de oficial mecânico.

Art. 8.º As promoções no Quadro de Oficiais Mecânicos se farão de acôrdo com as prescrições do Regulamento Provisório de Promoções de Oficiais da Força Aérea Brasileira.

Art. 9.º A transferência para a Reserva dos oficiais dêste Quadro, será feita até ulterior deliberação, de acôrdo com a legislação em vigor para os demais Quadros dos Serviços da Aeronáutica.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário; entrando em vigor o presente decreto-lei, na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.540 — DE 2 DE JUNHO DE 1943

Considera "Dia do Índio" a data de 19 de abril

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista que o Primeira Congresso Indigenista Interamericano, reunido no México, em 1940, propôs aos países da América a adoção da data de 19 de abril para o "Dia do Índio", decreta:

Art. 1.º E' considerada — "Dia do Índio" — a data de 19 de abril.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 5.541 — DE 3 DE JUNHO DE 1943

Altera a redação do artigo 2.º do decreto-lei n. 5.239, de 10 de fevereiro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. O artigo 2.º do decreto-lei n. 5.239, de 10 de fevereiro de 1943, revogadas as disposições em contrário, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º Nos demais casos em que concorram oficiais do Quadro de Oficiais Auxiliares que ainda não tenham satisfeito às exigências do artigo anterior, prevalecerá a precedência hierárquica estabelecida no Estatuto dos Militares".

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.542 — DE 3 DE JUNHO DE 1943

Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.480.500,00 para atender às despesas com obras e instalações no Instituto Nacional de Óleos:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de dois milhões, quatrocentos e oitenta mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$

2.480.500,00), para atender às despesas (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) com obras e instalações no Instituto Nacional de Óleos, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.543 — DE 3 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 64.648,60, para pagamento de serviços prestados à Companhia Ferroviária Este Brasileiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de sessenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e oito cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 64.648,60), para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) que é devido a Francisco Borges de Sousa Dantas Filho e a Martin Diniz Carneiro, pelos serviços prestados à Companhia Ferroviária Este Brasileiro, conforme processo n. 45.127-43, protocolado no Tesouro Nacional.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.544 — DE 3 DE JUNHO DE 1943

Dispõe sobre a permuta, com o Estado de Mato Grosso, de próprio nacional por área de terreno, que menciona, situados na cidade de Cuiabá, capital do mesmo Estado, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Fazenda, pela Diretoria do Domínio da União, autorizado a permutar, com o Estado de Mato Grosso, o próprio nacional, terreno e prédio, em que funciona a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional naquele Estado, situado na praça Alencastro, esquina da rua Cândido Mariano, na cidade de Cuiabá, por uma área de terreno beneficiado com construção, com mil oitocentos e setenta e quatro metros quadrados e sete mil setecentos e trinta e oito centímetros quadrados (1.874,7738 m²), lo-

calizada na avenida Presidente Vargas e rua Batista das Neves, na mesma cidade de Cuiabá, e resultante dos terrenos dos prédios objeto da desapropriação de que trata o decreto-lei estadual n. 449, de 30 de junho de 1942, e do de propriedade do mesmo Estado de Mato Grosso, existente ao lado direito do Palácio da Justiça, — tudo de acôrdo com os elementos técnicos de ambos os imóveis permutandos, constantes do processo protocolado no Tesouro Nacional sob o n. 72.347, de 1942.

Art. 2.º A permuta ora autorizada realizar-se-á imediatamente após haver o Estado de Mato Grosso efetivada a desapropriação dos imóveis, que decretou, continuando, porém, a União a ocupar, sem ônus de espécie alguma, o próprio nacional permutando até se verificar a instalação da Delegacia Fiscal citada no edifício, que se vai construir para a sua sede, tudo de acôrdo com as condições propostas pela União e aceitas pelo Estado, constantes também do processo mencionado no artigo anterior.

Art. 3.º O contrato de permuta poderá ser outorgado, tanto por escritura pública, sem ônus para a União, como por termo contratual, lavrado em livro da repartição, com força daquela para efeito de transcrição no Registo de Imóveis competente.

Parágrafo único. O contrato da permuta será isento de qualquer imposto de sêlo e sua transcrição no Registo de Imóveis competente far-se-á gratuitamente.

Art. 4.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.545 — DE 4 DE JUNHO DE 1943

Estabelece as medidas destinadas à regularização da vida escolar de alunos que freqüentam ou hajam freqüentado curso superior não reconhecido e bem assim de diplomados por curso superior igualmente não reconhecido

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Qualquer aluno de curso superior que, tendo funcionado sem reconhecimento esteja ou venha a ser proibido de funcionar poderá requerer ao Departamento Nacional de Educação transferência para curso congêner de estabelecimento de ensino federal ou reconhecido.

§ 1.º O requerimento será apresentado, sob pena de perda do direito, dentro de 90 dias improrrogáveis contados da publicação dêste decreto-lei ou, se o curso não reconhecido ainda estiver funcionando, da data da proibição de seu funcionamento.

§ 2.º Não prejudicará a transferência, em nenhuma hipótese, o princípio da limitação de matrícula.

Art. 2.º O candidato prestará, antes de efetuada a transferência, exames das disciplinas da série anterior à em que estava matriculado.

§ 1.º No caso de reprovação, requererá, dentro de 90 dias improrrogáveis, exames das disciplinas da série precedente. Se fôr reprovado, proceder-se-á da mesma maneira, e assim sucessivamente, até os exames das disciplinas da primeira série.

§ 2.º Aprovado o candidato, será, no início do ano escolar, admitido à matrícula na série imediata.

§ 3.º O candidato reprovado nas disciplinas da primeira série ficará sujeito, para a inscrição em exames vestibulares, aos preceitos gerais da legislação do ensino superior.

Art. 3.º Os alunos de qualquer curso superior nas condições indicadas no art. 1.º d'este decreto-lei, que já tenham concluído a última série, poderão regularizar a sua situação escolar por um dos dois modos seguintes:

a) requerendo, dentro do prazo referido no § 1.º do art. 1.º d'este decreto-lei, exames das disciplinas da penúltima série, para o fim de cursar de novo a última, e sujeitando-se, no caso de reprovação, à devida adaptação de conformidade com os parágrafos do art. 2.º d'este mesmo decreto-lei;

b) requerendo a prestação, de uma só vez, de exames que demonstrem habilitação nas disciplinas constitutivas de todo o curso feito.

Art. 4.º O candidato aos exames de que tratam os dois artigos anteriores só será atendido nos termos em que ficar demonstrada a perfeita regularidade da sua vida escolar no curso superior, à vista da documentação constante dos arquivos do respectivo estabelecimento de ensino.

§ 1.º Os exames referidos neste artigo só poderão ser prestados em estabelecimento de ensino superior oficial ou pertencente a universidade.

§ 2.º Para o fim d'este artigo, o Departamento Nacional de Educação promoverá, imediatamente, o recolhimento dos arquivos referentes a curso superior que tenha funcionado nas condições indicadas no art. 1.º d'este decreto-lei.

Art. 5.º O diplomado por estabelecimento de ensino superior, cujo reconhecimento tenha sido concedido anteriormente à conclusão do curso, será havido como titular de diploma idôneo, uma vez provada a normalidade da vida escolar.

§ 1.º Apurada qualquer irregularidade no curso superior, deverá o diplomado promover o processo da validação.

§ 2.º Se o diplomado tiver feito todo o curso no período em que não era o estabelecimento ainda reconhecido, deverá igualmente submeter-se à validação, se provada a normalidade da vida escolar.

§ 3.º A validação deverá ser feita perante estabelecimento de ensino superior oficial ou pertencente a universidade.

Art. 6.º Considerar-se-á válida, se regularmente transcorrida, a vida escolar dos alunos que, matriculados agora num curso superior reconhecido, tenham feito parte dos estudos quando a êsse mesmo curso faltava o reconhecimento.

Art. 7.º As deficiências por ventura verificadas na vida escolar secundária dos diplomados ou alunos de que tratam os artigos anteriores deverão ser sanadas pela prestação de exames que demonstrem a necessária habilitação.

Parágrafo único. Não poderá receber diploma de curso superior, nem obter ato que importe a idoneidade do diploma recebido, o candidato que, nos termos do presente artigo, não houver sanado as deficiências de sua preparação secundária.

Art. 8.º O Ministro da Educação expedirá as instruções necessárias à plena execução do presente decreto-lei.

Art. 9.º Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Guêstavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.546 — DE 4 DE JUNHO DE 1943

Estende ao Estado da Baía as medidas de fiscalização sôbre mercadorias em trânsito por estradas de rodagem, na forma estabelecida no decreto 19.827, de 2 de abril de 1931

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A fiscalização especial e permanente sôbre as mercadorias em trânsito nas estradas de rodagem do Estado da Baía será exercida pela respectiva Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, atendidas as disposições vigentes do decreto 19.827, de 2 de abril de 1931.

Art. 2.º Para os efeitos do artigo anterior, ficam criados, inicialmente, quatro postos fiscais nas seguintes localidades do Estado da Baía: Campinas, São Sebastião, Humilde e Cachoeira.

Art. 3.º Êste decreto-lei entrará em vigor a 20 de junho de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.547 — DE 4 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 3.107,10, para pagamento de vencimentos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de três mil, cento e sete cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 3.107,10), para atender ao pagamento (Pessoal) de vencimentos a que fez jus, no período de 1 de janeiro a 1 de fevereiro do corrente ano, inclusive, o engenheiro Virgínio Marques Santa Rosa, na qualidade de diretor da Estrada de Ferro Bragança.

Art. 2.º Êste decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.548 — DE 4 DE JUNHO DE 1943

Considera computável, para todos os efeitos, o tempo de desempenho de determinadas funções exercidas por oficiais agregados em Estradas de Ferro arrendadas aos Estados

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É computável, para todos os efeitos, aos militares agregados o tempo em que serviram ou vierem a servir em cargo de administração ou de técnicos de Estradas de Ferro arrendadas aos Estados, quando, a juízo do Governo, essas Estradas forem consideradas de interesse militar.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.549 — DE 4 DE JUNHO DE 1943

Dispõe sobre o Comando do Destacamento Misto de Guaranição com sede em Fernando de Noronha

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. O Comando do Destacamento Misto de Guaranição, com sede em Fernando de Noronha, passa a ser exercido por Coronel da ativa, de qualquer arma, apto para o serviço de Estado Maior, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.550 — DE 4 DE JUNHO DE 1943

Dispõe sobre matrícula nas Escolas de Ensino Superior dos alunos que terminaram o curso das Escolas Preparatórias

O Presidente da República, em face da Exposição de Motivos apresentada pelo ministro de Estado da Guerra e no uso da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os alunos que concluírem o curso das Escolas Preparatórias ficam em igualdade de condições com os que terminarem o "Curso Científico"

criado por decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942, para todos os efeitos, inclusive o de matrícula nas escolas de ensino superior.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.551 — DE 7 DE JUNHO DE 1943

Concede isenção de impostos e taxas aos postos de gasolina autorizados a comprar qualquer espécie ou quantidade de borracha, no período compreendido entre 1 e 15 do mês de julho de 1943, denominado "Mês Nacional da Borracha"

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida isenção de quaisquer impostos e taxas federais, estaduais e municipais, no período compreendido entre 1 e 15 do mês de julho de 1943, denominado "Mês Nacional da Borracha" aos postos de gasolina, em todo o território nacional, pelas operações de aquisição de qualquer espécie ou quantidade de borracha velha que efetuarem, mediante autorização da Comissão de Contrôlo dos Acôrdos de Washington, contra pagamento de quantias que forem estabelecidas.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.552 — DE 7 DE JUNHO DE 1943

Autoriza nova prorrogação do contrato de exploração do serviço da loteria federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a conceder nova prorrogação, até sessenta (60) dias, do prazo do vigente contrato de exploração do serviço da loteria federal.

Parágrafo único. Se, entretanto, dentro do prazo mencionado neste artigo, for firmado contrato para o novo quinquênio, cessará desde logo a prorrogação ora autorizada.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.553 — DE 7 DE JUNHO DE 1943

Cria na Comissão de Marinha Mercante subcomissões e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e com fundamento no art. 7.º do decreto-lei número 3.100, de 7 de março de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas na Comissão de Marinha Mercante onze (11) subcomissões sediadas em São Luiz, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracaju, Salvador, Vitória, Paranaguá, São Francisco e Corumbá.

Art. 2.º A Comissão de Marinha Mercante, mediante ato assinado por todos os seus membros, determinará os portos marítimos, fluviais ou lacustres, sobre os quais terão jurisdição as subcomissões previstas no art. 7.º do decreto-lei n. 3.100, de 7 de março de 1941.

Art. 3.º As subcomissões poderão exercer as suas atribuições, em cada porto afastado da sede, por intermédio de delegado, cuja designação será feita em ato assinado por todos os membros da Comissão de Marinha Mercante, observando-se quanto à remuneração o disposto nos parágrafos 1.º e 2.º do art. 2.º do decreto-lei n. 5.249, de 15 de fevereiro de 1943.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.554 — DE 7 DE JUNHO DE 1943

Autoriza doação de terras ao município de Júlio de Castilhos

O Presidente da República, de acordo com o que consta do processo número 12.447-43, do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, e usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica a Rêde de Viação Férrea Federal arrendada ao Estado do Rio Grande do Sul autorizada a doar ao município de Júlio de Castilhos, do referido Estado, duas faixas de terra com a área total de 22.296,70 metros quadrados, conforme as duas plantas que a este acompanham, rubricadas pelo diretor da Divisão de Orçamento do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, — sendo uma com 19.960,00 metros quadrados situada no recinto da estação de Júlio de Castilhos e a outra, com

2.336,70 metros quadrados, entre os quilômetros 70,749 e 71,950 do antigo traçado da linha férrea de Santa Maria a Marcelino Ramos, abandonado em virtude das variantes em construção no trecho de Pinhal a Cruz Alta.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.555 — DE 8 DE JUNHO DE 1943

Equipara as empresas de mineração de fosfatos naturais às de que trata o decreto-lei n. 3.553, de 25 de agosto de 1941, que dá nova redação ao art. 76, do Código de Minas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As empresas que tem por objeto a lavra e a industrialização de fosfatos naturais para transformá-las em fosfatos solúveis, destinados à lavoura nacional, ficam equiparadas às de que trata o decreto-lei n. 3.553, de 25 de agosto de 1941, para poderem ser autorizadas a admitir sócios ou acionistas estrangeiros, por decreto do Presidente da República, desde que a sua administração se constitua de brasileiros natos, na sua maioria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1943, 122º da Independência e 55º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 5.556 — DE 8 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 45.000,00 para despesas com os funcionários da Polícia Civil do Distrito Federal, designados para prestar serviços no estrangeiro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de quarenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 45.000,00) para atender as despesas de gratificações de representação a funcionários da Polícia Civil do Distrito Federal, designados para prestar serviços no estrangeiro, no período compreendido entre 1 de abril e 30 de junho do corrente ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.557 — DE 8 DE JUNHO DE 1943

Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas, a construir uma estrada de rodagem de Anápolis a São José do Tocantins e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Viação e Obras Públicas autorizado a promover, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a construção de uma rodovia, no trecho de Anápolis a São José do Tocantins, no Estado de Goiaz.

Art. 2.º Para execução do disposto no art. 1.º dêste decreto-lei, deverá o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem elaborar e submeter, por intermédio do Ministério da Viação e Obras Públicas, à aprovação do Presidente da República os projetos, com as devidas especificações, e orçamentos referentes à construção da mencionada rodovia.

§ 1.º Após a aprovação dêsses projetos e orçamentos, será aberta concorrência entre firmas idôneas para a construção das obras, na forma da legislação em vigor.

§ 2.º Nos editais de concorrências e termos de contrato com a firma vencedora, serão estabelecidas as condições e prazos para início e conclusão das obras, bem como as formas de pagamento dos trabalhos realizados.

Art. 3.º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a promover as diligências necessárias no sentido de efetuar o financiamento e pagamento das obras relativas à construção da rodovia de que trata êste decreto-lei, mediante "obrigações de guerra".

Art. 4.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.558 — DE 8 DE JUNHO DE 1943

Cria o Serviço de Documentação da Marinha

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Ministério da Marinha, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, o Serviço de Documentação (S.D.M.), que compreenderá:

Secção da História Marítima do Brasil;
Biblioteca da Marinha;
Arquivo Histórico;
Revista Marítima Brasileira.

Art. 2.º Fica extinta a 4.ª Divisão (EM-4) do Estado Maior da Armada.

Art. 3.º Dentro de 30 dias após a publicação dêste decreto-lei, será expedido o respectivo Regulamento.

Art. 4.º Êste decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 5.559 — DE 8 DE JUNHO DE 1943

Estende ao Serviço Especial de Saúde Pública o regime estabelecido pelo decreto-lei n. 3.672, de 1 de outubro de 1941

O Presidente da República, usado da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. E' extensivo ao Serviço Especial de Saúde Pública do Ministério da Educação e Saúde o regime estabelecido pelo decreto-lei n. 3.672, de 1 de outubro de 1941, relativamente ao combate à malária.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.560 — DE 9 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 para a Coordenação da Mobilização Econômica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de quatro milhões de cruzeiros (Cr\$ 4.000.000,00), destinado a ocorrer a tódas as despesas da Coordenação da Mobilização Econômica, de que trata o decreto-lei n. 4.750, de 28 de setembro de 1942.

Parágrafo único. A importância total do crédito a que se refere êste artigo será utilizada sob o regime de adiantamento, pelo coordenador da Mobilização Econômica, dispensada, a juízo do Presidente da República, em cada caso, a formalidade da concorrência para as aquisições, obras, fornecimentos e trabalhos de urgência.

Art. 2.º As despesas serão efetuadas de acôrdo com a discriminação abaixo e comprovadas perante o Tribunal de Contas até 30 de junho de 1944 :

PESSOAL

	Cr\$	Cr\$
Para pagamento de serviços tarefados.....		1.000.000,00

MATERIAL

Material permanente:

Livros, documentos, revistas e outras publicações especializadas, destinadas a bibliotecas ou coleções.....	50.000,00	
Móveis e artigos de ornamentação.....	500.000,00	
Máquinas, aparelhos e utensílios de escritório e biblioteca.....	500.000,00	
Máquinas, aparelhos e utensílios de laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo.....	40.000,00	
Aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria....	20.000,00	1.110.000,00

Material de consumo:

Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação	500.000,00	
Combustíveis, material de lubrificação e lubrificação e limpeza; material para conservação de instalações de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação	1.728,00	
Vestuários, uniformes e equipamento; artigos e peças acessórias; roupas de cama e mesa; tecidos e artefatos.....	28.500,00	530.228,00

Diversas despesas:

Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgoto e lixo.....	55.000,00	
Aluguel ou arrendamento de imóveis...	902.302,00	
Assinaturas e números avulsos de órgãos oficiais	770,00	
Assinaturas de recortes de publicações periódicas	56.500,00	
Despesas miúdas de pronto pagamento..	20.000,00	
Iluminação, força motriz e gás.....	4.000,00	
Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens	200.000,00	
Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal.....	51.200,00	1.289.772,00
		2.930.000,00

Obras:

Instalações em edifícios.....	70.000,00
Total.....	4.000.000,00

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.561 — DE 9 DE JUNHO DE 1943

Prorroga o mandato da Comissão Censitária Nacional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando o que lhe propõe o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, à vista de uma representação da Comissão Censitária Nacional, encarregada de assistir os trabalhos do Recenseamento Geral de 1940, decreta:

Artigo único. Nos termos do art. 7.º do decreto-lei n. 969, de 21 de dezembro de 1938, fica prorrogado, até 31 de dezembro de 1944, o mandato da Comissão Censitária Nacional, mantida a sua atual composição e revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.562 — DE 9 DE JUNHO DE 1943 1943

Dispõe sobre a aplicação dos créditos orçamentários e adicionais destinados às Colônias Agrícolas Nacionais e Núcleos Coloniais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os créditos orçamentários e adicionais destinados aos trabalhos de fundação e instalação das Colônias Agrícolas Nacionais e Núcleo Colonial Agro-Industrial São Francisco, logo que publicadas as leis respectivas, serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos à Tesouraria do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º Os créditos referidos no art. 1.º deste decreto-lei, quando destinados às Colônias Agrícolas Nacionais e ao Núcleo Colonial Agro-Industrial São Francisco, serão movimentados pelo diretor da Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal, sob a forma de adiantamentos por êle requisitados à Tesouraria do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Tendo em vista o plano de trabalhos elaborado pelos Administradores das Colônias Agrícolas Nacionais e Núcleo Colonial Agro-Industrial São Francisco, o diretor da Divisão de Terras e Colonização fará às mesmas Colônias e Núcleos os necessários suprimentos.

Art. 4.º As dotações destinadas aos núcleos coloniais subordinados à Divisão de Terras e Colonização, com exceção unicamente do Núcleo Colonial

Agro-Industrial São Francisco, serão utilizadas sob a forma de adiantamentos concedidos nos termos da legislação em vigor.

Art. 5.º Noventa dias após o encerramento do exercício o diretor da Divisão de Terras e Colonização prestará contas ao Tribunal de Contas da aplicação dada aos créditos referidos no artigo primeiro deste decreto-lei.

Art. 6.º Aos adiantamentos referidos no artigo segundo deste decreto-lei não se aplicam as regras contidas nos artigos 302 e 303 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

Art. 7.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 5.563 — DE 9 DE JUNHO DE 1943

Modifica a tabela de despachos de mercadorias para transporte por navegação de cabotagem

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A letra d das tabelas a que se refere o art. 42 do decreto-lei n. 4.014, de 13 de janeiro de 1942, fica alterada para o seguinte:

d) taxas para as mercadorias transportadas por cabotagem:

I — Exportação

Por grupo de conhecimentos, independentemente do número de marcas incluídas em cada despacho, até 50 volumes	Cr\$ 10,00
De mais de 50 até 100 volumes	Cr\$ 15,00
De mais de 100 volumes	Cr\$ 20,00

Observação — Quando se tratar de redespacho, a taxa será de Cr\$ 10,00 por grupo de conhecimentos e qualquer que seja o número de volumes.

II — Importação

Por marca de volumes constantes da guia, até o valor de Cr\$ 1.000,00	Cr\$ 5,00
---	-----------

Por conto de réis ou fração, excedente, mais Cr\$ 5,00.

Observação — Essa comissão não poderá exceder à quantia de Cr\$ 100,00.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.564 — DE 10 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 27.022,00, para pagamento de honorários e custas de Juizes de Casamento

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de vinte e sete mil e vinte e dois cruzeiros (Cr\$ 27.022,00), para atender ao pagamento (Pessoal) dos honorários e custas de Juizes de Casamento, referentes ao mês de dezembro de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.565 — DE 10 JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cruzeiros 150.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cento e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 150.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde (Anexo n. 13 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 1 — Pessoal

Consignação V — Outras Despesas com Pessoal

S/c. n. 25 — Substituições

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal..... Cr\$ 150.000,00

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.566 --- DE 10 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 80.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 80.000,00), em refôrço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Anexo n. 19 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 1 — Pessoal

Consignação II — Pessoal Extranumerário

S/c. n. 07 — Tarefeiros

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal..... Cr\$ 80.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.567 — DE 10 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 22.500,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de vinte e dois mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 22.500,00), em refôrço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Agricultura (Anexo n. 12 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 2 — Material

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. n. 40 — Ligeiros reparos, consertos e conservação de bens imóveis e móveis

01 — Ligeiros reparos em edifícios, consertos e conservação de bens imóveis

19 — Departamento Nacional da Produção Animal	
06 — Instituto de Biologia Animal	Cr\$ 16.500,00
02 — Consertos e conservação de bens móveis	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal	
06 — Instituto de Biologia Animal	Cr\$ 6.000,00
	<u>Cr\$ 22.500,00</u>

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.568 — DE 10 DE JUNHO DE 1943

Concede isenção de impostos e taxas ao Serviço Especial de Saúde Pública

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida ao Serviço Especial de Saúde Pública, do Ministério da Educação e Saúde, isenção de quaisquer impostos, taxas e emolumentos.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.569 — DE 10 DE JUNHO DE 1943

Isenta de emolumentos consulares as embarcações brasileiras empregadas no transporte de mercadorias pelo rio Uruguai

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam isentas do pagamento dos emolumentos consulares previstos no inciso I da Tabela anexa ao decreto-lei n. 1.330, de 7 de junho de

1939, as embarcações brasileiras que, procedentes da República Argentina, se destinem aos portos nacionais banhados pelo rio Uruguai.

Art. 2.º Os manifestos e demais documentos serão apresentados aos respectivos consulados para a legalização devida, sem ônus para os carregadores, observadas as demais exigências regulamentares.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor trinta (30) dias após a data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 5.570 — DE 10 DE JUNHO DE 1943

Dispõe sobre a coordenação dos orçamentos e balanços das entidades autárquicas federais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Todas as entidades autárquicas instituídas ou que venham a ser instituídas pelo Governo Federal ficam sujeitas, a partir da data em que entrar em execução o presente decreto-lei, à centralização e coordenação de seus orçamentos e balanços financeiros, econômicos e patrimoniais.

Art. 2.º As referidas entidades deverão apresentar, anualmente, até o dia 30 de setembro, cópias autenticadas das respectivas propostas orçamentárias relativas ao ano subsequente, ao órgão encarregado da elaboração do Orçamento Geral da República, acompanhadas dos quadros de sua comparação com o orçamento então em vigor e com os dados referentes aos itens de despesa e receita arrecadadas nos três exercícios anteriores já encerrados.

Art. 3.º As mesmas entidades deverão apresentar, anualmente, até o dia 31 de março, tanto ao órgão encarregado da elaboração do Orçamento Geral da República como à Contadoria Geral da República, cópias autenticadas de seus balanços financeiros, econômicos e patrimoniais relativos ao exercício anterior, inclusive as demonstrações da conta de "Execução Orçamentária".

Parágrafo único. Os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões deverão continuar a remeter seus orçamentos e balanços ao Conselho Nacional do Trabalho que, depois de aprová-los, deverá enviá-los ao órgão encarregado da elaboração do Orçamento Geral da República, nos prazos estabelecidos neste decreto-lei, ficando o mesmo Conselho autorizado a expedir imediatamente as necessárias instruções relativas ao cumprimento deste dispositivo.

Art. 4.º Em seções especiais, anexas ao Orçamento Geral da República e ao Relatório da Contadoria Geral da República, serão publicados, respectivamente, os orçamentos e os balanços das entidades autárquicas.

Art. 5.º Caberá ao órgão encarregado da elaboração do Orçamento Geral da República expedir as necessárias instruções para cumprimento do presente decreto-lei, bem como promover os estudos necessários à padronização dos critérios gerais e das formas especiais de que se deverão revestir os orçamentos, balanços e demonstrações de contas das diferentes entidades autárquicas.

Parágrafo único. Enquanto não forem expedidas as instruções a que se refere este artigo, prevalecerão as normas atualmente em vigor relativas à elaboração dos orçamentos e balanços das mencionadas entidades.

Art. 6.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro. 10 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.571 — DE 10 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda e crédito suplementar de Cr\$ 836.210,00 à dotação que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 836.210,00 (oitocentos e trinta e seis mil, duzentos e dez cruzeiros) à seguinte dotação do Anexo 14 — Ministério da Fazenda — do Orçamento Geral da República em vigor (decreto-lei n. 5.120, de 19-12-42):

VERBA 5 — OBRAS, DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

CONSIGNAÇÃO I — OBRAS

Subconsignação 02 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização; instalações, aparelhamento e equipamento em obras concluídas.

02 — Conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização.

28 — Diretoria do Domínio da União e Serviços Regionais:

a) Edifícios destinados às seguintes repartições:

Delegacia Fiscal de Pernambuco Cr\$ 836.210,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.572 — DE 10 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 80.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 80.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação I — Material Permanente

S/c. n. 13 — Móveis e artigos de ornamentação, máquinas, aparelhos e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campos; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria

22 — Delegacias Fiscais..... Cr\$ 80.000,00

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo se destina à Delegacia Fiscal no Estado do Paraná.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.573 — DE 14 DE JUNHO DE 1943

Dispõe sobre o pronunciamento do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O pronunciamento do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, nas matérias de sua competência legal, será exercido:

I — Pelo plenário respectivo, nos casos em que tal pronunciamento deva traduzir-se por:

- a) projeto de decreto-lei;
- b) resolução ou sugestão de medidas de caráter geral;
- c) manifestação de natureza judicativa;
- d) parecer relativo a encampação ou a declaração de caducidade;
- e) projeto de decreto, sobre o estabelecimento compulsório de novas instalações, ou sobre ampliação compulsória das existentes;

f) resolução relativa a execução compulsória de modificação de instalações; e

g) proposta relativa a intervenção administrativa ou a transferência comercial de empresa a nacionais.

II — pelo presidente respectivo, nos demais casos.

Art. 2.º O disposto neste decreto-lei aplica-se aos processos atualmente em andamento no C. N. A. E. E.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 5.574 — DE 14 DE JUNHO DE 1943

Altera o efetivo a que se refere o art. 2.º do decreto-lei n. 4.754, de 29 de setembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O efetivo de Oficiais do Quadro de Infantaria de Guarda (Q. I. G.), a que se refere o art. 2.º do decreto-lei n. 4.754, de 29 de setembro de 1942, passa a ser o seguinte:

Primeiros Tenentes 19

Segundos Tenentes 40

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República,

GETÚLIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.575 — DE 14 DE JUNHO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.292,00 para pagamento de gratificação adicional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.292,00 (dez mil duzentos e noventa e dois cruzeiros), para atender ao pagamento (Pessoal) da gratificação adicional de 10 % que compete ao Doutor Elísio de Moura Medrado, Assistente, padrão I, da Faculdade de Medicina da Baía, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério, relativamente ao período de 15 de setembro de 1926 a 31 de dezembro de 1940.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.576 — DE 14 DE JUNHO DE 1943

Assegura direito a emprego aos ex-empregados dos bancos cuja liquidação foi determinada pelo decreto-lei n. 4.612, de 24-8-42, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que pelo decreto-lei n. 4.612, de 24 de agosto de 1942, ficaram cassadas as cartas patentes dos seguintes estabelecimentos bancários: — Banco Alemão Transatlântico, Banco Germânico da América do Sul e Banco Francês e Italiano para a América do Sul;

Considerando que, com a execução dessa medida de interesse nacional, ficaram recindidos os contratos de trabalho com os empregados desses estabelecimentos;

Considerando que o fechamento dos referidos bancos importou no correspondente aumento de negócios dos demais estabelecimentos bancários;

Considerando que, com o desenvolvimento das indústrias em virtude do surto de progresso que o país atravessa, todos os estabelecimentos bancários têm sido beneficiados;

Considerando, também, que o dever de solidariedade social impõe o amparo aos antigos empregados daqueles estabelecimentos cuja liquidação foi determinada;

Considerando que a intervenção do Estado no domínio econômico se legitima para suprir as deficiências das iniciativas individuais e para introduzir no jôgo das competições o pensamento dos interesses da Nação;

Considerando mais que, sendo o trabalho um dever social, constitui uma obrigação do Estado protegê-lo, assegurando-lhe condições favoráveis e meios de defesa, decreta:

Art. 1.º Os Bancos, casas bancárias e caixas econômicas federais existentes no país ficam obrigados a admitir como seus empregados, em quadros suplementares, os funcionários dos bancos a que se refere o decreto-lei número 4.612, de 24 de agosto de 1942, e que, gozando da estabilidade legal, foram despedidos em consequência das medidas determinadas pelo aludido decreto-lei.

Parágrafo único. Não estão abrangidos pelas disposições deste decreto-lei os bancos estrangeiros a que se refere o decreto-lei n. 3.182, de 9 de abril de 1941.

Art. 2.º Aos empregados admitidos segundo o determinado no art. 1.º são assegurados os direitos à estabilidade e à percepção de salário não inferior ao que, na data da vigência do decreto-lei n. 4.612, servia de base para o pagamento das contribuições ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, ficando isentos, os estabelecimentos que os admitirem, da obrigação de fazê-los participar dos demais benefícios livremente outorgados ao seu funcionalismo regular.

Parágrafo único. Para os efeitos do reemprego, que visa esta lei, só serão computados os salários até o limite de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) mensais, embora o salário do desempregado tenha sido superior a esse limite.

Art. 3.º Estão excluídos dos favores a que se refere o presente decreto-lei:

a) os que de qualquer modo, tenham, comprovadamente, agido contra a segurança nacional;

b) os que não forem considerados válidos em inspeção de saúde realizada por uma junta médica, designada pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários;

c) os maiores de 55 anos.

Art. 4.º Os empregados considerados inválidos em inspeção de saúde serão aposentados pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo único. Na hipótese de invalidez temporária, desde que recuperada a sua capacidade de trabalho anterior, o empregado será aproveitado conforme dispõe o presente decreto-lei.

Art. 5.º Os maiores de 55 anos, que forem julgados válidos em inspeção de saúde, serão aposentados por velhice.

Parágrafo único. Na hipótese a que se refere este artigo, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários receberá do acervo dos bancos em liquidação o valor atual da contribuição triplíce, calculada sobre o último salário, em relação ao tempo que faltar para o empregado completar 30 (trinta) anos de contribuição.

Art. 6.º Os funcionários dos bancos em liquidação porventura convocados para o serviço ativo das forças armadas do país, continuarão a receber do acervo dos referidos bancos a percentagem de 50 % (cinquenta por cento) de seus salários, até que se efetive a desincorporação.

Parágrafo único. Uma vez desincorporado do serviço das forças armadas, o funcionário será aproveitado conforme se dispõe no presente decreto-lei.

Art. 7.º Os bancos, casas bancárias e caixas econômicas federais ficam obrigados a fornecer, dentro de 30 (trinta) dias da publicação do presente decreto-lei, à Comissão de Reemprego dos Bancários a que se refere o artigo 11, informações sobre o número de seus empregados, separados em categorias de serventes, contínuos e escriturários, assim como dos respectivos vencimentos.

§ 1.º A falta de cumprimento do disposto no presente artigo importará na imposição da multa de 500 (quinhentos) a 1.000 (mil) cruzeiros, sem prejuízo da obrigatoriedade da admissão de empregados, na forma desta lei.

§ 2.º É competente para impor a multa, por proposta da Comissão, a Divisão Fiscalizadora do Departamento Nacional do Trabalho.

Art. 8.º Os empregados dos bancos em liquidação, referidos no art. 1.º, deverão inscrever-se, para efeito de seu aproveitamento, perante a repartição ou entidade que for designada.

§ 1.º A inscrição a que se refere o presente artigo deverá ser feita dentro de 45 (quarenta e cinco) dias de vigência desta lei, sob pena de perda do direito ao novo emprego.

§ 2.º Por proposta justificada da Comissão de Reemprego dos Bancários, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá prorrogar até o máximo de 45 dias, o prazo a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3.º A Comissão promoverá a inscrição *ex-officio* dos empregados que se encontrem temporariamente aposentados e dos convocados para o serviço militar.

§ 4.º Para os efeitos da classificação dos empregados e sua distribuição pelos bancos, casas bancárias e caixas econômicas federais, serão distinguidas, apenas, as categorias de serventes ou contínuos, e escriturários.

Art. 9.º Os empregados dos bancos em liquidação serão distribuídos pelos bancos, casas bancárias e caixas econômicas federais proporcionalmente ao número de empregados desses estabelecimentos e ao *quantum* dos vencimentos daqueles, de maneira que o ônus financeiro atribuído a cada estabelecimento seja proporcional a ambos esses elementos.

Parágrafo único. Para os efeitos dessa proporcionalidade, deverão ser levados em conta, também, o número de integrantes das categorias de *serventes ou contínuos, e escriturários*, e o número correspondente de empregados das mesmas categorias nos estabelecimentos sujeitos às determinações desta lei.

Art. 10. A distribuição dos empregados registrados será feita, de preferência, pelos estabelecimentos que funcionem na mesma região econômica em que se tiver dado o desemprego.

Parágrafo único. Verificando-se a necessidade de distribuição em outra região, caberão ao acervo do banco a que pertenceu o empregado as despesas de viagem.

Art. 11. Para promover a aplicação das medidas a que se refere o presente decreto-lei, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio designará uma comissão composta de um representante do Ministério, de um do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio de Janeiro, de um do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro e de um das Caixas Econômicas Federais, sob a presidência do primeiro.

Parágrafo único. A comissão a que se refere este artigo organizará suas atividades em colaboração com a Seção de Colocação de Trabalhadores, da Divisão de Organização e Assistência Sindical, do Departamento Nacional do Trabalho.

Art. 12. As instruções necessárias para o cumprimento de suas atribuições serão submetidas pela Comissão, dentro em 30 (trinta) dias de sua constituição, à aprovação do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 13. As dúvidas ou omissões verificadas na aplicação do presente decreto-lei serão resolvidas pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 14. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.577 — DE 15 DE JUNHO DE 1943

Funda as carreiras de Médico Psiquiatra dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam fundidas, na conformidade da tabela anexa, as carreiras de Médico Psiquiatra dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2.º Os funcionários da atual carreira de Médico Psiquiatra do Quadro Suplementar terão seus decretos de nomeação apostilados pela Divisão de Pessoal respectiva.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Observações
2	Médico Psiquiatra	M	—	—	Q. P.	5	<i>Médico Psiquiatra</i>	M	—	3	
4	Médico Psiquiatra	L	—	—	Q. P.	7	L	1	—	
4	Médico Psiquiatra	L	—	—	Q. S.					
5	Médico Psiquiatra	K	—	3	Q. P.	9	K	3	—	
10	Médico Psiquiatra	K	—	—	Q. S.					
7	Médico Psiquiatra	J	—	6	Q. P.	11	J	—	4	
6	Médico Psiquiatra	J	—	—	Q. S.					
9	Médico Psiquiatra	I	—	6	Q. P.	13	I	—	6	
4	Médico Psiquiatra	I	—	—	Q. S.					
10	Médico Psiquiatra	H	—	—	Q. P.	17	H	—	7	
61						62					

DECRETO-LEI N. 5.578 — DE 15 DE JUNHO DE 1943

Concede pensão especial a Isabel Robini Lana

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' concedida a Isabel Robini Lana, viúva do extranumerário-mensalista do Departamento dos Correios e Telégrafos, José Paulino Lana, falecido em 19 de dezembro de 1938, em consequência de acidente no serviço, uma pensão especial na importância de Cr\$ 90,00 (noventa cruzeiros) mensais, correspondente à metade do salário que o referido servidor percebia àquela data.

Art. 2.º A pensão, a que se refere o artigo anterior, é devida a partir de 1.º de janeiro de 1943, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento das pensões a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.579 — DE 15 DE JUNHO DE 1943

Concede pensão especial a Hormina Alves Silva

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida a Hormina Alves Silva, viúva do extranumerário-diarista da Rêde de Viação Cearense, Manuel Monte Silva, falecido em 28 de agosto de 1942, em consequência de acidente no serviço, uma pensão especial na importância de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) mensais, correspondente à metade do salário que o referido servidor percebia àquela data.

Art. 2.º A pensão a que se refere o artigo anterior é devida a partir de 1 de janeiro de 1943, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento das pensões a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.580 — DE 16 DE JUNHO DE 1943

Aprova o Acôrdo Sulamericano de Radiocomunicações, firmado em Buenos Aires em 1935, revisto no Rio de Janeiro em 1937 e em Santiago do Chile a 17 de janeiro de 1940.

O Presidente da República, nos têrmos do artigo 180 da Constituição:

Resolve aprovar o Acôrdo Sulamericano de Radiocomunicações, firmado em Buenos Aires em 1935, revisto no Rio de Janeiro em 1937 e em Santiago do Chile a 17 de janeiro de 1940, por ocasião da Terceira Conferência Sulamericana de Radiocomunicações.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Osvaldo Aranha.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.581 — DE 17 DE JUNHO DE 1943

Dispõe sôbre o financiamento dos algodões da safra de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A base de financiamento dos algodões do tipo 5, a que se refere o art. 1.º do decreto-lei n. 5.360, de 30 de março de 1943, será feita na razão de sessenta e seis cruzeiros (Cr\$ 66,00), líquidos, por arroba de quinze quilos (15 kg).

Art. 2.º A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil só realizará financiamento quando o produto lhe for oferecido em lotes corridos e nas condições do mercado disponível de São Paulo.

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.582 — DE 17 DE JUNHO DE 1943

Institue uma "Cota Especial" sôbre algodão

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada a "Cota Especial" de trinta centavos (Cr\$ 0,30) por quilo de algodão em pluma, da safra de 1943, cuja arrecadação será es-

criturada em conta especial de "Depósitos", à disposição da Comissão de Financiamento da Produção.

Art. 2.º A cota a que se refere o artigo anterior será recolhida às coletorias ou recebedorias federais e recairá sobre o algodão em pluma destinado ao consumo interno ou externo.

Parágrafo único. No primeiro caso de que trata este artigo, *in-fine*, o pagamento será feito pelo industrial no ato de aquisição do produto, como matéria prima; no segundo, para obtenção da guia de exportação prevista na legislação em vigor, deverá o interessado fazer prova de haver recolhido a referida cota ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Ficam também sujeitas ao pagamento da "Cota Especial", instituída por este decreto-lei, as aquisições já feitas e relativas à safra de 1943.

Parágrafo único. Os recolhimentos decorrentes do disposto neste artigo deverão ser realizados dentro de sessenta (60) dias, a contar da data da publicação do presente decreto-lei, sob pena de cobrança executiva e multa até cinquenta por cento (50 %) da importância a recolher.

Art. 4.º As importâncias recolhidas e escrituradas em depósitos especificados destinam-se a fazer face aos riscos nas operações de financiamento do produto, realizadas pelo Governo Federal.

Parágrafo único. O saldo decorrente da liquidação das operações, porventura verificado na conta de depósitos "Provisão para Financiamento do Algodão", será incorporado à receita pública, como recursos aplicáveis às despesas decorrentes da guerra.

Art. 5.º A Diretoria das Rendas Internas baixará as instruções para arrecadação, fiscalização e recolhimento da cota criada pelo presente decreto-lei.

Art. 6.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.583 — DE 17 DE JUNHO DE 1943

Modifica a seriação de rubricas do vigente Orçamento Geral da República

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, pela forma abaixo, a seriação das rubricas 01) *usque* 52) do vigente Orçamento da Receita (Anexo n. 1, do decreto-lei número 5.120, de 19 de dezembro de 1942):

RENDA ORDINÁRIA

I — RENDAS TRIBUTÁRIAS

a) *Importação, entrada, saída e estadia de navios e aeronaves e adicionais:*

01 — Direitos de importação para consumo.

02 — Imposto adicional de 10 % sobre os direitos realmente devidos.

- 03 — Taxa adicional relativa a mercadorias e materiais despachados com isenção de direitos de importação.
- 04 — Expediente das capatazias.
- 05 — Armazenagem.
- 06 — Imposto de Docas.
- 07 — Imposto de Faróis.

b) *Imposto de Consumo:*

- 08 — Fumo.
- 09 — Bebidas.
- 10 — Alcool.
- 11 — Fósforos.
- 12 — Sal.
- 13 — Calçados.
- 14 — Perfumarias e artigos de toucador.
- 15 — Especialidades farmacêuticas.
- 16 — Conservas.
- 17 — Vinagres e óleos adequados à alimentação.
- 18 — Velas.
- 19 — Tecidos.
- 20 — Artefatos de tecidos e de peles.
- 21 — Papel e seus artefatos.
- 22 — Cartas de jogar.
- 23 — Chapéus e bengalas.
- 24 — Louças e vidros.
- 25 — Ferragens (artefatos de ferro e outros metais).
- 26 — Café torrado ou moído e chá.
- 27 — Banha, manteiga e sucedâneos.
- 28 — Móveis.
- 29 — Armas de fogo, munição e fogos de artifício.
- 30 — Lâmpadas, pilhas e aparelhos elétricos.
- 31 — Queijos e requeijões.
- 32 — Eletricidade.
- 33 — Tintas e vernizes.
- 34 — Leques.
- 35 — Artefatos de borracha.
- 36 — Pincéis para barba e obras de cutelaria.
- 37 — Pentes, escovas, espanadores e vassouras.
- 38 — Brinquedos.
- 39 — Artefatos de couro e outros materiais.
- 40 — Jóias e obras de ourives.
- 41 — Bijuterias, objetos de adorno e de utilidade e relógios.
- 42 — Gasolina, nafta, óleos e carbureto de cálcio.
- 43 — Ladrilhos, mosaicos, azulejos, aparelhos sanitários, etc.
- 44 — Instrumentos de música.
- 45 — Material ótico, fotográfico e cinematográfico.
- 46 — Fogões, fogareiros e aquecedores.
- 47 — Cimento.
- 48 — Linhas, cordoalhas e botões.
- 49 — Emolumentos de escritórios comerciais.
- 50 — Selagem de estoque.
- 51 — Depósitos fechados.
- 52 — Açúcar.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.584 — DE 17 DE JUNHO DE 1943

Prorroga o prazo para a apresentação de relatórios relativos à execução do "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional" no exercício de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 30 de setembro de 1943 o prazo a que se refere o § 1.º do art. 4.º do decreto-lei n. 2.012, de 10 de fevereiro de 1940, para o encaminhamento ao Ministério da Fazenda, pelos demais Ministérios e órgãos subordinados ao Presidente da República, dos relatórios circunstanciados das contas relativas ao exercício de 1942.

Art. 2.º Fica prorrogado até 31 de outubro seguinte, em consequência do disposto no artigo anterior, o prazo a que se refere o art. 6.º do decreto-lei n. 1.058, de 19 de janeiro de 1939, para apresentação ao Tribunal de Contas do relatório circunstanciado das operações pertinentes ao referido exercício de 1942.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Osvaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.585 — DE 17 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 635.354,80 para regularização de juros de depósitos da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de seiscentos e trinta e cinco mil trezentos e cinquenta e quatro cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 635.354,80), que será distribuído à Delegacia Fiscal no Estado do Rio de Janeiro, para integralização dos juros (Dívida Pública) devidos à Caixa Econômica Federal do mesmo Estado, no 1.º semestre de 1941 e 1.º e 2.º semestres de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.586 — DE 17 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Marinha o crédito especial de Cr\$ 9.000.000,00 para pagamento do vapor "Itassucê"

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Marinha o crédito especial de nove milhões de cruzeiros (Cr\$ 9.000.000,00), para atender ao pagamento (Material) devido à Organização Henrique Lage — Patrimônio Nacional —, decorrente da cessão ao mesmo Ministério do vapor "Itassucê", já incorporado às forças navais.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.587 — DE 18 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para serviços de dragagem e estudos do rio Jacuí

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com fundamento no decreto-lei n. 2.667, de 3 de outubro de 1940, o crédito

especial de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), para atender às despesas (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) com os Serviços de dragagem e estudos do rio Jacuí, no Estado do Rio Grande do Sul, na conformidade do orçamento aprovado pelo decreto n. 12.424, de 17 de maio do corrente ano.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.588 — DE 18 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para pagamento de subvenção à Comissão Executiva da Pesca, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), para pagamento (Serviços e Encargos) da subvenção da Comissão Executiva da Pesca, relativa ao corrente ano, de que trata o art. 3.º, n. I, d, do decreto-lei n. 5.530, de 28 de maio de 1943.

Art. 2.º Ficam sem aplicação, no vigente orçamento do Ministério da Agricultura (Anexo n. 12 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), as seguintes dotações:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação II — Pessoal Extranumerário

	Cr\$
S/c. n. 05 — Mensalistas	
04 — Departamento de Administração	
06 — Divisão do Pessoal.....	200.000,00

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação I — Material Permanente

S/c. n. 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, etc.	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal	
02 — Divisão de Caça e Pesca.....	6.000,00
S/c. n. 13 — Móveis e artigos de ornamentação, etc.	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal	
02 — Divisão de Caça e Pesca.....	164.100,00

Consignação II — Material de Consumo

S/c. n. 16 — Animais destinados a estudos, pesquisas, etc.	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal	
02 — Divisão de Caça e Pesca.....	1.000,00
S/c. n. 17 — Artigos de expediente, desenho, etc.	
16 — Conselho Nacional da Pesca.....	1.500,00
S/c. n. 25 — Matérias primas e produtos manufaturados, etc.	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal	
02 — Divisão de Caça e Pesca.....	5.000,00
S/c. n. 26 — Produtos químicos, biológicos, etc.	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal	
02 — Divisão de Caça e Pesca.....	70.000,00

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. n. 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção, etc.	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal	
02 — Divisão de Caça e Pesca.....	25.000,00
S/c. n. 37 — Iluminação, força motriz e gás	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal	
02 — Divisão de Caça e Pesca.....	25.000,00
S/c. n. 38 — Publicações; serviços de impressão, etc.	
16 — Conselho Nacional da Pesca.....	200,00
S/c. n. 40 — Ligeiros reparos, consertos, etc.	
02 — Consertos e conservação de bens móveis	
16 — Conselho Nacional da Pesca.....	200,00
S/c. n. 41 — Passagens, transporte de pessoal, etc.	
16 — Conselho Nacional da Pesca.....	2.000,00

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c. 35 — Serviços clínicos e de hospitalização	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal	
02 — Divisão de Caça e Pesca	
Prestados a pescadores	300.000,00
S/c. n. 55 — Empréstimos	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal	
02 — Divisão de Caça e Pesca	
Aos industriais da pesca, etc.....	200.000,00
	<hr/>
	1.000.000,00

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.589 — DE 18 DE JUNHO DE 1943.

Transfere gratuitamente à Paróquia de Nossa Senhora de Bonsucesso, da Arquidiocese do Rio de Janeiro, a propriedade plena do imóvel que menciona, situado na Capital Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferida gratuitamente à Paróquia de Nossa Senhora do Bonsucesso, da Arquidiocese do Rio de Janeiro, e em compensação do terreno cuja doação autorizara a lei n. 497, de 9 de setembro de 1937, no § 2.º do seu art. 1.º, a propriedade plena do imóvel — próprio nacional — com a área total de dois mil cento e quatro metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados (2.104,50 m²) e área edificada de duzentos e vinte e seis metros quadrados e trinta e um decímetros quadrados (226,31 m²), situado na rua Luiz Ferreira número cinquenta e nove (59), em Bonsucesso, na Capital Federal, e que, adquirido à extinta Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, tivera sua alienação autorizada pelo decreto número 1.841, de 31 de julho de 1937.

Art. 2.º O imóvel que o artigo anterior especifica será exclusivamente utilizado nos seguintes fins:

- a) construção de uma igreja; e
- b) construção destinada a uma escola paroquial, a um dispensário com a denominação "São Vicente de Paulo", e a outras obras de assistência social.

Art. 3.º Na Diretoria do Domínio da União assinar-se-á contrato de transferência da propriedade plena do imóvel mencionado no art. 1.º, com os elementos técnicos constantes do processo protocolado no Tesouro Nacional sob o n. 65.086, de 1942.

§ 1.º O contrato será lavrado em livro da repartição e valerá como escritura pública, para efeito de transcrição no Registro de Imóveis competente.

§ 2.º O contrato será isento de qualquer imposto de selo ou emolumento e sua transcrição no Registro de Imóveis competente far-se-á gratuitamente.

Art. 4.º Nenhum onus ou contribuição fiscal, a qualquer título, federal ou municipal, gravará o imóvel, cuja propriedade plena ora se transfere, — isenção essa que se estenderá às construções ou benfeitorias que nele se fizerem.

Art. 5.º A propriedade plena do imóvel mencionado no art. 1.º dêste decreto-lei reverterá ao patrimônio da União, sem que esta responda por indenização de espécie alguma, ainda mesmo quanto às construções ou benfeitorias, incorporadas ao solo, em qualquer dos seguintes casos:

a) se a construção mencionada na letra *b* do art. 2.º não se concluir dentro de dez anos, contados da data do contrato a que se refere o artigo 3.º;

b) se a Paróquia de Nossa Senhora do Bonsucesso não der ao imóvel o destino mencionado no art. 2.º;

c) se a mesma Paróquia se extinguir, excetuada a eventualidade de substituição, de qualquer modo, por outra paróquia, que, subrogada em todos os direitos e obrigações da substituída mantenha os fins e o destino do imóvel, consoante o disposto nas letras *a* e *b* do art. 2.º.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.590 — DE 18 DE JUNHO DE 1943

Transfere, de Fernando de Noronha para Vitória — Estado do Espírito Santo, a sede do 1.º Grupo Independente de Artilharia

O Presidente da República, decreta:

Artigo único. E' transferida do Território de Fernando de Noronha para a cidade de Vitória — Estado do Espírito Santo, a sede do 1.º Grupo Independente de Artilharia, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.591 — DE 18 DE JUNHO DE 1943

Transfere de Fernando de Noronha para Campina Grande — Estado da Paraíba do Norte, a sede do 31.º Batalhão de Caçadores

O Presidente da República, decreta:

Artigo único. E' transferida, do Território de Fernando de Noronha para Campina Grande — Estado da Paraíba do Norte, a sede do 31.º Batalhão de Caçadores, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.592 — DE 18 DE JUNHO DE 1943

Aprova o contrato sobre o saneamento do Vale do Rio Doce e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o contrato relativo ao saneamento do Vale do Rio Doce, assinado a 10 de fevereiro de 1943, entre o Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América.

Art. 2.º As despesas com a execução do contrato, no ano de 1943, serão atendidas pela Verba 3 — Serviços e Encargos; Consignação I — Diversos; Subconsignação 36, item 04-06, alínea a, do orçamento do Ministério da Educação e Saúde para o corrente exercício (anexo n. 13, artigo 3.º do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942).

Art. 3.º O Ministério da Educação e Saúde providenciará para que seja depositada no Banco do Brasil, à disposição do Serviço Especial de Saúde Pública, a contribuição financeira a que é obrigada a União.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 5.593 — DE 18 DE JUNHO DE 1943

Cria cargo de Promotor Público e função gratificada de Sub-Procurador no Quadro da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, na Parte Permanente do Quadro da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, um (1) cargo isolado, de provimento efetivo, de Promotor Público, padrão N, que terá a denominação de 26.º Promotor Público.

Art. 2.º Fica criada, nos mesmos Quadro, Parte e Ministério, a função gratificada de Sub-Procurador, que será exercida por promotor ou curador, escolhido e designado pelo Procurador Geral do Distrito Federal.

Art. 3.º Fica fixada em Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), anuais, a gratificação a que se refere o artigo anterior.

Art. 4.º O art. 87 do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940, alterado pelo de n. 4.219, de 31 de março de 1942, passa a vigorar com a seguinte redação :

“Art. 87. Os promotores públicos funcionarão: quinze nas Varas Criminais; dois junto ao Tribunal do Juri e respectivo juiz substituto; dois na Vara de Registros Públicos; três nos Serviços de registro civil, sendo um junto aos cartórios da 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª Circunscrições, outro junto da 6.ª, 7.ª, 8.ª, 9.ª e 10.ª, e o último junto da 11.ª, 12.ª, 13.ª e 14.ª; dois nas Varas de Família; e dois como sub-procuradores ou em substituição aos curadores designados para aquela função”.

Art. 5.º Os Sub-Procuradores terão a denominação de 1.º e 2.º, cabendo-lhes, nessa ordem, a substituição do Procurador Geral, na forma do art. 276, do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940.

Art. 6.º Para atender, no atual exercício, à despesa com o disposto neste decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n. 16 do Orçamento Geral da República) o crédito na importância de Cr\$ 27.000,00 (vinte e sete mil cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, consignação I — Pessoal permanente, subconsignação 01 — Pessoal permanente, 00 — Pessoal civil, 81 — Quadro da Justiça.

Art. 7.º O presente decreto-lei entrará em vigor em 15 de maio de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.594 — DE 18 DE JUNHO DE 1943

Aumenta o Quadro de Estado-Maior General do Exército de dois Generais de Divisão

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e

— considerando que pelos decretos-leis ns. 3.313, de 26-V-1941; 4.075, de 21-I-1942; 3.469, de 25-VII-1941; 4.704-A, de 17-IX-1942 e 4.758, de 29-IX-1942, foram reorganizadas as 7.ª e 9.ª Regiões Militares com sede respectivamente no Nordeste e Mato-Grosso;

— considerando que, com essa nova reorganização, foram elevados aos postos de General de Divisão os Comandos das 7.ª e 9.ª Região Militar e criadas na 7.ª Região duas Divisões de Infantaria;

— considerando que o quadro de oficiais generais da ativa compreende:

- 1 Chefe de Estado-Maior do Exército;
- 3 Inspetores de Grupos de Regiões;
- 1 Inspetor de Armas;
- 5 Comandantes de Região;

10 Generais de Divisão;

— considerando que a reorganização acima aumentou de mais dois generais de divisão Comandantes de Região e de mais dois Comandantes de Divisão de Infantaria, num total de quatorze Generais de Divisão;

— considerando, finalmente, que existe um General do Q.A., decreta:

Art. 1.º Fica aumentado desde já o Quadro de Estado-Maior General do Exército de dois Generais de Divisão para atender às necessidades advindas com a criação das Grandes Unidades retro citadas.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.595 — DE 21 DE JUNHO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 906,40 para pagamento de gratificação de magistério

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 906,40 (novecentos e seis cruzeiros e quarenta centavos), para atender ao pagamento de gratificação de magistério relativa ao exercício de 1942, conforme dispõe o decreto-lei n. 2.895, de 21 de dezembro de 1940, concedida a Ivo Correia Méier, Professor Catedrático, padrão M, do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.596 — DE 21 DE JUNHO DE 1943

Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 11.000,00 para despesas a cargo da Estrada de Ferro Maricá

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de onze mil cruzeiros (Cr\$ 11.000,00) para atender, neste exercício, às seguintes despesas (Pessoal) da Estrada de Ferro Maricá:

Gratificação por serviços extraordinários	Cr\$ 6.000,00
Diárias	Cr\$ 5.000,00
	<hr/>
	Cr\$ 11.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.597 — DE 21 DE JUNHO DE 1943

Torna extensivas aos militares da Aeronáutica as vantagens de que tratam os decretos-leis ns. 4.819, de 8 de outubro de 1942 e 5.479, de 12 de maio de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Aos militares da Aeronáutica ficam extensivas as vantagens de que tratam os decretos-leis ns. 4.819, de 8 de outubro de 1942 e 5.479, de 12 de maio de 1943, desde a data de sua publicação, observadas as normas e disposições vigentes no respectivo Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.598 — DE 21 DE JUNHO DE 1943

Modifica o decreto-lei n. 5.317, de 11 de março de 1943, na parte referente ao imposto sobre calçados

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O parágrafo único do art. 2.º do decreto-lei n. 5.317, de 11 de março de 1943, passa a ter a seguinte redação:

“O fabricante poderá marcar o calçado por preço maior do que o recebido do comprador, desde que não exceda o limite da tabela imediatamente superior, e pague o imposto nesta base. (Multa de 2 a 10 mil cruzeiros).”

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.599 — DE 21 DE JUNHO DE 1943

Cria uma Contadoria Seccional junto ao Departamento de Imprensa e Propaganda e uma função gratificada no Quadro Permanente (Q. P.) do Ministério da Fazenda.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, junto ao Departamento de Imprensa e Propaganda, uma Contadoria Seccional da Contadoria Geral da República, que terá a organização e atribuições estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 2.º Fica criada, no Quadro Permanente (Q. P.) do Ministério da Fazenda a função gratificada de Contador Seccional da Contadoria Seccional a que se refere o artigo anterior e fixada em Cr\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos cruzeiros) anuais a gratificação respectiva.

Art. 3.º Fica aberto, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.950,00 (mil novecentos e cinquenta cruzeiros) para atender, no corrente exercício a despesa com o pagamento da gratificação a que se refere o artigo anterior.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.600 — DE 21 DE JUNHO DE 1943

Altera dispositivos do decreto-lei n. 4.178, de 13 de março de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ao art. 140 do decreto-lei n. 4.178, de 13 de março de 1942, fica acrescentado o seguinte parágrafo:

§ 3.º A designação dos funcionários a que se refere este artigo far-se-á mediante rodízio, ressalvado o interesse da Administração.

Art. 2.º Os arts. 153 e 154 do referido decreto-lei passam a ter a seguinte redação:

Art. 153. Os servidores da Divisão do Imposto de Renda terão direito a uma quarta parte das multas efetivamente arre-

cadadas e que tenham sido aplicadas de acôrdo com os arts. 145, 148 e 149, em razão da denúncia, representação ou diligência.

§ 1.º O produto das multas não poderá ser adjudicado, no todo ou em parte, a quem as impuser ou confirmar.

§ 2.º As quotas-partes das multas do art. 145 só serão adjudicadas se o lançamento *ex-officio* resultar de denúncia ou representação relativa a elementos não conhecidos da repartição.

Art. 154. A adjudicação da quota-parte das multas a que se refere o artigo anterior será feita ao servidor ou servidores que indicarem a falta de modo suficientemente claro ou, em partes iguais, a êstes e aos que a apurarem.

Parágrafo único. No caso de multas impostas em virtude de representação ou denúncia de qualquer origem, a quota-parte será dividida em duas partes iguais, cabendo uma delas ao autor ou autores da denúncia ou representação, desde que feitas de modo suficientemente claro, e a outra aos servidores que efetuarem a diligência ou apurarem a procedência da denúncia ou representação, salvo quando o denunciante acusar firma de que seja ou tenha sido auxiliar ou preposto, caso em que não terá direito a qualquer participação na multa, cabendo a totalidade da quota ao servidor ou servidores.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.601 — DE 21 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para despesas com a propaganda das "Obrigações de Guerra"

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender às despesas (Serviços e Encargos) de qualquer natureza com a campanha de propaganda nacional em prol da colocação das "Obrigações de Guerra" mandadas emitir pelo decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.602 — DE 21 DE JUNHO DE 1943

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 22.261.700,00 e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 22.261.700,00 (vinte e dois milhões duzentos e sessenta e um mil e setecentos cruzeiros), correspondente às taxas de 2 % e 0,7 %, ouro, de que trata a lei n. 293, de 5 de novembro de 1936, afim de atender à restituição devida ao Governo do Estado de Santa Catarina, que a aplicará na construção do porto e em melhoramentos na barra do São Francisco do Sul, no mesmo Estado.

Art. 2.º Aprovados pelo Governo Federal o projeto e orçamento para execução das obras, serão emitidas em favor e à ordem do Estado de Santa Catarina as letras do Tesouro Nacional a que se refere o parágrafo único do artigo 3.º do decreto-lei n. 2.738, de 1 de novembro de 1940, e depositadas em estabelecimento bancário aceito por ambas as partes, para pagamento das referidas obras ou para servirem de base ao respectivo financiamento.

Art. 3.º O prazo para início das obras contratadas será de seis meses, contado da data de emissão das letras e o da conclusão será de cinco anos a contar da mesma data.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.603 — DE 22 DE JUNHO DE 1943

Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, a função gratificada de Secretário do Conselho Nacional de Serviço Social.

Art. 2.º A gratificação da função a que se refere o artigo anterior fica fixada em Cr\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos cruzeiros) anuais.

Art. 3.º Para atender, no atual exercício, à despesa com o disposto neste decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde (Anexo 13 do Orçamento Geral da República), o crédito de Cr\$ 2.400,00 (dois mil e qua-

trocentos cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor em 1 de julho de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.604 — DE 22 DE JUNHO DE 1943

Abre crédito suplementar ao Conselho Federal de Comércio Exterior

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Conselho Federal de Comércio Exterior, Anexo 6 do Orçamento Geral da União para 1943, o crédito, suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas, de Cr\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos cruzeiros).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.605 — DE 22 DE JUNHO DE 1943

Altera, sem aumento de despesa, o Anexo 3 do Orçamento Geral República

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterado, pela forma que se segue, o Anexo 3 — Departamento Administrativo do Serviço Público — do Orçamento Geral da República em vigor (Decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942):

Verba 1 — Pessoal

Consignação I — Pessoal Permanente

S/c 01 — Pessoal Permanente.

Passa de	Cr\$	4.120.800,00
Para	Cr\$	3.910.200,00

Consignação II — Pessoal Extranumerário

S/c 08 — Novas admissões para atender ao desenvolvimento dos serviços

08 — Serviço de Administração:

Passa de	Cr\$ 203.400,00
Para	Cr\$ 414.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.606 — DE 22 DE JUNHO DE 1943

Dispõe sobre o serviço do Registo Civil das Pessoas Naturais e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Serviço do Registo Civil das Pessoas Naturais, no Distrito Federal, a cargo dos 14 Oficiais a que se refere o art. 121 do decreto-lei número 2.035, de 27 de fevereiro de 1940, continua dividido em 14 circunscrições agrupadas em 7 zonas, cada uma das quais, compreendendo duas circunscrições, será superintendida por um Juiz Substituto, designado pelo Presidente do Tribunal de Apelação (Decreto-lei n. 2.035, art. 30, n. XXVII, e decreto-lei n. 5.401, de 13-4-943, art. 2.º, n. II).

§ 1.º No exercício dessas atribuições, os Juizes substitutos terão a denominação de Juizes do Registo Civil.

§ 2.º A 1.ª zona compreenderá a 1.ª e 2.ª circunscrições; a 2.ª, a 3.ª e 4.ª; a 3.ª, a 5.ª e 6.ª; a 4.ª, a 7.ª e 8.ª; a 5.ª, a 9.ª e 10.ª; a 6.ª, a 11.ª e 12.ª; e a 7.ª, a 13.ª e 14.ª circunscrições.

Art. 2.º Aos Juizes do Registo Civil compete:

I — exercer tôdas as atribuições relativas ao registo civil, inclusive a celebração dos casamentos, salvo as contenciosas em relação a êstes;

II — processar e julgar as justificações, retificações, anotações, averbações, cancelamento e restabelecimento dos respectivos assentos;

III — inspecionar mensalmente os serviços a cargo dos oficiais sob sua jurisdição, rubricando-lhes os livros e verificando se os mesmos são regularmente escriturados e devidamente guardados;

IV — aplicar penas aos oficiais acima referidos, provocando a intervenção do Corregedor ou do Ministério Público, nos casos de sua competência;

V — homologar as emancipações por concessão do pai ou da mãe, qualquer que seja sua forma.

Parágrafo único. A competência para a homologação das emancipações será do Juiz a que estiver sujeito o oficial competente para a anotação (decreto n. 4.857, de 9-11-39, art. 16, § 2.º).

Art. 3.º Nos seus impedimentos ou faltas ocasionais, os Juizes do Registro Civil serão substituídos uns pelos outros na ordem numérica, sendo o 7.º pelo 1.º; nos demais casos, pelo Juiz substituto, designado pelo Presidente do Tribunal de Apelação.

Art. 4.º As funções de curador e defensor nos processos penais, no Distrito Federal, serão exercidas, nos casos em que ao Juiz cabe nomeá-los (arts. 262 e 263 do Cód. Proc. Penal), por Advogados de Ofício, em número de oito, que terão exercício nas Varas Criminais, por designação do Procurador Geral, a quem ficam subordinados.

Parágrafo único. Aos advogados de Ofício é facultado o exercício da advocacia, na forma da lei, salvo como acusador particular ou patrono do querelante, nos processos penais.

Art. 5.º Para auxiliar o serviço de defesa de ofício, o Procurador Geral do Distrito Federal poderá designar, sem onus para os cofres públicos, Assistentes de Advogado de Ofício, em número variável, recrutados dentre Acadêmicos de Direito do 4.º e 5.º anos e bacharéis em direito recém-formados, os quais funcionarão sob a orientação dos Advogados de Ofício.

§ 1.º A designação será regulada por Instruções do Procurador Geral, que fixará, também, as atribuições dos Assistentes e os distribuirá pelas Varas Criminais, de acordo com as necessidades do serviço.

§ 2.º O tempo de serviço prestado pelos Assistentes será, para todos os efeitos, considerado como de efetivo exercício da advocacia.

Art. 6.º Os Advogados de ofício e seus assistentes ficam sujeitos à disciplina normal dos membros do Ministério Público.

Art. 7.º Os Juizes do Registro Civil devem comparecer diariamente à sede do Pretório e aí permanecer das 11 às 17 horas, ou enquanto for necessário ao serviço, salvo quando ocupados na celebração de casamentos fora da sede.

Art. 8.º Os Advogados de Ofício gozarão 20 dias de férias anuais, que lhes serão asseguradas após 12 meses de efetivo exercício.

Art. 9.º Os promotores públicos a que se refere o art. 87 do decreto-lei n. 2.035, de 1940, continuarão a servir — um, na 1.ª à 5.ª Circunscrição; outro, na 6.ª à 10.ª Circunscrição; e outro, na 11.ª à 14.ª Circunscrição.

Art. 10. Os emolumentos de que trata o art. 256 do decreto-lei número 2.035, de 1940, devidos por casamento celebrado, que cabiam aos juizes de casamento e lhes eram pagos na forma ali estipulada, passam a constituir renda da União e serão cobrados em selo federal, aposto e inutilizado nos autos.

§ 1.º Nas habilitações de casamento, pelos pedidos de dispensa de prazo, será cobrada em dobro a taxa estabelecida no art. 77 do decreto-lei n. 2.505, de 20 de agosto de 1940, devida quando conclusos os autos ao Juiz, para decisão.

§ 2.º A mesma taxa referida no parágrafo anterior será cobrada nos pedidos de designação de dia e hora para a celebração de casamentos fora do edifício do Pretório.

§ 3.º Excetuam-se das disposições dos parágrafos anteriores os casos *in extremis*, e os de casamentos para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal.

Art. 11. As custas, previstas na legislação vigente, relativas aos atos praticados pelos advogados de ofício, nos processos crimes, serão pagas pelo condenado, em selo inutilizado pelo próprio Advogado de Ofício ou seu Assistente.

Art. 12. Transitòriamente, as atribuições de Juiz do Registo Civil serão exercidas pelos ocupantes dos cargos de Juiz do Registo Civil, padrão L, incluídos, por êste decreto-lei, na Parte Suplementar do Quadro da Justiça, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

§ 1.º A êsses Juízes são aplicáveis as incompatibilidades de que trata o Capítulo I do Título V, do decreto-lei n. 2.035, de 1940, sendo-lhes vedado o exercício da advocacia.

§ 2.º À proporção que vagarem os cargos referidos neste artigo, serão aquelas atribuições exercidas por Juizes Substitutos.

§ 3.º Enquanto não ocorrer a vacância dos cargos a que se refere êste artigo, a substituição dos respectivos ocupantes será feita pela atribuição cumulativa de funções, mediante designação pelo Presidente do Tribunal de Apelação.

Art. 13. Os atuais cargos isolados de Juiz de Casamento, padrão L, da Parte Permanente do Quadro da Justiça, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, passam para a parte Suplementar do mesmo Quadro e Ministério, transformados em 7 cargos de Juiz do Registo Civil, padrão L, e 7 de Advogado de Offício, padrão L, todos extintos quando vagarem.

§ 1.º A distribuição dos atuais juizes de Casamento por êsses cargos será feita pelo Presidente da República, mediante proposta do Tribunal de Apelação, encaminhada por intermédio do Ministro da Justiça, dentro de 15 dias a contar da publicação dêste decreto-lei.

§ 2.º Para deliberar sôbre a proposta, o Tribunal reunir-se-á em sessão plena.

§ 3.º De acôrdo com a decisão do Presidente da República, a Divisão do Pessoal do Ministério da Justiça providenciará a expedição dos decretos de provimento nos novos cargos.

Art. 14. Até que entrem em exercício os Juízes do Registo Civil a que se refere o artigo anterior, as suas atribuições continuarão a ser exercidas pelos Juízes Substitutos já designados, nas respectivas jurisdições.

Art. 15. Os atuais Juízes de Casamento que passaram a Juízes do Registo Civil não gozarão das garantias constitucionais atribuídas aos magistrados, aos quais não se equiparam, não lhes cabendo qualquer direito ao provimento em cargos de Juiz Substituto.

Art. 16. Ficam criados, na Parte Permanente do Quadro da Justiça, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 7 cargos isolados, de provimento efetivo, de Juiz Substituto, padrão N, que serão providos, mediante concurso, na forma do art. 201, n. III, do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940, à medida que se extinguirem os cargos de Juiz do Registo Civil, da Parte Suplementar, na razão de um por um.

Art. 17. Ficam criados, na Parte Permanente do mesmo Quadro e Ministério, 8 cargos isolados do provimento efetivo, de Advogado de Offício, padrão J, dos quais um será provido imediatamente e 7 à medida que se extinguirem os de Advogado de Offício, padrão L, da Parte Suplementar, na razão de um por um.

Parágrafo único. As nomeações serão feitas por livre escolha do Presidente da República, dentre bacharéis em direito que tenham dois anos de prática forense.

Art. 18. Para atender, no atual exercício, à despesa com o provimento de 1 (um) cargo de Advogado de Offício, padrão J, fica aberto, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (anexo n. 16 do Orçamento Geral da República), o crédito de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, 00 — Pessoal Civil, 81 — Quadro da Justiça.

Art. 19. As transformações determinadas por êste decreto-lei só se tornarão efetivas 30 dias após a sua vigência.

Art. 20. Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.607 — DE 22 DE JUNHO DE 1943

Dispõe sobre a organização de Serviços de Ensino e Orientação Profissional nas Estradas de Ferro Administradas pela União, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, em cada uma das Estradas de Ferro Administradas pela União, um Serviço de Ensino e Orientação Profissional (S. E. O. P.) que funcionará de acordo com o presente decreto-lei e com a legislação complementar que for expedida.

Art. 2.º Os S. E. O. P. terão por finalidade estudar, organizar e aplicar processos destinados a formar, orientar ou aperfeiçoar o pessoal técnico e administrativo da respectiva estrada.

§ 1.º Para preencher suas finalidades, os S. E. O. P. manterão Cursos de Formação e de Aperfeiçoamento, que serão fixados em regulamentos.

§ 2.º Os cursos de natureza industrial obedecerão ao disposto no decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, e as demais disposições legais, de caráter geral, referentes ao ensino industrial.

Art. 3.º Ficam criadas, nos Quadros V, VI e VII do Ministério da Viação e Obras Públicas, as funções gratificadas de Coordenador do S. E. O. P.

§ 1.º Ficam fixadas em Cr\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos cruzeiros) anuais, as gratificações das funções a que se refere o presente artigo.

§ 2.º O Coordenador será designado pelo Diretor do D. N. E. F., mediante indicação do Diretor da Estrada, dentre funcionários técnicos do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 4.º O ensino será ministrado por professores e instrutores, designados pelo Diretor da Estrada, mediante proposta do Coordenador, dentre técnicos, nacionais ou estrangeiros, servidores do Estado ou não.

§ 1.º Os professores e instrutores também poderão ser admitidos como extranumerários, na forma da lei.

§ 2.º Os funcionários designados na forma deste artigo poderão, em casos especiais e mediante autorização do Presidente da República, ser dispensados dos trabalhos da repartição ou serviço em que estiverem lotados, mas ficarão obrigados, nesta hipótese, a dezoito horas semanais de aulas ou trabalhos escolares, sem direito aos honorários previstos no parágrafo seguinte.

§ 3.º Os professores e instrutores, não compreendidos nos §§ 1.º e 2.º deste artigo, perceberão, nos termos da legislação vigente, honorários de Cr\$ 30,00 e Cr\$ 20,00, respectivamente, por hora de aula dada ou de trabalho executado, até o limite máximo de doze horas por semana.

Art. 5.º A organização dos cursos, sua duração, o regime escolar, as condições de matrícula e demais disposições referentes à organização dos S. E. O. P. serão fixados em regulamento.

Art. 6.º Para atender no atual exercício, às despesas de que trata o art. 3.º deste decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos cruzeiros).

Art. 7.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.608 — DE 22 DE JUNHO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 9.600,00 para pagamento de gratificação de magistério

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos cruzeiros) para atender ao pagamento de gratificação de magistério relativa ao exercício de 1942, conforme dispõe o decreto-lei n. 2.895, de 21 de dezembro de 1940, concedida a Augusto Lopes Pontes, Professor Catedrático, padrão M, do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.609 — DE 22 DE JUNHO DE 1943

Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e o Chile, firmado em Santiago do Chile, a 18 de novembro de 1941

O Presidente da República, nos termos do artigo 180 da Constituição:

Resolve aprovar o Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e o Chile, firmado em Santiago do Chile, a 18 de novembro de 1941.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Osvaldo Aranha.

Gustavo Capanema.

CONVÊNIO CULTURAL ENTRE O BRASIL E O CHILE

Os Governos da República dos Estados Unidos do Brasil e da República do Chile, animados do desejo de intensificar o intercâmbio cultural entre os dois países;

Convencidos da grande utilidade recíproca que há no melhor conhecimento da ciência, das letras e das artes;

Certos de que contribuem para aproximação espiritual entre os seus povos facilitando mutuamente a comprovação dos progressos feitos em todos os domínios da inteligência, do saber e da interpretação artística;

Confiando em que essa troca de afirmações de cultura concorrerá para a justa e sincera compreensão entre Universidades, Institutos científicos, Academias e homens de pensamento, assim solicitados para empenhar os seus esforços em proveito da causa da amizade, cooperação e paz que ambos os Governos defendem e valorizam;

Pensando em adotar tipos de entendimento entre aqueles organismos intelectuais que possam de futuro generalizar-se no continente em forma duma colaboração ativa das respectivas culturas a serviço do seu desenvolvimento, e da perfeição do espírito americano;

E tendo em vista os tradicionais laços de estima e interesse que unem brasileiros e chilenos;

Aproveitando a oportunidade da visita que faz ao Chile o Ministro das Relações Exteriores do Brasil;

Resolveram celebrar um Convênio destinado a tais objetivos, e para este efeito nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Doutor Osvaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, e

O Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República em exercício do Poder Executivo, Sua Excelência o Senhor Juan Bautista Rossetti, Ministro das Relações Exteriores do Chile,

Os quais, depois de terem exibido reciprocamente os seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

ARTIGO PRIMEIRO

As Universidades, Academias, Institutos ou outras entidades culturais, científicas, literárias e artísticas de um e outro país promoverão por todos os meios ao seu alcance a aproximação e o intercâmbio cultural recíprocos, procurando especialmente estimular e auxiliar a realização de viagens de seus dirigentes, professores e associados, com o propósito de darem cursos ou conferências segundo programas oportunamente combinados entre os respectivos Ministérios de Educação ou por seu intermédio, inspirados nos sentimentos e ideais do presente Convênio.

ARTIGO SEGUNDO

Cada uma das Altas Partes Contratantes concederá anualmente dez bolsas para estudantes de cursos superiores ou profissionais brasileiros ou chilenos, enviados de um a outro país para prosseguirem ou aperfeiçoarem seus estudos, consignando para o efeito verbas próprias e facilitando as matrículas e inscrições nos estabelecimentos de ensino preferidos, independentemente das respectivas prescrições regulamentares.

ARTIGO TERCEIRO

No Rio de Janeiro e em Santiago, inicialmente, e em outros centros culturais em seguida, haverá, com o amparo dos Governos contratantes, uma cátedra de extensão universitária de História e Literatura Chilena ou Brasileira, em caráter permanente, a ser regida por professores designados reciprocamente, correndo as despesas de viagem e o custeio do curso por conta dos respectivos Governos. Na ausência desses professores comissionados, e para que não haja interrupção de trabalhos docentes, desempenharão provisoriamente aquelas cátedras pessoas de alto saber providas pelos Ministérios de Educação ou pelas próprias Universidades.

ARTIGO QUARTO

As Altas Partes Contratantes convencionam auxiliar a publicação, na sua língua nacional, de uma série de livros ou Biblioteca de autores brasileiros ou chilenos, de modo a melhor divulgarem, num e noutro país, as obras primas de sua literatura, dando preferência à História e às biografias dos grandes vultos, de acôrdo com uma lista desses livros que lhes será mutuamente submetida.

ARTIGO QUINTO

Ambos os Governos darão o seu inteiro apôio aos Institutos de Cultura já existentes para organizar e dirigir esse intercâmbio intelectual e, quanto possível, farão deles órgãos de consulta e deliberação para a regular observância e pontual cumprimento deste Convênio.

ARTIGO SEXTO

Providenciarão as Altas Partes Contratantes para que na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro e em Santiago, e, sucessivamente, nas demais grandes bibliotecas públicas, haja uma secção bibliográfica chilena ou brasileira, quanto possível completa e atualizada mediante uma intensiva troca de livros e informações, e exposições periódicas sob os auspícios dos Institutos referidos no Artigo precedente.

ARTIGO SÉTIMO

Ambos os Governos contratantes empregarão os seus melhores esforços em obter a difusão dos informes culturais do interesse recíproco, e a intensificação do intercâmbio de produções intelectuais, adotando, entre outras iniciativas, o sistema de periódicas Exposições do Livro brasileiro ou chileno.

ARTIGO OITAVO

O presente Convênio será ratificado depois de preenchidas as formalidades legais em uso em cada um dos dois países, e entrará em vigor noventa dias após a troca dos instrumentos de ratificação, a efetuar-se no mais breve prazo possível.

Cada uma das Partes Contratantes poderá denunciá-lo em qualquer momento, mas seus efeitos só cessarão um ano depois da denúncia.

Em fé do que, os Plenipotenciários acima nomeados firmam o presente Convênio, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e castelhana, e lhes apõem seus selos na Cidade de Santiago, aos dezoito dias do mês de novembro de 1941.

(L.S.) *Oswaldo Aranha,*

(L.S.) *Juan B. Rossetti.*

DECRETO-LEI N. 5.610 — DE 23 DE JUNHO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.653,30, para pagamento de gratificação de magistério

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.653,30 (mil seiscentos e cinquenta e três cruzeiros e trinta centavos), para atender ao pagamento de gratificação de magistério relativa ao exercício de 1942, conforme dispõe o decreto-lei n. 2.895, de 21 de dezembro de 1940, concedida a José Vitor Ferreira Nobre, Professor Catedrático, padrão M, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.611 — DE 23 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 27.340.000,00, para ligações ferroviárias

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de vinte e sete milhões, trezentos e quarenta mil cruzeiros (Cr\$ 27.340.000,00), para atender às despesas (Obras, Desapropriações e Aquisição de Imóveis) com o prosseguimento da construção das linhas férreas de ligação do Centro com o Norte do país, inclusive melhoramentos e aparelhamento da linha em tráfego, integrante dessa ligação.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI n. 5.612 — DE 24 DE JUNHO DE 1943

Altera disposições do decreto-lei n. 4.902, de 31 de outubro de 1942, e da outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica acrescido ao artigo 1.º do decreto-lei n. 4.902, de 31 de outubro de 1942, o seguinte:

§ 3.º — Se o empregado tiver sido contratado pelo empregador há menos de seis meses do dia em que for convocado, o salário será calculado de acordo com a média mensal percebida no período do emprego.

§ 4.º — Quando a importância correspondente aos 50 % do vencimento, ordenado ou salário de que trata este artigo, for inferior ao total dos vencimentos e vantagens a que convocado tenha direito pelo Exército, Armada ou Aeronáutica, perceberá, em folha especial pela respectiva unidade administrativa, à conta da dotação orçamentária fixada para esse fim, a parte que constituir a diferença entre aquela remuneração civil e o citado total dos vencimentos e vantagens.

§ 5.º — Nos casos de falência, concordata ou extinção de empresa, é assegurado ao empregado convocado o direito que decorre das leis de proteção ao trabalho, passando ele a perceber pelo Exército, Armada ou Aeronáutica os vencimentos e vantagens correspondentes ao seu posto.

§ 6.º — Quando a convocação incidir sobre quem esteja garantido mediante contrato de trabalho por prazo determinado, seja em face do tempo seja em face da obra, cessará para o respectivo empregador, simultaneamente com a extinção das obrigações contratuais, o encargo do pagamento de que trata este artigo.

§ 7.º — Para o caso de convocação de reservista que tenha sido apenas admitido como substituto temporário de outro convocado, não serão aplicadas as disposições deste artigo.

§ 8.º — Da importância correspondente aos 50 % do ordenado civil de que trata este art. serão deduzidas pelo empregador as quotas de contribuição para instituições de previdência social e as de descontos obrigatórios que incidam sobre a mesma remuneração, dando-lhes no prazo legal o conveniente destino.

§ 9.º — Sendo transitória e podendo ter curta duração a permanência de sargentos convocados no serviço ativo do Exército, Armada e da Aeronáutica, será feito, a título gratuito, o abono das peças de uniforme que lhes forem indispensáveis para a instrução e serviço de campanha, durante o primeiro ano de incorporação.

Art. 2.º — Fica acrescido ao artigo 2.º do citado decreto-lei n. 4.902, o seguinte:

§ 1.º — Desse certificado deverá constar a data da apresentação do convocado, a partir da qual lhe será devido pelo empregador o salário de que trata o artigo 1.º.

§ 2.º — Se o convocado for julgado incapaz temporaria ou definitivamente para o serviço militar, a autoridade militar a que

se tenha apresentado comunicará ao empregador o resultado da inspeção, bem como a baixa do serviço, afim de cessar o pagamento do salário de convocação.

Art. 3.º — Fica acrescido ao artigo 4.º do aludido decreto-lei n. 4.902 o seguinte:

§ 1.º — Até o último dia de cada mês o empregador enviará à unidade administrativa em que servir o convocado a importância do salário que lhe couber nesse mês, acompanhada da 1.ª via da respectiva folha de pagamento, na qual será lançada a devida quitação.

Esse pagamento poderá ser efetuado diretamente pelo empregador ao interessado ou a quem legalmente o representar, devendo, então, a unidade ter ciência do pagamento pela remessa daquela 1.ª via.

A 2.ª via da folha será remetida à Divisão de Fiscalização do Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, ou aos órgãos delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados, para efeito de fiscalização.

§ 2.º — Com esse mesmo objetivo, as unidades administrativas que tenham convocados empregados de particulares, enviarão à Sub-Diretoria de Fundos do Exército, à Diretoria de Fazenda da Armada ou da Aeronáutica relação nominal desses convocados, mencionando os salários a pagar e os nomes de seus empregadores com as sedes de seus estabelecimentos.

Art. 4.º — Passa a ter a seguinte redação o artigo 5.º do referido decreto-lei n. 4.902:

Art. 5.º — O brasileiro convocado para prestar serviço profissional, mesmo de natureza civil, em estabelecimento ou organização militar, terá direito ao pagamento correspondente aos 50% do vencimento, ordenado ou salário de que trata o artigo 1.º

Art. 5.º — Fica acrescido no artigo 6.º do mesmo decreto-lei n. 4.902, o seguinte:

§ 1.º — Sempre, que, terminado o prazo para o pagamento do salário, o empregador não tiver remetido a importância à unidade em que servir seu empregado, cumprirá ao comandante, diretor ou chefe comunicar à Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho, que processará a cobrança nos termos da legislação vigente.

§ 2.º — Ao empregado convocado, quando não for possível a sua presença ao julgamento do dissídio pela Justiça do Trabalho, caberá o direito de representação pelo respectivo sindicato de classe ou por meio de companheiro de profissão, previamente designado, na forma do disposto no § 2.º do art. 42 do decreto-lei n. 1.237, de 2 de maio de 1939.

§ 3.º — Na forma do § 1.º se procederá quanto à cobrança da multa prevista neste artigo, devendo a comunicação ser enviada à Divisão de Fiscalização do Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, ao Departamento Estadual do Trabalho, no Estado de São Paulo, ou às Delegacias Regionais do Trabalho, nos demais Estados.

§ 4.º — Em caso de reincidência e de má fé do empregador, o Ministério militar interessado promoverá, em entendimento com o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio a intervenção oficial

na administração do estabelecimento, afim de fazer cumprir o que a lei determinar.

Art. 6.º — Passa a ter a seguinte redação o artigo 7.º daquele decreto-lei n. 4.902:

Art. 7.º — Aos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, em entendimento com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, compete fiscalizar a execução do presente decreto-lei.

§ 1.º — As disposições dêste decreto-lei se aplicam aos empregados que, ao entrar em vigor o decreto-lei n. 4.902, de 31 de outubro de 1942, já se achavam incorporados por convocação.

§ 2.º — Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação dêste decreto-lei e do de número 4.902, citado no parágrafo anterior, serão resolvidos pelo Ministério militar interessado, ouvido, quando necessário, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 7.º — Como vencimento, ordenado ou salário entende-se a remuneração que perceber o empregado em função do emprego, qualquer que seja a forma do seu pagamento.

Art. 8.º — Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1943; 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolonio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.613 — DE 24 DE JUNHO DE 1943

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr\$ 20.000,00 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. — Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) à seguinte dotação do orçamento vigente (anexo n. 12 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942).

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação IV — Indenizações

Sub-consignação 22 — Ajuda de custo:

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal Cr\$ 20.000,00

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo se destina ao Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.614 — DE 24 DE JUNHO DE 1943

Dispõe sobre as taxas de água e esgotos no Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Enquanto o serviço de abastecimento d'água do Distrito Federal estiver a cargo do Governo da União, as taxas de água serão cobradas na mesma base do que foi estabelecido para o exercício de 1942, nos termos do § 1.º do decreto-lei n. 3.748, de 23 de outubro de 1941.

Art. 2.º Até que sejam aprovadas as novas tabelas de taxas de esgotos a que se refere o art. 1.º do decreto-lei n. 3.748, de 23 de outubro de 1941, far-se-á a cobrança na base do que foi estabelecido para o exercício de 1942, nos termos do dispositivo a que alude o artigo anterior.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.615 — DE 24 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para atender a despesas do Serviço Federal de Águas e Esgotos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de trezentos mil cruzeiros (Cr\$ 300.000,00), que será distribuído à

Tesouraria do mesmo Ministério, para atender às despesas (Serviços e Encargos) com os trabalhos de atualização da cobrança de taxas, a cargo do Serviço Federal de Águas e Esgotos, e de obtenção dos elementos a que se refere o art. 6.º do decreto-lei n. 2.646, de 1.º de outubro de 1940.

Art. 2.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.616 — DE 24 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 22.950,00, para pagamento ao Instituto da Imaculada, desta Capital

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de vinte e dois mil novecentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 22.950,00), para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) da indenização devida ao Instituto da Imaculada, desta Capital, pela manutenção, por conta do Governo, de vinte e sete (27) menores, nos meses de janeiro e fevereiro de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.617 — DE 24 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 75.000,00, para pagamento de subvenção

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de setenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 75.000,00) para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) da subvenção concedida à Sociedade Médica de Combate ao Cancer no Rio Grande do Sul, relativa ao vigente exercício.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.618 — DE 24 DE JUNHO DE 1943

Dilata o prazo de que trata o art. 1.º do decreto-lei n. 3.182, de 9 de abril de 1941, para o Bank of London and South America, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e tendo em vista o art. 145, decreta:

Art. 1.º O prazo de que trata o art. 1.º do decreto-lei n. 3.182, de 9 de abril de 1941, fica dilatado por período igual ao que durar o atual estado de guerra, para o Bank of London and South America.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.619 — DE 24 DE JUNHO DE 1943

Prorroga o prazo de que trata o art. 2.º, § 2.º, do decreto-lei n. 4.841, de 17 de outubro de 1942, para o registo de seringalistas e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado por mais doze (12) meses o prazo constante do § 2.º do art. 2.º do decreto-lei n. 4.841, de 17 de outubro de 1942.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.620 — DE 24 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 51.300,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cinquenta e um mil e trezentos cruzeiros (Cr\$ 51.300,00), em refôrço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação II — Pessoal Extranumerário

S|c. n. 06 — Diaristas

04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional

06 — Serviço do Pessoal Cr\$ 51.300,00

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo se destina à Divisão do Impôsto de Renda.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.621 — DE 24 DE JUNHO DE 1943

Altera as carreiras de Guarda-livros e Contador, do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º As carreiras de Guarda-livros e Contador, do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ficam alteradas de conformidade com as tabelas anexas a este decreto-lei.

Art. 2.º Fica destinada a importância de Cr\$ 117.600,00 (cento e dezessete mil e seiscentos cruzeiros), do atual saldo da conta corrente do Quadro Único, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para atender, no período de 1 de junho a 31 de dezembro do corrente ano, às despesas com a execução deste decreto-lei.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
	GUARDA-LIVROS						GUARDA-LIVROS				
4	G	—	4	Q. U.	10	G	—	10	22
6	F	—	6	Q. U.	12	F	—	12	
10	E	—	—	Q. U.	16	E	—	6	
20						38					
	CONTADOR						CONTADOR				
2	L	—	—	Q. U.	2	L	—	—	
5	K	—	—	Q. U.	2	K	3	—	
6	J	—	6	Q. U.	3	J	—	3	
7	I	—	7	Q. U.	4	I	—	4	
9	H	—	—	Q. U.	5	H	4	—	
29						16					

Observações — Os cargos provisórios serão providos imediatamente, com os recursos da c/c do Quadro, e suprimidos à medida que os respectivos ocupantes forem sendo promovidos à classe seguinte. O total de cargos ocupados na carreira não poderá ultrapassar 38. Os cargos vagos da classe E serão providos imediatamente.

DECRETO-LEI N. 5.622 — DE 24 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de 310.000 cruzeiros, para despesas com o Serviço de Reembolso Postal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de trezentos e dez mil cruzeiros (Cr\$ 310.000,00), para atender às despesas da reforma, implantação e manutenção do Serviço de Reembolso Postal, sendo:

Pessoal:

Pessoal extranumerário	Cr\$	70.000,00
----------------------------------	------	-----------

Material:

Material permanente	Cr\$	150.000,00	
Material de Consumo	Cr\$	40.000,00	Cr\$ 190.000,00

Serviços e encargos:

Aluguel de equipamentos	Cr\$	50.000,00
	Cr\$	<u>310.000,00</u>

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.623 — DE 24 DE JUNHO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 250.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de duzentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 250.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas (Anexo n. 20 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA I — PESSOAL

Consignação V — Outras Despesas com Pessoal

S|c. n. 27 — Outras Despesas

02 — Abono familiar

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal Cr\$ 250.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.624 — DE 24 DE JUNHO DE 1943

Cria função gratificada no Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, a função gratificada, de Chefe de Disciplina da Escola Nacional de Música, da Universidade do Brasil.

Parágrafo único. A função a que se refere este artigo será exercida por inspetor de alunos, escolhido e designado pelo respectivo diretor, se na referida Escola estiver lotado, ou mediante prévia autorização do Ministro de Estado, se estiver lotado em outro órgão do mesmo Ministério.

Art. 2.º Fica fixada em Cr\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos cruzeiros) anuais, a gratificação da função a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º Para atender, no período de 1 de julho a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com o disposto neste decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde (anexo n. 13 do Orçamento Geral da República) o crédito suplementar de Cr\$ 1.800,00 (mil e oitocentos cruzeiros) à Verba 1 — Pessoal — Consignação III — Vantagens — Subconsignação 09 — Funções Gratificadas.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.625 — DE 28 DE JUNHO DE 1943

Dispõe sobre as promoções dos oficiais no Exército

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Lei de Promoções dos Oficiais no Exército

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1.º O ingresso nos quadros de oficiais das diversas Armas e Serviços só é permitido nos postos iniciais da respectiva escala hierárquica, cuja ordem crescente é assim constituída:

Subalternos.....	{	2.º tenente
		1.º tenente
Capitães	{	Capitão
Oficiais superiores....	{	Major
		Tenente-coronel
		Coronel
Oficiais gerais.....	{	General de Brigada e de Serviço
		General de Divisão

Art. 2.º E' vedado conferir a brasileiros postos no Exército, a título honorífico.

Art. 3.º A ascensão, nos postos da hierarquia militar, é gradual e sucessiva, mediante promoções, as quais serão regidas na conformidade dos princípios, regras e processos prescritos nesta Lei e seu regulamento.

Art. 4.º Obedece a promoção, nos diversos postos das Armas e dos Serviços, aos princípios de antiguidade, merecimento e escolha, cuja base, entretanto, será sempre a aptidão para o Comando a qual visa, principalmente, ao estabelecimento dum escol dirigente selecionado e homogêneo, tanto quanto possível adstrito ao paralelismo indispensável de carreiras nos quadros das Armas e Serviços.

Art. 5.º A promoção opera-se pela seleção de valores físicos, intelectuais, morais e profissionais.

§ 1.º Influe na seleção a concomitância do valor físico do candidato, da importância e natureza dos cursos que possui, do tempo de serviço efetivo passado na atividade, da natureza e relevância das comissões desempenhadas e do bom nome de que goza no Exército.

§ 2.º Só podem influir nas promoções, elementos que definam aptidão para o exercício de função essencialmente militar. Toda informação de fonte fidedigna, mesmo referente à atividade do oficial fora do Exército, deve, entretanto, ser levada em consideração, sempre que se refira a predicados inerentes à carreira das Armas, com especialidade aos de ordem moral ou que digam do conceito do militar na sociedade.

Art. 6.º A bravura, em caso de guerra internacional, constitue, tambem motivo de promoção.

§ 1.º Para os fins dêste artigo, a bravura deve ser comprovada em ato ou atos não comuns, de coragem, audácia, valor diante das responsabilidades, firmeza, energia, tenacidade, sentimento do dever, exteriorizados em feitos úteis às operações militares, pelos resultados obtidos ou pelo exemplo dado à tropa, obedecida a intenção do Chefe.

§ 2.º A bravura, caracterizada nos termos do parágrafo anterior, pode determinar a promoção do militar, ainda que do ato praticado tenha resultado sua morte ou invalidez.

§ 3.º A promoção por bravura será feita pelo Comando do Teatro de Operações, pelo Comando-Chefe ou pelo Presidente da República.

§ 4.º Terminada a guerra, o Govêrno facilitará a habilitação do promovido às condições normalmente exigidas para o acesso, excluídas as restrições regulamentares à admissão nos cursos de formação de oficiais. Se o promovido não satisfizer essas condições, dentro do prazo estabelecido, será transferido para a reserva com as vantagens do pôsto que tiver alcançado.

Art. 7.º Os atos de bravura praticados em lutas internas, na defesa da ordem constituída, importam em alta recomendação à promoção por merecimento, sem prejuízo das condições exigidas para o acesso por êsse critério.

§ 1.º Quando, porém, houver sacrifício de vida, ou ação altamente meritória, devidamente justificada, o Presidente da República poderá promover o oficial, pelos serviços relevantes que prestou.

§ 2.º Na primeira hipótese, do parágrafo anterior, a promoção poderá ser feita "post-mortem".

Art. 8.º São as promoções da competência exclusiva do Presidente da República, ressalvadas as previstas no § 3.º do art. 6.º, quando feitas pelo Comando-Chefe ou pelo Comando do Teatro de Operações.

Art. 9.º As promoções segundo os princípios de antiguidade e merecimento serão feitas a 25 de março, 25 de junho, 25 de setembro e 25 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. Pode o Govêrno, excepcionalmente, promover oficiais das Armas e dos Serviços, fora das datas acima referidas.

CAPÍTULO II

DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A PROMOÇÃO, POR ANTIGUIDADE, OU POR MERECIMENTO

Art. 10. Para a promoção, por antiguidade, ou por merecimento, é imprescindível que o oficial possua:

- a) o curso de sua formação, para os postos de 2.º tenente até o de capitão; o das Escolas de Armas ou Técnica do Exército e Aplicação ou Aperfeiçoamento dos Serviços, para os postos de oficial superior;
- b) idoneidade moral comprovada;
- c) capacidade física indispensável ao exercício das funções de seu pôsto; verificada em inspeção de saúde, a que deve ser prèviamente submetido, para o fim especial de acesso;
- d) interstício mínimo previsto nesta lei;
- e) como tempo de serviço em unidade de tropa, no mínimo um ano, em cada período de seis anos;
- f) todo o oficial dos Serviços para fazer jús à promoção ao pôsto de capitão deve ter passado dois anos, no mínimo, como subalterno, em Unidades de Tropa.

Art. 11. O tempo de serviço computável ou não, para fins de promoção, o tempo em zona e o início e término de sua contagem são regulados, respectivamente, pelas leis de Inatividade e de Movimento de Quadros.

Parágrafo único. Quando o oficial fôr obrigado, por força de lei ou regulamento, a exercer interinamente as funções do posto imediato, contar-se-lhe-á o tempo como se todo êle fôsse passado no exercício das funções de seu verdadeiro posto (alínea e do art. 10).

Art. 12. São, para efeitos desta lei, considerados Unidades ou Corpos de Tropa:

- a) as Unidades combatentes de cada Arma;
- b) as Unidades de Trem;
- c) as Unidades de Tropas Especiais, destinadas às guarnições de fronteiras;
- d) as Unidades que constituem as guardas e os contingentes atribuídos aos Quartéis-Generais e Estabelecimentos Militares, como tropa de escolta, as quais tenham organização semelhante às unidades de cada Arma;
- e) Formações de Serviços.

§ 1.º É também computado como de serviço em unidade de tropa, o tempo passado nas Escolas Militar, das Armas e Preparatórias, no exercício das funções seguintes:

- de Comandante, Subcomandante, Fiscal Administrativo e Ajudante; e
- de Instrutor-Chefe, adjunto, instrutor e auxiliar de instrutor, tudo do ensino profissional militar.

§ 2.º Para os oficiais dos Serviços, a partir do posto de capitão, inclusive, o exercício de suas respectivas funções é, indiferentemente, prestado em Unidades de Tropa ou não, de acôrdo com os Regulamentos correspondentes.

Art. 13. O interstício mínimo em cada posto é de:

Aspirante	6 meses
Segundo tenente	2 anos
Primeiro tenente	3 anos
Capitão	4 anos
Major	2 anos
Tenente-Coronel	2 anos

§ 1.º Afim de evitar a desigualdade no acesso até o posto de Capitão, êsses interstícios podem ser modificados, periodicamente, segundo as necessidades de renovação dos quadros e o equilíbrio que deve haver nas promoções, em cada quadro das Armas e dos Serviços.

§ 2.º As alterações de interstício são medidas da alçada do Govêrno, que poderá reduzi-lo até à metade em todos os postos, ou aumentá-lo até o dobro, para os postos de subalternos, por proposta da Comissão de Promoções do Exército, tendo em vista não só o número de vagas existentes em cada posto, como o equilíbrio que deve existir no acesso entre os oficiais da mesma turma de aspirantes.

Art. 14. O oficial sujeito a processo no foro civil ou militar, ou submetido a Conselho de Justificação, não poderá ser promovido até a decisão final. Absolvido, em última instância, ou declarado, pelo Conselho, sem culpabilidade, será promovido em ressarcimento de preterição, independentemente de vaga e data.

Parágrafo único. As Diretorias das Armas e dos Serviços compete participar à Comissão de Promoções do Exército quais os oficiais nas condições dêste artigo.

Art. 15. A antiguidade, para a promoção, conta-se da data do decreto de promoção do oficial ao seu posto, salvo se, no referido decreto ou em outro posterior, fôr declarada outra origem, feitos os descontos de tempo não computável, na forma da Lei de Inatividade.

CAPÍTULO III

DA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE

Art. 16. A promoção por antiguidade, em qualquer Arma ou Serviço, compete ao oficial que, tendo atingido o número *um* da escala hierárquica em que se achar, satisfizer os requisitos referidos no art. 10.

Art. 17. Efetuam-se as promoções pelo princípio de antiguidade até o posto de Coronel, nas seguintes proporções, em relação ao número de vagas:

- de 2.º Tenente a Capitão, a totalidade;
- de Capitão a Major, a metade; e
- de Major a Coronel, a terça parte.

CAPÍTULO IV

DA PROMOÇÃO POR MERECIMENTO

Art. 18. O merecimento para a promoção é constituído pelas demonstrações de qualidades especiais e profissionais reveladas pelo oficial no desempenho de suas próprias funções.

Essas qualidades são estimadas em relação aos seguintes aspectos:

- a) caráter;
- b) capacidade de ação;
- c) inteligência;
- d) cultura profissional e geral;
- e) espírito militar e conduta civil e militar;
- f) capacidade de comandante e de administrador;
- g) capacidade de instrutor e de técnico; e
- h) capacidade física.

§ 1.º O caráter é constituído pelo conjunto de qualidades que definem a personalidade do oficial, apreciada pelo conceito em que é tido no meio militar e na sociedade civil.

Na apreciação do caráter devem ser considerados os seguintes aspectos: atitudes claras e bem definidas, amor às responsabilidades, comportamento desassombrado em face de situação imprevista e difícil, energia e perseverança na execução das próprias decisões, domínio de si mesmo, igualdade de ânimo, coerência no procedimento, lealdade e independência.

§ 2.º A capacidade de ação é estimada segundo as manifestações de coragem física e moral, de firmeza e vigor na realização dos atos, de perseverança e tenacidade na consecução dos seus propósitos, mesmo através de obstáculos e de dificuldades.

§ 3.º A inteligência é medida pela faculdade de apreender rápida e claramente as situações, pela facilidade de concepção, pelo poder de análise ou de síntese, pela clareza em interpretar ordens táticas e de serviço, pela justeza na avaliação do mérito dos seus subordinados e pela produção de trabalhos valiosos e de real interesse profissional.

§ 4.º A cultura é avaliada pela soma de conhecimentos gerais e especializados, adquiridos pelo oficial. É profissional e geral. Na sua apreciação, levar-se-ão em conta, principalmente, os conhecimentos mais proveitosos à situação particular (Estado-Maior, Engenheiro, Médico, etc.).

§ 5.º O espírito militar e a conduta civil e militar são aferidos consoante as manifestações habituais da atividade do oficial, subordinação e respeito aos superiores; exigência no tratamento de seus subordinados; discreção; espírito de iniciativa, de precisão e de método no cumprimento dos deveres; amor ao serviço e dedicação à profissão; pontualidade e assiduidade; procedimento civil; educação e procedimento privado; espírito de camaradagem, urbanidade e cavalheirismo, aspecto marcial e correção nos uniformes; observância exata das convenções sociais.

§ 6.º A capacidade de comando é revelada pela ascendência da personalidade do oficial sobre os subordinados, baseada, sobretudo, no exemplo e na confiança que saiba conquistar pela prática das verdadeiras virtudes militares e provas positivas e permanentes de qualidades de chefe — decisão pronta e convincente, firmeza e entusiasmo na ação, otimismo, igualdade de ânimo e serenidade mesmo nas situações difíceis, abnegação, devotamento pelo sucesso almejado, interesse pelos subordinados de quem deve ser estimado e respeitado.

§ 7.º A capacidade de administrador é revelada pela probidade na gestão dos dinheiros públicos e particulares, pelo zelo no trato e conservação dos bens da União e pelo rendimento do trabalho aferido e comprovado nas inspeções administrativas.

§ 8.º A capacidade de instrutor é a de técnico se apreciam, respectivamente, pelos resultados apresentados nos exames de instrução da tropa, pela facilidade de expressão, de modo que o oficial seja bem compreendido e imitado por instruendos e subordinados, e pela facilidade e perfeição em projetar, dirigir e executar os trabalhos de sua especialidade, notadamente os de maior importância, urgência e responsabilidade.

§ 9.º A capacidade física é relativa ao posto. É avaliada pelo estado orgânico e de robustez do oficial, comprovada em exame médico; pela sua atividade, presteza e boa vontade no serviço corrente; pela resistência à fadiga e às intempéries, evidenciada em trabalhos prolongados, sob todas as estações e climas; e também pelas partes de doente por ele apresentadas.

No exame médico, a junta de inspeção declarará, de modo preciso e pormenorizado, se a moléstia, ou defeito do oficial, o inibe de realizar alguma forma de atividade inerente às suas funções.

Art. 19. São requisitos indispensáveis para a promoção por merecimento, além dos referidos no art. 10, mais os seguintes:

a) haver o oficial atingido, no respectivo quadro (Almanaque Militar), por ordem de antiguidade, a primeira sexta parte para os Capitães e a primeira terça parte para os oficiais superiores, feitos os descontos de tempo não computável, na forma do art. 84, parágrafo único.

— Nos Quadros de Farmacêuticos e Veterinários esse limite atinge a primeira metade para os maiores e a primeira quarta parte para os capitães.

— Para os Quadros constituídos de menos de seis oficiais é dispensável esse requisito;

b) ter boa conduta, como militar e cidadão, e, portanto, o conseqüente conceito no seio da classe e na sociedade civil, a juízo da Comissão de Promoções do Exército;

c) possuir a cultura profissional necessária, comprovada pelos cursos das Escolas das Armas, Técnica do Exército e de Aplicação ou Aperfeiçoamento

dos Serviços, bem como pelas manifestações da vida corrente, evidenciadas e julgadas de utilidade real e completa para a profissão militar;

d) possuir aptidão para o Comando;

e) ter mais de um ano de exercício nas funções correspondentes ao seu posto ou nas de postos superiores, em serviço ativo do Exército;

f) ter também satisfeito as exigências da Lei de Movimento de Quadros no tocante ao tempo de serviço em zona compulsória. Os oficiais da categoria de Técnicos da Ativa (T.A.) ficam isentos dessa exigência;

g) possuir, no mínimo, trinta e dois anos de idade para ascender ao oficialato superior.

Parágrafo único. Sempre que do cômputo constante da alínea *a* dêste artigo resultar um quociente fracionário, será êle tomado inteiro por excesso.

CAPÍTULO V

DA PROMOÇÃO POR ESCOLHA

Art. 20. A promoção aos postos de general é feita, exclusivamente, pelo princípio de escolha.

Art. 21. Para a promoção ao posto de General de Brigada é necessário que o Coronel possua os seguintes requisitos:

a) idoneidade moral comprovada;

b) capacidade física indispensável ao exercício das funções de seu posto, verificada em inspeção de saúde a que deve ser previamente submetido, para o fim especial de acesso;

c) interstício mínimo no posto — dois anos;

d) curso de Estado-Maior;

e) exercício de funções arregimentadas em Unidades de Tropa, como oficial superior, por dois anos consecutivos ou não;

f) demonstração notória de inteireza de caráter, capacidade de comando, cultura geral e profissional elevada, e gozo de excelente conceito no seio da classe e fora dela;

g) exercício de funções de Estado-Maior, durante dois anos, consecutivos ou não;

h) ter atingido a metade do quadro da Arma ou do Serviço a que pertencer;

i) ter no posto, no mínimo, um ano de serviço ativo no Exército, ou em função privativa de oficial do Exército, quando em comissão em outros Ministérios;

j) ter, no mínimo, quarenta e dois anos de idade.

Art. 22. Para a promoção a General dos Serviços — Médico e Intendente — o requisito exigido na alínea *d* do art. 21 é substituído pelo curso mais elevado da especialidade e os requisitos constantes das alíneas *e* e *g* do mesmo art. 21 o são, igualmente, por:

1.º, como oficial superior, ter exercido funções compatíveis com seu posto, na sua especialidade, durante dois anos, consecutivos ou não;

2.º como Coronel, ter chefiado, por igual espaço de tempo, consecutivo ou não, estabelecimento ou serviço inerente à sua especialidade.

Art. 23. A promoção ao posto de General de Divisão exige que o General de Brigada, além de satisfazer os requisitos gerais necessários ao acesso, no que lhe for aplicável, tenha dois anos, no mínimo, de permanência no posto.

CAPÍTULO VI

DO ACESSO AO PRIMEIRO PÔSTO

Art. 24. O acesso ao primeiro pôsto nas Armas e no Serviço de Intendência resulta da promoção do Aspirante a Oficial, regulada pela ordem de classificação por merecimento, verificada na conclusão do curso que lhe corresponda.

Art. 25. Essa ordem de classificação é mantida no caso de promoções coletivas.

§ 1.º Nenhuma promoção será feita em qualquer turma sem que tenham sido promovidos todos os Aspirantes da turma anterior, uma vez satisfeitas as exigências estabelecidas em lei.

§ 2.º Constituem uma turma de candidatos a oficial todos os que, pela terminação do curso de formação, tenham sido declarados aprovados num mesmo dia.

Art. 26. A promoção ao pôsto de 2.º Tenente só será feita se o Aspirante, a quem competir a vaga, além de satisfazer os requisitos constantes do art. 10, no que lhe for aplicável, tiver irrepreensível conduta civil e militar, e revelar vocação para a carreira.

Parágrafo único. As condições a que se refere êste artigo serão apreciadas e julgadas pela Comissão de Promoções do Exército, em face das informações prestadas pelo Comandante da Unidade onde servir o Aspirante.

Art. 27. Na Escola de Saúde do Exército e na de Veterinária, os candidatos designados para matrícula no curso de formação de oficiais serão nomeados: Os Médicos, Segundos Tenentes médicos estagiários, e os Veterinários, Aspirantes a Oficial estagiários; terão honras e obrigações militares e perceberão os vencimentos correspondentes aos respectivos postos.

Parágrafo único. Terminado o curso de formação de oficiais, os alunos serão nomeados, conforme o caso e o número de vagas existentes, Primeiros Tenentes médicos ou Segundos Tenentes veterinários, sendo colocados no Almanaque do Ministério da Guerra em rigorosa ordem de merecimento intelectual.

Art. 28. Para o acesso ao primeiro pôsto deve o Aspirante possuir, no mínimo, dezenove anos de idade.

CAPÍTULO VII

DA PROMOÇÃO NO MAGISTÉRIO MILITAR

Art. 29. Os oficiais do Exército pertencentes ao Magistério Militar terão gradual acesso na Reserva até o pôsto de Coronel, inclusive, conforme o tempo de serviço, e de modo que sejam Majores, Tenentes-Coronéis e Coronéis quando contarem, respectivamente, quinze, vinte e trinta anos de serviço.

Art. 30. Na contagem de tempo, para efeito de acesso dos professores, na conformidade do art. 29, computar-se-á integralmente o tempo de serviço público exercido pelos mesmos até a data da nomeação para o magistério militar, e daí em diante somente o tempo passado em exercício efetivo de funções no magistério militar.

§ 1.º Se por ocasião do ingresso no magistério já fizer o oficial jus ao acesso a um ou mais postos, será promovido sucessivamente aos postos a que tiver direito, ressalvado o que estabelece o § 2.º dêste artigo.

§ 2.º É de um ano o interstício mínimo para a promoção, ainda mesmo que ao ingressar no magistério tenha o oficial tempo de serviço suficiente que lhe permita ascender aos postos imediatos.

Art. 31. Os oficiais compreendidos no art. 29 desta Lei serão submetidos a inspeção de saúde dois meses antes de completarem quinze, vinte e trinta anos de serviço, respectivamente, afim de que fique demonstrada a sua capacidade física indispensável para o magistério.

Art. 32. As promoções no magistério serão feitas nas datas estabelecidas no art. 9.º da presente lei.

CAPÍTULO VIII

DO PREPARO E EXECUÇÃO DAS PROMOÇÕES. DOS QUADROS DE ACESSO E SUA ORGANIZAÇÃO

Art. 33. As promoções só poderão recair em oficiais incluídos nos quadros de acesso.

Art. 34. Os quadros de acesso serão organizados semestralmente e se destinarão às promoções por antiguidade, merecimento e escolha.

§ 1.º Só poderão ser incluídos nos quadros de acesso por quaisquer dos princípios estabelecidos nesta Lei, os oficiais que nas datas previstas em seu art. 43, satisfizerem, para promoção, segundo o caso, os requisitos por ela exigidos.

§ 2.º Esses quadros devem ser submetidos à consideração do Ministro, da Guerra, no máximo até quinze dias antes das datas de promoção de que trata o art. 9.º.

Art. 35. O número de oficiais a incluir nos quadros de acesso pelos princípios de merecimento e antiguidade será fixado pelo Ministro da Guerra, que levará em conta as vagas existentes e prováveis, não podendo conter menos de três nomes.

§ 1.º Quando, porém, o número de vagas verificadas fôr superior ao número de candidatos inscritos nos respectivos quadros de acesso, a Comissão de Promoções do Exército providenciará com antecedência a inclusão nesses quadros de novos nomes, escolhidos dentre os compreendidos nos limites fixados para o semestre em curso, de sorte que, feitas as promoções, restem, ainda, quadro dêles, salvo nos casos em que os quadros de acesso forem constituídos por cinco ou menos de cinco oficiais, hipótese em que deverão restar dois nomes.

§ 2.º Quando nos limites acima referidos não houver oficiais em número suficiente com os requisitos regulamentares, só poderão ser incluídos nos quadros de acesso aqueles que os satisfaçam integralmente, mesmo em número inferior ao das vagas. Nesta hipótese, as vagas excedentes serão preenchidas na época seguinte de promoções.

§ 3.º Os quadros de acesso por merecimento e antiguidade não poderão conter menos de três nomes, salvo o caso previsto no parágrafo anterior.

Art. 36. Nos quadros de acesso para as promoções por antiguidade, os oficiais serão collocados segundo a ordem em que deverão ser promovidos, de conformidade com o disposto no art. 16.

Art. 37. Nos quadros de acesso para as promoções por merecimento, os oficiais serão grupados em cada Arma ou Serviço e nos diversos escalões da hierarquia militar, segundo o grau de mérito que lhes fôr atribuído pela Comissão de Promoções do Exército, para preenchimento das vagas que couberem ao princípio.

Art. 38. Nos quadros de acesso para as promoções por escolha, os Coronéis das Armas ou dos Serviços serão também classificados de conformidade com o julgamento proferido pela Comissão de Promoções do Exército.

Parágrafo único. A classificação dos Generais de Brigada incluídos no quadro de acesso para promoção a General de Divisão deverá obedecer à ordem de antiguidade de pôsto.

Art. 39. Para as promoções, segundo o princípio de antiguidade, a Secretaria da Comissão de Promoções do Exército organizará, para cada posto, nos Quadros das Armas e dos Serviços, a relação dos oficiais que satisfizerem os requisitos legais.

Parágrafo único. A Comissão de Promoções do Exército, de posse da relação de que trata este artigo e de documentos outros existentes na Secretaria, organizará os quadros de acesso por antiguidade, os quais serão submetidos à consideração do plenário da Comissão, por intermédio de um relator.

Art. 40. A organização dos quadros de acesso por antiguidade relativos aos postos de Capitão e de oficial superior, será feita com os elementos extraídos da documentação remetida à Comissão de Promoções do Exército para a organização dos quadros de acesso por merecimento.

Art. 41. Para a organização dos quadros de acesso de subalternos, referentes aos postos em que o número de vagas for superior ao de candidatos, o presidente da Comissão de Promoções do Exército solicitará, das autoridades referidas no art. 47, a documentação relativa a todos os oficiais que já tenham completado metade do interstício legal.

Parágrafo único. Esses oficiais ingressarão nos quadros de acesso desde que tenham satisfeito as demais exigências do art. 10.

Art. 42. Na organização dos quadros de acesso por merecimento, a presença de oficiais da categoria de Técnicos da Ativa (T.A.) não deve ser levada em conta no limite fixado pelas percentagens a que se refere o art. 35, não podendo, entretanto, o número dos mesmos exceder da terça parte daquele limite.

CAPÍTULO IX

DETERMINAÇÃO DOS LIMITES PARA SELEÇÃO DOS CANDIDATOS AOS QUADROS DE ACESSO POR MERECIMENTO E ESCOLHA

Art. 43. Para a organização dos quadros de acesso, por merecimento e escolha, o presidente da Comissão de Promoções do Exército, por telegrama expedido até os dias 30 de abril e 31 de outubro, fará comunicar às autoridades referidas no art. 47 os nomes dos oficiais que, até essas datas, limitem, por sua colocação nos respectivos quadros (Almanaque Militar), o número dos que já satisfizeram os requisitos estabelecidos na alínea a do artigo 19, e na alínea h do art. 21.

Art. 44. Para o cálculo dos limites a que se refere os arts. 19, alínea a, e 21, alínea h, desta lei, só serão apuradas as alterações ocorridas nos quadros correspondentes aos diversos postos da hierarquia, após as publicações oficiais.

Parágrafo único. As alterações resultantes da realização das promoções nas épocas regulamentares só serão introduzidas naqueles quadros, quando forem fixados os novos limites.

Art. 45. Para a organização dos quadros de acesso por antiguidade de oficiais subalternos, concorrerão todos os oficiais situados na primeira quinta parte dos respectivos quadros das Armas e dos Serviços.

Parágrafo único. Quando nos quadros houver falta de subalternos, os limites fixados neste artigo poderão ser dilatados "ex-officio", incluindo-se nos quadros de acesso todos os oficiais que satisfizerem as demais condições exigidas para a promoção.

CAPÍTULO X

DA COLABORAÇÃO DAS AUTORIDADES MILITARES NO PREPARO DAS PROMOÇÕES

Art. 46. A seleção dos oficiais que devem constituir os quadros de acesso se processam com a participação de todas as autoridades militares, a partir dos Comandantes de Unidades de Tropa, Chefes de Serviço, Diretores de Estabelecimentos, tudo de acordo com as prescrições estabelecidas nesta lei.

Parágrafo único. Essa coparticipação opera-se pela tradução do conceito emitido pelo chefe ou comandante do oficial, expresso na ficha de informações, organizada pelas autoridades referidas no § 1.º, do art. 47.

Art. 47. As autoridades militares preparam os documentos relativos a todos os oficiais a elas diretamente subordinados, e que nas datas referidas no art. 43, satisfaçam todos os requisitos estabelecidos no art. 10. Esses documentos, serão remetidos à Comissão de Promoções do Exército, até 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano.

§ 1.º São autoridades militares incumbidas de coligir os documentos necessários às promoções:

- a) Chefe do Estado-Maior do Exército;
- b) Inspectores de Grupos de Regiões;
- c) Comandantes de Região Militar e de Divisão de Infantaria;
- d) Secretário Geral do Ministério da Guerra e Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra;
- e) Diretor Geral do Ensino do Exército;
- f) Diretores de Armas e de Serviços;
- g) Comandantes de Divisão de Cavalaria, de Infantaria Divisionária, de Artilharia Divisionária e Brigadas;
- h) Comandantes de Unidades de Tropa das diferentes Armas;
- i) Comandantes e diretores de Estabelecimentos militares, quando oficiais superiores;
- j) Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República;
- k) Sub-chefes, chefes de Gabinete e de Secção do Estado-Maior do Exército, Chefes de Serviço de Estado-Maior e outros Serviços Regionais.

§ 2.º Os documentos a que se refere este artigo são:

- a) a ficha de informação e a ata de inspeção de saúde (duas vias), relativas a cada oficial candidato, organizadas pelas autoridades referidas no § 1.º, as quais devem ser diretamente remetidas ao Presidente da Comissão de Promoções do Exército;
- b) a fé de ofício do oficial, organizada pela repartição competente da Arma ou do Serviço (exceto a dos Aspirantes, que deve ser organizada pelos Corpos) e enviada à Comissão de Promoções do Exército.

§ 3.º A ficha de informações é baseada nos dados extraídos, até os dias 30 de abril e 31 de outubro de cada ano, dos Cadernos de "Registo de informações", organizados pelas autoridades a que se refere o § 1.º, deste artigo.

Art. 48. A documentação necessária para instruir a promoção dos Aspirantes compor-se-á da ficha de informações, da "ata de inspeção de saúde" (duas vias) e da "relação de alterações" verificadas até 15 de maio.

Parágrafo único. Na segunda quinzena do mês de maio, o comandante da unidade providenciará para que toda a documentação relativa aos Aspi-

rantes a Oficial, seja diretamente remetida à Comissão de Promoções do Exército, onde deverá chegar até o dia 31 do referido mês.

Art. 49. Além das informações referidas nos documentos citados no art. 47, § 2.º, a Comissão de Promoções do Exército, quando julgar necessário, poderá ainda recorrer aos esclarecimentos por ela solicitados aos Chefes ou ex-Chefes, sob cujas ordens sirvam, ou tenham servido, os oficiais, e ao conhecimento que dêles tiverem os próprios membros da Comissão.

Art. 50. Nenhuma autoridade pode deixar de apresentar, em tempo próprio, as informações necessárias para a organização dos quadros de acesso. As que assim procederem ou prestarem informações falsas, ficam sujeitas às punições previstas nas leis ou nos regulamentos vigentes.

§ 1.º Compete ao Ministro da Guerra, mediante representação da Comissão de Promoções do Exército, providenciar afim de que os infratores do preceito contido neste artigo sejam devidamente punidos.

§ 2.º A nenhuma autoridade referida nesta lei, bem como a nenhum membro da Comissão de Promoções do Exército, é permitido esquivar-se de emitir apreciação sobre o oficial em julgamento para a promoção. Para isso, o julgador procurará, pelos meios ao seu alcance, os elementos de julgamento que lhe faltarem.

§ 3.º Só a suspeição justificada por escrito, e julgada em plenário da Comissão, poderá constituir motivo para recusa de julgamento.

Art. 51. As autoridades que tiverem conhecimento de ato, ou atos que possam influir contrariamente à permanência do oficial em quaisquer dos quadros de acesso, ou na apreciação final para a promoção, deverão tomar as providências ao seu alcance, ou por via hierárquica e em caráter reservado, ou não, levá-los ao conhecimento da autoridade superior imediata, para a comprovação necessária, salvo se o fato já estiver provado por documento.

Parágrafo único. Apurada a falta, deve a autoridade que verificar levá-la diretamente ao conhecimento da Comissão de Promoções do Exército.

Art. 52. As Diretorias das Armas e dos Serviços, depois de receberem a comunicação que fixa os limites para o ingresso de oficiais nos quadros de acesso, enviarão à Secretaria da Comissão de Promoções do Exército a relação nominal dos oficiais por eles abrangidos, com discriminação dos lugares onde servem.

Art. 53. Para as promoções por merecimento, quando as funções de direção (alínea i, § 1.º do art. 47) foram exercidas temporariamente por Capitão, serão estes obrigados a apresentar a documentação referente aos seus subordinados imediatos, embora pertençam ao mesmo grau de hierarquia militar.

Art. 54. Compete às Diretorias das Armas e dos Serviços organizar todos os documentos referentes aos oficiais que estiverem exercendo funções estranhas ao Ministério da Guerra.

Art. 55. Os documentos relativos aos oficiais em comissão em país estrangeiro (adidos militares, escolas, comissões de compra, etc.), são também organizados pelas Diretorias das Armas e dos Serviços, mas encaminhados à Comissão de Promoções do Exército, por intermédio do Estado-Maior do Exército, ou Diretorias Técnicas conforme o caso, afim de que o respectivo chefe, ou Diretor, emita conceitos e informações, que possua, sobre os referidos oficiais.

Art. 56. A Secretaria Geral do Ministério da Guerra incumbe organizar as "fés de ofício" dos oficiais gerais.

Parágrafo único. Ao Estado-Maior do Exército compete a organização dos demais documentos exigidos nesta lei e referentes aos citados militares, quando exercerem funções estranhas ao Ministério da Guerra ou estiverem em comissão em país estrangeiro.

Art. 57. A documentação relativa aos Generais de Brigada e aos Coronéis dos Quadros das Armas e Serviços, depois de organizada pelas autoridades competentes (§ 1.º do art. 47 desta lei), será encaminhada ao Estado-Maior do Exército, afim de que o respectivo chefe se pronuncie sobre cada um deles, em face do que dispõe a alínea f do art. 21.

CAPÍTULO XI

DA ESCRITURAÇÃO DO CADERNO "REGISTO DE INFORMAÇÕES"

Art. 58. A escrituração do caderno "Registo de Informações" é privativa das autoridades a que se refere o art. 47 e obedecerá às seguintes regras:

a) a cada oficial e Aspirante a Oficial corresponderão tantas folhas quantas forem necessárias;

b) serão registradas tôdas as observações que, pessoalmente, fizer a autoridade sobre as demonstrações de aptidão, reveladas pelo oficial no desempenho de suas próprias funções, ou àquelas determinadas pelas autoridades superiores (I.D., A.D., Bda., Região, Inspetores, Ministro);

c) na primeira coluna da folha serão lançadas as observações; na segunda, a data de observação;

d) abaixo de cada observação, a autoridade colocará sua rubrica, esclarecendo se a observação é própria, ou de autoridade superior;

e) o verso da folha destina-se a receber o juízo, observação ou visto de autoridades superiores, quando em inspeção.

Art. 59. Todas as vezes que uma unidade ou estabelecimento receber visitas de inspeção, o Comandante ou Chefe deverá apresentar ao Inspetor o seu caderno "Registo de Informações".

§ 1.º Cabe à autoridade que realiza a inspeção fazer no verso da folha destinada a cada oficial as observações que julgar de conveniência: emitir juízo ou simplesmente visar as folhas onde haja anotações.

§ 2.º As observações feitas por essa autoridade superior serão consignadas no "Registo de Informações", que lhe compete organizar, e servirão de base à formação do conceito sobre a aptidão do detentor do caderno inspecionado.

Art. 60. Quando o oficial for excluído de uma Unidade ou Estabelecimento, será enviada em caráter "reservado" e a título de orientação, dentro de cinco dias após o desligamento, ao seu novo Comandante, Chefe ou Diretor, uma cópia da folha do "Registo de Informações", a ele referente, bem como as cópias já recebidas de outras Unidades ou Estabelecimentos.

§ 1.º Quando a exclusão do oficial se verificar em consequência de designação para funções estranhas ao Ministério da Guerra ou comissão em país estrangeiro, os documentos de informações de que trata a presente lei serão enviados às Diretorias das Armas ou dos Serviços.

§ 2.º Voltando o oficial à atividade no Exército, ou finda a comissão em país estrangeiro, a Diretoria da Arma ou do Serviço encaminhará ao seu novo Comandante ou Chefe as cópias das anotações recebidas, bem como as que porventura tenham sido registradas na mesma Diretoria.

Art. 61. Atingindo o oficial o posto de General, a folha de "Registo de Informações", que lhe é referente, será encerrada pela autoridade competente e uma cópia enviada à Secretaria da Comissão de Promoções do Exército, afim de ser arquivada.

CAPÍTULO XII

DAS INSPEÇÕES DE SAÚDE

Art. 62. Nas diferentes unidades, repartições e estabelecimentos, os oficiais compreendidos nos limites fixados pelos arts. 19, alínea a, 21, alínea h, e 45, serão submetidos à inspeção de saúde nas primeiras quinzenas de maio e novembro.

Parágrafo único. Os Aspirantes a Oficial serão submetidos a inspeção de saúde na primeira quinzena do mês de maio.

Art. 63. Quando, numa Guarnição, não for possível organizar uma junta de médicos militares, o Comandante da Região providenciará para que o oficial seja inspecionado na Guarnição mais próxima.

Parágrafo único. Os oficiais em comissão em país estrangeiro serão dispensados da inspeção de saúde. Ao regressarem, porém, deverão satisfazer êsse requisito.

Art. 64. São válidas por um ano as inspeções de saúde, para efeito de promoção.

Parágrafo único. Ficam as autoridades enumeradas no art. 47 da presente lei obrigadas a fazer submeter a nova inspeção de saúde os oficiais compreendidos nos limites (alínea a, art. 19), desde que venham a sofrer quaisquer acidentes ou manifestem sintomas de perda de vigor físico, dando conhecimento do resultado, diretamente, à Comissão de Promoções do Exército.

CAPÍTULO XIII

DA SELEÇÃO PARA ORGANIZAÇÃO DOS QUADROS DE ACESSO POR MERECEIMENTO

Art. 65. As manifestações das atividades dos oficiais do Exército, sob os aspectos físico, intelectual, moral e profissional, devem ser aferidas por provas evidentes.

Art. 66. A Comissão de Promoções do Exército precisará cada um dos aspectos da personalidade do oficial, de modo que os traduza por um valor real, que patenteie, sem possíveis equívocos, a competência dos oficiais em julgamento.

Art. 67. A seleção para organização dos quadros de acesso por merecimento se processa em dois escrutínios:

— no primeiro, a Comissão de Promoções do Exército selecionará, em cada quadro e pòsto, e em número igual ao dôbro das vagas existentes nos quadros, de acesso pelo princípio, os oficiais que, na consonância do art. 66, dela obtiverem melhor classificação;

— no segundo, a Comissão de Promoções do Exército selecionará, em cada quadro e posto, dentre os classificados no primeira escrutínio, um número de oficiais igual ao de vagas existentes nos referidos quadros de acesso, relacionando-os segundo a ordem de merecimento.

Art. 68. Na apreciação, pelas autoridades, de cada um dos aspectos da personalidade do oficial, a que se refere o art. 65, será adotado o seguinte critério:

— o *aspecto físico* — será aferido pelas demonstrações de vigor físico dos oficiais, por quinquênios ininterruptos de serviço e pelo posto;

— o *aspecto profissional* — será aferido pelo tempo geral de serviço; pelo tempo de serviço em unidades de fronteiras; pelo tempo de serviço em unidades de zonas compulsórias e não compulsórias; como arregimentado, não arregimentado e em funções de estado-maior em grandes unidades, de fron-

teira ou não; pelos serviços de guerra; pela capacidade de ação, de comando e de administrador; pelos elogios de campanha, individuais e coletivos que possuir o oficial e comissões desempenhadas;

— o *aspecto intelectual* — será apreciado pelos cursos que possuir o oficial; segundo o desempenho de funções de instrutor ou professor; segundo trabalhos realizados, de natureza técnica ou de real utilidade para o Exército, assim julgados pelo Estado-Maior do Exército; pela cultura profissional e geral;

— o *aspecto moral* — pelo julgamento da Comissão de Promoções do Exército, do caráter, da conduta civil e militar e das demonstrações naturais de atos que revelem sadios princípios morais.

Art. 69. Nenhum oficial pode ser incluído no quadro de acesso de merecimento se, em sua frente, no Almanaque Militar, houver algum outro em melhores condições, de acordo com o disposto no art. 68.

Parágrafo único. Caso se verifique semelhante eventualidade, cabe ao prejudicado o direito de recorrer ao Ministro da Guerra e com prévia audiência da Comissão de Promoções do Exército; verificada a improcedência do recurso e caso haja má fé, será o oficial querelante punido disciplinarmente, de conformidade com o respectivo regulamento.

CAPÍTULO XIV

DA COMISSÃO DE PROMOÇÕES

Art. 70. A Comissão de Promoções do Exército é órgão consultivo. Compete-lhe não só elaborar os quadros de acesso, como também emitir parecer sobre assuntos concernentes às promoções em geral.

Art. 71. A Comissão de Promoções do Exército constitui-se de nove membros. Três de caráter permanente: o Chefe do Estado-Maior do Exército; o General Médico; o General Intendente; e seis de caráter temporário; Generais de Divisão ou de Brigada, que exerçam função na Capital da República, — substituíveis anualmente na primeira quinzena do mês de janeiro.

§ 1.º Os membros nomeados em caráter temporário podem ser reconduzidos, anualmente, na falta de outros que os substituam.

§ 2.º Os Generais Médico e Intendente opinarão apenas nos aspectos concernentes aos quadros a que pertencem.

§ 3.º Presidirá à Comissão de Promoções do Exército o Chefe do Estado-Maior do Exército; no seu impedimento, o General mais graduado ou o mais antigo do mesmo posto.

§ 4.º Só imperiosa necessidade, a juízo do Ministro da Guerra, ou parte de doente, poderá justificar a ausência de qualquer membro da Comissão de Promoções do Exército, durante os períodos dos trabalhos de elaboração dos quadros de acesso.

Art. 72. Compete precipuamente à Comissão de Promoções do Exército:

a) submeter à consideração do Ministro da Guerra, nos prazos estabelecidos nesta lei, os quadros de acesso e propostas para promoções;

b) examinar a fiel execução dos preceitos estabelecidos nesta lei e dos processos dela decorrentes;

c) emitir parecer sobre questões atinentes às promoções e à colocação de oficiais no Almanaque Militar, fixando a situação de cada um, segundo a ordem de classificação conquistada, sempre que lhe for determinado pelo Ministro da Guerra.

§ 1.º O Presidente da Comissão de Promoções do Exército, com o objetivo de melhor esclarecer o Ministro da Guerra, no concernente às promoções por

merecimento e escolha, fará anexar às propostas de preenchimento de vagas (alínea a deste artigo) e relativamente a cada oficial candidato, além da cópia de ata de inspeção de saúde, uma ficha, onde estejam enumerados os títulos que o recomendam, e onde esteja lançado um juízo sintético que ponha em relevo suas principais características.

§ 2.º Tratando-se de promoções por antiguidade, somente uma cópia do resultado da inspeção de saúde será anexada às propostas.

Art. 73. Junto à Comissão de Promoções do Exército e subordinada ao seu Presidente funcionará a Secretaria da Comissão, dirigida por um Coronel de qualquer Arma, secundado por oficiais adjuntos e pessoal auxiliar, fixados no respectivo regulamento, com o fim de preparar todos os meios necessários ao funcionamento perfeito dos trabalhos.

Art. 74. A Comissão de Promoções do Exército reger-se-á por um regulamento que estabelecerá o regime normal de seu funcionamento.

§ 1.º A Comissão de Promoções do Exército decidirá sempre por maioria de votos. O seu Presidente, pelo voto de qualidade.

§ 2.º Na organização dos quadros de acesso por merecimento e escolha, cada membro votará conforme prescrever o regulamento da Comissão de Promoções do Exército.

Art. 75. O Regulamento da Comissão de Promoções do Exército fixará as condições dos trabalhos relativos aos processos de promoções em geral, e o processo que deverá ser observado para a apuração dos nomes que deverão constituir os quadros de acesso, de conformidade com o disposto nesta lei. Esse regulamento estabelecerá também a organização e o funcionamento da Secretaria da Comissão de Promoções do Exército.

Art. 76. Todos os trabalhos da Comissão de Promoções do Exército são de natureza "Reservada".

CAPÍTULO XV

DA INCAPACIDADE PARA O INGRESSO NOS QUADROS DE ACESSO — DA EXCLUSÃO

Art. 77. O oficial acusado ou denunciado por qualquer falta que lhe atinja a idoneidade moral, terá vista obrigatória da parte, ou denúncia, e demais documentos, para, dentro de quinze dias, apresentar sua defesa escrita.

Art. 78. Não poderá ingressar em qualquer quadro de acesso nem ser promovido, o oficial que, por toda a Comissão de Promoções do Exército, for julgado "inapto" para prosseguir na carreira militar.

§ 1.º Cabe ao oficial julgado "inapto" recorrer desse julgamento à própria Comissão de Promoções do Exército.

§ 2.º O julgamento final proferido pela Comissão de Promoções do Exército, deve ser minuciosamente justificado, inserto em ata, e por cópia remetido ao Ministro da Guerra.

Art. 79. O Aspirante a Oficial julgado "inapto" não poderá ser promovido ao posto de 2.º Tenente.

Art. 80. Se o julgamento de inaptidão, for proferido por duas vezes consecutivas, o oficial, ou Aspirante a Oficial, por ele atingido, será transferido para a reserva de 1.ª classe ou reformado, conforme o caso, com as vantagens pecuniárias previstas em lei.

Art. 81. O oficial incluído em qualquer quadro de acesso só será excluído, caso não seja promovido, quando ocorrer uma das seguintes circunstâncias:

- a) morte;
- b) transferência para a reserva, voluntária ou não;
- c) incapacidade física definitiva;
- d) incapacidade moral;
- e) condenação em virtude de sentença passada em julgado, por crime a que se refere a alínea b do art. 10.

§ 1.º As exclusões pelos motivos das alíneas a, b e c serão feitas pela Comissão de Promoções do Exército, após a publicação do falecimento, do decreto de transferência para a Reserva ou de reforma, e do recebimento da comunicação de incapacidade física.

§ 2.º As exclusões pelos motivos das alíneas d e e serão declaradas pelo Ministro da Guerra, em "Boletim do Exército".

Art. 82. Não concorrerá à promoção, embora tenha atendido às exigências da presente lei, o oficial que for agregado ao quadro da Arma ou do Serviço, em consequência de:

- 1 — licença para tratar de interesses particulares;
- 2 — cumprimento de sentença;
- 3 — deserção;
- 4 — extravio;
- 5 — achar-se *sub-judice*.

CAPÍTULO XVI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 83. No cômputo do tempo de serviço arregimentado, referido no art. 10, alínea e, devem ser considerados, como de efetiva permanência nas funções do posto para o qual o oficial foi designado, além dos períodos de férias regulamentares, todos os períodos passados no exercício de outras funções, desde que sejam de:

- comandante de contingente, ou de escolta de organização igual, no mínimo, a um pelotão;
- examinador nos Tiros de Guerra e Escolas de Instrução Militar;
- membro de delegação esportivo-militar;
- recebedor de numerário;
- justiça (inquerito, captura de insumissos, etc.);
- Estado-Maior;
- inspeção ou resolução de assuntos de ordem técnica ou administrativa atinentes à construção de estradas a cargo de Batalhões Rodoviários e Ferroviários.

§ 1.º O exercício das funções a que se refere este artigo não poderá, dentro de um ano, exceder o prazo de sessenta dias (noventa dias quando a serviço da justiça).

§ 2.º No cômputo do tempo de comando efetivo de unidade, a que se refere o § 1.º do art. 13 do decreto-lei n. 5.190, de 14-1-943, aplica-se o critério estabelecido no parágrafo único do art. 11 deste decreto-lei.

Art. 84. A apuração do tempo de que tratam os arts. 10 e 11, desta Lei, compete às Diretorias das Armas e dos Serviços. Os resultados serão,

imediatamente, levados ao conhecimento da Secretaria Geral do Ministério da Guerra e da Comissão de Promoções do Exército.

Parágrafo único. O deslocamento que sofrer o oficial, na escala hierárquica, em consequência do tempo de serviço perdido, será consignado no Almanaque Militar e na sua "fé de ofício".

Art. 85. O oficial incluído na categoria de Técnicos da Ativa (T. A.) permanecerá em sua Arma de origem, no lugar que lhe competir no respectivo quadro, e figurará no Almanaque Militar com a designação de T. A.

Art. 86. Os oficiais da categoria de Técnicos da Ativa (T. A.) concorrerem à promoção por antiguidade ou merecimento nos quadros de suas respectivas Armas ou Serviços até o posto de Coronel.

§ 1.º Toda a vaga a ser preenchida pelo princípio de merecimento, caberá a um dos oficiais incluídos no quadro de acesso correspondente, seja ele do quadro da Arma ou do Serviço, ou da categoria de Técnicos da Ativa (T. A.).

a) No caso de ser promovido um oficial da categoria de Técnicos da Ativa (T. A.), a vaga não será ocupada, e a nova promoção deverá recair em oficial do quadro da Arma ou do Serviço, igualmente incluído no quadro de acesso por merecimento.

b) Na determinação das quotas referidas na alínea a do art. 19, serão computados os oficiais pertencentes à categoria de técnicos.

§ 2.º Quando a promoção por antiguidade couber a um oficial Técnico da Ativa que não pertença a quadro especial (A ou Q.A.) para a mesma vaga haverá mais uma promoção pelo princípio oposto.

— No caso das promoções de subalternos, a vaga a ser preenchida caberá ao oficial mais antigo do quadro de acesso. Se esse oficial pertencer à categoria T.A., será com ele também promovido, na mesma vaga, o número um do quadro das Armas, igualmente incluído no quadro de acesso. Se acima do número um do quadro da Arma ou do Serviço figurar mais de um oficial da categoria de Técnicos da Ativa (T.A.), serão estes promovidos juntamente com aquele no preenchimento de uma única vaga. Proceder-se-á de forma idêntica com os oficiais da categoria de Técnicos da Ativa (T.A.), relacionados em Quadro especial ("A" ou A.Q.).

Art. 87. Os oficiais que tenham atingido a idade-limite para a transferência para a 1.ª classe da reserva e em favor dos quais já existam, pelo princípio de antiguidade, vagas abertas no posto imediato, deverão aguardar na ativa a data de promoção mais próxima.

Art. 88. O oficial promovido indevidamente ou sem vaga será agregado ao quadro da Arma ou Serviço a que pertencer, sem contar antiguidade do seu novo posto, até que em nova data de promoção nele seja incluído, quando lhe tocar a vez, em vaga do princípio pelo qual foi promovido.

§ 1.º No caso de promoção indevida por falta de vaga, agrega o oficial mais moderno do respectivo quadro, entre os promovidos na mesma data e princípio, observado o estabelecido no art. 17 desta lei.

§ 2.º No caso de promoção indevida por outro qualquer motivo, agrega o oficial incurso, independentemente de sua antiguidade.

CAPÍTULO XVII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 89. As promoções dos oficiais pertencentes aos quadros "A" e "Q.A." são reguladas pelas competentes leis especiais, desde que seus dispositivos não contrariem as prescrições fixadas na presente lei.

Art. 90. Os oficiais superiores existentes em 1.º de dezembro de 1939, que não possuíam o curso de aperfeiçoamento ou da Escola das Armas e tinham seu acesso garantido por leis anteriores, continuarão a ser promovidos segundo o princípio de antiguidade.

Art. 91. São computados, para efeito do disposto no art. 10, alínea e, os períodos em que o oficial desempenhou funções consideradas como serviço arrematado pela legislação em vigor até à publicação da presente lei.

Art. 92. Os oficiais remanescentes dos diversos quadros de acesso, organizados de acordo com o decreto-lei n. 1.828, de 1-XII-939, serão incluídos, para os efeitos de promoção, nos primeiros quadros de acesso que se organizarem em consequência da presente lei.

Parágrafo único. Os oficiais assim incluídos serão considerados como tendo satisfeito todos os requisitos da presente lei.

Art. 93. Os alunos da Escola de Estado-Maior que, na data da entrada em execução da presente lei, tenham satisfeito pela metade as exigências da Lei de Movimento dos Quadros de Oficiais do Exército, no tocante ao tempo de serviço em zona compulsória, serão considerados como se tivessem cumprido em sua plenitude aquelas exigências.

Art. 94. Enquanto não funcionar a Escola das Armas, e até um ano após o seu reinício, não será exigido para as promoções nos quadros das Armas o requisito de curso dessa Escola, constante do art. 10, alínea a, da presente lei.

Art. 95. A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 96. Revogam-se as disposições em contrário, ressalvadas as disposições do art. 14 do Regulamento para o Quadro de Estado-Maior do Exército, a que se refere o decreto-lei n. 5.190, de 14-I-1943.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eutício G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.626 — DE 28 DE JUNHO DE 1943

Suspende, pelo prazo de seis (6) meses, a cobrança dos direitos e taxas que recaem sobre o sal estrangeiro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suspensa, pelo prazo de seis (6) meses, a partir da data da publicação do presente decreto-lei, a cobrança dos direitos e taxas aduaneiros que incidem sobre o cloreto de sódio, classificado no art. 1.042 da atual Tarifa das Alfândegas.

Parágrafo único. Durante o prazo mencionado neste artigo, a taxa de que trata o art. 5.º do decreto-lei n. 2.300, de 10 de junho de 1940, e o imposto de consumo sobre o sal de procedência estrangeira, previsto no

art. 4.º, § 5.º, do decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938, serão cobrados nas bases estabelecidas para o produto nacional.

Art. 2.º O sal que já estiver em portos nacionais, gozará do regime fiscal de isenção a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. O disposto neste artigo abrange o produto que, submetido a despacho, ainda não tenha sido desembaraçado pela repartição aduaneira.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.627 — DE 28 DE JUNHO DE 1943

Cria funções gratificadas no Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, duas funções gratificadas de Chefe de Disciplina, sendo uma para cada Secção do Colégio Pedro II.

Parágrafo único. As funções gratificadas a que se refere este artigo serão exercidas por inspetores de alunos, escolhidos e designados pelos respectivos diretores, se no referido Colégio estiverem lotados, ou mediante prévia autorização do Ministro de Estado, se estiverem lotados em outro órgão do mesmo Ministério.

Art. 2.º Fica fixada em Cr\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos cruzeiros) anuais a gratificação de função a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º Para atender, no período de 1 de julho a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com o disposto neste decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde (anexo n. 13 do Orçamento Geral da República) o crédito suplementar de Cr\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos cruzeiros) à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções Gratificadas.

Art. 4.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.628 — DE 29 DE JUNHO DE 1943

*Dispõe sobre o aproveitamento dos Radioamadores como reserva das
Forças Armadas*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os radioamadores, reservistas do Exército e da Aeronáutica, que se dedicam às comunicações rádio-elétricas experimentais de caráter privado, de que trata o art. 8.º do Regulamento Geral de Radiocomunicações, anexo à Convenção Radiotelegráfica Internacional, constituem Reserva dos Serviços de Transmissões do Exército e de Radiocomunicações da Aeronáutica.

Art. 2.º A Reserva de radioamadores de que trata o art. 1.º, será formada, para efeito do presente decreto-lei, pelos radioamadores inscritos na Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão (L.A.B.R.E.) e licenciados pelo Departamento dos Correios e Telégrafos (D.C.T.) compreendidos nas categorias de radiotelefonistas, radiotelegrafistas e radiotécnicos, que constituem a Rêde Nacional de Radioamadores (R.N.R.).

§ 1.º Radiotelefonistas são os reservistas que possuam licença provisória e que ainda não tenham prestado o exame de radiotelegrafia no D.C.T. O seu aproveitamento será feito na forma do art. 4.º § 2.º e art. 5.º.

§ 2.º Radiotelegrafistas são os reservistas possuidores de certificado de exame de radiotelegrafista amador, expedido pelo D.C.T. com a graduação que tiverem na Reserva, ou a de 3.º sargento radiotelegrafista do Exército ou da Aeronáutica, adriquida mediante Curso de Adaptação.

§ 3.º Radiotécnicos são os reservistas que, possuidores de certificado de exame de radiotelegrafista amador, expedido pelo D.C.T., e de conhecimentos técnicos de rádio, tiveram feito o Curso de Adaptação, obtendo a graduação de Sub-tenente da arma de Engenharia do Exército ou a de Sub-oficial da Aeronáutica.

Art. 3.º À L.A.B.R.E., como órgão oficial coordenador do radioamadorismo, compete:

- a) manter um fichário com a situação civil e militar dos radioamadores;
- b) comunicar às chefias das Circunscrições de Recrutamento das Regiões Militares ou à Diretoria do Pessoal da Aeronáutica, segundo o Ministério a que pertença o reservista, a habilitação em exame regular prestado no D.C.T. para fins de registro nas respectivas secções mobilizadoras.

Parágrafo único. Ficam excluídos dessa comunicação os oficiais da Ativa e da Reserva.

Art. 4.º O aproveitamento dos reservistas de que trata o art. 2.º poderá ser feito:

- a) quando convocada a classe a que pertencer o radioamador na Reserva, na forma dos §§ 1.º e 2.º dêste artigo;
- b) quando convocados como especialistas (§ 3.º).

§ 1.º No caso da alínea a, os radioamadores compreendidos nos §§ 2.º e 3.º do art. 2.º, serão aproveitados nas Formações e Serviços de Transmissões no Exército e nos Serviços de Radiocomunicações na Aeronáutica, com a graduação que tiverem na Reserva.

§ 2.º Os reservistas de que trata o § 1.º do art. 2.º obedecerão à chamada normal da classe a que pertencerem e não gozarão das vantagens previstas neste decreto-lei.

§ 3.º No caso da alínea b, serão aproveitados os radioamadores compreendidos nos §§ 2.º e 3.º do art. 2.º no limite de idade entre 18 e 45 anos, exceituando-se:

- a) os funcionários do Ministério da Viação, a juízo do respectivo Ministro;
- b) os operários e técnicos de fábricas e laboratórios civis à serviço da defesa nacional;
- c) os radioamadores cuja convocação em virtude de sua profissão, já esteja regulada por disposições especiais;
- d) os radioamadores que no ato da convocação já estiverem prestando serviços nos Ministérios Militares.

Art. 5.º A R.N.R. poderá ser aproveitada em forma de cooperação civil quando necessário, em sua totalidade ou em parte, ficando esse aproveitamento condicionado ao não afastamento do radioamador da cidade em que residir e ao de suas atividades normais.

§ 1.º O aproveitamento de que trata este artigo será feito sem prejuízo da convocação normal das classes de reservistas ou de especialistas, da seguinte forma:

- a) na escuta oficial, segundo instruções dos Ministérios interessados;
- b) na Defesa Passiva, em cooperação aos órgãos diretores;
- c) na instrução, em centros de preparação de radiotelegrafistas e radio-técnicos;
- d) no serviço de vigilância do ar;
- e) nas fronteiras e litoral, em cooperação com os comandos militares ou autoridades civis, como centros coletores de informações;
- f) no serviço de informações meteorológicas;
- g) no serviço de proteção ao vôo;
- h) como técnicos, nas oficinas e fábricas que interessem à Defesa Nacional.

§ 2.º Para execução dos serviços previstos no § 1.º e outras missões que se possam apresentar, é indispensável prévia requisição dos Ministérios interessados ao Ministério da Viação, seja para o funcionamento de determinadas estações quando a R. N. R. estiver com as suas atividades suspensas, seja para autorizar serviços especiais, estando a R. N. R. em plena atividade.

Esta autorização será precedida de informações prestadas pela LABRE.

§ 3.º A execução dos serviços de que trata o § 1.º será regulada por instruções fornecidas pelos órgãos especializados dos Ministérios interessados e controlada pelos mesmos, além da escuta oficial e a da LABRE.

§ 4.º Satisfeita a exigência do § 2.º, caberá à autoridade interessada fornecer ao radioamador confirmação escrita da permissão para a execução dos serviços.

§ 5.º O radioamador em serviço na forma do art. 5.º, fica sujeito às seguintes penalidades, além das previstas nos regulamentos e instruções de radiocomunicações vigentes:

- a) suspensão do serviço para que estava convocado, no caso de incapacidade demonstrada;
- b) cancelamento de prefixo, no caso de usar a estação para fins diferentes daquele para que foi convocado ou por inobservância das instruções fixadas pela autoridade a que estiver servindo;
- c) cancelamento de prefixo e processo no fôro civil ou militar se o uso indevido da estação atentar contra a ordem pública ou a Segurança Nacional.

§ 6.º As faltas previstas no parágrafo anterior deverão ser comunicadas ao Ministério da Viação para devido registo na ficha do radioamador e providências cabíveis em cada caso.

Art. 6.º Quando um dos Ministérios — Exército ou Aeronáutica — não dispuser em sua reserva de radiotelegrafistas ou de radiotécnicos do número necessário aos seus serviços, poderá solicitá-los por cessão, a título provisório, ao outro Ministério.

Art. 7.º Os radioamadores reservistas que vierem a concluir com aproveitamento os cursos de adaptação de Radiotelegrafia ou de Radiotécnica, bem como o estágio de trinta dias, organizados pelos órgãos especializados dos Ministérios, poderão ingressar na Reserva com as seguintes graduações:

- a) como 3.º sargento radiotelegrafista os que fizerem o respectivo curso de adaptação;
- b) como Sub-Tenente da arma de Engenharia do Exército ou Sub-Oficial da Aeronáutica, os que fizerem o curso de Radiotécnica.

§ 1.º Os cursos de adaptação e o estágio terão por fim tornar apto o candidato ao exercício das funções de 3.º sargento radiotelegrafista e de Sub-Tenente ou Sub-Oficial.

§ 2.º O ingresso na Reserva de radiotelegrafistas e de radiotécnicos se fará por aviso ministerial e mediante indicação dos órgãos especializados, por intermédio da Diretoria de Recrutamento do Exército ou da Diretoria do Pessoal do Ministério da Aeronáutica.

§ 3.º São condições de ingresso nos cursos:

- a) ser brasileiro nato;
- b) ter idade compreendida entre 18 e 45 anos;
- c) estar em dia com as obrigações do serviço militar;
- d) ter o certificado de exame de radiotelegrafista amador;
- e) ter sido aprovado no exame de habilitação;
- f) não ser oficial da reserva das forças armadas;
- g) ter boa conduta (atestado da polícia civil ou declaração firmada por dois oficiais das classes armadas);
- h) ter sido julgado apto em inspeção de saúde.

§ 4.º A proposta de nomeação será instruída com a seguinte documentação:

- a) certificado de exame de radiotelegrafista amador, fornecido pelo D. C. T.;

b) certificado de reservista, com o registo de que o possuidor se acha em dia com as obrigações concernentes ao serviço militar;

c) atestado de conduta passado pela polícia ou por dois oficiais das classes armadas, declarando há quanto tempo conhecem o candidato;

d) certidão de nascimento de inteiro teor (verbo ad verbum) no registo civil;

e) conceito sobre a frequência e aproveitamento no curso de adaptação e no estágio;

f) cópia da ata de inspeção de saúde.

§ 5.º Os candidatos ao ingresso na reserva de que trata o art. 7.º que, dentro do prazo máximo de seis meses, a contar da data da conclusão do respectivo curso de adaptação, não requererem o estágio a que estiverem obrigados, perderão o direito a esse ingresso.

§ 6.º Os interessados poderão ter, mediante requerimento, iniciativa na organização das propostas de suas nomeações.

§ 7.º O acesso na reserva de radiotelegrafistas obedecerá às prescrições vigentes.

Art. 8.º O material radioelétrico, de propriedade dos radioamadores, poderá ser requisitado em sua totalidade ou em parte, para uso das classes armadas, dentro das normas gerais da lei de requisições militares.

§ 1.º Esta requisição desobrigará o radioamador da cooperação a que se refere o art. 5.º do presente decreto-lei.

§ 2.º Para efeito do disposto neste artigo, a LABRE deverá manter um fichário do equipamento radioelétrico de cada radioamador contendo as suas características essenciais.

§ 3.º Ao fazer alterações substanciais nas características, fica o radioamador obrigado a comunicar imediatamente à LABRE, que a encaminhará ao D. C. T.

§ 4.º Cópia do fichário a que se refere o § 2.º, bem como de suas alterações anuais, deverá ser remetida pela LABRE aos Ministérios militares.

Art. 9.º A LABRE, como Órgão Oficial Coordenador do Radioamadorismo, fica reconhecida pelo presente decreto-lei como Associação Civil de Utilidade Pública e, para desempenho de suas funções, gozará de isenção de selo e franquia postal e telegráfica.

Art. 10. O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.629 — DE 29 DE JUNHO DE 1943

Dispõe sôbre a arrecadação e venda de salvados constituídos por borracha e seus artefatos, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os salvados, constituídos por borracha de qualquer tipo ou qualidade e seus artefatos, arrecadados no litoral brasileiro, quer sejam encontrados flutuando no mar, quer sejam arrojados às praias, serão entregues ao Banco de Crédito da Borracha S.A., mediante indenização por êste fixada.

Art. 2.º O Banco de Crédito da Borracha S.A. poderá, também, por iniciativa própria, proceder à arrecadação dos referidos salvados, promovendo o seu transporte, beneficiamento e armazenagem.

Parágrafo único. No caso dêste artigo, ao Banco de Crédito da Borracha S.A. cabe, de início das operações de arrecadação dos salvados, fazer a devida comunicação à repartição aduaneira respectiva e à Capitania dos Portos.

Art. 3.º A borracha e seus artefatos adquiridos, pela forma descrita nêste decreto-lei, pelo Banco de Crédito da Borracha S.A., serão por êste se o produto líquido da transação ao Fundo Especial de que trata o art. 9.º vendidos, a qualquer tempo, no mercado interno ou no externo, creditando do decreto-lei n. 4.451, de 9 de julho de 1942.

Art. 4.º As autoridades federais, estaduais e municipais darão o auxílio necessário para o exato cumprimento das disposições do presente decreto-lei.

Art. 5.º A sonegação dos salvados constituídos por borracha de qualquer tipo ou qualidade e seus artefatos será considerada como ato praticado contra a segurança nacional, ficando os responsáveis sujeitos às penalidades previstas em lei.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonço Lima.

Osvaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.630 — DE 29 DE JUNHO DE 1943

Transforma a Diretoria da Justiça e do Interior, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em Departamento do Interior e da Justiça e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transformada em Departamento do Interior e da Justiça (D. I. J.) a atual Diretoria da Justiça e do Interior, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º O D.I.J. terá por finalidade o estudo dos assuntos referentes a:

- I — nacionalidade, direitos políticos e seu exercício;
- II — organização política da República e dos Estados, bem como a intervenção nestes;
- III — forma legal dos atos relativos a prerrogativas do Presidente da República;
- IV — relações entre o Poder Executivo e os outros Poderes e o Ministério da Justiça e os outros órgãos da Administração;
- V — reconhecimento de utilidade pública a entidades privadas e concessão de medalhas de distinção;
- VI — orientação política da segurança e manutenção da ordem civil.

Art. 3.º O D.I.J. compõe-se de:

Divisão de Assuntos Políticos (D.A.P.)

Divisão de Justiça (D.J.).

Art. 4.º A competência, até a presente data atribuída à Diretoria da Justiça e do Interior, em tudo o que concerne ao Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Distrito Federal, é transferida ao Departamento de Administração do Ministério da Justiça.

Art. 5.º Fica extinta a Comissão de Permanência de Estrangeiros, de que trata o art. 5.º — da Portaria 4.807, de 25 de abril de 1941, passando para a Divisão de Justiça do D.I.J. os serviços que lhe eram afetos.

Art. 6.º O Regimento do D.I.J. será baixado oportunamente, mediante decreto do Presidente da República.

Art. 7.º Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os seguintes cargos em comissão:

- 1 Diretor Geral, padrão R;
- 2 Diretor de Divisão, padrão N.

Art. 8.º Fica extinto, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o cargo, em comissão, de Diretor, padrão N, da Diretoria da Justiça e do Interior.

Art. 9.º Para atender, no presente exercício, às despesas decorrentes deste decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 52.650,00 (cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros).

Art. 10. O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa

DECRETO-LEI N. 5.631 — DE 29 DE JUNHO DE 1943

Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000,00 para atender às despesas com a comemoração do 1.º centenário do selo postal brasileiro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), para atender às despesas com a comemoração do primeiro centenário do selo postal brasileiro.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.632 — DE 29 DE JUNHO DE 1943

Substitue o item II do art. 2.º do decreto-lei n. 5.223, de 25 de janeiro de 1943

O Presidente da República, atendendo ao que consta do processo número 14.775-43, do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, e usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O item II do art. 2.º do decreto-lei n. 5.223, de 25 de janeiro de 1943, que extinguiu o Conselho de Administração do Lóide Brasileiro e deu outras providências, fica substituído pelo seguinte:

“II — encaminhar, acompanhados de parecer, ao M.V.O.P., o balanço da receita e despesa do mês anterior, mensalmente, e no fim de cada ano

o balanço geral do ano anterior, com seus anexos e dados estatísticos justificativos das operações feitas”.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.633 — DE 30 DE JUNHO DE 1943

Altera dispositivo do decreto-lei n. 5.164, de 31 de dezembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A alínea a do artigo 3.º e o artigo 5.º do decreto-lei n. 5.164, de 31 de dezembro de 1942, ficam com a seguinte redação:

“Art. 3.º ...

a) no posto de 1.º Tenente: os médicos civis que não estejam compreendidos nas alíneas b e c deste artigo e sejam assistentes de faculdades ou exerçam função em caráter permanente no serviço médico de organização pública ou paraestatal ou ainda os diplomados que tenham de 10 a 15 (exclusive) anos de exercício profissional;

Art. 5.º Os oficiais médicos da Reserva de 2.ª Classe ou do Exército de 2.ª Linha que tiverem concluído, com aproveitamento, o Curso de Emergência de Medicina Militar ou o Curso de Adaptação e que ocupa SHRD, gência de Medicina Militar ou o Curso Especial de Adaptação e que ocuparem os cargos referidos no artigo 3.º, ou tiverem dez ou mais anos de exercício profissional, fazem jus à imediata promoção aos postos correspondentes, mediante requerimento”.

Art. 2.º As alterações feitas pelo presente decreto-lei produzem efeito da data em que entrou em vigor o de n. 5.164, de 31 de dezembro de 1942.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.634 — DE 30 DE JUNHO DE 1943

Dispõe sobre a remuneração dos despachantes aduaneiros

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Para efeito da remuneração dos despachantes aduaneiros, os despachos de exportação para o estrangeiro ou em trânsito por território estrangeiro, ficam incluídos entre os enumerados pela alínea c do artigo 42 do

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, decreto-lei n. 4.014, de 13 de janeiro de 1942.
revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.635 — DE 30 DE JUNHO DE 1943

Dispõe sobre a não realização, em 1943, da sexta sessão ordinária dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que as Assembléias dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística, na conformidade do disposto nos respectivos regulamentos, reúnem-se, conjuntamente, na Capital Federal, a 1 de julho de cada ano;

Considerando, porém, a proposta apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nos termos do que deliberraram o Diretório Central e a Junta Executiva Central daqueles Conselhos, decreta :

Art. 1.º Fica transferida para 1 de julho de 1944 a instalação conjunta da 6.ª sessão ordinária das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.636 — DE 30 DE JUNHO DE 1943

Cria o Centro de Instrução Especializada, com sede na Capital Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando a conveniência de ampliar e acelerar a formação de especialistas e artífices para preencher os claros das unidades de nova formação do Exército, ultimamente criada por interesse da defesa nacional;

Considerando que a formação desses elementos, em curto prazo, não pode ser realizada nas condições previstas nos arts. 8 e 11 da Lei do Ensino Militar (decreto n. 4.130, de 26 de fevereiro de 1942);

Considerando, finalmente, que é mais eficiente, mais rápido e mais econômico o preparo de oficiais e praças em núcleos de especialização e de instrução técnica de execução, decreta :

Art. 1.º Fica o Ministro da Guerra autorizado a criar o Centro de Instrução Especializada, com sede na Capital Federal.

Art. 2.º O Centro de Instrução Especializada será dirigido por um General de Brigada ou Coronel com o curso de Estado-Maior e disporá, além dos elementos indispensáveis à sua direção, de instrutores e monitores brasileiros e estrangeiros, de acordo com suas necessidades.

Art. 3.º O Centro se organizará com os recursos em material, pessoal e de instalação disponíveis no momento e com os que, em curto prazo, possam ser adquiridos.

Art. 4.º Fica o Ministro da Guerra autorizado a baixar instruções para a organização e funcionamento do Centro, ainda no corrente ano, e a realizar entendimentos com os demais Ministérios, tendo em vista assegurar o seu eficiente rendimento.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

APENSO

Figuram neste apenso:

As reproduções e as retificações publicadas no segundo trimestre de 1943 referentes a decretos-leis expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1943

DECRETO-LEI N. 4.657 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1942

Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro

RETIFICAÇÃO

No art. 7.º, onde se lê:

“§ 4.º O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio conjugal.”,

leia-se:

“§ 4.º O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este fôr diverso, à do primeiro domicílio conjugal.”.

DECRETO-LEI N. 5.322 — DE 15 DE MARÇO DE 1942
Dispõe sobre carreiras do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra e dá outras providências

MINISTÉRIO DA GUERRA

(QUADRO SUPLEMENTAR)

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
7 2 1	<i>Foguista Marítimo</i>	F E D	— — —	— — —	— — —	4 2 1 3	<i>Foguista Marítimo</i> <i>Foguista Marítimo</i>	F E D 6	— — — —	— — — —	
3 7 3	<i>Maquinista Marí- timo</i>	H G F	— — —	— — —	— — —	3 3 2 3 3 1	<i>Maquinista Marí- timo</i> <i>Maquinista Marí- timo</i>	H G F 10 8 6	— — — — — —	3 — — — — —	

IMPrensa NACIONAL
RIO DE JANEIRO — 1948



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1943 — VOLUME V

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS-LEIS DE JULHO A SETEMBRO

IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — 1943

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1943

Págs.

5.637 — EXTERIOR e FAZENDA — Decreto-lei de 1 de julho de 1943 — Altera o Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, na parte referente a funções gratificadas, e dá outras providências — Pub. D.O. — 3-7-43...	3
5.638 — AGRICULTURA e FAZENDA — Decreto-lei de 1 de julho de 1943 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 80.000,00, à verba que especifica — Pub. D.O. — 3-7-43	6
5.639 — VIAÇÃO e FAZENDA — Decreto-lei de 1 de julho de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 57.065,00, para pagamento de reparação de locomotivas — Pub. D.O. — 3-7-43	6
5.640 — GUERRA e FAZENDA — Decreto-lei de 1 de julho de 1943 — Concede pensão especial a Sílvia Binari Wyatt, viúva do 1.º Sargento do Exército Luís Frederico Wyatt — Pub. D.O. — 3-7-43	7
5.641 — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de julho de 1943 — Prorroga o prazo de que trata o decreto-lei n. 5.257, de 18 de fevereiro de 1943 — Pub. D.O. — 3-7-43	7
5.642 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 2 de julho de 1943 — Altera o decreto-lei n. 4.993, de 26 de novembro de 1942 — Pub. D.O. — 5-7-43	8
5.643 — JUSTIÇA, TRABALHO, FAZENDA, GUERRA, MARINHA, VIAÇÃO, EXTERIOR, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO e AERONÁUTICA — Decreto-lei de 5 de julho de 1943 — Dispõe sobre a acumulação de pensões e proventos de aposentadoria — Pub. D.O. — 7-7-43	8
5.644 — TRABALHO e FAZENDA — Decreto-lei de 5 de julho de 1943 — Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para pagamento de abono familiar, e dá outras providências — Pub. D.O. — 7-7-43	9

	Págs.
5.645 — TRABALHO — Decreto-lei de 5 de julho de 1943 — Prorroga o período de reorganização do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva, e dá outras providências — Pub. D.O. — 7-7-43	10
5.646 — EDUCAÇÃO e VIAÇÃO — Decreto-lei de 5 de julho de 1943 — Dá nova redação ao art. 2.º do decreto-lei n. 3.672, de 1 de outubro de 1941 — Pub. D.O. — 7-7-43	11
5.647 — GUERRA — Decreto-lei de 5 de julho de 1943 — Cria a 1.ª Companhia Rodoviária Independente, com sede em Cáceres, Estado de Mato Grosso — Pub. D.O. — 7-7-43..	12
5.648 — GUERRA — Decreto-lei de 5 de julho de 1943 — Altera a redação do art. 2.º do decreto-lei n. 4.575, de 12 de agosto de 1942 — Pub. D.O. — 7-7-43	12
5.649 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 5 de julho de 1943 — Eleva o padrão de vencimentos de cargo do Quadro Suplementar do Ministério da Agricultura, e dá outras providências — Pub. D.O. — 7-7-43	13
5.650 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de julho de 1943 — Estende o disposto no parágrafo único do art. 4.º do decreto-lei n. 97, de 23 de dezembro de 1937, aos contratos de compra e venda de cambiais de importação — Pub. D.O. — 7-7-43	13
5.651 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de julho de 1943 — Autoriza o aumento de capital do Banco de Crédito da Borracha S.A., e dá outras providências — Pub. D.O. — 7-7-43	14
5.652 — VIAÇÃO e FAZENDA — Decreto-lei de 5 de julho de 1943 — Dispõe sobre a amortização do empréstimo a que se refere o decreto-lei n. 4.001, de 7 de janeiro de 1942 — Pub. D.O. — 7-7-43	14
5.653 — GUERRA, MARINHA e AERONÁUTICA — Decreto-lei de 6 de julho de 1943 — Dispõe sobre consignações em folha de pagamento de militares — Pub. D.O. — 8-7-43.	15
5.654 — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de julho de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 50.000,00, à verba que especifica — Pub. D.O. — 8-7-43	15
5.655 — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de julho de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 800.000,00 para despesas da Comissão de Contrôlo dos Acordos de Washington — Pub. D.O. — 10-7-43.....	16
5.656 — EXTERIOR e FAZENDA — Decreto-lei de 8 de julho de 1943 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 800.000,00, à verba que especifica — Pub. D.O. — 10-7-43	17
5.657 — AGRICULTURA e FAZENDA — Decreto-lei de 8 de julho de 1943 — Autoriza a alienação de terrenos situados no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências — Pub. D.O. — 10-7-43...	17

5.658	— GUERRA e FAZENDA — Decreto-lei de 10 de julho de 1943 — Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Guerra, a carreira de Datilógrafo e altera as de Escriturário do Quadro Permanente e Datilógrafo do Quadro Suplementar do mesmo Ministério, e dá outras providências — Pub. D.O. — 13-7-43	18
5.659	— FAZENDA — Decreto-lei de 10 de julho de 1943 — Dá a garantia do Tesouro Nacional para um empréstimo de financiamento da usina siderúrgica em construção em Volta Redonda, nas condições estabelecidas no contrato de 4 de junho de 1943 com o Export-Import Bank de Washington — Pub. D.O. — 13-7-43	20
5.660	— VIAÇÃO e FAZENDA — Decreto-lei de 10 de julho de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 5.253.193,20, para atender às despesas com a reconstrução completa do Titã e outros serviços aqui especificados — Pub. D.O. — 13-7-43	20
5.661	— FAZENDA e JUSTIÇA — Decreto-lei de 12 de julho de 1943 — Transfere ao Banco do Brasil S.A., como agente especial do Governo Federal, as atribuições de que tratam os arts. 4.º, 5.º e 6.º do decreto-lei n. 4.807, de 7 de outubro de 1942, e dá outras providências — Pub. D.O. — 14-7-43	21
5.662	— AGRICULTURA e FAZENDA — Decreto-lei de 14 de julho de 1943 — Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr\$ 31.200,00, para atender à despesa com pessoal extrenumerário na Escola Agrícola de Barbacena — Pub. D.O. — 16-7-43	22
5.663	— JUSTIÇA — Decreto-lei de 14 de julho de 1943 — Altera a carreira de Datilógrafo do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público, e dá outras providências — Pub. D.O. — 16-7-43	22
5.664	— VIAÇÃO — Decreto-lei de 14 de julho de 1943 — Dispõe sobre novas instalações da Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro e dá outras providências — Pub. D.O. — 16-7-43	24
5.665	— FAZENDA — Decreto-lei de 15 de julho de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 19.654,00, para a construção de passeios e muros em próprios nacionais — Pub. D.O. — 17-7-43	26
5.666	— FAZENDA — Decreto-lei de 15 de julho de 1943 — Esclarece e amplia o decreto-lei n. 4.120, de 21 de fevereiro de 1942, e dá outras providências — Pub. D.O. — 17-7-43	27
5.667	— FAZENDA — Decreto-lei de 15 de julho de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 150.000,00, e dá outras providências — Pub. D.O. — 17 de julho de 1943	28
5.668	— FAZENDA e EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 15 de julho de 1943 — Torna extensivo às Escolas de Farmácia da Baía e de Porto Alegre o disposto no decreto-lei n. 4.430, de 2 de julho de 1942, e dá outras providências — Pub. D.O. — 17-7-43	29

	Págs.
5.669 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 15 de julho de 1943 — Isenta o imóvel sito à rua Real Grandeza n. 99, antigo 71, dos impostos e taxas que menciona — Pub. D.O. — 17-7-43.	29
5.670 — TRABALHO — Decreto-lei de 15 de julho de 1943. — Prorroga a vigência da tabela de salário mínimo e dá outras providências — Pub. D.O. — 17-7-43	30
5.671 — EXTERIOR e FAZENDA — Decreto-lei de 16 de julho de 1943 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 500.000,00, à verba que especifica — Pub. D.O. — 19-7-43	31
5.672 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de julho de 1943 — Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para conclusão da estrada Leopoldina a Petrolina, no Estado de Pernambuco — Pub. D.O. — 19-7-43	31
5.673 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de julho de 1943 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 27.900,00, para pagamento ao maestro Heitor Vila Lobos — Pub. D.O. — 19-7-43...	32
5.674 — GUERRA — Decreto-lei de 16 de julho de 1943 — Modifica a organização do Batalhão de Guardas sediado nesta Capital — Pub. D.O. — 19-7-43	32
5.675 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de julho de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 12.518.263,70, para indenização à Estrada de Ferro Central do Brasil — Pub. D.O. — 19 de julho de 1943	32
5.676 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de julho de 1943 — Cria um cargo, em comissão, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, e dá outras providências — Pub. D.O. — 19-7-43	33
5.677 — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de julho de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 3.858.882,90, para continuação das despesas de instalação e aparelhamento do edifício sede do mesmo Ministério e do Tribunal de Contas — Pub. D.O. — 19-7-43	33
5.678 — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de julho de 1943 — Isenta do imposto de consumo o açúcar e a aguardente requisitados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool e destinados à produção de álcool motor — Pub. D.O. — 20-7-43	34
5.679 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 19 de julho de 1943 — Modifica o art. 5.º do decreto-lei n. 2.557, de 4 de setembro de 1940 — Pub. D.O. — 20-7-43	34
5.680 — GUERRA — Decreto-lei de 20 de julho de 1943 — Cria o 12.º Grupo Móvel de Artilharia de Costa, com sede na 5.ª Região Militar — Pub. D.O. — 22-7-43	35
5.681 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de julho de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 8.000,00, para pagamento de gratificação de representação — Pub. D.O. — 22-7-43	35

5.682 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de julho de 1943 — Torna sem aplicação a dotação orçamentária de Cr\$ 500.000,00 do Ministério da Educação e Saúde, e abre crédito suplementar de idêntica importância — Pub. D.O. — 22-7-43	36
5.683 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de julho de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 60.000,00 para despesas com a Segunda Conferência Nacional de Proteção da Infância — D.O. — 22-7-43	37
5.684 — FAZENDA — TRABALHO — Decreto-lei de 20 de julho de 1943 — Autoriza a criação da Companhia Nacional de Alcalis, e dá outras providências — Pub. D.O. — 23-7-43	37
5.685 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de julho de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$. 15.000.000,00, para restituição de imposto de consumo — Pub. D.O. — 23-7-43	39
5.686 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 21 de julho de 1943 — Proíbe a remessa de mudas e sementes de Hevea para qualquer parte fora da Amazônia, sem prévia autorização do Ministério da Agricultura — Pub. D.O. — 23-7-43..	39
5.687 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de julho de 1943 — Eleva de L para M o padrão de vencimento do do cargo de arquivista da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências — Pub. D.O. — 22-7-43	39
5.688 — JUSTIÇA, TRABALHO, FAZENDA, GUERRA, MARINHA, VIAÇÃO, EXTERIOR, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO e AERONÁUTICA — Decreto-lei de 22 de julho de 1943 — Altera a redação dos arts. 21 e 22 do decreto-lei n. 5.175, de 7 de janeiro de 1943 — Pub. D.O. — 24-7-43	40
5.689 — TRABALHO — Decreto-lei de 22 de julho de 1943 — Regula a dispensa de empregados na idade militar, e dá outras providências — Pub. D.O. — 24-7-43	41
5.690 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de julho de 1943 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores um crédito especial de Cr\$ 100.000,00 para o fim que especifica — Pub. D.O. — 24-7-43	42
5.691 — VIAÇÃO — TRABALHO — Decreto de 22 de julho de 1943 — Dispõe sobre a concessão de abono familiar aos empregados de entidades autárquicas — Pub. D.O.—24-7-43	42
5.692 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de julho de 1943 — Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 3.115, de 13 de março de 1941 — Pub. D.O. — 24-7-43	43
5.693 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de julho de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 379.360,00, para auxílio à Prefeitura Municipal de Santana do Livramento — Pub. D.O. — 24-7-43	43

	Págs.
5.694 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de julho de 1943 — Isenta de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, pelo prazo de dois (2) anos, o gado boliviano importado para o abastecimento da Região Amazônica — Pub. D.O. — 24-7-43	44
5.695 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de julho de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 27.756,00, à verba que especifica — Pub. D.O. — 24 de julho de 1943	44
5.696 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de julho de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para o serviço de assinatura das "Obrigações de Guerra" — Pub. D.O. — 24-7-43	45
5.697 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 22 de julho de 1943 — Dispõe sobre as bases da organização do serviço social em todo o país a que se refere o decreto-lei n. 525, de 1 de julho de 1938 — Pub. D.O. — 24-7-43	45
5.698 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de julho de 1943 — Dispõe sobre a cooperação financeira da União com as entidades privadas a que se refere o decreto-lei número 527, de 1 de julho de 1938 — Pub. D.O. — 24-7-43	46
5.699 — FAZENDA — TRABALHO — Decreto-lei de 27 de julho de 1943 — Determina a liquidação das firmas Theodor Wille & Cia. e Herm Stoltz & Cia. existentes no Brasil, e dá outras providências — Pub. D.O. — 29-7-43	52
5.700 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de julho de 1943 — Prorroga até 31 de dezembro do corrente ano, o prazo a que se refere o art. 1.º do decreto-lei n. 5.235, de 9-2-1943 — Pub. D.O. — 29-7-43	53
5.701 — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 27 de julho de 1943 — Modifica o decreto-lei n. 2.855, de 11 de dezembro de 1940 — Pub. D.O. — 29-7-43	53
5.702 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de julho de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 13.200,00 — Pub. D.O. — 30-7-43	54
5.703 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de julho de 1943 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) — Pub. D.O. — 31-7-43	54
5.704 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de julho de 1943 — Concede pensão especial a Ada Rica de Azevedo — Pub. D.O. — 31-7-43	54
5.705 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de julho de 1943 — Dispõe sobre a aposentadoria de Augusto Alfredo Barbosa Carneiro Farias — Pub. D.O. — 31-7-43	55
5.706 — MARINHA — TRABALHO — Decreto-lei de 29 de julho de 1943 — Altera as carreiras de Maquinista Marítimo e Marinheiro, do Ministério da Marinha e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências — Pub. D.O. — 31-7-43	55

5.707	— EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de julho de 1943 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 169.650,00, para classificação de despesa — Pub. D.O. — 31-7-43	59
5.708	— JUSTIÇA — Decreto-lei de 29 de julho de 1943 — Dispõe sobre a alienação de imóveis do domínio da Prefeitura do Distrito Federal — Pub. D.O. — 31-7-43	59
5.709	— FAZENDA — VIAÇÃO — Decreto-lei de 29 de julho de 1943 — Dispõe sobre o recolhimento ao Banco do Brasil Sociedade Anônima da renda de exploração da Administração do Porto do Rio de Janeiro — Pub. D.O. — 31 de julho de 1943	59
5.710	— FAZENDA — Decreto-lei de 29 de julho de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 242.973,00, para obras de reparos e remodelações no edificio da Alfândega de Santos — Pub. D.O. — 31-7-43	60
5.711	— FAZENDA — Decreto-lei de 29 de julho de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 3.500.000,00, à verba que especifica — Pub. D.O. — 31-7-43	60
5.712	— FAZENDA — Decreto-lei de 29 de julho de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 1.395.791,80, à verba que especifica — Pub. D.O. — 31 de julho de 1943	61
5.713	— FAZENDA — Decreto-lei de 30 de julho de 1943 — Dispõe sobre os descontos a que ficam sujeitas as notas do papel-moeda chamadas a recolhimento — Pub. D.O. — 2 de agosto de 1943	62
5.714	— MARINHA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de julho de 1943 — Aprova as despesas efetuadas em 1935 pelo Capitão de Fragata Intendente Naval Jacob Cordovil Maurity — Pub. D.O. — 2-8-43	62
5.715	— JUSTIÇA, TRABALHO, FAZENDA, VIAÇÃO, EXTERIOR, AGRICULTURA E EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 31 de julho de 1943 — Cria, junto ao D.A.S.P., o Conselho de Administração do Material — Pub. D.O. — 31 de julho de 1943	63
5.716	— VIAÇÃO — Decreto-lei de 31 de julho de 1943 — Prorroga o prazo previsto no art. 3.º do decreto-lei n. 5.219, de 22 de janeiro de 1943 — Pub. D.O. — 3-3-43	64
5.717	— FAZENDA — Decreto-lei de 31 de julho de 1943 — Cria funções gratificadas na Comissão Central de Requisições e dá outras providências — Pub. D.O. — 5-8-43	64
5.718	— JUSTIÇA, FAZENDA e GUERRA — Decreto-lei de 3 de agosto de 1943 — Dispõe sobre a administração do Território de Fernando de Noronha, e dá outras providências — Pub. D.O. — 4-8-43	66
5.719	— FAZENDA — Decreto-lei de 3 de agosto de 1943 — Suspense, pelo prazo de seis meses, a cobrança dos direitos e taxas aduaneiras que incidem sobre a manteiga, e dá outras providências — Pub. D.O. — 5-8-43	67

	Págs.
5.720 — JUSTIÇA e FAZENDA — Decreto-lei de 3 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para auxílio ao Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros — Pub. D.O. — 5-8-43	68
5.721 — JUSTIÇA e FAZENDA — Decreto-lei de 3 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 45.000,00, para despesas com os funcionários da Polícia Civil do Distrito Federal, designados para prestar serviços no estrangeiro — Pub. D.O. — 5-8-43	68
5.722 — VIAÇÃO e TRABALHO — Decreto-lei de 3 de agosto de 1943 — Revoga disposições de leis e regulamentos sobre concessão de passagens gratuitas pelos armadores e empresas de navegação — Pub. D.O. — 5-8-43	69
5.723 — VIAÇÃO e FAZENDA — Decreto-lei de 4 de agosto de 1943 — Cria um Distrito do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, do Ministério da Viação e Obras Públicas, em São Paulo, e dá outras providências — Pub. D.O. — 6-8-43	69
5.724 — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 90.000.000,00 para pagamento de juros de "Obrigações de Guerra" — Pub. D.O. — 6-8-43	70
5.725 — TRABALHO e FAZENDA — Decreto-lei de 5 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 19.500,00, à verba que especifica — Pub. D.O. — 7-8-43	70
5.726 — EDUCAÇÃO e FAZENDA — Decreto-lei de 5 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 11.903,20, para pagamento de gratificação adicional — Pub. D.O. — 7-8-43	71
5.727 — VIAÇÃO e FAZENDA — Decreto-lei de 5 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 50.000,00, à verba que especifica — Pub. D.O. — 7-8-43	71
5.728 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para a Coordenação da Mobilização Econômica — Pub. D.O. — 7-8-43	72
5.729 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de agosto de 1943 — Altera o art. 4.º, § 26, do regulamento expedido com o decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938, para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo — Pub. D.O. — 7-8-43	73
5.730 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de agosto de 1943 — Inclui a cédula de Cr\$ 5,00 entre as de que trata o decreto-lei n. 4.791, de 5 de outubro de 1942, e dá outras providências — Pub. D.O. — 7-8-43	73

5.731 — JUSTIÇA e FAZENDA — Decreto-lei de 5 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 15.748,80 para pagamento da vantagem prevista no decreto-lei n. 5.522, de 27 de maio de 1943 — Pub. D.O. — 7-8-43	74
5.732 — AGRICULTURA e FAZENDA — Decreto-lei de 6 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 19.643,00 para pagamento da contribuição devida em 1942 ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, e dá outras providências — Pub. D.O. — 9-8-43	74
5.733 — AGRICULTURA e FAZENDA — Decreto-lei de 6 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 31.200,00 à verba que especifica — Pub. D.O. — 9-8-43	75
5.734 — EXTERIOR e FAZENDA — Decreto-lei de 6 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para auxílio à II Conferência Inter-americana de advogados — Pub. D.O. — 9-8-43	75
5.735 — VIAÇÃO e FAZENDA — Decreto-lei de 10 de agosto de 1943 — Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito de Cr\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil cruzeiros), suplementar à Verba que indica — Pub. D.O. — 12-8-43	76
5.736 — EXTERIOR e FAZENDA — Decreto-lei de 10 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 280.000,00 para classificação de despesa — Pub. D.O. — 11-8-43	76
5.737 — GUERRA e FAZENDA — Decreto-lei de 10 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para construção de rodovia — Pub. D.O. — 12-8-43	76
5.738 — JUSTIÇA, TRABALHO, FAZENDA e AGRICULTURA — Decreto-lei de 10 de agosto de 1943 — Autoriza a Comissão Executiva de Frutas a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil — Pub. D.O. — 12-8-43	77
5.739 — EDUCAÇÃO e AGRICULTURA — Decreto-lei de 11 de agosto de 1943 — Modifica a disposição do art. 2.º do decreto-lei n. 2.269, de 3 de junho de 1940 — Pub. D.O. — 13-8-43	78
5.740 — AGRICULTURA e TRABALHO — Decreto-lei de 11 de agosto de 1943 — Altera o decreto-lei n. 3.937, de 13 de dezembro de 1941 e dá outras providências — Pub. D.O. — 13-8-43	78
5.741 — AGRICULTURA e FAZENDA — Decreto-lei de 12 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 62.032,80, para pagamento de gratificação de representação — Pub. D.O. — 14-8-43	79

5.742 — FAZENDA e JUSTIÇA — Decreto-lei de 12 de agosto de 1943 — Transfere, gratuitamente e sob condição expressa que cita, à Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro a propriedade plena do imóvel que menciona, situado na Capital Federal, e dá outras providências — Pub. D.O. — 14-8-43	80
5.743 — GUERRA — Decreto-lei de 13 de agosto de 1943 — Transfere, de Caçapava para Baurú, a sede do 6.º Regimento de Infantaria — Pub. D.O. — 16-8-43	81
5.744 — GUERRA — Decreto-lei de 13 de agosto de 1943 — Restabelece, no Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, a carreira de Datilógrafo e altera a de igual denominação do Quadro Permanente do mesmo Ministério — Pub. D.O. — 16-8-43	81
5.745 — MARINHA e FAZENDA — Decreto-lei de 13 de agosto de 1943 — Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Marinha, a carreira de Tecnologista, altera a de Engenheiro do mesmo Quadro e Ministério e dá outras providências — Pub. D.O. — 16-8-43	84
5.746 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de agosto de 1943 — Declara de utilidade pública a desapropriação de imóvel, que menciona, situado na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências — Pub. D.O. — 16-8-43	86
5.747 — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de agosto de 1943 — Cria uma coletoria federal no município de Leopoldina, no Estado de Alagoas, e dá outras providências — Pub. D.O. — 16-8-43	86
5.748 — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de agosto de 1943 — Cria uma coletoria federal no município de Inhumas, no Estado de Goiás, e dá outras providências — Pub. D.O. — 16 de agosto de 1943	87
5.749 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 16 de agosto de 1943 — Altera a contagem de antiguidade de posto — Pub. D.O. — 18-8-43	88
5.750 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de agosto de 1943 — Dispensa as administrações de entidades autárquicas instituídas pela União do recolhimento de que trata o art. 2.º do decreto-lei n. 5.228, de 5 de fevereiro de 1943, e dá outras providências — Pub. D.O. — 18-8-43	88
5.751 — FAZENDA — TRABALHO — Decreto-lei de 16 de agosto de 1943 — Autoriza a venda de bens e direitos que na empresa Pireli S.A., Companhia Industrial Brasileira, com sede em São Paulo, possui a empresa Pireli Holding S.A., e dá outras providências — Pub. D.O. — 18-8-43	88
5.752 — AERONÁUTICA — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de agosto de 1943 — Altera sem aumento de despesa o atual orçamento do Ministério da Aeronáutica — Pub. D.O. — 19-8-43	90
5.753 — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de agosto de 1943 — Reserva lote de terreno pertencente ao Domínio da União no Distrito Federal — Pub. D.O. — 19-8-43	90

5.754 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de agosto de 1943 — Determina a distribuição de crédito à Tesouraria do Ministério da Educação e Saúde — Pub. D.O. — 18-8-43	91
5.755 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de agosto de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 3.573,20, para pagamento de gratificação de magistério — Pub. D.O. — 19-8-43	91
5.756 — MARINHA — Decreto-lei de 18 de agosto de 1943 — Suspende, temporariamente, as transferências para a Reserva Remunerada de Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais — Pub. D.O. — 20-8-43	92
5.757 — MARINHA — Decreto-lei de 18 de agosto de 1943 — Reduz o interstício para a promoção dos Capitães de Fragata Farmacêuticos do Corpo de Saúde da Armada — Pub. D.O. — 20-8-43	92
5.758 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 343.685,00 para classificação de despesa — Pub. D.O. — 21-8-43	92
5.759 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 5.231.664,20, para pagamento ao Lóide Brasileiro, e dá outras providências — Pub. D.O. — 21-8-43	93
5.760 — FAZENDA — JUSTIÇA — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 19 de agosto de 1943 — Autoriza a celebração de acordo com o Abrigo do Cristo Redentor, para a instituição, pela União Federal, de uma fundação, e dá outras providências — Pub. D.O. — 20-8-43	93
5.761 — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de agosto de 1943 — Dispõe sobre a realização de um "Sweepstake" pela Associação Protetora do Turf, de Porto Alegre — Pub. D.O. — 21 de agosto de 1943	95
5.762 — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 para pagamento da 3.ª prestação de ações da Companhia Vale do Rio Doce S.A. — Pub. D.O. — 21-8-43	96
5.763 — VIAÇÃO E FAZENDA — Decreto-lei de 19 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 50.000,00, à verba que especifica — Pub. D.O. — 21-8-43	96
5.764 — AGRICULTURA E TRABALHO — Decreto-lei de 19 de agosto de 1943 — Dispõe sobre a situação contratual das empresas de energia elétrica e dá outras providências — Pub. D.O. — 21-8-43	97
5.765 — VIAÇÃO E FAZENDA — Decreto-lei de 20 de agosto de 1943 — Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 5.036, de 4 de dezembro de 1942 — Pub. D.O. — 23-8-43	99

	Págs.
5.766 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 20 de agosto de 1943 — Dá providências sobre a construção de silos por parte dos moinhos importadores de trigo, para beneficiamento em território nacional — Pub. D.O. — 23-8-43	100
5.767 — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de agosto de 1943 — Autoriza nova prorrogação do contrato de exploração do serviço da Loteria Federal — Pub. D.O. — 25-8-43	100
5.768 — GUERRA E FAZENDA — Decreto-lei de 23 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Guerra o crédito de Cr\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos cruzeiros), suplementar à verba que indica — Pub. D.O. — 25-8-43	101
5.769 — GUERRA — Decreto-lei de 23 de agosto de 1943 — Cria o 14.º Batalhão de Engenharia, com sede em Campina Grande, Estado da Paraíba — Pub. D.O. — 25-8-43	101
5.770 — GUERRA — Decreto-lei de 23 de agosto de 1943 — Cria o 1.º Batalhão de Fronteira, com sede em Cascavel, Estado do Paraná — Pub. D.O. — 25-8-43	102
5.771 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 23 de agosto de 1943 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a realizar a permuta dos terrenos que menciona — Pub. D.O. — 25-8-43.	102
5.772 — TRABALHO — Decreto-lei de 24 de agosto de 1943 — Autoriza o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários a custear, até o prazo máximo de um ano, a internação, em estabelecimentos especializados, dos seus segurados portadores de tuberculose pulmonar — Pub. D.O. — 26-8-43 :	103
5.773 — FAZENDA E VIAÇÃO — Decreto-lei de 24 de agosto de 1943 — Modifica dispositivos do decreto-lei n. 4.352, de 1 de julho de 1942, e dá outras providências — Pub. D.O. — 25-8-43	103
5.774 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 24 de agosto de 1943 — Dispõe sobre a aposentadoria de Sílvio Pinheiro Guimarães — Pub. D.O. — 26-8-43.....	103
5.775 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 3.500.000,00, para despesas decorrentes da subscrição compulsória das "Obrigações de Guerra" — Pub. D.O. — 27-8-43	104
5.776 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 1.400.000,00, à verba que especifica — Pub. D.O. — 28-8-43	104
5.777 — FAZENDA — JUSTIÇA — Decreto-lei de 26 de agosto de 1943 — Dispõe sobre as desapropriações e liquidações decorrentes da execução do decreto-lei n. 4.807, de 7 de outubro de 1942, e dá outras providências — Pub. D.O. — 28-8-43	105
5.778 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de agosto de 1943 — Abre ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica o crédito suplementar de Cr\$ 3.000,00 à verba que especifica — Pub. D. O. — 28-8-43.....	107

Págs.

5.779 — JUSTIÇA e FAZENDA — Decreto-lei de 26 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 530.000,00, à verba que especifica — Pub. D.O. — 28-8-43	107
5.780 — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de agosto de 1943 — Dispensa a exigência do "lote corrido" no financiamento do algodão — Pub. D.O. — 30-8-43	108
5.781 — FAZENDA E JUSTIÇA — Decreto-lei de 27 de agosto de 1943 — Derroga o decreto-lei n. 5.751, de 16 de agosto de 1943 — Pub. D.O. — 30-8-43	108
5.782 — JUSTIÇA, TRABALHO, FAZENDA, GUERRA, MARINHA, VIACÃO, EXTERIOR, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E AERONÁUTICA — Decreto-lei de 30 de agosto de 1943 — Regula a situação do servidor do Estado desaparecido em naufrágio, acidente, ou em qualquer ato de guerra ou de agressão à soberania nacional — Pub. D.O. — 1-9-43 — Ret. D.O. — 15-9-43	109
5.783 — GUERRA — Decreto-lei de 30 de agosto de 1943 — Altera as carreiras de Maquinista Marítimo e Motorista do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra — Pub. D.O. — 1-9-43	110
5.784 — VIACÃO e FAZENDA — Decreto-lei de 30 de agosto de 1943 — Encorporação da E. F. Maricá à E. F. Central do Brasil — Pub. D. O. — 31-8-43	113
5.785 — VIACÃO E FAZENDA — Decreto-lei de 30 de agosto de 1943 — Altera os padrões de vencimento dos cargos de Tesoureiro e Ajudante de Tesoureiro das Diretorias Regionais dos Correios e Telégrafos do Rio Grande do Sul e do Paraná e dá outras providências — Pub. D. O. — 1-9-43	113
5.786 — VIACÃO — Decreto-lei de 30 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000,00, à verba que especifica — Pub. D. O. — 1-9-43	117
5.787 — EDUCAÇÃO e FAZENDA — Decreto-lei de 30 de agosto de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 26.400,00 — Pub. D. O. — 1-9-43	117
5.788 — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de agosto de 1943 — Dispõe sobre a vigência dos créditos extraordinários — Pub. D. O. — 3-9-43	118
5.789 — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de setembro de 1943 — Autoriza a emissão de "Letras do Tesouro" — Pub. D. O. — 6-9-43	118
5.790 — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de setembro de 1943 — Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 40.040,50, para pagamento de indenizações decorrentes de requisições — Pub. D. O. — 6-9-43	119
5.791 — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de setembro de 1943 — Cria uma coletoria federal no município de Sertãoópolis, no Estado do Paraná, e dá outras providências — Pub. D. O. — 6-9-43	119

5.792 — EXTERIOR e FAZENDA — Decreto-lei de 2 de setembro de 1943 — Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito de Cr\$ 100.000,00, para as despesas com a Missão confiada ao Capitão de Mar e Guerra Braz Dias de Aguiar — Pub. D. O. — 6-9-43	120
5.793 — FAZENDA e VIAÇÃO — Decreto-lei de 2 de setembro de 1943 — Suspende a intervenção do Governo Federal na Empresa de Navegação Hoepcke S. A. — Pub. D. O. — 6-9-43	120
5.794 — VIAÇÃO e FAZENDA — Decreto-lei de 2 de setembro de 1943 — Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.145.120,00, para reparação de navio da frota do Serviço de Navegação da Bacia do Prata — Pub. D. O. — 6-9-43	121
5.795 — JUSTIÇA e FAZENDA — Decreto-lei de 2 de setembro de 1943 — Concede pensão especial à viúva do capitão da Polícia Militar do Distrito Federal, Hedefonso Coimbra — Pub. D. O. — 6-9-43	121
5.796 — AGRICULTURA e JUSTIÇA — Decreto-lei de 3 de setembro de 1943 — Altera disposições do decreto-lei número 4.521, de 24 de julho de 1942, que reorganizou a Comissão Nacional do Gasogênio — Pub. D. O. — 6-9-43	122
5.797 — EDUCAÇÃO e FAZENDA — Decreto-lei de 3 de setembro de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 30.600,00, para pagamento de salários — Pub. D. O. — 8-9-43	122
5.798 — EDUCAÇÃO e FAZENDA — Decreto-lei de 3 de setembro de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.726,20, para pagamento de gratificação por serviços extraordinários — Pub. D. O. — 8-9-43	123
5.799 — MARINHA E FAZENDA — Decreto-lei de 6 de setembro de 1943 — Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Marinha — Pub. D. O. — 9-9-43	123
5.800 — AGRICULTURA e FAZENDA — Decreto-lei de 6 de setembro de 1943 — Cria função gratificada no Ministério da Agricultura e dá outras providências — Pub. D. O. — 9-9-43	124
5.801 — GUERRA — Decreto-lei de 8 de setembro de 1943 — Considera de interesse militar a Expedição Roncador-Xingú — Pub. D. O. — 10-9-43	125
5.802 — Não foi ainda remetido à publicação	125
5.803 — AGRICULTURA e FAZENDA — Decreto-lei de 9 de setembro de 1943 — Cria funções gratificadas no Ministério da Agricultura, e dá outras providências — Pub. D. O. — 11-9-43	125
5.804 — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de setembro de 1943 — Abre, ao Conselho Federal de Comércio Exterior, o crédito suplementar de Cr\$ 20.000,00, à verba que especifica, e dá outras providências — Pub. D. O. — 11-9-43	126

5.805	— EXTERIOR e FAZENDA — Decreto-lei de 9 de setembro de 1943 — Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 157.164,00, para classificação de despesa — Pub. D. O. — 11-9-43	127
5.806	— FAZENDA — Decreto-lei de 9 de setembro de 1943 — Abre, ao Departamento de Imprensa e Propaganda, o crédito especial de Cr\$ 5.760,00, para pagamento de diferença de vencimentos — Pub. D. O. — 11-9-43	127
5.807	— FAZENDA — Decreto-lei de 13 de setembro de 1943 — Estende à exportação para o estrangeiro o regime fiscal inerente à importação — Pub. D. O. — 14-9-43	128
5.808	— FAZENDA — Decreto-lei de 13 de setembro de 1943 — Modifica o n. 10 da tabela do imposto do selo — Pub. D. O. — 15-9-43	128
5.809	— JUSTIÇA e FAZENDA — Decreto-lei de 13 de setembro de 1943 — Cria uma Companhia de Metralhadoras Motorizada na Polícia Militar do Distrito Federal — Pub. D. O. — 15-9-43	129
5.810	— VIAÇÃO — Decreto-lei de 13 de setembro de 1943 — Dispõe sobre a aposentadoria de José Medeiros Moura — Pub. D. O. — 15-9-43	131
5.811	— TRABALHO e FAZENDA — Decreto-lei de 13 de setembro de 1943 — Autoriza o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado a assumir os direitos e obrigações dos contratos dos seguros de vida das companhias de seguros italianas, em liquidação, e dá outras providências — Pub. D. O. — 15-9-43	131
5.812	— JUSTIÇA, TRABALHO, FAZENDA, GUERRA, VIAÇÃO, EXTERIOR, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E AERONÁUTICA — Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú — Pub. D. O. — 15-9-43 — Rep. D. O. — 27-9-43..	132
5.813	— FAZENDA — Decreto-lei de 14 de setembro de 1943 — Aprova o acordo relativo ao recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores para a Amazônia, e dá outras providências — Pub. D. O. — 16-9-43	134
5.814	— FAZENDA — Decreto-lei de 14 de setembro de 1943 — Amplia as atribuições do Banco de Crédito da Borracha, S. A. e dá outras providências — Pub. D. O. — 16-9-43	135
5.815	— EDUCAÇÃO e FAZENDA — Decreto-lei de 14 de setembro de 1943 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 28.800,00, para pagamento de proventos de disponibilidade — Pub. D. O. — 16-9-43	135
5.816	— FAZENDA — Decreto-lei de 15 de setembro de 1943 — Abre, ao Conselho de Segurança Nacional o crédito suplementar de Cr\$ 12.000,00, à dotação que especifica — Pub. D. O. — 17-9-43	136
5.817	— GUERRA — Decreto-lei de 15 de setembro de 1943 — Transfere a sede do III/1.º Regimento de Artilharia Mista — Pub. D. O. — 17-9-43	136

5.818 — AGRICULTURA e FAZENDA — Decreto-lei de 15 de setembro de 1943 — Transfere ao Estado do Rio Grande do Sul os imóveis, móveis e semoventes, pertencentes às Estações Gerais de Experimentação sediadas em Osório e Caxias, no mesmo Estado e suas respectivas dependências — Pub. D. O. — 17-9-43	136
5.819 — VIAÇÃO e FAZENDA — Decreto-lei de 16 de setembro de 1943 — Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 19.250.000,00, para a Fábrica Nacional de Motores — Pub. D. O. — 18-9-43	137
5.820 — VIAÇÃO e FAZENDA — Decreto-lei de 16 de setembro de 1943 — Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 6.435.034,90, para classificação de despesa — Pub. D. O. — 18-9-43	138
5.821 — TRABALHO — Decreto-lei de 16 de setembro de 1943 — Dispõe sobre dissídio coletivo enquanto perdurar o estado de guerra — Pub. D. O. — 18-9-43	138
5.822 — TRABALHO — Decreto-lei de 16 de setembro de 1943 — Autoriza o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio a realizar um novo empréstimo para ocorrer às despesas com a ampliação do edifício do respectivo Ministério — Pub. D. O. — 18-9-43	140
5.823 — AGRICULTURA e FAZENDA — Decreto-lei de 16 de setembro de 1943 — Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 188.790,00, para a conclusão das obras, instalação, aparelhamento e equipamento da Usina de Café de Muriaé, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, e dá outras providências — Pub. D. O. — 18-9-43	140
5.824 — AGRICULTURA e FAZENDA — Decreto-lei de 16 de setembro de 1943 — Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para classificação de despesa — Pub. D. O. — 18-9-43	141
5.825 — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de setembro de 1943 — Estabelece a taxaço dos filmes de procedência americana sob a base do pêsô real — Pub. D. O. — 18-9-43	142
5.826 — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de setembro de 1943 — Prorroga o prazo para o pagamento sem multa da "Cota Especial" sobre algodão — Pub. D. O. — 18-9-43	142
5.827 — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de setembro de 1943 — Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 3.000,00, à verba que especifica — Pub. D. O. — 18-9-43	142
5.828 — FAZENDA e EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 16 de setembro de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para auxílio aos "Fundos Universitários de Pesquisas", da Universidade de São Paulo — Pub. D. O. — 18-9-43	143
5.829 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 17 de setembro de 1943 — Prorroga o prazo referido no parágrafo único do art. 2.º, do decreto-lei n. 2.618, de 23 de setembro de 1940 — Pub. D. O. — 20-9-43	143

5.830 — JUSTIÇA, EXTERIOR e EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 17 de setembro de 1943 — Altera as carreiras de Arquivologista dos Quadros Permanentes dos Ministérios da Educação e Saúde, das Relações Exteriores e da Justiça e Negócios Interiores — Pub. D. O. — 20-9-43	144
5.831 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 17 de setembro de 1943 — Altera a carreira de Datilógrafo da Parte Permanente do Quadro da Justiça, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências — Pub. D. O. — 20-9-43	148
5.832 — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de setembro de 1943 — Autoriza a renovação do contrato de que trata o decreto-lei n. 2.398, de 11 de julho de 1940, e dá outras providências — Pub. D. O. — 22-9-43	150
5.833 — GUERRA e FAZENDA — Decreto-lei de 20 de setembro de 1943 — Altera as carreiras de Foguista Marítimo, Maquinista Marítimo, Marinheiro e Patrão do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra — Pub. D. O. — 22-9-43	150
5.834 — GUERRA — Decreto-lei de 20 de setembro de 1943 — Altera a carreira de Inspetor de Alunos, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra — Pub. D. O. — 22-9-43	155
5.835 — VIAÇÃO e FAZENDA — Decreto-lei de 20 de setembro de 1943 — Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 95.600,00, para pagamento de gratificação ao engenheiro José Luiz Mendes Diniz — Pub. D. O. — 21-9-43	157
5.836 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 20 de setembro de 1943 — Altera a redação do art. 8.º do decreto-lei n. 5.630, de 29 de junho de 1943, e dá outras providências — Pub. D. O. — 22-9-43	157
5.837 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 20 de setembro de 1943 — Modifica os arts. 222, 225 e 226 do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940 — Pub. D. O. — 22-9-43	158
5.838 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 21 de setembro de 1943 — Prorroga o prazo previsto no art. 3.º do decreto-lei número 5.219, de 22 de janeiro de 1943 — Pub. D. O. — 23-9-43	159
5.839 — JUSTIÇA, TRABALHO, FAZENDA, GUERRA, MARINHA, VIAÇÃO, EXTERIOR, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO e AERONÁUTICA — Decreto-lei de 21 de setembro de 1943 — Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguaçu — Pub. D. O. — 29-9-43	159
5.840 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1943 — Dispõe sobre os balanços do exercício de 1942 — Pub. D. O. — 24-9-43	164
5.841 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1943 — Cria, no Ministério da Fazenda, a Administração do Edifício da Fazenda, e dá outras providências — Pub. D. O. — 24-9-43	164

	Págs.
5.842 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1943 — Abre, ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, os créditos que especifica — Pub. D. O. — 24-9-43.....	165
5.843 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1943 — Eleva os padrões de vencimentos de dois cargos de Assistente, em comissão, do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica — Pub. D. O. — 24-9-43	166
5.844 — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de setembro de 1943 — Dispõe sobre a cobrança e fiscalização do imposto de renda — Pub. D. O. — 1-10-43	166
5.845 — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de setembro de 1943 — Abre, ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para a Coordenação da Mobilização Econômica — Pub. D. O. — 24-9-43	205
5.846 — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de setembro de 1943 — Declara de utilidade pública a desapropriação de partes de imóveis que menciona, situados na cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, e dá outras providências — Pub. D. O. — 25-9-43	206
5.847 — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de setembro de 1943 — Cria a 2. ^a coletoria de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências — Pub. D. O. — 25-9-43	207
5.848 — JUSTIÇA, TRABALHO, FAZENDA, GUERRA, MARINHA, VIAÇÃO, EXTERIOR, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO e AERONÁUTICA — Decreto-lei de 23 de setembro de 1943 — Dispõe sobre a realização de exames de sanidade e capacidade física e dá outras providências — Pub. D. O. — 1-10-43	208
5.849 — FAZENDA e EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 23 de setembro de 1943 — Dispõe sobre a matéria de importação de lentes — Pub. D. O. — 25-9-43	209
5.850 — EXTERIOR e FAZENDA — Decreto-lei de 23 de setembro de 1943 — Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de Cr\$ 300.000,00, à verba que especifica — Pub. D. O. — 25-9-43	210
5.851 — VIAÇÃO e FAZENDA — Decreto-lei de 23 de setembro de 1943 — Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 4.330.000,00, para pagamento a concessionários de portos — Pub. D. O. — 25-9-43	210
5.852 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de setembro de 1943 — Autoriza a liquidação de que trata o art. 2. ^o do decreto-lei n. 5.266, de 20 de fevereiro de 1943, mediante cessão e transferência dos bens e direitos incorporados ao patrimônio nacional, e dá outras providências — Pub. D. O. — 27-9-43	211

5.853 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de setembro de 1943 — Transfere gratuitamente ao Município de São Luiz Gonzaga, do Estado do Rio Grande do Sul, para fim de utilização com estabelecimento de ensino secundário, o domínio pleno do terreno nacional interior, que menciona, com as benfeitorias existentes, situado na cidade de São Luiz Gonzaga, naquele Estado, e dá outras providências — Pub. D. O. — 27-9-43	211
5.854 — MARINHA e FAZENDA — Decreto-lei de 24 de setembro de 1943 — Autoriza a aquisição e permuta de terrenos no distrito do Sai, município de São Francisco, Estado de Santa Catarina — Pub. D. O.	212
5.855 — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de setembro de 1943 — Abre crédito especial ao Ministério da Fazenda — Pub. D. O. — 28-9-43	213
5.856 — EXTERIOR — Decreto-lei de 27 de setembro de 1943 — Aprova o Convênio entre o Brasil e o Paraguai para o Fomento do Turismo e concessão de facilidades para a entrada nos respectivos territórios, firmado no Rio de Janeiro, a 10 de maio de 1943 — Pub. D. O. — 29-9-43	213
5.857 — GUERRA — Decreto-lei de 28 de setembro de 1943 — Altera a redação do art. 34 do decreto-lei n. 925, de 2 de dezembro de 1938 — Pub. D. O. — 30-9-43	214
5.858 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 28 de setembro de 1943 — Altera o efetivo de primeiros tenentes médicos da Aeronáutica, a que se refere o art. 2.º do decreto-lei número 3.872, de 2 de dezembro de 1941 — Pub. D. O. — 30-9-43	214
5.859 — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de setembro de 1943 — Cria a Comissão de Construção do Edifício destinado à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional e demais repartições federais em São Paulo, e dá outras providências — Pub. D. O. — 1-10-43	215
5.860 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 20 de setembro de 1943 — Modifica o art. 348 do Código Civil e dá outras providências — Pub. D. O. — 2-10-43	215
5.861 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 30 de setembro de 1943 — Modifica a denominação do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea e dá respectiva Diretoria Nacional — Pub. D. O. — 2-10-43	216
5.862 — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de setembro de 1943 — Dispõe sobre faiscção e garimpagem nas regiões produtoras de borracha do Estado de Mato Grosso — Pub. D. O. — 2-10-43	216
5.863 — EDUCAÇÃO e FAZENDA — Decreto-lei de 30 de setembro de 1943 — Cria funções gratificadas no Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências — Pub. D. O. — 2-10-43	217

	Págs.
5.864 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 30 de setembro de 1943 — Altera as carreiras de Marinheiro e Patrão, do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências — Pub. D. O. — 2-10-43	218
5.865 — MARINHA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de setembro de 1943. — Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Marinha, a carreira de Desenhista Auxiliar e dá outras providências — Pub. D. O. — 2-10-43	220
5.866 — TRABALHO e FAZENDA — Decreto-lei de 30 de setembro de 1943 — Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 45.000,00, para os fins que menciona — Pub. D.O. — 2-10-43.....	222

ÍNDICE DO APENSO

5.388 — GUERRA — Decreto-lei de 12 de abril de 1943 — Lei de organização dos quadros e efetivos do Exército — Atualiza disposições contidas no decreto-lei n. 556, de 12 de julho de 1938 — Rep. D. O. — 27-7-43	240
5.452 — TRABALHO — Decreto-lei de 1 de maio de 1943 — Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho — Pub. D. O. — 9-8-43	240
5.473 — TRABALHO — Decreto-lei de 11 de maio de 1943 — Institue o salário adicional para a indústria e dá outras providências — Rep. no D. O. de 21-6- e 29-7-43	398
5.568 — FAZENDA, EDUCAÇÃO e EXTERIOR — Decreto-lei de 10 de junho de 1943 — Concede isenção de impostos e taxas ao Serviço Especial de Saúde Pública — Ret. D. O. — 23-7-43	398
5.592 — EDUCAÇÃO, FAZENDA e EXTERIOR — Decreto-lei de 18 de junho de 1943 — Aprova o contrato sobre o saneamento do Vale do Rio Doce e dá outras providências — Ret. D. O. 12-7-43	398
5.593 — JUSTIÇA e FAZENDA — Decreto-lei de 18 de junho de 1943 — Cria cargo de Promotor Público e função gratificada de Sub-Procurador no Quadro da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências — Rep. D. O. — 10-9-43	398

Figuram neste volume os decretos-leis que, expedidos no terceiro trimestre de 1943, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas da publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1943

DECRETO-LEI N. 5.637 — DE 1 DE JULHO DE 1943

Altera o Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, na parte referente a funções gratificadas, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterado, na parte referente a funções gratificadas e de conformidade com a relação anexa, o Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 2.º Para atender, no período de 1 de julho a 31 de dezembro do corrente ano, às despesas com a execução deste decreto-lei, fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores (Anexo 18 do Orçamento Geral da República) o crédito de Cr\$ 67.800,00 (sessenta e sete mil e oitocentos cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções Gratificadas.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Sousa Costa.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

QUADRO PERMANENTE

FUNÇÕES GRATIFICADAS

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Número	Nome	Gratificação anual Cr\$	Número	Nome	Gratificação anual Cr\$
<i>Comissão de Eficiência</i>			<i>Comissão de Eficiência</i>		
3	Membros	8.400,00	3	Membros	8.400,00
1	Secretário	3.600,00	1	Secretário	3.600,00
<i>Departamento de Administração</i>			<i>Departamento de Administração</i>		
—	—	1	Chefe de Departamento.....	12.000,00
1	Secretário do Chefe.....	4.800,00	1	Auxiliar do Chefe.....	4.800,00
1	Auxiliar do Chefe.....	2.400,00	1	Auxiliar do Chefe.....	2.400,00
1	Chefe da Divisão do Pessoal.....	4.800,00	1	Chefe da Divisão do Pessoal.....	7.200,00
—	—	1	Chefe da Divisão do Material.....	7.200,00
—	—	1	Chefe da Divisão do Orçamento....	7.200,00
1	Chefe do Serviço de Comunicações...	6.000,00	1	Chefe do Serviço de Comunicações...	7.200,00
1	Chefe da Secção de Mecanografia...	2.400,00	1	Chefe da Secção de Mecanografia...	4.800,00
—	—	1	Chefe da Biblioteca do S. D.	4.800,00
—	—	1	Chefe da Portaria.....	3.600,00

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Número	Nome	Gratificação anual Cr\$	Número	Nome	Gratificação anual Cr\$
	<i>Departamento Diplomático e Consular</i>			<i>Departamento Diplomático e Consular</i>	
1	Secretário do Chefe.....	4.800,00	1	Chefe de Departamento.....	18.000,00
1	Auxiliar do Chefe	2.400,00	1	Auxiliar do Chefe.....	4.800,00
—	—	1	Auxiliar do Chefe.....	2.400,00
—	—	1	Chefe da Divisão Política e Diplo- mática	9.600,00
—	—	1	Chefe da Divisão Econômica e Co- mercial	9.600,00
—	—	1	Chefe da Divisão de Fronteiras.....	9.600,00
—	—	1	Chefe da Divisão de Atos, Con- gressos e Conferências Interna- cionais	9.600,00
—	—	1	Chefe da Divisão do Cerimonial.....	9.600,00
—	—	1	Chefe da Divisão de Cooperação In- tellectual	9.600,00
—	—	1	Chefe da Divisão Consular.....	9.600,00
—	—	1	Chefe da Divisão de Passaportes....	9.600,00

faltam as páginas 6 e 7

DECRETO-LEI N. 5.642 — DE 2 DE JULHO DE 1943

Altera o decreto-lei n. 4.993, de 26 de novembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo 6.º e seus §§ 1.º e 2.º, do decreto-lei n. 4.993, de 26 de novembro de 1942, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 6.º O ensino será ministrado por técnicos nacionais ou estrangeiros, especialmente contratados, podendo, porém, o Ministro da Educação e Saúde designar servidores do Estado para funcionarem como professores e assistentes.

§ 1.º Os servidores designados professores ou assistentes na forma deste artigo perceberão, respectivamente, honorários de Cr\$ 50,00 e Cr\$ 25,00 por hora de aula dada ou trabalho executado, até o limite máximo de doze horas por semana, sem prejuízo do exercício normal de suas atribuições.

§ 2.º Esses servidores poderão, em casos especiais, a critério do Presidente da República, ser dispensados dos trabalhos normais das repartições ou serviços em que estiverem lotados. Ficam obrigados, nessa hipótese, a dezoito horas semanais de aulas e trabalhos escolares, não tendo direito aos honorários previstos no parágrafo anterior.”

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.643 — DE 5 DE JULHO DE 1943

Dispõe sobre a acumulação de pensões e proventos de aposentadoria

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica proibida a percepção acumulada de proventos de mais de uma aposentadoria, pagos pelos cofres públicos federais, estaduais ou municipais, Caixas ou Institutos de Aposentadoria e Pensões ou outras entidades autárquicas.

Art. 2.º Não se compreendem na proibição de acumular, nem estão sujeitas a quaisquer limites:

a) a percepção conjunta de pensões civis ou militares;

b) a percepção de pensão com vencimento, remuneração ou salário de cargo, função ou emprego público;

c) a percepção da pensão com provento de disponibilidade, aposentadoria ou reforma.

Art. 3.º Quando não for possível a acumulação de benefícios, o empregado ou funcionário ficará sujeito, apenas, à contribuição para o órgão ou entidade de cujos benefícios se possa utilizar.

Parágrafo único.. Nos casos atuais de contribuição múltipla, é livre ao servidor ou empregado optar pela que lhe aprouver.

Art. 4.º As Caixas ou Institutos providenciarão a transferência das contribuições já recolhidas, no caso dos associados optarem na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. Nesse caso será deduzida a importância correspondente a benefícios que já tenham sido prestados.

Art. 5.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.644 — DE 5 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para pagamento de abono familiar, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) — Serviços e encargos, destinado a atender ao custeio das despesas necessárias à execução das obrigações de pagamento de abono às famílias numerosas a que se refere o decreto n. 12.299, de 22 de abril de 1943.

Parágrafo único. Esse crédito, após a publicação do presente decreto-lei, será automaticamente registado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, ficando à disposição do Serviço de Estatística da Previdência

e Trabalho que requisitará os adiantamentos e autorizará os pagamentos, na forma estabelecida no decreto supramencionado e segundo a conveniência dos compromissos a solver.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.645 — DE 5 DE JULHO DE 1943

Prorroga o período de reorganização do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e,

Considerando a necessidade de se adaptar o regime presente do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva às suas possibilidades financeiras enquanto não forem determinadas de forma definitiva, as providências que venham resolver a situação;

Considerando que, no decurso do período de reorganização em que foi declarado o Instituto, já foram tomadas várias medidas para a referida adaptação;

Considerando que há ainda providências de caráter administrativo que devem e podem ser tomadas em simples fase de reorganização, cuja execução deverá ficar a cargo da própria comissão que as estudou e sugeriu, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 31 de dezembro do corrente o período de reorganização em que se encontra o Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva, para o efeito de se adotarem as medidas de ordem administrativa que o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio determinar.

Art. 2.º O presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva continuará a exercer as atribuições que lhe incumbem na forma do regulamento aprovado pelo decreto n. 4.264, de 19 de junho de 1939, assistido por dois representantes designados pelo Presidente da República e em coordenação com eles, cabendo-lhes a função especial de executar as medidas necessárias a garantir os benefícios aos contribuintes do Instituto e regularizar a sua estrutura administrativa, especialmente:

a) continuando a execução do que está previsto nas alíneas b e c do art. 2.º do decreto-lei n. 5.093, de 16 de dezembro de 1942 e de quaisquer outras medidas administrativas, determinadas ou aprovadas pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio;

b) apreciando previamente tôdas as medidas relativas a pessoal não só as de caráter disciplinar como as que se refiram a admissões, promoções, remoções ou transferências;

c) propondo ao governo as medidas julgadas necessárias para a perfeita adaptação do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva às suas finalidades.

Art. 3.º Os assistentes exercerão as suas attribuições como o presidente do Instituto, reunidos em comissão de carácter executivo, sob a presidência d'este último, prevalecendo as decisões da maioria, sem prejuizo da faculdade, que fica desde logo assegurada a cada um, de representar ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio sobre qualquer facto que, em seu parecer deva ser levado ao conhecimento dessa autoridade.

Art. 4.º Durante o periodo de reorganização, afora as despesas que decorram com beneficios e administração, dentro das normas de restrição que devem ser adoptadas, ou as que decorram de compromissos assumidos antes da vigência do decreto-lei n. 5.093, de 16 de dezembro de 1942, nenhuma outra será permitida, nem providas vagas que ocorrerem no quadro do pessoal efectivo do Instituto salvo necessidade manifesta, que deverá ser justificada pela Comissão ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, a quem caberá a aprovação da despesa.

Art. 5.º Os trabalhos da comissão serão comunicados mensalmente, em resumo, ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 6.º Os assistentes perceberão, pelos cofres do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva, gratificação mensal arbitrada pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 7.º Ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio caberá conhecer dos casos e reclamações decorrentes d'este decreto-lei, resolvendo-os originariamente ou encaminhando-os ao órgão que julgar competente.

Art. 8.º O presente decreto-lei entra em vigor no dia 1 de julho de 1943, não sendo interrompido o periodo de reorganização instituído pelo decreto-lei n. 5.093, de 16 de dezembro de 1942, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.646 — DE 5 DE JULHO DE 1943

Dá nova redação ao art. 2.º do decreto-lei n. 3.672, de 1 de outubro de 1941

O Presidente da República, usando da attribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 2.º do decreto-lei n. 3.672, de 1 de outubro de 1941, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 2.º O combate à malária será realizado com a applicação das seguintes medidas:

a) trabalhos de hidráulica sanitária e outras obras de saneamento, visando dificultar ou impedir a procriação dos culicídeos transmissores;

b) destruição sistemática dos anofelinos de responsabilidade epidemiológica local, em qualquer de suas fases evolutivas;

c) proteção dos indivíduos e das habitações pelo emprêgo de processos mecânicos, químicos ou biológicos;

d) isolamento e tratamento dos doentes e gametóforos, visando a extinção ou pelo menos a redução da sua capacidade infectante;

e) educação sanitária das populações”.

Parágrafo único. As medidas da alínea a dêste artigo serão executadas em colaboração com o Departamento Nacional de Obras de Saneamento do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.647 — DE 5 DE JULHO DE 1943

Cria a 1.ª Companhia Rodoviária Independente, com sede em Cáceres, Estado de Mato Grosso

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É criada, para instalação imediata, com sede em Cáceres, a 1.ª Companhia Rodoviária Independente, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.648 — DE 5 DE JULHO DE 1943

Altera a redação do artigo 2.º do decreto-lei n. 4.575, de 12 de agosto de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo 2.º do decreto-lei n. 4.575, de 12 de agosto de 1942, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2.º Os cargos vagos criados por êste decreto-lei serão providos com os recursos da conta-corrente do Quadro”.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.649 — DE 5 DE JULHO DE 1943

Eleva o padrão de vencimentos de cargo do Quadro Suplementar do Ministério da Agricultura e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica elevado, de L para M, o padrão de vencimento do cargo extinto de Diretor, (E.A.B.), do Quadro Suplementar do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º Do atual saldo da conta-corrente do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, fica reservada a importância de Cr\$ 0.800,00 para atender, no período de 1.º de julho a 31 de dezembro do corrente ano, as despesas com a execução dêste decreto-lei.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1943; 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 5.650 — DE 5 DE JULHO DE 1943

Estende o disposto no parágrafo único do art. 4.º do decreto-lei n. 97, de 23 de dezembro de 1937, aos contratos de compra e venda de cambiais de importação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É permitida a prorrogação dos contratos de compra e venda de cambiais de importação além do prazo de doze (12) meses fixado pelo art. 1.º do decreto-lei n. 192, de 21 de janeiro de 1938.

Parágrafo único. A prorrogação operar-se-á em períodos de trinta (30) dias, mediante o pagamento em dôbro do sêlo calculado sobre o valor do saldo do contrato.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.651 — DE 5 DE JULHO DE 1943

Autoriza o aumento de capital do Banco de Crédito da Borracha S. A., e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Banco de Crédito da Borracha S. A. autorizado a elevar para cento e cinquenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 150.000.000,00) o capital de cinquenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 50.000.000,00) estabelecido no parágrafo único do art. 5.º do decreto-lei n. 4.451, de 9 de julho de 1942.

Parágrafo único. A importância de cem milhões de cruzeiros (Cr\$ 100.000.000,00), correspondente ao aumento de que trata este artigo, será dividida em ações comuns, nominativas, de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma, das quais o Tesouro Nacional subscreverá sessenta por cento (60%), no valor de sessenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 60.000.000,00) e a Rubber Development Corporation quarenta por cento (40%), no total de quarenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 40.000.000,00).

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.652 — DE 5 DE JULHO DE 1943

Dispõe sobre a amortização do empréstimo a que se refere o decreto-lei n. 4.001, de 7 de janeiro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As amortizações do empréstimo a que se refere o decreto-lei n. 4.001, de 7 de janeiro de 1942, serão feitas a partir do ano de 1943, e não do de 1942, como consta do art. 3.º do citado decreto-lei.

Art. 2.º Será considerada como primeira (1.ª) amortização, devida no corrente ano, a importância paga pela Estrada de Ferro Central do Brasil em 1942, reajustados os respectivos juros pelo Banco do Brasil.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.653 — DE 6 DE JULHO DE 1943

Dispõe sobre consignações em folha de pagamento de militares

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os militares do Exército, da Armada e da Aeronáutica, que julgarem conveniente não conduzir sua família à sede da guarnição para onde forem transferidos, poderão consignar a favor da mesma os seus vencimentos, até ao limite líquido.

Art. 2.º O presente decreto-lei terá execução durante a vigência do estado de guerra, derogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.654 — DE 6 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 50.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00) em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação I — Material Permanente

S/c 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria.

04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional

03 — Divisão do Material..... Cr\$ 50.000,00

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo se destina à Contadoria Geral da República.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.655 — DE 8 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 800.000,00 para despesas da Comissão de Contrôlo dos Acordos de Washington.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de oitocentos mil cruzeiros (Cr\$ 800.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender às despesas da Comissão de Contrôlo dos Acôrdos de Washington, a partir de 1 de maio de 1943, sendo:

Pessoal	500.000,00
-------------------	------------

Material:

Permanente	50.000,00	
De Consumo	45.000,00	
Diversas Despesas	205.000,00	300.000,00
		<u>Cr\$ 800.000,00</u>

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.656 — DE 8 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 800.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de oitocentos mil cruzeiros (Cr\$ 800.000,00), em refôrço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério das Relações Exteriores (Anexo n. 18 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Conservação III — Diversas Despesas

S/c. n. 42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal

04 — Departamento de Administração

03 — Divisão do Material

a) Serviço Internacional.. Cr\$ 800.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.657 — DE 8 DE JULHO DE 1943

Autoriza a alienação de terrenos situados no município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Fazenda, pela Diretoria do Domínio da União, autorizada a alienar à Prefeitura de Belo Horizonte uma área de terras com cento e quarenta mil metros quadrados (140.000 m2) aproximadamente, sem benfeitorias ou construções, parte integrante do próprio nacional — antigo Posto Experimental de Veterinária de Belo Horizonte, situado no Município do mesmo nome, do Estado de Minas Gerais, à razão de oito cruzeiros (Cr\$ 8,00) o metro quadrado, com as delimitações e demais elementos técnicos constantes do processo protocolado no Tesouro Nacional sob n. 98.910, de 1942.

Art. 2.º O pagamento devido pela Prefeitura adquirente será efetuado da seguinte forma: duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200.000,00) no ato da escritura e o restante em quatro (4) cotas bimensais iguais.

Art. 3.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de um milhão, cento e vinte mil cruzeiros (Cr\$ 1.120.000,00), destinado às obras e instalações (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) que forem julgadas necessárias, em dependências do Departamento Nacional da Produção Animal, nos Municípios de Belo Horizonte e Pedro Leopoldo, do Estado de Minas Gerais.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e especialmente o decreto-lei n. 1.997, de 1 de fevereiro de 1940.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolônio Salles.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.658 — DE 10 DE JULHO DE 1943

Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Guerra, a carreira de Datilógrafo e altera as de Escriurário do Quadro Permanente e Datilógrafo do Quadro Suplementar do mesmo Ministério, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, de conformidade com a tabela anexa, no Quadro Permanente do Ministério da Guerra, a carreira de Datilógrafo, para a qual se transferem os cargos da carreira de igual denominação do Quadro Suplementar.

Art. 2.º Fica alterada, de conformidade com a tabela anexa, a carreira de Escriurário do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 3.º Para atender ao disposto no art. 1.º dêste decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 2.565.600,00 (2 milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil e seiscentos cruzeiros) à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente, do anexo 15 do Orçamento Geral da União para o corrente exercício.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA GUERRA — QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
	DATILÓGRAFO						DATILÓGRAFO				
11	Datilógrafo	G	—	—	Q. S.	—	G	11	—	
2	Datilógrafo	E	—	—	Q. S.	150	E	—	148	
						250	D	—	250	
						400			11	398	
	ESCRITURÁRIO						ESCRITURÁRIO				
145	G	—	22	Q. P.	129	G	3	—	
250	F	—	138	Q. P.	150	F	—	38	
306	E	—	101	Q. P.	200	E	5	—	
701				261		470			8	38	

DECRETO-LEI N. 5.659 — DE 10 DE JULHO DE 1943

Dá a garantia do Tesouro Nacional para um empréstimo de financiamento da usina siderúrgica em construção em Volta Redonda, nas condições estabelecidas no contrato de 4 de junho de 1943 com o Export-Import Bank de Washington

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Tesouro Nacional solidariamente responsável, na qualidade de fiador, pelo pagamento das notas promissórias emitidas pela Companhia Siderúrgica Nacional até o total de quarenta e cinco milhões de dólares (US\$ 45.000.000,00) e respectivos juros, de acordo com o contrato firmado pela mesma Companhia e o Export-Import Bank de Washington em 22 de maio de 1941, com o contrato aditivo de 12 de dezembro de 1941 e com o contrato aditivo e suplementar de 4 de junho do corrente ano, para financiamento da aquisição, nos Estados Unidos da América, dos materiais e equipamentos destinados à usina siderúrgica em construção em Volta Redonda e do custeio das despesas de transportes e de seguros dos mesmos.

Art. 2.º Emitidas e entregues ao Export-Import Bank de Washington as promissórias de que trata o art. 1.º deste decreto-lei, em substituição às emitidas anteriormente, ficará sem efeito a garantia a que se referem os decretos-leis ns. 3.348 e 4.022, respectivamente, de 13 de junho de 1941 e 15 de janeiro de 1942.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.660 — DE 10 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 5.253.193,20, para atender às despesas com a reconstrução completa do Titã e outros serviços aqui especificados

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de cinco milhões, duzentos e cinquenta e três mil, cento e noventa e três cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 5.253.193,20), para atender às seguintes despesas na forma proposta pela "Organização Henrique Lage":

- a) Trabalhos já executados até a presente data, inclusive a majoração pleiteada de 10% (dez por cento) Cr\$ 1.541.050,70

b)	Conclusão das obras do "Titã", inclusive a construção de 12 caixas basculantes para 25 toneladas, calculado o material de estrutura metálica em Cr\$ 9,60 o quilo	Cr\$ 3.015.254,00
c)	Lastro de ferro fundido, na base de Cr\$ 1,80 o quilo	Cr\$ 296.010,00
d)	Montagem no local do emprêgo	Cr\$ 400.878,50
		<hr/> Cr\$ 5.253.193,20

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.661 — DE 12 DE JULHO DE 1943

Transfere ao Banco do Brasil S.A., como agente especial do Governo Federal, as atribuições de que tratam os artigos 4.º, 5.º e 6.º do decreto-lei n. 4.807, de 7 de outubro de 1942, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Passam à competência do Banco do Brasil S.A., como agente especial do Governo Federal, as atribuições definidas nos arts. 4.º, 5.º e 6.º do decreto-lei n. 4.807, de 7 de outubro de 1942.

Art. 2.º Fica extinta a Comissão de Defesa Econômica, criada pelo decreto-lei n. 4.807, de 7 de outubro de 1942, e o seu arquivo será entregue ao Banco do Brasil S.A.

Art. 3.º A liquidação de bens e direitos de pessoas naturais ou jurídicas compreendidas no decreto-lei n. 4.166, de 11 de março de 1942, dependerá de expressa determinação legal em cada caso.

Art. 4.º Os fiscais, administradores ou liquidantes a que se refere o art. 4.º do decreto-lei n. 4.807, de 7 de outubro de 1942, serão nomeados pelo Presidente da República.

Parágrafo único. Os atuais fiscais, administradores ou liquidantes continuam no exercício de suas funções até ulterior deliberação do Governo.

Art. 5.º Ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda incumbe orientar a aplicação do presente decreto-lei e contratar com o Banco do Brasil S.A., para o que fica desde já autorizado; a execução dos respectivos serviços.

Art. 6.º Para as despesas decorrentes da execução dos serviços a que se refere o artigo anterior serão abertos, oportunamente, ao Ministério da Fazenda os necessários créditos especiais.

Art. 7.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.662 — DE 14 DE JULHO DE 1943

Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr\$ 31.200,00, para atender à despesa com pessoal extranumerário na Escola Agrícola de Barbacena.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Agricultura, Anexo 12 do Orçamento Geral da União para 1943, o crédito de Cr\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.663 — DE 14 DE JULHO DE 1943

Altera a carreira de Dactilógrafo do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na conformidade das tabelas anexas, a carreira de Dactilógrafo do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO
QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provisórios
12	Dactilógrafo.....	E	—	8	Q.P.	12	Dactilógrafo.....	E	—	10	
24	Dactilógrafo	D	—	—	"	24	Dactilógrafo	D	—	—	10
36						36					

Observações:

Os cargos provisórios poderão ser providos imediatamente com os recursos do c/c do Quadro e serão suprimidos à medida que os respectivos ocupantes forem sendo promovidos à classe E. O número total de cargos ocupados na carreira não poderá ultrapassar 36.

DECRETO-LEI N. 5.664 — DE 14 DE JULHO DE 1943

Dispõe sobre novas instalações da Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Considerando a necessidade de prover o País de instalações, aparelhamentos e serviços de caráter urgente exigidos pelos interesses da segurança nacional,

Considerando que entre as providências sugeridas ao Governo pelos Ministérios militares figuram as determinadas pelo presente decreto-lei,

Considerando que essas medidas podem ser adotadas, no momento, sob a forma ora estabelecida, sem acarretarem novos encargos, ao Governo,

Considerando que as sugestões apresentadas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, com a audiência dos Ministérios militares, foram aprovadas pela Comissão de Estudos do Conselho de Segurança Nacional, decreta:

Art. 1.º A Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, contratante do serviço de gás e iluminação da Capital Federal, deverá iniciar, no mais curto prazo possível, a instalação dos seguintes serviços:

I — Montagem de um aparelhamento completo para extração e purificação do benzol, toluol, naftalina e demais produtos existentes nos óleos de alcatrão e que possam servir à indústria dos explosivos de guerra;

II — Montagem das instalações necessárias para extrair tais produtos também de todo o gás fabricado;

a) Os produtos a que se referem os itens I e II, quando fornecidos ao Governo, que terá prioridade para a sua aquisição, serão pagos ao preço do custo de produção, incluindo os juros sobre o capital aplicado e a depreciação das respectivas instalações;

III — Montagem de uma fábrica, em pequena escala industrial, para destilação e experimentação dos combustíveis nacionais (hulha, xisto, lenhito, etc), a qual será operada pela Société, de acordo com as indicações da Inspetoria de Iluminação;

IV — Extensão das canalizações de gás à fábrica de máscaras contra gases, em Bonsucesso;

V — Fornecimento de gás em cilindros, sob pressão, à Fábrica de Cartuchos em Realengo, ou de energia para aquecimento elétrico dos aparelhos de recozimento de estojos e tempera de ferramentas da Fábrica, conforme for acordado, previamente, entre a Société e as autoridades militares, por intermédio da Inspetoria;

VI — Retificação da canalização de gás destinada ao suprimento de todos os estabelecimentos situados na ilha das Cobras, de modo a assegurar perfeita regularidade no fornecimento de gás para fins ordinários e industriais, devendo, para satisfazer essa última condição, manter a pressão de 2,109 kg/cm², para o que montará quantos compressores forem indispensáveis ligados à rede geral que deverá atender ao consumo mensal máximo de 30.000 m³;

VII — A Société providenciará para que suas instalações elétricas de emergência, assim como as do Governo e as da Cia. Carris, Luz e Força,

tanto as existentes como as futuras, possam ser ligadas à rede de distribuição afim de suprir energia, de acordo com as indicações do Governo, a determinados pontos e logradouros da cidade, nos casos em que o fornecimento comum possa ficar sujeito a perturbações;

VIII — A Société fica obrigada a executar as iluminações de caráter especial determinadas pelo Governo, sendo as despesas respectivas pagas pelas repartições que as requisitarem.

O consumo de energia, calculado ou registado em medidores, poderá correr por conta da verba da Inspetoria Geral de Iluminação destinada ao custeio da iluminação pública.

Quando as iluminações especiais forem de caráter permanente, a conservação do respectivo material ficará a cargo da contratante.

a) Considera-se iluminação de caráter especial as chamadas iluminações festivas, as de emergência em edifícios ou logradouros, para atender a necessidades do Governo, e todas aquelas que se não enquadrarem nos diferentes tipos técnicos aprovados para os serviços normais de iluminação pública.

Art. 2.º Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato celebrado em 27 de novembro de 1909, entre o Governo e a Société Anonyme du Gás de Rio de Janeiro, enquanto esta bem servir, a juízo do Governo.

Art. 3.º Em caso de recusa da concessionária em prosseguir na execução do serviço, ou do seu abandono, ou na hipótese de conveniência de interesses da segurança nacional, o Governo dará por findo o prazo da concessão.

Art. 4.º Verificando-se paralização parcial ou total dos serviços concedidos, ou deficiência grave na sua prestação, de que provadamente seja responsável a concessionária, o Governo tomará a medida prevista na parte segunda da cláusula XXXVII, salvo os casos na mesma especificados.

Art. 5.º As instalações feitas desta data em diante, inclusive as substituições necessárias à mais eficiente execução dos serviços da contratante, serão escrituradas à parte, a fim de serem avaliadas e indenizadas de acordo com o seu justo valor, no caso de declarar o Governo finda a concessão em consequência das causas apontadas nos arts. 2.º, 3.º e 4.º.

Art. 6.º O Ministério da Viação poderá estabelecer, de acordo com a contratante:

a) Reajustamento das tarifas, tabelas e condições para aplicação da energia elétrica aos aparelhos de uso doméstico, inclusive os de aquecimento, de modo a permitir, gradativamente, a supressão do carvão importado para esta última finalidade, e assegurar aos consumidores desses aparelhos melhores preços e maiores vantagens;

b) Condições para cessão ao Ministério da Viação e Obras Públicas da usina térmica de reserva, a fim de ser a mesma aplicada na produção de energia elétrica para uso dos aparelhos de extração e beneficiamento do carvão nacional;

c) Novas especificações e condições para o sistema de distribuição, posteação e pagamento da iluminação pública, de acordo com a técnica mais moderna.

Art. 7.º Será lavrado no Ministério da Viação um termo aditivo ao contrato celebrado em 27 de novembro de 1909, contendo as inovações introduzidas pelo presente decreto e estabelecendo que, normalizada, na vigência da

prorrogação, a situação internacional, a Société oferecerá, dentro do prazo de 180 dias, proposta para um novo contrato, do qual constará que à mesma Société não caberá, em tempo algum, qualquer ação judicial ou extrajudicial, relativamente aos atos decorrentes do decreto n. 23.703, de 5 de janeiro de 1934.

Art. 8.º Continuam em vigor, até a reforma do atual contrato, todos os atos do Governo posteriores à assinatura em 1909 desse documento e que introduziram modificações, por acôrdo ou não, em algumas das suas cláusulas.

Art. 9.º A Société porá à disposição da Inspetoria pessoal técnico habilitado, a-fim-de auxiliá-la nos trabalhos dos laboratórios e da pequena fábrica de experimentação de combustíveis, suprimindo-se a obrigação constante do último item da cláusula XVI do contrato.

a) As despesas com esse pessoal não excederão de oitenta mil cruzeiros anuais.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.665 — DE 15 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 19.654,00, para a construção de passeios e muros em próprios nacionais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de dezenove mil seiscentos e cinquenta e quatro cruzeiros (Cr\$ 19.654,00), para atender às despesas (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) com a construção de passeios e muros nos próprios nacionais situados nas ruas Ricardo Machado, ns. 110 e 126; Monte Alegre, n. 255; S. Cristóvão, ns. 737 e 747; e Bernardo Monteiro, s/n.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.656 — DE 15 DE JULHO DE 1943

Esclarece e amplia o decreto-lei n. 4.120, de 21 de fevereiro de 1942, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O § 3.º do art. 3.º do decreto-lei n. 4.120, de 21 de fevereiro de 1942, passa a ter a seguinte redação: No caso de ser reconhecida a existência de aterros naturais ou artificiais, assim considerados os formados depois do ano de 1831, tomar-se-á, como linha básica das marinhas, a que resultaria do preamar máximo atual, se não existissem esses aterros.

Art. 2.º A área que, em virtude do disposto no art. 3.º do decreto-lei n. 4.120, de 21 de fevereiro de 1942, foi adicionada aos terrenos de marinha, anteriormente demarcados, será, até nova demarcação, considerada ocupada, com isenção de taxas, podendo o ocupante regularizar sua situação dentro do prazo de cento e vinte dias a contar da data em que foi feita a notificação pelo Serviço Regional.

§ 1.º Desde que a regularização seja feita dentro do prazo estabelecido neste artigo, o enfiteuta gozará das vantagens estabelecidas no art. 2.º do decreto-lei n. 4.120, de 21 de fevereiro de 1942.

§ 2.º Esgotado aquele prazo, a concessão de aforamento ficará sujeita às exigências do art. 1.º do decreto-lei n. 4.120, de 21 de fevereiro de 1942 e as do presente decreto-lei.

Art. 3.º As disposições do decreto-lei n. 3.438, de 17 de julho de 1941, constantes do art. 5.º e seus parágrafos, deixarão de vigorar dois anos após a data da publicação do presente decreto-lei.

§ 1.º Terminado esse prazo, os aforamentos serão concedidos:

a) em concorrência pública, respeitadas as exigências do art. 1.º do decreto-lei n. 4.120, de 21 de fevereiro de 1942, por iniciativa do governo ou de particulares;

b) a requerimento dos interessados, após especial autorização do Senhor Presidente da República, se se tratar de aproveitamento econômico, que mereça tal exceção.

§ 2.º O processo de aforamento a que se refere a letra b do parágrafo anterior, só poderá subir à apreciação do Sr. Presidente da República:

a) se tiver parecer favorável, plenamente justificado, não só do Diretor do Domínio da União como também do Ministro da Fazenda;

b) após a satisfação de todas as exigências da legislação em vigor;

c) depois de terem sido procedidas a medição, demarcação e avaliação do terreno.

Art. 4.º Antes de ser aberta a concorrência a que se refere o § 1.º do art. anterior, proceder-se-á às consultas referidas no art. 7.º do decreto-lei n. 3.438, de 17 de julho de 1941 e no art. 4.º do decreto-lei n. 4.120, de 21 de fevereiro de 1942.

Parágrafo único. A concorrência será julgada tendo em vista o aproveitamento econômico mais conveniente, a juízo da Diretoria do Domínio da União.

Art. 5.º Fica expressamente proibida a concessão de aforamento de quaisquer áreas de terrenos de marinha a particulares para divisão em lotes e posterior transferência a terceiros.

Parágrafo único. Se for julgado conveniente o loteamento de quaisquer áreas de marinhas, tal aproveitamento só poderá ser levado a efeito, diretamente, pela União, pelos Estados ou pelos Municípios.

Art. 6.º As disposições do art. 24, § 1.º, do decreto-lei n. 3.438, de 17 de julho de 1941, deverão ser observadas, também, nas transferências de domínio útil dos terrenos de marinha e seus acrescidos, mesmo em se tratando de aforamentos concedidos anteriormente a 16 de agosto de 1940.

Art. 7.º Ficam confirmadas as concessões havidas, até a data da vigência do presente decreto-lei, dos terrenos que os Estados ou Municípios tenham aforado por supô-los de sua propriedade, desde que os foreiros, dentro de seis meses, regularizem a situação perante o Domínio da União.

Art. 8.º Nas revigorações e renovações de aforamento, minutado o necessário termo, o interessado deverá assiná-lo, dentro de trinta dias, sob pena de, findo aquele prazo, decair no direito ao mesmo aforamento.

Art. 9.º Fica concedido novo e improrrogável prazo de seis meses para o cumprimento do disposto no art. 20 do decreto-lei n. 3.438, de 17 de julho de 1941.

Art. 10. O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.667 — DE 15 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 160.000,00 e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de cento e sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 160.000,00), para atender às despesas (Obras, Desapropriação e Aquisição do imóveis) com a desapropriação de que trata o decreto n. 12.478, de 27 de maio findo.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.668 — DE 15 DE JULHO DE 1943

Torno extensivo às Escolas de Farmácia da Baía e de Pôrto Alegre o disposto no decreto-lei n. 4.430, de 2 de julho de 1942, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extensivo às Escolas de Farmácia da Baía e de Pôrto Alegre, anexas às respectivas Faculdades de Medicina, o disposto no decreto-lei n. 4.430, de 2 de julho de 1942.

Art. 2.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o credito de Cr\$ 72.000,00 (setenta e dois mil cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal, do Vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.669 — DE 15 DE JULHO DE 1943

Isenta o imóvel sito à rua Real Grandeza n. 99, antigo 71, dos impostos e taxas que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica isento o imóvel, sito à rua Real Grandeza n. 99, antigo 71, do pagamento dos impostos e taxas relativos à sua aquisição pelo Governo Britânico, bem como de quaisquer impostos e taxas sobre o mesmo incidentes, enquanto de propriedade do mencionado Governo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.670 — DE 15 DE JULHO DE 1943

Prorroga a vigência da tabela de salário mínimo e dá outras providências

O Presidente da República, considerando o que expõe o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio em cumprimento aos artigos 2.º do decreto-lei n. 2.162, de 1 de maio de 1940, e 46 do decreto-lei n. 399, de 10 de abril de 1938, combinados com as disposições do decreto-lei n. 4.750, de 23 de setembro de 1942, e decreto n. 10.353, de 31 de agosto de 1942, e usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogada pelo prazo de um ano a tabela a que se refere o art. 2.º do decreto-lei n. 2.162, de 1 de maio de 1940, porém, incorporada aos valores que dela constam a percentagem de acréscimo, concedida pelo inciso II da Portaria n. 36, baixada pelo Coordenador da Mobilização Econômica, a 8 de janeiro de 1943.

Parágrafo único. O salário mínimo será pago na conformidade da tabela em anexo.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação no *Diário Oficial*.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

TABELA A QUE SE REFERE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1.º DO DECRETO-LEI N. 5.670, DE 15 DE JULHO DE 1943

REGIÕES	Salário mínimo em dinheiro (Cr\$)				Porcentagem do salário mínimo para o desconto até a ocorrência de 70 % das despesas de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte nos casos em que os salários não sejam pagos totalmente em dinheiro.				
	Salário mensal	Horas de trabalho útil em que é dividido	Salário diário (dia de 8 horas de trabalho)	Salário por hora de trabalho	Alimentação %	Habitação %	Vestuário %	Higiene %	Transporte
ALAGOAS	Cr\$		Cr\$	Cr\$					
Maceió (capital)	156,25	200	6,25	0,78	55	20	8	9	8
Demais localidades e distritos.....	117,00	200	4,68	0,58	60	16	11	10	3
AMAZONAS									
Manáus (capital)	200,00	200	8,00	1,00	55	16	10	10	9
Demais localidades e distritos.....	156,00	200	6,24	0,78	65	12	9	10	4
BAÍA:									
Salvador (capital), Ilhéos, Itabuna, Itacaré, Canavieiras, Belmonte, Itapira e Una	137,50	200	7,50	0,94	60	20	8	8	4
Andaraí, Camarú, Conquista, Feira, Itambé, Jequié, Jaguaquara, Lençóis, Rio Novo, Santarém, Marau e Mucugê	156,00	200	6,24	0,78	65	16	9	8	2
Algoíinhas, Afonso Pena, Amargosa, Areia, Barra da Estiva, Bos Nova, Cachoeira, Catú, Cruz das Almas, Conceição, Djalms Dutra, Encruzilhada, Inhambupe, Itaberaba, Itaparica, Joazeiro, Jacobina, Maragogipe, Mata, Mundo Novo, Muritiba Nazaré, Pojuca, Poções, Rui Barbosa, Santo Amaro, São Felix, Santo Antônio de Jesus, São Gonçalo, São Sebastião, Valença, Brejões, Camassari, Cairú, Capivari, Conde, Coração de Maria, Entre Rios, Itussú, Itaquera, Itirussú, Jaguaripe, Jequiriçá, Lage, Mutuipe, Nilo Peçanha, Palmeira, Prado, Szúde, Taperoa, Santa Inês, São Miguel, São Felipe e São Francisco	143,00	200	5,72	0,71	65	16	9	8	2
Barra, Bonfim, Brumado, Caravelas, Castro Alves, Campo Formoso, Esplanada, Ipirá, Maracás, Morro do Chapéu, Serrinha, Alcobaça, Anchieta, Angical, Aratupe, Baixa Grande, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Bom Sucesso, Brotas, Condeúba, Caitité, Caçulé, Carinhanha, Casa Nova, Chique-Chique, Cícero Dantas, Cipó, Conceição de									

REGIÕES	Salário mínimo em dinheiro (Cr\$)				Porcentagem do salário mínimo para o desconto até a ocorrência de 70 % das despesas de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte nos casos em que os salários não sejam pagos totalmente em dinheiro.				
	Salário mensal	Horas de trabalho útil em que é dividido	Salário diário / (dia de 8 horas de trabalho)	Salário por hora de trabalho	Alimentação %	Habitação %	Vestuário %	Higiene %	Transporte %
Coité, Correntina, Colegipe, Curuçá, Euclides da Cunha, Guanambi, Geremoabo, Glória, Irará, Iregê, Itapicuru, Itiúba, Jacareci, Jandaira, Livramento, Macaúbas, Monte Alegre, Monte Santo, Mucuri, Oliveira dos Brejinhos, Paramirim, Porto Seguro, Paripiranga, Píloa Arcado, Pombal, Queimadas, Remanso, Riachão do Jucaipe, Riachão de Santana, Rio Branco, Rio de Contas, Rio Preto, Rio Real, Santana, Santa Luzia, Santa Maria, Santo Inácio, Santa Cruz, Seabra, Santo Sé, Soure, Tucano, Uauá, Urandi, Jaguarí, Santo Estevam, Santa Terezinha e Monte Alvo	Cr\$ 117,00	200	Cr\$ 4,68	Cr\$ 0,58	65	16	9	8	2
CEARÁ									
Fortaleza (capital)	187,50	200	7,50	0,94	55	20	8	10	7
Demais localidades e distritos	143,00	200	5,72	0,71	60	16	7	12	5
DISTRITO FEDERAL	300,00	200	12,00	1,50	50	20	8	12	10
ESPÍRITO SANTO									
Vitória (capital)	200,00	200	8,00	1,00	55	16	6	13	10
Demais localidades e distritos	143,00	200	5,72	0,71	60	16	9	10	5
GOIAZ									
Goiânia (capital), e cidades marginais da Estrada de Ferro de Goiaz	187,50	200	7,50	0,94	50	18	10	14	8
Demais localidades e distritos	130,00	200	5,20	0,65	55	16	11	14	4
MARANHÃO									
São Luiz (capital)	150,00	200	6,00	0,75	60	16	6	10	8
Demais localidades e distritos	117,00	200	4,68	0,58	65	14	9	10	2
MATO GROSSO									
Cuiabá (capital)	187,50	200	7,50	0,94	50	18	10	18	4
Aquidauana, Bela Vista, Campo Grande, Entre Rios, Maracajú, Corumbá, Poxoreu, Guajará Mirim, Alto Madeira, Lageado, Ponta Porã, Dourado, Porto Murtinho e Três Lagoas	234,00	200	9,36	1,17	55	18	11	14	2
Nioac, Cáceres, Mato Grosso, Livramento, Alto Araguaia, Herculâneas, Araguaiana, Miranda, Parnaíba, Poconé, Rosário-Oeste, Diamantina e Santo Antônio	130,00	200	5,20	0,65	55	16	11	16	2
MINAS GERAIS									
Belo Horizonte (capital), Juiz de Fora, Nova Lima, Uberaba e Uberlândia	212,00	200	8,48	1,06	55	16	6	10	13
Demais localidades e distritos	156,00	200	6,24	0,78	60	14	9	10	7
PARÁ									
Belém (capital)	187,50	200	7,50	0,94	55	16	6	15	8
Demais localidades e distritos	143,00	200	5,72	0,71	60	12	7	16	5
PARAÍBA									
João Pessoa (capital)	162,50	200	6,50	0,81	60	16	8	6	10
Demais localidades e distritos	117,00	200	4,68	0,58	65	14	9	8	4
PARANÁ									
Curitiba (capital)	225,00	200	9,00	1,12	55	16	11	14	4
Ponta Grossa, Paranaguá, Antonina, Foz do Iguaçu, Ribeirão Claro, Jacarezinho, Cambará, Rio Negro, Londrina e Irati	208,00	200	8,32	1,04	60	14	11	10	5
Demais localidades e distritos	156,00	200	6,24	0,78	60	14	11	10	5
PERNAMBUCO									
Recife (capital) e Olinda	187,50	200	7,50	0,94	55	20	10	8	7
Demais localidades e distritos	130,00	200	5,20	0,65	60	18	9	8	5

REGIÕES	Salário mínimo em dinheiro (Cr\$)				Porcentagem do salário mínimo para o desconto até a ocorrência de 70 % das despesas de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte nos casos em que os salários não sejam pagos totalmente em dinheiro.				
	Salário mensal	Horas de trabalho útil em que é dividido	Salário diário (dia de 8 horas de trabalho)	Salário por hora de trabalho	Alimentação %	Habitação %	Vestuário %	Higiene %	Transporte %
PIAUÍ	Cr\$		Cr\$	Cr\$					
Terezinha (capital) e Parnaíba.....	150,00	200	6,00	0,75	60	14	8	14	4
Demais localidades e distritos.....	117,00	200	4,68	0,58	60	14	7	16	3
RIO GRANDE DO NORTE									
Natal (capital)	162,50	200	6,50	0,81	55	14	6	15	10
Demais localidades e distritos.....	117,00	200	4,68	0,58	60	12	9	16	3
RIO GRANDE DO SUL									
Porto Alegre (capital).....	250,00	200	10,00	1,25	50	20	8	10	12
Demais localidades e distritos.....	208,00	200	8,32	1,04	55	18	9	10	6
RIO DE JANEIRO									
Niterói (capital), São Gonçalo e Nova Iguaçu.....	250,00	200	10,00	1,25	50	20	8	12	10
Sedes dos demais municípios e distritos.....	195,00	200	7,80	0,97	55	14	11	10	10
Demais localidades e partes restantes dos distritos	130,00	200	5,20	0,65	55	16	11	10	8
SANTA CATARINA									
Florianópolis (capital), São Francisco, Lages, Blumenau, Joinville, Laguna e Itajaí.....	212,50	200	8,50	1,06	55	18	8	15	4
São Bento, Mafra, Concórdia, Porto União, Rio de Sul, Curitiba, Itaipópolis, Camboriú, Brusque, Iguassú, Jaraguá e São José	195,00	200	7,80	0,97	60	16	7	14	3
Indaial, Cruzeiro, Parati, Caçador, Tijucas, Canoinhas, Palhoça, Nova Trento, Porto Belo, Rodão, Tubarão, Bom Retiro, Cresciúma, Gaspar, Timbó, Hamônia, Campo Alegre, Araranguá, Imaruí, São Joaquim, Orleans, Campos Novos, Jaguaruna, Xapencó e Urussanga.....	182,00	200	7,28	0,91	60	16	7	14	3
SÃO PAULO									
São Paulo (capital), Santo André, Santos, São Vicente e Guarujá	275,00	200	11,00	1,37	55	20	8	10	7
Campinas	260,00	200	10,40	1,30	55	18	11	10	6
Araraquara, Araçatuba, Eauri, Botucatu, Barretos, Catanduvas, Guaratinguetá, Jundiaí, Jacaré, Jaboticabal, Limeira, Marília, Presidente Prudente, Piracicaba, Ribeirão Preto, Rio Preto, São Carlos, Taubaté e Sorocaba.....	221,00	200	8,84	1,10	55	18	11	10	6
Demais localidades e distritos.....	185,00	200	7,80	0,97	55	18	11	10	6
SERGIPE									
Aracaju (capital)	156,25	200	6,25	0,78	60	18	10	9	3
Demais localidades e distritos.....	117,00	200	4,68	0,58	55	14	9	14	3
TERRITÓRIO DO ACRE	212,50	200	8,50	1,06	55	18	10	15	2

DECRETO-LEI N. 5.671 — DE 16 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 500.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00) em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do vigente orçamento do Ministério das Relações Exteriores (Anexo n. 18 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S-c. n. 20 — Intercâmbio cultural:

01 — Secretaria de Estado

Cr\$

- a) Auxílios a Congressos e Conferências Culturais no Brasil inclusive para atender a despesas resultantes de convênios culturais, bolsas escolares, abonos a professores e a outras correlatas 500.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.672 — DE 16 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para conclusão da estrada Leopoldina a Petrolina, no Estado de Pernambuco

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Guerra o crédito especial de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00), para atender às despesas (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) com a conclusão dos trabalhos de construção da estrada Leopoldina a Petrolina, no Estado de Pernambuco.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.673 — DE 16 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 27.900,00 para pagamento ao maestro Heitor Vila Lobos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de vinte e sete mil e novecentos cruzeiros (Cr\$ 27.900,00) para pagamento (Serviços e Encargos) ao maestro Heitor Vila Lobos, como indenização pelas despesas que realizou com a organização das solenidades da Semana da Pátria, em 1940.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

- A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.674 — DE 16 DE JULHO DE 1943

Modifica a organização do Batalhão de Guardas sediado nesta Capital

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. O Batalhão de Guardas sediado nesta Capital passa a ter a seguinte organização:

Um pelotão extranumerário, cinco companhias de fuzileiros de uma seção extranumerária e quatro pelotões de fuzileiros cada uma, e uma companhia de metralhadoras de uma seção extranumerária, quatro pelotões de metralhadoras e um pelotão de morteiros.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.675 — DE 16 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 12.518.263,70, para indenização à Estrada de Ferro Central do Brasil

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de doze milhões, quinhentos e dezoito mil, duzentos e sessenta e três cruzeiros e setenta centavos (Cr\$ 12.518.263,70), para ocorrer ao pa-

gamento (Serviços e Encargos) da indenização devida à Estrada de Ferro Central do Brasil, em virtude de pagamentos que efetuou, relativos a vencimentos de seu pessoal no período de 1 a 26 de maio de 1941, anterior à autonomia que lhe foi outorgada pelo decreto-lei n. 3.306, de 24 do referido mês.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.676 — DE 16 DE JULHO DE 1943

Cria um cargo, em comissão, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, um (1) cargo, em comissão, de Administrador, padrão O (C.A.N.G.O.) da Colônia Agrícola Nacional General Osório, criada pelo decreto n. 12.417, de 12 de maio de 1943.

Art. 2.º Para atender, no período de 15 de julho a 31 de dezembro do corrente ano, às despesas com a execução deste decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Agricultura (Anexo n. 12 do Orçamento Geral da União para 1943), o crédito suplementar de Cr\$ 19.250,00 (dezenove mil, duzentos e cinquenta cruzeiros) à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.677 — DE 16 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 3.858.882,90, para continuação das despesas de instalação e aparelhamento do edifício sede do mesmo Ministério e do Tribunal de Contas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de três milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e oitenta e dois

cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 3.858.882,90), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender à continuação das despesas (Material) de instalação e aparelhamento do edifício sede do mesmo Ministério e do Tribunal de Contas, inclusive as de fornecimentos e serviços já realizados.

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo será aplicado na conformidade do disposto no art. 2.º do decreto-lei n. 3.623, de 17 de setembro de 1941.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.678 — DE 17 DE JULHO de 1943

Isenta do imposto de consumo o açúcar e a aguardente requisitados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool e destinados à produção de álcool motor

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam isentos dos impostos de consumo de que tratam o art. 1.º do decreto-lei n. 4.878, de 27 de outubro de 1942 e o art. 1.º do decreto-lei n. 5.317, de 11 de março de 1943, o açúcar e a aguardente requisitados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool para transformação em álcool destinado a carburante de motores de explosão, seja dentro da própria fábrica produtora ou em outros estabelecimentos fabris controlados pelo referido Instituto.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda, por intermédio da Diretoria das Rendas Internas e com a colaboração do Instituto do Açúcar e do Alcool tomará as medidas necessárias à salvaguarda dos interesses do fisco.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.679 — DE 19 DE JULHO DE 1943

Modifica o art. 5.º do decreto-lei n. 2.557, de 4 de setembro de 1940

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica acrescentado ao art. 5.º do decreto-lei n. 2.557, de 4 de setembro de 1940, com a nova redação que lhe deu o decreto-lei n. 4.985, de 21 de novembro de 1942, o parágrafo seguinte:

“Parágrafo único. Quando a nomeação a que se refere a primeira parte deste artigo recair em membro do magistério superior,

este poderá, mediante autorização do Presidente da República, em requerimento devidamente justificado, exercer cumulativamente os dois cargos, optando por um dos vencimentos”.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.680 — DE 20 DE JULHO DE 1943

Cria o 12.º Grupo Móvel de Artilharia de Costa, com sede na 5.ª Região Militar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 186 da Constituição, decreta:

Artigo único. É criado, para instalação imediata, com sede em Florianópolis — Estado de Santa Catarina, o 12.º Grupo Móvel de Artilharia de Costa, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.681 — DE 20 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 8.000,00, para pagamento de gratificação de representação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de oito mil cruzeiros (Cr\$ 8.000,00), para atender, no corrente exercício, ao pagamento da gratificação mensal, a título de representação, de quatro mil cruzeiros (Cr\$ 4.000,00), arbitrada a Manuel Antônio de Sousa, ocupante do cargo da classe I da carreira de Telegrafista do Quadro III — Parte Suplementar — do mesmo Ministério, designado para proceder em Assunção, República do Paraguai, à instalação de um equipamento transmissor, destinado às rádio-comunicações entre aquela Capital e o Rio de Janeiro.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.682 — DE 20 DE JULHO DE 1943

Torna sem aplicação a dotação orçamentária de Cr\$ 500.000,00 do Ministério da Educação e Saúde, e abre crédito suplementar de idêntica importância

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica sem aplicação a dotação de Cr\$ 500.000,00 (quinhentom mil cruzeiros) da Verba constante do Anexo n. 13 (Ministério da Educação e Saúde) do Orçamento Geral da União, em vigor, compreendida como segue:

Verba 5 — Obras, Desapropriação e Aquisição e Imóveis

Consignação I — Obras

S/c. 01 — Estudos e projetos; obras a serem iniciadas
no exercício e sua fiscalização

01 — Estudos e projetos

34 — Departamento Nacional de Saúde

13 — Serviço Federal de Águas e Esgotos

a) Estudos e projetos nas cidades brasileiras ainda desprovidas de serviços de águas e esgotos Cr\$ 500.000,00

Art. 2.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde (Anexo n. 13 do decreto-lei n. 5.120 de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação I — Diversos

S/c. 51 — Serviços Educativos e Culturais

04 — Departamento de Administração

05 — Divisão de Orçamento

a) Desenvolvimento das atividades educativas e culturais a critério do Sr. Presidente da República Cr\$ 500.000,00

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.683 — DE 20 DE JULHO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 60.000,00 para despesas com a Segunda Conferência Nacional de Proteção da Infância

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 60.000,00), que será distribuído à Tesouraria do mesmo Ministério, para atender às despesas (Serviços e Encargos) da Segunda Conferência Nacional de Proteção da Infância, convocada pelo decreto n. 12.216, de 8 de abril de 1943.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.684 — DE 20 DE JULHO DE 1943

Autoriza a criação da Companhia Nacional de Alcalis, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Presidente do Instituto Nacional do Sal (I.N.S.) autorizado a proceder a estudos para a implantação, no país, da indústria da soda e dos seus sub-produtos bem como para o aproveitamento das águas residuais da salinação, a elaborar o plano para a montagem das fábricas, com os respectivos projetos, e a promover a constituição de uma sociedade anônima destinada à exploração dessas indústrias.

Parágrafo único. Na organização da sociedade, que se denominará Companhia Nacional de Alcalis, observar-se-ão as normas estatutárias constantes do anexo ao presente decreto-lei.

Art. 2.º O capital inicial da Companhia será de cinquenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 50.000.000,00) representados:

a) vinte e seis milhões de cruzeiros (Cr\$ 26.000.000,00) por vinte e seis mil (26.000) ações ordinárias e nominativas, do valor, cada uma, de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00);

b) vinte e quatro milhões de cruzeiros (Cr\$ 24.000.000,00) por vinte e quatro mil (24.000) ações nominativas e preferenciais, do valor, cada uma, de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00), com direito a um dividendo privilegiado de seis por cento (6%) ao ano.

§ 1.º Será pública a subscrição do capital representado pelas ações preferenciais e nela terão preferência os produtores de sal inscritos no I.N.S., caso exerçam esse direito dentro do prazo que lhes for marcado pelo mesmo órgão.

§ 2.º O I.N.S. subscreverá as ações ordinárias, e, juntamente com os institutos de previdência social e caixas econômicas federais, as ações preferenciais para as quais não haja subscritores.

Art. 3.º O Presidente do I.N.S. será assistido, no desempenho dos encargos a que alude o artigo 1.º, por um Conselho Técnico e Econômico, composto de cinco (5) membros, que serão por ele designados, podendo o Instituto custear as despesas que tiverem de ser feitas com os trabalhos.

Art. 4.º O I.N.S. será indenizado pela Companhia não só das despesas de que trata o artigo anterior, mas também das que houver efetuado, com os estudos a que já vem procedendo, por autorização do Governo, sobre a instalação da indústria da soda.

Art. 5.º Fica assegurada à Companhia a isenção do imposto de importação, das taxas e dos demais tributos a que estiverem sujeitos os materiais e equipamentos que importar, já para a construção das fábricas, já para o seu aparelhamento.

Art. 6.º É o I.N.S. autorizado a contrair com o Banco do Brasil, para a execução do disposto no parágrafo 2.º do artigo 2.º um empréstimo até vinte e seis milhões de cruzeiros (Cr\$ 26.000.000,00) amortizável no prazo de cinco (5) anos, que começará a correr três (3) anos depois de efetuada a operação.

§ 1.º O I.N.S. dará como garantia do empréstimo a taxa criada pelo decreto-lei n. 2.300, de 10 de junho de 1940, sem prejuízo do disposto no artigo 1.º, *in fine*, do decreto-lei n. 2.393, de 11 de julho de 1940.

§ 2.º Pelo produto dessa taxa serão pagos os juros do empréstimo, enquanto a Companhia não distribuir dividendos, ou não forem, para isso, suficientes os dividendos que couberem às ações do I.N.S.

§ 3.º Os dividendos a que o I.N.S. tiver direito aplicar-se-ão no custo do serviço do empréstimo, bem como na reposição da soma que, com o pagamento de juros, houver sido despendida em virtude do disposto no parágrafo anterior.

§ 4.º Feita essa reposição e extinta a dívida, aplicar-se-ão os dividendos nos mesmos fins a que a taxa for destinada, na assistência social aos produtores de sal e aos trabalhadores das salinas e em benefício das zonas salineiras.

Art. 7.º A taxa a que se refere o artigo 6.º parágrafo 1.º, não será extinta nem reduzida enquanto não se houver consumado a amortização do empréstimo.

Art. 8.º O empréstimo será contraído de acordo com o Ministro da Fazenda, que fica autorizado a subscrever o contrato juntamente com o Presidente do I.N.S., e a assegurar-lhe a execução, por parte desse órgão, mediante as garantias da União Federal que forem indispensáveis.

Art. 9.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.685 — DE 21 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para restituição de imposto de consumo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de quinze milhões de cruzeiros (Cr\$ 15.000.000,00), para atender à restituição (Serviços e Encargos), a partir de 1941, do imposto de consumo de que trata o decreto-lei n. 2.898, de 23 de dezembro de 1940.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.686 — DE 21 DE JULHO DE 1943

Proíbe a remessa de mudas e sementes de Hevea para qualquer parte fora da Amazônia, sem prévia autorização do Ministério da Agricultura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica proibida a remessa de mudas e sementes de *Hevea* ou de outras plantas produtoras de borracha para qualquer parte fora da Amazônia, sem prévia autorização do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 5.687 — DE 21 DE JULHO DE 1943

Eleva de L para M o padrão de vencimentos do cargo de arquivista da Secretaria do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica elevado, de L para M, o padrão de vencimentos do cargo de arquivista (Secretaria do Supremo Tribunal Federal), da Parte Suplementar do Quadro da Justiça, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º Para atender, no corrente ano, à despesa com a execução d'êste decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, (Anexo 16 do Orçamento Geral da União para 1943) o crédito suplementar de Cr\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos cruzeiros) à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente 00 — Pessoal Civil, 81 — Quadro da Justiça.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Squesa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.688 — DE 22 DE JULHO DE 1943

Altera a redação dos artigos 21 e 22 do decreto-lei n. 5.175, de 7 de janeiro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os artigos 21 e 22 do decreto-lei n. 5.175, de 7 de janeiro de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. Compete ao Presidente da República julgar e aprovar a proposta de admissão de contratado, bem como o respectivo contrato, cujas cláusulas, uma vez autorizada a admissão, não poderão ser alteradas, salvo mediante termo aditivo”.

“Art. 22. Ao Tribunal de Contas competirá julgar da legalidade do contrato, até 10 dias após o recebimento d'êste.

§ 1.º As diligências que o Tribunal julgar necessárias, se não puderem ser feitas após o registro do contrato, serão promovidas por intermédio da D.P. que lhe houver remetido o contrato.

§ 2.º O julgamento da legalidade do contrato não compreende o exame da documentação já realizado pela D.P. nos termos do artigo 18.

§ 3.º O contrato admitido a registro considera-se perfeito na data em que foi lavrado, iniciando-se sua execução no dia por ele fixado.

§ 4.º O contrato que interessar à segurança pública ou à defesa do país não será publicado nem registrado no Tribunal de Contas”.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.689 — DE 22 DE JULHO DE 1943

Regula a dispensa de empregados na idade militar e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Considerando que a Lei n. 62, de 5 de junho de 1935, que regula a rescisão do contrato do trabalho, satisfaz plenamente seus objetivos em tempo de paz assegurando ao trabalhador ampla proteção a seu trabalho e às empresas o direito da legítima dispensa dos empregados que cometam falta grave ou pagamento de indenização aos que tiverem menos de dez anos de serviço, ainda que não ocorra justa causa para tanto;

Considerando, entretanto, que dadas as suas finalidades de aplicação em períodos normais de atividade das classe produtoras, o citado diploma legal não previu certas e determinadas situações especiais, do mais alto interesse para a economia nacional;

Considerando que, para atender às necessidades do momento, é necessário acautelar a proteção contra a prática de atos prejudiciais ao interesse coletivo, que procuram burlar a inteira eficácia do decreto-lei n. 4.902, de 31 de outubro de 1942, decreta:

Art. 1.º Enquanto durar o estado de guerra não será permitido aos empregadores rescindir contratos de trabalho com empregados reservistas, em idade de convocação militar, sinão mediante manifestação expressa da vontade destes ou quando os mesmos derem causa à rescisão nos termos do art. 5.º da lei n. 62, de 5 de junho de 1935.

Parágrafo único. Considera-se também como justa causa para a rescisão do contrato do trabalho a supressão do emprego ou do cargo, por motivo de economia aconselhada pelas condições econômicas e financeiras do empregador e determinada pela diminuição de negócios ou restrição da atividade comercial, por motivos decorrentes da guerra, ficando aquele obrigado ao pagamento da metade de indenização total que seria devida ao empregado.

Art. 2.º Os dissídios de trabalho resultantes da aplicação do presente decreto-lei serão dirimidos pela Justiça do Trabalho.

Art. 3.º A despedida injusta do empregado nas condições do art. 1.º ainda que não goze da garantia de estabilidade, obrigará o respectivo empregador não só a reintegrá-lo, como também, ao pagamento da multa de que trata o art. 6.º, do decreto-lei n. 4.902, de 31 de dezembro de 1942.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se desde logo a todos os casos ainda pendentes de julgamento.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.690 — DE 22 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores um crédito especial de Cr\$ 100.000,00 para o fim que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender aos compromissos já assumidos e às despesas (Serviços e Encargos) que terá de fazer, ainda este ano, a Comissão Brasileira de Fomento Interamericano.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.691 — DE 22^ª DE JULHO DE 1943

Dispõe sobre a concessão de abono familiar aos empregados de entidades autárquicas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extensivo aos empregados de entidades paraestatais de natureza autárquica o abono familiar de que trata o art. 28 do decreto-lei n. 3.200, de 19 de abril de 1941.

Art. 2.º Aos dirigentes dessas entidades compete autorizar a concessão do abono, aplicando, no que couber, os dispositivos do decreto n. 9.816, de 2 de julho de 1942.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.692 — DE 22 DE JULHO DE 1943

Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 3.115, de 13 de março de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica prorrogada, até o encerramento do exercício de 1944, a vigência do crédito especial aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas pelo decreto-lei n. 3.115, de 13 de março de 1941, para ocorrer à execução de melhoramentos no porto de Corumbá, no Estado de Mato Grosso, e cujo período de vigência foi estendido ao exercício de 1943, ex-vi do disposto no decreto-lei n. 5.111, de 17 de dezembro de 1942.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.693 — DE 22 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 379.360,00, para auxílio à Prefeitura Municipal de Santana do Livramento

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de trezentos e setenta e nove mil, trezentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 379.360,00) para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) do auxílio concedido à Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, destinado às despesas com os trabalhos de nivelamento e pavimentação das avenidas laterais à Praça Internacional de Santana do Livramento-Rivera, na parte que cabe ao Brasil.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.694 — DE 22 DE JULHO DE 1943

Isenta de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, pelo prazo de dois (2) anos, o gado boliviano importado para o abastecimento da Região Amazônica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica isento do pagamento de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, pelo prazo de dois (2) anos, o gado vacum que, procedente da Bolívia, entrar no Brasil pela fronteira com aquele país, para exclusivo abastecimento das populações da região amazônica.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.695 — DE 22 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 27.750,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de vinte e sete mil, setecentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 27.750,00) em reforço da Verba 5 — Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 5 — Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis

Consignação I — Obras

S/c. n. 03 — Reconstrução e ampliação de edifícios, inclusive reforma e ampliação de suas instalações

28 — Diretoria do Domínio da União e Serviços Regionais

b) Para reforma de instalações em próprios nacionais onde funcionam repartições do Ministério da Fazenda Cr\$ 27.750,00

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.696 — DE 22 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para o serviço de assinatura das "Obrigações de Guerra".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 700.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender às despesas (Serviços e Encargos) com o serviço de assinatura das "Obrigações de Guerra" mandadas emitir pelo decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.697 — DE 22 DE JULHO DE 1943

Dispõe sobre as bases da organização do serviço social em todo o país a que se refere o decreto-lei n. 525, de 1 de julho de 1938

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Conselho Nacional de Serviço Social (C. N. S. S.) tem por função, como órgão coordenador, estudar, em todos os seus aspectos, os problemas de assistência e do serviço social e, como órgão consultivo e cooperador, assistir os poderes públicos e entidades privadas, em tudo quanto se relacione com o assunto.

Art. 2.º São objetivos do C. N. S. S. a orientação, fiscalização, centralização e utilização das obras mantidas pelos poderes públicos e pelas entidades privadas para diminuir ou suprimir a deficiência e o sofrimento causados pela pobreza ou pela miséria, ou oriundos de qualquer outra forma de desajustamento social, e reconduzir tanto o indivíduo como a família a um nível satisfatório de existência no meio em que habitam.

Art. 3.º O serviço social será organizado e coordenado em todo o país como uma modalidade específica do serviço público, compreendendo, na União, nos Estados ou Territórios e nos Municípios, órgãos de direção, de execução e

de cooperação com as entidades privadas, consoante as necessidades verificadas e segundo os lineamentos traçados nos planos a que se refere a alínea d do art. 4.º d'este decreto-lei.

Art. 4.º Compete ao C. N. S. S.:

a) estudar, em todos os seus aspectos, o problema de assistência e do serviço social;

b) orientar, fiscalizar e coordenar as atividades dos órgãos do serviço público e entidades privadas nos assuntos de sua competência;

c) pesquisar as causas do desequilíbrio social, considerando as condições de vida, de trabalho, de moradia, de saúde e outras, pelos meios que julgar mais acertado;

d) elaborar, para execução em todo o país, planos de organização de assistência ou de coordenação das obras de iniciativa privada e dos órgãos do serviço público;

e) sugerir aos poderes públicos medidas tendentes a ampliar ou melhorar as obras, que mantiverem, destinadas à realização de qualquer modalidade de assistência social;

f) estudar a organização e a situação de instituições de caráter privado já existentes, para o fim de opinar sobre a concessão de subvenções;

g) classificar, de acordo com as suas atividades e objetivos, as atuais entidades de caráter privado e as que forem sendo criadas;

h) examinar os processos concernentes à cooperação financeira da União com as instituições de ordem privada.

Art. 5.º O C. N. S. S. compôr-se-á de sete membros, escolhidos entre pessoas notoriamente dedicadas à assistência ou serviço social, em qualquer das suas modalidades, e designadas pelo Presidente da República.

§ 1.º Serão membros natos do C. N. S. S. o juiz de Menores do Distrito Federal, o Diretor Geral do Departamento Nacional de Saúde e o Diretor Geral do Departamento Nacional da Criança.

§ 2.º A designação de que trata este artigo far-se-á por três anos, não sendo vedada a recondução.

§ 3.º Designado dentre os seus membros pelo Presidente da República, terá o C. N. S. S. um presidente, ao qual competirá orientar, coordenar e superintender todos os seus serviços, bem como exercer as atribuições que lhe conferir o regimento a ser expedido, além dos que competirem aos demais membros.

§ 4.º O juiz de Menores será o vice-presidente do C.N.S.S.

§ 5.º Os membros do C. N. S. S. perceberão, por sessão a que comparecerem, a gratificação de representação de cem cruzeiros, a qual não poderá exceder de mil cruzeiros por mês.

Art. 6.º O C. N. S. S. terá um secretário, designado pelo Ministro da Educação e Saúde, dentre os funcionários do respectivo Ministério.

Art. 7.º O Serviço de Administração do C. N. S. S. terá um chefe, designado pelo Ministro da Educação e Saúde, mediante indicação do Presidente do C. N. S. S., e escolhido dentre os funcionários do mesmo Ministério.

Art. 8.º O Presidente do C. N. S. S. poderá solicitar diretamente aos órgãos do Ministério da Educação e Saúde exames, diligências, inquéritos e outros trabalhos necessários ao desempenho das suas atribuições e das funções do C. N. S. S.

Art. 9.º O C. N. S. S. organizará o regulamento de Assistência Social em todo o país, o qual será submetido à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Ministro da Educação e Saúde.

Art. 10. O C. N. S. S. elaborará o seu regimento, dentro de 30 dias do início da vigência deste decreto-lei, submetendo-o, por intermédio do Ministro da Educação e Saúde, à aprovação do Presidente da República.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução deste decreto-lei correrão à conta dos recursos constantes do orçamento ou dos que consignar crédito especial a ser aberto.

Art. 12. O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.698 DE 22 DE JULHO DE 1943

Dispõe sobre a cooperação financeira da União com as entidades privadas a que se refere o decreto-lei n. 527, de 1 de julho de 1938

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM AS ENTIDADES PRIVADAS

Art. 1.º A cooperação financeira da União com as entidades privadas, através do Ministério da Educação e Saúde, exercer-se-á pela concessão de subvenções, que serão duas formas: ordinária e extraordinária.

§ 1.º A subvenção ordinária será anualmente concedida a instituições assistenciais regularmente organizadas, para auxiliar a realização dos seus objetivos.

§ 2.º A subvenção extraordinária será a que for concedida a qualquer entidade de caráter privado, para auxiliar a realização de atividades de natureza especial e temporária, e será atribuída sem prejuízo da subvenção ordinária, regularmente processada.

Art. 2.º A União concederá subvenção ordinária a instituições assistenciais de caráter privado, que são as que se propõem a realização de qualquer espécie de assistência ou de serviço social.

§ 1.º Não se concederá subvenção para o fim de serem fundadas, organizadas e instaladas instituições assistenciais, mas somente para a manutenção e para o desenvolvimento das atividades de instituições já existentes.

§ 2.º A concessão de subvenção ordinária a instituições assistenciais far-se-á anualmente e estará sujeita à observância das formalidades estabelecidas neste decreto-lei.

§ 3.º A subvenção ordinária não poderá ser aplicada em construções ou obras de reforma, adaptação ou conservação.

Art. 3.º A subvenção extraordinária concernente a atividades assistenciais conceder-se-á, quando não regulada por lei, consoante a exigência ou conveniência dos casos ocorrentes, a juízo do Presidente da República.

§ 1.º A subvenção extraordinária poderá ser requerida a qualquer tempo.

§ 2.º Os requerimentos serão acompanhados de uma exposição justificativa, além de todos os documentos exigidos para a subvenção ordinária, e, quando se tratar de obras, terão anexos projetos, especificações e orçamentos dos serviços a realizar.

CAPÍTULO II

DAS INSTITUIÇÕES QUE PODEM RECEBER SUBVENÇÕES

Art. 4.º A subvenção federal será concedida a instituições assistenciais das seguintes modalidades :

- a) assistência médica;
- b) amparo à maternidade;
- c) proteção à saúde da criança;
- d) assistência a qualquer espécie de doentes;
- e) assistência a toda sorte de necessitados e desvalidos;
- f) assistência à velhice e à invalidez;
- g) amparo à infância e à juventude em estado de abandono moral, intelectual ou físico;
- h) educação pré-primária, primária, profissional, secundária e superior;
- i) educação e reeducação de adulto;
- j) educação de anormais;
- l) assistência a escolares; e
- m) amparo a toda sorte de trabalhadores, intelectuais ou manuais.

Parágrafo único. Será igualmente concedida a subvenção federal a quaisquer instituições cujo objetivo seja a prestação de outras modalidades de assistência ou de serviço social não consignadas neste artigo.

Art. 5.º A subvenção federal não será concedida à instituição:

- a) que dispuser de recursos suficientes para a manutenção e ampliação das suas atividades;
- b) que não tiver renda ordinária anual inferior a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), excluída a subvenção federal;
- c) que tiver a distribuição dos seus benefícios limitada aos próprios membros, ou proprietários, e respectivas famílias, e não incluir no seu estatuto disposições expressas relativamente à prestação regular de serviços gratuitos a pessoas não pertencentes ao seu quadro social;
- d) que não estiver devidamente registrada no Conselho Nacional de Serviço Social (C.N.S.S.);
- e) que desenvolver atividade com orientação ou tendência contrária aos princípios que presidem a organização nacional.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO

Art. 6.º A instituição assistencial que pretender a subvenção federal deverá requerê-la ao ministro da Educação e Saúde, por intermédio do C.N.S.S., provando, com documentos hábeis, os seguintes requisitos :

- a) que se acha legalmente constituída, com personalidade jurídica;
- b) que tem mais de um ano de contínuo e regular funcionamento;
- c) que se destina a alguma das finalidades constantes do art. 4.º deste decreto-lei;
- d) que dispõe de patrimônio ou de renda regular;
- e) que não recebe outro qualquer auxílio financeiro da União, a não ser sob a forma de subvenção extraordinária;
- f) que não dispõe de recursos próprios suficientes para a manutenção ou ampliação das suas atividades.

Parágrafo único. A instituição deverá, ainda, provar que presta, com real utilidade, serviços gratuitos a pessoas ou famílias necessitadas.

Art. 7.º A subvenção federal será requerida até 30 de abril, para o ano seguinte.

§ 1.º O requisito constante da alínea a do artigo anterior deverá ser provado por meio de certidão do registo público. Os demais requisitos enumerados no mesmo artigo deverão ser provados mediante atestados, com firmas reconhecidas, de autoridades federais, preferivelmente do Ministério da Educação e Saúde ou, na falta destas, de autoridades do Estado ou Território ou do Município, existentes na localidade em que tiver sede a instituição, uma vez que desta não façam parte.

§ 2.º Somente para a percepção da subvenção pela primeira vez deverá a instituição provar o requisito constante da alínea a do artigo anterior.

§ 3.º Ao requerer a subvenção pela primeira vez, deverá a instituição apresentar três exemplares do seu estatuto e, ainda, descrição, acompanhada de plantas e fotografias das suas instalações.

§ 4.º A instituição apresentará, com o pedido de subvenção, relatório pormenorizado, com os dados numéricos das suas realizações e o balanço das suas contas no exercício anterior, com demonstração de receita e despesa, relação do pessoal remunerado ou não, tudo de acôrdo com os modelos expedidos pelo C.N.S.S., bem como cópia autenticada de quaisquer contratos com os governos da União, de Estado ou Território, ou de Município, para a prestação de serviços.

§ 5.º A subvenção será requerida directamente ao ministro da Educação e Saúde, por intermédio do C.N.S.S., pelo presidente do órgão director da instituição, ou quem suas vêzes fizer, ficando vedada a interferência de intermediários no respectivo processamento ou pagamento.

Art. 8.º Ao apresentar o seu requerimento, deverá a instituição declarar, especificadamente, a aplicação que pretende dar à subvenção requerida.

Art. 9.º O requerimento da instituição e os documentos anexos que o instruírem serão examinados pelo C.N.S.S., que os submeterá à apreciação do ministro da Educação e Saúde, com parecer fundamentado, em cada caso, sobre os motivos pelos quais a subvenção deve, ou não, ser concedida, opinando também, quando julgar conveniente, sobre sua mais adequada aplicação.

Parágrafo único. Os órgãos do serviço público, a que corresponder a modalidade da instituição, prestarão ao C.N.S.S., obrigatoriamente, todos os esclarecimentos de que necessitar, para emitir o seu parecer.

Art. 10.º À vista do parecer de que trata o artigo anterior, o ministro da Educação e Saúde deferirá, ou não, o requerimento.

Art. 11. Deferido o requerimento, será o respectivo processo submetido ao Presidente da República, que arbitrará a importância da subvenção.

Art. 12. Da decisão do ministro, ou do Presidente da República, caberá respectivamente, recurso ou pedido de reconsideração, o qual deverá ser interposto, ou apresentado, dentro do prazo de noventa dias, contados da data de sua publicação.

Parágrafo único. O recurso, ou o pedido de reconsideração, deverá ser encaminhado por intermédio do C.N.S.S., que o instruirá; mas somente será considerado quando novos argumentos ou documentos apresentar.

Art. 13. A instituição, ao requerer a subvenção, prestará contas da aplicação das subvenções que houver recebido no ano anterior, perante o C.N.S.S., que as examinará e aprovará, ou não, propondo, neste caso, as providências que julgar necessárias.

§ 1.º O parecer do C.N.S.S., aprovando, ou não, as contas, será emitido depois que, sobre a aplicação das subvenções, houver se manifestado o órgão competente do serviço público.

§ 2.º As contas a que se refere este artigo serão prestadas de conformidade com as instruções e modelos que forem expedidos pelo C.N.S.S..

§ 3.º A instituição que não prestar suas contas, ou deixar de tê-las aprovadas, não poderá receber nova subvenção.

CAPÍTULO IV

DO PAGAMENTO DAS SUBVENÇÕES

Art. 14. Os processos referentes a pedidos de subvenção, depois de fixada a importância desta pelo Presidente da República, serão encaminhados ao C.N.S.S.

Art. 15. Despachados pelo Presidente da República todos os processos, o C.N.S.S. organizará, por estados, as relações das instituições beneficiadas, com a indicação do número do processo e da importância da subvenção de cada uma.

Art. 16. O C.N.S.S. elaborará o projeto de decreto-lei de abertura de crédito necessário ao pagamento das subvenções, juntando-lhe as relações referidas no artigo anterior e submetendo-o à apreciação e assinatura do Presidente da República, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 17. O crédito aberto para o pagamento das subvenções, depois de registado pelo Tribunal de Contas, onde ficará *em ser*, será posto, pelo Ministério da Fazenda, à disposição do C.N.S.S., no Banco do Brasil.

Art. 18. O C.N.S.S., registado o crédito, fará em cada processo a classificação da despesa, submetendo-a a registo do Tribunal de Contas, que lhe remeterá, depois, os respectivos processos.

Art. 19. Após o registo da despesa, o C.N.S.S. solicitará ao Banco do Brasil, à conta do crédito posto à sua disposição, o pagamento da subvenção às instituições beneficiadas, no local das sedes destas, ou nas localidades mais próximas, por intermédio das agências do referido Banco, ou de casas comerciais da confiança do mesmo, onde não houver agência.

Parágrafo único. O Banco do Brasil debitará o Tesouro Nacional pelas taxas devidas em virtude dos pagamentos que efetuar.

Art. 20. O C.N.S.S. manterá uma escrituração da conta no Banco do Brasil, o qual trimestralmente lhe remeterá uma demonstração das operações realizadas e uma relação dos pagamentos efetuados, indicando o nome da instituição, importância, data e local do pagamento.

Art. 21. O C.N.S.S., à vista da comunicação do pagamento, fará, no respectivo processo, as devidas notas, mandando-o arquivar.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. O C.N.S.S. examinará o estatuto de cada instituição subvencionada, submetendo-o, com o seu parecer, à consideração do ministro da Educação e Saúde. O estatuto, uma vez aprovado por decreto do Presidente da República, só poderá ser modificado mediante a expedição de outro decreto, salvo se a instituição deixar de ser subvencionada.

Parágrafo único. O C.N.S.S. promoverá, tanto quanto possível, a uniformização dos estatutos das instituições de igual finalidade.

Art. 23. A instituição subvencionada é obrigada à prestação dos serviços que lhe forem determinados, à vista da subvenção concedida.

§ 1.º O C.N.S.S. determinará, com relação a cada instituição subvencionada, a natureza e a extensão dos serviços que esta se obrigará a prestar gratuitamente à população necessitada.

§ 2.º As instituições subvencionadas ficam obrigadas, ainda, a prestar assistência aos menores ou adultos que lhes forem apresentados pelas autoridades competentes, de acordo com o número de vagas que, para esse fim, for fixado pelo C.N.S.S., na proporção da subvenção concedida e da capacidade das suas instalações.

Art. 24. O C.N.S.S. solicitará, quando julgar oportuno, esclarecimentos ou parecer de órgãos dos serviços públicos para melhor desempenhar a sua tarefa.

Parágrafo único. Todos os órgãos do serviço público civil ficam obrigados a prestar ao C.N.S.S. a colaboração e trabalhos que lhes forem solicitados.

Art. 25. O C.N.S.S. manterá um serviço completo de informações, para orientar e instruir as instituições subvencionadas, prestando-lhes todo o auxílio e assistência técnica de que necessitarem, velando pelos seus interesses e fazendo-as fiscalizar por pessoas de sua immediata confiança.

Parágrafo único. A instituição que delegar poderes, solicitar serviços ou pagar comissões, a pessoas estranhas, ou com elas mantiver, por qualquer modo, articulação, para o fim de receber subvenção, terá suspenso esse benefício e ficará impedida de pleiteá-lo pelo tempo que o C.N.S.S. determinar, independentemente de outras providências que o mesmo julgue conveniente adotar.

Art. 26. A falta de fiscalização, a menos que se verifique por culpa da instituição, não impedirá a concessão e o pagamento de subvenção.

Parágrafo único. Se a instituição não satisfazer os requisitos exigidos pelo art. 6.º deste decreto-lei, deixará de ser-lhe concedida ou paga a subvenção federal.

Art. 27. Haverá no C.N.S.S. um registo de todas as instituições, subvencionadas, ou não, na forma deste decreto-lei, contendo a descrição da sua organização e das suas actividades, bem como o histórico das suas relações com o Governo Federal.

§ 1.º Não poderá funcionar a instituição que não esteja regularmente registada.

§ 2.º As instituições ainda não registadas, na forma deste artigo, terão o prazo de seis meses, a partir da publicação do presente decreto-lei para regularizar sua situação.

§ 3.º As instituições que não cumprirem o disposto neste artigo terão as suas directorias destituídas, por decisão do C.N.S.S., e serão administradas por pessoas designadas pelo ministro da Educação e Saúde, por indicação do presidente do referido órgão, até regularizarem sua situação.

§ 4.º O C.N.S.S. expedirá as instruções necessárias para o registo das instituições.

Art. 28. A instituição subvencionada é obrigada a prestar ao Serviço de Estatística da Educação e Saúde todos os informes relativos à sua vida, de acordo com as solicitações que lhe forem feitas ou instruções expedidas pelo referido órgão.

Parágrafo único. O pagamento da subvenção relativa a cada ano só será requisitado depois que os informes relativos ao ano anterior tiverem sido prestados.

Art. 29. A subvenção extraordinária correrá à conta de crédito próprio.

Art. 30. Não será considerado subvenção o recurso financeiro que o Governo Federal conceder a entidade de carácter privado para, mediante contrato, realizar os serviços públicos que lhe forem confiados.

Art. 31. Ficam isentos do pagamento do selo a que se refere o art. 84 da tabela anexa ao decreto-lei n. 4.655, de 3 de setembro de 1942, os documentos referidos no art. 7.º do presente decreto-lei, quando anexados ao requerimento de que trata o mesmo artigo.

Art. 32. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os decretos-leis ns. 693, de 15 de setembro de 1938, e 761, de 4 de outubro de 1939, bem como as demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.699 — DE 27 DE JULHO DE 1943

Determina a liquidação das firmas Theodor Wille & Cia. e Herm. Stoltz & Cia. existentes no Brasil, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Tendo em vista o disposto no art. 3.º do decreto-lei n. 5.661, de 12 de julho de 1943, entram em liquidação as firmas Theodor Wille & Cia. e Herm. Stoltz & Cia., estabelecidas em qualquer localidade do território nacional, ainda que sob a mesma razão social tenham personalidade jurídica distintas.

Art. 2.º A liquidação das firmas mencionadas no art. 1.º será feita pelos liquidantes que forem nomeados pelo Presidente da República nos termos do art. 4.º do decreto-lei n. 5.661, de 12 de julho de 1943, os quais ficam autorizados a praticar todos os atos necessários, inclusive os de representação em Juízo ou fora dêle.

Parágrafo único. O Banco do Brasil, como agente especial do Governo, expedirá as instruções e dará a assistência que for necessária à ação dos liquidantes, que lhe ficam subordinados.

Art. 3.º Os bens e direitos que, na liquidação, vierem a caber aos sócios das mesmas firmas e a pessoas físicas ou jurídicas compreendidas no decreto-lei n. 4.166, de 11 de março de 1942, serão creditados ao fundo de indenizações de que trata o art. 3.º do mesmo decreto-lei.

Art. 4.º Cessam as atribuições dos administradores nomeados em virtude do disposto no art. 4.º do decreto-lei n. 4.807, de 7 de outubro de 1942.

Art. 5.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.700 — DE 27 DE JULHO DE 1943

Prorroga até 31 de dezembro do corrente ano, o prazo a que se refere o art. 1.º do decreto-lei n. 5.235, de 9-2-1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 31 de dezembro do corrente ano, o prazo a que se refere o art. 1.º do decreto-lei n. 5.235, de 9 de fevereiro de 1943.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.701 — DE 27 DE JULHO DE 1943

Modifica o decreto-lei n. 2.855, de 11 de dezembro de 1940

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A validação de diploma de que trata o art. 2.º do decreto-lei n. 2.855, de 11 de dezembro de 1940, poderá ser realizada na Escola Nacional de Agronomia e Escola Nacional de Veterinária, ou mediante concurso para as carreiras de agrônomo e veterinário do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. A validação mediante concurso será concedida uma única vez.

Art. 2.º É considerado como inexistente o parágrafo 2.º do art. 2.º do decreto-lei n. 2.855, de 11 de dezembro de 1940, ficando anulados os seus efeitos.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.702 — DE 28 DE JULHO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 13.200,00

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde (Anexo 13 do Orçamento Geral da União para 1943), o crédito de Cr\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.703 — DE 29 DE JULHO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros)

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde (Anexo 13 do Orçamento Geral da União para 1943), o crédito de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.704 — DE 29 DE JULHO DE 1943

Concede pensão especial a Ada Rica de Azevedo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida a Ada Rica de Azevedo, enquanto permanecer no estado civil de viúva do agrônomo do fomento agrícola, classe K, do Ministério da Agricultura, Carlos de Azevedo, falecido em 29-7-41, em consequência

de acidente no serviço, uma pensão especial na importância de Cr\$ 660.00 (seiscentos e sessenta cruzeiros) mensais, correspondente à terça parte do vencimento que o referido funcionário percebia àquela data.

Art. 2.º A pensão a que se refere o artigo anterior é devida a partir de 1 de janeiro de 1943, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento das pensões a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.705 — DE 29 DE JULHO DE 1943

Dispõe sobre a aposentadoria de Augusto Alfredo Barbosa Carneiro Farias

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e tendo em vista o que consta do processo n. 20.822, de 1943, do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde, decreta:

Artigo único. É tornado sem efeito o decreto de 6 de abril de 1943 que exonerou, de acordo com o art. 93, § 1.º, alínea b, do decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, Augusto Alfredo Barbosa Carneiro Farias do cargo, em comissão, de diretor, padrão M, da Escola Industrial de Belo Horizonte da Divisão do Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, ficando ôle aposentado no referido cargo, com provento integral, a partir de 8 de abril de 1943, data da publicação do mencionado decreto.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.706 — DE 29 DE JULHO DE 1943

Altera as carreiras de Maquinista Marítimo e Marinheiro, do Ministério da Marinha e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, conforme as tabelas e relação nominal anexas, as carreiras de Maquinista Marítimo e Marinheiro, do Quadro Suplementar do Ministério da Marinha e do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º O funcionário do Ministério da Marinha, atingido pelo disposto no artigo anterior, terá seu decreto apostilado pela respectiva Divisão de Pessoal.

Art. 3.º Fica sem efeito a relação nominal a que se refere o art. 2.º do decreto-lei n. 5.301, de 4 de março de 1943, na parte referente ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 4.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

Alexandre Marcondes Filho.

MINISTÉRIO DA MARINHA
QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Maquinista Mari- tímo</i>						<i>Maquinista Mari- tímo</i>				
46	H	—	—	Q. S.	46	H	—	—	
25	G	—	—	Q. S.	25	G	—	—	
41	F	—	—	Q. S.	41	F	—	—	
18	E	—	—	Q. S.	18	E	—	—	
32	D	—	—	Q. S.						
1	Marinheiro	D	—	—	Q. S.	33	D	—	—	
22	Maquinista Mari- tímo	C	—	—	Q. S.						
5	B	—	—	Q. S.	22	C	—	—	
						5	B	—	—	
190						190					
	<i>Marinheiro</i>						<i>Marinheiro</i>				
104	D	—	—	Q. S.	103	D	—	—	
150	C	—	—	Q. S.	150	C	—	—	
104	B	—	—	Q. S.	104	B	—	—	
358						357					

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

QUADRO ÚNICO

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
2	<i>Maquinista Marítimo</i>	G	—	—	Q.U.	2	<i>Maquinista marítimo</i>	G	—	—	
3	F	—	—	Q.U.	3	F	—	—	
1	D	—	—	Q.U.						
1	C	—	—	Q.U.						
7						5					
1	<i>Marinheiro</i>	D	—	—	Q.U.	1	<i>Marinheiro</i>	D	—	—	
4	C	—	—	Q.U.	5	C	—	—	
1	<i>Maquinista marítimo</i>	C	—	—	Q.U.						
6						6					

DECRETO-LEI N. 5.707 — DE 29 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 169.650,00, para classificação da despesa

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de cento e sessenta e nove mil seiscientos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 169.650,00), que será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, para classificação das despesas (Serviços e Encargos) efetuadas com a Embaixada Especial que foi a Montevideu, em fevereiro deste ano, afim de representar o Brasil na inauguração da Praça Internacional e na posse do Presidente da República do Uruguai.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.708 — DE 29 DE JULHO DE 1943

Dispõe sobre a alienação de imóveis do domínio da Prefeitura do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 28 e 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Artigo único. Nas alienações de imóveis do domínio da Prefeitura do Distrito Federal observar-se-á o disposto no regulamento aprovado pelo decreto federal n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, e leis posteriores que o modificaram, quanto aos imóveis do domínio da União.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.709 — DE 29 DE JULHO DE 1943

Dispõe sobre o recolhimento ao Banco do Brasil S.A. da renda de exploração da Administração do Porto do Rio de Janeiro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica a Administração do Porto do Rio de Janeiro obrigada a

contrato de financiamento da operação de trinta e cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 35.000.000,00) que lhe concedeu aquele Banco, destinada a construção de um frigorífico para frutas a ser instalado no Cais do Porto desta Capital.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS,

A. de Sousa Costa.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.710 — DE 29 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 242.973,00, para obras de reparos e remodelações no edifício da Alfândega de Santos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e setenta e três cruzeiros (Cr\$ 242.973,00), para atender às despesas (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) com a execução de obras de reparos e remodelações no edifício em que funciona a Alfândega de Santos.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.711 — DE 29 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 3.500.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que ~~lhe~~ confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de três milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 3.500.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei número 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 1 — Pessoal

Consignação VIII — Pensionistas

S/c. n. 33 — Abono provisório e novas pensões.

24 — Diretoria da Despesa Pública Cr\$ 3.500.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.712 — DE 29 DE JULHO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 1.395.791,80 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de um milhão trezentos e noventa e cinco mil setecentos e noventa e um cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 1.395.791,80), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 2 — Material

Consignação III — Diversas Despesas

S/ c. 31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis: foros: seguros de bens móveis e imóveis

04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional.

	Cr\$
03 — Divisão do Material	1.386.691,80
28 — Diretoria do Domínio da União e Serviços Regionais (nos Estados)	9.100.00
	<hr/> 1.395.791,80 <hr/>

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.713 — DE 30 DE JULHO DE 1943

Dispõe sobre os descontos a que ficam sujeitas as notas do papel-moeda chamadas a recolhimento

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O abatimento a que ficam sujeitas as notas do papel-moeda em recolhimento, de que trata o art. 13 da lei n. 3.313, de 16 de outubro de 1936, passa a ser o seguinte:

- 5% nos três (três) primeiros meses que se seguirem ao prazo fixado pela Junta Administrativa da Caixa de Amortização para a substituição sem desconto;
- 10% nos dois (2) meses seguintes;
- 15% nos outros dois (2) meses;
- 20% nos dois (2) meses imediatos;
- 5% em cada um dos quatro (4) meses subseqüentes;
- 10% em cada mês seguinte, até a perda total do valor.

Parágrafo único. A Junta Administrativa da Caixa de Amortização poderá, em casos especiais, prorrogar o prazo, não superior a seis (6) meses, que houver inicialmente fixado para o recolhimento sem desconto.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.714 — DE 30 DE JULHO DE 1943

Aprova as despesas efetuadas em 1935 pelo Capitão de Fragata Intendente Naval Jacob Cordovil Maurity

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as contas relativas ao adiantamento de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00) recebido, em 1935, pelo Capitão de Fragata Intendente Naval Jacob Cordovil Maurity, para ocorrer despesas na Diretoria de Navegação do Ministério da Marinha, inclusive aquelas na importância de dez mil e trinta e sete cruzeiros (Cr\$ 10.037,00) cujas parcelas foram glosadas pelo Tribunal de Contas por ocasião da respectiva prestação de contas.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.715 — DE 31 DE JULHO DE 1943

Cria, junto ao D.A.S.P., o Conselho de Administração do Material

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado o Conselho de Administração do Material (C.A.M.), órgão integrante do sistema de material e que funcionará junto ao Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 2.º O C.A.M. tem por finalidade promover melhor coordenação e maior eficiência dos órgãos interessados na administração de material do Serviço Civil Federal.

Art. 3.º O C.A.M. compõe-se de:

- I — o Diretor da D.M. do D.A.S.P.;
- II — o Diretor Geral do D.F.C.;
- III — um dos Diretores do D.F.C., designado pelo Diretor Geral do mesmo;
- IV — os Diretores das Divisões do Material dos Ministérios;
- V — um representante do Instituto Nacional de Tecnologia;
- VI — um representante da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

§ 1.º O diretor da D.M. do D.A.S.P. será o presidente do C.A.M.

§ 2.º O presidente do C.A.M. convocará, para tomar parte nos trabalhos do mesmo, os dirigentes ou representantes de quaisquer órgãos ou entidades cujas atividades interessem à administração de material ou se relacionem com assuntos que venham a ser debatidos no Conselho.

Art. 4.º O presidente do C.A.M. designará o seu substituto eventual e um servidor da D.M. do D.A.S.P. para secretariar as reuniões do mesmo Conselho.

Art. 5.º O C.A.M. reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente.

Art. 6.º O comparecimento às sessões do C.A.M. constitui encargo obrigatório dos seus membros.

Art. 7.º Nenhuma vantagem deverá corresponder ao exercício da função de membro do C.A.M., o qual será, porém, considerado serviço relevante.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.716 — DE 31 DE JULHO DE 1943

Prorroga o prazo previsto no artigo 3.º do decreto-lei n. 5.219, de 22 de janeiro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado, por mais 60 dias, além da prorrogação de que tratam os decretos-leis ns. 5.270, 5.337 e 5.518, respectivamente, de 23 de fevereiro, 23 de março e 25 de maio do corrente ano, o prazo a que se refere o artigo 3.º do decreto-lei n. 5.219, de 22 de janeiro do mesmo ano, para assinatura do contrato relativo à concessão outorgada à Companhia Rádio Internacional do Brasil, para executar serviços radiotelefônico público interior e radiotelefônico público restrito interior.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.717 — DE 31 DE JULHO DE 1943

Cria funções gratificadas na Comissão Central de Requisições e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na Comissão Central de Requisições, as seguintes funções gratificadas:

1 Diretor da Divisão Técnica.....	Cr\$ 9.600,00 anuais
1 Diretor da Divisão de Processos	Cr\$ 9.600,00 anuais
1 Diretor do Serviço de Administração.....	Cr\$ 7.200,00 anuais
1 Secretário do Presidente	Cr\$ 4.800,00 anuais
1 Chefe da Secção de Contrôlo de Requisições.....	Cr\$ 4.800,00 anuais
1 Chefe da Secção de Orientação das Comissões e Sub-comissões de Avaliação de Requisições.....	Cr\$ 4.800,00 anuais
1 Chefe da Secção de Estudos das Coisas Requisitáveis	Cr\$ 4.800,00 anuais
1 Chefe da Secção de Jurisprudência e Publicações....	Cr\$ 4.800,00 anuais
1 Chefe da Secção de Redação de Atas e do Expediente	Cr\$ 4.800,00 anuais
1 Chefe da Secção de Preparo de Processos e Diligências	Cr\$ 4.800,00 anuais
1 Chefe da Secção de Comunicações.....	Cr\$ 3.600,00 anuais
1 Chefe da Secção de Mecanografia.....	Cr\$ 3.600,00 anuais
1 Chefe da Secção de Pessoal e Material.....	Cr\$ 3.600,00 anuais
1 Chefe de Arquivo	Cr\$ 3.600,00 anuais

Parágrafo único. As funções de que trata o presente artigo só serão gratificadas quando exercidas por funcionário público civil, escolhido e designado pelo respectivo presidente, observadas as normas da legislação em vigor.

Art. 2.º Para atender, no corrente exercício, à despesa com o pagamento das gratificações previstas no artigo anterior, fica aberto à Comissão Central de Requisições, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos cruzeiros).

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.718 — DE 3 DE AGOSTO DE 1943

Dispõe sobre a administração do Território de Fernando de Noronha e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Território de Fernando de Noronha, criado pelo decreto-lei n. 102, de 9 de janeiro de 1942, e constituído pelo respectivo arquipélago, será administrado por um governador, brasileiro nato, de livre nomeação e demissão do Presidente da República, e que tomará posse perante o Ministro da Guerra.

Parágrafo único. A nomeação poderá recair no comandante da guarnição militar do Território.

Art. 2.º O Governador será substituído em suas faltas ou impedimentos por quem estiver no exercício do comando da guarnição militar do Território.

Art. 3.º Ficam criados no Quadro Permanente do Ministério da Guerra o cargo, em comissão, de Governador do Território de Fernando de Noronha, padrão R, e o cargo, em comissão, de Secretário do Território de Fernando de Noronha, padrão N.

Parágrafo único. Quando a nomeação para Governador recair no comandante da guarnição militar, a este será atribuída a gratificação de função de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) anuais, ficando sem aplicação o previsto para o cargo de governador civil.

Art. 4.º Ao Governador compete:

I — praticar todos os atos necessários à administração e representação do Território e à guarda da Constituição e das leis;

II — cumprir e fazer cumprir as leis, os atos e decisões do Governo da União, expedindo para esse fim regulamentos e instruções;

III — organizar serviços públicos territoriais, dentro dos créditos consignados em orçamento;

IV — expedir decretos, regulamentos, instruções e demais atos relativos à administração do Território;

V — organizar anualmente a proposta do orçamento para o Território e encaminhá-la, até 31 de março, ao Ministro da Guerra;

VI — apresentar ao Presidente da República, por intermédio do Ministro da Guerra, um relatório anual da sua gestão.

Parágrafo único. O Governador se comunicará diretamente com os Ministros de Estado e outras autoridades sobre todos os assuntos referentes ao Território.

Art. 5.º São crimes de responsabilidade do Governador:

I — os atos que atentarem contra:

- a) a existência da União;
- b) a Constituição;
- c) a execução das decisões judiciais; e
- e) a probidade administrativa, a guarda e o emprêgo dos dinheiros públicos;

II — a omissão das providências determinadas pelas leis ou tratados federais, ou necessários à sua execução, dentro dos prazos fixados.

Art. 6.º O Governador será processado e julgado nos crimes comuns e de responsabilidade pelo Tribunal de Apelação do Distrito Federal (Cód. Proc. Penal, Livro II, Tít. III), importando sempre a sentença condenatória a perda do cargo e a inhabilitação para o exercício de função pública pelo prazo de dois a dez anos.

Art. 7.º Ao secretário incumbe auxiliar o governador na administração do Território, organizar e ter sob sua guarda os documentos relativos a essa administração, celebrar casamentos, resolver os dissídios de natureza trabalhista atribuídos pela lei às juntas de conciliação e julgamento, proceder a inquérito policial e exercer, em geral, as funções cometidas pelas leis às autoridades policiais e trabalhistas.

Art. 8.º O Governador designará um servidor para exercer também a função de Oficial de registros públicos, pelo que lhe caberá uma gratificação de função de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) mensais.

Art. 9.º Ao Oficial de registros incumbe exercer as atribuições conferidas pelos decretos n. 4.857, de 9 de novembro de 1939, n. 5.318, de 29 de fevereiro de 1940, as de tabelião de notas, as relativas ao protesto de títulos e processar as habilitações de casamento.

§ 1.º Aplica-se, no que couber, quanto ao exercício destas atribuições, o disposto no decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940 (Livro II, Tít. III, Caps. II e III).

§ 2.º O Oficial de registros remeterá, por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, cópia autenticada de todos os atos que praticar ao oficial competente da Justiça do Distrito Federal, para que sejam os mesmos reproduzidos ex-offício, e independentemente de quaisquer custas, emolumentos ou taxas, nos respectivos livros.

Quando houver mais de um competente, as atribuições serão do 1.º Ofício.

Art. 10. Os livros necessários ao exercício das atribuições do Secretário e do Oficial de Registros serão fornecidos gratuitamente pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, devidamente autenticados pelo Juiz de Registros Públicos da Justiça do Distrito Federal, independentemente de pagamento de selos e emolumentos.

Art. 11. Observar-se-á quanto aos atos praticados pelo Secretário e pelo Oficial de Registros, no que for aplicável, o Regimento de custas da Justiça do Distrito Federal.

Parágrafo único. As custas a que se refere este artigo serão cobradas em selos, inutilizados nos autos ou documentos.

Art. 12. A Justiça do Distrito Federal cabe processar e julgar todas as causas civis e criminais relativas a pessoas domiciliadas ou residentes no Território ou aos bens nele situados, salvo quando cometidas expressamente a outra jurisdição.

Parágrafo único. Para os efeitos da legislação trabalhista, o Secretário do Território fica subordinado aos órgãos e autoridades competentes do Distrito Federal.

Art. 13. Os créditos orçamentários e adicionais destinados ao Território de Fernando de Noronha serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos à Diretoria de Fundos do Ministério da Guerra, obedecendo-se, quanto ao emprêgo desses créditos, às normas estabelecidas no decreto-lei n. 4.185, de 16 de março de 1942.

Art. 14. Aplica-se ao Território, no que couber, o decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939, especialmente, o disposto nos arts. 8.º, 19 ao 22, 33 ao 35 e 44.

Art. 15. Fica aberto ao Ministério da Guerra o crédito especial de quarenta e nove mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 49.600,00) para atender no corrente exercício às despesas resultantes da execução do presente decreto-lei.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.719 — DE 3 DE AGOSTO DE 1943

Suspende, pelo prazo de seis meses, a cobrança dos direitos e taxas aduaneiras que incidem sobre a manteiga, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suspensa, pelo prazo de seis meses, a partir da data da publicação do presente decreto-lei, a cobrança dos direitos e taxas aduaneiras que incidem sobre a manteiga de leite, classificada no art. 100 (classe 4.ª) da atual Tarifa das Alfândegas.

Art. 2.º A manteiga que já estiver em portos nacionais gozará do regime fiscal de isenção a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. O disposto neste artigo abrange o produto que já submetido a despacho, ainda não tenha sido desembaraçado pela repartição aduaneira.

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.720 — DE 3 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para auxílio ao Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00), afim de atender à despesa (Serviços e Encargos) com o pagamento do auxílio ao Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros para as comemorações projetadas, inclusive certames, em virtude da data centenária da fundação do mesmo Instituto.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.721 — DE 3 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 45.000,00 para despesas com os funcionários da Polícia Civil do Distrito Federal, designados para prestar serviços no estrangeiro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de quarenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 45.000,00) para atender às despesas de gratificações de representação a funcionários da Polícia Civil do Distrito Federal, designados para prestar serviços no estrangeiro, no período compreendido entre 1 de julho a 30 de setembro do corrente ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.722 — DE 3 DE AGOSTO DE 1943

Revoga disposições de leis e regulamentos sobre concessão de passagens gratuitas pelos armadores e empresas de navegação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam revogadas as disposições de leis e regulamentos anteriores ao decreto n. 7.838, de 11 de setembro de 1941, sobre concessão de passagens gratuitas pelos armadores e empresas de navegação.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.723 — DE 4 DE AGOSTO DE 1943

Cria um Distrito do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, do Ministério da Viação e Obras Públicas, em São Paulo, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Departamento Nacional de Obras de Saneamento, do Ministério da Viação e Obras Públicas, um Distrito, com a denominação de Distrito de São Paulo, para atender às obras que serão executadas no Estado de São Paulo.

Art. 2.º Ficam criadas, no Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas, as seguintes funções gratificadas:

	anuais
1 Chefe de Distrito (D.N.O.S. — São Paulo)	Cr\$ 8.400,00
1 Chefe de Turma de Obras (D.N.O.S. — São Paulo) ..	Cr\$ 4.800,00
1 Chefe de Turma Administrativa (D.N.O.S. — São Paulo)	Cr\$ 3.600,00

Parágrafo único. A função de Chefe de Turma de Obras será exercida por funcionário da carreira de Engenheiro.

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente do disposto no art. 2.º, deste decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos cruzeiros) à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções Gratificadas, do Anexo 20, do Orçamento vigente.

Art. 4.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.724. — DE 4 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 90.000.000,00 para pagamento de juros de "Obrigações de Guerra"

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de noventa milhões de cruzeiros (Cr\$ 90.000.000,00), que será distribuído à Caixa de Amortização, para atender, nos exercícios de 1943 a 1945, ao pagamento (Dívida Pública) dos juros das "Obrigações de Guerra" mandadas emitir pelo decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.725 — DE 5 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 19.500,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de dezenove mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 19.500,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Anexo n. 19 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS

S/c. n. 31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros, seguros de bens móveis e imóveis

13 — Justiça do Trabalho

02 — Conselhos Regionais do Trabalho Cr\$ 19.500,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.726 — DE 5 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 11.903,20, para pagamento de gratificação adicional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 11.903,20 (onze mil novecentos e três cruzeiros e vinte centavos), para atender ao pagamento (Pessoal) da gratificação adicional de 10% que compete a Oscar Tillamont Fontes, Assistente, padrão I, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério, em exercício na Faculdade de Medicina da Bahia, relativamente ao período de 24 de dezembro de 1930 a 31 de dezembro de 1941.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.727 — DE 5 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 50.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas (Anexo n. 20 do decreto-lei número 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES

S/c. n. 23 — Diárias

32 — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem Cr\$ 50.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.723 — DE 5 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para a Coordenação da Mobilização Econômica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00), destinado a ocorrer a todas as despesas da Coordenação da Mobilização Econômica, de que trata o decreto-lei n. 4.750, de 28 de setembro de 1942.

Parágrafo único. A importância total do crédito a que se refere este artigo será utilizada sob o regime de adiantamento, pelo Coordenador da Mobilização Econômica, dispensada, a juízo do Presidente da República, em cada caso, a formalidade da concorrência, para as aquisições, obras, fornecimentos e trabalhos de urgência.

Art. 2.º As despesas serão efetuadas de acordo com a discriminação abaixo e comprovadas perante o Tribunal de Contas até 30 de junho de 1944:

PESSOAL

Para pagamento de serviços tarefaados		<u>1.000.000,00</u>
---	--	---------------------

MATERIAL

MATERIAL PERMANENTE

Móveis e artigos de ornamentação	184.000,00	
Máquinas, aparelhos e utensílios de escritório e bibliotéca	<u>156.000,00</u>	340.000,00

MATERIAL DE CONSUMO

Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição, fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação		122.010,00
--	--	------------

DIVERSAS DESPESAS

Aluguel ou arrendamento de imóveis	391.990,00	
Despesas miúdas de pronto pagamento	56.000,00	
Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens	<u>90.000,00</u>	537.990,00

		<u>1.000.000,00</u>
--	--	---------------------

Total		<u>2.000.000,00</u>
-------------	--	---------------------

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.729 — DE 5 DE AGOSTO DE 1943

Altera o art. 4.º, § 26, do regulamento expedido com o decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938, para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo, expedido com o decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938, será observado com a seguinte alteração ao art. 4.º, § 26:

“A goma laca, quando de produção nacional, passará a pagar o imposto de consumo com o abatimento de 50% sobre as taxas previstas na alínea XII, letra d e nota 4.ª”

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.730 — DE 5 DE AGOSTO DE 1943

Inclue a cédula de Cr\$ 5,00 entre as de que trata o decreto-lei n. 4.791, de 5 de outubro de 1942, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica incluída entre as enumeradas no art. 6.º do decreto-lei n. 4.791, de 5 de outubro de 1942, a cédula de Cr\$ 5,00 que, obedecidas as determinações do § 1.º do mesmo artigo, terá as características seguintes

Effigie (no anverso): — Barão do Rio Branco

Motivo (no reverso): — Amazônia

Côr (no reverso): — Cinza.

Art. 2.º A cédula de Cr\$ 5,00 de que trata o artigo anterior substitue a moeda metálica de igual valor a que se referem os arts. 3.º e 5.º do citado decreto-lei n. 4.791, de 5 de outubro de 1942, cuja cunhagem cessará nesta data.

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.731 — DE 5 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 15.748,80 para pagamento da vantagem prevista no decreto-lei n. 5.522, de 27 de maio de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de quinze mil setecentos e quarenta e oito cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 15.748,80), para atender à despesa (Pessoal), no período de 27 de maio a 31 de dezembro de 1943, com o pagamento da cota adicional de 20% concedida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal, quando destacados, em serviço, no Território Federal de Fernando de Noronha, ex-vi do disposto no decreto-lei n. 5.522, de 27 de maio dêste ano.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.732 — DE 6 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 19.643,00 para pagamento da contribuição devida em 1942 ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de dezenove mil, seiscentos e quarenta e três cruzeiros (Cr\$ 19.643,00), para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) da contribuição devida pela União, como empregadora, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, relativa ao ano de 1942 e referente ao pessoal de obras do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

Art. 2.º Fica revogado o decreto-lei n. 5.418, de 16 de abril de 1943.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.733 — DE 6 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 31.200,00 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos cruzeiros) à seguinte dotação do Anexo 12 — Ministério da Agricultura — do Orçamento Geral da República em vigor (decreto-lei número 5.120, de 19 de dezembro de 1942):

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

S/c 17 — Gratificação de representação de gabinete

01 — Gabinete do Ministro

01 — Gabinete do Ministro Cr\$ 31.200,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.734 — DE 6 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para auxílio à II.ª Conferência Inter-americana de advogados

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00), para atender, como auxílio, às despesas (Serviços e Encargos) com a II.ª Conferência Inter-americana de advogados, a realizar-se, nesta Capital, em agosto de 1943.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.735 — DE 10 DE AGOSTO DE 1943

Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito de Cr\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil cruzeiros), suplementar à Verba que indica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Viação e Obras Públicas (Anexo 20 do Orçamento Geral da União para 1943), o crédito de Cr\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.736 — DE 10 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 280.000,00 para classificação de despesa

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de duzentos e oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 280.000,00), que será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, para classificação de despesas (Serviços e Encargos) decorrentes da missão especial do Ministro da Aeronáutica aos Estados Unidos da América.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.737 — DE 10 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para construção de rodovia

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Guerra o crédito especial de três milhões de cruzeiros (Cr\$ 3.000.000,00), para atender às despesas

(Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) com a construção, pela 1.^a Companhia Rodoviária Independente, da rodovia Cáceres-Pôrto Esperidião-Mato Grosso (Vila Bela).

Art. 2.^o Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.^o Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1943, 122.^o da Independência e 55.^o da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.738 — DE 10 DE AGOSTO DE 1943

Autoriza a Comissão Executiva de Frutas a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.^o Fica a Comissão Executiva de Frutas autorizada a contratar com o Banco do Brasil, pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, uma operação de crédito até o limite de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinada à execução das providências necessárias à defesa e organização racional da produção de frutas cítricas.

Art. 2.^o O crédito, além da fiança dos Estados interessados e do Distrito Federal, será garantido pela hipoteca, penhor industrial ou mercantil dos bens da Comissão Executiva de Frutas passíveis desses gravames.

Art. 3.^o A forma de resgate, juros, prazo e demais condições do empréstimo serão convencionados entre as partes.

Art. 4.^o Ficam o Governador e os Interventores dos Estados interessados e o Prefeito do Distrito Federal, para efeito do disposto no art. 2.^o, autorizados a assinar o contrato e os aditivos que, porventura, se fizerem necessários.

Art. 5.^o A Comissão Executiva das Frutas recolherá o produto da taxa a que se refere o art. 5.^o do decreto-lei n. 5.532, de 28 de maio de 1943, e quaisquer outros recursos de que dispuser ao Banco do Brasil, em conta especial de que terá livre movimentação na vigência do contrato que firmar, ficando o Banco irrevogavelmente autorizado a utilizar o saldo dessa conta para o pagamento das prestações que lhe forem devidas, nos respectivos vencimentos e para liquidação de seu crédito, ao termo do mesmo contrato.

Art. 6.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 5.739 — DE 11 DE AGOSTO DE 1943

Modifica a disposição do art. 2.º do decreto-lei n. 2.269, de 3 de junho de 1940

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A Companhia Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada, ficará exonerada da obrigação que lhe foi imposta pelo art. 2.º do decreto-lei n. 2.269, de 3 de junho de 1940, mediante o pagamento da importância de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros).

Parágrafo único. O pagamento será feito ao Presidente da Comissão Especial para São João Marcos, que aplicará a importância recebida na construção de uma igreja em que se aproveitarem os elementos de arte tradicionais da antiga matriz, de acôrdo com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e destinará o saldo que houver à construção de habitações para os moradores reconhecidamente pobres de São João Marcos, no lugar a que forem transferidos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 5.740 — DE 11 DE AGOSTO DE 1943

Altera o decreto-lei n. 3.937, de 13 de dezembro de 1941 e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os artigos 2.º, 7.º parágrafo único, 15 e 16 do decreto-lei número 3.937, de 13 de dezembro de 1941, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 2.º O Instituto Nacional do Mate, órgão dos interesses dos produtores, industriais e exportadores do mate, é uma entidade

de natureza autárquica sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, tendo como sede e fóro a Capital da República".

"Art. 7.º

Parágrafo único. Auxiliará essa Comissão Fiscal um funcionário especializado em contabilidade designado pelo ministro da Agricultura".

"Art. 15. Das decisões da Junta Deliberativa caberá recurso, sem caráter suspensivo, para o Presidente da República, por intermédio do ministro da Agricultura que formulará parecer".

"Art. 16. Dos atos administrativos do Presidente do Instituto caberá recurso para o ministro da Agricultura".

Art. 2.º Fica o ministro da Agricultura autorizado a baixar o Regulamento do Instituto Nacional do Mate, que lhe fôr submetido pelo seu Presidente, bem como as Instruções necessárias à organização cooperativista da exploração ervateira.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.741 — DE 12 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 62.032,80, para pagamento de gratificação de representação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de sessenta e dois mil, e trinta e dois cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 62.032,80), para atender, a partir de 15 de abril de 1943, ao pagamento (Pessoal) da gratificação de representação mensal de quatrocentos e quarenta (440) pesos colombianos, concedida ao meteorologista, classe L, Durval Calheiros Gomes, que se encontra em comissão na Colômbia, servindo, por indicação do Governo, como instrutor em um curso de extensão, relativo a meteorologia.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.742 — DE 12 DE AGOSTO DE 1943

Transfere, gratuitamente e sob condição expressa que cita, à Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro a propriedade plena do imóvel que menciona, situada na Capital Federal, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 189 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferida gratuitamente à Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro a propriedade plena do terreno nacional interior, com a área de trinta e cinco mil, cento e oitenta e cinco metros quadrados e noventa e seis decímetros quadrados (35.185,96 m²), com as construções existentes, denominado "Morro da Capela" e situado na estrada das Furnas, Alto da Boa Vista, Tijuca, na Capital Federal, — imóvel que fôra objeto da doação com encargo, feita à União em 1892, pelo Comendador Barnabé Francisco Vaz de Carvalhais.

Art. 2.º A Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro edificará no terreno de que trata o artigo anterior um estabelecimento de utilidade pública que se denominará "Estabelecimento D. Maria de Carvalhais", cumprindo dessa forma a obrigação decorrente do legado aceito pela União e deixado pelo Comendador Barnabé Francisco Vaz de Carvalhais.

Art. 3.º Na Diretoria do Domínio da União assinar-se-á o contrato da transferência da propriedade plena do imóvel mencionado no art. 1.º, de acôrdo com os elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n. 88.091, de 1940.

§ 1.º O contrato será lavrado em livro da repartição e valerá como escritura pública, para efeito de transcrição no Registo de Imóveis competente.

§ 2.º O contrato será isento de qualquer imposto de sêlo ou emolumento e sua transcrição no Registo de Imóveis far-se-á gratuitamente.

Art. 4.º Nenhum onus ou contribuição fiscal, a qualquer título, federal ou municipal, gravará o imóvel, cuja propriedade plena ora se transfere, isenção que se estenderá às construções e benfeitorias que se encorporarem ao solo.

Art. 5.º O domínio pleno do imóvel, mencionado no artigo primeiro, reverterá ao patrimônio da União, sem que esta responda por indenização de espécie alguma, ainda mesmo quanto às construções e benfeitorias encorporadas ao solo, em qualquer dos seguintes casos:

a) se a utilização do imóvel, prevista no art. 2.º dêste decreto-lei, não se verificar dentro de dez (10) anos; e

b) se, verificada essa utilização, fôr a mesma alterada para fim diferente que se não ajuste à característica de estabelecimento de utilidade pública.

Art. 6.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.743 — DE 13 DE AGOSTO DE 1943

Transfere, de Caçapava para Baurú, a sede do 6.º Regimento de Infantaria

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É transferida, de Caçapava para Baurú (Estado de São Paulo), a sede do 6.º Regimento de Infantaria, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

M. J. Pinto Guedes.

DECRETO-LEI N. 5.744 — DE 13 DE AGOSTO DE 1943

Restabelece, no Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, a carreira de Datilógrafo e altera a de igual denominação do Quadro Permanente do mesmo Ministério

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica restabelecida, de conformidade com a tabela anexa, no Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, a carreira de Datilógrafo, cujos cargos haviam sido transferidos para o Quadro Permanente.

Art. 2.º Fica alterada, de conformidade com a tabela anexa, a carreira de Datilógrafo do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

M. J. Pinto Guedes.

MINISTÉRIO DA GUERRA
QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
148	Dactilógrafo	E	—	148	Q. P.	150	<i>Dactilógrafo:</i>	E		150	Dos cargos da classe E, dois serão providos com os recursos da conta corrente do Quadro Permanente.
250	Dactilógrafo	D	—	250	Q. P.	250	D		250	
398						400				400	

MINISTÉRIO DA GUERRA
QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
—	Dactilógrafo	G	11	—	Q. P.	11	<i>Dactilógrafo:</i>	G	—	—	
2	Dactilógrafo ...	E	—	—	Q. P.	2	E	—	—	
2			11			13					

DECRETO-LEI N. 5.745 — DE 13 DE AGOSTO DE 1943

Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Marinha, a carreira de Tecnologista, altera a de Engenheiro do mesmo Quadro e Ministério e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Marinha, a carreira de Tecnologista, e alterada a de Engenheiro do mesmo Quadro e Ministério, de conformidade com a tabela anexa.

Art. 2.º O provimento dos cargos da carreira de Tecnologista far-se-á por concurso de provas e títulos, de acôrdo com as instruções que forem expedidas.

Parágrafo único. Os candidatos habilitados no concurso serão nomeados para os cargos das diferentes classes, na ordem da respectiva classificação.

Art. 3.º Para atender ao disposto neste decreto-lei fica aberto, ao Ministério da Marinha (anexo n. 17 do Orçamento Geral da União para 1943), o crédito de Cr\$ 196.800,00 (cento e noventa e seis mil e oitocentos cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 4.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

A. de Sousa Costa.

MINISTÉRIO DA MARINHA

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
3	Engenheiro	N		3	Q. P.	2	Engenheiro	N		2	
4	Engenheiro	M		4	Q. P.	2	Engenheiro	M		2	
4	Engenheiro	L		4	Q. P.	3	Engenheiro	L		3	
5	Engenheiro	K		5	Q. P.	4	Engenheiro	K		4	
6	Engenheiro	J		5	Q. P.	4	Engenheiro	J		3	
22				21		15				14	
							<i>Tecnologista:</i>				
						2	N		2	
						2	M		2	
						3	L		3	
						4	K		4	
						4	J		4	
						15				15	

DECRETO-LEI N. 5.746 — DE 13 DE AGOSTO DE 1943

Declara de utilidade pública a desapropriação de imóvel, que menciona, situado na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e de acordo com o disposto no art. 5.º, letra k, combinado com o art. 6.º do decreto-lei n. 3.365, de 21 de julho de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a desapropriação do imóvel situado à rua Tiradentes, na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais, constituído pela casa e terreno que pertenceram ao Inconfidente Padre José da Silva e Oliveira Rolim, atualmente de propriedade do Sr. Carlos Diniz Pinto.

Art. 2.º Fica o Ministério da Educação e Saúde autorizado a efetivar a referida desapropriação, nos termos do art. 10 do decreto-lei n. 3.365, de 21 de julho de 1941, declarada a urgência da mesma desapropriação, para os fins previstos no art. 15 do citado decreto-lei.

Art. 3.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil cruzeiros) para atender à despesa com a desapropriação de que trata este decreto-lei e ficando sem aplicação importância correspondente da Verba 5 — Obras, Desapropriação e Aquisição de imóveis, Consignação I — Obras, Subconsignação 02 — Conclusão de obras, etc., inciso 01 — Prosseguimento, etc., item 64 — Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, alínea "a" — Obras de reparação, conservação e restauração de monumentos e bens de valor.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.747 — DE 13 DE AGOSTO DE 1943

Cria uma coletoria federal no município de Leopoldina, no Estado de Alagoas, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no decreto-lei n. 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais no município de Leopoldina, no Estado de Alagoas.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda 1 (um) cargo de "Coletor — classe C", e 1 (um) cargo de "Escrivão — classe B".

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente deste decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de sete mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 7.500,00), em

reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

	Cr\$
S/c n. 01 — Pessoal Permanente	2.000,00
S/c n. 02 — Percentagens	5.500,00
Total	7.500,00

Art. 4.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.748 — DE 13 DE AGOSTO DE 1943

Cria uma coletoria federal no município de Inhumas, no Estado de Goiás, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no decreto-lei número 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais no município de Inhumas, Estado de Goiás.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda 1 (um) cargo de "Coletor — classe C" e 1 (um) cargo de "Escrivão — classe B".

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente deste decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de sete mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 7.500,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

S/c n. 01 — Pessoal Permanente	Cr\$ 2.000,00
S/c n. 02 — Percentagens	Cr\$ 5.500,00
	Cr\$ 7.500,00

Art. 4.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.749 — DE 16 DE AGOSTO DE 1943

Altera a contagem da antiguidade de posto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e atendendo às razões apresentadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, decreta:

Artigo único. É mandado contar de 23 de fevereiro de 1936, a antiguidade de posto do 1.º Tenente Aviador Jorge Marques de Azevedo, do Quadro de Oficiais Auxiliares da Aeronáutica, sem direito aos vencimentos e vantagens atrasados.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.750 — DE 16 DE AGOSTO DE 1943

Dispensa as administrações de entidades autárquicas instituídas pela União do recolhimento de que trata o art. 2.º do decreto-lei n. 5.228, de 5 de fevereiro de 1943, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam as estradas de ferro, instituídas pela União com personalidade própria de natureza autárquica, dispensadas do recolhimento, ao Tesouro Nacional, do produto da arrecadação da taxa adicional de 10% (dez por cento) sobre as tarifas de transporte, determinado pelo art. 2.º do decreto-lei n. 5.228, de 5 de fevereiro do corrente ano.

Art. 2.º A referida taxa adicional continuará a ser cobrada na forma prescrita pelo art. 1.º do citado decreto-lei, devendo, porém, ser incorporada às respectivas receitas, quando se tratar das entidades mencionadas no artigo anterior, revogado, ainda, para ditas entidades, o disposto no parágrafo único do art. 2.º do aludido decreto-lei n. 5.228.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.751 — DE 16 DE AGOSTO DE 1943

Autoriza a venda de bens e direitos que na empresa Pireli S. A., Companhia Industrial Brasileira, com sede em São Paulo, possui a empresa Pireli Holding S. A., e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Tendo em vista o disposto no art. 3.º do decreto-lei n. 5.661, de 12 de julho de 1943, fica o Banco do Brasil S.A., como agente especial

do Governo Federal, autorizado a vender, em concorrência pública, vinte e uma mil e novecentas (21.900) ações, ao portador, da empresa Pireli S.A., Companhia Industrial Brasileira, com sede em São Paulo, que no mesmo Banco se acham depositadas em custódia em nome de Pireli Holding S.A., e quatro mil oitocentos e doze (4.812) Partes Beneficiárias que naquela empresa possui esta última e que se encontram depositadas nos cofres da primeira.

§ 1.º Os bens e direitos a que se refere este artigo serão previamente avaliados por peritos nomeados pelo Banco, mas a venda não será efetuada em base inferior ao valor nominal para as ações, e ao valor por que foram emitidas, para as Partes Beneficiárias.

§ 2.º A concorrência obedecerá, no que for aplicável, às normas da portaria n. 144, de 30 de novembro de 1942, do Ministério da Fazenda, publicada no *Diário Oficial* de 3 de dezembro do mesmo ano, e poderá ser anulada sem que caiba contra o ato procedimento judicial.

Art. 2.º Somente poderão concorrer à compra dos bens e direitos mencionados no art. 1.º pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, estas constituídas de forma que a maioria das ações representativas do capital pertençam, obrigatoriamente, a brasileiros.

§ 1.º Aos atuais acionistas da empresa Pireli S.A., Companhia Industrial Brasileira, que preencham as condições estabelecidas neste artigo e apresentem proposta de compra na concorrência, abrir-se-á, nos editais de concorrência, opção pelo prazo não superior a trinta (30) dias para a compra dos bens pelo preço da maior oferta.

§ 2.º A prova da qualidade de acionista para os efeitos da preferência estabelecida no parágrafo anterior, far-se-á pela exibição da cautela de ações anteriormente possuídas, por certificado expedido por estabelecimento bancário onde a mesma se achar depositada ou por outra forma admitida em lei.

Art. 3.º O produto líquido da venda dos bens e direitos a que se refere o art. 1.º ficará depositado no Banco do Brasil S.A., para os fins previstos no decreto-lei n. 4.166, de 11 de março de 1942, ou para ser oportunamente levantado por quem de direito, mediante autorização do Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

Art. 4.º A partir da data deste decreto-lei, voltará a empresa Pireli S. A., Companhia Industrial Brasileira, a ser administrada pela sua diretoria, eleita na forma dos seus estatutos, sujeita, entretanto, até ser efetivamente nacionalizada, à fiscalização determinada pelo art. 4.º do decreto-lei n. 4.807, de 7 de outubro de 1942.

Art. 5.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.752 — DE 17 DE AGOSTO DE 1943

Altera sem aumento de despesa o atual orçamento do Ministério da Aeronáutica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas as seguintes alterações no atual orçamento do Ministério da Aeronáutica (Anexo n. 11 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942):

VERBA I — PESSOAL

CONSIGNAÇÃO I — PESSOAL PERMANENTE

Passa de	Cr\$ 55.856.618,00
Para	Cr\$ 55.656.618,00

VERBA I — PESSOAL

CONSIGNAÇÃO V — OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL

Passa de	Cr\$ 960.000,00
Para	Cr\$ 1.160.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.753 — DE 17 DE AGOSTO DE 1943

Reserva lote de terreno pertencente ao Domínio da União no Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica excluída da alienação autorizada pelo decreto-lei n. 2.803, de 21 de novembro de 1940, e reservada para a construção de edifícios destinados a repartições públicas federais a quadra n. 11, situada na confluência das avenidas Beira Mar, Augustin Justo e Perimetral, conforme consta do projeto de loteamento das quadras 11 a 15-A da Esplanada do Castelo, que modificou, parcialmente, o projeto n. 3.085 organizado pela Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.754. — DE 17 DE AGOSTO DE 1943

Determina a distribuição de crédito à Tesouraria do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O crédito de Cr\$ 4.559.334,00 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, trezentos e trinta e quatro cruzeiros) a que se refere a Verba 3 — Serviços e Encargos, consignação I — Diversos, subconsignação 06 — Auxílios, contribuições e subvenções, inciso 06 — Auxílios, item 34/19 — Serviço Nacional da Lepre, alínea a — Instituições particulares para construção e instalações de preventórios, etc., do atual orçamento do Ministério da Educação e Saúde (Anexo 13 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), será distribuído à Tesouraria do referido Ministério.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.755 — DE 17 DE AGOSTO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 3.573,20, para pagamento de gratificação de magistério

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 3.573,20 (três mil, quinhentos e setenta e três cruzeiros e vinte centavos) para pagamento de gratificação de magistério a José Paulo da Silva, correspondente ao período de 4 de abril a 31 de dezembro de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.756 — DE 18 DE AGOSTO DE 1943

Suspende, temporariamente, as transferências para a Reserva Remunerada de Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam suspensas, temporariamente, em virtude da atual situação de guerra e da deficiência de pessoal, as transferências para a Reserva Remunerada, compulsórias e voluntárias, dos Capitães Tenentes, Primeiros e Segundos Tenentes do Corpo de Fuzileiros Navais.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 5.757 — DE 18 DE AGOSTO DE 1943

Reduz o interstício para a promoção dos Capitães de Fragata Farmacêuticos do Corpo de Saúde da Armada

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica reduzido para dezito meses o prazo para a promoção ao posto de Capitão de Mar e Guerra, dos Capitães de Fragata Farmacêuticos do Corpo de Saúde da Armada.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 5.758 — DE 19 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 343.685,00 para classificação de despesa

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de trezentos e quarenta e três mil, seiscentos e oitenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 343.685,00), que será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, para classificação das despesas (Serviços e Encargos)

decorrentes da viagem do Ministro da Guerra e respectiva comitiva aos Estados Unidos da América.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.759 — DE 19 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 5.231.664,20, para pagamento ao Lóide Brasileiro, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de cinco milhões duzentos e trinta e um mil seiscentos e sessenta e quatro cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 5.231.664,20), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender à despesa (Serviços e Encargos) com a liquidação de contas do Lóide Brasileiro, provenientes de serviços prestados, em 1942 e 1943, com o transporte de diplomatas alemães e italianos para a Europa e de representantes diplomáticos e outros brasileiros, da Europa para o Brasil.

Parágrafo único. O importe das faturas, após a devida classificação à conta do crédito a que se refere este artigo, será escriturado pela Contadoria Geral da República como despesa efetiva do Ministério das Relações Exteriores para crédito do Lóide Brasileiro em sua conta-corrente com o Tesouro Nacional.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.760 — DE 19 DE AGOSTO DE 1943

Autoriza a celebração de acordo com o Abrigo do Cristo Redentor, para a instituição, pela União Federal, de uma fundação, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É o Governo Federal autorizado a entrar em acordo com o Abrigo do Cristo Redentor, sociedade civil em que se transformou a Obra

de Assistência aos Mendigos e Menores Desamparados, com sede na Capital Federal, reconhecida de utilidade pública pelo decreto n. 4.682, de 19 de setembro de 1939, para o fim de serem incorporados ao patrimônio nacional os imóveis, benfeitorias, edifícios, instalações, bem como todo o material e utensílios que constituem o acervo dessa instituição, mediante as seguintes condições:

a) assinatura, na Diretoria do Domínio da União, de contrato de transferência para o Patrimônio Nacional de todos os bens pertencentes às diversas obras do Abrigo do Cristo Redentor, com valor de escritura, para os efeitos da transcrição no Registro de Imóveis.

b) pagamento ao Abrigo do Cristo Redentor da importância de cinco milhões oitocentos e vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e cinco cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 5.822.255,30), para indenização das despesas com a conclusão das obras e o aparelhamento da Escola de Pesca de Marambaia que passa também para o patrimônio nacional livre de quaisquer onus.

Art. 2.º A União Federal, representada pelo Diretor do Domínio da União, instituirá, com todos os bens incorporados por força do acordo previsto no artigo 1.º e mais os terrenos de propriedade da União ocupados pelos prédios e instalações das diversas instituições atualmente mantidas pelo Abrigo e cujo título de domínio porventura não lhe tenha sido transferido, uma fundação, denominada "Fundação Abrigo do Cristo Redentor", que terá como finalidade primordial promover:

a) assistência moral e material aos mendigos, independentemente de sua cor, nacionalidade, religião, sexo, idade, estado civil e saúde;

b) assistência moral, material e educativa ao menor, especialmente o desamparado.

§ 1.º A administração da Fundação Abrigo do Cristo Redentor será regulada em estatutos aprovados, por decreto, pelo Presidente da República, ouvido o Procurador Geral do Distrito Federal, a quem cabem as atribuições fiscalizadoras previstas em lei.

§ 2.º Os estatutos conterão, obrigatoriamente, cláusula que faculta ao Governo a nomeação de uma Junta de Controle, para fiscalizar a administração e cujas atribuições também constarão dos estatutos, sem prejuízo da fiscalização normal às fundações estabelecidas na lei civil.

Art. 3.º O Governo Federal concederá, anualmente, à Fundação Abrigo do Cristo Redentor, a subvenção de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00), para auxiliar a sua manutenção, obrigando-se a Fundação a receber e amparar, na medida de suas possibilidades, os mendigos e menores que lhe forem encaminhados pela autoridade pública.

Parágrafo único. Sem prejuízo da subvenção a que se refere este artigo, poderá o Governo Federal dar outros auxílios à Fundação para a ampliação das suas instalações ou a inauguração de novos estabelecimentos para o encaminhamento de menores, sendo outrossim facultado à Fundação contratar com entidades oficiais, mediante módica indenização, o internamento de menores, para cuja proteção haja dotação orçamentária própria.

Art. 4.º Fica assegurada à Fundação Abrigo do Cristo Redentor isenção de impostos e emolumentos federais, estaduais e municipais, para o funcionamento dos seus serviços de assistência, salvo os que incidirem sobre os atos de comércio que a Fundação praticar na colocação de sua produção industrial.

Art. 5.º As despesas decorrentes da execução desta lei, na importância de sete milhões oitocentos e vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e cinco cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 7.822.255,30), correrão, no corrente ano, à conta do crédito aberto, ao Ministério da Fazenda, pelo decreto-lei n. 5.294, de 2 de março de 1943, sendo:

a) Cr\$ 5.822.255,30 — para o pagamento da indenização prevista na alínea *b* do artigo 1.º; e

b) Cr\$ 2.000.000,00 — para a entrega da subvenção de que trata o art. 3.º, correspondente ao atual exercício.

Art. 6.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.761 — DE 19 DE AGOSTO DE 1943

Dispõe sobre a realização de um "Sweepstake" pela Associação Protetora do Turf, de Porto Alegre

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica a Associação Protetora do Turf, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, autorizada a extrair anualmente um "Sweepstake", de conformidade com o plano que for aprovado pelo diretor das Rendas Internas e cujas características serão as seguintes:

a) concorrência de tantos bilhetes quantos forem vendidos;

b) distribuição de 70% da importância produzida pela venda dos bilhetes ao preço do plano;

c) fixação da importância dos prêmios à razão de uma percentagem sobre o produto da venda dos bilhetes;

d) extração do sorteio no dia do Grande Prêmio, antes de sua disputa, atribuindo-se um número de bilhete a cada um dos cavalos inscritos, ainda mesmo que não confirmem a inscrição.

Art. 2.º A autorização constante deste decreto-lei é intransferível, vigorará pelo prazo de cinco anos e terá caráter regional, no sentido de que os bilhetes terão sua circulação adstrita ao território do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3.º A aprovação do plano mencionado no art. 1.º depende de ficar provada pelo concessionário a quitação dos impostos a que estiver sujeito.

Parágrafo único. O "Sweepstake" concedido à Associação Protetora do Turf, de Porto Alegre, está sujeito ao imposto a que se refere o art. 13, § 1.º, do decreto-lei n. 2.890, de 24 de janeiro de 1941.

Art. 4.º Aprovado o plano definitivo do sorteio, a Associação Protetora do Turf será responsável por sua execução e pagamento dos prêmios; mas a extração não se realizará sem que, até a ante-véspera do dia do sorteio, sejam depositados na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, mediante guia, 50% dos prêmios a distribuir.

Parágrafo único. Restituir-se-á o depósito, logo que satisfeitas as obrigações decorrentes do sorteio, por simples despacho do delegado fiscal exa-

rado no verso do conhecimento, que constituirá o comprovante da despesa e no qual o concessionário passará o recibo na forma da lei.

Art. 5.º Os prêmios deverão ser liquidados no prazo máximo de três (3) meses a contar da data do sorteio.

§ 1.º A falta de pagamento de qualquer dos prêmios importará na retenção do depósito até final liquidação das obrigações.

§ 2.º Ainda que ressarcida total ou parcialmente pelos cofres federais, à conta do depósito, a falta de pagamento de qualquer dos prêmios não excluirá a ação judicial para reparar perdas e danos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas.

Art. 6.º O diretor das Rendas Internas designará um funcionário para fiscalizar a realização do sorteio e extração dos prêmios.

Art. 7.º Observar-se-ão, quanto aos sorteios ora autorizados, no que lhes forem aplicáveis, as disposições do decreto-lei n. 2.980, de 1941.

Art. 8.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.762 — DE 19 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 para pagamento da 3.ª prestação de ações da Companhia Vale do Rio Doce S.A.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de oito milhões de cruzeiros (Cr\$ 8.000.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para ocorrer ao pagamento (Serviços e Encargos) da terceira (3.ª) prestação das ações da Companhia Vale do Rio Doce S.A., subscritas pelo mesmo Tesouro, na conformidade do art. 6.º (§ 2.º) do decreto-lei n. 4.352, de 1 de junho de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.763 — DE 19 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 50.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento

do Ministério da Viação e Obras Públicas (Anexo n. 20 do decreto-lei número 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

CONSIGNAÇÃO II. — MATERIAL DE CONSUMO

S/c. n. 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição, fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação
31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro

06 — Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte Cr\$ 50.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.764 — DE 19 DE AGOSTO DE 1943

Dispõe sobre a situação contratual das empresas de energia elétrica e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Enquanto não forem assinados os contratos a que se referem os arts. 202 do Código de Águas e 18 do decreto-lei n. 852, de 11 de novembro de 1938, os direitos e as obrigações das empresas de energia elétrica, coletivas ou individuais, continuarão a ser regidos pelos contratos anteriormente celebrados, com as derrogações expressas na presente lei.

§ 1.º A União substituirá automaticamente nesses contratos, desde a publicação desta lei, os Estados, o Distrito Federal, o Território do Acre e os Municípios, salvo quanto as obrigações e pagamentos decorrentes do fornecimento de energia elétrica para iluminação e outros serviços públicos ou de natureza local.

§ 2.º Até o máximo de seis meses, após a publicação desta lei, a fiscalização desses contratos permanecerá a cargo das autoridades que a exerciam anteriormente, cessando mediante simples comunicação do Ministério da Agricultura às mesmas autoridades e às empresas interessadas, a menos que se proceda a delegação prevista no parágrafo seguinte.

§ 3.º Mediante delegação expressa e poderes definidos, a União poderá fiscalizar a execução dos mencionados contratos, por intermédio das autori-

dades neles referidas, cumprindo-lhe pagar, aos Estados, ao Distrito Federal, ao Território do Acre e aos Municípios, a parte que convencionar da quota de fiscalização, assistência técnica e estatística, a que refere a letra *b* do art. 3.º do decreto-lei n. 2.281, de 5 de junho de 1940. A delegação de que se trata será dada sob proposta do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, ou com sua prévia audiência.

Art. 2.º Estão igualmente sujeitas a esta lei as empresas termoeletricas compreendidas nos arts. 10 e 11 do decreto-lei n. 2.281, de 5 de junho de 1940.

Art. 3.º As limitações ou derrogações em contratos anteriormente celebrados com as empresas de que tratam os artigos 1.º e 2.º se consideram neles introduzidas implicitamente por força da presente lei e versarão:

- a) Sobre os prazos, que constarão dos novos contratos;
- b) Sobre as zonas de fornecimento, que poderão ser modificadas, se o interesse público assim o exigir;
- c) Sobre a fiscalização das empresas, a ser exercida na forma do Código de Águas e leis subsequentes;
- d) Sobre as condições futuras da exploração.

Parágrafo único. Nas derrogações ou limitações referidas neste artigo, ficam, em qualquer caso, plenamente garantidas às empresas:

- a) a integridade do capital investido, reconhecido em função exclusiva e permanente da indústria;
- b) a remuneração do mesmo capital, em conformidade com o disposto no artigo 147 da Constituição e nos termos do § 3.º do artigo 5.º da presente lei.

Art. 4.º O direito à reversão, gratuita ou onerosa, é mantido, nos termos em que estiver assegurado em contrato anterior.

Parágrafo único. Para a execução deste artigo, os Estados, o Distrito Federal, o Território do Acre e os Municípios deverão, no prazo de cento e vinte dias, a partir da publicação desta lei, comunicar ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica quais as reversões que lhes cabem.

Art. 5.º Até a assinatura dos novos contratos, as empresas de que trata o presente decreto-lei poderão ter, a título precário, os seus preços de fornecimento modificados, a critério exclusivo do Governo e mediante requerimento, devidamente fundamentado e por elas dirigido ao Ministro da Agricultura.

§ 1.º Será permitida a modificação do sistema de taxaço, da forma de cobrança e do valor dos preços em vigor, na data da promulgação do Código de Águas, sendo vedado estabelecer distinção entre consumidores da mesma classe e em iguais condições de utilização do serviço.

§ 2.º Os novos preços de fornecimento serão fixados pela Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, pelo critério de semelhança, atendidas a razoabilidade de seus valores e as novas classes de consumidores.

§ 3.º Quer as modificações permitidas por este artigo, quer os resultados financeiros da exploração serão considerados para, após a determinação do capital a remunerar, serem levados em conta na remuneração garantida pela letra *b* do parágrafo único do art. 3.º e desde a data em que se tornar efetiva a fiscalização de que trata a letra *c* do mesmo artigo.

Art. 6.º Sob pena de nulidade, a propriedade das empresas só poderá ser transferida, por qualquer motivo, com aprovação prévia do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Parágrafo único. No caso de sucessão *mortis causa* ou de execução judicial, só depois da aprovação exigida neste artigo, será passado ao adquirente o título de propriedade.

Art. 7.º Os Estados, Municípios e quaisquer entidades oficiais ou particulares que realizem aproveitamentos hidráulicos ou explorem, direta ou indiretamente, a indústria hidro ou termoeleétrica, em qualquer de suas fases, ficam sujeitos, no que lhes couber, ao disposto nesta lei.

Art. 8.º Os contratos a que se refere o art. 1.º, e os firmados pelas empresas de que trata o art. 2.º, bem como quaisquer simples termos assinados pelos Poderes Públicos com as empresas respectivas, deverão ser levados por estas, em duas vias e, no prazo de três (3) meses, ao conhecimento do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, onde serão registrados.

Parágrafo único. Em igual prazo, as empresas que exploram a indústria da eletricidade, sem contrato, deverão dar conhecimento da sua situação ao mesmo Conselho e do último contrato ou termo que, para seu funcionamento, houverem celebrado com o Poder Público.

Art. 9.º As dúvidas que surgirem na execução desta lei, serão submetidas ao exame do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, ao qual incumbirá dirimi-las, por meio de instruções ou resoluções, e, quando necessário, submetê-las, em exposição de motivos, à consideração do Presidente da República.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.765 — DE 20 DE AGOSTO DE 1943

Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 5.036 de 4 de dezembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado, até o encerramento do exercício de 1944, a vigência do crédito especial aberto pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, pelo decreto-lei n. 5.036, de 4 de dezembro de 1942, para ocorrer às despesas (Serviços e Encargos) com a remoção do casco do vapor "Britt-Marie", submerso no porto de Santos, e cujo período de vigência se estende ao exercício de 1943.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.766 — DE 20 DE AGOSTO DE 1943

Dá providências sobre a construção de silos por parte dos moinhos importadores de trigo, para beneficiamento em território nacional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando que a prática já demonstrou a conveniência de estarem os moinhos importadores de trigo em grão aparelhados de silos capazes de armazenar o grão necessário a uma moagem ininterrupta, pelo período de um (1) ano;

Considerando ainda que o trigo assim armazenado permitirá uma maior segurança no controle do consumo nacional, assim nas eventualidades de um provável racionamento, como no custo da venda da farinha, decreta:

Art. 1.º Ficam todos os moinhos importadores de trigo, sediados no território da República, obrigados a possuir o número de silos necessários ao armazenamento de trigo em grão, correspondente ao consumo de um (1) ano em farinha.

Parágrafo único. Essa obrigação será atribuída a cada moinho proporcionalmente à capacidade de moagem de sua maquinaria, conforme os dados registrados no Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas, deduzida a aparelhagem de armazenamento em silos atualmente existentes.

Art. 2.º Cada silo previsto no artigo anterior terá a capacidade que a experiência aconselha nos diferentes países detentores de organização similar, a juízo do Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas.

Art. 3.º Para o cumprimento deste decreto-lei contarão os moinhos com um prazo de três anos, concedendo-se o de cento e vinte dias para o início das obras, a partir da publicação deste decreto-lei.

Art. 4.º Compete ao Ministério da Agricultura a aprovação prévia dos projetos e orçamentos, a fiscalização das construções dos silos e ainda a distribuição, em cada caso, do programa de instalações de modo a que cada ano se avance para a capacidade total de armazenamento, na proporção mínima de 1/3.

Art. 5.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 5.767 — DE 23 DE AGOSTO DE 1943

Autoriza nova prorrogação do contrato de exploração do serviço da Loteria Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a conceder nova prorrogação, até seis (6) meses, do prazo do vigente contrato de exploração do serviço da Loteria Federal, obrigando-se o atual concessionário ao pagamento mínimo da contribuição mensal (cota fixa e imposto de 5% sobre as emissões),

da importância de dois milhões, quinhentos e quarenta e dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.542.000,00).

Parágrafo único. Se, entretanto, for firmado contrato para o novo quinquênio, dentro do prazo referido neste artigo, cessará desde então a prorrogação ora autorizada.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.768 — DE 23 DE AGOSTO DE 1943

Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito de Cr\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos cruzeiros), suplementar à Verba que indica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Guerra, (Anexo n. 15 do Orçamento Geral da União) o crédito de Cr\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

M. J. Pinto Guedes.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.769 — DE 23 DE AGOSTO DE 1943

Cria o 14.º Batalhão de Engenharia, com sede em Campina Grande, Estado da Paraíba

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É criado, para instalação imediata, com sede em Campina Grande, Estado da Paraíba, o 14.º Batalhão de Engenharia, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

M. J. Pinto Guedes.

da importância de dois milhões, quinhentos e quarenta e dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.542.000,00).

Parágrafo único. Se, entretanto, for firmado contrato para o novo quinquênio, dentro do prazo referido neste artigo, cessará desde então a prorrogação ora autorizada.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.768 — DE 23 DE AGOSTO DE 1943

Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito de Cr\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos cruzeiros), suplementar à Verba que indica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Guerra, (Anexo n. 15 do Orçamento Geral da União) o crédito de Cr\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

M. J. Pinto Guedes.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.769 — DE 23 DE AGOSTO DE 1943

Cria o 14.º Batalhão de Engenharia, com sede em Campina Grande, Estado da Paraíba

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É criado, para instalação imediata, com sede em Campina Grande, Estado da Paraíba, o 14.º Batalhão de Engenharia, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

M. J. Pinto Guedes.

DECRETO-LEI N. 5.770 — DE 23 DE AGOSTO DE 1943

Cria o 1.º Batalhão de Fronteira, com sede em Cascavel, Estado do Paraná

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É criado, para instalação imediata, com sede em Cascavel, Estado do Paraná, o 1.º Batalhão de Fronteira, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

M. J. Pinto Guedes.

DECRETO-LEI N. 5.771 — DE 23 DE AGOSTO DE 1943

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a realizar a permuta dos terrenos que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do artigo 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º A permuta autorizada pelo decreto-lei n. 4.242, de 9 de abril de 1942, do terreno com as respectivas benfeitorias, situado à Avenida Vieira Souto, junto e antes do n. 276 e do terreno da Avenida Rui Barbosa, far-se-á, com aumento da área do primeiro para 1.582,04, m2, e redução para 3.894,00 m2, da área do último, que terá as seguintes características: — 48,00 m de testada pela Avenida Rui Barbosa, sendo 26,70 m em segmento reto e 21,30 m em segmento curvo de raio de 85,00 m confrontando pelo lado direito (este em linha reta de 88,25 m formando ângulo reto (90º) com a avenida Rui Barbosa) com terreno próprio municipal de 16,30 m de testada; pelo lado esquerdo com 2 segmentos retos de 36,65 m e 41,00 m da frente para os fundos respectivamente, com terrenos aforados ao Clube de Regatas do Flamengo e do Domínio da União; e pelos fundos, pelas vertentes, composto de 4 segmentos retos de 21,32m, de 15,00m, de 21,20m e de 25,00m a partir da direita para a esquerda; tudo de acordo com a planta junta ao processo n. 2.395-FSE-43 da Secretaria Geral de Finanças.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.772 — DE 24 DE AGOSTO DE 1943

Autoriza o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários a custear, até o prazo máximo de um ano, a internação, em estabelecimentos especializados, dos seus segurados portadores de tuberculose pulmonar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários autorizado a custear, até o prazo máximo de um ano, a internação, em estabelecimentos especializados, dos seus segurados portadores de tuberculose pulmonar, observado, porém, o disposto no § 2.º do art. 62 do decreto n. 54, de 12 de setembro de 1934.

Art. 2.º Os segurados que, à data da publicação do presente decreto-lei, já estiverem internados por conta do Instituto, continuarão a gozar dessa vantagem, até perfazerem o prazo máximo a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.773 — DE 24 DE AGOSTO DE 1943

Modifica dispositivos do decreto-lei n. 4.352, de 1 de julho de 1942, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 6.º do decreto-lei n. 4.352, de 1 de julho de 1942, em seus §§ 4.º, 5.º e 6.º passa a ter a seguinte redação:

“§ 4.º À Diretoria, que será composta de um (1) Presidente e um (1) Diretor Vice-Presidente, ambos de nacionalidade brasileira e três (3) Diretores, sendo dois (2) de nacionalidade norte-americana, compete a administração permanente dos negócios sociais e a execução das deliberações próprias e as da Assembléia Geral.

§ 5.º A Companhia será dividida em três Departamentos: o da Estrada de Ferro Vitória-Minas, o das Minas de Itabira e o de Obras.

§ 6.º Os Departamentos serão administrados por Superintendentes.”

Art. 2.º A cidade do Rio de Janeiro é o domicílio da Companhia, para todos os efeitos jurídicos, e o lugar de sua sede administrativa é a cidade de Presidente Vargas, no Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. Enquanto não estiverem concluídos os serviços de reconstrução da Estrada de Ferro Vitória-Minas e o aparelhamento das Minas de Itabira, a sede administrativa da Companhia será a cidade do Rio de Janeiro.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A: de Sousa Costa.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.774 — DE 24 DE AGOSTO DE 1943

Dispõe sobre a aposentadoria de Sílvio Pinheiro Guimarães

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e tendo em vista o que consta do processo número 2.451, de 1943, do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde, decreta:

Artigo único. É tornado sem efeito o decreto de 15 de junho de 1943, que exonerou Sílvio Pinheiro Guimarães do cargo, em comissão, de Assistente, padrão I, da cadeira de Patologia Geral, da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, do Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, ficando êle aposentado no referido cargo, com provento integral, a partir de 17 de junho de 1943, data da publicação do referido decreto.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.775 — DE 26 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 3.500.000,00, para despesas decorrentes da subscrição compulsória das "Obrigações de Guerra"

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de três milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 3.500.000,00), para atender às despesas (Serviços e Encargos) de qualquer natureza atinentes aos serviços de subscrição compulsória das "Obrigações de Guerra" mandadas emitir pelo decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942.

Art. 2.º O crédito a que se refere o artigo precedente será distribuído ao Tesouro Nacional, à disposição do ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, que autorizará, em cada caso, os pagamentos ou adiantamentos julgados necessários.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.776 — DE 26 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 1.400.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de um milhão e quatrocentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.400.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue :

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de consumo

S/c. 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos material de classificação

04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional

03 — Divisão do Material..... Cr\$ 1.400.000,00

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo se destina à Divisão do Imposto de Renda.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.777 — DE 26 DE AGOSTO DE 1943

Dispõe sobre as desapropriações e liquidações decorrentes da execução do decreto-lei n. 4.807, de 7 de outubro de 1942, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Na medida de defesa econômica, facultada pelo art. 5.º do decreto-lei n. 4.807, de 7 de outubro de 1942, acham-se incluídas :

a) as pessoas jurídicas organizadas de conformidade com as leis brasileiras, mas subordinadas administrativa ou financeiramente, mesmo de modo indireto,

a empresas alemãs, italianas ou japonesas, situadas nos países de origem ou em qualquer outro país;

b) as pessoas naturais ou jurídicas brasileiras que mantenham com súditos do Eixo, pessoas naturais ou jurídicas domiciliadas dentro ou fora do país, entendimentos considerados contrários à segurança nacional.

§ 1.º As liquidações ou desapropriações que tiverem de ser efetuadas por força d'este decreto-lei dependerão sempre, de acordo com o art. 3.º do decreto-lei n. 5.661, de 12 de julho de 1943, de decreto do Presidente da República.

§ 2.º O produto da venda, em concorrência pública ou administrativa, dos bens ou direitos desapropriados ou do ativo liquidado será levado ao Fundo de Indenizações no caso da letra a, ou depositado no Banco do Brasil S.A. em conta especial que somente poderá ser movimentada na forma estabelecida pelo decreto-lei n. 3.911, de 9 de dezembro de 1941, no caso da letra b.

§ 3.º A liquidação poderá ser sobreestada se os detentores de ações nominativas ou ao portador, ou de cotas ou outros direitos sociais alienarem seus títulos e direitos a terceiros, pessoas naturais ou jurídicas, que solicitarem e obtiverem autorização para adquiri-los, ficando o preço depositado conforme o disposto no parágrafo anterior.

Art. 2.º As desapropriações de patentes e marcas de fábricas reclamadas pela defesa econômica do país, nos termos do § 1.º do artigo anterior e do art. 4.º do decreto-lei n. 4.807, serão processadas administrativamente pelo Banco do Brasil S.A., devendo a indenização ser depositada depois da alienação dos bens ou direitos desapropriados ou de sua incorporação ao patrimônio da União.

Art. 3.º As desapropriações por utilidade pública de bens de súditos do Eixo ou de pessoas jurídicas, nacionais ou estrangeiras, sujeitas ao disposto neste decreto-lei, prosseguirão de conformidade com as leis respectivas, cabendo, porém, ao Banco do Brasil S.A. resolver se o preço depositado deve ou não ser recolhido ao Fundo de Indenizações ou ao depósito especial, indicados no § 2.º do art. 1.º.

Art. 4.º Os fiscais, administradores e liquidantes, nomeados para execução do disposto na letra a do art. 4.º do decreto-lei n. 4.807, exercerão suas funções com os poderes e pela forma que forem indicados nas instruções que do Banco do Brasil S. A. receberem de acordo com as circunstâncias.

Parágrafo único. As vantagens a que tenham direito serão pagas pelo Banco do Brasil S.A. ao qual serão recolhidas, pelas respectivas empresas, as importâncias correspondentes.

Art. 5.º Para boa execução do decreto-lei n. 5.661, de 12 de julho de 1943, caberá ao Banco do Brasil S.A. as faculdades constantes do parágrafo único do art. 7.º do decreto-lei n. 4.807, de 7 de outubro de 1942.

Art. 6.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.778 — DE 26 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica o crédito suplementar de Cr\$ 3.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de três mil cruzeiros (Cr\$ 3.000,00) em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (Anexo 8 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 2 — Material

Consignação II — Material de Consumo

S/c 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e viaturas; artigos da iluminação..... Cr\$ 3.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.779 — DE 26 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 530.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de quinhentos e trinta mil cruzeiros (Cr\$ 530.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n. 16 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 2 — Material

Consignação II — Material de Consumo

S/c. 22 — Gêneros de alimentação e de dieta; alimentos preparados; animais para corte; gêlo; artigos para fumantes

04 — Departamento de Administração

03 — Divisão do Material Cr\$ 530.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.780 — DE 27 DE AGOSTO DE 1943

Dispensa a exigência do "lote corrido" no financiamento do algodão

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando que na safra algodoeira de 1943 a percentagem de tipos baixos (inferiores à base) será de apenas dez (10) a doze (12) por cento, decreta:

Art. 1.º Fica dispensada a exigência do "lote corrido" a que se refere o art. 2.º do decreto-lei n. 5.581, de 17 de junho de 1943.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.781 — DE 27 DE AGOSTO DE 1943

Derroga o decreto-lei n. 5.751, de 16 de agosto de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam revogados os §§ 1.º e 2.º do art. 2.º do decreto-lei número 5.751, de 16 de agosto de 1943.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho

DECRETO-LEI N. 5.782 — DE 30 DE AGOSTO DE 1943

Regula a situação do servidor do Estado desaparecido em naufrágio, acidente, ou em qualquer ato de guerra ou de agressão à soberania nacional.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição; decreta:

Art. 1.º Ao cônjuge sobrevivente e, na falta deste, aos herdeiros, ou beneficiários do servidor do Estado desaparecido em naufrágio, acidente, ou em qualquer ato de guerra ou de agressão à soberania nacional, será pago, durante o prazo de três meses, a título de pensão provisória, o vencimento, remuneração, ou salário, do cargo, ou da função, de que era aquele ocupante, e, a título de auxílio, o respectivo provento, se o servidor estiver em disponibilidade ou aposentado.

Art. 2.º A prova do desaparecimento será feita mediante a declaração, devidamente datada, assinada e autenticada, da companhia de transporte terrestre, marítimo, ou aéreo, então utilizado.

Art. 3.º Decorrido o prazo a que alude o artigo 1.º sem que do servidor se tenha notícia, será ele considerado desaparecido para efeito exclusivo da vacância do cargo, ou da função, de que era ocupante, e do pagamento de pensão, montepio, ou quaisquer benefícios de instituições de previdência social, estabelecidos por lei, exceto pecúlio e seguro.

Parágrafo único. O pagamento de pecúlio, ou de seguro, somente poderá ser feito depois de decorrido um ano contado da data da declaração a que se refere o artigo 2.º.

Art. 4.º Reaparecendo o servidor, cessarão, desde logo, os pagamentos que estiverem sendo feitos, dispensando-se o cônjuge, herdeiros, ou beneficiários da restituição de qualquer importância àquele título recebida.

§ 1.º Deverá o servidor, se o requerer dentro de sessenta (60) dias da data do seu reaparecimento, ser reintegrado, ou readmitido, em cargo, ou em função, equivalente ao de que era ocupante, ou voltar à situação anterior ao evento, de aposentado ou em disponibilidade, com direito à contagem de tempo para todos os efeitos e ao recebimento da diferença, verificada entre as importâncias pagas nos termos do art. 3.º e o vencimento, remuneração, salário, ou provento correspondente ao período em que esteve desaparecido.

§ 2.º O seguro, ou o pecúlio, porventura pago (parágrafo único do art. 3.º), não será restituído, considerando-se, porém, o servidor, na hipótese do parágrafo anterior, novamente segurado do I. P. A. S. E., ou de outra entidade de previdência social congênera, de acordo com a respectiva legislação em vigor.

Art. 5.º Para efeito do respectivo provimento, considerar-se-á aberta a vaga na data da declaração a que se refere o artigo 2.º.

Art. 6.º Os fatos ocorridos antes desta lei estão subordinados às suas normas, providenciando-se o pagamento da pensão, montepio, ou benefícios a que se refere o art. 3.º, a contar do dia que constar da declaração da companhia de transporte.

Art. 7.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

M. J. Pinto Guedes.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Osvaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Guêstavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.783 — DE 30 DE AGOSTO DE 1943

Altera as carreiras de Maquinista Marítimo e Motorista do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição; decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, conforme as tabelas e relação nominal anexas, as carreiras de Maquinista Marítimo e Motorista, do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

M. J. Pinto Guedes.

MINISTÉRIO DA GUERRA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
							<i>Motorista</i>				
2	Motorista	F	—	—	Q.S.	2	F	—	—	
12	Motorista	E	—	—	Q.S.	12	E	—	—	
27	Motorista	D	—	—	Q.S.	27	D	—	—	
2	Motorista	C	—	—	Q.S.	2	C	—	—	

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
3	Maquinista Marítimo	H	—	1	Q.S.	3	Maquinista Marítimo	H	—	1	
3	Maquinista Marítimo	G	—	—	Q.S.	3	G	—	—	
2	Maquinista Marítimo	F	—	—	Q.S.	2	F	—	—	
1	Maquinista Marítimo	D	—	—	Q.S.	2	D	—	—	
1	Motorista	D	—	—	Q.S.						

DECRETO-LEI N. 5.784 — DE 30 DE AGOSTO DE 1943

Incorporação da E. F. Maricá à E. F. Central do Brasil

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica a Estrada de Ferro Maricá incorporada à Estrada de Ferro Central do Brasil.

Parágrafo único. O Ministério da Viação e Obras Públicas, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, providenciará para a imediata organização do inventário dos bens que integram o patrimônio da Estrada a ser concluído até a data de sua transferência à Estrada de Ferro Central do Brasil.

Art. 2.º O pessoal constante das tabelas numéricas de mensalistas e diaristas da E. F. Maricá passará a integrar as respectivas tabelas numéricas da E. F. Central do Brasil, que, pelo seu Serviço do Pessoal (S.R.P. — 1), procederá à necessária revisão, de modo a garantir ao pessoal da estrada incorporada seus direitos e vantagens relativamente à antiguidade de referência.

Art. 3.º Ficam extintas as tabelas numéricas, ordinária e suplementar, do pessoal extranumerário-diarista e mensalista, da E. F. Maricá.

Art. 4.º Fica extinto no Quadro I, do Ministério da Viação e Obras Públicas, o cargo, padrão P, de Diretor da E. F. Maricá, em comissão.

Art. 5.º Ficam transferidos para a E. F. Central do Brasil os saldos das dotações orçamentárias e de todos os créditos concedidos à E. F. Maricá, no exercício corrente, assim como os compromissos assumidos por esta última Estrada, cabendo à Estrada incorporadora a obrigação de recolher regularmente, ao Tesouro Nacional, toda a renda que venha a ser arrecadada no presente exercício pela E. F. Maricá.

Art. 6.º A partir de 1 de janeiro de 1944, a Estrada de Ferro Central do Brasil aplicará as rendas industriais arrecadadas na E. F. Maricá diretamente no custeio da exploração.

Art. 7.º O presente decreto-lei entrará em vigor a partir do dia 1.º do mês seguinte ao de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.785 — DE 30 DE AGOSTO DE 1943

Altera os padrões de vencimento dos cargos de Tesoureiro e Ajudante de Tesoureiro das Diretorias Regionais dos Correios e Telégrafos do Rio Grande do Sul e do Paraná e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alterados, de acordo com as tabelas anexas, os padrões de vencimento dos cargos de Tesoureiro e Ajudante de Tesoureiro das Di-

retorias Regionais dos Correios e Telégrafos do Rio Grande do Sul e do Paraná, do Quadro III — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas, e transferido para a Parte Suplementar do mesmo Quadro e Ministério o atual cargo de Tesoureiro, padrão J, da Diretoria Regional do Paraná.

Art. 2.º Para atender, no período de 1 de setembro a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com a execução dêste decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Viação e Obras Públicas (Anexo n. 20 do Orçamento Geral da União para 1943), o crédito suplementar de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 3.º Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
QUADRO III — PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
1	Tesoureiro (Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Rio Grande do Sul).	H	—	1	P.P.	1	Tesoureiro (Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Rio Grande do Sul).	I	—	1	Vagos a serem providos à medida que forem extintos os correspondentes da P.S.
5	Ajudante de Tesoureiro (Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Rio Grande do Sul).	D	—	4	P.P.	5	Ajudante de Tesoureiro (Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Rio Grande do Sul).	E	—	4	
						1	Tesoureiro (Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Paraná).	H	—	1	
5	Ajudante de Tesoureiro (Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Paraná).	F	—	5	P.P.	5	Ajudante de Tesoureiro (Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Paraná).	D	—	5	

PARTE SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
1	Tesoureiro (Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Paraná).	J	—	—	P.P.	1	Tesoureiro (Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Paraná).	J	—	—	Extinto quando vagar.

DECRETO-LEI N. 5.786 — DE 30 DE AGOSTO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de dez milhões de cruzeiros (Cr\$ 10.000.000,00), em reforço à Verba 5 — Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis, do vigente orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas (Anexo n. 20 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 5 — OBRAS, DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Consignação I — Obras

S/c. 02 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização: instalações, aparelhamento e equipamento em obras concluídas.

01 — Prosseguimento de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização.

14 — Comissão Construtora de Estradas de Ferro no Sul do País.

d) Prosseguimento da construção da Estrada de Ferro Rio Negro a Caxias Cr\$

10.000.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.787 — DE 30 DE AGOSTO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 26.400,00

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde (Anexo 13 do Orçamento Geral da União para 1943), o crédito de Cr\$ 26.400,00 (vinte e

seis mil e quatrocentos cruzeiros), complementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.788 — DE 31 DE AGOSTO DE 1943

Dispõe sobre a vigência dos créditos extraordinários

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os créditos extraordinários terão a duração que a lei determinar e, no caso de omissão, a de um exercício.

Art. 2.º Este decreto-lei é considerado em vigor a partir de 1. de janeiro de 1943.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1943, 122.º de Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.789 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1943

Autoriza a emissão de "Letras do Tesouro"

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a emitir até o limite de um bilhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000.000,00) "Letras do Tesouro", vencíveis em cento e oitenta (180) dias.

Art. 2.º Os títulos terão o valor nominal de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00) ou um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), ao portador, e vencerão juros de três por cento (3 %) ao ano.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.790 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 40.040,50 para pagamento de indenizações decorrentes de requisições

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de quarenta mil e quarenta cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 40.040,50), para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) de indenizações julgadas procedentes pela Comissão Central de Requisições e relacionadas no processo n. 66.321-43, do Tesouro Nacional.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.791 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1943

Cria uma coletoria federal no município de Sertãoópolis, no Estado do Paraná, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no decreto-lei n. 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais no município de Sertãoópolis, Estado do Paraná.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda 1 (um) cargo de "Coletor, classe C" e (um) cargo de "Escrivão, classe B".

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente deste decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de seis mil cruzeiros (Cr\$ 6.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n. 14, do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

S/c. n. 01 — Pessoal Permanente	Cr\$ 1.600,00
S/c. n. 02 — Percentagens	Cr\$ 4.400,00
	<hr/>
	Cr\$ 6.000,00

Art. 4.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.792 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 100.000,00 para as despesas com a Missão confiada ao Capitão de Mar e Guerra Braz Dias de Aguiar.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), que será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, para atender às despesas (Serviços e Encargos) decorrentes da Missão confiada ao Capitão de Mar e Guerra Braz Dias de Aguiar, relacionada com a execução do "Protocolo de Paz, Amizade e Limite" entre as Repúblicas do Equador e do Perú.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Osvaldo Aranha.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.793 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1943

Suspende a intervenção do Governo Federal na Empresa de Navegação Hoepcke S. A.

O Presidente da República, atendendo ao que lhe propôs o Ministro da Viação e Obras Públicas na exposição de motivos n. 140/SSV, de 29 de julho de 1943, e usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suspensa a intervenção do Governo Federal na Empresa de Navegação Hoepcke S.A., que faz parte do patrimônio da firma Carlos Hoepcke S.A. Comércio e Indústria, de que tratam os decretos-leis ns. 4.576 e 4.690, respectivamente, de 12 de agosto e 15 de setembro de 1942.

Art. 2.º O Ministério da Viação e Obras Públicas, por intermédio da Comissão de Marinha Mercante, providenciará, dentro de trinta (30) dias a partir da data da publicação do presente decreto-lei, no sentido de serem to-

madas, em colaboração com o interventor na referida empresa, tôdas as providências para o cumprimento do que nêle se dispõe.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.794 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 2.145.120,00 para reparação de navio da frota do Serviço de Navegação da Baía do Prata.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de dois milhões, cento e quarenta e cinco mil e cento e vinte cruzeiros (Cr\$ 2.145.120,00), para atender às despesas (Serviços e Encargos) com a reparação do navio-motor "Paraguai", da frota do Serviço de Navegação da Baía do Prata.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.795 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1943

Concede pensão especial à viúva do capitão da Polícia Militar do Distrito Federal, Ildefonso Coimbra

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida a Maria Isabel de Castro Coimbra, viúva do capitão da Polícia Militar do Distrito Federal, Ildefonso Coimbra, assassinado em serviço em 11 de fevereiro de 1928, uma pensão mensal de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) correspondente a dois terços (2/3) do vencimento do posto que tinha a vítima ao falecer.

Parágrafo único. A pensão especial a que se refere este artigo substitue as de montepio comum e meio-soldo em cujo gozo se encontra a viúva

interessada e será abonada a partir do mês de agosto de 1943, inclusive, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.796 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1943

Altera disposições do decreto-lei n. 4.521, de 24 de julho de 1942, que reorganizou a Comissão Nacional do Gasôgênio

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação, nas partes indicadas, o decreto-lei n. 4.521, de 24 de julho de 1942:

Art. 2.º

j) aplicar as sanções previstas no art. 11, parágrafo único, e no art. 12, parágrafo único, deste decreto-lei.

Art. 7.º Mediante acôrdo com os Estados e Municípios, a C.N.G. organizará, quando necessário, subcomissões estaduais e municipais, compostas de funcionários das respectivas repartições e de outras pessoas idôneas escolhidas pela C.N.G.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolonio Sales.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.797 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 30.600,00 para pagamento de salários

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos cruzeiros), para pagamento dos salários devidos a Álvaro de Paula Pontes, Ailda Faria da Silva

Pereira, Maria Nasser, Otávia Braga de Almeida e Helena Cardoso Pereira, pelos serviços que prestaram em 1941, como coadjuvantes de ensino, na Escola Ana Neri da Universidade do Brasil.

Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.798 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.726,20, para pagamento de gratificação por serviços extraordinários

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.726,20 (cinco mil setecentos e vinte e seis cruzeiros e vinte centavos), para ocorrer ao pagamento de gratificações por serviços extraordinários prestados, nos Cursos Noturnos, em 1940, pelo pessoal administrativo das Escolas Técnicas de Belo Horizonte e de Curitiba e da Escola Industrial de Teresina.

Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 5.799 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1943

Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Marinha

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Marinha, a função gratificada de Chefe de Portaria do Estado Maior da Armada.

Parágrafo único. A função gratificada a que se refere o presente artigo será exercida por contínuo ou, na falta d'este, por servente, escolhido e designado pelo respectivo Chefe, se na referida repartição estiver lotado, ou mediante prévia autorização do Ministro de Estado, se estiver lotado em outro órgão do mesmo Ministério.

Art. 2.º Fica fixada em Cr\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos cruzeiros) anuais a gratificação de função a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º Para atender, no período de 1 de setembro a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com o disposto neste decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Marinha (anexo n.º 17 do Orçamento Geral da União para 1943) o crédito de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros) suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções Gratificadas.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.800 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1943

Cria função gratificada no Ministério da Agricultura e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, a função gratificada de Chefe de Portaria da Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Parágrafo único. A função gratificada a que se refere este artigo será exercida por contínuo ou, na falta deste, por servente, escolhido e designado pelo respectivo Diretor, se na referida Divisão estiver lotado, ou mediante prévia autorização do Ministro de Estado, se estiver lotado em outro órgão do mesmo Ministério.

Art. 2.º Fica fixada em Cr\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos cruzeiros) anuais a gratificação de função a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º Para atender, no período de 1 de setembro a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com a execução deste decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Agricultura (anexo n.º 12 do Orçamento Geral da União para 1943) o crédito de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros) suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções Gratificadas.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.801 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1943

Considera de interesse militar a Expedição Roncador-Xingú

O Presidente da República, em face da Exposição de Motivos apresentada pelo Ministro de Estado da Guerra e considerando a elevada finalidade com que foi organizada a Expedição Roncador-Xingú, decreta:

Artigo único. E' considerada de interesse militar, para fins de direito a Expedição Roncador-Xingú, organizada pela Coordenação da Mobilização Econômica.

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

M. J. Pinto Guedes.

DECRETO-LEI N. 5.802

Não foi ainda remetido à publicação.

DECRETO-LEI N. 5.803 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1943

Cria funções gratificadas no Ministério da Agricultura e dá outras providências

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, treze funções gratificadas de Chefe de Posto de Defesa Sanitária Vegetal, dos Postos de Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, São Salvador, Rio de Janeiro, Santos, São Francisco, Porto Alegre, Rio Grande, Uruguaiana, Santana do Livramento e Corumbá, da Secção de Fiscalização Fitossanitária, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal.

Art. 2.º Fica fixada em Cr\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos cruzeiros) anuais a gratificação de função a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º Para atender, no corrente exercício, à despesa com o disposto neste decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Agricultura (anexo n. 12 do Orçamento Geral da União para 1943) o crédito de Cr\$ 19.500,00 (dezenove

mil e quinhentos cruzeiros), complementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções Gratificadas.

Art. 4.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 9 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.804 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1943

Abre ao Conselho Federal de Comércio Exterior o crédito suplementar de Cr\$ 20.000,00, à verba que especifica, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Conselho Federal de Comércio Exterior (Anexo n. 6 do decreto-lei número 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. n. 40 — Ligeiros reparos, consertos e conservação de bens móveis e imóveis.

01 — Ligeiros reparos em edifícios, consertos e conservação de bens imóveis

Cr\$ 20.000,00

Art. 2.º Fica sem aplicação, no atual orçamento do mesmo Conselho, a importância de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00), consignada na Verba 4 — Eventuais, Consignação I — Diversos, s/c. 01 — Despesas imprevistas não constantes das tabelas.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.805 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 157.164,00, para classificação de despesa

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de cento e cinqüenta e sete mil, cento e sessenta e quatro cruzeiros (Cr\$ 157.164,00), que será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, para classificação das despesas (Serviços e Encargos) decorrentes da viagem da Embaixada que foi ao Paraguai para representar o Governo brasileiro na posse do novo Presidente daquela República.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.806 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1943

Abre ao Departamento de Imprensa e Propaganda o crédito especial de Cr\$ 5.760,00, para pagamento de diferença de vencimentos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Departamento de Imprensa e Propaganda o crédito especial de cinco mil setecentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 5.760,00), para atender, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1943, à despesa (Pessoal) com o pagamento de diferença de vencimentos aos seguintes funcionários:

	Cr\$
Manuel Vieira de Alencar Filho — sub-secretário, padrão K	2.400,00
Henrique Pongetti — redator, padrão H	960,00
José Getúlio Monteiro Júnior — redator, padrão H	960,00
Oswaldo Diniz Magalhães — técnico, padrão F	1.440,00
	<hr/>
	5.760,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.807 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1943

Estende à exportação para o estrangeiro o regime fiscal inerente à importação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º No processo do despacho das mercadorias exportadas para o estrangeiro serão observadas as mesmas formalidades do despacho de importação para consumo.

Parágrafo único. As divergências de qualidade, quantidade ou peso, verificadas no ato da conferência para embarque, incidem nas penalidades previstas para o despacho de importação, na conformidade das leis e regulamentos em vigor.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.808 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1943

Modifica o n. 10 da tabela do imposto do selo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O n. 10 da tabela anexa ao decreto-lei n. 4.655, de 3 de setembro de 1942, que dispõe sobre o imposto do selo, passa a vigorar com a seguinte redação:

“10. Autos e outros papéis forenses não especificados
no Distrito Federal e nos Territórios, por
fôlha Cr\$ 1,00

Nota

Estão isentas:

a) contra-fés de intimações;

b) notificação requerida por associado de cooperativa, nos termos do art. 18, parágrafo único, do decreto n. 22.239, de 19 de dezembro de 1932.”

Art. 2.º O disposto nesta lei aplica-se desde a data em que foi publicado o citado decreto-lei n. 4.655, de 3 de setembro de 1942, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.809 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1943

Cria uma Companhia de Metralhadora Motorizada na Polícia Militar do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É criada, para instalação imediata, na Polícia Militar do Distrito Federal, uma Companhia de Metralhadoras Motorizada.

Art. 2.º O efetivo da referida Corporação fica aumentado, em consequência, de mais um capitão, um primeiro tenente, quatro segundos tenentes, um primeiro sargento, um segundo sargento, dez terceiros sargentos, vinte e um cabos e cento e sessenta e um soldados, conforme quadro de organização e efetivo, anexo.

Art. 3.º Para atender, no corrente exercício, à despesa decorrente dêste decreto-lei, no período de 1 de outubro a 31 de dezembro, fica aberto, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de quinhentos e treze mil oitocentos e um cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 513.801,90), de acôrdo com a discriminação anexa.

Art. 4.º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DISCRIMINAÇÃO DO CRÉDITO SUPLEMENTAR A QUE SE REFERE
O DECRETO-LEI N. 5.809, DE 13 DE SETEMBRO DE 1943

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

01 — Pessoal Permanente

01 — Pessoal Militar

30 — Polícia Militar do Distrito Federal..... Cr\$ 176.121,90

Consignação IX — Etapas e Auxílios

36 — Etapas para alimentação

01 — Pessoal Militar Cr\$ 71.392,00

Total da verba 1 Cr\$ 247.513,90

VERBA 2— MATERIAL

Consignação II — Material de Consumo

28 — Vestuários, Uniformes e Equipamento; Artigos e Peças; Acessórios; Roupa de Cama e Mesa; Tecidos e Artefatos		
30 — Polícia Militar do Distrito Federal.....	Cr\$	266.288,00
Total do crédito	Cr\$	<u>513.801,90</u>

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA DE METRALHADORAS MOTORIZADA

Quadro de organização o efetivo

(Anexo ao decreto-lei n. 5.899, de 13-9-943)

DISCRIMINAÇÃO	OFICIAIS				PRAÇAS																						TOTAL				
	Capitão	1º Ten. — Intendente. Sec. — Ajudante	2º Tenente	SOMA	SARGENTOS						CAPOS				SOLDADOS																
					1.º Sargento	2.º Sargento arqui- vista	3.º Sargento com- de seção	3.º Sarg. material bélico	3.º Sargento fur- rial	SOMA	Cabo chefe de peça	Cabo material bé- lico	Cabo arquivista dactilógrafo	Cabo enfermeiro	Cabo mecânico	Cabo municionador	SOMA	Atrador	Municionador	Motociclista	Mecânico	Correiteiro	Tambor	Ordemanga	Ligeiro-moto	Armeiro		Arquivista dacti- lografo	Auxiliar de mate- rial bélico	Sindeiro obsar- vador	SOMA
Peça (2 matr. de mão).....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	2	3	2	—	—	—	—	—	—	—	8	
Peça matr. pesada.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	1	2	2	—	—	—	—	—	—	—	6	
Seção de Metr. de mão (2 peças).....	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	2	5	7	5	—	—	—	—	—	—	—	20	
Seção Metr. Pesada (2 peças).....	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	2	2	4	5	—	—	—	—	1	—	—	15	
Pelotão de metr. de mão (2 seções).....	—	—	1	—	—	—	2	—	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—	4	10	14	11	—	—	—	1	1	—	—	44	
Pelotão de metr. Pesadas (2 seções).....	—	—	1	—	—	—	2	—	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—	4	4	8	11	—	—	—	1	1	2	—	34	
Comando	1	1	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	2	2	—	—	—	7
3 Pel. de Metr. mão.....	—	—	3	3	—	—	6	—	—	6	12	—	—	—	—	—	—	—	12	30	42	32	—	—	—	3	3	—	—	—	132
1 Pel. Metr. Pesadas.....	—	—	1	1	—	—	2	—	—	2	4	—	—	—	—	—	—	—	4	4	8	11	—	—	—	1	1	2	—	—	34
Seção																															
Grupo Comando	—	—	—	—	1	—	—	—	1	2	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	1	—	3	1	2	—	—	—	—	2	12
Extra.																															
Grupo T. C.	—	—	—	—	—	1	—	1	—	2	—	1	1	—	1	1	4	—	4	1	2	—	—	—	—	—	1	1	—	15	
Efetivo da Companhia.....	1	1	4	6	1	1	8	1	1	12	15	1	1	1	1	1	21	34	54	47	2	3	1	8	6	2	1	1	2	161	200

RESUMO DO PESSOAL

Capitão	1	Primeiro sargento	1
Primeiro Tenente	1	Segundo sargento	1
Segundo Tenente	4	Terceiros sargentos	10
		Soldados	161

DECRETO-LEI N. 5.810 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1943

Dispõe sobre a aposentadoria de José Medeiros Moura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e tendo em vista o que consta do processo número 27.456, de 1941, do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, decreta:

Artigo único. Fica aposentado, com provento integral, José Medeiros Moura, no cargo, em comissão, de Guarda de Armazem, padrão C, do Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1943; 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.811 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1943

Autoriza o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado a assumir os direitos e obrigações dos contratos dos seguros de vida das companhias de seguros italianas, em liquidação, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado assumirá os direitos e obrigações decorrentes dos contratos dos seguros de vida das Companhias Assicurazioni Generali di Trieste e Venezia e Adriática de Seguros, cuja liquidação está confiada ao Instituto de Resseguros do Brasil (I. R. B.).

Art. 2.º Serão transferidos, para esse fim, ao I. P. A. S. E. os bens necessários à cobertura das reservas matemáticas dos contratos calculadas na data da transferência, de acordo com as bases técnicas adotadas nas referidas companhias.

Art. 3.º A avaliação dos bens a que se refere o artigo anterior será procedida por uma comissão composta de um representante do Ministério da Fazenda e outro do I. P. A. S. E., sob a presidência do Presidente do I. R. B.

Art. 4.º Os riscos que excederem os limites de retenção do I. P. A. S. E. serão ressegurados no I. R. B.

Art. 5.º Os segurados cujos contratos, em virtude deste decreto-lei, forem transferidos para o I. P. A. S. E. serão considerados como mutuários dessa instituição, para os efeitos do que dispõe o decreto-lei n. 2.865, de 12 de dezembro de 1940, ficando todas as operações que lhe forem referentes sujeitas às normas vigentes para os seguros privados e não se aplicando às mesmas as que disserem respeito à administração do seguro social.

Art. 6.º Cabe ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio resolver os casos omissos e as dúvidas que se suscitarem na execução do presente decreto-lei.

Art. 7.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1943; 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.812 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1943

Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 e nos termos do art. 6.º da Constituição, decreta:

Art. 1.º São criados, com partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú.

§ 1.º O Território do Amapá terá os seguintes limites:

— a Noroeste e Norte, pela linha de limites com as Guianas Holandesas e Francesa;

— a Nordeste e Leste, com o Oceano Atlântico;

— a Sueste e Sul, o canal do Norte e o braço norte do rio Amazonas até à foz do rio Jarí;

— a Sudoeste e Oeste, o rio Jarí, da sua foz até às cabeceiras na Serra do Tumucumaque;

§ 2.º O Território do Rio Branco terá os seguintes limites:

— a Noroeste, Norte, Nordeste e Leste, pelos limites com a República da Venezuela e Guiana Inglesa;

— a Sueste e Sul, pelo rio Anauá, até sua foz no rio Branco, e por este à sua confluência com o rio Negro;

— a Sudoeste, subindo pelo rio Negro da foz do rio Branco até à foz do rio Paduari e por este até à foz do rio Mararí e subindo às suas cabeceiras na Serra do Tapirapécó.

§ 3.º O Território do Guaporé terá os seguintes limites:

— a Noroeste, pelo rio Ituxí até à sua foz no rio Purús e por este descendo até à foz do rio Mucum;

— a Nordeste, Leste e Sueste, o rio Curuim, da sua foz no rio Purús até o paralelo que passa pela nascente do Igarapé Cuniã, continua pelo referido paralelo até alcançar a cabeceira do Igarapé Cuniã, descendo por este até a sua confluência com o rio Madeira, e por este abaixo até à foz do rio Gi-Paraná (ou Machado) subindo até à foz do rio Comemoração ou Floriano, prossegue subindo por este até à sua nascente, daí segue pelo divisor de

águas do planalto de Vilhena, contornando-o até à nascente do rio Cabixi e descendo pelo mesmo até à foz no rio Guaporé;

— ao Sul, Sudoeste e Oeste pelos limites com a República da Bolívia, desde a confluência do rio Cabixi no rio Guaporé, até o limite entre o Território do Acre e o Estado do Amazonas, por cuja linha limítrofe continua até encontrar a margem direita do rio Ituxi, ou Iquiri;

§ 4.º O Território de Ponta Porã terá os seguintes limites:

— a Oeste e Noroeste, pelo rio Paraguai desde a foz do rio Apa até à foz do rio Miranda;

— a Nordeste, Leste e Sueste, pelo rio Miranda, desde à sua foz no Paraguai, até à foz do rio Nioaque, subindo por este até à foz do córrego Jacarézinho, segue subindo por este até à sua nascente e daí em linha reta e seca, atravessa o divisor de águas entre o Nioaque e Carandá até à nascente do córrego Laranjeira, desce por este até à sua foz no rio Carandá, continua descendo por este até à foz no rio Taquarussú, prossegue até à foz do ribeirão Corumbá, sobe por este até à foz do rio Cangalha, subindo até à sua nascente, daí segue pelo divisor de águas até à nascente do rio Brilhante, desce por este até à sua foz no rio Ivinheima, continua por este abaixo até à sua foz no rio Paraná, descendo por este até à fronteira com o Paraguai, na Serra do Maracajú;

— ao Sul e Sudoeste, com a República do Paraguai, acompanhando o limite internacional, até à foz do rio Apa;

§ 5.º O Território do Iguassú terá os seguintes limites:

— ao Norte, Noroeste, Leste e Sueste, o rio Ivaí desde à sua foz no Paraná até à confluência do rio Tapiracuí, subindo por este até à foz do arroio Saltinho e por este até às suas cabeceiras, daí numa linha reta e seca até às nascentes do rio D'Arela descendo por este até sua foz no rio Peguiri, subindo por este até à foz do rio Cascudo e subindo por este até às suas nascentes e daí, por uma linha reta e seca até às cabeceiras do rio Guaraní, descendo por este até a sua confluência no rio Iguassú, sobe por este até à foz do rio Butiá, sobe pelo rio Butiá até às suas nascentes, de onde segue em linha reta até as cabeceiras do lagoado Rancho Grande, descendo por este até a sua foz no rio Chopin, descendo até à foz do rio das Lontras e subindo por este até às suas nascentes no morro da Balisa, no divisor de águas, entre os rios Uruguai e Iguassú, pelo qual divisor prossegue até encontrar as nascentes do lagoado Santa Rosa, descendo por este até à sua foz no Chapecó, ainda subindo por este até à foz do lagoado Norte, pelo qual sobe até às suas nascentes e daí as cabeceiras do lagoado Tigre e por este abaixo até sua foz no rio Chapocózinho, descendo por este até à foz do lagoado Paulo e subindo pelo lagoado Paulo às suas cabeceiras, daí em linha reta às cabeceiras do lagoado Torto, por este até à confluência no rio Ressaca, descendo por este até à foz no Irani e descendo por este até sua foz no rio Uruguai;

— ao Sul o rio Uruguai, da foz do rio Irani até a foz do rio Peperiguassú, nos limites com a República Argentina;

— a Sudoeste, Oeste e Noroeste, a linha internacional com as Repúblicas da Argentina e do Paraguai.

Art. 2.º Passam para o Domínio da União os bens que, pertencendo aos Estados ou Municípios na forma da Constituição e das leis em vigor, se acham situados nos Territórios delimitados no artigo precedente.

Art. 3.º A administração dos Territórios federais, ora criados, será regulada por lei especial.

Art. 4.º O presente decreto-lei entra em vigor a 1 de outubro de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de setembro de 1943; 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

M. J. Pinto Guedes.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.813 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1943

Aprova o Acôrdo relativo ao recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores para a Amazônia, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Acôrdo sôbre recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores para a Amazônia celebrado pelo Coordenador da Mobilização Econômica e pelo Presidente da Comissão de Contrôlo dos Acôrdos de Washington com a Rubber Development Corporation em 6 de setembro de 1943.

Art. 2.º A Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (C. A. E. T. A.) de que trata a cláusula 4.ª do Acôrdo aprovado por êste decreto-lei, constituir-se-á de três (3) membros, nomeados por decreto do Presidente da República.

Parágrafo único. Dirigirá os trabalhos da Comissão, na qualidade de presidente, o membro que para isso for expressamente designado no ato de nomeação.

Art. 3.º Todos os atos administrativos da C. A. E. T. A. serão firmados por dois dos três membros, ou por um dêles conjuntamente com o assistente de qualquer dos demais.

Art. 4.º Os membros da C. A. E. T. A. nada perceberão como honorários, vencimentos ou gratificações, mas o desempenho de suas funções será considerado como serviços relevantes prestados à Nação.

Art. 5.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.814 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1943

Amplia as atribuições do Banco de Crédito da Borracha, S. A. e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Banco de Crédito da Borracha, S. A., além das atribuições mencionadas no decreto-lei n. 5.185, de 12 de janeiro de 1943, prestará assistência financeira, por meio de empréstimos, especialmente para:

a) desenvolvimento dos meios de transporte entre as zonas de produção e os centros nacionais de distribuição de borracha;

b) fomento da agricultura e estabelecimento de fazendas de gado nos seringais para facilitar e baratear o fornecimento de gêneros de alimentação ao pessoal que neles trabalhar;

c) melhoria, beneficiamento e padronização da borracha, aplicando para esse fim, de acordo com o plano elaborado pela Diretoria do Banco e aprovado pelo Presidente da República, o Fundo Especial de que trata o art. 9.º do decreto-lei n. 4.451, de 9 de julho de 1942.

Art. 2.º Em virtude do aumento de capital previsto no decreto-lei número 5.651, de 5 de julho de 1943, o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda poderá autorizar, quando julgar conveniente, a transferência de, no máximo, três mil (3.000) ações das subscritas pelo Tesouro Nacional, exclusivamente a pessoas físicas ou jurídicas de nacionalidade brasileira.

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.815 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 28.800,00, para pagamento de proventos de disponibilidade

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos cruzeiros), para atender ao pagamento, no corrente exercício, dos proventos da disponibilidade do Professor José Vicente de Azevedo, correspondentes ao período de janeiro de 1942 a dezembro do corrente ano.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.816 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1943

Abre ao Conselho de Segurança Nacional o crédito suplementar de Cr\$ 12.000,00 à dotação que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) à seguinte dotação do Anexo 10 — Conselho de Segurança Nacional — do Orçamento Geral da República em vigor (decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942):

VEREA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

S/C 14 — Gratificação de representação

02 — Comissão Especial da Faixa de Fronteiras.... Cr\$ 12.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.817 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1943

Transfere a sede do III/1.º Regimento de Artilharia Mista

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É transferida, de Curitiba para Ponta Grossa (Estado do Paraná), a sede definitiva do III/1.º Regimento de Artilharia Mista, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

M. J. Pinto Guedes.

DECRETO-LEI N. 5.818 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1943

Transfere ao Estado do Rio Grande do Sul os imóveis, móveis e semoventes, pertencentes às Estações Gerais de Experimentação sediadas em Osório e Caxias, no mesmo Estado e suas respectivas dependências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam transferidas ao Estado do Rio Grande do Sul, a título definitivo e sem ônus de qualquer espécie, todas as benfeitorias, instalações,

maquinismos e utensílios agrícolas, laboratórios, animais e tudo mais que existir na antiga Estação Geral de Experimentação, sediada em Osório, Estado do Rio Grande do Sul, bem como, tudo quanto houver na sua dependência de Alfredo Chaves e na que funciona em terras do extinto Aprendizado Agrícola de São Luiz das Missões, anteriormente cedidas, a título precário, ao Governo daquele Estado, pelo decreto n. 5.615, de 27 de dezembro de 1928.

Art. 2.º Fica igualmente transferida ao Estado do Rio Grande do Sul, gratuitamente, com todos os imóveis e demais bens da União existentes na mesma, a dependência da Estação Geral de Experimentação, com sede em Caxias, no referido Estado.

Art. 3.º O Governo do Estado do Rio Grande do Sul fica obrigado a manter Estações Experimentais mistas em Alfredo Chaves e Osório e de Viticultura e Enologia, em Caxias, adaptando a antiga dependência de São Luiz das Missões ao fim que melhor lhe convier.

Art. 4.º O Governo Federal fica desobrigado do pagamento das contribuições devidas ao Estado do Rio Grande do Sul, em virtude do decreto n. 5.615, de 27 de dezembro de 1928.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.819 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 19.250.000,00 para a Fábrica Nacional de Motores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de dezenove milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 19.250.000,00), para ocorrer às despesas com o prosseguimento da construção e instalação da Fábrica Nacional de Motores, sendo:

	Cr\$
Pessoal	1.250.000,00
Material	2.000.000,00
Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis ..	16.000.000,00
	<hr/>
	19.250.000,00

Parágrafo único. A parcela relativa a "Pessoal" será distribuída ao Ministério da Viação e Obras Públicas e as referentes a "Material" e a "Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis" ao Tesouro Nacional.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.820 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 6.435.034,90, para classificação de despesa

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de seis milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, e trinta e quatro cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 6.435.034,90), para classificação da despesa (Serviços e Encargos) decorrente do pagamento efetuado no atual exercício à firma João J. Pieroni, na forma do contrato autorizado pelo decreto-lei n. 1.609, de 19 de setembro de 1939.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será distribuído ao Tesouro Nacional e a despesa considerada dentre as que correm à conta dos recursos previstos no decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.821 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1943

Dispõe sobre dissídio coletivo enquanto perdurar o estado de guerra

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e,

Considerando que o estado de guerra influe poderosamente tanto na economia pública como na particular, determinando, pelas necessidades da produção, alterações sensíveis nas relações entre empregados e empregadores;

Considerando que tais relações não podem sofrer, numa época em que a coesão social deve sempre e cada vez mais ser fortificada, alterações que modifiquem o ritmo tão necessário ao bom andamento da produção;

Considerando que, para evitar quaisquer distúrbios, indispensável se torna a intervenção do Estado, para conciliar os interesses eventualmente em choque, em prol da própria defesa e da segurança nacionais;

Considerando que os problemas referentes ao salário vêm sendo objeto de repetidas providências governamentais, e ainda a 7 de setembro, foi reafirmado, como programa de ação imediata e enérgica, o propósito de combater o encarecimento da vida e de promover a melhoria da remuneração dos trabalhadores no comércio e na indústria;

Considerando que os litígios de trabalho devem, enquanto durar o estado de guerra, estar sob a jurisdição da Justiça, mas também sob o controle direto dos responsáveis pela política social;

Considerando que, via de regra, os dissídios individuais do trabalho não afetam a estrutura da economia, o que não ocorre, por vezes, com os dissí-

dios coletivos que, por tal razão, estão intimamente ligados ao esforço de guerra;

Considerando que reconhecendo no sindicato o direito do exercício de funções delegadas do Estado estabelece este que o uso das prerrogativas sindicais se condiciona à prova da real representação dos interesses econômicos ou profissionais das classes;

Considerando que, para o exercício de determinadas prerrogativas ou funções se justifica que o sindicato esteja representando um coeficiente de empresas ou de trabalhadores que exprima a maioria dos interesses coletivos, decreta:

Art. 1.º Os dissídios coletivos, enquanto perdurar o estado de guerra, só poderão ser suscitados pelos sindicatos profissionais ou de empregadores, mediante prévia audiência do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, que apreciará da sua oportunidade.

Art. 2.º No pedido de autorização para instauração da instância deverão os sindicatos suscitantes juntar todos os documentos e provas referentes ao dissídio, não sendo permitido o oferecimento de quaisquer documentos e provas, depois da audiência do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 3.º Após opinar sobre a oportunidade do dissídio o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio encaminhará o processo à autoridade judiciária competente, que declarará instaurada a instância ou, se tiver sido julgado inoportuno o dissídio, determinará o arquivamento do processo.

Art. 4.º Os dissídios coletivos pertinentes a uma só empresa ou grupo industrial ou comercial sob a mesma direção, só poderão ser suscitados quando pelo menos a metade dos empregados interessados for associada do sindicato profissional suscitante, e a maioria dos associados inscritos assim o deliberar.

Art. 5.º Só poderão ser suscitados dissídios coletivos que interessem duas ou mais empresas, quando o sindicato profissional for constituído, à data do dissídio, por mais de metade dos trabalhadores integrantes da categoria que representar e a maioria dos associados inscritos assim o deliberar.

Art. 6.º Os sindicatos patronais poderão igualmente, suscitar dissídios coletivos, tanto com relação a uma ou várias empresas, desde que, entretanto, no seu quadro social esteja integrada mais de metade das empresas que compõe a respectiva categoria e a maioria dos associados inscritos assim o deliberar.

Art. 7.º Havendo suspensão de trabalho poderá também ser instaurada a instância por iniciativa do presidente do tribunal competente para dirimir o dissídio ou pelo Ministério Público do Trabalho, obedecidas as exigências do artigo 1.º.

Art. 8.º Os processos já ajuizados ou pendentes de decisão, em grau de recurso, deverão desde logo, ser encaminhados ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, na forma deste decreto-lei, para a audiência desta autoridade, nos termos do art. 1.º.

Parágrafo único. Opinando o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio pela inoportunidade do dissídio, deverá o tribunal competente determinar o arquivamento do processo. Encontrando-se o mesmo em grau de recurso será sobrestado o andamento do processo enquanto estiver em vigência o presente decreto-lei.

Art. 9.º O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, suspensas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.822 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1943

Autoriza o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio a realizar um novo empréstimo para ocorrer às despesas com a ampliação do edifício do respectivo Ministério.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 189 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio a efetuar com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes um novo empréstimo até o montante de Cr\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil cruzeiros), para ocorrer às despesas com a ampliação do edifício do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pelo prazo de dez anos e aos juros anuais de 6 % (seis por cento).

Art. 2.º A importância a que se refere o artigo anterior será posta no Banco do Brasil à disposição do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.823 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 188.790,00 para a conclusão das obras, instalação, aparelhamento e equipamento da Usina de Café de Muriaé, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 189 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de cento e oitenta e oito mil setecentos e noventa cruzeiros (Cr\$ 188.790,00), para atender às despesas (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis), com a conclusão das obras, instalação, aparelhamento e equipamento da Usina de Café de Muriaé, da Seção de Café e Plantas Estimulantes, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal.

Art. 2.º Fica sem aplicação, na Verba 5 — Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis, do vigente orçamento do mesmo Ministério (Anexo n. 12, do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), a importância de cento e oitenta e nove mil duzentos e trinta e oito cruzeiros (Cr\$ 189.238,00), como segue:

VERBA 5 — OBRAS, DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Consignação I — Obras

S/c. 02 — Prosseguimento e conclusão das obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização; instalação, aparelhamento e equipamento em obras concluídas
02 — Conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores

Cr\$

21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal
 03 — Divisão de Fomento da Produção Vegetal
 Para as usinas de café da Secção de Café e Plantas Estimulantes... 189.018,00

S/c. 03 — Instalações, aparelhamento e equipamento em obras concluídas

21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal
 03 — Divisão de Fomento da Produção Vegetal
 Para as usinas de café da Secção de Café e Plantas Estimulantes..... 220,00
 189.238,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.824 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 100.000,00 para classificação de despesa

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), para classificação da despesa (Serviços e Encargos) decorrente do pagamento da contribuição devida pelo Governo Federal em 1942, na forma do acôrdo celebrado com o Estado de Santa Catarina, para a execução, no território desse Estado, de serviços públicos relativos à defesa sanitária animal.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.825 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1943

Estabelece a taxaço dos filmes de procedência americana sob a base do pêsô real

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Enquanto perdurar a situação criada pela guerra, os filmes de procedência americana pagarão as taxas estipuladas no Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e os Estados Unidos da América, promulgado pelo decreto n. 542, de 24 de dezembro de 1935, sob a base do pêsô real.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.826 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1943

Prorroga o prazo para o pagamento sem multa da "Cota Especial" sôbre algodão

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até o dia 20 de outubro de 1943 o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 3.º do decreto-lei n. 5.582, de 17 de junho de 1943, para o pagamento sem multa da "Cota Especial" de trinta centavos (Cr\$ 0,30) por quilo de algodão em pluma, da safra de 1943.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.827 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 3.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de três mil cruzeiros (Cr\$ (3.000,00)), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do

Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas Despesas

S/c n. 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgoto e lixo

09 — Tribunal de Contas e Delegações.... Cr\$ 3.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.828 — DE 16 SETEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para auxílio aos "Fundos Universitários de Pesquisas", da Universidade de São Paulo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00) para atender à despesa (Serviços e Encargos) com o pagamento do auxílio especial concedido aos "Fundos Universitários de Pesquisas", da Universidade de São Paulo.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.829 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1943

Prorroga o prazo referido no parágrafo único do artigo 2.º do decreto-lei n. 2.618, de 23 de setembro de 1940

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado até 31 de dezembro de 1943, o prazo previsto no parágrafo único do art. 2.º do decreto-lei n. 2.618, de 23

de setembro de 1940 e de que cogitam os decretos-leis ns. 3.156, 3.517, 4.110, 4.501 e 5.126, respectivamente, de 31 de março e 18 de agosto de 1941 e 12 de fevereiro, 20 de julho e 22 de dezembro de 1942.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.830 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1943

Altera as carreiras de Arquivologista dos Quadros Permanentes dos Ministérios da Educação e Saúde, das Relações Exteriores e da Justiça e Negócios Interiores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, de conformidade com as tabelas anexas, as carreiras de Arquivologista dos Quadros Permanentes dos Ministérios da Educação e Saúde, das Relações Exteriores e da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

Oswaldo Aranha.

Gustavo Capanema.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provisórios
1	Arquivologista...	L	—	1	—	1	Arquivologista...	L	—	1	
1	Arquivologista...	K	—	1	—	1	Arquivologista...	K	—	1	
1	Arquivologista...	J	—	1	—	1	Arquivologista...	J	—	1	
2	Arquivologista...	I	—	2	—	2	Arquivologista...	I	—	2	
2	Arquivologista...	H	—	2	—	2	Arquivologista...	H	—	2	5
7				7		7				7	5

Observações:

Os cargos provisórios poderão ser providos imediatamente, com os recursos da conta corrente do Quadro e serão suprimidos à medida que os respectivos ocupantes forem sendo promovidos à classe I.

O número total de cargos ocupados na carreira não poderá ultrapassar a 7.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
1	Arquivologista...	L	—	1	—	1	Arquivologista...	L	—	1	
1	Arquivologista...	K	—	1	—	1	Arquivologista...	K	—	1	
2	Arquivologista...	J	—	2	—	2	Arquivologista...	J	—	2	
2	Arquivologista...	I	—	2	—	2	Arquivologista...	I	—	2	
4	Arquivologista...	H	—	—	—	4	Arquivologista...	H	—	—	6
10						10					6

Observações :

Os cargos provisórios poderão ser providos imediatamente, com os recursos da conta corrente do Quadro e serão suprimidos à medida que os respectivos ocupantes forem sendo promovidos à classe I.

O número total de cargos ocupados na carreira não poderá ultrapassar a 10.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Provisórios
2	Arquivologista...	L	—	2	—	2	Arquivologista...	L	—	2	
3	Arquivologista...	K	—	3	—	3	Arquivologista...	K	—	3	
4	Arquivologista...	J	—	4	—	4	Arquivologista...	J	—	4	
6	Arquivologista...	I	—	6	—	6	Arquivologista...	I	—	6	
9	Arquivologista...	H	—	9	—	9	Arquivologista...	H	—	9	15
24				24		24				24	15

Observações:

Os cargos provisórios poderão ser providos imediatamente, com os recursos da conta corrente do Quadro e serão suprimidos à medida que os respectivos ocupantes forem sendo promovidos à classe I.

O número total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 24.

DECRETO-LEI N. 5.831 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1943

Altera a carreira de Datilógrafo da Parte Permanente do Quadro da Justiça, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, de conformidade com a tabela anexa, a carreira de Datilógrafo da Parte Permanente, do Quadro da Justiça, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO DA JUSTIÇA — PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
5	<i>Datilógrafo</i>	E	—	5	P.P.	10	<i>Datilógrafo</i>	E	—	10	
10	D	—	10	P.P.	20	D	—	20	
15	C	—	15	P.P.					30	
30				30		30					

DECRETO-LEI N. 5.832 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1943

Autoriza a renovação do contrato de que trata o decreto-lei n. 2.398, de 11 de julho de 1940, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a renovar, pelo prazo de três (3) anos, o contrato firmado em 2 de agosto de 1940, entre o Governo da União e o Banco do Brasil S. A., e modificado a 19 de setembro de 1941, para financiamento, amparo e defesa da produção e da indústria do sal.

Art. 2.º As operações poderão elevar-se até a importância de trinta milhões de cruzeiros (Cr\$ 30.000.000,00), dando a União como garantia a taxa criada pelo art. 5.º do decreto-lei n. 2.300, de 10 de junho de 1940, a qual somente poderá ser extinta ou reduzida depois que o Banco do Brasil S. A., houver sido reembolsado integralmente das quantias aplicadas aos fins previstos no contrato.

Art. 3.º A arrecadação de taxas e cotas de amortização, na forma estabelecida pelo decreto-lei n. 4.177, de 13 de março de 1942, continuará a ser feita por força da renovação de contrato a que se refere o art. 1.º.

Art. 4.º Pelo contrato obrigar-se-á o Banco do Brasil S. A.:

a) a fazer empréstimos, quer ao Instituto Nacional do Sal, quer aos produtores de sal e às cooperativas, mediante juro não maior de oito por cento (8 %) a. a., a não ser no caso de mora, quando poderá ser elevado de um por cento (1 %); e,

b) a arrecadar a taxa a que aludem os arts. 2.º e 3.º, serviço pelo qual perceberá a comissão que for estabelecida.

Art. 5.º Os empréstimos aos produtores e cooperativas obedecerão às disposições do Regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A. e serão garantidos especialmente pelo penhor do produto ou por outro meio determinado no contrato a que se refere o art. 1.º.

Art. 6.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.833 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1943

Altera as carreiras de Foguista Marítimo, Maquinista Marítimo, Marinheiro e Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alterados, conforme as tabelas anexas, as carreiras de Foguista Marítimo, Maquinista Marítimo, Marinheiro e Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra.

Art. 2.º Os funcionários atingidos por este decreto-lei terão seus decretos de nomeação apostilados pela Divisão do Pessoal Civil (D. 4) do Ministério da Guerra.

Art. 3.º Para atender, no período de 1.º de setembro a 31 de dezembro do corrente ano, às despesas com a execução deste decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Guerra (Anexo n. 15 do Orçamento Geral da União para 1943) o crédito de Cr\$ 38.000,00 (trinta e oito mil cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 4.º Fica revogado o artigo 3.º do decreto-lei n. 5.322, de 15 de março de 1943.

Art. 5.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

M. J. Pinto Guedes.

A. de Sousa Costa.

MINISTÉRIO DA GUERRA — QUADRO SUPLEMENTAR

152

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
							<i>Patrão</i>				
3	Patrão	10	—	—	Q.S. }	5	10	—	—	
3	Patrão	H	—	1	Q.S. }						
2	Patrão	8	—	—	Q.S. }	5	8	—	—	
3	Patrão	G	—	—	Q.S. }						
4	Patrão	6	—	3	Q.S. }	7	6	—	—	
6	Patrão	F	—	—	Q.S. }						
4	Patrão	5	—	—	Q.S. }	9	5	—	—	
5	Patrão	E	—	—	Q.S. }						
		4	—	—	Q.S. }	1	4	—	—	
1	Patrão					27					

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

							<i>Foguista marítimo</i>			
3	Foguista marítimo	6	—	—	—	}	7	6	—
4	Foguista marítimo	F	—	—	—					—
2	Foguista marítimo	E	—	—	—	}	2	5	—
							9			—
							<i>Maquinista marítimo</i>			
3	Maquinista marítimo	10	—	—	—	}	5	10	—
3	Maquinista marítimo	H	—	1	—					—
3	Maquinista marítimo	8	—	—	—	}	6	8	—
3	Maquinista marítimo	G	—	—	—					—
1	Maquinista marítimo	6	—	—	—	}	3	6	—
2	Maquinista marítimo	F	—	—	—					—
2	Maquinista marítimo	D	—	—	—	}	2	4	—
							16			—

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
							<i>Marinheiro</i>				
27	Marinheiro	4	—	—	Q.S. }	55	4	—	—	
28	Marinheiro	D	—	—	Q.S. }						
18	Marinheiro	C	—	—	Q.S.	18	3	—	—	
3	Marinheiro	2	—	—	Q.S. }	17	2	—	—	
14	Marinheiro	B	—	—	Q.S. }						
						90					

DECRETO-LEI N. 5.834 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1943

*Altera a carreira de Inspetor de Alunos, do Quadro Suplementar do
Ministério da Guerra*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, de conformidade com a relação anexa, a carreira de Inspetor de Alunos, do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

M. J. Pinto Guedes.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Quadro Suplementar

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
—	—	—	—	—	—	5	Inspetor de Alunos	H	—	5	
—	—	—	—	—	—	10	Inspetor de Alunos	G	—	10	
27	Inspetor de Alunos	F	—	—	—	27	Inspetor de Alunos	F	—	—	
22	Inspetor de Alunos	E	—	—	—	22	Inspetor de Alunos	E	—	—	
49						64				15	

DECRETO-LEI N. 5.835 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 96.000,00 para pagamento de gratificação ao engenheiro José Luiz Mendes Diniz

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de noventa e seis mil cruzeiros (Cr\$ 96.000,00), para atender ao pagamento (Pessoal) da gratificação a que fez jus, no período de 1 de maio de 1932 a 31 de dezembro de 1934, o engenheiro José Luiz Mendes Diniz, na qualidade de engenheiro-chefe na fiscalização do contrato assinado com a Itabira Iron Ore Company Limited.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.836 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1943

Altera a redação do art. 8.º do decreto-lei n. 5.630, de 29 de junho de 1943, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta: "

Art. 1.º O art. 8.º do decreto-lei n. 5.630, de 29 de junho de 1943, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 8.º Fica transferido, para o Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o cargo em comissão de Diretor, padrão N, da Diretoria da Justiça e do Interior, do Quadro Permanente do mesmo Ministério".

Art. 2.º Fica transformada, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a função gratificada de Secretário do Diretor da Diretoria da Justiça e do Interior em Secretário do Diretor Geral do Departamento do Interior e da Justiça, elevada a respectiva gratificação, de Cr\$ 3.600,00 para Cr\$ 4.800,00 anuais.

Art. 3.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, as seguintes funções gratificadas:

	Cr\$
1 — Secretário do Diretor da Divisão de Assuntos Políticos do D.I.J.	3.600,00 anuais
1 — Secretário do Diretor da Divisão de Justiça do D.I.J.	3.600,00 anuais
1 — Auxiliar do Diretor Geral do D.I.J.	2.400,00 anuais

Art. 4.º A despesa com a execução dêste decreto-lei correrá, no atual exercício, a conta do crédito especial de Cr\$ 52.650,00 (cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros), aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores pelo decreto-lei n. 5.630, de 29 de junho de 1943.

Art. 5.º Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.837 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1943

Modifica os arts. 222, 225 e 226 do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os arts. 222, 225 e 226 do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 222. Os escreventes juramentados que percebem vencimentos dos cofres públicos são nomeados mediante concurso feito perante Corregedor, que convidará dois juizes de direito para completar a comissão examinadora, fixada para os candidatos a idade mínima de 18 e máxima de 48 anos.

“Art. 225. Feita a classificação, será a lista, em ordem numérica de classificação, remetida ao Ministério da Justiça, devendo a nomeação recair em um dos três primeiros habilitados.

“Art. 226. Os escreventes que não percebem vencimentos dos cofres públicos são nomeados, para qualquer juízo ou officio de Justiça, por proposta do respectivo serventuário, mediante prova de habilitação realizada perante o Corregedor, ou o juiz por êste designado, de acôrdo com as instruções que baixar”.

Art. 2.º Os atuais escreventes interinos, da categoria dos não remunerados pelos cofres públicos, deverão submeter-se à prova de habilitação no prazo de 30 dias, sob pena de serem dispensados. Excetuam-se dessa obrigação os que estejam exercendo há mais de um ano as ditas funções.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.838 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1943

Prorroga o prazo previsto no art. 3.º do decreto-lei n. 5.219, de 22 de janeiro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado por mais 60 dias, além da prorrogação de que tratam os decretos-leis ns. 5.270, 5.337, 5.518 e 5.716, respectivamente de 23 de fevereiro, 23 de março, 25 de maio e 31 de julho do corrente ano, o prazo a que se refere o art. 3.º do decreto-lei n. 5.219, de 22 de janeiro do mesmo ano, para assinatura do contrato relativo à concessão outorgada à Companhia Rádio Internacional do Brasil para executar serviços radiotelefônico público interior e radiotelefônico público restrito interior.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.839 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1943

Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os Territórios do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú, criados pelo decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, e com os limites estabelecidos no mesmo, terão a seguinte divisão:

a) O Território do Amapá será dividido em três Municípios, com as denominações de Amapá, Macapá e Mazagão, compreendendo o primeiro, todo o Município de igual nome, que pertencia ao Estado do Pará; o segundo, parte do Município do mesmo nome, daquele Estado; e o terceiro, parte dos Municípios de Mazagão e Almeirim, que pertenciam ao Estado acima referido;

b) O Território do Rio Branco será dividido em dois Municípios, com as denominações de Boa Vista e Catrimani, compreendendo o primeiro a área do Município de igual nome, que pertencia ao Estado do Amazonas, e a parte do Município de Moura, do mesmo Estado, situada à margem direita do rio Anauá, e o segundo a parte do mesmo Município de Moura, situada à margem direita do rio Branco, e a parte do Município de Barcelos, também do mesmo Estado, situada à margem esquerda do rio Negro;

c) O Território de Guaporé será dividido em quatro Municípios, com as denominações de Lábrea, Pôrto Velho, Alto Madeira e Guajará Mirim; o primeiro compreenderá parte dos Municípios de Lábrea e de Canutama, do Estado do Amazonas; o segundo a área do Município de Pôrto Velho, que pertencia ao mesmo Estado; o terceiro parte do Município de Alto Madeira, do Estado de Mato Grosso; o quarto a área do Município de Guajará-

Mirim e parte do Município de Mato-Grosso, que pertenciam ao último Estado acima referido;

d) O Território de Ponta Porã será dividido em sete Municípios, com as denominações de Pôrto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Maracajú, Bonito e Pôrto Esperança; cada um dos quatro primeiros compreenderá a área do Município de igual nome que pertencia ao Estado de Mato Grosso; o quinto compreenderá parte dos Municípios de Maracajú e Nioaque, do mesmo Estado; o sexto compreenderá parte do Município de Miranda e o sétimo parte do Município de Corumbá, ambos do mesmo Estado;

e) O Território do Iguassú será dividido em quatro municípios, com as denominações de Foz do Iguassú, Clevelândia, Mangueirinha e Xapecó; o primeiro compreenderá a área do Município de igual nome, que pertencia ao Estado do Paraná, e partes do Município de Guarapuava, do mesmo Estado; o segundo compreenderá a área do Município de igual nome, que pertencia ao mesmo Estado; o terceiro compreenderá parte do Município de Palmas, do mesmo Estado; o quarto compreenderá parte do Município de igual nome, do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O Governador de cada Território, no prazo de seis meses, contado da respectiva posse, elaborará, de acôrdo com as instruções gerais baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia, o plano do novo quadro territorial respectivo, a ser fixado pelo governo federal (art. 16, § 1.º, do decreto-lei n. 311, de 2 de março de 1938).

Art. 2.º A Capital do Território do Amapá será a cidade de igual nome; a do Território do Rio Branco, a cidade de Boa Vista; e do Território do Guaporé, a cidade de Pôrto Velho; a do Território de Ponta Porã, a cidade de igual nome; a do Território do Iguassú, a cidade de igual nome.

Art. 3.º Cada Território será administrado por um Governador, brasileiro nato, maior de 25 anos, de livre nomeação e demissão do Presidente da República.

§ 1.º O Governador tomará posse perante o Ministro da Justiça e Negócios Interiores; em caso de urgência, e por delegação expressa dêste, perante o Juiz de Direito da Comarca da Capital do Território.

§ 2.º O Governador será auxiliado por um Secretário Geral, de nomeação do Presidente da República, e que o substituirá nos seus impedimentos.

Art. 4.º Ao Governador compete:

I — praticar os atos necessários à administração e representação do Território e à guarda da Constituição e das leis;

II — cumprir e fazer cumprir as leis, atos e decisões do Governo da União, expedindo para êsse fim regulamentos e instruções;

III — executar o orçamento do Território;

IV — executar e fazer executar as ordens e sentenças judiciais e prestar às autoridades judiciárias o auxílio necessário ao cumprimento de suas decisões;

V — organizar os serviços públicos territoriais, dentro dos créditos consignados em orçamentos e de acôrdo com o disposto para os serviços da União, no que fôr aplicável;

VI — fiscalizar os serviços executados diretamente pelo Governo Federal e representar sobre as suas necessidades e as irregularidades que verificar;

VII — expedir decretos, regulamentos, instruções e demais atos relativos à administração do Território;

VIII — nomear e demitir os Prefeitos dos Municípios;

IX — nomear, aposentar, pôr em disponibilidade, demitir e licenciar funcionários ou autoridades do Território, quando os respectivos cargos e

empregos não forem de nomeação do Governo Federal ou Municipal, e impor-lhes penas disciplinares, respeitado o disposto na Constituição e nas leis;

X — prover a organização de uma guarda territorial, que será civil;

XI — autorizar a admissão de extranumerários para os serviços públicos do Território;

XII — prover, interinamente, os cargos de nomeação do Presidente da República, exceto os da magistratura, e licenciar, até trinta dias, os respectivos funcionários;

XIII — conceder e solicitar a extradição de criminosos;

XIV — aprovar os projetos de decretos-leis que devam ser baixados pelos Prefeitos;

XV — organizar anualmente o projeto do orçamento para o Território e encaminhá-lo, até 31 de março, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores;

XVI — apresentar ao Presidente da República, por intermédio do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, um relatório anual de sua gestão.

Parágrafo único. O Governador comunicar-se-á diretamente com os Ministros de Estado e outras autoridades sobre os assuntos referentes ao Território.

Art. 5.º São crimes de responsabilidade do Governador:

I — os atos que atentarem contra:

a) a existência da União;

b) a Constituição;

c) a execução das leis e tratados federais;

d) a execução das decisões judiciais;

e) a boa arrecadação dos impostos e taxas;

f) a probidade administrativa, a guarda e o emprego dos dinheiros públicos.

II — a omissão de providências determinadas pelas leis ou tratados federais, ou necessárias à sua execução, dentro dos prazos fixados.

Art. 6.º O Governador será processado e julgado nos crimes comuns e de responsabilidade pelo Tribunal de Apelação do Distrito Federal (Código Proc. Penal, Livro II, Tít. III), importando sempre a sentença condenatória a perda do cargo e a inhabilitação para o exercício de função pública pelo prazo de 2 a 10 anos.

Art. 7.º Cada Município será administrado por um Prefeito, brasileiro nato, maior de 21 anos e menor de 68, de livre nomeação e demissão do Governador.

Art. 8.º Aos Municípios, além das atribuições que lhes são atribuídas pelo art. 23, § 2.º, da Constituição, e das que lhes forem transferidas pela União, cabem:

I — o imposto de licenças;

II — o imposto predial e o territorial urbanos;

III — os impostos sobre diversões públicas;

IV — as taxas de serviços municipais.

Art. 9.º Compete ao Prefeito:

I — elaborar os projetos de decretos-leis nas matérias de competência do Município e sancioná-los depois de aprovados pelo Governador;

II — expedir decretos-leis, independentemente da aprovação prévia do Governador, em caso de calamidade ou necessidade de ordem pública, sujeitando a *posteriori* o seu ato à aprovação do Governador;

III — expedir decretos, regulamentos, posturas, instruções e demais atos necessários ao cumprimento das leis e à administração do Município;

IV — organizar, de acordo com as normas funcionais e de contabilidade estabelecidas pela União para os Estados e Municípios, o projeto do orçamento do Município, e sancioná-lo depois de revisto pelo Governador;

V — nomear, aposentar, pôr em disponibilidade, demitir e licenciar os funcionários e admitir e dispensar extranumerários municipais, impor-lhes penas disciplinares, respeitado o disposto na Constituição e nas leis;

VI — organizar os serviços públicos municipais e praticar todos os atos necessários à administração do Município e à sua representação.

Art. 10. Passarão para a jurisdição da União em 1 de janeiro de 1944 os serviços estaduais compreendidos nos Territórios. Até essa data é assegurada aos Estados a percepção dos respectivos tributos, dentro das circunscrições territoriais que lhes pertenciam, continuando a cargo dos mesmos a despesa com a manutenção dos serviços.

Parágrafo único. Os serviços públicos dos Municípios que foram desmembrados continuarão a ser executados sem solução de continuidade até 1 de janeiro de 1944, cabendo às respectivas autoridades cobrar os tributos devidos e efetuar os pagamentos necessários à manutenção dos serviços.

Art. 11. As autoridades judiciárias, os serventuários da justiça e os funcionários estaduais que se achem em exercício nas zonas compreendidas pelos Territórios serão mantidos em seus cargos e funções, enquanto não forem aproveitados na nova organização, com os direitos de que gozarem, de acordo com a respectiva legislação estadual. Os que não forem aproveitados serão postos em disponibilidade na forma da lei.

Parágrafo único. O mesmo se verificará com relação aos funcionários dos Municípios que forem desmembrados.

Art. 12. Ficam mantidas a competência e a jurisdição das autoridades judiciárias e do trabalho em exercício nas partes dos Estados que passaram a constituir Territórios. A partir de 1 de janeiro de 1944, os recursos das decisões das autoridades judiciárias serão interpostos para o Tribunal de Apelação do Distrito Federal; os recursos das decisões da Justiça do Trabalho serão interpostos para o Conselho Regional do Trabalho da 1.^a Região. Até a referida data, ficará mantida a competência dos Tribunais de Apelação e Conselhos de Trabalho a que estavam subordinadas as áreas desmembradas dos Estados.

Art. 13. Serão transferidos à União, a partir de 1 de janeiro de 1944, os tributos e as rendas devidos aos Estados nas partes destes que passaram a constituir Territórios.

Art. 14. Em cada Território será localizada, pelo menos, uma unidade de tropa do Exército, que será posta à disposição do Governador, para auxiliá-lo na manutenção da ordem.

Art. 15. Os estrangeiros e os brasileiros naturalizados há menos de 10 anos, que sejam foreiros, arrendatários, concessionários, possuidores ou detentores, ou que se julgarem com direito a qualquer porção de terras dentro dos limites de cada Território, ou à sua utilização, ficam obrigados a exhibir os títulos em que fundam o seu direito a uma das comissões especiais que, para esse fim, serão constituídas pelo Governador.

Parágrafo único. Essas comissões examinarão os títulos apresentados e decidirão quanto à sua legitimidade, sem prejuízo das disposições especiais relativas à faixa de fronteiras. A apreciação dos títulos e a execução das

decisões, bem como as ações que eventualmente delas decorrerem obedecerão ao disposto no decreto-lei n. 893, de 27 de novembro de 1938, que será observado no que fôr aplicável.

Art. 16. Aos militares que fôrem mandados servir na administração dos Territórios serão concedidas as vantagens asseguradas por lei ao exercício da comissão militar nas regiões de fronteira; garantidas as mesmas vantagens aos funcionários pertencentes a outros quadros da administração federal.

Art. 17. Dentro do prazo de 90 dias, a contar de sua posse, o primeiro Governador de cada Território deverá apresentar um plano de organização administrativa e judiciária do mesmo e dos cargos a serem criados, tendo em vista a possibilidade de serem exercidas por um só funcionário ou repartição, dentro de cada Município, Distrito ou zona, tôdas as atribuições de natureza administrativa, fiscal, policial ou trabalhista.

Art. 18. Ficam criados no quadro permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores cinco cargos, em comissão, de Governador de Território, padrão T, e cinco cargos, em comissão, de Secretário Geral, padrão P.

Art. 19. Os créditos orçamentários e adicionais destinados à administração de cada Território serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas, distribuídos ao Tesouro Nacional e postos, em sua totalidade, no Banco do Brasil, à disposição do respectivo Governador.

§ 1.º O Governador poderá retirar mensalmente as importâncias que forem necessárias até atingir o duodécimo do crédito anual concedido, aumentado do saldo dos duodécimos anteriores do mesmo exercício.

§ 2.º No caso de substituição do Governador, dentro de um exercício, o Governador que deixar o cargo deverá entregar ao seu substituto a comprovação dos adiantamentos recebidos e os saldos existentes, mediante recibo, cuja primeira via ficará junta ao processo. À comprovação das despesas que efetuar com os recursos recebidos de seu antecessor, o novo Governador anexará as contas prestadas por aquele.

Art. 20. No corrente exercício, serão entregues a cada Governador, na forma prevista no art. 19, para as despesas de instalação, pessoal e material, as importâncias cujo recebimento seja autorizado pelo Presidente da República.

Art. 21. Aplicam-se aos Territórios, no que couber, os decretos-leis ns. 1.202, de 8 de abril de 1939, especialmente o disposto nos arts. 8.º, 19, 22, 33, 35 e 44; 1.804, de 24 de novembro de 1931; 2.416, de 17 de julho de 1940; 2.681, de 7 de outubro de 1940; 3.070, de 20 de fevereiro de 1941.

Art. 22. Continuam em vigor, nas zonas constituídas pelos Territórios, as leis, os decretos, os regulamentos, as posturas, as resoluções e decisões dos Governos dos Estados e dos Municípios a que as mesmas pertenciam, em tudo o que não fôr contrário à Constituição e às leis federais, até que sejam revogadas por quem de direito.

Art. 23. A despesa com a execução desta lei correrá por conta da verba n. 3 — Serviços e Encargos — Consignação I — Diversos — Sub-Consignação 38. — Territórios Federais, 01 — Gabinete do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do Orçamento Geral da República em vigor.

Art. 24. O Ministro da Justiça e Negócios Interiores dará as instruções que forem necessárias para a execução desta lei.

Art. 25. A presente lei entrará em vigor no dia 1 de outubro de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

M. J. Pinto Guedes.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho

DECRETO-LEI N. 5.840 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1943

Dispõe sobre os balanços do exercício de 1942

O Presidente da República, tendo em vista o parecer do Tribunal de Contas sobre os balanços do exercício financeiro de 1942, aprovado em sessão especial de 28 de julho de 1943, e usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Ficam aprovados para os efeitos do art. 131 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública a que se refere o decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, os balanços financeiro e patrimonial do exercício de 1942, organizados pela Contadoria Geral da República.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.841 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1943

Cria, no Ministério da Fazenda, a Administração do Edifício da Fazenda, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Ministério da Fazenda, a Administração do Edifício da Fazenda, A.E.F., que integrará a Diretoria Geral da Fazenda Nacional.

Art. 2.º A A.E.F. tem a seu cargo a manutenção, conservação, segurança e vigilância do Edifício-sede do Ministério, inclusive a execução e direção dos serviços de portaria, garage, oficina eletro-mecânica, tráfego de elevadores e outros correlatos.

Art. 3.º A A.E.F. será dirigida por um Administrador, diretamente subordinado ao Diretor Geral da Fazenda Nacional.

Art. 4.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, as seguintes funções gratificadas:

- 1 — Administrador do Edifício da Fazenda — Cr\$ 18.000,00 anuais.
- 1 — Chefe do Escritório — Administração do Edifício da Fazenda — Cr\$ 12.000,00 anuais.
- 1 — Chefe da Portaria — Administração do Edifício da Fazenda — Cr\$ 6.000,00 anuais.
- 1 — Chefe da Garage — Administração do Edifício da Fazenda — 4.800,00 anuais.
- 1 — Chefe da Oficina Eletro-Mecânica — Administração do Edifício da Fazenda — Cr\$ 6.000,00 anuais.

Art. 5.º Para atender à despesa decorrente do disposto no artigo anterior, no período de 15 de setembro a 31 de dezembro do corrente ano, fica aberto ao Ministério da Fazenda (Anexo 7. 14 do Orçamento Geral da União, para 1943) o crédito de Cr\$ 13.650,00 (treze mil seiscentos e cinquenta cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas.

Art. 6.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.842 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1943

Abre ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica os créditos que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam abertos, ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (Anexo 8 do Orçamento Geral da União para 1943), os créditos de Cr\$ 23.975,00 (vinte e três mil novecentos e setenta e cinco cruzeiros) e Cr\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois cruzeiros e cinquenta centavos) suplementares, respectivamente, às subconsignações 05 — mensalistas e 06 — diaristas, da Consignação II — Pessoal Extranumerário, da Verba 1 — Pessoal.

Art. 2.º Fica aberto, ao mesmo Conselho, o crédito especial de Cr\$ 78.750,00 (setenta e oito mil setecentos e cinquenta cruzeiros) para atender à despesa, no período de 15 de setembro a 31 de dezembro do corrente ano, com a admissão de pessoal extranumerário-contratado.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.843 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1943

Eleva os padrões de vencimento de dois cargos de Assistente, em comissão, do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam elevados, de L para M e de K para L, os padrões de vencimento de dois cargos de Assistente, em comissão, do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Art. 2.º Para atender, no período de 15 de setembro a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com a execução deste decreto-lei, fica aberto, ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (Anexo 8 do Orçamento Geral da União para 1943) o crédito de Cr\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 53.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.844 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1943

Dispõe sobre a cobrança e fiscalização do imposto de renda

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

TÍTULO I

Da arrecadação por lançamento

PARTE PRIMEIRA

Tributação das pessoas físicas

CAPÍTULO I

DOS CONTRIBUINTES

Art. 1.º As pessoas físicas domiciliadas ou residentes no Brasil que tiverem renda líquida anual superior a Cr\$ 12.000,00, apurada de acordo com este decreto-lei, são contribuintes do imposto de renda, sem distinção de nacionalidade, sexo, idade, estado ou profissão.

Parágrafo único. São também contribuintes as que perceberem rendimentos de bens de que tenham a posse, como se lhes pertencessem, de acordo com a legislação em vigor.

CAPÍTULO II

DA CLASSIFICAÇÃO DOS RENDIMENTOS

Art. 2.º Para os fins do imposto os rendimentos serão classificados em sete cédulas, que se coordenam e denominam pelas primeiras letras do alfabeto.

Art. 3.º Na cédula A serão classificados os rendimentos do capital aplicado em títulos nominativos de dívidas públicas federais, estaduais ou municipais, qualquer que seja a data da emissão, salvo os que gozarem de imunidade fiscal federal expressa em lei.

Art. 4.º Na cédula B serão classificados os seguintes rendimentos de capitais e valores mobiliários, exceto os de dívidas públicas:

- a) juros de cauções, em dinheiro, para garantia de execução de contratos;
- b) juros de fianças, em dinheiro, relativas ao exercício de cargos profissionais e funções públicas;
- c) juros de depósitos, em dinheiro, a prazo e à vista, para qualquer fim, seja qual for o depositário;
- d) juros de dívidas ou empréstimos pecuniários, sejam quais forem as formas contratuais, as garantias da operação e a natureza do título ou contrato, sem distinção quanto ao caráter civil ou comercial da convenção, inclusive os que resultarem de créditos decorrentes de sentenças judiciais;
- e) juros de créditos comerciais, quando tiverem o caráter jurídico de empréstimos;
- f) juros resultantes da venda de imóveis, quando o comprador ficar a dever uma parte ou a totalidade do preço;
- g) saldo credor do balanço de juros em conta corrente.

§ 1.º Os juros de que trata a alínea d, quando dissimulados no contrato, serão fixados pela autoridade lançadora, observadas a taxa usual e a natureza do título ou contrato.

§ 2.º O disposto no parágrafo anterior será aplicado sempre que, intimado a informar os juros de dívidas ou empréstimos, o credor deixar de fazê-lo ou declarar juros menores do que os percebidos.

§ 3.º Os juros de quaisquer outros créditos, inclusive os de transações a prazo, civis ou comerciais, mesmo havendo subrogação, e os de dívidas resultantes da prestação de serviços, serão classificados nas cédulas em que couberem.

§ 4.º Os juros de que trata o § 3.º, no caso de novação que converta o crédito ou dívida inicial em empréstimo, serão classificados na cédula B.

§ 5.º Serão também classificados na cédula B:

- a) as dotações, bonificações, anuidades e quaisquer outros lucros que ultrapassarem a importância da apólice de seguro;
- b) a diferença a maior entre os valores da emissão ou aquisição e os de reembolso ou resgate das ações;
- c) os lucros nas operações de desconto;
- d) os lucros nas operações de "report".

§ 6.º Os rendimentos dos títulos adquiridos entre duas épocas de vencimento de juros, com a condição de o comprador pagar ao vendedor os juros respectivos até a data da venda, serão computados proporcionalmente no rendimento bruto de ambos.

Art. 5.º Na cédula C serão classificados os rendimentos do trabalho, provenientes do exercício de empregos, cargos e funções, tais como vencimentos, soldos, subsídios, ordenados, salários, porcentagens, comissões, gratificações, diárias, ajudas de custo, representações, e quaisquer outros proventos ou vantagens pagos, sob qualquer título e forma contratual, pelos cofres públicos federais, estaduais ou municipais, pelas entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista, pelas firmas e sociedades ou por particulares.

§ 1.º Serão também classificadas na cédula C:

I, as remunerações relativas à prestação de serviços pelos:

- a) caixeiros viajantes;
- b) conselheiros fiscais e de administração e diretores de sociedades anônimas, civis, ou de qualquer espécie.
- c) negociantes em firma individual ou sócios de sociedades comerciais e industriais, quando tais remunerações forem representadas por importância mensal fixa e levadas a despesas gerais ou contas subsidiárias, na contabilidade da firma ou sociedade;

II, as importâncias recebidas a título de meio-soldo e pensão de qualquer natureza.

§ 2.º No caso da alínea b do parágrafo anterior, serão computadas como lucro as quantias excedentes a 20% do capital social realizado ou a Cr\$ 60.000,00, anuais, para cada um dos beneficiados.

§ 3.º A remuneração de que trata a alínea c do parágrafo anterior não poderá exceder a Cr\$ 12.000,00 anuais, quando o capital do beneficiado não fôr superior a Cr\$ 60.000,00; ultrapassando o capital essa quantia, a remuneração poderá atingir a 20% dele, até o limite máximo de Cr\$ 60.000,00 anuais.

§ 4.º A remuneração dos sócios de indústria será admitida de acordo com a cláusula contratual, até o limite máximo de Cr\$ 5.000,00 mensais, observadas as condições da alínea c do § 1.º deste artigo.

§ 5.º As quantias excedentes aos limites fixados nos §§ 2.º, 3.º e 4.º deste artigo serão tributadas como lucro, em poder das firmas ou sociedades.

Art. 6.º Na cédula D serão classificados os rendimentos não compreendidos nas outras cédulas, tais como:

a) honorários do livre exercício das profissões de médico, engenheiro, advogado, dentista, veterinário, professor, contador, jornalista, pintor, escritor, escultor e de outras que se lhes possam assemelhar;

b) proventos de profissões, ocupações e prestação de serviços não comerciais;

c) remunerações dos agentes, representantes e outras pessoas que, tomando parte em atos de comércio, não os pratiquem, todavia, por conta própria;

d) emolumentos e custas dos serventuários de justiça, como tabeliães, notários, oficiais públicos e outros, quando não forem remunerados exclusivamente pelos cofres públicos;

e) corretagens e comissões dos corretores, leiloeiros e despachantes, seus prepostos e adjuntos;

f) lucros da exploração individual de contratos de empreitada única de trabalho, qualquer que seja a natureza, quer se trate de trabalhos arquitetônicos, topográficos, terraplenagem, construções de alvenaria e outras congêneres, quer de serviços de utilidade pública, tanto de estudos como de construções;

g) ganhos de todas as ocupações lucrativas, inclusive os percebidos de sociedades em conta de participação, da locação de móveis, da sublocação de imóveis e da exploração de patentes de invenção, marcas de indústria e de comércio e processos ou fórmulas de fabricação, quando o possuidor auferir lucros sem as explorar diretamente;

h) importâncias correspondentes a direitos autorais.

Parágrafo único. Para efeito da alínea g incluir-se-ão, na cédula D, os rendimentos do comércio e da indústria auferidos por todo aquele que não exercer habitualmente a profissão de comerciante ou industrial.

Art. 7.º Na cédula E serão classificados os rendimentos de capitais imobiliários, tais como aluguel, aforamento e arrendamento de propriedades imóveis, inclusive pastos naturais ou artificiais e campos de invernada.

Parágrafo único. Serão também classificados na cédula E:

a) os juros resultantes da demora no pagamento de aluguéis, aforamento e arrendamento;

b) o valor locativo do prédio urbano construído, quando cedido seu uso gratuitamente.

Art. 8.º Na cédula F serão classificados os rendimentos sujeitos à taxação proporcional em poder das pessoas jurídicas, a saber:

a) os lucros, computando-se o lucro presumido de que trata o art. 40, quando não for apurado o real;

b) as retiradas não escrituradas em despesas gerais ou contas subsidiárias, e as que, mesmo escrituradas nessas contas, não corresponderem à remuneração de serviços prestados às firmas ou sociedades e, ainda, as quantias excedentes aos limites fixados nos §§ 2.º, 3.º e 4.º do art. 5.º;

c) os dividendos de ações nominativas e quaisquer bonificações a elas atribuídas;

d) o valor das ações novas distribuídas aos titulares de ações nominativas ou os interesses superiores aos lucros e dividendos, nos casos:

I, de utilização de quaisquer fundos, inclusive os de amortização e de depreciação;

II, de aumento de capital, com recursos tirados de quaisquer fundos;

III, de valorização do ativo ou de venda de parte deste, sem redução do capital;

e) o valor do resgate de partes beneficiárias ou de fundador e de outros títulos semelhantes, bem como os interesses e quaisquer outros rendimentos desses títulos, quando nominativos.

Parágrafo único. Serão também classificados na cédula F os rendimentos produzidos no estrangeiro, qualquer que seja a sua natureza.

Art. 9.º Na cédula G serão classificados os seguintes rendimentos:

a) da exploração das indústrias extrativas vegetal e animal;

b) da cultura do solo, seja qual for a natureza do produto;

c) da criação animal de qualquer espécie;

d) da transformação dos produtos agrícolas e pecuários, quando feita pelo próprio agricultor ou criador, com matéria prima da propriedade agrícola ou pastoril explorada;

e) da exploração da apicultura, sericicultura e piscicultura.

Parágrafo único. O rendimento líquido desta cédula será determinado de conformidade com o disposto no Capítulo IV da Parte Terceira deste Título.

CAPÍTULO III

DO RENDIMENTO BRUTO

Art. 10. Constituem rendimento bruto, em cada cédula, os ganhos derivados do capital, do trabalho ou da combinação de ambos, e demais proventos previstos neste decreto-lei.

§ 1.º Entrarão no cômputo do rendimento bruto, nas cédulas em que couberem:

a) a importância com que for beneficiado o devedor, nos casos de perdão ou cancelamento de dívida, em troca de serviços prestados;

b) as quantias correspondentes aos rendimentos que decorrerem de cessão de direitos quaisquer;

c) as importâncias originadas dos títulos que tocarem ao meeiro, herdeiro ou legatário, ainda que correspondam a período anterior à data da partilha ou adjudicação dos bens, excluída a parte já tributada em poder do espólio;

d) as importâncias recebidas para custeio de viagem e estada e as de contribuições para a constituição de fundos de beneficência.

§ 2.º Não entrarão no cômputo do rendimento bruto:

a) o capital das apólices de seguro ou pecúlio, pago por morte do segurado;

b) o valor dos bens adquiridos por doação ou herança;

c) os prêmios de seguro restituídos em qualquer caso, inclusive no de renúncia do contrato;

d) o valor locativo do prédio construído, quando ocupado pelo seu proprietário.

§ 3.º Nos casos das alíneas a, b e c do § 2.º d'êste artigo, os juros ou qualquer outro interesse cêsses capitais serão incluídos na declaração de rendimentos.

CAPÍTULO IV

DAS DEDUÇÕES CEDULARES

Art. 11. Poderão ser deduzidas, em cada cédula, as despesas referidas neste capítulo, necessárias à percepção dos rendimentos.

§ 1.º As deduções permitidas serão as que corresponderem a despesas efetivamente pagas.

§ 2.º As despesas deduzidas numa cédula não o serão noutras.

§ 3.º Todas as deduções estarão sujeitas a comprovação ou justificação, a juízo da autoridade lançadora.

§ 4.º Se forem pedidas deduções exageradas em relação ao rendimento bruto declarado, ou se tais deduções não forem cabíveis, de acordo com o disposto neste capítulo, poderão ser glosadas sem audiência de contribuinte.

§ 5.º As deduções glosadas por falta de comprovação ou justificação, exigidas na forma d'êste decreto-lei, não poderão ser restabelecidas depois que o ato se tornar irrecorrível na órbita administrativa.

Art. 12. Na cédula A será permitida a dedução das despesas de comissões e corretagens.

Art. 13. Na cédula B será permitida a dedução das despesas de comissões e corretagens.

Art. 14. Na cédula C será permitida a dedução das seguintes despesas:

a) de viagem e estada, considerando-se como tais:

I, os gastos pessoais de passagem, transporte, alimentação e alojamento;
II, os fretes e carretos de volumes indispensáveis aos fins da viagem;
III, o aluguel de locais destinados a mostruários;

b) de expediente e correspondência;

c) de contribuições às associações científicas, aquisição e assinatura de jornais, revistas e livros técnicos e compra ou aluguel de materiais, instrumentos e utensílios, indispensáveis ao desempenho de funções técnicas;

d) de contribuições para a constituição de fundos de beneficência;

e) de diárias, ajudas de custo e representações, pagas pelos cofres públicos;

f) de diárias, ajudas de custo e representações, pagas por entidades privadas, a critério da repartição.

Art. 15. Na cédula D será permitida a dedução das seguintes despesas:

a) de viagem e estada, atendido o disposto na alínea a do artigo anterior;

b) de expediente, correspondência e publicidade;

c) de contribuições às associações científicas, aquisição e assinatura de jornais, revistas e livros técnicos e compra ou aluguel de materiais, instrumentos e utensílios, indispensáveis ao exercício profissional;

d) de aluguel do imóvel destinado ao exercício da atividade produtora do rendimento;

e) de água, luz, força e telefone, quando realizadas no local destinado ao exercício da atividade produtora do rendimento;

f) de prêmios de seguro contra fogo e outros riscos, das instalações destinadas ao exercício da atividade produtora do rendimento;

g) de salários, ordenados, gratificações e outras remunerações por serviços recebidos em razão da profissão;

h) do aluguel ou custeio de veículos usados pelos médicos ou seus auxiliares, quando em serviço profissional.

§ 1.º Além das enumeradas neste artigo, poderão ser concedidas as seguintes deduções:

a) as quotas razoáveis de depreciação do capital do primeiro estabelecimento, fixadas em relação ao valor de aquisição das instalações e à sua duração;

b) as quotas-partes de lucros distribuídos a terceiros, quando indicados os nomes e as residências das pessoas e as quantias pagas.

§ 2.º Quando for utilizada, para o exercício da atividade, a casa alugada de moradia particular, será permitido deduzir a quinta parte do aluguel, desde que não tenha sido concedida a dedução da alínea d deste artigo, pelo exercício da profissão em outro local.

Art. 16. Na cédula E poderão ser deduzidas, quando correrem por conta do proprietário, as seguintes despesas:

a) de impostos, taxas e emolumentos federais, estaduais ou municipais que gravem o imóvel ou o seu uso, exceto multas e adicionais pagos por excesso de prazos legalmente estabelecidos;

b) de conservação, quando se tratar de prédios construídos;

c) de comissões para arrecadar os rendimentos;

d) de prêmios de seguro contra fogo;

e) de foro, nos casos de enfiteuse.

§ 1.º Além das deduções referidas neste artigo, serão permitidas ainda:

a) aos proprietários de apartamentos — as quotas-partes das despesas comuns de consumo de luz e força elétrica e de pagamento dos ordenados de zelador e ascensorista;

b) aos proprietários de edifícios de apartamentos — as despesas de ar condicionado, de aquecimento e refrigeração de água, de consumo de luz e força elétrica e de pagamento dos ordenados de zelador e ascensorista.

§ 2.º As deduções constantes das alíneas b e c deste artigo, não poderão exceder, respectivamente, a 10% e 5% do rendimento declarado.

Art. 17. As deduções de aluguel, comissões, corretagens, salários, ordenados e gratificações referidas neste capítulo, só serão admitidas quando forem indicados os nomes e residências das pessoas que os receberam, bem como as importâncias pagas.

CAPÍTULO V

DO RENDIMENTO LÍQUIDO

Art. 18. Constitue rendimento líquido, em cada cédula, a diferença entre o rendimento bruto e as deduções cedulares.

Parágrafo único. Quando não fôr solicitada dedução ou quando esta não tiver cabimento, tomar-se-á como líquido o rendimento bruto declarado.

CAPÍTULO VI

DA RENDA BRUTA

Art. 19. Considera-se renda bruta a soma dos rendimentos líquidos das cédulas.

Parágrafo único. Havendo rendimentos apenas de uma cédula, considerar-se-á a importância líquida correspondente como renda bruta.

CAPÍTULO VII

DOS ABATIMENTOS DA RENDA BRUTA

Art. 20. Da renda bruta, observadas as disposições dos §§ 1.º, 3.º e 5.º do art. 11, será permitido abater:

a) os juros de dívidas pessoais, excetuados os decorrentes de empréstimos contraídos para a manutenção ou desenvolvimento de propriedades agrícolas, no caso do art. 57;

b) os prêmios de seguro de vida pagos a companhias nacionais ou autorizadas a funcionar no país, quando forem indicados o nome da companhia e o número da apólice;

c) as perdas extraordinárias, quando decorrerem exclusivamente de casos fortuitos ou de força maior, como incêndio, tempestade, naufrágio ou acidentes da mesma ordem, desde que não compensadas por seguros ou indenizações;

d) as contribuições e doações feitas às instituições filantrópicas de existência legal no país, desde que seja apresentado, com a declaração de rendimentos, documento comprobatório fornecido pela instituição;

e) os encargos de família, à razão de Cr\$ 8.000,00 anuais para o outro cônjuge e de Cr\$ 4.000,00 para cada filho menor ou inválido ou filha solteira ou viúva sem arrimo, obedecidas as seguintes regras:

I, na constância da sociedade conjugal, qualquer que seja o regime de bens, — somente ao cabeça do casal cabe a isenção de Cr\$ 12.000,00 do art. 26 e os abatimentos relativos ao outro cônjuge e aos filhos;

II, no caso de dissolução da sociedade conjugal, em virtude de desquite ou anulação de casamento, a cada cônjuge cabe a isenção de Cr\$ 12.000,00 do art. 26 e o abatimento relativo aos filhos que sustentar, atendido, também, o disposto no parágrafo único do art. 327 do Código Civil.

§ 1.º Da renda bruta é permitido abater os alimentos prestados em virtude de sentença judicial.

§ 2.º Na hipótese do parágrafo anterior, abater-se-á a importância respectiva no caso de o juiz a ter fixado, ou à razão de Cr\$ 4.000,00 anuais,

quando a prestação de alimentos fôr suprida pela hospedagem e sustento, em casa da pessoa a ela obrigada.

§ 3.º Os juros referidos na alínea a d'êste artigo só poderão ser abatidos quando indicados o nome e a residência do credor, o título da dívida e a importância paga.

§ 4.º Para efeito da letra e d'êste artigo, só se computarão os filhos legítimos, legitimados, naturais reconhecidos e adotivos, que não tiverem rendimentos próprios, ou, se os tiverem, desde que tais rendimentos estejam incluídos na declaração do contribuinte.

§ 5.º No caso do n. I, da letra e d'êste artigo, calcular-se-á quanto ao outro cônjuge, o imposto complementar aplicando à porção de renda até Cr\$ 20.000,00 a taxa de 0,5% (meio por cento).

CAPÍTULO VIII

DA RENDA LÍQUIDA

Art. 21. Considera-se renda líquida a diferença entre a renda bruta e os abatimentos de que trata o capítulo anterior.

CAPÍTULO IX

DA BASE DO IMPOSTO

Art. 22. A base do imposto será dada pelos rendimentos brutos, deduções cedulares e abatimentos correspondentes ao ano civil imediatamente anterior ao exercício financeiro em que o imposto fôr devido.

Parágrafo único. Na determinação da base serão computados todos os rendimentos que, no ano considerado, estiverem juridicamente à disposição do beneficiado, inclusive os originados em época anterior.

Art. 23. Para demonstração da veracidade dos rendimentos declarados, bem como das deduções cedulares e abatimentos solicitados, a autoridade lançadora poderá admitir os assentamentos do contribuinte, quando feitos com regularidade e corroborados com documentos comprobatórios.

Parágrafo único. Os livros destinados aos assentamentos não poderão conter emendas, borrões ou rasuras, e deverão ser registrados e autenticados pelas repartições do Imposto de Renda ou, na falta destas, pela estação local arrecadadora do tributo.

CAPÍTULO X

DA INCIDÊNCIA DO IMPOSTO

Art. 24. O imposto a que estão sujeitas as pessoas físicas divide-se em cedular e complementar.

§ 1.º O imposto cedular incidirá sobre os rendimentos classificados nas cédulas a, b, c, d e e o complementar sobre a renda constituída pela soma d'esses rendimentos e dos classificados nas cédulas f e g.

§ 2.º Calcular-se-á o imposto cedular aplicando taxas proporcionais ao rendimento líquido definido no art. 18 e o complementar pela aplicação de taxas progressivas à renda líquida de que trata o art. 21.

CAPÍTULO XI

DAS TAXAS PROPORCIONAIS

Art. 25. As taxas proporcionais são as seguintes:

- Cédula a — 3% (três por cento).
 Cédula b — 8% (oito por cento).
 Cédula c — 1% (um por cento).
 Cédula d — 2% (dois por cento).
 Cédula e — 3% (três por cento).

CAPÍTULO XII

DAS TAXAS PROGRESSIVAS

Art. 26. As taxas progressivas são as seguintes:

Até	Cr\$ 12.000,00	Isento
Entre	Cr\$ 12.000,00 e Cr\$ 20.000,00	0,5%
Entre	Cr\$ 20.000,00 e Cr\$ 30.000,00	1%
Entre	Cr\$ 30.000,00 e Cr\$ 60.000,00	3%
Entre	Cr\$ 60.000,00 e Cr\$ 90.000,00	5%
Entre	Cr\$ 90.000,00 e Cr\$ 120.000,00	7%
Entre	Cr\$ 120.000,00 e Cr\$ 150.000,00	9%
Entre	Cr\$ 150.000,00 e Cr\$ 200.000,00	12%
Entre	Cr\$ 200.000,00 e Cr\$ 300.000,00	13%
Entre	Cr\$ 300.000,00 e Cr\$ 400.000,00	15%
Entre	Cr\$ 400.000,00 e Cr\$ 500.000,00	17%
Entre	Cr\$ 500.000,00 e Cr\$ 600.000,00	18%
Entre	Cr\$ 600.000,00 e Cr\$ 700.000,00	19%
Acima de	Cr\$ 700.000,00	20%

§ 1.º No cálculo do imposto complementar as taxas recaem sobre a porção de renda compreendida entre os limites assinalados em cada classe.

§ 2.º O imposto complementar é a soma das parcelas correspondentes a cada classe, até o limite indicado pela renda líquida considerada.

§ 3.º As taxas constantes da tabela, a partir de Cr\$ 200.000,00, serão acrescidas de um adicional sobre a renda, que será cobrado com o imposto complementar e vigorará nos exercícios de 1944 e 1945.

§ 4.º O imposto adicional de que trata o parágrafo anterior será cobrado na seguinte base:

Entre	Cr\$ 200.000,00 e Cr\$ 300.000,00	2%
Entre	Cr\$ 300.000,00 e Cr\$ 400.000,00	3%
Entre	Cr\$ 400.000,00 e Cr\$ 500.000,00	4%
Entre	Cr\$ 500.000,00 e Cr\$ 600.000,00	6%
Entre	Cr\$ 600.000,00 e Cr\$ 700.000,00	8%
Acima de	Cr\$ 700.000,00	10%

PARTE SEGUNDA

Tributação das pessoas jurídicas

CAPÍTULO I

DOS CONTRIBUINTES

Art. 27. As pessoas jurídicas de direito privado domiciliadas no Brasil, que tiverem lucros apurados de acôrdo com êste decreto-lei, são contribuintes do imposto de renda, sejam quais forem os seus fins e nacionalidade.

§ 1.º Ficam equiparadas às pessoas jurídicas, para efeito dêste decreto-lei, as firmas individuais e os que praticarem, habitual e profissionalmente, em seu próprio nome, operações de natureza civil ou comercial com o fim especulativo de lucro.

§ 2.º As disposições dêste artigo aplicam-se a tôdas as firmas e sociedades, registadas ou não.

CAPÍTULO II

DAS ISENÇÕES

Art. 28. Estão isentas de imposto de renda:

a) as sociedades e fundações de caráter beneficente, filantrópico, caritativo, religioso, educativo, cultural, instrutivo, científico, artístico, literário, recreativo e esportivo;

b) as associações e sindicatos que tenham por objeto cuidar dos interesses de seus associados;

c) as sociedades cooperativas de caráter mercantil, bem como as de natureza civil abaixo enumeradas:

I, de produção ou trabalho agrícolas;

II, de beneficiamento e venda, em comum, de produtos agrícolas ou de origem animal, não transformados industrialmente;

III, de compra, em comum, sem intuito de revenda, de animais, plantas vivas, mudas, sementes, adubos, inseticidas, máquinas, instrumentos, matérias primas e produtos manufaturados, úteis à lavoura ou à pecuária, para o abastecimento de sítios ou fazendas;

IV, de seguros mútuos contra a geada, mortandade do gado e outros flagelos;

V, de crédito agrícola;

VI, de consumo, quando não tenham estabelecimento aberto ao público e vendam exclusivamente aos associados;

VII, de construção de habitações populares para venda unicamente aos associados;

VIII, editoras e de cultura intelectual, embora mantenham oficinas próprias de compor, imprimir, gravar, brochar e encadernar livros, opúsculos, revistas e periódicos, desde que tais edições e trabalhos gráficos sejam de exclusivo proveito dos associados ou se destinem unicamente à propaganda da sociedade ou da instituição cooperativista, sem estabelecimento aberto ao público;

IX, escolares;

X, de seguros contra acidentes do trabalho.

Parágrafo único. Cessará a isenção:

a) quando as fundações, sociedades e associações referidas nas alíneas a e b deste artigo remunerarem suas diretorias ou distribuírem lucros sob qualquer forma;

b) quando as sociedades cooperativas distribuírem dividendos aos seus associados, não se considerando dividendo o juro fixo até 12% ao ano, atribuído ao capital social realizado de acordo com a legislação cooperativista vigente.

Art. 29. As isenções de que trata o artigo anterior serão reconhecidas mediante requerimento das interessadas, provando:

- a) personalidade jurídica;
- b) finalidade;
- c) natureza das atividades;
- d) caráter dos recursos e condições em que são obtidos;
- e) aplicação integral dos lucros na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais.

Art. 30. As companhias estrangeiras de navegação marítima e aérea estarão isentas do imposto de renda, se, no país de sua nacionalidade, as companhias brasileiras de igual objetivo gozarem da mesma prerrogativa.

Art. 31. A isenção concedida às pessoas jurídicas não aproveita aos que delas percebam rendimentos sob qualquer título e forma.

CAPÍTULO III

DA TRIBUTAÇÃO

Art. 32. As pessoas jurídicas serão tributadas de acordo com os lucros reais verificados, anualmente, segundo o balanço e a demonstração da conta de lucros e perdas.

Art. 33. É facultado às pessoas jurídicas, salvo às sociedades por ações e às por quotas de responsabilidade limitada, optar pela tributação baseada no lucro presumido, segundo a forma estabelecida no art. 40.

§ 1.º O disposto neste artigo não se aplica às pessoas jurídicas cujo capital exceder a Cr\$ 50.000,00 ou cujo movimento bruto anual for superior a Cr\$ 200.000,00, nem às filiais, sucursais ou agências no país das firmas e sociedades com sede no estrangeiro, as quais serão sempre tributadas pelo lucro real.

§ 2.º A opção é irrevogável e será feita, em cada exercício, na própria declaração de rendimentos, devidamente subscrita.

Art. 34. Para os efeitos do imposto sobre o lucro real, as pessoas jurídicas ficam obrigadas a escriturar seus livros na forma estabelecida pela legislação comercial, em idioma do país e de modo que demonstre, anualmente, o resultado de suas atividades no território nacional.

§ 1.º As pessoas referidas na parte final do § 1.º do art. 27, que declararem o lucro real, ficarão sujeitas a comprová-lo por meio de escrituração regularmente feita, observado o disposto no parágrafo único do art. 23.

§ 2.º É facultado às pessoas jurídicas que possuírem filiais, sucursais ou agências, manter contabilidade centralizada, desde que tal contabilidade demonstre, com exatidão e clareza, os elementos de que se compõem as operações do exercício e os seus resultados.

§ 3.º A inobservância do disposto neste artigo dará ao fisco a faculdade de arbitrar o lucro à razão de 30% sobre a soma dos valores do ativo imobilizado, disponível e realizável a curto e a longo prazo, ou de 15% a 50% do capital ou da receita bruta definida nos §§ 1.º e 2.º do art. 40, a juízo da autoridade lançadora.

§ 4.º As disposições deste artigo aplicam-se, também, às filiais, sucursais ou agências, no Brasil, das pessoas jurídicas com sede no estrangeiro.

Art. 35. As pessoas jurídicas, cujos resultados provenham de atividades exercidas parcialmente fora e dentro do país, ficam sujeitas ao disposto na Parte Segunda do Título I, tributando-se, apenas, os resultados derivados de fontes nacionais.

Parágrafo único. Consideram-se resultados derivados de atividades exercidas parcialmente fora e dentro do país, os que provierem:

- a) das operações de comércio iniciadas no Brasil e ultimadas no exterior e vice-versa;
- b) da exploração de matéria bruta no território nacional, embora beneficiada, vendida ou utilizada no estrangeiro e vice-versa;
- c) dos transportes e outros meios de comunicação com os países estrangeiros.

Art. 36. As pessoas jurídicas que explorarem a venda de propriedades imobiliárias a prestações devem destacar, na sua contabilidade, o reembolso de capital, o lucro e os juros em cada prestação recebida, para a apuração do resultado anual dessas operações.

CAPÍTULO IV

DOS LUCROS

SEÇÃO I

Do lucro real

Art. 37. Constitue lucro real a diferença entre o lucro bruto e as seguintes deduções:

- a) as despesas relacionadas com a atividade explorada, realizadas no decurso do ano social e necessárias à percepção do lucro bruto e à manutenção da fonte produtora;
- b) os juros de dívidas contraídas para o desenvolvimento das firmas ou sociedades;
- c) as quotas razoáveis destinadas à formação de provisão para atender a perdas na liquidação de dívidas ativas, tendo-se em vista sua natureza e volume, bem como o gênero de negócio;
- d) as quotas para constituição de fundos de depreciação, devido ao desgaste dos materiais, calculadas em relação ao custo das propriedades móveis e à duração das mesmas;
- e) as quotas para constituição de fundos destinados a substituir instalações que possam cair em desuso ou que se tornem obsoletas, desde que sejam razoáveis e não ultrapassem as comumente aceitas em tais casos;
- f) as quotas para constituição de fundos de exaustão ou esgotamento de capitais invertidos na exploração de minas, jazidas e florestas, observada a restrição da alínea e.

§ 1.º Além dessas deduções, serão permitidas as seguintes:

a) quanto às sociedades de capitalização e às de seguro de qualquer natureza, as reservas técnicas, constituídas obrigatória e especialmente para garantia de suas operações, na forma da legislação em vigor;

b) quanto aos concessionários de serviços de utilidade pública, as quotas destinadas à amortização de capitais invertidos em bens reversíveis.

§ 2.º As filiais, sucursais ou agências no Brasil, das firmas ou sociedades com sede no estrangeiro, só poderão deduzir as despesas realizadas no território nacional e as quotas de amortização e depreciação das propriedades móveis existentes no país.

Art. 38. As pessoas jurídicas instruirão suas declarações com os seguintes documentos, relativos a um período de doze meses consecutivos de operações, encerrado em qualquer data do ano civil que anteceder imediatamente ao exercício financeiro em que o imposto for devido:

a) cópia do balanço de ativo e passivo;

b) cópia da demonstração da conta de lucros e perdas;

c) desdobramento da conta de despesas gerais por natureza de gastos;

d) demonstração da conta de mercadorias, fabricação ou produção;

e) relação discriminativa dos créditos considerados incobráveis e debitados à conta de provisão ou de lucros e perdas, com indicação do nome e endereço do devedor, do valor e data do vencimento da dívida e da causa que impossibilitou a cobrança.

Parágrafo único. As sociedades que operam em seguros, além dos documentos enumerados nas letras a, b e c, apresentarão os seguintes:

a) mapa estatístico das operações de cada semestre;

b) relação discriminativa dos prêmios recebidos com indicação das importâncias globais e dos períodos correspondentes;

c) relação discriminativa das reclamações ajustadas em seus valores reais, com indicação de terem sido ajustadas em juízo ou fora dele, bem como das por ajustar, baseadas na estimativa feita pela sociedade.

Art. 39. Os balanços, demonstrações da conta de lucros e perdas, extratos, discriminações de contas ou lançamentos e quaisquer outros documentos de contabilidade, deverão ser assinados por atuários, peritos-contadores, contadores ou guarda-livros legalmente registrados, com indicação do número do respectivo registro.

§ 1.º Esses profissionais, dentro do âmbito de sua atuação e no que se referir à parte técnica, serão responsabilizados, juntamente com os contribuintes, por qualquer falsidade dos documentos que assinarem e pelas irregularidades de escrituração praticadas no sentido de fraudar o imposto de renda.

§ 2.º Verificada a falsidade do balanço ou de qualquer outro documento de contabilidade, assim como da escrita dos contribuintes, o profissional que houver assinado tais documentos será pelo diretor do Imposto de Renda ou pelos delegados regionais, independentemente da ação criminal que no caso couber, declarado sem idoneidade para assinar quaisquer peças ou documentos contábeis sujeitos à apreciação das repartições do Imposto de Renda.

§ 3.º Do ato do diretor do Imposto de Renda ou dos delegados regionais, declarando a falta de idoneidade referida no parágrafo anterior caberá recurso, dentro do prazo de vinte dias, para o diretor geral da Fazenda Nacional e para o diretor do Imposto de Renda, respectivamente.

§ 4.º Passada em julgado, na esfera administrativa, a decisão proferida em processo de que conste fraude ou falsidade, aos profissionais considerados não idôneos será aplicada a multa de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 500,00.

§ 5.º Para efeito d'êste artigo os atuários, peritos-contadores, contadores e guarda-livros são obrigados a comunicar às repartições do Imposto de Renda os nomes e domicílios das pessoas jurídicas de cuja escrita estejam encarregados.

SECÇÃO II

Do lucro presumido

Art. 40. O lucro presumido será determinado pela aplicação do coeiciente de 8 % sobre a receita bruta.

§ 1.º Constitue receita bruta a soma das operações realizadas por conta própria e das remunerações recebidas como preço de serviços prestados.

§ 2.º Incluem-se na receita bruta as receitas totais de transações alheias ao objeto do negócio.

Art. 41. A comprovação da receita bruta será feita com a relação das vendas de conta própria registadas nos livros fiscaes, durante o ano civil imediatamente anterior ao exercício financeiro em que o imposto for devido, e com os lançamentos feitos durante o ano social a crédito da conta ou contas que registem a receita da firma ou sociedade.

Art. 42. Do lucro presumido não será permitida dedução de qualquer espécie.

CAPÍTULO V

DA BASE DO IMPOSTO

Art. 43. A base do imposto será dada pelo lucro real ou presumido correspondente ao ano social ou civil anterior ao exercício financeiro em que o imposto for devido.

§ 1.º Serão adicionados ao lucro real, para tributação em cada exercício financeiro:

a) as quantias applicadas na aquisição de bens de qualquer natureza, quando levadas a lucros e perdas;

b) as retiradas não debitadas em despesas-gerais ou contas subsidiárias, e as que, mesmo escrituradas nessas contas, não correspondam à remuneração mensal fixa por prestação de serviços;

c) as importâncias excedentes aos limites fixados nos §§ 2.º, 3.º e 4.º do art. 5.º;

d) os ordenados e porcentagens pagos a membros das diretorias das sociedades por ações, que não residam no país;

e) os juros sobre o capital ou quota social attribuídos ao titular e sócios das firmas e sociedades;

f) as quotas destinadas a fundos de reserva, quaisquer que sejam as designações que tiverem, inclusive lucros suspensos, ressalvados o disposto na alínea a, do § 1.º, do art. 37;

g) as quantias tiradas de quaisquer fundos ainda não tributados, para aumento do capital social;

h) as quantias correspondentes ao aumento do valor do ativo em virtude de novas avaliações, ou à venda de parte do mesmo, desde que não representem restituições de capital;

i) as quantias relativas às ações novas e interesses distribuídos com recursos tirados de quaisquer fundos ainda não tributados.

§ 2.º Não serão adicionados ao lucro real:

a) as porcentagens dos interessados nos lucros das firmas ou sociedades;

b) as participações dos governos da União, dos Estados e dos Municípios nos lucros dos concessionários de serviços de utilidade pública e em outros quaisquer;

c) os lucros e dividendos que já houverem sofrido a taxaçaõ proporcional em poder das sociedades que os distribuíram, desde que se prove o pagamento;

d) os rendimentos de títulos ao portador.

CAPÍTULO VI

DAS TAXAS DO IMPOSTO

Art. 44. As pessoas jurídicas pagarão, sobre os lucros apurados de acôrdo com este decreto-lei, o imposto proporcional de 6 % e o imposto adicional de 2 %, exceto as sociedades civis que pagarão, sobre os mesmos lucros, o imposto proporcional de 3 % e o imposto adicional de 1 %.

Parágrafo único. Os impostos adicionais de que trata este artigo serão cobrados com o imposto proporcional e vigorarão nos exercícios financeiros de 1944 e 1945.

PARTE TERCEIRA

Casos especiais de tributação

CAPÍTULO I

DO ESPÓLIO

Art. 45. No caso de falecimento do contribuinte, a declaração de rendimentos e o lançamento do imposto serão feitos, até a partilha ou a adjudicação dos bens, em nome do espólio.

Parágrafo único. Aplicam-se ao espólio as normas a que estão sujeitas as pessoas físicas, observado o disposto neste capítulo.

Art. 46. A partir da abertura da sucessão e enquanto não for comunicada a homologação da partilha ou a adjudicação dos bens, as obrigações estabelecidas neste decreto-lei ficam a cargo do inventariante.

Parágrafo único. A comunicação de que trata este artigo será feita à repartição lançadora do local do último domicílio do *de cujus*, pelo inventariante ou qualquer herdeiro, juntando-se os documentos comprobatórios.

Art. 47. Quando o contribuinte falecer antes de extinto o prazo para a entrega da declaração e não tiver sido até esse momento homologada a partilha ou feita a adjudicação dos bens, a base do imposto será dada pelos rendimentos do ano anterior, exceto quanto aos do trabalho, que serão os auferidos no ano do falecimento.

Parágrafo único. Se o inventário ultimar-se antes de 30 de abril, a declaração será imediatamente apresentada, não com base nos rendimentos do ano anterior, mas nos auferidos durante o período de 1 de janeiro até o dia da partilha ou da adjudicação dos bens.

Art. 48. A isenção de Cr\$ 12.000,00 do art. 26 será considerada no exercício financeiro em que ocorrer o falecimento do contribuinte.

Parágrafo único. Nos exercícios subsequentes, se a renda líquida fôr superior a Cr\$ 12.000,00, calcular-se-á o imposto complementar aplicando à porção de renda até Cr\$ 20.000,00 a taxa de 0,5% (meio por cento), sem se atender ao limite de isenção, observando-se, daí em diante, as taxas progressivas constantes do art. 26.

Art. 49. Quando se apurar, pela abertura da sucessão, que o *de cujus* não apresentou declaração para os exercícios anteriores, ou o fez com omissão de rendimentos, cobrar-se-á do espólio o imposto respectivo, acrescido da multa de mora de 10 %.

Parágrafo único. Se as faltas forem cometidas pelo inventariante serão punidas com as multas previstas no Capítulo III do Título III d'êste decreto-lei.

Art. 50. Na falta de pagamento pelo inventariante, o cônjuge meeiro e os herdeiros e legatários responderão solidariamente pela totalidade do débito, dentro das forças da meação, herança ou legado.

CAPÍTULO II

DA LIQUIDAÇÃO, EXTINÇÃO E SUCESSÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

Art. 51. As firmas e sociedades em liquidação serão tributadas, até findar-se esta, de acôrdo com as normas estabelecidas na Parte Segunda do Título I.

Parágrafo único. Últimada a liquidação, proceder-se-á de conformidade com o disposto no artigo seguinte.

Art. 52. Se uma firma ou sociedade se extinguir antes de 30 de abril, a base do imposto será dada pelos lucros correspondentes aos meses em que funcionou no exercício da extinção, devendo ser imediatamente apresentada a declaração de rendimentos.

Parágrafo único. Extinguindo-se depois dessa data, prevalecerá a declaração apresentada com base nos resultados do ano anterior, sem ficar obrigada a nova declaração de rendimentos pelo fato da extinção.

Art. 53. A extinção de uma firma ou sociedade de pessoas não exime o titular ou os sócios da responsabilidade solidária do débito fiscal.

Art. 54. Ressalvado o disposto no § 1.º do art. 33, o imposto continuará a ser pago como se não houvesse alteração nas firmas ou sociedades, nos casos de:

- a) sucessão, na forma da legislação em vigor;
- b) transformação de uma firma ou sociedade em outra de qualquer espécie;
- c) continuação da atividade explorada pela sociedade ou firma extinta, por qualquer sócio remanescente ou pelo espólio, sob a mesma ou nova razão social, ou firma individual.

Art. 55. Os continuadores e sucessores respondem pelo pagamento do débito fiscal da firma ou sociedade anterior.

CAPÍTULO III

DAS EMPREITADAS DE CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS E SEMELHANTES

Art. 56. Em casos como os de empreitadas de construção de estradas, a tributação abrangerá a totalidade dos resultados apurados em balanço final, relativo ao período da construção.

CAPÍTULO IV

DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E PASTORIL E DAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS
VEGETAL E ANIMAL

Art. 57. Para determinar o rendimento líquido da exploração agrícola ou pastoril e das indústrias extrativas vegetal e animal, de que trata o parágrafo único do art. 9.º, aplicar-se-á o coeficiente de 5 % sobre o valor da propriedade.

§ 1.º Considera-se valor da propriedade o representado pelas terras exploradas, pastagens, construções, benfeitorias, maquinismos, máquinas agrícolas, culturas permanentes, gado de trabalho e de renda.

§ 2.º Na hipótese de não ser possível conhecer com exatidão o valor das construções, benfeitorias, maquinismos e máquinas agrícolas, este será arbitrado em 10 % do valor venal das terras, registado nas repartições estaduais para efeito da cobrança do imposto territorial.

§ 3.º No caso de arrendamento, o rendimento líquido será apurado de acordo com os elementos de que dispuser a repartição, excluído o valor dos bens arrendados.

§ 4.º Do rendimento líquido, determinado na forma deste artigo, não será permitida dedução de qualquer espécie.

Art. 58. É facultado ao contribuinte que perceber rendimentos da exploração agrícola ou pastoril e das indústrias extrativas vegetal e animal optar pela tributação baseada no resultado real, desde que o possa comprovar por meio de escrituração feita de forma a merecer fé.

Parágrafo único. No caso deste artigo, não são dedutíveis as quantias aplicadas na aquisição de bens de qualquer natureza, nem as despesas pessoais do contribuinte, salvo as de alimentação, com recursos da propriedade agrícola.

Art. 59. Os parceiros na exploração agrícola ou pastoril e na das indústrias extrativas vegetal e animal serão tributados, separadamente, na proporção do que a cada um couber dos rendimentos.

CAPÍTULO V

DA TRANSFERÊNCIA DE RESIDÊNCIA PARA O BRASIL

SECÇÃO I

Das pessoas anteriormente submetidas ao regime de tributação na fonte

Art. 60. Quando o residente no estrangeiro estiver submetido ao regime de tributação na fonte previsto no art. 99 e transferir residência para o Brasil, ficará sujeito ao imposto, como residente ou domiciliado no país, no ano que se seguir ao da mudança.

Parágrafo único. No caso deste artigo, a declaração abrangerá a totalidade dos rendimentos e deduções relativos ao ano da mudança, na forma do disposto no art. 22.

SECÇÃO II

Dos que iniciam a percepção de rendimentos no país

Art. 61. As pessoas que, no correr de um exercício financeiro, transferirem residência para o território nacional e, nesse mesmo exercício, iniciarem a percepção de rendimentos tributáveis de acordo com este decreto-lei,

estarão sujeitas ao imposto no exercício seguinte, como residentes ou domiciliadas no país.

Parágrafo único. No caso dêste artigo, serão declarados os rendimentos percebidos entre a data da chegada e o último dia do ano civil.

CAPÍTULO VI

DO INÍCIO DE NEGÓCIO

Art. 62. Para as pessoas jurídicas que iniciarem transações em um ano, a base do imposto, para o exercício seguinte, será dada pelos lucros apurados de acôrdo com este decreto-lei e que corresponderem ao período entre o início do negócio e o dia 31 de dezembro.

Parágrafo único. No caso dêste artigo, se as firmas ou sociedades não tiverem realizado balanço em 31 de dezembro, serão tributadas pelo lucro presumido, segundo a forma estabelecida no art. 40.

PARTE QUARTA

Disposições aplicáveis ao regime de arrecadação por lançamento

CAPÍTULO I

DA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

Art. 63. Até 30 de abril de cada ano, as pessoas físicas e jurídicas, por si ou por intermédio de representantes habilitados, são obrigadas a apresentar declaração de seus rendimentos.

§ 1.º Não haverá essa obrigação para as pessoas físicas, salvo exigência da autoridade fiscal, quando a soma dos rendimentos brutos não exceder a Cr\$ 12.000,00 anuais.

§ 2.º Quando motivos de força maior, devidamente justificados perante o chefe da repartição lançadora, impossibilitarem a entrega da declaração dentro do prazo acima estabelecido, poderá ser concedida, mediante requerimento, uma só prorrogação até 60 dias.

§ 3.º Depois de 30 de abril, a declaração só será recebida se ainda não tiver sido notificado o contribuinte do início do processo de lançamento *ex-officio* de que trata a alínea a do art. 77.

§ 4.º É vedado ao contribuinte, depois de notificado do lançamento do imposto ou do início do processo de lançamento *ex-officio*, requerer a retificação da sua declaração, para o fim de incluir deduções e abatimentos que, anteriormente àqueles atos, não pleiteara.

§ 5.º A firma ou sociedade que, depois de iniciada a ação fiscal, por meio de exame de escrita, requerer a retificação de rendimentos de sua declaração não se eximirá, por isso, das penalidades previstas em lei, applicando-se o mesmo procedimento a tôdas as pessoas físicas ou jurídicas, quanto aos rendimentos oriundos da firma ou sociedade a que se referir aquele exame.

Art. 64. As fórmulas de declaração obedecerão aos modelos aprovados pelo diretor do Imposto de Renda e serão assinadas pelos contribuintes ou seus representantes, esclarecendo êstes que o fazem em nome daqueles.

Art. 65. As pessoas físicas que perceberem rendimentos de várias fontes, na mesma ou em diferentes localidades, farão uma só declaração.

Parágrafo único. Em cada cédula, os rendimentos, bem como as deduções solicitadas, serão discriminados por fontes e localidades de que provenham.

Art. 66. Aqueles que declararem rendimentos de bens em condomínio deverão indicar essa circunstância.

Art. 67. Na constância da sociedade conjugal, os cônjuges deverão fazer declaração conjunta de seus rendimentos, inclusive os do trabalho ou das pensões de que tiverem o gozo privativo.

Parágrafo único. Se o regime for o da separação de bens, é facultado a qualquer dos cônjuges apresentar declaração em separado, relativamente aos rendimentos próprios.

Art. 68. No caso de dissolução da sociedade conjugal por morte de um dos cônjuges, o sobrevivente apresentará declaração de rendimentos relativa às importâncias que perceber do seu trabalho próprio, das pensões de que tiver gozo privativo ou de quaisquer bens que não se incluam no monte a partilhar.

Art. 69. As pessoas jurídicas com sede no país e as filiais, sucursais ou agências das pessoas jurídicas com sede no estrangeiro, que centralizarem a contabilidade das subordinadas ou congêneres, cu que incorporarem aos seus os resultados daquelas, deverão apresentar uma só declaração na repartição do local onde estiver o estabelecimento centralizador ou principal, devendo as subordinadas ou congêneres fazer a necessária comunicação à repartição das respectivas circunscrições fiscais.

Parágrafo único. As firmas ou sociedades coligadas, bem como as controladoras e controladas, deverão apresentar declaração em separado, quanto ao resultado da sua atividade.

Art. 70. As declarações deverão ser apresentadas à repartição competente situada no lugar do domicílio fiscal dos contribuintes.

Art. 71. As declarações, acompanhadas ou não de cheques, poderão ser entregues pessoalmente ou remetidas em carta registada, pelo correio.

Parágrafo único. A repartição dará o recibo da declaração no ato da entrega, quando feita pessoalmente, e encaminha-lo-á ao domicílio fiscal do contribuinte, no caso de remessa da declaração pelo correio.

Art. 72. São competentes para receber as declarações de rendimentos:

- a) as Delegacias Regionais do Imposto de Renda;
- b) as Delegacias Seccionais e inspetores do Imposto de Renda, Alfândegas, Mesas de Rendas, Coletorias Federais e Postos e Registos Fiscais.

Art. 73. Os domiciliados no país, ausentes no estrangeiro, a serviço da Nação ou por motivo de estudos, que receberem rendimentos pela Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior, deverão apresentar suas declarações naquela repartição.

CAPÍTULO II

DA REVISÃO DAS DECLARAÇÕES

Art. 74. As declarações de rendimentos estarão sujeitas à revisão das repartições lançadoras, que exigirão os comprovantes necessários.

§ 1.º A revisão será feita com elementos da que dispuser a repartição, esclarecimentos verbais ou escritos solicitados aos contribuintes, ou por outros meios facultados neste decreto-lei.

§ 2.º Os pedidos de esclarecimentos deverão ser respondidos dentro do prazo de 10 dias contados da data em que tiverem sido recebidos.

§ 3.º O contribuinte que deixar de atender ao pedido de esclarecimentos ficará sujeito ao lançamento *ex-officio* de que trata a alínea *b* do art. 77.

Art. 75. Os funcionários do Imposto de Renda, destacados em serviço de inspecção no interior dos Estados, poderão, quando devidamente autorizados, proceder à revisão das declarações.

CAPÍTULO III

DO LANÇAMENTO DO IMPOSTO

SECÇÃO I

Do lançamento com base na declaração

Art. 76. Feita a revisão da declaração de rendimentos, proceder-se-á ao lançamento do imposto, notificando-se o contribuinte do débito apurado.

SECÇÃO II

DO LANÇAMENTO "EX-OFFICIO"

SUBSECÇÃO I

Dos casos de lançamento "ex-officio"

Art. 77. O lançamento *ex-officio* terá lugar quando o contribuinte:

- a) não apresentar declaração de rendimentos;
- b) deixar de atender ao pedido de esclarecimentos que lhe fôr dirigido, recusar-se a prestá-los ou não os prestar satisfatoriamente;
- c) fizer declaração inexata, considerando-se como tal não só a que omitir rendimentos como também a que contiver dedução de despesas não efetuadas ou abatimentos indevidos.

SUBSECÇÃO II

Do procedimento

Art. 78. O processo será iniciado por despacho da autoridade lançadora mandando intimar o interessado para, no prazo de 10 dias, prestar esclarecimentos.

§ 1.º As intimações serão feitas por meio de registado postal, com direito a recibo de volta (A.R.), ou pessoalmente, mediante declaração de ciência no processo, ou, ainda, por edital publicado uma vez na imprensa ou afixado na repartição, quando impraticáveis os dois primeiros meios.

§ 2.º Se os esclarecimentos não forem apresentados para sua juntada ao processo, certificar-se-á nêle essa circunstância; quando feita a intimação por registado postal, juntar-se-á o recibo de volta (A.R.), e quando por edital, mencionar-se-á o nome do jornal em que foi publicado ou o lugar em que esteve afixado.

§ 3.º A autoridade lançadora apreciará o processo; se o julgar improcedente, mandará arquivá-lo; no caso contrário, autorizará o lançamento mandando cobrar o imposto com a multa cabível, de acôrdo com o art. 145.

SUBSECÇÃO III

Da base

Art. 79. Far-se-á o lançamento *ex-officio*:

a) arbitrando os rendimentos, mediante os elementos de que se dispuser, nos casos de falta de declaração;

b) abandonando as parcelas que não tiverem sido esclarecidas e fixando os rendimentos tributáveis de acordo com as informações de que se dispuser, quando os esclarecimentos deixarem de ser prestados; forem recusados ou não forem satisfatórios;

c) computando as importâncias não declaradas, ou arbitrando o rendimento tributável de acordo com os elementos de que se dispuser, nos casos de declaração inexata.

§ 1.º Os esclarecimentos prestados só poderão ser impugnados pelos lançadores, com elemento seguro de prova, ou indício veemente de sua falsidade ou inexactidão.

§ 2.º Na hipótese de lançamento *ex-officio* por falta de declaração de rendimentos, a não apresentação dos esclarecimentos dentro do prazo de que trata o art. 78 acarretará, para as pessoas físicas, a perda do direito de deduções e abatimentos previstos neste decreto-lei e, para as pessoas jurídicas, a perda do direito de opção referido no art. 33.

SECÇÃO III

DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO LANÇAMENTO DO IMPOSTO

Art. 80. As pessoas físicas serão lançadas individualmente pelos rendimentos que perceberem do seu capital, do seu trabalho próprio ou das pensões de que tiverem gozo privativo, ressalvada a hipótese do § 4.º, *in-line*, do art. 20.

Parágrafo único. Na constância da sociedade conjugal, salvo no caso do parágrafo único do art. 67, far-se-á o lançamento em nome do marido, abrangendo os rendimentos do casal.

Art. 81. As pessoas jurídicas serão lançadas em nome da matriz, tanto por seu movimento próprio como pelo de suas filiais, sucursais, agências ou representações.

§ 1.º Se a matriz funcionar no estrangeiro, o lançamento será feito em nome de cada uma das filiais, sucursais, agências ou representações no país, ou no da que centralizar a escrituração de todas.

§ 2.º No caso das coligadas, controladoras ou controladas, o lançamento será feito em nome de cada uma delas.

Art. 82. O contribuinte será notificado do lançamento no distrito onde estiver o seu domicílio fiscal.

Art. 83. A notificação do lançamento far-se-á por registado postal, com direito a recibo de volta (A.R.), ou por edital.

§ 1.º Far-se-á a notificação por edital, quando for desconhecido ou incerto o endereço do contribuinte, ou quando este se encontrar ausente no estrangeiro.

§ 2.º O edital não mencionará a importância do imposto e será publicado uma vez na imprensa ou, na falta desta, afixado na repartição.

Art. 84. O lançamento do imposto cabe às Delegacias Regionais e Seccionais do Imposto de Renda.

Parágrafo único. Quando especialmente autorizados, também farão lançamentos os funcionários incumbidos da fiscalização do imposto no interior dos Estados.

CAPÍTULO IV

DO PAGAMENTO DO IMPOSTO

SECÇÃO I

Disposições gerais

Art. 85. O imposto devido pelas pessoas físicas e jurídicas deverá ser pago de uma só vez, quando inferior a Cr\$ 100,00 e Cr\$ 500,00, respectivamente.

§ 1.º Tratando-se de imposto superior a essas quantias, é permitido, às pessoas físicas, o pagamento em quatro quotas iguais e, às jurídicas, em três quotas, também iguais.

§ 2.º Nos casos de lançamento *ex-officio* e de declaração entregue fora do prazo, permitir-se-á o pagamento do débito na forma do parágrafo anterior.

Art. 86. O pagamento do imposto, no ato da entrega da declaração de rendimentos, só poderá ser efetuado na sua totalidade.

Parágrafo único. Deverá ser efetuado, também em sua totalidade, e no ato da entrega da declaração, o pagamento do imposto devido, quando se verificar a hipótese do art. 52.

SECÇÃO II

DOS MEIOS DE PAGAMENTO

Art. 87. O pagamento do imposto será feito em dinheiro ou por cheque.

Art. 88. Os cheques serão cruzados e pagáveis ao Banco do Brasil.

Parágrafo único. Quando os cheques não estiverem cruzados, será feito imediatamente o cruzamento e a indicação "Banco do Brasil".

Art. 89. Os cheques destinados ao pagamento do imposto poderão ser emitidos pelo contribuinte ou por outra qualquer pessoa.

SECÇÃO III

DO LUGAR DO PAGAMENTO

Art. 90. Os pagamentos em dinheiro serão feitos às Recebedorias Federais, Alfândegas, Mesas de Rendas e Coletorias Federais.

Art. 91. Os cheques serão emitidos ou endossados em favor das Delegacias Regionais do Imposto de Renda ou à sua ordem.

SECÇÃO IV

DA ÉPOCA E DO PRAZO PARA PAGAMENTO

Art. 92. A arrecadação do imposto, em cada exercício, começará a 1 de agosto, para as declarações de rendimentos entregues dentro do prazo.

Art. 93. Paga a primeira quota do imposto, no prazo de 20 dias marcado na notificação, as restantes serão recolhidas com intervalos de 30 dias, a contar do vencimento da primeira.

§ 1.º É facultado ao contribuinte, depois de lançado, pagar antecipadamente uma ou mais quotas, ou a totalidade do imposto.

§ 2.º Quando houver suplemento de imposto, proceder-se-á de acôrdo com o disposto neste artigo.

Art. 94. No caso de falência, considerar-se-ão vencidos todos os prazos, providenciando-se imediatamente a cobrança judicial da dívida.

TÍTULO II

Da arrecadação nas fontes

CAPÍTULO I

DOS RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS E TAXAS

SECÇÃO I

Das quotas-partes de multas

Art. 95. Os rendimentos provenientes de quotas-partes de multas pagas pelos cofres públicos federais, estaduais ou municipais e pelas entidades autárquicas e paraestatais, estão sujeitos ao desconto do imposto na fonte à razão da taxa de 8 %.

SECÇÃO II

Dos títulos ao portador

Art. 96. Estão sujeitos ao desconto do imposto na fonte:

1.º à razão da taxa de 6 %, os juros de títulos ao portador de dívidas públicas federais, estaduais ou municipais, salvo os que gozarem de imunidade fiscal federal expressa em lei.

2.º à razão da taxa de 8 %:

a) os dividendos de ações ao portador e quaisquer bonificações a elas atribuídas;

b) os interesses e quaisquer outros rendimentos de títulos ao portador denominados partes beneficiárias ou partes de fundador;

c) o valor das ações novas e os interesses além dos dividendos, distribuídos aos titulares de ações ao portador, nos casos:

I, de utilização de quaisquer fundos, inclusive os de amortização e de depreciação;

II, de aumento do capital, com recursos tirados de quaisquer fundos;

III, de valorização do ativo ou de venda de parte dêste, sem redução do capital;

d) os juros de debêntures ou outras obrigações ao portador, provenientes de empréstimos contraídos dentro ou fora do país, por sociedades nacionais ou estrangeiras que operem no território nacional;

3.º à razão da taxa de 10 %, os lucros superiores a Cr\$ 1.000,00, decorrentes de prêmios em dinheiro, obtidos em loterias, sorteios de qualquer espécie ou concursos esportivos, inclusive os do turfe, compreendidos nestes os "bettings".

Parágrafo único. As taxas a que se refere este artigo incidirão sobre os rendimentos brutos.

SECÇÃO III

Dos rendimentos de residentes ou domiciliados no estrangeiro

Art. 97. Sofrerão o desconto do imposto à razão da taxa de 10 % os rendimentos percebidos:

a) pelas pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no estrangeiro;

b) pelos residentes no país que estiverem ausentes no exterior por mais de doze meses, salvo os referidos no art. 73;

c) pelos residentes no estrangeiro que permanecerem no território nacional por menos de doze meses.

§ 1.º Os rendimentos referidos no art. 96, já tributados na fonte, sofrerão apenas o desconto da diferença do imposto, até perfazer 10 %.

§ 2.º Excetuam-se das disposições deste artigo as comissões pagas pelos exportadores de café aos seus agentes no exterior.

§ 3.º A taxa de que trata este artigo incidirá sobre os rendimentos brutos, salvo se provierem de capitais imobiliários, hipótese em que será permitido deduzir, mediante comprovação, as despesas previstas no art. 16.

SECÇÃO IV

Da exploração de películas cinematográficas estrangeiras

Art. 98. Considera-se rendimento tributável da exploração, no país, de películas cinematográficas estrangeiras, a porcentagem de 20 % sobre as importâncias pagas, creditadas, empregadas, remetidas ou entregues aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, sujeita ao desconto do imposto na fonte à razão da taxa de 10 %.

CAPÍTULO II

DA RETENÇÃO DO IMPOSTO

Art. 99. A retenção do imposto, de que tratam os arts. 95 e 96, compete à fonte e será feita no ato do crédito ou pagamento do rendimento.

Art. 100. A retenção do imposto, de que tratam os arts. 97 e 98, compete à fonte, quando pagar, creditar, empregar, remeter ou entregar o rendimento.

Parágrafo único. Excetuam-se os seguintes casos, em que competirá ao procurador a retenção:

a) quando se tratar de aluguéis de imóveis;

b) quando o procurador não der conhecimento à fonte de que o proprietário do rendimento reside ou é domiciliado no estrangeiro.

CAPÍTULO III

DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO

Art. 101. Às pessoas obrigadas a reter o imposto compete o recolhimento às repartições fiscais.

Art. 102. O recolhimento do imposto será efetuado dentro do prazo de 30 dias contados da data em que se tornou obrigatória a retenção pela fonte, ou pelo procurador do residente ou domiciliado no estrangeiro.

Art. 103. Se a fonte ou o procurador não tiver efetuado a retenção do imposto; responderá pelo recolhimento deste, como se o houvesse retido.

Art. 104. O recolhimento do imposto pela fonte ou pelo procurador será feito por meio de guia própria.

Art. 105. Deverão ser mencionadas na guia a natureza dos rendimentos e as importâncias respectivas.

Parágrafo único. No caso de pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no estrangeiro, deverão ser mencionados, ainda, o nome da beneficiada dos rendimentos e o respectivo endereço.

Art. 106. As guias obedecerão ao modelo aprovado pelo diretor do Imposto de Renda e deverão ser solicitadas pelos interessados.

Art. 107. São competentes para receber o imposto:

- a) quando o recolhimento for feito em dinheiro, as Recebedorias Federais, Alfândegas, Mesas de Rendas e Coletorias Federais;
- b) quando por cheque, as Delegacias Regionais do Imposto de Renda.

TÍTULO III

Disposições gerais

CAPÍTULO I

DAS INFORMAÇÕES NAS FONTES

Art. 108. Até 30 de abril de cada ano, as pessoas físicas e jurídicas, são obrigadas a enviar às repartições do Imposto de Renda informações sobre os rendimentos que pagaram ou creditaram no ano anterior, por si ou como representantes de terceiros, com indicação da natureza, das respectivas importâncias e dos nomes e endereços das pessoas que os receberam.

§ 1.º Deverão ser informados, de acordo com este artigo, os ordenados, gratificações, bonificações, interesses, comissões, honorários, porcentagens, juros, dividendos, lucros, aluguéis e quaisquer outros rendimentos.

§ 2.º A informação deverá abranger as importâncias em dinheiro pagas para custeio de viagem e estada, no exercício da profissão, bem como as quotas para constituição de fundos de beneficência.

§ 3.º Não serão prestadas informações sobre rendimentos pagos, salvo quanto a juros, dividendos, lucros e aluguéis, quando as respectivas importâncias não excederem a Cr\$ 12.000,00, desde que as pessoas que os tiverem recebido não percebam rendimentos de outras fontes.

§ 4.º Ignorando o informante se houve pagamento por outras fontes, deve prestar informação dos rendimentos que pagou.

§ 5.º Quando os rendimentos se referirem a residentes ou domiciliados no estrangeiro, o informante mencionará essa circunstância, indicando o nome e endereço do procurador a quem foram pagos.

§ 6.º Havendo dúvidas sobre quaisquer informações prestadas ou quando estas forem incompletas, a repartição poderá mandar verificar a sua veracidade na escrita dos informantes ou exigir os esclarecimentos necessários.

Art. 109. As autoridades superiores do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e das Polícias, bem como os directores ou chefes de repartições federais, estaduais e municipais e de departamentos ou entidades autárquicas, paraestatais ou outros órgãos a estes assemelhados por ato do Governo, deverão prestar informações sobre os rendimentos pagos a seus subordinados e a terceiros.

Art. 110. O Banco do Brasil e demais estabelecimentos bancários, inclusive as Caixas Económicas, deverão prestar informações de todos os juros que excederem a Cr\$ 1.000,00, pagos ou creditados a particulares, com indicação dos nomes e endereços das pessoas a que pertencerem.

Parágrafo único. As informações de juros inferiores a essa quantia, bem como os das contas correntes relativas ao comércio, serão prestadas quando exigidas pela autoridade lançadora.

Art. 111. São também obrigadas a prestar informações, nos termos do art. 108:

a) todas as pessoas que, habitualmente, se encarregarem de receber juros, exceto de dívidas públicas, de comprar e vender cambiais e valores de bolsa, por conta de outros — quanto às operações efetuadas em nome de seus clientes;

b) as companhias de seguros, qualquer que seja a forma de constituição — sobre o pagamento de pensões aos seus contribuintes;

c) as empresas de administração predial — sobre os aluguéis recebidos por conta de seus clientes, com indicação do nome e endereço dos mesmos e das importâncias discriminadas por prédio;

d) as empresas, sociedades ou associações — sobre os rendimentos que pagarem provenientes de direitos autorais, com indicação das importâncias e dos nomes e endereços das pessoas que os receberam;

e) as Câmaras Sindicais de Corretores — sobre as comissões percebidas pelos corretores.

Art. 112. O Departamento Nacional de Indústria e Comércio no Distrito Federal e as Juntas Comerciais dos Estados ou as repartições e autoridades que as substituírem, deverão enviar, no prazo de 30 dias contados da data do registro, cópia dos documentos registados, referentes aos contratos, alterações e distratos.

Art. 113. O Departamento Nacional da Propriedade Industrial deverá fornecer informações sobre os registos de patentes de invenção e de marcas de indústria ou de comércio.

Art. 114. As repartições federais, estaduais e municipais que pagarem juros de títulos nominativos da dívida pública deverão comunicar, até 30 de abril, as transferências de títulos ocorridas no ano anterior.

Art. 115. As exatorias federais e estaduais são obrigadas a enviar, até 30 de abril, relação das firmas e sociedades que adquiriram selos de vendas e consignações durante o ano anterior, indicando os respectivos endereços e as importâncias dos selos adquiridos.

Parágrafo único. Essas repartições deverão fornecer, também no prazo de 30 dias, informações das alterações ocorridas quanto aos contribuintes do imposto de indústrias e profissões.

Art. 116. As Recebedorias, Mesas de Rendas e Coletorias Estaduais e as Prefeituras do Distrito Federal e dos Municípios são obrigadas a comunicar, no prazo de 30 dias, qualquer alteração feita no seu cadastro de propriedades rurais, urbanas e de licenças.

Art. 117. Os escrivães dos cartórios da Justiça do Distrito Federal, dos Estados e do Território do Acre, são obrigados a informar, no prazo de 30 dias contados da data da homologação da sentença, as importâncias correspondentes aos honorários, vintenens ou comissões, pagas aos advogados, médicos, testamentários, síndicos, liquidatários e avaliadores.

Art. 118. Os oficiais de registro de imóveis e de hipoteca marítima são obrigados a remeter, dentro de 30 dias contados da data do registro, averbação ou transcrição do título, as informações relativas à transmissão de imóveis e aos contratos que indiquem despesa ou receita em dinheiro, passagem de capital de um patrimônio a outro, ou ainda, que mencionem uma capitalização de juros.

Art. 119. Os oficiais de registro de títulos e documentos são obrigados a remeter, dentro de 30 dias contados da data do registro, as informações relativas aos contratos de arrendamento, locação, sublocação, carta de fiança, locação ou empreitada de serviços, abertura de crédito em conta corrente, penhor agrícola ou mercantil, caução, contratos de parceria e estatutos das sociedades civis.

Art. 120. Os tabeliães de notas e os serventuários que exercerem funções de notários públicos são obrigados a remeter, dentro de 30 dias contados da data da escritura, as informações relativas às escrituras de arrendamento, locação e sublocação de imóveis e locação de serviços.

Art. 121. Na forma preceituada nos arts. 118, 119 e 120, serão também enviadas comunicações sobre aumento de dívida ou aluguel, cessão ou transferência, quitação total ou amortização de dívida, rescisão e prorrogação de prazos, de todos os empréstimos ou contratos.

Art. 122. As informações de que trata este capítulo serão enviadas às respectivas Delegacias Regionais e Seccionais do Imposto de Renda ou exatarias federais, em fichas próprias por elas fornecidas, acompanhadas de relação em duas vias, uma das quais será devolvida ao informante com o competente recibo.

Parágrafo único. As fichas e relações de que trata este artigo, as quais deverão ser assinadas pelos informantes, obedecerão aos modelos aprovados pelo diretor do Imposto de Renda.

Art. 123. Nenhuma pessoa física ou jurídica, contribuinte ou não, poderá eximir-se de fornecer, nos prazos marcados, as informações ou esclarecimentos solicitados pelas repartições do Imposto de Renda.

§ 1.º Se a informação não for prestada, a autoridade fiscal competente sancionará desde logo o infrator da multa que lhe foi imposta, fixando novo prazo para o cumprimento da exigência.

§ 2.º Se a exigência for novamente desatendida, o infrator ficará sujeito à penalidade máxima, além de outras medidas legais.

§ 3.º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, a autoridade fiscal competente designará funcionários para colher a informação de que carecer.

CAPÍTULO II

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 124. A fiscalização do imposto de renda compete especialmente às repartições encarregadas do lançamento desse tributo.

Art. 125. São obrigados a auxiliar a fiscalização, prestando informações e esclarecimentos que lhes forem solicitados, cumprindo ou fazendo cumprir as disposições deste decreto-lei e permitindo aos funcionários do Imposto de Renda, devidamente autorizados, colher quaisquer elementos necessários à repartição, todos os órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, bem como as entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista.

Parágrafo único. Auxiliarão, ainda, a fiscalização:

a) o Departamento Nacional de Indústria e Comércio, as Juntas Comerciais ou repartições que suas vezes fizerem, os quais não poderão arquivar distratos ou alterações de contratos de quaisquer sociedades, bem como atas de assembléias gerais de sociedades por ações, nacionais ou estrangeiras, relativas a alteração de estatutos, liquidação ou dissolução, sem a prova de quitação do imposto de renda;

b) os tabeliães de notas ou os serventuários que exerçam função de notário público, federais ou estaduais, os quais não poderão lavrar escrituras de venda ou traspasso de estabelecimentos fabris ou comerciais, distratos, liquidação ou dissolução de sociedades e quaisquer alterações referentes aos mesmos estabelecimentos e sociedades, sem que seja feita a prova de quitação do imposto de renda;

c) a Fiscalização Bancária, que não autorizará qualquer remessa de rendimentos para fora do país, sem a prova de pagamento do imposto de renda.

Art. 126. Nenhum pedido de concordata ou de reabilitação do falido será homologado, sem a prova de quitação do imposto de renda.

Art. 127. Nenhum esboço ou formal de partilha amigável ou judicial, ou cálculo de adjudicação, poderá ser convencionado, aprovado ou julgado, sem a prova de quitação do imposto de renda relativamente ao espólio e ao de *cujus*.

§ 1.º Julgado o cálculo para pagamento do imposto de transmissão, no inventário, o juiz solicitará informação sobre a existência de débito do imposto de renda em nome do de *cujus* ou do espólio, remetendo uma relação discriminativa dos bens constitutivos do monte.

§ 2.º Qualquer outra inclusão de bens no monte deverá ser comunicada à repartição fiscal competente, na forma preceituada neste artigo.

§ 3.º Essas providências são extensivas aos processos de sôbrepartilha, extinção de quaisquer cláusulas testamentárias e subrogação, quanto aos bens declarados ou sobre os quais versar o feito.

§ 4.º A informação de que trata o § 1.º deste artigo será prestada dentro de 30 dias, incorrendo em falta disciplinar, punível com a multa de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 500,00, imposta pelo diretor geral da Fazenda Nacional, o chefe da repartição que, sem razão justificada, prestar a informação depois desse prazo.

Art. 128. Os tabeliães, escrivães, distribuidores, oficiais de registro de imóveis, títulos e documentos, contadores e partidores ficam obrigados a permitir aos funcionários do Imposto de Renda, especialmente designados para a diligência, o exame e verificação das escrituras, autos e livros de registros em cartório, quer antes, quer depois da partilha e de seu julgamento ou homologação.

Art. 129. As empresas que explorarem serviços de iluminação são obrigadas a prestar as informações que lhes forem solicitadas, quanto ao período de fornecimento de luz e ao nome e endereço dos consumidores.

Art. 130. Os leiloeiros não poderão vender, mesmo em hasta pública, estabelecimentos comerciais ou industriais, sem a prova de estar o vendedor quite com o imposto de renda.

Art. 131. É obrigatória a prova de quitação do imposto de renda em todos os contratos com a administração pública federal, estadual ou municipal.

Art. 132. No caso de renovação das licenças e dos registros destinados à aquisição de sêlo de consumo, bem como de vendas e consignações, ficam as firmas e sociedades obrigadas, até 30 de abril, a exhibir o recibo de entrega da declaração de rendimentos do exercício anterior e, nos meses subsequentes, o recibo da declaração do exercício em curso.

Art. 133. As repartições pagadoras federais, estaduais e municipais, as entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista não pagarão vencimentos, depois de 30 de abril, aos funcionários e militares que percebam vencimentos superiores a Cr\$ 12.000,00 anuais, sem que estes exibam o recibo de entrega da declaração de rendimentos.

Art. 134. Nenhum passaporte será concedido ou visado, sem que o interessado prove estar quite com o imposto de renda ou ter efetuado o depósito da importância em litígio.

Parágrafo único. O diretor do Imposto de Renda expedirá instruções para a execução do disposto neste artigo.

Art. 135. A prova de quitação do imposto de renda será feita com certidão da repartição competente, documento êste que só produzirá efeito no ano em que tiver sido passado.

§ 1.º Nos atos em que é exigida a apresentação de certidão, é obrigatória a averbação do número e da data em que foi passada e do nome da repartição que a forneceu.

§ 2.º Para efeito dêste artigo as certidões serão numeradas seguidamente, em cada ano, recebendo, após o número, a indicação do ano em que forem passadas.

Art. 136. Todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, são obrigadas a prestar, em suas residências ou estabelecimentos, aos funcionários do Imposto de Renda designados por escrito para procederem a diligências, as informações e esclarecimentos que lhes forem exigidos, devendo assinar os termos lavrados.

Art. 137. Aqueles que pagarem rendimentos a residentes ou domiciliados no estrangeiro deverão prestar às repartições do Imposto de Renda todos os esclarecimentos que lhes forem exigidos.

Art. 138. Os procuradores de residentes ou domiciliados nos estrangeiro, além da obrigação de que trata o artigo anterior, terão a de registrar nas repartições do Imposto de Renda as respectivas procurações, apresentando relação discriminada dos bens confiados à sua administração.

Art. 139. As repartições do Imposto de Renda procederão às diligências necessárias à apuração de vacância de casas ou apartamentos, bem como dos respectivos preços de locação, podendo exigir, quer do locador, quer do locatário, a exibição dos contratos e recibos.

Art. 140. Os funcionários do Imposto de Renda, mediante ordem escrita do diretor e dos delegados, procederão a exame nos livros e documentos de contabilidade dos contribuintes e farão todas as investigações necessárias para apurar a veracidade das declarações e balanços apresentados e das informações prestadas.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

§ 1.º Para os efeitos do presente artigo, fica revogado o disposto nos arts. 17 e 18 do Código Comercial.

§ 2.º A designação dos funcionários a que se refere este artigo far-se-á mediante rodízio, ressalvado o interesse da Administração.

Art. 141. Serão punidos, de acordo com o Código Penal, os que desacatarem os funcionários incumbidos da fiscalização, no exercício de suas funções, e os que impedirem ou embaraçarem a fiscalização, lavrando o funcionário ofendido ou constrangido o correspondente auto com o rol das testemunhas, a fim de ser remetido ao procurador da República pela repartição competente.

CAPÍTULO III

DAS PENALIDADES

Art. 142. Aos contraventores das disposições do presente decreto-lei serão aplicadas multas e penas disciplinares, sem prejuízo das sanções das leis criminais violadas.

Art. 143. Por infração das disposições da Parte Segunda do Título I, serão aplicadas as seguintes multas:

a) de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 5.000,00, às pessoas jurídicas com sede no país e às filiais, sucursais ou agências das que tiverem sede no estrangeiro, que não cumprirem o disposto no art. 34;

b) de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 500,00, aos atuários, peritos-contadores, contadores e guarda-livros, que não fizerem a comunicação de que trata o § 5.º do art. 39.

Art. 144. A não observância dos prazos e preceitos do Capítulo I — Parte Quarta do Título I será punida:

a) com a multa de mora de 10 % sobre o imposto devido, no caso de apresentação espontânea, mas fora do prazo, da declaração de rendimentos;

b) com a multa de mora de 10 % sobre o total ou diferença do imposto devido, se o interessado vier acusar espontaneamente, depois de 30 de abril, rendimentos que omitira na sua declaração;

c) com a cobrança em dobro do total ou da diferença do imposto resultante da reunião de duas ou mais declarações, apresentadas com infração do estatuido nos arts. 65 e 67.

Parágrafo único. As multas deste artigo serão cobradas com o tributo.

Art. 145. As multas de lançamento *ex-officio* serão as seguintes:

a) de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 200,00, se o contribuinte, pessoa física, demonstrar, dentro do prazo de esclarecimentos, que sua renda líquida não excedeu a Cr\$ 12.000,00, ou, em se tratando de pessoa jurídica, se provar, nesse prazo, não ter apurado lucro de acordo com as disposições deste decreto-lei;

b) de 10 % sobre a totalidade ou diferença do imposto apurado, nos casos de declaração inexata por dedução de despesas não efetuadas ou abatimentos indevidos, quando se verificar boa fé do contribuinte;

c) de 30 % sobre a totalidade ou diferença do imposto devido, se, intimado nos termos do art. 78, não se declinarem os elementos de cadastro, o contribuinte prestar esclarecimentos satisfatórios ou, pelo menos, declarar rendimentos iguais aos conhecidos da repartição;

d) de 50 % sobre a totalidade ou diferença do imposto devido, se o contribuinte não atender à intimação do art. 78, não prestar satisfatoriamente os esclarecimentos, ou deixar de declarar todos os seus rendimentos;

e) de 300 % sobre a totalidade ou diferença do imposto devido, em qualquer caso de evidente intuito de fraude.

Parágrafo único. As multas das alíneas b, c, d e e serão cobradas com o imposto.

Art. 146. Do contribuinte que não pagar o imposto ou qualquer das quotas no prazo referido no art. 93 será cobrada, com o tributo ou quota, a multa de mora de 10 %.

Art. 147. Serão cobrados com a multa de mora de 10 % os impostos que não foram recolhidos às estações fiscais, pelas fontes ou pelos procuradores, no prazo do art. 102. Se a falta fôr imputável a funcionário federal, estadual ou municipal, será o fato levado ao conhecimento do respectivo Governo, para efeito de sanção disciplinar.

Art. 148. Por contravenção dos dispositivos do Capítulo I do Título III, serão impostas as multas:

a) de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 5.000,00, aos contraventores em geral, salvo o caso da alínea b deste artigo;

b) de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 10.000,00, nos casos de informação dolosa, devidamente comprovada, quanto ao pagamento ou recebimento de juros, comissões e outros rendimentos, independentemente da sanção prevista na lei penal para o delito de falsidade.

§ 1.º A pena pecuniária não exclue a disciplinar, no caso de funcionários que deixarem de cumprir o preceituado no art. 123.

§ 2.º A multa prevista na alínea a deste artigo será aplicada até o dobro do máximo se, na forma do disposto no art. 192, § 6.º, ficar positivada a inexistência das informações, e até o triplo do máximo se o rendimento sonogado se referir ao titular da firma ou aos sócios ou diretores da sociedade.

Art. 149. Por contravenção dos dispositivos do Capítulo II do Título III, serão aplicadas as multas:

a) de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 2.000,00, aos infratores em geral, ressalvados os casos das alíneas seguintes;

b) de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 50.000,00, aos que se recusarem a exhibir os livros para o exame de que trata o art. 140, ou embaraçarem a ação do fisco, promovendo-se, ato contínuo, a exibição judicial;

c) do triplo do imposto sonogado, quando pelo exame a que se refere o art. 140, ficar apurada a falsidade do balanço ou da escrita.

Parágrafo único. Aplicar-se-á o disposto no § 1.º do art. 148 aos chefes de repartições pagadoras que infringirem o estatuído no art. 133.

Art. 150. Aos contribuintes que não fizerem a comunicação de que trata o art. 195 e seu parágrafo único, será cominada a multa de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 2.000,00.

Parágrafo único. No caso do art. 195, a multa será imposta pela autoridade lançadora do local da nova residência ou domicílio.

Art. 151. As multas serão impostas pelo diretor e pelos delegados regionais e seccionais do Imposto de Renda.

Art. 152. Impostas as multas, os infratores terão o prazo de 20 dias para se defenderem perante a autoridade administrativa de primeira instância.

Art. 153. Os servidores do Imposto de Renda terão direito a 25 % das multas efetivamente arrecadadas e que tenham sido aplicadas de acôrdo com os arts. 145, 148 e 149, em razão de denúncia, representação ou diligência.

§ 1.º O produto das multas não poderá ser adjudicado, no todo ou em parte, a quem as impuser ou confirmar.

§ 2.º As quotas-partes das multas do art. 145 só serão adjudicadas se o lançamento *ex-officio* resultar de denúncia ou representação relativa a elementos não conhecidos da repartição.

Art. 154. A adjudicação da quota-parte das multas a que se refere o artigo anterior será feita ao servidor ou servidores que indicarem a falta de modo suficientemente claro, ou, em partes iguais, a estes e aos que a apurarem.

§ 1.º No caso de multas impostas em virtude de representação ou denúncia de qualquer origem, a quota-parte será dividida em duas partes iguais, cabendo uma delas ao autor ou autores da denúncia ou representação, desde que feitas de modo suficientemente claro, e a outra aos servidores que efetuarem a diligência ou apurarem a procedência da denúncia ou representação, salvo quando o denunciante acusar firma de que seja ou tenha sido auxiliar ou preposto, caso em que não terá direito a qualquer participação na multa, cabendo a totalidade da quota ao servidor ou servidores.

§ 2.º O reconhecimento do direito à quota-parte das multas cabe ao diretor e aos delegados regionais do Imposto de Renda.

CAPÍTULO IV

DAS RECLAMAÇÕES E RECURSOS

SECÇÃO I

Das reclamações

Art. 155. Do lançamento do imposto ou da exigência de recolhimento pela fonte, cabe reclamação dentro do prazo de 20 dias contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo único. As reclamações terão efeito suspensivo da cobrança até serem resolvidas.

Art. 156. O julgamento das reclamações é da competência exclusiva dos delegados regionais do Imposto de Renda.

SECÇÃO II

DOS RECURSOS

SUBSECÇÃO I

Do recurso voluntário

Art. 157. Das decisões contrárias aos contribuintes ou às fontes, proferidas nas questões originadas de interpretação de lei, de cobrança do imposto e de infração fiscal, e nas reclamações formuladas nos termos do art. 155, cabe recurso voluntário para o Primeiro Conselho de Contribuintes.

Art. 158. Sob pena de preempção, o recurso voluntário será interposto — mediante prévio depósito da quantia exigida — dentro do prazo de 20 dias contados da data do recebimento da notificação.

Art. 159. Quando a importância total em litígio exceder a Cr\$ 5.000,00, permitir-se-á a fiança idônea, cabendo exclusivamente ao chefe da repartição recorrida julgar da idoneidade do fiador oferecido. No despacho que autorizar a lavratura do termo, deverá ser marcado o prazo de 5 a 10 dias para a sua assinatura.

§ 1.º Não se aceitará a indicação de fiador para a interposição de recurso, sem a sua expressa aquiescência.

§ 2.º Se o fiador apresentado for julgado inidôneo ou estiver proibido de prestar fiança em virtude de disposição contratual ou estatutária, será o interessado intimado a apresentar outro, dentro de um prazo igual ao que restava para completar o de 20 dias, na data em que foi protocolada a petição oferecendo o fiador anterior.

§ 3.º Serão recusados como fiadores os que não estiverem quites com a Fazenda Nacional.

§ 4.º O recurso, mesmo perempto, será encaminhado ao Primeiro Conselho de Contribuintes, a quem cabe julgar da perempção, exceto quando se verificar falta de depósito ou de prestação de fiança.

SUBSECÇÃO II

Do recurso "ex-officio"

Art. 160. Das decisões favoráveis aos contribuintes cu às fontes, haverá recurso *ex-officio* para a instância superior, salvo quando a importância total em litígio não exceder a Cr\$ 5.000,00, ou quando houver desclassificação de infração capitulada no processo, ou a exigência de imposto tiver resultado de engano no controle da declaração de rendimentos, equívoco da fonte informante ou simples erro de fato.

§ 1.º O recurso *ex-officio* será interposto no ato de ser proferida a decisão.

§ 2.º Sempre que, por qualquer motivo, deixar de ser observado o disposto no parágrafo anterior, cumpre ao funcionário que iniciou o processo ou ao seu substituto no serviço, propor a interposição do recurso.

SUBSECÇÃO III

Do pedido de reconsideração

Art. 161. Das decisões do Primeiro Conselho de Contribuintes, cabe pedido de reconsideração, dentro de 20 dias contados da data da notificação do acórdão, feita aos interessados na forma do disposto no art. 167.

Parágrafo único. É obrigatório o prévio depósito ou fiança idônea, conforme o valor da importância em litígio, quando o pedido de reconsideração ao Conselho versar sobre cobrança de imposto ou qualquer contribuição fiscal exigida no julgamento de recurso *ex-officio*, devendo o processo ser encaminhado, para tal fim, à repartição de primeira instância.

Art. 162. Resolvido o pedido de reconsideração, a questão estará finda, salvo recurso do representante da Fazenda, interposto para o ministro, na forma legal.

Art. 163. A decisão ministerial, no caso do artigo antecedente, será definitiva e irrevogável.

SECÇÃO III

Disposições comuns a reclamações e recursos

Art. 164. As reclamações contra lançamento ou exigência de recolhimento pela fonte e os recursos deverão ser formulados por escrito, e dêles constarão os fatos que os motivarem e as provas que forem oferecidas.

Art. 165. É vedado reunir, em um só requerimento, reclamações ou recursos referentes a mais de um lançamento ou decisão, ainda que versando sobre o mesmo assunto e alcançando o mesmo contribuinte.

Art. 166. Na petição de recurso e no pedido de reconsideração, além do selo ordinário, o recorrente pagará, na mesma espécie, uma taxa correspondente a 1 % das importâncias exigidas e que será, no mínimo, de Cr\$ 10,00, e no máximo, de Cr\$ 200,00.

Parágrafo único. Quando o recurso versar sobre consulta, será devida a taxa fixa de Cr\$ 10,00.

Art. 167. As decisões proferidas nas reclamações e nos recursos serão comunicadas pessoalmente aos contribuintes, ou por meio de registado postal, com direito a recibo de volta (A.R.), ou ainda, pela imprensa.

Parágrafo único. Se a notificação for feita pessoalmente, os prazos para reclamação e recurso correrão da data da ciência no processo; se for feita por registado postal, da data do recibo de volta (A.R.) e, finalmente, se for publicada, depois de 30 dias contados da data da publicação oficial.

Art. 168. As Delegacias do Imposto de Renda providenciarão para que os contribuintes tenham conhecimento, por intermédio das exatorias a que estão jurisdicionados, das decisões que lhes disserem respeito.

Art. 169. Os prazos para reclamação e interposição de recurso são improrrogáveis.

CAPÍTULO V

DA RESTITUIÇÃO

Art. 170. Os contribuintes que pagarem imposto maior que o devido serão disso cientificados e terão o direito de requerer a restituição do excesso pago.

§ 1.º O direito de pedir restituição do imposto de renda, pago independentemente de lançamento ou arrecadado na fonte, prescreve no prazo de um ano, contado da data do pagamento.

§ 2.º Perempto o direito de reclamar contra o lançamento ou a exigência de recolhimento pela fonte, considerar-se-á extinto o de haver restituição do imposto.

CAPÍTULO VI

DO DOMICÍLIO FISCAL E DA COMPETÊNCIA DAS AUTORIDADES

Art. 171. O domicílio fiscal da pessoa física é o lugar em que ela tiver uma habitação, em condições que permitam presumir a intenção de a manter.

§ 1.º No caso de exercício de profissão ou função particular ou pública, o domicílio fiscal é o lugar onde a profissão ou função estiver sendo desempenhada.

§ 2.º Quando se verificar pluralidade de residência no país, o domicílio fiscal será eleito perante a autoridade competente, considerando-se feita a

eleição no caso da apresentação continuada das declarações de rendimentos num mesmo lugar.

§ 3.º A inobservância do disposto no parágrafo anterior motivará a fixação, *ex-officio*, do domicílio fiscal, no lugar de qualquer das residências.

Art. 172. O domicílio fiscal das firmas ou sociedades com sede no país e das filiais, sucursais ou agências das que tiverem sede no país ou no estrangeiro, é o lugar onde se achar o estabelecimento de cada uma delas.

Parágrafo único. No caso do art. 69, o domicílio fiscal é o lugar onde se achar o estabelecimento centralizador ou principal.

Art. 173. O domicílio fiscal de entidade com sede no país, controladora, administradora ou dirigente do patrimônio, ou da exploração de outras, é o lugar onde se achar o seu escritório de controle, administração ou direção.

Parágrafo único. No caso de entidades coligadas ou controladas de que trata o parágrafo único do art. 69, o domicílio fiscal é o lugar onde se achar o estabelecimento de cada uma delas.

Art. 174. O domicílio fiscal do procurador ou representante de residentes ou domiciliados no estrangeiro é o lugar onde se achar a sua residência habitual ou a sede da representação no país.

Parágrafo único. Se o residente no estrangeiro permanecer no território nacional por menos de doze meses e não tiver procurador, representante ou empresário no país, o domicílio fiscal é o lugar onde estiver exercendo sua atividade.

Art. 175. A autoridade fiscal competente para aplicar este decreto-lei é a do domicílio fiscal do contribuinte, ou de seu procurador ou representante.

Art. 176. Qualquer autoridade fiscal competente pode solicitar de outra as investigações necessárias ao lançamento do imposto.

Parágrafo único. Quando a solicitação não fôr atendida, será o fato comunicado ao diretor do Imposto de Renda.

Art. 177. Antes de feita a arrecadação do imposto, terminado ou não o processo de lançamento ou cobrança, quando circunstâncias novas mudarem a competência da autoridade, a que iniciou o processo enviará os documentos à nova autoridade competente, para o lançamento e cobrança devidos.

Art. 178. As divergências ou dúvidas sobre a competência das autoridades serão decididas pelo diretor do Imposto de Renda.

Art. 179. As consultas e os pedidos de isenção relativos ao imposto de renda serão solucionados pelo diretor, sendo facultado, na forma do art. 157, o recurso voluntário para a instância superior, dentro do prazo de 20 dias contados da data do recebimento da comunicação.

§ 1.º As consultas e os pedidos de isenção serão dirigidos às Delegacias Regionais e Seccionais do Imposto de Renda, e por estas encaminhados à Divisão, depois de convenientemente informados.

§ 2.º Quando a solução fôr no sentido de desobrigar o contribuinte de exigências legais, ou pela isenção ou não incidência do tributo, haverá recurso, *ex-officio*, para o Primeiro Conselho de Contribuintes.

CAPÍTULO VII

DO CRÉDITO FISCAL

SECÇÃO I

Medidas para a defesa do crédito fiscal

Art. 180. Findos os prazos para pagamento, reclamação ou recurso, os contribuintes que não tiverem solvido seus débitos fiscais ou usado daqueles direitos de defesa, não poderão despachar nas Alfândegas ou Mesas

de Rendas, adquirir estampilhas dos impostos de consumo e de vendas e consignações, nem transacionar, por qualquer outra forma, com as repartições públicas federais, estaduais ou municipais.

§ 1.º Para efeito do disposto neste artigo, as Delegacias Regionais e Seccionais do Imposto de Renda farão as necessárias comunicações às repartições competentes.

§ 2.º Idênticas medidas serão aplicadas aos fiadores que não satisfizerem, quando intimados, os débitos a que estiverem obrigados.

Art. 181. Não serão incluídos nas sanções do artigo anterior os que provarem, no prazo de 30 dias contados da data em que o ato se tornou irrecurível na órbita administrativa, ter iniciado ação judicial contra a Fazenda Nacional para anulação ou reforma da cobrança fiscal, com o depósito da importância em litígio na repartição arrecadadora competente.

§ 1.º No caso de já ter havido depósito para efeito de recurso na esfera administrativa, esse depósito valerá para o fim da ação judicial, mas será convertido em renda ordinária se, no prazo de que trata este artigo, não for feita a prova do início da referida ação, que, então, ficará perempta.

§ 2.º Perempta a ação, não será permitido, quer diretamente, quer em defesa no executivo, impugnar a cobrança fiscal.

Art. 182. As firmas ou sociedades nacionais e as filiais, sucursais ou agências, no país, de firmas ou sociedades com sede no estrangeiro, são responsáveis pelos débitos de imposto de renda, correspondentes aos rendimentos que houverem pago aos seus diretores, gerentes e empregados e de que não tenham dado informação à repartição, quando estes se ausentarem do país sem os terem solvido.

Art. 183. No caso de não serem satisfeitos, nos prazos legais, os débitos dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, dos militares em geral e dos funcionários das entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista, as Delegacias Regionais e Seccionais do Imposto de Renda farão as devidas comunicações às repartições pagadoras competentes, para a averbação em folha de pagamento e desconto na forma do disposto no artigo 85 e seus parágrafos.

§ 1.º Os débitos arrecadados na forma deste artigo serão recolhidos às estações arrecadadoras da União, mediante guia, em três vias, visadas pelas Delegacias Regionais ou Seccionais do Imposto de Renda, no prazo de 30 dias contados da data em que forem descontados.

§ 2.º Quando os débitos forem arrecadados pelas repartições pagadoras federais, as importâncias correspondentes serão escrituradas como movimento de fundos com as respectivas Delegacias Regionais, as quais deverão ser cientificadas do recolhimento.

SECÇÃO II

Da cobrança amigável

Art. 184. A cobrança amigável será feita após terminada a que foi realizada à boca do cofre e compete às Delegacias Regionais e Seccionais do Imposto de Renda.

§ 1.º Essa cobrança será feita por notificação aos contribuintes, com o prazo de 10 dias, para pagamento das dívidas.

§ 2.º Findo o prazo de que trata o parágrafo anterior e não tendo sido pagas as dívidas, a cobrança amigável estará definitivamente encerrada, cumprindo às repartições remeter à Procuradoria da Fazenda Pública relação de tais dívidas, afim de ser procedida a cobrança judicial.

§ 3.º Remetida a relação das dívidas para cobrança judicial, os devedores só poderão efetuar os pagamentos mediante guia da Procuradoria, e uma vez iniciada a execução, mediante guia do Juízo, respondendo o funcionário que der causa à transgressão desta disposição pelas custas e mais despesas já realizadas.

Art. 185. Em casos especiais e por determinação expressa do diretor do Imposto de Renda, quando o interesse da Fazenda Pública assim o exigir, poderá ser providenciada imediatamente a cobrança judicial das dívidas, sem a formalidade da cobrança amigável.

Art. 186. No caso do § 2.º do art. 184 e nos do art. 185, quando ainda não houver sido remetida a relação das dívidas para cobrança judicial, os delegados regionais e seccionais do Imposto de Renda poderão autorizar o seu recebimento.

SECÇÃO III

Da cobrança judicial

Art. 187. A cobrança judicial das dívidas de imposto de renda seguir-se-á à cobrança amigável, e será feita, no território nacional, por ação executiva, na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO VIII

DA PRESCRIÇÃO

Art. 188. O direito de proceder ao lançamento do imposto de renda extingue-se cinco anos depois da expiração do ano financeiro a que corresponder o imposto.

§ 1.º A faculdade de proceder a novo lançamento ou a lançamento suplementar prescreve em cinco anos, contados da terminação daquele em que se efetuar o lançamento anterior.

§ 2.º O prazo de cinco anos estabelecido neste artigo interrompe-se por qualquer operação ou exigência administrativa necessária à revisão e ao lançamento, comunicada ao contribuinte, começando de novo a correr, findo o ano em que esse procedimento tiver lugar.

Art. 189. O direito de cobrar as dívidas de imposto de renda prescreve em cinco anos, contados da expiração do prazo em que se tornou exigível o pagamento pela notificação de lançamento do imposto.

§ 1.º Interrompe-se o curso da prescrição por qualquer intimação feita ao contribuinte pela repartição fiscal para pagar a dívida, pela concessão de prazos especiais para esse fim, pela citação pessoal do responsável, feita judicialmente para se haver o pagamento, ou pela apresentação, em Juízo de inventário ou em concurso de credores, do documento comprobatório da dívida.

§ 2.º Não corre o prazo de cinco anos enquanto o processo de cobrança estiver pendente de decisão.

Art. 190. Cessa igualmente em cinco anos o poder de aplicar e o de cobrar as multas cominadas neste decreto-lei, ressalvada a interrupção da prescrição, nos termos dos artigos anteriores.

Art. 191. Não corre a prescrição quinquenal nos casos de arrecadação do imposto na fonte.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 192. As disposições dêste decreto-lei são aplicáveis a todo aquele que responder solidariamente com o contribuinte, ou pessoalmente em seu lugar.

Parágrafo único. Os cônjuges, procuradores bastantes, tutores, curadores, diretores, gerentes, síndicos, liquidatários e demais representantes de pessoas físicas e jurídicas cumprirão as obrigações que incumbirem aos representados.

~~Art. 193.~~ A capacidade do contribuinte, a representação e a procuração serão reguladas segundo as prescrições legais.

Art. 194. O contribuinte ausente do seu domicílio fiscal durante o prazo de entrega da declaração de rendimento, ou de interposição de reclamação ou recurso cumprirá as disposições dêste decreto-lei perante a autoridade do distrito em que estiver, dando-lhe conhecimento do domicílio de que se encontra ausente.

Parágrafo único. Essa autoridade transmitirá os documentos que receber à repartição competente.

Art. 195. Quando o contribuinte transferir de um município para outro, ou de um para outro ponto do mesmo município, a sua residência ou a sede do seu estabelecimento, fica obrigado a comunicar essa mudança às repartições competentes, dentro do prazo de 30 dias.

Parágrafo único. Idêntica comunicação deverá fazer o contribuinte que se retirar temporariamente do território nacional, declarando, ainda, qual a pessoa habilitada no país a cumprir, em seu nome, as disposições dêste decreto-lei.

Art. 196. As participações de transferência de domicílio, as informações e as comunicações referidas neste decreto-lei poderão ser entregues em mão ou remetidas em carta registrada pelo correio.

§ 1.º A repartição é obrigada a dar o recibo da entrega dêsses documentos, o qual exonera o contribuinte de penalidade.

§ 2.º As repartições fiscais transmitirão, umas às outras, as comunicações que lhes interessarem.

Art. 197. As declarações de rendimentos e demais papéis necessários ao lançamento e ao pagamento do imposto, inclusive os pedidos de retificação de declaração e as reclamações contra lançamento, são isentos de selo.

Art. 198. Para os fins do imposto, os rendimentos em espécie serão avaliados em dinheiro, pelo valor que tiverem na data da percepção.

Art. 199. Para os fins dêste decreto-lei, os rendimentos em moeda estrangeira pagos, creditados, remetidos, recebidos ou empregados, deverão ser convertidos em moeda nacional à taxa de câmbio vigorante na data do seu

pagamento, crédito, remessa, recebimento ou emprêgo, ou à taxa do câmbio em que forem efetivamente realizadas as operações.

Parágrafo único. Para apuração da conta de lucros e perdas, as quantias expressas em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio do dia útil imediatamente anterior ao do encerramento do balanço.

Art. 200. As intimações ou notificações de que trata este decreto-lei serão, para todos os efeitos legais, consideradas feitas:

a) na data do seu recebimento no domicílio fiscal do contribuinte, quando por registado postal, com direito a recibo de volta (A.R.), ou por serviço de entrega próprio da repartição;

b) 30 dias depois da sua publicação na imprensa ou afixação na repartição, quando por edital.

Art. 201. Todas as pessoas que tomarem parte nos serviços do Imposto de Renda são obrigadas a guardar rigoroso sigilo sobre a situação de riqueza dos contribuintes.

§ 1.º A obrigação de guardar reserva sobre a situação de riqueza dos contribuintes se estende a todos os funcionários do Ministério da Fazenda e demais servidores públicos que, por dever de ofício, vierem a ter conhecimento dessa situação.

§ 2.º É expressamente proibido revelar ou utilizar, para qualquer fim, o conhecimento que os servidores adquirirem quanto aos segredos dos negócios ou da profissão dos contribuintes.

§ 3.º Nenhuma informação poderá ser dada sobre a situação fiscal dos contribuintes, sem que fique registado, em processo regular, que se trata de requisição feita por magistrado no interesse da Justiça.

Art. 202. Aquele que, em serviço do Imposto de Renda, revelar informações que tiver obtido no cumprimento do dever profissional, ou no exercício do ofício ou emprêgo, será responsabilizado como violador de segredo, de acordo com a lei penal.

Art. 203. Os processos e as declarações de rendimentos não poderão sair das repartições do Imposto de Renda, salvo quando se tratar de recursos e restituições, casos em que ficará cópia autêntica dos documentos essenciais.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 204. Os documentos comprobatórios do lucro real, que instruírem as declarações de rendimentos das pessoas jurídicas, a partir do exercício de 1944, inclusive, deverão refletir escrituração ou contabilidade que satisfaça as exigências dos arts. 34 e 36.

Art. 205. As repartições federais, estaduais e municipais que pagarem juros de títulos nominativos da dívida pública ficam obrigadas, no prazo de 120 dias contados da data em que entrar em vigor o presente decreto-lei, a remeter às Delegacias Regionais e Seccionais do Imposto de Renda relação de todos os possuidores dos referidos títulos.

Art. 206. As Prefeituras Municipais, inclusive a do Distrito Federal, deverão fornecer, pela mesma forma e dentro do prazo referido no artigo anterior, relação dos imóveis cadastrados para efeito de cobrança do imposto

predial, com indicação do nome do proprietário e responsável, do logradouro e do respectivo valor locativo.

Parágrafo único. Essas repartições fornecerão, também no prazo de 120 dias, relação dos contribuintes do imposto de licenças, discriminando nome, endereço e espécie de negócio.

Art. 207. Este decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 1944.

Art. 208. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.845 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para a Coordenação da Mobilização Econômica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), para atender, a partir de 1 de julho do corrente ano, às despesas dos escritórios central e regionais do Setor Produção Industrial da Coordenação da Mobilização Econômica, sendo:

PESSOAL

	Cr\$
Para pagamento de serviços tarefasados	800.000,00

MATERIAL

Material Permanente

	Cr\$	
Móveis e artigos de ornamentação	15.000,00	
Máquinas, aparelhos e utensílios de escritório e biblioteca	18.000,00	33.000,00

Material de Consumo

Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação	20.000,00
--	-----------

Diversas Despesas

	Cr\$	
Aluguel ou arrendamento de imóveis	131.370,00	
Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens	8.000,00	
Telefones, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte de correio	7.630,00	147.000,00
		<u>1.000.000,00</u>

Parágrafo único. A importância total do crédito a que se refere este artigo será utilizada sob o regime de adiantamento, pelo Coordenador da Mobilização Econômica, comprovadas as despesas perante o Tribunal de Contas, até 30 de junho de 1944.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.846 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1943

Declara de utilidade pública a desapropriação de partes de imóveis que mencionam, situados na cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a desapropriação de partes dos imóveis situados na rua Brigadeiro Tobias n. 502 e na avenida Anhangabaú (em execução), pertencentes, respectivamente, a Manuel de Almeida e a Andréia Gustava de Morgan Snell, representada a do imóvel do primeiro logradouro mencionado por uma área de duzentos e sessenta e nove metros quadrados (269 m²), parcialmente construída e situada no lado direito do imóvel, e a do segundo logradouro por um terreno com a área de vinte e cinco metros quadrados (25 m²), situada no lado esquerdo do imóvel desapropriado, — áreas essas necessárias para isolar o edifício-sede projetado para a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo dos atuais imóveis confrontantes, tudo na conformidade da planta constante do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n. 70.799, de 1943.

Art. 2.º Fica o Ministério da Fazenda, pela Diretoria do Domínio da União, autorizado a efetivar, nos termos do art. 10 do decreto-lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, e com urgência, a desapropriação das partes dos imóveis mencionados no artigo anterior.

Art. 3.º Fica ainda o Ministério da Fazenda, pela mesma Diretoria do Domínio da União, autorizado a transferir gratuitamente à Prefeitura Municipal de São Paulo toda a área necessária à abertura de um logradouro destinado ao isolamento do edifício mencionado no art. 1.º, — e resultante dos que são objeto da presente desapropriação e das objetivadas no decreto-lei n. 5.271, de 23 de fevereiro de 1943.

Art. 4.º Fica, também, o Ministério da Fazenda, pela Diretoria antes citada, autorizado a alienar pelo preço da respectiva avaliação oficial e independente de concorrência pública, uma área de vinte metros quadrados (20 m²) aproximadamente, situada nos fundos do prédio sob os ns. 195 e 203 da rua Senador Queiroz, — remanescente e desnecessária ao logradouro público mencionado no artigo anterior.

Art. 5.º Na Diretoria do Domínio da União assinar-se-á o contrato da transferência gratuita à Prefeitura Municipal de São Paulo da área necessária à abertura do logradouro público mencionado no art. 3.º, após efetivação das desapropriações.

§ 1.º O contrato da transferência gratuita dessa área à Prefeitura Municipal e o da alienação mencionada no art. 4.º serão lavrados em livros da repartição local e valerão como escritura pública para efeito de transcrição no Registro de Imóveis competente, mediante certidão *verbo ad verbum* dos mesmos contratos.

§ 2.º Quer os contratos acima mencionados, quer os resultantes das desapropriações por via amigável, ficarão isentos de quaisquer impostos, tributos, taxas e emolumentos, federais, estaduais e municipais, e a sua transcrição no Registro de Imóveis competente far-se-á gratuitamente.

Art. 6.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.847 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1943

Cria a 2.ª coletoria de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no decreto-lei n. 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma 2.ª coletoria para arrecadação das rendas federais no município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda um (1) cargo de "coletor — classe C" e um (1) cargo de "escrivão — classe B".

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente deste decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de quatro mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 4.500,00), em reforço da Verba 1, Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n. 14.º do decreto-lei n. 5.120, de 19-12-942), como segue:

Verba 1 — Pessoal

Consiguação I — Pessoal Permanente

	Cr\$
S-c n. 01 — Pessoal Permanente	1.200,00
S-c n. 02 — Percentagens	3.300,00
	<hr/> 4.500,00

Art. 4.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.848 -- DE 23 DE SETEMBRO DE 1943

Dispõe sobre a realização de exames de sanidade e capacidade física e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Para efeito de aposentadoria, os exames de sanidade e capacidade física dos servidores civis da União serão realizados, no Distrito Federal, pelo Serviço de Biometria Médica (S. B. M.) do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (I. N. E. P.) e, nos Estados, por juntas de 3 médicos.

§ 1.º A junta será constituída, preferentemente, de médicos de serviços federais, civis ou militares. Quando não for possível essa composição, será integrada de médicos de serviços estaduais ou municipais, desde que figure pelo menos um médico de serviço federal.

§ 2.º Os laudos das juntas serão revistos pelo S. B. M., sem cuja aprovação não poderão produzir qualquer efeito.

§ 3.º Mediante requisição do S. B. M., a junta submeterá o servidor a exames complementares ou prestará as informações que forem julgadas necessárias, para esclarecimento do laudo.

Art. 2.º Para efeito de posse e exercício, verificação sistemática das condições físicas do servidor, controle de falta ao serviço e licença, os exames de sanidade e capacidade física, prévios, periódicos e ocasionais, dos candidatos a cargos e funções federais, dos servidores civis da União e pessoas de sua família, serão realizados, no Distrito Federal:

a) pelas respectivas organizações próprias quando se tratar de candidato ou ocupante de cargo ou função dos Ministérios da Aeronáutica, da Guerra e da Marinha;

b) pelo S. B. M., quando se tratar de candidato ou ocupante de cargo ou função dos ministérios civis e dos órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República.

Parágrafo único. As Secções de Assistência Social dos ministérios civis continuarão executando, em caráter transitório e até ulterior deliberação, o serviço de visitar médicos domiciliares para controle de falta ao serviço.

Art. 3.º Nos Estados, os exames a que se refere o artigo anterior serão realizados:

a) pelas respectivas organizações próprias, quando se tratar de candidato ou ocupante de cargo ou função dos Ministérios da Aeronáutica, da Guerra e da Marinha;

b) por médicos de serviços federais, civis ou militares, médicos de serviços estaduais ou municipais, quando se tratar de candidato ou ocupante de cargo ou função de ministério civil, ou de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.

§ 1.º Em caso de justificada impossibilidade e quando não houver, nos Estados, médicos de serviços federais, estaduais ou municipais, os exames poderão ser realizados por profissional idôneo.

§ 2.º Os exames para concessão de licença superior a 90 dias serão realizados por junta de 3 médicos, de que participará, sempre que possível, pelo menos um médico de serviço federal, civil ou militar.

Art. 4.º Será dispensado o exame para posse e exercício quando o candidato houver sido submetido a exame de sanidade e capacidade física para efeito de concurso ou prova de habilitação, desde que não sejam decorridos mais de 90 dias da data do exame.

Art. 5.º A requisição dos serviços profissionais, a designação de médicos e a composição de juntas médicas, para os exames nos Estados, serão feitas pelos chefes de serviço ou repartição a que pertença ou a que se destine o servidor ou candidato.

Art. 6.º Mediante acôrdo prévio, os exames referidos neste decreto-lei poderão ser realizados, nos Estados, por serviços estaduais, municipais ou de entidades paraestatais de natureza autárquica, ficando sujeitos a revisão pelo S. B. M., na forma dos §§ 2.º e 3.º do art. 1.º, os de aposentadoria.

Art. 7.º Em todos os exames serão observados os modelos e instruções que forem aprovados e expedidos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (D. A. S. P.).

Art. 8.º O D. A. S. P. proporá ao Presidente da República a incorporação, ao S. B. M., do pessoal e material que possa ser dispensado pelas Secções de Assistência Social e que seja necessário ao funcionamento daquele Serviço.

Art. 9.º Fica criado, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, o cargo, em comissão, de Chefe do S. B. M. do I. N. E. P., padrão O, e extinta a função gratificada de Chefe do mesmo Serviço.

Art. 10. Do atual saldo da conta corrente do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, fica destinada a importância de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros) para atender, no período de 1 de novembro a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com a execução do disposto no artigo anterior.

Art. 11. Este decreto-lei entrará em vigor no dia 1 de novembro do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

M. J. Pinto Guedes.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.849 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1943

Dispõe sobre a matéria de importação de lentes

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A liberação alfandegária das lentes mencionadas no decreto n. 24.492, de 28 de junho de 1934, será concedida mediante guia visada pelo

Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, no Distrito Federal, e pelas repartições sanitárias locais, nos Estados.

Art. 2.º Estende-se às lentes de côr o disposto no artigo precedente e, também, no que lhes fôr aplicável, o disposto no art. 6.º, itens I e V, e art. 29 do decreto n. 24.492, de 28 de junho de 1934.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.850 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 300.000,00 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de trezentos mil cruzeiros (Cr\$ 300.000,00), em refôrço da Verba 5 — Obras, Desapropriação e Aquisição de imóveis, do vigente orçamento do Ministério das Relações Exteriores (Anexo n. 18 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como se segue:

Verba 5 — Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis

Consignação II — Desapropriação e Aquisição de Imóveis

S/c. n. 04 — Desapropriação e Aquisição de Imóveis

01 — Secretaria de Estado

a) Desapropriação de Imóveis..... Cr\$ 300.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Osvaldo Arenha.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.851 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 4.330.000,00, para pagamento a concessionários de portos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de quatro milhões trezentos e trinta mil cruzeiros (Cru-

zeiros 4.330.000,00) para ocorrer ao pagamento (Serviços e Encargos) do produto da arrecadação, neste exercício, do imposto adicional de dez por cento (10 %) sobre os direitos de importação realmente devidos e que compete aos concessionários dos portos do Ceará, Cabedelo, Recife, Maceió, Baía, Vitória, Niterói, Angra dos Reis, Paranaguá, São Francisco e Rio Grande do Sul, em virtude de contratos celebrados com o Governo Federal.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.852 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1943

Autoriza a liquidação de que trata o art. 2.º do decreto-lei n. 5.266, de 20 de fevereiro de 1943, mediante cessão e transferência dos bens e direitos incorporados ao patrimônio nacional, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a proceder à liquidação de que trata o art. 2.º do decreto-lei n. 5.266, de 20 de fevereiro de 1943, pela forma estabelecida no edital de concorrência pública processada de acordo com a lei, mediante cessão e transferência dos bens e direitos que pertenciam ao Instituto per la Ricostruzione Industriale, de Roma, e Irmãos Folcnari, de Brescia, Itália, incorporados ao patrimônio nacional.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se, as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.853 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1943

Transfere gratuitamente ao Município de São Luiz Gonzaga, do Estado do Rio Grande do Sul, para fim de utilização com estabelecimento de ensino secundário, o domínio pleno do terreno nacional interior, que menciona, com as benfeitorias existentes, situado na cidade de São Luiz Gonzaga, naquele Estado, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferido gratuitamente ao Município de São Luiz Gonzaga, do Estado do Rio Grande do Sul, com as benfeitorias existentes, o domínio pleno do terreno nacional interior, com a área de sete mil, no-

vecentos e cinquenta e seis metros quadrados e dez decímetros quadrados (7.956,10m²), parte restante do terreno do ex-Aprendizado Agrícola da cidade de São Luiz Gonzaga, naquele Estado, situado naquela cidade, entre as ruas Dr. Bento Soeiro de Sousa, São João e Senador Pinheiro Machado e o terreno de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul, doado pela União pelo decreto-lei n. 4.584, de 13 de agosto de 1942, tudo de acordo com a discriminação técnica constante do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob n. 113.359, de 1942.

Art. 2.º O terreno objeto da presente transferência será utilizado expressamente para instalação de estabelecimento de ensino secundário.

Art. 3.º Na Diretoria do Domínio da União assinar-se-á o contrato de efetivação da transferência do terreno citado no art. 1.º, com as benfeitorias existentes, lavrado em livro da repartição e que valerá como escritura pública para efeito de transcrição no Registro de Imóveis competente.

Parágrafo único. O contrato será isento de qualquer imposto de selo e sua transcrição no Registro de Imóveis competente far-se-á gratuitamente.

Art. 4.º O domínio pleno do terreno mencionado no art. 1.º reverterá ao patrimônio da União se o Município de São Luiz Gonzaga não der ao citado terreno, dentro de três (3) anos, a utilização prevista no art. 2.º dêsse decreto-lei e, ainda, no caso de, verificada a mesma utilização, dar-lhe fim diferente, sem que a União responda, em qualquer dos casos, por indenização de espécie alguma, ainda mesmo quanto às construções que se incorporarem ao solo.

Art. 5.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.854 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1943

Autoriza a aquisição e permuta de terrenos no distrito do Saí, município de São Francisco, Estado de Santa Catarina

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Fica autorizada a aquisição, pela União, do terreno com a área de 181.500,00 m², situado no distrito do Saí, município de São Francisco, Estado de Santa Catarina, de propriedade dos herdeiros de D. Luíza Sami Tavares, de acordo com a proposta de 6 de maio de 1942.

Art. 2.º A despesa com a aquisição dêsse terreno, na importância de dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.000,00), correrá por conta dos recursos do "Fundo Naval".

Art. 3.º Fica também autorizada, desde já, a permuta de parte dêsse terreno, com a área, aproximadamente, de 45.375,00 m² e mais outra com a área de 28.875,00 m², a ser desmembrada da gleba adquirida pelo Ministério da Marinha, em virtude da escritura lavrada em 30 de setembro de 1918, pela área medindo 644.410,00 m² pertencente a D. Léa Richlin Alt, todos no mesmo distrito de Saí, de acordo com a sua proposta de 7 de maio de 1942, sem onus, porém, para a Fazenda Nacional.

Art. 4.º Os terrenos a serem incorporados ao Patrimônio da União, em consequência do que dispõe o presente decreto-lei, destinam-se à ampliação dos

serviços de abastecimento d'água da ilha Rita, no interesse da defesa nacional.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.855 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1943

Abre crédito especial ao Ministério da Fazenda

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do Orçamento Geral da União para 1943), o crédito especial de Cr\$ 234.240,00 (duzentos e trinta e quatro mil e duzentos e quarenta cruzeiros) para atender, no período de 25 de setembro a 31 de dezembro do corrente ano, a despesas com a admissão de diaristas para a Administração do Edifício da Fazenda.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.856 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1943

Aprova o Convênio entre o Brasil e o Paraguai para o Fomento do Turismo e concessão de facilidades para a entrada nos respectivos territórios, firmado no Rio de Janeiro, a 10 de maio de 1943

O Presidente da República, nos termos do artigo 180 da Constituição:

Resolve aprovar o Convênio entre o Brasil e o Paraguai para o Fomento do Turismo e concessão de facilidades para a entrada nos respectivos territórios, firmado no Rio de Janeiro, a 10 de maio de 1943.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 5.857 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1943

Altera a redação do art. 34 do decreto-lei n. 925, de 2 de dezembro de 1938

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação o art. 34 do decreto-lei número 925, de 2 de dezembro de 1938 (Código da Justiça Militar):

“Art. 34. Os promotores de primeira entrância serão nomeados dos dois terços dentre os advogados de segunda e primeira, indicados em lista tríplice pelo Supremo Tribunal Militar, e um terço mediante concurso de provas, dentre os diplomados em direito, que tenham mais de dois anos de prática forense.

§ 1.º Somente constarão da lista tríplice os nomes dos advogados de primeira entrância quando esgotados os nomes dos advogados de segunda entrância.

§ 2.º Proceder-se-á também a concurso de provas sempre que o Supremo Tribunal Militar não possa, por falta de candidatos, organizar a lista tríplice para os dois terços.”

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

M. J. Pinto Guedes.

DECRETO-LEI N. 5.858 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1943

Altera o efetivo de primeiros tenentes médicos da Aeronáutica, a que se refere o art. 2.º do decreto-lei n. 3.872, de 2 de dezembro de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O efetivo de primeiros tenentes médicos da Aeronáutica, a que se refere o art. 2.º do decreto-lei n. 3.872, de 2 de dezembro de 1941, fica elevado para setenta. (70).

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.859 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1943

Cria a Comissão de Construção do Edifício destinado à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional e demais repartições federais em São Paulo, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada a Comissão de Construção do edifício destinado à sede da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional e demais repartições federais em São Paulo, constituída de um (1) chefe e dois (2) assistentes, de confiança do Presidente da República e por ele designados dentre engenheiros do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Compete à Comissão de que trata o artigo anterior orientar, dirigir e fiscalizar a execução de todos os trabalhos relativos à construção do mencionado Edifício.

Art. 3.º Ao chefe e aos assistentes da Comissão será abonada, na forma do item V, *in fine*, do art. 120 do decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, a gratificação mensal de Cr\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros) e Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), respectivamente, correndo a despesa à conta dos recursos que forem concedidos para custeio da mencionada construção.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.860 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1943

Modifica o art. CDR do Código Civil e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 348 do Código Civil passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 348 — Ninguém pode vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento, salvo provando-se erro ou falsidade do registro”.

Art. 2.º Sem prejuízo de outras penas em que haja incorrido, será expulso do território nacional o estrangeiro que fizer falsa declaração perante o registro civil das pessoas naturais, para o fim de atribuir-se ou a seus filhos a nacionalidade brasileira.

Art. 3.º Para o efeito de prescrição da ação penal do declarante e das testemunhas, considerar-se-á praticado no dia em que for conhecido o delito de falsidade da declaração ao oficial do registro civil.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrário e o decreto-lei n. 4.782, de 5 de outubro de 1942.

Art. 5.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.861 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1943

Modifica a denominação do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea e da respectiva Diretoria Nacional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, criado pelo decreto-lei n. 4.624, de 26 de agosto de 1942, passa a denominar-se Serviço de Defesa Civil.

Art. 2.º A Diretoria Nacional de Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, criada pelo decreto-lei n. 4.716, de 21 de setembro de 1942, passa a denominar-se Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Civil.

Art. 3.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.862 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1943

Dispõe sobre faiscção e garimpagem nas regiões produtoras de borracha do Estado de Mato Grosso

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Dentro da zona que a seguir se limita, no território do Estado de Mato Grosso, somente se permitirá a faiscção e garimpagem durante o primeiro trimestre de cada ano: ao Norte, pelas divisas com os Estados do Amazonas e do Pará; a Oeste, pelos rios Madeira, Mamoré, Guaporé e a linha divisória com a Bolívia até o marco da Boa Vista; ao Sul, a partir desse marco e pelo espigão divisor das águas dos rios Guaporé, e Jaurú, até a nascente do rio Piquiú e desse ponto pelo espigão divisor das águas dos rios Paraguai e Cuiabá até a cabeceira mais oriental do rio Paranatinga;

a Leste, pelo espigão divisor dos rios Teles Pires e Xingú, desde a cabeceira do rio Paranatinga até a linha divisória com o Estado do Pará.

Art. 2.º Os infratores da norma contida no artigo anterior serão punidos com as penas cominadas no art. 2.º do decreto-lei n. 869, de 18 de novembro de 1938, e processados pela forma indicada no art. 6.º do mesmo decreto-lei.

Art. 3.º Compete ao Governo do Estado de Mato Grosso fiscalizar o cumprimento dêste decreto-lei.

Art. 4.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.863 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1943

Cria funções gratificadas no Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde (Serviço de Radiodifusão Educativa) as seguintes funções gratificadas:

	Cr\$
1. Chefe da Secção de Preparo da Irradiação	3.600,00 anuais
1. Chefe da Secção de Transmissão	3.600,00 anuais
1. Chefe da Secção de Administração	3.600,00 anuais
1. Secretário do Diretor	2.400,00 anuais

Art. 2.º Para atender, no atual exercício, às despesas com o disposto neste decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde (anexo 13 do Orçamento Geral da República) o crédito de Cr\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos cruzeiros) suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.864 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1943

Altera as carreiras de Marinheiro e Patrão, do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, de conformidade com a tabela e relação nominal anexas, as carreiras de Patrão e Marinheiro, do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º O funcionário atingido pelo disposto neste decreto-lei, terá seu decreto apostilado pela Divisão do Pessoal do respectivo Ministério.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Observações
6	Patrão	10	—	—	Q.S.	6	Patrão	10	—	—	
3	Patrão	5	—	—	Q.S.	3	5	—	—	
1	Patrão	4	—	—	Q.S.	2	4	—	—	
1	Marinheiro	4	—	—	Q.S.						
11						11					
11	Marinheiro	4	—	—	Q.S.	10	Marinheiro	4	—	—	
11						10					

Relação nominal a que se refere o art. 1.º do decreto-lei n. 5.364, de 30 de setembro de 1943

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

NOME	CARGO ANTERIOR	CARGO ATUAL
Manuel Rosa do Nascimento.....	Marinheiro, classe 4.....	Patrão, classe 4.

DECRETO-LEI N. 5.865 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1943

Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Marinha, a carreira de Desenhista Auxiliar e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Marinha, de conformidade com a tabela anexa, a carreira de Desenhista Auxiliar.

Art. 2.º Para atender à despesa com o disposto neste decreto-lei, no período de 1.º de setembro a 31 de dezembro do corrente ano, fica aberto ao Ministério da Marinha (anexo n. 17 do Orçamento Geral da União) o crédito de Cr\$ 29.600,00 (vinte e nove mil e seiscentos cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Henriques A. Guilhem.

A. de Sousa Costa.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Quadro Permanente

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
							<i>Desenhista Auxiliar</i>				
						1	H	—	1	
						2	G	—	2	
						3	F	—	3	
						4	E	—	4	
						10				10	

DECRETO-LEI N. 5.866 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1943

Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 45.000,00 para os fins que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 189 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros), que será aplicado no pagamento ao Diretor Geral, padrão P, do Departamento Nacional do Trabalho, Luiz Augusto de Rêgo Monteiro, do referido Ministério, da ajuda de custo de Cr\$ 15.000,00 e da gratificação mensal de representação de Cr\$ 15.000,00, durante os dois meses de sua permanência no Chile, Uruguai e Argentina, onde vai em missão de intercâmbio cultural.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho,

A. de Sousa Costa.

APENSO

Figuram neste apenso:

- I — os decretos-leis que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados depois do segundo dia útil do terceiro trimestre de 1943.
- II — as reproduções e retificações publicadas no terceiro trimestre de 1943, referentes a decretos-leis expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1943

DECRETO-LEI N. 5.388 — DE 12 DE ABRIL DE 1943

Lei de organização dos quadros e efetivos do Exército — Atualiza disposições contidas no decreto-lei n. 556, de 12 de julho de 1938

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, resolve baixar o presente decreto-lei que organiza os quadros e efetivos do Exército ativo.

INTRODUÇÃO

O presente decreto-lei atualiza disposições da lei de organização dos quadros e efetivos do Exército ativo contidas no decreto-lei n. 556, de 12 de julho de 1938, que fica assim revogado; suprime as disposições da dita lei relativas aos elementos orgânicos da Aeronáutica; estabelece a Divisão Territorial Militar do país e fixa a composição do pessoal do Exército ativo.

TÍTULO I

Divisão Territorial Militar

Art. 1.º O território nacional, de acôrdo com o que dispõe o art. 5.º da Lei de Organização do Exército, é dividido em dez Regiões Militares, constituídas como se segue:

- 1.^a R.M. — Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro.
- 2.^a R.M. — São Paulo.
- 3.^a R.M. — Rio Grande do Sul.
- 4.^a R.M. — Minas Gerais, Espírito Santo, Baía (S. do Rio Jequitinhonha) e Goiaz.
- 5.^a R.M. — Paraná e Santa Catarina.
- 6.^a R.M. — Baía (N. do Rio Jequitinhonha) e Sergipe.
- 7.^a R.M. — Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Fernando de Noronha.
- 8.^a R.M. — Pará, Amazonas e Acre.
- 9.^a R.M. — Mato Grosso.
- 10.^a R.M. — Ceará, Piauí e Maranhão.

Parágrafo único. As Regiões Militares constantes dêste artigo teem suas sedes, respectivamente, nas seguintes cidades: Capital Federal, São Paulo, Pôrto Alegre, Juiz de Fora, Curitiba, São Salvador, Recife, Belém, Campo Grande e Fortaleza.

Art. 2.º As Regiões Militares são comandadas por Generais de Divisão, salvo as 6.ª, 8.ª e 10.ª, que são do comando de General de Brigada.

§ 1.º Em cada Região Militar estacionam uma ou mais Grandes Unidades e unidades independentes, consideradas de tropa regional.

§ 2.º Em princípio, o comando da Região Militar é exercido cumulativamente pelo da Grande Unidade nela estacionada.

§ 3.º A Região Militar em que tem sede mais de uma Grande Unidade é comandada pelo Comandante do agrupamento que for constituído.

§ 4.º O Comandante do agrupamento de Grandes Unidades de uma Região Militar recebe o título de Comandante das Armas.

Art. 3.º Os órgãos superiores do Comando e da Administração do Exército, discriminados na Lei de Organização do Ministério da Guerra, teem sede na Capital Federal; os demais órgãos e elementos constitutivos do Exército teem sede nas Regiões Militares.

Parágrafo único. As Inspetorias Gerais teem suas sedes em uma das Regiões da sua jurisdição.

TÍTULO II

Estrutura Geral do Exército Ativo

CAPÍTULO I

CATEGORIAS DE PESSOAL

Art. 4.º Em função dos postos, distinguem-se:

- a) os oficiais gerais;
- b) os oficiais das Armas e dos Serviços;
- c) as praças.

Art. 5.º Com relação às funções, os oficiais das Armas podem pertencer aos seguintes quadros:

- de estado-maior;
- técnico;
- ordinário;
- suplementar privativo;
- suplementar geral.

§ 1.º O quadro de Estado-Maior da Ativa é constituído com oficiais pertencentes aos quadros gerais das armas, declarados "*aptos para o serviço de estado-maior*" no efetivo exercício de função dessa natureza.

§ 2.º O quadro técnico da ativa é constituído com oficiais diplomados pela Escola Técnica do Exército.

§ 3.º O quadro ordinário compõe-se dos oficiais em serviços nos corpos de tropa.

§ 4.º O quadro suplementar privativo é constituído pelos oficiais no exercício de funções da sua Arma fora dos corpos de tropa.

§ 5.º O quadro suplementar geral organiza-se com os oficiais não pertencentes às categorias acima definidas e que desempenham funções comuns a todas as Armas.

§ 6.º O quadro ordinário deve sempre ser mantido completo. Para tanto, se fôr necessário, serão desfalcados os quadros suplementares, preenchendo-se as vagas nestes com a convocação de oficiais de 1.ª classe da reserva, desde que as funções a desempenhar nas repartições não exijam pre-

paração especial nem impliquem em ascendência sobre oficiais dos mesmos postos da ativa.

§ 7.º A composição dos quadros de estado-maior, técnico e suplementar geral, deverá atender, nas quotas atribuídas às Armas, a necessidade de um justo equilíbrio entre os diferentes postos no âmbito de cada Arma.

Art. 6. Os oficiais dos Serviços constituem, em princípio, um quadro para cada Serviço.

Art. 7. Além dos quadros acima discriminados, conta-se o de mestres de música.

Art. 8. As praças, distribuídas pelas Armas, Serviços e Contingentes, são classificadas em:

- de fileira;
- especialistas;
- artífices e auxiliares de artífices;
- empregadas.

Além dessas praças, há ainda:

- os aspirantes a oficial;
- os cadetes da Escola Militar e os alunos das Escolas Preparatórias.

§ 1.º Os aspirantes a oficial são praças que concluíram o curso de uma escola de formação de oficiais.

§ 2.º Os cadetes da Escola Militar e os alunos das Escolas Preparatórias são alunos-praças dessas escolas.

§ 3.º Os especialistas são praças que satisfazem as condições exigidas para o desempenho de certas funções na tropa ou nos Serviços. Em princípio, procedem de um curso de formação de especialistas.

§ 4.º Os artífices e os auxiliares de artífices são praças habilitadas em determinadas profissões, podendo proceder ou não de cursos especiais.

§ 5.º Os empregados são praças não pertencentes a nenhuma das classes anteriores e que desempenham funções fora da fileira.

§ 6.º As praças de fileira são as que exercem as funções próprias à sua arma, ao seu Serviço ou Contingente.

§ 7.º A discriminação das funções próprias às classes de que tratam os quatro últimos parágrafos, é da competência do Ministro da Guerra.

CAPÍTULO II

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DO EXÉRCITO ATIVO

Art. 9. O pessoal do Exército ativo compõe-se de:

- 1.º Pessoal do quadro de oficiais-generais;
- 2.º Pessoal dos corpos de tropa das Armas (Quadro Ordinário), a saber:
 - Infantaria, nela compreendidas as unidades moto-mecanizadas que lhe são próprias;
 - Cavalaria, com as unidades moto-mecanizadas privativas da arma, e trem;
 - Artilharia;
 - Engenharia.
- 3.º Pessoal do quadro dos Serviços gerais do Exército, a saber:
 - Quadro de Estado-Maior da Ativa;
 - Quadro Suplementar Geral;

- Quadro Técnico da Ativa;
- Serviço de Transportes;
- Serviço de Moto-Mecanização;
- Serviço de Recrutamento.

4.º Pessoal do Quadro Suplementar Privativo das Armas, necessário aos Serviços que não dispõem de quadro próprio, a saber:

- Serviço de Material Bélico;
- Serviço de Engenharia;
- Serviço de Remonta;
- Serviço de Transmissões.

Os oficiais que exercem funções de sua Arma fora da tropa e dos Serviços acima referidos, estão incluídos entre o pessoal d'este item, bem como o pessoal dos Contingentes.

5.º Pessoal dos Serviços dotados de quadros permanentes, a saber:

- Serviço de Saúde;
- Serviço de Intendência;
- Serviço de Veterinária;

Art. 10. Os oficiais em comissão não prevista na Organização Geral do Exército são agregados à sua Arma ou Serviço, exceto quando em serviço num dos órgãos do Conselho de Segurança Nacional.

§ 1.º Os oficiais estagiários para fins de instrução, não se incluem nas disposições d'este artigo.

§ 2.º O oficial agregado é reincluído no Quadro da Arma ou Serviço a que pertence, quando terminada a comissão especial, logo que haja vaga.

Art. 11. A distribuição e o agrupamento dos diversos elementos do Exército no território nacional são fixados por decreto-lei tendo em vista a satisfação das necessidades de cobertura, instrução, mobilização e concentração.

TÍTULO III

Composição das Grandes Unidades

Art. 12. As Grandes Unidades do tempo de paz são definidas no Cap. VI da Lei de Organização do Exército.

Art. 13. A Divisão de Infantaria (D. I.) compreende:

- a) Comandante — General de Divisão;
- b) Quartel-General;
- c) Tropa, a saber:
 - Regimentos de Infantaria;
 - Batalhão de Engenheiros;
 - Regimento ou Regimentos de Cavalaria;
 - Grupo moto-mecanizado de Reconhecimento;
 - Regimentos de Artilharia;
 - Batalhão de Engenharia;
 - Batalhão de Transmissões.

§ 1.º. O Quartel-General compreende:

- Estado-Maior;
- Serviços Gerais e a tropa do Quartel-General.

§ 2.º Os Regimentos de Infantaria constituem a Infantaria Divisionária (I. D.), comandada por um General de Brigada ou Coronel de Infantaria que esteja no quadro de acesso, dispondo de um assistente e um adjunto.

A Infantaria da Divisão pode ser organizada em duas Brigadas de Infantaria, cada uma composta de dois Regimentos e com comando idêntico ao da I. D.

Os Regimentos de Infantaria podem ser substituídos por Grupos de Batalhões de Caçadores.

§ 3.º A Cavalaria Divisionária é constituída por um ou dois Regimentos de Cavalaria, hipo ou moto-mecanizados, e um Grupo Moto-Mecanizado de Reconhecimento.

§ 4.º Os Regimentos de Artilharia constituem, em seu todo, a Artilharia Divisionária, comandada por um General de Brigada ou Coronel de Artilharia que esteja no quadro de acesso, dispondo de um assistente e um adjunto.

Essas unidades podem ser:

- regimentos montados;
- regimentos mistos;
- regimentos de obuses.

Os regimentos montados disporão de três grupos de 75; os regimentos mistos são constituídos de 2 ou três grupos de 75, dos quais um de dorso; os regimentos de obuses serão, em princípio, de dois grupos de 105 C.

§ 5.º Excepcionalmente, por considerações de ordem regional ou outras igualmente relevantes, o Governo poderá decidir que Divisões de Infantaria recebam uma organização especial.

Art. 14. O Corpo de Cavalaria (Cp. C.) compreende:

- a) Comandante, General de Divisão;
- b) Quartel-General, análogo ao da Divisão de Infantaria;
- c) Divisões de Cavalaria.

Art. 15. A Divisão de Cavalaria (D.C.) compreende:

- a) Comandante — General de Divisão ou de Brigada;
- b) Quartel-General, semelhante ao da Divisão de Infantaria;
- c) Tropa, a saber:

- Brigadas de Cavalaria;
- Regimento Moto-Mecanizado;
- Regimento de Cavalaria Motorizado;
- Esquadrões de Engenheiros;
- Regimento de Artilharia de 75 de Divisão de Cavalaria;
- Batalhão de Engenharia, parte montada e parte transportada;
- Batalhão de Transmissões, nas mesmas condições.

Parágrafo único. A Brigada de Cavalaria compreende o general de brigada ou coronel comandante, dispondo de um assistente e um adjunto, e dois regimentos de cavalaria independente.

Art. 16. A Divisão é de Infantaria (D. I.) ou de Cavalaria (D.C.), conforme a arma que prepondera na sua composição. Pode ainda comportar uma proporção variável de elementos motorizados e moto-mecanizados.

§ 1.º A D.I. é motorizada (D.I.Mt.) quando só utiliza a tração ou o transporte auto comportando ainda ligeiros elementos mecanizados.

§ 2.º A Divisão é moto-mecanizada (D. M. M.) quando nela preponderam os elementos de tropa mecanizados, com os órgãos de comando e de serviço e fração restante de tropa motorizados.

Art. 17. São também considerada, Grandes Unidades: a Brigada Mista de Infantaria, a Brigada Mista de Cavalaria, a Brigada Mista Motorizada, a Brigada Moto-Mecanizada, o Destacamento (quando constituído de corpos de tropa de várias armas) e a Artilharia da Costa Regional quando for do comando de general.

TÍTULO IV

As Armas

Art. 18. As Armas compreendem:

- uma Diretoria Geral, denominada Diretoria das Armas (D. A.);
- uma Diretoria de Artilharia da Costa (D.A.C.);
- Tropa das Armas.

§ 1.º A Diretoria das Armas compõe-se de:

- Diretor — General de Divisão ou de Brigada;
- Gabinete;
- Três Divisões.

A Diretoria de Artilharia da Costa tem organização estabelecida por decreto especial.

§ 2.º Constituem a tropa de Infantaria:

- Regimentos de Infantaria;
- Regimentos de Carros de Combate;
- Grupos de Batalhões de Caçadores;
- Batalhões e Companhia de Engenheiros;
- Batalhões de Caçadores;
- Batalhões e Companhias Independentes de Fronteira;
- Batalhões de Carros de Combate;
- Batalhões e Companhias de Guardas;
- Formações-escolas.

§ 3.º Constituem a tropa de Cavalaria:

- Regimentos de Cavalaria Independentes;
- Regimentos de Cavalaria Divisionários;
- Regimentos de Cavalaria Motorizados;
- Regimentos Moto-Mecanizados;
- Grupos Moto-Mecanizado de Reconhecimento;
- Corpos de Trem Mistos;
- Corpos de Trem Motorizados;
- Esquadrões de Trem Mistos;
- Esquadrão de Trem Especial;
- Esquadrões de Engenheiros;
- Formações-escolas.

§ 4.º Constituem a tropa de Artilharia:

a) Artilharia leve de campanha:

- Regimentos de Artilharia Montados;
- Regimentos de Artilharia Mistos;
- Grupos de Artilharia de Dorso;

— Regimentos de Artilharia Motorizados (Auto-Rebocados e auto-transportados);

— Regimentos de Obuzes;

— Regimentos de Artilharia de D.C.

b) Artilharia Pesada de Campanha:

— Regimentos de Artilharia Pesada Curta;

— Regimentos de Artilharia Pesada Longa.

c) Unidades e Formações de Defesa Ativa anti-Aérea (Regimentos e Grupos de Artilharia Anti-Aérea, etc.).

d) Unidades de Artilharia da Costa (Grupos e Baterias fixos e móveis).

e) Formações do Serviço de Informações de Artilharia (Baterias e Seções de localização, etc.).

§ 5.º Constituem a tropa de Engenharia:

— Batalhões de Engenharia;

— Batalhões rodoviários;

— Batalhões ferroviários;

— Batalhões de pontoneiros;

— Batalhões e Companhias de transmissões;

— Formações-escolas.

TÍTULO V

Os Serviços

CAPÍTULO III

GENERALIDADES

Art. 19. Os Serviços se destinam a atender às necessidades do Comando e da Tropa assegurando os aprovisionamentos e evacuações de toda a natureza, assim como a manutenção do pessoal, dos animais e do material.

Os Serviços assumem, portanto, em princípio, um duplo aspecto: de reunião e de repartição dos recursos. Para desempenhá-los, dispõem de órgãos que executam duas ordens de operações:

— primeira: aquisições, fabricações e recuperações;

— segunda: dotações, distribuições e substituições.

Podem, ainda, acompanhar e verificar as fabricações dos materiais que lhes são destinados; autorizar certas despesas; exercer, em relação às Armas e aos outros Serviços, funções consultivas e de coordenação.

Art. 20. Os diretores e chefes de Serviços agem por ordem do Comando; a execução, porém, é da sua exclusiva competência e responsabilidade. Para isso, devem apresentar ao Comando suas propostas, tendo em vista a boa execução das ordens, e regulam o funcionamento dos respectivos Serviços, segundo as instruções dadas pelo escalão técnico superior.

Art. 21. Os Serviços dispõem do pessoal citado no art. 9.º. Os oficiais pertencem aos quadros ali definidos; as praças entram na composição das formações ou contingentes próprios a cada Serviço.

CAPÍTULO IV

ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 22. A organização dos Serviços compreende, em princípio, órgãos:

- de direção;
- de execução;
- de preparação do pessoal;
- especiais.

§ 1.º Os órgãos de direção exercem, concomitantemente, as atribuições de órgãos de inspeção geral.

§ 2.º Os órgãos de direção e de execução podem ser gerais, regionais ou especiais. Os de direção geral podem abranger mais de um Serviço como dispõe a Lei de Organização do Ministério da Guerra. Os de execução regional podem atender a mais de uma Região Militar; neste caso dependem da direção regional onde têm sede.

Art. 23. A organização pormenorizada dos Serviços consta dos regulamentos respectivos respeitadas as disposições da presente lei.

Parágrafo único. O número e a localização dos órgãos de execução dos Serviços são fixados em decreto especial.

CAPÍTULO V

SERVIÇO DE MATERIAL BÉLICO

Art. 24. O Serviço de Material Bélico incumbem-se do que concerner:

- ao armamento;
- às munições e pólvoras, aos explosivos e artificios;
- ao material contra gases de combate;
- ao material topográfico e de observação.

Art. 25. Sua organização compreende:

- 1 — Órgãos de direção geral:

Diretoria do Material Bélico:

- Diretor — General de Brigada;
- Gabinete;
- Divisões;
- Serviço de Engenharia;
- Órgãos especiais.

- 2 — Órgãos de execução geral:

Arsenais;
Fábricas.

- 3 — Órgãos de direção e execução regionais:

Serviços de Material Bélico Regionais.

- 4 — Órgãos de direção e execução especiais:

Serviço de Material Bélico da Artilharia de Costa Regional, etc.

- 5 — Órgãos de preparação do pessoal:

Escola Técnica do Exército;
Formações de artifices.

CAPÍTULO VI

SERVIÇO DE ENGENHARIA

Art. 26. O Serviço de Engenharia incumbem-se do que concerne:

- ao material de sapa e de destruição;
- ao material de transposição de cursos d'água.

Cabem-lhe, ainda, os encargos relativos:

- ao patrimônio do Ministério da Guerra;
- às obras militares;
- à fiscalização técnica e, eventualmente, à construção de estradas de ferro e de rodagem.

Art. 27. Sua organização compreende:

1 — Órgãos de direção geral:

Diretoria de Engenharia:

- Diretor — General de Brigada;
- Gabinete;
- Divisões;
- Órgãos especiais.

2 — Órgãos de execução geral:

Fábricas.

3 — Órgãos de direção e execução regionais:

Serviços de Engenharia Regionais.

4 — Órgãos de direção e execução especiais:

Serviço de Engenharia da Artilharia de Costa Regional, da Diretoria do Material Bélico, etc.

5 — Órgãos de preparação do pessoal:

Escola Técnica do Exército.

CAPÍTULO VII

SERVIÇO DE TRANSMISSÕES

Art. 28. O Serviço de Transmissões é destinado a superintender todas as atividades das transmissões do Exército.

Art. 29. Sua organização compreende:

1 — Órgão de direção geral:

Diretoria de Transmissões:

- Diretor — Coronel da arma de engenharia;
- Gabinete;
- Secções;
- Órgãos especiais.

2 — Órgãos de execução geral:

Fábricas.

- 3 — Órgãos de direção e execução regionais:
Serviços de Transmissões Regionais.
- 4 — Órgãos de preparação do pessoal:
Escola de Transmissão e Cursos Regionais de Instrução de Transmissões.

CAPÍTULO VIII

SERVIÇO DE MOTO-MECANIZAÇÃO

Art. 30. O Serviço de Moto-Mecanização incumbem-se do que concerne:

- aos veículos automóveis de toda espécie;
- aos carburantes e ingredientes.

Cabe-lhe, ainda, colaborar nos assuntos que interessam à motorização e à mecanização no Exército.

Art. 31. Sua organização compreende:

- 1 — Órgão de direção geral:
Diretoria de Moto-Mecanização;
 - Diretor — General de Brigada;
 - Gabinete;
 - Divisões;
 - Órgãos especiais.
- 2 — Órgãos de direção e de execução regionais:
Serviços de Moto-Mecanização Regionais;
Parques de Moto-Mecanização Regionais;
Depósitos de Moto-Mecanização Regionais;
- 3 — Órgãos de preparação do pessoal:
Escola Técnica do Exército;
Escola de Moto-Mecanização;
Cursos de formação de artífices;
Centros de Instrução de Motoristas.

CAPÍTULO IX

SERVIÇO DE TRANSPORTES

Art. 32. O Serviço de Transportes incumbem-se do que concerne:

- às viaturas não automóveis comuns às Armas e aos Serviços;
- ao arreamento em geral.

Cabe-lhe, ainda, a coordenação dos transportes de toda natureza.

Art. 33. Sua organização compreende:

- 1 — Órgão de direção geral:
Diretoria de Transportes.
 - Diretor — Coronel;
 - Gabinete;
 - Secções;
 - Órgãos especiais.

- 2 — Órgãos de execução geral:
Fábrica de Viaturas;
Officinas de arreamento.
- 3 — Órgãos de direção e execução regionais;
Serviços de Transportes Regionais.
- 4 — Órgãos de preparação do pessoal:
Escola Técnica do Exército;
Formações de artífices.

CAPÍTULO X

SERVIÇO DE REMONTA E VETERINÁRIA

Art. 34. O Serviço de Remonta e Veterinária incumbem-se do que concerne:

- ao fornecimento e à conservação dos efetivos em animais de sela, tração e carga;
- ao material de veterinária;
- ao material de ferradoria.

Art. 35. Sua organização compreende:

- 1 — Órgão de direção geral:
Diretoria de Remonta e Veterinária:
— Diretor — General de Brigada ou Coronel de Cavalaria;
— Gabinete;
— Divisões;
— Órgãos especiais.
- 2 — Órgãos de execução geral:
Coudelarias, Depósitos de Remonta, Postos de Montagem
Serviços de Veterinária de Guarnição.
- 3 — Órgãos de direção e execução regionais:
Serviços de Veterinária Regionais.
- 4 — Órgãos de preparação do pessoal de Veterinária;
Escola Veterinária do Exército.

CAPÍTULO XI

SERVIÇO DE INTENDÊNCIA

Art. 36. O Serviço de Intendência incumbem-se do que concerne:

- à contabilidade e ao movimento financeiro (ou de fundos);
- à subsistência;
- ao material de intendência.

Art. 37. Sua organização compreende:

1 — Órgão de direção geral — Diretoria de Intendência.

— Diretor — General Intendente.

— Gabinete.

— Secções;

— Órgãos especiais.

2 — Órgãos de direção especializada, subordinados diretamente ao Diretor de Intendência:

a) Subdiretoria de Fundos;

b) Subdiretoria de Subsistência;

c) Subdiretoria de Material de Intendência.

3 — Órgãos de direção regionais e especiais:

a) Serviços de Intendência Regionais;

b) Serviços de Intendência de órgãos da Alta Administração do Exército, Diretoria do Material Bélico e outros.

4 — Órgãos de execução geral e regionais:

a) Estabelecimentos de Fundos;

b) Estabelecimentos de Subsistência;

c) Estabelecimentos de Material de Intendência;

d) Serviço Especial de Transporte.

5 — Órgãos de execução local — Formações de Intendência das Unidades Administrativas;

a) Escola de Intendência do Exército;

b) Tropa de Intendência (companhias e contingentes).

CAPÍTULO XII

SERVIÇO DE SAÚDE

Art. 38. O Serviço de Saúde incumbem-se do que concerne:

— à conservação dos efetivos;

— ao material sanitário.

Art. 39. Subdivide-se em:

— Serviço médico;

— Serviço farmacêutico;

— Serviço odontológico.

Art. 40. Sua organização compreende:

1 — Órgão de direção geral:

Diretoria de Saúde:

— Diretor — General médico;

— Gabinete;

— Secções;

— Órgãos especiais.

2 — Órgãos de direção e execução regionais:

Serviços de Saúde Regionais;
Serviços de Saúde da Artilharia da Costa Regional;
Hospitais Militares Regionais;
Estabelecimento Central de Material Sanitário do Exército;
Depósitos Regionais de Material Sanitário.

3 — Órgãos de execução geral:

Hospital Central do Exército e Anexos;
Hospitais de Guarnição;
Serviços de Saúde de Guarnição;
Laboratório Químico Farmacêutico do Exército;
Farmácia Central do Exército.

4 — Órgãos de execução local:

Serviços de Saúde das Unidades Administrativas.

5 — Órgãos de preparação do pessoal:

Escola de Saúde do Exército;
Formações de Saúde Regionais.

6 — Órgãos especiais:

Instituto de Biologia do Exército;
Sanatórios;
Depósitos de Convalescentes.

CAPÍTULO XIII

SERVIÇO DE RECRUTAMENTO

Art. 41. O Serviço de Recrutamento incumbe-se do que concerne:

- ao recenseamento;
- à conscrição;
- à identificação;
- à seleção;
- à incorporação;
- ao licenciamento;
- à direção dos reservistas.

Cabem-lhe ainda funções de colaboração no que diz respeito à preparação e execução da mobilização, bem assim indicações relativas às necessidades em graduados, especialistas e artífices, de conformidade com os resultados do recenseamento e da seleção.

Art. 42. Sua organização compreende:

1 — Órgão de direção geral:

- Diretoria de Recrutamento:*
- Diretor — Coronel do quadro de estado-maior da ativa ou da reserva;
- Gabinete;
- Secções;
- Órgãos especiais.

2 — Órgãos de direção e execução regionais:

Serviços de Recrutamento Regionais.

3 — Órgãos de execução local:

Delegacias do Serviço de Recrutamento.

Art. 43. A Lei e o Regulamento do Serviço Militar estabelecem a organização do Serviço.

CAPÍTULO XIV

Serviço Geográfico

Art. 44. O Serviço Geográfico do Exército incumbe-se do que concerne à elaboração, estudo e interpretação dos documentos cartográficos.

Cabem-lhe, ainda, o reconhecimento e descrição dos limites entre os Estados, Distrito Federal e Territórios, bem como, mediante entendimento, a superintendência técnica sobre as organizações civis de levantamento topográfico.

Art. 45. Sua organização compreende:

1 — Órgãos de direção e execução geral:

- Diretor — General de divisão ou de brigada;
- Gabinete;
- Gabinetes técnicos;
- Órgãos especiais.

2 — Órgãos de execução gerais:

Divisão de Levantamento.

3 — Órgãos de execução regionais:

Secções Topográficas Regionais.

4 — Órgão de preparação do pessoal:

Escola Técnica do Exército.

TÍTULO VI

Disposições Diversas

CAPÍTULO XV

DISPOSIÇÕES PARTICULARES A DIVERSOS ÓRGÃOS E A DIVERSAS FUNÇÕES

Art. 46. Os diversos estabelecimentos, repartições e órgãos de instrução do Exército são organizados segundo as disposições da presente Lei e das Leis de organização geral do Ministério da Guerra, de organização geral do Exército, do Ensino Militar e do Serviço Militar.

Parágrafo único. Os quadros e efetivos desses órgãos constam dos respectivos regulamentos, respeitadas os limites fixados nas dotações orçamentárias.

Art. 47. Os Quartéis-Generais que não dispuserem de elementos dos Serviços terão suas necessidades atendidas pelo corpo de tropa estacionado na localidade ou na que lhe ficar mais próxima.

Art. 48. O número de adidos militares às representações diplomáticas no estrangeiro será fixado por decreto, com discriminação dos créditos necessários.

Parágrafo único. O número de oficiais a serem enviados ao estrangeiro, em comissão de qualquer natureza, será fixado anualmente pelo Governo, mediante proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército. Os créditos necessários constarão do Orçamento do Ministério da Guerra.

Art. 49. A movimentação dos oficiais generais e dos oficiais superiores das Armas é feita por decreto; a dos oficiais do Quadro de Estado-Maior.

pelo Chefe do Estado-Maior do Exército; as nomeações ou designações de oficiais para funções que impliquem em chefia ou direção são feitas por decreto; as transferências e classificações de capitães são atos privativos do Ministro da Guerra e as dos oficiais subalternos são feitas pelas Diretorias das Armas e de Serviços com quadros próprios, em nome do Ministro.

§ 1.º Os oficiais são classificados na Tropa ou nos Serviços ou para eles transferidos, cabendo ao respectivo comandante ou chefe dar-lhes função correspondente ao posto, conforme as determinações regulamentares. Em princípio, as substituições de função no interior dos corpos de Tropa se fazem no fim de cada ano de instrução.

§ 2.º Nenhum oficial poderá ser mantido em cargos de ajudante, secretário, chefe de Secção Mobilizadora e de ajudante de ordens por mais de dois anos.

Art. 50. Os officiaes aptos para o Serviço de Estado-Maior, mesmo quando não pertençam ao respectivo Quadro, dependem do Chefe do Estado-Maior do Exército, no que interesse à sua instrução. Ouvido o Ministro da Guerra, poderão esses officiaes ser convocados para estagiar, durante um período anual não excedente de 30 dias, em estado-maior com sede na Região Militar em que servirem, e ainda receber missões especiais do chefe do Estado-Maior do Exército, cumulativamente ou não com suas funções normais, desde que não impliquem em afastamento da guarnição por mais de 15 dias.

Art. 51. O Presidente da República, o Ministro da Guerra, os Generais de Divisão, Chefe do Estado-Maior do Exército, Inspetores de Grupos de Regiões e Comandantes de Regiões Militares, disporão, cada um, de dois officiaes ajudantes de ordens. Os demais generais da ativa, em serviço ou em comissões de caráter essencialmente militar; os generais chefes de missões estrangeiras, o general chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, disporão, cada um, de um official ajudante de ordens.

O coronel que estiver no exercício de funções de comando relativas ao posto de general disporá de um adjunto, ao invés de ajudante de ordens.

Parágrafo único. Os generais da ativa quando dispensados da função que exerceram e enquanto aguardarem nova comissão, conservarão seus ajudantes de ordens.

Art. 52. Nas unidades de tôdas as armas onde existirem sub-unidades-quadros, dever-se-á, findo cada ano de instrução proceder ao revezamento entre as sub-unidades, de maneira que tôdas passem periodicamente por aquela categoria.

§ 1.º Essas sub-unidades participam dos exercícios de conjunto das unidades a que pertencem; seus officiaes e praças concorrem como os demais para a instrução do corpo. Podem ser empregados na formação de reservistas de 2.ª categoria, de graduados e especialistas da reserva.

§ 2.º As sub-unidades-quadros devem achar-se sempre em condições de poder incorporar os efetivos que lhes correspondem.

CAPÍTULO XVI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53. A organização prevista na presente Lei deverá ser realizada de acôrdo com a ordem de urgência estabelecida em decreto especial e os recursos orçamentários.

Art. 54. Os aumentos nos quadros de officiaes, porventura necessários em face das disposições da presente Lei, serão abatidos das quotas pro-

porcionais correspondentes aos quadros A e QA os quais ficarão automaticamente extintos, uma vez realizada, totalmente, a organização prevista.

Parágrafo único. Os cargos que podem ser exercidos por General de Divisão ou de Brigada e por General de Brigada ou Coronel, se referem unicamente ao tempo de paz e até completar definitivamente a organização do Exército.

CAPÍTULO XVII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 55. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.425⁵² — DE 1 DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este decreto-lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

Consolidação das Leis do Trabalho

TÍTULO I

Introdução

Art. 1.º Esta Consolidação estatue as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas.

Art. 2.º Considera-se empregador, a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços.

§ 1.º Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

§ 2.º Sempre que uma ou mais empresas, tendo embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.

Art. 3.º Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Parágrafo único. Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

Art. 4.º Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.

Art. 5.º A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo.

Art. 6.º Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que esteja caracterizada a relação de emprego.

Art. 7.º Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam :

a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não econômica à pessoa ou à família no âmbito residencial destas;

b) aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais;

c) aos servidores públicos do Estado e das entidades paraestatais;

d) aos servidores de autarquias administrativas cujos empregados estejam sujeitos a regime especial de trabalho, em virtude de lei;

e) aos empregados das empresas de propriedade da União Federal, quando por estas ou pelos Estados administradas, salvo em se tratando daquelas cuja propriedade ou administração resultem de circunstâncias transitórias.

Art. 8.º As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais do direito, principalmente do direito de trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

Parágrafo único. O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho, naquilo em que não for incompatível com os princípios fundamentais deste.

Art. 9.º Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação.

Art. 10. Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa, não afetará os direitos adquiridos por seus empregados.

Art. 11. Não havendo disposição especial em contrário nesta Consolidação, prescreve em dois anos o direito de pleitear a reparação de qualquer ato infringente de dispositivo nela contido.

Art. 12. Os preceitos concernentes ao regime de seguro social são objeto de lei especial.

TÍTULO II

Das Normas Gerais de Tutela do Trabalho

CAPÍTULO I

DA IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

SEÇÃO I

Da Carteira Profissional

Art. 13. É adotada no território nacional, a carteira profissional, para as pessoas maiores de dezoito anos, sem distinção de sexo, e que será obrigatória para o exercício de qualquer emprego ou prestação de serviços remunerados.

Parágrafo único. Exceção-se da obrigatoriedade as profissões cujos regulamentos cogitem da expedição de carteira especial própria.

SEÇÃO II

Da emissão das carteiras

Art. 14. A Carteira profissional será processada nos termos fixados no presente capítulo e emitida, no Distrito Federal, pelo Departamento Nacional do Trabalho, e nos Estados e no Território do Acre, pelas Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou pelas repartições estaduais autorizadas em virtude de lei.

Parágrafo único. Ao Departamento Nacional do Trabalho, em coordenação com a Divisão do Material do Departamento de Administração, incumbe a expedição e controle de todo o material necessário ao preparo e emissão das carteiras profissionais.

Art. 15. A emissão das carteiras far-se-á a pedido dos interessados, dirigido ao Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, e aos delegados regionais do Trabalho, ou repartições autorizadas em virtude de lei, nos Estados e Território do Acre, perante os quais comparecerão pessoalmente, para prestar as declarações necessárias.

Art. 16. A carteira profissional, além do número, série e data de emissão, conterá mais, a respeito do portador:

- 1) fotografia com menção da data em que houver sido tirada;
- 2) característicos físicos e impressões digitais;
- 3) nome, filiação, data e lugar de nascimento, estado civil, profissão, residência, grau de instrução e assinatura;
- 4) nome, atividade e localização dos estabelecimentos e empresas em que exercer a profissão ou a função, ou a houver sucessivamente exercido, com a indicação da natureza dos serviços, salário, data da admissão e da saída;
- 5) data da chegada ao Brasil e data do decreto de naturalização para os que por este modo obtiveram a cidadania;

- 6) nome, idade e estado civil das pessoas que dependam economicamente do portador da carteira;
- 7) nome do sindicato a que esteja associado;
- 8) situação do portador da carteira em face do serviço militar;
- 9) discriminação dos documentos apresentados.

Parágrafo único. Para os estrangeiros, as carteiras, além das informações acima indicadas, conterão:

- 1) data da chegada ao Brasil;
- 2) número, série e local de emissão da carteira de estrangeiro;
- 3) nome da esposa, e sendo esta brasileira, data e lugar do nascimento;
- 4) nome, data e lugar do nascimento dos filhos brasileiros.

Art. 17. As declarações do interessado ou, no caso de menores que não estejam obrigados à carteira própria, dos seus pais ou tutores, deverão ser apoiadas em documentos idôneos ou confirmados por duas testemunhas já portadoras de carteiras profissionais, que assinarão com o declarante, mencionando o número e a série das respectivas carteiras.

§ 1.º As declarações a que se referem os artigos anteriores serão escrituradas em duas vias ou fichas, a primeira das quais será destacada e enviada ao Departamento Nacional do Trabalho, quando não forem feitas perante o mesmo Departamento.

§ 2.º Se o interessado não souber ou não puder assinar as suas declarações, será exigida a presença de três testemunhas, uma das quais assinará por ele, a rogo, devendo o funcionário ler as declarações, feitas em voz alta, atestando, afinal, que delas ficou ciente o interessado.

Art. 18. A prova da profissão será feita por meio de diploma da escola profissional oficial ou fiscalizada, por atestados passados pelos empregadores, pelos sindicatos reconhecidos, ou por duas pessoas portadoras de carteira profissional, que exerçam a profissão declarada.

§ 1.º Em se tratando de profissão oficialmente regulamentada, será necessária a prova de habilitação profissional do declarante.

§ 2.º A carteira profissional dos oficiais barbeiros e cabelereiros será emitida mediante exibição do certificado de habilitação profissional passado pelas escolas mantidas pelo respectivo Sindicato.

Art. 19. As fotografias que devem figurar nas carteiras reproduzirão o rosto do requerente tomado de frente, sem retoques, com as dimensões aproximadas de três centímetros por quatro, tendo, num dos ângulos, em algarismos bem visíveis, a data em que tiverem sido reveladas, não se admitindo fotografias tiradas um ano antes da sua apresentação.

Art. 20. No ato de prestar as declarações, o interessado pagará em selo federal, a taxa de cinco cruzeiros e entregará três exemplares de sua fotografia, nas condições acima determinadas, afixando uma à folha onde forem registradas as declarações e incluindo-se as duas outras na remessa a que se refere o § 1.º do art. 17.

Art. 21. Tornando-se imprestável pelo uso a carteira primitiva, ou esgotando-se o espaço na mesma destinado à anotação, o interessado deverá obter outra, observadas as disposições anteriores e mediante pagamento da taxa de cinco cruzeiros, devendo constar da nova o número e a série da carteira anterior.

§ 1.º No caso de extravio por parte do possuidor, a taxa a que se refere este artigo será exigida em dobro, cobrando-se, daí por diante, vinte cruzeiros de cada carteira nova.

§ 2.º No caso de extravio ou inutilização da carteira profissional, por culpa do empregador ou preposto seu, aquele terá de custear as despesas do processo e emissão, além de se sujeitar às penas cominadas nesta lei, ficando o dono da carteira isento do pagamento da taxa a que se refere o art. 20.

Art. 22. Os emolumentos a que se refere este capítulo serão cobrados, acrescidos da taxa de Educação e Saúde, em estampilhas federais.

§ 1.º As estampilhas deverão ser aplicadas na ficha de qualificação e serão inutilizadas, na forma da lei, pela assinatura do qualificado declarante.

§ 2.º A 1.ª via da ficha de qualificação será enviada, sob registro, ao Departamento Nacional do Trabalho para fins de controle e estatística.

§ 3.º É concedida isenção do pagamento de taxa ou emolumentos, provado o estado de pobreza, aos trabalhadores que estiverem desempregados e àqueles cuja remuneração não exceder da importância do salário mínimo.

Art. 23. Além do interessado, ou procurador devidamente habilitado, os empregadores ou os sindicatos reconhecidos poderão promover o andamento do pedido de carteiras profissionais, ficando proibida a intervenção de pessoas estranhas.

Art. 24. Haverá no Serviço de Identificação Profissional do Departamento Nacional do Trabalho o cadastro profissional dos trabalhadores, organizado segundo a classificação das atividades e profissões estatuida no Título V com as especificações adotadas pela Comissão do Enquadramento Sindical.

SECÇÃO III

Da entrega das carteiras profissionais

Art. 25. As carteiras profissionais serão entregues aos interessados pessoalmente, mediante recibo.

Art. 26. Os sindicatos oficialmente reconhecidos poderão, se o solicitarem por escrito às respectivas diretorias, tomar a incumbência da entrega das carteiras profissionais pedidas por seus associados e pelos demais profissionais da mesma classe.

Parágrafo único. Não poderão os sindicatos, sob pena de se tornarem passíveis das sanções previstas nesta lei, cobrar remuneração alguma pela entrega das carteiras profissionais cujo serviço nas respectivas sedes, será fiscalizado pelos funcionários do Departamento Nacional do Trabalho, ou Delegacias Regionais, e das repartições autorizadas por lei.

Art. 27. Se o candidato à carteira não a houver recebido, dentro de trinta dias após o em que prestou as suas declarações, poderá reclamar ao Departamento Nacional do Trabalho no Distrito Federal e às Delegacias Regionais ou repartições autorizadas em virtude de lei, sendo a reclamação tomada por termo pelo funcionário encarregado desse mister, que entregará recibo da reclamação ao interessado.

Art. 28. Serão arquivadas as carteiras profissionais que não forem reclamadas pelos interessados dentro do prazo de sessenta dias, contados da respectiva emissão.

Parágrafo único. A entrega das carteiras arquivadas ficará sujeita à busca de um cruzeiro por mês que exceder o prazo fixado no artigo anterior, até o limite de 5 cruzeiros.

SECÇÃO IV

Das anotações

Art. 29. Apresentada ao empregador a carteira profissional pelo empregado admitido, terá aquele o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para anotar na mesma, especificadamente, a data de admissão, a natureza dos serviços, o

número no registo legal dos empregados e a remuneração, sob as penas cominadas nesta lei.

§ 1.º As anotações acima referidas serão feitas pelo próprio empregador ou por preposto devidamente autorizado, e não poderão ser negadas.

§ 2.º As anotações concernentes à remuneração devem especificar a determinação do salário, qualquer que seja sua forma de pagamento, e seja ele em dinheiro ou em utilidades, bem como a indicação da estimativa de gorjeta.

Art. 30. Os acidentes do trabalho serão obrigatoriamente anotados, pelo Juízo competente, na carteira profissional do acidentado.

Art. 31. Aos portadores de carteiras profissionais fica assegurado o direito de as apresentar, no Distrito Federal, ao Departamento Nacional do Trabalho e, nos Estados e no Território do Acre, aos delegados regionais e encarregados do serviço de carteiras, nos distritos em que residirem, para o fim de ser anotado o que sobre eles constar, não podendo nenhum daqueles funcionários recusar-se à solicitação feita nem cobrar emolumentos que não estejam previstos.

Art. 32. As notas relativas a alterações no estado civil dos possuidores de carteiras profissionais, serão feitas mediante prova documental, e as declarações referentes aos seus beneficiários, ou pessoas cuja subsistência esteja a seu cargo ou quaisquer outras, deverão ser feitas nas fichas respectivas, pelo funcionário encarregado da identificação profissional, a pedido do próprio declarante que as assinará.

§ 1.º Os portadores de carteiras profissionais devem comunicar ao Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, às Delegacias Regionais e às repartições autorizadas por lei, nos Estados, todas as anotações que lhe sejam feitas, na forma da lei, utilizando-se para isso dos impressos apensos às mesmas.

§ 2.º As anotações nas fichas de qualificação e nas carteiras profissionais serão feitas seguidamente, sem abreviaturas, ressalvando-se, no fim de cada assentamento, emendas, entrelinhas, e quaisquer circunstâncias que possam ocasionar dúvidas.

§ 3.º A averbação de notas que desabonem a conduta do possuidor de carteira, será feita somente na ficha respectiva, por funcionário do Departamento Nacional do Trabalho, das Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ou das repartições estaduais a isso autorizadas por convênio, e mediante sentença transitada em julgado condenatória do empregado pela Justiça do Trabalho, pela Justiça Comum, ou pelo Tribunal de Segurança Nacional, devendo ser enviada a cópia da averbação ao Departamento Nacional do Trabalho.

Art. 33. Os escrivães de paz ou os encarregados dos assentamentos do registo civil, não poderão receber mais de cinquenta centavos a título de custas, por processo ou anotação de que, na forma do artigo anterior, tenham sido incumbidos.

Art. 34. Tratando-se de serviço de profissionais de qualquer atividade, exercido por empreitada individual ou coletiva, com ou sem fiscalização da outra parte contrante, a carteira será anotada pelo respectivo Sindicato profissional ou pelo representante legal de sua Cooperativa.

Art. 35. Os bailarinos, músicos e artistas de teatros, circos e variedades, têm direito à carteira profissional, cujas anotações serão feitas pelos estabelecimentos, empresas ou instituição onde prestam seus serviços, quando diretamente contratados por alguma dessas entidades, desde que se estipule em mais de sete dias o prazo de contrato, o qual deverá constar da carteira.

SECÇÃO V

Das reclamações por falta ou recusa de anotação

Art. 36. Recusando-se o empregador ou empresa a fazer as devidas anotações a que se refere o art. 29 ou a devolver a carteira recebida, deverá o empregado, dentro de dez dias, comparecer pessoalmente, ou por intermédio do Sindicato respectivo, perante o Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, ou Delegacias Regionais e repartições estaduais, em virtude de lei, nos Estados e no Território do Acre, para apresentar reclamação.

Art. 37. Lavrado o termo da reclamação, o funcionário encarregado notificará, por telegrama ou carta registrada, aquele ou aqueles, sobre que pesar a acusação do empregado reclamante, para que, em dia e hora previamente designados, venham prestar esclarecimentos e efetuar a legalização da carteira ou sua entrega.

Parágrafo único. Não comparecendo o empregador acusado, lavrar-se-á termo de ausência, sendo considerado revel e confesso sobre os termos da reclamação feita, devendo as anotações ser efetuadas por despacho da autoridade perante a qual foi apresentada a reclamação.

Art. 38. Comparecendo o empregador e recusando-se a fazer as anotações reclamadas, será lavrado um termo de comparecimento, que deverá conter, entre outras indicações, o lugar, o dia e hora de sua lavratura, o nome e a residência do empregador, assegurando-se-lhe o prazo de 48 horas, a contar do termo, para apresentar defesa.

Parágrafo único. Findo o prazo para a defesa, subirá o processo à autoridade administrativa de primeira instância, para se ordenarem diligências, que completem a inscrição do feito, ou para julgamento, se o caso estiver suficientemente esclarecido.

Art. 39. Verificando que as alegações feitas pelo reclamante versam sobre a não existência da condição de empregado ou sendo impossível verificar essa condição pelos meios administrativos, será encaminhado o processo à Justiça do Trabalho.

SECÇÃO VI

Do valor das anotações

Art. 40. As carteiras profissionais regularmente emitidas e anotadas servirão de prova nos atos em que não sejam exigidas carteiras de identidade, e, especialmente:

- a) nos casos de dissídio na Justiça do Trabalho, entre o empregador e o empregado por motivos de salários, férias ou tempo de serviço;
- b) para todos os efeitos legais, em falta de outras declarações nas instituições de previdência social, com relação aos beneficiários declarados;
- c) para os efeitos de indenizações por acidentes do trabalho e moléstias profissionais, que não poderão ter por base remuneração inferior à mencionada na carteira, salvo as limitações legais quanto ao máximo de remuneração para efeito das indenizações.

SECÇÃO VII

Dos livros de registo de empregados

Art. 41. Em todas as atividades será obrigatório ao empregador o registo dos respectivos empregados, feito em livro próprio ou em fichas, na conformidade do modelo aprovado pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parágrafo único. Nesse livro ou nas fichas, além da qualificação civil ou profissional de cada empregado, serão anotados todos os dados relativos à sua admissão no emprego, duração e efetividade do trabalho, férias, casos de acidentes e todas as circunstâncias que interessem à proteção do trabalhador.

Art. 42. Os livros de registro de empregados serão rubricados e legalizados pelo Departamento Nacional do Trabalho no Distrito Federal e pelas Delegacias Regionais ou repartições autorizadas em virtude de lei, nos Estados e Território do Acre.

Art. 43. Para o registro dos livros a que se refere o artigo anterior, será cobrada, em selo federal, a taxa de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) acrescida do selo de Educação e Saúde.

Art. 44. As Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados, e as repartições estaduais autorizadas em virtude de lei, remeterão, mensalmente, ao Departamento Nacional do Trabalho, para os efeitos de controle e estatística, uma relação pormenorizada dos registros realizados durante o mês anterior.

Art. 45. No registro dos livros e fichas de que tratam os artigos anteriores, as estampilhas, deverão ser apostas no fecho do registro, sendo inutilizadas, conforme a lei, pelo funcionário que o houver lavrado, o qual fará constar do processo a declaração de que os emolumentos foram pagos de acordo com as disposições legais.

Art. 46. A renda proveniente das taxas e emolumentos mencionados nos artigos anteriores, deverá ser escriturada especificadamente em livro próprio, pelo Departamento Nacional do Trabalho.

Art. 47. A falta do registro dos empregados ou infrações cometidas com relação ao mesmo sujeitarão os empregadores responsáveis à multa de cinquenta a cinco mil cruzeiros.

Art. 48. As multas previstas nesta Secção serão aplicadas pela autoridade de primeira instância no Distrito Federal, e pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados e no Território do Acre.

SECÇÃO VIII

Das penalidades

Art. 49. Para os efeitos da emissão, substituição ou anotação de carteiras profissionais, considerar-se-á crime de falsidade, com as penalidades previstas na legislação vigente :

- a) fazer, ao todo ou em parte, qualquer documento falso ou alterar o verdadeiro;
- b) afirmar falsamente a sua própria identidade, filiação, lugar do nascimento, residência, profissão ou estado civil e beneficiários, ou atestar falsamente os de outra pessoa;
- c) acusar ou servir-se de documento, por qualquer forma falsificado;
- d) falsificar, fabricando ou alterando, ou vender, usar ou possuir carteiras profissionais assim alteradas.

Art. 50. Comprovando-se falsidade, quer nas declarações para emissão de Carteira Profissional, quer nas respectivas anotações, o fato será levado ao conhecimento da autoridade que houver emitido a carteira, para fins de direito.

Art. 51. Incorrerá na multa de quinhentos a dois mil cruzeiros aquele que, comerciante ou não, vender ou expuser à venda qualquer tipo de carteira igual ou semelhante ao tipo oficialmente adotado.

Art. 52. O extravio ou inutilização de carteira profissional, por culpa do empregador ou preposto seu, dará lugar, além das obrigações fixadas no § 2.º do art. 21, à imposição de multa de cinquenta a quinhentos cruzeiros.

Art. 53. O empregador que receber carteira para anotar e a reter por mais de 48 (quarenta e oito) horas, ficará sujeito à multa de duzentos a mil cruzeiros.

Art. 54. O empregador que, tendo sido intimado, não comparecer para anotar a carteira de empregado seu, ou que tenham sido julgadas improcedentes suas alegações para recusa, ficará sujeito à multa de duzentos a mil cruzeiros.

Parágrafo único. Verificando-se a remessa do processo à Justiça do Trabalho e reconhecendo esta a procedência das alegações do reclamante, na hipótese do art. 39, será o processo devolvido à autoridade administrativa competente para fazer as necessárias anotações e impor ao responsável a multa cominada neste artigo.

Art. 55. Incorrerá na multa de cem a quinhentos cruzeiros, aquele que mantiver em serviço, após 30 dias de exercício, empregado sem a carteira profissional ou prova de haver sido a mesma requerida.

Art. 56. O sindicato que cobrar remuneração pela entrega de carteiras, facultada pelo art. 23, ficará sujeito à multa de cem a mil cruzeiros, imposta pela autoridade de 1.ª instância do Departamento Nacional do Trabalho no Distrito Federal ou pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

CAPÍTULO II

DA DURAÇÃO DO TRABALHO

SECÇÃO I

Disposição preliminar

Art. 57. Os preceitos deste capítulo aplicam-se a todas as atividades, salvo às expressamente excluídas, constituindo exceções as disposições especiais, concernentes estritamente a peculiaridades profissionais, constantes do Capítulo I do Título III.

SECÇÃO II

Da jornada de trabalho

Art. 58. A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de oito horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.

Art. 59. A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de duas, mediante acordo escrito entre empregador e empregado ou mediante contrato coletivo de trabalho.

§ 1.º Do acordo ou do contrato coletivo de trabalho deverá constar, obrigatoriamente, a importância da remuneração da hora suplementar, que será, pelo menos, 20 % (vinte por cento) superior à da hora normal.

§ 2.º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou contrato coletivo, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda o horário normal da semana nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

Art. 60. Nas atividades insalubres, assim consideradas as constantes dos quadros mencionados no capítulo de "Higiene e Segurança do Trabalho", ou que neles venham a ser incluídas por ato do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, quaisquer prerrogativas só poderão ser acordadas mediante licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho, as quais, para esse efeito, procederão aos necessários exames locais e à verificação dos métodos e processos de trabalho, quer diretamente, quer por intermédio de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais, com quem entrarão em entendimento para tal fim.

Art. 61. Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.

§ 1.º O excesso, nos casos deste artigo, poderá ser exigido independentemente de acordo ou contrato coletivo e deverá ser comunicado, dentro de dez dias, à autoridade competente em matéria de trabalho, ou antes desse prazo, justificado no momento da fiscalização sem prejuízo dessa comunicação.

§ 2.º Nos casos de excesso de horário por motivo de força maior, a remuneração da hora excedente não será inferior à da hora normal. Nos demais casos de excesso previsto neste artigo, a remuneração será, pelo menos, 25 % (vinte e cinco por cento) superior à da hora normal, e o trabalho não poderá exceder de doze horas, desde que a lei não fixe expressamente outro limite.

§ 3.º Sempre que ocorrer interrupção do trabalho, resultante de causas acidentais, ou de força maior, que determinem a impossibilidade de sua realização, a duração do trabalho poderá ser prorrogada pelo tempo necessário até o máximo de duas horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de dez horas diárias, em período não superior a quarenta e cinco dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.

Art. 62. Não se compreendem no regime deste Capítulo :

a) os vendedores praticistas, os viajantes e os que exercerem, em geral, funções de serviço externo não subordinado a horário, devendo tal condição ser, explicitamente, referida na carteira profissional e no livro de registro de empregados, ficando-lhes de qualquer modo assegurado o repouso semanal;

b) os vigias, cujo horário, entretanto, não deverá exceder de dez horas, e que não estarão obrigados à prestação de outros serviços, ficando-lhes, ainda, assegurado o descanso semanal;

c) os gerentes, assim considerados os que investidos de mandato, em forma legal, exerçam encargos de gestão, e, pelo padrão mais elevado de vencimentos, se diferenciem dos demais empregados, ficando-lhes, entretanto, assegurado o descanso semanal;

d) os que trabalham nos serviços de estiva e nos de capatazia nos portos sujeitos a regime especial.

Art. 63. Não haverá distinção entre empregados e interessados, e a participação em lucros ou comissões, salvo em lucros de caráter social, não exclue o participante do regime deste capítulo.

Art. 64. O salário-hora normal, no caso do empregado mensalista, será obtido dividindo-se o salário mensal correspondente à duração do trabalho, a que se refere o art. 58 por 25 vezes o número de horas dessa duração.

Parágrafo único. Sendo o número de dias inferior a 25, adotar-se-á para o cálculo, em lugar desse número, o de dias de trabalho por mês.

Art. 65. No caso do empregado diarista, o salário-hora normal será obtido dividindo-se o salário diário correspondente à duração do trabalho, estabelecida no art. 58, pelo número de horas de efetivo trabalho.

SEÇÃO III

Dos períodos de descanso

Art. 66. Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso.

Art. 67. Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de vinte e quatro horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.

Parágrafo único. Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, com exceção quanto aos elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização.

Art. 68. O trabalho em domingo, seja total ou parcial, na forma do art. 67, será sempre subordinado à permissão prévia da autoridade competente em matéria de trabalho.

Parágrafo único. A permissão será concedida a título permanente nas atividades que, por sua natureza ou pela conveniência pública, devem ser exercidas aos domingos, cabendo ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedir instruções em que sejam especificadas tais atividades. Nos demais casos, ela será dada sob forma transitória, com discriminação do período autorizado, o qual, de cada vez, não excederá de sessenta dias.

Art. 69. Na regulamentação do funcionamento de atividades sujeitas ao regime deste capítulo, os municípios atenderão aos preceitos nele estabelecidos, e as regras que venham a fixar não poderão contrariar tais preceitos nem as instruções que, para seu cumprimento, forem expedidas pelas autoridades competentes em matéria de trabalho.

Art. 70. Salvo o disposto nos arts. 68 e 69, é vedado o trabalho em dias feriados nacionais. A autoridade regional competente em matéria de trabalho declarará os dias em que, por força de feriado local ou dias santos de guarda, segundo os usos locais, não deva haver trabalho, com as ressalvas constantes dos artigos citados.

Art. 71. Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de duas horas.

§ 1.º Não excedendo de seis horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de quinze minutos quando a duração ultrapassar quatro horas.

§ 2.º Os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho.

§ 3.º O limite mínimo de uma hora para repouso ou refeição poderá ser reduzido por ato do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, quando ouvido o Serviço de Alimentação de Previdência Social, se verificar que o estabelecimento atende integralmente às exigências concernentes à organização dos refeitórios, e quando os respectivos empregados não estiverem sob regime de trabalho prorrogado a horas suplementares.

Art. 72. Nos serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo) a cada período de noventa minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de dez minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.

SECÇÃO IV

Do trabalho noturno

Art. 73. Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20 % (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.

§ 1.º A hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos.

§ 2.º Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.

§ 3.º Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, aplica-se às horas de trabalho noturno o disposto neste artigo.

§ 4.º As prorrogações do trabalho noturno aplica-se o disposto neste capítulo.

SECÇÃO V

Do quadro de horário

Art. 74. O horário do trabalho constará de quadro, organizado conforme modelo expedido pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e afixado em lugar bem visível. Esse quadro será discriminativo no caso de não ser o horário único para todos os empregados de uma mesma secção ou turma.

§ 1.º O horário de trabalho será anotado em registo de empregados com a indicação de acordos ou contratos coletivos porventura celebrados.

§ 2.º Para os estabelecimentos de mais de dez empregados, será obrigatória a anotação da hora de entrada e saída, em registos mecânicos, ou não, devendo ser assinalados os intervalos para repouso.

§ 3.º Se o trabalho for executado fora do estabelecimento, o horário dos empregados constará, explicitamente, de ficha ou papeleta em seu poder, sem prejuízo do que dispõe o § 1.º deste artigo.

SECÇÃO VI

Das penalidades

Art. 75. Os infratores dos dispositivos do presente capítulo incorrerão na multa de cinquenta a cinco mil cruzeiros, segundo a natureza da infração, sua extensão e a intenção de quem a praticou, aplicada em dobro no caso de reincidência, e oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.

Parágrafo único. São competentes para impor penalidades, no Distrito Federal, a autoridade de 1.ª instância do Departamento Nacional do Trabalho e, nos Estados e no Território do Acre, as autoridades regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

CAPÍTULO III

DO SALÁRIO MÍNIMO

SECÇÃO I

Do conceito

Art. 76. Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em

determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Art. 77. A fixação do salário mínimo, a que todo trabalhador tem direito, em retribuição ao serviço prestado, compete às Comissões de Salário Mínimo, na forma que este Capítulo dispõe.

Art. 78. Quando o salário for ajustado por empreitada, ou convencionado por tarefa ou peça, será garantida ao trabalhador uma remuneração diária nunca inferior à do salário mínimo por dia normal da região, zona ou subzona.

Art. 79. Quando se tratar da fixação do salário mínimo dos trabalhadores ocupados em serviços insalubres, poderão as Comissões de Salário Mínimo aumentá-lo até de metade do salário mínimo normal da região, zona ou subzona.

Art. 80. Tratando-se de menores aprendizes, poderão as Comissões fixar o seu salário até em metade do salário mínimo normal da região, zona ou subzona.

Parágrafo único. Considera-se aprendiz o trabalhador menor de 18 e maior de 14 anos, sujeito à formação profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho.

Art. 81. O salário mínimo será determinado pela fórmula $S_m = a + b + c + d + e$, em que a , b , c , d e e representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto.

§ 1.º A parcela correspondente à alimentação terá um valor mínimo igual aos valores da lista de provisões, constantes dos quadros devidamente aprovados e necessários à alimentação diária do trabalhador adulto.

§ 2.º Poderão ser substituídos pelos equivalentes de cada grupo, também mencionados nos quadros a que alude o parágrafo anterior, os alimentos, quando as condições da região, zona ou subzona o aconselharem, respeitados os valores nutritivos determinados nos mesmos quadros.

§ 3.º O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio fará, periodicamente, a revisão dos quadros a que se refere o § 1.º, deste artigo.

Art. 82. Quando o empregador fornecer, "in natura", uma ou mais das parcelas do salário mínimo, o salário em dinheiro será determinado pela fórmula $S_d = S_m - P$, em que S_d representa o salário em dinheiro, S_m o salário mínimo e P a soma dos valores daquelas parcelas na região, zona ou subzona.

Parágrafo único. O salário mínimo pago em dinheiro não será inferior a 30 % (trinta por cento) do salário mínimo fixado para a região, zona ou subzona.

Art. 83. É devido o salário mínimo ao trabalhador em domicílio, considerado este como o executado na habitação do empregado ou em oficina de família, por conta de empregador que o remunere.

SECÇÃO II

Das regiões, zonas e subzonas

Art. 84. Para efeito da aplicação do salário mínimo, será o país dividido em 22 regiões, correspondentes aos Estados, Distrito Federal e Território do Acre.

Parágrafo único. Em cada região, funcionará uma Comissão de Salário Mínimo, com sede na capital do Estado, no Distrito Federal e na sede do governo do Território do Acre.

Art. 85. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante proposta das Comissões de Salário Mínimo, e ouvido o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, poderá, atendendo aos índices de padrão de vida, dividir uma região em duas ou mais zonas, desde que cada zona abranja, pelo menos, quinhentos mil habitantes.

§ 1.º A decisão deverá enumerar, taxativamente, os municípios que ficam sujeitos a cada zona, para efeito de se determinar a competência de cada Comissão.

§ 2.º Quando uma região se dividir em duas ou mais zonas, as respectivas Comissões de Salário Mínimo funcionarão, uma, obrigatoriamente, na capital do Estado, ou na sede do governo do Território do Acre, e a outra, ou outras, nos municípios de maior importância econômica aferida pelo valor dos impostos federais, arrecadados no último biênio.

Art. 86. Sempre que, em uma região ou zona, se verificarem diferenças de padrão de vida, determinadas por circunstâncias econômicas de caráter urbano, suburbano, rural ou marítimo, poderá o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante proposta da respectiva Comissão de Salário Mínimo e ouvido o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, autorizá-la a subdividir a região ou zona, de acordo com tais circunstâncias.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, serão instituídas Subcomissões locais, subordinadas às Comissões de Salário Mínimo a quem proporão o salário mínimo local.

SECÇÃO III

Da constituição das comissões

Art. 87. O número dos componentes das Comissões de Salário Mínimo, inclusive o presidente, será fixado pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, no mínimo de cinco e até ao máximo de onze.

Art. 88. Os representantes dos empregadores e empregados serão eleitos, na forma do art. 96, pelo respectivo sindicato e, na falta deste, por associações legalmente registradas, não podendo sua escolha recair em indivíduos estranhos ao quadro social dessas entidades.

§ 1.º Os membros das Comissões ou Subcomissões de Salário Mínimo serão nomeados pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, dentre os representantes dos empregadores e empregados, eleitos no prazo fixado.

§ 2.º O número de representantes dos empregadores, nas Comissões de Salário Mínimo, será igual ao dos empregados.

Art. 89. De cada Comissão não poderá participar como representante dos empregadores ou dos empregados, mais de um componente que pertença à mesma profissão ou à mesma atividade produtora.

Art. 90. O presidente da Comissão do Salário Mínimo notificará, três meses antes da extinção do mandato da mesma Comissão aos sindicatos de empregadores e de empregados da região, zona ou subzona, determinando que procedam às iniciais eleições de seus vogais e suplentes, a serem indicados para a recomposição da Comissão.

Art. 91. No penúltimo mês do mandato das Comissões de Salário Mínimo, cada sindicato remeterá ao presidente da Comissão da respectiva região, zona ou subzona, uma lista de três associados eleitos para a indicação a vogais e três para suplentes.

Art. 92. Onde não funcionarem sindicatos ou associações profissionais registradas, o presidente da Comissão convocará empregadores e empregados para uma reunião, que presidirá, afim de serem eleitos os vogais e suplentes de cada classe.

Art. 93. Serão observadas, nas eleições dos vogais e suplentes dos empregadores e dos empregados, nas Subcomissões de Salário Mínimo, as mesmas formalidades relativas às Comissões, devendo o presidente da Subcomissão remeter ao da Comissão a que estiver subordinado a lista dos eleitos.

Art. 94. De posse das listas, o presidente as remeterá, por intermédio do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, que nomeará os componentes das Comissões e Subcomissões.

Parágrafo único. As listas remetidas ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio pelos presidentes das Comissões de Salário Mínimo deverão mencionar o nome e a sede do sindicato, associação profissional a que pertençam os eleitos.

Art. 95. Na hipótese de não comparecimento de empregadores ou de empregados, ou no caso de uma classe ou ambas deixarem de indicar número suficiente de representantes, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio fará as nomeações, sem dependência de eleição.

Parágrafo único. A prova da qualidade de empregador ou empregadores não sindicalizados será feita mediante recibo de quitação do imposto sindical.

Art. 96. Os representantes dos empregadores e dos empregados, nas Comissões e Subcomissões de Salário Mínimo deverão fazer prova de residência por tempo não inferior a dois anos, na região, zona ou subzona em que exercerem a sua atividade.

Art. 97. Os presidentes das Comissões ou Subcomissões de Salário Mínimo serão nomeados, em comissão, pelo Presidente da República, mediante proposta do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, dentre os cidadãos brasileiros de notória idoneidade moral, versados em assuntos de ordem econômica e social.

Art. 98. O mandato dos membros das Comissões e Subcomissões será de dois anos, podendo os seus componentes ser reconduzidos ao terminar o respectivo prazo.

Art. 99. As Comissões e Subcomissões reunir-se-ão por convocação do presidente ou da maioria absoluta de seus membros.

§ 1.º As Comissões e Subcomissões deliberarão com a presença do presidente e de dois terços de seus componentes, sendo as suas decisões pronunciadas por maioria de votos.

§ 2.º O presidente, que tomará parte nos debates, só terá voto de desempate.

Art. 100. Os componentes das Comissões e Subcomissões perceberão a gratificação de cinquenta cruzeiros por sessão a que comparecerem, até a máximo de duzentos cruzeiros por mês.

SECÇÃO IV

Das atribuições das comissões de salários mínimo

Art. 101. As Comissões de Salário Mínimo teem por incumbência fixar o salário mínimo da região ou zona, de sua jurisdição.

Parágrafo único. Compete-lhes, igualmente, pronunciar-se sobre a alteração do salário mínimo que lhe for requerida por algum de seus componentes, pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou pelos sindicatos, associações profissionais registradas e, na falta destes, por dez pessoas residentes na região, zona ou subzona, há mais de um ano, e que não tenham entre si laços de parentesco até segundo grau, incluídos os afins.

Art. 102. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, *ex-officio*, a requerimento dos sindicatos, associações profissionais registradas ou por solicitação da Comissão de Salário Mínimo, poderá classificar os trabalhadores segundo a identidade das condições necessárias e normais da vida nas respectivas regiões.

Art. 103. O salário mínimo será fixado para cada região, zona ou subzona, de modo geral, ou segundo a identidade das condições e necessidades normais da vida nas respectivas regiões, zonas ou subzonas.

Art. 104. Realizar-se-á inquérito censitário para conhecer as condições econômicas de cada região, zona ou subzona do país, bem como os salários efetivamente pagos aos trabalhadores, sempre que essa providência se fizer mister, afim de proporcionar às Comissões de Salário Mínimo os elementos indispensáveis à fixação do salário mínimo.

Art. 105. Todos os indivíduos, empresas, associações, sindicatos, companhias ou firmas que tenham a seu serviço empregados, ou operários, deverão remeter ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou à autoridade que o representar nos Estados dentro do prazo de 15 dias, a contar da data da notificação que lhes for feita, a indicação dos salários mais baixos efetivamente pagos, com a discriminação do serviço desempenhado pelos trabalhadores, conforme modelo aprovado pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 1.º O disposto neste artigo será igualmente observado pelos encarregados de serviços ou obras, tanto do Governo Federal, como dos Governos Estaduais e Municipais.

§ 2.º Os dados censitários recolhidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio serão enviados às Comissões de Salário Mínimo, podendo estas, nos casos de insuficiência desses dados, colher, os elementos complementares de que precisarem, diretamente junto às partes interessadas residentes na região, zona ou subzona de sua jurisdição.

Art. 106. As Comissões de Salário Mínimo, mediante delegação do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, representarão o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para o efeito do recolhimento das declarações, de que trata o art. 109, e de outros elementos estatísticos.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, as Comissões de Salário Mínimo poderão delegar as suas funções às autoridades federais, estaduais ou municipais, da região, zona ou subzona a que pertencerem.

Art. 107. As Comissões de Salário Mínimo, ao fixar o salário mínimo, darão à publicidade os índices estatísticos que justifiquem sua adoção e o valor de cada uma das parcelas que o constituírem.

Art. 108. As Comissões de Salário Mínimo enviarão ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio as declarações recebidas, devidamente relacionadas, dentro do prazo improrrogável de 15 dias, utilizando-se da via de transporte mais rápida.

Art. 109. Dentro do prazo de 45 dias, contados do recebimento das declarações que lhe forem enviadas, o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio remeterá às Comissões de Salário Mínimo, não só o material, como as instruções para a realização de inquéritos ou pesquisas que melhor elucidem ou completem o acervo de elementos necessários ao estudo e determinação do salário mínimo na região, zona ou subzona.

Parágrafo único. Os inquéritos serão realizados sob a orientação de técnicos e funcionários do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados especialmente para esse fim.

Art. 110. As Comissões de Salário Mínimo centralizarão na região ou zona os elementos dos inquéritos ou pesquisas determinados pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, remetendo-lhes esses elementos dentro do prazo que, antecipadamente, lhes for fixado.

Parágrafo único. As Comissões remeterão, imediatamente, ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho cópia autêntica de todas as suas decisões ou resoluções.

Art. 111. O Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, uma vez satisfeita a exigência dos arts. 108 e 110, deverá fornecer às Comissões de Salário Mínimo, dentro do prazo máximo de 240 dias, uma informação fundamentada indicando o salário mínimo aplicável à região, zona ou subzona de que se tratar.

Parágrafo único. No caso de não receber, em tempo útil, os elementos a que se refere este artigo, o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho elaborará uma recomendação baseada no critério de comparação com regiões, zonas ou subzonas de condições semelhantes.

SEÇÃO V

Da fixação do salário mínimo

Art. 112. Recebida a informação a que se refere o art. 111, cada Comissão de Salário Mínimo fixará, dentro do prazo improrrogável de 9 meses, o salário mínimo da respectiva região ou zona.

§ 1.º A decisão fixando o salário será publicada nos órgãos oficiais, ou nos jornais de maior circulação, na região, zona ou subzona, de jurisdição da Comissão, e no *Diário Oficial*, na capital da República, por três meses, durante o prazo de 90 dias.

§ 2.º Dentro do prazo fixado no parágrafo anterior, a Comissão receberá as observações que as classes interessadas lhe dirigirem. Findo esse prazo, reunir-se-á, imediatamente, para apreciar as observações recebidas, alterar ou confirmar o salário mínimo fixado e, dentro de vinte dias, proferir a sua decisão definitiva.

Art. 113. Dentro do prazo improrrogável de 15 dias, contados da decisão definitiva da Comissão de Salário Mínimo, cabe recurso para o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 114. A ata da reunião da Comissão de Salário Mínimo, em que for ultimada a sua decisão definitiva, será publicada na região, zona ou subzona, a que interessar.

Parágrafo único. Uma cópia autêntica da ata a que se refere este artigo será enviada pelo presidente da Comissão, no prazo improrrogável de 15 dias, ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 115. De posse das decisões definitivas das Comissões de Salário Mínimo, submeterá o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ao Presidente da República o decreto instituindo o salário mínimo em cada região, zona ou subzona.

Parágrafo único. Se uma ou várias Comissões de Salário Mínimo deixarem de remeter cópia autêntica da ata a que se refere o artigo anterior e no prazo fixado pelo parágrafo do mesmo artigo, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio submeterá ao Presidente da República uma proposta de salário mínimo para a região, zona ou subzona, interessada, baseada no critério de comparação com regiões, zonas ou subzonas, de condições semelhantes.

Art. 116. O decreto fixando o salário mínimo, decorridos 60 dias de sua publicação no *Diário Oficial*, obrigará a todos que utilizem o trabalho de outrem mediante remuneração.

§ 1.º O salário mínimo, uma vez fixado, vigorará pelo prazo de três anos, podendo ser modificado ou confirmado por novo período de três anos, e assim sucessivamente, por decisão da respectiva Comissão de Salário Mínimo aprovada pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 2.º Excepcionalmente, poderá o salário mínimo ser modificado, antes de decorridos três anos de sua vigência, sempre que a respectiva Comissão de Salário Mínimo, pelo voto de $\frac{3}{4}$ (três quartos) de seus componentes, reconhecer que fatores de ordem econômica tenham alterado de maneira profunda a situação econômica e financeira da região, zona ou sub-zona interessada.

SEÇÃO VI

Disposições gerais

Art. 117. Será nulo de pleno direito, sujeitando o empregador às sanções do art. 121, qualquer contrato ou convenção, que estipule remuneração inferior ao salário mínimo estabelecido na região, zona ou subzona, em que tiver de ser cumprido.

Art. 118. O trabalhador a quem for pago salário inferior ao mínimo terá direito, não obstante qualquer contrato, ou convenção em contrário, a reclamar do empregador o complemento de seu salário mínimo estabelecido na região, zona ou subzona, em que tiver de ser cumprido.

Art. 119. Prescreve em dois anos a ação para reaver a diferença, contados, para cada pagamento, da data em que o mesmo tenha sido efetuado.

Art. 120. Aquele que infringir qualquer dispositivo concernente ao salário mínimo será passível de multa de cinquenta a dois mil cruzeiros, elevada ao dobro na reincidência.

Art. 121. As multas por infração dos arts. 105, 108, 110, 112, 123, e 124, serão impostas pelo diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com recurso, sem efeito suspensivo, dentro do prazo de quinze dias, para o respectivo ministro.

Art. 122. O membro da Comissão ou Subcomissão de Salário Mínimo que deixar de comparecer a três sessões seguidas, sem justificação documentada, além da multa prevista no art. 120, será destituído de suas funções e substituído pelo respectivo suplente.

Art. 123. O presidente da Comissão ou Subcomissão de Salário Mínimo que, por omissão ou negligência, infringir o presente decreto-lei será passível de demissão, sem prejuízo da imposição da multa prevista no artigo 122.

Art. 124. A aplicação dos preceitos deste capítulo não poderá, em caso algum, ser causa determinante da redução do salário.

Art. 125. Os presidentes das Comissões de Salário Mínimo poderão requisitar ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, por intermédio do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do seu Ministério, os funcionários de que necessitarem.

Art. 126. O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedirá as instruções necessárias à fiscalização do Salário Mínimo, podendo cometer essa fiscalização a qualquer dos órgãos componentes do respectivo Ministério, e, bem assim, aos fiscais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões na forma da legislação em vigor.

Art. 127. Poderá o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio em instruções especiais, indicar, além do diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, outra autoridade que deva apreciar os processos de infração e aplicar as penalidades que couberem, com recurso, no prazo de 15 dias, para o ministro, desde que haja depósito prévio do valor da multa.

Parágrafo único. A cobrança das multas far-se-á, nos termos do título "Do processo de multas administrativas".

Art. 128. Cabe ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, seja pela organização ou sistematização geral dos elementos estatísticos, seja pela adoção de providências de ordem técnica ou administrativa, velar pela observância dos dispositivos concernentes ao salário mínimo.

CAPÍTULO IV

DAS FÉRIAS

SEÇÃO I

Do direito a férias

Art. 129. Todo empregado terá, anualmente, direito ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da respectiva remuneração.

Parágrafo único. As disposições deste capítulo aplicam-se aos trabalhadores rurais.

Art. 130. O direito a férias é adquirido após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho.

Art. 131. As férias serão sempre gozadas ao decurso dos doze meses seguintes à data em que às mesmas tiver o empregado feito jus, sendo vedado a acumulação de períodos de férias.

SEÇÃO II

Da duração das férias

Art. 132. Após cada período de doze meses a que alude o art. 130, os empregados terão direito a férias, na seguinte proporção:

a) quinze dias úteis, aos que tiverem ficado à disposição do empregador durante os doze meses;

b) onze dias uteis, aos que tiverem ficado à disposição do empregador por mais de 200 dias;

c) sete dias uteis, aos que tiverem ficado à disposição do empregador menos de 200 e mais de 150 dias.

Parágrafo único. É vedado descontar, no período de férias, as faltas ao serviço do empregado.

Art. 133. Não tem direito a férias o empregado que, durante o período de sua aquisição:

a) retirar-se do trabalho e não for readmitido dentro dos 60 dias subsequentes à sua saída;

b) permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 dias;

c) deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 30 dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa;

d) receber auxílio-enfermidade por período superior a seis meses, embora descontínuo.

Parágrafo único. A interrupção da prestação de serviços, para que possa produzir efeito legal, deverá ser registada na Carteira Profissional do empregado.

Art. 134. Não serão descontados do período aquisitivo do direito a férias:

a) a ausência do empregado por motivo de acidente do trabalho;

b) a ausência de empregado por motivo de doença atestada por instituição de previdência social, excetuada a hipótese da alínea d do artigo anterior;

c) a ausência do empregado devidamente justificada, a critério da administração da empresa;

d) os dias em que, por conveniência do empregador, não tenha havido trabalho, excetuada a hipótese da alínea a do art. 133.

Art. 135. No caso de serviço militar obrigatório, será computado o tempo de trabalho anterior à apresentação do empregado ao referido serviço, desde que ele compareça ao estabelecimento dentro de noventa dias da data em que se verificar a respectiva baixa.

SECÇÃO III

Da concessão e da época das férias

Art. 136. As férias serão concedidas em um só período.

§ 1.º Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a sete dias.

§ 2.º Aos menores de 18 anos e aos maiores de 50 anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

Art. 137. A concessão das férias será participada, por escrito, com a antecedência, no mínimo, de oito dias. Dessa participação o interessado dará recibo.

Art. 138. A concessão das férias será registada na carteira profissional e no livro de matrícula de empregados do estabelecimento.

Parágrafo único. Os empregados não poderão entrar no gozo de férias sem que apresentem, previamente, aos respectivos empregadores, as suas carteiras profissionais, para o competente registo.

Art. 139. A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador.

Parágrafo único. Os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuizo para o serviço.

SEÇÃO IV

Da remuneração

Art. 140. O empregado, em gozo de férias, terá direito à remuneração que perceber quando em serviço.

§ 1.º Quando o salário for pago por diárias, hora, tarefa, viagem, comissão, percentagem ou gratificação, tomar-se-á por base a média percebida no período correspondente às férias a que tem direito.

§ 2.º Quando parte da remuneração for paga em utilidades, será computada de acordo com a anotação da respectiva Carteira Profissional.

Art. 141. O pagamento da importância de que trata o artigo anterior será feito até a véspera do dia em que o empregado deverá entrar em gozo de férias.

Parágrafo único. O empregado, ao receber a aludida quantia, dará quitação ao empregador da importância recebida, com indicação do início e do termo das férias.

SEÇÃO V

Disposições gerais

Art. 142. Em caso de rescisão ou terminação do contrato de trabalho será paga ao empregado a remuneração correspondente ao período de férias, cujo direito tenha adquirido.

Parágrafo único. Ao empregador é lícita a retenção do pagamento de férias, na falta de aviso prévio por parte do empregado e até a importância a este equivalente.

Art. 143. O direito de reclamar a concessão das férias prescreve em dois anos, contados da data em que findar a época em que deviam ser gozadas.

Parágrafo único. O empregador que deixar de conceder férias ao empregado que às mesmas tiver feito jus ficará obrigado a pagar-lhe uma importância correspondente ao dobro das férias não concedidas, salvo se a recusa fundamentar-se em qualquer dispositivo do presente capítulo.

Art. 144. No caso de falência, concordata ou concurso de credores, constituirá crédito privilegiado a importância relativa às férias a que tiver direito o empregado.

Art. 145. O período de férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço efetivo, não se interrompendo o regime de contribuição para as instituições de previdência social.

Art. 146. Por infração de qualquer dispositivo deste capítulo será imposta aos infratores a multa de cem a cinco mil cruzeiros, a juízo da autoridade competente.

§ 1.º Incumbe ao Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, e às Delegacias Regionais, nos Estados, a fiscalização do cumprimento das disposições contidas neste capítulo, aplicando aos infratores as penalidades acima previstas, de acordo com o disposto no título "Do Processo de Multas Administrativas".

§ 2.º Aos fiscais das instituições de previdência social incumbe, igualmente, a fiscalização, na forma das instruções para esse fim baixadas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 147. Compete à Justiça do Trabalho dirimir os dissídios entre empregados e empregadores que versarem sobre férias.

SEÇÃO VI

Disposições especiais

Art. 148. O tripulante que, por determinação do armador, for transferido para o serviço de outro, terá computado, para o efeito de gozo de férias, o tempo de serviço prestado ao primeiro, ficando obrigado a concedê-las o armador em cujo serviço ele se encontra na época de gozá-las.

Art. 149. As férias poderão ser concedidas, a pedido dos interessados e com aquiescência do armador, parceladamente, nos portos de escala de grande estadia do navio, aos tripulantes ali residentes.

§ 1.º Será considerada grande estadia a permanência no porto por prazo excedente de seis dias.

§ 2.º Os embarcadigos, para gozarem férias nas condições deste artigo, deverão pedi-las, por escrito, ao armador, antes do início da viagem, no porto de registro ou armação.

Art. 150. Em caso de necessidade, determinada pelo interesse público, e comprovada pela autoridade competente, poderá o armador ordenar a suspensão das férias já iniciadas ou a iniciar-se ressalvado ao tripulante o direito ao respectivo gozo posteriormente.

Art. 151. Enquanto não se criar um tipo especial de caderneta profissional para os marítimos, as férias serão anotadas pela Capitania do Porto na caderneta-matrícula do tripulante, na página das observações.

Art. 152. A remuneração do tripulante, no gozo de férias, será acrescida da importância correspondente à etapa que estiver vencendo.

Art. 153. O tripulante, ao terminar as férias, apresentar-se-á ao armador, que deverá designá-lo para qualquer de suas embarcações ou o adir a algum dos seus serviços terrestres, respeitadas a condição pessoal e a remuneração.

CAPÍTULO V

HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO

SEÇÃO I

Introdução

Art. 154. Em todos os locais de trabalho deverá ser respeitado o que neste capítulo se dispõe em relação à higiene e à segurança do trabalho.

Art. 155. A observância do disposto neste capítulo não desobriga os empregadores do cumprimento de outras disposições que, com relação à higiene ou à segurança e levando em conta as circunstâncias regionais, sejam incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados ou municípios em que existam as empresas e os respectivos estabelecimentos.

Parágrafo único. Nenhum estabelecimento industrial poderá iniciar a sua atividade sem haverem sido previamente inspecionadas e aprovadas as respectivas instalações pela autoridade competente em matéria de higiene e segurança do trabalho.

Art. 156. Cabe ao Departamento Nacional do Trabalho, ou às Delegacias Regionais do Trabalho, mediante autorização expressa do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, supletivamente às autoridades sanitárias federais, estaduais ou municipais, a fiscalização do cumprimento dos dispositivos deste capítulo, competindo-lhes, nos limites das respectivas jurisdições:

- a) estabelecer as normas detalhadas e aplicáveis a cada caso particular em que se desenvolvem os princípios estabelecidos neste capítulo;
- b) determinar as obras e reparações que em qualquer local de trabalho se tornem exigíveis em virtude das disposições deste capítulo, aprovando-lhes os projetos e especificações;
- c) fornecer os certificados que se tornem necessários, referentes ao cumprimento das obrigações impostas neste capítulo;
- d) tomar, em geral, todas as medidas que a fiscalização torne indispensáveis.

SECÇÃO II

Higiene do trabalho

Art. 157. Todos os locais de trabalho deverão ter iluminação suficiente para que o trabalho possa ser executado sem perigo de acidente para o trabalhador e sem que haja prejuízo para o seu organismo.

Art. 158. Os níveis de iluminamento serão fixados de acordo com o gênero de trabalho executado e levando em conta a luminosidade exterior habitual na região.

Art. 159. De uma maneira geral, serão fixados os seguintes iluminamentos mínimos:

I — Para trabalhos delicados (tais como gravura, tipografia fina, desenho, relojoaria, lapidação de pedras preciosas, revisão de imprensa e revestimento de tecidos) 150 a 400 luxes.

II — Para trabalhos que exigem menos riqueza de detalhes (tais como trabalhos mecânicos comuns), 50 a 150 luxes;

III — Para trabalhos rústicos (tais como matadouros, embalagens simples) 20 a 50 luxes.

Parágrafo único. Esses mínimos se referem, quer à iluminação natural, quer à artificial.

Art. 160. A iluminação deve ser distribuída de modo uniforme, difuso e geral, de maneira a evitar ofuscamentos (provenientes de superfícies ou unidades iluminantes que fiquem na linha de visão do trabalhador), reflexos fortes (sobretudo originados em superfícies metálicas, sendo esses reflexos mais a evitar caso venham de baixo para cima), sombra e contrastes excessivos.

Art. 161. A iluminação deverá, tanto quanto possível, vir de direção tal que os movimentos realizados pelo trabalhador não provoquem sombras sobre os locais que devam ficar iluminados.

Art. 162. As janelas, clarabóias ou coberturas iluminantes (horizontais ou em dente de serra) deverão ser dispostas em situação tal que não permitam venha o sol a bater sobre os locais de trabalho, possuindo, quando for necessário, dispositivos de proteção (toldos, venezianas, cortinas, etc.), que impeçam a entrada do sol.

Parágrafo único. No caso da existência dos dispositivos de proteção a que este artigo se refere, não deverá a diminuição da iluminação ser tal que faça o iluminamento cair abaixo dos mínimos prescritos no art. 159.

Art. 163. A iluminação artificial que será, sempre que possível, elétrica, terá a fixidez e a capacidade iluminante indispensáveis à higiene e ao conforto do órgão visual.

Art. 164. Os locais de trabalho deverão ser orientados, tanto quanto possível, de modo a evitar insolamentos excessivos nos meses quentes e a falta absoluta de insolamento nos meses frios do ano.

Parágrafo único. Embora a orientação preferível para atender ao disposto neste artigo deva ser fixada para cada caso conforme a situação geográfica e topográfica e a existência de objetos externos que deem sombra, pode-se determinar de um modo geral que nos locais de latitude sul inferior a 25° serão de preferir as orientações sudeste e nos locais de latitude superior a 25° serão indicadas as orientações em torno do nordeste.

Art. 165. Por meio de uma orientação conveniente, de paredes de menor transmissibilidade térmica, da proteção das paredes externas e das janelas, seja por meio da vegetação, seja por outros processos, e pela disposição adequada das aberturas ventilantes, deverá ser garantido nos locais de trabalho um grau de conforto térmico compatível com o gênero de trabalho realizado.

Parágrafo único. O índice de conforto térmico exigível variará conforme a região do país e a época do ano, devendo em geral ser inferior a 28°C no verão e superior a 12°C no inverno, sem teores excessivamente grandes ou excessivamente pequenos de humidade.

Art. 166. A ventilação artificial, realizada, por meio de ventiladores, exaustores, insufladores e outros recursos, será obrigatória sempre que a ventilação natural não preencher as condições exigidas no artigo anterior.

Art. 167. Se as condições do ambiente se tornarem desfavoráveis por efeito de instalações geradoras de calor, será prescrito o uso de capelas, anteparos, paredes duplas e isolamento térmico e recursos similares.

Parágrafo único. As instalações geradoras de calor, quando possível, serão instaladas em compartimentos especiais, ficando sempre isoladas 50 centímetros, pelo menos, das paredes próximas.

Art. 168. Deverá ser evitada, tanto quanto possível, na atmosfera dos locais de trabalho, a existência de suspensóides tóxicos, alergênicos, irritantes ou incômodos para o trabalhador.

Art. 169. Nos estabelecimentos em que trabalhem mais de trezentos operários, será obrigatória a existência de refeitório, não sendo permitido aos trabalhadores tomarem suas refeições fora daquele local.

§ 1.º O refeitório a que se refere o presente artigo obedecerá às normas expedidas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 2.º Nos estabelecimentos, nos quais não seja o refeitório exigido, deverão ser asseguradas aos trabalhadores condições suficientes de conforto para a ocasião de suas refeições.

Art. 170. Em todos os locais de trabalho, situados em regiões onde haja abastecimento de água, deverão ser fornecidas aos trabalhadores facilidades para a obtenção de água para beber, potável e higiênica, sempre que possível, por meio de bebedouros de jato inclinado e guarda protetora, e proibidos em qualquer caso os copos coletivos ou as torneiras sem proteção.

Art. 171. Em todos os estabelecimentos haverá local apropriado para vestiário dotado de armários individuais de um só compartimento no caso de não ser indústria insalubre, quando então serão exigidos armários de compartimentos duplos.

Art. 172. Em todos os estabelecimentos situados em regiões onde haja abastecimento de água, haverá lavatórios na proporção de 1 para cada 20 trabalhadores e situados em local adequado, de modo a facilitar a lavagem das mãos antes de refeições, à saída das privadas, no início e no fim do trabalho.

Art. 173. Em todos os estabelecimentos situados em região onde haja serviço de esgotos, deverá haver privadas ligadas à rede na proporção de uma para cada 20 trabalhadores, com separação de sexos, situadas em cômodos de fácil limpeza e mantidas em estado permanente de asseio e higiene, proibido o lançamento de papéis servidos em recipientes abertos.

Art. 174. Nas regiões onde não haja serviço de esgotos, deverão os responsáveis pelos estabelecimentos ou empresas assegurar aos trabalhadores, na medida do possível, um serviço higiênico de privadas, seja por meio de fossas adequadas, seja por outro processo que garanta a saúde pública e conforto dos trabalhadores.

Art. 175. Às águas residuais de qualquer espécie que possam prejudicar a saúde pública deverão dar, os responsáveis pelos estabelecimentos, um destino e um tratamento que as tornem inócuas à coletividade.

Art. 176. Os locais de trabalho serão mantidos em estado de limpeza compatível com o gênero de trabalho realizado, sendo o serviço de limpeza realizado, sempre que possível, fora dos horários de trabalho e por processo que reduza ao mínimo o levantamento de poeiras.

Art. 177. As paredes dos locais de trabalho serão caiadas ou pintadas com pintura lavável e mantidas em estado de limpeza suficiente e sem humidade aparente.

Art. 178. Os pisos terão assegurada a impermeabilização contra a umidade do solo e as medidas necessárias para garantir a proteção contra os ratos.

Art. 179. As coberturas dos locais de trabalho deverão assegurar impermeabilização contra as chuvas e proteção suficiente contra o insolação excessivo.

Art. 180. Para evitar a fadiga será obrigatória a disposição de assentos ajustáveis à altura do indivíduo e à função exercida.

Art. 181. Aos trabalhadores é vedado remover material de peso superior a sessenta quilogramas para o trabalho contínuo, e setenta e cinco quilogramas para o trabalho ocasional.

Parágrafo único. Não será compreendida na proibição deste artigo a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, carros de mão ou quaisquer outros aparelhos mecânicos.

Art. 182. Em certas indústrias que trabalham com substâncias tóxicas (tais como o chumbo) poderá ser exigida a instalação de chuveiros em número suficiente para que os trabalhadores que estejam em contacto com os tóxicos possam tomar banhos antes das refeições e à hora da saída.

Art. 183. Nos estabelecimentos onde haja fontes de calor excessivo (fornos, caldeiras, etc.) deverão ser previstos dispositivos especiais que protejam os trabalhadores na medida do possível, contra os efeitos prejudiciais do calor, afim de serem mantidos os índices de conforto térmico exigidos pelo parágrafo único do art. 165.

Art. 184. Nos trabalhos realizados a céu aberto serão exigidas precauções especiais que garantam os que os executam contra a insolação, o calor, o frio, a humidade ou os ventos.

§ 1.º Quando se realizarem os trabalhos a que se refere o presente artigo em locais distantes de abrigo, será obrigatório o provimento de água potável, assim como favorecido o preparo aquecido da alimentação e proporcionados os cuidados de higiene corporal.

§ 2.º Para os que tiverem de permanecer nos locais de trabalho a que alude o presente artigo, serão exigidos alojamentos em que se observem condições de higiene a juízo da autoridade competente.

§ 3.º Para os trabalhos em regiões pantanosas ou alagadiças são imperativas as medidas de profilaxia contra endemias.

Art. 185. Nas indústrias que produzam gases, vapores e poeiras, cuja aspiração possa prejudicar a saúde dos trabalhadores, deverão ser tomadas medidas que impeçam essa aspiração, seja por meio de processos que desviem os gases, vapores e poeiras, seja por meio de dispositivos que defendam contra eles as vias respiratórias dos trabalhadores.

Art. 186. Nas indústrias em que haja aparelhos que devam ser soprados, só serão permitidos dispositivos levados à boca no caso de serem estritamente individuais, sendo, porém, sempre que possível, substituídos progressivamente por outros, nos quais a insuflação seja obtida por processos mecânicos.

Art. 187. São consideradas indústrias insalubres, enquanto não se verificar haverem delas sido inteiramente eliminadas as causas de insalubridade, as que capazes, por sua própria natureza, ou pelo método de trabalho, de produzir doenças, infecções ou intoxicações, constam dos quadros aprovados pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 1.º A insalubridade, segundo o caso, poderá ser eliminada: — pelo tempo limitado de exposição ao tóxico (gases, poeiras, vapores, fumaças nocivas e análogos); pela utilização de processos, métodos ou disposições especiais que neutralizem ou removam as condições de insalubridade, ou ainda pela adoção de medidas, gerais ou individuais, capazes de defender e proteger a saúde do trabalhador.

§ 2.º A qualificação de insalubre aplica-se somente às secções e locais atingidos pelos trabalhos e operações enumerados nos quadros a que se refere o presente artigo.

Art. 188. Em todas as atividades em que se tornarem exigíveis, serão fornecidos pelo empregador, além dos meios gerais, os equipamentos individuais de proteção à incolumidade do trabalhador, tais como: óculos, luvas, máscaras, aventais, calçados, capuzes, agasalhos apropriados, etc., equipamentos esses que, aprovados pelas autoridades competentes de Higiene do Trabalho, serão de uso obrigatório dos empregados.

Art. 189. Será obrigatório o exame médico à admissão dos empregados, exame esse que será renovado periodicamente, pelo menos uma vez por ano, nas atividades insalubres ou perigosas.

Art. 190. É obrigatória a notificação das doenças profissionais produzidas pelo trabalho ou em consequência do trabalho nas atividades insalubres

§ 1.º Incumbe a notificação:

a) ao médico assistente ou em conferência, mesmo à simples suspeição;

b) a todo aquele que tiver a seu cargo estabelecimento industrial ou comercial em que o caso se registre.

§ 2.º As pessoas acima declaradas, logo que se verifique a suspeição ou confirmação pelo diagnóstico, deverão notificar o caso ao Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, e, nos Estados, às Delegacias Regionais ou às repartições autorizadas em virtude de lei, indicando nome, residência, local de ocupação e diagnóstico provável ou confirmado.

Art. 191. As notificações recebidas pelas autoridades referidas no artigo anterior serão inscritas em livro especial, e, além das providências cabíveis no caso, serão comunicadas ao serviço de Estatística de Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e às repartições sanitárias competentes.

SECÇÃO III

Segurança do trabalho

Art. 192. As partes móveis de quaisquer máquinas ou os seus acessórios (inclusive correias e eixos de transmissão), quando ao alcance dos trabalhadores, deverão ser protegidas por dispositivos de segurança que os garantam suficientemente contra qualquer acidente.

Art. 193. Haverá nas máquinas dispositivos de partida que lhe permitam o início de movimentos sem perigo para os trabalhadores.

Art. 194. A limpeza, ajuste e reparações das máquinas só poderão ser feitas quando as mesmas não estiverem em movimento.

Art. 195. As instalações elétricas (motores, transformadores, cabos, condutores, etc.) deverão ser iniciadas e protegidas de modo a evitar qualquer acidente.

Art. 196. Quando as instalações elétricas forem de alta tensão, serão tomadas medidas especiais, com o isolamento, quando necessário, dos locais e a fixação de indicações bem visíveis e claras chamando a atenção dos trabalhadores para o perigo a que se acham expostos.

Art. 197. Todos os estabelecimentos e locais de trabalho deverão estar eficazmente protegidos contra o perigo de incêndio, dispondo não só de meios que permitam combatê-los quando se produzam (extintor ou mangueiras, depósitos de areia ou outros dispositivos adequados no gênero especial de incêndio mais a temer) como possuindo facilidade para a saída rápida dos trabalhadores em caso de sinistro.

Parágrafo único. Poderão ser exigidas escadas especiais e incombustíveis em estabelecimento de mais de um andar no qual seja maior o perigo de incêndio.

Art. 198. Quaisquer corredores, passagens ou escadas deverão ter iluminação suficiente (nunca inferior a 10 luxes); para assegurar o tráfego fácil e seguro dos trabalhadores.

Art. 199. Entre as máquinas de qualquer local de trabalho deverá haver uma passagem livre de pelo menos 80 centímetros, devendo essa passagem ser de 1,30m (um metro e trinta centímetros) quando for entre partes móveis de máquinas.

Art. 200. As escadas que tenham de ser utilizadas pelos trabalhadores deverão ser, sempre que possível, em lances retos e os seus degraus suficientemente largos e baixos para facilitar a sua utilização cômoda e segura.

Art. 201. Todos os locais de trabalho deverão ter saídas em quantidade suficiente, não podendo as portas, em caso algum, abrir para o interior, para permitir o escoamento fácil do pessoal em caso de necessidade.

Art. 202. Quaisquer aberturas no piso, sejam permanentes, sejam provisórias, deverão ser protegidas e assinaladas, de modo a evitar quedas e outros acidentes.

Art. 203. As clarabóias de vidro deverão ser protegidas por tela metálica ou outro dispositivo, sempre que a sua posição o exigir para a prevenção de acidente, a juízo da autoridade competente.

Art. 204. Nos estabelecimentos onde haja caldeiras deverão estar estas em local separado e dotadas de equipamento de segurança.

Art. 205. As caldeiras deverão ser examinadas por ocasião da instalação e depois disso periodicamente para que se verifiquem as suas condições de segurança e estabilidade.

Art. 206. Nos estabelecimentos onde haja chaminés deverão ser essas provadas quanto à sua segurança e estabilidade, sempre que haja autoridade técnica que o possa fazer.

Art. 207. Nos estabelecimentos onde haja depósitos de combustíveis líquidos, deverão estar os depósitos em situação onde não possam causar acidentes, sendo contra esses protegidos por dispositivos especiais e estando assinalados de modo a que os trabalhadores que deles se aproximem o façam com as necessárias precauções (evitando fumar, etc.).

Art. 208. Nos estabelecimentos em que haja motores a gás ou ar comprimido deverão ser estes examinados periodicamente, analogamente ao que, em relação às caldeiras, se dispõe no art. 203.

Art. 209. Nos locais onde haja materiais inflamáveis ou explosivos, as lâmpadas de iluminação deverão ser elétricas, sempre que existir energia desse tipo no local; no caso contrário serão tomadas medidas especiais e rigorosas para evitar qualquer perigo de combustão ou de explosão.

Art. 210. Os locais onde se guardam explosivos ou inflamáveis deverão estar protegidos por meio de para-raios, em número suficiente, de construção adequada, a juízo da autoridade competente.

Art. 211. Nos locais onde se guardem explosivos ou inflamáveis, o estoque desses não poderá exceder o máximo fixado pela autoridade competente de acordo com as necessidades da indústria e as possibilidades de reabastecimento.

Art. 212. Nos locais onde se guardem inflamáveis ou explosivos, ou com eles se trabalhe, serão tomadas precauções especiais contra a possibilidade de incêndios.

Art. 213. Nos locais a que se refere o artigo anterior só poderá entrar o pessoal que neles deva trabalhar, sendo neles estritamente proibido fumar ou trazer qualquer lâmpada ou dispositivo com chama desprotegida.

Art. 214. Os ascensores e elevadores de carga deverão ter suficiente garantia de solidez e segurança e levarão aviso bem visível da carga máxima que podem transportar.

Art. 215. Nos ascensores de edifícios será obrigatória a colocação de um banco individual para o respectivo cabineiro, devendo, outrossim, ser provida a cabine de um processo de renovação de ar facilitado pela ventilação da respectiva torre.

Art. 216. Os andaimes nas construções deverão oferecer garantia de resistência; não poderão ser carregados com peso excessivo e os operários que neles trabalhem deverão ser munidos de cinturão de segurança, sempre que as circunstâncias especiais o exigirem, a juízo da fiscalização.

Art. 217. Os guindastes, os transportadores e as pontes rolantes deverão ser calculadas de modo a oferecer as necessárias garantias de resistência e de segurança, quer em relação às suas condições próprias, quer em relação aos suportes em que se apoiem, quando for o caso.

Art. 218. Nas obras em subsolo, bem como nas escavações especiais contra a possibilidade de desmoronamentos ou soterramentos, deverão ser tomadas medidas especiais que garantam a iluminação e a ventilação dos locais de trabalho, e que tornem possível a retirada rápida dos trabalhadores em caso de perigo.

Art. 219. Nos trabalhos em câmaras pneumáticas será obrigatório submeter o trabalhador a uma adaptação para o fim de ser evitada a transição brusca e perigosa entre ambientes diferentemente comprimidos.

Art. 220. Em todos os locais de trabalho deverão providenciar os responsáveis para que exista o material médico necessário aos primeiros socorros de urgência em caso de acidente.

Art. 221. Em todas as atividades os empregadores deverão promover e fornecer todas as facilidades para a advertência e a propaganda contra o perigo de acidentes e para a educação sanitária dos respectivos trabalhadores, colaborando na medida do possível com as autoridades no sentido de facilitar nesse campo a sua tarefa.

Art. 222. Nas indústrias insalubres e nas atividades perigosas poderão ser exigidas pela autoridade competente, além das medidas incluídas neste capítulo, mais outras que levam em conta o caráter próprio de insalubridade da atividade.

SEÇÃO IV

Das penalidades

Art. 223. As infrações do disposto no presente capítulo serão punidas com multa de cinquenta a cinco mil cruzeiros, aplicadas no Distrito Federal pela autoridade competente de 1.^a instância do Departamento Nacional do Trabalho e nos Estados e no Território do Acre pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 1.^o a penalidade será sempre aplicada no grau máximo:

a) se ficar apurado o emprego de artifício ou simulação para fraudar a aplicação dos dispositivos deste capítulo;

b) nos casos de reincidência.

§ 2.^o O processo, na verificação das infrações, bem como na aplicação e cobrança das multas, será previsto no título "Do Processo de Multas Administrativas" observadas as disposições deste artigo.

TÍTULO III

Das Normas Especiais de Tutela do Trabalho

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS SOBRE DURAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

SEÇÃO I

Das bancárias

Art. 224. Para os empregados em Bancos e casas bancárias será de seis horas por dia ou trinta e seis horas semanais a duração normal de trabalho, excetuados os que exercerem as funções de direção, gerência, fiscalização, chefes e ajudantes de seção e equivalentes, ou desempenharem outros cargos de confiança, todos com vencimentos superiores aos dos postos efetivos.

Parágrafo único. A duração normal de trabalho estabelecida neste artigo ficará sempre compreendida entre às oito e às vinte horas.

Art. 225. A duração normal de trabalho dos bancários poderá ser excepcionalmente prorrogada até oito horas diárias, não excedendo de quarenta e cinco horas semanais, observados os preceitos gerais sobre duração de trabalho.

Art. 226. Nos estabelecimentos bancários, a duração normal de trabalho dos empregados em serviço de portaria e de limpeza, tais como porteiros, telefonistas de mesa, contínuos e serventes, é regulada pelas disposições gerais sobre duração de trabalho de que trata o título anterior.

SECÇÃO II

Dos empregados nos serviços de telefonia, de telegrafia submarina e subfluvial, de radiotelegrafia e radiotelefonía

Art. 227. Nas empresas que explorem o serviço de telefonia, telegrafia submarina ou subfluvial, de radiotelegrafia, ou de radiotelefonía, fica estabelecida para os respectivos operadores a duração máxima de seis horas de trabalho por dia ou trinta e seis horas semanais.

§ 1.º Quando, em caso de indeclinável necessidade, forem os operadores obrigados a permanecer em serviço além do período normal fixado neste artigo, a empresa pagar-lhes-á extraordinariamente o tempo excedente com acréscimo de 50% sobre o seu salário-hora normal.

§ 2.º O trabalho aos domingos, feriados e dias santos de guarda será considerado extraordinário e obedecerá, quanto à sua execução e remuneração, ao que dispuserem empregadores e empregados em acordo com os respectivos sindicatos em contrato coletivo de trabalho.

Art. 228. Os operadores não poderão trabalhar, de modo ininterrupto na transmissão manual, bem como na recepção visual, auditiva, com escrita manual ou datilográfica, quando a velocidade for superior a vinte e cinco palavras por minuto.

Art. 229. Para os empregados sujeitos a horários variáveis, fica estabelecida a duração máxima de sete horas diárias de trabalho e dezessete horas de folga, deduzindo-se desse tempo vinte minutos para descanso, de cada um dos empregados, sempre que se verificar um esforço contínuo de mais de três horas.

§ 1.º São considerados empregados sujeitos a horários variáveis, além dos operadores, cujas funções exijam classificação distinta ou que pertençam à secções de técnica, telefones, revisão, expedição, entrega e balcão.

§ 2.º Quanto à execução e remuneração aos domingos e às prorrogações de expediente, o trabalho dos empregados a que se refere o parágrafo anterior será regido pelo que se contem no § 1.º do art. 227 desta Secção.

Art. 230. A direção das empresas deverá organizar as turmas de empregados, para a execução dos seus serviços, de maneira que prevaleça, sempre, o revezamento entre os que exercem a mesma função, quer em escalas diurnas, quer em noturnas.

§ 1.º Aos empregados que exerçam a mesma função será permitido, entre si, a troca de turmas, desde que isso não importe em prejuízo dos serviços, cujo chefe ou encarregado resolverá sobre a oportunidade ou possibilidade dessa medida, dentro das prescrições desta Secção.

§ 2.º As empresas não poderão organizar horários que obriguem os empregados a fazer a refeição do almoço antes das 10 e depois das 13 horas e a de jantar antes das 16 e depois das 19,30.

Art. 231. As disposições desta Secção não abrangem o trabalho dos operadores de radiotelegrafia embarcados em navios ou aeronaves.

SECÇÃO III

Dos músicos profissionais

Art. 232. Será de seis horas a duração de trabalho dos músicos em teatro e congêneres.

Parágrafo único. Toda vez que o trabalho contínuo em espetáculo ultrapassar de seis horas, o tempo de duração excedente será pago com um acréscimo de 25 % sobre o salário da hora normal.

Art. 233. A duração normal de trabalho dos músicos profissionais poderá ser elevada até oito horas diárias, observados os preceitos gerais sobre duração do trabalho.

SECÇÃO IV

Dos operadores cinematográficos

Art. 234. A duração normal do trabalho dos operadores cinematográficos e seus ajudantes não excederá de sete horas diárias, assim distribuídas:

a) cinco horas consecutivas de trabalho em cabine, durante o funcionamento cinematográfico;

b) um período suplementar, até o máximo de uma hora, para limpeza, lubrificação dos aparelhos de projeção, ou revisão de filmes.

Parágrafo único. Mediante remuneração adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário da hora normal e observado um intervalo de duas horas para folga, entre o período a que se refere a alínea b deste artigo e o trabalho em cabine de que trata a alínea a, poderá o trabalho dos operadores cinematográficos e seus ajudantes ter a duração prorrogada por duas horas diárias, para exhibições extraordinárias.

Art. 235. Nos estabelecimentos cujo funcionamento normal seja noturno, será facultado aos operadores cinematográficos e seus ajudantes, mediante acordo ou contrato coletivo de trabalho e com um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário da hora normal, executar o trabalho em sessões diurnas extraordinárias e, cumulativamente, nas noturnas, desde que isso se verifique até três vezes por semana e entre as sessões diurnas e as noturnas haja o intervalo de uma hora, no mínimo, de descanso.

§ 1.º A duração de trabalho cumulativo a que alude o presente artigo não poderá exceder de dez horas.

§ 2.º Em seguida a cada período de trabalho haverá um intervalo de repouso no mínimo de doze horas.

SECÇÃO V

Do serviço ferroviário

Art. 236. No serviço ferroviário — considerado este o de transporte em estradas de ferro abertas ao tráfego público, compreendendo a administração, construção, conservação e remoção das vias férreas e seus edifícios, obras de arte, material rodante, instalações complementares e acessórios, bem como o serviço do tráfego, de telegrafia, telefonia e funcionamento de todas as instalações ferroviárias — aplicam-se os preceitos especiais constantes desta Secção.

Art. 237. O pessoal a que se refere o artigo antecedente fica dividido nas seguintes categorias :

- a) funcionários de alta administração, chefes e ajudantes de departamentos e seções, engenheiros residentes, chefes de depósitos, inspetores e demais empregados que exercem funções administrativas ou fiscalizadoras;
- b) pessoal que trabalhe em lugares ou trechos determinados e cujas tarefas requeiram atenção constante; pessoal de escritório, turmas de conservação e construção da via permanente, oficinas e estações principais, inclusive os respectivos telegrafistas; pessoal de tração, lastro e revistadores;
- c) das equipagens de trens em geral;
- d) pessoal cujo serviço é de natureza intermitente ou de pouca intensidade, embora com permanência prolongada nos locais de trabalho; vigias e pessoal das estações do interior, inclusive os respectivos telegrafistas.

Art. 238. Será computado como de trabalho efetivo todo o tempo em que o empregado estiver à disposição da estrada.

§ 1.º Nos serviços efetuados pelo pessoal da categoria c, não será considerado como de trabalho efetivo o tempo gasto em viagens do local ou para o local de terminação e início dos mesmos serviços.

§ 2.º Ao pessoal removido ou comissionado fora da sede será contado como de trabalho normal e efetivo o tempo gasto em viagens, sem direito à percepção de horas extraordinárias.

§ 3.º No caso das turmas de conservação da via permanente, o tempo efetivo do trabalho será contado desde a hora da saída da casa da turma até a hora em que cessar o serviço em qualquer ponto compreendido dentro dos limites da respectiva turma. Quando o empregado trabalhar fora dos limites da sua turma, ser-lhe-á também computado como de trabalho efetivo o tempo gasto no percurso da volta a esses limites.

§ 4.º Para o pessoal da equipagem de trens, só será considerado esse trabalho efetivo, depois de chegado ao destino, o tempo em que o ferroviário estiver ocupado ou retido à disposição da Estrada. Quando, entre dois períodos de trabalho, não mediar intervalo superior a uma hora, será esse intervalo computado como de trabalho efetivo.

§ 5.º O tempo concedido para refeição não se computa como de trabalho efetivo, senão para o pessoal da categoria c, quando as refeições forem tomadas em viagem ou nas estações durante as paradas. Esse tempo não será inferior a uma hora, exceto para o pessoal da referida categoria em serviço de trens.

§ 6.º No trabalho das turmas encarregadas da conservação de obras de arte, linhas telegráficas ou telefônicas e edifícios, não será contado, como de trabalho efetivo, o tempo de viagem para o local do serviço, sempre que não exceder de uma hora, seja para ida ou para volta, e a Estrada fornecer os meios de locomoção, computando-se, sempre o tempo excedente a esse limite.

Art. 239. Para o pessoal da categoria c a prorrogação do trabalho independe de acordo ou contrato coletivo, não podendo, entretanto, exceder, de doze horas, pelo que as empresas organizarão, sempre que possível, os serviços de equipagens de trens com destacamentos nos trechos das linhas de modo a ser observada a duração normal de oito horas de trabalho.

§ 1.º Para o pessoal sujeito ao regime do presente artigo, depois de cada jornada de trabalho haverá um repouso de dez horas contínuas, no mínimo, observando-se, outrossim, o descanso semanal.

§ 2.º Para o pessoal da equipagem de trens, a que se refere o presente artigo, quando a empresa não fornecer alimentação, em viagem, e hospedagem, no destino, concederá uma ajuda de custo para atender a tais despesas.

§ 3.º As escalas do pessoal abrangido pelo presente artigo serão organizadas de modo que não caiba a qualquer empregado, quinquenalmente, um total de horas de serviço noturno superior às de serviço diurno.

§ 4.º Os períodos de trabalho do pessoal a que alude o presente artigo serão registrados em cadernetas especiais, que ficarão sempre em poder do empregado de acordo com o modelo aprovado pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 240. Nos casos de urgência ou de acidente, capazes de afetar a segurança ou regularidade do serviço, poderá a duração do trabalho ser excepcionalmente elevada a qualquer número de horas, incumbindo à Estrada zelar pela incolumidade dos seus empregados e pela possibilidade de revezamento de turmas, assegurando ao pessoal um repouso correspondente e comunicando a ocorrência ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro de dez dias da sua verificação.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, a recusa, sem causa justificada, por parte de qualquer empregado, à execução de serviço extraordinário será considerada falta grave.

Art. 241. As horas excedentes das do horário normal de oito horas serão pagas como serviço extraordinário na seguinte base: as duas primeiras com o acréscimo de 25 % (vinte e cinco por cento) sobre o salário-hora normal, as duas subsequentes com um adicional de 50 % (cinquenta por cento) e as restantes com um adicional de 75 % (setenta e cinco por cento).

Parágrafo único. Para o pessoal da categoria c a primeira hora será majorada de 25 %, a segunda hora será paga com o acréscimo de 50 % e as duas subsequentes com o de 60 %, salvo caso de negligência comprovada.

Art. 242. As frações de meia hora superiores a dez minutos serão computadas como meia hora.

Art. 243. Para os empregados de estações do interior, cujo serviço for de natureza intermitente ou de pouca intensidade não se aplicam os preceitos gerais sobre duração do trabalho, sendo-lhes, entretanto, assegurado o repouso contínuo de dez horas, no mínimo, entre dois períodos de trabalho e descanso semanal.

Art. 244. As estradas de ferro poderão ter empregados extranumerários, de sobre-aviso e de prontidão, para executarem serviços imprevistos ou para substituições de outros empregados que falem à escala organizada.

§ 1.º Considera-se "extranumerário" o empregado não efetivo, candidato à efetivação, que se apresentar normalmente ao serviço, embora só trabalhe quando for necessário. O extranumerário só receberá os dias de trabalho efetivo.

§ 2.º Considera-se de "sobre-aviso" o empregado efetivo, que permanecer em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço. Cada escala de "sobre-aviso" será, no mínimo, de vinte e quatro horas. As horas de "sobre-aviso", para todos os efeitos, serão contadas à razão de 1/3 (um terço) do salário normal.

§ 3.º Considera-se de "prontidão" o empregado que ficar nas dependências da estrada, aguardando ordens. A escala de prontidão será, no máximo, de doze horas. As horas de prontidão serão, para todos os efeitos, contadas à razão de 2/3 (dois terços) do salário-hora normal.

§ 4.º Quando, no estabelecimento ou dependência em que se achar o empregado, houver facilidade de alimentação, as doze horas do prontidão, a que se refere o parágrafo anterior, poderão ser contínuas. Quando não existir essa facilidade, depois de seis horas de prontidão, haverá sempre um intervalo de uma hora para cada refeição, que não será, nesse caso, computada como de serviço.

Art. 245. O horário normal de trabalho dos cabineiros nas estações de tráfego intenso não excederá de oito horas e deverá ser dividida em dois turnos com intervalo não inferior a uma hora de repouso, não podendo nenhum turno ter duração superior a cinco horas, com um período de descanso entre duas jornadas de trabalho de quatorze horas consecutivas.

Art. 246. O horário de trabalho dos operadores telegrafistas nas estações de tráfego intenso não excederá de 6 (seis) horas diárias.

Art. 247. As estações principais, estações de tráfego intenso e estações do interior serão classificadas para cada empresa pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

SECÇÃO VI

Das equipagens das embarcações da marinha mercante nacional, de navegação fluvial e lacustre, do tráfego nos portos e da pesca

Art. 248. Entre as horas 0 e 24 de cada dia civil, o tripulante poderá ser conservado em seu posto durante oito horas, quer de modo contínuo, quer de modo intermitente.

§ 1.º A exigência do serviço contínuo ou intermitente ficará a critério do comandante e, neste último caso, nunca por período menor que uma hora.

§ 2.º Os serviços de quarto nas máquinas, passadiço, vigilância e outros que, consoante parecer médico, possam prejudicar a saúde do tripulante serão executados por períodos não maiores e com intervalos não menores de quatro horas.

Art. 249. Todo o tempo de serviço efetivo, excedente de oito horas, ocupado na forma do artigo anterior, será considerado de trabalho extraordinário, sujeito à compensação a que se refere o art. 250 exceto se se tratar de trabalho executado:

a) em virtude de responsabilidade pessoal do tripulante e no desempenho de funções de direção, sendo considerados como tais todas aquelas que a bordo se achem constituídas em um único indivíduo com responsabilidade exclusiva e pessoal;

b) na iminência de perigo, para salvaguarda ou defesa da embarcação, dos passageiros, ou da carga, a juízo exclusivo do comandante ou do responsável pela segurança a bordo;

c) por motivo de manobras ou fainas gerais que requeiram a presença, em seus postos, de todo o pessoal de bordo;

d) na navegação lacustre e fluvial, quando se destina ao abastecimento do navio ou embarcação de combustível e rancho, ou por efeito das contingências da natureza da navegação, na transposição de passos ou pontos difíceis, inclusive operações de alívio ou transbordo de carga, para obtenção de calado menor para essa transposição.

§ 1.º O trabalho executado aos domingos e feriados será considerado extraordinário, salvo se se destinar:

a) ao serviço de quartos e vigilância, movimentação das máquinas e aparelhos de bordo, limpeza e higiene da embarcação, preparo de alimentação da

equipagem e dos passageiros, serviço pessoal destes e, bem assim, aos socorros de urgência ao navio ou ao pessoal;

b) ao fim da navegação ou das manobras para a entrada ou saída de portos, atracação, desatracação, embarque ou desembarque de carga e passageiros.

§ 2.º Não excederá de 30 (trinta) horas semanais o serviço extraordinário prestado para o tráfego nos portos.

Art. 250. As horas de trabalho extraordinário serão compensadas, segundo a conveniência do serviço, por descanso em período equivalente, no dia seguinte ou no subsequente, dentro das do trabalho normal, ou no fim da viagem, ou pelo pagamento do salário correspondente.

Parágrafo único. As horas extraordinárias de trabalho são indivisíveis, computando-se a fração de hora como hora inteira.

Art. 251. Em cada embarcação haverá um livro em que serão anotadas as horas extraordinárias de trabalho de cada tripulante, e outro, do qual constarão, devidamente circunstanciadas, as transgressões dos mesmos tripulantes.

Parágrafo único. Os livros de que trata este artigo obedecerão a modelos organizados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, serão escriturados em dia pelo comandante da embarcação e ficam sujeitos às formalidades instituídas para os livros de registo de empregados em geral.

Art. 252. Qualquer tripulante que se julgue prejudicado por ordem emanada de superior hierárquico poderá interpor recurso, em termos, perante a Delegacia do Trabalho Marítimo, por intermédio do respectivo comandante, o qual deverá encaminhá-lo com a respectiva informação dentro de cinco dias, contados de sua chegada ao porto.

SECCAO VII

Dos serviços frigoríficos

Art. 253. Para os empregados que trabalham no interior das câmaras frigoríficas e para os que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa, depois de uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo será assegurado um período de vinte minutos de repouso, computado esse intervalo como de trabalho efetivo.

Parágrafo único. Considera-se artificialmente frio, para os fins do presente artigo, o que for inferior, nas primeira, segunda e terceira zonas climáticas do mapa oficial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a 15º (quinze graus), na quarta zona a 12º (doze graus), e nas quinta, sexta e sétima zonas a 10º (dez graus).

SECCAO VIII

Dos serviços de estiva

Art. 254. Estiva de embarcações é o serviço de movimentação das mercadorias a bordo, como carregamento ou descarga, ou outro de conveniência do responsável pelas embarcações, compreendendo esse serviço a arrumação e a retirada dessas mercadorias no convés ou nos porões.

§ 1.º Quando as operações de carregamento ou descarga forem feitas dos cais e pontos de cabotagem para bordo, ou de bordo para essas construções

portuárias, a estiva começa ou termina no convés da embarcação atracada onde termina ou se inicia o serviço de capatazias.

§ 2.º Nos portos que, pelo respectivo sistema de construção, não podem dispor de aparelhamento próprio para as operações de embarque de mercadorias, feitas integralmente com o aparelhamento de bordo e, bem assim, no caso de navios de tipo fluvial, sem aparelhamento próprio para tais operações, e que não permitem, por sua construção, o emprego de aparelhamento dos cais ou pontes de acostagem, o serviço de estiva, de que trata o parágrafo anterior, compreende mais a entrega ou recebimento das mercadorias pelos operários estivadores aos trabalhadores que movimentam as cargas em terra ou vice-versa:

§ 3.º Quando as operações referidas no § 1.º forem feitas de embarcações ao costado, ou para essas embarcações, o serviço da estiva abrange todas as operações, inclusive a arrumação das mercadorias naquelas embarcações, podendo compreender, ainda, o transporte de ou para o local do carregamento ou de descarga dessas mercadorias, e de ou para terra.

Art. 255. O serviço de estiva compreende:

a) a mão de obra de estiva, que abrange o trabalho braçal de manipulação das mercadorias, para sua movimentação ou descarga ou carregamento, ou para sua arrumação, para o transporte aquático, ou manejo dos guindastes de bordo, e a cautelosa direção das operações que estas realizam, bem como a abertura e fechamento das escotilhas da embarcação principal e embarcações auxiliares e a cobertura das embarcações auxiliares;

b) o suprimento do aparelhamento acessório indispensável à realização de parte do serviço especializado na alínea anterior, no qual se compreende o destinado à prevenção de acidentes no trabalho;

c) o fornecimento de embarcações auxiliares, bem como rebocadores, no caso previsto no § 3.º do artigo anterior.

§ 1.º Na mão de obra referida neste artigo, distingue-se:

a) a que se realiza nas embarcações principais;

b) a que se efetua nas embarcações auxiliares, alvarengas ou saveiros.

§ 2.º A execução do serviço de estiva, nos portos nacionais, competirá a entidades estivadoras de qualquer das seguintes categorias:

a) administração dos portos organizados;

b) caixa portuária prevista no art. 256, somente para os portos não organizados;

c) armadores diretamente ou por intermédio de seus agentes.

§ 3.º Cabe a essas entidades estivadoras, quando se encarreguem da execução do serviço de estiva, o suprimento do aparelhamento acessório e, bem assim, o fornecimento das embarcações auxiliares, alvarengas ou saveiros e rebocadores, a que se referem as alíneas b e c deste artigo.

Art. 256. Nos portos não organizados, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio poderá criar uma caixa portuária para executar os serviços de estiva, a qual ficará com a faculdade de desapropriar, por utilidade pública, nos termos da lei, o material fixo e flutuante que for necessário à sua finalidade.

§ 1.º As caixas portuárias instituídas por este artigo serão administradas por delegados do Ministério da Viação e Obras Públicas, com os poderes necessários para a aquisição, ou desapropriação, do material fixo e flutuante.

§ 2.º A compra ou indenização do material realizar-se-á com os recursos obtidos por meio de empréstimo feito no Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva, amortizável a prazo longo e juros de 7 % (sete por cento) ao ano.

Art. 257. A mão de obra na estiva das embarcações, definida na alínea a do art. 255 só poderá ser executada por operários estivadores ou por trabalhadores em estiva de minérios nos portos onde os houver especializados, de preferência sindicalizados, devidamente matriculados nas Capitânicas dos Portos ou em suas Delegacias ou Agências, exceto nos casos previstos no artigo 260 desta Secção.

§ 1.º Para essa matrícula, além de outros, são requisitos essenciais:

- 1) Prova de idade entre 21 e 40 anos;
- 2) Atestado de vacinação;
- 3) Atestado de robustez física pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva;
- 4) Folha corrida;
- 5) Quitação com o Serviço Militar, quando se tratar de brasileiro nato ou naturalizado.

§ 2.º Para matrícula de estrangeiros, será também exigido o comprovante da permanência legal no País.

§ 3.º As Capitânicas dos Portos, suas Delegacias e Agências, efetuarão as matrículas até o limite fixado, anualmente, pelas respectivas Delegacias de Trabalho Marítimo, não podendo exceder do terço o número de estrangeiros matriculados.

§ 4.º Ficam sujeitos à revalidação no primeiro trimestre de cada ano, as cadernetas de estivador entregues por ocasião da matrícula.

Art. 258. As entidades especificadas no § 1.º do art. 255, enviarão, mensalmente, à Delegacia do Trabalho Marítimo, um quadro demonstrativo do número de horas de trabalho executado pelos operários estivadores por ela utilizados.

Parágrafo único. Verificando-se, no decurso de um mês, haver cabido a cada operário estivador uma média superior a de 1.000 (mil) horas de trabalho, o número de operários será aumentado de modo que se restabeleça esta última média, e, no caso contrário, a matrícula será fechada, até que se atinja esse índice de intensidade de trabalho.

Art. 259. O serviço de estiva das embarcações será executado de acordo com as instruções dos respectivos comandantes, ou seus prepostos, que serão responsáveis pela arrumação ou retirada das mercadorias, relativamente às condições de segurança das referidas embarcações, quer no porto, quer em viagem.

Art. 260. As disposições contidas nesta Secção aplicam-se, obrigatoriamente, a todas as embarcações que frequentem os portos nacionais, com exceção das seguintes, nas quais o serviço de estiva poderá ser executado, livremente, pelas respectivas tripulações:

- 1) Embarcações de qualquer procedência ou destino que transportarem gêneros de pequena lavoura e da pesca para abastecer os mercados municipais das cidades;
- 2) Embarcações de qualquer tonelagem empregadas no transporte de mercadorias líquidas a granel;
- 3) Embarcações de qualquer tonelagem empregadas no transporte de mercadorias sólidas a granel quando a carga ou descarga for feita por apa-

reiros mecânicos automáticos, apenas durante o período do serviço em que se torna desnecessário o recheio;

4) Embarcações de qualquer tonelagem empregadas na execução de obras de serviços públicos nas vias aquáticas do País, seja diretamente pelos Poderes Públicos, seja por meio de concessionários, ou empreiteiros.

§ 1.º Poderá também ser livremente executado, pelas próprias tripulações nas embarcações respectivas, o serviço de estiva das malas postais e da bagagem de camarote dos passageiros.

§ 2.º A estiva de carvão e minérios nos portos onde houver operários especializados nesse serviço será executada pelos trabalhadores em estiva de minérios, os quais deverão ser matriculados nas Capitânicas dos Portos, nos termos do art. 257.

§ 3.º Para os efeitos do parágrafo anterior, são considerados armadores nos termos da alínea c do § 1.º do art. 255, as firmas carvoeiras que possuem material flutuante.

Art. 261. O serviço de estiva, quando não realizado pelos armadores ou por seus agentes, será por eles livremente requisitado de qualquer das entidades previstas no § 2.º do art. 255, pela forma seguinte:

a) a requisição será feita, por escrito, a uma única entidade estivadora, para o mesmo navio e, sempre que possível, de véspera;

b) a requisição indicará, sempre que possível, o dia e a hora provável em que terá início o serviço, o nome do navio, a quantidade e a natureza das mercadorias a embarcar ou a desembarcar, o número de porões em que serão estivadas ou desestivadas, o local onde aportará o navio, e se a operação se fará para cais ou ponto de acostagem, ou para embarcações auxiliares ao costado.

Art. 262. As entidades estivadoras pagarão os proventos devidos aos operários estivadores, dentro de 24 horas após a terminação do serviço de cada dia, no próprio local do serviço ou na sede do respectivo sindicato.

§ 1.º Em caso de dúvida sobre o montante dos proventos a pagar, a entidade estivadora pagará aos operários estivadores a parcela não discutida e depositará o restante, dentro de 24 horas, na Caixa Econômica, ou na Agência ou nas mãos do representante do Banco do Brasil à ordem do Delegado do Trabalho Marítimo.

§ 2.º Dirimida a dúvida, será pela Delegacia do Trabalho Marítimo levantada a soma depositada e entregue a quem de direito a parte que lhe couber.

§ 3.º A pedido, por escrito, do respectivo sindicato o Delegado do Trabalho Marítimo suspenderá até quitação, o exercício da atividade da entidade estivadora que esteja em débito comprovado para com os operários.

§ 4.º O trabalho à noite e aos domingos e feriados será considerado extraordinário e, como tal, pago com um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as taxas ou salários constantes das tabelas aprovadas.

Art. 263. Os armadores responderão, solidariamente com seus agentes, pelas somas por estes devidas aos operários estivadores.

Art. 264. O serviço de estiva será executado com o melhor aproveitamento possível dos guindastes e demais instalações de carga e descarga dos navios e dos portos.

§ 1.º As entidades estivadoras só poderão empregar operários estivadores ou trabalhadores em estiva de minérios, contramestres e contramestres gerais escolhidos entre os matriculados nas Capitânicas dos Portos, tendo preferência os sindicalizados.

§ 2.º As entidades estivadoras serão responsáveis pelos roubos, pelas avarias provavelmente causadas às mercadorias e aos navios em que trabalharem.

§ 3.º Quando o serviço de estiva não começar na hora prevista na requisição, sem aviso aos estivadores antes do engajamento, ou quando for interrompido por motivo de chuva, ou ainda, quando obrigar a esperas e delongas, devidas à agitação das águas, os operários engajados perceberão da entidade estivadora, pelo tempo de paralisação ou de espera, a metade dos salários fixados na tabela competente.

§ 4.º Nos portos em que a entrada e saída dos navios dependerem da maré, as esperas ou delongas que excederem de duas horas, na execução dos serviços de estiva, serão pagos aos operários estivadores, na base de metade dos salários fixados na tabela competente. A remuneração aqui prevista não se estenderá aos tripulantes e estivadores que, nos termos do § 4.º do art. 270, percebem salário mensal.

§ 5.º A entidade estivadora fica obrigada a fornecer no devido tempo o aparelhamento acessório, bem como as embarcações auxiliares e rebocadores indispensáveis à continuidade do serviço de estiva, devendo, também providenciar, junto à administração dos portos organizados, relativamente ao lugar no cais, para atracação, bem como aos guindastes, armazens e vagões que lhes cabe fornecer.

§ 6.º Fica a entidade estivadora obrigada a pagar aos operários estivadores os salários correspondentes ao tempo de paralisação em virtude das interrupções decorrentes da falta dos elementos necessários ao trabalho.

§ 7.º Os contramestres gerais serão de confiança das entidades estivadoras e pelas mesmas remunerados.

Art. 265. O número atual de operários estivadores para compor os ternos ou turmas em cada porto, para trabalho em cada porão, convés ou embarcação auxiliar, será previsto e fixado pela Delegacia do Trabalho Marítimo, tendo em vista a espécie das mercadorias e das embarcações.

§ 1.º O serviço da estiva nos navios será dirigido, em cada porão, por um contramestre e chefiado por um ou mais contramestres gerais para todo o navio.

§ 2.º Nas embarcações auxiliares em que a estiva não for feita pelos próprios tripulantes não haverá contramestres.

§ 3.º Nas embarcações auxiliares em que a estiva for feita pelos próprios tripulantes, o serviço será dirigido pelo patrão da embarcação, o qual, no caso de ter direito à remuneração por unidade, perceberá o número de quotas previsto para o contramestre.

Art. 266. Somente terão direito a perceber proventos pelo serviço de mão de obra de estiva os operários estivadores e os contramestres que estiverem em trabalho efetivo a bordo de embarcações, ou nos casos expressamente previstos nesta lei.

Parágrafo único. Sendo os serviços executados por operários sindicalizados, organizarão os respectivos sindicatos os rodízios de operários, para que o trabalho caiba, equitativamente a todos.

Art. 267. Durante o período de engajamento, o mesmo terno de operários estivadores deverá trabalhar continuamente, num ou mais porões do mesmo navio, podendo também ser aproveitado em mais de um navio e em mais de uma embarcação auxiliar.

Art. 268. Nos portos organizados, quando os navios estiverem ao largo, o tempo de viagem dos operários estivadores, para bordo e vice-versa, será

computado como tempo de trabalho a remuneração na base do salário-dia aprovado, devendo ser fornecida condução segura e apropriada pela entidade estivadora, que perceberá do armador o total dos salários, mais a percentagem que lhe couber.

§ 1.º Nos portos não organizados, as tabelas de taxas deverão compreender nos valores fixados o tempo despendido na viagem, pelos operários estivadores, do ponto de embarque para bordo e vice-versa.

§ 2.º A Delegacia do Trabalho Marítimo local fixará os pontos de embarque e desembarque dos operários estivadores no porto.

Art. 269. Os operários estivadores, quando no recinto do porto e do trabalho, usarão como distintivo uma chapa, na qual serão gravados, em caracteres bem legíveis as iniciais O.E. (Operário Estivador) ou as iniciais do sindicato a que pertencerem e o número de matrícula do operário.

Parágrafo único. Quando ocorrerem dúvidas entre os operários estivadores e a entidade estivadora, o serviço deverá prosseguir, sob pena de incorrerem em falta grave os que o paralisarem, chamando-se sem demora o fiscal de estiva da Delegacia do Trabalho Marítimo, para tomar conhecimento do assunto.

Art. 270. A remuneração do serviço de estiva, saívo as exceções constantes dos §§ 3.º e 4.º do art. 264, será feita por meio de taxas, estabelecidas na base de tonelagem, cubagem ou unidade de mercadorias e aprovadas, para cada porto, pela Comissão de Marinha Mercante. As taxas deverão atender à espécie, peso ou volume e acondicionamento das mercadorias de acordo com o "manifesto", do qual será remetida pela entidade estivadora, uma via ao Sindicato dos Estivadores ou dos Trabalhadores em Estiva de Minérios da localidade.

§ 1.º Na determinação dos valores das taxas a que se refere este artigo, serão tomados em consideração, para cada porto, os valores das taxas de capacidades que nele estiverem em vigor e, onde não as houver, os valores das do porto mais próximo.

§ 2.º Além das taxas previstas nas tabelas de que trata o art. 35 do decreto-lei n. 2.032, de 23 de fevereiro de 1940, poderão ser incluídas outras depois de aprovadas pela autoridade competente, para bem atender às condições peculiares a cada porto.

§ 3.º A estiva ou desestiva das embarcações, executada pelas próprias tripulações, poderá ser remunerada por unidade ou por salário, consoante a praxe adotada em cada região.

§ 4.º As tabelas aprovadas para cada porto deverão mencionar o regime ou regimes adotados na remuneração do serviço.

Art. 271. Os serviços conexos com os de estiva, a bordo dos navios, tais como limpeza de porões, recheio de carga que não tenha de ser descarregada, e outros, serão executados pelo estivadores ou pelos trabalhadores em estiva de minério, conforme a especialidade, de preferência sindicalizados, julgados necessários pela entidade estivadora e mediante o pagamento de salários, constantes de tabelas aprovadas pela Comissão da Marinha Mercante.

Art. 272. As taxas de estiva compreenderão:

- 1) O montante por tonelagem, cubagem ou unidade de carga movimentada, a ser dividido pelos operários estivadores que executarem o serviço;
- 2) O montante por tonelagem, cubagem ou unidade das despesas em que incorre a entidade estivadora, por materiais de consumo, bem como pelas taxas de seguro e previdência, e outras eventuais;
- 3) A parcela correspondente à administração.

Art. 273. As tabelas referentes às taxas, de que trata o art. 270, farão as especificações das mesmas, com a respectiva incidência, e indicarão os seguintes valores:

- a) sob o título "Montante de mão de obra", o valor definido no inciso 1 do artigo anterior;
- b) sob o título "Montante da entidade estivadora", a soma dos valores das parcelas mencionadas nos incisos 2 e 3 do artigo anterior;
- c) sob o título "Taxas", o valor total da taxa que é a soma dos montantes indicados nas alíneas anteriores.

Parágrafo único. As tabelas de pagamento dos serviços de que trata o art. 271 especificarão os salários propriamente ditos e a remuneração da entidade estivadora pelas despesas correspondentes às parcelas mencionadas nos incisos 2 e 3 do artigo anterior.

Art. 274. A remuneração da mão de obra da estiva será dividida em quotas iguais, cabendo uma quota a cada operário estivador e uma meia quota a cada contramestre.

Art. 275. Quando a quantidade de mercadorias a manipular for tão pequena que não assegure, para cada operário estivador, o provento de meio dia, ao menos, do salário, os operários engajados perceberão a remuneração correspondente a meio dia de salário.

Parágrafo único. Se o trabalho a que se refere este artigo exceder, em duração, a meio dia de trabalho, e, em quantidade, a 30 toneladas, os operários perceberão a remuneração de um dia de trabalho.

Art. 276. Nenhuma remuneração será paga aos operários estivadores, ou às entidades estivadoras, durante as paralisações do trabalho produzidas por causas que lhes forem providamente imputadas.

Art. 277. Compete às autoridades incumbidas dos serviços de higiene e segurança do trabalho a determinação das operações perigosas e das cargas insalubres para as quais se imponha a majoração dos salários.

Art. 278. O horário de trabalho na estiva, em cada porto do País, será fixado pela respectiva Delegacia do Trabalho Marítimo. O dia, ou a noite, de trabalho terá a duração de oito horas e será dividido em dois turnos de quatro horas, separados por intervalo de uma a uma e meia hora, para refeição e repouso.

§ 1.º A entidade estivadora poderá prorrogar os turnos de trabalho por duas horas, remunerando-se o trabalho de prorrogação pelas taxas ou salários constantes das tabelas aprovadas, com um acréscimo de 20 % (vinte por cento) para cada hora suplementar.

§ 2.º Para ultimar o serviço de estiva dos grandes paquetes ou dos navios que estejam na iminência de perder a maré, e para não interromper o trabalho nos navios frigoríficos, a entidade estivadora poderá executar o serviço de estiva durante as horas destinadas às refeições dos operários, pagando-lhes, porem, como suplemento de remuneração, o dobro do salário correspondente à duração da refeição.

Art. 279. Os operários estivadores, matriculados nas Capitanias dos Portos, suas Delegacias e Agências, teem os seguintes direitos, alem dos concedidos pela legislação vigente:

- 1) revalidação anual das cadernetas de matrículas, desde que provem assiduidade e sejam julgados fisicamente aptos para o serviço;
- 2) remuneração regulada por taxas e salários constantes de tabelas aprovadas pelo governo.

§ 1.º Uma vez por ano serão os estivadores submetidos à inspeção de saúde, perante médicos do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva, afim de serem afastados aqueles cujas condições físicas não permitam, temporária ou definitivamente, a continuação no serviço. Quando se tratar de estivadores empregados em empresas de navegação e, como tal, contribuintes do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, a inspeção de saúde far-se-á nesse Instituto.

§ 2.º Verificada a incapacidade para o trabalho, terão os estivadores direito aos benefícios outorgados pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva, de conformidade com a legislação que rege a matéria, cabendo às Delegacias de Trabalho Marítimo cancelar, desde logo, a matrícula dos aposentados.

Art. 280. São deveres dos operários estivadores:

- 1) comparecer, com a necessária assiduidade e antecedência, aos postos habituais de trabalho, para o competente engajamento;
- 2) trabalhar com eficiência, para o rápido desembarço dos navios e bom aproveitamento da praça disponível;
- 3) acatar as instruções dos seus superiores hierárquicos;
- 4) manipular as mercadorias com o necessário cuidado, para evitar acidentes de trabalho e avarias;
- 5) não praticar, e não permitir que se pratique, o desvio de mercadorias nem contrabandos;
- 6) zelar pela boa conservação dos utensílios empregados no serviço;
- 7) manter, no local de serviço, um ambiente propício ao trabalho, pelo silêncio, respeito, correção e higiene;
- 8) não andar armado, não fumar no recinto do trabalho, nem fazer uso de álcool durante o serviço;
- 9) trazer o distintivo de que cogita o art. 269;
- 10) não se ausentar do trabalho sem prévia autorização dos seus superiores.

Art. 281. Sem prejuízo das penas previstas na legislação em vigor, os operários estivadores ficam sujeitos às seguintes penalidades:

- 1) suspensão de um a trinta dias, aplicável pelo delegado do Trabalho Marítimo, *ex-officio*, ou por proposta da entidade estivadora;
- 2) desconto de 10 (dez) cruzeiros a 200 (duzentos) cruzeiros, por avaria praticada dolosamente, aplicada pelo Delegado do Trabalho Marítimo, *ex-officio*, ou por proposta da entidade estivadora;
- 3) cancelamento da matrícula, aplicável pela Delegacia do Trabalho Marítimo aos reincidentes em faltas graves, após inquérito para apuração das faltas.

Art. 282. O serviço de estiva, será fiscalizado pelo presidente e demais membros do Conselho da Delegacia do Trabalho Marítimo diretamente ou por intermédio de fiscais da própria Delegacia — sendo facultada a assistência dos presidentes das entidades sindicais diretamente interessadas, — que permanecerão, pelo tempo que for preciso, no recinto do trabalho, e comparecerão nos locais onde se tornar necessária a sua presença.

Art. 283. Nenhum serviço ou organização profissional, além dos previstos em lei, podem intervir nos trabalhos da estiva.

Art. 284. Os casos omissos serão resolvidos em primeira instância, pelas Delegacias do Trabalho Marítimo, assegurado o direito de recurso das

decisões desta sem efeito suspensivo, para o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da respectiva notificação.

SECÇÃO IX

Das serviços de capatazias nos portos

Art. 285. A mão de obra do serviço de capatazias nos portos organizados será remunerado por unidade (tonelagem, ou cubagens ou quantidades de volumes), na conformidade do disposto nesta Secção.

Parágrafo único. Considera-se serviço de capatazias nos portos o realizado com a movimentação de mercadorias por pessoal da administração do porto, compreendendo:

I — Com relação à importação:

a) a descarga para o cais, das mercadorias tomadas no convés das embarcações;

b) o transporte dessas mercadorias até ao armazem ou local designado pela administração do porto, para seu depósito, inclusive o necessário empilhamento;

c) abertura dos volumes e manipulação das mercadorias para a conferência aduaneira, inclusive o reacondicionamento, no caso da mercadoria importada do estrangeiro;

d) o desemilhamento, transporte e entrega das mercadorias nas portas, ou portões dos armazens, alpendres ou pátios, onde estiverem sido depositadas ou junto dos vagões em que tenham de ser carregadas, nas linhas do porto.

II — Com relação à exportação:

a) o recebimento das mercadorias nas portas ou portões dos armazens, alpendres ou pátios da faixa interna do cais designada pela administração do porto, ou junto a vagões que as tenham transportado nas linhas do mesmo porto, até essa faixa interna do cais;

b) transporte das mercadorias desde o local do seu recebimento até junto da embarcação em que tiverem de ser carregadas;

c) o carregamento das mercadorias, desde o cais, até ao convés da embarcação;

Art. 286. A remuneração dos serviços de capatazias nos portos, salvo as execuções constantes dos §§ 2.º e 3.º do art. 280 será feita por meio de taxas, estabelecidas na base de tonelagem, cubagem ou unidades de mercadorias e aprovadas, para cada porto, pela Comissão da Marinha Mercante. As taxas deverão atender à espécie, peso ou volume e acondicionamento das mercadorias de acordo com o "manifesto", do qual será remetido, pelos concessionários dos portos organizados, uma via ao Sindicato dos Trabalhadores que realizarem os serviços na localidade.

Art. 287. As tabelas de taxas fixarão a quantidade dos trabalhadores, motoristas, feitores e conferentes, que comporão cada terno ou turma empregada na execução do serviço, distinguindo os casos de trabalhar um ou mais gindastes, por porão de navio, ou uma ou mais portas de armazem.

Parágrafo único. Quando condições especiais do serviço exigirem o aumento do número de trabalhadores fixados para compor as turmas, este aumento será feito, a critério das administrações dos portos, em coordenação com a entidade estivadora e a sua remuneração será idêntica à que couber aos trabalhadores componentes normais das turmas.

Art. 288. As taxas aprovadas para retribuir a mão de obra serão applicadas à quantidade de mercadorias movimentada por cada turma e o produto será dividido na razão de uma quota para cada trabalhador, uma para cada motorista interno do armazem, uma e meia para o feitor, uma e um quarto para o ajudante do feitor, uma e meia para cada motorista do guindaste do cais, uma e meia para cada conferente.

§ 1.º Estas quotas poderão ser modificadas de sorte a melhor se adaptarem à composição dos turnos ou turmas, ora vigentes nos portos.

§ 2.º Quando o serviço de capatazias não começar na hora para que tenham sido escalados os operários, ou quando for interrompido por motivo de chuvas ou, ainda, quando obrigar a espera e delongas, devidas à agitação das águas, os operários escalados perceberão pelo tempo de paralisação ou de espera a metade dos salários que estiverem em vigor.

§ 3.º Quando o serviço de capatazias não começar à hora ou for paralisado por mais de 20 minutos consecutivos, por falta estranha aos operários e da responsabilidade de terceiros, os operários escalados perceberão o tempo que ficarem paralisados, na base dos salários vigentes, cabendo às administrações dos portos, se não forem elas as responsáveis, o direito de cobrar a quantia paga pela inatividade à entidade que motivar a paralisação.

§ 4.º Quando a quantidade de mercadorias a manipular por uma turma for tão pequena que não assegure, para cada um dos operários e empregados escalados, o provento de meio dia de salário, ao menos, os operários e empregados perceberão a remuneração correspondente ao meio dia de salário vigente.

§ 5.º Se o trabalho a que se refere o parágrafo anterior exceder em duração a meio dia de trabalho e, em quantidade, a 30 toneladas, os operários perceberão a remuneração por salário, correspondente ao número de horas da efetiva duração do serviço.

§ 6.º Os operários mensalistas e os diaristas que, à data do decreto-lei n. 3.844, de 20 de novembro de 1941, tinham direito a determinada remuneração mínima mensal, continuarão com este direito assegurado e, sempre que no decurso do mês perceberem remuneração por unidade inferior à remuneração mínima anteriormente assegurada, deverão ser pagos da diferença pelos concessionários do porto.

Art. 289. As operações componentes do serviço de capatazias, como abertura de volumes para conferência, reacondicionamento de mercadorias conferidas e outras, que não digam com a presteza da carga e descarga das embarcações, e assim também os serviços conexos com os de capatazias, como limpeza de armazem, beneficiamento de mercadorias e outros, poderão ser remunerados na base dos salários em vigor.

Art. 290. Os operários escalados são obrigados a trabalhar durante as horas normais do serviço diurno e noturno e nas prorrogações aqui previstas, em um ou mais armazens, vagões ou embarcações.

Art. 291. O horário de trabalho do porto deverá ser o mesmo para a fiscalização aduaneira, o serviço de capatazias e o de estiva e será fixado pela Delegacia do Trabalho Marítimo. O dia ou a noite de trabalho terá a duração de oito horas de sessenta minutos e será dividido em dois turnos de quatro horas, separados pelo intervalo de uma a uma e meia hora, para refeição e repouso.

§ 1.º O concessionário do porto poderá prorrogar os turnos de trabalho por duas horas, remunerando o trabalho pelas taxas ou salários constantes das tabelas aprovadas, com um acréscimo de 20 % para cada hora suplementar.

§ 2.º Para ultimar a carga ou descarga dos grandes paquetes ou dos navios que estejam na iminência de perder a maré, e para não interromper o trabalho dos navios frigoríficos, o concessionário do porto poderá executar o serviço de capatazias durante as horas destinadas às refeições dos operários, pagando-lhes, porém, como suplemento de remuneração, o dobro do salário correspondente à duração da refeição.

§ 3.º O trabalho à noite e aos domingos e feriados será considerado extraordinário e, como tal, pago com um acréscimo de 25 % sobre o salário mensal.

Art. 292. As taxas de capatazias serão da responsabilidade dos donos das mercadorias, os dispêndios extraordinários, porém, que por esse serviço pagar o concessionário do porto na forma do § 2.º do art. 288, e do § 2.º do art. 291 serão debitados aos armadores que houverem requisitado o serviço, acrescida de 10 % (dez por cento) à despesa.

SECÇÃO X

Do trabalho em minas de sub-solo

Art. 293. A duração normal do trabalho efetivo para os empregados em minas no subsolo não excederá de seis horas diárias ou de trinta e seis semanais.

Art. 294. O tempo despendido pelo empregado da boca da mina ao local do trabalho e vice-versa será computado para o efeito de pagamento do salário.

Art. 295. A duração normal do trabalho efetivo no sub-solo poderá ser elevada até oito horas diárias ou quarenta e oito semanais, mediante acordo escrito entre empregado e empregador ou contrato coletivo do trabalho, sujeita essa prorrogação a prévia licença da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho.

Parágrafo único. A duração normal do trabalho efetivo no sub-solo, poderá ser inferior a seis horas diárias, por determinação da autoridade de que trata este artigo, tendo em vista condições locais de insalubridade e os métodos e processos do trabalho adotado.

Art. 296. A remuneração da hora prorrogada será no mínimo 25 % superior à da hora normal e deverá constar do acordo ou contrato coletivo de trabalho.

Art. 297. Ao empregado no sub-solo será fornecida pelas empresas exploradoras de minas, alimentação adequada à natureza do trabalho, de acordo com as instruções estabelecidas pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social e aprovadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 298. Em cada período de três horas consecutivas de trabalho, será obrigatória uma pausa de quinze minutos para repouso, a qual será computada na duração normal de trabalho efetivo.

Art. 299. Quando nos trabalhos de sub-solo ocorrer acontecimentos que possam comprometer a vida ou saúde do empregado, deverá a empresa comunicar o fato imediatamente à autoridade Regional do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 300. Sempre que, por motivo de saúde, for necessária a transferência do empregado dos serviços no sub-solo para os de superfície, fica-lhe asse-

gurado o salário atribuído ao trabalhador de superfície, em serviço equivalente, respeitada a capacidade profissional do empregado transferido.

Parágrafo único. No caso de recusa por parte do empregado em atender à transferência de que trata o artigo anterior, será ouvida a autoridade competente em matéria de higiene do trabalho, que decidirá a respeito.

Art. 301. O trabalho no sub-solo somente será permitido a homens, com idade compreendida entre vinte e um e cinquenta anos, assegurada a transferência para a superfície nos termos previstos no artigo anterior.

SECÇÃO XI

Dos Jornalistas Profissionais

Art. 302. Os dispositivos da presente Secção se aplicam aos que nas empresas jornalísticas prestem serviços como jornalistas, revisores, fotógrafos, ou na ilustração, com as exceções nele previstas.

§ 1.º Entende-se como jornalista o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação de notícias e artigos e à organização, orientação e direção desse trabalho.

§ 2.º Consideram-se empresas jornalísticas, para os fins desta secção, aquelas que têm a seu cargo a edição de jornais, revistas, boletins e periódicos, ou a distribuição de noticiário, e, ainda, a radiodifusão em suas secções destinadas à transmissão de notícias e comentários.

Art. 303. A duração normal do trabalho dos empregados compreendidos nesta Secção não deverá exceder de cinco horas, tanto de dia como à noite.

Art. 304. Poderá a duração normal do trabalho ser elevada a sete horas, mediante acordo escrito, em que se estipule aumento de ordenado, correspondente ao excesso do tempo de trabalho, e em que se fixe um intervalo destinado à repouso ou a refeição.

Parágrafo único. Para atender a motivos de força maior, poderá o empregado prestar serviços por mais tempo do que aquele permitido nesta Secção. Em tais casos, porém, o excesso deve ser comunicado à Divisão de Fiscalização do Departamento Nacional do Trabalho ou às Delegacias Regionais, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro de cinco dias, com a indicação expressa dos seus motivos.

Art. 305. As horas de serviço extraordinário, quer as prestadas em virtude de acordo, quer as que derivam das causas previstas no parágrafo único do artigo anterior, não poderão ser remuneradas com quantia inferior à que resulta do quociente da divisão da importância do salário mensal, por 150 (cento e cinquenta), para os mensalistas, e do salário diário por 5 (cinco) para os diaristas, acrescido de, pelo menos, 25 % (vinte e cinco por cento).

Art. 306. Os dispositivos dos arts. 303, 304 e 305 não se aplicam àqueles que exercem as funções de redator-chefe, secretário, sub-secretário, chefe e sub-chefe de revisão, chefe de oficina, de ilustração e chefe de portaria.

Parágrafo único. Não se aplicam, do mesmo modo, os artigos acima referidos aos que se ocuparem unicamente em serviços externos.

Art. 307. A cada seis dias de trabalho efetivo corresponderá um dia de descanso, obrigatório, que coincidirá com o domingo, salvo acordo escrito em contrário, no qual será expressamente estipulado o dia em que se deve verificar o descanso.

Art. 308. Em seguida a cada período diário de trabalho haverá um intervalo mínimo de dez horas, destinado ao repouso.

Art. 309. Será computado como de trabalho efetivo o tempo em que o empregado estiver à disposição do empregador.

Art. 310. Somente poderão ser admitidos ao serviço das empresas jornalísticas, como jornalistas, locutores, revisores e fotógrafos os que exhibirem prova de sua inscrição no Registo de Profissão Jornalística, a cargo do Serviço de Identificação Profissional do Departamento Nacional do Trabalho no Distrito Federal, e das Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados e Território do Acre.

Art. 311. Para o registo de que trata o artigo anterior, deve o requerente exhibir os seguintes documentos:

- a) prova de nacionalidade brasileira;
- b) folha corrida;
- c) prova de que não responde a processo ou não sofreu condenação por crime contra a segurança nacional;
- d) carteira profissional.

§ 1.º Aos profissionais devidamente registados será feita a necessária declaração na carteira profissional.

§ 2.º Aos novos empregados será concedido o prazo de 60 dias para a apresentação da carteira profissional, fazendo-se o registo condicionado a essa apresentação e expedindo-se um certificado provisório para aquele período.

Art. 312. O registo dos diretores-proprietários de jornais será feito, no Distrito Federal e nos Estados, e independentemente da exigência constante do art. 311, letra d, da presente secção.

§ 1.º A prova de profissão, apresentada pelo diretor-proprietário juntamente com os demais documentos exigidos, consistirá em uma certidão, fornecida nos Estados e Território do Acre, pelas Juntas Comerciais ou Cartórios, e, no Distrito Federal, pela secção competente do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 2.º Aos diretores-proprietários regularmente inscritos será fornecido um certificado, do qual deverão constar o livro e a folha em que houver sido feito o registo.

Art. 313. Aqueles que, sem carater profissional, exercerem atividades jornalísticas, visando fins culturais, científicos ou religiosos, poderão promover sua inscrição como jornalistas, na forma desta secção.

§ 1.º As repartições competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio manterão, para os fins do artigo anterior, um registo especial, anexo ao dos jornalistas profissionais, nele inscrevendo os que satisfaçam os requisitos das alíneas a, b e c do artigo 311 e apresentem prova do exercício de atividade jornalística não profissional, o que poderá ser feito por meio de atestado de associação cultural, científica ou religiosa idônea.

§ 2.º O pedido de registo será submetido a despacho do ministro que, em cada caso, apreciará o valor da prova oferecida.

§ 3.º O registo de que trata o presente artigo tem carater puramente declaratório e não implica no reconhecimento de direitos que decorrem do exercício remunerado e profissional do jornalismo.

Art. 314. Excetuam-se do disposto no artigo anterior os favores da alínea c do art. 7.º do regulamento aprovado pelo decreto n. 3.590, de

11 de janeiro de 1939, substituída a carteira profissional pelo certificado de registo concedido pela repartição competente.

Art. 315. O Governo Federal, de acordo com os governos estaduais, promoverá a criação de escolas de preparação ao jornalismo, destinadas à formação dos profissionais da imprensa.

Art. 316. A empresa jornalística que deixar de pagar pontualmente, e na forma acordada, os salários devidos a seus empregados, terá suspenso o seu funcionamento, até que se efetue o pagamento devido.

Parágrafo único. Para os efeitos do cumprimento deste artigo deverão os prejudicados reclamar contra a falta de pagamento perante a autoridade competente e, proferida a condenação, desde que a empresa não a cumpra, ou, em caso de recurso, não deposite o valor da indenização, a autoridade que proferir a condenação oficiará à autoridade competente, para a suspensão da circulação do jornal.

Em igual pena de suspensão incorrerá a empresa que deixar de recolher as contribuições devidas às instituições de previdência social.

SECÇÃO XII

Dos Professores

Art. 317. O exercício remunerado do magistério em estabelecimentos particulares de ensino exigirá, além das condições de habilitação estabelecidas pela competente legislação, o registo no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que será feito, no Distrito Federal, no Departamento Nacional do Trabalho e, nos Estados e no Território do Acre, nos respectivos órgãos regionais.

§ 1.º Far-se-á o registo de que trata este artigo uma vez que o interessado apresente os documentos seguintes:

a) certificado de habilitação para o exercício do magistério, expedido pelo Ministério da Educação e Saúde, ou pela competente autoridade estadual ou municipal.

b) carteira de identidade;

c) folha corrida;

d) atestado, firmado por pessoa idônea, de que não responde a processo nem sofreu condenação por crime de natureza infamante;

e) atestado de que não sofre de doença contagiosa, passado por autoridade sanitária competente.

§ 2.º Dos estrangeiros serão exigidos, além dos documentos indicados nas alíneas a, c e e do parágrafo anterior, estes outros:

a) carteira de identidade de estrangeiro;

b) atestado de bons antecedentes, passado por autoridade policial competente.

§ 3.º Tratando-se de membros de congregação religiosa, será dispensada a apresentação de documentos indicados nas alíneas c e d do § 1.º e, quando estrangeiros, será o documento referido na alínea b do § 1.º substituído por atestado do bispo diocesano ou de autoridade equivalente.

Art. 318. Num mesmo estabelecimento de ensino, não poderá o professor dar, por dia, mais de quatro aulas consecutivas, nem mais de seis, intercaladas.

Art. 319. Aos professores é vedado, aos domingos, a regência de aulas e o trabalho em exames.

Art. 320. A remuneração dos professores será fixada pelo número de aulas semanais, na conformidade dos horários.

§ 1.º O pagamento far-se-á mensalmente, considerando-se para este efeito cada mês constituído de quatro semanas e meia.

§ 2.º Vencido cada mês, será descontada, na remuneração dos professores, a importância correspondente ao número de aulas a que tiverem faltado.

§ 3.º Não serão descontados, no decurso de nove dias, as faltas verificadas por motivo de gala ou de luto em consequência de falecimento do cônjuge, do pai ou mãe, ou de filho.

Art. 321. Sempre que o estabelecimento de ensino tiver necessidade de aumentar o número de aulas marcado nos horários, remunerará o professor, findo cada mês, com uma importância correspondente ao número de aulas excedentes.

Art. 322. No período de exames e no de férias, será paga mensalmente aos professores remuneração correspondente à quantia a eles assegurada, na conformidade dos horários, durante o período de aulas.

§ 1.º Não se exigirá dos professores, no período de exames, a prestação de mais de oito horas de trabalho diário salvo mediante o pagamento complementar de cada hora excedente pelo preço correspondente ao de uma aula.

§ 2.º No período de férias, não se poderá exigir dos professores outro serviço senão o relacionado com a realização de exames.

Art. 323. Não será permitido o funcionamento do estabelecimento particular de ensino que não remunere condignamente os seus professores, ou não lhes pague pontualmente a remuneração de cada mês.

Parágrafo único. Compete ao Ministério da Educação e Saúde fixar os critérios para a determinação da condigna remuneração devida aos professores bem como assegurar a execução do preceito estabelecido no presente artigo.

Art. 324. Os estabelecimentos particulares de ensino, para o efeito da fiscalização dos dispositivos aqui contidos, são obrigados a manter afixado na secretaria, em lugar visível, o quadro de seu corpo docente, do qual conste o nome de cada professor, o número de seu registo e o de sua carteira profissional e o horário respectivo.

Parágrafo único. Cada estabelecimento deverá possuir, escriturado em dia, um livro de registo, do qual constem os dados referentes aos professores, quanto à sua identidade, registo, carteira profissional, data de admissão, condições de trabalho, e quaisquer outras anotações que por lei devam ser feitas, bem como a data de sua saída quando deixarem o estabelecimento.

SECÇÃO XIII

Dos Químicos

Art. 325. É livre o exercício da profissão de químico em todo o território da República, observadas as condições de capacidade técnica e outras exigências previstas na presente Secção:

a) aos possuidores de diploma de químico, químico industrial, químico industrial agrícola, ou engenheiro químico, concedido, no Brasil, por escola oficial ou oficialmente reconhecida;

b) aos diplomados em química por instituto estrangeiro, de ensino superior, que tenham de acordo com a lei e a partir de 14 de julho de 1934 revalidado os seus diplomas;

c) aos que, ao tempo da publicação do decreto número 24.693, de 12 de julho de 1934, se achavam no exercício efetivo de função pública ou particular, para a qual seja exigida a qualidade de químico e que tenham requerido o respectivo registo até a extinção do prazo fixado pelo decreto-lei n. 2.298, de 10 de junho de 1940.

§ 1.º Aos profissionais incluídos na alínea c deste artigo, se dará, para os efeitos da presente Secção, a denominação de "licenciados".

§ 2.º O livre exercício da profissão de que trata o presente artigo só é permitido a estrangeiros, quando compreendidos:

a) nas alíneas a e b, independentemente de revalidação do diploma, se exerciam legitimamente na República, a profissão de químico em a data da promulgação da Constituição de 1934;

b) na alínea b, se a seu favor militar a existência de reciprocidade internacional, admitida em lei, para o reconhecimento dos respectivos diplomas;

c) na alínea c, satisfeitas as condições nela estabelecidas.

§ 1.º O livre exercício da profissão a brasileiros naturalizados está subordinado à prévia prestação do serviço militar, no Brasil.

§ 2.º Só aos brasileiros natos é permitida a revalidação dos diplomas de químicos, expedidos por institutos estrangeiros de ensino superior.

Art. 326. Todo aquele que exercer ou pretender exercer as funções de químico, é obrigado ao uso da carteira profissional, devendo os profissionais, que se encontrarem nas condições das alíneas a e b do art. 325, registar os seus diplomas de acordo com a legislação vigente.

§ 1.º A requisição de carteiras profissionais para uso dos químicos, além do disposto no capítulo "Da Identificação Profissional", somente será processada mediante apresentação dos seguintes documentos que provem:

a) ser o requerente brasileiro, nato ou naturalizado, ou estrangeiro;

b) estar, se for brasileiro, de posse dos direitos civis e políticos;

c) ter diploma de químico, químico industrial, químico industrial agrícola, ou engenheiro químico, expedido por escola superior oficial ou oficializada;

d) ter, se diplomado estrangeiro, o respectivo diploma revalidado nos termos da lei;

e) haver, o que for brasileiro naturalizado, prestado serviço militar no Brasil;

f) achar-se, o estrangeiro, ao ser promulgada a Constituição de 1934, exercendo legitimamente, na República, a profissão de químico, ou concorrer a seu favor a existência de reciprocidade internacional, admitida em lei, para o reconhecimento dos diplomas dessa especialidade.

§ 2.º A requisição de que trata o parágrafo anterior deve ser acompanhada:

a) do diploma devidamente autenticado, no caso da alínea b do artigo precedente, e com as firmas reconhecidas no país de origem e na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, ou da respectiva certidão, bem como do título de revalidação, ou certidão respectiva, de acordo com a legislação em vigor;

b) do certificado ou atestado comprobatório de se achar o requerente, na hipótese da alínea c do referido artigo, ao tempo da publicação do decreto n. 24.693, de 12 de julho de 1934, no exercício efetivo de função pública, ou particular, para a qual seja exigida a qualidade de químico, devendo esses documentos ser autenticados pelo delegado regional do trabalho, quando se referirem a requerentes moradores nas capitais dos Estados, ou coletor federal, no caso de residirem os interessados nos municípios do interior;

c) de três exemplares de fotografia exigida pelo artigo 329 e de uma folha com as declarações que devam ser lançadas na carteira profissional, de conformidade com o disposto nas alíneas do mesmo artigo e seu parágrafo único.

§ 3.º Reconhecida a validade dos documentos apresentados, o Serviço de Identificação Profissional do Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, ou os órgãos regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados e no Território do Acre, registrarão, em livros próprios, os documentos a que se refere a alínea c do § 1.º e, juntamente com a carteira profissional emitida, os devolverão ao interessado.

Art. 327. Além dos emolumentos fixados no Capítulo "Da Identificação Profissional", o registro do diploma fica sujeito à taxa de 30 cruzeiros.

Art. 328. Só poderão ser admitidos a registro os diplomas, certificados de diplomas, cartas e outros títulos, bem como atestados e certificados, que estiverem na devida forma e cujas firmas hajam sido regularmente reconhecidas por tabelião público e, sendo estrangeiros, pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, acompanhados estes últimos da respectiva tradução, feita por intérprete comercial brasileiro.

Parágrafo único. O Departamento Nacional do Trabalho e as Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados, publicarão, periodicamente, a lista dos químicos registrados na forma desta Secção.

Art. 329. A cada inscrito, e como documento comprobatório do registro, será fornecida pelo Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, ou pelas Delegacias Regionais, nos Estados e no Território do Acre, uma carteira profissional numerada, que, além da fotografia, medindo 3 por 4 centímetros, tirada de frente, com a cabeça descoberta, e das impressões do polegar, conterá as declarações seguintes:

- a) o nome por extenso;
- b) a nacionalidade, e, se estrangeiro, a circunstância de ser ou não naturalizado;
- c) a data e lugar do nascimento;
- d) a denominação da escola em que houver feito o curso;
- e) a data da expedição do diploma e o número do registro no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;
- f) a data da revalidação do diploma, se de instituto estrangeiro;
- g) a especificação, inclusive, data de outro título ou títulos de habilitação;
- h) a assinatura do inscrito.

Parágrafo único. A carteira destinada aos profissionais a que se refere o § 1.º do art. 325 deverá, em vez das declarações indicadas nas alíneas d, e e f deste artigo, e além do título — licenciado — posto em destaque, conter a menção do título de nomeação ou admissão e respectiva data, se funcionário público, ou do atestado relativo ao exercício, na qualidade de químico, de

um cargo em empresa particular, com designação desta e da data inicial do exercício.

Art. 330. A carteira profissional, expedida nos termos desta secção, é obrigatória para o exercício da profissão, substitue em todos os casos o diploma ou título e servirá de carteira de identidade, e sua apresentação será exigida pelas autoridades federais, estaduais e municipais, para a assinatura de contratos, ou de termos de posse de cargos públicos e para o desempenho de quaisquer funções inerentes à profissão de químico.

Art. 331. Nenhuma autoridade poderá receber impostos relativos ao exercício profissional de químico, senão à vista da prova de que o interessado se acha registrado de acordo com a presente secção, e essa prova será também exigida para a realização de concursos periciais e todos os outros atos oficiais que exijam capacidade técnica de químico.

Art. 332. Quem, mediante anúncios, placas, cartões comerciais ou outros meios capazes de ser identificados, se propuser ao exercício da química em qualquer dos seus ramos, sem que esteja devidamente registrado, fica sujeito às penalidades applicaveis ao exercício ilegal da profissão.

Art. 333. Os profissionais a que se referem os dispositivos anteriores só poderão exercer legalmente as funções de químicos depois de satisfizerem as obrigações constantes do art. 330 desta secção.

Art. 334. O exercício da profissão de químico compreende:

- a) a fabricação de produtos e sub-produtos químicos em seus diversos graus de pureza;
- b) a análise química, a elaboração de pareceres, atestados e projetos da especialidade, e sua execução, pericia civil ou judiciária sobre essa matéria, a direção e a responsabilidade de laboratórios ou departamentos químicos, de indústria e empresas comerciais;
- c) o magistério nas cadeiras de química dos cursos superiores especializados em química;
- d) a engenharia química.

§ 1.º Aos químicos, químicos industriais e químicos industriais agrícolas que estejam nas condições estabelecidas no art. 325, alíneas a e b, compete o exercício das atividades definidas nos itens a, b e c deste artigo, sendo privativa dos engenheiros químicos a do item d.

§ 2.º Aos que estiverem nas condições do art. 325, alíneas a e b, compete, como aos diplomados em medicina ou farmácia, as atividades definidas no art. 2.º, alíneas d, e e f, do decreto n. 20.377, de 8 de setembro de 1931, cabendo aos agrônomos e engenheiros agrônomos as que se acham especificadas no art. 6.º, alínea h, do decreto n. 23.196, de 12 de outubro de 1933.

Art. 335. É obrigatória a admissão de químicos nos seguintes tipos de indústria:

- a) de fabricação de produtos químicos;
- b) que mantenham laboratório de controle químico;
- c) de fabricação de produtos industriais que são obtidos por meio de reações químicas dirigidas, tais como: cimento, açúcar e álcool, vidro, cortume, massas plásticas artificiais, explosivos, derivados de carvão ou de petróleo, refinação de óleos vegetais ou minerais, sabão, celulose e derivados.

Art. 336. No preenchimento de cargos públicos, para os quais se faz mister a qualidade de químico, ressalvadas as especializações referidas no § 2.º do art. 334, a partir da data da publicação do decreto n. 24.693, de

12 de julho de 1934, requer-se, como condição essencial, que os candidatos previamente hajam satisfeito as exigências do art. 333 desta Secção.

Art. 337. Fazem fé pública os certificados de análises químicas, pareceres, atestados, laudos de perícias e projetos relativos a essa especialidade, assinados por profissionais que satisfaçam as condições estabelecidas nas alíneas a e b do art. 325.

Art. 338. É facultado aos químicos que satisfizerem as condições constantes do art. 325, alíneas a e b, o ensino da especialidade a que se dedicarem, nas escolas superiores, oficiais ou oficializadas.

Parágrafo único. Na hipótese de concurso para o provimento de cargo ou emprego público, os químicos a que este artigo se refere terão preferência, em igualdade de condições.

Art. 339. O nome de químico responsável pela fabricação dos produtos de uma fábrica, usina ou laboratório, deverá figurar nos respectivos rótulos, faturas e anúncios, compreendida entre estes últimos a legenda impressa em cartas e sobrecartas.

Art. 340. Somente os químicos habilitados, nos termos do art. 325, alíneas a e b, poderão ser nomeados *ex-officio* para os exames periciais de fábricas, laboratórios e usinas e de produtos aí fabricados.

Parágrafo único. Não se acham compreendidos no artigo anterior os produtos farmacêuticos e os laboratórios de produtos farmacêuticos.

Art. 341. Cabe aos químicos habilitados, conforme estabelece o art. 325, alíneas a e b, a execução de todos os serviços que, não especificados no presente regulamento, exijam por sua natureza o conhecimento de química.

Art. 342. A fiscalização do exercício da profissão de químico incumbe ao Departamento Nacional do Trabalho no Distrito Federal e às autoridades regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados e no Território do Acre.

Art. 343. São atribuições dos órgãos de fiscalização:

a) examinar os documentos exigidos para o registro profissional de que trata o art. 326 e seus §§ 1.º e 2.º e o art. 327, proceder à respectiva inscrição e indeferir o pedido dos interessados que não satisfizerem as exigências desta Secção;

b) registrar as comunicações e contratos, a que aludem o art. 350 e seus parágrafos e dar as respectivas baixas;

c) verificar o exato cumprimento das disposições desta Secção, realizando as investigações que forem necessárias bem como o exame dos arquivos, livros de escrituração, folhas de pagamento, contratos e outros documentos de uso de firmas ou empresas industriais ou comerciais, em cujos serviços tome parte um ou mais profissionais que desempenhem função para a qual se deva exigir a qualidade de químico.

Art. 344. Aos sindicatos de químicos devidamente reconhecidos é facultado auxiliar a fiscalização, no tocante à observância da alínea c do artigo anterior.

Art. 345. Verificando-se, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, serem falsos os diplomas ou outros títulos dessa natureza, atestados, certificados e quaisquer documentos exibidos para os fins de que trata esta Secção, incorrerão os seus autores e cúmplices nas penalidades estabelecidas em lei.

Parágrafo único. A falsificação de diploma ou outros quaisquer títulos, uma vez verificada, será imediatamente comunicada ao Serviço de Identificação Profissional, do Departamento Nacional do Trabalho, remetendo-se-lhe os documentos falsificados, para instauração do processo que no caso couber.

Art. 346. Será suspenso do exercício de suas funções, independentemente de outras penas em que possa incorrer, o químico, inclusive o licenciado, que incidir em alguma das seguintes faltas:

a) revelar improbidade profissional, dar falso testemunho, quebrar o sigilo profissional e promover falsificações, referentes à prática de atos de que trata esta Secção;

b) concorrer com seus conhecimentos científicos para a prática de crime ou atentado contra a pátria, a ordem social ou a saúde pública;

c) deixar, no prazo marcado nesta secção, de requerer a revalidação e registro do diploma estrangeiro, ou o seu registro profissional no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parágrafo único. O tempo de suspensão a que alude este artigo variará entre um mês e um ano, a critério do Departamento Nacional do Trabalho, após processo regular, ressalvada a ação da justiça pública.

Art. 347. Aqueles que exercerem a profissão de químico sem ter preenchido as condições do art. 325 e suas alíneas, nem promovido o seu registro, nos termos do art. 326, incorrerão na multa de 200 cruzeiros a 5.000 cruzeiros, que será elevada ao dobro, no caso de reincidência.

Art. 348. Aos licenciados a que alude o § 1.º do art. 325, poderão, por ato do Departamento Nacional do Trabalho, sujeito à aprovação do ministro, ser cassadas as garantias asseguradas por esta Secção, desde que interrompam, por motivo de falta prevista no art. 346, a função pública ou particular em que se encontravam por ocasião da publicação do decreto n. 24.693, de 12 de julho de 1934.

Art. 349. O número de químicos estrangeiros a serviço de particulares, empresas ou companhias não poderá exceder de 1/3 ao dos profissionais brasileiros compreendidos nos respectivos quadros.

Art. 350. O químico que assumir a direção técnica ou cargo de químico de qualquer usina, fábrica, ou laboratório industrial ou de análise deverá, dentro de 24 horas e por escrito, comunicar essa ocorrência ao órgão fiscalizador, contraindo, desde essa data, a responsabilidade da parte técnica referente à sua profissão, assim como a responsabilidade técnica dos produtos manufaturados.

§ 1.º Firmando-se contrato entre o químico e o proprietário da usina, fábrica ou laboratório, será esse documento apresentado, dentro do prazo de 30 dias, para registro, ao órgão fiscalizador.

§ 2.º Comunicação idêntica à de que trata a primeira parte deste artigo fará o químico, quando deixar a direção técnica ou o cargo de químico, em cujo exercício se encontrava, afim de ressaltar a sua responsabilidade e fazer-se o cancelamento do contrato. Em caso de falência do estabelecimento, a comunicação será feita pela firma proprietária.

SECÇÃO XIV

Das penalidades

Art. 351. Os infratores dos dispositivos do presente capítulo incorrerão na multa de cinquenta a cinco mil cruzeiros, segundo a natureza da infração, sua extensão e a intenção de quem a praticou, aplicada em dobro no caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.

Parágrafo único. São competentes para impor penalidades as autoridades de 1.ª instância incumbidas da fiscalização dos preceitos constantes do presente capítulo.

CAPÍTULO II

DA NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO

SEÇÃO I

Da proporcionalidade de empregados brasileiros

Art. 352. As empresas, individuais ou coletivas, que explorem serviços públicos dados em concessão, ou que exerçam atividades industriais ou comerciais, são obrigadas a manter, no quadro do seu pessoal, quando composto de três ou mais empregados, uma proporção de brasileiros não inferior à estabelecida no presente capítulo.

§ 1.º Sob a denominação geral de atividades industriais e comerciais compreende-se, além de outras que venham a ser determinadas em portaria do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, as exercidas:

- a) nos estabelecimentos industriais em geral;
- b) nos serviços de comunicações, de transportes terrestres, marítimos, fluviais, lacustres e aéreos;
- c) nas garages, oficinas de reparos e postos de abastecimento de automóveis e nas cocheiras;
- d) na indústria da pesca;
- e) nos estabelecimentos comerciais em geral;
- f) nos escritórios comerciais em geral;
- g) nos estabelecimentos bancários, ou de economia coletiva, nas empresas de seguros e nas de capitalização;
- h) nos estabelecimentos jornalísticos, de publicidade, e de rádio-difusão;
- i) nos estabelecimentos de ensino remunerado, excluído os que nele trabalhem por força de voto religioso;
- j) nas drogarias e farmácias;
- k) nos salões de barbeiro ou cabelereiro e de beleza;
- l) nos estabelecimentos de diversões públicas, excluídos os elencos teatrais, e nos clubes esportivos;
- m) nos hotéis, restaurantes, bars e estabelecimentos congêneres;
- n) nos estabelecimentos hospitalares e fisioterápicos cujos serviços sejam remunerados, excluídos os que neles trabalhem por força de voto religioso;
- o) nas empresas de mineração.

§ 2.º Não se acham sujeitos às obrigações da proporcionalidade as indústrias rurais, as que, em zona agrícola, se destinem ao beneficiamento ou transformação de produtos da região, e as atividades industriais de natureza extrativa, salvo a mineração.

Art. 353. Equiparam-se aos brasileiros para os fins deste capítulo e ressalvado o exercício de profissões reservadas aos brasileiros natos ou aos brasileiros em geral, os estrangeiros que, residindo no país há mais de dez anos, tenham cônjuge ou filho brasileiro.

Art. 354. A proporcionalidade será de dois terços de empregados brasileiros, podendo, entretanto, ser fixada proporcionalidade inferior, em atenção às circunstâncias especiais de cada atividade, mediante ato do Poder Executivo, e depois de devidamente apurada pelo Departamento Nacional do Trabalho e pelo Serviço de Estatística de Previdência e Trabalho a insuficiência do número de brasileiros na atividade de que se tratar.

Parágrafo único. A proporcionalidade é obrigatória não só em relação à totalidade do quadro de empregados, com as exceções desta lei, como ainda em relação à correspondente folha de salários.

Art. 355. Consideram-se como estabelecimentos autônomos, para os efeitos da proporcionalidade a ser observada, as sucursais, filiais e agências em que trabalhem três ou mais empregados.

Art. 356. Sempre que uma empresa ou indivíduo explore atividades sujeitas a proporcionalidades diferentes, observar-se-á, em relação a cada uma delas, a que lhe corresponder.

Art. 357. Não se compreendem na proporcionalidade os empregados que exerçam funções técnicas especializadas, desde que, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, haja falta de trabalhadores nacionais.

Art. 358. Nenhuma empresa, ainda que não sujeita à proporcionalidade, poderá pagar a brasileiro que exerça função análoga, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, à que é exercida por estrangeiro a seu serviço, salário inferior ao deste, excetuando-se os casos seguintes:

a) quando, nos estabelecimentos que não tenham quadros de empregados organizados em carreira, o brasileiro contar menos de dois anos de serviço, e o estrangeiro mais de dois anos;

b) quando, mediante aprovação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, houver quadro organizado em carreira em que seja garantido o acesso por antiguidade;

c) quando o brasileiro for aprendiz, ajudante ou servente, e não o for o estrangeiro;

d) quando a remuneração resultar de maior produção, para os que trabalham à comissão ou por tarefa.

Parágrafo único. Nos casos de falta ou cessação de serviço, a dispensa do empregado estrangeiro deve preceder à de brasileiro que exerça função análoga.

SEÇÃO II

Das relações anuais de empregados

Art. 359. Nenhuma empresa poderá admitir a seu serviço empregado estrangeiro sem que este exiba a carteira de identidade de estrangeiro devidamente anotada.

Parágrafo único. A empresa é obrigada a assentar no registro de empregados os dados referentes à nacionalidade de qualquer empregado estrangeiro e o número da respectiva carteira de identidade.

Art. 360. Toda empresa compreendida na enumeração do art. 352, § 1.º, deste capítulo, qualquer que seja o número de seus empregados deve apresentar anualmente às repartições competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de 2 de maio a 30 de julho, uma relação, em três vias, de todos os seus empregados, segundo o modelo que for expedido.

§ 1.º As relações terão, na 1.ª via, o selo de três cruzeiros pela folha inicial e dois cruzeiros por folha excedente, além do selo do Fundo de Educação, e nelas será assinalada, em tinta vermelha, a modificação havida com referência à última relação apresentada. Se se tratar de nova empresa, a relação encimada pelos dizeres — Primeira Relação — deverá ser feita dentro de 30 dias de seu registro no Departamento Nacional da Indústria e Comércio ou repartições competentes.

§ 2.º A entrega das relações far-se-á diretamente às repartições competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ou, onde não as houver, às Coletorias Federais, que as remeterão desde logo àquelas repar-

tições. A entrega operar-se-á contra recibo especial, cuja exibição é obrigatória, em caso de fiscalização, enquanto não for devolvida ao empregador a via autenticada da declaração.

§ 3.º Quando não houver empregado far-se-á declaração negativa.

Art. 361. Apurando-se, das relações apresentadas, qualquer infração, será concedido ao infrator o prazo de dez dias para defesa, seguindo-se o despacho pela autoridade competente.

Art. 362. As repartições a que competir a fiscalização do presente capítulo manterão fichário especial de empresas, do qual constem as anotações referentes ao cumprimento do mesmo capítulo, e fornecerão aos interessados as certidões de quitação que se tornarem necessárias, no prazo de trinta dias, contados da data do pedido.

§ 1.º As certidões de quitação farão prova até 30 de setembro do ano seguinte àquele a que se referirem, e estarão sujeitas à taxa de vinte e cinco cruzeiros. Sem elas nenhum fornecimento ou contrato poderá ser feito com o Governo da União, dos Estados ou dos municípios, ou com as instituições paraestatais a eles subordinadas, nem será renovada autorização a empresa estrangeira para funcionar no país.

§ 2.º A segunda via da relação será remetida pela repartição competente ao Serviço de Estatística de Previdência e Trabalho e a terceira via devolvida à empresa, devidamente autenticada.

SECÇÃO III

Das penalidades

Art. 363. O processo das infrações do presente capítulo obedecerá ao disposto no título "Do processo de multas administrativas", no que lhe for aplicável, com observância dos modelos de auto a serem expedidos.

Art. 364. As infrações do presente capítulo serão punidas com a multa de cem a dez mil cruzeiros.

Parágrafo único. Em se tratando de empresa concessionária de serviço público, ou de sociedade estrangeira autorizada a funcionar no país, se a infratora, depois de multada, não atender afinal ao cumprimento do texto infringido, poderá ser-lhe cassada a concessão ou autorização.

SECÇÃO IV

Disposições gerais

Art. 365. O presente capítulo não derroga as restrições vigentes quanto às exigências de nacionalidade brasileira para o exercício de determinadas profissões nem as que vigoram para as faixas de fronteiras, na conformidade da respectiva legislação.

Art. 366. Enquanto não for expedida a carteira a que se refere o artigo 359, deste capítulo, valerá, a título precário, como documento hábil, uma certidão, passada pelo serviço competente do Registo de Estrangeiros, provando que o empregado requereu sua permanência no país.

Art. 367. A redução a que se refere o art. 354, enquanto o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho não dispuser dos dados estatísticos necessários à fixação da proporcionalidade conveniente para cada atividade, poderá ser feita por ato do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante representação fundamentada da associação sindical.

Parágrafo único. O Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, deverá promover, e manter em dia, estudos necessários aos fins do presente capítulo.

SECÇÃO V

Das disposições especiais sobre a nacionalização da Marinha Mercante

Art. 368. O comando de navio mercante nacional só poderá ser exercido por brasileiro nato.

Art. 369. A tripulação de navio cu embarcação nacional será constituída integralmente de brasileiros, dos quais 2 (dois) terços, no mínimo, em cada categoria, classe ou especialidade, serão de brasileiros natos, podendo o outro terço ser preenchido por brasileiros naturalizados.

Art. 370. As empresas de navegação organizarão as relações dos tripulantes das respectivas embarcações, enviando-as no prazo a que se refere a Secção II deste capítulo à Delegacia do Trabalho Marítimo onde as mesmas tiverem sede.

Parágrafo único. As relações a que alude o presente artigo obedecerão, na discriminação hierárquica e funcional do pessoal embarcado, ao quadro aprovado pelo regulamento das Capitánias dos Portos.

Art. 371. A presente secção é também applicavel aos serviços de navegação fluvial e lacustre e à praticagem nas barras, portos, rios, lagos e canais.

CAPÍTULO III

DA PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER

SECÇÃO I

Da duração e condições de trabalho

Art. 372. Os preceitos que regulam o trabalho masculino são applicaveis ao trabalho feminino, naquilo em que não colidirem com a proteção especial instituída por este capítulo.

Parágrafo único. Não é regido pelos dispositivos a que se refere este artigo o trabalho nas oficinas em que sirvam exclusivamente pessoas da família da mulher e esteja esta sob a direção do esposo, do pai, da mãe, do tutor ou do filho.

Art. 373. A duração normal de trabalho da mulher será de oito horas diárias, exceto nos casos para os quais for fixada duração inferior.

Art. 374. A duração normal do trabalho diurno da mulher poderá ser no máximo elevada de mais duas horas, mediante contrato coletivo ou acordo firmado entre empregados e empregadores, observado o limite de quarenta e oito horas semanais.

Parágrafo único. O acordo ou contrato coletivo de trabalho deverá ser homologado pela autoridade competente e do mesmo constará, obrigatoriamente, a importância do salário da hora suplementar, que será igual a da hora normal acrescida de uma percentagem adicional de 20 % (vinte por cento) no mínimo.

Art. 375. Mulher nenhuma poderá ter o seu horário de trabalho prorrogado, sem que esteja para isso autorizada por atestado médico official, constante de sua carteira profissional.

Parágrafo único. Nas localidades em que não houver serviço médico oficial, valerá para os efeitos legais o atestado firmado por médicos particulares em documento em separado.

Art. 376. Somente em casos excepcionais, por motivo de força maior, poderá a duração do trabalho diurno elevar-se além do limite legal ou convencionado, até o máximo de doze horas, e o salário-hora será, pelo menos, 25 % (vinte e cinco por cento) superior ao da hora normal.

Parágrafo único. A prorrogação extraordinária de que trata este artigo deverá ser comunicada por escrito à autoridade competente, dentro do prazo de quarenta e oito horas.

Art. 377. A adoção de medidas de proteção ao trabalho das mulheres é considerada de ordem pública, não justificando em hipótese alguma a redução de salário.

Art. 378. Na carteira profissional da mulher, serão feitas, em folhas especiais, as anotações e atestados médicos previstos neste capítulo, de acordo com os modelos que forem expedidos.

SEÇÃO II

Do trabalho noturno

Art. 379. É vedado à mulher o trabalho noturno, considerado este o que for executado entre as vinte e duas (22) e as cinco (5) horas do dia seguinte.

Parágrafo único. Estão excluídas da proibição deste artigo, além das que trabalham nas atividades enumeradas no parágrafo único do art. 372:

a) as mulheres maiores de dezoito (18) anos, empregadas em empresas de telefonia, rádio-telefonia ou radiotelegrafia;

b) as mulheres maiores de dezoito (18) anos, empregadas em serviços de enfermagem;

c) as mulheres maiores de vinte e um (21) anos, empregadas em casas de diversões, hotéis, restaurantes, bars, e estabelecimentos congêneres;

d) as mulheres que, não participando de trabalho contínuo, ocupem postos de direção.

Art. 380. Para o trabalho a que se refere a alínea c do artigo anterior, torna-se obrigatória, além da fixação dos salários por parte dos empregadores, a apresentação à autoridade competente dos documentos seguintes:

a) atestado de bons antecedentes, fornecido pela autoridade competente;

b) atestado de capacidade física e mental, passado por médico oficial.

Art. 381. O trabalho noturno das mulheres terá salário superior ao diurno.

§ 1.º Para os fins deste artigo, os salários serão acrescidos duma percentagem adicional de vinte por cento (20 %) no mínimo.

§ 2.º Cada hora do período noturno de trabalho das mulheres terá cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

SEÇÃO III

Dos períodos de descanso

Art. 382. Entre duas jornadas de trabalho, haverá um intervalo de onze horas consecutivas, no mínimo, destinado ao repouso.

Art. 383. Durante a jornada de trabalho, será concedido à empregada um período para refeição e repouso não inferior a uma hora nem superior a duas horas, salvo a hipótese prevista no art. 71, § 3.º

Art. 384. Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de quinze (15) minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário do trabalho.

Art. 385. O descanso semanal será de vinte e quatro (24) horas consecutivas e coincidirá no todo ou em parte com o domingo, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa de serviço, a juízo da autoridade competente, na forma das disposições gerais, caso em que recairá em outro dia.

Parágrafo único. Observar-se-ão, igualmente, os preceitos da legislação geral sobre a proibição de trabalho nos feriados civis e religiosos.

Art. 386. Havendo trabalho aos domingos, será organizada uma escala de revezamento quinzenal, que favoreça o repouso dominical.

SEÇÃO IV

Das métodos e locais de trabalho

Art. 387. É proibido o trabalho da mulher:

a) nos subterrâneos, nas minerações em sub-solo, nas pedreiras e obras, de construção pública ou particular.

b) nas atividades perigosas ou insalubres, especificadas nos quadros para este fim aprovados.

Art. 388. Em virtude de exame e parecer da autoridade competente, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá estabelecer derrogações totais ou parciais às proibições a que alude o artigo anterior, quando tiver desaparecido, nos serviços considerados perigosos ou insalubres, todo e qualquer caráter perigoso ou prejudicial mediante a aplicação de novos métodos de trabalho ou pelo emprego de medidas de ordem preventiva.

Art. 389. Todo empregador será obrigado:

a) a prover os estabelecimentos de medidas concernentes à higienização dos métodos e locais de trabalho, tais como ventilação e iluminação e outros que se fizerem necessários à segurança e ao conforto das mulheres, a critério da autoridade competente;

b) a instalar bebedouros, lavatórios, aparelhos sanitários e um vestiário, com armários individuais privativos das mulheres; dispor cadeiras ou bancos em número suficiente, que permitam às mulheres trabalhar sem grande esgotamento físico;

c) a fornecer gratuitamente, a juízo da autoridade competente, os recursos de proteção individual, tais como óculos, máscaras, luvas e roupas especiais, para a defesa dos olhos, de aparelho respiratório e da pele, de acordo com a natureza do trabalho.

Parágrafo único. Quando não houver crèches que atendam convenientemente à proteção da maternidade, a juízo da autoridade competente, os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos trinta mulheres, com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar, sob vigilância e assistência, os seus filhos no período de amamentação.

Art. 390. Ao empregador é vedado empregar a mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a vinte (20) quilos, para o trabalho contínuo, ou vinte e cinco (25) quilos, para o trabalho ocasional.

Parágrafo único. Não está compreendida na determinação deste artigo a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos.

SECÇÃO V

Da proteção à maternidade

Art. 391. Não constitue justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher, o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.

Parágrafo único. Não serão permitidos em regulamentos de qualquer natureza, contratos coletivos ou individuais de trabalho, restrições ao direito da mulher ao seu emprego, por motivo de casamento ou de gravidez.

Art. 392. É proibido o trabalho da mulher grávida no período de seis (6) semanas antes e seis semanas depois do parto.

§ 1.º Para os fins previstos neste artigo, o afastamento da empregada de seu trabalho será determinado pelo atestado médico a que alude o artigo 375, que deverá ser visado pelo empregador.

§ 2.º Em casos excepcionais, os períodos de repouso antes e depois do parto poderão ser aumentados de mais duas (2) semanas cada um, mediante atestado médico, dado na forma do parágrafo anterior.

Art. 393. Durante o período a que se refere o artigo anterior, a mulher terá direito aos salários integrais, calculados de acordo com a média dos seis últimos meses de trabalho, sendo-lhe ainda facultado reverter à função que anteriormente ocupava.

Parágrafo único. A concessão de auxílio-maternidade por parte de instituição de previdência social não isenta o empregador da obrigação a que alude o artigo.

Art. 394. Mediante atestado médico, à mulher grávida é facultado romper o compromisso resultante de qualquer contrato de trabalho, desde que este seja prejudicial à gestação.

Art. 395. Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de duas (2) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.

Art. 396. Para amamentar o próprio filho, até que este complete seis (6) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais, de meia hora cada um.

Parágrafo único. Quando o exigir a saúde do filho, o período de seis (6) meses poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente.

Art. 397. As instituições de Previdência Social construirão e manterão crèches nas vilas operárias de mais de cem casas e nos centros residenciais, de maior densidade, dos respectivos segurados.

Art. 398. As instituições de Previdência Social, de acordo com instruções expedidas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, financiarão os serviços de manutenção das crèches construídas pelos empregadores ou pelas instituições particulares idôneas.

Art. 399. O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio conferirá diploma de benevolência aos empregadores que se distinguirem pela organização e manutenção das crèches e de instituições de proteção aos menores em idade pré-escolar, desde que tais serviços se recomendem por sua generosidade e pela eficiência das respectivas instalações.

Art. 400. Os locais destinados à guarda dos filhos das operárias, durante o período da amamentação, deverão possuir, no mínimo, um berçário, uma saleta de amamentação, uma cozinha dietética e uma instalação sanitária.

SECÇÃO VI

Das penalidades

Art. 401. Pela infração de qualquer dispositivo deste capítulo, será imposta ao empregador a multa de cem a mil cruzeiros, aplicada, nesta Capital, pela autoridade competente de 1.^a instância do Departamento Nacional do Trabalho, e, nos Estados e Território do Acre, pelas autoridades competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ou por aquelas que exerçam funções delegadas.

§ 1.º A penalidade será sempre aplicada no grau máximo:

- a) se ficar apurado o emprego de artifício ou simulação para fraudar a aplicação dos dispositivos deste capítulo;
- b) nos casos de reincidência.

§ 2.º O processo, na verificação das infrações, bem como na aplicação e cobrança das multas será previsto no título "Do Processo de Multas Administrativas", observadas as disposições deste artigo.

CAPÍTULO IV

DA PROTEÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

SECÇÃO I

Disposições gerais

Art. 402. O trabalho do menor de 18 anos reger-se-á pelas disposições do presente capítulo, exceto no serviço em oficinas em que trabalhem exclusivamente pessoas da família do menor e esteja este sob a direção do pai, mãe ou tutor.

Parágrafo único. Nas atividades rurais, as referidas disposições serão aplicadas naquilo em que couberem e de acordo com a regulamentação especial que for expedida, com exceção das atividades que, pelo modo ou técnica de execução, tenham caráter industrial ou comercial, às quais são applicaveis desde logo.

Art. 403. Ao menor de 14 anos é proibido o trabalho.

Parágrafo único. Não se incluem nesta proibição os alunos ou internados nas instituições que ministrem exclusivamente ensino profissional e nas de caráter beneficente ou disciplinar submetidas à fiscalização oficial.

Art. 404. Ao menor de 18 anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre às 22 e às 5 horas.

Art. 405. Ao menor de 18 anos não será permitido o trabalho:

- a) nos locais e serviços perigosos ou insalubres, constantes de quadro para este fim aprovado;
- b) em locais, ou serviços prejudiciais à sua moralidade.

§ 1.º Considerar-se-á prejudicial à moralidade do menor, o trabalho:

- a) prestado, de qualquer modo, em teatros de revistas, cinemas, cassinos, cabarés, "dancings", cafés-concertos e estabelecimentos análogos;
- b) em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes;

c) de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, ofender aos bons costumes ou à moralidade pública;

d) relativo aos objetos referidos na alínea anterior que possa ser considerado, pela sua natureza, prejudicial à moralidade do menor;

e) consistente na venda, a varejo, de bebidas alcoólicas.

§ 2.º O trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros dependerá de prévia autorização do juiz de menores, ao qual cabe verificar se a ocupação do menor é indispensável à própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e se dessa ocupação não poderá advir prejuízo à moralidade do menor.

§ 3.º Nas localidades em que existirem, oficialmente reconhecidas, instituições destinadas ao amparo dos menores jornaleiros, só aos menores que se encontrem sob o patrocínio dessas entidades será outorgada a autorização de trabalho a que alude o parágrafo anterior.

Art. 405. O juiz de menores poderá autorizar, ao menor de 18 anos, o trabalho a que se referem as alíneas a e b do § 1.º do artigo anterior:

a) desde que a representação tenha fim educativo ou a peça, ato ou cena, de que participe, não possa ofender o seu pudor ou a sua moralidade;

b) desde que se certifique ser a ocupação do menor indispensável à própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e não advir nenhum prejuízo à moralidade do menor.

Art. 407. Verificado pela autoridade competente que o trabalho executado pelo menor é prejudicial à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou à sua moralidade, poderá ela obrigá-lo a abandonar o serviço, devendo o respectivo empregador, quando for o caso, proporcionar ao menor todas as facilidades para mudar de funções.

Art. 408. Aos pais, tutores ou responsáveis é facultado pleitear a extinção do contrato de trabalho de menor de 21 anos, desde que o serviço possa acorretar, para os seus representados, prejuízos de ordem física ou moral.

Art. 409. Para maior segurança do trabalho e garantia da saúde dos menores, a autoridade fiscalizadora poderá proibir-lhes o gozo dos períodos de repouso nos locais de trabalho.

Art. 410. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá derrogar qualquer proibição decorrente do quadro a que se refere a alínea a do art. 405 quando se certificar haver desaparecido, parcial ou totalmente, o caráter perigoso ou insalubre, que determinou a proibição.

SEÇÃO II

Da duração do trabalho

Art. 411. A duração do trabalho do menor regular-se-á pelas disposições legais relativas à duração do trabalho em geral, com as restrições estabelecidas neste capítulo.

Art. 412. Após cada período de trabalho efetivo, quer contínuo, quer dividido em dois turnos, haverá um intervalo de repouso, não inferior a onze horas.

Art. 413. É vedado prorrogar a duração normal do trabalho dos menores de 18 anos, salvo, excepcionalmente:

a) quando, por motivo de força maior, que não possa ser impedido ou previsto, o trabalho do menor for imprescindível ao funcionamento normal do estabelecimento;

b) quando, em circunstâncias particularmente graves, o interesse público o exigir;

c) quando se tratar de prevenir a perda de matérias-primas ou de substâncias perecíveis.

Art. 414. Quando o menor de 18 anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.

SEÇÃO III

Da admissão em emprego e da carteira de trabalho do menor

Art. 415. Haverá a Carteira de Trabalho do menor para todos os menores de 18 anos, sem distinção de sexo, empregados em empresas ou estabelecimentos de fins econômicos e daqueles que lhes forem equiparados.

Parágrafo único. A carteira obedecerá ao modelo que o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio adotar e será emitida no Distrito Federal, pelo Departamento Nacional do Trabalho e, nos Estados, pelas Delegacias Regionais do referido Ministério.

Art. 416. Os menores de 18 anos só poderão ser admitidos, como empregados, nas empresas ou estabelecimentos de fins econômicos e naqueles que lhes forem equiparados, quando possuidores da carteira a que se refere o artigo anterior, salvo a hipótese do art. 422.

Art. 417. A emissão da carteira será feita a pedido do menor, mediante a exibição dos seguintes documentos:

- a) certidão de idade, ou documento legal que a substitua;
- b) autorização do pai, mãe ou responsável legal;
- c) autorização do juiz de menores, nos casos dos arts. 405 § 2.º, e 406;
- d) atestado médico de capacidade física e mental;
- e) atestado de vacinação;
- f) prova de saber ler, escrever e contar;
- g) declaração do empregador, da qual consta a função que irá exercer o menor na empresa;
- h) duas fotografias de frente, com as dimensões de 0,04 m x 0,03 m;

§ 1.º Os documentos exigidos por este artigo serão isentos de selo e os indicados nas alíneas a e g, passados gratuitamente.

§ 2.º Salvo a hipótese do art. 422, serão todos arquivados na repartição emissora da carteira e constituirão o prontuário do menor.

Art. 418. Os atestados de capacidade física e mental e de vacinação, referidos no artigo anterior, serão passados pelas autoridades federais, estaduais ou municipais, competentes e, na falta destas, por médico designado pela autoridade fiscal do trabalho.

Parágrafo único. O atestado de capacidade física e mental deverá ser revalidado bianualmente.

Art. 419. A prova de saber ler, escrever e contar, a que se refere a alínea f do art. 417 será feita mediante certificado de conclusão de curso primário. Na falta deste, a autoridade incumbida de verificar a validade dos documentos submeterá o menor ou mandará submetê-lo, por pessoa idônea, a exame elementar que constará de leitura de quinze linhas, com explicação do sentido, de ditado, nunca excedente de dez linhas, e cálculo sobre as

quatro operações fundamentais de aritmética. Verificada a alfabetização do menor, será emitida a carteira.

§ 1.º Se o menor for analfabeto ou não estiver devidamente alfabetizado, a carteira só será emitida pelo prazo de um ano, mediante a apresentação de um certificado ou atestado de matrícula e frequência em escola primária.

§ 2.º A autoridade fiscalizadora, na hipótese do parágrafo anterior, poderá renovar o prazo nele fixado, cabendo-lhe, em caso de não renovar tal prazo, cassar a carteira expedida.

§ 3.º Dispensar-se-á a prova de saber ler, escrever e contar, se não houver escola primária dentro do raio de dois quilômetros da sede do estabelecimento em que trabalhe o menor e não ocorrer a hipótese prevista no parágrafo único do art. 427. Instalada que seja a escola, proceder-se-á como nos parágrafos anteriores.

Art. 420. A carteira permanecerá em poder do empregador, enquanto o menor estiver a seu serviço, e deverá ser exibida à autoridade fiscalizadora, quando esta exigir.

Art. 421. A carteira será emitida mediante o pagamento da taxa de dois cruzeiros em estampilhas federais e de 20 centavos do selo de Educação e Saúde, inutilizados pela autoridade que emitir a carteira.

Parágrafo único. No caso de expedição de nova carteira por motivo de ratura, emenda ou extravio da primeira, por parte do menor ou do empregador será cobrada a taxa de cinco cruzeiros, em estampilhas federais inutilizadas pela autoridade que emitir a carteira.

Art. 422. Nas localidades em que não houver serviço de emissão de carteiras poderão os empregadores admitir menores como empregados, independentemente de apresentação de carteiras, desde que exibam os documentos referidos nas alíneas a, d e f do art. 417. Esses documentos ficarão em poder do empregador e, instalado o serviço de emissão de carteiras, serão entregues à repartição emissora, para os efeitos do § 2.º do referido artigo.

Art. 423. O empregador não poderá fazer outras anotações na carteira de trabalho do menor além das referentes ao salário, data da admissão, férias e saída.

SECCAO IV

Dos deveres dos responsáveis legais de menores e dos empregadores.

Da aprendizagem

Art. 424. É dever dos responsáveis legais de menores, pais, mães, ou tutores, afastá-los de empregos que diminuam consideravelmente o seu tempo de estudo, reduzam o tempo de repouso necessário à sua saúde e constituição física, ou prejudiquem a sua educação moral.

Art. 425. Os empregadores de menores de 18 anos são obrigados a velar pela observância, nos seus estabelecimentos ou empresas, dos bons costumes e da decência pública, bem como das regras de higiene e segurança do trabalho.

Art. 426. É dever do empregador, na hipótese do art. 407, proporcionar ao menor todas as facilidades para mudar de serviço.

Art. 427. O empregador, cuja empresa ou estabelecimento ocupar menores, será obrigado a conceder-lhes o tempo que for necessário para a frequência às aulas.

Parágrafo único. Os estabelecimentos situados em lugar onde a escola estiver a maior distância que dois quilômetros, e que ocuparem, permanentemente mais de trinta menores analfabetos, de 14 a 18 anos, serão obrigados a manter local apropriado em que lhes seja ministrada a instrução primária.

Art. 428. As Instituições de Previdência Social, diretamente, ou com a colaboração dos empregadores, considerando condições e recurso locais, promoverão a criação de colônias climáticas, situadas à beira-mar e na montanha, financiando a permanência dos menores trabalhadores em grupos conforme a idade e condições individuais, durante o período de férias ou quando se torne necessário, oferecendo todas as garantias para o aperfeiçoamento de sua saúde. Da mesma forma será incentivada, nas horas de lazer, a frequência regular aos campos de recreio, estabelecimentos congêneres e obras sociais idôneas, onde possa o menor desenvolver os hábitos de vida coletiva em ambiente saudável para o corpo e para o espírito.

Art. 429. Os estabelecimentos industriais de qualquer natureza, inclusive de transportes, comunicações e pesca, são obrigados a empregar, e matricular nos cursos mantidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI):

a) um número de aprendizes equivalente a cinco por cento no mínimo dos operários existentes em cada estabelecimento, e cujos ofícios demandem formação profissional;

b) e ainda um número de trabalhadores menores que será fixado pelo Conselho Nacional do SENAI, e que não excederá a três por cento do total de empregados de todas as categorias em serviço em cada estabelecimento.

Parágrafo único. As frações de unidade, no cálculo da porcentagem de que trata o primeiro item no presente artigo, darão lugar à admissão de um aprendiz.

Art. 430. Terão preferência, em igualdade de condições, para admissão aos lugares de aprendizes de um estabelecimento industrial, em primeiro lugar, os filhos, inclusive os orfãos, e, em segundo lugar, os irmãos dos seus empregados.

Art. 431. Os candidatos à admissão como aprendizes, além de terem a idade mínima de quatorze anos, deverão satisfazer às seguintes condições:

a) ter concluído o curso primário ou possuir os conhecimentos mínimos essenciais à preparação profissional;

b) ter aptidão física e mental, verificada por processo de seleção profissional, para a atividade que pretenda exercer;

c) não sofrer de moléstia contagiosa e ser vacinado contra a varíola.

Parágrafo único. Aos candidatos rejeitados pela seleção profissional deverá ser dada, tanto quanto possível, orientação profissional para ingresso em atividade mais adequada às qualidades e aptidões que tiverem demonstrado.

Art. 432. Os aprendizes são obrigados à frequência do curso de aprendizagem em que estejam matriculados.

§ 1.º O aprendiz que faltar aos trabalhos escolares do curso de aprendizagem em que estiver matriculado, sem justificação aceitável, perderá o salário dos dias em que se der a falta.

§ 2.º A falta reiterada no cumprimento do dever de que trata este artigo, ou a falta de razoável aproveitamento, será considerada justa causa para dispensa do aprendiz.

Art. 433. Os empregadores serão obrigados:

a) a enviar anualmente às repartições competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de 1 de novembro a 31 de dezembro, uma relação, em 2 (duas) vias, de todos os empregados menores, de acordo com o modelo que vier a ser expedido pelo mesmo Ministério;

b) a afixar em lugar visível, e com caracteres facilmente legíveis, o quadro do horário e as disposições deste capítulo.

Parágrafo único. A relação a que se refere a alínea a levará, na 1.^a via, o selo federal de um cruzeiro.

SEÇÃO V

Das penalidades

Art. 434. Os infratores do presente capítulo serão punidos com a multa de duzentos cruzeiros, aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados em desacordo com a lei, não podendo, todavia, a soma das multas, exceder de mil cruzeiros.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, as multas serão elevadas ao dobro, não podendo, entretanto, a soma das multas exceder de quatro mil cruzeiros.

Art. 435. No caso de infração do art. 423 o empregador ficará sujeito à multa de cinquenta cruzeiros e ao pagamento de nova carteira.

Art. 436. O médico que se recusar a passar os atestados de que trata o art. 418 incorrerá na multa de cinquenta cruzeiros dobrada na reincidência.

Art. 437. O responsável legal do menor empregado, que infringir dispositivo deste capítulo, ou deixar de cumprir os deveres que nele lhe são impostos, ou concorrer, na hipótese do § 2.^o, do art. 419 para que o menor não complete a sua alfabetização, poderá, além da multa, em que incorrer, ser destituído do pátrio poder ou da tutela.

Parágrafo único. Perderá o pátrio poder ou será destituído da tutela, além da multa em que incorrer, o pai, mãe ou tutor, que concorrer, por ação ou omissão, para que o menor trabalhe nas atividades previstas no § 1.^o do art. 405.

Art. 438. São competentes para impor as penalidades previstas neste capítulo:

a) no Distrito Federal, a autoridade de 1.^a instância do Departamento Nacional do Trabalho;

b) nos Estados e Território do Acre, os delegados regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ou os funcionários por eles designados para tal fim.

Parágrafo único. O processo, na verificação das infrações, bem como na aplicação e cobrança das multas, será o previsto no título "Do processo de Multas Administrativas" observadas as disposições deste artigo.

SEÇÃO VI

Disposições finais

Art. 439. É lícito ao menor firmar recibo pelo pagamento dos salários. Tratando-se, porém, de rescisão do contrato de trabalho, é vedado ao menor de 18 anos dar, sem assistência dos seus responsáveis legais, quitação ao empregador pelo recebimento da indenização que lhe for devida.

Art. 440. Contra os menores de 18 anos não corre nenhum prazo de prescrição.

Art. 441. O quadro a que se refere a alínea a do art. 405 será revisto bienalmente, por proposta do Departamento Nacional do Trabalho ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

TÍTULO IV

Do contrato individual de trabalho

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 442. Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.

Art. 443. O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.

Parágrafo único. Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.

Art. 444. As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha as disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes.

Art. 445. O prazo de vigência de contrato de trabalho, quando estipulado ou se dependente da execução de determinado trabalho ou realização de certo acontecimento, não poderá ser superior a quatro anos.

Art. 446. Presume-se autorizado o trabalho da mulher casada e do menor de 21 anos e maior de 18. Em caso de oposição conjugal ou paterna, poderá a mulher ou o menor recorrer ao suprimento da autoridade judiciária competente.

Parágrafo único. Ao marido ou pai é facultado pleitear a rescisão do contrato de trabalho, quando a sua continuação for suscetível de acarretar ameaça aos vínculos da família, perigo manifesto às condições peculiares da mulher ou prejuízo de ordem física ou moral para o menor.

Art. 447. Na falta de acordo ou prova sobre condição essencial ao contrato verbal, esta se presume existente, como se a tivessem estatuido os interessados, na conformidade dos preceitos jurídicos adequados à sua legitimidade.

Art. 448. A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.

Art. 449. Os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho subsistirão em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa.

§ 1.º Na falência e na concordata, constituirão crédito privilegiado a totalidade dos salários devidos ao empregado e um terço das indenizações a que tiver direito, e crédito quirografário os restantes dois terços.

§ 2.º Havendo concordata na falência, será facultado aos contratantes tornar sem efeito a rescisão do contrato de trabalho e consequente indenização, desde que o empregador pague, no mínimo, a metade dos salários que seriam devidos ao empregado durante o interregno.

Art. 450. Ao empregado chamado a ocupar, em comissão, interinamente, ou em substituição eventual ou temporária, cargo diverso do que exercer na empresa, serão garantidas a contagem do tempo naquele serviço bem como volta ao cargo anterior.

Art. 451. O contrato de trabalho por prazo determinado, que tácita ou expressamente for prorrogado mais de uma vez, passará a vigorar sem determinação de prazo.

Art. 452. Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de seis meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.

Art. 453. No tempo de serviço do empregado, quando readmitido serão computados os períodos, ainda que não contínuos, em que tiver trabalhado anteriormente na empresa, salvo se houver sido despedido por falta grave ou tiver recebido indenização legal.

Art. 454. Na vigência do contrato de trabalho, as invenções do empregado, quando decorrentes de sua contribuição pessoal e da instalação ou equipamento fornecidos pelo empregador, serão de propriedade comum, em partes iguais, salvo se o contrato de trabalho tiver por objeto, implícita ou explicitamente, pesquisa científica.

Parágrafo único. Ao empregador caberá a exploração do invento, ficando obrigado a promovê-la no prazo de um ano da data da concessão da patente, sob pena de reverter em favor do empregado a plena propriedade desse invento.

Art. 455. Nos contratos de sub-emprego responderá o sub-empregado pelas obrigações derivadas do contrato de trabalho que celebrar, cabendo, todavia, aos empregados o direito de reclamação contra o empregador principal pelo inadimplemento daquelas obrigações por parte do primeiro.

Parágrafo único. Ao empregador principal fica ressalvado, nos termos da lei civil, ação regressiva contra o sub-empregado e a retenção de importâncias a este devidas, para a garantia das obrigações previstas neste artigo.

Art. 456. A prova do contrato individual do trabalho será feita pelas anotações constantes da carteira profissional ou por instrumento escrito e suprida por todos os meios permitidos em direito.

Parágrafo único. A falta de prova ou inexistência de cláusula expressa a tal respeito, entender-se-á que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal.

CAPÍTULO II

DA REMUNERAÇÃO

Art. 457. Compreende-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.

§ 1.º Integram o salário, não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens e gratificações pagas pelo empregador.

§ 2.º Não se incluem nos salários as gratificações que não tenham sido ajustadas, as diárias para viagem e as ajudas de custo.

§ 3.º As diárias para viagem serão computadas como salário desde que excedam de 50% do salário percebido pelo empregado.

Art. 458. Além do pagamento em dinheiro, compreendem-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações *in natura*, que o empregador, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.

Parágrafo único. Não serão considerados como salário, para os efeitos previstos neste artigo, os vestuários, equipamentos e outros acessórios forne-

cidos ao empregado e utilizados no local de trabalho para a prestação dos respectivos serviços.

Art. 459. O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a um mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.

Parágrafo único. Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado o mais tardar, até o décimo dia útil do mês subsequente ao vencido. Quando houver sido estipulado por quinzena ou semana, deve ser efetuado até o quinto dia útil.

Art. 460. Na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente, ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante.

Art. 461. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo.

§ 1.º Trabalho de igual valor, para os fins deste capítulo, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a dois anos.

§ 2.º Os dispositivos deste artigo não prevalecerão nos casos de acesso por antiguidade, desde que haja quadro organizado em carreira.

Art. 462. Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo.

Parágrafo único. Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será lícito, desde que esta possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo do empregado.

Art. 463. A prestação em espécie do salário será paga em moeda corrente do país.

Parágrafo único. O pagamento do salário realizado com inobservância deste artigo, considera-se como não feito.

Art. 464. O pagamento do salário deverá ser efetuado contra recibo, assinado pelo empregado; em se tratando de analfabeto, mediante sua impressão digital, ou, não sendo esta possível, a seu rogo.

Art. 465. O pagamento dos salários será efetuado em dia útil e no local do trabalho, dentro do horário do serviço ou imediatamente após o encerramento deste.

Art. 466. O pagamento de comissões e percentagens só é exigível depois de ultimada a transação a que se referem.

§ 1.º Nas transações realizadas por prestações sucessivas, é exigível o pagamento das percentagens e comissões que lhes disserem respeito proporcionalmente à respectiva liquidação.

§ 2.º É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento e comissões e percentagens devidas na forma estabelecida por este artigo.

Art. 467. Em caso de rescisão do contrato de trabalho, motivada pelo empregador ou pelo empregado, e havendo controvérsia sobre parte da importância dos salários, o primeiro é obrigado a pagar a este à data do seu comparecimento ao tribunal de trabalho a parte incontroversa dos mesmos salários, sob pena de ser, quanto a essa parte, condenado a pagá-la em dobro.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO

Art. 468. Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições, por mútuo consentimento, e, ainda, assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

Parágrafo único. Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.

Art. 469. Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio.

§ 1.º Não estão compreendidos na proibição deste artigo: os empregados que exercem cargos de confiança e aqueles cujos contratos tenham como condição, implícita ou explícita, a transferência.

§ 2.º A cessação das relações de trabalho não prejudica a percepção das mento em que trabalhar o empregado.

Art. 470. Em caso de necessidade de serviço, o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, não obstante as restrições do artigo anterior, mas, nesse caso, ficará obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 25 % dos salários que o empregado percebia naquela localidade, enquanto durar essa situação.

Parágrafo único. As despesas resultantes da transferência correrão por conta do empregador.

CAPÍTULO IV

DA SUSPENSÃO E DA INTERRUPÇÃO

Art. 471. Ao empregado afastado do emprego, são asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa.

Art. 472. O afastamento do empregado, em virtude das exigências do serviço militar ou de outro encargo público, não constituirá motivo para a alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.

§ 1.º Para que o empregado tenha direito a voltar a exercer o cargo do qual se afastou em virtude de exigências do serviço militar ou de encargo público, é indispensável que notifique o empregador dessa intenção, por telegrama ou carta registrada, dentro do prazo máximo de trinta dias, contados da data em que se verificar a respectiva baixa ou a terminação do encargo a que estava obrigado.

§ 2.º Nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento, se assim acordarem as partes interessadas, não será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação.

Art. 473. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário e por tempo não excedente de dois dias, em caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira profissional, viva sob sua dependência econômica.

Parágrafo único. Em caso de nascimento de filho, o empregado poderá faltar um dia de trabalho e no correr da primeira semana, para o fim de efetuar o registro civil, sem prejuízo de salário.

Art. 474. A suspensão do empregado por mais de 30 dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.

Art. 475. O empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso o seu contrato de trabalho durante prazo fixado pelas leis de previdência social para a efectivação do benefício.

§ 1.º Recuperando o empregado a capacidade de trabalho e sendo a aposentadoria cancelada, ser-lhe-á assegurado o direito à função que occupava ao tempo da aposentadoria, facultado, porém, ao empregador o direito de indenizá-lo por rescisão do contrato de trabalho, nos termos dos arts. 477 e 478.

§ 2.º Se o empregador houver admitido substituto para o aposentado, poderá rescindir, com este, o respectivo contrato de trabalho sem indenização, desde que tenha havido ciência inequívoca da interinidade ao ser celebrado o contrato.

Art. 476. Em caso de seguro-doença ou auxílio-enfermidade, o empregado é considerado em licença não remunerada, durante o prazo desse benefício.

CAPÍTULO V

DA RESCISÃO

Art. 477. É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja ele dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa.

Art. 478. A indenização devida pela rescisão de contrato por prazo indeterminado será de um mês de remuneração por ano de serviço efectivo, ou por ano e fração igual ou superior a seis meses.

§ 1.º O primeiro ano de duração do contrato por prazo indeterminado é considerado como período de experiência, e, antes que se complete, nenhuma indenização será devida.

§ 2.º Se o salário for pago por dia, o cálculo da indenização terá por base vinte e cinco dias (25).

§ 3.º Se pago por hora, a indenização apurar-se-á na base de duzentos (200) horas por mês.

§ 4.º Para os empregados que trabalhem à comissão ou que tenham direito a percentagens, a indenização será calculada pela média das comissões ou percentagens percebidas nos últimos três anos de serviço.

§ 5.º Para os empregados que trabalhem por tarefa ou serviço feito, a indenização será calculada na base média do tempo costumeiramente gasto pelo interessado para realização de seu serviço, calculando-se o valor de que seria feito durante trinta dias.

Art. 479. Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado, será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato.

Parágrafo único. Para a execução do que dispõe o presente artigo, o cálculo da parte variavel ou incerta dos salários será feito de acordo com o prescrito para o cálculo da indenização referente à rescisão dos contratos por prazo indeterminado.

Art. 480. Havendo termo estipulado, o empregado não se poderá desligar do contrato, sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem.

Parágrafo único. A indenização, porém, não poderá exceder àquela a que teria direito o empregado em idênticas condições.

Art. 481. Aos contratos por prazo determinado, que contiverem cláusula asseguratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, aplicam-se, caso seja exercido tal direito por qualquer das partes, os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado.

Art. 482. Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador :

- a) ato de improbidade;
- b) incontinência de conduta ou mau procedimento;
- c) negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;
- d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- e) desídia no desempenho das respectivas funções;
- f) embriaguez habitual ou em serviço;
- g) violação de segredo da empresa;
- h) ato de indisciplina ou de insubordinação;
- i) abandono de emprego;
- j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- k) ato lesivo da honra e boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- l) prática constante de jogos de azar.

Art. 483. O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando :

- a) forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato;
- b) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo;
- c) correr perigo manifesto de mal considerável;
- d) não cumprir o empregador as obrigações do contrato;
- e) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama;
- f) o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- g) o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.

§ 1.º O empregado poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato, quando tiver de desempenhar obrigações legais, incompatíveis com a continuação do serviço;

§ 2.º No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho.

Art. 484. Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá a indenização a que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por metade.

Art. 485. Quando cessar a atividade da empresa, por morte do empregador, os empregados terão direito, conforme o caso, à indenização a que se referem os arts. 477 e 497.

Art. 486. No caso de paralisação do trabalho motivado originariamente por promulgação de leis ou medidas governamentais, que impossibilitem a continuação da respectiva atividade, prevalecerá o pagamento da indenização, a qual, entretanto, ficará a cargo do Governo que tiver a iniciativa do ato que originou a cessação do trabalho.

CAPÍTULO VI

DO AVISO PRÉVIO

Art. 487. Não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato, deverá avisar a outra da sua resolução, com a antecedência mínima de :

- I — 3 dias, se o empregado receber, diariamente, o seu salário;
- II — 8 dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior;
- III — 30 dias, nos demais casos.

§ 1.º A falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida, sempre, a integração desse período no seu tempo de serviço.

§ 2.º A falta de aviso prévio por parte do empregado, dá ao empregador o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo.

§ 3.º Em se tratando de salário pago na base de tarefa, o cálculo, para os efeitos dos parágrafos anteriores, será feito de acordo com a média dos últimos doze meses de serviço.

Art. 488. O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de duas horas diárias, sem prejuízo do salário integral.

Art. 489. Dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva depois de expirado o respectivo prazo, mas, se a parte notificante reconsiderar o ato, antes de seu termo, à outra parte é facultado aceitar ou não a reconsideração.

Parágrafo único. Caso seja aceita a reconsideração, ou continuando a prestação depois de expirado o prazo, o contrato continuará a vigorar, como se o aviso prévio não tivesse sido dado.

Art. 490. O empregador que, durante o prazo do aviso prévio dado ao empregado, praticar ato que justifique a rescisão imediata do contrato, sujeita-se ao pagamento da remuneração correspondente ao prazo do referido aviso, sem prejuízo da indenização que for devida.

Art. 491. O empregado que, durante o prazo do aviso prévio, cometer qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a rescisão, perde o direito ao restante do respectivo prazo.

CAPÍTULO VII

DA ESTABILIDADE

Art. 492. O empregado que contar mais de dez anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas.

Parágrafo único. Considera-se como de serviço todo o tempo em que o empregado esteja à disposição do empregador.

Art. 493. Constitue falta grave a prática de qualquer dos fatos a que se refere o art. 482, quando por sua repetição ou natureza representem séria viciação dos deveres e obrigações do empregado.

Art. 494. O empregado acusado de falta grave poderá ser suspenso de suas funções, mas a sua despedida só se tornará efetiva após o inquérito em que se verifique a procedência da acusação.

Parágrafo único. A suspensão, no caso deste artigo, perdurará até a decisão final do processo.

Art. 495. Reconhecida a inexistência de falta grave praticada pelo empregado, fica o empregador obrigado a readmiti-lo no serviço e a pagar-lhe os salários a que teria direito no período da suspensão.

Art. 496. Quando a reintegração do empregado estavel for desaconselhável, dado o grau de incompatibilidade resultante do dissídio, especialmente quando for o empregador pessoa física, o tribunal do trabalho poderá converter aquela obrigação em indenização devida nos termos do artigo seguinte.

Art. 497. Extinguindo-se a empresa, sem a ocorrência de motivos de força maior, ao empregado estavel despedido é garantida a indenização por rescisão do contrato por prazo indeterminado, paga em dobro.

Art. 498. Em caso de fechamento do estabelecimento, filial ou agência, ou supressão necessária de atividade, sem ocorrência de motivo de força maior, é assegurado aos empregados estaveis, que ali exerçam suas funções, o direito à indenização, na forma do artigo anterior.

Art. 499. Não haverá estabilidade no exercício dos cargos de diretoria, gerência ou outros de confiança imediata do empregador, ressalvado o cômputo do tempo de serviço para todos os efeitos legais.

§ 1.º Ao empregado garantido pela estabilidade, que deixar de exercer cargo de confiança é assegurada, salvo no caso de falta grave, a reversão ao cargo efetivo que haja anteriormente ocupado.

§ 2.º Ao empregado despedido sem justa causa, que só tenha exercido cargo de confiança e que contar mais de dez anos de serviço na mesma empresa, é garantida a indenização proporcional ao tempo de serviço, nos termos dos arts. 477 e 478.

§ 3.º A despedida que se verificar com o fim de obstar ao empregado a aquisição de estabilidade, sujeitará o empregador a pagamento em dobro da indenização prescrita nos arts. 477 e 478.

Art. 500. O pedido da demissão do empregado estavel só será válido quando feito com a assistência do respectivo sindicato e, se não o houver, perante autoridade local competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ou da Justiça do Trabalho.

CAPÍTULO VIII

DA FORÇA MAIOR

Art. 501. Entende-se como força maior todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregador, e para a realização do qual este não correu, direta ou indiretamente.

§ 1.º A imprevidência do empregador exclue a razão de força maior.

§ 2.º A ocorrência do motivo de força maior que não afetar substancialmente, nem for suscetível de afetar, em tais condições, a situação econômica

e financeira da empresa, não se aplicam as restrições desta lei referentes ao disposto neste capítulo.

Art. 502. Ocorrendo motivo de força maior que determine a extinção da empresa, ou de um dos estabelecimentos em que trabalhe o empregado, é assegurado a este, quando despedido, uma indenização na forma seguinte:

I — Sendo estavel, nos termos dos arts. 477 e 478;

II — Não tendo direito à estabilidade, metade da que seria devida em caso de rescisão sem justa causa;

III — Havendo contrato por prazo determinado, aquela a que se refere o art. 479, desta lei, reduzida, igualmente, à metade.

Art. 503. É lícito, em caso de força maior ou prejuízos devidamente comprovados, a redução geral dos salários dos empregados da empresa, proporcionalmente aos salários de cada um, não podendo, entretanto, ser superior a 25 %, respeitado, em qualquer caso, o salário mínimo da região.

Parágrafo único. Cessados os efeitos decorrentes do motivo de força maior, é garantido o restabelecimento dos salários reduzidos.

Art. 504. Comprovada a falsa alegação do motivo de força maior, é garantida a reintegração aos empregados estaveis e aos não estaveis o complemento da indenização já percebida, assegurado a ambos o pagamento da remuneração atrasada.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 505. São applicaveis aos trabalhadores rurais os dispositivos constantes dos Capítulos I, II e VI do presente título.

Art. 506. No contrato de trabalho agrícola é lícito o acordo que estabelecer a remuneração *in natura*, contanto que seja de produtos obtidos pela exploração do negócio e não exceda de um terço do salário total do empregado.

Art. 507. As disposições do Capítulo VII do presente título não serão applicáveis aos empregados em consultórios ou escritórios de profissionais liberais.

Parágrafo único. Não se applicam ao trabalho de artistas os dispositivos dos arts. 451 e 452 que se referem à prorrogação ou renovação do contrato de trabalho de artistas de teatro e congêneres.

Art. 508. Considera-se justa causa, para efeito de rescisão do contrato de trabalho do empregado bancário, a falta contumaz de pagamento de dividas legalmente exigíveis.

Art. 509. As despesas de viagem e transportes dos empregados das companhias ou empresas teatrais correrão por conta do empregador, em acomodações condignas.

Parágrafo único. Em viagem por mar, as empresas a que se refere o presente artigo pagarão aos respectivos empregados uma importância equivalente, no mínimo, a 20 % do salário normal aos mesmos devidos, e, quando em viagem por terra, o salário será pago integralmente.

Art. 510. No caso de enfermidade que impossibilite aos empregados de empresas teatrais e circenses a prestação dos respectivos serviços por mais de 30 dias, poderá o empregador rescindir o contrato de trabalho, ficando obrigado, porem, a fornecer ao empregado enfermo, passagem de volta em acomodação condigna e transporte de bagagens para a sua residência habitual, ou, na falta desta, para o local em que se encontrava quando foi contratado.

TÍTULO V

Da Organização Sindical

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO SINDICAL

SEÇÃO I

Da associação em sindicato

Art. 511. É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos, ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas.

§ 1.º A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, constitui o vínculo social básico que se denomina categoria econômica.

§ 2.º A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional.

§ 3.º Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.

§ 4.º Os limites de identidade, similaridade ou conexão fixam as dimensões dentro das quais a categoria econômica ou profissional é homogênea e a associação é natural.

Art. 512. Somente as associações profissionais constituídas para os fins e na forma do artigo anterior e registradas de acordo com o art. 558, poderão ser reconhecidas como sindicatos e investidas nas prerrogativas definidas nesta lei.

Art. 513. São prerrogativas dos sindicatos :

a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida;

b) celebrar contratos coletivos de trabalho;

c) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal;

d) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal;

e) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas.

Parágrafo único. Os sindicatos de empregados terão, outrossim, a prerrogativa de fundar e manter agências de colocação.

Art. 514. São deveres dos sindicatos :

a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social;

b) manter serviços de assistência judiciária para os associados;

c) promover a conciliação nos dissídios de trabalho.

Parágrafo único. Os sindicatos de empregados terão, outrossim, o dever de :

- a) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito;
- b) fundar e manter escolas de alfabetização e prevocacionais.

SEÇÃO II

Do reconhecimento e investitura sindical

Art. 515. As associações profissionais deverão satisfazer os seguintes requisitos para serem reconhecidas como sindicatos :

- a) reunião de um terço, no mínimo, de empresas legalmente constituídas, sob a forma individual ou de sociedade, se se tratar de associação de empregadores; ou de um terço dos que integrem a mesma categoria ou exerçam a mesma profissão liberal se se tratar de associação de empregados ou de trabalhadores ou agentes autônomos ou de profissão liberal;
- b) duração não excedente de dois anos para o mandato da diretoria;
- c) exercício do cargo de presidente por brasileiro nato, e dos demais cargos de administração e representação por brasileiros.

Parágrafo único. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá, excepcionalmente, reconhecer como sindicato a associação cujo número de associados seja inferior ao terço a que se refere a alínea a.

Art. 516. Não será reconhecido mais de um sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em uma dada base territorial.

Art. 517. Os sindicatos poderão ser distritais, municipais, intermunicipais, estaduais e interestaduais. Excepcionalmente, e atendendo às peculiaridades de determinadas categorias ou profissões, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá autorizar o reconhecimento de sindicatos nacionais.

§ 1.º O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, outorgará e delimitará a base territorial do sindicato.

§ 2.º Dentro da base territorial que lhe for determinada é facultado ao sindicato instituir delegacias ou seções para melhor proteção dos associados e da categoria econômica ou profissional ou profissão liberal representada.

Art. 518. O pedido de reconhecimento será dirigido ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, instruído com exemplar ou cópia autenticada dos estatutos da associação.

§ 1.º Os estatutos deverão conter :

- a) a denominação e a sede da associação;
- b) a categoria econômica ou profissional ou a profissão liberal cuja representação é requerida;
- c) a afirmação de que a associação agirá como órgão de colaboração com os poderes públicos e as demais associações no sentido da solidariedade social e da subordinação dos interesses econômicos ou profissionais ao interesse nacional;
- d) as atribuições, o processo eleitoral e das votações, os casos de perda de mandato e de substituição dos administradores;
- e) o modo de constituição e administração do patrimônio social e o destino que lhe será dado no caso de dissolução;
- f) as condições em que se dissolverá a associação.

§ 2.º O processo de reconhecimento será regulado em instruções baixadas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 519. A investidura sindical será conferida sempre à associação profissional mais representativa, a juízo do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, constituindo elementos para essa apreciação, entre outros:

- a) o número de associados;
- b) os serviços sociais fundados e mantidos;
- c) o valor do patrimônio.

Art. 520. Reconhecida como sindicato a associação profissional, ser-lhe-á expedida carta de reconhecimento, assinada pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, na qual será especificada a representação econômica ou profissional conferida e mencionada a base territorial outorgada.

Parágrafo único. O reconhecimento investe a associação nas prerrogativas do art. 513 e a obriga aos deveres do art. 514, cujo inadimplemento a sujeitará às sanções desta lei.

Art. 521. São condições para o funcionamento do sindicato:

- a) abstenção de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato;
- b) proibição de exercício de cargo eletivo cumulativamente com o de emprego remunerado pelo sindicato ou por entidade sindical de grau superior;
- c) gratuidade do exercício dos cargos eletivos.

Parágrafo único. Quando, para o exercício de mandato, tiver o associado de sindicato de empregados, de trabalhadores autônomos ou de profissionais liberais de se afastar do seu trabalho, poderá ser-lhe arbitrada pela assembléia geral uma gratificação nunca excedente da importância de sua remuneração na profissão respectiva.

SEÇÃO III

Da administração do sindicato

Art. 522. A administração do sindicato será exercida por uma diretoria constituída no máximo de sete e no mínimo de três membros e de um Conselho Fiscal composto de três membros, eleitos esses órgãos pela Assembléia Geral.

§ 1.º A diretoria elegerá, dentre os seus membros, o presidente do sindicato.

§ 2.º A competência do Conselho Fiscal é limitada à fiscalização da gestão financeira do sindicato.

Art. 523. Os delegados sindicais destinados à direção das delegacias ou seções instituídas na forma estabelecida no § 2.º do art. 517 serão designados pela diretoria dentre os associados radicados no território da correspondente delegacia.

Art. 524. Serão tomadas sempre por escrutínio secreto as deliberações da assembléia geral concernentes aos seguintes assuntos:

- a) eleição para cargos de administração, conselho fiscal e representação econômica ou profissional;

- b) tomada e aprovação de contas da diretoria;
- c) aplicação do patrimônio;
- d) julgamento de atos das diretoria relativos a penalidades impostas aos associados.

Art. 525. É vedada a pessoas estranhas ao sindicato qualquer interferência na sua administração ou nos seus serviços.

Parágrafo único. Estão excluídos dessa proibição:

- a) os delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, especialmente designados pelo ministro ou por quem o represente;
- b) os que como empregados exerçam cargos no sindicato mediante autorização da assembléia geral.

Art. 526. Os empregados do sindicato serão nomeados pela diretoria *ad referendum* da Assembléia Geral, não podendo recair tal nomeação nos que estiverem nas condições previstas nas alíneas a, b, c e e, do art. 530.

Parágrafo único. Aplicam-se aos empregados dos sindicatos os preceitos das leis de proteção do trabalho e de previdência social, excetuado o direito de associação em sindicato.

Art. 527. Na sede de cada sindicato haverá um livro de registo, autenticado pelo funcionário competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e do qual deverão constar:

- a) tratando-se de sindicato de empregadores, a firma, individual ou coletiva, ou a denominação das empresas e sua sede, o nome, idade, estado civil, nacionalidade e residência dos respectivos sócios ou, em se tratando de sociedade por ações, dos diretores, bem como a indicação desses dados quanto ao sócio ou diretor que representar a empresa no sindicato;
- b) tratando-se de sindicato de empregados ou de agentes ou trabalhadores autônomos ou de profissionais liberais, além do nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão ou função e residência de cada associado, o estabelecimento ou lugar onde exerce a sua profissão ou função, o número e a série da respectiva carteira profissional e o número da inscrição na instituição de previdência a que pertencer.

Art. 528. Ocorrendo dissídios ou circunstâncias que perturbem o funcionamento do sindicato, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá nele intervir, por intermédio de delegado com atribuições para administração da associação e executar ou propor as medidas necessárias para normalizar-lhe o funcionamento.

SEÇÃO IV

Das eleições sindicais

Art. 529. São condições para o exercício o direito do voto como para a investidura em cargo de administração ou representação econômica ou profissional:

- a) ter o associado mais de seis meses de inscrição no quadro social e mais de dois anos de exercício da atividade ou da profissão na base territorial do sindicato;
- b) ser maior de 18 anos;
- c) estar no gozo dos direitos sindicais.

Art. 530. Não podem ser eleitos para cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional:

a) os que professarem ideologias incompatíveis com as instituições ou os interesses da Nação;

b) os que não tiverem aprovadas as suas contas de exercício em cargo de administração;

c) os que houverem lesado o patrimônio de qualquer entidade sindical;

d) os que não estiverem, desde dois anos antes, pelo menos, no exercício efetivo da atividade ou da profissão dentro da base territorial do sindicato, ou no desempenho de representação econômica ou profissional;

e) os que tiverem má conduta, devidamente comprovada.

Parágrafo único. É vedada a reeleição, para o período imediato de qualquer membro da diretoria e do conselho fiscal dos sindicatos de empregados e de trabalhadores autônomos. Igual proibição se observará em relação ao terço dos membros da diretoria e do conselho fiscal, nos sindicatos de empregadores, de agentes autônomos e de profissionais liberais.

Art. 531. Nas eleições para cargos de diretoria e do conselho fiscal serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem maioria absoluta de votos em relação ao total dos associados eleitores.

§ 1.º Não concorrendo à primeira convocação maioria absoluta de eleitores, ou não obtendo nenhum dos candidatos essa maioria, proceder-se-á à nova convocação para dia posterior, sendo então considerados eleitos os candidatos que obtiverem maioria dos eleitores presentes.

§ 2.º Havendo somente uma chapa registrada para as eleições, poderá a assembléia em última convocação ser realizada duas horas após à primeira convocação desde que do edital respectivo conste essa advertência.

§ 3.º Sempre que julgar conveniente, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio designará os presidentes das sessões eleitorais.

§ 4.º O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedirá instruções regulando o processo das eleições.

Art. 532. Nenhuma administração será empossada sem que a respectiva eleição seja aprovada pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parágrafo único. A posse da administração cujas eleições tenham sido aprovadas deverá ser efetuada dentro do prazo de trinta dias da publicação do despacho ministerial.

SECÇÃO V

Das associações sindicais de grau superior

Art. 533. Constituem associações sindicais de grau superior as federações e confederações organizadas nos termos desta lei.

Art. 534. É facultado aos sindicatos, quando em número não inferior a cinco representando um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexos, organizarem-se em federação.

§ 1.º As federações serão constituídas por Estados, podendo o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio autorizar a constituição de federações interestaduais ou nacionais.

§ 2.º E' permitido a qualquer federação para o fim de lhes coordenar os interesses, agrupar os sindicatos de determinado município ou região a ela filiada; mas a união não terá direito de representação das atividades ou profissões agrupadas.

Art. 535. As confederações organizar-se-ão com o mínimo de três federações e terão sede na Capital da República.

§ 1.º As confederações formadas por federações de sindicatos de empregadores denominar-se-ão: Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, Confederação Nacional de Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, Confederação Nacional de Transportes Terrestres, Confederação Nacional de Comunicações e Publicidade, Confederação Nacional das Empresas de Crédito e Confederação Nacional de Educação e Cultura.

§ 2.º As confederações formadas por federações de sindicatos de empregados terão a denominação de: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade, Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura.

§ 3.º Denominar-se-á Confederação Nacional das Profissões Liberais a reunião das respectivas federações.

§ 4.º As associações sindicais de grau superior da Agricultura e Pecuária serão organizadas na conformidade do que dispuser a lei que regular a sindicalização dessas atividades ou profissões.

Art. 536. O Presidente da República, quando julgar conveniente aos interesses da organização sindical ou corporativa, poderá ordenar que se organizem em federação os sindicatos de determinada atividade ou profissão ou de grupos de atividades ou profissões, cabendo-lhe igual poder para a organização de confederações.

Parágrafo único. O ato que instituir a federação ou confederação estabelecerá as condições segundo as quais deverá ser a mesma organizada e administrada, bem como a natureza e a extensão dos seus poderes sobre os sindicatos ou as federações componentes.

Art. 537. O pedido de reconhecimento de uma federação será dirigido ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, acompanhado de um exemplar dos respectivos estatutos e das cópias autenticadas das atas da assembléia de cada sindicato ou federação que autorizar a filiação.

§ 1.º A organização das federações e confederações obedecerá às exigências contidas nas alíneas b e c do art. 515.

§ 2.º A carta de reconhecimento das federações será expedida pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, na qual será especificada a ordenação econômica ou profissional conferida e mencionada a base territorial outorgada.

§ 3.º O reconhecimento das confederações será feito por decreto do Presidente da República.

Art. 538. A administração das federações e confederações será exercida pelos seguintes órgãos:

- a) diretoria;
- b) conselho de representantes.

§ 1.º A diretoria será constituída, no máximo, de sete e, no mínimo, de três membros, eleitos pelo conselho dos representantes, com mandato por dois anos.

§ 2.º O presidente da federação ou confederação será escolhido, dentre os seus membros, pela diretoria.

§ 3.º O conselho dos representantes será formado pelas delegações dos sindicatos ou das federações filiadas, constituída cada delegação de dois e quatro membros respectivamente conforme se tratar de Federação e de Confederação, com mandato por dois anos, cabendo um voto a cada delegação.

Art. 539. Para a constituição e administração das federações serão observadas, no que for aplicável, as disposições das Secções II e III do presente Capítulo.

SECÇÃO VI

Dos direitos dos exercentes de atividades ou profissões e dos sindicalizados

Art. 540. A toda empresa ou indivíduo que exerçam respectivamente atividade ou profissão, desde que satisfaçam as exigências desta lei, assiste o direito de ser admitido no sindicato da respectiva categoria, salvo o caso de falta de idoneidade, devidamente comprovada, com recurso para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 1.º Perderá os direitos de associado o sindicalizado que por qualquer motivo deixar o exercício de atividade ou de profissão.

§ 2.º Os associados de sindicatos de empregados, de agentes ou trabalhadores autônomos e de profissões liberais que forem aposentados, estiverem em desemprego ou falta de trabalho ou tiverem sido convocados para prestação de serviço militar, não perderão os respectivos direitos sindicais e ficarão isentos de qualquer contribuição, não podendo, entretanto, exercer cargo de administração sindical ou de representação econômica ou profissional.

Art. 541. Os que exercerem determinada atividade ou profissão onde não haja sindicato da respectiva categoria, ou de atividade ou profissão similar ou conexa poderão filiar-se a um sindicato de profissão idêntica, similar ou conexa existente na localidade mais próxima.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos sindicatos em relação às respectivas federações, na conformidade do quadro de atividade e profissões a que se refere o art. 577.

Art. 542. De todo o ato lesivo de direitos ou contrário a esta lei, emanado da Diretoria, do Conselho ou da Assembléia Geral da entidade sindical, poderá qualquer exercente de atividade ou profissão recorrer, dentro de 30 dias, para a autoridade competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 543. O empregado eleito para cargo de administração sindical ou representação profissional não poderá, por motivo de serviço, ser impedido do exercício das suas funções, nem transferido sem causa justificada, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para lugar ou mister que lhe dificulte ou torne impossível o desempenho da comissão ou do mandato.

§ 1.º O empregado perderá o mandato se a transferência for por ele solicitada, ou voluntariamente aceita.

§ 2.º Considera-se de licença não remunerada, salvo assentimento do empregador ou cláusula contratual, o tempo em que o empregado se ausentar do trabalho no desempenho das funções a que se refere este artigo.

§ 3.º O empregador que despedir, suspender ou rebaixar de categoria o empregado, ou lhe reduzir o salário, para impedir que o mesmo se associe a sindicato, organize associação sindical ou exerça os direitos inerentes à condição de sindicalizado fica sujeito à penalidade prevista na alínea a, do artigo 553, sem prejuízo da reparação a que tiver direito o empregado.

Art. 544. Fica assegurado aos empregados sindicalizados preferência, em igualdade de condições, para a admissão nos trabalhos de empresas que explorem serviços públicos ou mantenham contratos com os poderes públicos.

Art. 545. Os empregadores ficam obrigados a descontar na folha de pagamento dos seus empregados as contribuições por estes devidas ao sindicato, uma vez que tenham sido notificados por este, salvo quanto ao imposto sindical, cujo desconto independe dessa formalidade.

Art. 546. Às empresas sindicalizadas é assegurada preferência, em igualdade de condições, nas concorrências para exploração de serviços públicos, bem como nas concorrências para fornecimento às repartições federais, estaduais e municipais e às entidades paraestatais.

Art. 547. É exigida a qualidade de sindicalizado para o exercício de qualquer função representativa de categoria econômica ou profissional, em órgão oficial de deliberação coletiva, bem como para o gozo de favores ou isenções tributárias, salvo em se tratando de atividades não econômicas.

Parágrafo único. Antes da posse ou exercício das funções a que alude o artigo anterior ou de concessão dos favores será indispensável comprovar a sindicalização, ou oferecer prova, mediante certidão negativa no Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, ou da autoridade regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados e no Território do Acre, de que não existe sindicato no local onde o interessado exerce a respectiva atividade ou profissão.

SECÇÃO VII

Da gestão financeira do sindicato e sua fiscalização

Art. 548. Constituem o patrimônio das associações sindicais:

- a) as contribuições devidas aos sindicatos pelos que participem das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades, sob a denominação de imposto sindical, pagas e arrecadadas na forma do Capítulo III deste Título;
- b) as contribuições dos associados, na forma estabelecida nos Estatutos ou pelas assembléias gerais;
- c) os bens e valores adquiridos e as rendas produzidas pelos mesmos;
- d) as doações e legados;
- e) as multas e outras rendas eventuais.

Art. 549. Os bens e rendas dos sindicatos, federações e confederações só poderão ter aplicação na forma prevista na lei e nos estatutos.

Parágrafo único. Os títulos de renda e bens imóveis das associações não serão alienados sem autorização do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 550. Os sindicatos, federações e confederações submeterão, até 30 de junho de cada ano, à aprovação do ministro do Trabalho, Indústria e

Comércio, na forma das instruções que expedir, seu orçamento de receita e despesa para o próximo ano financeiro.

§ 1.º As entidades sindicais são obrigadas a possuir, devidamente selado e rubricado, um livro Diário afim de nele serem registados, sistematicamente e em perfeita ordem, os fatos administrativos da gestão financeira e patrimonial dos sindicatos, federações e confederações.

§ 2.º Na contabilidade das entidades sindicais, o ano financeiro coïncidirá com o ano civil, devendo, até 31 de março de cada ano, ser apresentado o livro Diário, feitos todos os lançamentos, inclusive o respectivo balanço, à rubrica da autoridade competente do Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, e das Delegacias Regionais ou das repartições autorizadas em virtude de lei, nos Estados e Território do Acre.

§ 3.º Poderá ser cassada a carta de reconhecimento de sindicato que, por deficiência de receita, não se achar em condições financeiras que o habilitem a exercer as suas funções.

Art. 551. Os sindicatos, as federações e as confederações enviarão ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, até 31 de março de cada ano, o relatório do ano anterior. Desse relatório deverão constar as principais ocorrências verificadas, as alterações do quadro de associados, o balanço do exercício financeiro, o balanço patrimonial e uma demonstração especial de emprego do imposto sindical arrecadado no ano anterior.

Art. 552. Os atos que importem malversação ou delapidação do patrimônio das associações sindicais ficam equiparados aos crimes contra a economia popular e serão julgados e punidos na conformidade dos arts. 2.º e 6.º, do decreto-lei n. 869, de 18 de novembro de 1938.

SEÇÃO VIII

Das penalidades

Art. 553. As infrações ao disposto neste Capítulo serão punidas, segundo o seu carater e a sua gravidade, com as seguintes penalidades:

- a) multa de Cr\$ 100 (cem cruzeiros) e 5.000 (cinco mil cruzeiros), dobrada na reincidência;
- b) suspensão de diretores por prazo não superior a trinta dias;
- c) destituição de diretores ou de membros de conselho;
- d) fechamento de sindicato, federação ou confederação por prazo nunca superior a seis meses;
- e) cassação da carta de reconhecimento.

Parágrafo único. A imposição de penalidades aos administradores não exclue a aplicação das que este artigo prevê para a associação.

Art. 554. Destituída a administração na hipótese da alínea c do artigo anterior, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio nomeará um delegado para dirigir a associação e proceder, dentro do prazo de 90 dias, em assembléia geral por ele convocada e presidida, à eleição dos novos diretores e membros do Conselho Fiscal.

Art. 555. A pena de cassação da carta de reconhecimento será imposta à entidade sindical:

- a) que deixar de satisfazer as condições de constituição e funcionamento estabelecidas nesta lei;

b) que se recusar ao cumprimento de ato do Presidente da República, no uso da faculdade conferida pelo art. 536.

c) que não obedecer às normas emanadas das autoridades corporativas competentes ou às diretrizes da política econômica ditadas pelo Presidente da República, ou criar obstáculos à sua execução.

Art. 556. A cassação da carta de reconhecimento da entidade sindical não importará no cancelamento de seu registro, nem, consequentemente, a sua dissolução, que se processará de acordo com as disposições da lei que regulam a dissolução das associações civis.

Parágrafo único. No caso de dissolução, por se achar a associação incurso nas leis que definem crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e a ordem política e social, os seus bens, pagas as dívidas decorrentes das suas responsabilidades, serão encorporados ao patrimônio da União e aplicados em obras de assistência social.

Art. 557. As penalidades, de que trata o art. 553 serão impostas:

a) as das alíneas a e b, pelo diretor geral do Departamento Nacional do Trabalho, com recurso para o ministro de Estado;

b) as demais, pelo ministro de Estado.

§ 1.º Quando se trata de associações de grau superior, as penalidades serão impostas pelo ministro de Estado, salvo se a pena for da cassação da carta de reconhecimento de confederação, caso em que a pena será imposta pelo Presidente da República.

§ 2.º Nenhuma pena será imposta sem que seja assegurada defesa ao acusado.

SEÇÃO IX

Disposições gerais

Art. 558. São obrigadas ao registro todas as associações profissionais constituídas por atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, de acordo com o art. 511 e na conformidade do quadro de atividades e profissões a que alude o Capítulo II deste título. As associações profissionais registradas nos termos deste artigo poderão representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses individuais dos associados relativos à sua atividade ou profissão, sendo-lhes também extensivas as prerrogativas contidas na alínea d e no parágrafo único do art. 513.

§ 1.º O registro a que se refere o presente artigo será processado, no Distrito Federal, pelo Departamento Nacional do Trabalho e nos Estados e Território do Acre pelas Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou pelas repartições autorizadas em virtude da lei.

§ 2.º O registro das associações far-se-á mediante requerimento, acompanhado da cópia autêntica dos estatutos e da declaração do número de associados, do patrimônio e dos serviços sociais organizados.

§ 3.º As alterações dos estatutos das associações profissionais não entrarão em vigor sem a aprovação da autoridade que houver concedido o respectivo registro.

Art. 559. O Presidente da República, excepcionalmente, e mediante proposta do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, fundada em razões de utilidade pública, poderá conceder, por decreto, às associações civis constituídas para a defesa e coordenação de interesses econômicos e profissionais e não obrigadas ao registro previsto no artigo anterior, a prerrogativa da alínea d do art. 513 deste capítulo.

Art. 560. Não se reputará transmissão de bens, para efeitos fiscais, a incorporação do patrimônio de uma associação profissional ao da entidade sindical, ou das entidades aludidas entre si.

Art. 561. A denominação "sindicato" é privativa das associações profissionais de primeiro grau, reconhecidas na forma desta lei.

Art. 562. As expressões "federação" e "confederação", seguidas da designação de uma atividade econômica ou profissional, constituem denominações privativas das entidades sindicais de grau superior.

Art. 563. Constituído o Conselho de Economia Nacional, os processos de reconhecimento de associações profissionais, depois de informados pelos órgãos competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e antes de serem submetidos em despacho final ao ministro de Estado, serão encaminhados àquele Conselho para o efeito do art. 61, alínea g, da Constituição.

Art. 564. As entidades sindicais, sendo-lhes peculiar e essencial a atribuição representativa e coordenadora das correspondentes categorias ou profissões, é vedado, direta ou indiretamente, o exercício de atividade econômica.

Art. 565. As entidades sindicais reconhecidas nos termos desta lei não poderão fazer parte de organizações internacionais.

Art. 566. Não podem sindicalizar-se os servidores do Estado e os das instituições para-estatais.

Art. 567. Serão pagas em selos as taxas correspondentes às certidões anuais expedidas pelo Departamento Nacional do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, relativas ao cumprimento do disposto nos arts. 550 e 551 deste capítulo.

Parágrafo único. O pagamento das taxas de que trata este artigo será acrescido de selo de Educação e Saúde.

Art. 568. As cartas de reconhecimento dos sindicatos e associações sindicais de grau superior, expedidas nos termos deste capítulo ficam sujeitas ao pagamento das seguintes taxas:

a) de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), pela carta de reconhecimento de Sindicato;

b) de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), pela carta de reconhecimento de Federação;

c) de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), pela carta de reconhecimento de Confederação.

Art. 569. As taxas a que se refere o artigo anterior serão pagas em selo.

Parágrafo único. O pagamento das taxas de que trata o presente capítulo será acrescido do selo de Educação e Saúde.

CAPÍTULO II

DO ENQUADRAMENTO SINDICAL

Art. 570. Os sindicatos constituir-se-ão, normalmente, por categorias econômicas ou profissionais, específicas, na conformidade da discriminação do quadro das atividades e profissões a que se refere o art. 577 ou segundo as subdivisões que, sob proposta da Comissão do Enquadramento Sindical, de

que trata o art. 576, forem criadas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parágrafo único. Quando os exercentes de quaisquer atividades ou profissões se constituírem, seja pelo número reduzido, seja pela natureza mesma dessas atividades ou profissões, seja pelas afinidades existentes entre elas, em condições tais que não se possam sindicalizar eficientemente pelo critério de especificidade de categoria, é-lhes permitido sindicalizar-se pelo critério de categorias similares ou conexas, entendendo-se como tais as que se acham compreendidas nos limites de cada grupo constante do quadro de atividades e profissões.

Art. 571. Qualquer das atividades ou profissões concentradas na forma do parágrafo único do artigo anterior poderá dissociar-se do sindicato principal, formando um sindicato específico, desde que o novo sindicato, a juízo da Comissão do Enquadramento Sindical, ofereça possibilidade de vida associativa regular e de ação sindical eficiente.

Art. 572. Os sindicatos que se constituírem por categorias similares ou conexas, nos termos do parágrafo único do art. 570, adotarão denominação em que fiquem, tanto como possível, explicitamente mencionadas as atividades ou profissões concentradas, de conformidade com o quadro das atividades e profissões, ou se se tratar de subdivisões, de acordo com o que determinar a Comissão do Enquadramento Sindical.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese do artigo anterior, o sindicato principal terá a denominação alterada, eliminando-se-lhe a designação relativa à atividade ou profissão dissociada.

Art. 573. O agrupamento dos sindicatos em federações obedecerá às mesmas regras que as estabelecidas neste capítulo para o agrupamento das atividades e profissões em sindicatos.

§ 1.º As federações de sindicatos de profissões liberais poderão ser organizadas independentemente do grupo básico da Confederação, sempre que as respectivas profissões se acharem submetidas, por disposições de lei, a um único regulamento.

§ 2.º O Presidente da República, quando o julgar conveniente aos interesses da organização corporativa, poderá autorizar o reconhecimento de federações compostas de sindicatos pertencentes a vários grupos, desde que a federação por eles formada represente, pelo menos, dois terços dos sindicatos oficialmente reconhecidos há mais de dois anos num mesmo Estado, e sejam tais sindicatos atinentes a uma mesma secção da Economia Nacional (art. 57, parágrafo único, alíneas a, c, d e e da Constituição).

Art. 574. Dentro da mesma base territorial, as empresas industriais do tipo artesanal poderão constituir entidades sindicais, de primeiro e segundo graus, distintas das associações sindicais das empresas congêneres, de tipo diferente.

Parágrafo único. Compete à Comissão de Enquadramento Sindical definir, de modo genérico, com a aprovação do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, a dimensão e os demais característicos das empresas industriais de tipo artesanal.

Art. 575. O quadro de atividades e profissões será revisto de dois em dois anos, por proposta da Comissão do Enquadramento Sindical, para o fim de ajustá-lo às condições da estrutura econômica e profissional do país.

§ 1.º Antes de proceder à revisão do quadro, a Comissão deverá solicitar sugestões às entidades sindicais e às associações profissionais.

§ 2.º A proposta de revisão será submetida à aprovação do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 576. A Comissão do Enquadramento Sindical funcionará sob a presidência do diretor geral do Departamento Nacional do Trabalho e será

composta de um representante do Instituto Nacional de Tecnologia, de um do Atuariado, de um do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, de um do Departamento Nacional da Indústria e Comércio e de um representante da Divisão de Organização e Assistência Sindical, do D.N.T., designados pelo ministro, bem como de um representante do Ministério da Agricultura designado pelo respectivo titular e de dois representantes dos empregadores e dois dos empregados, indicados, em lista de cinco nomes, pelos presidentes das respectivas Confederações Nacionais e nomeados pelo ministro.

Parágrafo único. Além das atribuições fixadas no presente capítulo e concernentes ao enquadramento sindical, individual ou coletivo, e à classificação das atividades e profissões, competirá, também, à Comissão do Enquadramento Sindical resolver, com recurso para o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, todas as dúvidas e controvérsias concernentes à organização sindical.

Art. 577. O quadro de atividades e profissões em vigor fixará o plano básico do enquadramento sindical.

CAPÍTULO III

DO IMPOSTO SINDICAL

SEÇÃO I

Da fixação e do recolhimento do imposto sindical

Art. 578. As contribuições devidas aos sindicatos pelos que participem das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades, serão, sob a denominação do "Imposto Sindical", pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste capítulo.

Art. 579. O imposto sindical é devido, por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou inexistindo este na conformidade do disposto no art. 581.

Art. 580. O imposto sindical será pago de uma só vez, anualmente e consistirá:

a) na importância correspondente à remuneração de um dia de trabalho, para os empregados, qualquer que seja a forma da referida remuneração;

b) para os agentes ou trabalhadores autônomos e para os profissionais liberais, numa importância variável de Cr\$ 10 (dez cruzeiros) a Cr\$ 100 (cem cruzeiros), fixada na forma do art. 583;

c) para os empregadores, numa importância, fixa, proporcional ao capital registrado da respectiva firma ou empresa, conforme a seguinte tabela:

Capital até Cr\$	10.000.....	Cr\$	30
De mais de Cr\$	10.000 até 50.000	Cr\$	60
De mais de Cr\$	50.000 até 100.000	Cr\$	100
De mais de Cr\$	100.000 até 250.000	Cr\$	250
De mais de Cr\$	250.000 até 500.000	Cr\$	300
De mais de Cr\$	500.000 até 1.000.000	Cr\$	500
De mais de Cr\$	1.000.000 até 5.000.000	Cr\$	1.000
De mais de Cr\$	5.000.000 até 10.000.000	Cr\$	3.000
Superior a Cr\$	10.000.000	Cr\$	5.000

Art. 581. Para os fins da alínea c, do artigo anterior, as empresas atribuirão parte do respectivo capital às suas sucursais, filiais ou agências, na proporção das correspondentes operações econômicas, do que darão ciência ao Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal e às Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou às repartições autorizadas em virtude de lei, nos Estados e no Território do Acre, conforme a localidade da sede da empresa, cabendo, na última hipótese, aos delegados ou diretores remeter cópia dessa comunicação ao Departamento Nacional do Trabalho.

§ 1.º Não é devida, porém, a referida atribuição, em relação às filiais ou agências que estiverem localizadas na base territorial do sindicato do estabelecimento principal, desde que integrem a mesma atividade econômica.

§ 2.º Quando a empresa realizar diversas atividades econômicas, sem que nenhuma delas seja preponderante, cada uma dessas atividades será incorporada à respectiva categoria econômica, sendo o imposto sindical devido ao sindicato representativo da mesma categoria e procedendo-se em relação às correspondentes sucursais, agências ou filiais, na forma do presente artigo.

§ 3.º Entende-se por atividade preponderante a que caracterizar a unidade de produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades convirjam exclusivamente, em regime de conexão funcional.

Art. 582. Os empregadores são obrigados a descontar da folha de pagamento de seus empregados, relativa ao mês de março de cada ano, o imposto sindical por estes devido aos respectivos sindicatos.

§ 1.º Considera-se um dia de trabalho para efeito de determinação da importância a que alude o inciso a, do art. 580:

I, a importância equivalente a 1/25 (um vinte e cinco avos) do salário ajustado entre o empregador e o empregado, se este for mensalista;

II, a importância equivalente a uma diária ou a oito horas de trabalho normal, se o pagamento ao empregado for, respectivamente, feito por dia ou por hora;

III, a importância equivalente a 1/25 (um vinte e cinco avos) da quantia percebida no mês anterior, se a remuneração for paga por tarefa, empreitada, ou comissão.

§ 2.º Quando o salário for pago em utilidades, ou nos casos em que o empregado receba habitualmente gorjetas ou gratificações de terceiros, o imposto sindical corresponderá a 1/25 (um vinte e cinco avos) da importância que tiver servido de base, no mês de janeiro, para a contribuição do empregado ao respectivo Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões.

Art. 583. A fixação do imposto sindical devido pelos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais, far-se-á mediante proposta elaborada pelos respectivos sindicatos e submetida dentro de 60 dias após a expedição da correspondente carta de reconhecimento, à aprovação do Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, e das Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou das repartições estaduais autorizadas em virtude de lei, na forma das instruções expedidas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 584. Servirá de base para o pagamento do imposto sindical, pelos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais, a lista de contribuintes organizada pelos respectivos sindicatos na conformidade das instruções expedidas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 585. Os profissionais liberais poderão optar pelo pagamento do imposto sindical unicamente aos sindicatos das respectivas profissões.

Parágrafo único. Nessa hipótese, à vista da manifestação do contribuinte e da exibição da prova de quitação do imposto, dada por sindicato de

profissionais liberais, o empregador deixará de efetuar, no salário do contribuinte, o desconto a que se refere o art. 582.

Art. 586. O imposto sindical devido pelos empregadores, empregados e agentes ou trabalhadores autônomos e pelos profissionais liberais, será recolhido, nos meses fixados no presente capítulo, ao Banco do Brasil ou nas localidades onde não houver agência ou filial desse estabelecimento bancário, aos estabelecimentos bancários nacionais indicados pela autoridade regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os quais, de acordo com instruções que lhes forem expedidas, depositarão no Banco do Brasil, mediante guia, as importâncias arrecadadas.

§ 1.º Em se tratando de empregador, agentes ou trabalhadores autônomos, ou profissionais liberais, o recolhimento será feito diretamente pelo contribuinte.

§ 2.º Em se tratando de imposto sindical devido pelos empregados, sua arrecadação, feita na forma do art. 582, será recolhida diretamente pelo empregador respectivo.

§ 3.º O recolhimento do imposto sindical descontado pelos empregadores aos respectivos empregados será efetuado no mês de abril de cada ano.

§ 4.º O recolhimento do imposto sindical pelos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais realizar-se-á no mês de fevereiro de cada ano na forma do disposto no presente capítulo.

§ 5.º O recolhimento obedecerá ao sistema de guias de acordo com as instruções expedidas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 6.º O comprovante de depósito do imposto sindical, efetuado na forma deste capítulo, será remetido aos respectivos sindicatos ou órgãos a que couber, na conformidade das instruções expedidas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 587. O recolhimento do imposto sindical dos empregadores efetuar-se-á no mês de janeiro de cada ano, ou, para os que venham a estabelecer-se após aquele mês, na ocasião em que requeiram às repartições o registro ou a licença para seu funcionamento, e será feito, diretamente, na conformidade do artigo anterior.

Art. 588. O Banco do Brasil abrirá uma conta corrente especial com juros, do imposto sindical, em nome de cada uma das entidades sindicais, a que couber o imposto sindical, reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que, para esse fim, o cientificará das seguintes ocorrências: reconhecimento, fechamento, eleição, suspensão e destituição de diretores.

§ 1.º As retiradas na conta corrente especial de imposto sindical só serão admitidas mediante cheque assinado pelo tesoureiro da entidade sindical e visado pelo respectivo presidente.

§ 2.º O Banco do Brasil remeterá, anualmente, em dezembro, ao Departamento Nacional do Trabalho e à Comissão do Imposto Sindical o extrato da conta especial do imposto de cada entidade sindical.

Art. 589. Da importância anual da arrecadação do imposto sindical será deduzida, em favor das entidades sindicais de grau superior, a percentagem de 20% (vinte por cento), cabendo 15% (quinze por cento) à Federação coordenadora das categorias a que corresponderem os Sindicatos e os restantes 5% (cinco por cento) à respectiva confederação.

§ 1.º As aludidas percentagens serão pagas diretamente pelo Sindicato à correspondente Federação e por esta à Confederação legalmente reconhecida, devendo o pagamento ser feito até 30 dias após a data da arrecadação do imposto sindical.

§ 2.º Inexistindo Federação legalmente reconhecida, a percentagem de 20% (vinte por cento) será paga integralmente à Confederação relativa ao mesmo ramo econômico ou profissional.

§ 3.º Na falta de entidades sindicais de grau superior, os Sindicatos depositarão a percentagem que àquelas caberia na conta especial a que se refere o art. 590.

Art. 590. Das importâncias recolhidas de acordo com o art. 586, o Banco do Brasil transferirá a uma conta especial, denominada "Fundo Social Sindical", 20% (vinte por cento) do imposto sindical relativo a cada sindicato.

Art. 591. As empresas ou os indivíduos, integrantes de categorias econômicas ou profissionais que não se tenham constituído em sindicato, devem, obrigatoriamente, contribuir com a importância correspondente ao imposto sindical para a federação representativa do grupo dentro do qual estiver incluída a respectiva categoria, de acordo com o plano de enquadramento sindical a que se refere o Capítulo II. Nesse caso, das importâncias arrecadadas, 20 % (vinte por cento) serão deduzidos em favor da respectiva Confederação e 20% (vinte por cento) para o "Fundo Social Sindical".

§ 1.º Operar-se-á da mesma forma quando não existir Federação, cabendo o imposto à Confederação representativa do correspondente grupo, do qual 20% (vinte por cento) serão deduzidos para o fundo social sindical.

§ 2.º Na hipótese de não haver sindicato nem entidade sindical de grau superior, o imposto do respectivo grupo será recolhido, totalmente, em favor do "Fundo Social Sindical".

SEÇÃO II

Da aplicação do imposto sindical

Art. 592. O imposto sindical, feitas as deduções de que tratam os arts. 589 e 590, será aplicado pelos sindicatos:

I. De empregadores e de agentes autônomos:

- a) em serviços de assistência técnica e judiciária;
- b) na realização de estudos econômicos e financeiros;
- c) em bibliotecas;
- d) em medidas de divulgação comercial e industrial no país e no estrangeiro, bem como em outras tendentes a incentivar e aperfeiçoar a produção nacional;
- e) nas despesas decorrentes dos encargos criados pelo presente capítulo.

II. De empregados:

- a) em agências de colocação, na forma das instruções que forem expedidas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio;
- b) na assistência à maternidade;
- c) em assistência médica e dentária;
- d) em assistência judiciária;
- e) em escolas de alfabetização e prevocacionais;
- f) em cooperativas de crédito e de consumo;
- g) em colônias de férias;
- h) em bibliotecas;
- i) em finalidades esportivas;
- j) nas despesas decorrentes dos encargos criados pelo presente capítulo.

III. De profissionais liberais:

- a) em bibliotecas especializadas;
- b) em congressos e conferências;
- c) em estudos científicos;
- d) em assistência judiciária;
- e) em assistência médica e dentária;
- f) em auxílios de viagem;
- g) em cooperativas de consumo;
- h) em bolsas de estudo;
- i) em prêmios anuais científicos;
- j) nas despesas decorrentes dos encargos criados pelo presente capítulo.

IV. De trabalhadores autônomos;

- a) na assistência à maternidade;
- b) na assistência médica e dentária;
- c) em assistência judiciária;
- d) em escolas de alfabetização;
- e) em cooperativas de crédito e consumo;
- f) em colônias de férias;
- g) em bibliotecas;
- h) em finalidades esportivas;
- i) nas despesas decorrentes dos encargos criados pelo presente capítulo.

Parágrafo único. A aplicação do imposto sindical prevista neste artigo, respeitados os seus objetivos, ficará a critério de cada Sindicato que, para tal fim, atenderá sempre às peculiaridades da respectiva categoria, sendo facultado ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio baixar instruções a respeito.

Art. 593. As percentagens atribuídas às entidades sindicais de grau superior serão aplicadas de conformidade com o que dispuserem os respectivos Conselhos de Representantes.

Art. 594. O "Fundo Social Sindical" será gerido e aplicado pela Comissão do Imposto Sindical em objetivos que atendem aos interesses gerais da organização sindical nacional.

SECÇÃO III**Da comissão do imposto sindical (C. I. S.)**

Art. 595. A Comissão do Imposto Sindical, com sede no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, funcionará sob a presidência do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e será constituída:

- a) de um representante do Departamento Nacional do Trabalho e de um dos Serviços de Contabilidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo respectivo ministro;
- b) de um representante dos profissionais liberais, de dois dos empregadores e de dois dos empregados indicados em lista tríplice pelos presidentes das respectivas confederações e nomeados pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio;
- c) de três pessoas de conhecimentos especializados respectivamente em assuntos de Direito e de Medicina-Social, designadas livremente pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 1.º O presidente da Comissão do Imposto Sindical será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo membro por ele designado previamente.

§ 2.º Os membros da Comissão do Imposto Sindical terão exercício por dois anos podendo ser reconduzidos.

Art. 596. Compete à Comissão do Imposto Sindical:

- a) gerir o "Fundo Social Sindical";
- b) organizar o plano sistemático da aplicação do "Fundo Social Sindical";
- c) fiscalizar a aplicação do imposto sindical, expedindo as normas que se fizerem necessárias;
- d) resolver as dúvidas suscitadas na execução do presente capítulo.

Art. 597. É facultado à Comissão do Imposto Sindical solicitar, sempre que julgar necessário, a audiência de órgãos técnicos especializados.

§ 1.º A Comissão do Imposto Sindical terá serviços de Secretaria próprios de acordo com a organização que para a mesma aprovar.

§ 2.º A Comissão do Imposto Sindical aprovará os orçamentos necessários à execução de seus serviços, que serão custeados pelo "Fundo Social Sindical".

SECÇÃO IV

Das penalidades

Art. 598. Sem prejuízo da ação criminal e das penalidades previstas no art. 553 serão aplicadas multas de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) pelas infrações deste capítulo impostas no Distrito Federal pela autoridade competente de 1.ª instância do Departamento Nacional do Trabalho e nos Estados e no Território do Acre pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parágrafo único. A gradação da multa atenderá à natureza da infração e às condições sociais e econômicas do infrator.

Art. 599. Para os profissionais liberais, a penalidade consistirá na suspensão do exercício profissional, até a necessária quitação, e será aplicada pelos órgãos públicos ou autárquicos disciplinadores das respectivas profissões mediante comunicação das autoridades fiscalizadoras.

Art. 600. O pagamento do imposto sindical efetuado fora do prazo do recolhimento referido neste capítulo, quando espontâneo, será acrescido da multa de mora de 10% (dez por cento) revertendo a importância correspondente a essa multa em favor do "Fundo Social Sindical", ficando nesse caso, o infrator, isento de outra penalidade.

SECÇÃO V

Disposições gerais

Art. 601. No ato da admissão de qualquer empregado, delê exigirá o empregador a apresentação da prova de quitação do imposto sindical.

Art. 602. Os empregados que não estiverem trabalhando no mês destinado ao desconto do imposto sindical, serão descontados no primeiro mês subsequente ao do reinício do trabalho.

Parágrafo único. De igual forma se procederá com os empregados que forem admitidos depois daquela data e que não tenham trabalhado anteriormente nem apresentando a respectiva quitação.

Art. 603. Os empregadores são obrigados a prestar aos encarregados da fiscalização, os esclarecimentos necessários ao desempenho de sua missão e a exhibir-lhes, quando exigidos, na parte relativa ao pagamento de empregados, os seus livros, folhas de pagamento e outros documentos comprobatórios dessas pagamentos, sob pena da multa cabível.

Art. 604. Os agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais são obrigados a prestar aos encarregados da fiscalização os esclarecimentos que lhes forem solicitados, inclusive exibição de quitação do imposto sindical.

Art. 605. As entidades sindicais são obrigadas a promover a publicação de editais concernentes ao recolhimento do imposto sindical, durante 3 dias, nos jornais de maior circulação local e até dez dias da data fixada para depósito bancário.

Art. 606. Às entidades sindicais cabe, em caso de falta de pagamento do imposto sindical, promover a respectiva cobrança judicial, mediante ação executiva valendo como título de dívida a certidão expedida pelo Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, ou pelas autoridades regionais do do Acre.

§ 1.º O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio baixará as instruções regulando a expedição das certidões a que se refere o presente artigo das, quais deverá constar a individualização do contribuinte, a indicação do débito e a designação da entidade a favor da qual será recolhida a importância de imposto, de acordo com o respectivo enquadramento sindical.

§ 2.º Para os fins da cobrança judicial do imposto sindical são extensivos às entidades sindicais, com exceção do foro especial, os privilégios da Fazenda Pública para a cobrança da dívida ativa.

Art. 607. É considerado como documento essencial ao comparecimento às concorrências públicas, ou administrativas e para o fornecimento às repartições paraestatais ou autárquicas, a prova da quitação do respectivo imposto sindical e a de recolhimento do imposto sindical descontado dos respectivos empregados.

Art. 608. As repartições federais, estaduais ou municipais, não concederão registro ou licenças para funcionamento ou renovação de atividades aos estabelecimentos de empregadores e aos escritórios ou congêneres dos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais nem concederão alvarás de licença ou localização, sem que sejam exibidas as provas de quitação do imposto sindical, na forma do artigo anterior.

Art. 609. O recolhimento do imposto sindical e todos os lançamentos e movimentos nas contas respectivas são isentos de selos e taxas federais, estaduais ou municipais.

Art. 610. As dúvidas suscitadas no cumprimento deste capítulo serão Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados e no Território resolvidas pela Comissão do Imposto Sindical, expedidas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, as instruções que se tornarem necessárias à sua execução.

TÍTULO VI

Do Contrato Coletivo de Trabalho

Art. 611. Contrato coletivo de trabalho é o convênio de caráter normativo pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições que regerão as relações individuais de trabalho, no âmbito da respectiva representação.

Parágrafo único. Os sindicatos só poderão celebrar contrato coletivo quando o fizerem por deliberação de assembleia geral, dependendo a sua vali-

dade de ratificação, em outra assembléa geral, por maioria de 2/3 dos associados ou, em segunda convocação, por 2/3 dos presentes.

Art. 612. O contrato coletivo, celebrado nos termos do presente capítulo, aplica-se aos associados dos sindicatos convenientes, podendo tornar-se extensivo a todos os membros das respectivas categorias, mediante decisão do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 613. Os contratos coletivos serão celebrados por escrito, em três vias, em emendas nem rasuras, assinadas pelas diretorias dos sindicatos convenientes, ficando cada parte com uma das vias e sendo a outra via remetida, dentro de 30 dias da assinatura, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para homologação, registo e arquivamento.

Art. 614. As cópias autênticas dos contratos coletivos serão afixadas, de modo visível, dentro de sete dias contados da data em que forem assinados, nas sedes das entidades sindicais e nos estabelecimentos para os quais tenham sido ajustados.

Art. 615. Compete ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, ou à autoridade por ele designada, homologar os contratos coletivos, devendo o seu registo e arquivamento ser processado no Departamento Nacional do Trabalho e nos órgãos regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de acordo com as instruções expedidas pelo ministro.

Art. 616. Depois de homologado, e no prazo de sua vigência, poderá, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio tornar o contrato obrigatório a todos os membros das categorias profissionais e econômicas, representadas pelos sindicatos convenientes, dentro das respectivas bases territoriais, desde que tal medida seja aconselhada pelo interesse público.

Art. 617. O contrato coletivo tornado obrigatório para as categorias profissionais e econômicas vigorará pelo prazo que tiver sido estabelecido, ou por outro, nos termos do presente título, quando expressamente o fixar o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio no ato que o tornar extensivo.

Art. 618. Os contratos coletivos entrarão em vigor dez dias após sua homologação pela autoridade competente.

Art. 619. Os contratos coletivos devem conter, obrigatoriamente:

- a) designação precisa dos sindicatos convenientes;
- b) serviço ou serviços a serem prestados, e a categoria profissional a que se aplica, ou, estritamente, as profissões ou funções abrangidas;
- c) a categoria econômica a que se aplica, ou estritamente as empresas ou estabelecimentos abrangidos;
- d) local ou locais de trabalho;
- e) seu prazo de vigência;
- f) importância e modalidade dos salários;
- g) horário de trabalho;
- h) direitos e deveres de empregadores e empregados.

Parágrafo único. Além das cláusulas prescritas neste artigo, poderão ser, nos contratos coletivos, incluídas outras atinentes às normas para a solução pacífica das divergências surgidas entre os convenientes ou a quaisquer assuntos de seu interesse.

Art. 620. Não será permitido estipular duração do contrato coletivo de trabalho superior a dois anos.

Parágrafo único. No caso de prorrogação da vigência de contrato coletivo de trabalho, é exigida a ratificação dos convenientes, seguido o rito estipulado para a sua celebração.

Art. 621. O contrato coletivo, com sua vigência subordinada à execução de determinado serviço, que não venha a ser concluído dentro do prazo de dois anos, poderá ser prorrogado mediante ato da autoridade competente para homologá-lo, desde que não tenha havido oposição dos convenientes.

Art. 622. O processo da denúncia ou revogação obedecerá às normas estipuladas para a celebração dos contratos coletivos, ficando, igualmente, condicionado à homologação da autoridade competente.

Art. 623. A vigência dos contratos coletivos poderá ser suspensa temporária ou definitivamente, quando ocorrer motivo de força maior, podendo ser prorrogada por tempo equivalente ao da suspensão.

§ 1.º Compete à autoridade administrativa declarar a suspensão, sempre que não houver dissídio entre os convenientes.

§ 2.º Havendo dissídio, será competente a Justiça do Trabalho.

Art. 624. Os empregadores e empregados que celebrarem contratos individuais de trabalho ou estabelecerem condições contrárias ao que tiver sido ajustado no contrato coletivo que lhes for aplicável, serão passíveis de multa, prefixada em cada caso, no texto deste último.

§ 1.º A multa que tiver de ser imposta ao empregado não poderá exceder da metade daquela que, nas mesmas condições, seja estipulada para o empregador.

§ 2.º Verificada a infração, a parte infratora será autuada pelos órgãos competentes de fiscalização e intimada pelo Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, ou pelas Delegacias Regionais, nos Estados, a pagar a multa dentro de quinze dias.

§ 3.º Na falta do pagamento da multa, será feita a cobrança executiva nos termos da legislação em vigor.

§ 4.º Da imposição da multa caberá recurso, com efeito suspensivo, para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro do prazo de 30 dias da intimação.

§ 5.º As importâncias das multas, que forem arrecadadas, serão escrituradas no Tesouro Nacional, a crédito do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, afim de serem aplicadas nas despesas de fiscalização dos serviços a cargo do Departamento Nacional do Trabalho.

Art. 625. As divergências e dissídios resultantes da aplicação ou inobservância dos contratos coletivos serão dirimidos pela Justiça do Trabalho.

TÍTULO VII

Do Processo de Multas Administrativas

CAPÍTULO I

DA FISCALIZAÇÃO, DA AUTUAÇÃO E DA IMPOSIÇÃO DE MULTAS

Art. 626. Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

Parágrafo único. Os fiscais dos Institutos de Seguro Social e das entidades paraestatais em geral dependentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio serão competentes para a fiscalização a que se refere o presente artigo, na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 627. Afim de promover a instrução dos responsáveis no cumprimento das leis de proteção do trabalho, a fiscalização deverá observar o critério de dupla visita nos seguintes casos:

- a) quando ocorrer promulgação ou expedição de novas leis, regulamentos ou instruções ministeriais, sendo que com relação, exclusivamente, a esses atos será feita apenas a instrução dos responsáveis;
- b) em se realizando a primeira inspeção dos estabelecimentos ou dos locais de trabalho, recentemente inaugurados ou empreendidos.

Art. 628. A toda a verificação em que o fiscal concluir pela existência de violação de preceito legal deve corresponder, com exceção do que se prevê no artigo anterior, e sob pena de responsabilidade administrativa, a lavratura de auto de infração.

Art. 629. O auto de infração será lavrado em duplicata, nos termos dos modelos e instruções expedidos, sendo uma via entregue ao infrator, contra recibo, ou ao mesmo enviada dentro de cinco dias da lavratura, em registrado postal, com franquia. O auto, quando possível, será assinado pelo infrator, independentemente o seu valor probante da assinatura de testemunha.

§ 1.º Lavrado o auto de infração, não poderá este ser inutilizado nem sustado o curso do respectivo processo, devendo o fiscal apresentá-lo à autoridade competente, mesmo se incidir em erro, o que será objeto de conveniente apuração.

§ 2.º O infrator terá, para apresentar defesa, o prazo de cinco dias uteis, contados do recebimento do auto, se este lhe for entregue logo, ou da notificação por meio do *Diário Oficial* da União ou jornal oficial do Estado no caso da remessa pelo correio.

§ 3.º As diligências determinadas em consequência de razões de defesa ou de recurso deverão ser realizadas por fiscal diferente do que tenha lavrado o originário auto de infração e, quando possível, de hierarquia superior, executando-se desta norma as delegacias regionais deste Ministério, em que o número de servidores seja insuficiente.

Art. 630. Nenhum fiscal deverá exercer as atribuições do seu cargo sem exibir a respectiva carteira de identificação funcional visada pela autoridade competente.

Parágrafo único. Aqueles a quem for incumbido o exercício da fiscalização de que trata este capítulo terão livre acesso a todas as dependências dos estabelecimentos sujeitos ao regime do presente capítulo, sendo os empregadores, ou seus prepostos, obrigados a prestar-lhes os esclarecimentos necessários, afim de assegurar a sua fiel observância, e as empresas de transporte a conceder-lhes passe livre no território de exercício de sua função.

Art. 631. Qualquer funcionário público federal, estadual, ou municipal, ou representante legal de associação sindical, poderá comunicar à autoridade competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio as infrações que verificar.

Parágrafo único. De posse dessa comunicação a autoridade competente procederá desde logo às necessárias diligências, lavrando os autos de que haja mister.

Art. 632. Poderá o autuado requerer a audiência de testemunhas e as diligências que lhe parecerem necessárias à elucidação do processo, cabendo, porém, à autoridade julgar da necessidade de tais provas.

Art. 633. Os prazos para defesa ou recurso, poderão ser prorrogados, de acordo com despacho expresso da autoridade competente, quando o atuado residir em localidade diversa daquela onde se achar essa autoridade.

Art. 634. Na falta de disposição especial, a imposição das multas incumbe às autoridades regionais, competentes em matéria de trabalho, na forma estabelecida por este título.

Parágrafo único. A aplicação da multa não eximirá o infrator da responsabilidade em que incorrer por infração das leis penais.

CAPÍTULO II

DOS RECURSOS

Art. 635. De toda decisão que impuser multa por infração das leis e disposições reguladoras do trabalho, e não havendo forma especial de processo, caberá recurso voluntário interposto pelo infrator, para o diretor geral do Departamento Nacional do Trabalho, salvo nos casos de competência do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.

Art. 636. Os recursos devem ser interpostos no prazo de dez dias, contados da notificação à parte ou, sendo a mesma revel, da publicação do edital no órgão oficial de publicidade, perante a autoridade que houver imposto a multa ou penalidade, a qual, depois de os informar devidamente, dentro de oito dias, os encaminhará nesse prazo à autoridade superior.

Parágrafo único. A interposição do recurso só terá seguimento se a parte juntamente com a petição de recurso fizer prova do depósito do valor da multa.

Art. 637. De todas as decisões que proferirem em processo de infração da lei reguladora do trabalho e que impliquem em arquivamento destes, deverão as autoridades prolatoras do despacho recorrer *ex-officio* para o diretor geral do Departamento Nacional do Trabalho, ou, quando for o caso, para o diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.

Parágrafo único. As decisões serão sempre fundamentadas.

Art. 638. Ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio é facultado avocar ao seu exame e decisão, dentro de 90 (noventa) dias, do despacho final do assunto, ou no curso do processo, as questões referentes à fiscalização dos preceitos estabelecidos nesta Consolidação.

CAPÍTULO III

DO DEPÓSITO DA INSCRIÇÃO E DA COBRANÇA

Art. 639. Não sendo provido o recurso, o depósito se converterá em pagamento.

Art. 640. Não sendo interposto recurso no prazo legal, a autoridade que tiver imposto a multa ou penalidade notificará o infrator a recolher a importância respectiva dentro de dez dias, sob pena de cobrança executiva.

§ 1.º Comparecendo o infrator, ser-lhe-á passada guia em duas vias, para efetuar, dentro do prazo de cinco dias, o recolhimento da importância da multa ou demais penalidades às repartições federais competentes, cabendo a essas repartições escriturar esses recebimentos a crédito do Ministério do

Trabalho, Indústria e Comércio e comunicar seu recolhimento à autoridade por quem foi a guia expedida.

§ 2.º A segunda via da guia será devolvida pelo infrator à repartição que expediu, até ao sexto dia depois de sua expedição, para a devida averbação no processo.

Art. 641. Não comparecendo o infrator, ou não depositando a importância da multa ou penalidade, far-se-á a competente inscrição em livro especial, existente nas repartições das quais se tiver originado a multa ou penalidade, ou de onde tenha provindo a reclamação que a determinou, sendo extraída cópia autêntica dessa inscrição e enviada às autoridades competentes para a respectiva cobrança judicial, valendo tal instrumento como título de dívida líquida e certa.

Art. 642. A cobrança judicial das multas impostas pelas autoridades administrativas do trabalho obedecerá ao disposto na legislação aplicável à cobrança da dívida ativa da União, sendo promovida, no Distrito Federal e nas capitais dos Estados em que funcionarem Conselhos Regionais de Trabalho, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, e, nas demais localidades, pelo Ministério Público Estadual e do Território do Acre, nos termos do decreto-lei n. 960, de 17 de dezembro de 1938.

Parágrafo único. No Estado de São Paulo a cobrança continuará a cargo da Procuradoria do Departamento Estadual do Trabalho, na forma do convênio em vigor.

TÍTULO VIII

Da Justiça do Trabalho

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Art. 643. Os dissídios, oriundos das relações entre empregadores e empregados reguladas na legislação social, serão dirimidos pela Justiça do Trabalho, de acordo com o presente título e na forma estabelecida pelo processo judiciário do trabalho.

§ 1.º As questões concernentes à previdência social serão decididas pelos órgãos e autoridades previstos no Capítulo V deste título e na legislação sobre seguro social.

§ 2.º As questões referentes a acidentes do trabalho continuam sujeitas à justiça ordinária, na forma do decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, e legislação subsequente.

Art. 644. A Justiça do Trabalho compõe-se dos seguintes órgãos:

- a) Juntas de Conciliação e Julgamento ou Juízos de Direito;
- b) Conselhos Regionais do Trabalho;
- c) Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 645. O serviço da Justiça do Trabalho é relevante e obrigatório ninguém dele podendo eximir-se, salvo motivo justificado.

Art. 646. Os órgãos da Justiça do Trabalho funcionarão perfeitamente coordenados, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do presidente do Conselho Nacional do Trabalho.

CAPÍTULO II

DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

SEÇÃO I

Da composição e funcionamento

Art. 647. Cada Junta de Conciliação e Julgamento terá a seguinte composição:

- a) um presidente;
- b) dois vogais, sendo um representante dos empregadores e outro dos empregados .

Parágrafo único. Haverá suplente para o presidente e um para cada vogal.

Art. 648. São incompatíveis entre si, para os trabalhos da mesma Junta, os parentes consanguíneos e afins até o terceiro grau civil.

Parágrafo único. A incompatibilidade resolve-se a favor do primeiro vogal designado ou empossado, ou por sorteio, se a designação ou posse for da mesma data.

Art. 649. É vedado às Juntas de Conciliação e Julgamento proferir decisão final, quando não estiverem presentes todos os seus membros.

§ 1.º A instrução de processos e a conciliação podem ser efetuadas com qualquer número, sendo sempre indispensável a presença do presidente.

§ 2.º Na execução e na liquidação das decisões funciona apenas o presidente.

SEÇÃO II

Da jurisdição e competência das Juntas

Art. 650. A jurisdição de cada Junta de Conciliação e Julgamento abrange todo território da Comarca em que tem sede, podendo, entretanto, ser estendida ou restringida, mediante decreto do Presidente da República.

Art. 651. A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro.

§ 1.º Quando for parte no dissídio agente ou viajante, é competente a Junta da localidade onde o empregador tiver o seu domicílio, salvo se o empregado estiver imediatamente subordinado à agência, ou filial, caso em que será competente a Junta em cuja jurisdição estiver situada a mesma agência ou filial.

§ 2.º A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento estabelecida neste artigo, estende-se aos dissídios ocorridos em agência ou filial no estrangeiro, desde que o empregado seja brasileiro e não haja convenção internacional dispondo em contrário.

§ 3.º Em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços.

Art. 652. Compete às Juntas de Conciliação e Julgamento:

a) conciliar e julgar:

I, os dissídios em que se pretenda o reconhecimento da estabilidade de empregado;

II, os dissídios concernentes a remuneração, férias e indenizações por motivo de rescisão do contrato individual de trabalho;

III, os dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empregado seja operário ou artífice;

IV, os demais dissídios concernentes ao contrato individual de trabalho;

b) processar e julgar os inquéritos para apuração de falta grave;

c) julgar os embargos opostos às suas próprias decisões;

d) julgar os recursos interpostos das decisões do presidente, nas execuções;

e) impor multa e demais penalidades relativas aos atos de sua competência.

Parágrafo único. Terão preferência para julgamento os dissídios sobre pagamento de salário e aqueles que derivarem da falência do empregador, podendo o presidente da Junta, a pedido do interessado, constituir processo em separado, sempre que a reclamação também versar sobre outros assuntos.

Art. 653. Compete, ainda, às Juntas de Conciliação e Julgamento:

a) requisitar às autoridades competentes a realização das diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob sua apreciação, representando contra aquelas que não atenderem a tais requisições;

b) realizar as diligências e praticar os atos processuais deprecados pelos Conselhos Regionais do Trabalho ou pelo Conselho Nacional do Trabalho;

c) julgar as suspeições arguidas contra os seus membros;

d) julgar as exceções de incompetência que lhes forem opostas;

e) expedir precatórias e cumprir as que lhe forem deprecadas;

f) exercer, em geral, no interesse da Justiça do Trabalho, quaisquer outras atribuições que decorram da sua jurisdição.

SEÇÃO III

Des presidentes das Juntas

Art. 654. Os presidentes das Juntas e seus suplentes serão nomeados pelo Presidente da República dentre bachareis em direito, de reconhecida idoneidade moral, especializados em legislação social.

§ 1.º A nomeação dos presidentes das Juntas e seus suplentes é feita por um período de dois anos, findo o qual poderão ser reconduzidos.

§ 2.º Os presidentes das Juntas e seus suplentes, uma vez reconduzidos, serão conservados enquanto bem servirem, só podendo ser demitidos por falta que os torne incompatíveis com o exercício do cargo, apurada pelo Conselho Nacional do Trabalho em inquérito administrativo, facultada, porém, a sua suspensão prévia pela autoridade imediatamente superior, quando motivos graves, devidamente justificados, determinarem essa providência.

Art. 655. Os presidentes das Juntas e seus suplentes tomarão posse do cargo perante o presidente do Conselho Regional da respectiva jurisdição.

§ 1.º Nos Estados em que não houver sede de Conselhos a posse dar-se-á perante o presidente do Tribunal de Apelação, que remeterá o respectivo termo ao presidente do Conselho Regional da jurisdição do empossado.

§ 2.º No Território do Acre a posse dar-se-á perante o juiz de Direito da capital, que procederá na forma prevista no § 1.º

Art. 656. Nos impedimentos dos presidentes das Juntas, cabe aos seus suplentes substituí-los em todas as suas funções.

Parágrafo único. A substituição far-se-á de acordo com as seguintes normas:

a) nos casos de licença, morte ou renúncia, será o suplente convocado pelo presidente do Conselho Regional sob cuja jurisdição estiver a Junta;

b) nos demais casos, mediante convocação do próprio presidente ou comunicação do secretário da Junta, o suplente assumirá imediatamente o exercício, ciente o presidente do Conselho Regional.

Art. 657. Os presidentes das Juntas perceberão os vencimentos fixados em lei. Os seus suplentes, quando os substituírem, terão igual remuneração.

Art. 658. São deveres precípuos dos presidentes das Juntas, além dos que decorram do exercício de sua função:

a) manter perfeita conduta pública e privada;

b) abster-se de atender a solicitações ou recomendações relativamente aos feitos que hajam sido ou tenham de ser submetidos à sua apreciação;

c) residir dentro dos limites de sua jurisdição, não podendo ausentar-se sem licença do presidente do Conselho Regional.

Art. 659. Competem privativamente aos presidentes das Juntas, além das que lhe forem conferidas neste título e das decorrentes de seu cargo, as seguintes atribuições:

I, presidir as audiências das Juntas;

II, executar as suas próprias decisões, as proferidas pela Junta e aquelas cuja execução lhes for deprecada;

III, dar posse aos vogais nomeados para a Junta, ao secretário e aos demais funcionários da Secretaria;

IV, convocar os suplentes dos vogais, no impedimento destes;

V, representar ao presidente do Conselho Regional da respectiva jurisdição, no caso de falta de qualquer vogal a três reuniões consecutivas, sem motivo justificado, para os fins do art. 727;

VI, despachar os recursos interpostos pelas partes, fundamentando a decisão recorrida antes da remessa ao Conselho Regional, ou submetendo-os à decisão da Junta, no caso do art. 894;

VII, assinar as folhas de pagamento dos membros e funcionários da Junta;

VIII, apresentar ao presidente do Conselho Regional, até 15 de fevereiro de cada ano, o relatório dos trabalhos do ano anterior.

SEÇÃO IV

Dos vogais das Juntas

Art. 660. Os vogais das Juntas são designados pelo presidente do Conselho Regional da respectiva jurisdição.

Art. 661. Para o exercício da função de vogal da Junta ou suplente destes são exigidos os seguintes requisitos:

a) ser brasileiro nato;

b) ter reconhecida idoneidade moral;

c) ser maior de 25 anos;

- d) estar no gozo dos direitos civis e políticos;
- e) estar quite com o serviço militar;
- f) contar mais de dois anos de efetivo exercício na profissão e ser sindicalizado.

Parágrafo único. A prova da qualidade profissional a que se refere a alínea f deste artigo, é feita mediante declaração do respectivo sindicato.

Art. 662. A escolha dos vogais das Juntas e seus suplentes far-se-á dentre os nomes constantes das listas que, para esse efeito, forem encaminhadas pelas associações sindicais de primeiro grau ao presidente do Conselho Regional.

§ 1.º Para esse fim, cada sindicato de empregadores e de empregados, com sede na jurisdição da Junta, procederá, na ocasião determinada pelo presidente do Conselho Regional, à escolha de três nomes que comporão a lista.

§ 2.º Recebidas as listas pelo presidente do Conselho Regional, designará este, dentro de cinco dias, os nomes dos vogais e dos respectivos suplentes, expedindo para cada um deles um título, mediante a apresentação do qual será empossado.

§ 3.º Dentro de quinze dias, contados da data da posse, pode ser contestada a investidura do vogal ou do suplente, por qualquer interessado, sem efeito suspensivo, por meio de representação escrita, dirigida ao presidente do Conselho Regional.

§ 4.º Recebida a contestação, o presidente do Conselho designará imediatamente relator, o qual, se houver necessidade de ouvir testemunhas ou de proceder a quaisquer diligências, providenciará para que tudo se realize com a maior brevidade, submetendo, por fim, a contestação a julgamento na primeira sessão do Conselho.

§ 5.º Se o Conselho julgar procedente a contestação, o presidente fará nova designação dentre os nomes constantes das listas a que se refere este artigo.

Art. 663. A investidura dos vogais das Juntas e seus suplentes é de dois anos, podendo, entretanto, ser dispensado, a pedido, aquele que tiver servido, sem interrupção, durante metade desse período.

§ 1.º Na hipótese da dispensa do vogal, a que alude este artigo, assim como nos casos de impedimento, morte ou renúncia, sua substituição far-se-á pelo suplente, ou mediante convocação do presidente da Junta.

§ 2.º Na falta do suplente, por impedimento, morte ou renúncia, serão designados novo vogal e o respectivo suplente, dentre os nomes constantes das listas a que se refere o art. 662, servindo os designados até o fim do período.

Art. 664. Os vogais das Juntas e seus suplentes tomam posse perante o presidente da Junta em que tem de funcionar.

Art. 665. Enquanto durar sua investidura, gozam os vogais das Juntas e seus suplentes das prerrogativas asseguradas aos jurados.

Art. 666. Por audiência a que comparecerem, até o máximo de vinte por mês, os vogais das Juntas e seus suplentes perceberão a gratificação fixada em lei.

Art. 667. São prerrogativas dos vogais das Juntas, além das referidas no art. 665:

- a) tomar parte nas reuniões do tribunal a que pertençam;
- b) aconselhar às partes a conciliação;

- c) votar no julgamento dos feitos e nas matérias de ordem interna do tribunal, submetidas às suas deliberações;
- d) pedir vista dos processos pelo prazo de vinte e quatro horas;
- e) formular, por intermédio do presidente, aos litigantes, testemunhas e peritos, as perguntas que quiserem fazer, para esclarecimento do caso.

CAPÍTULO III

DOS JUIZOS DE DIREITO

Art. 668. Nas localidades não compreendidas na jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento, os Juízos de Direito são os órgãos de administração da Justiça do Trabalho, com a jurisdição que lhes for determinada pela lei de organização judiciária local.

Art. 669. A competência dos Juízos de Direito, quando investidos na administração da Justiça do Trabalho, é a mesma das Juntas de Conciliação e Julgamento, na forma da secção II deste capítulo.

§ 1.º Nas localidades onde houver mais de um Juízo de Direito a competência é determinada, entre os juizes do civil, por distribuição ou pela divisão judiciária local, na conformidade da lei de organização respectiva.

§ 2.º Quando o critério de competência da lei de organização judiciária for diverso do previsto no parágrafo anterior, será competente o juiz do civil mais antigo.

CAPÍTULO IV

DOS CONSELHOS REGIONAIS DO TRABALHO

SECÇÃO I

Da composição e do funcionamento

Art. 670. Cada Conselho Regional tem a seguinte composição:

- a) um presidente;
- b) quatro vogais, sendo um representante dos empregadores, outro dos empregados e os demais alheios aos interesses profissionais.

Parágrafo único. Há um suplente para o presidente e um para cada vogal.

Art. 671. Para os trabalhos dos Conselhos Regionais existe a mesma incompatibilidade prevista no art. 648, sendo idêntica a forma de sua resolução.

Art. 672. Os Conselhos Regionais deliberam sempre com a presença do presidente e de, pelo menos, três vogais.

§ 1.º A instrução dos processos e a conciliação poderão realizar-se com a presença de qualquer número de vogais, sendo indispensável a presença do presidente.

§ 2.º Nas deliberações do Conselho, o presidente terá somente voto de qualidade.

Art. 673. A ordem das sessões dos Conselhos Regionais será estabelecida no respectivo regimento interno.

SECÇÃO II

Da Jurisdição e competência

Art. 674. Para o efeito da jurisdição dos Conselhos Regionais, o território nacional é dividido nas oito regiões seguintes:

- 1.^a Região — Distrito Federal e Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- 2.^a Região — Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso;
- 3.^a Região — Estados de Minas Gerais e Goiás;
- 4.^a Região — Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
- 5.^a Região — Estados da Baía e Sergipe;
- 6.^a Região — Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte;
- 7.^a Região — Estados do Ceará, Piauí e Maranhão;
- 8.^a Região — Estados do Amazonas, Pará e Território do Acre.

Parágrafo único. Os Conselhos Regionais teem sede no Distrito Federal (1.^a Região) e nas seguintes cidades: São Paulo (2.^a Região), Belo Horizonte (3.^a Região), Porto Alegre (4.^a Região), Salvador (5.^a Região), Recife (6.^a Região), Fortaleza (7.^a Região) e Belem do Pará (8.^a Região).

Art. 675. Os Conselhos Regionais classificam-se em duas categorias:

- 1.^a Categoria — os das 1.^a e 2.^a Regiões;
- 2.^a Categoria — os das demais Regiões.

Art. 676. O número de regiões, a jurisdição e a categoria dos Conselhos Regionais, estabelecidos nos artigos anteriores, somente podem ser alterados pelo Presidente da República.

Art. 677. A competência dos Conselhos Regionais determina-se pela forma indicada no art. 651 e seus parágrafos e, nos casos de dissídio coletivo, pelo local onde este ocorrer.

Art. 678. Compete aos Conselhos Regionais:

- a) conciliar e julgar, originariamente, os dissídios coletivos que ocorrerem dentro das respectivas jurisdições;
- b) homologar os acordos celebrados nos dissídios coletivos a que se refere o artigo anterior;
- c) estender as suas decisões, nos casos previstos nos arts. 868 e 869;
- d) rever as próprias decisões proferidas em dissídios coletivos;
- e) conciliar e julgar, originariamente, os dissídios sobre contratos coletivos de trabalho;
- f) julgar, em segunda e última instância, os inquéritos para apuração de falta grave;
- g) julgar, em segunda e última instância, os dissídios em que se pretende o reconhecimento da estabilidade de empregados;
- h) julgar, em segunda e última instância, os recursos cabíveis das decisões das Juntas e Juízos de Direito sobre dissídios individuais;
- i) decidir os conflitos de jurisdição suscitados entre Juntas e Juízos de Direito investidos na administração da Justiça do Trabalho, ou entre esses, dentro das respectivas regiões;
- j) julgar as contestações à investidura dos vogais designados para as Juntas;
- k) impor multas e demais penalidades, relativas aos atos de sua competência, e julgar os recursos interpostos das decisões das Juntas que as impuseram.

Art. 679. Compete, ainda, aos Conselhos Regionais:

- a) determinar às Juntas e aos Juizes de Direito a realização dos atos processuais e diligências necessárias ao julgamento dos feitos sob sua apreciação;
- b) fiscalizar o cumprimento de suas próprias decisões;
- c) declarar a nulidade dos atos praticados com infração de suas decisões;
- d) julgar as suspeições arguidas contra seus membros;
- e) julgar as exceções de incompetência que lhes forem opostas;
- f) requisitar às autoridades competentes as diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob sua apreciação, representando contra aquelas que não atenderem a tais requisições;
- g) exercer, em geral, no interesse da Justiça do Trabalho, as demais atribuições que decorram de sua jurisdição.

SECÇÃO III

Dos presidentes dos Conselhos Regionais

Art. 680. Os presidentes dos Conselhos Regionais e seus suplentes teem exercício por dois anos e são nomeados pelo Presidente da República entre juristas, de reconhecida idoneidade moral, especializados em questões sociais.

Parágrafo único. Aos presidentes dos Conselhos Regionais aplica-se o disposto no § 2.º do art. 654.

Art. 681. Os presidentes dos Conselhos Regionais e seus suplentes tomarão posse perante o presidente do Tribunal de Apelação dos Estados em que tiver sede o Conselho, salvo o do Distrito Federal, que será empossado pelo presidente do Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 682. Competem privativamente aos presidentes dos Conselhos Regionais, além das que forem conferidas neste e no título e das decorrentes do seu cargo, as seguintes atribuições:

I, julgar os agravos das decisões dos presidentes de Junta e dos juizes de Direito;

II, designar os vogais das Juntas e seus suplentes;

III, dar posse aos presidentes das Juntas e seus suplentes, aos vogais, respectivos suplentes e funcionários do próprio Conselho e conceder férias e licenças aos presidentes, vogais e respectivos suplentes das juntas e aos vogais e suplentes do próprio Conselho;

IV, presidir as sessões do Conselho;

V, presidir as audiências de conciliação nos dissídios coletivos;

VI, executar suas próprias decisões e as proferidas pelo Conselho;

VII, convocar suplentes dos vogais do Conselho, nos impedimentos destes;

VIII, representar ao presidente do Conselho Nacional do Trabalho contra os vogais, no caso previsto no art. 727;

IX, despachar os recursos interpostos pelas partes;

X, requisitar às autoridades competentes, nos casos de dissídio coletivo, a força necessária, sempre que houver ameaça de perturbação da ordem;

XI, exercer correição, pelo menos, uma vez por ano, sobre as Juntas e solicitá-las, sempre que julgar conveniente, ao presidente do Tribunal de Apelação, relativamente aos juizes de Direito investidos na administração da Justiça do Trabalho;

XII, distribuir os feitos designando os vogais que os devem relatar;

XIII, designar, dentre os funcionários do Conselho e das Juntas existentes em uma mesma localidade, o que deve exercer a função de distribuidor;

XIV, assinar as folhas de pagamento dos membros e funcionários do Conselho e da Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho.

§ 1.º Na falta ou impedimento do presidente da Junta e do respectivo suplente, é facultado ao presidente do Conselho Regional designar suplente de outra Junta de igual jurisdição, observada a ordem de antiguidade entre os suplentes desimpedidos.

§ 2.º Na falta ou impedimento do vogal da Junta e do respectivo suplente, é facultado ao presidente do Conselho Regional designar suplente de outra Junta de igual jurisdição, respeitada a categoria profissional ou econômica do representante e a ordem de antiguidade dos suplentes desimpedidos.

Art. 683. Nos impedimentos dos presidentes dos Conselhos Regionais, cabe aos seus suplentes substituí-los em todas as suas funções.

§ 1.º Nos casos de licença, morte, ou renúncia, será o suplente convocado pelo presidente do Conselho Nacional do Trabalho.

§ 2.º Nos demais casos, mediante convocação do próprio presidente do Conselho ou comunicação do secretário deste, o suplente assumirá imediatamente o exercício, ciente o presidente do Conselho Nacional do Trabalho.

SECÇÃO IV

Dos vogais dos Conselhos Regionais

Art. 684. Os vogais dos Conselhos Regionais são designados pelo Presidente da República.

§ 1.º Aos vogais representantes dos empregadores e dos empregados, nos Conselhos Regionais, aplicam-se as disposições do art. 661.

§ 2.º Para os dois vogais e respectivos suplentes dos Conselhos Regionais, alheios aos interesses profissionais, exigem-se os requisitos referidos nas alíneas a e e do art. 661 e, ainda, que sejam especializados em questões econômicas e sociais.

Art. 685. A escolha dos vogais e suplentes dos Conselhos Regionais, representantes dos empregadores e empregados, é feita dentre os nomes constantes das listas para esse fim encaminhadas ao presidente do Conselho Nacional do Trabalho pelas associações sindicais de grau superior com sede nas respectivas regiões.

§ 1.º Para o efeito deste artigo, o Conselho de Representantes de cada associação sindical de grau superior, na ocasião determinada pelo presidente do Conselho Nacional do Trabalho, organizará, por maioria de votos, uma lista de três nomes.

§ 2.º O presidente do Conselho Nacional do Trabalho submeterá os nomes constantes das listas ao Presidente da República, por intermédio do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 686. A escolha dos vogais e seus suplentes do Conselho Regional, alheios aos interesses profissionais, compete livremente ao Presidente da República.

Art. 687. Os vogais dos Conselhos Regionais tomam posse perante o respectivo presidente.

Art. 688. Aos vogais dos Conselhos Regionais aplicam-se as disposições do art. 663, sendo a nova escolha feita dentre os nomes constantes das listas a que se refere o art. 685 ou na forma indicada no art. 686 e, bem assim, as dos arts. 665 e 667.

Art. 689. Por sessão a que comparecerem, até o máximo de 12 por mês, perceberão os vogais dos Conselhos Regionais a gratificação fixada em lei.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

SEÇÃO I

Disposições preliminares

Art. 690. O Conselho Nacional do Trabalho, com sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional, é o tribunal superior da Justiça do Trabalho e o órgão de recursos em matéria contenciosa de previdência social.

Parágrafo único. O Conselho Nacional do Trabalho é, igualmente, órgão consultivo do Governo em matéria de legislação social.

Art. 691. O Conselho Nacional do Trabalho funciona na plenitude da sua composição ou por intermédio de duas Câmaras distintas:

- I — Câmara de Justiça do Trabalho;
- II — Câmara de Previdência Social.

Art. 692. Os serviços que competem ao Conselho Nacional do Trabalho serão executados pelos órgãos administrativos que o compõem, na forma das leis e regulamentos vigentes.

SEÇÃO II

Da composição e funcionamento do Conselho Nacional do Trabalho

Art. 693. O Conselho compõe-se de um presidente, nomeado em comissão, e 18 membros designados pelo Presidente da República, que, dentre estes, escolherá o primeiro e o segundo vice-presidentes.

Art. 694. Os membros do Conselho serão escolhidos do seguinte modo: quatro dentre empregadores, quatro dentre empregados, quatro dentre funcionários do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e das instituições de previdência social a este subordinadas e seis dentre outras pessoas de notório saber, das quais quatro, pelo menos, bacharéis em direito.

§ 1.º Para a designação dos membros que deverão ser escolhidos dentre empregadores e empregados, o Conselho de Representantes de cada associação sindical de grau superior organizará, por maioria de votos, uma lista de três nomes, remetendo-a ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, na época que este determinar.

§ 2.º Na lista de que trata o parágrafo anterior figurarão somente brasileiros natos, de reconhecida idoneidade, maiores de 25 anos, quites com o serviço militar, que estejam no gozo de seus direitos civis e políticos e contem mais de dois anos de efetivo exercício da profissão ou se encontrem no desempenho de representação profissional prevista em lei.

Art. 695. Os membros do Conselho servirão pelo período de dois anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 696. Importará em renúncia o não comparecimento do membro do Conselho, sem motivo justificado, a mais de três sessões ordinárias consecutivas, quer do Conselho Pleno, quer da Câmara.

§ 1.º Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, o presidente do Conselho comunicará imediatamente o fato ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, afim de que seja feita a substituição do membro renunciante.

§ 2.º Para os efeitos do parágrafo anterior, a escolha do substituto será feita dentre os nomes constantes das listas de que trata o art. 685, § 1.º, se se tratar de representante de empregadores ou de empregados.

Art. 697. Nos casos de interrupção de exercício de qualquer membro do Conselho em virtude de licença por prazo superior a 90 dias, o Presidente da República designará o seu substituto interino, que deverá ter os mesmos requisitos exigidos para a designação do substituído.

Art. 698. Cada uma das Câmaras será composta de nove membros, inclusive o respectivo presidente.

Parágrafo único. A Câmara de Justiça do Trabalho será presidida pelo 1.º vice-presidente e a Câmara de Previdência Social pelo 2.º vice-presidente.

Art. 699. Para que possam deliberar, deverão reunir, no mínimo, o Conselho Pleno, dez de seus membros, e as Câmaras cinco, além dos respectivos presidentes.

Art. 700. O Conselho Pleno e as Câmaras reunir-se-ão em dias previamente fixados pelos respectivos presidentes, os quais poderão, sempre que for necessário, convocar sessões extraordinárias.

Art. 701. As sessões do Conselho Pleno e das Câmaras serão públicas e começarão às 14 horas, terminando às 17 horas; mas poderão ser prorrogadas pelos respectivos presidentes, em caso de manifesta necessidade.

§ 1.º As sessões extraordinárias, convocadas pelo presidente do Conselho ou pelos presidentes das Câmaras, só se realizarão quando forem comunicadas aos seus membros com 24 horas, no mínimo, de antecedência.

§ 2.º Nas sessões do Conselho Pleno e das Câmaras os debates poderão tornar-se secretos, desde que, por motivo de interesse público, assim resolva a maioria de seus membros.

SEÇÃO III

Da competência do Conselho Pleno

Art. 702. Compete ao Conselho Pleno:

- a) julgar os recursos das decisões da Câmara de Justiça do Trabalho proferidos em processos de sua competência originária;
- b) julgar os conflitos de jurisdição entre a Câmara de Justiça do Trabalho e a Câmara de Previdência Social;
- c) julgar as suspeições arguidas contra os seus membros ou contra o presidente do Conselho Nacional do Trabalho;
- d) responder às consultas formuladas pelos ministros de Estado sobre questões de legislação referentes ao trabalho e à previdência social;
- e) opinar, quando solicitado, sobre os projetos de leis e regulamentos e outros atos que o Governo tenha de expedir relativamente aos assuntos men-

cionados na alínea anterior e propor ao Governo as medidas que julgar convenientes;

f) elaborar as tabelas de custas de execução e de avaliação e fixar a divisão das custas dos Juizes de Direito;

g) elaborar o seu regimento interno e o dos Conselhos regionais.

SECÇÃO IV

Da competência da Câmara de Justiça do Trabalho

Art. 703. A Câmara da Justiça do Trabalho compete originariamente:

a) conciliar e julgar os dissídios coletivos que excedam a jurisdição dos Conselhos Regionais;

b) estender suas decisões nos dissídios a que se refere a alínea anterior;

c) rever as próprias decisões proferidas em dissídios coletivos;

d) impor multas e outras penalidades, nos atos de sua competência.

Art. 704. Compete à Câmara de Justiça do Trabalho, em única instância:

a) homologar os acordos celebrados nos dissídios de que trata a alínea a do artigo anterior;

b) julgar os conflitos de jurisdição entre Conselhos Regionais, bem como os que se suscitarem entre as autoridades da Justiça do Trabalho sujeitas à jurisdição de Conselhos Regionais diferentes;

c) estabelecer prejulgado somente quando requerido pela Procuradoria da Justiça do Trabalho.

Art. 705. Compete, ainda, à Câmara de Justiça do Trabalho julgar, em última instância, os recursos ordinários e extraordinários das decisões proferidas pelos Conselhos Regionais, nos casos previstos no título subsequente.

SECÇÃO V

Da competência da Câmara de Previdência Social

Art. 706. A Câmara de Previdência Social funcionará como órgão de recursos das decisões dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, competindo-lhe julgar, em última instância, atendidos os prazos e as condições estabelecidas na legislação referente às mencionadas instituições:

a) os recursos, interpostos pelos segurados, beneficiários, e presidentes das referidas instituições, das decisões proferidas nos processos de benefícios em que forem interessados;

b) os recursos, interpostos pelos empregadores, das decisões que lhe impuserem multa ou exigirem o recolhimento de contribuições;

c) as revisões dos processos de benefícios requeridas ou providas dentro do prazo de cinco anos.

SECÇÃO VI

Das atribuições do presidente do Conselho Nacional do Trabalho

Art. 707. O presidente do Conselho Nacional do Trabalho é o presidente da Justiça do Trabalho, incumbindo-lhe, nestas funções:

a) superintender todos os serviços do Conselho;

b) presidir as sessões do Conselho Pleno;

c) designar os membros que devam servir nas Câmaras;

d) convocar, quando houver matéria em pauta de julgamento, ou quando se fizer necessário, as sessões do Conselho Pleno;

e) expedir instruções e adotar as providências necessárias para o bom funcionamento do Conselho, dos demais órgãos da Justiça do Trabalho;

f) fazer cumprir as decisões do Conselho, determinando aos Conselhos Regionais e aos demais órgãos da Justiça do Trabalho a realização dos atos processuais e das diligências necessárias;

g) submeter ao Conselho Pleno os processos em que tenha de deliberar, e designar, na forma do regimento interno, os respectivos relatores;

h) impor penas disciplinares, até a de suspensão por 30 dias, aos funcionários que lhe devam subordinação;

i) apresentar anualmente ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, até 31 de março, o relatório das atividades do Conselho e dos demais órgãos da Justiça do Trabalho;

j) dar posse aos membros do Conselho e conceder licença e férias aos presidentes dos Conselhos Regionais e membros do Conselho Nacional do Trabalho.

Parágrafo único. No que concerne à previdência social, tem o presidente do Conselho Nacional do Trabalho as atribuições que lhe são conferidas pela legislação referente àquela matéria.

SEÇÃO VII

Das atribuições do 1.º vice-presidente

Art. 708. Incumbe ao 1.º vice-presidente:

a) substituir o presidente do Conselho nas suas faltas e impedimentos;
b) presidir as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara de Justiça do Trabalho e designar, na forma do regimento interno, os relatores dos processos submetidos à sua deliberação;

c) presidir a instrução dos processos de competência da Câmara;

d) presidir a audiência de conciliação nos dissídios coletivos de competência da Câmara;

e) praticar, em geral, todos os atos administrativos necessários ao perfeito desempenho de suas atribuições.

SEÇÃO VIII

Das atribuições do 2.º vice-presidente

Art. 709. Incumbe ao 2.º vice-presidente:

a) substituir, nas suas faltas e impedimentos, o presidente do Conselho Nacional do Trabalho, dada a ausência do 1.º vice-presidente;

b) presidir as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara de Previdência Social, e designar, na forma do regimento interno, os relatores dos processos submetidos à sua deliberação;

c) praticar em geral todos os atos administrativos necessários ao perfeito desempenho das suas atribuições.

CAPÍTULO VI

DOS SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DO TRABALHO

SEÇÃO I

Da secretaria das Juntas de Conciliação e Julgamento

Art. 710. Cada Junta tem uma Secretaria, sob a direção do funcionário designado para exercer a função de secretário.

Art. 711. Compete à Secretaria das Juntas:

- a) o recebimento, a autuação, o andamento, a guarda e a conservação dos processos e outros papéis que lhe forem encaminhados;
- b) a manutenção do protocolo de entrada e saída dos processos e demais papéis;
- c) o registo das decisões;
- d) a informação, às partes interessadas e seus procuradores, do andamento dos respectivos processos cuja consulta lhes facilitará;
- e) a abertura de vista dos processos às partes, na própria Secretaria;
- f) a contagem das custas devidas pelas partes nos respectivos processos;
- g) o fornecimento de certidões sobre o que constar dos livros ou do arquivamento da Secretaria;
- h) a realização das penhoras e demais diligências processuais;
- i) o desempenho dos demais trabalhos que lhe forem cometidos pelo presidente da Junta, para melhor execução dos serviços que lhe estão afetos.

Art. 712. Compete especialmente aos secretários das Juntas de Conciliação e Julgamento:

- a) superintender os trabalhos da Secretaria, velando pela boa ordem do serviço;
- b) cumprir e fazer cumprir as ordens emanadas do presidente e das autoridades superiores;
- c) submeter a despacho e assinatura do presidente o expediente e os papéis que devam ser por ele despachados e assinados;
- d) abrir a correspondência oficial dirigida à Junta e ao seu presidente, a cuja deliberação será submetida;
- e) tomar por termo as reclamações verbais, nos casos de dissídios individuais;
- f) promover o rápido andamento dos processos, especialmente na fase de execução, e a pronta realização dos atos e diligências dépreçadas pelas autoridades superiores;
- g) secretariar as audiências da Junta, lavrando as respectivas atas;
- h) subscrever as certidões e os termos processuais;
- i) dar aos litigantes ciência das reclamações e demais atos processuais de que devam ter conhecimento, assinando as respectivas notificações;
- j) executar os demais trabalhos que lhe forem atribuídos pelo presidente da Junta.

SECÇÃO II

Dos distribuidores

Art. 713. Nas localidades em que existir mais de uma Junta de Conciliação e Julgamento, haverá um distribuidor.

Art. 714. Compete ao distribuidor:

- a) a distribuição, pela ordem rigorosa de entrada, e sucessivamente a cada Junta, dos feitos que, para esse fim, lhe forem apresentados pelos interessados;
- b) o fornecimento, aos interessados, do recibo correspondente a cada feito distribuído;
- c) a manutenção de dois fichários dos feitos distribuídos, sendo um organizado pelos nomes dos reclamantes e o outro dos reclamados, ambos por ordem alfabética;
- d) o fornecimento a qualquer pessoa que o solicite, verbalmente ou por certidão, de informações sobre os feitos distribuídos;

e) a baixa na distribuição dos feitos, quando isto lhe for determinado pelos presidentes das Juntas, formando, com as fichas correspondentes, fichários à parte, cujos dados poderão ser consultados pelos interessados, mas não serão mencionados em certidões.

Art. 715. Os distribuidores são designados pelo presidente do Conselho Regional, dentre os funcionários das Juntas e do Conselho Regional, existentes na mesma localidade, e ao mesmo presidente diretamente subordinados.

SECÇÃO III

Do cartório dos juizes de direito

Art. 716. Os Cartórios dos Juizes de Direito, investidos na administração da Justiça do Trabalho têm, para esse fim, as mesmas atribuições e obrigações conferidas na Secção I às Secretarias das Juntas de Conciliação e Julgamento.

Parágrafo único. Nos Juizes em que houver mais de um Cartório, far-se-á entre eles a distribuição alternada e sucessiva das reclamações.

Art. 717. Aos escrivães dos Juizes de Direito, investidos na administração da Justiça do Trabalho, competem especialmente as atribuições e obrigações dos secretários das Juntas; e aos demais funcionários dos Cartórios as que couberem nas respectivas funções, dentre às que competem às Secretarias das Juntas, enumeradas no art. 711.

SECÇÃO V

Das secretarias dos Conselhos Regionais

Art. 718. Cada Conselho Regional tem uma Secretaria, sob a direção do funcionário designado para exercer a função de secretário.

Art. 719. Competem à Secretaria dos Conselhos, além das atribuições estabelecidas no art. 711, para a Secretaria das Juntas, mais as seguintes:

- a) a conclusão dos processos ao presidente e sua remessa depois de despachados, aos respectivos relatores;
- b) a organização e a manutenção de um fichário de jurisprudência do Conselho, para consulta dos interessados.

Parágrafo único. No regimento interno dos Conselhos Regionais serão estabelecidas as demais atribuições, o funcionamento e a ordem dos trabalhos de suas Secretarias.

Art. 720. Competem aos secretários dos Conselhos Regionais as mesmas atribuições conferidas no art. 712 aos secretários das Juntas, além das que lhes forem fixadas no regimento interno dos Conselhos.

SECÇÃO IV

Dos oficiais de diligência

Art. 721. Incumbe aos oficiais de diligência da Justiça do Trabalho a realização dos atos decorrentes da execução dos julgados das Juntas de Conciliação e Julgamento e dos Conselhos Regionais do Trabalho, que lhes forem cometidos pelos respectivos presidentes.

§ 1.º Para efeito de distribuição dos referidos atos, cada oficial de diligência funcionará perante uma Junta de Conciliação e Julgamento.

§ 2.º Nas localidades onde houver mais de uma Junta a atribuição para a realização do ato deprecado ao oficial de diligência será transferida ao oficial que funcione perante outra Junta, sempre que, após o decurso de 7 dias, não tiver sido realizado o ato.

§ 3.º Para a transferência de atribuições a que alude o parágrafo anterior, adotar-se-á a ordem circular, pela numeração das Juntas, passando para a primeira a transferência que provier da última.

§ 4.º É facultado aos presidentes dos Conselhos Regionais do Trabalho cometer a qualquer oficial de diligência a realização dos atos de execução das decisões desses tribunais.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES

SECÇÃO I

Do Lock-out e da greve

Art. 722. Os empregadores que, individual ou coletivamente, suspenderem os trabalhos dos seus estabelecimentos, sem prévia autorização do tribunal competente, ou que violarem, ou se recusarem a cumprir decisão proferida em dissídio coletivo, incorrerão nas seguintes penalidades:

- a) multa de cinco mil cruzeiros a cinquenta mil cruzeiros;
- b) perda do cargo de representação profissional em cujo desempenho estiverem;
- c) suspensão, pelo prazo de dois anos a cinco anos, do direito de serem eleitos para cargos de representação profissional.

§ 1.º Se o empregador for pessoa jurídica, as penas previstas nas alíneas b e c, incidirão sobre os administradores responsáveis.

§ 2.º Se o empregador for concessionário de serviço público, as penas serão aplicadas em dobro. Nesse caso, se o concessionário for pessoa jurídica, o presidente do tribunal que houver proferido a decisão poderá, sem prejuízo do cumprimento desta e da aplicação das penalidades, cabíveis ordenar o afastamento dos administradores responsáveis, sob pena de ser cassada a concessão.

§ 3.º Sem prejuízo das sanções cominadas neste artigo, os empregadores, ficarão obrigados a pagar os salários devidos aos seus empregados, durante o tempo de suspensão do trabalho.

Art. 723. Os empregados que, coletivamente e sem prévia autorização do tribunal competente, abandonarem o serviço, ou desobedecerem a qualquer decisão proferida em dissídio, incorrerão nas seguintes penalidades:

- a) suspensão do emprego até seis meses, ou dispensa do mesmo;
- b) perda do cargo de representação profissional em cujo desempenho estiverem;
- c) suspensão, pelo prazo de dois anos a cinco anos, do direito de serem eleitos para cargo de representação profissional.

Art. 724. Quando a suspensão do serviço ou a desobediência às decisões dos tribunais do Trabalho for ordenada por associação profissional, sindical ou não, de empregados ou de empregadores, a pena será:

- a) se a ordem for ato de assembléia, cancelamento do registo da associação, além da multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), aplicada em dobro, em se tratando de serviço público;

b) se a instigação ou ordem for ato exclusivo dos administradores, perda do cargo, sem prejuízo da pena cominada no artigo seguinte.

Art. 725. Aquele que, empregado ou empregador, ou mesmo estranho às categorias em conflito, instigar à prática de infrações previstas neste capítulo, ou se houver feito cabeça de coligação de empregadores ou de empregados, incorrerá na pena de prisão prevista na legislação penal, sem prejuízo das demais sanções cominadas.

§ 1.º Tratando-se de serviços públicos, ou havendo violência contra pessoa ou coisa, as penas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro.

§ 2.º O estrangeiro que incidir nas sanções deste artigo, depois de cumprir a respectiva penalidade, será expulso do país, observados os dispositivos da legislação comum.

SECÇÃO II

Das penalidades contra os membros da Justiça do Trabalho

Art. 726. Aquele que recusar o exercício da função de vogal de Junta de Conciliação e Julgamento ou de Conselho Regional, sem motivo justificado, incorrerá nas seguintes penas:

a) sendo representante de empregadores, multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) e suspensão de direito de representação profissional por dois a cinco anos;

b) sendo representante de empregados, multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) e suspensão do direito de representação profissional por dois a cinco anos.

Art. 727. Os vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento, ou dos Conselhos Regionais, que faltarem a três reuniões ou sessões consecutivas, sem motivo justificado, perderão o cargo, além de incorrerem nas penas do artigo anterior.

Parágrafo único. Se a falta for de presidente, incorrerá ele na pena de perda do cargo, além da perda dos vencimentos correspondentes aos dias em que tiver faltado às audiências ou sessões consecutivas.

Art. 728. Aos presidentes, membros, juizes, vogais e funcionários auxiliares da Justiça do Trabalho, aplica-se o disposto no título XI do Código Penal.

SECÇÃO III

De outras penalidades

Art. 729. O empregador que deixar de cumprir decisão passada em julgado sobre readmissão ou reintegração de empregado, além do pagamento dos salários deste, incorrerá na multa de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) a Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), por dia, até que seja cumprida a decisão.

§ 1.º O empregador que impedir ou tentar impedir que empregado seu sirva como vogal em Tribunal de Trabalho, ou que perante este preste depoimento, incorrerá na multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

§ 2.º Na mesma pena do parágrafo anterior incorrerá o empregador que dispensar seu empregado pelo fato de haver servido como vogal ou prestado depoimento como testemunha, sem prejuízo da indenização que a lei estabeleça.

Art. 730. Aqueles que se recusarem a depor como testemunhas, sem motivo justificado, incorrerão na multa de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros).

Art. 731. Aquele que, tendo apresentado ao distribuidor reclamação verbal, não se apresentar, no prazo estabelecido no parágrafo único do artigo 786, à Junta ou Juízo para fazê-lo tomar por termo, incorrerá na pena de perda, pelo prazo de seis meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.

Art. 732. Na mesma pena do artigo anterior incorrerá o reclamante que, por duas vezes seguidas, der causa ao arquivamento de que trata o art. 844.

Art. 733. As infrações de disposições deste título, para as quais não haja penalidades cominadas, serão punidas com a multa de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), elevada ao dobro na reincidência.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 734. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá rever, *ex-officio*, dentro do prazo de 30 dias, contados de sua publicação no órgão oficial, ou mediante representação apresentada dentro de igual prazo:

a) as decisões da Câmara de Previdência Social, quando proferidas pelo voto de desempate, ou que violem disposições expressas de direito ou modificarem jurisprudência até então observada;

b) as decisões do presidente do Conselho Nacional do Trabalho em matéria de previdência social.

Parágrafo único. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, poderá avocar ao seu conhecimento os assuntos de natureza administrativa referentes às instituições de previdência social, sempre que houver interesse público.

Art. 735. As repartições públicas e as associações sindicais são obrigadas a fornecer aos juizes e tribunais do Trabalho e à Procuradoria de Justiça do Trabalho as informações e os dados necessários à instrução e ao julgamento dos feitos submetidos à sua apreciação.

Parágrafo único. A recusa de informações ou dados a que se refere este artigo, por parte de funcionários públicos, importa na aplicação das penalidades previstas pelo Estatuto dos Funcionários Públicos por desobediência.

TÍTULO IX

Do Ministério Público do Trabalho

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 736. O Ministério Público do Trabalho é constituído por agentes diretos do Poder Executivo, tendo por função zelar pela exata observância da Constituição Federal, das leis e demais atos emanados dos poderes públicos, na esfera de suas atribuições.

Parágrafo único. Para o exercício de suas funções, o Ministério Público do Trabalho reger-se-á pelo que estatue esta Consolidação e, na falta de disposição expressa, pelas normas que regem o Ministério Público Federal.

Art. 737. O Ministério Público do Trabalho compõe-se da Procuradoria da Justiça do Trabalho e da Procuradoria da Previdência Social, funcionando como órgão de coordenação entre a Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 738. Os procuradores, além dos vencimentos fixados na tabela constante do decreto-lei n. 2.874, de 16 de dezembro de 1940, continuarão a perceber a percentagem de 8%, por motivo de cobrança da dívida ativa da União ou de multas impostas pelas autoridades administrativas e judiciárias do trabalho e da previdência social.

Parágrafo único. Essa percentagem será calculada sobre as somas efetivamente arrecadadas e rateada de acordo com as instruções expedidas pelos respectivos procuradores gerais.

Art. 739. Não estão sujeitos a, ponto os procuradores gerais e os procuradores.

CAPÍTULO II

DA PROCURADORIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

SEÇÃO I

Da organização

Art. 740. A Procuradoria da Justiça do Trabalho compreende:

- a) uma Procuradoria Geral, que funcionará junto ao Conselho Nacional do Trabalho;
- b) oito Procuradorias Regionais, que funcionarão junto aos Conselhos Regionais do Trabalho.

Art. 741. As Procuradorias Regionais são subordinadas diretamente ao procurador geral.

Art. 742. A Procuradoria Geral é constituída de um procurador geral e de procuradores.

Parágrafo único. As Procuradorias Regionais compõem-se de um procurador regional, auxiliado, quando necessário, por procuradores adjuntos.

Art. 743. Haverá, nas Procuradorias Regionais, substitutos de procurador adjunto ou, quando não houver este cargo, de procurador regional, designados previamente por decreto do Presidente da República, sem onus para os cofres públicos.

§ 1.º O substituto tomará posse perante o respectivo procurador regional que será a autoridade competente para convocá-lo.

§ 2.º O procurador regional será substituído em suas faltas e impedimentos pelo procurador adjunto, quando houver, e havendo mais de um, pelo que for por ele designado.

§ 3.º O procurador adjunto será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo procurador substituto.

§ 4.º Será dispensado, automaticamente, o substituto que não atender a convocação, salvo motivo de doença devidamente comprovada.

§ 5.º Nenhum direito ou vantagem terá o substituto além do vencimento do cargo do substituto e somente durante o seu impedimento legal.

Art. 744. A nomeação do procurador geral deverá recair em bacharel em ciências jurídicas e sociais, que tenha exercido, por cinco ou mais anos, cargo de magistratura ou de Ministério Público, ou a advocacia.

Art. 745. Para a nomeação dos demais procuradores atender-se-á aos mesmos requisitos estabelecidos no artigo anterior, reduzidos a dois anos, no mínimo, o tempo de exercício.

SECÇÃO II

Da competência da Procuradoria Geral

Art. 746. Compete à Procuradoria Geral:

- a) officiar nos processos e questões de trabalho de competência da Câmara de Justiça do Trabalho e do Conselho Pleno;
- b) proceder as diligências e inquéritos solicitados pelos tribunais junto aos quais funcione;
- c) recorrer das decisões da Câmara de Justiça do Trabalho, nos casos previstos em lei;
- d) promover, perante o Juízo competente, a cobrança executiva das multas impostas pelas autoridades administrativas e judiciárias do trabalho;
- e) representar às autoridades competentes contra os que não cumprirem as decisões do Conselho Pleno e da Câmara de Justiça do Trabalho;
- f) prestar às autoridades do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio as informações que lhe forem solicitadas sobre os dissídios submetidos à apreciação do Conselho e encaminhar aos órgãos competentes cópia autenticada das decisões que por eles devam ser atendidas ou cumpridas;
- g) requisitar de quaisquer autoridades inquéritos, exames periciais, diligências, certidões e esclarecimentos que se tornem necessários ao desempenho de suas atribuições;
- h) defender a jurisdição dos órgãos da Justiça do Trabalho;
- i) suscitar conflitos de jurisdição;
- j) requerer o estabelecimento de prejudgado, na forma do disposto no art. 902.

SECÇÃO III

Da competência das Procuradorias Regionais

Art. 747. Compete às Procuradorias Regionais exercer, dentro da Jurisdição do Conselho Regional respectivo, as atribuições indicadas na secção anterior.

SECÇÃO IV

Das atribuições do Procurador Geral

Art. 748. Como chefe da Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho, incumbe ao procurador geral:

- a) dirigir os serviços da Procuradoria Geral, orientar e fiscalizar as Procuradorias Regionais, expedindo as necessárias instruções;
- b) funcionar nas sessões do Conselho Pleno e nas da Câmara de Justiça do Trabalho, intervindo nos debates, sempre que se fizer necessário, sem direito a voto, solicitando as requisições ou diligências que julgar convenientes, e sendo-lhe assegurado o direito de vista do processo em julgamento;
- c) requerer prorrogação das sessões desses Tribunais, quando essa medida for necessária para que se ultime a decisão;
- d) assinar os atos dos referidos tribunais e, bem assim, as suas sentenças e acordãos, podendo fazê-lo com restrições sempre que tiver sustentado ponto de vista contrário à decisão;
- e) designar os procuradores que devam representá-lo nas audiências e sessões, nos serviços de coordenação e de fiscalização, delegando-lhes todas as atribuições necessárias a essas funções;

f) designar o procurador que o substitua nas faltas e impedimentos e o secretário da Procuradoria Geral;

g) apresentar, até o dia 31 de março, ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, relatório dos trabalhos da Procuradoria Geral no ano anterior;

h) conceder férias aos procuradores e demais funcionários que sirvam na Procuradoria e impor-lhes penas disciplinares na forma da legislação em vigor;

i) funcionar em Juízo, em primeira ou na superior instância, ou designar os procuradores que o devam fazer;

j) admitir e dispensar o pessoal extranumerário da Secretaria e prorrogar o expediente remunerado dos funcionários e extranumerários.

SECÇÃO V

Das atribuições dos procuradores

Art. 749. Incumbe aos procuradores com exercício na Procuradoria Geral:

a) funcionar, por designação do procurador geral, nas audiências e sessões da Câmara de Justiça do Trabalho e do Conselho Pleno;

b) desempenhar os demais encargos que lhes forem atribuídos pelo procurador geral.

Parágrafo único. Aos procuradores é facultado, nos processos em que oficiarem, requerer ao procurador geral as diligências e investigações necessárias.

SECÇÃO VI

Das atribuições dos procuradores regionais

Art. 750. Incumbe aos procuradores regionais:

a) dirigir os serviços da respectiva Procuradoria;

b) funcionar nas sessões do Conselho Regional e nas audiências, intervindo nos debates, sempre que se fizer necessário, sem direito a voto, inquirindo testemunhas e peritos, solicitando as requisições ou diligências que julgar convenientes, sendo-lhe assegurado o direito de vista do processo em julgamento;

c) apresentar, semestralmente, ao procurador geral, um relatório das atividades da respectiva Procuradoria, bem como dados e informações sobre a administração da Justiça do Trabalho na respectiva região;

d) requerer e acompanhar perante as autoridades administrativas ou judiciárias as diligências necessárias à execução das medidas e providências ordenadas pelo procurador geral;

e) prestar ao procurador geral as informações necessárias sobre os feitos em andamento e consultá-lo nos casos de dúvidas;

f) funcionar em Juízo, na sede do respectivo Conselho Regional;

g) exercer as atribuições constantes das alíneas c, d, e e do artigo 748.

Art. 751. Incumbe aos procuradores adjuntos das Procuradorias Regionais:

a) funcionar, por designação do procurador regional, nas audiências do presidente do Conselho Regional;

b) desempenhar os demais encargos que lhes forem atribuídos pelo procurador regional.

SEÇÃO VII

Da Secretaria

Art. 752. A Secretaria da Procuradoria Geral funciona sob a direção do funcionário que for designado para o cargo de secretário e terá o pessoal designado pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 753. Compete à Secretaria:

- a) receber, registrar e encaminhar os processos ou papéis entrados;
- b) classificar e arquivar os pareceres e outros papéis;
- c) prestar informações sobre os processos ou papéis sujeitos à apreciação da Procuradoria;
- d) executar o expediente da Procuradoria;
- e) providenciar sobre o suprimento do material necessário;
- f) desempenhar os demais trabalhos que lhe forem cometidos pelo procurador geral, para melhor execução dos serviços a seu cargo.

Art. 754. Nas Procuradorias Regionais os trabalhos a que se refere o artigo anterior serão executados pelos funcionários para esse fim designados.

CAPÍTULO III

DA PROCURADORIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

SEÇÃO I

Da organização

Art. 755. A Procuradoria de Previdência Social compõe-se de um procurador geral e de procuradores.

Art. 756. Para a nomeação do procurador geral e dos demais procuradores atender-se-á ao disposto nos arts. 744 e 745.

SEÇÃO II

Da competência da Procuradoria

Art. 757. Compete à Procuradoria da Previdência Social:

- a) officiar nos processos que tenham de ser sujeitos à decisão da Câmara de Previdência Social e do Conselho Pleno em matéria referente à previdência social;
- b) funcionar nas sessões do Conselho Pleno e da Câmara de Previdência Social, opinando verbalmente sobre a matéria jurídica a examinar;
- c) opinar nos processos sujeitos à apreciação do presidente do Conselho ou que transitarem pelo Departamento de Previdência Social e em que houver matéria jurídica relevante a examinar, a critério da autoridade julgadora;
- d) funcionar, em primeira instância, nas ações propostas contra a União, no Distrito Federal, para anulação dos atos e decisões do Conselho em matéria de previdência social, recebendo a primeira citação;
- e) fornecer ao Ministério Público as informações por este solicitadas em virtude de ações propostas nos Estados ou no Território do Acre para execução ou anulação das decisões do Conselho em matéria de previdência social;
- f) promover em juízo, no Distrito Federal, qualquer procedimento necessário ao cumprimento das decisões do Conselho, em matéria de previdência social, inclusive a cobrança de multas;
- g) recorrer das decisões dos órgãos e das autoridades competentes em matéria de previdência social e pedir revisão dos acordãos da Câmara de Previdência Social nos casos previstos em lei.

SECÇÃO III

Das atribuições do procurador geral

Art. 758. Como chefe da Procuradoria Geral de Previdência Social, incumbe ao procurador geral:

- a) dirigir os serviços da Procuradoria Geral, expedindo as necessárias instruções;
- b) funcionar nas sessões do Conselho Pleno e nas da Câmara de Previdência Social, intervindo nos debates, sempre que se fizer necessário, sem direito a voto, solicitando as requisições e diligências que julgar convenientes, sendo-lhe assegurado o direito de vista do processo em julgamento;
- c) requerer prorrogação das sessões desses Tribunais, quando essa medida for necessária para que se ultime a decisão;
- d) assinar os atos dos referidos tribunais e, bem assim, as suas sentenças e acordãos, podendo fazê-lo com restrições sempre que tiver sustentado ponto de vista contrário à decisão;
- e) designar procuradores que devam representá-lo nas audiências e sessões, delegando-lhes todas as atribuições necessárias a essa função;
- f) designar o procurador que o substitua nas faltas e impedimentos e o secretário da Procuradoria Geral;
- g) apresentar, até o dia 31 de março, ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio relatório dos trabalhos da Procuradoria Geral no ano anterior;
- h) conceder férias aos procuradores e demais funcionários que sirvam na Procuradoria e impor-lhes penas disciplinares na forma da legislação em vigor;
- i) funcionar em Juízo, em primeira instância, ou designar os procuradores que devam fazê-lo;
- j) admitir e dispensar o pessoal extranumerário da Secretaria e prorrogar o expediente remunerado dos funcionários e extranumerários.

SECÇÃO IV

Das atribuições dos procuradores

Art. 759. Aos procuradores e demais funcionários incumbe desempenhar os encargos que lhes forem cometidos pelo procurador geral.

Parágrafo único. Aos procuradores é facultado, nos processos em que officiarem, requerer ao procurador geral as diligências e investigações necessárias.

SECÇÃO V

Da Secretaria

Art. 760. A Procuradoria da Previdência Social terá uma Secretaria, sob a direção do funcionário designado para exercer as funções de secretário.

Art. 761. A Secretaria da Procuradoria Geral funciona sob a direção do funcionário que for designado para o cargo de secretário e terá o pessoal designado pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 762. A Secretaria da Procuradoria de Previdência Social compete executar serviços idênticos nos referidos no art. 753.

TÍTULO X

Do processo Judiciário do Trabalho

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 763. O processo da Justiça do Trabalho, no que concerne aos dissídios individuais e coletivos e à aplicação de penalidades, reger-se-á, em todo o território nacional, pelas normas estabelecidas neste título.

Art. 764. Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação.

§ 1.º Para os efeitos deste artigo, os juizes e tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos.

§ 2.º Não havendo acordo, o juízo conciliatório converter-se-á obrigatoriamente em arbitral, proferindo decisão na forma prescrita neste título.

§ 3.º É lícito às partes celebrar acordo, que ponha termo ao processo, ainda mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório.

Art. 765. Os juizes e tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas.

Art. 766. Nos dissídios sobre estipulação de salários, serão estabelecidas condições que, assegurando justo salário aos trabalhadores, permitam, também justa retribuição às empresas interessadas.

Art. 767. A compensação, ou retenção, só poderá ser arguida com matéria de defesa.

Art. 768. Terá preferência em todas as fases processuais o dissídio cuja decisão tiver de ser executada perante o juízo da falência.

Art. 769. Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do Trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste título.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO EM GERAL

SEÇÃO I

Dos atos, termos e prazos processuais

Art. 770. Os atos processuais serão publicados, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias uteis das 6 às 20 horas.

Parágrafo único. A penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.

Art. 771. Os atos e termos processuais poderão ser escritos a tinta, datilografados ou a carimbo.

Art. 772. Os atos e termos processuais, que devam ser assinados pelas partes interessadas, quando estas, por motivo justificado, não possam fazê-lo serão firmados a rogo, na presença de duas testemunhas, sempre que não houver procurador legalmente constituído.

Art. 773. Os termos relativos ao movimento dos processos constarão de simples notas, datadas e rubricadas pelos secretários ou escrivães.

Art. 774. Os prazos previstos neste título contam-se, conforme o caso, a partir da data em que for feita verbalmente, ou expedida a notificação daquela em que for publicado o edital no jornal oficial ou no que publicar o expediente da Justiça do Trabalho, ou, ainda, daquela em que for afixado o edital na sede do juízo ou tribunal.

Art. 775. Os prazos estabelecidos neste título contam-se com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irreleváveis, podendo, entretanto, ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz ou tribunal, ou em virtude de força maior, devidamente comprovada.

Parágrafo único. Os prazos que se vencerem em domingo ou dia feriado terminarão no primeiro dia útil seguinte.

Art. 776. O vencimento dos prazos será certificado nos processos pelos escrivães ou secretários.

Art. 777. Os requerimentos e documentos apresentados, os atos e termos processuais, as petições ou razões de recursos e quaisquer outros papéis referentes aos feitos formarão os autos dos processos, os quais ficarão sob a responsabilidade dos escrivães ou secretários.

Art. 778. Os autos dos processos da Justiça do Trabalho não poderão sair dos Cartórios ou Secretarias, salvo quando tiverem de ser remetidos aos órgãos competentes, em caso de recurso ou requisição.

Art. 779. As partes, ou seus procuradores, poderão consultar, com ampla liberdade, os processos nos Cartórios ou Secretarias.

Art. 780. Os documentos juntos aos autos poderão ser desentranhados somente depois de findo o processo, ficando traslado.

Art. 781. As partes poderão requerer certidões dos processos em curso ou arquivados, as quais serão lavradas pelos escrivães ou secretários.

Parágrafo único. As certidões dos processos que correrem em segredo de justiça dependerão de despacho do juiz ou presidente.

Art. 782. São isentos do selo as reclamações, representações, requerimentos, atos e processos relativos à Justiça do Trabalho.

SECÇÃO II

Da distribuição

Art. 783. A distribuição das reclamações será feita entre as Juntas de Conciliação e Julgamento, ou os Juizes de Direito do Cível, nos casos previstos no art. 669, § 1.º, pela ordem rigorosa de sua apresentação ao distribuidor, quando o houver.

Art. 784. As reclamações serão registadas em livro próprio, rubricado em todas as folhas pela autoridade a que estiver subordinado o distribuidor.

Art. 785. O distribuidor fornecerá ao interessado um recibo, do qual constarão, essencialmente, o nome do reclamante e do reclamado, a data da distribuição, o objeto da reclamação e a Junta ou o Juízo a que coube a distribuição.

Art. 786. A reclamação verbal será distribuída antes de sua redução a termo.

Parágrafo único. Distribuída a reclamação verbal, o reclamante deverá, salvo motivo de força maior, apresentar-se no prazo de cinco dias, ao Car-

tório ou à Secretaria, para reduzi-la a termo, sob a pena estabelecida no art. 731.

Art. 787. A reclamação escrita deverá ser formulada em duas vias e desde logo acompanhada dos documentos em que se fundar.

Art. 788. Feita a distribuição, a reclamação será remetida pelo distribuidor, à Junta ou Juízo competente, acompanhada do bilhete de distribuição.

SEÇÃO III

Das custas

Art. 789. Nos dissídios do trabalho, individuais ou coletivos, até julgamento, as custas serão calculadas, progressivamente, de acordo com a seguinte tabela:

- a) até Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) 10% (dez por cento);
- b) de mais de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), até Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), 9% (nove por cento);
- c) de mais de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) até 1.000,00 (mil cruzeiros) 8% (oito por cento);
- d) de mais de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) até Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) 6% (seis por cento);
- e) de mais de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) até Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), 4% (quatro por cento);
- f) de mais de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) 2% (dois por cento).

§ 1.º Nas Juntas, nos Conselhos Regionais e no Conselho Nacional do Trabalho o pagamento das custas far-se-á em selo federal aposto aos autos. Nos Juízos de Direito, a importância das custas será dividida proporcionalmente entre o juiz e os funcionários que tiverem funcionado no feito, excetuados os distribuidores, cujas custas serão pagas no ato, de acordo com o regimento local.

§ 2.º A divisão a que se refere o parágrafo anterior e as custas da execução serão determinadas em tabelas expedidas pelo Conselho Nacional do Trabalho.

§ 3.º As custas serão calculadas da forma seguinte: — quando houver acordo ou condenação, sobre o respectivo valor; quando houver desistência ou arquivamento, sobre o valor do pedido; quando o valor for indeterminado, sobre o que o juiz ou o presidente fixar; e, no caso de inquérito administrativo, sobre seis vezes o salário mensal do reclamado ou dos reclamados.

§ 4.º As custas serão pagas pelo vencido ou, em se tratando de inquérito administrativo, pelo empregador, antes de seu julgamento pela Junta ou Juízo de Direito. Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convenção, o pagamento das custas será feito em partes iguais pelos litigantes.

§ 5.º Tratando-se de empregado sindicalizado, o sindicato que houver intervindo no processo responderá solidariamente pelo pagamento das custas devidas.

§ 6.º No caso do não pagamento das custas, far-se-á a execução da respectiva importância segundo o processo estabelecido no capítulo V deste título.

Art. 790. Nos casos de dissídios coletivos, as partes vencidas responderão solidariamente pelo pagamento das custas.

SEÇÃO IV

Das partes e dos procuradores

Art. 791. Os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final.

§ 1.º Nos dissídios individuais os empregados e empregadores poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato, advogado, solicitador, ou provisionado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2.º Nos dissídios coletivos é facultada aos interessados a assistência por advogado.

Art. 792. Os maiores de 18 e menores de 21 anos e as mulheres casadas poderão pleitear perante a Justiça do Trabalho sem a assistência de seus pais, tutores ou maridos.

Art. 793. Tratando-se de maiores de 14 e menores de 18 anos, as reclamações poderão ser feitas pelos seus representantes legais ou, na falta destes, por intermédio da Procuradoria da Justiça do Trabalho. Nos lugares onde não houver Procuradoria, o juiz ou presidente nomeará pessoa habilitada para desempenhar o cargo de curador à lide.

SEÇÃO V

Das nulidades

Art. 794. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.

Art. 795. As nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos.

§ 1.º Deverá, entretanto, ser declarada *ex-officio* a nulidade fundada em incompetência de foro. Nesse caso, serão considerados nulos os atos decisórios.

§ 2.º O juiz, ou tribunal, que se julgar incompetente determinará na mesma ocasião que se faça remessa do processo, com urgência, à autoridade competente, fundamentando sua decisão.

Art. 796. A nulidade não será pronunciada:

- a) quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato;
- b) quando arguida por quem lhe tiver dado causa.

Art. 797. O juiz, ou tribunal, que pronunciar a nulidade declarará os atos a que ela se estende.

Art. 798. A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.

SEÇÃO VI

Das exceções

Art. 799. Nas causas de jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência.

§ 1.º As demais exceções serão alegadas como matéria de defesa.

§ 2.º Das decisões sobre exceções de suspeição e incompetência não caberá recurso, podendo, no entanto, as partes alegá-las novamente no recurso que couber da decisão final.

Art. 800. Apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 24 horas, improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir.

Art. 801. O juiz, presidente, ou vogal, é obrigado a dar-se por suspeito, e pode ser recusado, por algum dos seguintes motivos, em relação à pessoa dos litigantes:

- a) inimizade pessoal;
- b) amizade íntima;
- c) parentesco por consanguineidade ou afinidade até o terceiro grau civil;
- d) interesse particular na causa.

Parágrafo único. Se o recusante houver praticado algum ato pelo qual haja consentido na pessoa do juiz, não mais poderá alegar exceção de suspeição, salvo sobrevindo novo motivo. A suspeição não será também admitida, se do processo constar que o recusante deixou de alegá-la anteriormente, quando já a conhecia, ou que depois de conhecida, aceitou o juiz recusado, ou, finalmente, se procurou de propósito o motivo de que ela se originou.

Art. 802. Apresentada a exceção de suspeição, o juiz ou tribunal designará audiência, dentro de 48 horas, para instrução e julgamento da exceção.

§ 1.º Nas Juntas de Conciliação e Julgamento e nos Conselhos Regionais, julgada procedente a exceção de suspeição, será logo convocado para a mesma audiência ou sessão, ou para a seguinte, o suplente do membro suspeito, o qual continuará a funcionar no feito até decisão final. Proceder-se-á da mesma maneira quando algum dos membros se declarar suspeito.

§ 2.º Se se tratar de suspeição de juiz de direito, será este substituído na forma da organização judiciária local.

SEÇÃO VII

Dos conflitos de jurisdição

Art. 803. Os conflitos de jurisdição podem ocorrer entre:

- a) Juntas de Conciliação e Julgamento e Juízos de direito investidos na administração da Justiça do Trabalho;
- b) Conselhos Regionais do Trabalho;
- c) Juízos e tribunais de Trabalho e órgãos da Justiça Ordinária;
- d) Câmaras do Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 804. Dar-se-á conflito de jurisdição:

- a) quando ambas as autoridades se considerarem competentes;
- b) quando ambas as autoridades se considerarem incompetentes.

Art. 805. Os conflitos de jurisdição podem ser suscitados:

- a) pelos juizes e tribunais do Trabalho;
- b) pelo procurador geral e pelos procuradores regionais da Justiça do Trabalho;
- c) pela parte interessada, ou o seu representante.

Art. 806. É vedado à parte interessada suscitar conflitos de jurisdição quando já houver oposto na causa, exceção de incompetência.

Art. 807. No ato de suscitar o conflito deverá a parte interessada produzir a prova de existência dele.

Art. 808. Os conflitos de jurisdição de que trata o art. 816 serão resolvidos:

a) pelos Conselhos Regionais, os suscitados entre Juntas e entre Juízos de Direito, ou entre umas e outras, nas respectivas regiões;

b) pela Câmara de Justiça do Trabalho, os suscitados entre Conselhos Regionais, ou entre Juntas e Juízos de Direito sujeitos à jurisdição de Conselhos Regionais diferentes;

c) pelo Conselho Pleno, os suscitados entre as Câmaras de Justiça do Trabalho e de Previdência Social;

d) pelo Supremo Tribunal Federal, os suscitados entre as autoridades da Justiça do Trabalho e as da Justiça ordinária.

Art. 809. Nos conflitos de jurisdição entre as Juntas e os Juízos de Direito observar-se-á o seguinte:

I — O Juiz ou presidente mandará extrair dos autos as provas do conflito e, com a sua informação, remeterá o processo assim formado, no mais breve prazo possível, ao presidente do Conselho Regional competente.

II — No Conselho Regional, logo que der entrada o processo, o presidente determinará a distribuição do feito, podendo o relator ordenar imediatamente às Juntas e aos Juízos, nos casos de conflito positivo, que sobre-estejam o andamento dos respectivos processos, e solicitar, ao mesmo tempo, quaisquer informações que julguem convenientes. Seguidamente, será ouvida a Procuradoria, após o que o relator submeterá o feito a julgamento, na primeira sessão.

III — Proferida a decisão, será a mesma comunicada, imediatamente, às autoridades em conflito prosseguindo no foro julgado competente.

Art. 810. Aos conflitos de jurisdição entre os Conselhos Regionais aplicar-se-ão as normas estabelecidas no artigo anterior.

Art. 811. Nos conflitos suscitados na Justiça do Trabalho entre as autoridades desta e os órgãos da Justiça ordinária, o processo do conflito, formado de acordo com o inciso I do art. 809, será remetido diretamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal.

Art. 812. A ordem processual dos conflitos de jurisdição entre as Câmaras do Conselho Nacional do Trabalho será a estabelecida no seu regimento interno.

SECÇÃO VIII

Das audiências

Art. 813. As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão na sede do juízo ou tribunal em dias uteis, previamente fixados entre 8 e 18 horas, não podendo ultrapassar cinco horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.

§ 1.º Em casos especiais, poderá ser designado outro local para a realização das audiências mediante edital, afixado na sede do juízo ou tribunal, com a antecedência mínima de 24 horas.

§ 2.º Sempre que for necessário, poderão ser convocadas audiências extraordinárias, observado o prazo do parágrafo anterior.

Art. 814. Às audiências deverão estar presentes, comparecendo com a necessária antecedência, os escrivães ou secretários.

Art. 815. À hora marcada, o juiz ou presidente declarará aberta a audiência, sendo feita pelo secretário ou escrivão a chamada das partes, testemunhas e demais pessoas que devam comparecer.

Parágrafo único. Se até 15 minutos após a hora marcada, o juiz ou presidente não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registo das audiências.

Art. 816. O juiz ou presidente manterá a ordem nas audiências, podendo mandar retirar do recinto os assistentes que a perturbarem.

Art. 817. O registo das audiências será feito em livro próprio, constando de cada registo os processos apreciados e a respectiva solução, bem como as ocorrências eventuais.

Parágrafo único. Do registo das audiências poderão ser fornecidas certidões às pessoas que o requererem.

SECÇÃO IX

Das provas

Art. 818. A prova das alegações incumbe à parte que as fizer.

Art. 819. O depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a lingua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz ou presidente.

§ 1.º Proceder-se-á da forma indicada neste artigo, quando se tratar de surdo-mudo, ou de mudo, que não saiba escrever.

§ 2.º Em ambos os casos de que este artigo trata, as despesas correrão por conta da parte a que interessar o depoimento.

Art. 820. As partes e testemunhas serão inquiridas pelo juiz ou presidente, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento dos vogais, das partes, seus representantes ou advogados.

Art. 821. Cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito administrativo, caso em que esse número poderá ser elevado a seis.

Art. 822. As testemunhas não poderão sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor, quando devidamente arroladas ou convocadas.

Art. 823. Se a testemunha for funcionário civil, ou militar, e tiver de depor em hora de serviço, será requisitada ao chefe da repartição para comparecer à audiência marcada.

Art. 824. O juiz ou presidente providenciará para que o depoimento de uma testemunha não seja ouvido pelas demais que tenham de depor no processo.

Art. 825. As testemunhas comparecerão à audiência independentemente de notificação, ou intimação.

Parágrafo único. As que não comparecerem serão intimadas, *ex-officio* ou a requerimento da parte, ficando sujeitas à condução coercitiva, além das penalidades do art. 730, caso, sem motivo justificado, não atendam à intimação.

Art. 826. É facultado a cada uma das partes apresentar um perito ou técnico.

Art. 827. O juiz ou presidente poderá arguir os peritos compromissados ou os técnicos, e rubricará, para ser junto ao processo, o laudo que os primeiros tiverem apresentado.

Art. 828. Toda testemunha, antes de prestar o compromisso legal, será qualificada, indicando o nome, nacionalidade, profissão, idade, residência, e, quando empregada, o tempo de serviço prestado ao empregador, ficando sujeita, em caso de falsidade, às leis penais.

Parágrafo único. Os depoimentos das testemunhas serão resumidos, por ocasião da audiência, pelo secretário da Junta ou funcionário para esse fim designado, devendo a súmula ser assinada pelo presidente do tribunal e pelos depoentes.

Art. 829. A testemunha que for parente até ao terceiro grau civil, amigo íntimo, ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.

Art. 830. O documento oferecido para prova só será aceito, se estiver no original ou em certidão autêntica, ou quando conferida a respectiva pública-forma ou cópia perante o juiz ou tribunal.

SEÇÃO X

Da decisão e sua eficácia

Art. 831. A decisão será proferida depois de rejeitada pelas partes a proposta de conciliação.

Parágrafo único. No caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível.

Art. 832. Da decisão deverão constar o nome das partes, o resumo do pedido e da defesa, a apreciação das provas, os fundamentos da decisão e a respectiva conclusão.

§ 1.º Quando a decisão concluir pela procedência do pedido, determinará o prazo e as condições para o seu cumprimento.

§ 2.º A decisão mencionará sempre as custas que devam ser pagas pela parte vencida.

Art. 833. Existindo na decisão evidentes erros ou enganos de escrita, de datilografia ou de cálculo, poderão os mesmos, antes da execução, ser corrigidos, *ex-officio*, ou a requerimento dos interessados ou da Procuradoria da Justiça do Trabalho.

Art. 834. Salvo nos casos previstos nesta Consolidação, a publicação das decisões e sua notificação aos litigantes ou a seus patronos, consideram-se realizadas nas próprias audiências em que forem as mesmas proferidas.

Art. 835. O cumprimento do acordo ou da decisão far-se-á no prazo e condições estabelecidos.

Art. 836. É vedado aos órgãos da Justiça do Trabalho conhecer de questões já decididas, excetuados os casos expressamente previstos neste título.

CAPÍTULO III

DOS DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

SECÇÃO I

Da forma da reclamação e da notificação

Art. 837. Nas localidades em que houver apenas uma Junta de Conciliação e Julgamento ou um escrivão do civil, a reclamação será apresentada diretamente à Secretaria da Junta ou ao Cartório do Juízo.

Art. 838. Nas localidades em que houver mais de uma Junta ou mais de um Juízo, ou escrivão do civil, a reclamação será, preliminarmente, sujeita à distribuição na forma do disposto no capítulo II, secção III, deste título.

Art. 839. A reclamação poderá ser apresentada:

a) pelos empregados e empregadores, pessoalmente ou por seus representantes, e pelos sindicatos de classe;

b) por intermédio das Procuradorias Regionais da Justiça do Trabalho.

Art. 840. A reclamação poderá ser escrita ou verbal.

§ 1.º Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do presidente da Junta ou do juiz de direito, a quem for dirigida, a qualificação do reclamante e do reclamado, uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.

§ 2.º Se verbal, a reclamação será reduzida a termo, em duas vias datadas e assinadas pelo escrivão ou secretário, observado, no que couber, o disposto no parágrafo anterior.

Art. 841. Recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou secretário, dentro de 48 horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o, ao mesmo tempo, para comparecer à audiência de julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de cinco dias.

§ 1.º A notificação será feita em registo postal com franquia. Se o reclamado criar embaraços ao seu recebimento, ou não for encontrado, far-se-á a notificação por edital, inserto no jornal oficial ou no que publicar o expediente forense, ou, na falta, afixado na sede da Junta ou Juízo.

§ 2.º O reclamante será notificado no ato da apresentação da reclamação ou na forma do parágrafo anterior.

Art. 842. Sendo várias as reclamações e havendo identidade de matéria, poderão ser acumuladas num só processo, se se tratar de empregados da mesma empresa ou estabelecimento.

SECÇÃO II

Da audiência de julgamento

Art. 843. Na audiência de julgamento deverão estar presentes o reclamante e o reclamado, independentemente do comparecimento de seus representantes.

§ 1.º É facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente.

§ 2.º Se por doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão, ou pelo seu sindicato.

Art. 844. O não comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão, quanto à matéria de fato.

Parágrafo único. Ocorrendo, entretanto, motivo relevante, poderá o presidente suspender o julgamento, designando nova audiência.

Art. 845. O reclamante e o reclamado comparecerão à audiência acompanhados das suas testemunhas, apresentando, nessa ocasião, as demais provas.

Art. 846. Lida a reclamação, ou dispensada a leitura por ambas as partes, o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa.

Art. 847. Terminada a defesa, o juiz ou presidente proporá a conciliação.

§ 1.º Se houver acordo, lavrar-se-á termo, assinado pelo presidente e pelos litigantes, consignando-se o prazo e demais condições para seu cumprimento.

§ 2.º Entre as condições a que se refere o parágrafo anterior poderá ser estabelecida a de ficar a parte que não cumprir o acordo obrigada a satisfazer integralmente o pedido ou pagar uma indenização convencionada, sem prejuízo do cumprimento do acordo.

Art. 848. Não havendo acordo, seguir-se-á a instrução do processo, podendo o presidente, *ex-officio* ou a requerimento de qualquer vogal, interrogar os litigantes.

§ 1.º Findo o interrogatório, poderá qualquer dos litigantes retirar-se prosseguindo a instrução com o seu representante.

§ 2.º Serão, a seguir, ouvidas as testemunhas, os peritos e os técnicos, se houver.

Art. 849. A audiência de julgamento será contínua; mas, se não for possível, por motivo de força maior, conclui-la no mesmo dia, o juiz ou presidente marcará a sua continuação para a primeira desimpedida, independentemente de nova notificação.

Art. 850. Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de dez minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou o presidente renoverá a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão.

Parágrafo único. O presidente da Junta, após propor a solução do dissídio, tomará os votos dos vogais e, havendo divergência entre estes, poderá desempatar ou proferir decisão que melhor atenda ao cumprimento da lei, e ao justo equilíbrio entre os votos divergentes e ao interesse social.

Art. 851. Os trâmites de instrução e julgamento da reclamação serão resumidos em ata, de que constará, na íntegra, a decisão.

Parágrafo único. A ata será assinada pelo presidente e pelos vogais, ou pelo juiz, juntando-se ao processo o seu original.

Art. 852. Da decisão serão os litigantes notificados, pessoalmente, ou por seu representante, na própria audiência. No caso de revelia, a notificação far-se-á pela forma estabelecida no § 1.º do art. 841.

SECCÃO III

Do inquérito para apuração de falta grave

Art. 853. Para a instauração de inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Junta ou Juízo de Direito, dentro de 30 dias, contados da data da suspensão do empregado.

Art. 854. O processo do inquérito perante a Junta ou Juízo obedecerá às normas estabelecidas no presente capítulo, observadas as disposições desta secção.

Art. 855. Se tiver havido prévio reconhecimento da estabilidade do empregado, o julgamento do inquérito pela Junta ou Juízo não prejudicará a execução para pagamento dos salários devidos ao empregado, até a data da instauração do mesmo inquérito.

CAPÍTULO IV

DOS DISSÍDIOS COLETIVOS

SECCÃO I

Da instauração da instância

Art. 856. A instância será instaurada mediante representação escrita ao presidente do tribunal. Poderá ser também instaurada por iniciativa do presidente, ou ainda, a requerimento da Procuradoria da Justiça do Trabalho, sempre que ocorrer suspensão do trabalho.

Art. 857. A representação poderá ser feita pelo empregador ou empregadores interessados, pelos seus sindicatos, ou pelos sindicatos de empregados.

Parágrafo único. Quando não houver sindicato que represente a categoria profissional, poderá a representação ser feita por um terço dos empregados do estabelecimento ou estabelecimentos envolvidos no dissídio.

Art. 858. A representação será apresentada em tantas vias quantos forem os reclamados e deverá conter:

- a) a designação e qualificação dos reclamantes e dos reclamados e a natureza do estabelecimento ou do serviço;
- b) os motivos do dissídio e as bases da conciliação.

Art. 859. No caso do parágrafo único do art. 857, a representação poderá ser escrita ou verbal e deverá indicar o representante ou representantes dos reclamantes.

Parágrafo único. Quando verbal, a representação será feita ao presidente do tribunal ou à Procuradoria da Justiça do Trabalho, sendo reduzida a termo pelo funcionário designado para esse fim.

SECCÃO II

Da conciliação e do julgamento

Art. 860. Recebida e protocolada a representação, e estando na devida forma, o presidente do tribunal designará a audiência de conciliação, dentro do prazo de dez dias, determinando a notificação dos dissidentes, com observância do disposto no art. 841.

Parágrafo único. Quando a instância for instaurada *ex-officio* a audiência deverá ser realizada dentro do prazo mais breve possível, após o reconhecimento do dissídio.

Art. 861. É facultado ao empregador fazer-se representar na audiência pelo gerente, ou por qualquer outro preposto que tenha conhecimento do dissídio, e por cujas declarações será sempre responsável.

Art. 862. Na audiência designada, comparecendo ambas as partes ou seus representantes, o presidente do tribunal as convidará para se pronunciarem sobre as bases da conciliação. Caso não sejam aceitas as bases propostas, o presidente submeterá aos interessados a solução que lhe pareça capaz de resolver o dissídio.

Art. 863. Havendo acordo, o presidente o submeterá à homologação do tribunal na primeira sessão.

Art. 864. Não havendo acordo, ou não comparecendo ambas as partes ou uma delas, o presidente submeterá o processo a julgamento, depois de ouvida a Procuradoria.

Art. 865. Sempre que, no decorrer do dissídio, houver ameaça de perturbação da ordem, o presidente requisitará à autoridade competente as providências que se tornarem necessárias.

Art. 866. Quando o dissídio ocorrer fora da sede do tribunal, poderá o presidente, se julgar conveniente, delegar à autoridade local as atribuições de que tratam os arts. 860 e 862. Nesse caso, não havendo conciliação, a autoridade delegada encaminhará o processo ao tribunal, fazendo exposição circunstanciada dos fatos e indicando a solução que lhe parecer conveniente.

Art. 867. Da decisão do tribunal serão notificadas as partes, ou seus representantes, em registado postal, com franquia, fazendo-se, outrossim, a sua publicação no jornal oficial, para ciência dos demais interessados.

SEÇÃO III

Da extensão das decisões

Art. 868. Em caso de dissídio coletivo que tenha por motivo novas condições de trabalho e no qual figure como parte apenas uma fração de empregados de uma empresa, poderá o tribunal competente, na própria decisão, estender tais condições de trabalho, se julgar justo e conveniente, aos demais empregados da empresa que forem da mesma profissão dos dissidentes.

Parágrafo único. O tribunal fixará a data em que a decisão deve entrar em execução, bem como o prazo de sua vigência, o qual não poderá ser superior a quatro anos.

Art. 869. A decisão sobre novas condições de trabalho poderá também ser estendida a todos os empregados da mesma categoria profissional compreendida na jurisdição do tribunal:

- a) por solicitação de um ou mais empregadores, ou de qualquer sindicato destes;
- b) por solicitação de um ou mais sindicatos de empregados;
- c) ex-officio, pelo tribunal que houver proferido a decisão;
- d) por solicitação da Procuradoria da Justiça do Trabalho.

Art. 870. Para que a decisão possa ser estendida, na forma do artigo anterior, torna-se preciso que três quartos dos empregadores e três quartos dos empregados, ou os respectivos sindicatos, concordem com a extensão da decisão.

§ 1.º O tribunal competente marcará prazo, não inferior a trinta nem superior a sessenta dias, afim de que se manifestem os interessados.

§ 2.º Ouvidos os interessados e a Procuradoria da Justiça do Trabalho, será o processo submetido ao julgamento do tribunal.

Art. 871. Sempre que o tribunal entender a decisão, marcará a data em que a extensão deva entrar em vigor.

SEÇÃO IV

Do cumprimento das decisões

Art. 872. Celebrado o acordo, ou transitada em julgado a decisão, seguir-se-á o seu cumprimento, sob as penas estabelecidas neste título.

Parágrafo único. Quando os empregadores deixarem de satisfazer o pagamento de salários na conformidade da decisão proferida, poderão os empregados, juntando certidão de tal decisão, apresentar reclamação à Junta ou Juízo competente, observado o processo previsto no capítulo III deste título, sendo vedado, porém, questionar sobre a matéria de fato e de direito já apreciada na decisão.

SEÇÃO V

Da revisão

Art. 873. Decorrido mais de um ano de sua vigência, caberá revisão das decisões que fixarem condições de trabalho, quando se tiverem modificado as circunstâncias que as ditaram, de modo que tais condições se hajam tornado injustas ou inaplicáveis.

Art. 874. A revisão poderá ser promovida por iniciativa do tribunal prolator, da Procuradoria da Justiça do Trabalho, das associações sindicais ou de empregador ou empregadores interessados no cumprimento da decisão.

Parágrafo único. Quando a revisão for promovida por iniciativa do tribunal prolator ou da Procuradoria, as associações sindicais e o empregador ou empregadores interessados serão ouvidos no prazo de trinta dias. Quando promovida por uma das partes interessadas, serão as outras ouvidas também por igual prazo.

Art. 875. A revisão será julgada pelo tribunal que tiver proferido a decisão, depois de ouvida a Procuradoria da Justiça do Trabalho.

CAPÍTULO V

DA EXECUÇÃO

SEÇÃO I

Das disposições preliminares

Art. 876. As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo, e os acordos, quando não cumpridos, serão executados pela forma estabelecida neste capítulo.

Art. 877. É competente para a execução das decisões o juiz ou presidente do tribunal que tiver conciliado ou julgado originariamente o dissídio.

Art. 878. A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou ex-officio pelo próprio juiz ou presidente ou tribunal competente, nos termos do artigo anterior.

Parágrafo único. Quando se tratar de decisão dos Conselhos Regionais, a execução poderá ser promovida pela Procuradoria da Justiça do Trabalho.

Art. 879. Requerida a execução, o juiz ou presidente providenciará imediatamente para que lhe seja presente o respectivo processo.

SEÇÃO II

De mandado e da penhora

Art. 880. O juiz ou presidente do tribunal, requerida a execução, mandará expedir mandado de citação ao executado afim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas ou, em se tratando de pagamento em dinheiro, para que pague em 48 horas, ou garanta a execução, sob pena de penhora.

§ 1.º O mandado de citação deverá conter a decisão exequenda ou o termo de acordo não cumprido.

§ 2.º A citação será feita pelos oficiais de diligência.

§ 3.º Se o executado, procurado por duas vezes no espaço de 48 horas, não for encontrado, far-se-á a citação por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da junta ou juízo, durante cinco dias.

Art. 881. No caso de pagamento da importância reclamada, será este feito perante o escrivão ou secretário, lavrando-se termo de quitação, em duas vias, assinadas pelo exequente, pelo executado e pelo mesmo escrivão ou secretário, entregando-se a segunda via ao executado e juntando-se a outra ao processo.

Parágrafo único. Não estando presente o exequente, será depositada a importância, mediante guia, no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal ou, em falta destes, em estabelecimento bancário idôneo.

Art. 882. O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução nomeando bens à penhora, ou depositando a mesma importância, acrescida da correspondente às custas da execução.

Art. 883. Não pagando o executado, nem garantindo a execução, seguir-se-á a penhora dos bens, tantos quantos bastem ao pagamento da importância reclamada, juros da mora e custas.

SEÇÃO III

Dos embargos à execução e da sua impugnação

Art. 884. Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado cinco dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para a impugnação.

§ 1.º A matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.

§ 2.º Se na defesa tiverem sido arroladas testemunhas, poderá o juiz ou o presidente do tribunal, caso julgue necessários seus depoimentos, marcar audiência para a produção das provas, a qual deverá realizar-se dentro de cinco dias.

SECÇÃO IV

Do julgamento e dos trâmites finais da execução

Art. 885. Não tendo sido arroladas testemunhas na defesa, o juiz, ou presidente, conclusos os autos, proferirá sua decisão dentro de cinco dias, julgando subsistente ou insubsistente, a penhora.

Art. 886. Se tiverem sido arroladas testemunhas, finda a sua inquirição em audiência, o escrivão, ou secretário, fará, dentro de 48 horas, conclusos os autos ao juiz, ou presidente, que proferirá sua decisão, na forma prevista no artigo anterior.

§ 1.º Proferida a decisão, serão da mesma notificadas as partes interessadas, em registado postal, com franquia.

§ 2.º Julgada subsistente a penhora, o juiz, ou presidente, mandará proceder logo à avaliação dos bens penhorados.

Art. 887. A avaliação dos bens penhorados em virtude da execução de decisão condenatória, será feita por avaliador escolhido de comum acordo pelas partes, que perceberá as custas arbitradas pelo juiz, ou presidente do tribunal trabalhista, de conformidade com a tabela a ser expedida pelo Conselho Nacional do Trabalho.

§ 1.º Não acordando as partes quanto à designação de avaliador, dentro de cinco dias após o despacho que o determinou a avaliação, será o avaliador designado livremente pelo juiz ou presidente do tribunal.

§ 2.º Os servidores da Justiça do Trabalho não poderão ser escolhidos ou designados para servir de avaliador.

Art. 888. Concluída a avaliação, dentro de dez dias, contados da data da nomeação do avaliador, seguir-se-á a arrematação que será anunciada por edital, afixado na sede do juízo ou tribunal e publicado no jornal local, se houver, com a antecedência de vinte dias.

§ 1.º Se na primeira praça os bens penhorados não tiverem alcançado o preço da avaliação, haverá, decorrido o prazo de dez dias, a segunda praça, na qual os bens serão vendidos pelo maior lance, tendo o exequente preferência para a adjudicação.

§ 2.º Em qualquer caso, o arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor.

§ 3.º Não havendo licitantes na segunda praça, e não requerendo o exequente a adjudicação dos bens penhorados, poderão os mesmos ser vendidos por leiloeiro, nomeado pelo juiz, ou presidente.

§ 4.º Se o arrematante, ou seu fiador, não pagar dentro de 24 horas o preço da arrematação, perderá, em benefício da execução, o sinal de que trata o § 2.º do art. 888, voltando à praça os bens executados.

Art. 889. Aos trâmites e incidentes do processo da execução são aplicáveis, naquilo em que não contravierem ao presente título, os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal.

SECÇÃO V

Da execução por prestações sucessivas

Art. 890. A execução para pagamento de prestações sucessivas far-se-á com observância das normas constantes desta secção, sem prejuízo das demais estabelecidas neste capítulo.

Art. 891. Nas prestações sucessivas, por tempo determinado, a execução pelo não pagamento de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem.

Art. 892. Tratando-se de prestações sucessivas, por tempo indeterminado, a execução compreenderá inicialmente as prestações devidas até a data do ingresso na execução.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS

Art. 893. Das decisões são admissíveis os seguintes recursos:

- I — embargos;
- II — recurso ordinário;
- III — recurso extraordinário;
- IV — agravo.

Parágrafo único. Os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio juízo ou tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recurso da decisão definitiva.

Art. 894. Cabem embargos das decisões definitivas das Juntas e Juízos, nos dissídios individuais concernentes a salários, férias e indenizações por rescisão do contrato de trabalho, em que o valor da reclamação haja sido igual ou inferior:

a) a Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), nas capitais do Território do Acre e dos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso e Goiás ou a Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), nos municípios do interior do Território do Acre e dos Estados referidos;

b) a Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) nas capitais dos Estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, ou a Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), nos municípios do interior desses Estados;

c) a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), no Distrito Federal e nas capitais dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, ou a Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), nos municípios do interior desses Estados.

Parágrafo único. Os embargos serão opostos no prazo de cinco dias e julgados pelo próprio juiz ou tribunal prolator da decisão embargada.

Art. 895. Cabe recurso ordinário, para a instância superior:

a) das decisões definitivas das Juntas, não previstas no artigo anterior, no prazo de dez dias;

b) das decisões definitivas dos Conselhos Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de dez dias, nos dissídios individuais, e de vinte dias, nos dissídios coletivos;

c) das decisões da Câmara de Justiça do Trabalho, em processo de sua competência originária, no prazo de trinta dias, contados da publicação do acórdão no *Diário da Justiça*.

Art. 896. Cabe recurso extraordinário das decisões de última instância, quando:

a) derem à mesma norma jurídica interpretação diversa da que tiver sido dada por um Conselho Regional ou pela Câmara de Justiça do Trabalho;

b) proferidas com violação, expressa de direito.

§ 1.º O recurso extraordinário será interposto, no prazo de quinze dias, para a Câmara de Justiça do Trabalho.

§ 2.º O recurso terá efeito devolutivo, salvo ao juiz ou presidente do tribunal recorrido, no caso de divergência manifesta, dar-lhe também, o efeito suspensivo;

§ 3.º Na hipótese de não ser dado o efeito suspensivo, o presidente do tribunal recorrido, ou o juiz, encaminhará o recurso devidamente informado ao tribunal *ad quem*, sendo a este facultado determinar a remessa do processo.

Art. 897. Cabe agravo das decisões do juiz, ou presidente, nas execuções.

§ 1.º O agravo será interposto no prazo de cinco dias e não terá efeito suspensivo, sendo facultado, porém, ao juiz, ou presidente, sobrestar, quando julgar conveniente, o andamento do feito, até julgamento do recurso.

§ 2.º O agravo será julgado pelo próprio tribunal presidido pela autoridade recorrida, salvo em se tratando de decisão de presidente de Junta ou de juiz de direito, quando o julgamento competirá ao presidente do Conselho Regional a que estiver subordinado o prolator da decisão agravada, a quem este informará minuciosamente sobre a matéria controvertida ou remeterá os autos, se tiver sobrestado o andamento do feito.

Art. 898. Das decisões proferidas em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público, ou, em qualquer caso, das proferidas em revisão, poderão recorrer, além dos interessados, o presidente do tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho.

Art. 899. Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste título, sendo permitida a execução provisória, até a penhora.

Parágrafo único. Tratando-se, porém, de reclamações sobre férias, salários ou contrato individual de trabalho, de valor até Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), só serão admitidos recursos mediante prova de depósito da importância da condenação. Nesse caso, transitada em julgado a decisão recorrida, será ordenado, desde logo, o levantamento do depósito em favor da parte vencedora.

Art. 900. Interposto o recurso, será notificado o recorrido, para oferecer as suas razões, em prazo igual ao que tiver tido o recorrente.

Art. 901. Sem prejuízo dos prazos previstos neste capítulo, terão as partes vistas dos autos em cartório ou na secretaria.

Art. 902. É facultado à Procuradoria da Justiça do Trabalho promover o pronunciamento prévio da Câmara de Justiça do Trabalho sobre a interpretação de qualquer norma jurídica, se reconhecer que sobre ela ocorre, ou poderá ocorrer, divergência de interpretação entre os Conselhos Regionais do Trabalho.

§ 1.º Sempre que o estabelecimento do prejudicado for pedido em processo sobre o qual já haja pronunciado o Conselho Regional do Trabalho, deverá o requerimento ser apresentado dentro do prazo de dez dias contados da data em que for publicada a decisão.

§ 2.º O prejudicado será requerido pela Procuradoria em fundamentada exposição, que será entregue ao presidente do órgão junto ao qual funciona. Antes do pronunciamento da Câmara de Justiça do Trabalho será obrigatória a audiência da Procuradoria Geral, desde que o prejudicado tenha sido requerido por Procuradoria Regional.

§ 3.º O requerimento de prejudicado terá efeito suspensivo sempre que pedido na forma do § 1.º deste artigo.

§ 4.º Uma vez estabelecido o prejudicado, os Conselhos Regionais do Trabalho, as Juntas de Conciliação e Julgamento e os Juizes de Direito investidos da jurisdição da Justiça do Trabalho ficarão obrigados a respeitá-lo.

§ 5.º Considera-se revogado ou reformado o prejudgado sempre que a Câmara de Justiça do Trabalho, funcionando completa, pronunciar-se, em tese ou em concreto, sobre a hipótese do prejudgado, firmando nova interpretação. Em tais casos, o acórdão fará remissão expressa à alteração ou revogação do prejudgado.

CAPÍTULO VII

DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 903. As penalidades estabelecidas neste título serão aplicadas pelo juiz, ou tribunal, que tiver de conhecer da desobediência, violação, recusa, falta, ou coação, *ex-officio*, ou mediante representação de qualquer interessado ou da Procuradoria da Justiça do Trabalho.

Art. 904. As sanções em que incorrerem as autoridades da Justiça do Trabalho serão aplicadas pelo tribunal imediatamente superior, *ex-officio*, ou mediante representação de qualquer interessado ou da Procuradoria da Justiça do Trabalho.

§ 1.º Tratando-se de membro do Conselho Nacional do Trabalho será competente para a imposição de execuções o Conselho Federal.

§ 2.º Enquanto não estiver organizado e funcionando o Conselho Federal, o processo será encaminhado à Presidência da República.

Art. 905. Tomando conhecimento do fato imputado, o juiz, ou tribunal, competente mandará notificar o acusado, para apresentar, no prazo de quinze dias, defesa por escrito.

§ 1.º É facultado ao acusado, dentro do prazo estabelecido neste artigo, requerer a produção de testemunhas, até ao máximo de cinco. Nesse caso, será marcada audiência para a inquirição.

§ 2.º Findo o prazo de defesa, o processo será imediatamente concluso para julgamento, que deverá ser proferido no prazo de dez dias.

Art. 906. Da imposição das penalidades a que se refere este capítulo caberá recurso ordinário para o tribunal superior, no prazo de dez dias, salvo se a imposição resultar de dissídio coletivo, caso em que o prazo será de vinte dias.

Art. 907. Sempre que o infrator incorrer em pena criminal, far-se-á remessa das peças necessárias à autoridade competente.

Art. 908. A cobrança das multas estabelecidas neste título será feita, mediante executivo fiscal, perante o juiz competente para a cobrança de dívida ativa da Fazenda Pública Federal.

Parágrafo único. A cobrança das multas será promovida, no Distrito Federal e nos Estados em que funcionarem os Conselhos Regionais, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, e, nos demais Estados, de acordo com o disposto no decreto-lei n. 960, de 17 de dezembro de 1938.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 909. A ordem dos processos, no Conselho Nacional do Trabalho será regulada em seu regimento interno.

Art. 910. Para os efeitos deste título, equiparam-se aos serviços públicos os de utilidade pública, bem como os que forem prestados em armazéns de gêneros alimentícios, açougues, padarias, leitarias, farmácias, hospitais, minas, empresas de transportes e comunicações, bancos e estabelecimentos que interessem à segurança nacional.

TÍTULO XI

Disposições Finais e Transitórias

Art. 911. Esta Consolidação entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Art. 912. Os dispositivos de caráter imperativo terão aplicação imediata às relações iniciadas, mas não consumadas, antes da vigência desta Consolidação.

Art. 913. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedirá instruções, quadros, tabelas e modelos que se tornarem necessários à execução desta Consolidação.

Parágrafo único. O Conselho Nacional do Trabalho adaptará o seu regimento interno e o dos Conselhos Regionais do Trabalho às normas contidas nesta Consolidação.

Art. 914. Continuarão em vigor os quadros, tabelas e modelos aprovados em virtude de dispositivos não alterados pela presente Consolidação.

Art. 915. Não serão prejudicados os recursos interpostos com apoio em dispositivos alterados ou cujo prazo para interposição esteja em curso à data da vigência desta Consolidação.

Art. 916. Os prazos de prescrição fixados pela presente Consolidação começarão a correr da data da vigência desta, quando menores do que os previstos pela legislação anterior.

Art. 917. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio marcará prazo para adaptação dos atuais estabelecimentos às exigências contidas no capítulo "De Higiene e Segurança do Trabalho". Compete ainda àquela autoridade fixar os prazos, dentro dos quais, em cada Estado, entrará em vigor a obrigatoriedade do uso da Carteira Profissional, para os atuais empregados.

Parágrafo único. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio fixará, para cada Estado e quando julgar conveniente, o início da vigência de parte ou de todos os dispositivos contidos no capítulo "Da Higiene e Segurança do Trabalho".

Art. 918. Enquanto não for expedida a Lei Orgânica da Previdência Social, competirá ao presidente do Conselho Nacional do Trabalho julgar os recursos interpostos com apoio no art. 1.º, alínea c, do decreto-lei n. 3.710, de 14 de outubro de 1941, cabendo recurso de suas decisões, nos termos do parágrafo único do art. 2.º, do decreto-lei n. 3.710 citado.

Parágrafo único. Ao diretor do Departamento de Previdência Social incumbirá presidir as eleições para a constituição dos Conselhos Fiscais dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões e julgar, com recurso para a instância superior, os recursos sobre matéria técnico-administrativa dessas instituições.

Art. 919. Ao empregado bancário, admitido até a data da vigência da presente lei, fica assegurado o direito à aquisição da estabilidade, nos termos do art. 15 do decreto n. 24.615, de 9 de julho de 1934.

Art. 920. Enquanto não forem constituídas as Confederações ou na falta destas, a representação de classes, econômicas ou profissionais, que derivar da indicação desses órgãos ou dos respectivos presidentes, será suprida por equivalente designação ou eleição realizada pelas correspondentes Federações.

Art. 921. As empresas que não estiverem incluídas no enquadramento sindical de que trata o art. 577 poderão firmar contratos coletivos de trabalho com os sindicatos representativos da respectiva categoria profissional.

A N E X O

Quadro a que se refere o art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

1.º GRUPO — *Indústrias da alimentação*

Atividades ou categorias econômicas

Indústria do trigo.....
Indústria do milho.....
Indústria da mandioca.....

Indústria do arroz

Indústria do açúcar.....
Indústria do açúcar de engenho.....

Indústria de torrefação e moagem do café.....
Indústria de refinação do sal.....
Indústria de panificação e confeitaria.....
Indústria de produtos de cacau e balas.....
Indústria do mate

Indústria de laticínio e produtos derivados.....
Indústria de massas alimentícias e biscoitos.....

Indústria da cerveja de baixa fermentação.....
Indústria da cerveja e de bebidas em geral.....

Indústria do vinho

Indústria de azeite e óleos alimentícios.....
Indústria de doces e conservas alimentícias.....
Indústria de carnes e derivados.....

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

1.º GRUPO — *Trabalhadores na indústria de alimentação*

Categorias profissionais

Trabalhadores na indústria do trigo, milho e mandioca.

Trabalhadores na indústria do arroz.

Trabalhadores na indústria do açúcar.

Trabalhadores na indústria de torrefação e moagem de café.

Trabalhadores na indústria de refinação do sal.

Trabalhadores na indústria de panificação e confeitaria.

Trabalhadores na indústria de produtos de cacau e balas.

Trabalhadores na indústria do mate.

Trabalhadores na indústria de laticínio e produtos derivados.

Trabalhadores na indústria de massas alimentícias e biscoitos.

Trabalhadores na indústria da cerveja e bebidas em geral.

Trabalhadores na indústria do vinho.

Trabalhadores na indústria de águas minerais.

Trabalhadores na indústria do azeite e óleos alimentícios.

Trabalhadores na indústria de doces e conservas alimentícias.

Trabalhadores na indústria de carnes e derivados.

Indústria do frio	Trabalhadores na indústria de frio.
Indústria do fumo	Trabalhadores na indústria do fumo.
Indústria da imunização e tratamento de frutas.....	Trabalhadores na indústria da imunização e tratamento de frutas.

2.º GRUPO — Indústria do vestuário

Atividades ou categorias econômicas

Indústria de calçados	}
Indústria de camisas para homem e roupas brancas.....	
Indústria de alfaiataria e de confecção de roupas de homem.....	
Indústria de guarda-chuvas e bengalas.....	
Indústria de luvas, bolsas e peles de resguardo.....	
Indústria de pentes, botões e similares.....	
Indústria de chapéus	
Indústria de confecção de roupas e chapéus de senhora.....	

3.º GRUPO — Indústrias da construção e do mobiliário

Atividades ou categorias econômicas

Indústria da construção civil	}
Indústria de olaria	
Indústria do cimento, cal e gesso	
Indústria de ladrilhos hidráulicos e produtos de cimento.....	
Indústria da cerâmica para construção.....	
Indústria de mármore e granitos.....	
Indústria de pinturas, decorações, estuques e ornatos.....	
Indústria de serrarias, carpintarias e tanoarias.....	}
Indústria da marcenaria (móveis de madeira).....	

2.º GRUPO — Trabalhadores nas indústrias do vestuário

Categorias profissionais

Trabalhadores na indústria do calçado.	}
Oficiais alfaiates, costureiras e trabalhadores na indústria de confecção de roupas.	
Trabalhadores na indústria de guarda-chuvas e bengalas.	
Trabalhadores na indústria de luvas, bolsas e peles de resguardo.	
Trabalhadores na indústria de pentes, botões e similares.	
Trabalhadores na indústria de chapéus.	
Trabalhadores na indústria de confecção de roupas e chapéus de senhora.	

3.º GRUPO — Trabalhadores nas indústrias da construção e do mobiliário

Categorias profissionais

Trabalhadores na indústria da construção civil (pedreiros, carpinteiros, pintores e estucadores, bombeiros hidráulicos e trabalhadores em geral, de estradas, pontes, portos e canais).	}
Trabalhadores na indústria de olaria.	
Trabalhadores na indústria do cimento, cal e gesso.	
Trabalhadores na indústria de ladrilhos hidráulicos e produtos de cimento.	
Trabalhadores na indústria de cerâmica para construção.	
Trabalhadores na indústria de mármore e granitos.	
Oficiais eletricitas.	
Oficiais marceneiros e trabalhadores nas indústrias de serrarias e de móveis de madeira.	}

Indústria de moveis de junco e vime e vassouras.....

Indústria de cortinados e estofos.....

4.º GRUPO — *Indústrias urbanas*

Atividades ou categorias econômicas

Indústria da purificação e distribuição de água.....

Indústria da energia hidroelétrica.....

Indústria da energia termoeétrica.....

Indústria da produção do gás.....

Serviços de esgotos.....

5.º GRUPO — *Indústrias extrativas*

Atividades ou categorias econômicas

Indústria da extração do ouro e metais preciosos.....

Indústria da extração do ferro e metais básicos.....

Indústria da extração do carvão

Indústria da extração de diamantes e pedras preciosas.....

Indústria da extração de mármore, calcários e pedreiras.....

Indústria da extração de areias e barreiras.....

Indústria da extração do sal

Indústria da extração do petróleo

Indústria da extração de madeiras

Indústria da extração de resinas

Indústria da extração da lenha

Indústria da extração da borracha

Indústria da extração de fibras vegetais e do descaroçamento do algodão

Indústria da extração de óleos vegetais e animais

Trabalhadores na indústria de moveis de junco e vime e de vassouras.

Trabalhadores na indústria de cortinados e estofos.

4.º GRUPO — *Trabalhadores nas indústrias urbanas*

Categorias profissionais

Trabalhadores na indústria da purificação e distribuição de água.

Trabalhadores na indústria da energia hidroelétrica.

Trabalhadores na indústria da energia termoeétrica.

Trabalhadores na indústria da produção do gás.

Trabalhadores em serviços de esgotos.

5.º GRUPO — *Trabalhadores nas indústrias extrativas*

Categorias profissionais

Trabalhadores na indústria da extração de ouro e metais preciosos.

Trabalhadores na indústria da extração do ferro e metais básicos.

Trabalhadores na indústria da extração do carvão.

Trabalhadores na indústria da extração de diamantes e pedras preciosas.

Trabalhadores na indústria da extração de mármore, calcários e pedreiras.

Trabalhadores na indústria da extração de areias e barreiras.

Trabalhadores na indústria da extração do sal.

Trabalhadores na indústria do petróleo.

Trabalhadores na indústria da extração de madeiras.

Trabalhadores na indústria da extração de resinas.

Trabalhadores na indústria da extração da lenha.

Trabalhadores na indústria da extração da borracha.

Trabalhadores na indústria da extração de fibras vegetais e do descaroçamento do algodão.

Trabalhadores na indústria da extração de óleos vegetais e animais.

6.º GRUPO — *Indústria de fiação e tecelagem*

Atividades ou categorias econômicas

Indústria da cordoalha e estopa

Indústria da malharia e meias

Indústria de fiação e tecelagem em geral

Indústria de especialidades têxteis (passamanarias, rendas, tapetes)

6.º GRUPO — *Trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem*

Categorias profissionais

Mestres e contramestres na indústria de fiação e tecelagem.

Trabalhadores na indústria de fiação e tecelagem.

7.º GRUPO — *Indústria de artefatos de couro*

Atividades ou categorias econômicas

Indústria de curtimento de couros e de peles

Indústria de malas e artigos de viagem

Indústria de correias em geral e arreios

7.º GRUPO — *Trabalhadores nas indústrias de artefatos de couro*

Categorias profissionais

Trabalhadores na indústria do curtimento de couros e peles.

Trabalhadores na indústria de artefatos de couro.

8.º GRUPO — *Indústria de artefatos de borracha*

Atividades ou categorias econômicas

Indústria de artefatos de borracha

8.º GRUPO — *Trabalhadores nas indústrias de artefatos de borracha*

Categorias profissionais

Trabalhadores na indústria de artefatos de borracha.

9.º GRUPO — *Indústria de joalheria e lapidação de pedras preciosas*

Atividades ou categorias econômicas

Indústrias da joalheria e ourivesaria

Indústria da lapidação de pedras preciosas

9.º GRUPO — *Trabalhadores nas indústrias da joalheria e lapidação de pedras preciosas*

Categorias profissionais

Oficiais joalheiros e ourives.

Oficiais lapidários.

10.º GRUPO — *Indústrias químicas e farmacêuticas*

10.º GRUPO — *Trabalhadores nas indústrias químicas e farmacêuticas*

Atividades ou categorias econômicas

Categorias profissionais

Indústria de produtos químicos para fins industriais.....	{ Trabalhadores na indústria de produtos químicos para fins industriais.
Indústria de produtos farmacêuticos	Trabalhadores na indústria de produtos farmacêuticos.
Indústria de preparação de óleos vegetais e animais.....	Trabalhadores na indústria de preparação de óleos vegetais e animais.
Indústria de resinas sintéticas.....	Trabalhadores na indústria de resinas sintéticas.
Indústria de perfumarias e artigos de toucador.....	Trabalhadores na indústria de perfumarias e artigos de toucador.
Indústria de sabão e velas.....	Trabalhadores na indústria de sabão e velas.
Indústria da fabricação do álcool	Trabalhadores na indústria da fabricação do álcool.
Indústria de explosivos	Trabalhadores na indústria de explosivos.
Indústria de tintas e vernizes	Trabalhadores na indústria de tintas e vernizes.
Indústria de fósforos	Trabalhadores na indústria de fósforos.
Indústria de adubos e colas.....	Trabalhadores na indústria de adubos e colas.
Indústria de formicidas e inseticidas.....	Trabalhadores na indústria de formicidas e inseticidas.
Indústria de lavanderia e tinturaria do vestuário.....	Trabalhadores na indústria da lavanderia e tinturaria do vestuário.
Indústria da destilação e refinação de petróleo.....	Trabalhadores na indústria da destilação e refinação de petróleo.
Indústria de material plástico	Trabalhadores nas indústrias de material plástico.

11.º GRUPO — *Indústrias do papel, papelão e cortiça*

Atividades ou categorias econômicas

Indústria do papel..... }
 Indústria do papelão }
 Indústria de cortiça }

Indústria de artefatos de papel, papelão e cortiça.....

12.º GRUPO — *Indústrias gráficas*

Atividades ou categorias econômicas

Indústria da tipografia }
 Indústria da gravura }

Indústria da encadernação

13.º GRUPO — *Indústrias de vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana*

Atividades ou categorias econômicas

Indústria de vidros e cristais planos..... }
 Indústria de vidros e cristais ocios (frascos, garrafas, copos e similares) }
 Indústria de espelhos de polimento (lapidação de vidro)..... }

Indústria da cerâmica da louça de pó de pedra, da porcelana e da louça de barro.....

11.º GRUPO — *Trabalhadores nas indústrias do papel, papelão e cortiça*

Categorias profissionais

Trabalhadores na indústria de artefatos de papel, papelão e cortiça.

Trabalhadores na indústria de artefatos de papel, papelão e cortiça.

12.º GRUPO — *Trabalhadores nas indústrias gráficas*

Categorias profissionais

Oficiais gráficos.

Oficiais encadernadores.

13.º GRUPO — *Trabalhadores nas indústrias de vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana*

Categorias profissionais

Trabalhadores nas indústrias de vidros, cristais e espelhos.

Trabalhadores na indústria de cerâmica de louça de pó de pedra, da porcelana e da louça de barro.

14.º GRUPO — *Indústrias metalúrgicas, mecânica e de material elétrico*

Atividades ou categorias econômicas

Indústria do ferro (siderurgia)
Indústria da fundição

Indústria de artefatos de ferro e metais em geral.

Indústria da serralharia.

Indústria da mecânica

Indústria da galvanoplastia e de niquelação.....

Indústria de máquinas

Indústria de cutelaria

Indústria de balanças, pesos e medidas.....

Indústria de funilaria

Indústria de estamparia de metais.....

Indústria de moveis de metal.....

Indústria da construção e montagem de veículos.....

Indústria da reparação de veículos e acessórios.....

Indústria da construção naval

Indústria de lâmpadas e aparelhos elétricos de iluminação....

Indústria de condutores elétricos e de trefilação.....

Indústria de aparelhos elétricos e similares.....

Indústria de aparelhos de radiotransmissão.....

14.º GRUPO — *Trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico*

Categorias profissionais

Trabalhadores metalúrgicos (siderurgia e fundição).

Trabalhadores em oficinas mecânicas.

Trabalhadores na indústria do material elétrico.

15.º GRUPO — *Indústrias de instrumentos musicais e de brinquedos*

Atividades ou categorias econômicas

Indústria de instrumentos musicais

Indústria de brinquedos

15.º GRUPO — *Trabalhadores nas indústrias de instrumentos musicais e de brinquedos*

Categorias profissionais

Trabalhadores na indústria de instrumentos musicais.

Trabalhadores na indústria de brinquedos.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO

1.º GRUPO — Comércio atacadista

Atividades ou categorias econômicas

Comércio atacadista de algodão e outras fibras vegetais.....
 Comércio atacadista de café
 Comércio atacadista de carnes frescas e congeladas.....
 Comércio atacadista de carvão vegetal e lenha.....
 Comércio atacadista de gêneros alimentícios

Comércio atacadista de tecidos, vestuário e armarinho.....
 Comércio atacadista de louças, tintas e ferragens.....
 Comércio atacadista de maquinismos em geral
 Comércio atacadista de materiais de construção.....
 Comércio atacadista de material elétrico

Comércio atacadista de minérios e combustíveis minerais....

Comércio atacadista de produtos químicos para a indústria e
 lavoura.

Comércio atacadista de drogas e medicamentos.

Comércio atacadista de pedras preciosas.

Comércio atacadista de jóias e relógios.

Comércio atacadista de papel e papelão.

2.º GRUPO — Comércio varejista

Atividades ou categorias econômicas

Lojistas do comércio (estabelecimentos de tecidos de vestuário, adorno e acessórios, de objetos de arte, de louças finas, de ótica, de cirurgia, de papelaria e material de escritório, de livraria, de material fotográfico, de moveis e congêneres).

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO

1.º GRUPO — Empregados no comércio

Categorias profissionais

Empregados no comércio (prepostos do comércio em geral)
 Empregados vendedores e viajantes do comércio.

Trabalhadores em empresas comerciais de minérios e combustíveis minerais.

Comércio varejista de carnes frescas.
 Comércio varejista de gêneros alimentícios.
 Comércio varejista de produtos farmacêuticos Práticos de farmácia.
 Comércio varejista de maquinismos, ferragens e tintas (utensílios e ferramentas).
 Comércio varejista de material elétrico.
 Comércio varejista de automoveis e acessórios.
 Comércio varejista de carvão vegetal e lenha.
 Comércio varejista de combustíveis minerais.
 Comércio de vendedores ambulantes (trabalhadores autônomos).
 Comércio varejista dos feirantes.

3.º GRUPO — *Agentes autônomos do comércio*

Atividades ou categorias econômicas

Corretores de mercadorias
 Corretores de navios
 Corretores de imóveis
 Despachantes aduaneiros
 Despachantes de estrada de ferro
 Leiloeiros
 Representantes comerciais
 Comissários e consignatários

2.º GRUPO — *Empregados de agentes autônomos de comércio*

Categorias profissionais

Empregados de agentes autônomos do comércio.

4.º GRUPO — Comércio armazenador

3.º GRUPO — Trabalhadores no comércio armazenador

Atividades ou categorias econômicas

Categorias profissionais

Trapiches	{	Trabalhadores no comércio armazenador (trapiches, armazéns gerais e entrepostos).
Armazéns gerais (de café, algodão e outros produtos)		Carregadores e ensacadores de café.
Entrepósito (de carnes, leite e outros produtos)		Carregadores e ensacadores de sal.

5.º GRUPO — Turismo e hospitalidade

4.º GRUPO — Empregados em turismo e hospitalidade

Atividades ou categorias econômicas

Categorias profissionais

Empresas de turismo	Intérpretes e guias de turismo.
Hotéis e similares (restaurantes, pensões, bares, cafés, leiterias e confeitarias)	Empregados no comércio hoteleiro e similares (inclusive porteiros e cabineiros de edifícios).
Hospitais, clínicas, casas de saúde	Enfermeiros e empregados em hospitais e casas de saúde, inclusive duchistas e massagistas.
Casas de diversões	Empregados em casas de diversões.
Salões de barbeiros e de cabeleireiros, institutos de beleza e similares	Oficiais barbeiros, cabeleireiros e similares.
Empresas de compra e venda e de locação de imóveis.	
Serviços de lustradores de calçados	Lustradores de calçados.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES
MARÍTIMOS, FLUVIAIS e AÉREOS

1.º GRUPO — *Empresas de navegação marítima e fluvial*

Atividades ou categorias econômicas

Empresas de navegação marítima.....

Empresas de navegação fluvial e lacustre.....

Agências de navegação.....

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES
EM TRANSPORTES MARÍTIMOS, FLUVIAIS
E AÉREOS

1.º GRUPO — *Trabalhadores em transportes marítimos
e fluviais*

Categorias profissionais

Oficiais de náutica da Marinha Mercante.
Oficiais de máquinas da Marinha Mercante.
Comissários da Marinha Mercante.
Motoristas e condutores da Marinha Mercante.
Conferentes de carga da Marinha Mercante.
Práticos, arrais e mestres de cabotagem em transportes marítimos.
Contramestres, marinheiros e moços em transportes marítimos.
Radiotelegrafistas da Marinha Mercante.
Taifeiros, culinários e panificadores marítimos.
Foguistas na Marinha Mercante (inclusive carvoeiros).
Médicos da Marinha Mercante.
Enfermeiros da Marinha Mercante.
Empregados em escritórios das empresas de navegação marítima.
Mestres e encarregados de estaleiros das empresas de navegação marítima.
Operários navais (trabalhadores em estaleiros de navegação marítima e calafates navais).
Carpinteiros navais.
Oficiais de náutica em transportes fluviais.
Oficiais de máquinas em transportes fluviais.
Comissários em transportes fluviais.
Motoristas e condutores em transportes fluviais.
Conferentes de carga em transportes fluviais.
Práticos, arrais e mestres de cabotagem em transportes fluviais.
Contramestres, marinheiros e moços em transportes fluviais.
Radiotelegrafistas em transportes fluviais.
Taifeiros, culinários e panificadores em transportes fluviais.
Foguistas em transportes fluviais (inclusive carvoeiros).
Médicos em transportes fluviais.

Enfermeiros em transportes fluviais.

Empregados em escritórios das empresas de navegação fluvial.

Mestres e encarregados de estaleiros das empresas de navegação fluvial.

Operários fluviais (trabalhadores em estaleiros de navegação fluvial e calafates fluviais).

Carpinteiros fluviais.

Enfermeiros da Marinha Mercante.

2.º GRUPO — *Empresas aeroviárias*

Atividades ou categorias econômicas

Empresas aeroviárias

{ Aeronautas.
Aeroviários.

3.º GRUPO — *Empresários e administradores de portos*

Atividades ou categorias econômicas

Empresários e administradores de portos

Carregadores e transportadores de bagagens dos portos (trabalhadores autônomos)

4.º GRUPO —

2.º GRUPO — *Trabalhadores em transportes aéreos*

Categorias profissionais

3.º GRUPO. — *Estivadores*

Categorias profissionais

Estivadores.

Trabalhadores em estiva de minérios.

4.º GRUPO — *Portuários*

Categorias profissionais

Trabalhadores nos serviços portuários.

Motoristas em guindastes dos portos.

Conferentes e consertadores de carga e descarga nos portos.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

1.º GRUPO — *Empresas ferroviárias*

Atividades ou categorias econômicas

Empresas ferroviárias
Carregadores e transportadores de bagagens em estações ferro-
viárias (trabalhadores autônomos)

Trabalhadores em empresas ferroviárias.

2.º GRUPO — *Empresas de transportes rodoviários*

Atividades ou categorias econômicas

Empresas de transportes de passageiros
Empresas de veículos de carga.....
Empresas de garages

Empregados em escritórios de empresa de transportes rodoviários.

Carregadores e transportadores de volumes de bagagens em
geral (trabalhadores autônomos)

Condutores de veículos rodoviários (inclusive ajudantes e carre-
gadores, trocadores de ônibus, lavadores de automoveis).

3.º GRUPO — *Empresas de carris urbanos (inclusive cabos aéreos)*

Atividades ou categorias econômicas

Empresas de carris urbanos (inclusive cabos aéreos)

3.º GRUPO — *Trabalhadores em empresas de carris urbanos (in- clusive cabos aéreos)*

Categorias profissionais

Trabalhadores em empresas de carris urbanos (inclusive cabos
aéreos).

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE COMUNICAÇÕES E
PUBLICIDADE

1.º GRUPO — *Empresas de comunicações*

Atividades ou categorias econômicas

Empresas telegráficas terrestres
Empresas telegráficas submarinas
Empresas rádio-telegráficas e rádio-telefônicas.....
Empresas telefônicas
Empresas messageiras

2.º GRUPO — *Empresas de publicidade*

Atividades ou categorias econômicas

Empresas de publicidade comercial (inclusive preparação de
material para publicidade)
Empresas de radiodifusão

3.º GRUPO — *Empresas jornalísticas*

Atividades ou categorias econômicas

Empresas proprietárias de jornais e revistas.....
Distribuidores e vendedores de jornais e revistas (trabalhadores
autônomos).

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM
COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE

1.º GRUPO — *Trabalhadores em empresas de comunicações*

Categorias profissionais

Trabalhadores em empresas telegráficas .
Trabalhadores em empresas radio-telegráficas.
Trabalhadores em empresas rádio-telefônicas.
Trabalhadores em empresas telefônicas.
Trabalhadores em empresas messageiras.

2.º GRUPO — *Trabalhadores em empresas de publicidade*

Categorias profissionais

Agenciadores de publicidade e propagandistas.
Trabalhadores em empresas de radiodifusão.

3.º GRUPO — *Trabalhadores em empresas jornalísticas*

Categorias profissionais

Jornalistas profissionais (redatores, reporteres, revisores, fotó-
grafos, etc.)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE
CRÉDITO

1.º GRUPO — *Estabelecimentos bancários*

Atividades ou categorias econômicas

Bancos
Casas bancárias

2.º GRUPO — *Empresas de seguros privados e capitalização*

Atividades ou categorias econômicas

Empresas de seguros
Empresas de capitalização

3.º GRUPO — *Agentes autônomos de seguros privados e de
crédito*

Atividades ou categorias econômicas

Corretores de seguros e de capitalização
Corretores de fundos públicos e câmbio

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS
EMPRESAS DE CRÉDITO

1.º GRUPO — *Empregados em estabelecimentos bancários*

Categorias profissionais

Empregados em estabelecimentos bancários.

2.º GRUPO — *Empregados em empresas de seguros privados e
capitalização*

Categorias profissionais

Empregados de empresas de seguros privados e capitalização.

3.º GRUPO — *Empregados de agentes autônomos de seguros pri-
vados e créditos*

Categorias profissionais

Empregados de agentes autônomos de seguros e de crédito.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1.º GRUPO — *Estabelecimentos de ensino*

Atividades ou categorias econômicas

Universidades e faculdades superiores reconhecidas
 Estabelecimentos de ensino de artes
 Estabelecimentos de ensino secundário e primário
 Estabelecimentos de ensino técnico-profissional

2.º GRUPO — *Empresas de difusão cultural e artística*

Atividades ou categorias econômicas

Empresas editoras de livros e publicações culturais
 Empresas teatrais
 Biblioteca
 Empresas de gravação de discos
 Empresas cinematográficas
 Empresas exibidoras cinematográficas
 Museus e laboratórios de pesquisas (tecnológica)
 Empresas de orquestras
 Empresas de artes plásticas
 Empresas de arte fotográfica

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1.º GRUPO — *Trabalhadores em estabelecimentos de ensino*

Categorias profissionais

Professores do ensino superior.
 Professores do ensino de arte.
 Professores do ensino secundário e primário.
 { Mestres e contramestres de ensino técnico-profissional.
 Auxiliares de administração escolar (empregados de estabelecimentos de ensino).

2.º GRUPO — *Trabalhadores em empresas de difusão cultural e artística*

Categorias profissionais

Empregados de empresas editoras de livros e publicações culturais.
 { Empregados de empresas teatrais e cinematográficas.
 Cenógrafos e cenotécnicos.
 Atores teatrais (inclusive corpos corais e bailados).
 Empregados de bibliotecas.
 Empregados em empresas de gravação de discos.
 Atores cinematográficos.
 Operadores cinematográficos.
 Empregados de museus e laboratórios de pesquisas (tecnologistas).
 Músicos profissionais.
 Artistas plásticos profissionais.
 Fotógrafos profissionais.

3.º GRUPO — *Estabelecimentos de cultura física*

3.º GRUPO — *Trabalhadores em estabelecimentos de cultura física*

Atividades ou categorias econômicas

Categorias profissionais

Estabelecimentos de esportes terrestres	} Atletas profissionais. Empregados de clubes esportivos.
Estabelecimentos de esportes aquáticos	
Estabelecimentos de esportes aéreos	

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES LIBERAIS

GRUPOS

- 1.º Advogados.
- 2.º Médicos.
- 3.º Odontologistas.
- 4.º Médicos veterinários.
- 5.º Farmacêuticos.
- 6.º Engenheiros (civís, de minas, mecânicos, eletricitas, industriais, arquitetos e agrônomos);
- 7.º Químicos (químicos industriais, químicos industriais agrícolas e engenheiros químicos).
- 8.º Parteiros.
- 9.º Economistas.
- 10.º Atuários.
- 11.º Contabilistas.
- 12.º Professores (privados).
- 13.º Escritores.
- 14.º Autores teatrais.
- 15.º Compositores artísticos, musicais e plásticos.

DECRETO-LEI N. 5.473 — DE 11 DE MAIO DE 1943 .

Institue o salário adicional para a indústria e dá outras providências

RETIFICAÇÃO

Na coluna de enumeração das regiões, em relação ao Estado do Piauí, depois de — (capital) — acrescente-se: e Parnaíba.

DECRETO-LEI N. 5.568 — DE 10 DE JUNHO DE 1943

Concede isenção de impostos e taxas ao Serviço Especial de Saúde Publicas

RETIFICAÇÃO

Na referenda, acrescente-se a assinatura — *Oswaldo Aranha*.

DECRETO-LEI N. 5.592 — DE 18 DE JUNHO DE 1943

Aprova o contrato sobre o saneamento do Vale do Rio Doce e dá outras providências

RETIFICAÇÃO

No art. 2.º, onde se lê:

“...Subconsignação 36, item 04/06,...”,

Leia-se:

“...Subconsignação 36, item 04/05,...”.

DECRETO-LEI N. 5.593 — DE 18 DE JUNHO DE 1943

Cria cargo de Promotor Público e função gratificada de Sub-Procurador no Quadro da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, na Parte Permanente do Quadro da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, um (1) cargo isolado, de provimento efetivo, de Promotor Público, padrão N, que terá a denominação de 26.º Promotor Público.

Art. 2.º Fica criada, nos mesmos Quadro, Parte e Ministério, a função gratificada de Sub-Procurador, que será exercida por promotor ou curador escolhido e designado pelo Procurador Geral do Distrito Federal.

Art. 3.º Fica fixada em Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), anuais, a gratificação a que se refere o artigo anterior.

Art. 4.º O art. 87 do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940, alterado pelo de n. 4.219, de 31 de março de 1942, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 87 — Os promotores públicos funcionarão: quinze nas Varas Criminais; dois junto ao Tribunal do Juri e respectivo juiz substituto; dois na Vara de Registos Públicos; três nos Serviços de registo civil, sendo um junto aos cartórios da 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a e 5.^a Circunscrições, outro junto da 6.^a, 7.^a, 8.^a, 9.^a e 10.^a, e o último junto da 11.^a, 12.^a, 13.^a e 14.^a; dois nas Varas de Famílias; e dois como sub-procuradores ou em substituição aos curadores designados para aquela função.”

Art. 5.º Os Sub-Procuradores terão a denominação de 1.º e 2.º, cabendo-lhes, nessa ordem, a substituição do Procurador Geral, na forma do artigo 276, do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940.

Art. 6.º Para atender, no atual exercício, à despesa com o disposto neste decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (anexo n. 16 do Orçamento Geral da República) o crédito na importância de Cr\$ 27.000,00 (vinte e sete mil cruzeiros) suplementar à verba I — Pessoal, sendo Cr\$ 23.250,00 (vinte e três mil duzentos e cinquenta cruzeiros) à consignação I — Pessoal Permanente, sub-consignação 01 — Pessoal permanente, 00—Pessoal civil, 81—Quadro da Justiça—e Cr\$ 3.750,00—(três mil setecentos e cinquenta cruzeiros) — à consignação III — Vantagens, sub-consignação 09 — Funções gratificadas, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal”.

Art. 7.º O presente decreto-lei entrará em vigor em 15 de maio de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

IMPrensa NACIONAL
RIO DE JANEIRO — 1943



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1943 — VOLUME VII

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS-LEIS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

1944

IMPRENSA NACIONAL

RIO DE JANEIRO — BRASIL

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1943

	Págs.
5.867 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de outubro de 1943 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 18.471,00, à verba que especifica. Pub. D. O. — 4-10-43	3
5.868 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de outubro de 1943 — Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr\$ 31.500,00, à dotação que especifica. Pub. D. O. — 4-10-43	4
5.869 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de outubro de 1943 — Altera o Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas, Pub. D. O. — 7-10-43	4
5.870 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de outubro de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 3.758,70, para pagamento de desapropriação. Pub. D. O. — 4-10-43	26
5.871 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de outubro de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 42.000,00 à verba que especifica. Pub. D. O. — 4-10-43	26
5.872 — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de outubro de 1943 — Extingue uma Contadoria Seccional e no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, uma função gratificada. Pub. D. O. — 4-10-43	27
5.873 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 1 de outubro de 1943 — Restabelece um cargo de Auxiliar Acadêmico do Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde. Pub. D.O. — 4-10-43	27

5.874 — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de outubro de 1943 — Aprova o Convênio celebrado entre os Estados Cafeeiros em 31 de maio de 1943, e dá outras providências. Pub. D. O. — 5-10-43	27
5.875 — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de outubro de 1943 — Cria cargos e abre crédito ao Ministério da Fazenda. Pub. D. O. — 5-10-43	28
5.876 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de outubro de 1943 — Dispõe sobre a concessão de favores à IV Feira Nacional de Indústrias a realizar-se em São Paulo, e dá outras providências. Pub. D. O. — 6-10-43	29
5.877 — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — Decreto-lei de 4 de outubro de 1943 — Regula a pesquisa e exploração da turfa nos terrenos de Jacarepaguá, e dá outras providências. Pub. D. O. — 6-10-43	31
5.878 — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — Decreto-lei de 4 de outubro de 1943 — Autoriza a instituição da Fundação Brasil Central, e dispõe sobre o seu funcionamento. Pub. D. O. — 6-10-43	32
5.879 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 4 de outubro de 1943 — Reversão ao serviço ativo do Segundo Tenente reformado da Aeronáutica, Setembrino de Oliveira Pauma. Pub. D. O. — 21-10-43	33
5.880 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 4 de outubro de 1943 — Altera as carreiras de Operário de Artes Gráficas, do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências. Pub. D. O. — 6-10-43	33
5.881 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de outubro de 1943 — Aprova acôrdo suplementar sobre fixação de preços da borracha. Pub. D. O. — 7-10-43, Ret. 30-11-43	35
5.882 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de outubro de 1943 — Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 50.000,00 para atender às despesas decorrentes da reforma da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores e da instalação da Estação Sanitária do Porto do Rio de Janeiro. Pub. D. O. — 7-10-43	38
5.883 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 6 de outubro de 1943 — Autoriza a concessão de isenção de tributos ao Conselho Protetor do Aloisianum, e dá outras providências. Pub. D. O. — 8-10-43	38
5.884 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 6 de outubro de 1943 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos, do pagamento do imposto predial de parte do imóvel, sito à praça 15 de Novembro n. 20, na forma que menciona. Pub. D. O. — 8-10-43	39
5.885 — GUERRA — Decreto-lei de 6 de outubro de 1943 — Funde, no Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, as carreiras de Prático de Farmácia e Prático de Laboratório. Pub. D. O. — 8-10-43	39

5.886 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de outubro de 1943 — Prorroga a vigência do crédito especial aberto ao Ministério da Educação e Saúde pelo decreto-lei n. 4.989, de 24 de novembro de 1942. Pub. D. O. — 21-10-43	41
5.887 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de outubro de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 8.644,00 (oito mil seiscentos e quarenta e quatro cruzeiros), para pagamento das vantagens (Pessoal) que indica. Pub. D. O. — 21-10-43	41
5.888 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de outubro de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 2.600,00. Pub. D. O. — 21-10-43	42
5.889 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 19 de outubro de 1943 — Declara incorporada à campanha nacional contra o câncer a Associação Paulista de Combate ao Câncer — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de outubro de 1943.	42
5.890 — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 19 de outubro de 1943 — Permite que funcionário público, designado membro e assistente das comissões de reorganização dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e da Estiva, possa perceber a gratificação respectiva, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de outubro de 1943.	42
5.891 — MARINHA — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de outubro de 1943 — Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Marinha — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de outubro de 1943.	43
5.892 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de outubro de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 45.000,00 para despesas com funcionários da Polícia Civil do Distrito Federal, designados para prestar serviços no estrangeiro — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de outubro de 1943.	44
5.893 — AGRICULTURA — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 19 de outubro de 1943 — Dispõe sobre a organização, funcionamento e fiscalização das cooperativas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de outubro de 1943.	44
5.894 — AGRICULTURA — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 20 de outubro de 1943 — Aprova e baixa o Código de Caça — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de outubro de 1943 — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de novembro de 1943.	72
5.895 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 20 de outubro de 1943 — Autoriza o aproveitamento de indivíduos de capacidade reduzida e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de outubro de 1943.	83

5.896 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 20 de outubro de 1943 — Dispõe sobre a transferência, à Companhia Paulista de Força e Luz, de autorização dada à Companhia Força e Luz do Avanhandava — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de outubro de 1943.....	83
5.897 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de outubro de 1943 — Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 4.818, de 8 de outubro de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de outubro de 1943	84
5.898 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de outubro de 1943 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 1.652.923,00 para aquisição de produtos destinados ao combate à malária — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de outubro de 1943.....	84
5.899 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de outubro de 1943 — Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 3.774,30, para pagamento de salários — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de outubro de 1943.....	85
5.900 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de outubro de 1943 — Altera, sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Guerra — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de outubro de 1943.....	85
5.901 — JUSTIÇA — VIAÇÃO — Decreto-lei de 21 de outubro de 1943 — Dispõe sobre as normas nacionais para a revisão quinquenal da divisão administrativa e judiciária do país — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de outubro de 1943....	86
5.902 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de outubro de 1943 — Dispõe sobre o uniforme do pessoal das Guardamorias das Alfândegas, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de outubro de 1943.....	89
5.903 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de outubro de 1943 — Suspende a exigência da nota n. 231 da Tarifa em vigor, enquanto perdurar o estado de guerra, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de outubro de 1943.....	112
5.904 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de outubro de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 15.000,00, à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de outubro de 1943.....	112
5.905 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de outubro de 1943 — Dispõe sobre os prazos para a apresentação e exame dos balanços gerais da União — Publicação no <i>Diário Oficial</i> de 23 de outubro de 1943.....	113
5.906 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de outubro de 1943 — Destaca a importância de Cr\$ 417.343,10 para liquidação de dívidas relacionadas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de outubro de 1943.....	113

5.907 — EXTERIOR — Decreto-lei de 21 de outubro de 1943 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Governo de Guatemala, da Convenção da União Postal das Américas e Espanha; do Protocolo Final; do Regulamento de Execução e do Acôrdo relativo a encomendas Postais, firmados no Panamá, a 22 de dezembro de 1936, por ocasião do IV Congresso da União Postal das Américas e Espanha — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de outubro de 1943.....	114
5.908 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de outubro de 1943 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para despesas com a construção da ponte internacional sôbre o rio Uruguai — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de outubro de 1943	114
5.909 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de outubro de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 82.000,00, à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de outubro de 1943.....	114
5.910 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de outubro de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 156.000,00 para despesa com a execução de serviços relacionados com a subscrição das "Obrigações de Guerra" — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de outubro de 1943	115
5.911 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de outubro de 1943 — Cria uma coletoria federal no município de Cornélio Procopio, no Estado do Paraná e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de outubro de 1943....	116
5.912 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 25 de outubro de 1943 — Transforma o Curso de Puericultura e Administração de Serviços de Amparo à Maternidade, à Infância e à Adolescência, a que se refere o decreto-lei n. 4.730, de 23 de setembro de 1942, em Cursos do Departamento Nacional da Criança e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de outubro de 1943.....	116
5.913 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 25 de outubro de 1943 — Dispõe sôbre despesa efetuada à conta do crédito aberto pelo decreto-lei n. 3.123, de 19 de março de 1941. Pub. D. O. — 27-10-43	118
5.914 — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de outubro de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cruzeiros 150.000,00 para ocorrer às despesas que especifica, e dá outras providências. Pub. D. O. — 27-10-43	118
5.915 — FAZENDA — AGRICULTURA — Decreto-lei de 25 de outubro de 1943 — Concede pensão especial à viúva de José Caetano dos Santos. Pub. D. O. — 27-10-43	119
5.916 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de outubro de 1943 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 74.000,00, para pagamento de gratificação a funcionários do Serviço Nacional de Malária. Pub. D. O. — 27-10-43	119

	Págs.
5.917 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de outubro de 1943 — Aprova o acôrdo celebrado entre o Estado do Paraná e a Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, para liquidação de contas, e dá outras providências. Pub. D. O. — 27-10-43	120
5.918 — AGRICULTURA — JUSTIÇA — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 25 de outubro de 1943 — Desobriga da análise prévia os produtos de origem animal, procedentes de estabelecimentos sujeitos à inspeção federal, e dá outras providências. Pub. D. O. — 27-10-43	120
5.919 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de outubro de 1943 — Altera a discriminação do crédito especial de que tratam os decretos-leis ns. 4.313-A, de 21 de maio, 4.516-A, de 23 de julho, 4.610-A, de 22 de agosto, todos de 1942, e 5.742-A, de 13 de agosto de 1943. Pub. D. O. — 27-10-43	121
5.920 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de outubro de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 120.000,00, à verba que especifica. Pub. D. O. — 26-10-43	121
5.921 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de outubro de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 242.000,00, para o Sanatório Penal da Penitenciária Central do Distrito Federal, e torna sem aplicação dotação orçamentária que especifica. Pub. D. O. — 27-10-43	122
5.922 — TRABALHO — Decreto-lei de 25 de outubro de 1943 — Alteração a redação do art. 330 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943. Pub. D. O. — 27-10-43	123
5.923 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de outubro de 1943 — Dispõe sôbre as gratificações dos Secretários do Presidente e do Conselho Pleno, do Conselho Nacional do Trabalho, cria funções gratificadas de Auxiliar Presidente do mesmo Conselho, e dá outras providências. Pub. D. O. — 27-10-43	123
5.924 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de outubro de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 2.750,00. Pub. D. O. — 28-10-43	124
5.925 — TRABALHO — Decreto-lei de 26 de outubro de 1943 — Altera o § 4.º do art. 45 do decreto-lei n. 1.237, de 2-5-39, e dá nova redação ao parágrafo único do art. 148 do regulamento aprovado pelo decreto 6.596, de 12-12-40. Pub. D. O. — 28-10-43	124
5.926 — TRABALHO — Decreto-lei de 26 de outubro de 1943 — Cria novas Juntas de Conciliação e Julgamento, e dá outras providências. Pub. D. O. — 28-10-43	125

5.927 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de outubro de 1943 — Cria funções gratificadas no Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências. Pub. <i>D. O.</i> — 28-10-43	126
5.928 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de outubro de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 95.000,00 para pagamento de honorários a professores da Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto. Pub. <i>D. O.</i> — 28-10-43	127
5.929 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de outubro de 1943 — Cria função gratificada no Ministério da Agricultura, e dá outras providências. Pub. <i>D. O.</i> — 28-10-43.	127
5.930 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 outubro de 1943 — Altera a carreira de Escrivão (com função de escriturário) do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, e dá outras providências. Pub. <i>D. O.</i> — 28-10-43	128
5.931 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de outubro de 1943 — Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, e dá outras providências. Pub. <i>D. O.</i> — 28-10-43	130
5.932 — VIAÇÃO — TRABALHO — FAZENDA — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 26 de outubro de 1943 — Dispõe sobre o pagamento dos proventos de aposentadoria de funcionários contribuintes de caixas de aposentadoria e pensões, aposentados de acordo com o art. 197, alínea b, do decreto-lei n. 1.713, de 28-10-39. Pub. <i>D. O.</i> — 27-10-43 ...	130
5.933 — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de outubro de 1943 — Prorroga o prazo a que se refere o art. 2.º do decreto-lei n. 5.584, de 17 de junho de 1943. Pub. <i>D. O.</i> — 29-10-43	131
5.934 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de outubro de 1943 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 130.000,00, para pagamento de contribuição à Comissão Interina de Alimentação e Agricultura, de Washington. Pub. <i>D. O.</i> — 29-10-43	131
5.935 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 27 de outubro de 1943 — Altera a redação dos arts. 12, 22, § 2.º, 26 e 38 do decreto n. 24.697, de 12 de julho de 1934. Pub. <i>D. O.</i> — 29-10-42	132
5.936 — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 28 de outubro de 1943 — Consagra ao Servidor Público o dia 28 de outubro. Pub. <i>D. O.</i> — 28-10-43	133
5.937 — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 28 de outubro de 1943 — Cria, junto ao Departamento Administrativo do Serviço Público, o Conselho de Administração de Pessoal. Pub. <i>D. O.</i> — 28-10-43 ...	134

5.938	— JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 28 de outubro de 1943 — Estabelece critério para desempate de antigüidade e merecimento, para efeito de promoção. Pub. D. O. — 30-10-43	135
5.939	— AERONÁUTICA — Decreto-lei de 28 de outubro de 1943 — Altera condições para a promoção de oficiais no Corpo de Oficiais de Aeronáutica. Pub. D. O. — 30-10-43	135
5.940	— FAZENDA — VIAÇÃO — Decreto-lei de 28 de outubro de 1943 — Dispõe sobre o regime de exportação de que trata o decreto-lei n. 5.807, de 13 de setembro de 1943. — Pub. D. O. — 30-10-43.	136
5.941	— AGRICULTURA — Decreto-lei de 28 de outubro de 1943 — Cria a Colônia Agrícola Nacional "Dourados", no Território Federal de Ponta Porã, e dá outras providências. Pub. D. O. 30-10-43. Rep. 3-11-43	137
5.942	— AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de outubro de 1943 — Cria um cargo, em comissão, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, e dá outras providências. Pub. D. O. — 30-10-43	137
5.943	— JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de outubro de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 80.000,00, para despesas com representação à II Grande Exposição de Curitiba. Pub. D. O. — 30-10-43	138
5.944	— JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de outubro de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 514.000,00, à verba que especifica. Pub. D. O. — 30-10-43	138
5.945	— FAZENDA — Decreto-lei de 28 de outubro de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00, à verba que especifica. Pub. D. O. — 30-10-43	139
5.946	— FAZENDA — Decreto-lei de 28 de outubro de 1943 — Abre ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito suplementar de Cr\$ 1.000.000,00, à verba que especifica. Pub. D. O. — 30-10-43	140
5.947	— MARINHA — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de outubro de 1943 — Autoriza a aquisição de imóveis em Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Pub. D. O. — 1-11-43	140
5.948	— GUERRA — Decreto-lei de 29 de outubro de 1943 — Cria, a título provisório, um Hospital Militar de 4. ^a classe em Teófilo Otoni. Pub. D. O. — 1-11-43	141
5.949	— FAZENDA — Decreto-lei de 29 de outubro de 1943 — Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, e dá outras providências. Pub. D. O. — 1-11-43	141

5.950 — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 29 de outubro de 1943 — Modifica o art. 16 do decreto-lei n. 5.839, de 21-9-43, que dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguassú. Pub. <i>D. O.</i> — 1-11-43	142
5.951 — GUERRA — Decreto-lei de 29 de outubro de 1943 — Cria o 1.º Regimento de Obuses Auto-Rebocado. Pub. <i>D. O.</i> — 1-11-43	142
5.952 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 29 de outubro de 1943 — Autoriza o aproveitamento na Reserva Aeronáutica de alunos que concluíam com aproveitamento cursos em Escolas de Formação de Oficiais dos Estados Unidos da América do Norte — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 1 de novembro de 1943.	143.
5.953 — TRABALHO — Decreto-lei de 29 de outubro de 1943 — Dispõe sobre a prorrogação do mandato dos órgãos fiscalizadores e administrativos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, que menciona, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30 de outubro de 1943.	143.
5.954 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de novembro de 1943 — Cria cargo de Ajudante de Tesoureiro no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de novembro de 1943.	144
5.955 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 1 de novembro de 1943 — Altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro VI — Parte Permanente, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a de Prático de Engenharia, da Parte Suplementar do mesmo Quadro e Ministério — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de novembro de 1943.	144.
5.956 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de novembro de 1943 — Torna obrigatório o depósito das entradas de capital nas sociedades por ação em organização — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de novembro de 1943.	148.
5.957 — GUERRA — Decreto-lei de 1 de novembro de 1943 — Dispõe sobre promoção de oficiais da Reserva de 2.ª classe e do Exército de 2.ª Linha — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de novembro de 1943.	149.
5.958 — GUERRA — Decreto-lei de 1 de novembro de 1943 — Cria o Serviço do Material Automóvel do Exército — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de novembro de 1943.	149.
5.959 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de novembro de 1943 — Dispõe sobre o expurgo de aviões pelo Serviço de Saúde dos Portos, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de novembro de 1943.	150.
5.960 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de novembro de 1943 — Abre crédito especial ao Ministério da Educação e Saúde — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de novembro de 1943.	151.

	Págs.
5.961 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 1 de novembro de 1943 — Cria a Ordem do Mérito Aeronáutico — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de novembro de 1943.....	151
5.962 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 1 de novembro de 1943 — Determina a que postos são atinentes as funções de comandantes da Escola de Aeronáutica, e de outros Estabelecimentos da Aeronáutica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de novembro de 1943	152
5.963 — EDUCAÇÃO — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — VIACÃO — AGRICULTURA — Decreto-lei de 1 de novembro de 1943 — Dispõe sobre o exercício, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, de extranumerários de diversas repartições — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de novembro de 1943.....	152
5.964 — VIACÃO — Decreto-lei de 3 de novembro de 1943 — Modifica as medidas de emergência tomadas pelo decreto-lei n. 4.613, de 25 de agosto de 1942, e fixa novos preços para o carvão nacional — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de novembro de 1943.....	154
5.965 — FAZENDA — VIACÃO — Decreto-lei de 3 de novembro de 1943 — Dispõe sobre a venda de estampilhas no Território de Fernando de Noronha — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de novembro de 1943.....	156
5.966 — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de novembro de 1943 — Modifica o decreto-lei n. 5.424, de 26 de abril de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de novembro de 1943	157
5.967 — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de novembro de 1943 — Autoriza o Banco do Brasil (Agência Especial de Defesa Econômica) a liquidar os bens do Instituto Nazionale di Credito per il Lavoro Italiano all'Estero, existentes no país — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de novembro de 1943	157
5.968 — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de novembro de 1943 — Prorroga a vigência do crédito especial aberto ao Ministério da Fazenda pelo decreto-lei n. 4.443, de 6 de julho de 1942 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de novembro de 1943	158
5.969 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 4 de novembro de 1943 — Dispõe sobre os exames de licença ginasial no ano de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de novembro de 1943	158
5.970 — FAZENDA — EDUCAÇÃO — TRABALHO — Decreto-lei de 5 de novembro de 1943 — Transfere gratuitamente ao Instituto Brasileiro de Oncologia o domínio útil do terreno de acrecido de marinha que menciona, situado na Capital Federal, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de novembro de 1943.....	159
5.971 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de novembro de 1943 — Cria o Serviço de Documentação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (S.D.J.) e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 8 de novembro de 1943.....	160
5.972 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 8 de novembro de 1943 — Autoriza a concessão de isenção de tributos ao Abrigo do Cristo Redentor e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de novembro de 1943.....	161

5.973 —	VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de novembro de 1943 — Altera, sem aumento de despesa, o vigente orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de novembro de 1943	161
5.974 —	EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de novembro de 1943 — Altera, sem aumento de despesa, a discriminação do crédito especial aberto ao Ministério da Educação e Saúde pelo decreto-lei n. 5.302, de 4 de março de 1943. Pub. <i>D. O.</i> — 10-11-43	162
5.975 —	EDUCAÇÃO — MARINHA — Decreto-lei de 9 de novembro de 1943 — Estende aos diplomados pelo Curso de Educação Física do Departamento de Educação Física da Marinha, as regalias de licenciado em educação física. Pub. <i>D. O.</i> — 11-11-43	162
5.976 —	JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 10 de novembro de 1943 — Concede aumento geral de remuneração, vencimento e salário e institui o regime de salário-família. Pub. <i>D. O.</i> — 13-11-43	163
5.977 —	TRABALHO — Decreto-lei de 10 de novembro de 1943 — Altera a tabela do salário mínimo, e dá outras providências. Pub. <i>D. O.</i> — 22-11-43. Ret. em 22-12-43	168
5.978 —	TRABALHO — Decreto-lei de 10 de novembro de 1943 — Altera a tabela do salário adicional para a indústria, e dá outras providências. Pub. <i>D. O.</i> — 22-11-43. Ret. em 22-12-43	169
5.979 —	TRABALHO — Decreto-lei de 10 de novembro de 1943 — Institui o salário de compensação, e dá outras providências. Pub. <i>D. O.</i> — 22-11-43. Ret. 22-12-43	171
5.980 —	JUSTIÇA — Decreto-lei de 10 de novembro de 1943 — Extingue o imposto sobre carnes, a que se refere o art. 41, do decreto legislativo n. 121, de 14 de novembro de 1936, do Distrito Federal. Pub. <i>D. O.</i> — 12-11-43	186
5.981 —	JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 10 de novembro de 1943 — Ratifica os Convênios Nacionais de Estatística Municipal, e dá outras providências. Pub. <i>D. O.</i> — 12-11-43	186
5.982 —	JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — VIAÇÃO — AGRICULTURA — Decreto-lei de 10 de novembro de 1943 — Cria o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Pub. <i>D. O.</i> — 12-11-43	183
5.983 —	AERONÁUTICA — Decreto-lei de 10 de novembro de 1943 — Aprova termo de ajuste entre o Governo Brasileiro e cidadão norte-americano, para instalação da Escola Técnica de Aviação. Pub. <i>D. O.</i> — 12-11-43	189

	Págs.
5.984 — FAZENDA — TRABALHO — Decreto-lei de 10 de novembro de 1943 — Dispõe sobre os ensaios para recebimento de material destinado ao serviço público, e dá outras providências. Pub. D. O. — 12-11-43	190
5.985 — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 7.850.000, para ocorrer às despesas que menciona, e dá outras providências. Pub. D. O. — 12-11-43	190
5.986 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 40.080,00 para pagamento de gratificação de magistério. Pub. D. O. — 13-11-43	191
5.987 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de novembro de 1943 — Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Guerra, e dá outras providências. Pub. D. O. — 13-11-43	192
5.988 — GUERRA — Decreto-lei de 11 de novembro de 1943 — Dispõe sobre validade de sorteio militar. Pub. D. O. — 13-11-43	192
5.989 — FAZENDA — TRABALHO — Decreto-lei de 11 de novembro de 1943 — Dá nova redação e revoga artigos do decreto-lei n. 4.014, de 13 de janeiro de 1942. Pub. D. O. — 13-11-43	193
5.990 — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 4.000,00 à verba que especifica. Pub. D. O. — 13 de novembro de 1943	193
5.991 — MARINHA — Decreto-lei de 12 de novembro de 1943 — Cria, no Quadro de Professores do Ensino Elementar da Marinha, o posto de Capitão Tenente, e dá outras providências. Pub. D. O. — 16-11-43. Rep. 24-11-43	194
5.992 — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de novembro de 1943 — Incorpora ao patrimônio nacional prédios de propriedade dos Bancos Germânico da América do Sul e Francês e Italiano para a América do Sul, situados nesta Capital, e dá outras providências. Pub. D. O. — 16-11-43	195
5.993 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 16 de novembro de 1943 — Transforma o Serviço de Obras do Departamento Administrativo do Serviço Público em Divisão de Edifícios Públicos, e dá outras providências. Pub. D. O. — 18-11-43 .	194
5.994 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de novembro de 1943 — Amplia, enquanto durar o estado de beligerância, o disposto no decreto-lei n. 5.369, de 1 de abril de 1943. Pub. D. O. — 18-11-43	196
5.995 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de novembro de 1943 — Dispõe sobre a estrutura do Serviço de Meteorologia da Agricultura, e dá outras providências. Pub. D. O. — 19-11-43	197

	Págs.
5.996 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 17 de novembro de 1943 — Regula a inatividade do pessoal militar do Território do Acre. Pub. D. O. — 19-11-43	198
5.997 — GUERRA — MARINHA — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 18 de novembro de 1943 — Dá nova redação aos artigos 5.º e 6.º do decreto-lei n. 3.038, de 10 de fevereiro de 1941. Pub. D. O. — 20-11-43	199
5.998 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de novembro de 1943 — Dispõe sobre a distribuição do álcool de todos os tipos, e dá outras providências. Pub. D. O. — 19-11-43	199
5.999 — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 18 de novembro de 1943 — Regula a forma da execução do decreto-lei n. 5.451, do número III do artigo 4.º do decreto-lei n. 4.750, e do decreto-lei n. 4.599, e dá outras providências. Pub. D. O. — 20-11-43	202
6.000 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 2.000.000,00, à verba que especifica. Pub. D. O. — 20-11-43	203
6.001 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 18 de novembro de 1943 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a "Casa da Providência" da Associação São Vicente de Paulo, do pagamento do imposto predial, na forma que menciona. Pub. D. O. — 20-11-43	203
6.002 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 15.444,00 para pagamento de contribuição devida ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Pub. D. O. — 20-11-43	204
6.003 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 20.000,00, à verba que especifica. Pub. D. O. — 20-11-43	204
6.004 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 557.290,00 à verba que especifica. Pub. D. O. — 20-11-43	205
6.005 — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 5.000,00, à verba que especifica. Pub. D. O. — 20-11-43	206
6.006 — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 8.000,00, à verba que especifica. Pub. D. O. — 20-11-43	206

	Págs.
6.007 — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 4.000,00, à verba que especifica. Pub. D. O. — 20-11-43	207
6.008 — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de novembro de 1943 — Destaca a importância de Cr\$ 9.110.289,80 para liquidação de dívidas relacionadas, e dá outras providências. Pub. D. O. — 20-11-43	207
6.009 — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de novembro de 1943 — Eleva a importância da pensão especial concedida a D. Maria Amélia Bocaiúva Bulcão pelo decreto legislativo número 2.707, de 30 de dezembro de 1912. Pub. D. O. — 20-11-43	208
6.010 — TRABALHO — Decreto-lei de 19 de novembro de 1943 — Torna sem efeito o decreto-lei n. 3.503, de 14 de agosto de 1941. Pub. D. O. — 22-11-43	208
6.011 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 19 de novembro de 1943 — Constitue reservas de calcáreo conchífero e de turfa na região da Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, para a indústria da soda, e dá outras providências. Pub. D. O. — 22-11-43	209
6.012 — GUERRA — Cria a Escola Militar de Rezende, e dá outras providências. Pub. D. O. — 22-11-43	210
6.013 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 22 de novembro de 1943 — Cria, no Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal, cargo isolado de provimento em comissão, e dá outras providências. Pub. D. O. — 24-11-43	210
6.014 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de novembro de 1943 — Dá nova redação ao artigo único do decreto-lei n. 4.192, de 19 de março de 1942. Pub. D. O. — 24-11-43	211
6.015 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de novembro de 1943 — Declara sem aplicação a importância que indica e abre crédito especial de igual importância, ao Departamento Administrativo do Serviço Público. Pub. D. O. — 24-11-43	211
6.016 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de novembro de 1943 — Dispõe sobre a imunidade dos bens, rendas e serviços das autarquias, e dá outras providências. Pub. D. O. — 24-11-43	212
6.017 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 22 de novembro de 1943 — Dispõe sobre a aposentadoria de Jorge Joaquim Dias Filho — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de novembro de 1943.	213
6.018 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 22 de novembro de 1943 — Altera a carreira de Tecnologista do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de novembro de 1943 — Republicado em 10 de dezembro de 1943.	213

6.019 — FAZENDA — TRABALHO — JUSTIÇA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 23 de novembro de 1943 — Fixa normas definitivas para o pagamento e serviço dos empréstimos externos realizados em libras e dólares pelos Governos da União, Estados e Municípios, Instituto de Café do Estado de São Paulo e Banco do Estado de São Paulo e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de novembro de 1943.....	215
6.020 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de novembro de 1943 — Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a assumir a administração do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de novembro de 1943.....	219
6.021 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 23 de novembro de 1943 — Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a requisitar uma estação rádio-transmissora de propriedade da Brasil Aérea Limitada — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de novembro de 1943.....	220
6.022 — JUSTIÇA — TRABALHO — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 23 de novembro de 1943 — Dispõe sobre a concessão do salário-família instituído pelo decreto-lei n. 5.976, de 10 de novembro de 1943, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de novembro de 1943.....	220
6.023 — MARINHA — Decreto-lei de 23 de novembro de 1943 — Altera as carreiras de Maquinista-marítimo, Patrão, Marinheiro e Servente do Quadro Suplementar do Ministério da Marinha e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de novembro de 1943.....	224
6.024 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 30.000,00, à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de novembro de 1943.....	226
6.025 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 47.112,00, para pagamento de gratificação de representação — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de novembro de 1943.....	226
6.026 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 24 de novembro de 1943 — Dispõe sobre as medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos considerados infrações penais e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de novembro de 1943.....	227
6.027 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 24 de novembro de 1943 — Concede aumento geral de vencimento e salário e institue o regime de salário-família na Prefeitura do Distrito Federal, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de novembro de 1943.....	229

	Págs.
6.028 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 24 de novembro de 1943 — Prorroga o prazo previsto no art. 3.º do decreto-lei n. 5.219, de 22 de janeiro de 1943 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de novembro de 1943.....	232
6.029 — VIAÇÃO — JUSTIÇA — Decreto-lei de 24 de novembro de 1943 — Revoga os decretos-leis ns. 587, de 1 de agosto de 1938 e 3.299, de 22 de maio de 1941 e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de novembro de 1943.....	232
6.030 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 24 de novembro de 1943 — Equipara as empresas de mineração de magnesita às de que trata o decreto-lei n. 3.553, de 25 de agosto de 1941, que dá nova redação ao art. 76, do Código de Minas — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de novembro de 1943.....	241
6.031 — GUERRA — Decreto-lei de 24 de novembro de 1943 — Modifica disposição do Regulamento para o Quadro de Estado-Maior do Exército — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de novembro de 1943.....	242
6.032 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 200.000,00, à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de novembro de 1943.....	242
6.033 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 400.000,00 à verba que especifica — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de novembro de 1943.....	243
6.034 — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de novembro de 1943 — Concede pensão especial a Joaquim Abreu — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de novembro de 1943.....	244
6.035 — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de novembro de 1943 — Cria a 2.ª coletoria federal de Londrina, no Estado do Paraná, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de novembro de 1943.....	244
6.036 — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de novembro de 1943 — Proceda à revisão anual da classificação das coletorias federais — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de novembro de 1943.....	245
6.037 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de novembro de 1943 — Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 4.229, de 2 de abril de 1942. Pub. D. O. — 27-11-43	247
6.038 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 310.562,80, para pagamento de contribuição devida à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Aeroviários. Pub. D. O. — 27-11-43	247

	Págs.
6.039 — TRABALHO — Decreto-lei de 25 de novembro de 1943 — Modifica o art. 1.º do decreto-lei n. 5.087, de 14 de dezembro de 1942. Pub. D. O. — 27-11-43	248
6.040 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 25 de novembro de 1943 — Autoriza o Ministério da Agricultura a promover convênios com os Governos dos Estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco, com o Instituto do Açúcar e do Alcool e os produtores de açúcar daqueles Estados para auxiliar e ampliar os trabalhos de investigação e de assistência à lavoura canavieira, por intermédio das Estações Experimentais de Campos e de Curado, e dá outras providências. Pub. D. O. — 27-11-43	248
6.041 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para a Coordenação da Mobilização Econômica. Pub. D. O. — 26-11-43	250
6.042 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 13.615.645,20, para melhoramento e aparelhamento da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina. Pub. D. O. — 29-11-43	250
6.043 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 6.189.723,90, para despesas com a execução de obras relacionadas com o melhor aproveitamento do carvão nacional. Pub. D. O. — 29-11-43	251
6.044 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de novembro de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar que especifica. Pub. D. O. — 30-11-43	251
6.045 — Decreto-lei — Não foi remetido à publicação	252
6.046 — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de novembro de 1943 — Cria a Oficina de Encadernação na Divisão do Material do Ministério da Fazenda, extingue a Turma de Encadernação (T. En.) da Seção de Administração (S.A.) da Recebedoria do Distrito Federal (R.D.F.), e dá outras providências. Pub. D. O. — 1-12-43	252
6.047 — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de novembro de 1943 — Abre, ao Departamento de Imprensa e Propaganda, o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00 às dotações que especifica. Pub. D. O. — 1-12-43	253
6.048 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 104.000,00 à verba que especifica. Pub. D. O. — 1-12-43	253
6.049 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 6.660,00, para atender ao pagamento de desapropriação. Pub. D. O. — 1-12-43	254

6.050 —	VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de novembro de 1943 — Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 50.000,00, à verba que especifica. Pub. <i>D. O.</i> — 1-12-43	254
6.051 —	FAZENDA — Decreto-lei de 30 de novembro de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 70.000,00, à verba que especifica. Pub. <i>D. O.</i> — 2-12-43	255
6.052 —	EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de novembro de 1943 — Torna sem aplicação a importância de Cr\$ 4.500.000,00 de crédito orçamentário do Ministério da Educação e Saúde e abre crédito especial de idêntica importância. Pub. <i>D. O.</i> — 2-12-43	255
6.053 —	TRABALHO — Decreto-lei de 30 de novembro de 1943 — Dá nova redação ao art. 738 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943. Pub. <i>D. O.</i> — 3-12-43	256
6.054 —	FAZENDA — Decreto-lei de 30 de novembro de 1943 — Prorroga o prazo a que se refere o decreto-lei n. 5.933, de 27 de outubro de 1943. Pub. no <i>D. O.</i> de 2-12-43	257
6.055 —	FAZENDA — Decreto-lei de 1 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00. Pub. no <i>D. O.</i> de 2-12-43	257
6.056 —	VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 43.000.000,00 para aquisição de material e realização de obras urgentes. Pub. no <i>D. O.</i> de 2-12-43	258
6.057 —	VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 38.700,00, à verba que especifica. Pub. no <i>D. O.</i> de 4-12-43	259
6.058 —	VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 60.000,00, à verba que especifica. Pub. no <i>D. O.</i> de 4-12-43	260
6.059 —	VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 260.000,00, à verba que especifica. Pub. no <i>D. O.</i> de 4-12-43	260
6.060 —	VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 40.000,00, à verba que especifica. Pub. no <i>D. O.</i> de 4-12-43	261
6.061 —	AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 8.400,00, à verba que especifica. Pub. no <i>D. O.</i> de 4-12-43	262

6.062	— JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para as despesas com a reunião dos Conselhos Administrativos dos Estados. Pub. no <i>D. O.</i> de 4-12-43	262
6.063	— FAZENDA — Decreto-lei de 2 de dezembro de 1943 — Abre ao Conselho Nacional do Petróleo, o crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000,00, à verba que especifica. Pub. no <i>D. O.</i> de 4-12-43	263
6.064	— FAZENDA — Decreto-lei de 2 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 2.500,00, à verba que especifica. Pub. no <i>D. O.</i> de 4-12-43	263
6.065	— GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de dezembro de 1943 — Modifica o emprêgo a ser dado ao saldo duma parcela de crédito especial aberto ao Ministério da Guerra. Pub. no <i>D. O.</i> de 6-12-43	264
6.066	— EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 3 de dezembro de 1943 — Dispõe sobre a finalidade de funcionamento do Instituto Benjamin Constant e dá outras providências. Pub. no <i>D. O.</i> de 6-12-43	265
6.067	— FAZENDA — Decreto-lei de 3 de dezembro de 1943 — Reorganiza o Laboratório Nacional de Análises do Ministério da Fazenda e dá outras providências. Pub. no <i>D. O.</i> de 6 de dezembro de 1943.....	266
6.068	— FAZENDA — Decreto-lei de 3 de dezembro de 1943 — Dispõe sobre penalidades para os infratores de disposições do decreto n. 14.167 de 3 de dezembro de 1943. Pub. no <i>D. O.</i> de 6-12-43	267
6.069	— VIAÇÃO — Decreto-lei de 6 de dezembro de 1943 — Dá nova redação ao decreto-lei n. 5.205, de 19 de janeiro de 1943. Pub. no <i>D. O.</i> de 8-12-43	267
6.070	— GUERRA — Decreto-lei de 6 de dezembro de 1943 — Cria o 2.º Regimento de Obuzes Auto-Rebocado. Pub. no <i>D. O.</i> de 8-12-43	268
6.071	— FAZENDA — Decreto-lei de 6 de dezembro de 1943 — Fixa a contribuição do Banco do Brasil S. A., para o imposto de renda, e dá outras providências. Pub. no <i>D. O.</i> de 8-12-43	268
6.072	— EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 6 de dezembro de 1943 — Suprime função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde. Pub. no <i>D. O.</i> de 8-12-43	268
6.073	— EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 6 de dezembro de 1943 — Altera o art. 1.º do decreto-lei n. 5.058, de 8 de dezembro de 1942. Pub. no <i>D. O.</i> de 8-12-43	269
6.074	— EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 7 de dezembro de 1943 — Dispõe sobre a finalidade do Instituto Nacional de Surdos-Mudos e dá outras providências. Pub. no <i>D. O.</i> de 8-12-43	269
6.075	— Decreto-lei de 8 de dezembro de 1943 — Modifica a Tarifa das Alfândegas mandada executar pelo decreto-lei n. 2.878, de 18 de dezembro de 1940. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	270

	Págs.
6.076 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 8 de dezembro de 1943 — Altera o art. 2.º do decreto-lei n. 5.361, de 30 de março de 1943. Pub. no <i>D. O.</i> de 10-12-43	270
6.077 — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de dezembro de 1943 — Abre créditos suplementares aos Ministérios da Agricultura e da Educação e Saúde para atender a despesas com pessoal extranumérico mensalista, e dá outras providências. Pub. no <i>D. O.</i> de 11-12-43	271
6.078 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de dezembro de 1943 — Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 4.446, de 8 de julho de 1942. Pub. no <i>D. O.</i> de 11-12-43	271
6.079 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de dezembro de 1943 — Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 5.112, de 17 de dezembro de 1942. Pub. no <i>D. O.</i> de 11-12-43	272
6.080 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1.500,00, para pagamento de ajuda de custo pela Estrada de Ferro de Goiaz. Pub. no <i>D. O.</i> de 11-12-43	272
6.081 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 80.000,00 para desapropriação de terrenos, e dá outras providências. Pub. no <i>D. O.</i> de 11 de dezembro de 1943	272
6.082 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 415.628,60 para pagamento de indenização decorrente de desapropriação de terras. Pub. no <i>D. O.</i> de 11-12-43	273
6.083 — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 160.000,00, à verba que especifica. Pub. no <i>D. O.</i> de 11-12-43	273
6.084 — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de dezembro de 1943 — Concede pensão especial à viúva e à filha menor de Amadeu Ferreira, vítima de acidentes em serviço. Pub. no <i>D. O.</i> de 11-12-43	274
6.085 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 9 de dezembro de 1943 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a "Venerável e Arquiepiscopal Ordem 3.ª de Nossa Senhora do Monte do Carmo" do pagamento do imposto que menciona. Pub. no <i>D. O.</i> de 11-12-43	274
6.086 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 10 de dezembro de 1943 — Cria funções gratificadas nos Aprendizados Agrícolas. Pub. no <i>D. O.</i> de 13-12-43	275
6.087 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 10 de dezembro de 1943 — Cria funções gratificadas na Escola Agrícola de Barbacena. Pub. no <i>D. O.</i> de 13-12-43	275

	Págs.
6.088 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 10 de dezembro de 1943 — Cria funções gratificadas no Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências. Pub. no D. O. de 13 de dezembro de 1943.....	276
6.089 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 10 de dezembro de 1943 — Dispõe sobre o provimento de cargos de diversas classes da carreira de Engenheiro do Quadro VII — Parte Perma- nente — Estrada de Ferro Goiaz, do Ministério da Viação e Obras Públicas. Pub. no D. O. de 13-12-43	276
6.090 — GUERRA — Decreto-lei de 10 de dezembro de 1943 — Cria um Hospital Militar de 4. ^a classe em Santiago do Boqueirão. Pub. no D. O. de 13-12-43	277
6.091 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 10 de dezembro de 1943 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a vender, em con- corrência pública o imóvel que menciona. Pub. no D. O. de 13-12-43	277
6.092 — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de dezembro de 1943 — Autoriza o provimento imediato de cargos vagos, no Minis- tério da Fazenda e dá outras providências. Pub. no D. O. de 15-12-43	277
6.093 — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 11.320.312,00, para pagamento de notas de papel-moeda. Pub. no D. O. de 15-12-43	278
6.094 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 13 de dezembro de 1943 — Cria um hospital de primeira classe na 1. ^a Zona Aérea. Pub. no D. O. de 15-12-43	278
6.095 — MARINHA — Decreto-lei de 13 de dezembro de 1943 — Cria, no Ministério da Marinha, medalhas militares. Pub. no D. O. de 15-12-43	279
6.096 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 13 de dezembro de 1943 — Autoriza a doação, ao Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, de terreno na Esplanada do Castelo. Pub. no D. O. de 15-12-43	279
6.097 — GUERRA — Decreto-lei de 13 de dezembro de 1943 — Cria o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército. Pub. no D. O. de 15-12-43	280
6.098 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 13 de dezembro de 1943 — Altera carreiras dos Quadros Permanentes e Suple- mentar do Ministério da Agricultura. Pub. no D. O. de 21 de dezembro de 1943	280
6.099 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de dezembro de 1943 — Altera, sem aumento de despesa, a verba 5 do Orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas. Pub. no D. O. de 15-12-43	283
6.100 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de dezembro de 1943 — Cria a função gratificada de Admi- nistrador do Hórto Florestal de Santa Cruz. Pub. no D. O. de 16-12-43	284
6.101 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 14 de dezembro de 1943 — Dá nova designação aos alunos da Escola de Aeronáutica. Pub. no D. O. de 16-12-43	284

	Págs.
6.102 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 15 de dezembro de 1943 — Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1944. Pub. no <i>D. O.</i> de 16-12-43	284
6.103 — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 395.000.000,00, à verba que especifica. Pub. no <i>D. O.</i> de 17-12-43	285
6.104 — EXTERIOR — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender as despesas com a participação do Brasil na solução da questão de limites entre o Equador e o Perú. Pub. no <i>D. O.</i> de 17 de dezembro de 1943	286
6.105 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 15 de dezembro de 1943 — Transfere para a propriedade da União, denominada "Saltinho", no Estado de Pernambuco, o Hôrtó Florestal de Ubajara, do Ceará. Pub. no <i>D. O.</i> de 17-12-43	286
6.106 — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 15 de dezembro de 1943 — Estende às escolas de agronomia e veterinária reconhecidas em caráter permanente, a validação de diplomas prevista no art. 2.º do decreto-lei número 2.855, de 11 de dezembro de 1940. Pub. <i>D. O.</i> — 17-12-43	287
6.107 — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de dezembro de 1943 — Isenta de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, pelo prazo de seis meses, carne bovina. Pub. <i>D. O.</i> — 17-12-43	287
6.108 — TRABALHO — Decreto-lei de 16 de dezembro de 1943 — Autoriza o Chefe de Serviço de Abastecimento de Carne, Leite, Manteiga, Sal, Farinha de Trigo e Derivados a requisitar gado bovino necessário ao abastecimento do Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades da região do Brasil Central. Pub. <i>D. O.</i> — 17-12-43	288
6.109 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 16 de dezembro de 1943 — Modifica o art. 712 do Código do Processo Penal. Pub. <i>D. O.</i> — 18-12-43	288
6.110 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 16 de dezembro de 1943 — Dá nova redação ao art. 486, da Consolidação das Leis do Trabalho e determina outras providências. Pub. <i>D. O.</i> — 18-12-43	289
6.111 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de dezembro de 1943 — Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 4.060, de 23 de janeiro de 1942. Pub. <i>D. O.</i> — 18-12-43	289
6.112 — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de dezembro de 1943 — Prorroga por seis meses a vigência do decreto-lei n. 5.626, de 28 de junho de 1943. Pub. <i>D. O.</i> — 18-12-43	290
6.113 — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para auxílio à Fundação Brasil Central. Pub. <i>D. O.</i> — 18-12-43	290

6.114	— FAZENDA — Decreto-lei de 16 de dezembro de 1943 — Determina a incorporação ao Fundo de Indenizações dos bens que menciona, e dá outras providências. Publicado <i>D. O.</i> — 18-12-43	291
6.115	— FAZENDA — Decreto-lei de 16 de dezembro de 1943 — Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Joaquim José Machado, vítima de acidente em serviço. Pub. <i>D. O.</i> — 18-12-43	291
6.116	— FAZENDA — TRABALHO — Decreto-lei de 16 de dezembro de 1943 — Dispõe sobre o pagamento aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões de contribuição prevista no vigente Orçamento Geral da República, e dá outras providências. Pub. <i>D. O.</i> — 18-12-43	292
6.117	— AGRICULTURA — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de dezembro de 1943 — Regula a fundação dos Núcleos Coloniais, e dá outras providências. Pub. <i>D. O.</i> — 18-12-43	292
6.118	— VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de dezembro de 1943 — Incorpora ao patrimônio nacional todo o acervo (material flutuante e propriedades imóveis) das empresas Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso e Empresa Transparaná Limitada, e dá outras providências. Pub. <i>D. O.</i> — 18-12-43	299
6.119	— VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 460.000,00, à verba que especifica. Pub. <i>D. O.</i> — 17-12-43	300
6.120	— JUSTIÇA — Decreto-lei de 17 de dezembro de 1943 — Dá nova redação ao art. 1.º e seu parágrafo do decreto-lei n. 3.506, de 14 de agosto de 1941. Pub. <i>D. O.</i> — 20-12-43	301
6.121	— AGRICULTURA — Decreto de 17 de dezembro de 1943 — Dispõe sobre a cobrança da "taxa sobre Kw" criada pelo decreto-lei n. 2.281, de 5 de junho de 1940, e sobre a fixação dos valores das quotas respectivas no exercício de 1944. Pub. <i>D. O.</i> — 20-12-43	302
6.122	— FAZENDA — Decreto-lei de 18 de dezembro de 1943 — Estabelece o controle da distribuição e consumo dos artefatos de borracha no país, e dá outras providências. Publicado no <i>D. O.</i> — 21-12-43	302
6.123	— AERONÁUTICA — Decreto-lei de 18 de dezembro de 1943 — Cria o 1.º Grupo de Aviação de Caça. Publicado no <i>D. O.</i> — 21-12-43	303
6.124	— VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de dezembro de 1943 — Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.200,00, para pagamento de salários. Pub. <i>D. O.</i> — 21-12-43	304
6.125	— EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 14.688.698,00, para prosseguimento e conclusão de obras. Pub. <i>D. O.</i> — 21-12-43	304

	Págs.
6.126 — EXTERIOR — Decreto-lei de 18 de dezembro de 1943 — Desapropria terrenos e prédios incluídos nas plantas aprovadas para o desenvolvimento da área em que está edificado o Palácio Itamarati. Pub. D. O. — 21-12-43	305
6.127 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 20 de dezembro de 1943 — Modifica dispositivo do Regimento de Custas do Distrito Federal. Pub. D. O. — 22-12-43	305
6.128 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 21 de dezembro de 1943 — Dispõe sobre a administração do Lóide Brasileiro, e dá outras providências. Pub. D. O. — 23-12-43	306
6.129 — VIAÇÃO — Decreto-lei de 21 de dezembro de 1943 — Permite a exportação, para as repúblicas do Prata, do carvão extraído das minas do Estado de Santa Catarina. Pub. no D. O. de 23-12-43	306
6.130 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 61.383,00, à verba que especifica. Pub. no D. O. de 23-12-43	306
6.131 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de dezembro de 1943 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 19.920,40 para pagamento a trabalhadores convocados. Pub. no D. O. de 23-12-43 ..	307
6.132 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, para despesas com a administração do Território do Guaporé e torna sem aplicação igual quantia no orçamento em vigor. Pub. no D. O. de 24-12-43	308
6.133 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de dezembro de 1943 — Torna sem aplicação Cr\$ 460.000,00, de crédito orçamentário do Ministério da Educação e Saúde e abre crédito especial de idêntica importância. Pub. no D. O. de 28-12-43	308
6.134 — MARINHA — Decreto-lei de 24 de dezembro de 1943 — Autoriza a aquisição de terrenos na Ilha do Governador. Pub. no D. O. de 28-12-43	309
6.135 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 102.192.601,20, para classificação de despesa decorrente dos "Acordos Financeiros de 1940". Pub. no D. O. de 28 de dezembro de 1943.....	309
6.136 — TRABALHO — Decreto-lei de 24 de dezembro de 1943 — Autoriza o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários a assumir a obrigação de manter aposentados e pensionistas de Bancos mandados liquidar pelo Governo. Pub. no D. O. de 28-12-43	310
6.137 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de dezembro de 1943 — Cria funções gratificadas no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências. Pub. no D. O. de 28-12-43	310

	Págs.
6.138 — MARINHA — Decreto-lei de 27 de dezembro de 1943 — Reorganiza o Quadro de Médicos do Corpo de Saúde da Armada. Pub. no <i>D. O.</i> de 29-12-43	311
6.139 — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de dezembro de 1943 — Autoriza a emissão de "Letras do Tesouro". Pub. no <i>D. O.</i> de 30-12-43	312
6.140 — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 28 de dezembro de 1943 — Altera a letra a, art. 2.º, do decreto-lei n. 3.463, de 25 de julho de 1941. Pub. no <i>D. O.</i> de 30-12-43	312
6.141 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 28 de dezembro de 1943 — Lei Orgânica do Ensino Comercial. Pub. no <i>D. O.</i> de 31 de dezembro de 1943	313
6.142 — EDUCAÇÃO — Decreto-lei de 28 de dezembro de 1943 Disposições transitórias para execução da lei orgânica do ensino comercial. Pub. <i>D. O.</i> — 31-12-43.....	324
6.143 — FAZENDA — JUSTIÇA — TRABALHO — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1943 — Orça a Receita e fixa a Despesa Geral da República para o exercício de 1944. Pub. <i>D. O.</i> — 29-12-43.....	325
6.144 — FAZENDA — JUSTIÇA — TRABALHO — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1943 — Institui o "Plano de Obras e Equipamento", e dá outras providências. Publicado no <i>D. O.</i> — 31-12-43.....	327
6.145 — FAZENDA — JUSTIÇA — TRABALHO — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO — EXTERIOR — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO — AERONÁUTICA — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1943 — Orça a receita e fixa a despesa do "Plano de Obras e Equipamentos" para o exercício de 1944. Pub. <i>D. O.</i> — 31-12-43.....	329
6.146 — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1943 — Cria, no Ministério da Fazenda, o cargo, em comissão, de Administrador do Edifício da Fazenda, e dá outras providências. Pub. <i>D. O.</i> — 31-12-43.....	330
6.147 — TRABALHO — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1943 — Altera a redação do artigo 5.º e seus parágrafos do decreto-lei n. 3.346, de 12 de junho de 1941. — Publicado no <i>D. O.</i> — 31-12-43.....	330
6.148 — TRABALHO — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1943 — Prorroga o mandato dos atuais representantes dos empregadores e dos empregados, e seus suplentes, nos Conselhos das Delegacias do Trabalho Marítimo. Pub. <i>D. O.</i> — 31-12-43	331

6.149 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para despesas com a administração do Território do Amapá e torna sem aplicação igual quantia no orçamento em vigor. Publicado no <i>D. O.</i> — 31-12-43.....	331
6.150 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1943 — Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 4.977, de 19 de novembro de 1942. Pub. <i>D. O.</i> — 3-1-44.....	332
6.151 — EDUCAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 para aquisição de terrenos do antigo Derby Clube. Pub. <i>D. O.</i> — 3-1-44	332
6.152 — VIAÇÃO — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 8.100,00, para pagamento de ajuda de custo pela Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte. Pub. <i>D. O.</i> — 3-1-44.....	333
6.153 — FAZENDA — AGRICULTURA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1943 — Autoriza o Ministério da Fazenda a aceitar a doação que o Sr. Arnaldo Guinle faz à União de duas áreas de terras, que menciona, situadas nas imediações do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Pub. <i>D. O.</i> — 3-1-44	333
6.154 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1943 — Retifica tabela anexa ao decreto-lei número 5.976, de 10 de novembro de 1943. Pub. <i>D. O.</i> — 3-1-44	334
6.155 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1943 — Reorganiza o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências. Pub. <i>D. O.</i> — 3-1-44.....	335
6.156 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Guerra o crédito suplementar de Cr\$ 2.400.000,00, à verba que especifica. Pub. <i>D. O.</i> — 31-12-43.....	337
6.157 — JUSTIÇA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 41.000,00, à verba que especifica. Pub. <i>D. O.</i> — 31-12-43.....	338
6.158 — TRABALHO — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1943 — Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 40.800.000,00, para atender ao pagamento da contribuição devida à Legião Brasileira de Assistência. Pub. <i>D. O.</i> — 31-12-43	338

6.159 — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1943 — Cria a Biblioteca do Ministério da Fazenda e dá outras providências. Pub. D. O. — 4-1-44.....	339
6.160 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1943 — Suprime função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura. Pub. D. O. — 4-1-44.....	341
6.161 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1943 — Altera a redação do art. 2.º do decreto-lei nú- mero 5.273, de 23 de fevereiro de 1943. Pub. D. O. — 4-1-44	341
6.162 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1943 — Cria no Ministério da Agricultura, cinco Secções de Fomento Agrícola. Pub. D. O. — 4-1-44.....	341
6.163 — JUSTIÇA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1943 — Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território do do Acre, que vigorará, sem alteração, de 1 de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948, e dá outras providências. Pub. D. O. — 4-1-44.....	342

Figuram neste volume os decretos-leis que, expedidos no quarto trimestre de 1943, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas da publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1943

DECRETO-LEI N. 5.867 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 18.471,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 130 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de dezoito mil, quatrocentos e setenta e um cruzeiros (Cr\$ 18.471,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Agricultura (Anexo n. 12, do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 2 — Material

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. 40 — Ligeiros reparos, consertos e conservação de bens imóveis e móveis

01 — Ligeiros reparos em edifícios, consertos e conservação de bens imóveis

10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

06 — Instituto de Experimentação Agrícola

01 — Instituto de Experimentação Agrícola Cr\$ 18.471,00

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo se destina à Estação Experimental de Rio Caçador, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.868 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1943

Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr\$ 31.500,00 à dotação que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos cruzeiros) à seguinte dotação do Anexo 12 — Ministério da Agricultura (decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), do Orçamento Geral da República para o exercício de 1943:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas Despesas

Subconsignação 37 — Iluminação, força motriz e gás
04 — Departamento de Administração

03 — Divisão do Material..... Cr\$ 31.500,00

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.869 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1943

Altera o Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas fica desdobrado, de conformidade com as tabelas anexas, em:

Parte Permanente (P.P.)

Parte Suplementar (P.S.)

Art. 2.º A Parte Permanente compreende cargos isolados de provimento em comissão e de provimento efetivo, cargos de carreira e funções gratificadas, todos de existência permanente.

Art. 3.º A Parte Suplementar é constituída de cargos isolados e de carreira, todos de existência transitória.

Art. 4.º O número de cargos preenchidos em cada carreira não poderá ser superior ao total previsto, como situação definitiva, para a mesma carreira.

Parágrafo único. Nas carreiras em que, pela existência de excedentes, o número de cargos preenchidos for superior àquele total, não serão providos cargos vagos, exceto por promoção, até que o número de cargos preenchidos se reduza ao total previsto como situação definitiva.

Art. 5.º Os cargos vagos da carreira de Dactilógrafo da P. P. só começarão a ser providos quando baixar a 71 o número de cargos da carreira de igual denominação da P. S., de forma que, somados os das duas carreiras, o total de cargos preenchidos não ultrapasse o previsto, como situação definitiva, para a carreira de Dactilógrafo da P. P.

Art. 6.º O Ministério da Viação e Obras Públicas publicará, dentro de 60 dias, a partir da vigência deste decreto-lei, a relação nominal dos ocupantes dos cargos que integram as tabelas anexas.

Art. 7.º Os decretos dos funcionários serão apostilados pelo director da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 8.º A classificação, por antiguidade, dos funcionários cujas classes foram fundidas, será feita pelo tempo líquido de efetivo exercício na classe a que actualmente pertencem, até a véspera da vigência deste decreto-lei, processando-se de acordo com a legislação vigente e instruções do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 9.º Do actual saldo da conta-corrente do Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas fica destinada a importância de Cr\$ 25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos cruzeiros) para atender, no periodo de 1 de outubro a 31 de dezembro do corrente ano, às despesas com as elevações de padrão de vencimento, determinadas por este decreto-lei.

Art. 10. Ficam transferidas, na Verba 1 — Pessoal, do Ministério da Viação e Obras Públicas (anexo 20 do Orçamento Geral da União para 1943), da Consignação I — Pessoal Permanente, subconsignação 01 — Pessoal Permanente, 81 — Quadro I, para a consignação III — Vantagens, subconsignação 09 — Funções gratificadas, e para a consignação II — Pessoal extranumerário, subconsignação 05 — Mensalistas, as importâncias de Cr\$ 2.100,00 (dois mil e cem cruzeiros) e Cr\$ 21.750,00 (vinte e um mil, setecentos e cinquenta cruzeiros), respectivamente.

Art. 11. Este decreto-lei entrará em vigor no dia 1 de outubro do corrente ano, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 1 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — QUADRO I

6

PARTE PERMANENTE

Cargos isolados de provimento em comissão

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
1	Ministro de Estado	X	—	—	Q. I.	1	Ministro de Estado	X	—	—	
						1	Diretor geral (D.N.O.S.) ..	R	—	—	
3	Diretor	R	—	—	Q. I.	1	Diretor geral (D.N.E.R.) .	R	—	—	
						1	Diretor geral (D.N.P.N.) .	R	—	—	
1	Diretor geral (D.N.E.F.) .	R	—	—	Q. I.	1	Diretor geral (D.N.E.F.) ..	R	—	—	
1	Inspetor (I. F. O. C. S.) ...	R	—	—	Q. I.	1	Inspetor (I. F. O. C. S.)	R	—	—	
1	Diretor geral (D.A.)	P	—	—	Q. I.	1	Diretor geral (D.A.)	P	—	—	
1	Diretor	P	—	—	Q. I.	1	Diretor (E.F.B.)	P	—	—	

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

3	Diretor de Divisão (Planos e Obras, Fiscalização e Economia)	P	—	—	Q. I.	1	Diretor de Divisão (D.P.O. — D. N. E. F.) ...	P	—	—
						1	Diretor de Divisão (D.F. — D.N. E. F.)	P	—	—
						1	Diretor de Divisão (D.F.—D. N. E. F.)	P	—	—
1	Inspetor (I.G.I.)	N	—	—	Q. I.	1	Inspetor geral (I. G. I.)	O	—	—
						1	Diretor de Divisão (D.O.—D.A.) .	N	—	1
						1	Diretor de Divisão (D.P.—D.A.) .	N	—	1
1	Diretor (D.A.) ..	N	—	—	Q. I.	1	Diretor de Divisão (D.M.—D.A.) .	N	—	—
		N	—	—				N	—	—
1	Consultor jurídico			—	Q. I.	1	Consultor jurídico			
1	Consultor técnico.	N	—	—	Q. I.	1	Consultor técnico.	N		
2	Chefe de Distrito (I.F.O.C.S) .	N	—	—	Q. I.	2	Chefe de Distrito (I.F.O.C.S) .	N	—	—
1	Administrador (D. N. P. N.).....	K	—	—	Q. I.	1	Administrador (A. P. N. — D. N. P. N.)	K	—	—
1	Contador	H	—	—	Q. I.	—	—	—	—	—

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
1	Encarregado de Cais	G	—	—	Q. I.	—	—	—	—	—	
2	Fiel de Armazém	E	—	—	Q. I.	—	—	—	—	—	
2	Conferente	D	—	—	Q. I.	—	—	—	—	—	
6	Guarda de Armazém	C	—	—	Q. I.	—	—	—	—	—	
30			—			20			—	2	

Cargos isolados de provimento efetivo

1	Tesoureiro (D.A.)	L	—	—	Q. I.	1	Tesoureiro (D.A.)	L	—	—	
5	Ajudante de Tesoureiro (D.A.)	H	—	5	Q. I.	5	Ajudante de Tesoureiro (D.A.)	H	—	5	
6						6					

2 5 8	<i>Almoxarife</i>	I H G	2	—	Q. I.	1	<i>Almoxarife</i>	J I H G F	—	1	
			—	—	Q. I.	2			2	—	
			—	1	Q. I.	3			2	—	
						4			3	—	
						5			—	5	
15			2	1		15			7	6	
1	<i>Bibliotecário</i>	I	—	—	Q. I.	1	<i>Bibliotecário</i>	I	—	—	
1						1					
10	<i>Dactilógrafo</i>	D	—	—	Q. I.	31 51	<i>Dactilógrafo</i>	E D	— —	31 41	
10						82				72	
5 6 7 8 —	<i>Desenhista</i>	L K J I H	—	5	Q. I.	2	<i>Desenhista</i>	L K J I H	—	2	
			—	2	Q. I.	5			—	1	
			—	—	Q. I.	8			—	1	
			—	—	Q. I.	11			—	3	
			8	—	Q. I.	—			8	—	
26			8	7		26			8	7	

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Engenheiro</i> (D.N.P.N. — D.N.O.S.)						<i>Engenheiro</i> (D.N.P.N. — D.N.O.S.)				
16	N	—	—	Q. I.	16	N	—	—	
16	M	—	—	Q. I.	18	M	—	2	
16	L	—	—	Q. I.	20	L	—	4	
16	K	—	—	Q. I.	23	K	—	7	
17	J	—	—	Q. I.	27	J	13	—	
23	I	—	—	Q. I.					
104						104			13	13	
	<i>Engenheiro</i> (D.N.E.F. — D.N.E.R.)						<i>Engenheiro</i> (D.N.E.F. — D.N.E.R.)				
18	N	—	—	Q. I.	18	N	—	—	
19	M	—	—	Q. I.	19	M	—	—	
23	L	21	—	Q. I.	23	L	21	—	
25	K	—	13	Q. I.	25	K	—	13	
27	J	—	9	Q. I.	27	J	—	9	
112			21	22		112			21	22	

<i>Engenheiro</i> (I.F.O.C.S.)							<i>Engenheiro</i> (I.F.O.C.S.)						
2	N	—	—	Q. I.	2	N	—	—			
2	M	—	—	Q. I.	4	M	—	2			
3	L	—	—	Q. I.	6	L	—	3			
5	K	—	—	Q. I.	8	K	—	3			
6	J	—	1	Q. I.	10	J	7	—			
6	I	—	—	Q. I.							
6	H	—	—	Q. I.							
30			—	1		30			7	8			
<i>Engenheiro</i> (I.G.I.)							<i>Engenheiro</i> (I.G.I.)						
						1	N	—	1			
						1	M	—	1			
2	L	—	—	Q. I.	1	L	1	—			
2	K	—	—	Q. I.	1	K	1	—			
2	J	—	—	Q. I.	2	J	—	—			
6			—	—	Q. I.	6			2	2			
<i>Escriturário</i>							<i>Escriturário</i>						
45	G	—	—	Q. I.	45	G	—	—			
50	F	—	—	Q. I.	50	F	—	—			
55	E	—	—	Q. I.	55	E	—	—			
150			—	—	Q. I.	150			—	—			

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
	<i>Médico clínico</i>						<i>Médico</i>				
2	J	—	—	Q. I.	2	J	—	—	
2			—	—	Q. I.	2			—	—	
	<i>Oficial administrativo</i>						<i>Oficial administrativo</i>				
9	L	—	—	Q. I.	20	L	—	11	
23	K	—	—	Q. I.	28	K	—	5	
40	J	—	—	Q. I.	38	J	2	—	
56	I	—	—	Q. I.	48	I	8	—	
64	H	—	—	Q. I.	58	H	6	—	
192			—	—	Q. I.	192			16	16	

FUNÇÕES GRATIFICADAS

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Núm.	Nome	Gratificação anual	Núm.	Nome	Gratificação anual
	<i>Comissão de Eficiência</i>			<i>Comissão de Eficiência</i>	
3	Membros	Cr\$ 8.400,00	3	Membros	Cr\$ 8.400,00
1	Secretário	Cr\$ 3.600,00	1	Secretário	Cr\$ 3.600,00
	<i>Departamento de Administração</i>			<i>Departamento de Administração</i>	
	<i>Diretoria Geral</i>			<i>Diretoria Geral</i>	
1	Secretário do D. Geral.....	Cr\$ 4.800,00	1	Secretário do D. Geral.....	Cr\$ 4.800,00
1	Auxiliar do D. Geral.....	Cr\$ 2.400,00	1	Auxiliar do D. Geral	Cr\$ 2.400,00
	<i>Divisão do Material</i>			<i>Divisão do Material</i>	
1	Secretário do Diretor.....	Cr\$ 3.600,00	1	Secretário do Diretor.....	Cr\$ 3.600,00

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Núm.	Nome	Gratificação anual	Núm.	Nome	Gratificação anual
3	Chefe de Secção.....	Cr\$ 4.800,00	}	1 Chefe de Secção (S.A. — D.M.)...	Cr\$ 4.800,00
				1 Chefe de Secção (S.F. — D.M.)...	Cr\$ 4.800,00
				1 Chefe de Secção (S.R. — D.M.)...	Cr\$ 4.800,00
	<i>Divisão do Orçamento</i>			<i>Divisão do Orçamento</i>	
1	Secretário do Diretor.....	Cr\$ 3.600,00	1	Secretário do Diretor.....	Cr\$ 3.600,00
	<i>Divisão do Pessoal</i>			<i>Divisão do Pessoal</i>	
1	Secretário do Diretor.....	Cr\$ 3.600,00	1	Secretário do Diretor.....	Cr\$ 3.600,00
4	Chefe de Secção.....	Cr\$ 4.800,00	}	1 Chefe de Secção (S.A. — D.P.)...	Cr\$ 4.800,00
				1 Chefe de Secção (S.F. — D.P.)...	Cr\$ 4.800,00
				1 Chefe de Secção (S.C. — D.P.)...	Cr\$ 4.800,00
				1 Chefe de Secção (S.S. — D.P.)...	Cr\$ 4.800,00

<i>Serviço de Comunicações</i>		
1	Chefe do Serviço de Comunicações (D.A.)	Cr\$ 6.000,00
 <i>Conselho Nacional de Minas e Metalurgia</i>		
1	Chefe da Secretaria.....	Cr\$ 3.600,00
 <i>Departamento Nacional de Estradas de Ferro</i>		
1	Diretor de Divisão Administrativa (D.N.E.F.)	Cr\$ 9.600,00
5	Chefe de Secção.....	Cr\$ 6.000,00

<i>Serviço de Comunicações</i>		
1	Chefe do Serviço de Comunicações (D.A.)	Cr\$ 6.000,00
 <i>Conselho Nacional de Minas e Metalurgia</i>		
1	Chefe da Secretaria.....	Cr\$ 3.600,00
 <i>Departamento Nacional de Estradas de Ferro</i>		
1	Diretor de Divisão (D. A. — D. N. E. F.)	Cr\$ 9.600,00
1	Chefe de Secção (S.E.E — D. N. E. F.)	Cr\$ 6.000,00
1	Chefe de Secção (S.T.C. — D. N. E. F.)	Cr\$ 6.000,00
1	Chefe de Secção (S.O.—D.N.E.F.)	Cr\$ 6.000,00
1	Chefe de Secção (S. Tarif. — D. N. E. F.)	Cr\$ 6.000,00
1	Chefe de Secção (S. Pl. — D. N. E. F.)	Cr\$ 6.000,00

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA				
Núm.	Nome	Gratificação anual	Núm.	Nome	Gratificação anual		
1	Secretário do D. Geral.....	Cr\$ 4.800,00	1	Secretário do D. Geral.....	Cr\$ 4.800,00		
5	Chefe de Secção.....	Cr\$ 4.800,00	}	1	Chefe de Secção (S.C. — D. N. E. F.)	Cr\$ 4.800,00	
				1	Chefe de Secção (S.P. — D. N. E. F.)	Cr\$ 4.800,00	
				1	Chefe de Secção (S.M. — D. N. E. F.)	Cr\$ 4.800,00	
				1	Chefe de Secção (S.E. — D. N. E. F.)	Cr\$ 4.800,00	
				1	Chefe de Secção (S.Org. — D. N. E. F.)	Cr\$ 4.800,00	
4	Secretário de Diretor de Divisão.....	Cr\$ 3.600,00	}	1	Secret. do Diretor (D.A. — D.N.E.F.)	Cr\$ 3.600,00	
1	Chefe de Secção (D.N.E.F.).....	Cr\$ 2.400,00		1	Secret. do Diretor (D.P.O.—D.N.E.F.)	Cr\$ 3.600,00	
				1	Secret. do Diretor (D.F.—D.N.E.F.)	Cr\$ 3.600,00	
				1	Secret. do Diretor (D.E.—D.N.E.F.)	Cr\$ 3.600,00	
1	Chefe de Secção (D.N.E.F.).....	Cr\$ 2.400,00	1	Chefe de Secção (S.Com. — D. N. E. F.)	Cr\$ 2.400,00		

<i>Departamento Nacional de Estradas de Rodagem</i>		
1	Secretário do Diretor.....	Cr\$ 3.600,00
1	Chefe da Secção Regional Pessoal (S.R.P. 11)	Cr\$ 2.400,00
<i>Departamento Nacional de Obras de Saneamento</i>		
1	Chefe da Divisão de Estudos e Obras (D.N.O.S.)	Cr\$ 9.600,00
1	Chefe de Divisão de Administração (D.N.O.S.)	Cr\$ 3.400,00
3	Chefe de Distrito (D.N.O.S.)	Cr\$ 8.400,00

<i>Departamento Nacional de Estradas de Rodagem</i>		
1	Secretário do Diretor Geral.....	Cr\$ 3.600,00
1	Chefe da Secção Regional Pessoal S.R.P. 11)	Cr\$ 2.400,00
<i>Departamento Nacional de Obras de Saneamento</i>		
1	Chefe de Divisão (D.E.O. — D.N.O.S.)	Cr\$ 9.600,00
1	Chefe de Divisão (D.A. — D.N.O.S.)	Cr\$ 8.400,00
1	Chefe de Distrito (D.N.O.S. — R.G. Sul)	Cr\$ 8.400,00
1	Chefe de Distrito (D.N.O.S. — Nordeste)	Cr\$ 8.400,00
1	Chefe de Distrito (D.N.O.S.) — São Paulo)	Cr\$ 8.400,00

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Núm.	Nome	Gratificação anual	Núm.	Nome	Gratificação anual
4	Chefe de Distrito	Cr\$ 7.200,00	1	Chefe de Distrito (D.N.O.S. — Araruama)	Cr\$ 7.200,00
			1	Chefe de Distrito (D.N.O.S. — Guanabara)	Cr\$ 7.200,00
			1	Chefe de Distrito (D.N.O.S. — Sepetiba)	Cr\$ 7.200,00
			1	Chefe de Distrito (D.N.O.S. — — Goitacazes	Cr\$ 7.200,00
			1	Chefe de Turma de Obras (D.N.O.S. — R.G. Sul)	Cr\$ 4.800,00
3	Chefe de Turma de Obras	Cr\$ 4.800,00	1	Chefe de Turma de Obras (D.N.O.S. — Nordeste)	Cr\$ 4.800,00
			1	Chefe de Turma de Obras (D.N.O.S. — São Paulo)	Cr\$ 4.800,00
			1	Chefe de Turma de Administração (D.N.O.S. — R.G. Sul)	Cr\$ 3.600,00

3	Chefe de Turma de Administração...	Cr\$ 3.600,00	1	Chefe de Turma de Administração (D.N.O.S. — Nordeste).....	Cr\$ 3.600,00
			1	Chefe de Turma de Administração (D.N.O.S. — São Paulo).....	Cr\$ 3.600,00
1	Secretário do Diretor (D.N.O.S.)...	Cr\$ 3.600,00	1	Secretário do D. Geral (D.N.O.S.)	Cr\$ 3.600,00
1	Chefe da Secção do Pessoal (D.N.O.S.)	Cr\$ 2.400,00	1	Chefe da Secção (S.P. — D.N.O.S.)	Cr\$ 2.400,00
1	Chefe da Secção do Material (D. N. O. S.)	Cr\$ 2.400,00	1	Chefe da Secção (S.M. — D.N.O.S.)	Cr\$ 2.400,00
1	Chefe de Portaria (D.N.O.S.).....	Cr\$ 1.200,00	1	Chefe de Portaria (D.N.O.S.).....	Cr\$ 1.200,00
<i>Departamento Nacional de Portos e Navegação</i>			<i>Departamento Nacional de Portos e Navegação</i>		
3	Engenheiro Chefe de Divisão	Cr\$ 6.000,00	1	Engenheiro chefe (2. ^a Divisão).....	Cr\$ 6.000,00
			1	Engenheiro chefe (3. ^a Divisão).....	Cr\$ 6.000,00
			1	Engenheiro chefe (4. ^a Divisão).....	Cr\$ 6.000,00
1	Chefe de Secção Regional do Pessoal (S.R.P. 7)	Cr\$ 2.400,00	1	Secretário do Diretor Geral (D.N.P.N.)	Cr\$ 4.800,00
			1	Chefe de Secção (S.R.P. 7).....	Cr\$ 2.400,00
<i>Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas</i>			<i>Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas</i>		
1	Secretário	Cr\$ 3.600,00	1	Secretário do Inspetor	Cr\$ 3.600,00

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Núm.	Nome	Gratificação anual	Núm.	Nome	Gratificação anual
1	Chefe de Portaria	Cr\$ 2.400,00	1	Chefe de Portaria.....	Cr\$ 2.400,00
2	Chefe de Secção (I.F.O.C.S.).....	Cr\$ 7.200,00	}	1 Chefe de Secção (S.T. — I.F.O.C.S.)..	Cr\$ 7.200,00
				1 Chefe de Secção (Est. Contab. e Mat.) (I.F.O.C.S.)	Cr\$ 7.200,00
1	Chefe da Secção Regional do Pessoal (S.R.P. 8)	Cr\$ 2.400,00	1	Chefe de Secção Regional do Pessoal (S.R.P. 8)	Cr\$ 2.400,00
	<i>Inspetoria Geral de Iluminação</i>			<i>Inspetoria Geral de Iluminação</i>	
1	Chefe da Secção Regional do Pessoal (S.R.P. 10)	Cr\$ 2.400,00	1	Secretário do Inspetor Geral.....	Cr\$ 3.600,00
			1	Chefe de Secção Regional do Pessoal (S.R.P. 10)	Cr\$ 2.400,00

PARTE SUPLEMENTAR

I — Cargos isolados e de carreira, cuja dotação será levada a crédito da C/C da P.P.

a) — Cargos isolados

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
1	Engenheiro chefe (D.N.E.R.) .	P	—	—		1	Engenheiro chefe (D.N.E.R.) .	P	—	—	
1	Chefe de Divisão	N	—	—		1	Chefe de Divisão	N	—	—	
2	Diretor de Divisão (D.A.)	N	—	—		2	Diretor	N	—	—	
1	Tesoureiro (D.A.)	L	—	—		1	Tesoureiro (D.A.)	L	—	—	
1	Engenheiro mecânico eletricitista (D.N.E.R.) .	L	—	—		1	Engenheiro mecânico eletricitista (D.N.E.R.) .	L	—	—	
4	Ajudante de tesoureiro (D.A.) . .	I	—	—		4	Ajudante de tesoureiro (D.A.) . .	I	—	—	
10						10					

b) — Carreiras

22

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
18	Dactilógrafo	G	17	—		35	Dactilógrafo	G	—	—	
19	Dactilógrafo	F	5	—		24	Dactilógrafo	F	—	—	
21	Dactilógrafo	E	—	9		12	Dactilógrafo	E	—	—	
14	Dactilógrafo	D	—	9		5	Dactilógrafo	D	—	—	
62			22	18		76			—	—	

II — Cargos isolados e de carreira, cujas funções passarão a ser exercidas por pessoal extranumerário

a) — Cargos isolados

1	Chefe de Portaria	I	—	—		1	Chefe de Portaria	I	—	—	
1	Tesoureiro (A. P. N.)	H	—	—		1	Tesoureiro (A. P. N.)	H	—	—	
1	Farmacêutico	H	—	—		1	Farmacêutico	H	—	—	
1	Chefe de Portaria	G	—	—		1	Chefe de Portaria	G	—	—	
1	Chefe de Portaria	E	—	—		1	Chefe de Portaria	E	—	—	
1	Ajudante de tesoureiro (A.P.N.)	E	—	—		1	Ajudante de tesoureiro (A.P.N.)	E	—	—	
6						6					

b) — Carreiras

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Contínuo</i>						<i>Contínuo</i>				
7	G	3	—		10	G	—	—	
8	F	—	—		8	F	—	—	
15			3	—		18			—	—	
	<i>Motorista</i>						<i>Motorista</i>				
2	G	—	—		2	G	—	—	
2			—	—		2					

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
							<i>Prático de Engenharia</i>				
6	Prático de Engenharia (I.G.I.)	I	4	—	—	4	J	—	4	
8	Prático de Engenharia (I.G.I.)	H	—	—	—	10	I	—	—	
2	Prático de Engenharia (D. N. E. R.)	H	—	—	—	28	H	—	—	
18	Prático de Engenharia (D. N. P. N. -D. N. O. S.)	H	—	—	—						

2	Prático de Engenharia (D. N. E. R.)	G	5	—	—	46	G	—	—
10	Prático de Engenharia (I.G.I.)	G	—	—	—					
29	Prático de Engenharia (D. N. P. N. — D. N. O. S.)	G	—	—	—					
6	Prático de Engenharia (D. N. E. R.)	F	—	5	—	1	F	—	—
81			9	5	—	89				4
	<i>Servente</i>						<i>Servente</i>			
35	E	—	—	—	35	E	—	—
35	D	—	—	—	35	D	—	—
9	C	—	—	—	24	C	—	15
16	B	—	—	—	16	B	—	—
95						110				15

DECRETO-LEI N. 5.870 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 3.758,70, para pagamento de desapropriação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de três mil, setecentos e cinquenta e oito cruzeiros e setenta centavos (Cr\$ 3.758,70), para completar o pagamento (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) da indenização arbitrada pela desapropriação de dois imóveis necessários à construção da estação de Calçada, na Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.871 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 42.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de quarenta e dois mil cruzeiros (Cr\$ 42.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas (Anexo n. 20 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

S/c. 12 — Gratificação por Serviço Extraordinário

31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro

06 — Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte..... Cr\$ 42.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.872 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1943

Extingue uma Contadoria Seccional e no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, uma função gratificada

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extinta, no Ministério da Fazenda, a Contadoria Seccional junto à Estrada de Ferro Maricá.

Art. 2.º Fica extinta, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, a função gratificada de Contador Seccional da Contadoria junto à Estrada de Ferro Maricá.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.873 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1943

Restabelece um cargo de Auxiliar Acadêmico do Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica restabelecido, no Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, a partir de 1 de janeiro de 1943, um cargo de Auxiliar Acadêmico, padrão C.

Art. 2.º A despesa decorrente dêste decreto-lei correrá à conta do saldo da conta-corrente do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.874 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1943

Aprova o Convênio celebrado entre os Estados Cafeeiros em 31 de maio de 1943, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e,

Considerando que o Convênio dos Estados Cafeeiros, reunidos em 31 de maio de 1943, afirmou a necessidade de prosseguir na manutenção do equilíbrio estatístico como base da política econômica do café;

Considerando que posteriormente à reunião daquele Convênio sobrevieram fenômenos de estiagem e da geada, que prejudicaram as lavouras dos Estados de São Paulo e Paraná, determinando redução no volume das safras e daí um relativo equilíbrio entre a produção e as possibilidades de exportação dos mesmos Estados, no período do escoamento das safras;

Considerando, entretanto, que esse equilíbrio não se verifica em todos os Estados e notadamente no do Espírito Santo, onde o volume da produção excede de muito às possibilidades de colocação;

Considerando, ainda, que a situação estatística do café, no momento, dispensa a imposição da cota de equilíbrio sobre a safra 1943-44, sem contudo resolver a situação peculiar dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Convênio celebrado entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro, Baía, Goiás e Pernambuco a 31 de maio do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro, para adoção de medidas e sugestões relativas à política do café, na parte em que não colidir com as disposições do presente decreto-lei.

Art. 2.º Sobre a safra cafeeira de 1943-44 não será imposta a cota de equilíbrio de quinze por cento (15%) a que se referem as cláusulas 2.ª e 3.ª do Convênio de 31 de maio de 1943.

Art. 3.º Fica o Departamento Nacional do Café autorizado a vender, dos seus "stocks" de cota de equilíbrio, até trezentos e cinquenta mil (350 000) sacas de café e a aplicar as quantias provenientes dessa operação na compra de excessos inexportáveis dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e na cobertura da deficiência da receita do mesmo Departamento, decorrente da queda de sua arrecadação.

Art. 4.º Fica assegurado aos produtores de cafés da safra de 1943-44 já negociados o direito de reaver dos respectivos compradores, executivamente, a diferença do preço resultante da cota de equilíbrio de quinze por cento (15%) estabelecida no Convênio e suprimida pelo art. 2.º deste decreto-lei, sempre que no preço da venda haja sido computado o onus da referida cota.

Art. 5.º Os recursos de que trata a cláusula 4.ª e suas letras do Convênio de 31 de maio de 1943 serão também aplicados na retirada dos excessos referidos no art. 3.º.

Art. 6.º Fica prorrogada até 30 de junho de 1946 a existência do Departamento Nacional do Café.

Art. 7.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.875 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1943

Cria cargos e abre crédito ao Ministério da Fazenda

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 189 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, sete (7) cargos de Conferente de Valores e cinco (5) de Ajudante de Tesoureiro (Caixa de Amortização), todos do padrão J.

Art. 2.º Para atender ao provimento dos cargos criados no artigo anterior, fica aberto o crédito suplementar de cinquenta e quatro mil cruzeiros (Cr\$ 54.000,00), em reifôrço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA I — PESSOAL

CONSIGNAÇÃO I — PESSOAL PERMANENTE

S/c n. 01 — Pessoal permanente..... Cr\$ 54.000,00

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.876 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1943

Dispõe sobre a concessão de favores à IV Feira Nacional de Indústrias a realizar-se em São Paulo, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A IV Feira Nacional de Indústrias de São Paulo, a cargo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, gozará de todos os favores concedidos à Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro pelo art. 5.º do decreto n. 24.163, de 24 de abril de 1934.

Art. 2.º A Comissão Permanente de Exposições e Feiras, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, promoverá, junto ao Governo do Estado de São Paulo e à Prefeitura do Município de São Paulo, a concessão dos seguintes favores à IV Feira Nacional de Indústrias, organizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo:

a) descontos nos preços dos fretes e passagens das empresas ferroviárias do Estado, ou por êle subvencionadas;

b) isenção de impostos estaduais e municipais que recaiam direta ou indiretamente sobre a referida Feira, sua propaganda e seus expositores e sobre as atividades internas exercidas no seu recinto;

c) preferência, nos fornecimentos ao Estado ou ao Município, em caso de igualdade de condições de preço, qualidade e prazo de entrega, aos artigos exibidos na última Feira Nacional de Indústrias do Estado de São Paulo, realizada até a data da proposta do fornecimento.

Art. 3.º Enquanto não volte a se realizar, normalmente, a Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro, o Governo Federal dará

preferência, nos fornecimentos à administração pública, em caso de igualdade de condições de preço, qualidade e prazo de entrega, aos artigos exibidos na última Feira Nacional de Indústrias de São Paulo, realizada até a data da proposta do fornecimento.

Art. 4.º A mesma Comissão promoverá, dentro do recinto da Feira Nacional de Indústrias, a realização de leilões públicos de matérias primas, vegetais e minerais, nacionais, com o intuito de intensificar o seu consumo interno e estimular a sua transformação industrial.

§ 1.º Para êsse fim a Comissão Permanente de Exposições e Feiras fará importar de vários pontos do território nacional matérias primas, estratégicas ou não, ainda não suficientemente beneficiadas no país, as quais, acompanhadas da análise previamente feita pelo Instituto Nacional de Tecnologia, serão devidamente classificadas e acondicionadas em recintos especiais da Feira.

§ 2.º Os leilões de tais produtos serão públicos e realizar-se-ão em dia e hora previamente anunciados.

§ 3.º O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedirá as necessárias instruções para a realização dos leilões.

Art. 5.º A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo promoverá, até trinta (30) dias antes da inauguração do certame de que trata o presente decreto-lei, um concurso entre operários e técnicos nacionais, no sentido de tornar públicas as suas invenções que interessem ao aperfeiçoamento do desenvolvimento industrial do país.

Parágrafo único. Os inventos aprovados por uma Comissão designada pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio serão expostos no recinto da Feira, gratuitamente, e premiados com importâncias em dinheiro, a critério da mesma Comissão.

Art. 6.º A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo colocará à disposição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para a exposição de suas atividades e efetivação das medidas constantes dos artigos 4.º e parágrafo único do artigo 5.º do presente decreto-lei, a área de seiscentos (600) metros quadrados.

Art. 7.º Fica a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo autorizada a dar, excepcionalmente, à IV Feira de Indústrias o caráter de certame pan-americano.

Art. 8.º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de quatrocentos mil cruzeiros (Cr\$ 400.000,00), para atender às despesas (Serviços e Encargos) com a execução dêste decreto-lei.

Parágrafo único. Do crédito a que se refere êste artigo será destacada a importância de trezentos mil cruzeiros (Cr\$ 300.000,00) para auxílio à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, pelas obrigações que lhe são impostas no presente decreto-lei.

Art. 9.º Êste decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.877 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1943

Regula a pesquisa e exploração da turfa nos terrenos de Jacarepaguá e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e considerando a existência do estado de guerra, declarado pelo decreto n. 10.358, de 31 de agosto de 1942; a necessidade de serem prontamente explorados, no interesse da defesa e da economia nacionais, os depósitos de turfa existentes em terrenos alagados em Jacarepaguá (Distrito Federal); e os embarços apostos àquela exploração por pessoas que se arrogam a posse daqueles terrenos, dificuldades essas que culminaram, há poucos dias, com conflitos a mão armada, decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o Coordenador da Mobilização Econômica a pesquisar e explorar todos os depósitos de turfa existentes nas terras circunvizinhas às lagoas de Jacarepaguá e Marapendí e dos cursos d'água que nas mesmas desembocam, nas freguesias de Jacarepaguá e Guaratiba, no Distrito Federal, independentemente de quaisquer licenças ou autorizações anteriormente concedidas para pesquisas ou exploração dessas reservas, que ficam, assim, expressamente revogadas e suspensas, no interesse da Defesa Nacional.

Art. 2.º O Coordenador da Mobilização Econômica só utilizará as áreas indispensáveis aos trabalhos intensivos de exploração da turfa e promoverá os acordos necessários às indenizações de benfeitorias e lavouras nas mesmas existentes, devendo ditas áreas ser devolvidas aos legítimos proprietários, tanto que os trabalhos de exploração forem se deslocando para outros locais ou depósitos.

Art. 3.º O Coordenador da Mobilização Econômica conservará, em harmonia com o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, os canais de que se utilizar para o transporte da turfa e do material pertinente aos serviços e providenciará de modo que os trabalhos não alterem o plano de saneamento aprovado por aquele Departamento nos terrenos que tiver de explorar.

Art. 4.º Para prosseguir nos trabalhos, o Coordenador da Mobilização Econômica fica autorizado a ocupar imediatamente as áreas onde estão localizados os seus armazéns, escritórios, casas de residência, campos de extração e secagem de turfa, bem como as necessárias para as câmaras de decantação projetadas, que são as seguintes: na testada da Estrada de Guaratiba, a partir da ponte do rio Pavuna, duzentos (200) metros de extensão pelo lado do brejo, fazendo fundos com o rio Pavuna e, daí em diante, cinquenta (50) metros marginais do mesmo rio Pavuna, até a lagoa de Jacarepaguá; defronte da área precedente da Estrada de Guaratiba, duzentos (200) metros pela testada da Estrada, por duzentos (200) metros de fundos; na outra margem do rio Pavuna, abaixo da ponte, a partir da Estrada, cinquenta (50) metros marginais até a lagoa de Jacarepaguá; entre os quilômetros 18 e 19 da referida Estrada de Guaratiba, no lugar denominado Portela, duzentos (200) metros, na testada da Estrada, pelo lado do brejo, com fundos até o rio Marinho; e mais os terrenos compreendidos na área linitada por uma linha que partindo da outra margem do rio Marinho, no fundo da área anteriormente descrita, passa pelo Morro do Portela vai até a Pedra do Urubú e desta, em linha reta, vai até a Lagoa de Jacarepaguá, em cuja margem terá, a partir da foz do rio Marinho, mil (1.000) metros de extensão, seguindo em sentido contrário o dito canal do Marinho, incluindo o Morro do Amorim ou Ilha Marinho, para encontrar os seu ponto de partida no fundo da área localizada entre os quilômetros 18 e 19 da referida Estrada de Guaratiba.

Parágrafo único. Observar-se-á quanto à utilização dos terrenos descritos neste artigo o mesmo regime previsto no art. 3.º.

Art. 5.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 5.878 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1943

Autoriza a instituição da Fundação Brasil Central e dispõe sobre o seu funcionamento

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É o Governo Federal autorizado a instituir, com patrimônio próprio, uma fundação, denominada "Fundação Brasil Central", destinada a desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingú e no Brasil Central e Ocidental.

§ 1.º A União Federal será representada, no ato da instituição da Fundação, pelo Coordenador da Mobilização Econômica.

§ 2.º A Fundação terá sede e foro na Capital Federal e será administrada na forma dos estatutos a serem aprovados, por decreto, pelo Presidente da República.

Art. 2.º A Fundação será instituída com os bens já doados à Expedição Roncador-Xingú, e os estatutos deverão prover a possibilidade de novas doações, seja por entidades públicas, seja por particulares, e a constituição de suas fontes de receita não só pelos recursos que auferir desses bens e de sua aplicação, ou de suas atividades, como ainda pelas subvenções que receber do Governo Federal e dos Governos Estaduais ou Municipais.

Art. 3.º A Fundação será dirigida por um Presidente assistido por um Conselho Diretor de dez membros, todos designados pelo Presidente da República.

Art. 4.º O projeto de estatutos, elaborado pelo Presidente, com a assistência do Conselho Diretor, será submetido, dentro de sessenta dias da publicação desta Lei, à aprovação do Presidente da República, ouvido o Procurador Geral do Distrito Federal, a quem cabem as atribuições fiscalizadoras previstas em lei.

Parágrafo único. Os estatutos conterão, obrigatoriamente, cláusula que faculte ao Governo a nomeação de uma Junta de Contrôlo, para fiscalizar a administração e cujas atribuições também constarão dos estatutos, sem prejuízo da fiscalização normal às fundações estabelecidas na lei civil.

Art. 5.º A Fundação exercerá as suas atividades conformando-se com as disposições de leis, constitucionais e ordinárias, tanto no que se referir a organização e aos poderes dos Estados e Municípios quanto aos assuntos em

relação aos quais deva ela interferir por força de suas finalidades; ser-lhes-ão, todavia, reconhecidos os privilégios atribuídos às instituições de utilidade pública, e aqueles que, em matéria de comunicações, transporte e sêlo, assistem às autarquias federais.

Art. 6.º A presente Lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.879 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1943

Reversão ao serviço ativo do Segundo Tenente reformado da Aeronáutica — Setembrino de Oliveira Palma

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição e atendendo as razões apresentadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, decreta:

Artigo único. E' mandado reverter ao serviço ativo o Segundo Tenente reformado de Aeronáutica, Setembrino de Oliveira Palma, e incluir no Quadro de Intendentes da Aeronáutica, sem direito a quaisquer vencimentos e vantagens anteriores e sem prejuízo para os demais oficiais do Quadro.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.880 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1943

Altera as carreiras de Operário de Artes Gráficas, do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, de conformidade com a tabela anexa, a carreira de Operário de Artes Gráficas, do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º As dotações correspondentes aos cargos que forem sendo suprimidos na carreira serão levadas a crédito da conta corrente do Quadro Permanente e aproveitadas no provimento dos cargos vagos da mesma carreira, até que estejam todos providos.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO SUPLEMENTAR

34

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Operário de Artes Gráficas</i>						<i>Operário de Artes Gráficas</i>				
3	I	—	—	—	20	I	—	17	
23	H	—	—	—	60	H	—	37	
62	G	—	—	—	170	G	—	108	
290	F	—	—	—	210	F	80	—	
174	E	—	—	—	35	E	139	—	
44	D	—	—	—	30	D	14	—	
35	C	—	—	—	33	C	2	—	
4	B	—	—	—	1	B	—	—	
635						559			235	162	

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO-LEI N. 5.881 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1943

Aprova acôrdo suplementar sôbre fixação de preços da borracha

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o "Acôrdo Suplementar sôbre Borracha", o qual a êste acompanha, firmado em 29 de setembro de 1943 entre a Comissão de Contrôlo dos Acôrdos de Washington e a Rubber Development Corporation, para fixação dos preços de venda da borracha.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

ACÔRDO SUPLEMENTAR SÔBRE BORRACHA

A Rubber Development Corporation, Agência oficial do Governo dos Estados Unidos da América, que passou a substituir a Rubber Reserve Company, e a Comissão de Contrôlo dos Acôrdos de Washington, órgão do Governo dos Estados Unidos do Brasil, neste ato representadas respectivamente pelo Sr. S. M. McAshan Jr., Vice-Presidente da primeira e Senhor Ministro Artur de Sousa Costa, Presidente da segunda, devidamente autorizados pelos seus governos, resolvem firmar o presente acôrdo suplementar ratificando e retificando o Acôrdo sôbre borracha assinado entre a Rubber Reserve Company e o Governo dos Estados Unidos do Brasil, em 3 de março de 1942, na cidade de Washington, D. C., Estados Unidos da América, na forma das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª

As partes contratantes concordam em elevar para US\$0,45 (quarenta e cinco "cents" — moeda americana) o preço básico de US\$0,39 (trinta e nove "cents" — moeda americana) mencionado na Cláusula 4 do referido acôrdo sôbre Borracha, de 3 de março de 1942, mantidas as diferenças para os demais tipos e qualidades de borracha constantes da tabela anexa.

CLÁUSULA 2.ª

O preço básico de US\$0,45 (quarenta e cinco "cents" — moeda americana), vigorará a partir de 1 de julho de 1943 até 31 de dezembro de 1946.

CLÁUSULA 3.ª

O preço básico de que trata a cláusula anterior será reajustado mediante comum acôrdo, no caso de elevação dos preços básicos atuais para a compra de borracha de outros países do Vale Amazônico.

CLÁUSULA 4.ª

O presente acôrdo ratifica em todos os seus têrmos, não modificados pelas cláusulas acima, o Acôrdo sôbre borracha firmado em 3 de março de 1942.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1943. — A. de Sousa Costa, Presidente da Comissão de Contrôlo dos Acôrdos de Washington. — S. M. McAshan Jr., Vice-Presidente da Rubber Development Corporation.

Testemunhas. — Valetim Bouças. — C. A. Silvestre.

TABELA DE PREÇOS DE BORRACHA
 Preços de venda f. o. b. Belém (US\$ por libra pôso)
 (GÊNERO HEVEA)

	QUALIDADES				
	LAVADAS	CREPADAS	SÊCAS	CLASSIFICADAS	
	Fina ou n. 1	Entre-fina ou n. 2	Sernambis da fina, exceto rama, ou n. 3	Fina ou n. 1	Entre-fina ou n. 2
	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$
Acre.....	0,45	0,43-1/4	0,41-1/2	0,37-1/8	—
Altos rios.....	0,44-1/2	0,42-3/4	0,41	0,38-1/2	—
Baixos rios.....	0,44-1/4	0,42-1/2	0,40-3/4	0,35	—
Ilhas.....	0,44-1/8	0,42-3/8	0,40-5/8	0,34-7/8	—
Cametá.....	—	—	0,40-1/4	0,18-1/2	—
Rama.....	—	—	0,37-1/2	0,26-1/2	—
Fraca.....	—	—	—	0,31	0,27-1/2
		N. 1	N. 2	N. 3	N. 4
		US\$	US\$	US\$	US\$
Smoked Sheets					
Laminada — defumada de qualquer procedência		0,48-1/4	0,48	0,47-1/2	0,47

(GÊNERO CASTILLOA)

	US\$
Caucho bruto.....	0,30
Caucho lavado, crepado e sêco.....	0,41

*Preços de venda f.o.b. Belém — São Luiz — Fortaleza — Natal — Recife
— Baía — Corumbá e Cuiabá*

(GÊNERO MANIHOT)

Maniçoba:

	Humidade máxima	US\$
Laminada, prensada e estampada por meio de máquina apropriada 3 m/m de espessura-defumada.....	Isenta	0,43-1/2
Idem, idem, idem, 3 m/m de espessura — seca ao ar..	Isenta	0,42-1/2
Lavada, laminada, crepada (Crepe. n 1).....	Isenta	0,40-1/4
Idem, idem, idem (Crepe n. 2).....	Isenta	0,36-1/2
Jequié — laminada — 6 m/m de espessura — N. 1...	7 %	0,34-5/8
Jequié — laminada — 6 m/m de espessura — N. 2...	15 %	0,31-1/2
Bruta — N. 1.....	10 %	0,33-1/2
Bruta — N. 2.....	20 %	0,27-3/4
Bruta — N. 3.....	30 %	0,22-1/2

*Preços de venda f.o.b. Belém — São Luiz — Fortaleza — Natal — Recife
— Baía — Corumbá e Cuiabá*

(GÊNERO NÃO ESPECIFICADO)

	Humidade máxima	US\$
Choro bruto	33 %	0,21-1/2

*Preços de venda f.o.b. Belém — São Luiz — Fortaleza — Natal — Recife
— Baía — Corumbá e Cuiabá*

(GÊNERO HANCORNIA)

Mangabeira:

	Humidade máxima	US\$
Laminada, prensada e estampada por meio de máquina apropriada 3 m/m espessura — defumada.....	Isenta	0,43-1/2
Idem, idem, idem 3 m/m não defumada.....	7 %	0,39
Lavada, laminada, crepada (Crepe n. 1).....	Isenta	0,39
Idem, idem, idem (Crepe n. 2).....	Isenta	0,36-1/2
Laminada — 6 m/m de espessura.....	15 %	0,30-1/2
Bruta n. 1.....	25 %	0,26-1/4
Bruta n. 2.....	35 %	0,22-3/8
Bruta n. 3.....	45 %	0,18-1/4

DECRETO-LEI N. 5.882 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1943

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 50.000,00 para atender às despesas decorrentes da reforma da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores e da instalação da Estação Sanitária do Porto do Rio de Janeiro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00), afim de atender às despesas com os serviços do levantamento topográfico da Ilha das Flores, dos pavilhões e das redes d'água, esgoto e iluminação, bem como do ante-projeto de novas construções, de acordo com o plano de reforma da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores e da instalação da Estação Sanitária do Porto do Rio de Janeiro, apresentado pela Comissão designada para esse fim.

Parágrafo único. A aplicação deste crédito especial será por meio de adiantamento observada a legislação vigente, conforme exposição de motivos n. G 131, de 30 de setembro de 1943.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.883 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1943

Autoriza a concessão de isenção de tributos ao Conselho Protetor do Aloisianum e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar o Conselho Protetor do "Aloisianum" do pagamento dos tributos de transmissão correspondentes à aquisição do prédio n. 115, da rua Bambina, e a conceder, na forma dos arts. 15 e 16 do decreto-lei n. 157, de 31 de dezembro de 1937, isenção do imposto predial incidente sobre o referido imóvel, a partir da data da transmissão definitiva do mesmo para a referida Instituição, e vigorando a isenção deste imposto enquanto o imóvel mencionado for de propriedade da mesma e conservar inalterada a sua finalidade.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.884 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1943

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos, do pagamento do imposto predial de parte do imóvel sito à Praça 15 de Novembro n. 20, na forma que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar, a partir de 1944, nos termos dos artigos 15 e 16 do decreto-lei n. 157, de 31 de dezembro de 1937, a Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos do pagamento do imposto predial incidente sobre a parte do imóvel à Praça 15 de Novembro n. 20, exclusivamente ocupada pelos serviços da referida Instituição e enquanto utilizada em seus serviços.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.885 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1943

Funde, no Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, as carreiras de Prático de Farmácia e Prático de Laboratório

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica fundida, conforme a tabela anexa, na carreira de Prático de Farmácia, do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, a carreira de Prático de Laboratório do mesmo Quadro e Ministério.

Art. 2.º Os funcionários atingidos por este decreto-lei terão os seus decretos apostilados pela Divisão do Pessoal Civil (D.4) do Ministério da Guerra.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Eurico G. Dutra.

MINISTÉRIO DA GUERRA

QUADRO SUPLEMENTAR

40

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
							<i>Prático de Farmácia</i>				
9	Prático de Laboratório	H	—	—	Q. S.	9	H	—	—	
8	Prático de Laboratório	G	—	—	Q. S.	8	G	—	—	
11	Prático de Laboratório	F	—	—	Q. S.	11	F	—	—	
13	Prático de Laboratório	E	—	—	Q. S.	13	E	—	—	
7	Prático de Laboratório	D	—	—	Q. S.	7	D	—	—	
6	Prático de Laboratório	C	—	—	Q. S.	7	C	—	—	
1	Prático de Farmácia	C	—	—	Q. S.						
						55					

DECRETO-LEI N. 5.886 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1943

Prorroga a vigência do crédito especial aberto ao Ministério da Educação e Saúde pelo decreto-lei n. 4.989, de 24 de novembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogada, até o encerramento do exercício de 1944, a vigência do crédito especial aberto ao Ministério da Educação e Saúde pelo art. 2.º do decreto-lei n. 4.989, de 24 de novembro de 1942, para ocorrer às despesas com a mudança, instalações, obras de adaptação e aluguel da sede do Serviço Nacional do Câncer.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.887 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 8.644,00 (oito mil seiscentos e quarenta e quatro cruzeiros), para pagamento das vantagens (Pessoal) que indica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 8.644,00 (oito mil seiscentos e quarenta e quatro cruzeiros) para pagamento de ajuda de custo de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros), e de gratificação de representação mensal de US\$ 200 (duzentos dólares), no período de dois meses, concedidas ao extranumerário mensalista, médico, referência XVI, do Serviço Nacional do Câncer, Osolando Judice Machado, que vai à Argentina e ao Uruguai para se adestrar na aplicação do radium.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.888 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 2.600,00

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde (Anexo 13 do Orçamento Geral da União para 1943), o crédito de Cr\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, consignação II — Pessoal extranumerário, subconsignação 05 — Mensalistas.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.889 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1943

Declara incorporada à campanha nacional contra o câncer a Associação Paulista de Combate ao Câncer

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica incorporada à campanha nacional contra o câncer, nos termos do art. 3.º do decreto-lei n. 3.643, de 23 de setembro de 1941, a Associação Paulista de Combate ao Câncer.

Art. 2.º A Associação Paulista de Combate ao Câncer será subvencionada pela União e pelo Estado de São Paulo. A subvenção, arbitrada pelo Governo Federal e pelo governo estadual, na conformidade dos serviços gratuitos prestados a doentes necessitados, será concedida anualmente.

Art. 3.º A Associação Paulista de Combate ao Câncer reger-se-á por seus estatutos, que serão aprovados por decreto do Presidente da República.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.890 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1943

Permite que funcionário público, designado membro e assistente das comissões de reorganização dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e da Estiva, possa perceber a gratificação respectiva, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo 1.º O funcionário público, designado para membro ou assistente das comissões criadas pelos decretos-leis ns. 3.502, de 14 de agosto de 1941, e 5.093, de 16 de dezembro de 1942, poderão perceber as gratificações a que se referem os artigos 7.º e 6.º, respectivamente, desses decretos-leis, sem prejuízo do vencimento ou remuneração e demais vantagens decorrentes do cargo ou função que exerça.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.891 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1943

Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Marinha

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Marinha, a função gratificada de Chefe das Oficinas da Imprensa Naval.

Parágrafo único. A função gratificada a que se refere o presente artigo será exercida por operário de imprensa, escolhido e designado pelo respectivo diretor.

Art. 2.º Fica fixada em Cr\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos cruzeiros) anuais a gratificação da função a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º Para atender, no período de 15 de outubro a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com o disposto neste decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Marinha (Anexo 17 do Orçamento Geral da União para 1943) o crédito de Cr\$ 750,00 (setecentos e cinquenta cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.892 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 45.000,00 para despesas com os funcionários da Polícia Civil do Distrito Federal, designados para prestar serviços no estrangeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de quarenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 45.000,00) para atender às despesas de gratificações de representação a funcionários da Polícia Civil do Distrito Federal, designados para prestar serviços no estrangeiro, no período compreendido entre 1.º de outubro a 31 de dezembro do corrente ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.893 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1943

Dispõe sobre a organização, funcionamento e fiscalização das cooperativas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe conferem os arts. 74, letra a e 180, combinados com arts. 16, n. XIX, e 135, da Constituição, decreta:

TÍTULO I

Da Cooperativa

CAPÍTULO I

DA INTRODUÇÃO

Art. 1.º A organização, o funcionamento e a fiscalização das cooperativas são reguladas pelas disposições dêste decreto-lei.

CAPÍTULO II

DOS CARACTERES GERAIS

Art. 2.º As sociedades cooperativas, qualquer que seja a sua natureza, são sociedades de pessoas e não de capitais, não sujeitas à falência, e se distinguem das demais sociedades pelas características seguintes:

1 — denominação precedida da palavra “Cooperativa” e terminada pelo qualificativo “limitada” ou “ilimitada”;

- 2 — fins econômicos-sociais exercidos em área de ação determinada;
- 3 — não limitação do número de associados, todos com singularidade de voto nas deliberações, e "quorum" formado independentemente do capital subscrito;
- 4 — capital sócia variável, dividido em quotas-partes só transferíveis a associados;
- 5 — fixação do máximo e do mínimo do número de quotas-partes que cada associado poderá possuir;
- 6 — distribuição obrigatória de parte das sobras líquidas, como retorno, nas cooperativas constituídas com capital;
- 7 — indivisibilidade do fundo de reserva entre os associados.

Parágrafo único. As cooperativas de que tratam os arts. 7.º e 8.º farão preceder sua denominação das expressões "Cooperativa Central", "Federação das Cooperativas" ou "Confederação das Cooperativas".

CAPÍTULO III

DAS FINALIDADES E CARACTERES PARTICULARES

Art. 3.º A cooperativa pode adotar qualquer gênero de atividade que, sem ofensa à lei e à moral, tenha por fim realizar seus objetivos econômicos-sociais, claramente definidos, como sejam os de financiar, comprar ou vender em comum, cobrir riscos e outros quaisquer, sendo-lhe facultado reuni-los.

§ 1.º As cooperativas de seguros terão exclusivamente por objeto as operações de seguros agrícolas e as de acidentes do trabalho.

§ 2.º Quando as operações da cooperativa estiverem subordinadas, por lei especial, à autorização e fiscalização de outros órgãos federais, que não o Ministério da Agricultura, será este ouvido antes da autorização para o funcionamento ou da aprovação da reforma dos estatutos.

§ 3.º No caso do parágrafo anterior a cooperativa obedecerá às prescrições deste decreto-lei, sem prejuízo do que dispuser a lei especial.

CAPÍTULO IV

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4.º A cooperativa se constitui por deliberação da assembléia geral dos fundadores.

Art. 5.º O ato constitutivo deverá conter :

- 1 — nome, nacionalidade, idade, profissão, estado civil e residência dos associados, com o número de suas quotas-partes e o "quantum" realizado;
- 2 — a declaração da vontade de formar a cooperativa;
- 3 — o texto integral dos estatutos e a declaração de sua aprovação;
- 4 — a eleição dos corpos dirigentes e fiscais com a menção nominal dos eleitos, seus cargos e votos apurados.

§ 1.º O ato constitutivo será assinado, no mínimo, por doze sócios fundadores e, quando feito por instrumento particular, terá as firmas reconhecidas.

§ 2.º Quando entre os fundadores houver pessoas jurídicas, exigir-se-á que, no ato constitutivo, além da indicação do nome de seu representante na assembléia, seja declarado, para efeito do n. 1 deste artigo, quanto às cooperativas e às sociedades de direito privado: o número de seu registro no órgão competente, com a indicação exata de denominação, nacionalidade, domicílio, objetivo e número de quotas-partes subscritas no capital e o "quantum" realizado.

Art. 6.º É também permitida a formação de cooperativas sem capital e, neste caso, sem distribuição de retorno.

Parágrafo único. A cooperativa de responsabilidade ilimitada, que se organizar sem capital, fará constar do ato constitutivo o valor aproximado dos bens que cada fundador possuir no momento.

Art. 7.º Duas ou mais cooperativas da mesma ou de diferentes espécies, poderão constituir cooperativas centrais, nas quais poderão ingressar também outras pessoas físicas e jurídicas, para defesa de determinado produto, e, excepcionalmente, de determinado setor econômico.

Art. 8.º Cooperativas do mesmo tipo e gênero poderão constituir federações de cooperativas e estas, por sua vez, confederações de cooperativas, com a finalidade de :

1 — quanto às federações :

a) agrupar as sociedades cooperativas e organizar, em comum, seus serviços, prestando-lhes assistência técnica;

b) promover a utilização dos serviços de uma cooperativa por associados de outras;

c) regular a transferência de associados entre as cooperativas, quando necessário ou conveniente;

d) representar as cooperativas, amparar e defender seus direitos e interesses perante os órgãos da administração pública.

2 — quanto às confederações: centralizar os serviços de interesse comum das federações, com as mesmas finalidades destas, ampliadas quanto ao raio de ação.

Parágrafo único. Excepcionalmente, cooperativas situadas nos Estados ou regiões, onde não exista federação adequada, poderão associar-se diretamente às confederações.

Art. 9.º As sociedades cooperativas terão sua área de ação — âmbito territorial das operações com os associados, limitada a uma pequena circunscrição rural, a um distrito, município, grupo de municípios dentro do Estado, de modo a garantir sempre aos associados as reuniões e a fiscalização das operações.

§ 1.º A área de ação da cooperativa poderá abranger também municípios de mais de um Estado, desde que se componha de unidades contíguas e de interesses econômicos comuns.

§ 2.º Sempre que a área de ação abranger mais de um Estado, a cooperativa será fiscalizada pelo órgão competente daquele em que a sociedade tiver sua sede.

§ 3.º A área de ação das cooperativas escolares, constituídas por corpos discentes, poderá ser limitada ao edifício escolar, bairro, cidade ou zona distrital, urbana ou rural conforme as conveniências locais.

§ 4.º As cooperativas centrais e as federações terão área de ação limitada ao território de um Estado, e, excepcionalmente, de uma região; e as confederações, ao território nacional.

CAPÍTULO V

DOS ESTATUTOS

Art. 10. As sociedades cooperativas farão constar dos seus estatutos, obrigatoriamente :

1 — denominação e sede;

2 — área de ação explicitamente determinada, com os nomes das circunscrições territoriais abrangidas;

- 3 — prazo de duração, determinado ou não;
- 4 — modo de representação da cooperativa em juízo e fora dêle, ativa e passivamente;
- 5 — fixação do exercício financeiro e da data do balanço geral;
- 6 — objetivos econômicos, sociais, operações e programa de ação, por-menorizadamente;
- 7 — modo de formação e integralização do capital social, fixação de seu mínimo e determinação do valor das quotas-partes e da taxa de juros que lhe for atribuída;
- 8 — determinação do mínimo e do máximo da subscrição de cada associado no capital social;
- 9 — modo de transferência das quotas-partes entre os associados;
- 10 — condição da retirada do valor das quotas-partes;
- 11 — modo de repartir as sobras líquidas e as perdas entre os associados;
- 12 — percentagem a deduzir para o fundo de reserva e determinação de sua indivisibilidade entre os associados;
- 13 — modo de admissão, demissão ou exclusão dos associados;
- 14 — direitos e deveres dos associados;
- 15 — determinação da natureza da responsabilidade dos associados com terceiros, pelas obrigações sociais e com a sociedade;
- 16 — modo de convocação das assembléias e "quorum" necessário para a reunião e para as deliberações;
- 17 — maneira por que os negócios serão administrados e fiscalizados;
- 18 — composição da câmara deliberativa quando instituída, e dos órgãos de administração e fiscalização, com determinação clara e minuciosa de suas atribuições;
- 19 — modo de investidura, substituição e destituição dos membros dos órgãos, de que trata o número anterior, sua remuneração e fixação dos prazos de mandatos;
- 20 — modo de reforma dos estatutos, bem como de incorporação, fusão e dissolução da sociedade.

CAPÍTULO VI

DO REGISTO

Art. 11. Nenhuma cooperativa poderá funcionar sem que tenha registrada no S.E.R. os seus atos constitutivos, salvo o caso previsto no art. 15.

Art. 12. Para obter o registro a cooperativa estabelecida no Distrito Federal deverá apresentar ao S.E.R., acompanhadas de requerimento do presidente do Conselho de Administração, duas vias do ato constitutivo, com suas folhas rubricadas e o fêcho datado e assinado pelo peticionário, e uma via de recibo a que alude o art. 40.

§ 1.º Concedido o registro será arquivada a 1.ª via dos documentos e emitido um certificado, cuja publicação no *Diário Oficial* é obrigatória.

§ 2.º O certificado do registro, devidamente autenticado pelo S.E.R., será remetido à interessada, acompanhado de segunda via dos documentos, com a declaração do número, datas do registro e da publicação no *Diário Oficial*, devendo a cooperativa arquivá-los em sua sede.

Art. 13. O Ministério da Agricultura providenciará a criação dentro nos seus serviços nos Estados, de Secção especializada, dependente do S.E.R. na que se fará o registro das cooperativas pela forma indicada no artigo anterior.

§ 1.º Enquanto não forem criadas as Secções, as cooperativas organizadas nos Estados deverão apresentar ou remeter, para efeito de depósito, à Agência do S.E.R. na Capital, ou ao órgão estadual que tenha recebido delegação de poderes, os documentos referidos no artigo anterior.

§ 2.º Feito o depósito, emitir-se-á o respectivo certificado, que será entregue ou remetido à interessada.

§ 3.º A Agência ou o órgão aludidos ficam obrigados, dentro no prazo de dez dias da apresentação, a enviar os documentos depositados ao S.E.R. para que neste se proceda ao registo da cooperativa, dentro no prazo de noventa dias.

§ 4.º Concedido o registo pela forma indicada no § 1.º do art. 12 o certificado respectivo será imediatamente remetido pelo S.E.R. à interessada, por intermédio da Agência ou órgão de que trata o § anterior, acompanhado da segunda via dos documentos, com a declaração do número, datas do registo e da publicação no *Diário Oficial*, devendo a cooperativa arquivá-los em sua sede.

§ 5.º Recebido o certificado de registo, a cooperativa restituirá o certificado de depósito ao serviço que o tiver expedido.

Art. 14. Feito o depósito de que trata o § 2.º do art. 13, e recebido o respectivo certificado, a cooperativa poderá iniciar as suas operações, respondendo os associados pela forma prevista nos estatutos.

Art. 15. Os administradores da cooperativa ficam sujeitos a responsabilidade e a cumprimento dos seus deveres e obrigações desde a data do depósito previsto no art. 13.

Parágrafo único. Fica sujeito à multa prevista no art. 135 o presidente do Conselho de Administração que, decorridos sessenta dias da data da fundação da cooperativa, não promover o seu depósito ou registo, conforme o caso.

Art. 16. A cooperativa constituída por corpos discentes deverá apresentar a depósito ou registo os documentos assinados e autenticados, como os das demais cooperativas, e ainda visados pelo diretor do estabelecimento do ensino, ou de um dos estabelecimentos abrangidos pela área de ação da sociedade.

Art. 17. Qualquer reforma nos estatutos da cooperativa só vigorará depois de anotada no registo do S.E.R.

Parágrafo único. Quando a reforma atingir pontos das leis especiais, a que se refere o § 2.º do art. 3.º, haverá a audiência prevista no mesmo parágrafo.

Art. 18. Negado o registo ou a anotação da reforma, o S.E.R. comunicará diretamente aos interessados no Distrito Federal, ou por intermédio da Agência ou órgão nos Estados, as razões da sua decisão, dando-lhes prazo de noventa dias para promoverem as modificações julgadas necessárias.

Art. 19. Nos processos de registo ou reforma, da decisão do S.E.R. cabe o recurso para o Ministério da Agricultura, dentro do prazo de dez dias da notificação aos interessados.

Art. 20. O S.E.R. poderá negar registo quando na mesma área de ação existir outra cooperativa de igual finalidade, e registo e anotação de reforma, quando a cooperativa não observar em seus estatutos os princípios cooperativistas constantes dêste decreto-lei.

Art. 21. O registo será cancelado se a cooperativa, sem motivo justificável, a juízo do S.E.R., não entrar em funcionamento dentro de noventa dias, a contar da data da publicação do certificado.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado, a critério do S.E.R., se motivos supervenientes e ponderáveis assim o justificarem.

CAPÍTULO VII

DOS LIVROS

Art. 22. As cooperativas, além dos livros auxiliares que julgarem necessários ao seu regular funcionamento, terão, obrigatoriamente, os de "atas das reuniões das Assembléias Gerais", "atas de reuniões do Conselho de Administração", "atas de reuniões da diretoria executiva", "atas de reuniões e de pareceres do Conselho Fiscal", "presença de associados", "matrícula de associados", "Diário", "Copiador", "baixa" "inventários e balanços" e, quando fôr caso, de "atas de reuniões de câmara deliberativa".

§ 1.º Os livros de atas das assembléias e câmaras deliberativas, e os do conselho de administração e diretoria executiva, poderão ser isolados ou reunidos da seguinte forma: o livro das assembléias com o da câmara deliberativa e o do conselho de administração com o da diretoria executiva.

§ 2.º Do "Livro de matrícula" constarão: nome, nacionalidade, idade, profissão, estado civil, residência, datas de admissão, demissão ou exclusão, contas correntes de capital e juros, lucros e perdas de cada associado, assim como as indicações referidas no § 2.º do art. 5.º e os espaços destinados às averbações que se tornarem necessárias.

§ 3.º Os livros "Diário", "Copiador" e "Matrícula" serão autenticados mediante termos de abertura e encerramento, com folhas numeradas e rubricadas pelo Departamento Nacional de Indústria e Comércio, no Distrito Federal, pelas Juntas Comerciais, nas Capitais dos Estados, e pelos juizes de Direito da Comarca da sede da cooperativa, nos demais municípios.

§ 4.º As mesmas formalidades serão preenchidas pelo presidente do conselho de administração da cooperativa, quanto aos demais livros.

Art. 23. Assinado pelo presidente do conselho de administração e pelo interessado, será entregue ao associado um "título nominativo" — em forma de caderneta — contendo, além dos estatutos, as declarações individuais e a movimentação de suas contas existentes no "Livro de matrícula".

Art. 24. As cooperativas deverão manter um cadastro completo de seus próprios bens e dos de seus associados, do qual fornecerão cópias ao S.E.R., aos órgãos técnicos estaduais e à Caixa de Crédito Cooperativo (C.C.C.).

CAPÍTULO VIII

DAS PROIBIÇÕES

Art. 25. É proibido à cooperativa:

- 1 — fazer-se distinguir por uma firma social em nome coletivo, ou incluir em sua denominação nome ou nomes de seus associados;
- 2 — criar agências ou filiais, dentro ou fora da sua área de ação, não compreendidos como tais os estabelecimentos mantidos para seus serviços;
- 3 — constituir seu capital por forma diversa da prescrita neste decreto-lei;
- 4 — remunerar agenciadores de novos associados;
- 5 — estabelecer vantagens, privilégios ou preferências sobre o capital e sobre as sobras líquidas para quaisquer pessoas, associadas ou não;
- 6 — distribuir, como retorno, as sobras líquidas do exercício social na proporção do capital, ou ainda na proporção dos juros passivos pagos pela cooperativa aos seus depositantes;
- 7 — admitir como associados pessoas jurídicas de natureza mercantil, cujos objetivos sejam enquadráveis nas funções de intermediários de qualquer natureza e incompatíveis com os da cooperativa;

- 8 — cobrar prêmio ou ágio pela entrada de novos associados;
- 9 — aumentar ou diminuir o valor da quota-parte, da jóia de admissão e o da taxa de transferência das quotas-partes, seja qual for o pretêsto, bem como estabelecê-las, modificá-las ou suprimi-las em qualquer reforma;
- 10 — estabelecer penalidade ou restrições ao direito do associado, salvo as previstas neste decreto-lei;
- 11 — admitir no quadro social pessoa que não tenha plena capacidade civil, ressalvados os casos previstos neste decreto-lei;
- 12 — especular com títulos, fazer operações de caráter aleatório e adquirir imóveis para renda;
- 13 — promover homenagem, participar de manifestação ou fazer propaganda política ou religiosa;
- 14 — emitir obrigações preferenciais, a título de empréstimo ou a outro qualquer.
- 15 — realizar com estranhos as operações que constituírem o objetivo da sociedade.

CAPÍTULO IX

DAS ISENÇÕES

Art. 26. As cooperativas gozarão de isenção de sêlo federal, estadual e municipal, não só quanto aos atos de sua constituição, seu registo, incorporação, fusão e reforma, mas também quanto a operações que realizarem, compreendendo capital social, contratos, livros de escrituração, recursos, recibos e demais papéis que, nos termos da legislação vigente, incidem naquele tributo.

§ 1.º Da mesma isenção de selos gozarão os associados em suas relações com a cooperativa.

§ 2.º Nas transações com terceiros, estranhos à cooperativa, êstes pagarão o sêlo devido, exceto no caso do § 2.º do art. 40.

Art. 27. As cooperativas ficam isentas também dos impostos federais, estaduais e municipais que incidam :

1 — sôbre a renda;

2 — sôbre a transmissão de imóveis, quando êstes forem incorporados na forma dos arts. 37 a 39, ou adquiridos por qualquer outro título.

Parágrafo único. Nas alienações feitas pelas cooperativas, dentro do seu objetivo social, a seus associados, êstes gozarão da isenção a que se refere o n. 2 dêste artigo.

Art. 28. Em juízo, as cooperativas gozarão da redução de cinquenta por cento (50 %) nas custas a que estiverem obrigadas.

Art. 29. Além dos favores concedidos pelos arts. 26 a 28, as sociedades cooperativas gozarão da isenção de quaisquer outros impostos federais, estaduais ou municipais, no primeiro ano do seu funcionamento.

§ 1.º A partir do segundo ano de funcionamento, ser-lhes-ão concedidas as seguintes reduções, nesses mesmos impostos: no segundo ano, 90 %; no terceiro, 80 %; no quarto, 70 %; no quinto, 60 %; no sexto, 50 %; no sétimo 40 %; no oitavo, 30 %; no nono 20 %; e no décimo, 10 %.

§ 2.º Do décimo primeiro ano em diante, as cooperativas pagarão integralmente, os impostos a que se refere êste artigo.

§ 3.º Em suas transacções com a cooperativa os associados gozarão da isenção dos impostos referidos neste artigo.

Art. 30. As cooperativas constituídas na vigência da legislação anterior continuam a gozar dos favores e vantagens nela estabelecidos, mas não poderão beneficiar-se das reduções e isenções concedidas por este decreto-lei, antes de se amoldarem às suas disposições.

Arts. 31. As cooperativas escolares, a que alude o art. 9.º, § 3.º, gozarão, sempre, de isenção de todos e quaisquer impostos federais, estaduais e municipais.

CAPÍTULO X

DA REFORMA, TRANSFORMAÇÃO, ENCORPORAÇÃO, FUSÃO, DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 32. As cooperativas têm o direito de reformar os seus estatutos, mudar de objetivo e prorrogar o prazo de sua duração, mas não poderão transformar-se em outro qualquer tipo ou espécie de sociedade de direito privado.

Parágrafo único. A cooperativa poderá incorporar qualquer outra sociedade de direito privado, subrogando-se os seus direitos e obrigações, mas não poderá ser incorporada, salvo por outra cooperativa.

Art. 33. A fusão implicará sempre na constituição de uma nova cooperativa, que se subrogará nas obrigações e direitos das entidades desaparecidas.

Parágrafo único. A fusão obedecerá às formalidades previstas nos artigos 4.º e 5.º.

Art. 34. As sociedades cooperativas se reputam dissolvidas de pleno direito, desde que se verifique qualquer das seguintes hipóteses:

- 1 — redução do número de associados a menos de 12;
- 2 — redução do capital social abaixo do mínimo fixado nos estatutos;
- 3 — terminação do prazo de duração.

Parágrafo único. As cooperativas poderão ser dissolvidas ainda:

- 1 — pelo consenso dos associados, manifestado em assembléa geral;
- 2 — a requerimento de associado, em caso de insolvência;
- 3 — pelo S.E.R., nos casos previstos neste decreto-lei.

Art. 35. A dissolução das sociedades cooperativas acarreta immediata liquidação e esta será processada:

- 1 — amigavelmente, com assistência do S.E.R. nos casos previstos nos estatutos;
- 2 — administrativamente, por intermédio de liquidante nomeado pelo S.E.R., se a assembléa geral, dentro do prazo de trinta dias depois de verificado qualquer dos casos de dissolução de pleno direito, ou no caso do § 4.º do art. 127, não nomear o liquidante e resolver sobre o modo de liquidação;
- 3 — judicialmente, com a assistência de técnico designado pelo S.E.R., no caso de dissolução decretada por sentença definitiva e irrecurível.

Parágrafo único. Decretada a liquidação judicial nos termos do número 3 d'este artigo, e não sendo possível a escolha pela assembléa geral, o juiz nomeará o liquidante, que deverá ser assistido por um técnico do S.E.R.

Art. 36. O saldo líquido apurado nas liquidações formará o Fundo de Fomento ao Cooperativismo.

TÍTULO II

Da Economia Social

CAPÍTULO I

DA FORMAÇÃO, LIMITES E MOVIMENTAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Art. 37. O capital social, formado por subscrição dos associados, poderá compreender dinheiro e quaisquer bens móveis ou imóveis, corpóreos ou incorpóreos, suscetíveis de avaliação.

§ 1.º A incorporação a que se refere este artigo só poderá abranger bens necessários às instalações e serviços da cooperativa.

§ 2.º A unidade divisionária denominar-se-á quota-parte.

§ 3.º Os estatutos fixarão o valor dessa quota-parte, que poderá variar entre os limites de Cr\$ 1,00 a Cr\$ 1.000,00.

Art. 38. A subscrição do capital em bens móveis ou imóveis, corpóreos ou incorpóreos, não excederá de 50 % do capital subscrito.

Art. 39. A avaliação dos bens de que trata o art. 37 será feita por três peritos, associados ou não, escolhidos pela assembléia.

§ 1.º Os peritos deverão apresentar laudo fundamentado, o qual, aprovado em nova assembléia, determinará a incorporação dos bens ao patrimônio da cooperativa.

§ 2.º Os peritos respondem à cooperativa pelos prejuízos que lhe causarem por culpa ou dolo, sem embargo da responsabilidade criminal em que tenham incorrido.

Art. 40. No ato da constituição os fundadores realizarão dez por cento (10 %) do capital social mínimo, na proporção da subscrição.

§ 1.º Essa realização será comprovada pelo depósito em estabelecimento de crédito, preferentemente cooperativo, ou nas coletorias federais ou estaduais existentes na localidade da sede da cooperativa e, na sua falta, em idênticos da localidade mais próxima.

§ 2.º O depositário fornecerá à depositante recibo em duas vias, isentas de selo.

§ 3.º O depósito será imediatamente restituído à cooperativa, mediante a simples apresentação do certificado de registo no S.E.R. e devolução da segunda via do comprovante expedido pelo depositário.

Art. 41. A integralização dos 90 % restantes poderá ser feita em prestações semanais, mensais ou anuais, mínimas de 10 %, independente de chamada.

§ 1.º No caso de atraso no pagamento das prestações do capital, será cobrado um juro de mora até o máximo de 6 % ao ano sobre as prestações devidas, na forma estabelecida nos estatutos.

§ 2.º A garantia desses pagamentos se fará com a retenção do retorno e juros a que o retardatário tiver direito.

§ 3.º É facultado a qualquer associado antecipar as prestações para a integralização do capital que subscreveu.

§ 4.º Será excluído da cooperativa o associado que deixar de pagar um mínimo de quatro, três ou duas prestações sucessivas, conforme se trate, respectivamente, de recolhimento semanal, mensal ou anual.

Art. 42. Prova-se o pagamento das prestações mediante recibo da cooperativa, ou por lançamento no "Livro de matrícula" e no "Título Nominativo" do associado.

Parágrafo único. Cada associado deverá subscrever, no mínimo, uma quota-parte, e, no máximo, poderá subscrever um quarto do capital mínimo, nas cooperativas em geral, e metade naquelas em que o capital seja proporcional à produção.

Art. 43. As quotas-partes só poderão ser transferidas de associado a associado, mediante autorização do conselho de administração.

§ 1.º A transferência será averbada no "livro de matrícula" e nos "títulos nominativos" do cedente e do cessionário, assinando-a êstes e o presidente do Conselho de Administração.

§ 2.º É facultado às cooperativas cobrar, sobre as transferências de quotas-partes, uma taxa cujo valor fixado nos estatutos — não poderá exceder de cinco por cento (5 %) do das quotas-partes.

Art. 44. As quotas-partes não podem ser objeto de penhor, e seu valor responde sempre como segunda garantia pelas obrigações contraídas pelos associados com a sociedade.

Art. 45. As retiradas de quotas-partes do capital social somente serão permitidas nos seguintes casos :

- 1 — quando o associado se demitir ou for excluído;
- 2 — por falecimento;
- 3 — quando a cooperativa julgar conveniente aos interesses sociais diminuir o capital para a defesa de sua economia interna.

§ 1.º As retiradas, entretanto, só poderão ser efetuadas depois de balanço relativo ao ano em que se verificarem os casos de que tratam os números anteriores.

§ 2.º Dependerá do estado financeiro social o pagamento imediato das quotas-partes correspondentes à retirada.

§ 3.º Se as retiradas, em conjunto, afetarem a estabilidade do capital, poderá a cooperativa, a partir da data do balanço, efetuar seu pagamento em parcelas mensais iguais, no prazo máximo de um ano.

§ 4.º Se a retirada de quotas-partes importar na redução do capital social além do mínimo fixado nos estatutos, a sociedade poderá retê-las até que aquele valor fique restabelecido.

CAPÍTULO II

DA JÓIA, JUROS, RETORNOS E FUNDOS

Art. 46. A cooperativa pode estipular uma jóia de admissão, de valor não excedente ao da quota-parte, que será empregada em despesas de instalação ou destinada ao fundo de reserva.

§ 1.º A jóia será paga de uma só vez, no ato da subscrição, com a primeira entrada de capital do associado.

§ 2.º Quando a jóia fôr aplicada em despesas de instalação, o saldo verificado irá para o fundo de reserva.

Art. 47. Ao capital social poderá ser atribuído um juro fixo — determinado nos estatutos — no máximo de 6 % ao ano.

§ 1.º Havendo prejuízo, o juro será creditado ao capital para pagamento no exercício seguinte.

§ 2.º O juro não será pago ao associado que estiver em mora com as suas prestações de capital, mas será creditado como amortização dessas prestações e pagamento da mora prevista no § 1.º do art. 41.

§ 3.º Quando os estatutos atribuírem juro ao capital, nenhuma dedução se fará para fundos nem distribuição entre associados, sem que tenha sido retirada a importância relativa ao seu pagamento.

Art. 48. As sobras líquidas do exercício social serão distribuídas, obrigatoriamente, entre o retorno e os fundos sociais, na proporção estabelecida neste decreto-lei.

Art. 49. O retorno é a parte das sobras líquidas apuradas em balanço anual, restituída ao associado num mínimo de 50 % e na razão direta das operações realizadas com a cooperativa.

§ 1.º Quando a cooperativa não atribuir juro ao capital, a percentagem mínima de que trata este artigo será elevada a 70 %.

§ 2.º Não será pago retorno ao associado que estiver em mora na cooperativa por atraso na subscrição do capital ou por qualquer outro título, mas será creditado a título de amortização desses débitos.

§ 3.º As operações sobre as quais se calculará o retorno serão as condizentes com os objetivos da cooperativa.

Art. 50. Os fundos estabelecidos nos estatutos destinados a reforço, garantia e incremento de determinadas operações e necessidades decorrentes dos objetivos da cooperativa terão aplicação exclusiva e seus fins e nos limites legais.

Art. 51. O fundo de reserva — destinado a cobrir os prejuízos eventuais da cooperativa — é indivisível entre os associados.

§ 1.º 10 %, no mínimo, dos lucros sociais líquidos passarão ao fundo de reserva;

§ 2.º As jóias ou as sobras de sua aplicação, as taxas de transferência de quotas-partes, o juro de mora cobrado na forma do art. 41, § 1.º, e os lucros eventuais passarão também a este fundo de reserva.

§ 3.º 25 % do fundo de reserva, no mínimo, serão aplicados em títulos de renda, com escrituração em conta especial.

Art. 52. Os fundos estatutários devem receber denominação adequada aos seus fins.

§ 1.º 40 %, no máximo, das sobras líquidas, poderão ser distribuídas pelos fundos estatutários.

§ 2.º Nes casos do § 1.º do art. 49, a percentagem máxima a que se refere o § 1.º deste artigo descerá a 20 %.

§ 3.º Se não for aproveitada toda a margem percentual permitida por este artigo, o excesso reforçará o retorno ou, quando determinado nos estatutos, o capital social.

Art. 53. Os recursos provenientes de taxas e doações, quando instituídas ou feitas para determinado fim, serão escriturados e movimentados como títulos próprios e só poderão ser aplicados em operações condizentes ao mesmo fim.

TÍTULO III

Dos Associados

CAPÍTULO I

DAS PESSOAS FÍSICAS

Art. 54. Só poderá ser associado de cooperativa pessoa física em pleno gozo de seus direitos civis.

§ 1.º Os menores não emancipados, com mais de 16 anos e as mulheres casadas poderão associar-se às cooperativas, independentemente de assistência do pai ou de autorização do marido, e nelas operar com os recursos de suas

economias próprias e proventos de seu trabalho, não podendo, porém, contrair compromissos que onerem ou possam vir a onerar os próprios bens ou os do casal.

§ 2.º Ninguém poderá pertencer a mais de uma cooperativa da mesma finalidade, a não ser em caso de área de ação diferente.

§ 3.º Não serão levados em consideração, para qualidade de associado, motivos de ordem social, política, racial ou religiosa.

§ 4.º Nenhum associado de cooperativa de responsabilidade ilimitada, poderá pertencer a mais de uma entidade da mesma finalidade.

Art. 55. É lícito às cooperativas dispor em seus estatutos que só possam associar-se a elas pessoas de determinada classe ou profissão.

Art. 56. A admissão dos associados far-se-á mediante sua assinatura e a do presidente do Conselho de Administração no "livro de matrícula", por proposta de dois associados, aceita pelo Conselho de Administração.

§ 1.º Sendo o candidato analfabeto, a proposta de admissão será assinada a rôgo, com duas testemunhas, podendo conter a indicação de procurador para assinar o "livro de matrícula".

§ 2.º Nas cooperativas de grande área de ação, inclusive as formadas em empresas de transportes ou de comunicações aéreas, fluviais, marítimas e terrestres, será dispensada a assinatura do associado no "livro de matrícula", quando a proposta de admissão contiver indicação de procurador para assinar o mesmo livro.

§ 3.º Nos casos dos §§ 1.º e 2.º d'este artigo, a cooperativa é obrigada a arquivar a proposta de admissão, que ficará fazendo parte integrante das declarações do "livro de matrícula".

Art. 57. O associado, uma vez inscrito no "livro de matrícula", entra no gozo de todos os direitos sociais, ressalvado o disposto no artigo seguinte.

Art. 58. Os associados admitidos depois de convocada uma assembléa dela não poderão participar.

Art. 59. Não se fará a inscrição no "livro de matrícula" sem que o associado tenha pago a jóia e a primeira prestação do capital.

Art. 60. São direitos do associado :

- 1 — tomar parte nas assembléas gerais e seccionais;
- 2 — votar e ser votado para os cargos de administração e fiscalização;
- 3 — propor, discutir e votar as medidas de interesse social;
- 4 — efetuar as operações que forem objeto de cooperativa;
- 5 — participar das sobras líquidas.

Art. 61. São deveres e obrigações do associado :

- 1 — efetuar, nas épocas próprias, pagamento das prestações devidas;
- 2 — cumprir fielmente os compromissos assumidos com a cooperativa;
- 3 — cumprir as disposições legais e estatutárias, bem assim as deliberações da câmara deliberativa, do Conselho de Administração e da diretoria executiva, regularmente tomadas.
- 4 — realizar, exclusivamente por intermédio da cooperativa a que pertencer, as operações econômicas que constituem suas finalidades, dentro nas limitações estabelecidas pela administração.
- 5 — participar das perdas até o limite determinado no art. 62.

Art. 62. A responsabilidade dos associados da cooperativa é limitada à importância de sua quota no capital social.

Parágrafo único. Nas cooperativas a que se refere o art. 6.º, os associados respondem pessoal, solidária e ilimitadamente pelos compromissos sociais.

Art. 63. Para o associado demitido ou excluído, a responsabilidade, qualquer que ela seja, perdura por dois anos, a contar da data do balanço do ano da demissão ou exclusão, pelos compromissos por êle e pela cooperativa assumidos até o final do exercício.

Parágrafo único. Em caso de falecimento, essa responsabilidade passa aos herdeiros, perdurando durante um ano, a contar da data da abertura da sucessão e somente pelos compromissos assumidos até à mesma data.

Art. 64. A demissão do associado será concedida mediante pedido por escrito e se tornará efetiva por averbação no título nominativo e no "livro de matrícula", assinada pelo demissionário e pelo presidente do Conselho de Administração.

§ 1.º Ao pedido de demissão serão aplicadas analogicamente as regras dos §§ 1.º e 3.º do art. 45.

§ 2.º O pedido de demissão só poderá ser processado e tomado em consideração pela cooperativa nos últimos dias do exercício social.

Art. 65. A exclusão dar-se-á nos casos previstos nos estatutos, por deliberação tomada pelo Conselho de Administração, mediante termo assinado pelo presidente, do qual constarão tôdas as circunstâncias do fato ou fatos que a determinaram.

§ 1.º Este termo será transcrito no "livro de atas" de reuniões do Conselho de Administração, e enviada cópia ao interessado.

§ 2.º Da decisão caberá o recurso previsto no parágrafo único do art. 90, dentro do prazo de oito dias, a contar da data em que o associado tomar conhecimento.

§ 3.º Recebido o recurso, o presidente convocará o órgão competente no prazo de oito dias.

Art. 66. A qualidade de associado, quando demissionário ou excluído, em relação aos compromissos contraídos com a cooperativa, cessa na data do balanço do exercício do ano da demissão ou exclusão.

§ 1.º O associado, sem prejuízo de sua responsabilidade, pode retirar os saldos de capital, de sobras e de outras contas, depois da aprovação do balanço pela assembléia, na forma determinada nos estatutos e neste decreto-lei.

§ 2.º Os herdeiros têm direito, na forma do § 1.º d'este artigo, às sobras e capital do "de cujus".

§ 3.º O saldo do capital e sobras do associado falecido serão incorporados ao fundo de reserva, se o "de cujus" não tiver herdeiros.

§ 4.º Os interditos podem continuar na cooperativa, representados por seus curadores, mas estes não poderão intervir, direta ou indiretamente, nos negócios da sociedade.

§ 5.º Os credores pessoais do associado só terão direito às quotas-partes e lucros na liquidação da cooperativa, ou quando aquêle foi demissionário ou excluído.

CAPÍTULO II

DAS PESSOAS JURÍDICAS

Art. 67. Não poderão ingressar no quadro social das cooperativas as pessoas jurídicas que, por analogia ou identidade de objetivos, sejam concorrentes daquelas, sendo-lhes também vedado constituir cooperativa, quando suas finalidades importem em exercício da atividade de intermediário.

Parágrafo único. No caso de se tornarem posteriormente concorrentes, serão excluídas da cooperativa.

Art. 68. As pessoas jurídicas serão representadas na conformidade de seus estatutos ou contratos sociais, mas, nas deliberações, terão direito somente

a um voto, qualquer que seja o número de seus associados e o valor do capital subscrito na cooperativa.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas não cooperativas só poderão ter um representante ocupando cargo social.

Art. 69. Qualquer que seja o número de associados de uma cooperativa e o valor do capital subscrito, só lhe assistirá direito a um voto nas assembleias de outra cooperativa a que se associar, por meio de seu presidente, ou de seu delegado, na forma estabelecida nos estatutos.

Parágrafo único. Os delegados ou os próprios associados, não integrantes da delegação das cooperativas associadas, poderão ser eleitos para quaisquer cargos sociais da Cooperativa Central, Federação e Confederação.

Art. 70. Nas cooperativas centrais, o grupo formado pelas pessoas físicas e jurídicas não cooperativas será representado por um delegado com um só voto.

§ 1.º Quando, num município, o grupo de que trata este artigo atingir o número legal para constituir uma cooperativa, esta deverá ser por ela organizada.

§ 2.º Não cumprida pelos interessados a condição do parágrafo anterior, a cooperativa central eliminará de seu quadro todo o grupo, salvo se julgar conveniente a não constituição da cooperativa, mediante aprovação do S.E.R.

Art. 71. As pessoas jurídicas, cooperativas ou não, terão os direitos, deveres e responsabilidades determinadas no capítulo I deste Título.

Art. 72. As autarquias ou outras organizações paraestatais, bem como as municipalidades, poderão ingressar como associados nas cooperativas, quando o fim destas interessar à coletividade, mas não gozarão de nenhum privilégio, e se representarão por um mandatário de sua escolha.

TÍTULO IV

Dos Órgãos Sociais

CAPÍTULO I

DAS ASSEMBLÉIAS

Art. 73. Assembleia geral é a reunião dos associados, convocados e instalada na forma da lei e dos estatutos, afim de deliberar sobre matérias de interesse social.

Art. 74. Haverá anualmente uma assembleia geral ordinária, que tomará as contas da administração, examinará e discutirá o balanço e o parecer do conselho fiscal, sobre eles deliberando e elegerá, normalmente, os corpos de deliberação, de administração e de fiscalização.

Parágrafo único. As demais assembleias, eventualmente convocadas, serão sempre extraordinárias.

Art. 75. Ressalvados os casos previstos neste decreto-lei, as assembleias gerais se instalarão com a presença mínima de um terço dos associados na primeira convocação, um quarto na segunda, e com qualquer número na terceira, e as decisões serão tomadas por maioria de votos.

Art. 76. Compete à assembleia :

- 1 — eleger e destituir os membros dos órgãos sociais;
- 2 — fixar os vencimentos e os valores das cédulas de presença para os membros dos órgãos administrativos, executivos e fiscais;

3 — tomar, nas épocas próprias, as contas dos órgãos de administração, e pronunciar-se sobre o relatório, o balanço e o parecer do conselho fiscal;

4 — deliberar sobre empréstimos a serem contraídos pela cooperativa;

5 — deliberar sobre o laudo de avaliação dos bens com que o associado concorre para a formação do capital;

6 — resolver sobre a incorporação, fusão, dissolução e liquidação da cooperativa;

7 — nomear e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;

8 — alterar ou reformar os estatutos.

§ 1.º As assembleias gerais extraordinárias, que tiverem por objeto a reforma dos estatutos, a incorporação, a fusão, a dissolução da cooperativa, só se constituirão com a presença mínima de metade do número total dos associados na primeira convocação, com um terço na segunda e qualquer número na terceira.

§ 2.º As deliberações relativas às matérias constantes do parágrafo anterior só poderão ser tomadas, no mínimo, por dois terços dos votos dos associados presentes.

Art. 77. A convocação da assembleia será feita por editais, mencionando a ordem do dia motivada, sendo publicados na imprensa local, de preferência em órgão oficial e afixados na sede da cooperativa, sem prejuízo da comunicação direta a cada associado, quando possível.

§ 1.º Nas localidades onde não fôr possível a publicação do edital, far-se-á a sua afixação na sede, além de aviso direto ao associado.

§ 2.º Entre o dia da primeira publicação do edital de convocação e o da realização da assembleia, mediarão os prazos mínimos de 15 dias para a primeira convocação e de oito e cinco dias, respectivamente, para as posteriores.

§ 3.º Os documentos enviados ao S.E.R. serão acompanhados dos editais de convocação.

Art. 78. A ata da assembleia será lavrada no livro próprio.

Parágrafo único. Assinarão a ata os membros da mesa, uma comissão designada pela assembleia e os demais associados presentes, que o quiserem.

Art. 79. A convocação da assembleia será efetuada pelo presidente, pelo próprio Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal ou por solicitação escrita de associados em número previsto nos estatutos.

§ 1.º Em caso de impedimento, ausência ou recusa do presidente, os associados, com a assistência do S.E.R., promoverão diretamente a convocação, dentro no prazo de 30 dias.

§ 2.º Sempre que a deliberação versar matérias que possam interessar particularmente aos componentes da mesa, a assembleia indicará outra *ad-hoc* para presidir a reunião.

Art. 80. O S.E.R., quando julgar conveniente, poderá convocar a assembleia geral extraordinária, independente de audiência de qualquer órgão da administração da cooperativa ou de seus associados.

§ 1.º Neste caso a presidência da assembleia será de livre escolha do S.E.R.

§ 2.º Caberá ao presidente da assembleia a composição da mesa.

Art. 81. Nas cooperativas de mais de duzentos associados, ou naquelas de extensa área de ação, será permitido aos associados fazerem se representar, nas assembleias gerais, por procuradores.

§ 1.º O procurador, que deverá ser associado, apresentará ao presidente da assembleia o instrumento do mandato.

§ 2.º A constituição de procurador poderá ser feita por instrumento público ou particular.

§ 3.º Nenhum procurador poderá representar, ao mesmo tempo, mais de vinte associados.

§ 4.º O comparecimento do mandante à assembléa para que haja constituído mandatário subentende-se, como revogação de poderes quanto ao exercício de seus direitos nessa assembléa.

Art. 82. Na cooperativa de vários objetivos ou de extensa área de ação, a assembléa geral poderá designar delegados seccionais para presidirem reuniões de associados cu grupos de associados interessados nos respectivos setores, receberem sugestões, discutí-las e aprová-las, encaminhando-as, afinal, ao Conselho de Administração.

Parágrafo único. Quando o Conselho de Administração julgar inconveniente a adoção de tais sugestões, convocará imediatamente a assembléa geral ou a Câmara deliberativa para solução definitiva.

CAPÍTULO II

DA CÂMARA DELIBERATIVA

Art. 83. A cooperativa poderá instituir uma câmara deliberativa, composta, no mínimo, de doze e, no máximo de 30 membros, eleitos, anualmente, pela assembléa geral, com suplentes em número correspondente a um terço dos efetivos.

Art. 84. A câmara deliberativa, cuja instituição deve constar expressamente dos estatutos, exerce as atribuições da assembléa geral, excetuando-se as referidas nos números 1, 5, 6, 7, e 8 do art. 76.

Parágrafo único. Compete à câmara deliberativa preencher, até o fim do exercício social, as vagas que ocorrerem no conselho de administração, na diretoria executiva e no conselho fiscal.

Art. 85. A câmara deliberativa se reunirá sempre com a presença mínima de dois terços de seus componentes e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Art. 86. Os membros da câmara deliberativa, cujo mandato será gratuito, poderão ser reeleitos.

Art. 87. Aplicam-se à câmara deliberativa as disposições do Título IV, capítulo I, com as restrições deste capítulo.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 88. As cooperativas serão administradas por um conselho de administração, de funções indelegáveis, composto, no mínimo, de cinco membros associados, eleitos em assembléa geral, com mandato máximo de três anos, sendo o presidente do conselho designado pela assembléa.

§ 1.º Os membros do conselho de administração não poderão ser parentes consanguíneos ou afins, até 3.º grau civil.

§ 2.º Neste conselho, como órgão executor de suas deliberações, está incluída a diretoria executiva, também designada pela assembléa.

§ 3.º O conselho de administração poderá ser reeleito ou destituído conjunta ou parcialmente, pela assembléa geral.

§ 4.º A destituição do conselho ou de qualquer de seus membros só poderá ser deliberada, no mínimo, por dois terços do número total dos associados presentes.

Art. 89. As deliberações do conselho de administração serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao presidente o voto de desempate.

Art. 90. São atribuições do conselho de administração :

1 — organizar o regimento interno e regulamentar as operações da cooperativa;

2 — deliberar sobre as despesas de administração;

3 — instituir normas para a contabilidade e emprêgo legal do fundo de reserva;

4 — tomar conhecimento, mensalmente, do balancete e verificar o estado econômico da cooperativa;

5 — resolver sobre a convocação extraordinária da assembléia geral e convocar a ordinária no prazo determinado nos estatutos;

6 — deliberar quanto à admissão, demissão e exclusão de associados;

7 — autorizar a transferência de quotas-partes;

8 — resolver tôdas as questões relativas à sua gestão, inclusive transigir, contrair obrigações, adquirir bens e constituir mandatários, não podendo, entretanto, alienar, hipotecar, ou por qualquer outro modo gravar bens imóveis sem autorização expressa da assembléia.

Parágrafo único. Da decisão do conselho cabe recurso para a câmara deliberativa ou para a assembléia geral.

Art. 91. O conselho de administração reunir-se-á, mensalmente, em dia previamente marcado e extraordinariamente, sempre que necessário, sendo a convocação feita pelo presidente ou a requerimento, no mínimo, de metade dos conselheiros, excluído aquêle.

§ 1.º Os membros do conselho de administração, exceto os da diretoria executiva, poderão receber uma cédula de presença correspondente a cada reunião, mas seu valor não excederá de 50 % do estipulado para a quota-parte da cooperativa.

§ 2.º Sempre que os estatutos estipularem a cédula de presença de que trata o parágrafo anterior, a soma total das cédulas a serem recebidas, durante o mês, não ultrapassará o valor de duas quotas-partes.

Art. 92. O conselho de administração poderá nomear, dentre seus membros, uma ou mais comissões especiais para execução e controle de determinadas operações, responsabilizando-se, porém, pelos atos por ela praticados.

Art. 93. Os administradores e seus parentes até o terceiro grau não poderão ser fornecedores particulares da cooperativa ou nessa qualidade com ela firmar contratos, exceto em casos especiais, a critério da assembléia.

Art. 94. Os membros dos corpos administrativos ou executivos não respondem pessoalmente pelos compromissos assumidos pela cooperativa, mas são responsáveis para com esta e para com terceiros, solidária e ilimitadamente, pelas omissões, pelo excesso de mandato e pelos atos praticados com violação da lei ou dos estatutos.

§ 1.º Essa responsabilidade prescreve no prazo de cinco anos, contados da data da aprovação, pela assembléia, das contas e do balanço de exercício em que terminou o mandato.

§ 2.º Em qualquer ato no qual se omita a declaração de que a sociedade é cooperativa, o autor ou autores da omissão, se fraudulenta, serão solidária e ilimitadamente responsáveis e, assim, processados.

Art. 95. Cabe à cooperativa intentar ação de responsabilidade civil contra os membros da câmara deliberativa, do conselho de administração e da diretoria executiva, por prejuízos causados ao patrimônio social.

Art. 96. Somente brasileiros poderão ser eleitos para os cargos do conselho de administração, devendo ser brasileiros natos os membros da diretoria executiva.

Art. 97. São inelegíveis para os cargos de administração e fiscalização os associados impedidos por lei especial, condenados por prevaricação, peculato, falência e crimes contra a economia popular.

CAPÍTULO IV

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 98. A diretoria executiva compor-se-á de três membros, sendo um presidente e dois diretores, com a denominação que lhes fôr dada nos estatutos e direito à percepção do estipêndio mensal fixado pela assembléia geral.

§ 1.º Os estatutos poderão determinar que técnicos, associados ou não, orientem a diretoria executiva.

§ 2.º Os técnicos poderão ser contratados pelo conselho de administração.

§ 3.º Além da remuneração contratual, os técnicos poderão perceber uma gratificação "pro-labore" não excedendo de 5 % das sobras líquidas do exercício, nem de 50 % da remuneração.

§ 4.º A diretoria executiva reunir-se-á quinzenalmente, em dia previamente marcado e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo presidente, ou a pedido de qualquer dos seus membros.

Art. 99. Compete à diretoria executiva cumprir as deliberações das assembléias gerais, da câmara deliberativa e do conselho de administração.

Parágrafo único. Os técnicos, quando associados, não poderão votar matéria de seus interesses e atribuições.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO FISCAL

Art. 100. A cooperativa terá um conselho fiscal, composto de três membros e respectivos suplentes, eleitos anualmente pela assembléia geral ordinária, não podendo ser reeleitos.

Art. 101. Compete ao conselho fiscal:

1 — examinar, mensalmente, os livros, documentos, balancetes e verificar o estado da caixa da cooperativa;

2 — apresentar parecer à assembléia geral ordinária sobre as operações e os negócios relativos ao exercício em que servirem;

3 — denunciar os erros, fraudes ou crimes verificados, sugerindo as medidas a serem tomadas;

4 — convocar extraordinariamente a assembléia geral, ou a câmara deliberativa, quando ocorrerem motivos graves e urgentes.

Art. 102. O conselho fiscal se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1.º A reunião extraordinária do conselho fiscal poderá ser convocada pelo órgão deliberativo ou executivo da cooperativa, por associados em número fixado nos estatutos, ou por um de seus próprios membros.

§ 2.º Os fiscais poderão ter direito à cédula de presença, na conformidade do disposto nos §§ 1.º e 2.º do art. 91, mas não poderão perceber mais de 50 % do total ali estipulado.

Art. 103. Se o conselho fiscal, ciente de irregularidades ou crimes praticados pelo conselho de administração ou pela diretoria executiva, não propuser à assembléia geral dos associados as medidas necessárias à punição dos culpados, tornar-se-á solidariamente responsável.

Parágrafo único. Aplica-se aos membros do conselho fiscal o disposto no art. 94.

TÍTULO V

Do Contrôlo Estatal

CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS FINANCIADORES

Art. 104. Fica criada, na capital da República, a Caixa de Crédito Cooperativo, destinada ao financiamento e fomento do cooperativismo no território nacional.

Parágrafo único. A C.C.C. terá as filiais julgadas necessárias, criadas mediante prévia audiência do ministro da Agricultura e com a área de ação que for determinada no ato de sua instituição.

Art. 105. Quando, em qualquer Estado já existir estabelecimento de crédito oficial especialmente destinado a financiar cooperativas, será este devidamente reorganizado e filiado à C.C.C.

Art. 106. A União garantirá as operações da Caixa e suas filiais, financiando-as com os recursos necessários à sua instalação e regular funcionamento.

§ 1.º Para êsse efeito o Governo abrirá um crédito até trezentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 300.000.000,00), que será distribuído ao Ministério da Agricultura.

§ 2.º O suprimimento do referido crédito será feito mediante emissão de soma equivalente em notas circulantes do Tesouro, cujo resgate se fará, anualmente, com a percentagem de 50 % do lucro líquido da Caixa, verificado em balanço de cada exercício.

§ 3.º O saldo do crédito a que se refere o § 1.º, deduzidas as despesas de instalação, servirá também para formar o lastro das caixas, nos termos do art. 112.

§ 4.º A percentagem de 50 % dos lucros líquidos será recolhida ao Tesouro Nacional, providenciando-se a imediata incineração de notas circulantes no montante dos recolhimentos efetuados para resgate.

§ 5.º O desvirtuamento na aplicação da soma destinada à formação do capital da C.C.C., constitue crime punível na forma do definido no decreto-lei n. 869, de 18 de novembro de 1938.

Art. 107. Os fundos para as operações serão formados :

- 1 — pelas taxas federais e estaduais criadas pela União e Estados para êste fim;
- 2 — pelos depósitos obrigatórios, em c/c ou a prazo fixo, do numerário das cooperativas;

3 — pelos depósitos facultativos, em c/c ou a prazo fixo, do numerário de quaisquer pessoas físicas e jurídicas;

4 — pelos depósitos facultativos, de cauções ou fianças, exigidas nas relações contratuais particulares;

5 — pelos saldos ou recursos anteriores, provenientes de taxas ou impostos federais e estaduais, cobrados para classificação e fiscalização de produtos, para fomento agro-pecuário ou de cooperativismo;

7 — por quaisquer outros auxílios, doações e lucros eventuais;

8 — pelo produto das multas aplicadas por infrações a este decreto-lei.

Art. 108. A C.C.C. terá área de ação em todo o território nacional e financiará suas filiais e as cooperativas situadas no Distrito Federal.

§ 1.º As filiais terão raio de ação limitado aos Estados ou territórios a que correspondem.

§ 2.º A C.C.C. e suas filiais não poderão financiar, direta ou individualmente, associados de cooperativas, nem qualquer pessoa física ou jurídica estranha a quadros sociais cooperativos.

§ 3.º As cooperativas financiarão diretamente seus associados.

Art. 109. Os recursos provenientes dos números 1, 5, 6, 7 e 8 do art. 107 passarão a constituir patrimônio da Caixa.

Parágrafo único. Somente o excesso de numerário que não tenha colocação no Estado poderá ser transferido a outra filial, mediante autorização da C.C.C.

Art. 110. As cooperativas, para receberem os financiamentos, ficarão sujeitas ao regime de fiscalização especial determinado neste decreto-lei.

Art. 111. As taxas criadas para lastro da C.C.C. e suas filiais formarão o capital da instituição, sendo imediata e diretamente a elas recolhidas.

Art. 112. A C.C.C. e suas filiais ficam diretamente subordinadas ao S.E.R.

Art. 113. O presidente e os diretores da C.C.C. e suas filiais serão de livre escolha do Presidente de República.

Art. 114. As diretorias da C.C.C. e de suas filiais admitirão os funcionários necessários aos seus serviços.

Parágrafo único. Esses funcionários serão associados do Instituto dos Bancários.

CAPÍTULO II

DOS LIMITES, TAXAS, E PRIORIDADES DO FINANCIAMENTO

Art. 115. O ministro da Agricultura regulamentará a organização e o funcionamento da C.C.C. e suas filiais.

§ 1.º Dêse regulamento constarão normas sobre a distribuição dos recursos da C.C.C., entre as suas filiais.

§ 2.º A taxa de juros cobrada pela C.C.C. e as suas filiais nas operações realizadas com as cooperativas, não poderá, em hipótese nenhuma, exceder de 6 % ao ano.

Art. 116. As cooperativas não poderão cobrar, nas suas operações com os associados, taxa superior a 10 % ao ano.

Parágrafo único. Sempre que possível, serão periódicas as amortizações de débitos do associado, o qual terá garantido o direito de antecipar suas entradas em dinheiro.

Art. 117. O cálculo de juros incidirá sempre sobre o saldo devedor real.

Art. 118. Os créditos da C.C.C. às cooperativas e os destas aos seus associados, são de natureza privilegiada.

CAPÍTULO III

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 119. As cooperativas ficam subordinadas aos seguintes regimes de fiscalização :

- 1 — ordinária, sob a forma de orientação e estímulo;
- 2 — especial, sob a forma de controle das operações e financiamento.

Art. 120. Excetuadas a fiscalização das cooperativas de acidentes do trabalho, caberão exclusivamente ao S.E.R. a fiscalização geral das cooperativas.

Parágrafo único. O S.E.R. poderá delegar suas atribuições, no todo ou em parte, aos órgãos técnicos dos Estados, sem prejuízo de sua atuação direta.

Art. 121. As cooperativas são obrigadas a enviar ao S.E.R.

1 — mensalmente :

- a) cópia do balancete do mês anterior;
- b) relação da entrada e saída de associados com as respectivas contas de capital subscrito e realizado, quando houver;
- c) demonstração das contas de financiamento e empréstimos, acompanhadas das terceiras vias dos contratos, quando houver.

2 — semestralmente: lista nominativa dos associados — entradas e saídas no semestre — observadas as indicações do art. 5.º n. 1.

3 — anualmente: cópia do balanço geral, demonstração da conta de lucros e perdas, relatório do conselho de administração e parecer do conselho fiscal, autenticados e com firmas reconhecidas.

4 — quando ocorrerem modificações nos órgãos de administração e fiscalização: lista nominativa dos membros do conselho de administração, diretoria executiva e conselho fiscal, com as respectivas funções.

Parágrafo único. As remessas serão feitas no prazo de trinta dias após as épocas determinadas nos ns. 1 e 2 deste artigo; no caso do n. 3, no mesmo prazo, a contar da data da assembléia anual ordinária, e, na hipótese do n. 4, imediatamente após a verificação de alterações.

Art. 122. As cooperativas serão obrigadas a permitir o exercício amplo da função fiscalizadora, inclusive o exame de livros, documentos e arquivos.

Art. 123. A fiscalização atribuída ao S.E.R. será procedida pelos funcionários da Secção competente, ou pelos que forem especialmente designados para cada caso, quando assim se fizer necessário.

Art. 124. Não poderá exercer a função de fiscal da cooperativa o funcionário que dela fôr associado.

CAPÍTULO IV

DA INTERVENÇÃO

Art. 125. O S. R. E. poderá intervir nas cooperativas, *ex-officio*, ou a requerimento dos órgãos administrativos ou fiscais das mesmas, ou de um grupo de associados em número não inferior ao mínimo exigido, neste decreto-lei, para a constituição :

1 — por exigência da segurança pública ou para resguardo de interesse da economia nacional;

2 — quando, em consequência de desordem financeira e administrativa;

3 — nos casos reiterados e comprovados de violação da lei e de cláusulas estatutárias.

Art. 126. Verificada a hipótese do n. 1 do artigo anterior, a intervenção se fará mediante a nomeação de um superintendente, por portaria do Ministério da Agricultura, na qual se fixarão as suas atribuições.

Parágrafo único. Atingido o fim visado pela intervenção, o superintendente apresentará relatório pormenorizado ao S. R. E. que, por sua vez, o levará ao conhecimento do ministro da Agricultura, para expedição do ato restaurador da vida normal da cooperativa.

Art. 127. Nos casos dos números 2 e 3 do art. 125, o S.E.R. convocará a assembléa geral para tratar do assunto.

§ 1.º Reünida a assembléa geral sob a presidência do preposto do S.R.E., para isso designado, dará êle, em relatório escrito, as razões determinantes da convocação e proporá as medidas acauteladoras dos interesses da cooperativa, sem prejuízo das propostas formuladas pelos associados.

§ 2.º Se a assembléa não tomar as providências necessárias, o S.E.R. intervirá imediatamente, designando, em portaria do diretor, o preposto que presidirá a reunião, ou outro qualquer funcionário, para assumir a administração da cooperativa.

§ 3.º A intervenção cessará com a regularização do fato ou fatos que a motivaram, e logo que esteja assegurado o funcionamento regular da cooperativa.

§ 4.º Verificada a impossibilidade de normalização da vida da cooperativa, o S.E.R. resolverá sua dissolução.

Art. 128. A gratificação ou estipêndio do superintendente será arbitrado no ato de designação e pago pela cooperativa atingida pela intervenção.

§ 1.º Se o designado fôr funcionário público, receberá, além de seus vencimentos, a gratificação a que se refere este artigo.

§ 2.º O preposto designado perceberá estipêndio ou gratificação, na forma acima estabelecida.

Art. 129. Quando as operações da cooperativa forem reguladas por lei especial, a intervenção será feita conjuntamente pelo S.E.R. e pelo órgão federal, a que esteja também subordinado.

Art. 130. Cabe ao S.E.R. promover a responsabilidade dos administradores e dos associados, pelos prejuízos causados à cooperativa se esta não cumprir o disposto no art. 95.

Art. 131. Quando o S.E.R. tiver necessidade de organizar determinado setor da economia nacional, para a realização do plano previamente traçado, promoverá a fundação de cooperativas.

§ 1.º Se a cooperativa não estiver funcionando regularmente e desempenhando as suas finalidades dentro do plano elaborado a que se refere este artigo, o S.E.R. intervirá designando um preposto para os fins previstos na parte final dos §§ 2.º e 3.º do art. 127.

§ 2.º A cooperativa organizada por iniciativa do S.E.R. terá preferência dentro na área em que funcionar, para o transporte de produtos.

Art. 132. Durante a intervenção de que trata este Capítulo não poderá ser requerida a liquidação da cooperativa.

TÍTULO VI

Das Sanções

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PENAIS

Art. 133. Os infratores das disposições deste decreto-lei ficam sujeitos à multa, de acordo com as normas do presente capítulo, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação comum e especial.

Art. 134. O procedimento fiscal para imposição das multas prescreve em cinco anos, contados da data da infração.

Art. 135. Incorrem na multa de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 1.000,00:

1 — Os membros dos órgãos administrativos que não remeterem nos prazos legais, os documentos exigidos no artigo 121.

2 — Os demais infratores de quaisquer outras disposições deste decreto-lei que não estiverem expressamente enumeradas neste capítulo.

Parágrafo único. A multa de que trata este artigo será aplicada, individualmente, a cada responsável.

Art. 136. Incorrem na multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 10.000,00:

1 — a cooperativa que, notificada, exceder o prazo estabelecido no artigo 18, ou deixar de se adaptar às disposições deste decreto-lei na forma prevista no artigo 172.

2 — Os membros dos órgãos administrativos que:

a) falsearem a verdade nos documentos a que alude o artigo 121 ou prestarem informações falsas à assembléia sobre as condições econômicas e financeiras da cooperativa;

b) aplicarem indevidamente os fundos sociais, contrariando o disposto nos artigos 49 a 53;

c) permitirem a divisão do fundo de reserva entre associados;

d) violarem as prescrições do artigo 25;

e) fizerem afirmações falsas em prospectos, relatórios, pareceres e comunicações;

f) permitirem que a cooperativa funcione sem contabilidade adequada ou que a sua escrituração se atrase injustificadamente;

g) usarem dos bens e haveres da cooperativa em proveito próprio, ou deles se apropriarem indêbitamente;

h) conluíarem-se com associados afim de obter a aprovação de contas e pareceres inexatos.

3 — os fundadores que, no ato constitutivo, fizerem declarações falsas sobre as condições econômicas da organização em preparo, ocultando, no todo ou em parte, fatos a ela relativos;

4 — os infratores do art. 159;

5 — as cooperativas que se beneficiarem dos favores do parágrafo único do art. 161 para as mercadorias que se não destinarem a seus associados.

Art. 137. Todos os membros dos órgãos de administração e fiscalização da cooperativa são solidariamente responsáveis pelo pagamento da multa estabelecida no artigo precedente.

Art. 138. Ficam sujeitos à multa de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 15.000,00 os que, direta ou indiretamente, obstarem ou embarçarem, por qualquer forma, a organização e o funcionamento das cooperativas.

Art. 139. Incidem na multa de Cr\$ 15.000,00 a Cr\$ 20.000,00, os infratores dos arts. 158, 165 e 166.

§ 1.º Além das multas cominadas neste artigo, proceder-se-á :

a) à apreensão e venda de tôdas as mercadorias existentes nos armazéns, quando se tratar da infração do art. 158;

b) à liquidação da cooperativa, quando se tratar da infração do art. 165;

c) à apreensão e venda do material que contiver, gravadas ou escritas, as palavras proibidas, quando a infração se referir ao art. 166.

§ 2.º O resultado da liquidação referida na letra b do parágrafo anterior, e o produto da venda das mercadorias e do material apreendido, reverterão para o fundo de fomento ao cooperativismo.

Art. 140. Ficam sujeitos à multa de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 50.000,00 os infratores do art. 162.

Art. 141. O produto das multas e o saldo das liquidações das cooperativas, destinados ao fundo de fomento ao cooperativismo, serão recolhidas à C.C.C.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 142. O processo para imposição da multa será iniciado mediante representação do funcionário do S.E.R., de delegado dêste nos Estados, de funcionário de fiscalização de que trata o § 2.º do art. 3.º ou por denúncia de particular, associado ou não da cooperativa.

Art. 143. Quando houver apreensão de documentos, ou exames preliminares, lavrar-se-á termo do ocorrido, para que instrua a peça inicial do processo.

§ 1.º O termo será submetido à assinatura do acusado ou de representantes ou preposto, mas a assinatura não implica em confissão nem a recusa em agravação da falta.

§ 2.º No caso de recusa da assinatura, far-se-á menção de tal circunstância.

§ 3.º Quando a infração constar de livro de escrita comercial, devidamente autenticado, não se fará a apreensão, mas, lavrado o termo, anotar-se-á no próprio livro a ocorrência.

§ 4.º Não sendo necessário à comprovação da falta, o documento apreendido poderá ser restituído, visado pelo diretor do S.E.R. ou seu representante, ficando cópia autenticada no processo.

Art. 144. Feita a representação, o infrator, conformando-se com o procedimento fiscal, poderá requerer o pagamento da multa.

§ 1.º O deferimento do pedido porá fim ao processo administrativo.

§ 2.º Se intimado o infrator, o pagamento não for efetuado dentro de três dias, remeter-se-á o processo à Procuradoria Geral da Fazenda Pública para inscrição da dívida e sua cobrança executiva.

Art. 145. A denúncia referida no art. 142 deverá ter a firma reconhecida e mencionar a residência e profissão do denunciante, e ainda, vir acompanhada da prova material da infração ou, na sua falta, de indicação de elementos que a caracterizem.

Art. 146. Aos acusados será assegurada defesa ampla no prazo de trinta dias, contados da intimação.

§ 1.º A intimação será feita :

- a) pessoalmente, ao próprio acusado ou a quem o represente;
- b) pelo correio, sob registro, com o recibo de volta.

§ 2.º Se o acusado ou quem o represente, omitir a data do recibo de volta, dar-se-á por feita a intimação quatro dias depois da entrega no correio.

§ 3.º Se não for possível a intimação por qualquer dos meios indicados, far-se-á por edital.

Art. 147. Se no decorrer do processo for indicada pessoa diversa como responsável pela falta, ser-lhe-á assinado prazo para a defesa independente de outra qualquer formalidade; da mesma maneira se procederá quando apuxadas novas faltas.

Art. 148. O preparo dos processos cabe ao S.E.R. ou a seus delegados, sendo porém o julgamento privativo daquele.

§ 1.º Após a defesa do acusado, será ouvido o autor da representação; em sua falta, informará o funcionário designado pelo diretor do S.E.R.

§ 2.º No caso de denúncia, informará o funcionário designado, podendo ser ouvido o denunciante se o S.E.R. julgar necessário.

§ 3.º Se depois da defesa forem anexados ao processo documentos de acusação, dele se dará vista outra vez ao acusado para dizer, no prazo de oito dias.

Art. 149. Se no processo for apurada responsabilidade de mais de uma pessoa, será imposta a cada uma a multa relativa à falta cometida.

Art. 150. Apurada a infração de mais de um dispositivo pela mesma pessoa, ser-lhe-á aplicado o máximo da pena maior.

Art. 151. No caso de reincidência, as multas serão aplicadas em dôbro.

Art. 152. Os processos referentes a uma mesma infração serão reunidos em um só para efeito de julgamento.

Parágrafo único. Não haverá êsse benefício se o acusado repetir a infração quando já ciente do início do processo.

Art. 153. As omissões do processo não acarretarão nulidade, quando dêle constarem elementos suficientes para determinar, com segurança, a infração e o infrator.

Art. 154. Os processos serão organizados com as folhas numeradas, rubricadas, e os documentos, informações e pareceres em ordem cronológica de juntada.

Art. 155. A decisão será proferida pelo diretor do S.E.R., cabendo pedido de reconsideração no prazo de vinte dias, contados da data em que o acusado receber a notificação.

§ 1.º Dentro do prazo previsto neste artigo caberá recurso para o ministro da Agricultura.

Art. 156. Proferida a decisão definitiva o acusado será definitivamente intimado a efetuar o pagamento no prazo de trinta dias contados da intimação, sob pena de cobrança executiva.

TÍTULO VII

Das disposições finais

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 157. As pessoas físicas ou jurídicas que pretendam ingressar em cooperativas destinadas a defender determinado produto, setor econômico ou objetivos profissionais, deverão fazer a prova de que são associados de sindicato representativo da correspondente categoria econômica ou profissional.

Parágrafo único. Excetua-se dessa obrigação as pessoas físicas ou jurídicas ainda não sindicalizadas na área de ação da cooperativa.

Art. 158. Fica terminantemente proibido a quaisquer empresas particulares, ainda que concessionárias de serviço público, manter diretamente ou por interposta pessoa, armazéns de abastecimento para fornecimento de gênero de consumo aos seus funcionários ou empregados dependentes.

Art. 159. As empresas que, na data da publicação deste decreto-lei mantenham armazéns da natureza referida no artigo anterior, fica concedido o prazo de seis meses, prorrogável a critério do S.E.R., para que os encerrem.

§ 1.º Para os fins previstos neste artigo, as empresas nele compreendidas deverão comunicar ao S.E.R., dentro do prazo de sessenta dias, a contar da data deste decreto-lei, a existência dos armazéns em aprêço, informando sobre o valor das respectivas instalações, estoques de mercadorias e volume mensal de operações.

§ 2.º O S.E.R. promoverá dentro do prazo deste artigo a constituição de cooperativas de consumo capazes de preencher os fins dos armazéns extintos.

§ 3.º Até que seja constituída a cooperativa, as empresas, para que não haja interrupção do abastecimento, deverão manter os seus armazéns.

§ 4.º As empresas de que trata este artigo facilitarão às cooperativas organizadas nos termos dos §§ 2.º e 3.º a aquisição, pelo justo preço, das instalações dos armazéns, bem como das mercadorias e objetos neles existentes.

Art. 160. As empresas, públicas e particulares, descontarão dos vencimentos, salários ou proventos de seus funcionários, empregados ou dependentes, a importância dos débitos destes nas cooperativas de que façam parte, recolhendo imediatamente as deduções feitas aos cofres da respectiva sociedade.

§ 1.º As empresas e as cooperativas estabelecerão, por acôrdo, as datas para a remessa das relações de descontos mensais a efetuar.

§ 2.º As empresas não serão responsáveis pelos prejuízos resultantes de descontos não efetuados em virtude de exoneração, demissão, dispensa, nomeação ou transferência de funcionários ou empregados.

§ 3.º O limite dos descontos de consignação em folha de pagamento fica fixado em 60 % máximo, sobre os vencimentos, salários ou proventos, neles compreendidos os demais descontos estabelecidos compulsoriamente para qualquer fim em leis especiais, conforme o caso.

Art. 161. As empresas de transportes ou de comunicações aéreas, fluviais, marítimas e terrestres, são obrigadas a facilitar às cooperativas organizadas por seus empregados e dependentes, a aquisição ou arrendamento dos imóveis indispensáveis à instalação dos seus serviços, sempre que ditos imóveis sejam de propriedade das aludidas empresas.

Parágrafo único. As empresas de transportes rodoviários, ferroviários, fluviais ou marítimos são obrigadas a conceder um desconto mínimo de 50 % no frete das mercadorias destinadas às cooperativas de consumo de seus empregados e dependentes ou a qualquer dos armazéns das mesmas cooperativas.

Art. 162. Fica proibido a empresas de qualquer natureza dificultar ou criar embaraços à constituição, instalação ou funcionamento das cooperativas de seus próprios empregados ou dependentes, bem como deixar de lhes conceder as facilidades e favores previstos no artigo anterior.

Art. 163. Os documentos, fórmulas, prospectos e demais papéis usados pela cooperativa deverão ter obrigatoriamente impressa a sua denominação.

Art. 164. Os institutos autárquicos e paraestatais, federais, estaduais ou municipais, organizados para a defesa de determinado produto, são obrigados a conceder preferência absoluta na distribuição de quotas de produtos às cooperativas, em concorrência com particulares e outras sociedades de direito privado.

Art. 165. Ninguém poderá constituir cooperativa, ou dela fazer parte, com o intuito único de gozar lucro sobre o capital, ou intento de exploração do trabalho alheio, assalariado ou não.

Art. 166. Fica proibido o uso da palavra "cooperativa", isolada ou junto a outra :

1 — como nome de firmas, empresas e institutos, título de estabelecimentos e denominação de sociedades, de natureza civil ou comercial, desde que não estejam organizadas na forma deste decreto-lei;

2 — em marcas de indústria e comércio;

3 — como nome de publicações periódicas.

§ 1.º Incide também na proibição deste artigo o emprêgo radical da palavra "cooperativa" — completo ou com supressão de letras — isolado ou como elemento componente de outra palavra.

§ 2.º Não poderão ser arquivados ou inscritos no registro do comércio, e no registro civil, os documentos de organização ou de reforma das entidades cujo nome ou alteração de nome incidir na proibição do presente artigo.

§ 3.º Dentro do prazo de noventa dias, as firmas ou sociedades que forem designadas por nome em contrário ao disposto neste decreto-lei, deverão promover a mudança dos mesmos nos respectivos registros, sob pena de neles não poderem inscrever ou arquivar nenhum documento.

§ 4.º O Departamento Nacional de Propriedade Industrial não renovará — findo o prazo de vigência — o registro de marcas atualmente em vigor desde que contrariem as exigências deste artigo.

§ 5.º O Departamento de Imprensa e Propaganda não concederá doravante registro aos periódicos que infringam as disposições deste artigo. devendo promover a mudança do mesmo dos já registrados, no prazo fixado no § 3.º.

§ 6.º Nesta proibição não estão incluídos os órgãos administrativos fe-

derais, estaduais e municipais, orientadores do cooperativismo, nem as organizações cooperativas, suas marcas, patentes e publicações.

Art. 167. O S.E.R., em colaboração com o Ministério da Educação e Saúde, elaborará um plano de organização de cooperativas de corpos discentes dos estabelecimentos públicos ou particulares de ensino, e um plano de estudos cooperativos a ser adotado nos mesmos estabelecimentos.

Art. 168. As cooperativas com objetivos de defesa e fomento de produção rural serão obrigadas à adoção do seguro agro-pecuário, quando este for instituído.

Art. 169. As relações das cooperativas dos Estados com o S.E.R. deverão normalmente processar-se através dos delegados do serviço federal ou por intermédio do órgão estadual, que tenha recebido delegação de poderes, mantida a prerrogativa do parágrafo único do art. 120.

Art. 170. Em todos os casos de aplicação deste decreto-lei pelos delegados e pelo S.E.R., cabe o recurso, respectivamente, para o diretor deste e para o ministro da Agricultura.

Art. 171. Aplicam-se aos casos omissos as normas do cooperativismo e os princípios gerais do direito.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 172. As cooperativas já registradas terão o prazo de um ano para se amoldarem aos dispositivos deste decreto-lei.

Parágrafo único. As cooperativas já existentes e ainda não registradas deverão promover a sua adaptação e o seu registro no S.E.R., dentro no prazo de noventa dias.

Art. 173. Esgotados os prazos a que alude o artigo anterior, sem que as providências ali previstas sejam tomadas, a cooperativa será dissolvida, de conformidade com o disposto no art. 35.

Parágrafo único. As cooperativas compreendidas pelo art. 172 não poderão transformar-se em pessoas jurídicas de direito comum, nem se liquidar sem assistência do S.E.R., e o saldo de sua liquidação reverterá ao fundo de fomento ao cooperativismo.

Art. 174. O Ministério da Agricultura poderá dirimir as dúvidas que surgirem na aplicação deste decreto-lei, baixando as instruções necessárias à sua execução.

Art. 175. Fica o Ministério da Agricultura autorizado a promover a reforma do S.E.R. necessária à execução deste decreto-lei.

Art. 176. Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.894 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1943

Aprova e baixa o Código de Caça

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Código de Caça que, assinado pelos ministros de Estado, baixa com o presente decreto-lei e cuja execução compete à Divisão de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º Ficam revogados os decretos-leis ns. 1.210, de 12 de abril de 1939, 1.768, de 11 de novembro de 1939, 2.772, de 11 de novembro de 1940, 3.622, de 17 de setembro de 1941, 3.942, de 17 de dezembro de 1941, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

CÓDIGO DE CAÇA

Disposições preliminares

Art. 1.º A caça pode ser exercida em todo o território nacional, uma vez observadas as disposições deste Código.

§ 1.º A caça pode ser transitória ou permanentemente proibida nas terras de domínio público ou privado.

§ 2.º Nas terras de domínio privado é necessário para caçar o consentimento expresso ou tácito dos donos respectivos.

Art. 2.º Compete à União legislar privativamente sobre a caça e a sua exploração.

Parágrafo único. Essa competência não exclue a legislação estadual supletiva ou complementar prevista na Constituição.

CAPÍTULO I

DA CAÇA E DOS CAÇADORES

Art. 3.º Caçar é o ato de perseguir, surpreender ou atrair os animais silvestres, afim de apanhá-los vivos ou mortos.

Parágrafo único. Os animais domésticos que, por abandono, se tornarem selvagens, poderão também ser objeto de caça.

Art. 4.º Para os efeitos dos favores dêste Código, é também considerado ato de caça abater pombos domésticos pelos membros das sociedades de tiro ao voo, nos "stands" respectivos.

Art. 5.º A caça de quaisquer animais está sujeita às limitações e proibições dêste Código e de portarias e instruções da Divisão de Caça e Pesca.

Art. 6.º A abertura e o encerramento do período de permissão da caça no território nacional, para as diferentes espécies e regiões, bem como o número de exemplares que poderão ser abatidos pelos caçadores, especialmente no que se refere à caça de campo e de pio, serão fixados anualmente pela Divisão de Caça e Pesca, ouvido o Conselho Nacional de Caça.

Art. 7.º O defeso durará sete meses, no mínimo.

Art. 8.º Durante o defeso é vedado transitar com arma de caça.

Parágrafo único. Ao proprietário rural ou ao seu preposto será, porém, permitido transitar com arma de caça no período de defeso, dentro de sua propriedade, para a defesa de suas lavouras e criações.

Art. 9.º Os animais silvestres considerados nocivos poderão ser abatidos, em qualquer tempo, de acôrdo com as instruções da Divisão de Caça e Pesca, aprovadas pelo Conselho Nacional de Caça.

Art. 10. Os agricultores e criadores ou seus prepostos poderão abater, em qualquer época do ano, animais nocivos, desde que haja dano real à respectiva propriedade e que possa ser comprovada pela fiscalização.

Parágrafo único. Os agricultores e criadores poderão vender os couros e peles de animais nocivos abatidos nas suas propriedades em casos especiais regulados por instruções da Divisão de Caça e Pesca, sujeitos à taxa estabelecida em lei.

Art. 11. É proibida a caça:

- a) de animais úteis à agricultura;
- b) de pombos correios;
- c) de pássaros e aves ornamentais ou de pequeno porte, exceto os nocivos à agricultura;
- d) das espécies raras.

§ 1.º Satisfeitas as exigências das instruções da Divisão de Caça e Pesca, poderão ser capturados e mantidos em cativeiro quaisquer animais silvestres.

§ 2.º Anualmente, ao ser fixada a data de abertura e encerramento do período de permissão da caça, serão indicadas quais as espécies comerciáveis.

Art. 12. Caçador é toda a pessoa que se entrega ao exercício da caça.

§ 1.º O caçador é considerado profissional ou amador:

- a) profissional é o que procura auferir lucros com o produto de sua atividade;
- b) amador é o que visa fim exclusivamente esportivo.

§ 2.º Não será concedida licença de profissional para a caça de aves, a não ser para os casos de captura autorizados por êste Código.

Art. 13. O exercício da caça é permitido unicamente aos maiores de dezoito anos.

Parágrafo único. Podem caçar:

- a) os brasileiros natos ou naturalizados;
- b) os estrangeiros que estiverem legalmente no país, em caráter permanente ou temporário;
- c) os naturalistas, satisfeitas as exigências do art. 26.

Art. 14. A caça, que será exercida tão somente por quem se achar habilitado com as licenças previstas neste Código, não se fará:

- a) com visgos, atiradeiras, fundas, bodoques, veneno, incêndio ou armadilhas que sacrifiquem a caça;
- b) com armas de repetição à bala, de calibre superior a 22, exceto quando se tratar de grande carniceiro em distância superior a três quilômetros de qualquer via férrea ou rodovia pública;
- c) nas zonas urbanas, suburbanas, povoados, distritos municipais, quando sedes de capitais ou de cidades populosas, e nas estâncias hidrominerais;
- d) nos açudes de domínio público, bem como nos terrenos adjacentes, em uma faixa anualmente fixada pela portaria de caça;
- e) numa faixa de um quilômetro de cada lado de leito das vias férreas e rodovias públicas;
- f) nas zonas destinadas a parques de criação e de refúgio ou santuários;
- g) nos jardins zoológicos, nos parques e jardins públicos;
- h) fora do período de permissão de caça.

Parágrafo único. A caça noturna em período próprio poderá ser restringida ou vedada pela Divisão de Caça e Pesca, ouvido o Conselho Nacional de Caça.

Art. 15. A apanha e a destruição de ninhos, esconderijos naturais, ovos e filhotes de animais silvestres não serão permitidas.

Parágrafo único. A juízo da Divisão de Caça e Pesca poderá, entretanto, ser permitida a apanha de ovos e de filhotes para criadeiras e a sua destruição, desde que se trate de animais daninhos.

CAPÍTULO II

DAS SOCIEDADES DE CAÇA E DE TIRO AO VÔO

Art. 16. As sociedades de caça e as de tiro ao vôo terão, no mínimo, quinze sócios contribuintes e só funcionarão válidamente após a aquisição da personalidade jurídica, na forma da lei civil e o registro na Divisão de Caça e Pesca.

Art. 17. Concederá o Governo Federal, quando julgar conveniente, prêmios de animação às sociedades referidas no artigo anterior, bem como o direito de importarem para uso exclusivo dos sócios armas de caça e esporte e cartuchos vãos ou carregados que não tenham similares no Brasil.

Art. 18. As sociedades de tiro ao vôo poderão abater, em qualquer época do ano, mas unicamente em seus "stands", pombos domésticos comuns, desde que se obriguem a doar às casas de caridade oitenta por cento dos abatidos em cada exercício ou concurso.

Art. 19. As sociedades de tiro ao vôo com "stands" de tiro poderão requisitar à Divisão de Caça e Pesca, para os associados respectivos, uma licença especial para trânsito com arma de caça e de esporte, durante o defeso e dentro de perímetro determinado, cabendo à Divisão de Caça e Pesca comunicar à Polícia Civil os nomes dos favorecidos com essa licença.

CAPÍTULO III

DOS PARQUES DE CRIAÇÃO E DE REFÚGIO

Art. 20. A União, os Estados e os Municípios estimularão, pela maneira que julgarem mais convenientes; a formação de fazendas, sítios ou granjas para criação de animais silvestres.

Art. 21. Serão destinadas terras públicas do domínio da União, dos Estados e dos Municípios, a juízo dos respectivos Governos, a parques de criação e de refúgio.

Parágrafo único. A União poderá reconhecer, em qualquer tempo, como nacionais, os parques criados pelos Estados e pelos Municípios.

Art. 22. Mediante solicitação dos proprietários, poderão ser equiparados a parques de refúgio estabelecimentos rurais que possuam aguadas e reservas florestais.

CAPÍTULO IV

DAS LICENÇAS

Art. 23. Para o exercício da caça e do tiro ao vô são necessárias duas licenças: uma para o trânsito com arma de caça, expedida pela Polícia Civil, e outra para o exercício da caça ou tiro ao vô, concedida pela Divisão de Caça e Pesca ou repartições devidamente autorizadas, mediante a apresentação da primeira.

Parágrafo único. Os caçadores quando oficiais do Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Militares ficam isentos da apresentação da licença para trânsito com arma de caça a que se refere este artigo.

Art. 24. O Ministério da Agricultura poderá entrar em entendimento com o da Fazenda para o licenciamento de caçadores, por intermédio das repartições arrecadadoras federais.

Art. 25. A licença para o trânsito com arma de caça e a destinada ao exercício da caça e tiro ao vô terão caráter pessoal e intransferível, valendo em todo o território nacional, durante o ano em que forem expedidas.

Art. 26. É facultado à Divisão de Caça e Pesca conceder a cientistas pertencentes ou indicados por instituições científicas, oficiais ou oficializadas, licença especial para a coleta de material destinado a fins científicos.

§ 1.º Em se tratando de cientistas estrangeiros deverá o pedido de licença ser encaminhado à Divisão de Caça e Pesca, por intermédio de instituição científica oficial do país.

§ 2.º As instituições a que se refere este artigo, para efeito da renovação anual da licença, darão ciência à Divisão de Caça e Pesca, por meio de relatório sucinto, das atividades dos cientistas licenciados no ano anterior.

§ 3.º As licenças referidas neste artigo não poderão ser utilizadas para fins comerciais ou esportivos.

Art. 27. O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil ouvirá a Divisão de Caça e Pesca toda a vez que, nos processos em julgamento, houver matéria referente à caça.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO NACIONAL DE CAÇA

Art. 28. O Conselho Nacional de Caça será constituído de quatro membros nomeados pelo Presidente da República, por indicação do ministro da Agricultura, sendo:

- a) um representante da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura;
- b) um representante do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura;
- c) um zoólogo, professor de um dos institutos do Ministério da Agricultura;
- d) um jurista.

§ 1.º O diretor da Divisão de Caça e Pesca poderá assistir às sessões e debater os assuntos levados à consideração do Conselho.

§ 2.º Ao diretor geral do Departamento Nacional da Produção Animal aplica-se o disposto no parágrafo anterior.

Art. 29. O conselheiro que faltar, sem causa justificada, a cinco sessões ordinárias consecutivas do Conselho, perderá o cargo, devendo ser o fato levado ao conhecimento do ministro da Agricultura, para efeito de exoneração.

Art. 30. Servirá de secretário do Conselho um oficial administrativo do Ministério da Agricultura.

Art. 31. Ao Conselho Nacional de Caça incumbe:

- a) sugerir ao ministro da Agricultura, justificadamente, qualquer emenda ou alteração em dispositivo deste Código;
- b) aprovar instruções da Divisão de Caça e Pesca para atividades de caçadores ou de pessoas que se ocupem com os negócios decorrentes da caça;
- c) opinar, sempre que isso lhe fôr determinado pelo Govêrno, sôbre as matérias de que trata este Código;
- d) emitir parecer sôbre os assuntos que lhe forem submetidos pela Divisão de Caça e Pesca;
- e) patrocinar competições de caça e de tiro ao vôo;
- f) promover a Festa da Ave, anualmente, com o concurso de institutos de ensino, públicos e particulares;
- g) organizar congressos de caça e exposições de cães de caça, armas, petrechos e troféus de caça;
- h) desempenhar as atribuições que lhe devam caber em consequência de dispositivos deste Código.

Parágrafo único. O Conselho elaborará o seu Regimento Interno, devendo submetê-lo à aprovação do ministro da Agricultura.

CAPÍTULO VI

DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA

Art. 32. Ficam obrigadas a registo na Divisão de Caça e Pesca as firmas e emprêsas que negociem:

- a) em couros, peles e penas de animais silvestres;
- b) em borboletas e outros insetos ornamentais, bem como em curiosidades com êles feitas;
- c) em animais silvestres vivos;
- d) em animais silvestres preparados ou seus produtos.

§ 1.º A Divisão de Caça e Pesca baixará instruções aprovadas pelo Conselho Nacional de Caça, que regulem tôdas as formas e modalidades de comércio a que se refere este artigo.

§ 2.º Nas instruções reguladoras do registo das firmas e empresas que comerciem em animais silvestres vivos, poderá a Divisão de Caça e Pesca criar, a título de licença, uma taxa anual para as diferentes formas de tal comércio.

Art. 33. As firmas e empresas registadas ficam obrigadas à apresentação de declarações de estoques e valores nos períodos designados pela Divisão de Caça e Pesca, sob as penas deste Código.

Art. 34. Durante o defeso é terminantemente proibida a aquisição de couros e peles de animais silvestres.

Parágrafo único. Não se compreendem neste artigo os couros e peles constantes de estoques já declarados e as compras realizadas em regiões onde, a juízo do Conselho Nacional de Caça, não haja desvantagem, para a fauna silvestre nacional, em caçar permanentemente e existam indivíduos que, nessa ocupação, encontrem meios de subsistência.

Art. 35. O transporte de couros e peles de animais silvestres, durante o defeso, será regulado em instruções baixadas pela Divisão de Caça e Pesca e aprovadas pelo Conselho Nacional de Caça.

§ 1.º A Divisão de Caça e Pesca tornará público, anualmente, o período em que as empresas de transporte não poderão conduzir peles de animais silvestres, nas diferentes regiões do país.

§ 2.º Ao infrator do disposto neste artigo é aplicável multa, além da apreensão do material transportado.

Art. 36. A Divisão de Caça e Pesca, com a aprovação do Conselho Nacional de Caça, determinará o tamanho mínimo de couros e peles de cada espécie, afim de que seja permitido o seu comércio.

§ 1.º Esse tamanho será fixado pela medida feita da ponta do focinho à base da cauda.

§ 2.º Todos os couros e peles encontrados em desacôrdo como o estabelecido neste artigo serão apreendidos, ficando o infrator sujeito ao pagamento de multa.

Art. 37. Verificada a contumácia pelas reincidências, será cassado o registo a que se refere o art. 32, além da multa prevista.

Art. 38. É expressamente proibido o comércio de couros e peles de espécies raras ou protegidas, especialmente de anta, de cervo e de lobo.

Art. 39. O negócio com peles de anfíbios anuros (sapos, rãs, perezecas), de pequenos lacertílios e de cobras, exceto as nocivas, só será permitido quando provierem de criadouros registados na Divisão de Caça e Pesca, ou se forem originárias de regiões do país onde, a juízo do Conselho Nacional de Caça, haja conveniência em consentir nessa atividade.

Parágrafo único. Os grandes lacertílios poderão ser considerados caça, a juízo do Conselho Nacional de Caça.

Art. 40. O comércio de peles de nútrias (ratão do banhado), lontras e ariranhas ou de quaisquer animais que precisem proteção poderá ser proibido anualmente, por deliberação do Conselho Nacional de Caça, desde que as peles não provenham de criadouros registados.

Art. 41. O Governo incentivará a construção de criadouros de animais silvestres, especialmente de nútrias (ratões do banhado), perdizes, anuros e lacertílios.

§ 1.º Serão fornecidos gratuitamente aos interessados os planos desses criadouros e as instruções para o seu funcionamento.

§ 2.º A venda dos animais ou dos sub-produtos respectivos, procedentes desses criadouros, é livre em qualquer época do ano, mediante guia de autorização da Divisão de Caça e Pesca, que será fornecida gratuitamente.

Art. 42. Só será permitido o transporte, interestadual e para o exterior, de animais silvestres em cativeiro, quando êstes se acharem acompanhados de certificados de sanidade e de trânsito expedidos pelas repartições competentes.

Art. 43. O registo, o funcionamento e o abastecimento das fábricas de conservas de caça serão regulados por instruções especiais baixadas pela Divisão de Caça e Pesca e aprovadas pelo Conselho Nacional de Caça.

§ 1.º Durante o defeso fica terminantemente proibida a aquisição de caça, salvo quando proveniente de criadouros ou das regiões a que se refere o parágrafo único do artigo 34.

§ 2.º A Divisão de Caça e Pesca poderá proibir, temporária ou definitivamente, a fabricação de conservas de determinadas espécies de animais silvestres.

CAPÍTULO VII

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 44. A fiscalização da caça caberá, em todo o território nacional, à Divisão de Caça e Pesca e às repartições congêneres dos Estados que possuam delegação de competência.

§ 1.º Poderão ser incumbidos dessa fiscalização os funcionários da União, dos Estados e dos Municípios e, dentro das respectivas propriedades, os proprietários rurais ou seus prepostos e guardas-caça.

§ 2.º Os guardas-caça a que se refere o parágrafo anterior serão pagos pelos respectivos proprietários e, só depois de registados na Divisão da Caça e Pesca, poderão exercer as funções.

Art. 45. A Polícia Civil e as Prefeituras Municipais são obrigadas a cooperar na fiscalização da caça.

Art. 46. Às pessoas legalmente incumbidas da fiscalização prevista neste Código é vedado o trânsito com arma de caça, bem como o exercício desta sob qualquer forma.

§ 1.º As pessoas de que trata êste artigo terão, entretanto, direito, no exercício de suas funções, ao porte de armas de defesa, ficando equiparadas aos agentes de segurança pública e aos oficiais de justiça, cabendo-lhes em relação à polícia de caça os mesmos deveres e atribuições.

§ 2.º A Polícia Civil concederá, gratuitamente, a licença para porte de arma às pessoas de que trata o presente artigo.

Art. 47. As pessoas legalmente incumbidas da fiscalização da caça terão autoridade para atuar e prender os infratores dêste Código.

Parágrafo único. Sempre que em virtude de desacato ou outros crimes cometidos no exercício da caça ou de sua fiscalização se fizer necessária a prisão do contraventor, êste deverá ser recolhido à delegacia mais próxima, onde ficará à disposição da autoridade competente para a formação do processo respectivo.

CAPÍTULO VIII

DA TRIBUTAÇÃO

Art. 48. As licenças para caçar, quer sejam para abater ou para capturar animais silvestres, pagarão unicamente em selo Pro-fauna uma taxa de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) as de profissionais, de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) as de amadores nacionais ou de estrangeiros com residência permanente no país e de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) mensais as de turistas.

Parágrafo único. Os proprietários rurais ou seus prepostos, para que

possam vender couros e peles de animais silvestres nocivos às suas lavouras ou criações, ficam sujeitos ao pagamento da taxa anual de Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros).

Art. 49. No requerimento para concessão da licença de que trata o art. 19 d'este Código será aposto um selo Pro-fauna de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros).

Art. 50. Todos os requerimentos, defesas, memoriais, atos, termos e documentos referentes à caça, quer se processem perante repartições administrativas da República, quer perante o Juízo Criminal, estarão sujeitos ao selo Pro-fauna, no valor de Cr\$ 0,20 (vinte centavos) por fôlha.

Art. 51. Todos os cartuchos de papelão e metal, de procedência estrangeira, vãos ou carregados, para caça, calibre 36 (inclusive) a 12 ou superior, ficarão sujeitos ao selo Pro-fauna, no valor de Cr\$ 0,02 (dois centavos) por cartucho.

Parágrafo único. As autoridades policiais não poderão autorizar a retirada do material a que se refere este artigo das Alfândegas, Trapiches ou Depósitos alfandegados, sem que tenha sido pago na respectiva guia de permissão ou fatura consular o selo Pro-fauna devido.

Art. 52. A exportação de couros e peles, penas, lepidópteros ou objetos com eles feitos só será permitida mediante o pagamento de uma taxa *ad-valorem* que não poderá exceder de 10% (dez por cento), de acordo com a tabela que a Divisão de Caça e Pesca elaborar, com base no valor oficial do produto, e aprovada pelo Conselho Nacional de Caça.

Parágrafo único. Ficam isentos da taxa os couros, peles, penas, lepidópteros e outros insetos ornamentais, quando provenientes de criadouros registrados na Divisão de Caça e Pesca, bem como os couros e peles curtidos no país.

Art. 53. A exportação de animais silvestres vivos ou preparados e de seus produtos só será permitida mediante pagamento, em selo Pro-fauna, de uma taxa que variará, para as diferentes espécies, de acordo com a tabela elaborada pela Divisão de Caça e Pesca e aprovada pelo Conselho Nacional de Caça.

Art. 54. As guias de trânsito de que trata este Código serão equiparadas aos atestados, para efeito de pagamento de imposto do selo.

Art. 55. O transporte interestadual de animais silvestres, a que se refere o artigo 42, estará sujeito a uma taxa, em selo Pro-fauna, que variará de Cr\$ 0,10 (dez centavos) a Cr\$ 2,00 (dois cruzeiros), por exemplar, de acordo com a espécie e a tabela organizada pela Divisão de Caça e Pesca e aprovada pelo Conselho Nacional de Caça.

Art. 56. O registro das firmas e empresas a que se referem as alíneas *a*, *b* e *d* do art. 32, será feito com a observância do disposto neste Código e pagamento de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) em selo Pro-fauna.

Parágrafo único. O registro das firmas e empresas a que se refere a alínea *c* do art. 32 fica sujeito às instruções que forem baixadas pela Divisão de Caça e Pesca, ouvido o Conselho Nacional de Caça, devendo ser fixada, nessas instruções, a título de licença, uma taxa anual para as diferentes formas de tal comércio.

Art. 57. Far-se-á, com a cobrança da taxa de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros), paga em selo Pro-fauna, o registro dos criadouros.

Art. 58. A taxa Pro-fauna será arrecadada em selo adesivo ou por verba.

Art. 59. A aposição e inutilização do selo adesivo Pro-fauna, a que se refere o artigo anterior, obedecerão às normas estabelecidas no Regulamento da Lei do Selo.

Art. 60. A Casa da Moeda, de acordo com o regime prescrito no Regulamento do Selo, imprimirá, ouvido o Conselho Nacional de Caça, estampi-

lhas especiais e simbólicas do sêlo Pro-fauna, que terão curso geral e serão emitidas para emprêgo sem prazo pré-estabelecido.

Art. 61. O produto da arrecadação em sêlo Pro-fauna será escriturado, em título próprio, como Receita Geral da União.

Art. 62. Dentro dos limites da arrecadação produzida pelo sêlo Pro-fauna será consignada, anualmente, no orçamento da despesa do Ministério da Agricultura, a dotação necessária ao desenvolvimento do programa organizado pela Divisão de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal, com a aprovação do Conselho Nacional de Caça, e que consistirá na formação e fiscalização de refúgios para animais da fauna indígena, bem como:

a) na instalação e fiscalização dos Entrepostos de Couros, Peles e Penas de animais silvestres;

b) em prêmios de animação aos criadouros de animais silvestres registrados na Divisão de Caça e Pesca;

c) na organização dos serviços de fiscalização do exercício da caça;

d) na propaganda e divulgação de programas de proteção à fauna;

e) na execução do disposto nas alíneas e, f e g do art. 31;

f) em outros misteres julgados importantes pelo Conselho Nacional de Caça.

CAPÍTULO IX

DAS INFRAÇÕES EM GERAL E DOS INFRATORES

Art. 63. As infrações dos dispositivos dêste Código, dos regulamentos e das portarias e instruções em virtude dêles expedidas são consideradas contravenções e puníveis na forma prevista no presente capítulo.

§ 1.º Os contraventores estão sujeitos, em qualquer caso, à cassação de licença para caçar, à apreensão e perda das armas e dos instrumentos venatórios e dos animais caçados e à pena pecuniária conversível, no caso de segunda infração, em prisão celular, na forma do art. 72.

§ 2.º As armas apreendidas em poder de contraventores serão remetidas com ofício às autoridades policiais, fazendo-se menção de suas características e, quando possível, do nome de seu fabricante, marca, espécie, número e calibre.

Art. 64. As infrações do disposto nos artigos 1.º, § 2.º, 8.º, 10.º, parágrafo único, 15, 23, 25, 33, 35, 39, 42 e 43, parágrafo único, serão punidas com a multa de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros).

Art. 65. As infrações do disposto nos arts. 11, 14, 26, § 3.º, 32, 34, 36, 38, 40 e 43 serão punidas com a multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros).

Art. 66. Incorrerá na multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) o proprietário de mercearia, hotel, restaurante, pensão ou bar que entregar ao consumo aves silvestres nacionais, desde que estas não provenham de estabelecimentos de criação registrados na Divisão de Caça e Pesca.

Art. 67. O caçador amador que negociar com o produto de sua caça será punido com a multa de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) e Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros).

Art. 68. O infrator do art. 1.º, § 2.º, perderá a caça para o proprietário do terreno onde caçar sem consentimento, ficando sujeito, além da multa prevista no art. 64, às penalidades civis que no caso couberem.

Art. 69. Os couros, as peles, as penas de animais silvestres, bem como as borboletas e insetos ornamentais que transitarem em desacôrdo com as instruções da Divisão de Caça e Pesca, serão apreendidos.

§ 1.º Estão igualmente sujeitos à apreensão os animais silvestres, vivos ou mortos, que transitarem ou forem mantidos em cativeiro, contra as instruções da Divisão de Caça e Pesca.

§ 2.º Os produtos a que se refere este artigo, quando apreendidos, poderão ser vendidos, doados ou inutilizados, a juízo da Divisão de Caça e Pesca.

Art. 70. A infração do art. 46, quando cometida por guarda fiscal ou vigia da Divisão de Caça e Pesca, será punida de acôrdo com as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.

§ 1.º Quando a infração for praticada por guarda-caça particular, ser-lhe-á aplicada a multa de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) e, no caso de reincidência, cassado o registro.

§ 2.º O proprietário ou seu preposto que fornecer armas de caça ao guarda-caça de sua propriedade ou for com este conivente nas contravenções deste Código, será passível da mesma multa, cobrada em dôbro aos reincidentes.

Art. 71. Os funcionários que contribuírem para a infração do disposto no Capítulo VIII deste Código ficarão sujeitos à multa de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), independentemente de outras penalidades de lei.

Art. 72. No caso de segunda infração, tôdas as penas pecuniárias previstas nesta lei, não pagas ou não depositadas judicialmente dentro de 48 horas, a contar da condenação, serão conversíveis em prisão celular, que não poderá exceder de 60 dias.

Art. 73. Os funcionários e extranumerários da Divisão de Caça e Pesca, os guardas-caça particulares, as autoridades administrativas ou policiais da União, dos Estados e dos Municípios e seus agentes ou qualquer pessoa do povo, podem efetuar a prisão em flagrante de contraventores dos dispositivos deste Código, conduzindo-os à repartição policial mais próxima à disposição da autoridade competente para o processo.

Art. 74. O processo por infração do art. 1.º, § 2.º, poderá ser iniciado mediante queixa ou denúncia do dono ou locatário do imóvel, de seu preposto ou procurador, à Divisão de Caça e Pesca ou à autoridade administrativa regional com a competência delegada de acôrdo com o decreto-lei n. 1.159, de 15 de março de 1939, ou policial.

Art. 75. Os funcionários e extranumerários encarregados da fiscalização da caça e, na falta destes, as autoridades policiais, lavrarão autos de tôdas as infrações referidas neste Código e nos regulamentos, portarias e instruções em vigor.

§ 1.º O auto será lavrado dentro de 24 horas, em 2 vias e subscrito pela autoridade competente e, quando possível, pelo infrator e por duas testemunhas — dêle devendo constar o nome do infrator, a natureza da infração, a data e o local onde a mesma se verificou.

§ 2.º A primeira via do auto será remetida, em 48 horas, à Divisão de Caça e Pesca, ou à autoridade administrativa regional com a competência delegada na forma do artigo 74, para o seguimento do processo, e a 2.ª via será entregue ou remetida ao infrator pelo correio, em igual prazo.

Art. 76. O infrator será notificado para apresentar, dentro do prazo de 10 dias, a sua defesa, a qual será remetida à Divisão de Caça e Pesca, por intermédio da repartição indicada por quem expedir a aludida notificação.

Art. 77. A repartição a que se refere o artigo anterior comunicará imediatamente à Divisão de Caça e Pesca ou autoridade competente para o processo, por meio de telegrama, o recebimento da defesa, encaminhando-a devidamente, sem perda de tempo.

§ 1.º A repartição a que se refere o art. 76 tomará conhecimento da defesa, encaminhando-a com a necessária informação, quando o auto de infração for lavrado em zona sob a sua jurisdição.

§ 2.º Recebida a defesa, será esta anexada aos autos de infração.

Art. 78. O despacho deverá ser proferido no prazo de 48 horas, contado da conclusão do processo à autoridade julgadora.

Art. 79. Dentro de 15 dias, a contar da notificação no *Diário Oficial*, poderá o infrator recorrer:

a) para a Divisão de Caça e Pesca do despacho de autoridades com competência delegada;

b) para o ministro da Agricultura, por intermédio do diretor geral do Departamento Nacional da Produção Animal, do despacho da Divisão de Caça e Pesca.

Art. 80. Caracterizará a revelia do infrator a falta de comunicação, em tempo hábil, da remessa da defesa.

Parágrafo único. Findo o prazo de 40 dias, contados da data em que foi enviada a defesa, e não tendo sido esta recebida, a Divisão de Caça e Pesca julgará o processo obedecendo ao mesmo prazo em relação ao julgamento dos reveis.

Art. 81. O proprietário, possuidor ou locador do imóvel, por si ou por preposto ou procurador, e as autoridades discriminadas no art. 74 poderão recorrer no prazo de 15 dias do despacho que absolver o infrator ou deixar de aplicar multa.

Art. 82. Decorrido o prazo para recurso do despacho que impuser a multa ou confirmada esta pela Divisão de Caça e Pesca ou pelo ministro da Agricultura, será a mesma inscrita como dívida ativa.

Art. 83. No caso de segunda infração julgada definitivamente e não sendo paga a multa dentro de 48 horas, a autoridade administrativa remeterá os respectivos autos ao juízo da Comarca ou Termo onde a mesma se houver verificado para a aplicação da pena, na forma do art. 72 e da legislação em vigor.

Art. 84. Os crimes cometidos no exercício da caça e os que com esta se relacionarem serão punidos de acordo com os preceitos do Código Penal que lhes forem aplicáveis.

Art. 85. O contraventor preso em flagrante, que resistir violentamente, se não for primário, será sempre punido no grau máximo.

Art. 86. Os contraventores, autores ou cúmplices de crimes cometidos no exercício da caça, ou que com este se relacionarem, serão processados e julgados de acordo com os preceitos do Código do Processo Penal que lhes forem aplicáveis.

Parágrafo único. A competência de juízo será determinada nas leis da organização judiciária.

Art. 87. As multas decorrentes de infrações dos preceitos deste Código serão cobradas em sêlo por verba, sob o título "Pró-fauna".

Parágrafo único. A prova de pagamento do sêlo Pró-fauna, quando referente a multas, deverá constar da folha do processo que contiver o último termo.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 88. Os conselheiros mencionados no art. 28 terão direito a uma diária de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por sessão a que comparecerem, não podendo, entretanto, perceber mais de mil cruzeiros por mês.

Art. 89. A Divisão de Caça e Pesca, ouvido o Conselho Nacional de Caça, baixará instruções referentes:

a) a permuta ou venda de animais silvestres destinados aos parques de criação;

b) às armadilhas ou aparelhos com que devam ser capturados os animais destinados a êsses parques, segundo as espécies dos mesmos;

c) à enumeração das espécies de animais daninhos e dos animais úteis à agricultura;

d) à fiscalização dos criadouros;

e) às instalações e cláusulas utilizadas no transporte e na manutenção, em cativeiro, de animais silvestres.

Art. 90. O Governo poderá delegar aos Estados as atribuições fiscais dêste Código.

Art. 91. Os casos omissos no presente Código serão resolvidos pelo ministro da Agricultura, ouvido o Conselho Nacional de Caça.

Art. 92. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1943.

GETULIO VARGAS.

Apolônio Sales.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.895 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1943

Autoriza o aproveitamento de individuos de capacidade reduzida e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Departamento Administrativo do Serviço Público autorizado a estudar e a expedir normas para o aproveitamento de indivíduos de capacidade reduzida nos cargos ou funções do Serviço Civil Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.896 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1943

Dispõe sobre a transferência, à Companhia Paulista de Força e Luz, de autorização dada à Companhia Força e Luz do Avanhadava

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os direitos e obrigações que, pelo decreto-lei n. 3.753, de 24 de outubro de 1941, são da Companhia Força e Luz do Avanhadava,

ficam transferidos à Companhia Paulista de Fôrça e Luz, com sede nesta capital.

Art. 2.º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 5.897 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1943

Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 4.818, de 8 de outubro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogada, até o encerramento do exercício de 1944, a vigência do crédito especial de quatrocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e vinte cruzeiros (Cr\$ 487.520,00), aberto ao Ministério da Educação e Saúde pelo decreto-lei n. 4.818, de 8 de outubro de 1942, para auxílio a mutilados e paralíticos.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.898 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 1.652.923,00 Para aquisição de produtos destinados ao combate à malária

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de um milhão, seiscentos e cinquenta e dois mil, novecentos e vinte e três cruzeiros (Cr\$ 1.652.923,00), para atender às despesas (Material) com a aquisição de cloridrato de quinino e de Verde Paris, destinados ao combate à malária no território nacional.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.
 Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.899 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1943

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 3.774,30, para pagamento de salários

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 3.774,30 (três mil setecentos e setenta e quatro cruzeiros e trinta centavos), para ocorrer ao pagamento do salário a que fizeram jus, no mês de novembro de 1937, os extranumerários do Departamento Nacional do Trabalho — João Ribeiro de Castro, Carlos Moreira Lima, Neréia Ferreira Marques de Andrade Bandeira, Arlete da Silva Araújo Kammsetzer, Helena de Almeida, Cristiano Tórres Filho, Maria Lucília de Paiva e Luiz Pedro Sanches de Queiroz.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.900 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1943

Altera, sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Guerra

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas as seguintes alterações no atual orçamento do Ministério da Guerra (Anexo n. 15 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942):

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação I — Material Permanente

S/c. n. 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou

técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria

Passa de	Cr\$ 5.000.000,00
Para	Cr\$ 4.000.000,00

(Redução: Cr\$ 1.000.000,00).

Consignação II — Material de Consumo

S/c. 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação, artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação

Passa de	Cr\$ 5.000.000,00
Para	Cr\$ 6.000.000,00

(Aumento: Cr\$ 1.000.000,00).

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.901 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1943

Dispõe sobre as normas nacionais para a revisão quinquenal da divisão administrativa e judiciária do país

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A legislação orgânica nacional que regula a revisão dos quadros territoriais das Unidades da Federação, a ser feita quinquenalmente pelos Governos respectivos, ficam incorporados os preceitos desta lei.

Art. 2.º As leis quinquenais regionais de divisão territorial — administrativa e judiciária — serão baixadas pelos Governos das Unidades Federadas até 30 de novembro dos anos de milésimo 3 e 8.

Art. 3.º A divisão territorial brasileira não poderá ser modificada durante o quinquênio de vigência, nem na parte judiciária, nem na parte administrativa a não ser nos casos expressamente previstos no decreto-lei n. 311, de 2 de março de 1938.

Art. 4.º No preparo da lei quinquenal, a que se referem os artigos anteriores, serão observadas em cada Unidade da Federação durante o ano de referência, as seguintes normas:

I — Para o estudo da revisão do quadro territorial correspondente, não só quanto à sua composição, como também quanto à delimitação e toponímia dos seus elementos, o Governo de cada Unidade Federativa designará

uma Comissão, que apresentará ao Governo o respectivo projeto até 30 de maio.

II — O Governo da Unidade Federativa, depois de ouvir o respectivo Conselho Administrativo, encaminhará ao Conselho Nacional de Geografia o projeto elaborado, de modo que este dê entrada na Secretaria Geral do mesmo Conselho no Rio de Janeiro, até 30 de julho.

III — Caberá ao Conselho fazer o cotejo geral dos projetos, restitui-los aos Governos respectivos até 30 de setembro, promovendo as adaptações que se fizerem necessárias, à fiel observância, no conjunto nacional, dos preceitos gerais previstos na legislação, e encaminhá-los, a seguir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para os fins previstos no art. 32, item XIX, do decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939.

IV — Ultimadas as providências necessárias, o Governo da Unidade Federativa baixará a lei de fixação do quadro territorial para o quinquênio seguinte, determinando ao mesmo tempo o início de sua vigência a 1.º de janeiro, com a solene comemoração em tôdas as sedes municipais do "Dia do Município", segundo o ritual assentado por proposta do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Art. 5.º O disposto no artigo anterior prevalecerá no preparo das leis regionais que fixarão, no corrente ano, a divisão territorial das Unidades da Federação, a vigorar inalteravelmente no quinquênio de 1.º de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, serão as seguintes, na revisão em processo, as datas terminais dos prazos para o preparo das leis regionais: 30 de outubro, para a Comissão Revisora apresentar ao Governo respectivo o projeto da revisão; 15 de novembro, para a entrada do projeto elaborado na Secretaria do Conselho Nacional de Geografia, acompanhado do parecer do Conselho Administrativo do Estado a que o mesmo se refira; 30 de novembro, para encaminhamento dos projetos, pelo Conselho Nacional de Geografia, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores; 31 de dezembro, para promulgação da lei pelo Governo do Estado, depois da aprovação do Presidente da República.

Art. 6.º As leis quinquenais de divisão territorial obedecerão ao modelo previsto na legislação, efetuadas as alterações exigidas pelas peculiaridades locais.

Art. 7.º Ficam estabelecidas as seguintes normas para a eliminação, no País, da repetição de topônimos de Cidades e Vilas, a efetivar-se no novo quadro territorial em preparo:

I — Quando duas ou mais localidades tiverem a mesma denominação, esta prevalecerá para a de mais elevada categoria administrativa ou judiciária, na seguinte ordem de precedência: Capital, sede de Comarca, sede de Termo, sede de Município, sede de Distrito.

II — No caso de haver mais de uma localidade da mesma categoria com o mesmo nome, este será mantido naquela que o possuir há mais tempo.

III — Como novos topônimos, deverão ser evitadas designações de datas, vocábulos estrangeiros, nomes de pessoas vivas, expressões compostas de mais de duas palavras sendo, no entanto, recomendável a adoção de nomes indígenas ou outros com propriedade local.

IV — Não se consideram nomes novos, e portanto não estão sujeitos ao disposto no item precedente, os casos de restabelecimento de antigas designações ligadas às tradições locais, vedadas, porém, as composições de mais de três palavras.

Parágrafo único. Exceções a essas normas, no que toca ao direito de prioridade na nomenclatura, serão admitidas, se ocorrerem motivos imperiosos, mediante acôrdo entre os Governos das Unidades Federativas interessadas.

Art. 8.º No desempenho das atribuições que lhe confere a lei, o Conselho Nacional de Geografia baixará as instruções necessárias aos trabalhos de revisão quinquenal dos quadros territoriais, prestando, como órgão consultivo e técnico, os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

Art. 9.º Na divisão territorial do País, o Distrito Federal será computado, nas diferentes categorias do respectivo quadro, como unidade única, tanto no quadro das comarcas e têrmos, como no dos municípios e distritos.

Parágrafo único. Do mesmo modo se procederá quando a comarca não for dividida em têrmos ou estes não foram divididos em distritos.

Art. 10. O Território de Fernando de Noronha, de acôrdo com a legislação atual, figurará com aquela designação na categoria de unidade política, não se computando, porém, entre as circunscrições administrativas e judiciárias.

Art. 11. A revisão da nomenclatura das estações ferroviárias, prevista no decreto-lei n. 3.599, de 6 de setembro de 1941, será ultimada e efetivada em 1944, cabendo ao Conselho Nacional de Geografia ajustá-la à nova toponímia das Cidades e Vilas brasileiras.

§ 1.º A estação ferroviária que for a única a servir a uma cidade ou vila, dentro do respectivo distrito, se designará pelo topônimo dessa localidade, não só no caso de ficar situada dentro do seu perímetro urbano ou suburbano, mas também quando estiver fora desse perímetro, desde que a situação de vizinhança a destine a ficar compreendida, em virtude do natural desenvolvimento da localidade, na respectiva área urbanizada.

§ 2.º As estações ferroviárias situadas nos municípios das Capitais poderão ter denominações especiais.

Art. 12. O Departamento Nacional de Estradas de Ferro, ouvido o Conselho Nacional de Geografia, aprovará os nomes para as estações que se abrirem ao tráfego, de acôrdo com as normas previstas na legislação, e providenciará para a mudança de denominação das estações já existentes sempre que ocorrer alteração na nomenclatura das localidades brasileiras servidas por estradas de ferro.

Art. 13. Os Governos das Unidades Federativas poderão a qualquer tempo, para atender a necessidades do serviço público, estabelecer ou alterar, em ato especial, a sub-divisão de qualquer distrito do respectivo quadro territorial.

§ 1.º A sub-divisão de um distrito se fará em circunscrições denominadas "sub-distritos", correspondentes a sub-unidades tanto administrativas como judiciárias.

§ 2.º A divisão sub-distrital deverá ser feita mediante fixação de linhas divisórias que distribuam todo o território do distrito pelos sub-distritos considerados necessários, formando áreas contínuas e conformes às mesmas normas que prevalecem na delimitação do município e do distrito (arts. 8.º e 9.º do decreto-lei n. 311).

§ 3.º Os sub-distritos não terão sede distinta da sede distrital, podendo as respectivas autoridades e serviços funcionar em qualquer ponto do seu território.

§ 4.º A divisão sub-distrital poderá atribuir a cada sub-distrito apenas uma parte de qualquer dos quadros urbano, suburbano ou rural, ou destinar-lhe um território que se estenda por mais de um dos referidos quadros.

§ 5.º Os sub-distritos de um distrito serão numerados seguidamente e designados apenas pelo respectivo ordinal.

§ 6.º Incluir-se-ão em os novos quadros territoriais, como sub-distritos, as atuais "zonas" judiciárias que não forem expressamente suprimidas.

Art. 14. O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.902 — DE 21 OUTUBRO DE 1943

Dispõe sobre o uniforme do pessoal das Guardamorias das Alfândegas, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Fica aprovado o plano de uniformes para os guarda-mores, guarda-mores auxiliares, comandantes aduaneiros, polícias fiscais e pessoal marítimo das Alfândegas, de acôrdo com os desenhos que acompanham o presente decreto-lei.

Art. 2.º É vedado a outras corporações civis e de policiamento fiscal o uso de uniformes semelhantes ao do plano aprovado por este decreto-lei.

Art. 3.º As insígnias não poderão ter qualquer semelhança com as das classes armadas.

Art. 4.º O Ministério da Fazenda providenciará a imediata distribuição às Guardamorias das Alfândegas da verba necessária para a execução do plano de uniformes, baixando instruções para o uso e duração das suas várias peças.

Art. 5.º Fica revogado o parágrafo único do art. 7.º do decreto-lei número 3.761, de 25 de outubro de 1941.

Art. 6.º O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

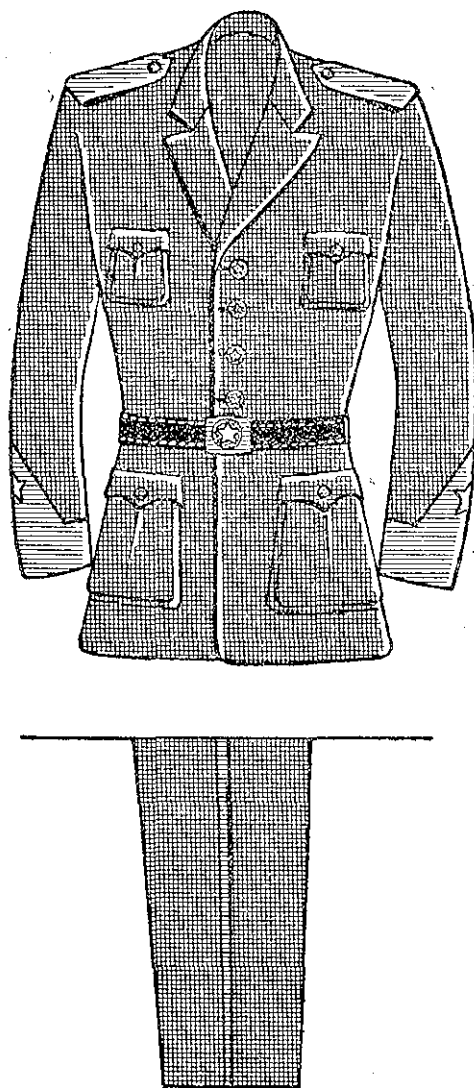
Plano de uniformes a que se refere o decreto-lei n. 5.902, de 21 de outubro de 1943

a) PARA GUARDA-MORES, GUARDA-MORES AUXILIARES E COMANDANTES ADUANEIROS

Em tecido de lã azul marinho.

Tipo:

Paletó sacco, gola de jaquetão, dianteiro de linha direita terminando em ângulo reto, abotoado por cinco botões dourados (fig. 27) colocados de 5 em 5 cm a começar no virado inferior da gola e a terminar um pouco acima



da cintura. De cada lado do peito, à altura das axilas haverá um pequeno bolso com portinhola, fechado por um botão dourado (fig. 28). Na parte dianteira, inferior, logo abaixo do cinto, em ambos os lados haverá bolsos comuns, com portinhola, fechados por um botão dourado (fig. 28). Todos os bolsos serão externos e cozidos com duas costuras, separadas 3 mm.

Calça de bainha lisa, tendo em tôda a extensão das costuras laterais, externas, um vivo de tecido de lã azul celeste, com 2 mm de grossura.

Figs. ns. 1-2

Em tecido branco, próprio para vestuário masculino, podendo, facultativamente, ser confeccionado em linho.

Tipo:

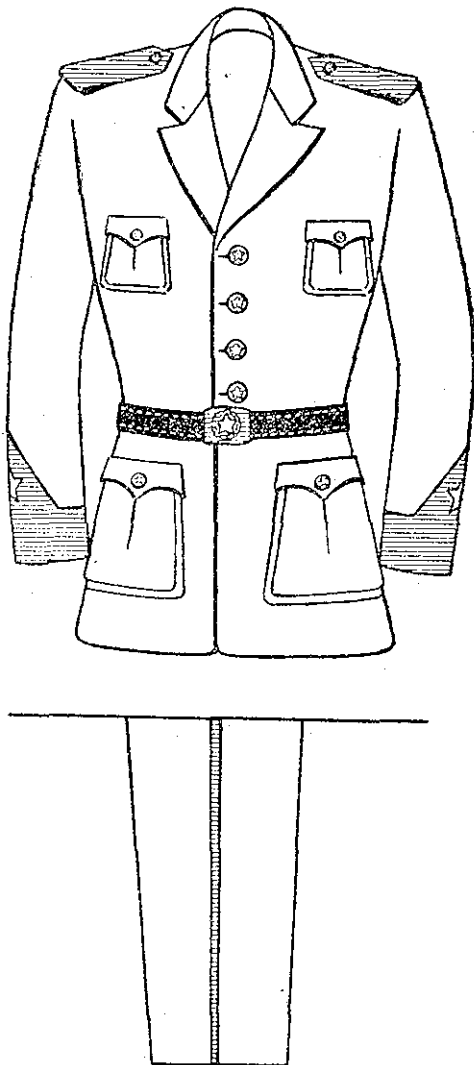
O mesmo do da fig. 1.

A calça, em tecido branco, liso, terá também como na da fig. 2, um vivo azul celeste de 2 mm de espessura, porém, em tecido de linho ou algodão.

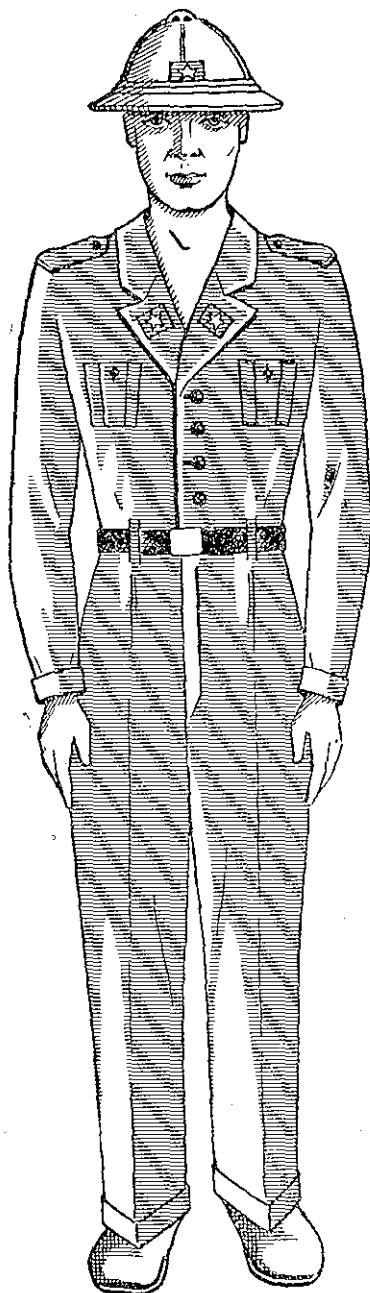
Observação

Nas extremidades das mangas do paletó a que se referem as figs. 1 e 3 haverá, em tecido azul celeste uma faixa de 5 mm de largura, pela face interna de costura a costura e, pela face externa, também de costura a costura, a mesma faixa formará um pronunciado ângulo com o vértice para cima e cuja altura máxima será de 10 cm. A 3 cm abaixo do vértice haverá uma estrêla de cinco pontas, bordada a canotilho prateado, brilhante, de 25 mm na maior largura ou de metal revestido de esmalte nas cores próprias (figura 26).

De acôrdo com o uniforme o tecido das faixas será de lã, linho ou algodão azul celeste.



Figs. ns. 3-4



b) PARA POLÍCIAS FISCAIS

Em tecido de algodão mescla, azul.

Camisa com gola tipo esporte, ombreiras nas mangas, que serão compridas, abotoadas nos punhos com botões pretos (fig. 30). O fechamento da camisa será por meio de botões pretos (fig. 29), espaçados de 10 em 10 cm.

A calça de bainha lisa, bolsos laterais.

c) PARA PATRÕES, MAQUINISTAS, MOTORISTAS

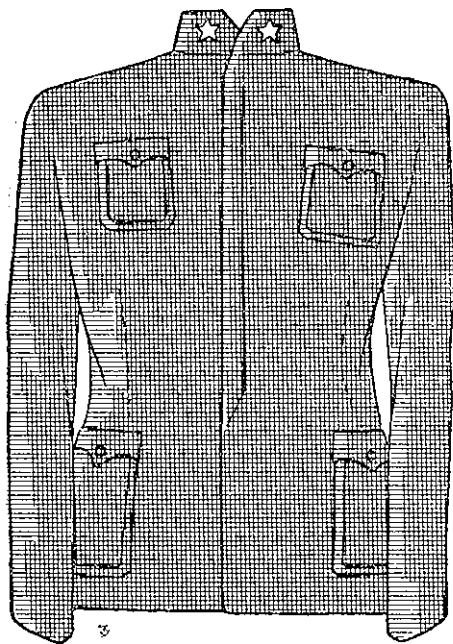


Fig. n. 6

Dólman de gola levantada em sarja azul marinho, abotoado por botões encobertos, tendo nas extremidades da gola o distintivo aduaneiro (fig. 26) e nos punhos das mangas, a 15 cm de altura, o distintivo das (figs. 31, 32 ou 33) de acôrdo com a especialidade.

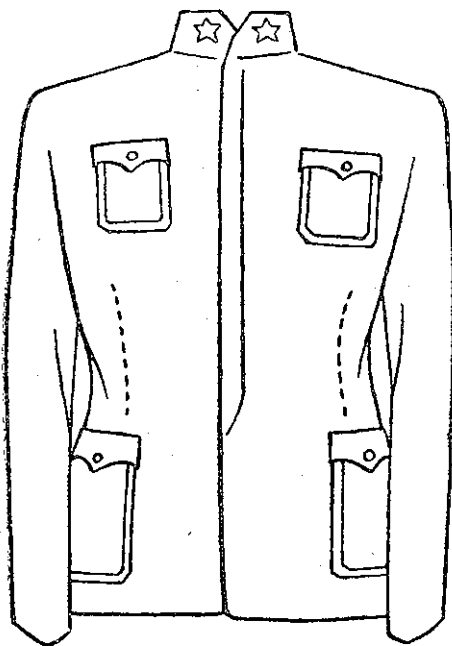


Fig. n. 7

Dolman em tudo idêntico ao da fig. 6, porém, em tecido de algodão branco, guarnecido com os distintivos respectivos.

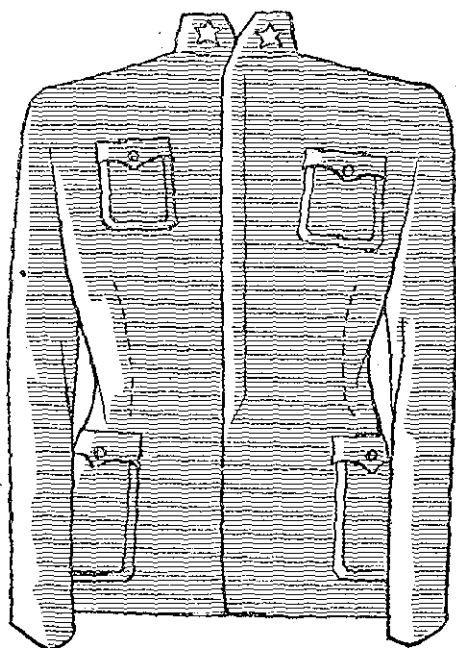


Fig. n. 8

Dólman em tudo idêntico ao da fig. 6, porém, em tecido mescla de algodão, azul, guarnecido com os distintivos respectivos.

d) PARA MARINHEIROS

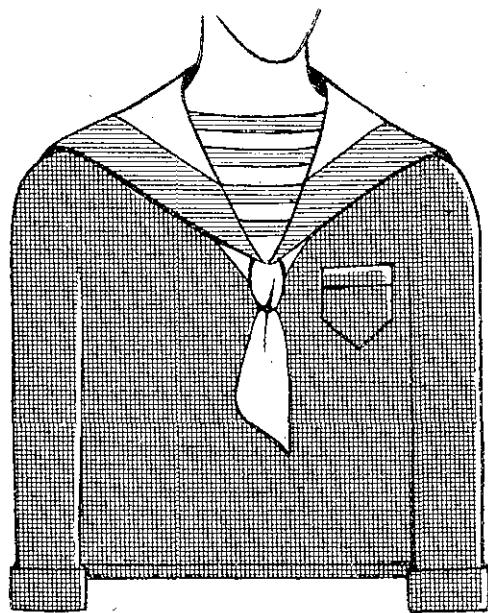


Fig. n. 9

Blusa sôta, em tecido de sarja de lã, azul marinho, com dois bolsos laterais à altura das axilas, gola branca guarnecida com uma faixa azul marinho de 5 cm de largura, com uma estrêla branca em cada ponta, em tecido de algodão (fig. 10). Como complemento haverá uma gravata de tecido branco de sêda.

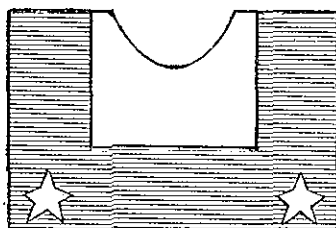


Fig n. 10

Gola em tecido de algodão branco guarnecida com uma faixa, azul marinho, de 5 cm, com uma estrêla de tecido branco, em cada ponta.

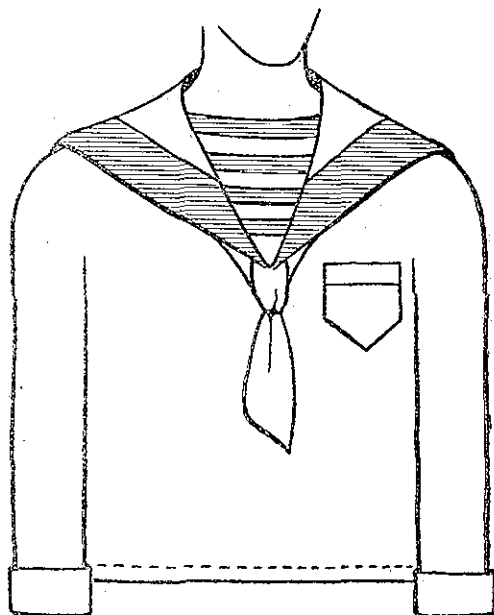


Fig. n. 11

Blusa em tudo idêntica à da fig. 9, porém em tecido de algodão branco. Gola e gravata iguais à fig. 10.

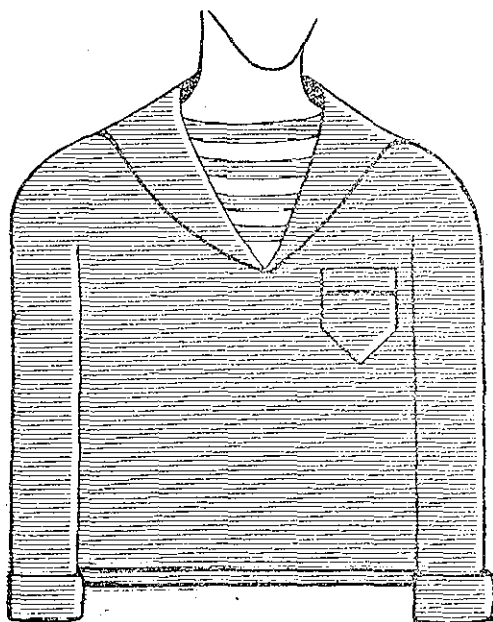


Fig. n. 12

Blusa solta em tudo idêntica à da fig. 9, em tecido mescla de algodão azul com a gola do mesmo tecido, sem gravata.

Observação

Estes uniformes serão usados sobre uma camiseta de algodão branco com listas azues.

e) PARA ARTÍFICES

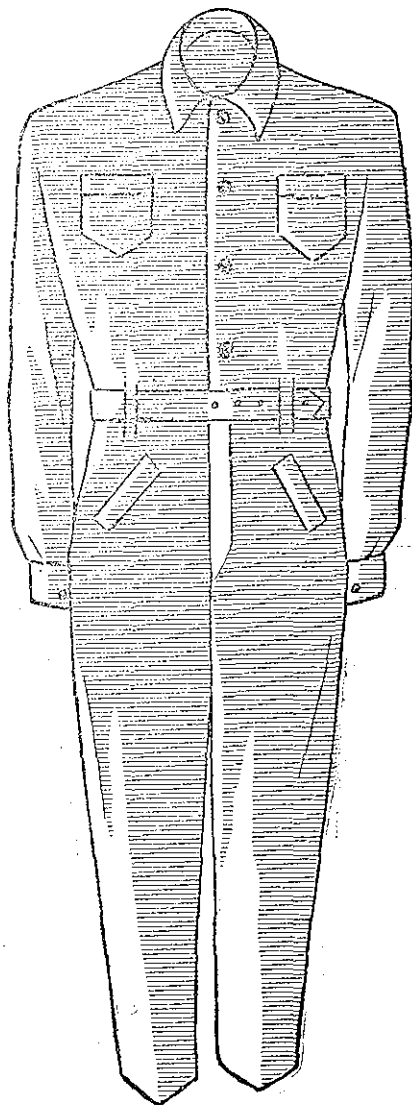


Fig. n. 13

Macacão em tecido de algodão mescla azul, com cinto do mesmo tecido, tendo dois bolsos, pequenos, à altura do peito e dois outros, maiores, nas calças. Na gola o distintivo da fig. 26.

**f) PELERINE PARA GUARDA-MOR, GUARDA-MOR AUXILIAR, COMANDANTE
ADUANEIRO E POLÍCIA FISCAL**

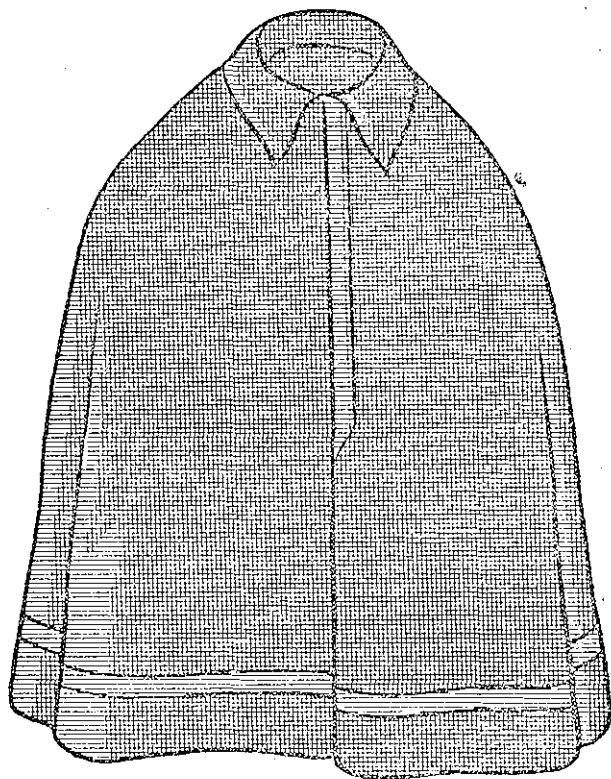


Fig. n. 14

Será de tecido de lã, azul ferrete, tendo nas pontas da gola um quadrilátero em tecido azul celeste e, ao centro dêste quadrilátero, uma estrela da figura 26.

Na barra, a 15 cm acima, haverá uma faixa de 5 cm de largura, em tecido azul ultramar, colocada horizontalmente em tôda a sua extensão.

g) JAPONA PARA O PESSOAL MARÍTIMO

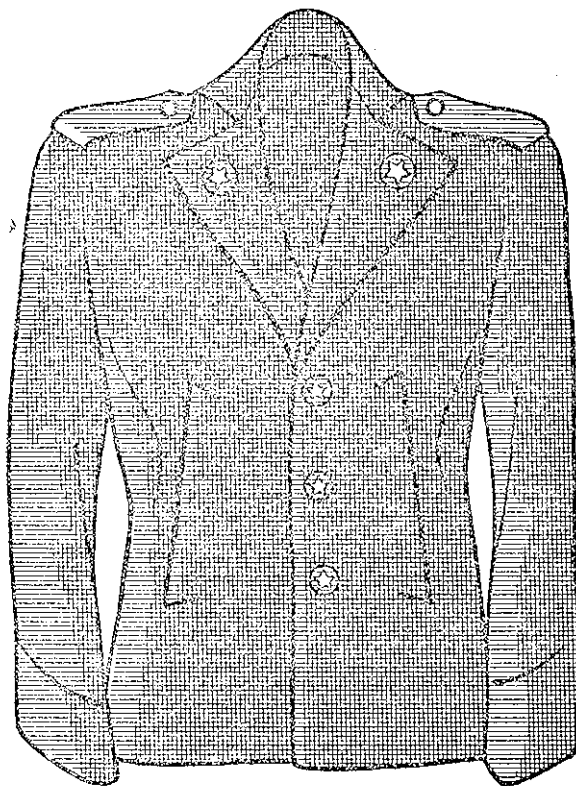
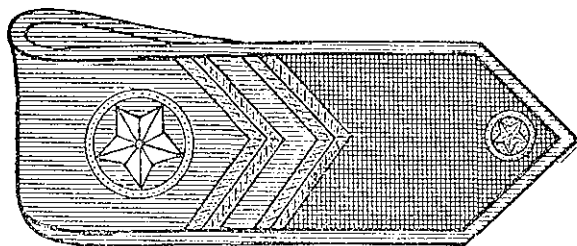


Fig. n. 15

Será em tecido de lã, azul ferrete, guarnecida de ombreiras de tecido de lã azul celeste e terá, nas pontas da gola, uma estrêla (fig. 26).

h) PLATINAS DO GUARDA-MOR

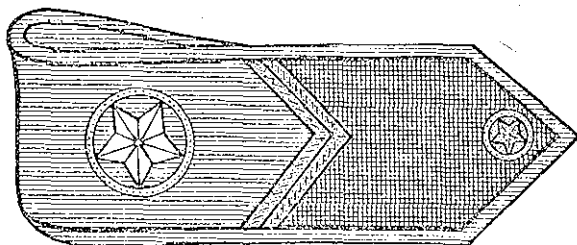


Guarda-mor — Fig. n. 16

Serão triangulares, com a base de 5 cm de largura, estreitando proporcionalmente até 3 cm antes de incidir em linhas convergentes para a ponta extrema que forma um ângulo agudo. Serão flexíveis, com entretela e terão 13 a 15 cm de comprimento. Serão revestidas de tecido de lã, azul celeste na parte mais larga até 50 % do comprimento, formando um ângulo, de sorte que o vértice atinja mais um centímetro além do meio da platina, incidindo para a parte superior. O restante da platina será de tecido de lã azul marinho.

A costura, ao centro, resultante da união dos dois tecidos será guarneçada por um galão de 3 mm de largura e logo após, a 7 mm sobre o fundo azul celeste, haverá um outro galão igual, ambos bordados a canotilho dourado, encimados por um fio de serrilha, também dourado e brilhante. A 3 cm da base, em fundo azul celeste, dentro de um círculo de 19 mm de diâmetro (pelo lado de dentro), com 2 mm de largura, bordado a canotilho dourado, haverá uma estrela de 5 pontas, bordada a canotilho de prata, crespa, brilhante, cujas pontas tocarão o círculo que a encerra, pelo lado de dentro (fig. 26). As platinas serão fixadas nos ombros, junto à gola, por um botão dourado (fig. 28) e na parte mais larga, por um dispositivo que, passando por uma pequena alça no ombro, irá abotoar por meio de botão de pressão, colocado sob a mesma platina. As platinas não deverão ter mais de 1/2 cm para fora da costura superior da manga.

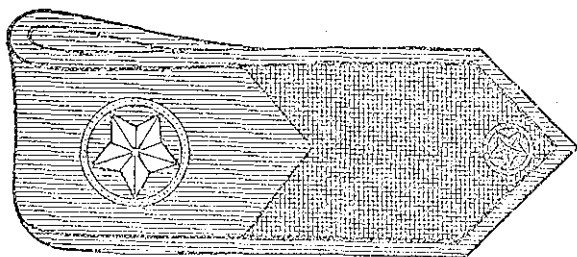
i) PLATINAS DO GUARDA-MOR AUXILIAR



Guarda-mor auxiliar — Fig. n. 17

As platinas terão as mesmas características, porém com um só galão na costura e com a estrêla.

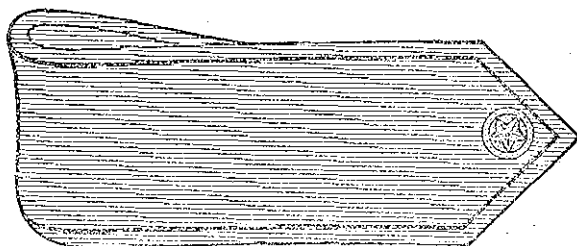
j) PLATINAS DO COMANDANTE ADUANEIRO



Comandante aduaneiro — Fig. n. 18

As platinas terão as mesmas características, porém sem os galões. Serão também guarnecidas com a estrêla.

l) PLATINAS DOS POLÍCIAS FISCAIS



Polícia Federal — Fig. 19

As platinas, de formato igual, serão, no entanto, completamente revestidas de tecido de lã azul celeste, sem estrêlas e galões.

m) BONÉ PARA O GUARDA-MOR, GUARDA-MOR AUXILIAR, COMANDANTE ADUANEIRO, POLÍCIAS FISCAIS, PATRÕES, MOTORISTAS, MAQUINISTAS, ARTÍFICES

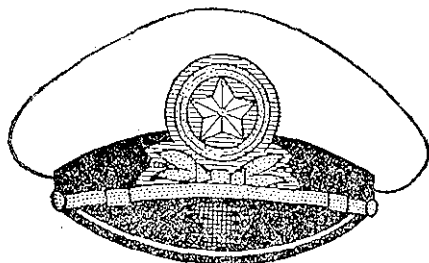


Fig. n. 20

Formato — Do tipo comum, desarmado, com capa branca (linho ou algodão).

Fita — preta, de seda, lisa, com 35 mm de largura.

Jugular — cadarço dourado, com 10 mm de largura, fixado nas extremidades por botões dourados da fig. 28.

Pala — Couro preto, brilhante, liso, com 4 1/2 cm ao centro, na maior largura, com inclinação de 45°.

Emblema — o da figura n. 23.

Observação

Para os polícias fiscais, patrões, maquinistas, motoristas, foguistas e artífices.

O boné será igual com as seguintes modificações:

Jugular — De celulóide preto, com 10 mm de largura, prêso nas extremidades por botões dourados da fig. 28.

Pala — De fibra, celulóide ou oleado, preta, com 4 1/2 cm na maior largura, com inclinação de 45°.

Emblema — Em metal com as mesmas características da fig. 23, porém em esmalte nas côres respectivas.

Nota: os patrões, maquinistas, motoristas, foguistas e artífices poderão usar o boné com capa de tecido mescla de algodão azul, para o uniforme correspondente.

n) CAPACETE PARA OS POLÍCIAS FISCAIS

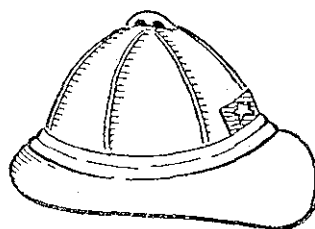


Fig. n. 21

O capacete será o do formato comum, tipo colonial, de papelão prensado ou fibra, revestido de tecido de algodão caqui.

Na parte dianteira, logo acima do jugular, será colocado o distintivo da figura 26.

o) GORRO PARA MARINHEIROS



Fig. 22

Gorro comum, em tecido de sarja azul, de lã, fita de sêda com o dístico "Alfândega", em letras douradas.

Poderá, de acôrdo com o uniforme, ser usada a capa branca ou mescla.

p) EMBLEMA DO BONÉ

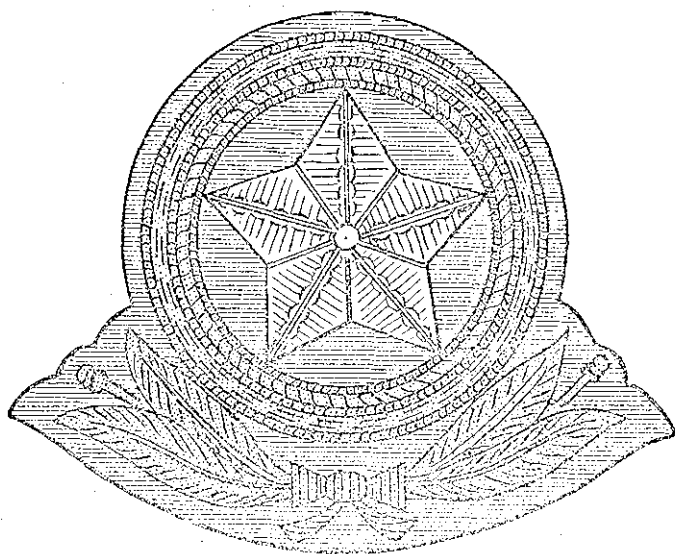


Fig. n. 23

Sôbre um campo de tecido de lã azul celeste haverá três circunferências concêntricas, a maior com 48 mm de diâmetro e mediando entre as outras 2 mm de distância. Na parte inferior do campo haverá uma ramagem com 75 mm de comprimento, constituída de quatro fôlhas, presas, no centro, por um laço, tudo bordado a canotilho dourado com três fios de serrilha, também dourado.

No centro dêsses círculos haverá uma estrêla de cinco pontas, bordada a canotilho prateado, crespo, brilhante e cujas pontas tocarão na circunferência que a circunscreve. A zona compreendida pelas três circunferências será bordada a canotilho dourado.

q) CINTO PARA GUARDA-MOR, GUARDA-MOR AUXILIAR, COMANDANTE ADUANEIRO,
POLÍCIAS FISCAIS

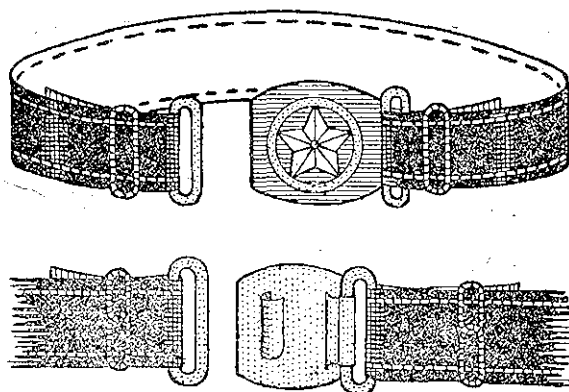


Fig. n. 24

Em couro preto, de polimento, com 5 cm de largura, bordas pespontadas, fechando com a fivela do modelo fig. 25.

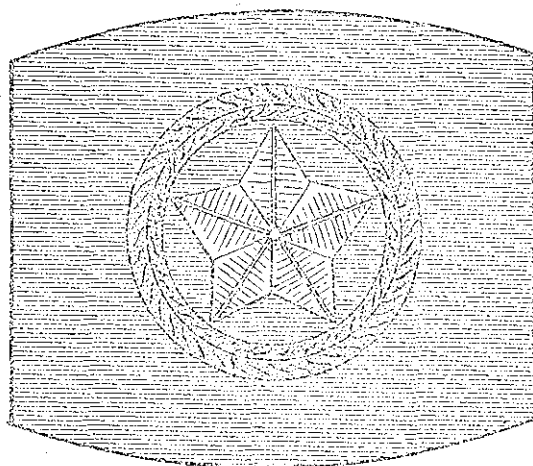


Fig. n. 25

A fivela será em metal com 7 cm de comprimento por 6 cm na maior largura, revestida de esmalte azul marinho tendo ao centro uma estrêla em esmalte prateado, de 5 pontas, encerrada em um círculo de 30 mm de diâmetro por 2 mm de largura em esmalte dourado.

As pontas da estrêla tocarão a linha interna do disco.

r) ESTRÊLAS DOS PUNHOS DOS UNIFORMES DO GUARDA-MOR, GUARDA-MOR AUXILIAR, COMANDANTE ADUANEIRO, POLÍCIAS FISCAIS

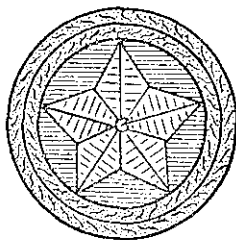


Fig. n. 26

Um disco de 25 mm de diâmetro, revestido de tecido de lã azul marinho sôbre o qual será bordado um círculo com 2 mm de largura em canotilho dourado encerrando uma estrêla de 5 pontas, bordada a canotilho prateado, brilhante, crêspo, cujas pontas tocarão a parte interna do disco que a encerra.

Observação

Para os polícias fiscais a estrêla será igual, porém, em metal revestido de esmalte com as côres respectivas.

Estrêlas idênticas servirão para as golas dos dólmans do pessoal marítimo, dos uniformes de mescla e macacões dos artífices.

s) BOTÕES

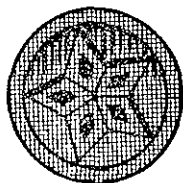


Fig. n. 27

Dourados grandes:

Serão de metal com 20 mm de diâmetro tendo uma estrêla ao centro cujas pontas tocarão a parte interna do círculo.



Fig. 28

Dourados pequenos:

Serão iguais ao da figura n. 27 com 14 mm de diâmetro.



Fig. 29

Pretos grandes:

Serão de massa, com a dimensão e característicos do da fig. 27.



Fig. 30

Pretos pequenos:

Serão iguais ao da figura 28 com 14 mm de diâmetro.

f) DISTINTIVOS DAS ESPECIALIDADES

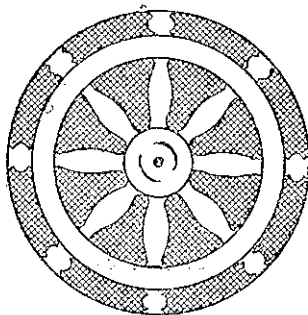


Fig. n. 31

Para padrões:

Um disco de metal de 40 mm de diâmetro, revestido com esmalte azul marinho com uma roda de leme em esmalte branco, ao centro.

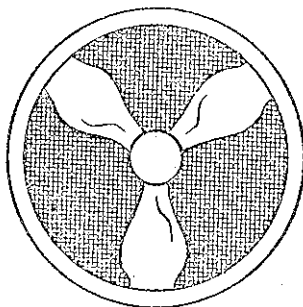


Fig. n. 32

Para motoristas e maquinistas:

Um disco de metal de 40 mm de diâmetro, revestido de esmalte azul marinho tendo, ao centro, uma hélice em esmalte branco encerrado em um círculo, também branco, em esmalte.

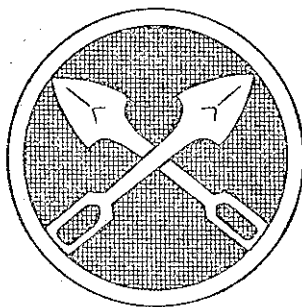


Fig. n. 33

Para foguistas e carvoeiros:

Um disco de metal, de 40 mm de diâmetro, revestido de esmalte azul marinho tendo ao centro, encerradas em um círculo, duas pás cruzadas, em esmalte branco.

a) BLUSÕES

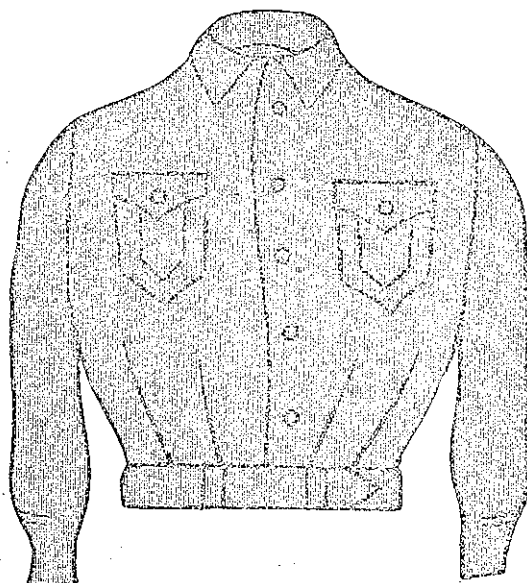


Fig. n. 34

Em tecido de lã azul marinho, gola deitada, mangas compridas, com dois bolsos fechados por um botão preto da fig. 30. Será fixado à cintura, por um cinto do mesmo tecido com elástico interior. Fechará por meio de 6 botões da fig. 29, ou por fecho Eclair.





Observação

Esta peça do uniforme somente será fornecida para as Alfândegas dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Nota final:

O uniforme branco e o uniforme azul serão usados com camisa branca e gravatã preta comprida.

Convenções

	Azul escuro
	Azul claro
	Ouro
	Prata

DECRETO-LEI N. 5.903 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1943

Suspende a exigência da nota n. 231 da Tarifa em vigor, enquanto perdurar o estado de guerra, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suspensa, enquanto durar o estado de guerra, a exigência constante da nota n. 231, da Tarifa em vigor, sobre a importação de lâminas ou placas de celulose pelos fabricantes de papel.

Art. 2.º Para efeito de cobrança da taxa especificada na alínea 1.ª do art. 945, da Tarifa, os interessados são obrigados a registrar nas alfândegas as respectivas firmas, e deverão ter escrita regular, afim de ser feita comprovação e aplicação perante as repartições aduaneiras, do material importado.

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.904 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 15.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de quinze mil cruzeiros (Cr\$ 15.000,00), em refôrço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de Consumo

S/c. n. 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação

11 — Alfândegas Cr\$ 5.000,00

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. n. 42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal

11 — Alfândegas Cr\$ 10.000,00

Cr\$ 15.000,00

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo se destina à Alfândega de Manaus.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.905 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1943

Dispõe sobre os prazos para a apresentação e exame dos balanços gerais da União

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os balanços gerais da União, a cargo da Contadoria Geral da República, serão apresentados ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda até 31 de maio de cada ano.

Art. 2.º Até 30 de junho seguinte, os balanços a que se refere o artigo anterior serão submetidos ao exame do Tribunal de Contas, que terá o prazo de sessenta (60) dias para os fins indicados no § 5.º do art. 20 do decreto-lei n. 426, de 12 de maio de 1938.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.906 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1943

Destaca a importância de Cr\$ 417.343,10 para liquidação de dívidas relacionadas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica destacada do crédito especial aberto pelo decreto-lei número 2.443, de 24 de julho de 1940, modificado pelos de ns. 2.923, de 30 de dezembro do mesmo ano, e 4.010, de 12 de janeiro de 1942, a importância de quatrocentos e dezessete mil, trezentos e quarenta e três cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 417.343,10), para ocorrer à liquidação de dívidas relacionadas, a que se refere o processo n. 81.884-43, do Tesouro Nacional.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.907 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1943

Faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Governo de Guatemala, da Convenção da União Postal das Américas e Espanha; do Protocolo Final; do Regulamento de Execução e do Acôrdo relativo a encomendas Postais, firmados no Panamá, a 22 de dezembro de 1936, por ocasião do IV Congresso da União Postal das Américas e Espanha.

O Presidente da República faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Governo de Guatemala, da Convenção da União Postal das Américas e Espanha; do Protocolo Final; do Regulamento de Execução e do Acôrdo relativo a Encomendas Postais, firmados no Panamá, a 22 de dezembro de 1936, por ocasião do IV Congresso da União Postal das Américas e Espanha de conformidade com a nota da Legação de Panamá, de 15 de setembro do corrente ano, e com a Ata do depósito de ratificação, cujas traduções oficiais acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 5.908 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para despesas com a construção da ponte internacional sobre o rio Uruguai

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 5.000.000,00), para atender às despesas (Serviços e Encargos) com o prosseguimento da construção da ponte internacional "Brasil-Argentina", sobre o rio Uruguai.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.909 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 82.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cento e dois mil cruzeiros (Cr\$ 82.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente

orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VEREA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de Consumo

S/c. n. 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação.

22 — Delegacias Fiscais Cr\$ 80.000,00

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. n. 42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal

22 — Delegacias Fiscais Cr\$ 2.000,00

Cr\$ 82.000,00

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo se destina à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.910 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 156.000,00 para despesa com a execução de serviços relacionados com a subscrição das "Obrigações de Guerra".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de cento e cinquenta e seis mil cruzeiros (Cr\$ 156.000,00), para atender à despesa (Serviços e Encargos) com a execução de trabalhos, pelos Serviços Hollerith S. A., pertinentes à subscrição de "Obrigações de Guerra", no Estado de São Paulo.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será distribuído à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional naquele Estado e a despesa considerada dentre as que correm à conta dos recursos previstos no decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.911 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1943

Cria uma coletoria federal no município de Cornélio Procopio, no Estado do Paraná e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no decreto-lei n. 3.003, de 29 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma coletoria para arrecadação das rendas federais no município de Cornélio Procopio, no Estado do Paraná.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda 1 (um) cargo de "Coletor — classe C" e 1 (um) cargo de "Escrivão — classe B".

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente deste decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de três mil, setecentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 3.750,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n. 14, do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

S/c. n. 01 — Pessoal Permanente.....	Cr\$ 1.000,00
S/c. n. 02 — Percentagens	Cr\$ 2.750,00
	<hr/>
	Cr\$ 3.750,00

Art. 4.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.912 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1943

Transforma o Curso de Puericultura e Administração de Serviços de Amparo à Maternidade, à Infância e à Adolescência, a que se refere o decreto-lei n. 4.730, de 23 de setembro de 1942, em Cursos do Departamento Nacional da Criança e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Curso de Puericultura e Administração de Serviços de Amparo à Maternidade, à Infância e à Adolescência, a que se refere o decreto-lei n. 4.730, de 23 de setembro de 1942, passará a ter, sob a designação geral de Cursos do Departamento Nacional da Criança (C. D. N. C.), a organização constante deste decreto-lei e da legislação complementar que for expedida.

Art. 2.º Os cursos do Departamento Nacional da Criança terão as seguintes finalidades:

- a) formar pessoal habilitado a organizar e dirigir serviços de proteção à maternidade, à infância e a adolescência;
- b) promover o aperfeiçoamento ou a especialização de médicos para serviços de proteção à maternidade, à infância e à adolescência;
- c) formar pessoal habilitado a executar serviços técnicos auxiliares, referentes à finalidade do Departamento Nacional da Criança.

Art. 3.º Para preencher suas finalidades os C. D. N. C. compreenderão:

I — Curso de Puericultura e Administração.

II — Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização de Médicos.

III — Cursos de Treinamento de Pessoal Auxiliar.

Art. 4.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, as funções de Coordenador e de Secretário dos Cursos do Departamento Nacional da Criança, com as gratificações anuais de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) e Cr\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos cruzeiros), respectivamente.

Art. 5.º O Coordenador dos cursos será designado pelo Ministro da Educação e Saúde, mediante indicação do Diretor Geral do Departamento Nacional da Criança, ao qual ficará diretamente subordinado.

Parágrafo único. O secretário será designado pelo Diretor Geral do Departamento Nacional da Criança, mediante proposta do Coordenador dos Cursos, dentre os servidores lotados no Departamento Nacional da Criança.

Art. 6.º Os serviços administrativos serão executados, sob supervisão do Coordenador dos Cursos, pelo Secretário, funcionários lotados nos C. D. N. C. e por extranumerários admitidos na forma da lei.

Art. 7.º O ensino será ministrado por professores e assistentes, designados pelo Ministro de Estado da Educação e Saúde, mediante proposta do Diretor Geral do D. N. C., dentre especialistas, nacionais ou estrangeiros, servidores do Estado ou não.

§ 1.º Os professores e assistentes também poderão ser admitidos como extranumerários, na forma da lei.

§ 2.º Os funcionários designados na forma deste artigo poderão, em casos especiais e mediante autorização do Presidente da República, ser dispensados dos trabalhos da repartição ou serviço em que estiverem lotados, mas ficarão obrigados, nesta hipótese, a dezoito horas semanais de aulas ou trabalhos escolares.

§ 3.º Os professores e assistentes, não compreendidos nos casos de que tratam os §§ 1.º e 2.º deste artigo, perceberão, nos termos da legislação vigente, honorários de Cr\$ 50,00 e Cr\$ 30,00, respectivamente, por hora de aula dada ou de trabalho executado, até o limite máximo de doze horas por semana.

Art. 8.º As condições de matrícula, o processo de verificação de aproveitamento e demais condições relativas à organização dos C. D. N. C. a que se refere o presente decreto-lei, serão fixados em Regulamento.

Art. 9.º De acordo com as possibilidades orçamentárias, poderão ser concedidas, anualmente, bolsas de estudos na importância de Cr\$ 500,00, mensais, a candidatos residentes fora do Distrito Federal e da capital do Estado do Rio de Janeiro, matriculados no Curso de Puericultura e Administração.

§ 1.º A distribuição das bolsas pelas unidades federadas e o processo de seleção dos beneficiários serão disciplinados em instruções expedidas pelo Ministro da Educação e Saúde, por proposta do Diretor Geral do D. N. C.

§ 2.º As passagens de ida e volta dos beneficiários correrão por conta do Governo Federal.

Art. 10. Este decreto-lei entrará em vigor a 1.º de janeiro de 1944, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.913 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1943

Dispõe sobre despesa efetuada à conta do crédito aberto pelo decreto-lei n. 3.123, de 19 de março de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As despesas efetuadas com a construção de um avião de treinamento primário, à conta do crédito aberto ao Ministério da Aeronáutica, pelo decreto-lei n. 3.123, de 19 de março de 1941, ficam consideradas para efeito de comprovação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.914 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 150.000,00 para ocorrer às despesas que especifica, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) para ocorrer às despesas (Material) do aparelhamento da Biblioteca, bem como às decorrentes das solenidades inaugurais do novo edifício-sede do mesmo Ministério, sendo:

	Cr\$
a) para aquisição de material e outras despesas com a organização e funcionamento da Biblioteca do Ministério	100.000,00
b) para custeio das solenidades inaugurais do novo edifício-sede do Ministério	50.000,00
	<hr/>
	150.000,00

Art. 2.º A parte do crédito de que trata a alínea *b* do artigo precedente será distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.915 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1943

Concede pensão especial à viúva de José Caetano dos Santos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida à viúva de José Caetano dos Santos, falecido em 12-4-42, em consequência de acidente ocorrido quando trabalhava para a União, uma pensão especial na importância de Cr\$ 125,00 mensais.

Art. 2.º A pensão a que se refere o artigo anterior é devida a partir de 1.º de janeiro de 1942, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento das pensões a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 5.916 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 74.000,00, para pagamento de gratificação a funcionários do Serviço Nacional de Malária

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de setenta e quatro mil cruzeiros (Cr\$ 74.000,00), para atender, neste exercício, ao pagamento (Pessoal), da gratificação a que têm direito os funcionários do Serviço Nacional de Malária em exercício em zonas consideradas insalubres, na conformidade da relação anexa.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.917 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1943

Aprova o acôrdo celebrado entre o Estado do Paraná e a Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, para liquidação de contas, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o acôrdo celebrado em 17 de setembro de 1940 entre o Estado do Paraná e a Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, para a liquidação das contas até 31 de dezembro de 1939, e da importância de garantias de juros correspondentes aos "deficits" da linha da Estrada de Ferro do Paraná até 22 de julho de 1940, quando esta estrada foi incorporada ao patrimônio da União, ex-vi do decreto-lei n. 2.436, de 22 de julho de 1940.

Art. 2.º O Estado do Paraná recolherá ao Tesouro Nacional a importância de quinhentos e um mil, setecentos e cinquenta e nove cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 501.759,60), correspondente ao saldo a favor da União, estabelecido no acôrdo celebrado.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.918 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1943

Desobriga da análise prévia os produtos de origem animal, procedentes de estabelecimentos sujeitos à inspeção federal e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos sujeitos à fiscalização da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura, ficam desobrigados, para efeito de consumo em todo o território nacional, das análises ou aprovações prévias a que estiverem sujeitos por força de legislação, seja federal, estadual ou municipal.

Parágrafo único. Ficam dispensadas para os mesmos produtos todas as exigências relativas a indicações de análises ou aprovações prévias em rótulos, nos quais, entretanto, figurarão o carimbo de inspeção federal e outros detalhes regulamentares.

Art. 2.º Em sua função de policiamento da alimentação pública, as autoridades estaduais ou municipais realizarão, nos centros de consumo, análises fiscais dos produtos de origem animal, cujos resultados serão comunicados à Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ou às dependências que lhes estiverem subordinadas, se dos mesmos resultar a apreensão dos referidos produtos.

Art. 3.º Nos estabelecimentos sob inspeção federal, a fabricação de produtos não padronizados só será permitida depois de previamente aprovada a

respectiva fórmula pela Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

Alexandre Marcondes Filho.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.919 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1943

Altera a discriminação do crédito especial de que tratam os decretos-leis números 4.313-A, de 21 de maio, 4.516-A, de 23 de julho, 4.610-A, de 22 de agosto, todos de 1942, e 5.742-A, de 13 de agosto de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º As parcelas do crédito especial de que tratam os decretos-leis ns. 4.313-A, de 21 de maio, 4.516-A, de 23 de julho, 4.610-A, de 22 de agosto, todos de 1942, e 5.742-A, de 13 de agosto de 1943, destinadas às despesas com fardamento, equipamento e arreamento, inclusive matéria prima e produtos manufaturados e semi-manufaturados necessários à confecção, ficam reunidas numa única, com a seguinte ementa:

“Aquisição de fardamento, equipamento, arreamento e material de estacionamento, inclusive matéria prima, produtos manufaturados e semi-manufaturados necessários à confecção e despesas de embalagem, Cr\$ 34.500.000,00”.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.920 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 120.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cento e vinte mil cruzeiros (Cr\$ 120.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente or-

çamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n. 16 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

S/c. n. 12 — Gratificação por serviços extraordinários

00 — Pessoal civil

24 — Imprensa Nacional Cr\$ 120.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.921 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 242.000,00, para o Sanatório Penal da Penitenciária Central do Distrito Federal, e torna sem aplicação dotação orçamentária que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 242.000,00 (duzentos e quarenta e dois mil cruzeiros), para custear as despesas (Obras) de instalação, aparelhamento e equipamento do Sanatório Penal da Penitenciária Central do Distrito Federal.

Art. 2.º Fica sem aplicação o crédito de Cr\$ 242.000,00 (duzentos e quarenta e dois mil cruzeiros), da Verba 5 — Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis, Consignação I — Obras, Subconsignação 01 — 01 — 04 — 04 — b), do Anexo 16 do Orçamento vigente.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.922 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1943

Altera a redação do art. 330 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 330 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 330. A carteira profissional, expedida nos termos desta secção, é obrigatória para o exercício da profissão, substitue em todos os casos o diploma ou título e servirá de carteira de identidade.”

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1943, 122º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.923 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1943

Dispõe sôbre as gratificações dos Secretários do Presidente e do Conselho Pleno, do Conselho Nacional do Trabalho, cria funções gratificadas de Auxiliar do Presidente do mesmo Conselho e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam elevadas, de Cr\$ 3.600,00 para Cr\$ 6.000,00 anuais, as gratificações das funções de Secretário do Presidente e Secretário do Conselho Pleno, do Conselho Nacional do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º Ficam criadas, no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, duas funções gratificadas de Auxiliar do Presidente do Conselho Nacional do Trabalho, com a gratificação anual de Cr\$ 3.600,00.

Art. 3.º Para atender, no período de 1 de outubro a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com a execução dêste decreto-lei, fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (anexo n. 19 do Orçamento Geral da União para 1943) o crédito de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1943, 122º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.924 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 2.750,00

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 130 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, (anexo n. 13 do Orçamento Geral da União para 1943), o crédito de Cr\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.925 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1943

Altera o § 4.º do artigo 45 do decreto-lei n. 1.237, de 2-5-39, e dá nova redação ao parágrafo único do artigo 143 do regulamento aprovado pelo decreto n. 6.596, de 12-12-40

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 130 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterado o § 4.º do artigo 45 do decreto-lei n. 1.237, de 2 de maio de 1939, no que se refere o voto do presidente da Junta de Conciliação e Julgamento, que se processará de acordo com a nova redação dada por este decreto-lei ao parágrafo único do artigo 143 do regulamento aprovado pelo decreto n. 6.596, de 12 de dezembro de 1940.

Art. 2.º O parágrafo único do art. 143 do regulamento, a que se refere o artigo anterior, passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único. O Presidente da Junta, após propor a solução do dissídio, tomará os votos dos vogais e, havendo divergência entre estes, poderá desempatar ou proferir decisão intermediária”.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.926 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1943

Cria novas Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas oito (8) Juntas de Conciliação e Julgamento, da Justiça do Trabalho, com sede, respectivamente, em Petrópolis e Campos, no Estado do Rio de Janeiro (1.ª Região); Santos, Sorocaba, Campinas e Jundiá, no Estado de São Paulo (2.ª Região); Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais (3.ª Região); e Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul (4.ª Região).

Parágrafo único. A instalação das Juntas ora criadas será feita a partir de 1 de janeiro de 1944.

Art. 2.º Compete ao Departamento de Justiça do Trabalho auxiliado, quando necessário, pelos Conselhos Regionais do Trabalho e Delegacias Regionais do Trabalho, promover a instalação das novas Juntas.

Art. 3.º Os vogais das Juntas a que se refere o artigo 1.º, assim como os respectivos suplentes, perceberão a gratificação de representação de Cr\$ 50,00 por audiência a que comparecerem, até o máximo de 12 por mês.

Art. 4.º Ficam criados, no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os seguintes cargos isolados, de provimento efetivo:

- 1 — Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Petrópolis, padrão L
- 1 — Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Campos, padrão L
- 1 — Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Santos, padrão L
- 1 — Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Sorocaba, padrão L
- 1 — Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Campinas, padrão L
- 1 — Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Jundiá, padrão L
- 1 — Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora, padrão L
- 1 — Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento do Rio Grande, padrão L

Art. 5.º Ficam criadas, no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, as seguintes funções gratificadas:

- 1 — Secretário da Junta de Conciliação e Julgamento de Petrópolis..... Cr\$ 2.400,00 anuais
- 1 — Secretário da Junta de Conciliação e Julgamento de Campos..... Cr\$ 2.400,00 anuais
- 1 — Secretário da Junta de Conciliação e Julgamento de Santos..... Cr\$ 2.400,00 anuais
- 1 — Secretário da Junta de Conciliação e Julgamento de Sorocaba..... Cr\$ 2.400,00 anuais

1 — Secretário da Junta de Conciliação e Julgamento de Campinas.....	Cr\$ 2.400,00	anuais
1 — Secretário da Junta de Conciliação e Julgamento de Jundiá.....	Cr\$ 2.400,00	anuais
1 — Secretário da Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora.....	Cr\$ 2.400,00	anuais
1 — Secretário da Junta de Conciliação e Julgamento do Rio Grande.....	Cr\$ 2.400,00	anuais

Art. 5.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.927 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1943

Cria funções gratificadas no Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, as seguintes funções gratificadas, para o Serviço Nacional de Tuberculose, do Departamento Nacional de Saúde:

1 Chefe da Secção de Epidemiologia (S.N.T.).....	Cr\$ 6.000,00
1 Chefe da Secção de Organização e Contrôlo (S.N.T.)..	Cr\$ 6.000,00
1 Chefe de Secção de Administração (S.N.T.).....	Cr\$ 3.600,00
1 Secretário do Diretor (S.N.T.)	Cr\$ 2.400,00

Art. 2.º Para atender, no período de 15 de outubro a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com o disposto neste decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde (anexo n. 13 do Orçamento Geral da República para 1943), o crédito de Cr\$ 3.750.00 (três mil, setecentos e cinquenta cruzeiros), suplementar à Verba I — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.928 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 95.000,00 para pagamento de honorários a professores da Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil cruzeiros), para atender, no corrente exercício, ao pagamento (Pessoal) de honorários a professores da Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto, de acordo com o disposto no § 3.º do artigo 4.º do decreto-lei n. 4.725, de 22 de setembro de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.929 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1943

Cria função gratificada no Ministério da Agricultura e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, a função gratificada de Chefe de Portaria do Instituto de Biologia Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal.

Parágrafo único. A função gratificada a que se refere este artigo será exercida por contínuo ou, na falta deste, por servente, escolhido e designado pelo respectivo diretor, se na referida Divisão estiver lotado, ou mediante prévia autorização do Ministro de Estado, se estiver lotado em outro órgão do mesmo Ministério.

Art. 2.º Fica fixada em Cr\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos cruzeiros) anuais a gratificação de função a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º Para atender, no período de 1 de novembro a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com a execução deste decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Agricultura (Anexo 12 do Orçamento Geral da União para 1943) o crédito de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), Suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio de Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.930 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1943

Altera a carreira de Escrivão (com função de escriturário) do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, conforme a tabela anexa, a carreira de Escrivão (com função de escriturário) do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º As dotações correspondentes a quatro cargos da classe G e 1 da classe D, ora suprimidos, serão aplicadas no provimento dos cargos criados nas classe F e E.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
	ESCRIVÃO (com função de escriturário)						ESCRIVÃO				
1	K	—	—	Q. S.	1	K	—	—	
1	J	—	—	Q. S.	1	J	—	—	
4	I	—	—	Q. S.	4	I	—	—	
9	H	—	—	Q. S.	9	H	—	—	
11	G	—	—	Q. S.	7	G	—	—	
1	F	—	—	Q. S.	4	F	—	3	
2	E	—	—	Q. S.	5	E	—	3	
6	D	—	—	Q. S.	5	D	—	—	
35			—			36			—	6	

DECRETO-LEI N. 5.931 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1943

Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, a função gratificada de Auxiliar de Guarda-mor da Alfândega de Recife.

Art. 2.º Fica fixada em Cr\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos cruzeiros) a gratificação anual da função a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º Para atender à despesa com a execução deste decreto-lei, no período de 15 de outubro a 31 de dezembro do corrente ano, fica aberto, ao Ministério da Fazenda (Anexo 14 do Orçamento Geral da União para 1943), o crédito de Cr\$ 750,00 (setecentos e cinquenta cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções gratificadas.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.932 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1943

Dispõe sobre o pagamento dos proventos de aposentadoria de funcionários contribuintes das caixas de aposentadoria e pensões, aposentados de acordo com o art. 197, alínea b, do decreto-lei n. 1.713, de 28-10-39.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O disposto no decreto-lei n. 5.365, de 31 de março de 1943, aplica-se também aos funcionários públicos, contribuintes de caixas de aposentadoria e pensões, aposentados de conformidade com o art. 197, alínea b, do decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.933 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1943

Prorroga o prazo a que se refere o art. 2.º do decreto-lei n. 5.584, de 17 de junho de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 30 de novembro do corrente ano o prazo a que se refere o art. 2.º do decreto-lei n. 5.584, de 17 de junho de 1943, para apresentação ao Tribunal de Contas do relatório circunstanciado das operações do "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional", pertinentes ao exercício de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.934 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 130.000,00, para pagamento de contribuição à Comissão Interina de Alimentação e Agricultura, de Washington.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de cento e trinta mil cruzeiros (Cr\$ 130.000,00), que será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) da contribuição do Brasil para a instalação da Comissão Interina de Alimentação e Agricultura, de Washington.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.935 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1943

Altera a redação dos arts. 12, 22, § 2.º, 26 e 38 do decreto n. 24.697, de 12 de julho de 1934

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Passam a vigorar com a redação que lhes dá este decreto-lei os seguintes dispositivos do decreto n. 24.697, de 12 de julho de 1934:

I — Art. 12. Entende-se por *composto* o produto resultante da mistura de gorduras e óleos comestíveis, animais e vegetais, que satisfaça as seguintes condições:

a) acidez inferior a 1 cm³ de soluto normal em cem gramas de matéria gorda;

b) menos de um por cento d'água e impurezas na composição;

c) presença obrigatória de um revelador dos indicados no parágrafo 2.º do art. 11;

d) ausência de ranço, limitada a colocação obtida com a floroglucina à conseguida com uma solução do permanganato de potássio de 1,2 mg. em um litro d'água, desde que o produto seja organoléticamente bom;

e) ponto de fusão final não superior a 42°C., quando observada a transparência final no tubo capilar;

f) traços de catalisador, no máximo, quando da mistura fizerem parte gorduras ou óleos hidrogenados, pesquisados em 50 g de gordura, realizando-se a pesquisa nas cinzas, de preferência;

g) não conter leite, gordura de leite ou creme de leite;

h) indicar, no rótulo, a composição, cuja fórmula será previamente aprovada pela Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

§ 1.º Os compostos obedecerão à seguinte classificação:

a) composto de gordura bovina, quando na sua composição entrar a gordura bovina em quantidade não inferior a vinte e cinco por cento (25 %);

b) *composto de gordura de porco* — quando na sua composição entrar a banha na percentagem mínima de trinta por cento (30 %);

§ 2.º Quando a mistura for feita com óleos ou gorduras hidrogenados, o rótulo indicará obrigatoriamente que se trata de *produtos hidrogenados*.

§ 3.º Os compostos serão apresentados ao consumo nas embalagens originais com as cores regulamentares, não sendo permitida sua venda a retalho.

II — Art. 22 — § 2.º.

§ 2.º Os compostos ficarão sujeitos às exigências estabelecidas neste artigo e serão também considerados fraudados ou falsificados quando a inscrição do qualificativo não obedecer às dimensões e tipo da palavra composto, ou quando nas marcas, letreiros ou preconcios houver menção das palavras: leite, creme, nata ou manteiga.

III — Art. 26. Os invólucros ou vasilhames destinados à manteiga, à margarina e aos compostos, além dos dizeres estabelecidos pela legislação e instruções em vigor, deverão ser impressos ou litografados em fundo *amarelo* ou *vermelho* para a manteiga e em *verde* para margarina e compostos.

Parágrafo único. A infração do presente dispositivo será punida com a multa de duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00) a dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.000,00), dobrada nas reincidências, independentemente da apreensão e inutilização dos produtos onde quer que se encontrem.

IV — Art. 38. Nos estabelecimentos que fabricarem compostos ou margarina somente poderão entrar matérias primas de origem animal, quando acompanhadas do certificado expedido por autoridade competente e tanto nesses estabelecimentos como nos que elaborarem gorduras animais, que possam ser aproveitadas no fabrico dos mesmos produtos, deverão existir livros especiais para registo das matérias primas produzidas ou recebidas, produtos fabricados, procedência, destino, resultados de análises e outros detalhes que forem julgados necessários de acôrdo com os modelos previamente aprovados pela Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. A infração do presente dispositivo será punida com a multa de dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.000,00) a cinco mil cruzeiros (Cruzeiros 5.000,00), dobrado nas reicidências, independentemente da apreensão e inutilização dos produtos quando for caso, a juízo da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 5.936 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1943

Consagra ao Servidor Público o dia 28 de outubro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. O dia 28 de outubro será consagrado, em todo o País, ao "Servidor Público".

Rio de Janeiro, em 28 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.937 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1943

Cria, junto ao Departamento Administrativo do Serviço Público, o Conselho de Administração de Pessoal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado o Conselho de Administração de Pessoal (C.A.P.), órgão integrante do sistema de pessoal e que funcionará junto ao Departamento Administrativo do Serviço Público (D.A.S.P.).

Art. 2.º O C.A.P. tem por finalidade promover melhor coordenação e maior eficiência dos órgãos interessados na administração de pessoal do Serviço Civil Federal.

Art. 3.º O C.A.P. compõe-se de:

I, dos Diretores das Divisões de Orientação e Fiscalização (D.F.), de Estudos (D.E.), de Seleção (D.S.) e de Aperfeiçoamento (D.A.) do D.A.S.P.; e

II, dos chefes ou diretores dos órgãos de pessoal civil dos Ministérios.

§ 1.º O presidente do C.A.P. e o seu substituto eventual serão designados, dentre os seus membros, pelo Presidente do D.A.S.P.

§ 2.º O presidente do C.A.P. poderá convocar, para tomar parte nos trabalhos do mesmo, os dirigentes ou representantes de quaisquer órgãos ou entidades, cujas atividades interessem à administração de pessoal, ou se relacionem com assuntos que venham a ser debatidos.

Art. 4.º O presidente do C.A.P. designará um servidor do D.A.S.P. para secretariar as suas reuniões.

Art. 5.º O C.A.P. reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente.

Art. 6.º O comparecimento às sessões do C.A.P. constitui encargo obrigatório dos seus membros.

Art. 7.º Nenhuma vantagem deverá corresponder ao exercício da função de membro ou secretário do C.A.P., o qual será, porém, considerado serviço relevante.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.938 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1943

*Estabelece critério para desempate de antiguidade e merecimento,
para efeito de promoção*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Na classificação por antiguidade, quando ocorrer empate, terá preferência o funcionário que tiver maior tempo de serviço no Ministério; em caso de novo empate, o que tiver mais tempo de serviço público federal; havendo ainda empate, sucessivamente, o funcionário com prole, o casado e o mais idoso.

Art. 2.º Em igualdade de condições de merecimento, proceder-se-á ao desempate, em primeiro lugar, pela antiguidade de classe e, a seguir, pela forma determinada no artigo 1.º.

Art. 3.º As atuais classificações por ordem de antiguidade e as listas tríplices, referentes às promoções do segundo quadrimestre do corrente ano, organizadas na conformidade da legislação anterior, não serão alteradas.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.939 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1943

*Altera condições para a promoção de oficiais no Corpo de Oficiais
de Aeronáutica*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica reduzido para 3 (três) anos e até 30 de junho de 1944, o interstício estipulado em a letra a do artigo 9.º do Regulamento aprovado pelo decreto n. 8.261, de 20 de novembro de 1941, para as promoções ao posto de Major Aviador.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.940 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1943

Dispõe sobre o regime de exportação de que trata o decreto-lei n. 5.807, de 13 de setembro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Serão dispensados da conferência aduaneira os volumes que contenham mercadorias destinadas à exportação para o estrangeiro, cuja fiscalização estiver a cargo de qualquer repartição ou serviço público federal, desde que se apresentem cintados e lacrados, ou possam ser facilmente identificados pelos certificados de exportação expedidos pelos órgãos competentes dos governos federal ou estadual.

Parágrafo único. As especialidades farmacêuticas, as lonças, os tecidos e outros artigos sujeitos ao imposto de consumo terão, também, livre movimentação, se da guia a que se refere o art. 111, § 1.º, letra m, do decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938, constar a declaração do coletor federal ou do agente fiscal da secção, de haver assistido à embalagem do conteúdo dos volumes.

Art. 2.º Os exportadores poderão requerer à autoridade fiscal da circunscrição respectiva a designação de funcionário para assistir à conferência e enbalagem das mercadorias a exportar, mediante indenização das despesas de transporte e estada do funcionário.

§ 1.º Ao funcionário designado cabe certificar, abaixo do despacho de sua designação, que assistiu à conferência das mercadorias e ao fechamento dos volumes e fez a identificação dos mesmos, podendo, ainda, mandar cintar e lacrar, ou tomar outras precauções que lhes garantam a inviolabilidade.

§ 2.º Se o serviço for realizado por funcionários aduaneiros, estando o volume fechado e sinetado com o sinete oficial da Alfândega, poderá ser embarcado sem outras formalidades previstas neste decreto-lei.

Art. 3.º No caso de abertura de volumes para conferência aduaneira, serão eles recompostos pelos próprios exportadores, a menos que, por fraude verificada, tenham de ser retidos para o necessário procedimento fiscal.

Art. 4.º Verificada a fraude e punido o infrator na forma das leis fiscais, será apurada a responsabilidade do funcionário que tiver concorrido para a realização da mesma, de modo sumário e rápido.

Art. 5.º Nenhuma exportação poderá ser feita por via postal, mesmo em se tratando de porte simples, sem o prévio exame realizado por funcionários aduaneiros destacados no Serviço de Encomendas Postais e que tornarão invioláveis os volumes, cintando-os ou lacrando-os.

§ 1.º Excetuam-se da formalidade deste artigo os volumes que contiverem diamantes e outras pedras preciosas ou quarzo, já cintados e lacrados pelos serviços especializados de exportação dessas mercadorias.

§ 2.º Os funcionários postais prestarão todo o seu concurso no sentido de tornar eficiente a fiscalização exigida pela situação do país em guerra.

Art. 6.º As penalidades cominadas nas leis fiscais em vigor serão aplicadas quando for encontrada nos volumes mercadoria de exportação proibida ou diversa da que estiver consignada na guia de exportação.

Art. 7.º Os inspetores das Alfândegas e administradores das Mesas de Rendas têm competência para resolver todos os casos não previstos neste decreto-lei, de acordo com a legislação aduaneira em vigor, compreendendo a imposição das multas estabelecidas.

Parágrafo único. Das decisões das autoridades aduaneiras haverá recurso para o Conselho Superior de Tarifa, na forma da legislação em vigor.

Art. 8.º O serviço de fiscalização estabelecido neste decreto-lei e no de n. 5.807, de 13 de setembro de 1943, constitui serviço de guerra e deverá ser feito com as cautelas que a atual situação exige, sem empecilho à navegação e sacrifício dos interesses fiscais.

Art. 9.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.941 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1943

Cria a Colônia Agrícola Nacional "Dourados", no Território Federal de Ponta Porã, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada a Colônia Agrícola Nacional "Dourados", no Território Federal de Ponta Porã, (C. A. N. D.), na região de Dourados, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. A área a ser demarcada não será inferior a 300.000 (trezentos mil) hectares.

Art. 2.º As despesas decorrentes das obras de fundação e instalação da Colônia, correrão por conta da dotação de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) atribuída à Colônia de Mato-Grosso, compreendida na Verba 5 — Obras, desapropriação, etc. Consignação I — Obras — Subconsignação 02 — Prosseguimento e conclusão de obras, etc. 21) D. N. P. V. — 04) D. T. C. — a) Prosseguimento de obras das Colônias Agrícolas Nacionais — d) Mato-Grosso, do orçamento geral da União para o corrente exercício e observadas as disposições do decreto-lei n. 5.562, de 9-6-1943.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 5.942 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1943

Cria um cargo, em comissão, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, um (1) cargo, em comissão, padrão O, de Administrador da Colônia Agrícola Nacional "Dourados" (C. A. N. D.), no Território Federal de Ponta Porã, criada pelo decreto-lei n. 5.941, de 28 de outubro de 1943.

Art. 2.º Para atender, no período de outubro, novembro e dezembro do corrente ano, às despesas com a execução dêste decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Agricultura (Anexo n. 12 do Orçamento Geral da União para 1943), o crédito suplementar de Cr\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos cruzeiros), à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Sub-consignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 3.º Êste decreto-lei entra em vigor em 1.º de outubro de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.943 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 80.000,00, para despesas com representação à II Grande Exposição de Curitiba.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 80.000,00), para atender às despesas (Serviços e Encargos) decorrentes do comparecimento de uma representação do mesmo Ministério à II Grande Exposição de Curitiba, a realizar-se no mês de novembro do corrente ano.

Art. 2.º Êste decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.944 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 514.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de quinhentos e quatorze mil cruzeiros (Cr\$ 514.000,00), em refôrço da Verba 2 — Material, do vi-

gente orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n. 16 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de Consumo

	Cr\$
S/c. n. 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza; material para conservação de instalações de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação	
29 — Polícia Civil do Distrito Federal.....	400.000,00

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. n. 37 — Iluminação, força motriz e gás	
29 — Polícia Civil do Distrito Federal.....	74.000,00
S/c. n. 40 — Ligeiros reparos, conserto e conservação de bens imóveis e móveis	
02 — Consertos e conservação de bens móveis	
29 — Polícia Civil do Distrito Federal....	40.000,00
	<hr/>
	514.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI n. 5.945 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação V — Outras Despesas com Pessoal

	Cr\$
S/c. n. 25 — Substituições	
04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional	
06 — Serviço do Pessoal.....	100.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.946 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1943

Abre ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito suplementar de Cr\$ 1.000.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do vigente orçamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Anexo n. 5 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c. n. 06 — Auxílios, contribuições e subvenções

Cr\$

01 — Auxílios

a) Auxílio a ser concedido na forma do decreto n. 24.609, de 6-7-34

a) Ao Conselho Nacional de Estatística, Secretaria Geral do Instituto e res- pectivo Serviço Gráfico	1.000.000,00
--	--------------

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo se destina ao fim especial do levantamento previsto no decreto-lei n. 4.736, de 23 de setembro de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.947 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1943

Autoriza a aquisição de imóveis em Niterói, Estado do Rio de Janeiro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a aquisição, pela União, do domínio útil do terreno de marinha, lote n. 654 e seus acrescidos n. 1.031, aforados ao

Sr. Constantino Ambrósio Tavares, conforme as cartas de aforamento de 26 de novembro de 1921 e 14 de abril de 1930 e, bem assim, o do lote n. 689 e seus acrescidos sem número, aforados conforme as respectivas cartas de 28 de agosto de 1914 e 22 de julho de 1926, à Companhia AGA do Brasil de Gás Acumulado, todos situados à rua Barão de Jaceguai, Niterói, Estado do Rio de Janeiro, pelas importâncias de trinta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 35.000,00), os dois primeiros, e dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), os dois últimos, cuja despesa deverá correr à conta dos recursos do Fundo Naval.

Art. 2.º Os mencionados terrenos destinam-se a ampliação das instalações da Diretoria do Armamento da Marinha, no interesse da defesa nacional.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.948 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1943

Cria, a título provisório, um Hospital Militar de 4.ª classe em Teófilo Otoni

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É criado, a título provisório, um Hospital Militar de 4.ª classe, com sede em Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.949 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1943

Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, uma função gratificada de assistente da Delegação do Tribunal de Contas junto ao Departamento Federal de Compras.

Art. 2.º Fica fixada em Cr\$ 3.600,00 anuais a gratificação da função a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º Para atender, no período de 1 de novembro a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com a execução deste decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Fazenda (anexo n. 14 do Orçamento Geral da União para 1943), o crédito de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros), suplementar à Verba 1 —

Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções Gratificadas.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.950. — DE 29 DE OUTUBRO DE 1943

Modifica o art. 16 do decreto-lei n. 5.839, de 21-9-43, que dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 16 do decreto-lei n. 5.839, de 21-9-43, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. Aos militares que forem mandados servir na administração dos Territórios serão concedidas as vantagens asseguradas por lei ao exercício da comissão militar nas regiões de fronteira”.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Osvaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.951 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1943

Cria o 1.º Regimento de Obuses Auto-Rebocado

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É criado, para instalação imediata, com sede nesta Capital, o 1.º Regimento de Obuses Auto-Rebocado.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.952 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1943

Autoriza o aproveitamento na Reserva Aeronáutica de alunos que concluem com aproveitamento cursos em Escolas de Formação de Oficiais dos Estados Unidos da América do Norte

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministro da Aeronáutica autorizado a aproveitar na 2.ª classe da Reserva da Aeronáutica, na graduação de aspirante a oficial mecânico ou da especialidade respectiva, e na forma estabelecida pelo decreto n. 9.805, de 29 de junho de 1942, os estudantes que concluírem com aproveitamento cursos feitos em escolas de formação de oficiais dos Estados Unidos da América do Norte, cujo grau de instrução seja equivalente ao dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.953 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1943

Dispõe sobre a prorrogação do mandato dos órgãos fiscalizadores e administrativos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, que menciona, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição;

Considerando que as eleições para a renovação de membros dos Conselhos Administrativos do I.A.P.M. e do I.A.P.E.T.C., da Junta Administrativa do I.A.P.B. e do Conselho Fiscal do I.A.P.C., que deveriam ser realizadas ainda este ano, movimentariam grande número de sindicatos e empresas, obrigando os delegados-eleitores de todos os Estados a virem a esta Capital;

Considerando que, em face da atual crise de transportes, oriunda do estado de guerra em que se encontra o país, tornam-se inoportunas essas eleições, decreta:

Art. 1.º Ficam prorrogadas até 31 de dezembro de 1944 os mandatos dos membros dos Conselhos Administrativos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos e do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas; da Junta Administrativa do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários; e do Conselho Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, que terminariam a 31 de dezembro do corrente ano.

Art. 2.º Durante esse período, as vagas que ocorrerem, desde que não haja suplentes, serão preenchidas por livre escolha do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, por iniciativa do Departamento de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.954 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1943

Cria cargo de Ajudante de Tesoureiro no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, um (1) cargo isolado de provimento efetivo, de Ajudante de Tesoureiro, padrão G.

Art. 2.º Para atender à despesa com a execução dêste decreto-lei, no período de 1 de novembro a 31 de dezembro do corrente ano, fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo 16 do Orçamento Geral da União para 1943), o crédito de Cr\$ 1.800,00 (mil e oitocentos cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Sub-consignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 3.º Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa

DECRETO-LEI N. 5.955 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1943

Altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro VI — Parte Permanente, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a de Prático de Engenharia, da Parte Suplementar do mesmo Quadro e Ministério.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A carreira de Oficial Administrativo, Quadro VI — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a de Prático de Engenharia, da Parte Suplementar, do mesmo Quadro e Ministério, ficam alteradas, conforme as tabelas e relação nominal anexas a êste decreto-lei.

Art. 2.º Os decretos dos funcionários constantes da relação nominal a que se refere o artigo anterior serão apostilados pelo chefe do Serviço Regional do Pessoal (S. R. P. 4) da Rede de Viação Cearense.

Art. 3.º Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO VI — RÊDE DE VIAÇÃO CEARENSE — PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
							<i>Oficial administrativo</i>				
1	Oficial Administrativo	L	—	—	P.P.	1	L	—	—	
						1	K	—	1	
2	Oficial Administrativo	J	—	—	P.P.	2	J	—	—	
1	Oficial Administrativo	I	—	—	P.P.	2	I	—	1	
						3	H	—	3	
4						9				5	

QUADRO VI — REDE DE VIAÇÃO CEARENSE — PARTE SUPLEMENTAR

146

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
1	Oficial Adminis- trativo	K	—	—	P. P.	1	K	—	—	O cargo vago da classe J será provido com os recursos da conta corren- te do Quadro.
1	Oficial Adminis- trativo	I	—	—	P. P.	1	J	—	1	
4	Oficial Adminis- trativo	H	—	—	P. P.	4	I	—	—	
4	Prático de Enge- nharia	G	—	—	P. S.	4	H	—	—	
10			—	—		11		G	—	1	

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Relação nominal a que se refere o art. 1.º do decreto-lei n. 5.955, de 1 de novembro de 1943

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

NOME	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA
Raul Braga	Oficial Administrativo, classe K.....	Prático de Engenharia, classe K.
José Uchôa Pinheiro.....	Oficial Administrativo, classe I.....	Prático de Engenharia, classe I.
Artur Câmara	Oficial Administrativo, classe H....	Prático de Engenharia, classe H.
João de Carvalho Rocha	Oficial Administrativo, classe H....	Prático de Engenharia, classe H.
Lamberto de Oliveira Sales.....	Oficial Administrativo, classe H....	Prático de Engenharia, classe H.
Miguel Coelho da Silva.....	Oficial Administrativo, classe H....	Prático de Engenharia, classe H.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO-LEI N. 5.956 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1943

Torna obrigatório o depósito das entradas de capital nas sociedades por ação em organização

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As importâncias recebidas dos subscritores deverão ser depositadas em banco, em nome da sociedade por ação em organização, pelos respectivos fundadores, no prazo de cinco dias, contados do recebimento.

§ 1.º Os depósitos feitos na forma dêste artigo não poderão ser levantados antes da constituição definitiva da sociedade e do arquivamento e publicação de seus atos constitutivos.

§ 2.º Caso a sociedade não se constitua, o próprio banco fará a restituição aos subscritores das quantias por êstes pagas.

§ 3.º Os recibos dados aos subscritores deverão mencionar, sempre, o banco em que se fará o depósito.

Art. 2.º No caso de constituição da sociedade por subscrição pública de seu capital, o prospecto, além dos requisitos exigidos pelo art. 40, n. IV, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, deverá mencionar:

a) o valor atribuído pelos fundadores aos bens que deverão entrar para a formação do capital;

b) o banco em que serão depositadas as quantias recebidas dos subscritores.

Art. 3.º O disposto nos artigos precedentes aplica-se aos casos de aumento do capital de sociedades por ações já constituídas.

Art. 4.º Os fundadores de sociedades já em organização e os diretores daquelas cujo aumento de capital já se esteja processando, terão o prazo de trinta dias, contados da publicação desta lei, para recolherem a um banco, cujo nome deverá ser divulgado pela imprensa, o saldo em seu poder das importâncias recebidas dos subscritores, acompanhado de uma relação dos dinheiros recebidos e das despesas feitas, com as devidas indicações.

Art. 5.º Os fundadores e os diretores da sociedade por ações serão solidariamente responsáveis, civil e criminalmente, pela inexecução desta lei.

Art. 6.º As infrações desta lei constituem crime contra a economia popular e serão julgadas pelo Tribunal de Segurança Nacional, incidindo os responsáveis nas penas cominadas no art. 2.º do decreto-lei n. 869, de 18 de novembro de 1938.

Art. 7.º O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio dará as instruções que se fizerem necessárias para a execução desta lei.

Art. 8.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.957 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1943

Dispõe sobre promoção de oficiais da Reserva de 2.ª classe e do Exército de 2.ª Linha

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O interstício mínimo era cada posto para a promoção dos oficiais da Reserva de 2.ª classe e do Exército de 2.ª Linha passa a ser de:

2.º Tenente	2 anos
1.º Tenente	3 anos
Capitão	4 anos

Art. 2.º Não perdem o direito à promoção os oficiais da Reserva de 2.ª classe ou do Exército de 2.ª Linha que, na data da publicação do presente decreto-lei, já tiverem feito jus àquela promoção, na conformidade do disposto no artigo 2.º, letra c, do decreto-lei n. 5.485, de 14 de maio de 1943.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.958 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1943

Cria o Serviço do Material Automóvel do Exército

O Presidente da República, em face da Exposição de Motivos apresentada pelo Ministro de Estado da Guerra e no uso da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É criado o Serviço do Material Automóvel do Exército, subordinado à Diretoria de Moto-Mecanização.

Art. 2.º Compete ao Serviço do Material Automóvel do Exército:

a) prover o Exército de viaturas automóveis, bem como, de sobressalentes, lubrificantes e combustíveis para os mesmos;

b) fornecer às unidades moto-mecanizadas, além do consignado na letra anterior, o armamento, o material de observação e tiro e o de transmissão, inerentes ao equipamento das viaturas, assim como os respectivos materiais de conservação, acessórios e sobressalentes;

c) proceder aos trabalhos de manutenção que lhe incumbem;

d) fiscalizar e completar o trabalho de manutenção orgânica a cargo das unidades;

e) recolher o material inservível que dêle depende e recuperar as peças e a matéria prima das viaturas automóveis, quando aproveitáveis.

Art. 3.º Os órgãos de execução do Serviço do Material Automóvel do Exército (Unidades e Estabelecimentos) serão criados, na medida das necessi-

dades, consoante os quadros de efetivo e dotação de material que forem fixados em lei.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1943; 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eutico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.959 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1943

Dispõe sobre o expurgo de aviões pelo Serviço de Saúde dos Portos, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Serviço de Saúde dos Portos, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, fica autorizado a executar, no Continente Africano, o expurgo de aviões que se destinarem ao território brasileiro, de acordo com os entendimentos que se processaram com as autoridades competentes e que forem fixados em convênio.

Art. 2.º O serviço será dirigido por um funcionário da carreira de médico-sanitarista, que admitirá o pessoal necessário à execução dos trabalhos, com as seguintes diárias:

a) médico-auxiliar, até	US\$ 10,00
(dez dólares);	
b) guarda-chefe, até	US\$ 5,00
(cinco dólares);	
c) expurgador, até	US\$ 1,70
(um dólar e setenta centavos).	

Art. 3.º O funcionário designado para dirigir o serviço perceberá a gratificação de representação mensal de quinhentos dólares (US\$ 500,00).

Art. 4.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de novecentos e vinte e nove mil, e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 929.600,00), para atender à despesa (Pessoal) com a execução do presente decreto-lei.

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo será considerado automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 5.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1943; 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.960 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre crédito especial ao Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) para aquisição e transporte do material necessário à ampliação das instalações de Serviço de Biometria Médica, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.961 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1943

Cria a Ordem do Mérito Aeronáutico

O Presidente da República, tendo em vista a conveniência da criação da Ordem do Mérito Aeronáutico, destinada a premiar os militares da aeronáutica, que houverem prestado assinalados serviços ao Brasil, ou os que, no seio da classe, se destacarem pelo valor pessoal e dedicação, bem assim aos civis que prestarem relevantes serviços à Aeronáutica; usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada a Ordem do Mérito Aeronáutico.

Art. 2.º Esta ordem será concedida aos militares da aeronáutica, nacionais ou estrangeiros, que houverem prestado notáveis serviços ao país, ou se tiverem distinguido no exercício de sua profissão.

Parágrafo único. Igualmente será concedida aos civis que houverem prestado relevantes serviços à Aeronáutica.

Art. 3.º A ordem em aprêço terá cinco graus, cuja insígnia, desenhos, e demais minúcias constarão de Regulamento da mesma.

Art. 4.º As nomeações serão feitas por decreto, de motu-próprio do Chefe de Estado ou mediante proposta do Ministro de Estado da Aeronáutica como Presidente do Conselho da Ordem.

Art. 5.º Todo o expediente relativo à esta Ordem será feito pelo Ministério da Aeronáutica.

Art. 6.º O Regulamento da Ordem de que trata o presente decreto-lei será aprovado mediante decreto.

Art. 7.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.962 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1943

Determina a que postos são atinentes as funções de comandantes da Escola de Aeronáutica, e de outros Estabelecimentos da Aeronáutica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As funções de comandante da Escola de Aeronáutica, de Diretor da Fábrica do Galeão, do Parque de Aeronáutica dos Afonsos, do Parque de Aeronáutica de São Paulo e do Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro, passam a ser atinentes ao posto de Brigadeiro do Ar ou Coronel Aviador, no primeiro destes estabelecimentos, e de Coronel Aviador nos demais.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Joaquim Pedro Saigado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.963 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1943

Dispõe sobre o exercício, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, de extranumerários de diversas repartições

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A partir de 1 de novembro do corrente ano, passarão a ter exercício no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Saúde, os extranumerários mensalistas e diaristas constantes da relação anexa.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolônio Sales.

Relação nominal a que se refere o decreto-lei n. 5.963, de 1 de novembro de 1943, dos extranumerários mensalistas e diaristas que passarão a ter exercício no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

I — Extranumerários-mensalistas

DIVISÃO DO PESSOAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

TABELA SUPLEMENTAR

- 1 — Médico XXI — Didur de Freitas Castro.

TABELA NUMÉRICA

- 1 — Médico XVII — Tomaz Ribeiro de Cerqueira Lima.
1 — Médico XVI — Henrique Von Krüger Filho.
1 — Enfermeiro VIII — Maria Regina Sá Guimarães.
1 — Auxiliar de Escritório VII — Caetano Leal Cabral.

DIVISÃO DO PESSOAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

TABELA NUMÉRICA

- 1 — Atendente VI — Leonor Fernandes Mano.

SERVICO DO PESSOAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

TABELA NUMÉRICA

- 3 — Médico XV — Ernesto Pedroso Rosemburg.
Nestor de Melo Cerveira.
Carlos Lederman.
1 — Auxiliar de Escritório IX — Haroldo Vieira Machado.

DIVISÃO DO PESSOAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

TABELA NUMÉRICA

- 2 — Médico XV — Ida dos Santos Ellery.
Joaquim Justiniano Chagas.
1 — Enfermeiro VII — Aurora Bastos de Araújo.

DIVISÃO DO PESSOAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TABELA NUMÉRICA

- 1 — Médico XV — Sebastião Mesquita Azevedo.
1 — Enfermeiro VII — Maria José Martins.

DIVISÃO DO PESSOAL DO MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

TABELA NUMÉRICA

- 1 — Médico XVI — Amélio José Siqueira Tavares.

II — Extranumerários-diaristas

DIVISÃO DO PESSOAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

- 2 — Servente — Cr\$ 12,00 diários — Francisco de Paula e Sousa.

João Kornaski Filho.

DECRETO-LEI N. 5.964 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1943

Modifica as medidas de emergência tomadas pelo decreto-lei n. 4.613, de 25 de agosto de 1942, e fixa novos preços para o carvão nacional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Como medida de emergência, e enquanto durar o atual estado de guerra, todo o carvão mineral extraído no país será distribuído pelo Governo Federal por intermédio da Comissão de Marinha Mercante (C.M.M.).

Art. 2.º Compete à C.M.M., no desempenho da incumbência que lhe é dada no artigo 1.º:

a) organizar a estatística trimestral da produção do carvão mineral nacional;

b) estudar as necessidades dos consumidores de carvão mineral nacional;

c) propor ao Ministro da Viação e Obras Públicas a ordem de urgência para a distribuição do carvão nacional;

d) organizar, mensalmente, a tabela das quotas de racionamento, submetendo-a à aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas;

e) manter, quando houver disponibilidade, nos portos do Rio de Janeiro, Santos e Porto Alegre, estoque de carvão para atender às necessidades dos pequenos consumidores;

f) providenciar o transporte marítimo do carvão, tendo em vista a ordem de urgência estabelecida e a tabela das quotas de racionamento;

g) providenciar, em entendimento com a Estrada de Ferro D. Teresa Cristina, a recepção do carvão produzido em Santa Catarina e o seu transporte aos portos de embarque;

h) providenciar, em entendimento com a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, a recepção do carvão riograndense e o seu transporte para os portos de embarque, quando isso não estiver a cargo dos produtores;

i) fiscalizar a execução de todas as medidas referentes ao racionamento e distribuição do carvão nacional;

j) apresentar ao Ministro da Viação e Obras Públicas um relatório trimestral contendo os dados estatísticos do carvão nacional produzido, recebido e distribuído, em confronto com a tabela de racionamento em vigor.

Art. 3.º O preço do carvão nacional, para consumo fora dos Estados produtores, pôsto ao costado dos navios nos portos de embarque, é fixado pela tabela anexa, desde que suas características não desçam abaixo do limite de 10 % dos números constantes da relação que acompanha o decreto n. 7.511, de 8 de julho de 1941.

§ 1.º Quando o poder calorífico descer abaixo desse limite, o preço do carvão decrescerá proporcionalmente, não se levando em conta, neste caso, a tolerância de 10 %.

§ 2.º O consumidor tem o direito de rejeitar o carvão sempre que suas características estiverem abaixo da tolerância permitida pelo decreto n. 7.511, de 8 de julho de 1941, se não lhe convier recebê-lo com o preço reduzido de acordo com o parágrafo anterior.

§ 3.º Para os tipos inferiores, isto é, moinha de extração ou finos resultantes da lavagem, os preços serão ajustados livremente entre produtor e consumidor, não podendo, porém, exceder aos da tabela anexa a este decreto.

§ 4.º Para os tipos especiais de carvão calibrado, exigidos excepcionalmente por certas necessidades do consumo, os preços serão, também, ajus-

tados livremente entre o produtor e o consumidor, não podendo, porém, exceder de mais de 20 % os da tabela anexa.

§ 5.º Para os efeitos d'êste artigo, são considerados portos de embarque:

- a) para o carvão riograndense: Pôrto Alegre e Rio Grande;
- b) para o carvão catarinense: Laguna e Imbituba.

§ 6.º O preço do carvão riograndense será acrescido de Cr\$ 9,00, quando fôr entregue ao costado do navio no pôrto do Rio Grande.

§ 7.º As emprêsas concessionárias de serviços públicos que estiverem, por força de contratos de prazo determinado, pagando preços superiores ao fixado neste decreto-lei, só terão direito à redução d'êsses preços, se, dentro de 30 dias, a contar da data da publicação do presente decreto-lei, oferecerem à aprovação do Governo redução de suas tarifas proporcional aos benefícios do dito preço.

Art. 4.º Os consumidores de quantidade superior a 10.000 (dez mil) toneladas mensais terão direito ao abatimento de 15% (quinze por cento) sôbre os preços da tabela anexa.

Art. 5.º Os preços do carvão entregue à Viação Férrea do Rio Grande do Sul nos silos da margem esquerda do Jacuí são fixados em Cr\$ 78,00 a tonelada para o tipo "Graúdo", mais 5 % para o "Bitolado" e mais 15% para o "Lavado".

§ 1.º Quando o carvão fôr entregue em outros pontos, serão acrescidas àqueles preços as despesas do transporte.

§ 2.º Aplica-se ao carvão entregue à Viação Férrea do Rio Grande do Sul o disposto nos §§ 1.º e 2.º do art. 3.º d'êste decreto-lei.

Art. 6.º Os preços do carvão entregue para o consumo da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina serão os da tabela anexa menos o valor do frete até ao pôrto de embarque.

Art. 7.º Os preços do carvão para os consumidores dentro dos estados produtores serão os da tabela anexa, diminuídos do valor do frete ao pôrto de embarque e acrescidos das despesas de transporte ao ponto de entrega no Estado.

Art. 8.º Quando a produção mensal do Rio Grande do Sul exceder as quantidades fixadas na tabela de racionamento, será permitida a exportação para o estrangeiro do excesso verificado, mediante autorização da C.M.M. e por preço livremente ajustado com o comprador.

Art. 9.º Nenhuma pessoa, natural ou jurídica, poderá adquirir carvão nacional que não se destine ao próprio consumo.

Parágrafo único. Os consumidores de carvão não poderão, a qualquer título, ceder o carvão recebido sem prévia autorização do Ministro da Viação, que, sômente em caso de absoluta necessidade, a dará.

Art. 10. A venda do carvão nacional só poderá ser feita pelo produtor.

Art. 11. As infrações desta lei constituem crime contra a economia popular e serão julgadas pelo Tribunal de Segurança Nacional, sujeitando-se os infratores às penas estabelecidas no art. 3.º do decreto-lei n. 869, de 18 de novembro de 1938.

Art. 12. Êste decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Tabela de preços do carvão nacional

ANEXA AO DECRETO-LEI N. 5.964, DE NOVEMBRO DE 1943

CARVÃO DO RIO GRANDE DO SUL:

Tipo "Graúdo", tendo, no mínimo, 4.500 calorias/quilo.....	Cr\$ 110,00
Tipo "Bitoado", tendo, no mínimo, 4.500 calorias/quilo.....	Cr\$ 115,00
Tipo "Lavado", tendo, no mínimo, 4.900 calorias/quilo.....	Cr\$ 125,00

CARVÃO DE SANTA CATARINA:

Tipo "Graúdo", tendo, no mínimo, 5.300 calorias/quilo.....	Cr\$ 130,00
Tipo "Escolhido", tendo, no mínimo, 5.800 calorias/quilo.....	Cr\$ 140,00
Tipo "Lavado", tendo, no mínimo, 5.800 calorias/quilo.....	Cr\$ 145,00

Os preços dos carvões com poder calorífico inferior aos acima especificados, para cada tipo, serão calculados pela seguinte fórmula:

$$X = \frac{A \times P}{C} \quad \text{na qual}$$

X — representa o preço do carvão analisado .

A — o seu poder calorífico superior expresso em calorias/quilo.

P — o preço do tipo respectivo constante desta tabela.

C — o poder calorífico superior do tipo, respectivo, expresso em calorias/quilo e constante da relação anexa ao decreto n. 7.511, de 8-7-43.

Exemplos: — 1.º Carvão "Graúdo" do Rio Grande, tendo 4.300 calorias/quilo:

$$X = \frac{4.300 \times 110}{5.000} = 94,60 \quad \text{Preço Cr\$ 94,60.}$$

2.º — Carvão "Lavado" de Santa Catarina, tendo 5.680 calorias:

$$X = \frac{5.680 \times 145}{6.500} = 126,70 \quad \text{Preço Cr\$ 126,70}$$

DECRETO-LEI N. 5.965 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1943

Dispõe sobre a venda de estampilhas no Território de Fernando de Noronha

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As estampilhas do imposto do selo a que se refere o decreto-lei n. 4.655, de 3 de setembro de 1942, também serão vendidas pela Agência Postal Telegráfica de Fernando de Noronha.

Art. 2.º Para os fins do artigo anterior, a Agência Postal Telegráfica de Fernando de Noronha será suprida de estampilhas do mesmo modo por que é feito o suprimento de selos postais.

Parágrafo único. Cabe à Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos no Estado de Pernambuco requisitar à Delegacia Fiscal no mesmo Estado as estampilhas necessárias.

Art. 3.º Mensalmente, a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos no Estado de Pernambuco recolherá à Delegacia Fiscal a importância arrecadada, deduzida a comissão de um por cento (1%) em favor tão somente dos servidores que, na Agência Postal Telegráfica de Fernando de Noronha, se incumbirem do serviço de venda de selos postais e demais fórmulas de franquimento.

Art. 4.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 5.966 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1943

Modifica o decreto-lei n. 5.424, de 26 de abril de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Publicada a lei de orçamento, consideram-se automaticamente registradas pelo Tribunal de Contas e distribuídas às Tesourarias dos diversos Ministérios as dotações referentes a "recepções, excursões, hospedagens e homenagens" e distribuídas ao Tesouro Nacional as dotações para o mesmo fim atribuídas aos Ministérios que não dispuserem de Tesouraria própria.

Art. 2.º Quando tais despesas forem realizadas sob o regime de adiantamento, poderão ser relacionadas as de difícil ou impossível comprovação, tais como passagens em estradas de ferro, companhias de navegação e de transporte aéreo, pequenas viagens em automóvel ou ônibus, gorjetas, carretos e outras da mesma natureza.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.967 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1943

Autoriza o Banco do Brasil (Agência Especial de Defesa Econômica) a liquidar os bens do Instituto Nazionale di Credito per il Lavoro Italiano all'Estero, existentes no país.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Banco do Brasil, pela sua Agência Especial de Defesa Econômica, autorizado a liquidar os bens existentes no país, de propriedade do Instituto Nazionale di Credito per il Lavoro Italiano all'Estero, com sede em Roma, e a promover, em consequência e mediante concorrência pública,

a alienação do Edifício Martinelli, situado na Capital do Estado de São Paulo, devendo o produto da venda ser recolhido ao "Fundo de Indenização".

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.968 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1943

Prorroga a vigência do crédito especial aberto ao Ministério da Fazenda pelo decreto-lei n. 4.443, de 6 de julho de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogada, até o encerramento do exercício de 1944, a vigência do crédito especial de Cr\$ 5.849.000,00 aberto ao Ministério da Fazenda pelo decreto-lei n. 4.443, de 6 de julho de 1942, para despesas com os serviços do Imposto de Renda.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.969 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1943

Dispõe sobre os exames de licença ginasial no ano de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os exames de licença ginasial, no ano de 1943, versarão sobre as seguintes disciplinas: 1) Português; 2) Francês; 3) Inglês; 4) Matemática; 5) Ciências naturais; 6) História do Brasil; 7) Geografia do Brasil.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 5.970 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1943

Transfere gratuitamente ao Instituto Brasileiro de Oncologia o domínio útil do terreno de acrescido de marinha que menciona, situado na Capital Federal, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferido gratuitamente ao Instituto Brasileiro de Oncologia, associação civil domiciliada na Capital Federal, o domínio útil do terreno de acrescido de marinha situado na rua Equador, esquina da rua 4, na zona do Cais do Pôrto da cidade do Rio de Janeiro, com a área de mil quatrocentos e dezoito metros quadrados e oitenta e cinco decímetros quadrados (1.418,85 m²), e de acordo com a discriminação técnica constante do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob n. 112.455, de 1942.

Art. 2.º O terreno objeto da presente transferência será utilizado para a construção do edifício-sede do Instituto Brasileiro de Oncologia e de dependências necessárias e atinentes aos serviços peculiares ou próprios das suas finalidades.

Art. 3.º Na Diretoria do Domínio da União assinar-se-á o contrato da transferência do domínio útil do terreno mencionado no art. 1.º, com os elementos técnicos constantes do processo antes citado.

§ 1.º O contrato será lavrado em livro da repartição e valerá como escritura pública para efeito de transcrição no Registro de Imóveis competente.

§ 2.º O contrato será isento de qualquer imposto de selo ou emolumento e sua transcrição no Registro de Imóveis far-se-á gratuitamente.

Art. 4.º Nenhum onus ou contribuição fiscal, existente ou por existir e a qualquer título, quer federal, quer municipal, gravará, em qualquer tempo, o terreno cujo domínio útil se transfere pelo presente decreto-lei, isenção essa que se estenderá às benfeitorias ou construções que no mesmo terreno se fizerem.

Art. 5.º O domínio útil do terreno mencionado no art. 1.º reverterá ao patrimônio da União, sem que esta responda por indenização de espécie alguma, ainda mesmo quanto às construções e benfeitorias, incorporadas ao solo, em qualquer dos seguintes casos:

a) Se as obras de construção do edifício-sede do Instituto Brasileiro de Oncologia e das suas dependências, antes mencionadas, não se iniciarem dentro de três (3) anos, contados da data do contrato da transferência a que se refere o art. 3.º deste decreto-lei;

b) Se o mesmo Instituto não der ao terreno o destino mencionado no art. 2.º;

c) Se o mesmo Instituto não preencher as suas finalidades sociais; e

d) Se, ainda, se extinguir, excetuada a hipótese de vir a ser o Instituto mantido, com todas as suas finalidades e consoante os estatutos sociais vigentes, por outra entidade social, que ficará subrogada em todos os direitos e obrigações do mesmo Instituto.

Art. 6.º Para o fim de abreviar o seu funcionamento, fica autorizado o Instituto Brasileiro de Oncologia a contrair com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, ou com qualquer outra entidade autárquica ou de economia mista, empréstimo com garantia hipotecária do prédio que vai construir no terreno a que se refere este decreto-lei, ficando entendido que passam aos mutuantes as obrigações estabelecidas no artigo anterior.

Art. 7.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.971 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1943

Cria o Serviço de Documentação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (S.D.J.) e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, o Serviço de Documentação (S.D.J.), o qual terá por finalidade a coleta, guarda, coordenação e divulgação de textos, relatórios, dados estatísticos e outros elementos relativos à atividade do Ministério, bem assim organizar e prestar serviços de referência legislativa.

Art. 2.º O S.D.J. compreenderá:

— Secção de Documentação (S.D.)

— Secção de Referência Legislativa (S. L.)

— Biblioteca (B.)

— “Arquivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores” (A.)

Art. 3.º Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, um (1) cargo, em comissão, de Diretor do Serviço de Documentação, padrão N, e uma (1) função gratificada de Secretário, do Diretor do Serviço de Documentação, com a gratificação anual de Cr\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos cruzeiros).

Art. 4.º Fica transferida para o S.D.J. a Biblioteca do Departamento de Administração, a que se refere o decreto-lei n. 2.650, de 1 de outubro de 1940.

Art. 5.º Para atender, no período de 1 de novembro a 31 de dezembro do corrente ano, às despesas com o disposto no artigo 3.º d'este decreto-lei, ficam abertos, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (anexo n. 16 do Orçamento Geral da União para 1943), os créditos de Cr\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos cruzeiros) e de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros), suplementares, respectivamente, à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanentemente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente e à Verba 1 — Pessoal, Consignação III — Vantagens, Subconsignação 09 — Funções Gratificadas.

Art. 6.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.972 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1943

Autoriza a concessão de isenção de tributos ao Abrigo do Cristo Redentor e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar o Abrigo do Cristo Redentor do pagamento dos tributos de transmissão incidentes sobre o prédio n. 514, da rua Lino Teixeira, esquina da rua Aires Caza, e a conceder, na forma dos arts. 15 e 16 do decreto-lei n. 157, de 31 de dezembro de 1937, isenção do imposto predial incidente sobre o referido imóvel, a partir da data da transmissão definitiva do mesmo para a citada Instituição, vigorando a isenção deste imposto enquanto o imóvel mencionado for de propriedade dessa Instituição e conservar inalterada a sua finalidade.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.973 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1943

Altera, sem aumento de despesa, o vigente orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o crédito de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) da Verba 4 "Eventuais", Consignação I "Diversos", subconsignação 01 — "Despesas imprevistas não constantes das tabelas" — 01 "Gabinete do Ministro", do vigente orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas (anexo 20 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), transposto para a Verba 1 "Pessoal", consignação III "Vantagens", subconsignação n. 17 "Gratificação de representação de Gabinete" — 01 "Gabinete do Ministro" do mesmo orçamento.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.974 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1943

Altera, sem aumento de despesa, a discriminação do crédito especial aberto ao Ministério da Educação e Saúde pelo decreto-lei n. 5.302, de 4 de março de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas as seguintes alterações na discriminação do crédito especial aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, pelo decreto-lei número 5.302, de 4 de março de 1943, na parte referente a material:

Material Permanente

Passa de	Cr\$ 154.628,00
Para	Cr\$ 142.628,00

Material de Consumo

Passa de	Cr\$ 13.873,00
Para	Cr\$ 25.873,00

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República,

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.975 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1943

Estende aos diplomados pelo Curso de Educação Física do Departamento de Educação Física da Marinha, as regalias de licenciado em educação física

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os diplomas expedidos até o ano escolar de 1942 pelo Curso de Educação Física do Departamento de Educação Física da Marinha, ficam equiparados, para todos os efeitos, aos diplomas de licenciado em educação física.

Art. 2.º Os diplomas expedidos a partir do ano de 1943 pelo Curso de Educação Física do Departamento de Educação Física da Marinha poderão ser admitidos a registro na Divisão de Educação Física do Departamento Nacional de Educação, com a equiparação a que se refere o art. 1.º d'este decreto-lei, uma vez que o portador apresente certificado de licença ginásial.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 5.976 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1943

Concede aumento geral de remuneração, vencimento e salário e institue o regime de salário-família

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A remuneração, o vencimento e o salário dos servidores da União, civis e militares, ficam elevados nos termos dêste decreto-lei.

Art. 2.º Os padrões alfabéticos e numéricos de vencimentos dos funcionários públicos federais, instituídos, respectivamente, pela lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, e pelo decreto-lei n. 1.847, de 7 de dezembro de 1939, e as referências de salário dos extranumerários mensalistas, instituídas pelo decreto-lei n. 1.909, de 26 de dezembro de 1939, e pelo decreto n. 9.808, de 30 de junho de 1942, passam a vigorar com os valores constantes das escalas que acompanham êste decreto-lei.

Art. 3.º Os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Procurador Geral da República ficam fixados no padrão Z-1.

Art. 4.º Aos extranumerários mensalistas que percebem salário não previsto na respectiva escala e aos extranumerários contratados é concedido um aumento de acôrdo com a seguinte tabela:

<i>Salário mensal</i> (em Cr\$)	<i>Aumento</i> (em Cr\$)
até 650	150
de 651 a 1.400	200
de 1.401 a 2.900	300
de 2.901 a 3.400	400
de 3.401 em diante	500

Parágrafo único. O aumento aos extranumerários contratados independe de termo aditivo ou qualquer outra formalidade, considerando-se automaticamente registada pelo Tribunal de Contas a modificação imposta por êste artigo às cláusulas contratuais referentes ao salário.

Art. 5.º Aos extranumerários diaristas é concedido um aumento de Cr\$ 6,00 diários, quando perceberem até Cr\$ 26,00 por dia, e de Cr\$ 8,00 quando a diária for superior.

§ 1.º Fica elevado para Cr\$ 40,00 o salário diário máximo do extranumerário diarista.

§ 2.º Os órgãos encarregados da organização e alteração das tabelas numéricas de diaristas farão a revisão das tabelas existentes, de acôrdo com o disposto neste artigo, submetendo-as à aprovação do Ministro de Estado ou dirigente de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, dentro de 15 dias a partir da publicação dêste decreto-lei.

Art. 6.º Aos extranumerários tarefeiros é concedido um aumento sôbre o preço unitário da tarefa, calculado de modo que o salário médio mensal de cada grupo executante da mesma tarefa se eleve de acôrdo com a tabela constante do art. 4.º.

Parágrafo único. Os chefes de serviço que tenham admitido extranumerários tarefeiros promoverão, dentro de 15 dias, a partir da publicação dêste decreto-lei, a revisão dos preços unitários, tomando por base os salários pagos nos últimos 6 meses.

Art. 7.º As gratificações de função dos servidores civis ficam elevadas de acôrdo com a seguinte tabela:

<i>Gratificação mensal</i> (em Cr\$)	<i>Aumento</i> (em Cr\$)
até 650	50
de 700 a 1.300	100
de 1.500 a 1.900	200

Art. 8.º Além dos aumentos previstos nos artigos anteriores, fica ainda instituído, para os servidores civis, os aposentados e o pessoal em disponibilidade da União, o regime do salário-família.

Parágrafo único. O salário-família será concedido a todo servidor ou inativo que tiver dependentes, na razão de Cr\$ 50,00 mensais por dependente.

Art. 9.º Consideram-se dependentes, desde que vivam total ou parcialmente a expensas do servidor ou inativo:

- a) o filho menor de 21 anos;
- b) o filho inválido, de qualquer idade.

Parágrafo único. Compreendem-se nas alíneas a e b os filhos de qualquer condição, os enteados e os adotivos.

Art. 10. Quando pai e mãe tiverem ambos a condição de servidor ou inativo, e viverem em comum, o salário-família será concedido ao pai.

§ 1.º Se não viverem em comum, será concedido ao que tiver os dependentes sob sua guarda.

§ 2.º Se ambos o tiverem, será concedido a ambos, de acôrdo com a distribuição dos dependentes.

§ 3.º Ao pai e à mãe equiparam-se o padrasto e a madrastra.

Art. 11. O salário-família será pago independentemente da frequência e produção do servidor e não poderá sofrer qualquer desconto, nem ser objeto de transação, consignação em folha de pagamento, arresto, seqüestro ou penhora.

Art. 12. Não será percebido o salário-família nos casos em que o servidor ou inativo deixar de perceber o respectivo vencimento, remuneração, salário ou provento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos casos disciplinares e penais, nem aos de licença por motivo de doença em pessoa da família.

Art. 13. Excetuado o imposto de renda, nenhum imposto ou taxa gravará o salário-família, nem sobre ele será baseada qualquer contribuição, ainda que para fins de previdência social.

Art. 14. Os atuais vencimentos do pessoal militar da ativa, do Exército, da Armada e da Aeronáutica, bem como da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, ficam majorados na forma da tabela anexa.

Art. 15. Os aumentos concedidos por êste decreto-lei não serão considerados para efeito do que dispõe o § 2.º do art. 3.º das disposições transitórias da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, nem determinarão, para os servidores afiançados, a obrigação de reforçar a fiança.

Art. 16. Os servidores civis, os aposentados e o pessoal em disponibilidade da União ficam excluídos dos benefícios do abono familiar, instituído pelo decreto-lei n. 3.200, de 19 de abril de 1941.

Art. 17. Fica revogado o disposto no art. 26 do decreto-lei n. 3.200, de 19 de abril de 1941, cuja redação foi alterada pelo decreto-lei n. 3.284, de 19 de maio de 1941.

Art. 18. Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, exceto quanto aos aumentos concedidos e ao regime de salário-família, que

só vigorarão a partir de 1 de dezembro de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Osvaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

ESCALA-PADRÃO DE VENCIMENTOS, QUE SUBSTITUE OS PADRÕES INSTITUÍDOS
PELA LEI N. 284, DE 28 DE OUTUBRO DE 1936

<i>Padrão</i>	<i>Vencimento mensal</i>	<i>Vencimento anual</i>
A	Cr\$ 350,00	Cr\$ 4.200,00
B	Cr\$ 450,00	Cr\$ 5.400,00
C	Cr\$ 550,00	Cr\$ 6.600,00
D	Cr\$ 650,00	Cr\$ 7.800,00
E	Cr\$ 750,00	Cr\$ 9.000,00
F	Cr\$ 900,00	Cr\$ 10.800,00
G	Cr\$ 1.100,00	Cr\$ 13.200,00
H	Cr\$ 1.300,00	Cr\$ 15.600,00
I	Cr\$ 1.500,00	Cr\$ 18.000,00
J	Cr\$ 1.800,00	Cr\$ 21.600,00
K	Cr\$ 2.200,00	Cr\$ 26.400,00
L	Cr\$ 2.600,00	Cr\$ 31.200,00
M	Cr\$ 3.000,00	Cr\$ 36.000,00
N	Cr\$ 3.500,00	Cr\$ 42.000,00
O	Cr\$ 4.000,00	Cr\$ 48.000,00
P	Cr\$ 4.500,00	Cr\$ 54.000,00
Q	Cr\$ 5.000,00	Cr\$ 60.000,00
R	Cr\$ 5.500,00	Cr\$ 66.000,00
S	Cr\$ 6.000,00	Cr\$ 72.000,00
T	Cr\$ 6.500,00	Cr\$ 78.000,00
U	Cr\$ 7.000,00	Cr\$ 84.000,00
V	Cr\$ 7.500,00	Cr\$ 90.000,00
X	Cr\$ 8.000,00	Cr\$ 96.000,00
Y	Cr\$ 8.500,00	Cr\$ 102.000,00
Z	Cr\$ 9.000,00	Cr\$ 108.000,00
Z-1	Cr\$ 9.500,00	Cr\$ 114.000,00
Z-2	Cr\$ 10.000,00	Cr\$ 120.000,00

ESCALA-PADRÃO DE VENCIMENTOS, QUE SUESTITUE OS PADRÕES INSTITUÍDOS
PELO DECRETO-LEI N. 1.847, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1939

<i>Padrão</i>	<i>Vencimento mensal</i>	<i>Vencimento anual</i>
1	Cr\$ 450,00	Cr\$ 5.400,00
2	Cr\$ 550,00	Cr\$ 6.600,00
3	Cr\$ 650,00	Cr\$ 7.800,00
4	Cr\$ 750,00	Cr\$ 9.000,00
5	Cr\$ 900,00	Cr\$ 10.800,00
6	Cr\$ 1.000,00	Cr\$ 12.000,00
7	Cr\$ 1.100,00	Cr\$ 13.200,00
8	Cr\$ 1.200,00	Cr\$ 14.400,00
9	Cr\$ 1.300,00	Cr\$ 15.600,00
10	Cr\$ 1.400,00	Cr\$ 16.800,00
11	Cr\$ 1.500,00	Cr\$ 18.000,00
12	Cr\$ 1.600,00	Cr\$ 19.200,00
13	Cr\$ 1.800,00	Cr\$ 21.600,00
14	Cr\$ 1.900,00	Cr\$ 22.800,00
15	Cr\$ 2.000,00	Cr\$ 24.000,00
16	Cr\$ 2.100,00	Cr\$ 25.200,00
17	Cr\$ 2.200,00	Cr\$ 26.400,00
18	Cr\$ 2.300,00	Cr\$ 27.600,00
19	Cr\$ 2.400,00	Cr\$ 28.800,00
20	Cr\$ 2.600,00	Cr\$ 31.200,00
21	Cr\$ 2.800,00	Cr\$ 33.600,00
22	Cr\$ 2.900,00	Cr\$ 34.800,00
23	Cr\$ 3.000,00	Cr\$ 36.000,00
24	Cr\$ 3.200,00	Cr\$ 38.400,00
25	Cr\$ 3.500,00	Cr\$ 42.000,00
26	Cr\$ 3.800,00	Cr\$ 45.600,00
27	Cr\$ 4.000,00	Cr\$ 48.000,00
28	Cr\$ 4.100,00	Cr\$ 49.200,00
29	Cr\$ 4.300,00	Cr\$ 51.600,00
30	Cr\$ 4.700,00	Cr\$ 56.400,00
31	Cr\$ 5.100,00	Cr\$ 61.200,00

ESCALA-PADRÃO DE SALÁRIOS, QUE SUESTITUE A DO DECRETO N. 9.808, DE
30 DE JUNHO DE 1942

<i>Referência</i>	<i>Salário mensal</i>	<i>Salário anual</i>
I	Cr\$ 250,00	Cr\$ 3.000,00
II	Cr\$ 300,00	Cr\$ 3.600,00
III	Cr\$ 350,00	Cr\$ 4.200,00
IV	Cr\$ 400,00	Cr\$ 4.800,00
V	Cr\$ 450,00	Cr\$ 5.400,00
VI	Cr\$ 500,00	Cr\$ 6.000,00
VII	Cr\$ 550,00	Cr\$ 6.600,00
VIII	Cr\$ 600,00	Cr\$ 7.200,00
IX	Cr\$ 650,00	Cr\$ 7.800,00
X	Cr\$ 700,00	Cr\$ 8.400,00
XI	Cr\$ 750,00	Cr\$ 9.000,00
XII	Cr\$ 800,00	Cr\$ 9.600,00
XIII	Cr\$ 900,00	Cr\$ 10.800,00
XIV	Cr\$ 1.000,00	Cr\$ 12.000,00
XV	Cr\$ 1.100,00	Cr\$ 13.200,00

XVI	Cr\$ 1.200,00	Cr\$ 14.400,00
XVII	Cr\$ 1.300,00	Cr\$ 15.600,00
XVIII	Cr\$ 1.400,00	Cr\$ 16.800,00
XIX	Cr\$ 1.500,00	Cr\$ 18.000,00
XX	Cr\$ 1.600,00	Cr\$ 19.200,00
XX-A	Cr\$ 1.700,00	Cr\$ 20.400,00
XXI	Cr\$ 1.800,00	Cr\$ 21.600,00
XXII	Cr\$ 1.900,00	Cr\$ 22.800,00
XXIII	Cr\$ 2.000,00	Cr\$ 24.000,00
XXIV	Cr\$ 2.100,00	Cr\$ 25.200,00
XXV	Cr\$ 2.200,00	Cr\$ 26.400,00
XXVI	Cr\$ 2.300,00	Cr\$ 27.600,00
XXVII	Cr\$ 2.400,00	Cr\$ 28.800,00
XXIII	Cr\$ 2.500,00	Cr\$ 30.000,00

TABELA DE VENCIMENTOS DO PESSOAL MILITAR

Vencimento mensal

ANTIGO Cr\$	NOVO Cr\$
10,00	15,00
21,00	32,00
50,00	75,00
56,00	84,00
60,00	90,00
69,00	104,00
80,00	120,00
100,00	150,00
114,00	171,00
150,00	225,00
162,00	243,00
197,00	296,00
200,00	300,00
260,70	301,00
207,00	310,00
209,00	314,00
218,00	327,00
228,00	342,00
231,00	347,00
233,40	350,00
236,40	355,00
240,00	360,00
248,00	372,00
249,00	374,00
250,00	375,00
252,80	380,00
256,40	385,00
272,90	410,00
288,90	434,00
290,00	435,00

ANTIGO Cr\$	NOVO Cr\$
300,00	450,00
302,00	453,00
310,00	464,00
330,00	492,00
350,00	520,00
360,00	534,00
390,00	576,00
400,00	590,00
450,00	660,00
500,00	730,00
520,00	758,00
600,00	870,00
700,00	1.000,00
1.000,00	1.380,00
1.300,00	1.730,00
1.600,00	2.060,00
2.100,00	2.610,00
2.600,00	3.160,00
3.000,00	3.600,00
3.500,00	4.150,00
4.300,00	5.030,00
5.000,00	5.800,00

DECRETO-LEI N. 5.977 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1943

Altera a tabela do salário mínimo e dá outras providências

O Presidente da República, considerando o que expõe o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O salário mínimo, instituído pelo decreto-lei n. 2.162, de 1 de maio de 1940, será pago na conformidade da tabela que acompanha o presente decreto-lei e que vigorará pelo prazo de três anos.

Art. 2.º É aplicável à execução e fiscalização do presente decreto-lei, no que lhes concernir, o que dispõe o decreto-lei n. 2.162, de 1 de maio de 1940.

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor a partir de 1 de dezembro de 1943.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho.

Tabela a que se refere o art. 1.º do decreto-lei n. 5.977, de 10 de novembro de 1943

UNIDADES FEDERADAS	Salário mínimo em dinheiro (Cr\$)				Percentagem do salário mínimo para o desconto até a ocorrência de 70 % das despesas de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, nos casos em que os salários não sejam pagos totalmente em dinheiro				
	Salário mensal	Horas de trabalho útil em que é dividido	Salário diário (dia de 8 horas de trabalho) (Cr\$)	Salário por hora de trabalho (Cr\$)	Alimentação %	Habitação %	Vestuário %	Higiene %	Transporte %
<i>Amazonas</i>									
Manaus (capital)	260,00	200	10,40	1,30	55	16	10	10	9
Demais localidades e distritos.....	210,00	200	8,40	1,05	65	12	9	10	4
<i>Pará</i>									
Belém (capital)	240,00	200	9,60	1,20	55	16	6	15	8
Demais localidades e distritos.....	195,00	200	7,80	0,98	60	12	7	16	5
<i>Maranhão</i>									
São Luiz (capital)	200,00	200	8,00	1,00	60	16	6	10	8
Demais localidades e distritos.....	170,00	200	6,80	0,85	60	14	9	10	2
<i>Piauí</i>									
Teresina (capital) e Parnaíba.....	200,00	200	8,00	1,00	60	14	8	14	4
Demais localidades e distritos.....	170,00	200	6,80	0,85	60	14	7	16	3
<i>Ceará</i>									
Fortaleza (capital)	240,00	200	9,60	1,20	55	20	8	10	7
Demais localidades e distritos.....	195,00	200	7,80	0,98	60	16	7	12	5
<i>Rio Grande do Norte</i>									
Natal (capital)	215,00	200	8,60	1,08	55	14	6	15	10
Demais localidades e distritos.....	170,00	200	6,80	0,85	60	12	9	16	3
<i>Paraíba</i>									
João Pessoa (capital), Campina Grande, Patos e Cajazeiras	215,00	200	8,60	1,08	60	16	8	6	10
Demais localidades e distritos.....	170,00	200	6,80	0,85	60	14	9	8	4
<i>Pernambuco</i>									
R Recife (capital), Olinda e Paulista.....	240,00	200	9,60	1,20	55	20	10	8	7
Demais localidades e distritos.....	180,00	200	7,20	0,90	60	18	9	8	5
<i>Alagoas</i>									
Maceió (capital)	210,00	200	8,40	1,05	55	20	8	9	8
Demais localidades e distritos.....	170,00	200	6,80	0,85	60	16	11	10	3
<i>Sergipe</i>									
Aracajú (capital)	210,00	200	8,40	1,05	60	18	10	9	3
Demais localidades e distritos.....	170,00	200	6,80	0,85	60	14	9	14	3
<i>Baía</i>									
Salvador (capital), Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Canavieiras, Belmonte, Itapira e Una.....	240,00	200	9,60	1,20	60	20	8	8	1
Andaraí, Camarú, Conquista, Feira, Itambé, Jequié, Jaguaquara, Lençóis, Rio Novo, Santa-rém, Marau e Mucugê.....	210,00	200	8,40	1,05	65	16	9	8	2
Alagoinha, Afonso Pena, Amargosa, Areia, Barra da Estiva, Boa Nova, Cachoeira, Catú, Cruz das Almas, Conceição, Djalma Dutra, Encruzilhada, Inhambupe, Itaberaba, Itaparica, Joazeiro, Jacobina, Maragogipe, Mata, Mundo Novo, Muritiba, Nazaré, Pojuca, Poções, Rui Barbosa, Santo Amaro, São Félix, Santo Antônio de Jesus, São Gonçalo, São Sebastião, Valença, Brejões, Camassari, Cairú, Capivari, Conde, Coração de Maria, Entre Rios, Itussú, Itaquara, Itirussú, Jaguaripe, Jequiricá, Lage, Matuipe, Nilo Peçanha, Palmeira, Prado, Saúde, Taperoá, Santa Inês, São Miguel, São Felipe e São Francisco.....	195,00	200	7,80	0,98	65	16	9	8	2

UNIDADES FEDERADAS	Salário mínimo em dinheiro (Cr\$)				Percentagem do salário mínimo para o desconto até a ocorrência de 70 % das despesas de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, nos casos em que os salários não sejam pagos totalmente em dinheiro				
	Salário mensal	Horas de trabalho útil em que é dividido	Salário diário (dia de 8 horas de trabalho) (Cr\$)	Salário por hora de trabalho (Cr\$)	Alimentação %	Habitação %	Vestuário %	Higiene %	Transporte %
Barra, Bonfim, Brumado, Caravelas, Castro Alves, Campo Formoso, Esplanada, Ipirá, Maracás, Morro do Chapéu, Serrinha, Alcobaça, Anchieta, Angical, Aratuípe, Baixa Grande, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Bom Sucesso, Brotas, Condeúba, Caetité, Caçulé, Carinhama, Casa Nova, Chique-chique, Cícero Dantas, Cipó, Conceição do Coité, Correntina, Cotegipe, Curuçá, Euclides da Cunha, Guanambi, Geremoabo, Glória, Irará, Irecê, Itapicurú, Itiuba, Jacareci, Jandaíra, Livramento, Macaúbas, Monte Alegre, Monte Santo, Mucuri, Oliveira dos Brejinhos, Paramirim, Pôrto Seguro, Paripiranga, Pilão Arcado, Pombal, Queimadas, Remanso, Riachão de Jacuipe, Riachão de Santana, Rio Branco, Rio de Contas, Rio Preto, Rio Real, Santana, Santa Luzia e Santa Maria, Santo Inácio, Santa Cruz, Seabra, Sento Sé, Soure, Tucano, Uauá, Jaguarari, Santo Estêvão, Santa Teresinha, Monte Alto	170,00	200	6,80	0,85	65	16	9	8	2
<i>Minas Gerais</i>									
Belo Horizonte (capital), Juiz de Fora, Nova Lima, Uberaba, Uberlândia, Itajubá e São João del Rei	270,00	200	10,80	1,35	55	16	6	10	13
Demais localidades e distritos	210,00	200	8,40	1,05	60	14	9	10	7
<i>Espírito Santo</i>									
Vitória (capital)	260,00	200	10,40	1,30	55	16	6	13	10
Demais localidades e distritos	195,00	200	7,80	0,98	60	16	9	10	5
<i>Rio de Janeiro</i>									
Niterói (capital), São Gonçalo e Nova Iguaçu	320,00	200	12,80	1,60	50	20	8	12	10
Sedes dos demais municípios e distritos	245,00	200	9,80	1,23	55	14	11	10	10
Demais localidades e partes restantes dos distritos	180,00	200	7,20	0,90	55	16	11	10	8
<i>Distrito Federal</i>	380,00	200	15,20	1,90	50	20	8	12	10
<i>São Paulo</i>									
São Paulo (capital), Santo André, Santos, São Vicente e Guarujá	360,00	200	14,40	1,80	55	20	8	10	7
Campinas	320,00	200	12,80	1,60	55	18	11	10	6
Araraquara, Araçatuba, Baurú, Botucatu, Barretos, Catanduvas, Guaratinguetá, Jundiá, Jacareí, Jaboticabal, Limeira, Marília, Presidente Prudente, Piracicaba, Ribeirão Preto, Rio Preto, São Carlos, Sorocaba e Taubaté	275,00	200	11,00	1,38	55	18	11	10	6
Demais localidades e distritos	245,00	200	9,80	1,23	55	18	11	10	6
<i>Paraná</i>									
Curitiba (capital)	290,00	200	11,60	1,45	55	16	11	14	4
Ponta Grossa, Paranaguá, Antonina, Jacareizinho, Cambará, Londrina, Ribeirão Claro, Rio Negro e Irati	260,00	200	10,40	1,30	60	14	11	10	5
Demais localidades e distritos	210,00	200	8,40	1,05	60	14	11	10	5
<i>Santa Catarina</i>									
Florianópolis (capital), São Francisco, Lages, Blumenau, Joinville, Laguna e Itajaí	270,00	200	10,80	1,35	55	18	8	15	4
São Bento, Mafra, Concórdia, Pôrto União, Rio do Sul, Curitiba, Itaiópolis, Camboriú, Brusque, Biguaçu, Jaraguá e São José	245,00	200	9,80	1,23	60	16	7	14	3

UNIDADES FEDERADAS	Salário mínimo em dinheiro (Cr\$)				Percentagem do salário mínimo para o desconto até a ocorrência de 70 % das despesas de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, nos casos em que os salários não sejam pagos totalmente em dinheiro				
	Salário mensal	Horas de trabalho útil em que é dividido	Salário diário (dia de 8 horas de trabalho) (Cr\$)	Salário por hora de trabalho (Cr\$)	Alimentação %	Habitação %	Vestuário %	Higiene %	Transporte %
Indaial, Cruzeiro, Paratí, Caçador, Tijucas, Canoinhas, Palhoça, Nova Trento, Pôrto Belo, Rodeio, Tubarão, Bom Retiro, Crecuma, Gaspar, Timbó, Hamônea, Campo Alegre, Araranguá, Imaruí, São Joaquim, Orleans, Campos Novos, Jaguaruna e Urusanga	235,00	200	9,40	1,18	60	16	7	14	3
<i>Rio Grande do Sul</i>									
Pôrto Alegre (capital)	320,00	200	12,80	1,60	50	20	8	10	12
Demais localidades e distritos	260,00	200	10,40	1,30	55	18	11	10	6
<i>Goiás</i>									
Goiânia (capital) e cidades marginais da Estrada de Ferro de Goiás	240,00	200	9,60	1,20	50	18	10	14	8
Demais localidades e distritos	180,00	200	7,20	0,90	55	16	11	14	4
<i>Mato Grosso</i>									
Cuiabá (capital)	240,00	200	9,60	1,20	50	18	10	18	4
Aquidauana, Campo Grande, Entre Rios, Maracajú, Corumbá, Poxoréu, Alto Madeira, Lageado e Três Lagoas	290,00	200	11,60	1,45	55	18	11	14	2
Nioac, Cáceres, Mato Grosso, Livramento, Herculanêa, Alto Araguaia, Araguaiana, Piranga, Poconé, Rosário, Oeste, Diamantina, Santo Antônio e Paranaíba	180,00	200	7,20	0,90	55	16	11	16	2
<i>Território do Acre</i>	270,00	200	10,80	1,35	55	18	10	15	2
<i>Território do Amapá</i>	195,00	200	7,80	0,98	60	12	7	16	5
<i>Território do Rio Branco</i>	210,00	200	8,40	1,05	65	12	9	10	4
<i>Território de Guaporé</i>									
Guajará Mirim e Alto Madeira	290,00	200	11,60	1,45	55	18	11	14	2
Demais localidades e distritos	210,00	200	8,40	1,05	65	12	9	10	4
<i>Território de Ponta Porã</i>									
Pôrto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã, Dou-raços, Corumbá, Maracajú e Aquidauana	290,00	200	11,60	1,45	55	18	11	14	2
Demais localidades e distritos	180,00	200	7,20	0,90	55	16	11	16	2
<i>Território do Iguassú</i>									
Fôz do Iguassú	260,00	200	10,40	1,30	60	14	11	10	5
Chapécó	235,00	200	9,40	1,18	60	16	7	14	3
Demais localidades e distritos	210,00	200	8,40	1,05	60	14	11	10	5
<i>Território de Fernando de Noronha</i>	180,00	200	7,20	0,90	60	18	9	8	5

Tabela a que se refere o art. 1.º do decreto-lei n. 5.978, de 10 de novembro de 1943

UNIDADES FEDERADAS	Salário em dinheiro (Cr\$)					
	Salário mínimo vigorante Cr\$	Adicional para a indústria Cr\$	Total Cr\$	Horas de traba- lho útil em que é dividido	Salário diário (dia de 8 horas de trabalho) Cr\$	Salário por hora de trabalho Cr\$
<i>Amazonas</i>						
Manaus (capital)	260,00	40,00	300,00	200	12,00	1,50
Demais localidades e distritos.....	210,00	20,00	230,00	200	9,20	1,15
<i>Pará</i>						
Belém (capital)	240,00	50,00	290,00	200	11,60	1,45
Demais localidades e distritos.....	195,00	25,00	220,00	200	8,80	1,10
<i>Maranhão</i>						
São Luiz (Capital)	200,00	60,00	260,00	200	10,40	1,30
Demais localidades e distritos.....	170,00	40,00	210,00	200	8,40	1,05
<i>Piauí</i>						
Terezina (capital) e Parnaíba.....	200,00	60,00	260,00	200	10,40	1,30
Demais localidades e distritos.....	170,00	40,00	210,00	200	8,40	1,05
<i>Ceará</i>						
Fortaleza (capital)	240,00	50,00	290,00	200	11,60	1,45
Demais localidades e distritos.....	195,00	35,00	220,00	200	8,80	1,10
<i>Rio Grande do Norte</i>						
Natal (capital)	215,00	55,00	270,00	200	10,80	1,35
Demais localidades e distritos.....	170,00	40,00	210,00	200	8,40	1,05
<i>Paraíba</i>						
João Pessoa (capital), Campina Grande, Patos e Cajazeiras	215,00	55,00	270,00	200	10,80	1,35
Demais localidades e distritos.....	170,00	40,00	210,00	200	8,40	1,05
<i>Pernambuco</i>						
Recife (capital), Olinda e Paulista.....	240,00	90,00	330,00	200	13,20	1,65
Demais localidades e distritos.....	180,00	70,00	250,00	200	10,00	1,25
<i>Alagoas</i>						
Maceió (capital)	210,00	60,00	270,00	200	10,80	1,35
Demais localidades e distritos.....	170,00	40,00	210,00	200	8,40	1,05
<i>Sergipe</i>						
Aracajú (capital)	210,00	60,00	270,00	200	10,80	1,35
Demais localidades e distritos.....	170,00	40,00	210,00	200	8,40	1,05
<i>Baía</i>						
Salvador (capital), Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Canavieiras, Belmonte, Itapira e Una.....	240,00	90,00	330,00	200	13,20	1,65
Anderai, Camarú, Conquista, Feira, Itambé, Je- quié, Jaguaquara, Lençóis, Rio Novo, Santa- rém, Marau e Mucugê	210,00	50,00	260,00	200	10,40	1,30
Alagoinha, Afonso Pena, Amargosa, Areia, Barra da Estiva, Boa Nova, Cachoeira, Catú, Cruz das Almas, Conceição, Djalma Dutra, En- cruzilhada, Inhambupe, Itaberaba, Itaparica, Joazeiro, Jacobina, Maragogipe, Mata, Munde Novo, Muritiba, Nazaré, Pojuca, Poções, Rui Barbosa, Santo Amaro, São Félix, Santo An- tônio de Jesus, São Gonçalo, São Sebastião, Valença, Brejões, Camassari, Cairú, Capivari, Conde, Coração de Maria, Entre Rios, Ituaçu Itaquara, Itirussú, Jaguaripe, Jequiriçá, Lage Matuipe, Nilo Peçanha, Palmeira, Prado, Saúde, Taperoá, Santa Inês, São Miguel, São Felipe e São Francisco.....	195,00	55,00	250,00	200	10,00	1,25

UNIDADES FEDERADAS	Salário em dinheiro (Cr\$)					
	Salário mínimo vigorante Cr\$	Adicional para a indústria Cr\$	Total Cr\$	Horas de traba- lho útil em que é dividido	Salário diário (dia de 8 horas de trabalho) Cr\$	Salário por hora de trabalho Cr\$
Barra, Bonfim, Brumado, Caravelas, Castro Alves, Campo Formoso, Esplanada, Ipirá, Ma- racás, Morro do Chapéu, Serrinha, Alcobaça, Anchieta, Angical, Aratuípe, Baixa Grande, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Bom Sucesso, Brotas, Condeúba, Caetité, Carinhanha, Casa Nova, Chique-chique, Cícero Dantas, Cipó, Con- ceição do Coité, Correntina, Cotegipe, Curuçá, Euclides da Cunha, Guanambi, Geremoa- bo, Glória, Irará, Itacê, Itapicuru, Itiuba, Ja- carecí, Jandaira, Livramento, Macaúbas, Monte Alegre, Monte Santo, Mucuri, Oliveira dos Brejinhos, Paramirim, Pôrto Seguro, Para- piranga, Pilão Arcado, Pombal, Queimadas, Remanso, Riachão do Jacuipe, Riachão de Santana, Rio Branco, Rio de Contas, Rio Preto, Rio Real, Santana, Santa Luzia e Santa Maria, Santo Inácio, Santa Cruz, Seabra, Sento Sé, Soure, Tucano, Uauá, Urandí, Ja- guarari, Santo Estêvão, Santa Terezinha, Mon- te Alto e Caçulé.....	170,00	40,00	210,00	200	8,40	1,05
<i>Minas Gerais</i>						
Belo Horizonte (capital), Juiz de Fora, Nova Lima, Uberaba, Uberlândia, Itajubá e São João del Rei	270,00	80,00	350,00	200	14,00	1,75
Demais localidades e distritos.....	210,00	50,00	260,00	200	10,40	1,30
<i>Espírito Santo</i>						
Vitória (capital)	260,00	40,00	300,00	200	12,00	1,50
Demais localidades e distritos.....	195,00	25,00	220,00	200	8,80	1,10
<i>Rio de Janeiro</i>						
Niterói (capital), São Gonçalo e Nova Iguaçu	320,00	50,00	370,00	200	14,80	1,85
Sedes dos demais municípios e distritos.....	245,00	45,00	290,00	200	11,60	1,45
Demais localidades e partes restantes dos di- stritos	180,00	40,00	220,00	200	8,80	1,10
<i>Distrito Federal</i>	380,00	30,00	410,00	200	16,40	2,05
<i>São Paulo</i>						
São Paulo (capital), Santo André, Santos, São Vicente e Guarujá	360,00	30,00	390,00	200	15,60	1,95
Campinas	320,00	50,00	370,00	200	14,80	1,85
Araraquara, Araçatuba, Baurú, Botucatu, Car- retos, Catanduvas, Guaratinguetá, Jundiaí, Jacareí, Jaboticabal, Limeira, Marília, Pre- sidente Prudente, Piracicaba, Ribeirão Preto, Rio Preto, São Carlos, Sorocaba e Taubaté..	275,00	35,00	310,00	200	12,40	1,55
Demais localidades e distritos.....	245,00	15,00	260,00	200	10,40	1,30
<i>Paraná</i>						
Curitiba (capital)	290,00	60,00	350,00	200	14,00	1,75
Ponta Grossa, Paranaguá, Antonina, Jacarezi- nho, Cambará, Londrina, Ribeirão Claro, Rio Negro e Iratí	260,00	40,00	300,00	200	12,00	1,50
Demais localidades e distritos.....	210,00	20,00	230,00	200	9,20	1,15
<i>Santa Catarina</i>						
Florianópolis (capital), São Francisco, Lages, Blumenau, Joinville, Laguna e Itajaí.....	270,00	40,00	310,00	200	12,40	1,55
São Bento, Mafra, Concórdia, Pôrto União, Rio do Sul, Curitiba, Itaiópolis, Camboriú, Brusque, Biguaçu, Jaraguá e São José.....	245,00	15,00	260,00	200	10,40	1,30

UNIDADES FEDERADAS	Salário em dinheiro (Cr\$)					
	Salário mínimo vigorante Cr\$	Adicional para a indústria Cr\$	Total Cr\$	Horas de traba- lho útil em que é dividido	Salário diário (dia de 8 horas de trabalho) Cr\$	Salário por hora de trabalho Cr\$
Indaial, Cruzeiro, Paratí, Caçador, Tijucas, Canoinhas, Palhoça, Nova Trento, Pôrto Beio, Rodeio, Tubarão, Bom Retiro, Cre- ciuma, Gaspar, Timbó, Hamônea, Campo Alegre, Araranguá, Imaruí, São Joaquim, Oriens, Campos Novos, Jaguaruna e Urus- sanga	235,00	15,00	250,00	200	10,00	1,25
<i>Rio Grande do Sul</i>						
Pôrto Alegre (capital)	320,00	50,00	370,00	200	14,80	1,85
Demais localidades e distritos	260,00	40,00	300,00	200	12,00	1,50
<i>Goiás</i>						
Goiânia (capital) e cidades marginais da Es- trada de Ferro de Goiás	240,00	50,00	290,00	200	11,60	1,45
Demais localidades e distritos	180,00	40,00	220,00	200	8,80	1,10
<i>Mato Grosso</i>						
Cuiabá (capital)	240,00	50,00	290,00	200	11,60	1,45
Aquidauana, Campo Grande, Entre Rios, Ma- racajú, Corumbá, Poxoréu, Alto Madeira, La- geado e Três Lagoas	290,00	20,00	310,00	200	12,40	1,55
Nioac, Cáceres, Mato Grosso, Livramento, Her- culânea, Alto Araguaia, Araguaiana, Piranga, Poconé, Rosário, Oeste, Diamantina, Santo Antônio e Paranaíba	180,00	40,00	220,00	200	8,80	1,10
<i>Território do Acre</i>	270,00	40,00	310,00	200	12,40	1,55
<i>Território do Amapá</i>	195,00	25,00	220,00	200	8,80	1,10
<i>Território do Rio Branco</i>	210,00	20,00	230,00	200	9,20	1,15
<i>Território de Guaporé</i>						
Guajará Mirim e Alto Madeira	290,00	20,00	310,00	200	12,40	1,55
Demais localidades e distritos	210,00	20,00	230,00	200	9,20	1,15
<i>Território de Ponta Porã</i>						
Pôrto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã, Dou- rados, Corumbá, Maracajú e Aquidauana	290,00	20,00	310,00	200	12,40	1,55
Demais localidades e distritos	180,00	40,00	220,00	200	8,80	1,10
<i>Território do Iguassú</i>						
Fôz do Iguassú	260,00	40,00	300,00	200	12,00	1,50
Chapecó	235,00	15,00	250,00	200	10,00	1,25
Demais localidades e distritos	210,00	20,00	230,00	200	9,20	1,15
<i>Território de Fernando de Noronha</i>	180,00	40,00	220,00	200	8,80	1,10

DECRETO-LEI N. 5.978 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1943

Altera a tabela do salário adicional para a indústria e dá outras providências

O Presidente da República, considerando o que expõe o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O salário adicional para a indústria, instituído pelo decreto-lei n. 5.473, de 11 de maio de 1943, será pago na conformidade da tabela que acompanha o presente decreto-lei e que vigorará pelo prazo de três anos.

Parágrafo único. É extensivo a todo empregado adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de trabalho, que, sob qualquer forma de remuneração, trabalhe em empresa ou organização de transporte ou comunicação, inclusive as de caráter urbano.

Art. 2.º É aplicável à execução e fiscalização do presente decreto-lei, no que lhes concernir, o que dispõem o decreto-lei n. 2.162, de 1 de maio de 1940, e o decreto-lei n. 5.473, de 11 de maio de 1943.

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor a partir de 1 de dezembro de 1943.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.979 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1943

Institue o salário de compensação e dá outras providências

O Presidente da República, considerando o que expõe o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

“Art. 1.º Fica instituído, em todo o país, o salário de compensação a que tem direito, pelo serviço prestado, todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de trabalho, que, sob qualquer forma, perceba remuneração, cujo valor se ache compreendido entre o salário mínimo, exclusive — como limite inferior — e o dôbro do salário mínimo em vigor na respectiva zona ou região — como limite superior”.

“Parágrafo único. Quando se tratar de remuneração prevista pelas tabelas a que se refere o art. 1.º do decreto-lei n. 5.973, de 10 de novembro de 1943, ato que alterou o salário adicional para a indústria, o limite inferior será igual ao valor que as anteriores a elas estabeleçam para a respectiva zona ou região”.

Art. 2.º O salário de compensação será pago na conformidade das tabelas que acompanham o presente decreto-lei e vigorará enquanto perdurar a situação criada pelo estado de guerra.

Art. 3.º Para o menor de 18 anos, o salário de compensação, respeitada a proporcionalidade com o que vigorar para o empregado adulto local, será pago sobre a base uniforme de 50% (cinquenta por cento).

Art. 4.º A aplicação do salário de compensação não poderá, em caso algum, ser causa determinante de redução de salário, gratificação, bonificação ou percentagem percebido pelo empregado.

Art. 5.º Os infratores do presente decreto-lei serão passíveis de multa de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), elevada ao dobro em caso de reincidência.

Art. 6.º As dúvidas suscitadas na execução do presente decreto-lei, ouvido o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, serão resolvidas pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 7.º É aplicável à execução e fiscalização do presente decreto-lei, no que lhes concernir, o que dispõe o decreto-lei n. 2.162, de 1 de maio de 1940.

Art. 8.º O presente decreto-lei entra em vigor em 1 de dezembro de 1943.

Art. 9.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

**TABELA A QUE SE REFERE O ART. 2.º DO DECRETO-LEI N. 5.979,
DE 10 DE NOVEMBRO DE 1943**

TABELA I

Aumento de salários, que não os mínimos, nas unidades administrativas do interior dos Estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Baía (3.º grupo).

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sobre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
117,10 a 120,00	52,90 a 50,00	170,00
120,00 a 130,00	60,00 a 50,00	180,00
130,00 a 140,00	60,00 a 50,00	190,00
140,00 a 150,00	60,00 a 50,00	200,00
150,00 a 160,00	60,00 a 50,00	210,00
160,00 a 170,00	60,00 a 50,00	220,00
170,00 a 180,00	60,00 a 50,00	230,00
180,00 a 190,00	60,00 a 50,00	240,00
190,00 a 200,00	60,00 a 50,00	250,00
200,00 a 210,00	60,00 a 50,00	260,00
210,00 a 220,00	60,00 a 50,00	270,00
220,00 a 230,00	60,00 a 50,00	280,00
230,00 a 240,00	60,00 a 50,00	290,00

TABELA II

Aumento de salários, que não os mínimos, nas unidades administrativas do interior dos Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro (2.º grupo), Goiás, Mato Grosso (2.º grupo) e Territórios de Ponta Porã (Miranda e Nioac) e Fernando Noronha.

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sobre a classe de salário
130,10 a 140,00	59,90 a 50,00	190,00
140,00 a 150,00	60,00 a 50,00	200,00
150,00 a 160,00	60,00 a 50,00	210,00
160,00 a 170,00	60,00 a 50,00	220,00
170,00 a 180,00	60,00 a 50,00	230,00
180,00 a 190,00	60,00 a 50,00	240,00
190,00 a 200,00	60,00 a 50,00	250,00
200,00 a 210,00	60,00 a 50,00	260,00
210,00 a 220,00	60,00 a 50,00	270,00
220,00 a 230,00	60,00 a 50,00	280,00
230,00 a 240,00	60,00 a 50,00	290,00
240,00 a 250,00	60,00 a 50,00	300,00
250,00 a 260,00	60,00 a 50,00	310,00

TABELA III

Aumento de salários, que não os mínimos, nas unidades administrativas do interior dos Estados do Pará, Ceará, Baía (2.º grupo), Espírito Santo e Território do Amapá.

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sobre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
143,10 a 150,00	56,90 a 50,00	200,00
150,00 a 160,00	60,00 a 50,00	210,00
160,00 a 170,00	60,00 a 50,00	220,00
170,00 a 180,00	60,00 a 50,00	230,00
180,00 a 190,00	60,00 a 50,00	240,00
190,00 a 200,00	60,00 a 50,00	250,00
200,00 a 210,00	60,00 a 50,00	260,00
210,00 a 220,00	60,00 a 50,00	270,00
220,00 a 230,00	60,00 a 50,00	280,00
230,00 a 240,00	60,00 a 50,00	290,00
240,00 a 250,00	60,00 a 50,00	300,00
250,00 a 260,00	60,00 a 50,00	310,00
260,00 a 270,00	60,00 a 50,00	320,00
270,00 a 280,00	60,00 a 50,00	330,00
280,00 a 290,00	60,00 a 50,00	340,00

TABELA IV

Aumento dos salários, que não os mínimos, nas capitais dos Estados: Maranhão e Piauí (inclusive Parnaíba).

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sobre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
150,10 a 160,00	59,90 a 50,00	210,00
160,00 a 170,00	60,00 a 50,00	220,00
170,00 a 180,00	60,00 a 50,00	230,00
180,00 a 190,00	60,00 a 50,00	240,00
190,00 a 200,00	60,00 a 50,00	250,00
200,00 a 210,00	60,00 a 50,00	260,00
210,00 a 220,00	60,00 a 50,00	270,00
220,00 a 230,00	60,00 a 50,00	280,00
230,00 a 240,00	60,00 a 50,00	290,00
240,00 a 250,00	60,00 a 50,00	300,00
250,00 a 260,00	60,00 a 50,00	310,00
260,00 a 270,00	60,00 a 50,00	320,00
270,00 a 280,00	60,00 a 50,00	330,00
280,00 a 290,00	60,00 a 50,00	340,00
290,00 a 300,00	60,00 a 50,00	350,00

TABELA V

Aumento de salários, que não os mínimos, nas unidades administrativas do interior dos Estados do Amazonas, Baía (1.º grupo), Minas Gerais, Paraná (2.º grupo) e Territórios do Rio Branco, Guaporé (Lábrea, Pôrto Velho, Canutama e Mato Grosso) e Iguaçu (Clevelândia, Palmas e Guarapuava).

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sobre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
156,10 a 160,00	53,90 a 50,00	210,00
160,00 a 170,00	60,00 a 50,00	220,00
170,00 a 180,00	60,00 a 50,00	230,00
180,00 a 190,00	60,00 a 50,00	240,00
190,00 a 200,00	60,00 a 50,00	250,00
200,00 a 210,00	60,00 a 50,00	260,00
210,00 a 220,00	60,00 a 50,00	270,00
220,00 a 230,00	60,00 a 50,00	280,00
230,00 a 240,00	60,00 a 50,00	290,00
240,00 a 250,00	60,00 a 50,00	300,00
250,00 a 260,00	60,00 a 50,00	310,00
260,00 a 270,00	60,00 a 50,00	320,00
270,00 a 280,00	60,00 a 50,00	330,00
280,00 a 290,00	60,00 a 50,00	340,00
290,00 a 300,00	60,00 a 50,00	350,00
300,00 a 310,00	60,00 a 50,00	360,00
310,00 a 320,00	60,00 a 50,00	370,00

TABELA VI

Aumento de salários, que não os mínimos, nas capitais dos Estados de Alagoas e Sergipe.

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sobre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
156,35 a 160,00	53,65 a 50,00	210,00
160,00 a 170,00	60,00 a 50,00	220,00
170,00 a 180,00	60,00 a 50,00	230,00
180,00 a 190,00	60,00 a 50,00	240,00
190,00 a 200,00	60,00 a 50,00	250,00
200,00 a 210,00	60,00 a 50,00	260,00
210,00 a 220,00	60,00 a 50,00	270,00
220,00 a 230,00	60,00 a 50,00	280,00
230,00 a 240,00	60,00 a 50,00	290,00
240,00 a 250,00	60,00 a 50,00	300,00

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sôbre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
250,00 a 260,00	60,00 a 50,00	310,00
260,00 a 270,00	60,00 a 50,00	320,00
270,00 a 280,00	60,00 a 50,00	330,00
280,00 a 290,00	60,00 a 50,00	340,00
290,00 a 300,00	60,00 a 50,00	350,00
300,00 a 310,00	60,00 a 50,00	360,00
310,00 a 320,00	60,00 a 50,00	370,00

TABELA VII

Aumento de salários, que não os mínimos, nas capitais dos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba (inclusive Campina Grande, Patos e Cajazeiras).

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sôbre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
162,60 a 170,00	57,40 a 50,00	220,00
170,00 a 180,00	60,00 a 50,00	230,00
180,00 a 190,00	60,00 a 50,00	240,00
190,00 a 200,00	60,00 a 50,00	250,00
200,00 a 210,00	60,00 a 50,00	260,00
210,00 a 220,00	60,00 a 50,00	270,00
220,00 a 230,00	60,00 a 50,00	280,00
230,00 a 240,00	60,00 a 50,00	290,00
240,00 a 250,00	60,00 a 50,00	300,00
250,00 a 260,00	60,00 a 50,00	310,00
260,00 a 270,00	60,00 a 50,00	320,00
270,00 a 280,00	60,00 a 50,00	330,00
280,00 a 290,00	60,00 a 50,00	340,00
290,00 a 300,00	60,00 a 50,00	350,00
300,00 a 310,00	60,00 a 50,00	360,00
310,00 a 320,00	60,00 a 50,00	370,00
320,00 a 330,00	60,00 a 50,00	380,00

TABELA VIII

Aumento de salários, que não os mínimos, nas unidades administrativas do interior do Estado de Santa Catarina (2.º grupo) e Território do Iguaçu (Chapecó).

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sobre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
182,10 a 190,00	57,90 a 50,00	240,00
190,00 a 200,00	60,00 a 50,00	250,00
200,00 a 210,00	60,00 a 50,00	260,00
210,00 a 220,00	60,00 a 50,00	270,00
220,00 a 230,00	60,00 a 50,00	280,00
230,00 a 240,00	60,00 a 50,00	290,00
240,00 a 250,00	60,00 a 50,00	300,00
250,00 a 260,00	60,00 a 50,00	310,00
260,00 a 270,00	60,00 a 50,00	320,00
270,00 a 280,00	60,00 a 50,00	330,00
280,00 a 290,00	60,00 a 50,00	340,00
290,00 a 300,00	60,00 a 50,00	350,00
300,00 a 310,00	60,00 a 50,00	360,00
310,00 a 320,00	60,00 a 50,00	370,00
320,00 a 330,00	60,00 a 50,00	380,00
330,00 a 340,00	60,00 a 50,00	390,00
340,00 a 350,00	60,00 a 50,00	400,00
350,00 a 360,00	60,00 a 50,00	410,00
360,00 a 370,00	60,00 a 50,00	420,00

TABELA IX

Aumento de salários, que não os mínimos, nas capitais dos Estados de Pará, Ceará, Pernambuco (inclusive Olinda e Paulista), Baía (inclusive Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Canavieiras, Belmonte, Itapira e Una), Goiás (inclusive cidades marginais da Estrada de Ferro de Goiás) e Mato Grosso.

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sobre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
187,60 a 190,00	52,40 a 50,00	240,00
190,00 a 200,00	60,00 a 50,00	250,00
200,00 a 210,00	60,00 a 50,00	260,00
210,00 a 220,00	60,00 a 50,00	270,00
220,00 a 230,00	60,00 a 50,00	280,00
230,00 a 240,00	60,00 a 50,00	290,00
240,00 a 250,00	60,00 a 50,00	300,00

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sôbre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
250,00 a 260,00	60,00 a 50,00	310,00
260,00 a 270,00	60,00 a 50,00	320,00
270,00 a 280,00	60,00 a 50,00	330,00
280,00 a 290,00	60,00 a 50,00	340,00
290,00 a 300,00	60,00 a 50,00	350,00
300,00 a 310,00	60,00 a 50,00	360,00
310,00 a 320,00	60,00 a 50,00	370,00
320,00 a 330,00	60,00 a 50,00	380,00
330,00 a 340,00	60,00 a 50,00	390,00
340,00 a 350,00	60,00 a 50,00	400,00
350,00 a 360,00	60,00 a 50,00	410,00
360,00 a 370,00	60,00 a 50,00	420,00
370,00 a 380,00	60,00 a 50,00	430,00

TABELA X

Aumento de salários, que não os mínimos, nas unidades administrativas do interior dos Estados de Rio de Janeiro (1.º grupo), São Paulo (3.º grupo), e Santa Catarina (1.º grupo).

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sôbre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
195,10 a 200,00	54,90 a 50,00	250,00
200,00 a 210,00	60,00 a 50,00	260,00
210,00 a 220,00	60,00 a 50,00	270,00
220,00 a 230,00	60,00 a 50,00	280,00
230,00 a 240,00	60,00 a 50,00	290,00
240,00 a 250,00	60,00 a 50,00	300,00
250,00 a 260,00	60,00 a 50,00	310,00
260,00 a 270,00	60,00 a 50,00	320,00
270,00 a 280,00	60,00 a 50,00	330,00
280,00 a 290,00	60,00 a 50,00	340,00
290,00 a 300,00	60,00 a 50,00	350,00
300,00 a 310,00	60,00 a 50,00	360,00
310,00 a 320,00	60,00 a 50,00	370,00
320,00 a 330,00	60,00 a 50,00	380,00
330,00 a 340,00	60,00 a 50,00	390,00
340,00 a 350,00	60,00 a 50,00	400,00
350,00 a 360,00	60,00 a 50,00	410,00
360,00 a 370,00	60,00 a 50,00	420,00
370,00 a 380,00	60,00 a 50,00	430,00
380,00 a 390,00	60,00 a 50,00	440,00

TABELA XI

Aumento de salários, que não os mínimos, nas capitais dos Estados de Amazonas e Espírito Santo.

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sobre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
200,10 a 210,00	69,90 a 60,00	270,00
210,00 a 220,00	70,00 a 60,00	280,00
220,00 a 230,00	70,00 a 60,00	290,00
230,00 a 240,00	70,00 a 60,00	300,00
240,00 a 250,00	70,00 a 60,00	310,00
250,00 a 260,00	70,00 a 60,00	320,00
260,00 a 270,00	70,00 a 60,00	330,00
270,00 a 280,00	65,00 a 55,00	335,00
280,00 a 290,00	65,00 a 55,00	345,00
290,00 a 300,00	65,00 a 55,00	355,00
300,00 a 310,00	65,00 a 55,00	365,00
310,00 a 320,00	65,00 a 55,00	375,00
320,00 a 330,00	65,00 a 55,00	385,00
330,00 a 340,00	60,00 a 50,00	390,00
340,00 a 350,00	60,00 a 50,00	400,00
350,00 a 360,00	60,00 a 50,00	410,00
360,00 a 370,00	60,00 a 50,00	420,00
370,00 a 380,00	60,00 a 50,00	430,00
380,00 a 390,00	60,00 a 50,00	440,00
390,00 a 400,00	60,00 a 50,00	450,00

TABELA XII

Aumento de salários, que não os mínimos, nas unidades administrativas do interior dos Estados de Paraná (1.º grupo), Rio Grande do Sul e Território do Iguaçu (Foz do Iguaçu).

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sobre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
208,10 a 210,00	51,90 a 50,00	260,00
210,00 a 220,00	60,00 a 50,00	270,00
220,00 a 230,00	60,00 a 50,00	280,00
230,00 a 240,00	60,00 a 50,00	290,00
240,00 a 250,00	60,00 a 50,00	300,00
250,00 a 260,00	60,00 a 50,00	310,00
260,00 a 270,00	60,00 a 50,00	320,00
270,00 a 280,00	60,00 a 50,00	330,00

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sobre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
280,00 a 290,00	60,00 a 50,00	340,00
290,00 a 300,00	60,00 a 50,00	350,00
300,00 a 310,00	60,00 a 50,00	360,00
310,00 a 320,00	60,00 a 50,00	370,00
320,00 a 330,00	60,00 a 50,00	380,00
330,00 a 340,00	60,00 a 50,00	390,00
340,00 a 350,00	60,00 a 50,00	400,00
350,00 a 360,00	60,00 a 50,00	410,00
360,00 a 370,00	60,00 a 50,00	420,00
370,00 a 380,00	60,00 a 50,00	430,00
380,00 a 390,00	60,00 a 50,00	440,00
390,00 a 400,00	60,00 a 50,00	450,00
400,00 a 410,00	60,00 a 50,00	460,00
410,00 a 420,00	60,00 a 50,00	470,00

TABELA XIII

Aumento de salários, que não os mínimos, nas capitais dos Estados de Minas Gerais (inclusive Juiz de Fora, Nova Lima, Uberaba, Uberlândia, Itajubá e São João d'El-Rei), Santa Catarina (inclusive São Francisco, Lajes, Blumenau, Joinville, Laguna e Itajaí) e no Território do Acre.

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sobre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
212,60 a 220,00	62,40 a 55,00	275,00
220,00 a 230,00	65,00 a 55,00	285,00
230,00 a 240,00	65,00 a 55,00	295,00
240,00 a 250,00	65,00 a 55,00	305,00
250,00 a 260,00	65,00 a 55,00	315,00
260,00 a 270,00	65,00 a 55,00	325,00
270,00 a 280,00	65,00 a 55,00	335,00
280,00 a 290,00	65,00 a 55,00	345,00
290,00 a 300,00	65,00 a 55,00	355,00
300,00 a 310,00	65,00 a 55,00	365,00
310,00 a 320,00	65,00 a 55,00	375,00
320,00 a 330,00	60,00 a 50,00	380,00
330,00 a 340,00	60,00 a 50,00	390,00
340,00 a 350,00	60,00 a 50,00	400,00
350,00 a 360,00	60,00 a 50,00	410,00
360,00 a 370,00	60,00 a 50,00	420,00

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sobre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
370,00 a 380,00	60,00 a 50,00	430,00
380,00 a 390,00	60,00 a 50,00	440,00
390,00 a 400,00	60,00 a 50,00	450,00
400,00 a 410,00	60,00 a 50,00	460,00
410,00 a 420,00	60,00 a 50,00	470,00
420,00 a 430,00	60,00 a 50,00	480,00

TABELA XIV

Aumento de salários, que não os mínimos, nas unidades administrativas do interior do Estado de São Paulo (2.º grupo).

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sobre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
221,10 a 230,00	58,90 a 50,00	280,00
230,00 a 240,00	60,00 a 50,00	290,00
240,00 a 250,00	60,00 a 50,00	300,00
250,00 a 260,00	60,00 a 50,00	310,00
260,00 a 270,00	60,00 a 50,00	320,00
270,00 a 280,00	60,00 a 50,00	330,00
280,00 a 290,00	60,00 a 50,00	340,00
290,00 a 300,00	60,00 a 50,00	350,00
300,00 a 310,00	60,00 a 50,00	360,00
310,00 a 320,00	60,00 a 50,00	370,00
320,00 a 330,00	60,00 a 50,00	380,00
330,00 a 340,00	60,00 a 50,00	390,00
340,00 a 350,00	60,00 a 50,00	400,00
350,00 a 360,00	60,00 a 50,00	410,00
360,00 a 370,00	60,00 a 50,00	420,00
370,00 a 380,00	60,00 a 50,00	430,00
380,00 a 390,00	60,00 a 50,00	440,00
390,00 a 400,00	60,00 a 50,00	450,00
400,00 a 410,00	60,00 a 50,00	460,00
410,00 a 420,00	60,00 a 50,00	470,00
420,00 a 430,00	60,00 a 50,00	480,00
430,00 a 440,00	60,00 a 50,00	490,00
440,00 a 450,00	60,00 a 50,00	500,00

TABELA XV

Aumento de salários, que não os mínimos, na capital do Estado do Paraná.

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sobre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
225,10 a 230,00	69,90 a 65,00	295,00
230,00 a 240,00	75,00 a 65,00	305,00
240,00 a 250,00	75,00 a 65,00	315,00
250,00 a 260,00	75,00 a 65,00	325,00
260,00 a 270,00	75,00 a 65,00	335,00
270,00 a 280,00	75,00 a 65,00	345,00
280,00 a 290,00	70,00 a 60,00	350,00
290,00 a 300,00	70,00 a 60,00	360,00
300,00 a 310,00	70,00 a 60,00	370,00
310,00 a 320,00	70,00 a 60,00	380,00
320,00 a 330,00	70,00 a 60,00	390,00
330,00 a 340,00	70,00 a 60,00	400,00
340,00 a 350,00	65,00 a 55,00	405,00
350,00 a 360,00	65,00 a 55,00	415,00
360,00 a 370,00	65,00 a 55,00	425,00
370,00 a 380,00	65,00 a 55,00	435,00
380,00 a 390,00	65,00 a 55,00	445,00
390,00 a 400,00	65,00 a 55,00	455,00
400,00 a 410,00	60,00 a 50,00	460,00
410,00 a 420,00	60,00 a 50,00	470,00
420,00 a 430,00	60,00 a 50,00	480,00
430,00 a 440,00	60,00 a 50,00	490,00
440,00 a 450,00	60,00 a 50,00	500,00

TABELA XVI

Aumento de salários, que não os mínimos, nas unidades administrativas do interior do Estado de Mato Grosso (1.º grupo) e Territórios de Guaporé (Guajará-Mirim e Alto Madeira) e Ponta Porã (Porto Murinho, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Corumbá, Maracajú e Aquidauana).

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sobre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
234,10 a 240,00	60,90 a 55,00	295,00
240,00 a 250,00	65,00 a 55,00	305,00
250,00 a 260,00	65,00 a 55,00	315,00
260,00 a 270,00	65,00 a 55,00	325,00

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sobre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
270,00 a 280,00	65,00 a 55,00	335,00
280,00 a 290,00	65,00 a 55,00	345,00
290,00 a 300,00	65,00 a 55,00	355,00
300,00 a 310,00	65,00 a 55,00	365,00
310,00 a 320,00	65,00 a 55,00	375,00
320,00 a 330,00	65,00 a 55,00	385,00
330,00 a 340,00	65,00 a 55,00	395,00
340,00 a 350,00	65,00 a 55,00	405,00
350,00 a 360,00	60,00 a 50,00	410,00
360,00 a 370,00	60,00 a 50,00	420,00
370,00 a 380,00	60,00 a 50,00	430,00
380,00 a 390,00	60,00 a 50,00	440,00
390,00 a 400,00	60,00 a 50,00	450,00
400,00 a 410,00	60,00 a 50,00	460,00
410,00 a 420,00	60,00 a 50,00	470,00
420,00 a 430,00	60,00 a 50,00	480,00
430,00 a 440,00	60,00 a 50,00	490,00
440,00 a 450,00	60,00 a 50,00	500,00
450,00 a 460,00	60,00 a 50,00	510,00
460,00 a 470,00	60,00 a 50,00	520,00

TABELA XVII

Aumento de salários, que não os mínimos, nas capitais dos Estados de Rio de Janeiro (inclusive São Gonçalo e Nova Iguaçu) e Rio Grande do Sul.

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sobre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
250,00 a 260,00	79,90 a 70,00	330,00
260,00 a 270,00	80,00 a 70,00	340,00
270,00 a 280,00	80,00 a 70,00	350,00
280,00 a 290,00	80,00 a 70,00	360,00
290,00 a 300,00	80,00 a 70,00	370,00
300,00 a 310,00	75,00 a 65,00	375,00
310,00 a 320,00	75,00 a 65,00	385,00
320,00 a 330,00	75,00 a 65,00	395,00
330,00 a 340,00	75,00 a 65,00	405,00
340,00 a 350,00	75,00 a 65,00	415,00
350,00 a 360,00	70,00 a 60,00	420,00
360,00 a 370,00	70,00 a 60,00	430,00

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sôbre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
370,00 a 380,00	70,00 a 60,00	440,00
380,00 a 390,00	70,00 a 60,00	450,00
390,00 a 400,00	70,00 a 60,00	460,00
400,00 a 410,00	65,00 a 55,00	465,00
410,00 a 420,00	65,00 a 55,00	475,00
420,00 a 430,00	65,00 a 55,00	485,00
430,00 a 440,00	65,00 a 55,00	495,00
440,00 a 450,00	65,00 a 55,00	505,00
450,00 a 460,00	60,00 a 50,00	510,00
460,00 a 470,00	60,00 a 50,00	520,00
470,00 a 480,00	60,00 a 50,00	530,00
480,00 a 490,00	60,00 a 50,00	540,00
490,00 a 500,00	60,00 a 50,00	550,00

TABELA XVIII

Aumento de salários, que não os mínimos, nas unidades administrativas do interior do Estado de São Paulo (1.º grupo).

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sôbre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
260,10 a 270,00	69,90 a 60,00	330,00
270,00 a 280,00	70,00 a 60,00	340,00
280,00 a 290,00	70,00 a 60,00	350,00
290,00 a 300,00	70,00 a 60,00	360,00
300,00 a 310,00	70,00 a 60,00	370,00
310,00 a 320,00	70,00 a 60,00	380,00
320,00 a 330,00	70,00 a 60,00	390,00
330,00 a 340,00	70,00 a 60,00	400,00
340,00 a 350,00	70,00 a 60,00	410,00
350,00 a 360,00	65,00 a 55,00	415,00
360,00 a 370,00	65,00 a 55,00	425,00
370,00 a 380,00	65,00 a 55,00	435,00
380,00 a 390,00	65,00 a 55,00	445,00
390,00 a 400,00	65,00 a 55,00	455,00
400,00 a 410,00	65,00 a 55,00	465,00
410,00 a 420,00	65,00 a 55,00	475,00
420,00 a 430,00	65,00 a 55,00	485,00
430,00 a 440,00	60,00 a 50,00	490,00
440,00 a 450,00	60,00 a 50,00	500,00
450,00 a 460,00	60,00 a 50,00	510,00

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sobre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
460,00 a 470,00	60,00 a 50,00	520,00
470,00 a 480,00	60,00 a 50,00	530,00
480,00 a 490,00	60,00 a 50,00	540,00
490,00 a 500,00	60,00 a 50,00	550,00
500,00 a 510,00	60,00 a 50,00	560,00
510,00 a 520,00	60,00 a 50,00	570,00

TABELA XIX

Aumento de salários, que não os mínimos, na capital do Estado de São Paulo (inclusive Santo André, Santos, São Vicente e Guarujá).

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sobre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
275,10 a 280,00	89,00 a 85,00	365,00
280,00 a 290,00	95,00 a 89,00	375,00
290,00 a 300,00	95,00 a 85,00	385,00
300,00 a 310,00	90,00 a 80,00	390,00
310,00 a 320,00	90,00 a 80,00	400,00
320,00 a 330,00	90,00 a 80,00	410,00
330,00 a 340,00	85,00 a 75,00	415,00
340,00 a 350,00	85,00 a 75,00	425,00
350,00 a 360,00	85,00 a 75,00	435,00
360,00 a 370,00	85,00 a 75,00	445,00
370,00 a 380,00	80,00 a 70,00	450,00
380,00 a 390,00	80,00 a 70,00	460,00
390,00 a 400,00	80,00 a 70,00	470,00
400,00 a 410,00	80,00 a 70,00	480,00
410,00 a 420,00	75,00 a 65,00	485,00
420,00 a 430,00	75,00 a 65,00	495,00
430,00 a 440,00	75,00 a 65,00	505,00
440,00 a 450,00	75,00 a 65,00	515,00
450,00 a 460,00	70,00 a 60,00	520,00
460,00 a 470,00	70,00 a 60,00	530,00
470,00 a 480,00	70,00 a 60,00	540,00
480,00 a 490,00	70,00 a 60,00	550,00
490,00 a 500,00	65,00 a 55,00	555,00
500,00 a 510,00	65,00 a 55,00	565,00
510,00 a 520,00	65,00 a 55,00	575,00
520,00 a 530,00	60,00 a 50,00	580,00
530,00 a 540,00	60,00 a 50,00	590,00
540,00 a 550,00	60,00 a 50,00	600,00

TABELA XX

Aumento de salários, que não os mínimos, no Distrito Federal.

Classe de salário	Aumento	Resultado do aumento sôbre a classe de salário
Cr\$	Cr\$	Cr\$
300,00 a 310,00	80,00 a 80,00	390,00
310,00 a 320,00	90,00 a 80,00	400,00
320,00 a 330,00	90,00 a 80,00	410,00
330,00 a 340,00	90,00 a 80,00	420,00
340,00 a 350,00	85,00 a 75,00	425,00
350,00 a 360,00	85,00 a 75,00	435,00
360,00 a 370,00	85,00 a 75,00	445,00
370,00 a 380,00	85,00 a 75,00	455,00
380,00 a 390,00	85,00 a 75,00	465,00
390,00 a 400,00	80,00 a 70,00	470,00
400,00 a 410,00	80,00 a 70,00	480,00
410,00 a 420,00	80,00 a 70,00	490,00
420,00 a 430,00	80,00 a 70,00	500,00
430,00 a 440,00	75,00 a 65,00	505,00
440,00 a 450,00	75,00 a 65,00	515,00
450,00 a 460,00	75,00 a 65,00	525,00
460,00 a 470,00	75,00 a 65,00	535,00
470,00 a 480,00	70,00 a 60,00	540,00
480,00 a 490,00	70,00 a 60,00	550,00
490,00 a 500,00	70,00 a 60,00	560,00
500,00 a 510,00	70,00 a 60,00	570,00
510,00 a 520,00	65,00 a 55,00	575,00
520,00 a 530,00	65,00 a 55,00	585,00
530,00 a 540,00	65,00 a 55,00	595,00
540,00 a 550,00	65,00 a 55,00	605,00
550,00 a 560,00	60,00 a 50,00	610,00
560,00 a 570,00	60,00 a 50,00	620,00
570,00 a 580,00	60,00 a 50,00	630,00
580,00 a 590,00	60,00 a 50,00	640,00
590,00 a 600,00	60,00 a 50,00	650,00

DECRETO-LEI N. 5.980 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1943

Extingue o imposto sobre carnes, a que se refere o art. 41 do decreto legislativo n. 121, de 14 de novembro de 1936, do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o art. 41 do decreto legislativo n. 121, de 14 de novembro de 1936, do Distrito Federal.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.981 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1943

Ratifica os Convênios Nacionais de Estatística Municipal, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados e ratificados, para todos os efeitos, os vinte e um (21) Convênios Nacionais de Estatística Municipal, realizados nos termos do decreto-lei n. 4.181, de 16 de março de 1942, entre a União Federal, representada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os Estados e o Território do Acre, e, ainda, os respectivos Municípios, tendo em vista assegurar permanentemente, em todo o país, a uniformidade e a regular execução da estatística geral brasileira, bem assim, em particular, a eficiência dos levantamentos que devem servir de base à organização da segurança nacional.

Art. 2.º Ficam aprovados e confirmados, todos os atos legislativos dos Estados, bem como os dos Municípios, que ratifiquem e mandem executar, na forma da lei federal, os Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

Art. 3.º Os compromissos e obrigações decorrentes dos mencionados Convênios serão extensivos às novas circunscrições que forem criadas no quadro territorial brasileiro.

Art. 4.º Fica revogado o art. 6.º do decreto-lei n. 4.181, de 16 de março de 1942, na parte relativa ao Distrito Federal.

Art. 5.º E' extensiva ao Distrito Federal a contribuição tributária prevista no art. 9.º do decreto-lei n. 4.181, de 16 de março de 1942, que será regulada em lei especial.

Art. 6.º O Conselho Nacional de Estatística, quanto à parte deliberativa, e à Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, quanto à parte executiva, tomarão as iniciativas necessárias à execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal e do disposto neste decreto-lei.

Art. 7.º Os Convênios Nacionais de Estatística Municipal entrarão em vigor, em todo o país, na data da publicação desta lei, e serão executados na forma progressiva que fôr fixada pelo Conselho Nacional de Estatística.

Art. 8.º A venda do selo especial, cuja renda os Convênios ora ratificados destinaram à Caixa Nacional de Estatística Municipal, será feita por prepostos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou do Banco do Brasil, S. A., nos termos do acôrdo previsto na lei, podendo, porém, ser atribuída, onde convier, às repartições arrecadadoras federais, mediante instruções do Ministério da Fazenda.

Art. 9.º Será organizada na Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, diretamente subordinada à Junta Executiva Central de Estatística, uma Secção Central de Estatística Militar, que, sem prejuízo das atribuições dos órgãos federais e com a colaboração destes, terá a seu cargo:

a) a execução dos planos de trabalho assentados pelo Instituto, em tudo que concernir à coordenação ou suplementação das atividades exercidas pelas Secções Regionais de Estatística Militar;

b) a organização dos fichários, prontuários e conjuntos tabulares especializados, que devam ficar à disposição dos órgãos incumbidos da segurança nacional; e,

c) o preparo de todos os trabalhos de caráter geral que aos Estados Maiores das Forças Armadas devam ser fornecidos pelo Instituto independentemente das contribuições especiais organizadas pelas Secções Regionais de Estatística Militar.

Parágrafo único. Na regulamentação da Secção Central de Estatística Militar, o Conselho Nacional de Estatística terá em vista o padrão de regimento anexo ao decreto-lei n. 4.181, e bem assim, as sugestões do Estado Maior do Exército.

Art. 10. Sem prejuízo do disposto no art. 15 do decreto-lei n. 4.736, de 23 de setembro de 1942, os levantamentos estatísticos que fizerem parte do "plano nacional" assentado pelo Conselho Nacional de Estatística e não forem realizados satisfatoriamente pelos órgãos estatísticos subordinados aos Governos do Distrito Federal, dos Estados e do Território do Acre, passarão, em caráter transitório, a ser executados diretamente, conforme deliberar o Conselho, ou pelas repartições federais a que tais levantamentos interessarem, ou pela Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, até que se possa restabelecer a colaboração normal dos órgãos regionais respectivos.

§ 1.º As deliberações sobre a medida supletiva prevista neste artigo competem à Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística.

§ 2.º As Resoluções que fixarem essas deliberações serão comunicadas aos governos interessados, os quais providenciarão para que sejam evitadas quaisquer pesquisas paralelas às que ficarem a cargo dos órgãos centrais do Instituto, e a estes fiquem asseguradas as facilidades de ação que se tornem necessárias.

Art. 11. Para atender às despesas com o início da execução dos Convênios Nacionais de Estatística, "ex-vi" do disposto no art. 10 do decreto-lei n. 4.181, de 16 de março de 1942, fica aberto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Anexo n. 5 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942) o crédito suplementar de seis milhões de cruzeiros (Cr\$ 6.000.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação I — Diversos, sub-consignação 06 — Auxílios, contribuições e subvenções, 01 — Auxílios, a) Auxílio a ser concedido na forma do decreto n. 24.609, de 6-7-34, a) Ao Conselho Nacional de Estatística, Secretaria Geral do Instituto e respectivo Serviço Gráfico.

Art. 12. Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

Joaquira Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.982 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1943

Cria o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, e

Considerando a contingência criada pelos problemas decorrentes da guerra e a necessidade de medidas de reajustamento, visando a normalidade a ser atingida na paz;

Considerando que estudos de vários Conselhos já existentes, de diversos Departamentos Públicos e de corporações de classe, tornam oportuno o estabelecimento de uma política industrial e comercial, em função das reais necessidades e possibilidades do país;

Considerando a imperiosa necessidade de articulação harmônica entre os vários setores, da administração pública ou autárquicos, que interferem nas atividades industriais e comerciais do país;

Considerando a necessidade e a possibilidade de promover a melhoria do padrão geral de vida e um mais intenso intercâmbio entre as várias regiões do país, fortalecendo a sua unidade, e entre o Brasil e as demais nações amigas, decreta:

Art. 1.º Fica criado o Conselho Nacional da Política Industrial e Comercial, sob a presidência do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, constituído dos seguintes membros: dois representantes da indústria, dois representantes do comércio, um do Ministério da Fazenda, um do Ministério da Agricultura, um do Ministério da Viação e Obras Públicas, um do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e de cinco cidadãos que se hajam distinguido no estudo das ciências políticas e sociais, todos de nomeação do Presidente da República.

§ 1.º Os representantes da indústria e do comércio serão indicados pelas respectivas entidades de classe, de terceiro grau, e, na falta destas, pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 2.º O mandato de conselheiro terá a remuneração de um cruzeiro por ano, e será considerado como serviço relevante ao país.

Art. 2.º O Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial tem por fim estudar, planejar e indicar:

a) as medidas de adaptação da economia brasileira decorrente da guerra às condições necessárias à implantação da paz;

b) as medidas necessárias ao fomento das atividades industriais e comerciais do país;

c) as providências necessárias à defesa das atividades já existentes, bem como à formação de novas, especialmente de produção de matérias primas essenciais;

d) as providências concernentes à fundação de indústrias de base, visando os interesses da defesa ou da economia nacional, em função das possibilidades naturais, sua localização, facilidades de transporte ou proximidade dos centros de consumo, problemas migratórios e imigratórios ou de desemprego;

e) as medidas que promovam intercâmbio, cada vez mais intenso, entre as várias zonas econômicas do país;

f) as medidas de emulação ou esclarecimento, que dignifiquem e prestigiem as atividades econômicas brasileiras, propondo, ainda, os meios coercitivos capazes de evitar a fraude ou a concorrência desleal;

g) os meios que proporcionem real e eficiente colaboração das entidades sindicais de qualquer grau, nas atividades industriais e comerciais;

h) medidas tendentes à consolidação de normas de política industrial e comercial, visando o fortalecimento econômico do Brasil, e elevação do padrão geral de vida e a possibilidade de intercâmbio, cada vez maior, com as demais nações amigas.

Art. 3.º O Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial elaborará projetos de resolução ou de decretos, contendo as suas conclusões, que, por intermédio do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, submeterá à alta deliberação do Presidente da República.

Parágrafo único. Será o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial órgão consultivo do Governo, estudando, opinando, sugerindo ou organizando soluções, podendo representar sobre atos ou atividades que prejudiquem a orientação da política industrial e comercial adotada.

Art. 4.º O regulamento da presente lei e o regimento do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial serão aprovados por decreto.

Art. 5.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

João de Mendonça Lima.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 5.983 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1943

Aprova termo de ajuste entre o Governo Brasileiro e cidadão norte americano, para instalação da Escola Técnica de Aviação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aprovado o termo de ajuste assinado a 29 de setembro do corrente ano pelo Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, em nome do Governo do Brasil, e pelo cidadão norte americano John

Paul Riddle, para a cessão, organização e manutenção de uma Escola Técnica de Aviação, no Estado de São Paulo, nos moldes da Embry Reddle School of Aviation, existente na cidade de Miami, Estado da Flórida, Estados Unidos da América do Norte.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.984 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1943

Dispõe sobre os ensaios para recebimento de material destinado ao serviço público e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os ensaios para especificação e padronização do material destinado ao serviço público federal, serão feitos pelo Instituto Nacional de Tecnologia (I.N.T.) do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º O Departamento Federal de Compras (D.F.C.) do Ministério da Fazenda, fará os ensaios correntes para recebimento do material adquiridos para uso nos serviços públicos.

Art. 3.º O laboratório do I.N.T., que funciona junto ao D.F.C. e que fôra transferido para aquele Instituto, em virtude do decreto-lei n. 1.148, de 1 de abril de 1939, passa a integrar o D.F.C., a cuja Divisão Técnica ficará subordinado.

Art. 4.º O pessoal do I.N.T. atualmente em exercício no laboratório de que trata o artigo anterior, continuará servindo no D.F.C. devendo, no orçamento para o exercício de 1944, serem feitas as alterações correspondentes.

Art. 5.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogados o decreto-lei n. 1.184, de abril de 1939, e quaisquer outras disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.985 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 7.850.000,00 para ocorrer às despesas que menciona, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de sete milhões oitocentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 7.850.000,00), para ocorrer

às despesas finais da construção e instalações do novo edifício-sede do mesmo Ministério, bem como às de mudança e outras, sendo:

Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis

	Cr\$
Para conclusão das obras de construção do edifício.....	3.490.000,00

Material

Para completar as instalações e aparelhamento do edifício..	4.000.000,00
---	--------------

Serviços e Encargos

Para despesas de mudança das repartições, solenidades inaugurais e outras	360.000,00
	7.850.000,00

Art. 2.º O crédito de que trata o artigo anterior será aplicado na conformidade do disposto no art. 2.º do decreto-lei n. 3.623, de 17 de setembro de 1941.

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.986 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 40.080,00 para pagamento de gratificação de magistério

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Guerra o crédito especial de quarenta mil e oitenta cruzeiros (40.080,00), para atender ao pagamento (Pessoal) da gratificação de magistério a que se refere o decreto-lei n. 3.840, de 19 de novembro de 1941, e devidas, no exercício de 1942, aos professores vitalícios Coronel da Reserva de 1.ª classe Otávio Saint Jean Gomes e ao Tenente-Coronel, reformado, João Artur Regis, sendo dezesseis mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 16.800,00) destinados ao primeiro e vinte e três mil, duzentos e oitenta cruzeiros (Cr\$ 23.280,00) ao segundo, na forma do decreto que concedeu a referida gratificação, expedido em 4 de dezembro de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.987 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1943

Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Guerra e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Guerra, os seguintes cargos isolados de provimento efetivo:

- 1 — Auditor de 1.ª entrância (J.M.), padrão M.
- 1 — Promotor de 1.ª entrância (J.M.), padrão J.
- 1 — Advogado de 1.ª entrância (J.M.), padrão F.
- 1 — Escrivão de 1.ª entrância (J.M.), padrão F.
- 1 — Oficial de Justiça de 1.ª entrância (J.M.), padrão C.

Art. 2.º Para atender, no período de 1 de novembro a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com a execução deste decreto-lei fica aberto, ao Ministério da Guerra (Anexo n. 15 do Orçamento Geral da União para 1943), o crédito de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.988 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1943

Dispõe sobre validade de sorteio militar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É válido, para todos os efeitos, o sorteio militar iniciado, no corrente ano, na 1.ª Zona Militar, em data diversa da que estabelece o decreto n. 10.399, de 21 de agosto de 1942.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.989 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1943

Dá nova redação e revoga artigos do decreto-lei n. 4.014, de 13 de janeiro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os artigos 10, 15, 25 e 56 do decreto-lei n. 4.014, de 13 de janeiro de 1942, passam a ter a seguinte redação:

“O parágrafo único do art. 10 passa a ser § 1.º, e o parágrafo único do artigo 25, passa a parágrafo 2.º do mesmo art. 10.”

“Art. 15. A prova de habilitação necessária ao exercício da função de despachante será realizada no primeiro semestre do ano, em data fixada pelo Chefe da repartição aduaneira, em edital publicado na Imprensa local ou afixado na porta da mesma repartição, até 15 dias após essa divulgação.”

“Parágrafo único. A prova a que se refere este artigo terá validade por dois anos, a contar da sua aprovação pelo Inspetor da Alfândega.”

“Art. 25. As vagas que ocorrerem em determinada Alfândega ou Mesa de Rendas serão preenchidas por ajudante habilitado dos despachantes que as motivaram; não os havendo, ou se os houver sem a habilitação consignada no art. 14, o preenchimento será feito pela transferência prevista no art. 12.”

“Parágrafo único. Suprimido.”

“Art. 56. Na Alfândega do Rio de Janeiro, as vagas de despachantes que não tiverem ajudantes habilitados serão extintas, até ficar reduzido a duzentos o respectivo quadro”.

Art. 2.º Ficam revogados o § 2.º do art. 17 e o art. 21 do decreto-lei n. 4.014, de 13 de janeiro de 1942.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.990 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 4.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de quatro mil cruzeiros (Cr\$ 4.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Minis-

tério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 2 — Material

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. n. 41 — Passagens, transporte do pessoal e de suas bagagens	
22 — Delegacias Fiscais	4.000,00

Parágrafo único. O crédito a que se refere êste artigo se destina à Delegacia Fiscal em Goiás.

Art. 2.º Êste decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.991 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1943

Cria, no Quadro de Professores do Ensino Elementar da Marinha, o posto de Capitão Tenente e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Quadro de Professores do Ensino Elementar da Marinha, o posto de Capitão-Tenente, como último grau de acesso, para os atuais Primeiros Tenentes que tiverem vinte e cinco (25) ou mais anos de serviço.

Art. 2.º A idade limite para transferência para a Reserva Remunerada, no posto ora criado, será de cinquenta e oito (58) anos.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 5.992 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1943

Incorpora ao patrimônio nacional prédios de propriedade dos Bancos Germânico da América do Sul e Francês e Italiano para a América do Sul, situados nesta Capital, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando que dentre os bens do Banco Germânico da América do Sul e do Banco Francês e Italiano para a América do Sul, cuja liquidação foi determinada pelo decreto-lei n. 4.612, de 24 de agosto de 1942, existem dois prédios nesta Capital;

Considerando que a Prefeitura do Distrito Federal já decretou a desapropriação desses imóveis, para fins urbanísticos e que a concorrência pública para a alienação desses bens, dada aquela circunstância, ou não despertará interesse por parte de possíveis concorrentes, ou estes oferecerão, como é natural, quantia inferior à que resultaria da efetivação da mesma desapropriação; e

Considerando, finalmente, que é necessário e conveniente se ultime a liquidação dos Bancos, no mais breve prazo, decreta:

Art. 1.º Ficam incorporados ao patrimônio nacional, pelos preços de três milhões, trezentos e noventa e cinco mil e setecentos cruzeiros (Cr\$ 3.395.700,00) e três milhões, cento e sessenta e oito mil cruzeiros (Cr\$ 3.168.000,00), respectivamente, correspondentes aos valores médios com que seriam desapropriados pela Prefeitura do Distrito Federal, o prédio de propriedade do Banco Germânico da América do Sul, nas ruas da Alfândega n. 5 e Primeiro de Março ns. 53 e 55 e 57, e o prédio de propriedade do Banco Francês e Italiano para a América do Sul, na rua da Alfândega n. 11, esquina com a rua da Candelária n. 6, ambos situados nesta Capital, com os característicos e indicações constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob n. 76.525, de 1943.

Art. 2.º Os preços a que se referem o artigo anterior serão computados nos bens e direitos de que trata o art. 3.º do decreto-lei n. 4.612, de 24 de agosto de 1942.

Art. 3.º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a ceder ditos prédios à Prefeitura do Distrito Federal, pelo valor com que foram incorporados ao patrimônio nacional, se a mesma Prefeitura vier a necessitar desses imóveis, para fins urbanísticos.

Art. 4.º O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de novembro 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.993 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1943

Transforma o Serviço de Obras do Departamento Administrativo do Serviço Público em Divisão de Edifícios Públicos, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Serviço de Obras do Departamento Administrativo do Serviço Público fica transformado em Divisão de Edifícios Públicos, integrando o mesmo Departamento.

Art. 2.º A Divisão de Edifícios Públicos (D. E. P.) ficam transferidas tôdas as atribuições legais e regulamentares conferidas ao atual S. Ob. do D. A. S. P.

Art. 3.º Fica transformado no cargo de Diretor de Divisão, padrão R, em comissão, o cargo de diretor do Serviço de Obras, padrão P, existente no quadro permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor a 1.º de janeiro de 1944.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.994 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1943

Amplia, enquanto durar o estado de beligerância, o disposto no decreto-lei n. 5.369, de 1 de abril de 1943

O Presidente da República, atendendo a que as medidas adotadas nos decretos-leis ns. 3.982, de 30 de dezembro de 1941 e 5.369, de 1 de abril de 1943, não foram suficientes para descongestionar os armazens e depósitos alfandegados de alguns portos do país e usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam as Administrações dos Portos Organizados e as Alfândegas e Mesas de Renda dos portos não organizados autorizadas, quando for conveniente ao descongestionamento dos armazens e depósitos alfandegados, a juízo do Ministério competente, a reduzir, respectivamente, para 15, 30 e 45 dias os prazos de 30, 60 e 90 dias mencionados no § 1.º do art. 1.º do decreto-lei n. 3.982, de 30 de dezembro de 1941 e de 30 para 15 dias o prazo de armazenagem livre das mercadorias importadas pelo Governo, e a suspender a aplicação do disposto no parágrafo único do art. 4.º do decreto n. 24.324, de 1 de junho de 1934.

Art. 2.º Expirado o prazo de isenção de armazenagem, previsto no art. 4.º do decreto n. 24.324, de 1 de junho de 1934, será cobrada a taxa de 1 % em cada período de seis dias úteis de permanência das mercadorias nos armazens e depósitos.

Art. 3.º Ficam as Administrações dos Portos organizados autorizadas a reduzir de 30 para 6 dias, com prévia anuência do Ministério da Viação e Obras Públicas, o período de tempo sobre que se aplicará a taxa da tabela D, incidente sobre mercadorias provenientes de navios arribados ou sobre mercadorias que sofreram avaria grossa. Essa redução de prazo só poderá ter lugar quando as mercadorias se encontrarem desembaraçadas para entrega aos respectivos consignatários.

Art. 4.º A aplicação das medidas previstas nos artigos 1.º, 2.º e 3.º obedecerá às normas gerais estabelecidas no decreto n. 24.324, de 1 de junho de 1934.

Art. 5.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.995 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1943

Dispõe sobre a estrutura do Serviço de Meteorologia da Agricultura e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Serviço de Meteorologia (S.M.), órgão integrante do Ministério da Agricultura, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, tem por finalidade a realização de estudos de meteorologia, particularmente dos que se refiram ao Brasil, e aplicação dos recursos dessa ciência a questões do domínio da agricultura, indústria, navegação aérea e marítima, higiene, engenharia, defesa nacional, justiça e de quaisquer outros em que se apresentem úteis.

Art. 2.º O S.M. compõe-se de:

- Divisão de Pesquisas Meteorológicas (D.P.M.)
- Divisão de Meteorologia Aplicada (D.M.A.)
- Divisão de Coordenação e Informações Meteorológicas (D.C.I.)
- Biblioteca (B.)
- Secção de Administração (S.A.)

Art. 3.º O S.M. tem jurisdição sobre todo o território nacional que fica, para esse efeito, dividido em oito distritos, compreendendo, respectivamente:

- 1.º Distrito — Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro;
- 2.º Distrito — Os Estados de São Paulo, Paraná e os Territórios do Iguassú e Ponta Porã;
- 3.º Distrito — Os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
- 4.º Distrito — Os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo;
- 5.º Distrito — Os Estados de Baía e Sergipe;
- 6.º Distrito — Os Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e o Território de Fernando de Noronha;
- 7.º Distrito — Os Estados de Pará, Maranhão, Piauí, Amazonas e os Territórios do Acre, Rio Branco e Amapá;
- 8.º Distrito — Os Estados de Mato Grosso e Goiás e o Território de Guaporé.

Art. 4.º Cada um dos distritos, de que trata o artigo anterior, está sob a supervisão do Instituto Regional de Meteorologia, localizado, na sede do respectivo distrito, a saber:

- 1.º Distrito — I.R.M. do Distrito Federal;
- 2.º Distrito — I.R.M. de São Paulo;
- 3.º Distrito — I.R.M. Coussirat de Araújo, de Porto Alegre;
- 4.º Distrito — I.R.M. de Belo Horizonte;
- 5.º Distrito — I.R.M. de Salvador;
- 6.º Distrito — I.R.M. de Recife;
- 7.º Distrito — I.R.M. de Belém;
- 8.º Distrito — I.R.M. de Cuiabá.

Parágrafo único. Os Institutos Regionais do 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º distritos entrarão imediatamente em funcionamento, devendo, oportunamente, quando assim recomendar o desenvolvimento dos serviços, ser instalados os três restantes Institutos.

Art. 5.º Os I.R.M. e as respectivas redes meteorológicas regionais (observatórios, estações meteorológicas e de rádio-comunicações, postos termopluiométricos, pluviométricos e semaforicos), formarão, articulados com o S.M., um sistema nacional de meteorologia cuja supervisão, direção e controle caberá a este último órgão exercer.

Art. 6.º Fica o S.M. autorizado a cobrar uma taxa retributória pelo fornecimento de dados meteorológicos especiais e de pareceres técnicos, bem como pelo conserto, comparação e aferição de instrumentos, quando solicitados por particulares.

§ 1.º O pagamento da taxa, de que trata o presente artigo, será estipulado em tabela organizada pelo Diretor do S.M. e aprovado pelo Ministro de Estado da Agricultura.

§ 2.º A cobrança da taxa em apêço será feita mediante expedição pelo S.M. de guias de recolhimento e seu pagamento efetuado no órgão próprio da rede de arrecadação do Governo Federal.

Art. 7.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 5.996 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1943

Regula a inatividade do pessoal militar do Território do Acre

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os militares (oficiais e praças) da Polícia Militar do Território do Acre passarão à situação de inativos por ato do respectivo Governador, de acordo com as condições estabelecidas no decreto-lei n. 3 940 de 16 de dezembro de 1941, que regula a inatividade dos militares do Exército.

Art. 2.º São considerados válidos todos os atos já promulgados pelo Governo do Território do Acre, referentes a reformas ou transferências para a

reserva dos militares da respectiva Polícia Militar, desde que hajam obedecido aos preceitos da lei de inatividade vigorante no Exército ao tempo da promulgação dos referidos atos.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.997 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1943

Dá nova redação aos artigos 5.º e 6.º do decreto-lei n. 3.038, de 10 de fevereiro de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os artigos 5.º e 6.º do decreto-lei n. 3.038, de 10 de fevereiro de 1941, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 5.º Não sendo o crime julgado no Fôro Militar, a indignidade, ou incompatibilidade será declarada ou não pelo Supremo Tribunal Militar, segundo as circunstâncias em que tenha ocorrido o fato, mediante representação do Procurador Geral da Justiça Militar, instruída com os autos do processo em original, requisitados para êsse fim, depois de transitada em julgado a sentença condenatória”.

“Art. 6.º A representação de que cogita o artigo antecedente será distribuída aos ministros relator e revisor, sendo êste militar, ouvindo-se o acusado, por si ou por procurador constituído, dentro do prazo improrrogável de dez dias, efetuando-se o julgamento pelo Supremo Tribunal Militar.

“§ 1.º Não haverá no julgamento debate oral entre as partes.

“§ 2.º Os autos do processo em original serão restituídos ao juízo de onde vieram, depois de julgada a representação”.

Art. 2.º Êste decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, aplicando-se aos casos pendentes, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 5.998 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1943

Dispõe sobre a distribuição do álcool de todos os tipos e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As usinas e destilarias somente podem dar saída ao álcool de sua produção, quando consignado ao Instituto do Açúcar e do Alcool, ou quando sua entrega a terceiros tenha sido autorizada por êsse órgão.

§ 1.º A infração desse dispositivo será punida com a apreensão da mercadoria e multa em importância equivalente ao seu valor.

§ 2.º Não sendo possível a apreensão do álcool, nos termos do disposto no parágrafo anterior, será o infrator obrigado a pagar, além da multa a que se refere o parágrafo primeiro, uma indenização correspondente ao valor do produto irregularmente entregue.

Art. 2.º O álcool só poderá sair das usinas e destilarias acompanhado da nota de expedição modelo A, anexo, preenchida em três vias, a lapistinta e carbono de duas faces.

§ 1.º A primeira via acompanhará a mercadoria, destinando-se a servir de comprovante ao destinatário; a segunda via será remetida ao Instituto do Açúcar e do Alcool; a terceira ficará presa ao livro-nota em poder do fabricante.

§ 2.º A infração desse dispositivo sujeitará o infrator à multa de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 10.000,00 e à apreensão da mercadoria ou ao pagamento do respectivo valor, na hipótese prevista no § 2.º do art. 1.º.

Art. 3.º O álcool proveniente de usina ou destilaria não poderá ser transportado sem estar acompanhado da nota de expedição a que se refere o art. 2.º, sob pena de multa de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 5.000,00 para o transportador.

Art. 4.º As firmas comerciais e em geral todos aqueles que adquiram ou recebam, a qualquer título, das usinas e destilarias, álcool desacompanhado da nota de expedição a que alude o art. 2.º, ficarão sujeitos à multa de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 5.000,00 para cada lote de álcool recebido sem a respectiva nota.

Parágrafo único. No ato do recebimento da nota de expedição referida no art. 2.º, o recebedor fica obrigado a inutilizá-la mediante aposição de sua assinatura e data.

Art. 5.º O imposto de consumo sobre o álcool consignado ao Instituto do Açúcar e do Alcool e destinado a carburante de motores de explosão será pago por verba.

Parágrafo único. A prova da consignação ao Instituto do Açúcar e do Alcool se fará pelo conhecimento de embarque ou pela ordem de entrega expedida pelo referido Instituto, conforme modelo B, anexo a este decreto-lei.

Art. 6.º Os que venderem ou consumirem como carburante o álcool destinado à indústria, sem autorização dos poderes competentes, ficarão sujeitos, à multa de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 10.000,00 para cada venda realizada, ou lote de álcool irregularmente consumido.

Parágrafo único. Na mesma pena incorrerão, para cada partida desviada ou fraudada:

a) Os distribuidores e consumidores de álcool que desviarem para outros fins, que não os determinados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, o produto recebido;

b) Os distribuidores que fraudarem os fornecimentos aos consumidores, ainda que com o consentimento destes, deixando de entregar-lhes, sem a prévia comunicação ao Instituto do Açúcar e do Alcool, a totalidade das partidas de álcool, cuja venda o Instituto autorizar.

Art. 7.º O produtor que não entregar ao Instituto do Açúcar e do Alcool a aguardente requisitada por esse órgão, nos termos do decreto-lei n. 4.382, de 15 de junho de 1942, ficará sujeito a multa igual ao valor do produto vendido, ou saído irregularmente de sua fábrica.

Parágrafo único. O valor do produto, neste caso, será fixado tomando-se por base o preço corrente, na data da lavratura do auto, na Capital do Estado onde estiver situada a fábrica.

Art. 8.º Fica o Instituto do Açúcar e do Alcool autorizado a aproveitar, na presente safra de 1943/44, para fins industriais, o álcool proveniente da

redistilação da aguardente, de que trata o decreto-lei n. 5.678, de 17 de julho de 1943.

Art. 9.º As infrações aos dispositivos dêste decreto-lei serão apuradas mediante processo administrativo que terá por base o auto, ao qual são aplicadas as normas em vigor da legislação especial à economia açucareira.

Art. 10. De tôdas as multas impostas em virtude do disposto neste decreto-lei, caberá aos autuantes, 50 % do respectivo valor.

Art. 11. A fiscalização da produção do álcool, do seu transporte e consumo será exercida pelo Instituto do Açúcar e do Alcool sem prejuízo daquela que competir aos demais órgãos da União, dos Estados e Municípios.

Parágrafo único. No caso de apreensão do álcool, nos termos dêste decreto-lei, não caberá qualquer indenização ao produtor, comprador ou transportador.

Art. 12. O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

MODELO A

NOTA DE EXPEDIÇÃO DE ÁLCOOL

N. 000.000

Primeira via

Armas da
República

SAFRA DE.....

A USINA/DISTILARIA, de propriedade
de sita no município de.....
Estado de..... remete a.....
Município de, Estado de.....
..... (.....) litro: de álcool
de.....º G. L., conforme ordem de entrega expedida pelo INSTITUTO DO
AÇÚCAR E DO ÁLCOOL, sob n....., de.....de..... de 19....
.....,de..... de 19....

O responsável

NOTA: Esta 1.ª via acompanha a mercadoria e deve ficar em poder do seu recebedor.

MODELO B

ORDEM DE ENTREGA DE ÁLCOOL

N. 000.000

Primeira via

Armas da
República

SAFRA DE.....

A USINA/DISTILARIA, de propriedade de, Município de..... Estado de, fica autorizado a entregar a..... Rua..... n..... Cidade de, Estado de..... (.....) litros de álcool de.....° G. L., de sua produção.

..... de..... de 19....

O responsável pelo serviço

DECRETO-LEI N. 5.999 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1943

Regula a forma de execução do decreto-lei n. 5.451, do número III do artigo 4.º do decreto-lei n. 4.750 e do decreto-lei n. 4.599 e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Compete ao Presidente da Comissão Central de Requisições, nos termos do decreto-lei n. 5.451, de 30 de abril de 1943, a execução dos dispositivos do decreto-lei n. 5.034, de 4 de dezembro de 1942, do número III do artigo 4.º do decreto-lei n. 4.750, de 28 de setembro de 1942 e do decreto-lei n. 4.599, de 20 de agosto de 1942, podendo, entretanto, o processo de requisição ser instruído, preliminarmente, pelas entidades que os referidos decretos-leis enumeram.

Art. 2.º Em face dos artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º, combinados com o artigo 15 do decreto-lei n. 4.812, de 8 de outubro de 1942, está sujeito à requisição tudo aquilo que, a juízo do Governo, for útil ao esforço de guerra do país ou ao esforço econômico decorrente do estado de guerra.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 6.000 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar do Cr\$ 2.000.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00), em refêrço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do vigente orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n. 16 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c. n. 12 — Diligências, investigações, serviços de caráter secreto ou reservado

29 — Polícia Civil do Distrito Federal Cr\$ 2.000.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.001 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1943

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a “Casa da Providência” da Associação São Vicente de Paulo, do pagamento do imposto predial, na forma que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado, nos termos dos artigos 15 e 16 do decreto-lei n. 157, de 31 de dezembro de 1937, a isentar, a partir de 1938, a “Casa da Providência” da Associação São Vicente de Paulo, do pagamento de 50 % (cinquenta por cento) do imposto predial incidente sobre o imóvel de sua propriedade, sito à rua Pereira da Silva n. 93.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 6.002 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 15.444,00 para pagamento de contribuição devida ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de quinze mil, quatrocentos e quarenta e quatro cruzeiros (Cr\$ 15.444,00), para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) da contribuição devida pela União, como empregadora, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, relativa ao ano em curso e referente ao pessoal de obras do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.003 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 20.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas (Anexo n. 20 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação IV — Indenizações

S/c. n. 22 — Ajuda de custo

34 — Departamento Nacional de Portos
e Navegação Cr\$ 20.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.004 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar do Cr\$ 557.290,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de quinhentos e cinquenta e sete mil, duzentos e noventa cruzeiros (Cr\$ 557.290,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas (Anexo n. 20 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação I — Material Permanente

S/c. 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria

31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro

06 — Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte..... Cr\$ 87.290,00

Consignação II — Material de Consumo

S/c. 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação

31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro

06 — Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte..... Cr\$ 220.000,00

S/c. 25 — Matérias primas e produtos manufaturados ou semi-manufaturados destinados a qualquer transformação

31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro

06 — Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte..... Cr\$ 250.000,00

Cr\$ 557.290,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.005 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 5.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. 41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens

11 — Alfândegas Cr\$ 5.000,00

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo se destina à Alfândega de Porto Alegre.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.006 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 8.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de oito mil cruzeiros (Cr\$ 8.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material do Consumo

S/c. n. 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação

22 — Delegacias Fiscais Cr\$ 8.000,00

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo se destina à Delegacia Fiscal no Ceará.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.007 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 4.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de quatro mil cruzeiros (Cr\$ 4.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. n. 42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal

24 — Diretoria da Despesa Pública..... Cr\$ 4.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.008 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1943

Destaca a importância de Cr\$ 9.110.289,80 para liquidação de dívidas relacionadas, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica destacada do crédito especial aberto pelo decreto-lei número 2.443, de 24 de julho de 1940, modificado pelos ns. 2.923, de 30 de dezembro do mesmo ano, e 4.010, de 12 de janeiro de 1942, a importância de nove milhões, cento e dez mil, duzentos e oitenta e nove cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 9.110.289,80), para ocorrer à liquidação das dívidas relacionadas no processo n. 90.136/43, do Tesouro Nacional.

Art. 2.º Fica prorrogada até o encerramento do exercício de 1944 a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei a que alude o art. 1.º.

Art. 3.º O destaque de que trata o art. 1.º vigorará até o encerramento do exercício de 1944.

Art. 4.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.009 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1943

Eleva a importância da pensão especial concedida a D. Maria Amélia Bocaiúva Bulcão pelo decreto legislativo n. 2.707, de 30 de dezembro de 1912

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica elevada à importância mensal de oitocentos cruzeiros (Cr\$ 800,00) a pensão especial concedida pelo decreto legislativo n. 2.707, de 30 de dezembro de 1912 a D. Maria Amélia Bocaiúva Bulcão, filha viúva de Quintino Bocaiúva.

Parágrafo único. A melhoria decorrente deste artigo é devida a partir do mês de novembro de 1943, inclusive, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento das demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.010 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1943

Torna sem efeito o decreto-lei n. 3.503 de 14 de agosto de 1941

O Presidente da República, considerando que a CAP, da Imprensa Nacional assumiu toda a responsabilidade dos benefícios concedidos pela extinta Caixa de Pensões dos Operários da Imprensa Nacional;

Considerando que a quota de previdência arrecadada pela Imprensa Nacional, é sempre inferior ao total das contribuições dos associados da CAP, o que torna, em via de regra, necessária a suplementação de que trata o art. 9.º da lei n. 159 de 30-12-935 regulamentada pelo decreto-lei n. 890 de 9-6-936;

Considerando que o decréscimo da receita da CAP, conseqüente à execução do decreto-lei indicado, trar-lhe-á ainda maior desequilíbrio financeiro bem como aumentará o "deficit" técnico dos benefícios em vigor, resolve:

Art. 1.º Fica sem efeito o decreto-lei n. 3.505 de 14 de agosto de 1941, que anulou o disposto no art. 3.º item 5.º do decreto n. 21.330 de 27 de abril de 1932.

Art. 2.º A renda a que se refere o dispositivo legal novamente em vigor destinar-se-á, precipuamente, à eliminação do "deficit" técnico dos benefícios concedidos pela CAP da Imprensa Nacional.

Art. 3.º Fica autorizada a Imprensa Nacional a solicitar a abertura de crédito especial, para, em cumprimento ao presente decreto-lei, entregar à respectiva CAP o total da importância que, por efeito do decreto-lei ora anulado, foi depositada no Banco do Brasil, sob o título de Receita Eventual.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 6.011 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1943

Constitue reservas de calcáreo conchífero e de turfa na região da Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, para a indústria da soda e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Passam a constituir reservas de matéria prima e combustível, para a indústria de soda da Companhia Nacional de Alcalis, cuja constituição foi autorizada pelo decreto-lei n. 5.684, de 20 de julho de 1943, os depósitos de conchas e de turfa da região da Lagoa de Araruama (municípios de Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Araruama), do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Fica assegurado à mesma Companhia o direito de explorar as mencionadas jazidas, não só nas áreas livres, mas também naquelas que tenham sido objeto de concessões de pesquisa ou de lavra, já caducas, ou que vierem a caducar na forma da lei.

Art. 3.º Até nova resolução, nenhuma autorização será concedida a outra pessoa, natural ou jurídica, para pesquisa ou lavra de jazidas de calcáreo conchífero ou de turfa, na região a que alude o art. 1.º, ficando sem andamento os pedidos já processados.

Art. 4.º O Ministério da Agricultura reverá as concessões de pesquisas e lavra, já dadas, para promover a declaração da caducidade em que tiverem incorrido.

Art. 5.º A Companhia pagará as indenizações que se tornarem devidas, nos termos do decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940, arts. 21, § 1.º, e 23.

Art. 6.º Será promovida pelo Governo a desapropriação das jazidas a que se refere o art. 1.º, e que tenham sido objeto de concessões ainda em vigor, devendo, porém, a indenização ser paga pela Companhia.

Parágrafo único. Calcular-se-á a indenização na base das despesas necessárias efetuadas com a pesquisa das jazidas e com o pagamento das taxas administrativas, pagando-se mais ao concessionário um prêmio que se poderá elevar até um terço do total das despesas, de acordo com a utilidade que, para a Companhia, tiverem os relatórios de pesquisa.

Art. 7.º Serão toleradas as atividades dos pequenos produtores de cal que exploram presentemente os pequenos depósitos de conchas da região, podendo a Companhia dar-lhes permissão, em cada caso, para que continuem com a sua indústria.

Art. 8.º Após seis anos de vigência do presente decreto-lei deverá a Companhia apresentar ao Govêrno um relatório completo acêrca da prospeção de que tenham sido objeto as mencionadas jazidas, indicando as que puderem ser declaradas livres para o efeito de novas concessões.

Art. 9.º A Companhia só gozará da concessão que lhe é assegurada por êste decreto-lei, enquanto pertencer à União a maioria das respectivas ações, estendendo-se-lhe, por analogia, a disposição do art. 76 do decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940.

Art. 10. Êste decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 6.012 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1943

Cria a Escola Militar de Resende e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É criada a Escola Militar de Resende, a ser instalada em 1.º de janeiro de 1944, no edificio que, para êsse fim, está sendo construído na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro, destinado à formação de oficiais combatentes do Exército.

Art. 2.º Fica extinta, a 31 de dezembro de 1944, a atual Escola Militar com sede em Realengo.

Art. 3.º Na Escola Militar de Resende, durante o período letivo de 1944, funcionará apenas o 1.º ano do respectivo curso, continuando os demais na sede da atual Escola Militar do Realengo.

Art. 4.º O Ministro da Guerra baixará instruções especiais para o funcionamento do 1.º ano na Escola Militar de Resende, até que se baixe o Regulamento definitivo.

Art. 5.º O corpo docente, o pessoal da administração e o material serão transferidos para a Escola Militar de Resende, de acôrdo com as necessidades e a juízo do Ministro da Guerra, que tomará as providências complementares necessárias à execução do presente decreto-lei.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 6.013 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1943

Cria, no Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal, cargo isolado de provimento em comissão e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e nos termos do art. 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal, um (1) cargo isolado de Diretor de Estabelecimento — Padrão 04 — classificação 1.211-05, de provimento em comissão.

Art. 2.º Para atender à despesa decorrente do presente decreto, fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a abrir crédito, até a importância de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros), suplementar à verba própria do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 6.014 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1943

Dá nova redação ao artigo único do decreto-lei n. 4.192, de 19 de março de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo único do decreto-lei n. 4.192, de 19 de março de 1942, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo único. Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de quinhentos e quatro mil novecentos e noventa e nove cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 504.919,90), para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) devido a “The Great Western of Brazil Railway Company, Limited”, por desapropriações e serviços executados no ramal de Limoeiro a Bom Jardim e nos prolongamentos de Quebrângulo a Colégio e de Rio Branco a Flores e Petrolina, da rede a seu cargo.”

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.015 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1943

Declara sem aplicação a importância que indica e abre crédito especial de igual importância, ao Departamento Administrativo do Serviço Público

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica sem aplicação, no corrente exercício, a importância de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros), do saldo da Verba 2 — Material, Consignação III — Diversas Despesas, Subconsignação 31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis, foros, seguros de bens móveis e imóveis, item 08 — Serviço de Administração, do Anexo 3 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942.

Art. 2.º Fica aberto ao Departamento Administrativo do Serviço Público o crédito especial de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros), destinado a atender a despesas com a mudança, adaptações, equipamentos para instalações e outras de qualquer natureza e proveniência, que se tornarem necessárias com a transferência da sede do mesmo Departamento.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.016 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1943

Dispõe sobre a imunidade dos bens, rendas e serviços das autarquias e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A imunidade tributária, a que se refere o artigo 32 letra c da Constituição, compreende não só os órgãos centralizados da União, Estados e Municípios, como as suas autarquias, e alcança os bens, rendas e serviços de uns e outros.

§ 1.º Para os efeitos dêste artigo, consideram-se serviços das autarquias os que a Constituição, explícita ou implicitamente, atribue à União, Estados ou Municípios.

§ 2.º Não se incluem na imunidade assegurada às autarquias as taxas remuneratórias de serviços.

§ 3.º A imunidade não atinge as sociedades de economia mista, em cujo capital e direção o Governo participe, e as empresas sob administração provisória da União.

Art. 2.º Considera-se autarquia, para efeito dêste decreto-lei, o serviço estatal descentralizado, com personalidade de direito público, explícita ou implicitamente reconhecida por lei.

Art. 3.º Os bens imóveis que as autarquias de previdência social prometem vender aos segurados, mediante escritura de promessa de venda, conservam a sua imunidade, até se desvincularem, definitivamente, do patrimônio das referidas entidades.

§ 1.º Para fins tributários, a transcrição do imóvel em nome do adquirente produzirá efeitos a partir da data do pagamento integral do preço ajustado.

§ 2.º A venda de imóveis, sob pena de nulidade, só poderá ser feita pela forma prescrita neste artigo, quando destinada a facilitar a aquisição da casa própria, por segurado obrigatório que não seja proprietário, no todo ou em parte, ou promitente comprador de outro imóvel, e desde que o valor do bem, objeto da operação, não exceda o limite máximo de Cr\$ 75.000,00.

§ 3.º O imposto de transmissão de propriedade será pago uma só vez, por ocasião da escritura definitiva, tomando-se por base o valor do imóvel no momento da promessa de venda.

§ 4.º As instituições de previdência social ajustarão os seus regulamentos e instruções às exigências dêste artigo.

Art. 4.º Toda vez que a imunidade fiscal de uma ou mais autarquias acarrete perturbações nas finanças da União, dos Estados ou Municípios, po-

derá qualquer dêles entrar em acôrdo com aquelle a que estiver subordinada a autarquia, afim de lhe serem dadas as necessárias compensações.

Art. 5.º Este decreto-lei não se applica às operações pactuadas anteriormente à sua vigência.

Art. 6.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.017 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1943

Dispõe sobre a aposentadoria de Jorge Joaquim Dias Filho

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e tendo em vista o que consta do processo n. 5.355, de 1943, do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura, decreta:

Artigo Único. Fica o Ministério da Agricultura autorizado a conceder aposentadoria independentemente da exigência constante do § 1.º do art. 2.º do decreto-lei n. 3.768, de 28 de outubro de 1941, a Jorge Joaquim Dias Filho, extranumerário-mensalista, inspetor, XIV, da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal do mesmo Ministério, enquadrando-a na alínea d do art. 2.º do referido decreto-lei, por estar o aludido extranumerário atacado de uma das moléstias ali especificadas.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 6.018 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1943

Altera a carreira de Tecnologista do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, de conformidade com a tabela anexa, a carreira de Tecnologista do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — Q. P.

LABORATÓRIO DA PRODUÇÃO MINERAL — DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Provisórios
	TECNOLOGISTA						TECNOLOGISTA				
2	N	—	2	—	2	N	—	2	
4	M	—	2	—	4	M	—	2	
6	L	—	2	—	6	L	—	2	
8	K	—	3	—	8	K	—	3	
15	J	—	9	—	15	J	—	9	9
35				18		35				18	9

OBSERVAÇÕES — Os cargos provisórios poderão ser providos imediatamente, com os recursos da conta corrente do Quadro e serão suprimidos à medida que os ocupantes da classe J forem promovidos à classe K.

O número total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 35.

DECRETO-LEI N. 6.019 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1943

Fixa normas definitivas para o pagamento e serviço dos empréstimos externos realizados em libras e dólares pelos Governos da União, Estados e Municípios, Instituto de Café do Estado de São Paulo e Banco do Estado de São Paulo e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando os entendimentos levados a efeito com os representantes do "The Council of the Corporation of Foreign Bondholders", de Londres e do "Foreign Bondholders Protective Council, Inc." de Nova York, visando a fixação de normas definitivas para pagamentos e serviços da Dívida Externa do Brasil, em libras e dólares, decreta:

Art. 1.º A partir de 1.º de janeiro de 1944, o pagamento dos juros e da amortização dos títulos dos empréstimos externos realizados em libras e dólares pelos Governos da União, Estados e Municípios, Instituto de Café do Estado de São Paulo e Banco do Estado de São Paulo, será feito de acordo com um dos Planos A ou B anexos, à opção dos portadores de títulos.

§ 1.º O Plano A mantém o valor nominal e original do título, fixando novas e definitivas taxas de juros e quotas de amortização.

§ 2.º O Plano B estabelece uma redução do valor nominal original do título, compensado por pagamentos em dinheiro, fixando uma taxa uniforme de juros e quotas de amortização.

§ 3.º A opção será feita perante o respectivo agente pagador que, mediante legenda apropriada, consignará no título os termos do plano aceito.

§ 4.º É facultado aos portadores de títulos do Empréstimo, em libras, Distrito Federal — 5%, exercerem o direito de opção de que trata o presente decreto-lei, garantindo-se-lhes as vantagens concedidas a empréstimos equivalentes.

Art. 2.º O Governo Federal resgatará à vista, a partir de 1 de janeiro de 1944, os títulos dos empréstimos incluídos no anexo número três (3) na base de doze por cento (12%) do seu valor nominal, contra sua entrega aos agentes pagadores, considerando-se cancelados todos os cupões vencidos e a vencer relativos a tais títulos.

Parágrafo único. As condições a que se refere o presente artigo aplicam-se ao empréstimo emitido em libras pela Prefeitura de Belo Horizonte, em 1905.

Art. 3.º O Governo Federal resgatará à vista, a partir de 1 de janeiro de 1944, os cupões constantes do anexo número quatro (4), nas seguintes bases:

- I, dez por cento (10%) sobre as taxas do último período do plano aprovado pelo decreto-lei n. 2.085, de 8 de março de 1940, os constantes da coluna um (1) e relativos aos atrasados anteriores ao decreto n. 23.829, de 5 de fevereiro de 1934;
- II, vinte e cinco por cento (25%) sobre as taxas referidas no item anterior, os constantes da coluna dois (2) e referentes aos cupões cujas datas de vencimento estão compreendidas no período entre 1 de julho de 1939 e 31 de dezembro de 1943;
- III, às taxas fixadas no aludido decreto-lei n. 2.085, os constantes da coluna (três) (3) e referentes aos atrasados verificados na sua vigência.

Art. 4.º O prazo concedido aos portadores de títulos para exercerem a opção a que se refere o art. 1.º d'êste decreto-lei será de doze (12) meses,

contados a partir de 1 de janeiro e a terminar em 31 de dezembro de 1944, podendo o ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizar a sua prorrogação.

§ 1.º Aos portadores que exercerem, dentro do prazo concedido, a opção a que se refere o art. 1.º, serão garantidas as vantagens e o pagamento dos juros vencidos, a partir de 1 de janeiro de 1944, na base do plano escolhido.

§ 2.º Se decorrido o prazo estabelecido neste artigo o portador não houver exercido a opção, será automaticamente incluído no "Plano A", sendo-lhe assegurado o direito de percepção dos juros vencidos, a contar da data a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3.º Aos portadores que não hajam exercido o direito de opção por motivos independentes de sua vontade e que tenham apresentado prova bastante ao respectivo agente pagador poderá ser concedido um prazo suplementar pelo ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

Art. 5.º No caso dos empréstimos incluídos no "Plano A" a responsabilidade é do devedor original, sendo pelo órgão competente asseguradas as cambiais, mediante prévio depósito a ser feito, em moeda nacional, pelos respectivos devedores.

Art. 6.º O Governo Federal se responsabiliza pelo pagamento dos serviços dos títulos estaduais, municipais, inclusive os do Instituto de Café do Estado de São Paulo e do Banco do Estado de São Paulo, cujos portadores tenham optado pelo "Plano B".

Art. 7.º Fica o ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a convocar, oportunamente, uma reunião dos governos dos Estados e Municípios interessados, afim de fixar normas para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste decreto-lei.

Art. 8.º Incumbe à Contadoria Geral da República, na parte relativa aos empréstimos federais, e à Secção Técnica de que trata o decreto número 22.089, de 16 de novembro de 1932, no que concerne aos empréstimos estaduais e municipais, fiscalizar a execução deste decreto-lei.

Art. 9.º Deverão os respectivos agentes pagadores ajustar diretamente com o ministro de Estado dos Negócios da Fazenda o valor da remuneração devida pelo pagamento de juros, resgate e carimbagem de títulos.

Parágrafo único. Os agentes pagadores dos empréstimos em dólares deduzirão, no pagamento o do primeiro cupão, um oitavo (1/8) de um por cento (1%) sobre o valor nominal e original do título, importância que será entregue ao "Foreign Bondholders Protective Council, Inc." de Nova York.

Art. 10. O Governo Federal, à medida que se torne praticável, proporcionará aos portadores de títulos dos empréstimos estaduais e municipais, emitidos em francos e florins, tratamento correspondente ao oferecido aos dos empréstimos equivalentes em dólares e libras.

Art. 11. Serão incluídas nos orçamentos da União, Estados e Municípios as dotações necessárias aos pagamentos previstos neste decreto-lei, mediante instruções expedidas pelos órgãos competentes.

Art. 12. Os fundos de amortização serão cumulativos e empregados na compra de títulos quando cotados abaixo do par e no sorteio pelos valores nominais quando ao par ou acima dele.

§ 1.º No "Plano A" o total de serviço anual de juros e amortizações estabelecido para cada devedor será constante até o resgate final de todos os títulos por ele emitidos e atualmente em circulação.

§ 2.º No "Plano B" o total do serviço anual de juros e amortizações será constante até a final liquidação de todos os títulos compreendidos no referido plano.

Art. 13. Os empréstimos emitidos em libras e dólares serão pagos nas respectivas moedas de curso legal.

Art. 14. Havendo disponibilidade de cambiais, é facultado ao Governo Brasileiro applicá-las nos resgates extraordinários de títulos de sua dívida externa.

Art. 15. O texto dêste decreto-lei e o dos planos nele referidos, serão transmitidos na íntegra, immediatamente, aos Embaixadores do Brasil na Inglaterra e nos Estados Unidos da América do Norte, afim de serem publicados.

Art. 16. É o ministro da Fazenda autorizado a baixar regulamentos, instruções e a promover os entendimentos necessários para a efetivação das operações concernentes ao, presente decreto-lei.

Art. 17. Os casos omissos serão apreciados e decididos pelo ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, mediante representação dos interessados feita por intermédio dos respectivos agentes pagadores.

Art. 18. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1943; 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

PLANOS "A" e "B"

EMPRESTIMOS EMITIDOS EM DÓLARES

EMPRESTIMOS	PLANO "A"		P L A N O "B"			
	T A X A S - %		T A X A S - %			
	JUROS	AMORT.	FAV. MUNICIP. REPOB. DINHEIRO	ZIDO A	JUROS	AMORTIZAÇÃO
U N I X o - Funding 1931-5 %	3,375	1,53	12½	80	3,75	2,65
" " Garantido 1921-8 %	3,5	1,59	15	"	"	"
" " 1922-7 %	3,5	1,59	15	"	"	"
" " 1926-6½ %	3,375	1,54	12½	"	"	"
" " 1927-6½ %	3,375	1,54	12½	"	"	"
COFFEE REALIZATION 1930-7 %	3,5	1,59	15	"	"	"
Est. de São Paulo 1921-8 %	2,5	0,88	17½	50	"	"
" " " 1925-8 %	2,5	0,88	17½	"	"	"
" " " 1926-7 %	2,25	0,80	12½	"	"	"
" " " 1928-6 %	2	0,71	9	"	"	"
" do Rio Grande do Sul. 1921-8 %	2,5	0,88	17½	"	"	"
" " " 1926-7 %	2,25	0,80	12½	"	"	"
" " (8 Municípios) 1927-7 %	2,25	0,80	12½	"	"	"
" do Rio Grande do Sul. 1928-6 %	2	0,71	9	"	"	"
" de Minas Gerais 1928-6½ %	2,125	0,75	11	"	"	"
" " " 1929-6½ %	2,125	0,75	11	"	"	"
" do Maranhão 1928-7 %	2,125	0,75	11	"	"	"
" de Pernambuco 1927-7 %	2,125	0,76	11	"	"	"
" do Rio de Janeiro ... 1929-6½ %	2	0,71	9½	"	"	"
" do Paraná 1928-7 %	2,125	0,76	11	"	"	"
" de Santa Catarina ... 1922-8 %	2,375	0,84	14½	"	"	"
Distrito Federal 1921-8 %	2,375	0,84	14½	"	"	"
" " 1928-6½ %	2	0,71	9½	"	"	"
" " 1928-5 %	1,875	0,66	7½	"	"	"
Município de São Paulo ... 1919-6 %	1,875	0,66	7½	"	"	"
" " " ... 1922-8 %	2,375	0,84	14½	"	"	"
" " " ... 1927-6½ %	2	0,71	9½	"	"	"
" " Porto Alegre . 1922-8 %	2,375	0,84	14½	"	"	"
" " " " . 1926-7½ %	2,25	0,77	13	"	"	"
" " " " . 1928-7 %	2,125	0,76	11	"	"	"

PLANOS "A" e "B"
EMPRESTIMOS EMITIDOS EM LIBRAS

EMPRÉSTIMOS	PLANO "A"		PLANO "B"			
	TAXAS - %		TAXAS - %			
	JUROS	AMORT.	PAG. EM DINHEIRO	CAP. RE DUZIDO A	JUROS	AMORTI- ZAÇÃO
UNIAO - Funding 1893-5 %	3,375	3,08	12½	80	5,75	4,65
" " 1914-5 %	"	0,98	"	"	"	1,48
" " 20A... 1931-5 %	"	5,74	"	"	"	8,61
" " LCA... 1931-5 %	"	1,47	"	"	"	2,20
" Garantido ... 1903-5 %	2,75	0,80	5	"	"	1,50
" " 1927-6½ %	3,375	0,37	12½	"	"	0,41
" Não garantido ... 1883-4½ %	1,625	1,28	9	50	"	6,10
" " 1888-4½ %	1,625	1,44	9	"	"	4,68
" " 1889-4 %	1,5	0,40	7½	"	"	1,50
" " 1895-5 %	1,75	0,50	10½	"	"	1,62
" " 1901-4 %	1,5	1,04	7½	"	"	3,26
" " 1910-4 %	1,5	0,36	7½	"	"	1,16
" Lloyd 1910-4 %	1,5	10,56	7½	"	"	34,22
" Obras do Porto .. 1911-4 %	1,5	2,18	7½	"	"	7,06
" V. Cearense 1911-4 %	1,5	0,34	7½	"	"	1,10
" O. Elv. Portos .. 1913-5 %	1,75	0,42	10½	"	"	1,36
Coffee Realization 1930-7 %	3,5	9,16	15	80	"	13,74
Est. de São Paulo 1904-5 %	1,75	4,94	6	50	"	13,82
" " 1905-5 %	1,75	0,66	6	"	"	1,86
" " 1907-5 %	1,75	0,24	6	"	"	0,68
" " 1921-8 %	2,5	0,51	17½	"	"	1,44
" " 1926-7 %	2,25	0,28	12½	"	"	0,80
" " 1928-6 %	2	0,21	9	"	"	0,58
" de Minas Gerais 1913-5 %	1,75	0,85	6	"	"	2,28
" " 1928-6½ %	2,125	0,21	11	"	"	0,58
Instituto de Café 1926-7½ %	2,50	0,48	17½	"	"	1,54
Banco Est. S. Paulo-Série A 1927-6 %	2	1,25	9	"	"	3,50
" " " " B 1929-6 %	2	1,25	9	"	"	3,50
" " " " C 1928-6 %	2	1,25	9	"	"	3,50
Est. de Pernambuco 1905-5 %	1,675	0,76	4½	"	"	2,10
" da Bahia 1904-5 %	1,625	0,13	4½	"	"	0,36
" " 1913-5 %	1,625	0,06	4½	"	"	0,18
" " 1915-5 %	1,625	0,38	4½	"	"	1,08
" " 1918-6 %	1,875	5,44	7½	"	"	15,22
" " 1923-5 %	1,625	0,16	4½	"	"	0,44
" do Rio de Janeiro ... 1927-5½ %	1,75	0,36	6	"	"	1,02
" " 1927-7 %	2,125	0,12	11	"	"	0,32
Est. do Paraná 1928-7 %	2,125	0,84	11	"	"	2,36
" de Santa Catarina ... 1909-5 %	1,625	2,70	4½	"	"	7,56
Distrito Federal 1912-4½ %	1,5	0,37	5	"	"	1,02
Município de Niteroi 1928-7 %	2,125	0,13	11	"	"	0,36
" do Recife 1910-5 %	1,625	0,33	4½	"	"	0,92
" de São Paulo ... 1908-6 %	1,875	0,76	7½	"	"	2,12
" de Santos 1927-7 %	2,125	0,17	11	"	"	0,48
" da Porto Alegre 1909-5 %	1,625	0,74	4½	"	"	2,06
" do Pelotas 1911-5 %	1,625	0,27	4½	"	"	0,76

COUPONS ATRASADOS

ANOS	TAXAS	NOMES	1 - COUPONS ATRASADOS ANTERIO- RES AO DECRETO N.º 23.850 DE 5-8-1934 " 164 -		2 - COUPONS VERIFICADOS DE 1-7-1939 a 31-12-1945 " 254 -		3 - COUPONS VERIFICADOS NA VI- SÃO DO DECRETO 2.095 DE 8-3-1940	
			QUANT- IDADE	PERCENTUAL	QUANT- IDADE	PERCENTUAL	QUANT- IDADE	PERCENTUAL
			QUANT- IDADE	PERCENTUAL	QUANT- IDADE	PERCENTUAL	QUANT- IDADE	PERCENTUAL
<u>MUNICÍPIO</u>								
.....	119-122	8.175
.....	100-111	13.333
.....	91-96	59.745
.....	82-86	23.857
.....	73-81	23.857
.....	64-67	30.872
.....	55-58	1.817
.....	46-54	18.179
.....	37-45	16.747
.....	28-36	154.715
.....	19-27	63.025
.....	10-18	22.922
.....	1-9	83.254
.....	575.010
<u>ESTADOS E MUNICÍPIOS</u>								
.....	74-77	1.833
.....	65-73	2.997
.....	56-68	5.758
.....	47-55	10.744
.....	38-46	2.809
.....	29-37	13.302
.....	20-28	13.513
.....	11-19	9.068
.....	2-10	6.701
.....	1-9	13.069
.....	15.247
.....	22
.....	220
.....	2.997
.....	5.758
.....	10.744
.....	2.809
.....	13.302
.....	13.513
.....	9.068
.....	6.701
.....	13.069
.....	15.247
.....	22
.....	220
.....	2.997
.....	5.758
.....	10.744
.....	2.809
.....	13.302
.....	13.513
.....	9.068
.....	6.701
.....	13.069
.....	15.247
.....	22
.....	220
.....	2.997
.....	5.758
.....	10.744
.....	2.809
.....	13.302
.....	13.513
.....	9.068
.....	6.701
.....	13.069
.....	15.247
.....	22
.....	220
.....	2.997
.....	5.758
.....	10.744
.....	2.809
.....	13.302
.....	13.513
.....	9.068
.....	6.701
.....	13.069
.....	15.247
.....	22
.....	220
.....	2.997
.....	5.758
.....	10.744
.....	2.809
.....	13.302
.....	13.513
.....	9.068
.....	6.701
.....	13.069
.....	15.247
.....	22
.....	220
.....	2.997
.....	5.758
.....	10.744
.....	2.809
.....	13.302
.....	13.513
.....	9.068
.....	6.701
.....	13.069
.....	15.247
.....	22
.....	220
.....	2.997
.....	5.758
.....	10.744
.....	2.809
.....	13.302
.....	13.513
.....	9.068
.....	6.701
.....	13.069
.....	15.247
.....	22
.....	220
.....	2.997
.....	5.758
.....	10.744
.....	2.809
.....	13.302
.....	13.513
.....	9.068
.....	6.701
.....	13.069
.....	15.247
.....	22
.....	220
.....	2.997
.....	5.758
.....	10.744
.....	2.809
.....	13.302
.....	13.513
.....	9.068
.....	6.701
.....	13.069
.....	15.247
.....	22
.....	220
.....	2.997
.....	5.758
.....	10.744
.....	2.809
.....	13.302
.....	13.513
.....	9.068
.....	6.701
.....	13.069
.....	15.247
.....	22
.....	220
.....	2.997
.....	5.758
.....	10.744
.....	2.809
.....	13.302
.....	13.513
.....	9.068
.....	6.701
.....	13.069
.....	15.247
.....	22
.....	220
.....	2.997
.....	5.758
.....	10.744
.....	2.809
.....	13.302
.....	13.513
.....	9.068
.....	6.701
.....	13.069
.....	15.247
.....	22
.....	220
.....	2.997
.....	5.758
.....	10.744
.....	2.809
.....	13.302
.....	13.513
.....	9.068
.....	6.701
.....	13.069
.....	15.247
.....</				

EMPRÉSTIMOS CLASSIFICADOS NO GRAU VIII

EMPRÉSTIMOS	ANOS	TAXAS	CIRCULAÇÃO
Estado do Pará	1901	5 %	2 1.122.860
" "	1907	5 %	568.760
" "	1915	5 %	1.032.611
" de Alagoas	1906	5 %	225.630
Prefeitura de Manaus	1906	5%	269.800
" de Belem	1905	5 %	921.040
" "	1906	5 %	570.400
" "	1912	5 %	590.860
" "	1915	5 %	885.000
" "	1919	6 %	272.660
" de Salvador (Ac.)	1931	4 %	782.327
			<u>£ 7.241.948</u>
Estado do Ceará	1922	8 %	<u>\$ 1.980.000</u>

PLANO "A"

EMPRESTIMOS EMITIDOS EM LIBRAS

EMPRESTIMOS	CIRCULAÇÃO EM 1/11/1943	P L A N O "A"			
		J U R O S		AMORTIZAÇÃO	
		TAXA	IMP.	TAXA	IMP.
UNIÃO - YUNTING - 1898-5 %	5.011.137	3,375	169.126	3,08	154.343
" " 1914-5 %	12.777.060	"	417.726	0,98	121.295
20 Anos 1931-5 %	1.764.110	"	59.540	5,74	101.262
40 Anos 1931-5 %	6.659.460	"	224.757	1,47	97.894
1903-5 %	6.772.300	2,75	186.238	0,80	54.178
1927-6 1/2 %	8.372.300	3,375	282.561	0,37	30.978
1883-4 1/2 %	1.316.700	1,625	29.521	1,38	34.154
1888-4 1/2 %	2.562.800	1,625	48.145	1,44	42.664
1839-4 %	24.936.100	1,5	224.041	0,40	59.744
1895-5 %	5.971.500	1,75	104.501	0,50	29.857
1901-4 %	8.153.380	1,5	122.376	1,04	84.847
1910-4 %	7.718.000	1,5	115.770	0,36	27.785
1910-4 %	529.300	1,5	4.940	10,56	34.774
1911-4 %	2.547.500	1,5	38.213	2,18	55.536
1911-4 %	1.864.660	1,5	28.420	0,34	6.442
1913-5 %	9.288.680	1,75	162.555	0,42	39.013
Coffee Realization 1930-7 %	5.604.600	3,5	196.161	9,16	513.381
São Paulo 1904-5 %	117.540	2,75	2.053	4,94	5.797
" " 1905-5 %	1.922.711	1,75	34.697	0,66	13.008
" " 1907-5 %	1.466.160	1,75	25.658	0,24	3.519
" " 1921-8 %	1.437.540	2,5	35.948	0,51	7.333
" " 1926-7 %	2.064.500	2,25	46.451	0,28	5.781
" " 1928-6 %	2.903.600	2	58.072	0,21	6.097
Minas Gerais 1913-5 %	54.920	1,75	561	0,85	467
" " 1928-6 1/2 %	1.583.200	2,125	33.643	0,21	3.325
Instituto do Café 1926-7 1/2 %	3.520.300	2,50	213.007	0,48	40.897
Bco. São Paulo-A 1927-6 %	576.900	2	11.536	1,25	7.211
" " " -B 1928-6 %	609.500	2	12.106	1,25	7.616
" " " -C 1928-6 %	622.200	2	12.444	1,25	7.777
Est. de Pernambuco 1905-5 %	490.560	1,625	7.972	0,76	3.728
" da Bahia 1904-5 %	948.920	1,625	15.420	0,33	1.233
" " 1913-5 %	974.483	1,625	25.835	0,06	585
" " 1915-5 %	634.280	1,625	10.307	0,38	2.410
" " 1918-6 %	97.957	1,875	1.857	5,44	5.329
" " 1928-5 %	334.791	1,625	5.440	0,18	576
" R. de Janeiro. 1927-5 1/2 %	1.704.260	1,75	29.824	0,36	6.135
" " 1927-7 %	1.071.000	2,125	39.759	0,12	2.245
" do Paraná 1926-7 %	535.600	2,125	11.381	0,84	4.439
" Sta. Catarina 1909-5 %	57.500	1,625	934	2,70	1.553
Dist. Federal 1912-4 1/2 %	1.717.920	1,5	25.769	0,37	6.356
Mun. de Miterói .. 1926-7 %	726.300	2,125	15.434	0,13	944
" de Recife ... 1910-5 %	272.280	1,625	4.424	0,33	898
" de S. Paulo... 1908-6 %	397.120	1,875	7.446	0,76	3.018
" de Santos ... 1927-7 %	2.123.980	2,125	45.134	0,17	3.611
" do P. Alegre. 1909-5 %	305.900	1,625	4.971	0,74	2.263
" do Pelotas .. 1911-5 %	430.840	1,625	7.001	0,27	1.163
TOTAIS	137.747.596		3.150.137		1.643.559
					4.793.696

x - 8 Coupons trimestrais

PLANOS "A" e "B"

EMPRÉSTIMOS EMITIDOS EM DÓLARES

EMPRÉSTIMOS	CIRCULAÇÃO em 1/11/1943	P L A N O "A"				TOTAL	P L A N O "B"				TOTAL			
		J U R O S		AMORTIZAÇÃO			DINHEIRO		CIRCULAÇÃO					
		TAXA	IMP.	TAXA	IMP.		TAXA	IMP.	SEGU- RIDADE	CIRCULAÇÃO		JUROS 3,75	AMORTIZ. 2,65	
O N I Ã O	1921-5 %	13.577.145	3,375	626.979	1,55	284.230	911.209	12,5	2.322.143	80	14.861.716	557.314	395.895	951.149
	1921-8 %	26.669.000	3,5	975.425	1,59	424.037	1.357.452	15	4.000.350	"	21.335.200	800.070	565.325	1.385.453
	1922-7 %	14.387.500	3,5	503.552	1,59	223.761	732.323	15	2.158.125	"	11.510.000	451.625	305.035	756.640
	1926-6 1/2 %	18.524.000	3,375	1.659.710	1,54	748.194	2.387.924	12,5	6.073.000	"	38.867.200	1.457.520	1.029.981	2.487.501
	1927-5 1/2 %	33.308.000	3,375	1.124.145	1,54	512.943	1.637.083	12,5	4.165.500	"	26.446.400	999.240	706.150	1.705.390
COFFEE PRIL. São Paulo	1930-7 %	14.605.000	3,5	511.175	1,59	232.219	743.354	15	2.190.750	"	11.684.000	438.150	309.666	741.776
	1921-8 %	2.414.000	2,5	60.350	0,88	21.243	81.593	17,5	422.450	50	1.207.000	45.262	31.986	77.248
	1925-8 %	10.268.500	2,5	256.712	0,88	90.363	347.075	17,5	1.796.987	"	5.134.250	192.534	136.058	326.592
	1926-7 %	4.295.500	3,25	96.649	0,80	34.364	131.015	12,5	536.937	"	2.147.750	80.541	56.915	137.456
" "	1928-6 %	8.600.500	2	172.010	0,71	61.063	253.073	9	774.045	"	4.300.250	161.259	113.957	275.216
	1928-6 1/2 %	5.704.000	2,125	121.210	0,75	42.780	163.990	11	627.140	"	2.852.000	106.950	75.573	123.528
	1929-6 1/2 %	5.557.500	2,125	118.057	0,75	41.681	159.778	11	611.325	"	2.778.750	104.203	73.637	127.840
Rio G. do Sul	1921-8 %	4.668.000	2,5	116.700	0,88	41.078	157.778	17,5	807.564	"	2.334.000	87.525	61.851	125.376
	1925-7 %	5.634.000	2,25	123.390	0,80	43.872	167.262	12,5	685.500	"	2.742.000	102.625	72.662	175.428
	1928-6 %	10.225.500	2	204.510	0,71	72.601	277.111	9	920.285	"	5.112.750	192.728	135.488	327.216
	1927-7 %	1.967.500	2,25	44.269	0,80	15.740	60.009	12,5	245.937	"	983.750	36.891	26.089	64.960
Maranhão	1928-7 %	1.682.000	2,125	35.742	0,76	12.785	48.525	11	185.020	"	841.000	31.537	22.287	53.824
Pernambuco	1927-7 %	4.868.000	2,125	103.445	0,76	36.997	140.442	11	535.480	"	2.434.000	91.275	64.503	155.776
Rio de Janeiro	1925-6 1/2 %	5.243.000	2	104.860	0,71	37.225	142.085	9,5	498.055	"	2.621.500	95.306	69.475	157.775
Paraná	1928-7 %	2.338.000	2,125	49.682	0,76	17.759	67.451	11	237.180	"	1.169.000	43.857	30.575	74.816
Santa Catarina	1922-8 %	2.651.500	2,375	62.973	0,84	22.775	85.246	14,5	354.468	"	1.325.750	49.716	35.134	84.840
Distrito Fed.	1921-8 %	7.215.000	2,375	171.509	0,84	60.589	231.898	14,5	1.045.885	"	3.606.500	135.244	95.572	230.816
" "	1926-6 1/2 %	24.666.000	2	493.320	0,71	175.129	668.149	9,5	2.345.270	"	12.335.000	462.487	326.825	789.312
" "	1928-6 %	1.267.000	1,875	23.756	0,66	8.362	32.118	7,5	95.025	"	653.500	23.756	16.720	40.544
Mun. S. Paulo	1919-6 %	5.409.000	1,875	101.419	0,66	35.699	137.118	7,5	405.675	"	2.704.500	101.419	71.685	173.083
" "	1922-8 %	3.156.500	2,375	74.957	0,84	26.515	101.482	14,5	457.693	"	1.578.250	55.164	41.804	101.008
" "	1927-6 1/2 %	5.602.000	2	112.040	0,71	39.774	151.814	9,5	532.150	"	2.801.000	105.037	74.227	179.264
" P. Alegre	1922-8 %	2.509.500	2,375	59.601	0,84	21.080	83.681	14,5	363.877	"	1.254.750	47.053	33.331	80.384
" "	1926-7 1/2 %	2.641.500	2,25	59.434	0,77	20.540	79.774	13	243.795	"	1.520.750	49.528	35.000	84.528
" "	1928-7 %	1.503.000	2,125	31.939	0,76	5.411	37.350	11	165.330	"	751.500	29.181	19.935	48.036
TOTALS	286.065.645		6.157.370		3.415.115	11.552.485		35.948.921		189.872.016	7.120.197	5.031.678	32.151.809	

PLANO "B"
EMPRÉSTIMOS EMITIDOS EM LIBRAS

P L A N O "B"							
DINHEIRO		CIRCULAÇÃO		JUROS	AMORTIZAÇÃO		TOTAL
TAXA	IMP.	RED. A	IMP.	5,75	TAXA	IMP.	
12,5	626.392	80	4.008.910	150.534	4,63	185.612	335.946
12,5	1.547.132	"	9.901.648	371.312	1,48	146.544	517.856
12,5	220.518	"	1.411.312	52.924	8,61	121.514	174.438
12,5	332.432	"	5.327.568	199.784	2,20	117.206	316.990
5	338.615	"	5.447.840	203.169	1,30	70.432	273.601
12,5	1.046.537	"	6.697.840	251.169	0,61	40.857	292.026
9	163.503	50	908.350	34.063	6,10	55.409	89.472
9	266.652	"	1.481.400	55.552	4,68	69.329	124.881
7,5	1.120.207	"	7.468.050	280.052	1,30	97.085	377.137
10,5	627.007	"	2.985.750	111.966	1,62	48.369	160.335
7,5	611.878	"	4.079.190	152.970	3,36	137.061	290.031
7,5	578.850	"	3.859.000	144.712	1,16	44.764	189.476
7,5	24.698	"	1.64.650	6.174	34,22	56.343	62.517
7,5	291.052	"	1.273.750	47.766	7,06	89.927	137.693
7,5	142.100	"	947.330	35.525	1,10	10.421	45.946
10,5	975.332	"	4.644.440	174.186	1,36	65.164	237.330
15	640.690	80	4.485.680	168.138	13,74	616.057	784.195
6	7.040	50	58.670	2.200	13,82	8.108	10.306
6	128.965	"	991.355	37.176	1,86	18.439	55.615
6	87.971	"	735.090	27.491	0,68	4.985	32.476
21,5	251.640	"	718.970	26.961	1,44	10.353	37.314
22,5	258.062	"	1.032.250	38.709	0,80	8.258	46.967
9	263.524	"	1.451.800	54.442	0,58	8.420	62.862
6	5.295	"	27.460	1.030	2,38	653	1.683
13	174.152	"	791.600	29.685	0,58	4.591	24.276
17,5	1.491.052	"	4.260.150	159.756	1,54	65.606	225.362
9	51.921	"	288.450	10.817	3,50	10.096	20.913
9	54.837	"	304.650	11.424	3,50	10.663	22.087
9	55.998	"	311.200	11.666	3,50	10.888	22.554
4,5	22.075	"	245.280	9.198	2,10	5.151	11.349
4,5	42.701	"	474.460	27.792	0,36	1.708	19.500
4,5	43.852	"	487.240	18.271	0,18	877	19.148
4,5	28.543	"	317.140	11.893	1,08	3.425	15.318
7,5	7.347	"	48.978	1.837	15,22	7.454	9.291
4,5	15.055	"	167.395	6.277	0,44	737	7.014
6	102.256	"	852.130	31.955	1,02	8.692	40.647
11	205.810	"	935.500	35.081	0,32	2.994	38.075
11	58.916	"	267.800	10.042	2,36	6.320	16.362
4,5	2.528	"	28.750	1.070	7,56	2.173	5.251
3	51.538	"	858.960	32.211	1,02	8.761	40.972
11	79.893	"	363.150	13.618	0,36	1.307	14.925
4,5	12.253	"	136.140	5.105	0,92	1.252	6.357
7,5	29.784	"	198.560	7.446	2,12	4.209	11.655
11	233.638	"	1.061.990	39.825	0,48	5.097	44.922
4,5	15.765	"	151.950	5.698	2,06	3.130	8.828
4,5	19.388	"	215.420	8.078	0,76	1.637	9.715
	15.939.272		92.841.095	5.196.538		2.156.078	5.302.616

RESUMO

VALORES EM DÓLARES

EMPRÉSTIMOS EM	CIRCULAÇÃO	P L A N O "A"			P L A N O "B"				
		JUROS	AMORTIZAÇÃO	TOTAL	DINHEIRO	CIRCULAÇÃO REDUZIDA A	JUROS	AMORTIZAÇÃO	TOTAL
LIRAS - Conv. 3 (A = 34)	551.190.384	12.600.548	6.574.236	19.174.784	55.757.028	331.364.384	12.426.152	8.784.312	21.210.464
DÓLARES	286.065.645	8.137.370	3.415.113	11.552.483	35.949.521	189.872.016	7.120.197	5.031.612	12.151.809
TOTAL	837.256.029	20.737.918	9.989.351	30.727.269	91.706.009	521.236.400	19.546.349	13.815.924	33.362.273
LIBRAS	65,8	60,7	63,8	62,4	60,8	63,6	63,6	63,6	63,6
DÓLARES	34,2	39,3	34,2	37,6	39,2	36,4	36,4	36,4	36,4
	100	100	100	100	100	100	100	100	100
JUROS MÉDIOS		2,49					3,75		

Circulação 837.256.029
 Nova Circulação 521.236.400
 Redução 316.019.629
 Dinheiro 91.706.009 29,0%

DECRETO-LEI N. 6.020 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1943

Autoriza o Govêrno do Estado de Minas Gerais a assumir a administração do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, atendendo à exposição de motivos que lhe foi dirigida pelo governador do Estado de Minas Gerais, e

Considerando que a grande maioria dos acionistas do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais é domiciliada em território francês ocupado pela Alemanha e que essa circunstância tem impedido a representação dos mesmos nas últimas assembléias gerais realizadas;

Considerando que os diretores do Banco o têm afastado das finalidades de sua fundação, quais as de operar principalmente sôbre crédito hipotecário e agrícola, expressamente declaradas nas leis estaduais ns. 508, de 22 de setembro de 1909, e 539, de 27 de setembro de 1910;

Considerando que se torna necessário salvaguardar não sômente os interesses da agricultura mineira como também os da grande massa de público que transaciona com o Banco e dos próprios acionistas, impedidos de se representar, decreta :

Art. 1.º Fica o Govêrno do Estado de Minas Gerais autorizado a assumir a administração do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte.

Art. 2.º Para êsse fim, o Govêrno do Estado de Minas Gerais nomeará os membros da nova diretoria do Banco, que serão imediatamente empossados.

Os nomeados terão todos os direitos, deveres e atribuições que são conferidos aos diretores do Banco, pelos estatutos dêste, em tudo quanto não colidir com o presente decreto-lei.

Art. 3.º A nova diretoria do Banco se orientará no sentido de vir e mesmo a preencher efetivamente as finalidades de sua fundação, bem como no de ajustar o Banco, integralmente, às normas legais vigentes.

Art. 4.º A nova diretoria do Banco resguardará o direitos dos depositantes, os contratos celebrados com o Banco, assim como quaisquer negócios e interesses aos mesmos confiados.

Art. 5.º A administração do Banco pelo Govêrno do Estado de Minas Gerais cessará quando, finda a guerra atual, o Banco se ajustar às normas da Constituição e das leis em vigor, pela reforma dos estatutos e eleição da diretoria, levados a efeito por acionistas que representem a maioria exigida por lei.

Art. 6.º Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.021 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1943

Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a requisitar uma estação rádio-transmissora de propriedade da Brasil Aérea Limitada

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e tendo em vista o disposto no § 1.º do artigo 12, do decreto-lei n. 4.812, de 8 de outubro de 1942, modificado pelo de número 5.451, de 30 de abril de 1943, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Viação e Obras Públicas autorizado a requisitar a estação rádio-transmissora de propriedade da Brasil Aérea Limitada, instalada à rua do Triunfo n. 22, em Santa Teresa, no Distrito Federal.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 6.022 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1943

Dispõe sobre a concessão do salário-família instituído pelo decreto-lei n. 5.976, de 10 de novembro de 1943, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O salário-família, instituído pelo decreto-lei n. 5.976, de 10 de novembro de 1943, será concedido mediante habilitação do interessado, despachada pela autoridade competente.

Art. 2.º Será cassado o salário-família ao servidor ou inativo que, comprovadamente, descumprir da subsistência e educação dos dependentes.

Parágrafo único. A concessão será restabelecida se desaparecerem os motivos determinantes da cassação.

Art. 3.º A invalidez que caracteriza a dependência é a incapacidade total e permanente para o trabalho.

Art. 4.º São competentes para conceder o salário-família aos servidores em atividade e aos aposentados cujos proventos são pagos pelo I.P.A.S.E. ou Caixas de Aposentadoria e Pensões:

I — Na Presidência da República, o Secretário da Presidência.

II — Nos órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República, os dirigentes desses órgãos.

III — Nos Ministérios da Agricultura, da Educação e Saúde, da Fazenda e do Trabalho, Indústria e Comércio, os diretores das respectivas Divisões e Serviço do Pessoal.

IV — No Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

a) quanto aos servidores da Imprensa Nacional, o chefe da respectiva Divisão de Administração.

b) nos demais casos, o diretor da Divisão do Pessoal.

V — No Ministério da Viação e Obras Públicas:

- a) quanto aos servidores do Departamento dos Correios e Telégrafos, o chefe do respectivo Serviço Regional do Pessoal (S.R.P.-2);
- b) quanto aos funcionários da Estrada de Ferro Central do Brasil, o chefe do respectivo Serviço Regional do Pessoal (S.R.P.-1);
- c) nos demais casos, o diretor da Divisão do Pessoal.

VI — Nos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica:

- a) no Distrito Federal, o Secretário Geral do Ministério da Guerra, o Diretor Geral do Pessoal da Armada e o Diretor Geral do Pessoal da Aeronáutica;
- b) nos Estados e Territórios, as autoridades designadas pelos respectivos Ministros.

VII — No Ministério das Relações Exteriores, o chefe da Divisão do Pessoal.

Parágrafo Único. Os diretores das Divisões e Serviço do Pessoal dos ministérios civis e o chefe do Serviço Regional do Pessoal do Departamento dos Correios e Telégrafos poderão delegar competência a autoridades federais para concessão do salário-família nos Estados e Territórios.

Art. 5.º São competentes para conceder o salário-família aos aposentados, exceto àqueles cujos proventos são pagos pelo I. P. A. S. E. ou Caixas de Aposentadoria e Pensões:

- a) no Distrito Federal, o Diretor da Despesa Pública;
- b) nos Estados e Territórios, os Delegados Fiscais do Tesouro Nacional.

Art. 6.º São competentes para conceder o salário-família aos funcionários em disponibilidade:

- a) no Distrito Federal, os diretores das Divisões ou Serviço do Pessoal dos Ministérios Civis, o Secretário Geral do Ministério da Guerra, o Diretor Geral do Pessoal da Armada e o Diretor Geral do Pessoal da Aeronáutica;
- b) nos Estados e Territórios, os Delegados Fiscais do Tesouro Nacional.

Art. 7.º Para se habilitar à concessão do salário-família, o servidor ou inativo apresentará uma declaração de dependentes, indicando o cargo ou função que exercer, ou no qual estiver aposentado ou em disponibilidade.

Parágrafo único. Em relação a cada dependente, mencionará:

- a) nome completo;
- b) data e local de nascimento;
- c) se é filho consanguíneo, filho adotivo ou enteado;
- d) estado civil;
- e) se exerce atividade lucrativa e, em caso afirmativo, quanto ganha por mês, em média;
- f) se vive total ou parcialmente às expensas do declarante, informando, neste último caso, qual a contribuição que presta para a sua manutenção;
- g) no caso de ser maior de 21 anos, se é total e permanentemente incapaz para o trabalho, hipótese em que informará a causa e a espécie da invalidez;

h) se é filho ou enteado de outro servidor ou inativo da União, fornecendo, em caso positivo, as seguintes informações:

1. nome desse servidor ou inativo e o respectivo cargo ou função;
2. se esse servidor ou inativo vive em comum com o declarante; caso contrário,
3. se o dependente vive sob a guarda do declarante.

Art. 8.º A declaração do servidor em atividade será apresentada a seu chefe imediato, que a examinará e, apondo o seu visto, a encaminhará, mediante simples despacho, à autoridade competente para a concessão.

Parágrafo único. O servidor que não tiver chefe imediato na própria localidade encaminhará diretamente sua declaração à autoridade competente para a concessão.

Art. 9.º A declaração do aposentado será apresentada diretamente, no Distrito Federal, à Diretoria da Despesa Pública e, nos Estados e Territórios, às respectivas Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional.

§ 1.º Os aposentados cujos proventos são pagos pelo I. P. A. S. E. ou Caixas de Aposentadoria e Pensões apresentarão suas declarações aos diretores ou chefes das repartições ou serviços a que pertenciam na época da aposentadoria.

§ 2.º O diretor da repartição ou chefe do serviço procederá na forma do art. 8.º.

Art. 10. A declaração do funcionário em disponibilidade será apresentada diretamente, no Distrito Federal, às Divisões ou Serviço do Pessoal dos Ministérios e, nos Estados e Territórios, às respectivas Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional.

Art. 11. As autoridades competentes concederão o salário-família à vista das declarações recebidas, independentemente de prova e mediante simples despacho, que será comunicado ao órgão encarregado de organizar a folha de pagamento.

Parágrafo único. Quando ao servidor ou inativo se conceder o salário-família por dependente que seja filho ou enteado de outro servidor ou inativo, a autoridade que houver feito a concessão comunicará o fato ao órgão de pessoal sob cuja jurisdição estiver esse outro servidor ou inativo.

Art. 12. Dentro de 120 dias contados da declaração, o servidor ou inativo comprovará, junto à autoridade concedente, as afirmações constantes dos itens a, b e c do parágrafo único do art. 7.º, pelos meios de prova admitidos em direito.

§ 1.º A autoridade concedente julgará a comprovação, podendo dispensar a apresentação dos documentos que já estiverem registrados no competente órgão de pessoal.

§ 2.º Antes de julgar a comprovação, poderá a autoridade concedente proceder às diligências que achar necessárias para verificar a exatidão das declarações, inclusive mandar submeter a exame médico as pessoas dadas por inválidas, recorrendo sempre que necessário, nesse e noutros casos, ao concurso das autoridades policiais.

§ 3.º Julgada a comprovação, serão encaminhados ao respectivo órgão de pessoal os documentos e a declaração do servidor ou inativo, salvo quando se tratar de aposentado cujos proventos sejam pagos pelo Tesouro Nacional, caso em que a remessa será feita à Diretoria da Despesa Pública.

Art. 13. Não sendo apresentada, no prazo, a comprovação de que trata o artigo anterior, a autoridade concedente determinará a imediata suspensão do pagamento do salário-família, até que seja satisfeita a exigência.

Art. 14. Verificada, a qualquer tempo, a inexistência das declarações prestadas, será revista a concessão do salário-família e determinada a reposição da importância indevidamente paga, mediante desconto mensal de 20% do vencimento, remuneração, salário ou provento, independentemente dos limites estabelecidos para as consignações em folhas de pagamento.

Parágrafo único. Provada a má fé, será aplicada a pena de demissão ou dispensa a bem do serviço público, ou cassada a aposentadoria ou disponibilidade, sem prejuízo da responsabilidade civil e do procedimento criminal que no caso couber.

Art. 15. O servidor e o inativo, aquele por intermédio do chefe imediato, são obrigados a comunicar à autoridade concedente, dentro de 15 dias, qualquer alteração que se verifique na situação dos dependentes, da qual decorra supressão ou redução do salário-família.

Parágrafo único. A inobservância desta disposição determinará as mesmas providências indicadas no artigo anterior.

Art. 16. O salário-família relativo a cada dependente será devido a partir do mês em que tiver ocorrido o fato ou ato que lhe der origem, embora verificado no último dia do mês.

Parágrafo único. Quando o ato ou fato tiver ocorrido antes de 1 de dezembro de 1943, será devido a partir dessa data.

Art. 17. Deixará de ser devido o salário-família relativo a cada dependente no mês seguinte ao do ato ou fato que determinar a sua supressão, embora ocorrido no primeiro dia do mês.

Art. 18. A supressão ou a redução do salário-família será determinada *ex-officio* pela autoridade concedente, toda vez que tiver conhecimento de circunstância, ato ou fato de que deva decorrer uma daquelas providências.

Art. 19. O salário-família será pago juntamente com o vencimento, remuneração, salário ou provento, pelos mesmos órgãos que efetuam esses pagamentos, independentemente de publicação do ato de concessão.

Parágrafo único. No caso de proventos a cargo do I.P.A.S.E. e de Caixas de Aposentadoria e Pensões, o salário-família será pago pela Diretoria da Despesa Pública ou Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, onde se tenha habilitado o aposentado ou na região de seu domicílio.

Art. 20. Os funcionários que perceberem as gratificações previstas no § 3.º do art. 26 do decreto-lei n. 791, de 14 de outubro de 1938, não perceberão o salário-família enquanto estiverem recebendo aquelas gratificações.

Art. 21. A despesa com o pagamento do salário-família não dependerá de registro prévio pelo Tribunal de Contas, aplicando-se, em relação aos funcionários, os extranumerários contratados e mensalistas, os aposentados e o pessoal em disponibilidade, o disposto no art. 3.º do decreto-lei n. 5.437, de 30 de abril de 1943, e, quanto aos extranumerários diaristas e tarefeiros, o disposto no art. 2.º do mesmo decreto-lei.

Art. 22. Os chefes de serviços e diretores de repartição prestarão a seus subordinados toda a assistência necessária ao cumprimento do disposto neste decreto-lei.

Art. 23. As dúvidas suscitadas na execução deste decreto-lei e do disposto nos arts. 8.º a 13, 16 e 17 do decreto-lei n. 5.976, de 10 de novembro de 1943, serão resolvidas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, que para esse fim poderá baixar as instruções que forem necessárias.

Art. 24. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1943. 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 6.023 — DE 23 DE NOVENBERO DE 1943

Altera as carreiras de Maquinista-marítimo, Patrão, Marinheiro e Servente do Quadro Suplementar do Ministério da Marinha e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, de conformidade com as tabelas e relação nominal anexas, as carreiras de Maquinista-marítimo, Patrão, Marinheiro e Servente, do Quadro Suplementar do Ministério da Marinha.

Art. 2.º Os funcionários atingidos por este decreto-lei terão seus decretos apostilados pela Divisão do Pessoal Civil da Diretoria do Pessoal da Armada, no Ministério da Marinha.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

MINISTÉRIO DA MARINHA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
							<i>Maquinista marítimo</i>				
46	Maquinista marítimo	H	—	—	Q. S.	46	H	—	—	
12	Patrão	G	—	—	Q. S.	12	G	—	—	
14	Patrão	F	—	—	Q. S.	14	F	—	—	
17	Patrão	E	—	—	Q. S.	17	E	—	—	
15	Patrão	D	—	—	Q. S.	20	D	—	—	
5	Marinheiro	D	—	—	Q. S.						
46	Patrão	C	—	—	Q. S.	53	C	—	—	
6	Marinheiro	C	—	—	Q. S.						
1	Servente	C	—	—	Q. S.						
12	Patrão	B	—	—	Q. S.	12	B	—	—	
144						144					

MINISTÉRIO DA MARINHA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
							<i>Maquinista marítimo</i>				
46	Maquinista marítimo	H	—	—	Q. S.	46	H	—	—	
25	Maquinista marítimo	G	—	—	Q. S.	25	G	—	—	
41	Maquinista marítimo	F	—	—	Q. S.	41	F	—	—	
18	Maquinista marítimo	E	—	—	Q. S.	18	E	—	—	
33	Maquinista marítimo	D	—	—	Q. S.	33	D	—	—	
22	Maquinista marítimo	C	—	—	Q. S.	24	C	—	—	
2	Marinheiro	C	—	—	Q. S.						
5	Maquinista marítimo	B	—	—	Q. S.	5	B	—	—	
192						192					
							<i>Patrão</i>				
16	Patrão	H	—	—	Q. S.	16	H	—	—	
12	Patrão	G	—	—	Q. S.	12	G	—	—	
14	Patrão	F	—	—	Q. S.	14	F	—	—	
17	Patrão	E	—	—	Q. S.	17	E	—	—	
15	Patrão	D	—	—	Q. S.	20	D	—	—	
5	Marinheiro	D	—	—	Q. S.						
46	Patrão	C	—	—	Q. S.	53	C	—	—	
6	Marinheiro	C	—	—	Q. S.						
1	Servente	C	—	—	Q. S.						
12	Patrão	B	—	—	Q. S.	12	B	—	—	
144						144					

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Observações
98	Marinheiro	D	—	—	Q. S.	98 <i>Marinheiro</i>	D	—	—	
142	Marinheiro	C	—	—	Q. S.	142	C	—	—	
104	Marinheiro	B	—	—	Q. S.	104	B	—	—	
344						344					
39	Servente	E	—	—	Q. S.	39 <i>Servente</i>	E	—	—	
58	Servente	D	—	—	Q. S.	58	D	—	—	
83	Servente	C	—	—	Q. S.	83	C	—	—	
109	Servente	B	—	—	Q. S.	109	B	—	—	
289						289					

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
98	Marinheiro	D	—	—	Q. S.	98	<i>Marinheiro</i>	D	—	—	
142	Marinheiro	C	—	—	Q. S.	142	C	—	—	
104	Marinheiro	B	—	—	Q. S.	104	B	—	—	
344						344					
39	Servente	E	—	—	Q. S.	39	<i>Servente</i>	E	—	—	
58	Servente	D	—	—	Q. S.	58	D	—	—	
83	Servente	C	—	—	Q. S.	83	C	—	—	
109	Servente	B	—	—	Q. S.	109	B	—	—	
289						289					

DECRETO-LEI N. 6.024 -- DE 23 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 30.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de trinta mil cruzeiros (Cr\$ 30.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde (anexo n. 13 do decreto-lei n. 5.129, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação 1 — Diversos

Subconsignação 52 — Serviços de Saúde e Higiene

34 — Departamento Nacional de Saúde

23 — Serviço de Saúde dos Portos

a) — Serviço de desinfecção de aeronaves Cr\$ 30.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.**A. de Sousa Costa.*

DECRETO-LEI N. 6.025 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 47.112,00, para pagamento de gratificação de representação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de quarenta e sete mil cento e doze cruzeiros (Cr\$ 47.112,00), para atender, pelo prazo de um ano, a partir de 1.º de agosto do corrente exercício, ao pagamento (Pessoal) da gratificação de representação mensal de duzentos (200) dólares, concedida ao Químico Agrícola, classe K, do Quadro Único daquele Ministério: Taigóara Fleuri de Amorim, designado para permanecer nos Estados Unidos da América do Norte, onde se encontra no gozo de uma bolsa de estudos, afim de especializar-se na desidratação de alimentos.

Art. 2.º O crédito a que se refere o presente decreto-lei, uma vez registrado, deverá ser distribuído à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Nova York.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

*Apolônio Sales.**A. de Sousa Costa.*

DECRETO-LEI N. 6.026 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1943

Dispõe sobre as medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos considerados infrações penais e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os menores de 18 anos ficarão sujeitos, pela prática de fatos considerados infrações penais, as normas estabelecidas neste decreto-lei.

Art. 2.º São as seguintes as medidas aplicáveis aos menores de 14 a 18 anos:

a) se os motivos e as circunstâncias do fato e as condições do menor não evidenciam periculosidade, o Juiz poderá deixá-lo com o pai ou responsável, confiá-lo a tutor ou a quem assuma a sua guarda, ou mandar interná-lo em estabelecimento de reeducação ou profissional e, a qualquer tempo, revogar ou modificar a decisão;

b) se os elementos referidos na alínea anterior evidenciam periculosidade o menor será internado em estabelecimento adequado, até que, mediante parecer do respectivo diretor ou do órgão administrativo competente e do Ministério Público, o Juiz declare a cessação da periculosidade.

§ 1.º Em casos excepcionais, o Juiz poderá mandar internar o menor perigoso em seção especial de estabelecimento destinado a adultos, até que seja declarada a cessação da periculosidade, na forma da alínea b deste artigo.

§ 2.º Completada a maioridade sem que haja sido declarada a cessação da periculosidade, observar-se-ão os parágrafos 2.º e 3.º do art. 7 do Decreto-lei n. 3.914, de 9 de dezembro de 1941.

§ 3.º O Juiz poderá sujeitar o menor desligado em virtude de cessação da periculosidade a vigilância, nas condições e pelo prazo que fixar, e cassar o desligamento no caso de inobservância das condições ou de nova revelação de periculosidade.

Art. 3.º Tratando-se de menor até 14 anos, o Juiz adotará as medidas de assistência e proteção indicadas pelos motivos e circunstâncias do fato e pelas condições do menor.

Art. 4.º Logo que tiver conhecimento da prática, por menor de 14 a 18 anos, de fato considerado infração penal, a autoridade policial iniciará investigações e fará apresentar o menor ao Juiz competente.

§ 1.º O Juiz, depois de ouvir o menor e o pai ou responsável, resolverá sobre o seu destino provisório e marcará prazo para a terminação das investigações policiais.

§ 2.º Recebidas e autuadas as investigações, o Juiz mandará abrir vista do processo ao Ministério Público, pelo prazo de cinco dias.

§ 3.º A seguir, o Juiz determinará as diligências que devam ser feitas, marcando o prazo respectivo.

§ 4.º Completadas as diligências, o Juiz ouvirá novamente o menor e, conclusos os autos, decidirá no prazo de cinco dias.

Art. 5.º Quando se tratar de menor até 14 anos, a autoridade policial, logo que tiver conhecimento da ocorrência, fará apresentar o menor e as testemunhas ao Juiz competente.

§ 1.º O Juiz ouvirá, imediatamente, o menor, o pai ou responsável e as testemunhas, com intervenção do Ministério Público, se estiver presente.

§ 2.º A seguir, o Juiz decidirá verbalmente e de plano.

§ 3.º Se o Juiz não puder decidir imediatamente resolverá sobre o destino provisório do menor, proferindo a decisão definitiva no prazo de cinco dias.

§ 4.º O escrivão registrará, em livro especial, a qualificação do menor, do pai ou responsável e das testemunhas, o fato e a decisão do Juiz. Em

casos especiais, o Juiz poderá mandar lavrar auto, contendo o resumo das declarações prestadas.

Art. 6.º Para os efeitos do processo deve ser considerada a idade do menor à data do fato.

Art. 7.º A decisão definitiva do Juiz ficará sujeita a reexame do Conselho de Justiça, no Distrito Federal, ou de órgão correspondente nos Estados, por iniciativa do Ministério Público ou do pai ou responsável.

Parágrafo único. O pedido de reexame terá efeito devolutivo e será feito no prazo de dez dias, contados da intimação ou da publicação no órgão oficial, subindo os autos dentro de cinco dias.

Art. 8.º Na designação do estabelecimento a que deva ser recolhido o menor será atendida a necessidade de tratamento especial.

Art. 9.º O Juiz poderá ouvir os técnicos ou os funcionários que hajam examinado ou assistido o menor.

Art. 10. Em todos os casos, o Juiz estudará a personalidade do menor, sobretudo em seu ambiente familiar e social, mandando proceder reservadamente às perícias e inquéritos necessários à individualização do tratamento e da educação.

Art. 11. A autoridade policial encaminhará ao Juiz competente o menor de 18 anos que viajar desacompanhado do pai ou responsável, se não tiver destino certo ou meios próprios de subsistência.

Art. 12. O processo de alimentos devidos a menores abandonados será iniciado com a petição ao Juiz de Menores e obedecerá ao rito estabelecido no art. 685 do Código de Processo Civil.

§ 1.º Finda a dilação o Juiz, após ouvir o Ministério Público, fixará os alimentos atendendo às necessidades do reclamante e aos recursos da pessoa obrigada.

§ 2.º Da decisão caberá reexame na forma do art. 7.º.

Art. 13. A autorização para o trabalho expedida pelo Juiz de Menores suprirá, durante o prazo de um ano, a Carteira de Trabalho, de que trata o título III, capítulo IV, seção III, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943.

Parágrafo único. Expedida a autorização, o Juiz de Menores promoverá a emissão da Carteira de Trabalho do Menor, enviando à autoridade competente os documentos necessários.

Art. 14. As multas estabelecidas pelas leis de assistência e proteção a menores serão impostas pelo Juiz competente nos processos em curso ou em processos especiais.

§ 1.º O processo especial de multa será iniciado com autos de infração lavrado por funcionário competente e assinado por duas testemunhas.

§ 2.º Poderão ser usadas fórmulas impressas com os dizeres comuns do auto, preenchidos os claros e inutilizadas as linhas em branco.

§ 3.º Sempre que possível, a lavratura do auto seguir-se-á imediatamente à verificação da infração, certificando-se, em caso contrário, os motivos do retardamento.

Art. 15. Aos autuados será facultado o prazo de 15 dias para apresentação da defesa, contado da data da intimação que será feita:

a) pelo autuante no próprio auto quando este for lavrado na presença do autuado;

b) por oficial ou funcionário do Juízo, que entregará cópia do auto ao infrator ou a seu representante legal, lavrando certidão;

c) por via postal, se não for encontrado o infrator ou seu representante legal;

d) por edital, com o prazo de 30 dias, se for incerto e não sabido o paradeiro do infrator ou seu representante legal.

Art. 16. Com a defesa poderá o autuado apresentar documentos, arrolar testemunhas e requerer outras provas.

§ 1.º Para a produção das provas será concedido um prazo suplementar de 5 dias, findo o qual subirão os autos ao Juiz para decidir dentro de dez dias.

§ 2.º Da decisão do Juiz caberá reexame nos termos do art. 7.º, se a multa for superior a 2.000 cruzeiros.

Art. 17. As multas serão cobradas pela União ou pelos Estados, mediante executivo fiscal.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandra Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 6.027 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1943

Concede aumento geral de vencimento e salário e institui o regime de salário-família na Prefeitura do Distrito Federal, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e de acordo com o artigo 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º O vencimento e o salário dos servidores da Prefeitura do Distrito Federal ficam elevados nos termos deste decreto-lei.

Art. 2.º Os vencimentos dos funcionários, estabelecidos pelo decreto-lei n. 1.944, de 30 de dezembro de 1939, e os salários dos extranumerários-mensalistas e contratados, percebidos na data deste decreto-lei, ficam aumentados na seguinte proporção:

Vencimento mensal		Aumento mensal	
Em Cr\$		Em Cr\$	
	Até 650		150
De 651	a 1.400		200
De 1.401	a 2.900		300
De 2.901	a 3.400		400
De 3.401	em diante		500

§ 1.º A atual tabela de vencimentos fica substituída pela que acompanha este decreto-lei.

§ 2.º O aumento aos extranumerários-contratados independe de termo aditivo ou qualquer outra formalidade, considerando-se automaticamente registrada pelo Tribunal de Contas a modificação imposta por este artigo às cláusulas contratuais referentes ao salário.

Art. 3.º Aos extranumerários-diaristas é concedido um aumento de Cr\$ 6,00 diários, quando perceberem até Cr\$ 26,00 por dia, e de Cr\$ 8,00 quando a diária for superior.

Parágrafo único. Fica fixado em Cr\$ 40,00 o salário diário máximo de extranumerário-diarista.

Art. 4.º A Secretaria Geral de Administração fará a revisão dos salários existentes, de acordo com o disposto nos artigos anteriores, submetendo-os à aprovação do Prefeito dentro de 15 dias a partir da publicação deste decreto-lei.

Art. 5.º Fica elevada para Cr\$ 900,00 mensais a gratificação de função do Diretor da Secretaria do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Art. 6.º Além dos aumentos previstos nos artigos anteriores, fica instituído, para os servidores, os aposentados e o pessoal em disponibilidade da Prefeitura, o regime do salário-família.

Parágrafo único. O salário-família será concedido a todo servidor ou inativo que tiver dependentes, na razão de Cr\$ 50,00 mensais por dependente.

Art. 7.º Consideram-se dependentes, desde que vivam total ou parcialmente a expensas do servidor ou inativo:

- a) o filho menor de 21 anos;
- b) o filho inválido, de qualquer idade.

Parágrafo único. Compreendem-se nas alíneas a e b os filhos de qualquer condição, os enteados e os adotivos.

Art. 8.º Quando pai e mãe tiverem ambos a condição de servidor ou inativo, e viverem em comum, o salário-família será concedido ao pai.

§ 1.º Se não viverem em comum, será concedido ao que tiver os dependentes sob sua guarda.

§ 2.º Se ambos o tiverem, será concedido a ambos, de acordo com a distribuição dos dependentes.

§ 3.º Ao pai e à mãe equiparam-se o padrasto e a madrasta.

Art. 9.º O salário-família será pago independentemente da frequência e produção do servidor e não poderá sofrer qualquer desconto, nem ser objeto de transação, consignação em folha de pagamento, arresto, sequestro, ou penhora.

Art. 10. Não será percebido o salário-família nos casos em que o servidor ou inativo deixar de perceber o respectivo vencimento, salário ou provento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos casos disciplinares e penais, nem aos de licença por motivo de doença em pessoa da família.

Art. 11. Excetuado o imposto de renda, nenhum imposto ou taxa gravará o salário-família, nem sobre ele será baseada qualquer contribuição, ainda que para fins de previdência social.

Art. 12. Os servidores, os aposentados e o pessoal em disponibilidade ficam excluídos dos benefícios do abono familiar, instituído pelo decreto-lei n. 3.200, de 19 de abril de 1941, e a que se refere o decreto n. 7.506, de 15 de maio de 1943.

Art. 13. Ficam transferidos para o Quadro Suplementar da Prefeitura os cargos isolados de Fiel do Tesouro, padrões 91-96, e as carreiras de Agrônomo, Contador, Dentista, Escriturário, Estatístico, Estatístico-auxiliar, Farmacêutico, Médico, Prático de Farmácia, Prático de Laboratório, Prático Rural, Químico e Zelador, do Quadro Permanente.

Art. 14. Os aumentos quinquenais previstos no art. 3.º do decreto-lei n. 1.944, de 30 de dezembro de 1939, corresponderão às diferenças entre os vencimentos consecutivos, na escala de cada índice.

Art. 15. Fica o Prefeito autorizado a abrir créditos até o limite de Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros) para atender, no atual exercício, à despesa decorrente da execução deste decreto-lei.

Art. 16. Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, exceto quanto aos aumentos concedidos e ao regime de salário-família, que vigorarão a partir de 1.º de dezembro de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

TABELA DE VENCIMENTOS ANUAIS, QUE SUBSTITUE A DO DECRETO-LEI N. 1.944, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1939

(Valor em Cr\$)

ÍNDICES	NÚMEROS					
	1	2	3	4	5	6
1	5.400	6.120	6.840	7.560	8.280	9.000
2	6.600	7.560	8.520	9.480	11.040	12.000
3	7.800	9.000	10.800	12.000	13.200	14.400
4	9.000	11.040	12.480	13.920	15.360	16.800
5	10.800	12.480	14.160	15.840	17.520	19.200
6	13.200	15.360	17.520	20.880	23.040	25.200
7	15.600	18.240	22.080	24.720	27.360	30.000
8	18.000	22.320	25.440	28.560	31.680	34.800
9	21.600	25.200	28.800	32.400	36.000	40.800
0	21.600	27.600	33.600	40.800	54.000	66.000

DECRETO-LEI N. 6.028 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1943

Prorroga o prazo previsto no art. 3.º do decreto-lei n. 5.219, de 22 de janeiro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado, por mais 60 dias, o prazo a que se refere o art. 3.º do decreto-lei n. 5.219, de 22 de janeiro último, para assinatura do contrato, relativo à concessão outorgada à Companhia Rádio Internacional do Brasil para executar serviços radiotelefônico público interior e radiotelefônico público restrito interior, e de que tratam os decretos-leis ns. 5.270; 5.337, 5.518, 5.716 e 5.838, respectivamente, de 23 de fevereiro, 23 de março, 25 de maio, 31 de julho e 21 de setembro do corrente ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 6.029 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1943

Revoga os decretos-leis ns. 587, de 1 de agosto de 1938 e 3.299, de 22 de maio de 1941 e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e de acordo com o que consta do processo n. 27.825-43, do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, decreta:

Art. 1.º Fica o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o que propôs, autorizado a dar nova distribuição, para melhor aproveitamento, aos bens de que tratam os decretos-leis ns. 587, de 1 de agosto de 1938 e 3.299, de 22 de maio de 1941, pela forma seguinte:

a) a pedreira do Capão do Leão e a linha férrea que, partindo dessa pedreira, entronca na linha Rio Grande-Bagé, na estação de Teodósio, da Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, continuarão no acervo das obras da barra do Rio Grande;

b) a linha férrea que, partindo da pedreira do Capão do Leão, conduz a Rio Grande, na parte compreendida entre o km 11, a começar da pedreira e o eixo do Boulevard Carlos Pinto (avenida Canalete), na cidade do Rio Grande, será incorporada ao acervo da Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul;

c) a pedreira de Monte Bonito e a linha férrea que, partindo dessa pedreira, entronca na linha Rio Grande-Bagé, em Pelotas, serão incorporadas ao acervo da linha férrea Pelotas-Santa Maria, ora em construção a cargo do 1.º Batalhão Ferroviário;

d) do ramal que, partindo do km 9 da linha da pedreira Monte Bonito-Pelotas, vai ao local denominado Boca do Arroio, na margem do rio São Gonçalo, os trilhos e acessórios serão transferidos ao acervo da Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, e os terrenos pertencentes ao ramal, bem como os terrenos e instalações remanescentes em Boca do Arroio, ao acervo do porto de Pelotas.

Art. 2.º No inventário da aparelhagem da barra do Rio Grande dar-se-á baixa dos bens referidos nas alíneas *b*, *c* e *d* do art. 1.º dêste decreto-lei, ao mesmo tempo que se procederá à respectiva incorporação aos acervos indicados, mediante termos discriminativos, em que sejam declarados os bens transferidos.

Art. 3.º Fica ainda autorizado o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mediante termo aditivo aos respectivos contratos de concessão e arrendamento, a serem assinados no Ministério da Viação e Obras Públicas, a efetivar as seguintes medidas:

a) levantamento dos trilhos e acessórios da linha entre a pedreira do Capão do Leão e Rio Grande, na parte compreendida entre o Km 11 a começar da pedreira e a estação de Junção, entroncamento do ramal de Vila Siqueira (Cassino), para aproveitamento do material em^{os} outros serviços da Rêde de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul;

b) obrigação da Rêde de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul de conceder passagem pela sua linha, desde o entroncamento próximo à atual estação de Teodósio, com a linha férrea da pedreira do Capão do Leão, até Rio Grande, sem prejuízo de seu tráfego próprio e dentro dos seus regulamentos, mas sem onus para as obras da barra do Rio Grande, aos trens das Obras da Barra e Pôrto do Rio Grande, necessários ao transporte de pedras e materiais congêneres, procedentes da pedreira do Capão do Leão destinados às obras do mesmo pôrto.

c) obrigação da administração das Obras da Barra e Pôrto do Rio Grande de fornecer à Rêde de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, da pedreira do Capão do Leão, pelo preço de custo de sua produção, acrescido das percentagens usuais relativas à depreciação das instalações e despesas gerais de administração, a pedra necessária ao lastramento de suas linhas ou ainda, de permitir a extração dessa pedra, por conta da Estrada, mediante o pagamento do uso das instalações.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário, e assim também os decretos-leis ns. 587, de 1 de agosto de 1938, e 3.299, de 22 de maio de 1941.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.030 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1943

Equipara as empresas de mineração de magnesita às de que trata o decreto-lei n. 3.553, de 25 de agosto de 1941, que dá nova redação ao art. 76, do Código de Minas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º As empresas que têm por objeto a pesquisa e lavra de jazidas de magnesita, ficam equiparadas às de que trata o decreto-lei número três mil quinhentos e cinquenta e três (3.553), de vinte e cinco (25) de agosto de mil novecentos e quarenta e um (1941), quando destinado o mi-

nério à fabricação de material refratário, desde que predominem os capitais de origem nacional.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 6.031 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1943

Modifica disposição do Regulamento para o Quadro de Estado Maior do Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. O artigo 39 do Regulamento para o Quadro de Estado Maior do Exército (decreto-lei n. 5.190, de 14 de janeiro de 1943) passa a ter a redação seguinte, revogadas as disposições em contrário:

“Artigo 39. O oficial que for indicado para comissário cu adjunto de Comissão de Rede, fará um estágio de dois a quatro meses na 4.ª Secção do Estado Maior do Exército, em condições análogas às prescritas no artigo 38.

§ 1.º Ficam dispensados dêsse estágio os oficiais que já o fizeram em virtude de disposições anteriores ao presente Regulamento.

§ 2.º Os oficiais que fizerem o estágio previsto no artigo 24 dêsse Regulamento, bem assim os que o tenham feito na forma do artigo 14 do Regulamento anterior, devem completá-lo naquela Secção com os conhecimentos técnicos indispensáveis, quando indicados para comissão de Rede.

§ 3.º Ao oficial em serviço na 4.ª Secção do Estado Maior do Exército poderá ser permitido fazer o estágio de que trata êste artigo, sem prejuízo de suas funções, a critério do Chefe do Estado Maior do Exército.”

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 6.032 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 200.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento

do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n. 16 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue :

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação II — Pessoal extranumerário

S/c. n. 97 — Tarefeiros

00 — Pessoal civil

04) Departamento de Administração
06 Divisão do Pessoal Cr\$ 200.000,00

Parágrafo único. O crédito a que se refere êste artigo se destina à Imprensa Nacional.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário. .

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.033 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 400.000,00 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de quatrocentos mil cruzeiros (Cr\$ 400.000,00), em reforço da Verba 5 — Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis, do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde (Anexo n. 13, do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 5 — OBRAS, DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Consignação I — Obras

S/c n. 02 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização; instalações, aparelhamento e equipamento em obras concluídas.

01 — Prosseguimento de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização.

34 — Departamento Nacional de Saúde

20 — Serviço Nacional de Malária

a) Trabalhos de pequena hidrografia, polícia de focos e serviços complementares Cr\$ 400.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.034 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1943

Concede pensão especial a Joaquim Abreu

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 189 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida a Joaquim Abreu, de acôrdo com o resolvido no processo protocolado na Secretaria da Presidência da República, sob número 36.757, de 1942, e no Tesouro Nacional sob n. 32.995-43, a pensão mensal de cem cruzeiros (Cr\$ 100,00).

Art. 2.º A pensão especial de que trata o artigo anterior é devida a partir do mês de novembro de 1943, inclusive, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.035 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1943

Cria a 2.ª coletoria federal de Londrina, no Estado do Paraná, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no decreto-lei número 3.008, de 30 de janeiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma 2.ª coletoria para arrecadação das rendas federais em Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2.º Ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda 1 (um) cargo de "Coletor — classe C" e 1 (um) cargo de "Escrivão — classe B".

Art. 3.º Para atender à despesa decorrente dêste decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de três mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 3.200,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

S/c n. 01 — Pessoal Permanente	Cr\$ 1.000,00
S/c n. 02 — Percentagens	Cr\$ 2.200,00
	<u>Cr\$ 3.200,00</u>

Art. 4.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.036 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1943

Procede à revisão anual da classificação das coletorias federais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, em virtude do disposto no parágrafo único do artigo 5.º do decreto n. 24.502, de 29 de junho de 1934, e na forma da relação anexa, a classificação das seguintes coletorias federais: Campos (2.ª), no Estado do Rio de Janeiro; Paraguassú, Presidente Vencesláu e Taubaté (2.ª), no Estado de São Paulo; Caçador, Concórdia e Timbó, no Estado de Santa Catarina; Arrôio do Meio e Getúlio Vargas, no Estado do Rio Grande do Sul; e São Lourenço, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Aos funcionários das coletorias federais reclassificadas por força dêste decreto, aplicar-se-á o disposto nos arts. 2.º e 3.º e respectivos parágrafos do decreto n. 5.889, de 27 de junho de 1940.

Art. 3.º O presente decreto entra em vigor a partir de 1 de janeiro de 1944.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Relação a que se refere o art. 1.º do decreto n. 6.936, de 25
de novembro de 1943

Coletorias Federais	Classe atual	Classe a que passa a per- tencer
<i>No Estado do Rio de Janeiro:</i>		
Campos (2. ^a)	6. ^a	1. ^a
<i>No Estado de São Paulo:</i>		
Paraguassú	6. ^a	4. ^a
Presidente Vencesláu	6. ^a	4. ^a
Taubaté (2. ^a)	6. ^a	3. ^a
<i>No Estado de Santa Catarina:</i>		
Caçador	6. ^a	4. ^a
Concórdia	6. ^a	4. ^a
Timbó	6. ^a	3. ^a
<i>No Estado do Rio Grande do Sul:</i>		
Arrôio do Meio	6. ^a	4. ^a
Getúlio Vargas	6. ^a	3. ^a
<i>No Estado de Minas Gerais:</i>		
São Lourenço	6. ^a	4. ^a

DECRETO-LEI N. 6.037 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1943

Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 4.229, de 2 de abril de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogada, até o encerramento do exercício de 1944, a vigência do crédito especial de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00) aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas pelo decreto-lei n. 4.229, de 2 de abril de 1942, para atender às despesas com a dragagem do canal de acesso ao porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.038 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 310.562,80, para pagamento de contribuição devida à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Aeroviários.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de trezentos e dez mil, quinhentos e sessenta e dois cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 310.562,80), para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) da contribuição devida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Aeroviários, na forma do decreto n. 20.465, de 1 de outubro de 1931, e relativa ao período de 1 de junho de 1934 a 31 de dezembro de 1935.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.039 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1943

Modifica o art. 1.º do decreto-lei n. 5.087, de 14 de dezembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo 1.º do decreto-lei n. 5.087, de 14 de dezembro de 1942 vigorará com a seguinte redação:

“Fica autorizada a criação, na Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Aéreos e Tele-Comunicações, de uma Carteira de Seguros de Acidentes do Trabalho, na qual serão segurados obrigatória e exclusivamente contra esse risco, todos os associados da mesma Caixa, — quaisquer que sejam os seus salários e sem prejuízo de outra proteção que lhes seja outorgada por lei especial, mediante prêmio pago pelos respectivos empregadores, dispensados, dêsse modo, das obrigações pecuniárias e assistenciais, que lhes cabem pelo decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934 e demais leis vigentes sobre acidentes do trabalho, as quais passarão à responsabilidade única da Caixa.

“Parágrafo único. A taxa de prêmio do seguro prevista neste artigo, que terá como limite máximo de incidência, para efeito de cálculo, a importância de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), qualquer que seja o ordenado percebido pelo segurado, será inicialmente fixado pelo Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e revista periodicamente pelo mesmo órgão, em conformidade com os elementos que lhe forem encaminhados pelo Departamento de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho, de acordo com o disposto no art. 6.º do decreto-lei n. 3.710, de 14 de outubro de 1941, podendo ser estabelecidas taxas diferentes em função dos riscos cobertos com relação às profissões abrangidas pelo seguro.”

Art. 2.º O presente decreto-lei será considerado em vigor, para todos os efeitos de direito, desde 19 de dezembro de 1942.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 6.040 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1943

Autoriza o Ministério da Agricultura a promover convênios com os Governos dos Estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco, com o Instituto do Açúcar e do Alcool e os produtores de açúcar daqueles Estados para auxiliar e ampliar os trabalhos de investigação e de assistência à lavoura canavieira, por intermédio das Estações Experimentais de Campos e de Curado e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Agricultura autorizado a promover convênios com os Governos dos Estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco,

com o Instituto do Açúcar e do Alcool e os produtores de açúcar daqueles Estados para auxiliar e ampliar os trabalhos de investigação e de assistência à lavoura canavieira, por intermédio das Estações Experimentais de Campos e de Curado.

Art. 2.º Para execução dos convênios indicados no artigo anterior o Ministério da Agricultura, por intermédio do Instituto de Experimentação Agrícola do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas distribuirá, anualmente, à Estação Experimental de Campos e à Estação Experimental de Curado, créditos, divididos pelas subconsignações regulamentares, cujas importâncias globais não sejam inferiores às que foram distribuídas àquelas dependências no exercício de 1943, devendo os Governos dos Estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco e as associações de classe dos usineiros e plantadores de cana dos mesmos Estados concorrer com importâncias anuais a serem determinadas de acordo com o Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. As contribuições acima indicadas, excluídas a do Ministério da Agricultura, constituirão o Fundo de Desenvolvimento da Estação Experimental de Campos, no caso do Estado do Rio de Janeiro e o Fundo de Desenvolvimento da Estação Experimental de Curado, no caso de Pernambuco, e serão depositadas nas Agências do Banco do Brasil de Campos e de Recife, respectivamente, ficando à disposição dos chefes das aludidas Estações, que as aplicarão, livremente, em quaisquer despesas que forem necessárias aos serviços estipulados nos convênios.

Art. 3.º A aplicação dos fundos decorrentes do acordo entre as partes contratantes será condicionada a um programa anual sugerido pelo diretor de cada uma das Estações a um Conselho Fiscal constituído por um representante do Ministério da Agricultura e um representante de cada uma das entidades que contribuem para o Fundo de Desenvolvimento e submetido, depois de aprovado pelo mesmo, à decisão do Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Anualmente ainda será feita ao Conselho supramencionado e ao Ministro da Agricultura a prestação de contas das quantias empregadas.

Art. 4.º As atividades técnicas das Estações Experimentais de Campos e de Curado obedecerão ao programa geral de trabalhos do Instituto de Experimentação Agrícola, atendendo às sugestões apresentadas pelos Conselhos Fiscais, principalmente quanto aos problemas técnicos a serem atacados, e às necessidades agrícolas ou industriais a serem supridas.

Art. 5.º Todo material adquirido e todas as obras construídas com os recursos indicados no art. 2.º serão incorporados ao patrimônio da respectiva Estação Experimental, passando a constituir bem da União.

Art. 6.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 6.041 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para a Coordenação da Mobilização Econômica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00) para atender a tôdas as despesas (Serviços e Encargos) da Coordenação da Mobilização Econômica, decorrentes do racionamento de gêneros de primeira necessidade.

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo será pelo Tribunal de Contas automaticamente registado e distribuído ao Tesouro Nacional, onde ficará à disposição do coordenador da Mobilização Econômica, para sua livre movimentação.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.042 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 13.615.645,20, para melhoramento e aparelhamento da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com fundamento no decreto-lei n. 2.667, de 3 de outubro de 1940, o crédito especial de treze milhões, seiscentos e quinze mil, seiscentos e quarenta e cinco cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 13.615.645,20), para atender à despesa com melhoramentos e aparelhamento da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, sendo:

<i>Material</i>	Cr\$	Cr\$
Aquisição de 100 truques completos	2.000.000,00	
Aquisição de sobressalentes para material rodante	600.000,00	
Construção de 50 caixas de madeira para vagões	989.549,10	3.589.549,10
<i>Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis</i>		
Perseguimento da construção do ramal de Treviso	8.526.096,10	
Empedramento de 60 km de linha	1.500.000,00	10.026.096,10
		<u>13.615.645,20</u>

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.043 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 6.189.723,90, para despesas com a execução de obras relacionadas com o melhor aproveitamento do carvão nacional.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, com fundamento no decreto-lei n. 2.667, de 3 de outubro de 1940, o crédito especial de seis milhões, cento e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e três cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 6.189.723,90), para atender às despesas (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) com a execução, pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, de obras relacionadas com o melhor aproveitamento do carvão nacional no Estado de Santa Catarina e cujos orçamentos foram aprovados pelo Presidente da República, por despacho exarado na exposição do Departamento Administrativo do Serviço Público, n. 2.540, de 17 de agosto de 1943.

Parágrafo único. A diferença entre o total dos orçamentos aprovados na importância de sete milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, duzentos e noventa e oito cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 7.562.298,90), e o valor do crédito de que trata o presente artigo será atendida à conta do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 4.062, de 28 de janeiro de 1942, cujo período de vigência fica prorrogado até o encerramento do exercício de 1944.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apollônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.044 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde (Anexo 13, do Orçamento Geral da União para 1943), o crédito de Cr\$ 1.650,00 (mil

seiscentos e cinquenta cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.045

Não foi ainda remetido à publicação.

DECRETO-LEI N. 6.046 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1943

Cria a Oficina de Encadernação na Divisão do Material do Ministério da Fazenda, extingue a Turma de Encadernação (T. En.) da Secção de Administração (S.A.) da Recebedoria do Distrito Federal (R.D.F.) e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, na Divisão do Material (D.M.) da Diretoria Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda, a Oficina de Encadernação (O.E.).

Art. 2.º Fica extinta, na Recebedoria do Distrito Federal, a Turma de Encadernação, integrante da Secção de Administração, criada pelo decreto-lei n. 4.107, de 11 de fevereiro de 1942.

Art. 3.º Os serviços cometidos à referida turma pelo Regimento da Recebedoria do Distrito Federal, aprovado pelo decreto n. 8.739, de 11 de fevereiro de 1942, ou outros desse gênero, atribuídos a quaisquer órgãos do Ministério da Fazenda, passarão a ser executados pela Oficina de Encadernação da Divisão do Material.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.047 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre, ao Departamento de Imprensa e Propaganda, o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00 às dotações que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) às seguintes dotações do Anexo 4 — Departamento de Imprensa e Propaganda — do Orçamento Geral da República em vigor (decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942).

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas Despesas

S/C. 37 — Iluminação, força motriz e gás	Cr\$ 30.000,00		
S/C. 42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal	Cr\$ 70.000,00	Cr\$ 100.000,00	

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.048 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 104.000,00 à Verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 104.000,00 (cento e quatro mil cruzeiros), em reforço da seguinte dotação do Anexo 16 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — do Orçamento em vigor (decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942).

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de Consumo

Subconsignação 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza etc.		
04 — Departamento de Administração		
03 — Divisão do Material	Cr\$ 104.000,00	

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.049 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 6.660,00 para atender ao pagamento de desapropriação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de seis mil seiscentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 6.660,00), para atender ao pagamento de indenização de um imóvel, pertencente aos herdeiros de Maria de Paula Viana, desapropriado pelo decreto n. 3.738, de 11 de fevereiro de 1939.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.050 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 50.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), em reforço da verba 1 "Pessoal", consignação IV, Indenizações, subconsignação n. 23 — Diárias, do vigente orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas (anexo 20, do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação IV — Indenizações

Subconsignação 23 — Diárias

31 -- Departamento Nacional de Estradas de Ferro

01 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro

Cr\$ 50.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.051 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 70.000,00 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de setenta mil cruzeiros (Cr\$ 70.000,00), em reforço da Verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo n. 14, do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 1 — Pessoal

Consignação III — Vantagens

S/c. n. 19 — Auxílio para diferenças de caixa

04 — Diretoria Geral da Fazenda Nacional

06 — Serviço do Pessoal..... Cr\$ 70.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.052 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1943

Torna sem aplicação a importância de Cr\$ 4.500.000,00 de crédito orçamentário do Ministério da Educação e Saúde e abre crédito especial de idêntica importância.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica sem aplicação a seguinte dotação do Anexo n. 13 — Ministério da Educação e Saúde, do Orçamento Geral da União, em vigor:

Verba 5 — Obras, desapropriação e aquisição de imóveis
Consignação I — Obras

Subconsignação 02 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização; instalações, aparelhamento e equipamento em obras concluídas

03 — Instalações, aparelhamento e equipamento em obras concluídas

33 — Departamento Nacional de Educação

14 — Divisão de Ensino Industrial

02 — Escolas Técnicas e Industriais

a) Instalação, aparelhamento e equipamento da Escola Técnica Nacional, Escola Técnica de Manaus, de Maranhão, de Vitória, Goiânia e Pelotas... Cr\$ 4.500.000,00

Art. 2.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros) para atender às despesas (obras) com a instalação, aparelhamento e equipamento da Escola Técnica Nacional e Escolas Técnicas de Manaus, São Luiz, Vitória, Goiânia e Pelotas.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.053 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1943

Dá nova redação ao art. 738 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo 738 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 738. Os procuradores terão os vencimentos fixados na tabela constante do decreto-lei n. 2.874, de 16 de dezembro de 1940”.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 6.054 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1943

Prorroga o prazo a que se refere o decreto-lei n. 5.933, de 27 de outubro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 31 de dezembro do corrente ano o prazo a que se refere o decreto-lei n. 5.933, de 27 de outubro de 1943, para apresentação ao Tribunal de Contas do relatório circunstanciado das operações do "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional", pertinentes ao exercício de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.055 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), que será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, para atender a todas as despesas (Serviços e Encargos) com a viagem aos Estados Unidos da América e à Inglaterra, dos funcionários designados para acertarem naqueles países as medidas tendentes à cabal execução do decreto-lei n. 6.019, de 23 de novembro de 1943.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.056 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 43.000.000,00 para aquisição de material e realização de obras urgentes

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de quarenta e três milhões de cruzeiros (Cr\$ 43.000.000,00), para atender às seguintes despesas, consideradas dentre as que correm à conta dos recursos previstos no decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942:

Material

Departamento Nacional de Estradas de Ferro
Estrada de Ferro Madeira-Mamoré:

		Cr\$
Para aquisição de diversos materiais, inclusive um grupo Diesel Elétrico, destinado a melhorar as condições do tráfego nas manobras do pátio de Porto Velho, melhorar e ampliar as casas de força das oficinas de Porto Velho e Guajará Mirim e permitir facilidade de transporte nos rios que cortam a ferrovia e cujo movimento tem aumentado consideravelmente, tudo objetivando o incremento da produção da borracha.....		1.000.000,00

Obras, desapropriação e aquisição de imóveis
Inspetoria Federal de Obras contra as Secas

a) Conclusão do trecho Salgueiro-Leopoldina da rodovia Central de Pernambuco	2.000.000,00	
b) Conclusão da rodovia João Pessoa a Natal	3.000.000,00	
c) Serviços de abastecimento d'água em Rio Branco (Pernambuco)	2.000.000,00	
d) Construção do trecho Teresina-Picos, na rodovia Petrolina-Teresina	2.000.000,00	9.000.000,00

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

a) Prosseguimento da construção da rodovia Rio-Baía	15.000.000,00	
b) Prosseguimento da construção da rodovia Rio-Pôrto Alegre	5.000.000,00	20.000.000,00

Departamento Nacional de Estradas de Ferro

a) Estrada de Ferro S. Luiz-Teresina: Para atender às despesas com o seu aparelhamento, inclusive a construção de algumas variantes; execução do programa de oficinas e reconstrução do material rodante	3.000.000,00	
---	--------------	--

b) Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte:

Para atender às despesas com o aparelhamento da linha férrea Natal-Nova Cruz, compreendendo empedramento dos trechos críticos da linha, construção de obras de arte, substituição de trilhos, linha telegráfica e material rodante.... 4.500.000,00

c) Rede de Viação Cearense:

Para atender às despesas com os serviços de adaptação do plano de locomoção às necessidades da Rede, tendo em vista a ligação Itapipoca-Sobral 2.000.000,00

d) Para o prosseguimento das ligações ferroviárias do sul com o norte do país.... 3.500.000,00 13.000.000,00

42.000.000,00

43.000.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.057 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 38.700,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de trinta e oito mil e setecentos cruzeiros (Cr\$ 38.700,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do vigente orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas (Anexo n. 20 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação I — Diversos

S/c. n. 18 — Indenizações

31 — Departamento Nacional de Estradas

02 — Estrada de Ferro Baía e Minas Cr\$ 38.700,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.058 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 60.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 60.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas (Anexo n. 20 do decreto-lei número 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 2 — Material

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. n. 37 — Iluminação, força motriz e gás.

31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro

16 — Viação Férrea Federal Leste

Brasileiro Cr\$ 60.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.059 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 260.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de duzentos e sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 260.000,00) em reforço da Verba 2 — Material, do vigente

orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas, (Anexo n. 20, do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 2 — Material

Consignação II — Material de consumo

S/c. n. 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação.

31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro

02 — Estrada de Ferro Baía e Minas Cr\$ 260.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.060 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de, Cr\$ 40.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de quarenta mil cruzeiros (Cr\$ 40.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas (Anexo n. 20 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 2 — Material

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. n.29 — Acondicionamento e embalagem; carros, estivas e capatazias; transportes e encomendas, cargas e animais, alojamento e alimentação destes e de seus tratadores em viagem; seguros de transportes

34 — Departamento Nacional de Portos e Navegação Cr\$ 40.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.061 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 8.400,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de oito mil e quatrocentos cruzeiros (Cr\$ 8.400,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Agricultura (Anexo n. 12 do decreto-lei número 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 2 — Material

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. n. 37 — Iluminação, força motriz e gás

10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

03 — Escola Nacional de Agronomia Cr\$ 8.400,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.062 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para as despesas com a reunião dos Conselhos Administrativos dos Estados

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), que será distri-

buído à Tesouraria do mesmo Ministério, para liquidação das despesas (Serviços e Encargos) decorrentes da reunião, nesta Capital, dos Conselhos Administrativos dos Estados, inclusive hospedagem dos respectivos representantes.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.063 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Conselho Nacional do Petróleo, o crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de dez milhões de cruzeiros (Cr\$ 10.000.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do vigente orçamento do Conselho Nacional do Petróleo, (Anexo n. 9 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação I — Diversos

S/c. n. 50 — Serviço de sondagem

- a) Para despesas de qualquer natureza com os serviços gerais de sondagens, inclusive para ocorrer às de que trata o decreto-lei n. 1.143, de 9-3-1939 Cr\$ 10.000.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.064 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 2.500,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de dois mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 2.500,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente or-

çamento do Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 2 — Material

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. n. 41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens

22 — Delegacias Fiscais Cr\$ 2.500,00

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo se destina à Delegacia Fiscal em Mato Grosso.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.065 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1943

Modifica o emprego a ser dado ao saldo duma parcela de crédito especial aberto ao Ministério da Guerra

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministro da Guerra autorizado a empregar a importância de Cr\$ 1.202.300,00 (um milhão duzentos e dois mil e trezentos cruzeiros), saldo da parcela — “*Aquisição de Animais*” — do crédito especial de que tratam os decretos-leis ns. 4.313-A, de 21 de maio, 4.516-A, de 23 de julho, ambos de 1942, e cuja vigência foi prorrogada pelo decreto-lei n. 5.856-A, de 27 de setembro de 1943, em despesas decorrentes de instalação de novas unidades.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor nesta data.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.066 — DE 3 DEZEMBRO DE 1943

Dispõe sobre a finalidade de funcionamento do Instituto Benjamin Constant e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Instituto Benjamin Constant (I.B.C.), órgão integrante do Ministério da Educação e Saúde (M.E.S.), diretamente subordinado ao Ministro de Estado, tem por finalidade:

I — ministrar a menores cegos e amblíopes, de ambos os sexos, educação compatível com as suas condições peculiares;

II — promover a educação pre-escolar e post-escolar dos alunos;

III — manter cursos para a reeducação de adultos cegos e amblíopes;

IV — habilitar professores na didática especial de cegos e amblíopes;

V — realizar pesquisas médicas e pedagógicas relacionadas com as anormalias da visão e prevenção da cegueira;

VI — promover, em todo o país, a alfabetização de cegos ou orientar, tecnicamente, esse trabalho, colaborando com os estabelecimentos congêneres estaduais ou locais.

Art. 2.º O Presidente da República expedirá, mediante decreto, o Regimento pelo qual se regerá o I.B.C.

Art. 3.º O Ministro de Estado da Educação e Saúde, ouvido o I.N.E.P. e o I.B.C., baixará instruções destinadas a reger os seguintes assuntos, enquanto não houver disposições legais regulamentadoras dos mesmos:

I — organização da educação nacional dos anormais da visão;

II — padronização do Braille adaptado à grafia usual da língua portuguesa e à respectiva estenografia;

III — organização dos cursos de formação de professores de anormais da visão;

IV — processo de equiparação ou de reconhecimento dos congêneres estabelecimentos de ensino que existam ou venham a existir no país;

V — registo de diplomas relativos aos cursos referidos no item III deste artigo.

Art. 4.º Ficam criadas no I.B.C. as seguintes funções gratificadas:

1 de chefe da S.E., com a gratificação anual de.....	Cr\$ 5.400,00
1 de chefe da S.P., com a gratificação anual de.....	Cr\$ 5.400,00
1 de chefe da I.B., com a gratificação anual de.....	Cr\$ 4.200,00
1 de chefe da S.A., com a gratificação anual de.....	Cr\$ 4.200,00
1 de chefe de Disciplina, com a gratificação anual de....	Cr\$ 4.200,00
1 de Secretária do Diretor, com a gratificação anual de..	Cr\$ 4.200,00
1 de chefe da Z., com a gratificação anual de.....	Cr\$ 3.000,00

Art. 5.º Este decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1944, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 6.067 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1943

Reorganiza o Laboratório Nacional de Análises do Ministério da Fazenda e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Laboratório Nacional de Análises (L.N.A.), órgão do Ministério da Fazenda (M.F.) e subordinado à Direção Geral da Fazenda Nacional, tem por finalidade:

I — analisar quando solicitado pelas Alfândegas as mercadorias que forem importadas e submetidas a despacho, para a devida classificação aduaneira;

II — analisar as mercadorias apreendidas por infração de regulamentos fiscais, quando solicitado pelas autoridades competentes;

III — analisar as mercadorias sobre que versarem questões aduaneiras ou fiscais, quando a análise lhe for solicitada pelas autoridades competentes;

IV — proceder a quaisquer análises e perícias de sua competência, quando determinadas ou solicitadas por autoridades públicas ou requeridas por particulares;

V — analisar em grau de recurso, nas questões que lhe sejam afetas;

VI — promover revisão de classificações aduaneiras, quando estas forem contrárias ao resultado das análises;

VII — condenar e impedir a entrada dos gêneros e produtos alimentícios importados, quando contiverem substâncias tóxicas ou nocivas, ou estiverem em mau estado de conservação.

Art. 2.º O L.N.A. compõe-se de:

Secção de Bromatologia e Farmácia (S.B.F.)
 Secção de Óleos, Tintas e Vernizes (S.O.T.V.)
 Secção de Química, Cerâmica e Metalurgia (S.Q.C.M.)
 Secção de Fibras, Tecidos e Diversos (S.F.T.D.)
 Secção de Administração (S.A.)

Art. 3.º Além das Secções enumeradas no artigo anterior, integrarão o L.N.A. os Laboratórios de Análises de Belém, Recife e Pôrto Alegre e a Secção do L.N.A. junto à Alfândega de Santos, que passarão a denominar-se Secções Regionais de Análises (S.R.A.) em Belém, Recife, Santos e Pôrto Alegre.

§ 1.º Outras S.R.A. poderão ser criadas junto às Alfândegas nos Estados, conforme as necessidades do serviço.

§ 2.º Os serviços de análises nas Alfândegas em que não houver S.R.A. serão atendidos pelo L.N.A. ou pela S.R.A. mais próxima.

Art. 4.º O cargo, em comissão, de Diretor do L.N.A. passará a ser do padrão P.

Art. 5.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, as seguintes funções gratificadas:

4 chefes de Secção Regional de Análises do L.N.A. a	Cr\$ 6.600,00	anuais
4 chefes de Secção do L.N.A. a.....	Cr\$ 5.400,00	anuais
1 chefe da Secção de Administração a.....	Cr\$ 4.200,00	anuais
1 secretário do Diretor a.....	Cr\$ 4.200,00	anuais

Art. 6.º Este decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1944, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.068 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1943

Dispõe sobre penalidades para os infratores de disposições do decreto n. 14.167 de 3 de dezembro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Será investigada a legitimidade do produto, ou amostra de mercadoria, que for remetido ao Laboratório Nacional de Análises ou suas Seções Regionais, para ser analisado.

Art. 2.º Será também investigada a veracidade das indicações e informações sobre a origem, composição e emprêgo do produto a analisar, que forem prestadas aos referidos órgãos.

Art. 3.º Se se apurar ser ilegítimo o produto ou amostra, ou falsas as declarações aludidas no artigo anterior, aplicar-se-á ao responsável a multa de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 2.000,00, ficando automaticamente nulo o laudo, se já houver sido feita a análise.

Parágrafo único. A multa será imposta pelo Diretor do L.N.A. com recurso para o Diretor Geral da Fazenda Nacional.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.069 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1943

Dá nova redação ao decreto-lei n. 5.205, de 19 de janeiro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

O artigo único do decreto-lei n. 5.205, de 19 de janeiro de 1943, passa a ter a seguinte redação:

Artigo único. Fica o Ministério da Viação e Obras Públicas autorizado a atender pela Sub-consignação n. 36-41 — Consignação I, da Verba 3 — “Serviços e Encargos”, do orçamento do referido Ministério, às despesas com instalação, conservação e consumo de luz na área ocupada pela “Cidade das Meninas”.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 6.070 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1943

Cria o 2.º Regimento de Obuzes Auto-Rebocado

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Artigo único. É criado, para instalação imediata, com sede em São Paulo (Capital), o 2.º Regimento de Obuzes Auto-Rebocado.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 6.071 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1943

Fixa a contribuição do Banco do Brasil S. A., para o imposto de renda, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica excluído o imposto de renda da isenção de que trata o art. 1.º do decreto n. 24.094, de 7 de abril de 1934, conferida ao Banco do Brasil S. A.

Art. 2.º Com base no exercício financeiro anterior, o Banco do Brasil S. A., recolherá o imposto de renda numa cota fixa igual ao dividendo que distribuir.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.072 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1943

Suprime função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suprimida, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, a função gratificada de Coordenador do Curso de Puericultura, criada pelo decreto-lei n. 4.730, de 23 de setembro de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor a 1 de janeiro de 1944, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 6.073 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1943

Altera o artigo 1.º do decreto-lei n. 5.058, de 8 de dezembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Artigo único. O artigo 1.º do decreto-lei n. 5.058, de 8 de dezembro de 1942, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º Nos Cursos do Departamento Nacional de Saúde, de que trata o artigo 2.º do decreto-lei n. 4.296, de 13 de maio de 1942, poderão ser concedidas, anualmente, bolsas de estudos, no valor de Cr\$ 500,00, mensais, cada uma, destinadas a candidatos residentes fora do Distrito Federal e da capital do Estado do Rio de Janeiro e escolhidos entre servidores públicos federais ou estaduais com exercício em serviços de saúde”.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 6.074 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1943

Dispõe sobre a finalidade do Instituto Nacional de Surdos-Mudos e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Instituto Nacional de Surdos-Mudos (I.N.S.M.), órgão integrante do Ministério da Educação e Saúde (M.E.S), diretamente subordinado ao Ministro de Estado, tem por finalidade:

I — ministrar, a menores surdos-mudos, de ambos os sexos, a educação adaptada às suas condições peculiares;

II — promover a educação pré-escolar e post-escolar dos alunos;

III — habilitar professores na didática especial de surdos-mudos;

IV — realizar estudos e pesquisas sobre assuntos relacionados com as suas finalidades;

V — promover, em todo o país, a alfabetização de surdos-mudos ou orientar, tecnicamente, esse trabalho, colaborando com os estabelecimentos congêneres, estaduais ou locais.

Art. 2.º O Presidente da República expedirá, mediante decreto, o Regulamento pelo qual se regerá o I.N.S.M.

Art. 3.º O Ministro de Estado da Educação e Saúde, ouvido o I.N.E.P. e o I.N.S.M., baixará instruções destinadas a reger as seguintes disciplinas, enquanto não houver disposições legais orientadoras das mesmas:

I — organização da educação nacional dos anormais da audição e fonação;

II — organização dos cursos de formação de professores nas matérias de sua competência;

III — processo de equiparação ou de reconhecimento dos congêneres estabelecimentos de ensino que existam ou venham a existir no país; e

IV — registro de diplomas relativos aos cursos referidos no item anterior.

Art. 4.º Ficam criadas no I.N.S.M. as seguintes funções:

1 de chefe da Secção Escolar com a gratificação anual de	Cr\$ 5.400,00
1 de chefe da Secção Clínica e de Pesquisas Médico-Pedagógicas, com a gratificação anual de.....	Cr\$ 5.400,00
1 de chefe da Secção de Administração, com a gratificação anual de	Cr\$ 4.200,00
1 de Secretário do Diretor, com a gratificação anual de...	Cr\$ 4.200,00
1 de chefe de disciplina, com a gratificação anual de.....	Cr\$ 4.200,00
1 de chefe de Zeladoria, com a gratificação anual de....	Cr\$ 3.000,00

Art. 5.º Este decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1944, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 6.075 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1943

Modifica a Tarifa das Alfândegas mandada executar pelo decreto-lei n. 2.878, de 18 de dezembro de 1940

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N. 6.076 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1943

Altera o artigo 2.º do decreto-lei n. 5.361, de 30 de março de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação o artigo 2.º do decreto-lei n. 5.361, de 30 de março de 1943:

“As inspetorias criadas pelo artigo precedente serão dirigidas por funcionários das carreiras técnicas do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, designados pelo Ministro de Estado”.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 6.077 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre créditos suplementares aos Ministérios da Agricultura e da Educação e Saúde para atender a despesas com pessoal extranumerário mensalista, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam abertos os créditos de Cr\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos cruzeiros) ao Ministério da Agricultura (anexo n. 12 do Orçamento Geral da União para 1943) e de Cr\$ 211.500,00 (duzentos e onze mil e quinhentos cruzeiros) ao Ministério da Educação e Saúde (anexo número 13 do Orçamento Geral da União para 1943), suplementares à Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalistas, para atender às despesas com a execução dos decretos números 14.242 e n. 14.243, de 9 de dezembro de 1943.

Art. 2.º Ficam sem aplicação as importâncias de Cr\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos cruzeiros) no Ministério da Agricultura (anexo número 12 do Orçamento Geral da União para 1943) e de Cr\$ 211.500,00 (duzentos e onze mil e quinhentos cruzeiros) no Ministério da Educação e Saúde (anexo n. 13 do Orçamento Geral da União para 1943), da Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente — Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.078 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1943

Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 4.446, de 8 de julho de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogada, até o encerramento do exercício de 1944, a vigência do crédito especial de trinta e dois milhões e duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 32.200.000,00), aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas pelo decreto-lei n. 4.446, de 8 de julho de 1942, para ocorrer às despesas com a construção de um ramal ferroviário na Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, ligando a estação de Joaquim Murtinho à "Fazenda Monte Alegre", no município de Tibagi.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.079 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1943

Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 5.112, de 17 de dezembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogada, até o encerramento do exercício de 1944, a vigência do crédito especial de cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 5.500.000,00), aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas pelo decreto-lei n. 5.112, de 17 de dezembro de 1942, para ocorrer às despesas com o prosseguimento da construção da Estrada de Ferro Santa Catarina.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.080 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1.500,00, para pagamento de ajuda de custo pela Estrada de Ferro do Goiás

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 1.500,00), para atender ao pagamento (Pessoal), pela Estrada de Ferro de Goiás, da ajuda de custo a que tem direito o engenheiro, classe J, Arnildo Rodrigues Monteiro, transferido *ex-officio*, por decreto de 28 de julho do corrente ano.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.081 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 80.000,00 para desapropriação de terrenos, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 80.000,00) para atender ao pagamento (Obras, De-

sapropriação e Aquisição de Imóveis) da desapropriação dos sítios Itans e Gadelha, situados no Município de Iguatú, no Estado do Ceará

Art. 2.º Fica sem aplicação a importância de oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 80.000,00) na Verba 5 — Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis, Consignação II — Desapropriação e Aquisição de Imóveis, s/c n. 04 — Desapropriação e Aquisição de Imóveis, 20 — Departamento Nacional da Produção Mineral, 02 — Divisão de Águas, do vigente orçamento do referido Ministério.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.082 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 415 628,60 para pagamento de indenização decorrente de desapropriação de terras

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de quatrocentos e quinze mil, seiscentos e vinte e oito cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 415.628,60), para atender ao pagamento (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) da indenização arbitrada em favor de Cassiano Cuzias dos Santos, decorrente da desapropriação das terras ao mesmo aforadas e respectivas benfeitorias, situadas no km 47 da Estrada Rio São Paulo e necessárias à Escola Nacional de Agronomia.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.083 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 160.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de cento e sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 160.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente or-

çamento do Ministério da Fazenda (Anexo n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. n. 37 — Iluminação, força motriz e gás
13 — Casa da Moeda Cr\$ 160.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.084 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1943

Concede pensão especial à viúva e à filha menor de Amadeu Ferreira, vítima de acidente em serviço

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A viúva e a filha menor de Amadeu Ferreira, ex-guarda aduaneiro, classe G, que serviu na Alfândega de Santos, no Estado de São Paulo, e pereceu na noite de 4 de maio de 1937 em consequência de acidente quando prestava serviço a bordo do vapor nacional "Poconé", de acordo com o apurado no processo n. 90.053-42, do Ministério da Fazenda, é concedida uma pensão mensal de quatrocentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 450,00), equivalente à metade dos vencimentos que o referido funcionário percebia ao falecer.

Art. 2.º A pensão especial de que trata o artigo precedente cabe em partes iguais à cada uma das beneficiárias e é devida a partir de outubro de 1943, inclusive, correndo a despesa conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.085 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1943

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a "Venerável e Arqueiepiscopal Ordem 3.ª de Nossa Senhora do Monte do Carmo" do pagamento do imposto que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do artigo 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a isentar do pagamento do imposto predial, a partir de 1938 e na forma dos artigos 15 e 16 do

decreto-lei n. 157, de 31 de dezembro de 1937, o imóvel de propriedade da Venerável e Arquiepiscopal Ordem 3.^a de Nossa Senhora do Monte do Carmo sito à rua do Riachuelo n. 43, onde funciona o Hospital da referida Ordem, enquanto se destinar aos fins de assistência.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1943, 122.^o da Independência e 55.^o da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 6.086 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1943

Cria funções gratificadas nos Aprendizados Agrícolas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.^o Ficam criadas no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura dezesseis funções para os Aprendizados Agrícolas, sendo, em cada um, três de chefes de Núcleos com a gratificação de Cr\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos cruzeiros) anuais, e uma de chefe da Turma de Administração, com a gratificação anual de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros).

Art. 2.^o Este decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1944, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1943, 122.^o da Independência e 55.^o da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 6.087 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1943

Cria funções gratificadas na Escola Agrícola de Barbacena

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.^o Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, duas funções de chefe do Núcleo de Indústrias Rurais e chefe da Secretaria da Escola Agrícola de Barbacena (E. A. B.), com as gratificações anuais de Cr\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos cruzeiros), e Cr\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos cruzeiros), respectivamente.

Art. 2.^o As atuais funções gratificadas de chefe do Serviço de Agricultura e chefe do Serviço de Zootecnia da E. A. B., a Cr\$ 5.400,00 anuais, ficam, respectivamente, transformadas nas de chefe do Núcleo de Agricultura e chefe do Núcleo de Zootecnia.

Art. 3.^o Ficam extintos os Serviços de Agricultura e Zootecnia da E. A. B. criados pelo art. 2.^o do decreto-lei n. 577, de 29 de julho de 1938.

Art. 4.^o Este decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1944, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1943, 122.^o da Independência e 55.^o da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 6.088 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1943

Cria funções gratificadas no Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, as seguintes funções gratificadas, do Serviço de Biometria Médica (S. B. M.), do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (I. N. E. P.):

2 —	Chefe de Secção (S. E. P. e S. E. O.) a	Cr\$ 6.600,00 anuais
2 —	Encarregado de Gabinete (G. R. e G. L.), a	Cr\$ 5.400,00 anuais
1 —	Encarregado de Laboratório, a	Cr\$ 5.400,00 anuais
2 —	Encarregado de Turma (T. E. M. e T. E.), a	Cr\$ 5.400,00 anuais
1 —	Encarregado de Turma (T. A.), a	Cr\$ 3.600,00 anuais

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1944, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 6.089 — DE 10 DE DEZEMBRO de 1943

Dispõe sobre o provimento de cargos de diversas classes da carreira de Engenheiro do Quadro VII — Parte Permanente — Estrada de Ferro Goiaz, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O próximo concurso para a carreira de Engenheiro do Quadro VII — Parte Permanente — Estrada de Ferro Goiaz, do Ministério da Viação e Obras Públicas, será realizado para todos os cargos vagos das classes L, K e J.

Parágrafo único. Os candidatos habilitados serão nomeados para os cargos dessas classes, na ordem da respectiva classificação.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 6.090 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1943

Cria um Hospital Militar de 4.ª classe em Santiago do Boqueirão

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É criado um Hospital Militar de 4.ª classe, com sede em Santiago do Boqueirão, Estado do Rio Grande do Sul.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 6.091 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1943

Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a vender, em concorrência pública, o imóvel que menciona

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e nos termos do artigo 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a vender, em concorrência pública, o imóvel situado à Avenida Vieira Souto, junto e depois do n. 266 e junto e antes do n. 276, com a área de 1582m2,04, o qual compreende terreno e benfeitorias existentes no mesmo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 6.092 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1943

Autoriza o provimento imediato de cargos vagos, no Ministério da Fazenda e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o provimento imediato de dez (10) cargos isolados de Ajudante de Tesoureiro, padrão I, vagos, do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, com lotação na Recebedoria Federal em São Paulo, criados pelo decreto-lei n. 4.645, de 2 de setembro de 1942.

Art. 2.º Para atender à despesa no período de 1.º a 31 de dezembro do corrente exercício fica destinada, do atual saldo da conta corrente do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, a importância de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros).

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1943, 122º da Independência e 55º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.093 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 11.320.312,00, para pagamento de notas de papel-moeda

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de onze milhões, trezentos e vinte mil, trezentos e doze cruzeiros (Cr\$ 11.320.312,00), que será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, para atender à despesa (Serviços e Encargos) proveniente de fornecimentos de notas de papel-moeda, efetuados pela firma "American Bank Note Company", na conformidade do processo protocolado no Tesouro Nacional sob n. 118.986/43, a saber:

	US\$
9.000.000 cédulas de 10\$0 (Cr\$ 10,00), da 17.ª estampa, pelo preço de	99.472,50
8.000.000 cédulas de 20\$0 (Cr\$ 20,00), da 16.ª estampa, pelo preço de	108.433,00
20.000.000 cédulas de Cr\$ 200,00, das séries 1-A a 200-A, pelo preço de	245.260,00
5.000.000 cédulas de Cr\$ 1.000,00, das séries 1-A a 50-A, pelo preço de	65.270,00
	<hr/> 518.435,50
Despesas de transporte e seguros contra riscos de guerra	47.580,10
	<hr/> 566.015,60

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.094 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1943

Cria um hospital de primeira classe na 1.ª Zona Aérea

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado na 1.ª Zona Aérea, um hospital de primeira classe, cuja sede será em Belém.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 6.095 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1943

Cria, no Ministério da Marinha, medalhas militares

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Ministério da Marinha, as medalhas denominadas “Serviços Relevantes”, “Cruz Naval” e “Serviços de Guerra”.

§ 1.º A medalha “Serviços Relevantes” será destinada a recompensar os militares da Armada Nacional, da ativa, da reserva ou reformados, por serviços relevantes ou ato de bravura durante os períodos de guerra.

§ 2.º A “Cruz Naval” será conferida aos militares da Armada Nacional, da ativa, da reserva ou reformados, que se tenham conduzido com denodo em ações contra o inimigo.

§ 3.º A medalha “Serviços de Guerra” será concedida aos militares da Armada Nacional, da ativa, da reserva ou reformados, e aos militares das Marinhhas aliadas, por bons serviços de guerra prestados, quer a bordo dos navios em combate, patrulha ou comboio, quer em estabelecimentos navais ou comissões em terra.

Art. 2.º As características, uso e processo de concessão das medalhas referidas neste decreto-lei obedecerão às disposições de regulamento que será baixado oportunamente.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 6.096 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1943

Autoriza a doação, ao Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, de terreno na Esplanada do Castelo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e de acordo com o artigo 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a doar ao Clube de Engenharia do Rio de Janeiro o lote de terreno n. 7, de propriedade da Prefeitura do Distrito Federal, situado na quadra “E” da Esplanada do Castelo, compreendida pelas Avenidas Almirante Barroso e Graça Aranha, Rua Araújo Porto Alegre e prolongamento da Rua Debret, tendo o mesmo 36,30 metros de frente para este último logradouro, igual largura na linha de fundos e 16,75

metros de profundidade nos dois lados, apresentando uma área de 608,02 m², tudo de acordo com o projeto de loteamento aprovado sob o n. 8.622.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 6.097. — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1943

Cria o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado no Serviço de Saúde do Exército o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 6.098. — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1943

Altera carreiras dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, de conformidade com as tabelas anexas, as carreiras de Agrônomo, Agrônomo Cafeicultor, Agrônomo Fruticultor, Agrônomo do Fomento Agrícola, Agrônomo de Plantas Têxteis, Agrônomo Silvicultor, Almojarife, Economista Rural, Médico, Químico e Veterinário do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e de Economista Rural do Quadro Suplementar do mesmo Ministério.

Art. 2.º Ficam fundidas nas carreiras de igual denominação do Quadro Permanente, de conformidade com as tabelas anexas, as carreiras de Bibliotecário-auxiliar, Desenhista e Escriturário do Quadro Suplementar do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Os ocupantes dos cargos que, por fôrça dêste decreto-lei, passam a integrar carreiras de denominação diversa daquelas a que atualmente pertencem são os constantes da relação nominal anexa.

Art. 4.º As despesas com a execução dêste decreto-lei serão atendidas pelos recursos da conta-corrente do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura.

Art. 5.º Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

Relação nominal a que se refere o art. 3.º do decreto-lei n. 6.098, de 13 de dezembro de 1943

Nome	Situação atual	Situação proposta
João Batista Zolini	Agrônomo Fruticultor classe K	Agrônomo do Fomento Agrícola classe K
Alberto Ribeiro de Oliveira Mota Filho .	Agrônomo Cafeicultor classe K	Agrônomo do Fomento Agrícola classe K
Júlio Tôrres	Agrônomo Fruticultor classe K	Economista Rural classe K
Euclides Eugênio do Vale Bentes	Agrônomo Silvicultor classe K	Agrônomo do Fomento Agrícola classe K .
Irineu Félix Pedroso	Agrônomo do Fomento Agrícola classe K	Economista Rural classe K
Antônio Lomardo	Agrônomo do Fomento Agrícola classe L ..	Economista Rural classe L

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — QUADRO PERMANENTE

CARREIRAS

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
70 120 210 — 400	<i>Agrônomo</i>	J I H G	— — — 54	— 16 108 —	Q. P. Q. P. Q. P. Q. P.	70 120 210 — 400	<i>Agrônomo</i>	J I H	— — —	— 16 54 70	
6 12 33 — 51	<i>Agrônomo Cafei- cultor</i>	M L K J	— — — 1	— — — —	Q. P. Q. P. Q. P. Q. P.	6 12 33 — 51	<i>Agrônomo Cafei- cultor</i>	M L K J	— — — 1	— — — — 1	
2 4 10 — 16	<i>Agrônomo fruti- cultor</i>	M L K J	— — — 1	— — — —	Q. P. Q. P. Q. P. Q. P.	2 4 10 — 16	<i>Agrônomo Fruti- cultor</i>	M L K J	— — — 1	— — — — 1	
3 5 21 1 1 1 32	<i>Agrônomo do Fo- mento Agrícola</i> <i>Agrônomo do Fo- mento Agrícola</i> <i>Agrônomo do Fo- mento Agrícola</i> <i>Agrônomo Fruti- cultor</i> <i>Agrônomo Cafei- cultor</i> <i>Agrônomo Silvi- cultor</i>	M L K K K K	— — — — — —	— — — — — —	Q. P. Q. P. Q. P. Q. P. Q. P. Q. P.	3 6 6 25 34	<i>Agrônomo do Fo- mento Agrícola</i> <i>Agrônomo do Fo- mento Agrícola</i> <i>Agrônomo do Fo- mento Agrícola</i> <i>Agrônomo Fruti- cultor</i> <i>Agrônomo Cafei- cultor</i> <i>Agrônomo Silvi- cultor</i>	M L K K K K	— — — — — —	— 1 1 1 1 2	

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	<i>Agrônomo de Plan- tas Tóxicas</i>						<i>Agrônomo de Plan- tas Tóxicas</i>				
2	M	—	—	Q. P.	3	M	—	1	
6	L	—	—	Q. P.	6	L	—	—	
14	K	—	—	Q. P.	14	K	—	—	
22						23			—	1	
							<i>Agrônomo Silvi- cultor</i>				
2	Agrônomo Silvi- cultor	M	—	1	Q. P.	2	M	—	1	
3	Agrônomo Silvi- cultor	L	—	—	Q. P.	3	L	—	—	
6	Agrônomo Silvi- cultor	K	—	—	Q. P.	6	K	—	—	
11				1		11			—	1	
	<i>Almoxarife</i>						<i>Almoxarife</i>				
2	J	—	—	Q. P.	2	J	—	—	
5	I	—	—	Q. P.	5	I	—	—	
10	H	—	—	Q. P.	10	H	—	—	
17	G	—	—	Q. P.	17	G	—	—	
40	F	—	16	Q. P.	40	F	—	6	
—	E	10	—	Q. P.						
74			10	16		74			—	6	
							<i>Bibliotecário au- xiliar</i>				
2	Bibliotecário au- xiliar	H	—	2	Q. P.						
5	Bibliotecário au- xiliar	H	—	—	Q. S.	2	H	3	—	
3	Bibliotecário au- xiliar	G	—	3	Q. P.						
2	Bibliotecário au- xiliar	G	—	—	Q. S.	3	G	—	1	
4	Bibliotecário au- xiliar	F	—	—	Q. P.						
1	Bibliotecário au- xiliar	F	—	—	Q. S.	4	F	1	—	
6	Bibliotecário au- xiliar	E	—	—	Q. P.	6	E	—	—	
23			—	5		15			4	1	

Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
						<i>Desenhista</i>					
1	Desenhista	L	—	1	Q. P.	1	L	—	1	Feitas as promoções serão suprimidas as classes G e H. extintas.
1	Desenhista	K	—	1	Q. P.	1	K	1	—	
2	Desenhista	K	—	—	Q. S.	2	J	4	—	
2	Desenhista	J	—	2	Q. P.	2	I	9	—	
6	Desenhista	J	—	—	Q. S.	2	H	—	—	
2	Desenhista	I	—	2	Q. P.	2	G	—	—	
11	Desenhista	I	—	—	Q. S.	9				
9	Desenhista	H	—	—	Q. S.	2				
2	Desenhista	G	—	—	Q. S.	2				
36			—	6		17			14	1	
						<i>Economista Rural</i>					
5	Economista Rural	M	—	1	Q. P.	5	M	—	1	
10	Economista Rural	L	—	2	Q. P.	10	L	—	—	
1	Economista Rural	L	—	—	Q. S.	18	K	—	2	
1	Agrônomo do Fomento Agrícola	L	—	—	Q. P.	—	J	3	—	
18	Economista Rural	K	—	7	Q. P.	—				
3	Economista Rural	K	—	—	Q. S.	—				
1	Agrônomo Fruticultor	K	—	—	Q. P.	—				
1	Agrônomo do Fomento Agrícola	K	—	—	Q. P.	—				
3	Economista Rural	J	—	—	Q. S.	—				
43			—	10		33			3	3	
						<i>Escriturário</i>					
50	Escriturário	G	—	50	Q. P.	50	G	4	—	
54	Escriturário	G	—	—	Q. S.	75	F	—	59	
75	Escriturário	F	—	74	Q. P.	100	E	—	60	
15	Escriturário	F	—	—	Q. S.	—				
100	Escriturário	E	—	82	Q. P.	—				
22	Escriturário	E	—	—	Q. S.	—				
316			—	206		225			4	119	

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
<i>Médico</i>						<i>Médico</i>					
1	M	—	1	Q. P.	1	M	—	1	
1	L	—	1	Q. P.	1	L	—	1	
2	K	—	1	Q. P.	2	K	—	1	
2	J	—	—	Q. P.	2	J	—	—	
3	I	—	—	Q. P.	3	I	—	—	
3	H	2	—	Q. P.	3	H	4	—	
—	G	2	—	Q. P.						
12			4	3		12			4	3	
<i>Químico</i>						<i>Químico</i>					
2	J	—	—	Q. P.	2	J	—	—	
5	I	—	—	Q. P.	5	I	—	—	
12	H	—	6	Q. P.	12	H	—	4	
—	G	2	—	Q. P.						
19				6		19			—	4	
<i>Veterinário</i>						<i>Veterinário</i>					
40	J	—	3	Q. P.	40	J	—	3	
60	I	—	14	Q. P.	60	I	—	14	
80	H	—	68	Q. P.	80	H	—	50	
—	G	18	—	Q. P.						
180			18	85		180			—	67	

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
						<i>Economista Rural</i>					
4	Economista Rural	I	—	—	Q. S.	1	L	—	1	
						3	K	—	3	
						3	J	—	3	
						4	I	—	—	
5	Economista Rural	H	—	—	Q. S.	5	H	—	—	
5	Economista Rural	G	—	—	Q. S.	5	G	—	—	
14			—	—		21			—	7	

DECRETO-LEI N. 6.099 — 14 DE DEZEMBRO DE 1943

Altera, sem aumento de despesa, a verba 5 do Orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º No anexo 20 — Ministério da Viação e Obras Públicas — do Orçamento Geral da República em vigor (decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), ficam introduzidas as seguintes modificações:

VERBA 5 — OBRAS, DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Consignação I — Obras

Subconsignação 02-01-33 — *d* — Prosseguimento das obras contra as inundações no Estado do Rio Grande do Sul.

Passa de	Cr\$ 5.000.000,00
Para	Cr\$ 3.000.000,00

Subconsignação 02-01-33 — *e* — Prosseguimento das obras da Baixada Fluminense.

Passa de	Cr\$ 26.000.000,00
Para	Cr\$ 28.000.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.100 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1943

Cria a função gratificada de Administrador do Hórto Florestal de Santa Cruz

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, a função gratificada de Administrador do Hórto Florestal de Santa Cruz, do Serviço Florestal daquele Ministério, com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00.

Art. 2.º Para atender à despesa decorrente da execução d'este decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 5.400,00.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.101 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1943

Dá nova designação aos alunos da Escola da Aeronáutica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os alunos da Escola da Aeronáutica passam a ter a designação de “Cadetes do Ar”, a qual lhes é privativa.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 6.102 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1943

Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe conferem os artigos 180 da Constituição da República e 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º O Orçamento Geral do Distrito Federal para o exercício de 1944, estima a Receita em Cr\$ 669.200.000,00 (seiscentos e sessenta e nove milhões e duzentos mil cruzeiros) e calcula a Despesa em Cr\$ 668.654.423,00 (seiscentos e sessenta e oito milhões e seiscentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e vinte e três cruzeiros).

Art. 2.º A Receita, conforme o anexo n. 1, será realizada com o produto do que for arrecadado sob os seguintes títulos e sub-títulos:

I — RECEITA ORDINÁRIA

a) Receita tributária:

	Cr\$	Cr\$
Impostos	432.000.000,00	
Taxas	80.600.000,00	512.600.000,00

b) Receita Patrimonial 23.100.000,00

c) Receitas Diversas 11.700.000,00

547.400.000,00

II — RECEITA EXTRAORDINÁRIA 121.800.000,00

669.200.000,00

Art. 3.º A Despesa, discriminada em anexos, distribuir-se-á da seguinte forma:

	Cr\$	Cr\$
I — PESSOAL		416.762.635,00
II — MATERIAL		
a) Permanente	6.109.740,00	
b) De consumo	55.538.200,00	61.647.940,00
III — DESPESAS DIVERSAS		
a) Plano de Realizações.....	45.250.000,00	
b) Encargos correntes	18.355.920,00	
c) Subvenções e Auxílios.....	6.112.100,00	
d) Serviços Adjudicados	10.146.350,00	
e) Obrigações	108.579.478,00	
f) Eventuais	1.800.000,00	190.243.848,00
		<hr/> 668.654.423,00

Art. 4.º Fazem parte integrante, do presente decreto-lei, os anexos que o acompanham, especificando a Receita e discriminando a Despesa, com a indicação da respectiva legislação.

Art. 5.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a realizar as operações de crédito que se tornarem necessárias para a antecipação da Receita, até o máximo de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros).

Art. 6.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a aplicar o saldo que vier a verificar-se da execução deste decreto-lei, em serviços hospitalares e de educação, na proporção de 50 % para cada um.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 6.103 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 395.000.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de trezentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 395.000.000,00), em reforço da verba 6 — Dívida Pública, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda (Anexo

n. 14 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 6 — DÍVIDA PÚBLICA

II — Dívida Flutuante

04 — Juros diversos, comissões e corretagens

01 — Juros de letras, bilhetes e contas do
Tesouro; despesas de comissões,
corretagens e seguro de remessas de
valores Cr\$ 395.000.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.104 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender as despesas com a participação do Brasil na solução da questão de limites entre o Equador e o Perú

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00) que será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, para atender às despesas (Serviços e Encargos) decorrentes da participação do Brasil na solução da questão de limites entre o Equador e o Perú.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.105 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1943

Transfere para a propriedade da União, denominada "Saltinho", no Estado de Pernambuco, o Hôrtio Florestal de Ubajara, no Estado do Ceará

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferido para a propriedade da União, denominada "Saltinho", no Estado de Pernambuco, o Hôrtio Florestal de Ubajara, do Estado

do Ceará, tendo em vista o disposto no § 1.º, do artigo 23, do decreto n. 9.015, de 16 de março de 1942.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 6.106 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1943

Estende às escolas de agronomia e veterinária reconhecidas em caráter permanente, a validação de diplomas prevista no artigo 2.º do decreto-lei n. 2.855, de 11 de dezembro de 1940

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A validação de diplomas de que trata o artigo 2.º do decreto-lei n. 2.855, de 11 de dezembro de 1940, modificado pelo decreto-lei n. 5.701, de 27 de julho de 1943, poderá também ser feita nas escolas de agronomia e veterinária reconhecidas em caráter permanente.

Art. 2.º Fica o Ministro da Agricultura autorizado a baixar as instruções que devem regular a validação referida.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 6.107 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1943

Isenta de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, pelo prazo de seis meses, carne bovina

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica isenta dos direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, pelo prazo de seis meses, a partir da data da publicação deste decreto-lei, a carne bovina classificada no art. 86 da atual Tarifa das Alfândegas, importada com prévia autorização do Chefe do Serviço de Abastecimento de Carne, Leite, Manteiga, Sal, Farinha de Trigo e Derivados, da Coordenação da Mobilização Econômica.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.108 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1943

Autoriza o Chefe do Serviço de Abastecimento de Carne, Leite, Manteiga, Sal, Farinha de Trigo e Derivados a requisitar gado bovino necessário ao abastecimento do Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades da região do Brasil Central

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Chefe do Serviço de Abastecimento de Carne, Leite, Manteiga, Sal, Farinha de Trigo e Derivados, criado pela portaria n. 153, de 5 de novembro de 1943, do Coordenador da Mobilização Econômica, autorizado a requisitar, em toda a região do Brasil Central, pelos preços da tabela oficial e por conta de estabelecimentos abatedores, o gado bovino julgado necessário ao abastecimento de carne do Distrito Federal, capital de São Paulo e outras cidades, a critério do aludido Serviço.

Art. 2.º Para o desempenho da atribuição prevista no artigo anterior, fica o Serviço de Abastecimento de Carne, Leite, Manteiga, Sal, Farinha de Trigo e Derivados autorizado a empregar as normas que reputar mais eficientes, para a efetiva e rápida requisição a que se refere o art. 1.º.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 6.109 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1943

Modifica o artigo 712 do Código do Processo Penal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 712 do Código de Processo Penal (decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941) passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 712. O livramento condicional poderá ser concedido mediante requerimento do sentenciado, de seu cônjuge ou de parente em linha reta, ou por proposta do diretor do estabelecimento penal, ou por iniciativa do Conselho Penitenciário.”

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 6.119 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1943

Dá nova redacção ao art. 486, da Consolidação das Leis do Trabalho e determina outras providências

O Presidente da República, usando da attribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 486 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a redacção seguinte:

Art. 486. No caso de paralisação do trabalho motivado originariamente por promulgação de leis ou medidas governamentais que impossibilitem a continuação da respectiva actividade, prevalecerá o pagamento da indenização, a qual, entretanto, ficará a cargo do Governo que tiver a iniciativa do acto que originou a cessação do trabalho.

§ 1.º Sempre que o empregador invocar em sua defesa o preceito do presente artigo, o tribunal do trabalho competente notificará a pessoa de direito público apontada como responsável pela paralisação do trabalho, para que, no prazo de 30 dias, alegue o que entender devido, passando a figurar no processo como chamada à autoria.

§ 2.º Se for a União a indigitada responsável, o tribunal do trabalho, se entender passível de discussão a responsabilidade a esta imputada, sobrestará na apreciação do feito, remetendo os interessados ao Juízo Privativo da Fazenda Nacional, onde será apreciada a quem cabe a responsabilidade mediante processo ordinário. Se entender que a arguição não oferece, desde logo, fundamento legal, prosseguirá no feito.

Art. 2.º O presente decreto-lei se applica aos feitos pendentes de julgamento e àqueles que, julgados no curso do anno de 1943, e em que a decisão final neles proferida haja isentado os empregadores da responsabilidade de indenizar seus empregados, sob fundamento de caber essa responsabilidade ao Estado, e que serão havidas por nulas, *ab-initio*, instaurando-se novamente o processo na forma ora prescrita.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 5.111 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1943

Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 4.060, de 28 de janeiro de 1942

O Presidente da República, usando da attribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogada, até o encerramento do exercício de 1944, a vigência do crédito especial de trezentos e oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 380.000,00), aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores pelo decreto-lei

n. 4.060, de 28 de janeiro de 1942, para obras do Leprosário de Cruzeiro do Sul, no Território do Acre.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.112 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1943

Prorroga por seis meses a vigência do decreto-lei n. 5.626, de 28 de junho de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogada por seis (6) meses a vigência do decreto-lei n. 5.626, de 28 de junho do corrente ano, que suspendeu, por igual período, a cobrança dos direitos e taxas que incidem sobre o sal estrangeiro.

Art. 2.º A prorrogação beneficiará o sal que já estiver nos portos nacionais, e que já houver sido embarcado, e bem assim o que o for até 28 de maio de 1944.

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.113 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para auxílio à Fundação Brasil Central

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender, a título de auxílio, às despesas (Serviços e Encargos) da Fundação Brasil Central, de que trata o decreto-lei n. 5.878, de 4 de outubro de 1943.

Parágrafo único. A importância total do crédito será entregue ao Coordenador da Mobilização Econômica, para os fins previstos neste artigo.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.114 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1943

Determina a incorporação ao Fundo de Indenizações dos bens que menciona, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 189 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os bens e direitos que na liquidação da Companhia Federal de Fundição S.A. vierem a caber aos acionistas indicados no art. 1.º do decreto n. 14.161, de 2 de dezembro de 1943, serão creditados ao Fundo de Indenizações de que trata o art. 3.º do decreto-lei n. 4.166, de 11 de março de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.115 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1943

Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Joaquim José Machado, vítima de acidente em serviço

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 189 da Constituição, decreta:

Art. 1.º À viúva e filhos menores de Joaquim José Machado, ex-maquinhista de 3.ª classe da antiga Estrada de Ferro Oeste de Minas, morto em 5 de outubro de 1930 em consequência de fuzilamento por soldados revolucionários quando conduzia um trem especial, com forças armadas, da estação de Lavras para a de Andreiândia, no Estado de Minas Gerais, é concedida uma pensão mensal de cento e quinze cruzeiros (Cr\$ 115,00), de acordo com o resolvido no processo protocolado no Tesouro Nacional sob n. 52.225-42.

Art. 2.º A pensão especial de que trata o artigo precedente é devida a partir do mês de dezembro de 1943, inclusive, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.116 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1943

Dispõe sobre o pagamento aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões de contribuição prevista no vigente Orçamento Geral da República, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O pagamento da contribuição prevista na Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação I — Diversos, subconsignação n. 24 — Previdência Social, 13 — Justiça do Trabalho, 01 — Conselho Nacional do Trabalho, 02 — Departamento de Justiça do Trabalho, alínea a, do vigente orçamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, na importância de cento e trinta e um milhões e trinta e três mil cruzeiros (Cr\$ 131.033.000,00), será feito em apólices da Dívida Pública Interna, ao portador, do valor nominal de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma, juros de cinco por cento (5%) ao ano, na base do valor nominal dos títulos.

Parágrafo único. Uma vez processada a necessária classificação da despesa, o Tesouro Nacional providenciará o recolhimento das apólices ao Banco do Brasil S.A., à disposição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que promoverá a distribuição dos títulos entre os Institutos e Caixa de Aposentadoria e Pensões, na conformidade das leis e regulamentos em vigor.

Art. 2.º Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a emitir apólices da Dívida Pública Federal Interna, do tipo "Diversas Emissões", ao portador, no valor nominal de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma, juros de cinco por cento (5%) ao ano, até a importância de cento e trinta e um milhões e trinta e três mil cruzeiros (Cr\$ 131.033.030,00), para os fins de que trata o artigo anterior.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 6.117 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1943

Regula a fundação dos Núcleos Coloniais e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Núcleo Colonial é uma reunião de lotes medidos e demarcados, formando um grupo de pequenas propriedades rurais.

Art. 2.º A formação de núcleos coloniais poderá ser promovida:

- a) pela União;
- b) pelos Estados e Municípios;
- c) por empresas de viação férrea ou fluvial, companhias, associações ou por particulares.

Art. 3.º O Ministério da Agricultura reserva para si o direito de inspecionar os núcleos coloniais fundados pelos Estados, Municípios, empresas de viação férrea ou fluviais, companhias, associações e particulares, embora os fundadores gozem ou não dos auxílios oficiais, de acordo com o decreto número 3.010, de 20 de agosto de 1938.

Art. 4.º Os núcleos coloniais serão estabelecidos em zonas rurais, desde que reúnem as seguintes condições:

- a) situação climática e condições agrológicas exigidas pelas culturas da região;
- b) constituição física e composição natural que representem os tipos principais de terras apropriadas às culturas da região;
- c) localização em ponto próximo de centro de população servida por estrada de ferro, rodovia ou companhia de navegação;
- d) salubridade;
- e) existência de cursos permanentes d'água ou sistema de açudagem para irrigação e outros misteres agrícolas;
- f) área nunca inferior a mil hectares de terras de culturas ou cultiváveis, salvo casos especiais em que seja conveniente o aproveitamento de terras da União.

Parágrafo único. Nenhum núcleo colonial poderá ser estabelecido sem que tenha sido demarcado no todo ou na parte destinada à divisão em lotes.

Art. 5.º Escolhida a localidade para o núcleo e organizados e submetidos à aprovação do Ministro o plano geral e orçamento provável dos trabalhos, serão as terras divididas em lotes e executadas as respectivas obras.

Parágrafo único. A fundação de núcleos coloniais federais será feita por decreto.

Art. 6.º Se a posição e importância do núcleo exigirem a formação de uma sede, será reservada, para isso, área suficiente, bem situada, na parte mais plana da zona e que preencha as condições necessárias de salubridade, realizando-se o preparo local e as construções e obras indispensáveis, de acordo com o projeto aprovado pelo diretor da Divisão de Terras e Colonização (D.T.C.).

Parágrafo único. A sede será o ponto de convergência das principais estradas do núcleo. No caso de já existir, em terras onde se leve a efeito a fundação de um núcleo colonial, povoação que satisfaça as exigências constantes deste decreto será a mesma considerada como sede do núcleo.

Art. 7.º Os núcleos coloniais, além das casas destinadas à residência do pessoal técnico, administrativo e operário e de trabalhadores, terão:

- a) um campo de demonstração destinado às culturas próprias da região ou de outras economicamente aconselháveis;
- b) escolas para ensino rural, de acordo com os programas estabelecidos pela Superintendência do Ensino Agrícola;
- c) pequenas oficinas para o trabalho do ferro e da madeira;
- d) serviço médico e farmacêutico;
- e) cooperativas de venda, consumo e crédito.

Art. 8.º Além do que refere o artigo anterior, o núcleo colonial poderá manter:

- a) estações de monta, com reprodutores selecionados e aconselhados à região;
- b) instalação para beneficiamento dos produtos agrícolas;
- c) postos meteorológico-agrícolas;
- d) animais de trabalho;

e) máquinas, instrumentos e utensílios agrícolas, sementes, adubos, inseticidas e fungicidas, para venda aos colonos, pelo preço do custo.

Art. 9.º Fundado o núcleo colonial, a D. T. C. entrará em acordo com o governo da localidade para ser estabelecida, no ponto mais conveniente, uma feira livre.

Art. 10. No projeto de organização do núcleo ficarão reservados os lotes:

a) em que existirem riquezas naturais exploráveis ou quedas d'água utilizáveis em benefício coletivo;

b) que não possuírem condições especiais para serem habitados, podendo, neste caso, ser oportunamente aproveitados os alienados.

Art. 11. Satisfeitas as exigências previstas no art. 23 e a legislação de entrada de estrangeiros, os lotes rurais dos núcleos coloniais serão distribuídos individualmente a:

a) nacionais que queiram dedicar-se à agricultura;

b) estrangeiros agricultores.

Art. 12. Ficam isentos os concessionários de lotes rurais, durante os três primeiros anos de sua localização no núcleo, de todos os impostos e taxas federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre seus lotes, culturas, veículos destinados ao seu transporte e instalações de beneficiamento de seus produtos, inclusive os impostos territoriais de transmissão *inter-vivos* e *causa-mortis*, para os lotes rurais integralmente pagos.

Art. 13. O produto da venda dos lotes, nos núcleos coloniais da União, pertencerá ao Governo Federal e constituirá o fundo especial a que se refere o art. 72 do decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938.

Art. 14. Os lotes, nos núcleos coloniais, serão classificados em:

a) rurais, destinados à lavoura e criação, cujo limite variará entre 10 e 30 hectares, salvo casos especiais, devidamente justificados e submetidos à aprovação do Presidente da República;

b) urbanos, situados na sede do núcleo, destinados a formar a futura povoação, tendo a sua frente voltada para ruas e praças e com uma área máxima de 3.000 metros quadrados, salvo se destinados a fins especiais.

Art. 15. Os lotes serão vendidos mediante pagamento à vista ou a prazo, na forma prevista no art. 22 e seus parágrafos.

Art. 16. Os lotes urbanos serão vendidos ao possuidor de lote rural mantido bem cultivado ou beneficiado, e ao estrangeiro ou nacional que, dispondo de recursos, se obrigue a construir imediatamente a casa para residência, estabelecimento de comércio, indústria ou oficina de trabalho, de acordo com a planta aprovada pela administração do núcleo.

§ 1.º Os lotes urbanos serão cercados pelo adquirente, pelo menos na frente, voltada para ruas e praças, de acordo com o sistema de cercas aprovado pela administração do núcleo.

§ 2.º Dentro do prazo máximo de seis meses, a partir da data da expedição do título provisório de propriedade, deverá o adquirente de lote urbano satisfazer a exigência do parágrafo anterior e concluir a construção da respectiva casa, estabelecendo-se multas de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 500,00 pela falta de cumprimento dessas obrigações.

§ 3.º Para garantia das obrigações estabelecidas nos parágrafos anteriores, será expedido o título provisório de propriedade, o qual será substituído pelo definitivo, depois de satisfeitas as referidas obrigações.

§ 4.º Ao adquirente de lote urbano caberá a conservação das ruas e praças da sede, bem como a limpeza das valas que existirem no lote.

§ 5.º Quando o lote urbano for pretendido por mais de uma pessoa, será pôsto em concorrência administrativa e adjudicado a quem maiores vantagens oferecer.

Art. 17. O preço de venda será estabelecido por uma comissão de avaliação, composta de três funcionários designados pelo Diretor da D. T. C., para cada grupo de lotes componentes do núcleo colonial, antes de sua distribuição a colonos, por proposta da D. T. C. e aprovação do Ministro de Estado, observados os seguintes fatores:

- a) situação em relação aos mercados consumidores;
- b) distância média da sede do núcleo;
- c) vias de comunicação;
- d) salubridade;
- e) sistemas hidrográfico e orográfico, de forma a ser verificada a possibilidade da irrigação e do trabalho mecânico da terra;
- f) constituição física e composição natural, de maneira a caracterizar os principais tipos de terras apropriadas às culturas da região;
- g) florestas;
- h) culturas adaptáveis economicamente à região;
- i) preço médio dos terrenos limítrofes;
- j) finalidade social da colonização.

§ 1.º Tal preço poderá ser alterado periodicamente, de acordo com o valor das terras, para os lotes vagos.

§ 2.º Ao preço do lote será adicionado, quando houver, o valor venal das casas, benfeitorias e culturas, salvo quando estas já pertencerem ao respectivo ocupante, que terá preferência para a aquisição do respectivo lote.

§ 3.º O valor venal, referido no parágrafo anterior, será avaliado de acordo com as instruções baixadas pela D. T. C., lavrando-se o respectivo termo.

§ 4.º As culturas e benfeitorias, existentes no lote a ser vendido, serão avaliadas pelo menor preço local, pela administração do núcleo, com aprovação do diretor da D. T. C., preço que será adicionado ao valor do lote.

Art. 18. É permitido ao colono adquirir, a prazo, segundo lote rural, de preferência contíguo ou próximo, desde que obtenha o título definitivo do primeiro e tenha desenvolvido a cultura ou beneficiamento do mesmo, a juízo do diretor da D. T. C.

Art. 19. O colono não poderá, sem prévia autorização do diretor da D. T. C., vender, hipotecar, transferir, alugar, dar em anticrese, permutar ou alienar, de qualquer modo, direta ou indiretamente, o respectivo lote, a casa e as benfeitorias, inclusive matas e quaisquer bens no lote existentes:

- a) enquanto dever ao núcleo, mesmo que este esteja emancipado;
- b) mesmo que já possua o respectivo título definitivo de propriedade, antes da emancipação do núcleo.

§ 1.º Fica vedado aos notários e escrivães passar escrituras e procurações de qualquer natureza, desde que os concessionários a que se refere este decreto-lei não exibam a autorização mencionada neste artigo.

§ 2.º Os atos referidos neste artigo serão regulados em instruções especiais, baixadas pelo diretor da D. T. C. e aprovadas pelo Ministro de Estado.

Art. 20. Ao colono, a partir de um ano após a sua localização no núcleo, caberá a limpeza das valas e valetas, até dois metros de largura e a con-

servação das estradas de rodagem e caminhos, com menos de sete metros úteis de plataforma, que atravessarem as respectivas terras.

Art. 21. Nos núcleos coloniais poderão ser mantidos armazéns ou depósitos de gêneros alimentícios e outros, de primeira necessidade, para garantia do abastecimento da população, a preços módicos, por meio de cooperativas.

Art. 22. Os preços dos lotes, com ou sem casa, quando comprados a prazo, bem como quaisquer auxílios, quando não sejam remuneração de trabalho ou classificados como gratuitos, constarão de cadernetas entregues ao devedor, organizadas em forma de conta corrente, e constituirão débito dos colonos levado à conta do chefe da família

§ 1.º A amortização do débito do concessionário do lote rural ou urbano será feita em dez prestações iguais e anuais, vencendo-se a primeira no último dia do terceiro ano e a última no fim do décimo segundo ano de estabelecimento. Em falta de pagamento, cobrar-se-á o juízo de mora à razão de 5 % ao ano sobre as prestações vencidas, não sendo permitido atraso superior a dois anos, quando se fará a cobrança executiva, na forma da legislação em vigor, a juízo da D. T. C.

§ 2.º O concessionário de lote, que solver seus débitos antecipadamente terá direito à bonificação, calculada à razão de 1 % ao mês se o respectivo prazo for inferior a um ano; e no caso de ser igual ou superior a um ano o prazo do vencimento, ou a venda se efetuar à vista, o desconto será de 12 % sobre a soma a ser paga na ocasião.

§ 3.º Até o pagamento da primeira prestação anual, o colono será considerado ocupante do lote a título precário.

Art. 23. Só poderão adquirir lotes rurais:

a) quem, sendo maior de 18 anos, não for proprietário de terreno rural, de estabelecimento de indústria ou de comércio;

b) quem se comprometer a passar a residir com sua família no lote que lhe for concedido;

c) quem, satisfazendo as exigências da letra a, se obrigar a trabalhar e dirigir, no local, os trabalhos agrícolas do lote;

d) quem, satisfazendo as condições exigidas pelas letras a, b e c, não exercer função pública, quer como funcionário, quer como extranumerário.

Parágrafo único. Serão respeitadas as concessões já outorgadas, bem como aquelas que decorrerem das legalizações e regularizações previstas no decreto-lei n. 893, de 26 de novembro de 1938.

Art. 24. Aos colonos adquirentes de lotes serão expedidos os seguintes títulos:

a) provisório, ou de designação do lote rural ou urbano, que será entregue ao concessionário em seguida ao seu estabelecimento no lote;

b) definitivo, ou de propriedade do lote, que será expedido depois de haver o concessionário liquidado integralmente a sua dívida, quer seja o lote adquirido à vista ou a prazo, ou quando nas condições expressas no artigo 30.

Art. 25. Os títulos provisórios e definitivos serão passados pela D. T. C., de acordo com os elementos técnicos aí existentes.

§ 1.º Do título provisório passado ao adquirente do lote deverão constar o preço total do lote e as principais condições para obtenção do título definitivo.

§ 2.º No verso do talão do título definitivo, tanto do lote rural como do urbano, serão anotados os números e as datas dos recibos de pagamento, o nome e a sede da estação fiscal arrecadadora, designação do livro e folha de escrituração do núcleo, onde foram lançados os pagamentos, bem como um esboço

do lote extraído da planta do núcleo, com indicação dos azimutes verdadeiros e comprimento dos lados do polígono de divisas.

§ 3.º Quando ocorrerem os casos previstos no artigo 30, serão os mesmos anotados, igualmente, no verso do talão do título.

§ 4.º As anotações referidas nos parágrafos anteriores serão assinadas pelo funcionário encarregado da escrituração da dívida colonial e visadas pelos chefes de secção.

Art. 26. Os pagamentos de lotes, casas e benfeitorias serão feitos na estação arrecadadora mais próxima do núcleo, mediante guia do administrador ou zelador do núcleo, na qual será marcado o prazo máximo de quinze dias para o recolhimento da importância respectiva.

§ 1.º Os recibos expedidos pela estação arrecadadora serão registados em livro próprio, no núcleo, designando-se o nome de quem efetuou o pagamento, importâncias pagas, discriminadamente, número e data dos recibos, nome e sede da estação arrecadadora.

§ 2.º É expressamente vedado aos administradores ou zeladores dos núcleos coloniais receberem as importâncias relativas às prestações dos lotes, ou quaisquer outras, salvo casos especiais, autorizados pelo diretor da D. T. C.

Art. 27. Aos colonos poderão ser concedidas as seguintes vantagens:

- a) alimentação gratuita, durante três primeiros dias da chegada ao núcleo;
- b) trabalho a salário ou empreitada, em obras ou serviços do núcleo, durante o primeiro ano, a partir do dia da chegada do colono ao núcleo;
- c) assistência médica gratuita até a emancipação do núcleo;
- d) dieta e medicamentos, plantas, sementes, adubos, inseticidas, fungicidas e ferramentas agrícolas, gratuitos, durante o primeiro ano, a contar da data da chegada do colono ao núcleo;
- e) empréstimo, durante o primeiro ano da chegada ao núcleo, de máquinas e instrumentos agrícolas e de animais de trabalho;
- f) transporte da estação ferroviária, porto marítimo ou fluvial até a sede do núcleo.

§ 1.º Após o primeiro ano, os fornecimentos especificados nas alíneas d e e poderão ser feitos mediante pagamento, ou levados à conta corrente do colono até o limite estabelecido pelo diretor da D.T.C.

§ 2.º Os colonos que derem grande desenvolvimento às culturas dos lotes, a juízo da administração, poderão receber reprodutores ou máquinas agrícolas, a juízo do Ministro.

Art. 28. Serão cassadas as vantagens e prêmios estabelecidos neste decreto-lei aos colonos que, nos núcleos coloniais, transgredirem ou deixarem de cumprir as disposições do decreto n. 3.010, na forma de seu art. 265.

Art. 29. Falecendo o chefe da família, em cujo nome houver sido expedido o título provisório de propriedade, o lote passará aos herdeiros ou legatários, nas mesmas condições em que fôr possuído.

Parágrafo único. Se o núcleo ainda não estiver emancipado, a transferência será feita administrativamente, por ordem oficial, sem intervenção judiciária.

Art. 30. Qualquer débito que, porventura, haja contraído com o núcleo o chefe da família que falecer, deixando viúva e órfãos, será considerado extinto, salvo o proveniente da compra do lote, casa, e benfeitorias.

Art. 31. Se o lote, casa e benfeitorias tiverem sido comprados a prazo e falecer o adquirente, deixando pagas, pelo menos 3 prestações, serão dis-

pensadas, em favor da viúva e órfãos, as demais prestações ainda não vencidas expedindo-se título definitivo de propriedade.

Parágrafo único. A requerimento dos herdeiros dos concessionários de lotes, depois de verificada a extrema pobreza, poderá o Ministro relevar a dívida total contraída, pela aquisição do lote, casa e benfeitorias, determinando a expedição de título definitivo.

Art. 32. Será excluído do lote em que estiver localizado, o colono que:

- a) deixar de cultivar o seu lote por espaço de três meses, salvo motivo de força maior, a juízo da administração do núcleo;
- b) deixar de cultivar a área mínima dentro do prazo máximo, estabelecido pela administração, de acordo com as propostas aprovadas pelo diretor da D.T.C., salvo justa causa, reconhecida pela administração;
- c) desvalorizar o lote, explorando matas sem o imediato aproveitamento agrícola do solo e o respectivo reflorestamento, de acordo com o plano previamente aprovado, bem como deixar de cumprir as exigências constantes do artigo 20;
- d) por inobservância a quaisquer dos dispositivos deste decreto-lei e respectivas instruções em vigor.

§ 1.º A exclusão, por motivo das alíneas a, b, c e d deste artigo, será feita depois de intimado o colono e de proceder-se vistoria no lote, de que se lavrará o termo.

§ 2.º Cabe ao diretor da D.T.C., de acordo com os documentos comprobatórios, autorizar a exclusão do colono, com recurso ao Ministro da Estado.

§ 3.º Autorizada a exclusão, será o colono notificado administrativamente para, no prazo de 10 dias, a partir da notificação, desocupar o lote respectivo. Se não for encontrado o colono, depois de procurado em dois dias consecutivos, será feita a notificação por edital publicado no *Diário Oficial*, com o mesmo prazo de dez dias.

§ 4.º Se decorridos os prazos fixados neste artigo, não for o lote desocupado pelo colono, a União reocupá-lo-á administrativamente.

§ 5.º As benfeitorias existentes nos lotes revertidos à União serão avaliadas por uma comissão técnica, designada pelo diretor da D.T.C., procedendo-se a respectiva venda em concorrência administrativa aprovada pela referida autoridade.

§ 6.º Ao colono excluído será entregue a importância correspondente à avaliação a que se refere o § 1.º, deduzido o valor do seu débito para com o núcleo.

§ 7.º Do ato da exclusão do colono e da execução da respectiva decisão não caberá ação possessória, aplicando-se este dispositivo aos processos em curso em quaisquer instâncias e fases.

Art. 33. Será expulso do lote em que estiver localizado o colono que por sua má conduta tornar-se elemento de perturbação para o núcleo.

§ 1.º A expulsão será precedida de inquérito administrativo;

§ 2.º Ao colono que for expulso caberá tão somente a restituição das importâncias que haja recolhido aos cofres públicos, como pagamento, parcial ou total, das terras, casas e outras benfeitorias.

§ 3.º Autorizada a expulsão, proceder-se-á, quanto ao colono expulso, pela forma estabelecida nos parágrafos 2.º, 3.º, 4.º e 7.º, do artigo 32.

Art. 34. A partir dos pontos marginais de estradas de rodagem, em tráfego ou em construção, ou de rios em que houver navegação, podem ser estabelecidas linhas colonais.

Parágrafo único. A linha colonial a que se refere este artigo é uma estrada de rodagem ladeada de lotes, medidos e demarcados, seguidamente, ou próximos uns dos outros.

Art. 35. As linhas coloniais deverão estar situadas em zonas que satisfaçam as condições exigidas para os núcleos.

Art. 36. A emancipação do núcleo colonial será declarada pelo Governo, quando houver sido expedido a todos os concessionários de lotes, os títulos definitivos de propriedade ou antes, se conveniente.

Parágrafo único. A emancipação dos núcleos coloniais dar-se-á por decreto.

Art. 37. Emancipado o núcleo, poderá o Governo ceder à cooperativa agrícola organizada entre os colonos do núcleo, as instalações, instrumentos, máquinas agrícolas, animais de trabalho, reprodutores e material dispensável.

Art. 38. Emancipado o núcleo, ficará este integrado na vida autônoma do respectivo município, ressalvado o disposto no art. 19.

Art. 39. Os lotes vagos nos núcleos emancipados serão vendidos separada ou englobadamente, em concorrência pública bem como as terras que forem requeridas e que estiverem por medir e demarcar, sendo as condições de venda estipuladas pelo Ministro.

Art. 40. Aos colonos do núcleo emancipado e que estiverem em dia com as prestações de seus lotes será concedida uma redução de 25% sobre o restante de sua dívida, desde que paga de uma só vez, dentro do prazo de três meses, a contar da data da emancipação do núcleo.

Art. 41. A cobrança do débito dos concessionários de lotes dos núcleos emancipados, proceder-se-á por intermédio da coletoria federal mais próxima do núcleo, nas condições estabelecidas neste decreto-lei.

Parágrafo único. Para o fim indicado neste artigo, a D.T.C. fornecerá à coletoria respectiva, uma relação da dívida dos concessionários de lotes, da qual deverão constar as datas dos vencimentos dos débitos.

Art. 42. Havendo terras devolutas no núcleo emancipado, o Governo poderá quando entender conveniente, mandar dividi-las em lotes, promovendo para isso, os necessários meios.

Art. 43. Os casos omissos deste decreto-lei serão resolvidos por portaria baixada pelo Ministro de Estado.

Art. 44. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o decreto-lei n. 2.009 de 9 de fevereiro de 1940.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apoônio Sales.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.118 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1943

Incorpora ao patrimônio nacional todo o acervo (material flutuante e propriedades imóveis) das empresas Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso e Empresa Transparaná Limitada e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e

Considerando a existência do estado de guerra, declarado pelo decreto n. 10.358, de 31 de agosto de 1942; e

Considerando que os serviços na navegação e outros explorados pelas empresas Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso e Empresa Transparaná Limitada, são de grande interesse para a segurança nacional e para o abastecimento do país em tempo de guerra especialmente no que se refere ao transporte do gado procedente do Estado de Mato Grosso;

Considerando, finalmente, que o Governo Federal criou, pelo decreto-lei n. 5.252, de 16 de fevereiro de 1943, uma autarquia especialmente destinada a dirigir a navegação dos rios Paraguai, Paraná e seus afluentes, sob a denominação de Serviço de Navegação da Bacia do Prata, decreta:

Artigo 1.º Ficam incorporados ao patrimônio nacional todos os bens móveis imóveis atualmente pertencentes à Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso e à Empresa Transparaná Limitada, conforme relação constante da avaliação feita pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata em agosto de 1943 que instruiu o expediente relativo a este decreto-lei.

Artigo 2.º Os referidos bens serão imediatamente incorporados ao patrimônio do Serviço de Navegação da Bacia do Prata criado pelo decreto-lei n. 5.252, de 16 de fevereiro de 1943 mediante depósito no Banco do Brasil e à disposição das referidas empresas de Cr\$ 3.581.219,15 (três milhões quinhentos e oitenta e um mil duzentos e dezenove cruzeiros e quinze centavos) valor da avaliação já feita por aquele Serviço, ficando subrogados sobre esse depósito os direitos creditórios do Banco Alemão Transatlântico atualmente sob intervenção e em liquidação pelo Governo Federal.

Artigo 3.º O numerário necessário a esse depósito será suprido pela Comissão de Marinha Mercante nos termos da alínea b do artigo 9.º do decreto-lei n. 3.100, de 7 de março de 1941 inclusive quanto à aquisição dos bens imóveis por constituírem elementos complementares dos serviços a que se destina o material flutuante adquirido.

Artigo 4.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.119 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 460.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de quatrocentos e sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 460.000,00), em reforço da Verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas (Anexo n. 20 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

Verba 2 — Material

Consignação II — Material de Consumo

Cr\$

S/c. n. 19 — Combustíveis, material de lubrificação e limpeza; material para conservação das instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressaentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação

30 — Departamento dos Correios e Telégrafos..... 460.000,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.120 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1943

Dá nova redação ao artigo 1.º e seu parágrafo do decreto-lei n. 3.506, de 14 de agosto de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do artigo 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação o artigo 1.º, e seu parágrafo do decreto-lei n. 3.506, de 14 de agosto de 1941:

“Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a vender ao Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro os terrenos dos lotes 13 e 14 do Bloco XLVIII, do plano urbanístico da Esplanada do Morro de Santo Antônio, aprovado pelo decreto número 7.064, de 31 de julho de 1941 e resultantes do desmembramento do terreno situado à rua Regente Feijó, esquina da rua Buenos Aires.

§ 1.º A venda de que trata este artigo será feita mediante o pagamento à Prefeitura do Distrito Federal da importância de Cr\$ 652.000,00 (seiscentos e cinquenta e dois mil cruzeiros) correspondente ao preço total da avaliação para os mesmos lotes, constante das tabelas anexas ao referido decreto n. 7.064, de 31 de julho de 1941.

§ 2.º Qualquer onus decorrente da venda dos imóveis autorizada por este decreto-lei correrá por conta do adquirente.”

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 6.121 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1943

Dispõe sobre a cobrança da "taxa sobre Kw" criada pelo decreto-lei n. 2.281, de 5 de junho de 1940, e sobre a fixação dos valores das quotas respectivas no exercício de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição e tendo em vista a proposta do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, na forma do art. 9.º do decreto-lei n. 2.281, de 5 de junho de 1940, decreta:

Art. 1.º O valor da "taxa sobre Kw", criada pelo art. 2.º do decreto-lei n. 2.281, de 5 de junho de 1940, e o de suas quotas são fixados, para o exercício de 1944, observando-se o disposto no § 5.º do art. 9.º daquele decreto-lei, nos mesmos valores que vigoraram para os exercícios anteriores, desde 1940 até 1943.

Parágrafo único. A cobrança da referida taxa efetuar-se-á em duas prestações, nos meses de agosto e dezembro.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 6.122 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1943

Estabelece o controle da distribuição e consumo dos artefatos de borracha no país, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica a Comissão de Controle dos Acordos de Washington autorizada a regulamentar o consumo de artefatos de borracha, mediante:

a) controle da distribuição e transporte dos artefatos de borracha, fixando quotas de consumo para os Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, de acordo com as suas necessidades básicas;

b) fixação de quotas de artefatos de borracha destinados à exportação.

Art. 2.º Os detentores de estoques de artefatos de borracha, cuja fabricação se ache proibida em virtude do disposto no decreto-lei n. 5.428, de 27 de abril de 1943, deverão declará-los à Comissão de Controle dos Acordos de Washington dentro do prazo de sessenta (60) dias a contar da data da publicação deste decreto-lei.

Art. 3.º Os detentores de estoques de pneumáticos e câmaras de ar ficam obrigados a declará-los à Comissão de Controle dos Acordos de Washington ou às entidades por esta designadas, dentro do prazo de trinta (30) dias a contar da data da publicação deste decreto-lei.

Art. 4.º Fica proibido o transporte ferroviário, marítimo, rodoviário, fluvial e aéreo de quaisquer artefatos de borracha produzidos no país, ou importados, sem a apresentação da guia, ou documento bastante, emitido pela

Comissão de Contrôlê dos Acordos de Washington, ou de entidade por ela designada.

Art. 5.º A venda de pneumáticos e câmaras de ar no mercado interno, para os veículos registados no país, só será permitida mediante devolução de igual quantidade de pneumáticos e câmaras de ar usados, da mesma rodagem, de fabricação nacional.

Parágrafo único. As câmaras de ar e pneumáticos, assim adquiridos, não poderão ser objeto de comércio, cessão, transferência, venda ou empréstimo, só podendo ser usados pelo próprio adquirente.

Art. 6.º A Comissão de Contrôlê dos Acordos de Washington entrará em entendimento com as autoridades e entidades competentes no sentido de promover a utilização racional dos artefatos de borracha no país, principalmente pneumáticos e câmaras de ar.

Art. 7.º As infrações ao presente decreto-lei ou à sua regulamentação, serão consideradas crimes contra a economia ou a segurança nacional, conforme se relacionarem com a produção normal ou bélica, ficando os infratores sujeitos às penas previstas nas leis em vigor, independentemente da apreensão da mercadoria.

Art. 8.º Ficarão à disposição da Comissão de Contrôlê dos Acordos de Washington a borracha ou os artefatos que forem apreendidos nos termos do artigo anterior, competindo àquela Comissão determinar o destino e utilização que deverão ter.

Art. 9.º Dentro do prazo de trinta (30) dias, contados a partir da publicação d'êste decreto-lei, será expedido por decreto o seu regulamento.

Parágrafo único. À Comissão de Contrôlê dos Acordos de Washington, para os fins d'êste artigo compete formular o respectivo ante-projecto, e enquanto não for baixado o referido regulamento cabe à mesma Comissão expedir as instruções necessárias à execução d'êste decreto-lei.

Art. 10. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.123 -- DE 18 DE DEZEMBRO DE 1943

Cria o 1.º Grupo de Aviação de Caça

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado o 1.º Grupo de Aviação de Caça, a três esquadrilhas e com sede provisória na Capital Federal.

Art. 2.º A organização e o efetivo dêsse grupo serão determinados pelo Ministro da Aeronáutica.

Art. 3.º O preenchimento do efetivo que for previsto deverá ser feito pela transferência de pessoal de outras unidades ou estabelecimentos da Força Aérea Brasileira, ou pela convocação dos elementos que se fizerem necessários.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 6.124 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.200,00, para pagamento de salários

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e tendo em vista o que consta do processo n. 30.916-43, do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.200,00, para pagamento de salários a Anísio Fernandes de Araújo.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.125 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 14.688.698,00, para prosseguimento e conclusão de obras

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de quatorze milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, seiscentos e noventa e oito cruzeiros (Cr\$ 14.688.698,00), para atender à despesa (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) com o prosseguimento e conclusão das obras do Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina da Bahia.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.126 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1943

Desapropria terrenos e prédios incluídos nas plantas aprovadas para o desenvolvimento da área em que está edificado o Palácio Itamarati

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e, de conformidade com o disposto no art. 122, n. 14, da mesma Constituição, assim como no art. 590, § 2.º, n. 2, do Código Civil, e nos arts. 2, 5, letra m, e 6 do decreto-lei n. 3.365 de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam desapropriados, por utilidade pública, nos termos do art. 5.º, letra m, do decreto-lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, os terrenos e prédios da rua Senador Pompeu ns. 143 e 145, compreendidos nas plantas aprovadas pelo decreto-lei n. 1.775, de 17 de novembro de 1939, para a execução do plano de desenvolvimento da área em que está edificado o Palácio Itamarati.

Art. 2.º Para efeito da imissão imediata na posse, a que se refere o disposto no art. 15, do decreto-lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, fica declarada a urgência da desapropriação.

Art. 3.º As despesas com as desapropriações dos prédios e terrenos mencionados no art. 1.º correrão por conta das verbas orçamentárias e créditos abertos para a execução do plano de desenvolvimento da área em que está edificado o Palácio Itamarati.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 6.127 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1943

Modifica dispositivo do Regimento de Custas do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O n. 180, secção XVI, da tabela IV anexa ao decreto-lei número 2.506, de 20 de agosto de 1940, modificado pelo decreto-lei número 3.108, de 12 de março de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

“N. 180 — Percentagem nas arrematações, na praça ou leilão depois desta, realizados pelos porteiros, nos casos previstos em lei três por cento (3 %) até o valor de Cr\$ 20.000,00, dois por cento (2 %) de Cr\$ 20.000,00, até Cr\$ 100.000,00, dois e meio por cento (2 ½ %) de Cr\$ 100.000,00 a Cr\$ 500.000,00 e três por cento (3 %) de Cr\$ 500.000,00 em diante”.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 6.128 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1943

Dispõe sobre a administração do Lóide Brasileiro e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Lóide Brasileiro (Patrimônio Nacional) será dirigido por um Diretor designado pelo Presidente da República, dentre os Membros da Comissão de Marinha Mercante, na forma da legislação vigente, e que poderá delegar suas atribuições a um Assistente, de sua livre escolha e por êle designado em comissão.

Art. 2.º Fica suprimido o cargo de Secretário Geral.

Art. 3.º O Superintendente Comercial e Superintendente Técnico serão designados pelo Diretor, de preferência dentre os empregados do Lóide Brasileiro, e exercerão suas funções em comissão.

Art. 4.º O salário do Assistente do Diretor, do Superintendente Comercial e do Superintendente Técnico será fixado pelo Diretor e constará das tabelas de salário do pessoal do Lóide Brasileiro.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 6.129 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1943

Permite a exportação, para as repúblicas do Prata, do carvão extraído das minas do Estado de Santa Catarina

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Mediante condições que forem estabelecida pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, fica permitida a exportação, para as repúblicas do Prata, do carvão extraído das minas do Estado de Santa Catarina, até a quantidade máxima de 40.000 toneladas.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 6.130 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 61.383,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 61.383,00 (sessenta e um mil trezentos e oitenta e três cruzeiros), em reforço da Verba 1

— Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde (Anexo n. 13 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

S/c. 14 — Gratificação de representação

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal..... Cr\$ 59.724,00

Consignação IV — Indenizações

S/c. 22 — Ajuda de custo

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal Cr\$ 1.659,00

Cr\$ 61.383,00

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.131 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 19.920,40 para pagamento a trabalhadores convocados

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 19.920,40 (dezenove mil novecentos e vinte cruzeiros e quarenta centavos) para atender ao pagamento de salários devidos, no ano de 1942, ao pessoal de obras do Serviço Federal de Águas e Esgotos e Serviço Nacional de Malária, do Departamento Nacional de Saúde, convocado para o serviço ativo militar.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.132 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, para despesas com a administração do Território do Guaporé e torna sem aplicação igual quantia no orçamento em vigor.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) para atender a despesas com a instalação, inclusive pessoal e material, da administração do Território do Guaporé.

Art. 2.º Fica sem aplicação a importância de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) na Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação I — Diversos, Subconsignação 38 — Territórios, 01 — Gabinete do Ministro, Anexo 16 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do Orçamento Geral da República, em vigor (decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942).

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.133 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1943

Torna sem aplicação Cr\$ 460.000,00, de crédito orçamentário do Ministério da Educação e Saúde e abre crédito especial de idêntica importância

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica sem aplicação a importância de quatrocentos e sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 460.000,00) na Verba 2 — Consignação I — Subconsignação 13 — Inciso 04 — Item 03, do Anexo 13, do Orçamento da União em vigor.

Art. 2.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de quatrocentos e sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 460.000,00), para atender à aquisição de uma máquina de preparo e secagem de plasma humano e sôros terapêuticos, destinada ao Instituto Oswaldo Cruz.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.134 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1943

Autoriza a aquisição de terrenos na Ilha do Governador

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a aquisição pela União, dos terrenos de propriedade da Empresa Importadora Carioca S. A., situados no lugar denominado "Freguesia", na Ilha do Governador, Capital Federal, com a área de trezentos e vinte e oito mil oitocentos e cinquenta e três metros quadrados (328.853m²), pela importância de três milhões e duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 3.200.000,00); os terrenos de propriedade de Antônio Pinheiro dos Santos Bastos e Carlos Pinheiro dos Santos Bastos, situados no mesmo lugar, na mesma Ilha, com a área de cento e noventa e oito mil metros quadrados (198.000m²), mais ou menos, pela quantia de sete cruzeiros (Cr\$ 7,00) por cada metro quadrado, e o imóvel denominado "Sítio do Quilombo", também na referida Ilha, de propriedade da Companhia de Mineração Serra da Moeda, com a área de oitocentos e dez mil metros quadrados (810.000m²), mais ou menos, à razão de oito cruzeiros (Cr\$ 8,00) por metro quadrado, afim de serem utilizados pelo Ministério da Marinha, correndo a despesa à conta dos recursos do Fundo Naval.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 6.135 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 102.192.601,20, para classificação de despesa decorrente dos "Acordos Financeiros de 1940".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de cento e dois milhões, cento e noventa e dois mil, seiscentos e um cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 102.192.601,20), que será distribuído ao Tesouro Nacional para classificação da despesa (Dívida Pública) decorrente do resgate, neste exercício, de promissórias dos "Acordos Financeiros" aprovados pelo decreto-lei n. 2.456, de 26 de julho de 1940.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.136 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1943

Autoriza o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários a assumir a obrigação de manter aposentados e pensionistas de Bancos mandados liquidar pelo Governo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários poderá assumir, mediante prévia autorização do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, os encargos da manutenção das aposentadorias e pensões concedidas por estabelecimentos bancários cuja liquidação foi determinado em lei, a antigos empregados, ou a seus beneficiários, não alcançados pelo regime do decreto n. 24.615, de 9 de julho de 1934, responsabilidade essa que assumirá desde que receba dos estabelecimentos referidos as correspondentes reservas financeiras.

Art. 2.º Para as aposentadorias e pensões assim encampadas vigorarão, no que couberem e salvo quanto aos limites dos respectivos valores, as regras aplicáveis aos benefícios concedidos pelo Instituto.

Art. 3.º Competirá ao Presidente do Conselho Nacional do Trabalho, *ad referendum* do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, resolver os casos omissos e expedir as instruções que se fizerem necessárias à execução d'este decreto-lei.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 6.137 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1943

Cria funções gratificadas no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, as seguintes funções gratificadas para o Departamento Nacional do Trabalho:

Serviço de Identificação Profissional (S. I. P.)

1 Chefe da Secção de Identificação	Cr\$ 5.400,00 anuais
1 Chefe da Secção de Emissão de Carteira	Cr\$ 5.400,00 anuais
1 Chefe da Secção de Cadastro e Registos Profissionais	Cr\$ 5.400,00 anuais
1 Chefe da Secção de Contrôlo	Cr\$ 5.400,00 anuais

*Divisão de Organização e Assistência Sindical
(D.O.A.S.)*

1 Chefe da Secção de Organização e Registo Sindical	Cr\$ 5.400,00 anuais
1 Chefe da Secção de Assistência Sindical	Cr\$ 5.400,00 anuais
1 Chefe da Secção de Contrôlo Contábil	Cr\$ 5.400,00 anuais
1 Chefe da Secção de Colocação de Trabalhadores ..	Cr\$ 5.400,00 anuais

Divisão de Fiscalização (D.F.)

1 Chefe da Secção de Inspeção do Trabalho	Cr\$ 5.400,00 anuais
1 Chefe da Secção de Multas	Cr\$ 5.400,00 anuais
1 Chefe da Secção de Recursos	Cr\$ 5.400,00 anuais

Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho
(D.H.S.T.)

1 Chefe da Secção de Higiene do Trabalho	Cr\$ 5.400,00 anuais
1 Chefe da Secção de Assistência a Mulheres e Me- nores	Cr\$ 5.400,00 anuais
1 Chefe da Secção de Segurança do Trabalho	Cr\$ 5.400,00 anuais

Turma de Administração

1 Chefe da Turma de Administração	Cr\$ 4.200,00 anuais
---	----------------------

Art. 2.º Para atender à despesa com a execução dêste decreto-lei, no período de 15 de dezembro de 1943 a 31 de dezembro de 1944, fica aberto, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 83.125,00 (oitenta e três mil, cento e vinte e cinco cruzeiros).

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.138 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1943

Reorganiza o Quadro de Médicos do Corpo de Saúde da Armada

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Quadro de Médicos do Corpo de Saúde da Armada terá o seguinte efetivo:

- 1 Contra-Almirante.
- 4 Capitães de Mar e Guerra.
- 12 Capitães de Fragata.
- 24 Capitães de Corveta.
- 42 Capitães Tenentes.
- 42 Primeiros Tenentes.

Art. 2.º O preenchimento das vagas de Primeiro Tenente Médico resultantes do aumento determinado no presente decreto-lei será feito por concurso, de acôrdo com o Regulamento para o Corpo de Saúde da Armada, atualmente em vigor.

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1943, 122.º da independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 6.139 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1943

Autoriza a emissão de "Letras do Tesouro"

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a emitir até o limite de um bilhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000.000,00) "Letras do Tesouro", vencíveis em cento e oitenta (180) dias.

Art. 2.º Os títulos terão o valor nominal de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00) ou um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), ao portador, e vencerão juros de três por cento (3 %) ao ano.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.140 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1943

Altera a letra a, art. 2.º do decreto-lei n. 3.463, de 25 de julho de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação a letra a, do art. 2.º, do decreto-lei n. 3.463, de 25 de julho de 1941:

"Rio — São Paulo — Curitiba — Iguassú — Assunção — Ponta — Porão — Campo Grande — São Paulo — Rio, num e noutro sentido, no mínimo uma vez por semana".

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 6.141 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1943

Lei Orgânica do Ensino Comercial

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta a seguinte

Lei Orgânica do Ensino Comercial

TÍTULO I

Da Organização do Ensino Comercial

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES DO ENSINO COMERCIAL

Art. 1.º Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino comercial, que é o ramo de ensino de segundo grau, destinado às seguintes finalidades:

1. Formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e bem assim de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados.
2. Dar a candidatos ao exercício das mais simples ou correntes atividades no comércio e na administração uma sumária preparação profissional.
3. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de profissionais diplomados na forma desta lei.

CAPÍTULO II

DOS CICLOS E DOS CURSOS

SEÇÃO I

Disposições preliminares

Art. 2.º O ensino comercial será ministrado em dois ciclos. Dentro de cada ciclo, o ensino comercial desdobrar-se-á em cursos.

Art. 3.º Os cursos de ensino comercial serão das seguintes categorias:

- a) cursos de formação;
- b) cursos de continuação;
- c) cursos de aperfeiçoamento.

SEÇÃO II

Dos cursos de formação

Art. 4.º O primeiro ciclo do ensino comercial compreenderá um só curso de formação: o curso comercial básico.

Parágrafo único. O curso comercial básico, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a ministrar os elementos gerais e fundamentais do ensino comercial.

Art. 5.º O segundo ciclo do ensino comercial compreenderá cinco cursos de formação, denominados cursos comerciais técnicos:

1. Curso de comércio e propaganda.
2. Curso de administração.
3. Curso de contabilidade.
4. Curso de estatística.
5. Curso de secretariado.

Parágrafo único. Os cursos comerciais técnicos, cada qual com a duração de três anos, são destinados ao ensino de técnicas próprias ao exercício de funções de caráter especial no comércio ou na administração dos negócios públicos e privados.

SECÇÃO III

Dos cursos de continuação

Art. 6.º Os cursos de continuação, que também se denominarão cursos práticos de comércio, são de primeiro ciclo, e destinam-se a dar a candidatos não diplomados no ensino comercial uma sumária preparação profissional que habilite às mais simples ou correntes atividades no comércio e na administração.

SECÇÃO IV

Dos cursos de aperfeiçoamento

Art. 7.º Os cursos de aperfeiçoamento poderão ser do primeiro ou do segundo ciclo, e têm por finalidade proporcionar a ampliação ou elevação dos conhecimentos e capacidades técnicas de profissionais diplomados.

CAPÍTULO III

DOS TIPOS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO COMERCIAL

Art. 8.º Haverá dois tipos de estabelecimentos de ensino comercial:

- a) escolas comerciais;
- b) escolas técnicas de comércio.

§ 1.º As escolas comerciais são as destinadas a ministrar o curso comercial básico.

§ 2.º As escolas técnicas de comércio são as que têm por objetivo dar um ou mais cursos comerciais técnicos. As escolas técnicas de comércio poderão ainda ministrar o curso comercial básico.

Art. 9.º Tanto as escolas comerciais como as escolas técnicas de comércio poderão ministrar cursos de continuação e bem assim cursos de aperfeiçoamento.

CAPÍTULO IV

DA ARTICULAÇÃO NO ENSINO COMERCIAL E DÊSTE COM OUTRAS MODALIDADES DE ENSINO

Art. 10. A articulação no ensino comercial e dêste com outras modalidades de ensino far-se-á nos termos seguintes:

I. O curso comercial básico estará articulado com os cursos comerciais técnicos de modo que os alunos possam progredir daquele a qualquer dêstes.

II. O curso comercial básico estará articulado com o ensino primário, e os cursos comerciais técnicos, com o ensino secundário e o ensino normal de primeiro ciclo.

III. E' assegurada ao portador de diploma conferido em virtude de conclusão de um curso comercial técnico a possibilidade de ingressar em estabelecimento de ensino superior, para matrícula em curso diretamente relacionado com o curso comercial técnico concluído, uma vez verificada a satisfação das condições de admissão determinadas pela legislação competente.

TÍTULO II

Dos Cursos de Formação

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA DOS CURSOS

Art. 11. Os cursos de formação constituir-se-ão essencialmente do ensino de disciplinas e de práticas educativas.

Art. 12. As disciplinas constitutivas dos cursos de formação serão de duas ordens:

- a) disciplinas de cultura geral;
- b) disciplinas de cultura técnica.

Art. 13. Os alunos dos cursos de formação são obrigados às práticas educativas seguintes:

- a) educação física, obrigatória até a idade de vinte e um anos;
- b) canto orfeônico, obrigatório até a idade de dezoito anos.

§ 1.º Aos alunos do sexo masculino se dará ainda a instrução pre-militar, até atingirem a idade própria da instrução militar.

§ 2.º O ensino de religião poderá ser incluído, sem caráter obrigatório, entre as práticas educativas.

Art. 14. Para o ensino das disciplinas e das práticas educativas, serão organizados, e periodicamente revistos, programas que deverão conter, além do sumário da matéria, as adequadas instruções metodológicas.

CAPÍTULO II

DOS TRABALHOS ESCOLARES E COMPLEMENTARES

Art. 15. Os trabalhos escolares constarão de lições, exercícios e exames.

§ 1.º As lições e exercícios constituirão objeto das aulas.

§ 2.º Os exames serão de duas modalidades: de admissão e de suficiência.

§ 3.º A avaliação dos resultados em exercício e em exames será obtida por meio de notas, que se graduarão de zero a dez.

Art. 16. Integrarão o quadro da vida escolar os trabalhos complementares.

CAPÍTULO III

DA DIVISÃO E DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO NA VIDA ESCOLAR

SECÇÃO I

Da divisão do ano escolar

Art. 17. O ano escolar, para o ensino nos cursos de formação, dividir-se-á em dois períodos:

- a) período letivo, de nove meses;
- b) período de férias, de três meses.

§ 1.º O período letivo terá início a 15 de março e o período de férias, a 15 de dezembro.

§ 2.º Destina-se o período letivo aos trabalhos escolares e complementares. É permitido que no decurso das férias se processem exames.

SECÇÃO II

Da distribuição do tempo dos trabalhos escolares

Art. 18. O período semanal dos trabalhos escolares, nos cursos de formação, variará de vinte e uma a vinte e quatro horas.

Art. 19. O plano de distribuição do tempo de cada semana é matéria do horário escolar, que será fixado pela direção dos estabelecimentos de ensino comercial antes do início do período letivo e com observância do número obrigatório de aulas semanais de cada disciplina e de cada prática educativa.

CAPÍTULO IV

DA VIDA ESCOLAR

SECÇÃO I

Da admissão aos cursos

Art. 20. O candidato à matrícula inicial em qualquer dos cursos de formação deverá apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado.

Art. 21. Além das condições referidas no artigo anterior, deverá o candidato satisfazer o seguinte:

I. Para o curso comercial básico:

- a) ter pelo menos onze anos, completos ou por completar até o dia 30 de junho;
- b) ter recebido satisfatória educação primária;
- c) ter revelado, em exames de admissão, aptidão intelectual para os estudos a serem feitos.

II. Para os cursos comerciais técnicos: ter concluído o curso comercial básico ou o curso de primeiro ciclo do ensino secundário ou do ensino normal.

Parágrafo único. É facultado a cada estabelecimento de ensino comercial prescrever, no respectivo regimento, a exigência de exames de admissão para concessão da matrícula inicial em qualquer dos cursos de que trata o n. II do presente artigo.

SECÇÃO II

Dos exames de admissão

Art. 22. Os exames de admissão poderão ser realizados em duas épocas: uma em dezembro e outra em fevereiro.

§ 1.º Os exames de admissão para os candidatos à matrícula inicial no curso comercial básico versarão sobre as disciplinas de português, matemática, geografia do Brasil e história do Brasil. Os estabelecimentos de ensino comercial, que exigirem exames de admissão como condição da matrícula inicial em qualquer dos cursos comerciais técnicos, indicarão as disciplinas sobre que devam versar esses exames.

§ 2.º O candidato aos exames de admissão deverá fazer, na inscrição, prova das condições exigidas pelo art. 20 e, conforme o caso, pelas duas primeiras alíneas do n. I, ou pelo n. II, do art. 21 desta lei.

§ 3.º Poderão inscrever-se nos exames de admissão de segunda época os candidatos que, em primeira época, os não tiverem prestado ou neles não tenham sido aprovados.

§ 4.º O candidato não aprovado em exames de admissão num estabelecimento de ensino comercial não poderá repeti-los em outro, na mesma época.

SECÇÃO III

Da matrícula e da transferência

Art. 23. A matrícula far-se-á nos trinta dias anteriores ao início do período letivo.

Art. 24. A concessão de matrícula dependerá, quanto à primeira série, de ter o candidato satisfeito as condições de admissão, e, quanto a qualquer outra, de estar habilitado na série anterior.

Art. 25. É permitida, entre estabelecimentos de ensino comercial do país, a transferência de alunos. É também permitida a transferência de aluno proveniente de estabelecimento estrangeiro de ensino comercial, de reconhecida idoneidade.

Parágrafo único. A transferência, no caso da segunda parte deste artigo, far-se-á com adaptação do aluno ao plano de estudos do curso para que se transferiu.

SECÇÃO IV

Das aulas

Art. 26. As aulas são de frequência obrigatória.

Art. 27. Mensalmente será dada, em cada disciplina, e a cada aluno, pelo respectivo professor, uma nota resultante da avaliação de seu aproveitamento, por meio de exercícios. Se, por falta de comparecimento, não se puder apurar o aproveitamento de um aluno, ser-lhe-á atribuída a nota zero.

Parágrafo único. A média aritmética das notas de cada mês, em uma disciplina, será a nota anual de exercícios dessa disciplina.

Art. 28. Os programas de ensino deverão ser executados na íntegra, de conformidade com as respectivas instruções metodológicas.

SECÇÃO V

Dos exames de suficiência

Art. 29. Os exames de suficiência destinam-se à verificação periódica do aproveitamento dos alunos, para efeito não só de promoção de uma série a outra, mas também de conclusão do curso.

Art. 30. Os exames de suficiência, em cada disciplina, compreenderão uma primeira e uma segunda prova parcial e uma prova final.

Parágrafo único. As provas parciais versarão sobre a matéria ensinada até uma semana antes da realização de cada uma, e a prova final sobre toda a matéria ensinada na série.

Art. 31. As duas provas parciais serão, conforme a natureza da disciplina, escritas ou práticas.

§ 1.º As provas parciais serão prestadas perante o professor da disciplina.

§ 2.º A primeira prova parcial será realizada em junho, e a segunda em outubro.

§ 3.º Facultar-se-á segunda chamada ao aluno que à primeira não tiver comparecido por moléstia impeditiva de trabalho escolar ou por motivo de luto em consequência de falecimento de pessoa de sua família.

§ 4.º Somente se permitirá a segunda chamada até o fim do mês seguinte ao em que se fez a primeira.

§ 5.º Dar-se-á a nota zero ao aluno que deixar de comparecer à primeira chamada sem motivo de força maior nos termos do § 3.º deste artigo ou ao que não comparecer à segunda chamada.

Art. 32. A prova final será, conforme a natureza da disciplina, oral ou prática.

§ 1.º A prova final prestar-se-á perante banca examinadora.

§ 2.º Haverá duas épocas de prova final. A primeira terá início a 1 de dezembro, e a segunda será em fevereiro.

§ 3.º Não poderá prestar prova final, na primeira ou na segunda época, o aluno que tiver, como resultado dos exercícios e das duas provas parciais, no conjunto das disciplinas, média aritmética inferior a três. Também não poderá prestar prova final, na primeira época, o aluno que tiver faltado a vinte e cinco por cento da totalidade das aulas dadas nas disciplinas ou a trinta por cento da totalidade das aulas dadas nas práticas educativas, e, na segunda época, o aluno que tiver incidido no dobro das mesmas faltas.

§ 4.º Só poderá prestar prova final em segunda época o aluno que não a tiver feito na primeira por motivo de força maior nos termos do § 3.º do artigo anterior, ou o que, tendo-a prestado em primeira época, houver satisfeito uma das condições de habilitação referidas no artigo seguinte.

Art. 33. Considerar-se-á habilitado o aluno que satisfizer as duas condições seguintes: a) obter, no grupo das disciplinas de cultura geral e bem assim no grupo das disciplinas de cultura técnica, a nota global cinco pelo menos; b) obter, em cada disciplina, a nota final quatro pelo menos.

§ 1.º A nota global, em cada grupo de disciplinas, será a média aritmética das notas finais dessas disciplinas.

§ 2.º A nota final de cada disciplina será a média ponderada de quatro elementos: a nota anual de exercícios e as notas da primeira e segunda provas parciais e da prova final. A esses elementos se atribuirão respectivamente os pesos dois, dois, quatro e dois.

SECCÃO VI

Dos trabalhos complementares

Art. 34. São trabalhos complementares: a) as atividades sociais escolares; b) as excursões.

§ 1.º Os estabelecimentos de ensino comercial velarão pelo desenvolvimento, entre os alunos, de instituições sociais de caráter educativo, criando, na vida delas, com um regime de autonomia, as condições favoráveis à formação do gênio desportivo, dos bons sentimentos de camaradagem e sociabilidade, dos hábitos econômicos, do espírito de iniciativa e do amor à profissão.

§ 2.º Farão os alunos, conduzidos por autoridade docente, excursões em repartições públicas ou estabelecimentos comerciais ou industriais com o fim de observarem as atividades relacionadas com os seus estudos.

SECCÃO VII

Dos alunos repetentes

Art. 35. Quando repetentes por não terem alcançado a habilitação nos termos do art. 33 desta lei, serão os alunos obrigados a todos os trabalhos escolares e complementares da série repetida.

SECCÃO VIII

Dos diplomas

Art. 36. Serão conferidos pelos estabelecimentos de ensino comercial os diplomas seguintes:

1. Aos que concluírem o curso comercial básico, o diploma de auxiliar de escritório.

2. Aos que concluírem os cursos de comércio e propaganda, de administração, de contabilidade, de estatística ou de secretariado, respectivamente, o diploma de técnico em comércio e propagandas, assistente de administração, guarda-livros, estatístico auxiliar ou secretário.

§ 1.º Permitir-se-á a revalidação de diploma da natureza dos de que trata este artigo, conferido por estabelecimento estrangeiro de ensino comercial.

§ 2.º Os diplomas de que trata o presente artigo estarão sujeitos a inscrição no registo competente do Ministério da Educação.

SECCÃO IX

Da caderneta escolar

Art. 37. Os alunos dos estabelecimentos de ensino comercial possuirão uma caderneta, em que se lançará o histórico de sua vida escolar, desde o ingresso com os exames de admissão, até a conclusão, com a expedição do devido diploma.

CAPÍTULO V

DA EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

Art. 38. Os estabelecimentos de ensino comercial tomarão cuidado especial e constante com a educação moral e cívica de seus alunos. Essa educação não será dada em tempo limitado, mediante a execução de um programa específico, mas resultará da execução de todos os programas que dêem ensêjo a êsse objetivo, e, de um modo geral, do próprio processo da vida escolar, que, em tôdas as atividades e circunstâncias, deverá transcorrer em termos de elevada dignidade e fervor patriótico.

CAPÍTULO VI

DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL

Art. 39. Far-se-á, nos estabelecimentos de ensino comercial, a orientação educacional e profissional.

Art. 40. É função da orientação educacional e profissional, mediante as necessárias observações, velar no sentido de que cada aluno execute satisfatoriamente os trabalhos escolares e em tudo o mais, tanto no que interessa à sua saúde quanto no que respeita aos seus assuntos e problemas intelectuais e morais, na vida escolar e fora dela, se conduza de maneira segura e conveniente, e bem assim se encaminhe com acêrto na escolha ou nas preferências de sua profissão.

Art. 41. A orientação educacional e profissional estará continuamente articulada com os professores e, sempre que possível, com a família dos alunos.

TÍTULO III

Dos Cursos de Continuação e de Aperfeiçoamento

CAPÍTULO I

DOS CURSOS DE CONTINUAÇÃO

Art. 42. Os cursos de continuação ou cursos práticos de comércio reger-se-ão pelas seguintes prescrições:

1. Os estabelecimentos de ensino comercial ministrarão os cursos que as condições do meio exigirem, e cuja organização seja compatível com as suas possibilidades financeiras e técnicas.

2. Serão admitidos à matrícula, satisfeitas as formalidades que em cada caso se estabelecerem, jovens e adultos que tenham interesse em fazer rápido estudo que possa habilitar ao exercício das mais simples ou correntes atividades no comércio e na administração.

3. A duração dos cursos variará de acôrdo com a matéria de cada um.

4. Os trabalhos escolares constarão de lições e exercícios. A habilitação dependerá de frequência e de notas suficientes nos exercícios.

5. A conclusão de um curso, dará direito a um certificado, com menção da matéria estudada.

CAPÍTULO II

DOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Art. 43. Os cursos de aperfeiçoamento regular-se-ão pelos preceitos seguintes:

1. Os estabelecimentos de ensino comercial ministrarão os cursos que as suas condições financeiras e técnicas permitirem.
2. Os cursos serão accessíveis aos portadores de diploma de conclusão de um dos cursos de formação de que trata esta lei.
3. A duração e a constituição de cada curso variarão de conformidade com a natureza da disciplina ou disciplinas que devam ser ministradas.
4. Os trabalhos escolares constarão de lições, exercícios e exames. A habilitação dependerá de frequência e de notas suficientes nos exercícios e exames.
5. A conclusão de um curso dará direito a um certificado, com menção da modalidade e extensão dos estudos concluídos.

TÍTULO IV

Da Organização Escolar

CAPÍTULO I

DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO COMERCIAL FEDERAIS, EQUIPARADOS E RECONHECIDOS

Art. 44. O ensino comercial será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular.

Art. 45. Poderá haver no país estabelecimentos de ensino comercial federais, que serão os mantidos e administrados sob a responsabilidade directa da União, e bem assim duas outras modalidades desses estabelecimentos de ensino: os equiparados e os reconhecidos.

§ 1.º Equiparados serão os estabelecimentos de ensino comercial mantidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal, e que hajam sido autorizados pelo Governo Federal.

§ 2.º Reconhecidos serão os estabelecimentos de ensino comercial mantidos pelos Municípios ou por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado, e que hajam sido autorizados pelo Governo Federal.

Art. 46. Conceder-se-á a equiparação ou o reconhecimento, mediante prévia verificação, aos estabelecimentos de ensino comercial cuja organização, sob todos os pontos de vista, possua as condições imprescindíveis a um regular e útil funcionamento.

§ 1.º A equiparação ou o reconhecimento será concedido com relação a um ou mais cursos de formação determinados, podendo estender-se, mediante a necessária verificação, a outros cursos também de formação.

§ 2.º A equiparação ou o reconhecimento será suspenso ou cassado sempre que o estabelecimento de ensino comercial, por deficiência de organização ou quebra de regime, não assegurar a continuidade das condições de eficiência indispensáveis.

Art. 47. O Ministério da Educação exercerá inspeção sobre os estabelecimentos de ensino comercial equiparados e reconhecidos. Essa inspeção far-se-á não somente sob o ponto de vista administrativo mas ainda com o caráter de orientação pedagógica.

Art. 48. Os estabelecimentos de ensino comercial colocados sob a administração dos Territórios não poderão validamente funcionar sem prévia autorização do Ministério da Educação. A esses estabelecimentos de ensino comercial se estenderá a inspeção de que trata o artigo anterior.

Art. 49. Somente os estabelecimentos de ensino comercial federais, equiparados e reconhecidos poderão usar qualquer das denominações fixadas pelo art. 8.º, ou expedir qualquer dos diplomas indicados pelo art. 37 desta lei.

Parágrafo único. A violação do preceito do presente artigo importará a proibição de funcionamento.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Art. 50. A administração de cada estabelecimento de ensino comercial estará enfeixada na autoridade do diretor, que presidirá ao funcionamento dos serviços escolares, ao trabalho dos professores e orientadores, às atividades dos alunos e às relações da comunidade escolar com a vida exterior.

Art. 51. Serão observadas, quanto à administração escolar, nos estabelecimentos de ensino comercial, as seguintes prescrições:

1. As matrículas deverão ser limitadas à capacidade didática de cada estabelecimento de ensino comercial.

2. Serão convenientemente coordenados e executados os trabalhos escolares e complementares nos cursos de formação, e devidamente escolhidos os períodos especiais, no decurso do período letivo e durante as férias, para a realização dos cursos de continuação e de aperfeiçoamento.

3. Manter-se-á permanente regularidade quanto ao provimento e à frequência dos membros do corpo docente.

4. Cada estabelecimento de ensino comercial disporá de um serviço de saúde, que nele assegure a constante observância de um adequado regime de higiene escolar.

5. Dar-se-á a necessária eficiência aos serviços administrativos gerais: à organização e ao funcionamento burocrático, à escrituração escolar, à conservação do edifício ou edifícios utilizados e à conservação e à ordem do material escolar.

CAPÍTULO III

DO CORPO DOCENTE

Art. 52. O corpo docente, nos estabelecimentos de ensino comercial, compor-se-á de professores e de orientadores.

Art. 53. A constituição do corpo docente far-se-á com observância dos seguintes preceitos:

1. Deverão os professores das disciplinas de cultura geral e de cultura técnica e os das práticas educativas e bem assim os orientadores receber conveniente formação em cursos apropriados.

2. O provimento em caráter efetivo dos professores e dos orientadores dos estabelecimentos de ensino comercial, federais ou esquiparados dependerá da prestação de concurso.

3. Dos candidatos ao exercício das funções de professor ou orientador nos estabelecimentos de ensino comercial reconhecidos exigir-se-á prévia inscrição no competente registro do Ministério da Educação.

4. É de conveniência pedagógica que os professores das disciplinas de cultura técnica que exijam esforços continuados e os orientadores trabalhem em regime de tempo integral.

CAPÍTULO IV

DA CONSTRUÇÃO E DO MATERIAL ESCOLARES

Art. 54. Os estabelecimentos de ensino comercial, para que possam válidamente funcionar, deverão satisfazer, quanto à construção do edifício ou edifícios que utilizarem, e quanto ao seu material escolar, as normas pedagógicas estabelecidas pelo Ministério da Educação.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO E REGIME DE CADA ESTABELECIMENTO DE ENSINO COMERCIAL

Art. 55. Os preceitos especiais relativos à organização e ao regime de cada estabelecimento de ensino comercial serão definidos pelo respectivo regimento.

TÍTULO V

Do Regime Disciplinar

Art. 56. A direção dos estabelecimentos de ensino comercial velará no sentido de que se observe constantemente, pelo corpo docente, pelo corpo discente e pelo pessoal administrativo, o regime disciplinar obrigatório.

TÍTULO VI

Das Providências Auxiliares

Art. 57. Nenhuma taxa recairá sobre os alunos dos estabelecimentos de ensino comercial.

Art. 58. Aos poderes públicos em geral incumbe:

I. Adotar, nos estabelecimentos oficiais de ensino comercial, o regime da gratuidade.

II. Promover, em entendimento e cooperação com os círculos interessados e em benefício dos adolescentes que não possuam recursos bastantes, a

instituição de serviços e providências assistenciais que possibilitem a formação profissional dos candidatos de vocação e o aperfeiçoamento profissional dos mais bem dotados.

III. Facilitar, pela realização de cursos de aperfeiçoamento, a elevação do nível dos conhecimentos e da competência pedagógica dos professores e dos orientadores dos estabelecimentos de ensino comercial.

TÍTULO VII

Disposições Finais

Art. 59. Constitue matéria de regulamentação especial a definição da estrutura dos cursos de formação do ensino comercial: enumeração e seriação das disciplinas e disposições especiais sobre os programas de ensino para essas disciplinas e para as práticas educativas.

Art. 60. Serão ainda expedidos pelo Presidente da República os demais regulamentos necessários à execução da presente lei. Para o mesmo efeito dessa execução e para execução dos regulamentos que sobre a matéria baixar o Presidente da República, expedirá o Ministro da Educação as necessárias instruções.

Art. 61. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 62. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 6.142 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1943

Disposições transitórias para execução da lei orgânica do ensino comercial

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os estabelecimentos de ensino comercial, ora reconhecidos pelo Governo Federal, deverão, até o início do ano escolar de 1944, adaptar-se, quanto à organização e ao regime, aos preceitos normativos fixados pela lei orgânica do ensino comercial.

Art. 2.º Os alunos que hajam concluído a primeira série do curso de auxiliar do comércio e os que hajam concluído a primeira ou a segunda série do curso propedêutico poderão adaptar-se, no ano escolar de 1944, à série adequada do curso comercial básico.

Art. 3.º É facultado aos portadores do certificado de conclusão do curso de auxiliar do comércio ingressar no curso comercial básico, mediante matrícula na série adequada ao nível dos estudos concluídos.

Art. 4.º Os portadores do certificado de conclusão do curso propedêutico poderão ser admitidos à matrícula inicial em qualquer dos cursos comerciais técnicos.

Art. 5.º Os alunos que tenham ultrapassado a primeira série de um dos cursos técnicos definidos na legislação ora revogada poderão concluí-lo segundo o plano de estudos com que o iniciaram, ou adaptar-se a curso similar da nova legislação, na série adequada aos conhecimentos adquiridos.

Art. 6.º Para execução do presente decreto-lei, baixará o Ministro da Educação as instruções necessárias.

Art. 7.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 6.143 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1943

Orça a Receita e fixa a Despesa Geral da República para o exercício de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Orçamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil, para o exercício de 1944, estima a Receita em seis bilhões, quatrocentos e trinta milhões, duzentos e trinta e três mil cruzeiros (Cr\$ 6.430.233.000,00) e fixa a Despesa em seis bilhões, quatrocentos e três milhões, quinhentos e trinta e um mil, novecentos e dez cruzeiros (Cr\$ 6.403.531.910,00).

Art. 2.º A Receita, conforme Anexo n. 1, será realizada com o produto do que fôr arrecadado sob os seguintes títulos e sub-títulos:

	Cr\$	Cr\$
Renda ordinária:		
I — Rendas Tributárias	5.319.480.000,00	
II — Rendas Patrimoniais	9.500.000,00	
III — Rendas Industriais	356.141.000,00	
IV — Diversas Rendas	257.972.000,00	5.943.093.000,00
		<hr/>
Renda Extraordinária		487.140.000,00
		<hr/>
Total da Receita		6.430.233.000,00

Art. 3.º A Despesa, na forma dos Anexos de ns. 2 a 22, distribuir-se-á do seguinte modo, para satisfação dos encargos da União, custeio e manutenção dos serviços públicos:

	Cr\$
Anexo n. 2 — Presidência da República	2.496.800,00
Anexo n. 3 — Departamento Administrativo do Serviço Público	16.181.900,00
Anexo n. 4 — Departamento de Imprensa e Propaganda	14.501.760,00
Anexo n. 5 — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	21.040.000,00
Anexo n. 6 — Conselho Federal de Comércio Exterior	1.882.700,00
Anexo n. 7 — Conselho de Imigração e Colonização ..	470.900,00
Anexo n. 8 — Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica	1.504.000,00
Anexo n. 9 — Conselho Nacional do Petróleo	50.021.000,00
Anexo n. 10 — Conselho de Segurança Nacional	495.640,00
Anexo n. 11 — Coordenação da Mobilização Econômica	11.453.800,00
Anexo n. 12 — Comissão Central de Requisições	407.100,00
Anexo n. 13 — Ministério da Aeronáutica	535.854.690,00
Anexo n. 14 — Ministério da Agricultura	236.146.310,00
Anexo n. 15 — Ministério da Educação e Saúde	428.500.654,00
Anexo n. 16 — Ministério da Fazenda	1.672.076.234,00
Anexo n. 17 — Ministério da Guerra	1.365.790.163,00
Anexo n. 18 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores	347.725.239,00
Anexo n. 19 — Ministério da Marinha	535.270.568,00
Anexo n. 20 — Ministério das Relações Exteriores	78.037.355,00
Anexo n. 21 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	309.458.000,00
Anexo n. 22 — Ministério da Viação e Obras Públicas	774.217.097,00
Total da Despesa	6.403.531.910,00

Art. 4.º Fica o Ministério de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a realizar as operações de crédito que se tornarem necessárias para antecipação da Receita, até o máximo de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros).

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Osvaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 6.144 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1943

Institue o "Plano de Obras e Equipamentos", e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica instituído o "Plano de Obras e Equipamentos", para vigorar por cinco (5) exercícios, a partir de 1 de janeiro de 1944.

Art. 2.º A execução total do "Plano" é estimada na importância de cinco bilhões de cruzeiros (Cr\$ 5.000.000.000,00), anualmente aplicável, pela quinta parte, sob a forma de orçamento especial.

Art. 3.º A receita do "Plano de Obras e Equipamentos" constituir-se-á dos seguintes recursos:

- 1 — Taxa sobre operações cambiais.
- 2 — Lucro das operações bancárias em que o Tesouro tenha coparticipação.
- 3 — Produto de cambiais provenientes de ouro remetido para o exterior.
- 4 — Juros das contas especiais, abertas no Banco do Brasil S. A. para centralização dos recursos previstos neste decreto-lei e das contas do Plano a que se refere o decreto-lei n. 1.058, de 19 de janeiro de 1939.
- 5 — Dividendos de capitais da União empregados em sociedades de economia mista ou autarquias de exploração comercial ou industrial.
- 6 — Produto de operações de crédito.
- 7 — Saldos que forem apurados nos balanços gerais da Receita e Despesa da União.
- 8 — Outras rendas que eventualmente lhe forem atribuídas.

Art. 4.º Os recursos de que trata o artigo anterior serão arrecadados pelo Ministério da Fazenda e centralizados em conta especial no Banco do Brasil S. A., a ser movimentada exclusivamente pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, na conformidade das instruções expedidas pelo Presidente da República.

Art. 5.º O Presidente da República determinará, anualmente, a aplicação desses recursos pelos diversos Ministérios e demais órgãos da administração, destinando-os à execução de obras públicas e equipamentos.

§ 1.º A realização das despesas obedecerá às tabelas discriminativas, organizadas pela Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda e anexas ao decreto-lei que expedir o orçamento especial e de acordo com os destaques que, no decorrer do exercício, forem previamente aprovados pelo Presidente da República.

§ 2.º O Tribunal de Contas distribuirá às repartições respectivas, na conformidade das tabelas encaminhadas pelo Ministério da Fazenda, os créditos a serem aplicados na execução do "Plano".

Art. 6.º Quando forem celebrados contratos ou ajustes, de valor superior a um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), para a realização de quaisquer despesas à conta dos recursos do "Plano", ficarão tais contratos ou ajustes sujeitos a registro prévio pelo Tribunal de Contas, na forma da legislação em vigor.

§ 1.º Na hipótese de recusa de registro, poderá o Presidente da República mandar executar o contrato ou ajuste, se o bem público ou o interesse da administração o reclamar.

§ 2.º O Tribunal de Contas examinará a execução dos contratos e ajustes a que se refere este artigo, em face do relatório de que trata o art. 10.

Art. 7.º As ordens de pagamento expedidas ou as disponibilidades existentes no Banco do Brasil S. A. para execução dos programas e projetos

aprovados pelo Presidente da República à conta das respectivas dotações, serão, quando não utilizadas dentro do exercício, consideradas despesas efetivas e conseqüentemente levadas a "Restos a Pagar" em conta especial do "Plano".

Parágrafo único. Poderão, também, ser levadas a "Restos a Pagar" as despesas autorizadas, até 31 de dezembro, pelo Presidente da República e relacionadas para esse fim, até 15 de janeiro seguinte, por autorização do Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

Art. 8.º A comprovação primária das despesas realizadas para execução do "Plano" será feita perante os Ministros de Estado e dirigentes dos órgãos subordinados ao Presidente da República.

§ 1.º Examinadas e julgadas as contas por estas autoridades, deverão constituir, em seguida, objeto de circunstanciado relatório que será encaminhado, até 30 de junho de cada ano, ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

§ 2.º Cabe ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda proceder à coordenação de todos os relatórios e submetê-los, com o parecer da Comissão de Orçamento, à consideração do Presidente da República para os fins do art. 10.

Art. 9.º A Contadoria Geral da República demonstrará as operações de receita e despesa com a execução do "Plano" em balanço à parte, incorporando, porém, os seus resultados ao balanço patrimonial da União.

Art. 10. Até 30 de setembro de cada ano, o Presidente da República, por intermédio do Ministério da Fazenda e em circunstanciado relatório, dará contas, ao Tribunal de Contas, das operações realizadas no exercício antecedente e constantes dos balanços da Contadoria Geral da República, com a aplicação do regime especial instituído por este decreto-lei.

Art. 11. O Tribunal de Contas procederá ao exame das operações do "Plano" em face do relatório circunstanciado a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. Procederá, igualmente, o Tribunal de Contas ao exame das despesas realizadas à conta dos créditos levados a "Restos a Pagar", em face dos elementos para esse fim anexos àquele relatório circunstanciado.

Art. 12. O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Osvaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho

DECRETO-LEI N. 6.145 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1943

Orça a receita e fixa a despesa do "Plano de Obras e Equipamentos" para o exercício de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos do decreto-lei n. 6.144, de 29 de dezembro de 1943, decreta:

Art. 1.º A receita do "Plano de Obras e Equipamentos", no exercício de 1944, é estimada em um bilhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000.000,00) e constituir-se-á dos recursos que forem arrecadados sob as seguintes rubricas:

	Cr\$
1. Taxa sobre operações cambiais	300.000.000,00
2. Lucro das operações bancárias em que o Tesouro tenha coparticipação	150.000.000,00
3. Produto de cambiais provenientes do ouro remetido para o exterior	—
4. Juros das contas do "Plano" no Banco do Brasil ..	30.000.000,00
5. Dividendos de capitais da União empregados em sociedades de economia mista e autarquias de exploração comercial e industrial	50.000.000,00
6. Produto de operações de crédito	200.000.000,00
7. Saldos que forem apurados em balanços	—
8. Eventuais	270.000.000,00
Total da receita	1.000.000.000,00

Parágrafo único. À rubrica 8 — Eventuais, serão levadas as importâncias de "Restos a Pagar" provenientes da execução do "Plano" instituído pelo decreto-lei n. 1.058, de 19 de janeiro de 1939, as quais, por motivo de cancelamento de contratos, forem mandadas assim escriturar pelo Ministro da Fazenda.

Art. 2.º A despesa do "Plano de Obras e Equipamentos", no exercício de 1944, é fixada em um bilhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000.000,00) e obedecerá à seguinte distribuição:

	Cr\$
1. Departamento Administrativo do Serviço Público	200.000,00
2. Conselho Nacional do Petróleo	15.000.000,00
3. Ministério da Aeronáutica	90.000.000,00
4. Ministério da Agricultura	83.212.210,00
5. Ministério da Educação e Saúde	113.461.589,00
6. Ministério da Fazenda	10.865.000,00
7. Ministério da Guerra	81.400.000,00
8. Ministério da Justiça e Negócios Interiores	31.524.778,00
9. Ministério da Marinha	15.220.000,00
10. Ministério das Relações Exteriores	3.500.000,00
11. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	1.500.000,00
12. Ministério da Viação e Obras Públicas	554.116.423,00
Total da despesa	1.000.000.000,00

Art. 3.º Faz parte integrante dêste decreto-lei a tabela que o acompanha de discriminação das despesas do "Plano de Obras e Equipamentos".

Art. 4.º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a promover as operações de crédito que se fizerem necessárias, até o limite previsto na rubrica número seis (6) do art. 1.º d'este decreto-lei.

Art. 5.º O presente decreto-lei entra em vigor em 1 de janeiro de 1944.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Osvaldo Aranha.

Apolônio Sales.

Gustavo Capanema.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

DECRETO-LEI N. 6.146 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1943

Cria, no Ministério da Fazenda, o cargo, em comissão, de Administrador do Edifício da Fazenda, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, o cargo, em comissão, de Administrador do Edifício da Fazenda, padrão N, e extinta a função gratificada de Administrador do mesmo Edifício.

Art. 2.º A despesa decorrente d'este decreto-lei correrá à conta do saldo da conta-corrente do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.147 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1943

Altera a redação do artigo 5.º e seus parágrafos do decreto-lei n. 3.346, de 12 de junho de 1941

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Passam a ter a seguinte redação o artigo 5.º e seus parágrafos do decreto-lei n. 3.346, de 12 de junho de 1941:

“Art. 5.º Os sindicatos portuários e marítimos, notificados devidamente dois (2) meses antes de expirado o mandato dos representantes dos empregadores e dos empregados, e seus suplentes, en-

viarão à Diretoria do Trabalho Marítimo, dentro de vinte (20) dias e contar da data do recebimento da notificação, uma lista de cinco (5) nomes; para a escolha dos novos representantes e suplentes pelo delegado, que os indicará imediatamente ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 1.º A escolha a que se refere este artigo recairá em brasileiro nato, maior de 25 anos, portador de carteira profissional e que esteja no pleno exercício da profissão há mais de dois (2) anos.

§ 3.º Os representantes de classe exercerão o mandato por dois (2) anos, não podendo ser reconduzidos para o período imediato”.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 6.148 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1943

Prorroga o mandato dos atuais representantes dos empregadores e dos empregados, e seus suplentes, nos Conselhos das Delegacias do Trabalho Marítimo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até a posse dos novos representantes dos empregadores e dos empregados, e suplentes respectivos, nos Conselhos das Delegacias de Trabalho Marítimo, o mandato dos atuais e seus suplentes.

Art. 2.º A escolha dos representantes e suplentes que substituirão aqueles que tiverem o mandato prorrogado será feita imediatamente e de acordo com as normas do decreto-lei n. 6.147, de 29 de dezembro de 1943.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N. 6.149 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para despesas com a administração do Território do Amapá e torna sem aplicação igual quantia no orçamento em vigor.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para atender a despesas com a instalação, inclusive pessoal e material, da administração do Território do Amapá.

Art. 2.º Fica sem aplicação a importância de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) na Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação I — Diversos, Subconsignação 38 — Territórios, 01 — Gabinete do Ministro, Anexo 16 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do Orçamento Geral da República, em vigor decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942).

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.150 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1943

Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 4.977, de 19 de novembro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogada, até o encerramento do exercício de 1944, a vigência do crédito especial de três milhões, trezentos e quarenta e quatro mil e trinta e quatro cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 3.344.034,10), aberto ao Ministério da Educação e Saúde pelo decreto-lei n. 4.977, de 19 de novembro de 1942, para liquidação de despesas com instalações dos Liceus Industriais nos Estados do Amazonas, Maranhão, Espírito Santo, Goiaz e Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.151 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para aquisição de terrenos do antigo Derby Clube

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de vinte milhões de cruzeiros (Cr\$ 20.000.000,00), para atender à despesa (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) com a aquisição de ter-

renos do antigo Derby Clube, de propriedade do Jockey Clube Brasileiro, sítos nesta Capital, destinados à construção do Estádio Nacional.

Art. 2.º O pagamento do preço ajustado será feito na forma estabelecida no art. 2.º do decreto-lei n. 3.904, de 5 de dezembro de 1941.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.152 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 8.100,00, para pagamento de ajuda de custo pela Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de oito mil e cem cruzeiros (Cr\$ 8.100,00), para atender ao pagamento (Pessoal), pela Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, da ajuda de custo a que tem direito o engenheiro, classe M, Valdemar Neri Carneiro Monteiro, na conformidade da legislação vigente.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.153 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1943

Autoriza o Ministério da Fazenda a aceitar a doação que o Sr. Arnaldo Guinle faz à União de duas áreas de terras, que menciona, situadas nas imediações do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Fazenda, pela Diretoria do Domínio da União, autorizado a aceitar a doação, que o Sr. Arnaldo Guinle propôs fazer à União, com plena aquiescência do Ministério da Agricultura, de duas áreas

de terras situadas nas imediações do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Estado do Rio de Janeiro, as quais constituirão parte integrante do mesmo Parque Nacional, sendo uma com a área aproximada de cento e vinte e três alqueires geométricos e a outra, denominada lote número sessenta e oito (68) da Granja Guarani, com a área de vinte e dois mil e seiscentos metros quadrados (22.600 m²), tudo de acôrdo com a discriminação técnica constante do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n. 98.914, de 1942.

Art. 2.º Pela citada área do lote n. 68 da Granja Guarani receberá o doador a indenização de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00), pagável na forma da legislação em vigor, em ressarcimento de igual importância que restituira a promitente comprador da mesma área, em transação ajustada anteriormente pelo preço de cinquenta e oito mil cruzeiros (Cr\$ 58.000,00), desfeita para possibilitar a doação de que ora se trata.

Art. 3.º Na Diretoria do Domínio da União assinar-se-á o contrato da doação das terras mencionadas no art. 1.º e nas condições estipuladas no artigo 2.º, com os elementos técnicos constantes do processo antes mencionado.

§ 1.º O contrato será lavrado em livro da repartição e valerá como escritura pública para efeito de transcrição no Registro de Imóveis competente.

§ 2.º O contrato será isento de qualquer imposto de selo ou emolumentos e sua transcrição no Registro de Imóveis competente far-se-á gratuitamente, mediante certidão *verbo ad verbum*.

Art. 4.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00), para atender ao pagamento (Desapropriação e Aquisição de Imóveis) da indenização mencionada no art. 2.º.

Art. 5.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 6.154 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1943

Retifica tabela anexa ao decreto-lei n. 5.976, de 10 de novembro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica incluído, na Tabela de Vencimentos do Pessoal Militar, anexa ao decreto-lei n. 5.976, de 10 de novembro de 1943, o vencimento antigo de Cr\$ 189,00, ao qual corresponde o vencimento novo de Cr\$ 284,00, que também se inclui na referida Tabela.

Art. 2.º O aumento ao pessoal que percebia aquele vencimento é devido a partir de 1 de dezembro de 1943.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.155 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1943

Reorganiza o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (C. N. E. P. A.), do Ministério da Agricultura, instituído pelo decreto-lei n. 982, de 23 de novembro de 1938, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, tem por finalidade ministrar o ensino agrícola e veterinário e executar, coordenar e dirigir as pesquisas agronômicas no país.

Art. 2.º O C. N. E. P. A. compõe-se dos seguintes órgãos:

- I — Universidade Rural (U. R.).
- II — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas (S. N. P. A.).
- III — Serviço Médico (S. Méd.).
- IV — Superintendência de Edifícios e Parques (S. E. P.).
- V — Serviço de Administração (S. A.).
- VI — Biblioteca (B.).

Art. 3.º A U. R. tem por fim:

- I — promover e estimular o progresso do ensino da agronomia e da veterinária, em todos os seus graus;
- II — ministrar o ensino superior da agronomia e da veterinária;
- III — promover cursos para formação de especialistas e pesquisadores para as carreiras do Ministério da Agricultura e demais órgãos da Administração pública, paraestatal e privada;
- IV — formar profissionais e técnicos nos vários ramos da atividade rural;
- V — promover cursos de extensão e congêneres para agricultores, criadores e interessados na melhoria de seus conhecimentos de agricultura, pecuária e indústrias rurais.

Art. 4.º A U. R. compõe-se de:

- I — atual Escola Nacional de Agronomia;
- II — atual Escola Nacional de Veterinária;
- III — atuais Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização;
- IV — Cursos de Extensão;
- V — Serviço Escolar;
- VI — Serviço de Desportos;

Art. 5.º O S. N. P. A. tem por fim:

- I — dirigir e coordenar as pesquisas agronômicas no País;
- II — promover, por meio de pesquisas, o progresso da agricultura;
- III — organizar programas anuais de trabalhos, que correspondam às necessidades nacionais;
- IV — delimitar as regiões naturais típicas do País, tendo em consideração, especialmente, as condições agro-geológicas e climáticas;
- V — superintender os órgãos de experimentação agrícola;
- VI — cooperar com a Universidade Rural nos cursos relacionados com as atividades de seus diferentes Institutos.

Art. 6.º O S. N. P. A. se compõe:

I — dos atuais Institutos de Ecologia e Experimentação Agrícolas, que passarão a constituir um só órgão, com a denominação de Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas (I. E. Exp. A.);

II — do atual Instituto de Química Agrícola (I. Q. A.);

III — do atual Instituto Nacional de Óleos (I. N. O.) que passa a denominar-se Instituto de Óleos (I. O.);

VI — do atual Laboratório Central de Enologia, que passará a denominar-se Instituto de Fermentação (I. F.);

V — do atual Instituto Agrônômico do Norte, com a sua rede de estabelecimentos experimentais, abrangendo os Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Território do Acre;

VI — do Instituto Agrônômico do Nordeste, abrangendo os estabelecimentos experimentais dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia;

VII — do Instituto Agrônômico do Sul, abrangendo os estabelecimentos experimentais dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

VIII — do Instituto Agrônômico do Oeste, abrangendo os estabelecimentos experimentais dos Estados de Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás.

§ 1.º Os Institutos Agrônômicos a que se referem os itens V, VI, VII e VIII, dêste artigo, se constituirão em rede nacional de experimentação agrícola, sob a direção do Serviço de Pesquisas Agronômicas.

§ 2.º Os Institutos Agrônômicos de que cogitam os itens VI, VII e VIII, dêste artigo, serão instalados diretamente pelo Governo da República ou mediante acôrdo com os Governos dos Estados compreendidos nas respectivas regiões.

§ 3.º Junto a cada um dos institutos regionais, o Governo da República criará, diretamente, ou mediante acôrdo com os Estados ou instituições interessadas, centros regionais de ensino, nos moldes da Universidade Rural do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

Art. 7.º Os estabelecimentos experimentais do Distrito Federal e dos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, ficam subordinados ao Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas.

Art. 8.º Passarão à categoria de Estações Experimentais os atuais Campos Experimentais e Campos de Sementes:

I — Campo Experimental de Sementes de Coqueiro em Aracajú, Sergipe;

II — Campo de Sementes de Cereais e Leguminosas em São Simão, São Paulo.

Art. 9.º Passarão à categoria de Sub-Estações Expedimentais os atuais Campos Experimentais e Campos de Sementes:

I — Campo de Sementes de Cana de Açúcar em Barbalha, Ceará;

II — Campo de Sementes de Fumo em São Gonçalo dos Campos, Bahia;

III — Campo Experimental de Café em Machado, Minas Gerais;

IV — Campo Experimental de Café em Anápolis, Goiás.

Art. 10.º O Aprendizado Agrícola construído nas terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz, no quilômetro 47 da rodovia Rio-São Paulo, depois de convenientemente instalado pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, funcionará em regime especial de colaboração com a Universidade Rural, nos termos de instruções de serviço que serão baixadas pelo Ministro da Agricultura.

Art. 11. Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, um cargo isolado, de provimento em comissão, padrão P, de Diretor da Universidade Rural e um cargo isolado, de provimento em comissão, padrão P, de Diretor do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

Art. 12. Fica suprimido, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, o cargo isolado, de provimento em comissão, padrão O, de Diretor do Instituto de Experimentação Agrícola.

Art. 13. Este decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1944, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 6.156 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Guerra o crédito suplementar de Cr\$ 2.400.000,00, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros (Cr\$ 2.400.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do vigente orçamento do Ministério da Guerra (Anexo n. 15 do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942), como segue:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c. 09 — Comissões e Despesas no Exterior

17 — Diretoria de Intendência..... Cr\$ 2.400.000,00

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 6.157 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 41.000,00 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 41.000,00 (quarenta e um mil cruzeiros), em reforço da seguinte dotação do Anexo 16 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — do orçamento em vigor (decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942).

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação V — Outras despesas com pessoal

Sub-consignação 25 — Substituições

00 — Pessoal Civil

04 — Departamento de Administração

06 — Divisão do Pessoal Cr\$ 41.000,00

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

*Alexandre Marcondes Filho.**A. de Sousa Costa.*

DECRETO-LEI N. 6.158 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1943

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 40.800.000,00, para atender ao pagamento da contribuição devida à Legião Brasileira de Assistência.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de quarenta milhões e oitocentos mil cruzeiros (Cr\$ 40.800.000,00) para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) da cota de 1943 devida pela União, neste exercício, à Legião Brasileira de Assistência, nos termos do art. 2.º, alínea c, do decreto-lei n. 4.830, de 15 de outubro de 1942.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

*Alexandre Marcondes Filho.**A. de Sousa Costa.*

DECRETO-LEI N. 6.159 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1943

Cria a Biblioteca do Ministério da Fazenda e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada a Biblioteca do Ministério da Fazenda, diretamente subordinada ao Diretor Geral da Fazenda Nacional.

Art. 2.º À Biblioteca ficam incorporadas as bibliotecas, depósitos de livros e coleções de publicações, atualmente existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, que se localizam ou venham a ser localizadas no edifício-sede.

Art. 3.º A Biblioteca tem por finalidade organizar e manter atualizadas coleções de publicações nacionais e estrangeiras sobre assuntos relacionados com as atividades do Ministério, assim como facilitar o uso dessas coleções ao público a que se destina.

Art. 4.º Fica criada no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, a função gratificada de chefe da Biblioteca, com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00.

Parágrafo único. O chefe da Biblioteca será designado pelo Diretor Geral da Fazenda Nacional.

Art. 5.º Fica alterada, de conformidade com a tabela anexa, a carreira de Bibliotecário do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.

Art. 6.º O chefe da Biblioteca do Ministério da Fazenda determinará, oportunamente, como se processará a transferência do material das repartições para a Biblioteca.

Art. 7.º Todas as bibliotecas das repartições localizadas fora do edifício-sede ficarão sob a orientação técnica da Biblioteca do Ministério.

Art. 8.º Para atender, no período de 15 de dezembro do corrente ano a 31 de dezembro de 1944, às despesas com a criação da função gratificada, a que se refere o art. 4.º, e com a alteração da carreira de Bibliotecário, determinada por este decreto-lei, fica aberto, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 110.000,00 (cento e dez mil cruzeiros).

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

A. de Sousa Costa.

MINISTÉRIO DA FAZENDA — QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Núm. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Observações
	BIBLIOTECÁRIO						BIBLIOTECÁRIO				
1	L	—	1	Q. P.	1	L	—	1	
1	K	—	1	Q. P.	2	K	—	2	
1	J	—	1	Q. P.	3	J	—	3	
2	I	—	—	Q. P.	4	I	—	2	6
5			—	3		10			—	8	6

OBSERVAÇÕES — Os cargos provisórios poderão ser providos imediatamente e serão suprimidos à medida que os respectivos ocupantes forem sendo promovidos à classe J. O número total de cargos ocupados na carreira não poderá ser superior a 10.

DECRETO-LEI N. 6.160 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1943

Suprime função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica suprimida, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, a função gratificada de Secretário do Conselho Nacional de Pesca, criada pelo decreto-lei n. 1.857, de 9 de dezembro de 1939.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 6.161 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1943

Altera a redação do art. 2.º do decreto-lei n. 5.273, de 23 de fevereiro de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 2.º e seu parágrafo único do decreto-lei n. 5.273, de 23 de fevereiro de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º Aos funcionários que trabalharem na zona indicada no art. 1.º, enquanto a mesma não for considerada saneada, será concedida uma gratificação de 20% (vinte por cento) sobre os respectivos vencimentos.

Parágrafo único. Essa gratificação, somente devida ao funcionário que tiver prolongada permanência na referida zona, será paga no fim de cada semestre”.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 6.162 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1943

Cria, no Ministério da Agricultura, cinco Secções de Fomento Agrícola

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Ministério da Agricultura, subordinadas à Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, cinco (5) Secções de Fomento Agrícola, localizadas nos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e de Iguassú.

§ 1.º As Secções a que se refere este artigo serão instaladas à medida que forem sendo administrativamente organizados os Territórios acima referidos, terão sede nas respectivas capitais e reger-se-ão pelas disposições

baixadas com o decreto n. 4.438, de 26 de julho de 1939, como órgãos integrantes da Divisão de Fomento da Produção Vegetal.

§ 2.º Enquanto não for fixada a lotação das Secções ora criadas, o Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Vegetal, mediante proposta do Diretor da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, designará os servidores técnicos e administrativos para nelas terem exercício, de acôrdo com as necessidades dos serviços.

Art. 2.º As despesas com a manutenção das Secções aludidas no artigo 1.º correrão à conta das dotações orçamentárias da Divisão de Fomento da Produção Vegetal.

Art. 3.º Os trabalhos de fomento agrícola nos Territórios mencionados no art. 1.º serão executados pelas Secções criadas neste decreto-lei, com a colaboração dos governos locais.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 1944, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolônio Sales.

DECRETO-LEI N. 6.163 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1943

Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território do Acre, que vigorará, sem alteração, de 1 de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A divisão territorial do Território do Acre, que vigorará de 1 de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948, é a fixada nesta lei.

Art. 2.º A referida divisão, dentro do mencionado prazo de cinco anos, não sofrerá qualquer modificação, não se entendendo como tal, porém, os atos interpretativos de linhas divisórias intermunicipais e interdistritais, que o Governo do Território poderá baixar para melhor e mais fiel caracterização dessas linhas, à luz de documentação geográfica ou cartográfica mais perfeita, desde que da interpretação não resulte um deslocamento da diviso-ria tal que uma qualquer cidade ou via saia do seu âmbito municipal ou distrital.

§ 1.º Constituem as únicas exceções à inalterabilidade da divisão territorial ora fixada:

- a) as alterações que o governo da União promulgar;
- b) a anexação de um Município a outro motivada pelo fato da respectiva Prefeitura não apresentar o mapa do território municipal, até 31 de dezembro de 1944, desde que o âmbito territorial correspondente tenha sofrido modificação, por força da presente lei;
- c) a recondução de uma circunscrição à situação anterior, devido ao fato de não haverem nela sido preenchidos os requisitos legais indispensáveis à sua efetiva instalação a 1 de janeiro vindouro.

§ 2.º A anexação ou a recondução, previstas no parágrafo anterior, serão objeto de ato do Governo federal, que, além de determinar uma ou outras das providências, fixará a data e as formalidades para a sua efetivação.

Art. 3.º A divisão administrativa e judiciária do Território, para o período quinquenal citado, compreende: 5 Comarcas, 5 Termos, 7 Municípios e 14 Distritos, estes com a categoria única de circunscrição primária do Ter-

ritório, para todos os fins da administração pública e da organização judiciária.

§ 1.º No anexo n. 1, parte integrante d'êste decreto, consta a relação apresentando, sistemática e ordenadamente, os nomes de todas as circunscrições administrativas e judiciárias, bem como a categoria das respectivas sedes, todas com a mesma denominação da própria circunscrição.

§ 2.º Em observância ao disposto no § 1.º do art. 16 do decreto-lei federal n. 311 e de acôrdo com as instruções gerais baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia, em virtude do mesmo dispositivo, fica também apenso a êste decreto-lei como parte integrante d'êle, o anexo n. 2, contendo a descrição sistemática dos limites circunscriçionais, onde se definem, para cada Município, o perímetro municipal e cada uma das divisas interdistritais, quando houver.

§ 3.º O disposto neste artigo não modifica o disposto nos arts. 1.º e 3.º, n. V, do decreto-lei n. 2.291, de 8 de junho de 1940, alterado pelo decreto-lei n. 4.365, de 9 de junho de 1942.

Art. 4.º As autoridades municipais competentes, sob pena de responsabilidade, tomarão as medidas administrativas apropriadas para que, em cada cidade, no dia 1 de janeiro de 1944, em ato público solene, se declare efetivamente em vigor o quadro territorial fixado nesta lei, no que concernir, não só às circunscrições que tiverem sede na mesma cidade, como também aos demais distritos que integrarem o respectivo município.

§ 1.º A solenidade prevista neste artigo será presidida:

a) sendo a cidade sede de comarca, pelo juiz de direito;

b) sendo a cidade apenas sede de termo, pelo juiz respectivo;

c) sendo a cidade sede de município sem fôro, pelo prefeito municipal.

§ 2.º No caso de impedimento eventual das autoridades referidas, a substituição delas se fará automaticamente na seguinte ordem:

a) a do Juiz de Direito pelo Juiz do Termo;

b) a do Juiz do Termo pelo Prefeito Municipal;

c) a do Prefeito Municipal pelo Secretário da Prefeitura Municipal, cabendo a substituição d'êste, se também impedido, à mais alta autoridade que se encontrar na cidade.

§ 3.º A solenidade inaugural do novo quadro territorial, na parte que interessar a cada cidade do Território, obedecerá ao ritual sugerido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia, passando a ter, pela sua simultaneidade e conformidade com as solenidades congêneres realizadas nas demais cidades brasileiras, a integral significação histórico-cívico-nacionalista decorrente dos princípios fixados na lei orgânica federal n. 311, de 2 de março de 1938.

§ 4.º Da ata da solenidade realizada em cada sede municipal a respectiva Prefeitura enviará duas cópias autenticadas ao Diretório Regional de Geografia, na Capital do Território, destinando-se uma a figurar em arquivo próprio e a outra a ser enviada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Rio de Janeiro, cabendo ainda ao Diretório Regional a obrigação de providenciar para a publicação de todas as atas no órgão oficial do Território.

Art. 5.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

ANEXO N. 1 DO DECRETO-LEI N. 6.163, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1943
QUADRO DA DIVISÃO TERRITORIAL ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO TERRITÓRIO PARA O QUINQUÊNIO 1944-1948

Circunscrições exclusivamente judiciárias				Circunscrições exclusivamente administrativas		Circunscrições simultaneamente administrativas e judiciárias		Sedes das Circunscrições		
COMARCAS		TERMOS		MUNICÍPIOS		DISTRITOS				
Núm. de ordem	NOME	Núm. de ordem	NOME	Núm. de ordem	NOME	Núm. de ordem	NOME	Núm. de ordem	NOME	CATEGORIA
1	Cruzeiro do Sul	1	Cruzeiro do Sul	1	Cruzeiro do Sul	1	Cruzeiro do Sul	1	Cruzeiro do Sul	Cidade
						2	Japiim	2	Japiim	Vila
						3	Porto Valter...	3	Porto Valter...	Vila
						4	Taumaturgo ...	4	Taumaturgo ...	Vila
2	Rio Branco....	2	Rio Branco....	2	Rio Branco....	5	Rio Branco....	5	Rio Branco....	Capital
						6	Plácido de Castro	6	Plácido de Castro	Vila
						7	Pôrto Acre....	7	Pôrto Acre....	Vila
3	Sena Madureira	3	Sena Madureira	3	Sena Madureira	8	Sena Madureira	8	Sena Madureira	Cidade
						9	Manuel Urbano.	9	Manuel Urbano.	Vila
4	Tarauacá	4	Tarauacá	4	Tarauacá	10	Tarauacá	10	Tarauacá	Cidade
						11	Foz do Jordão.	11	Foz do Jordão.	Vila
				5	Feijó	12	Feijó	12	Feijó	Cidade
5	Xapuri	5	Xapuri	6	Xapuri	13	Xapuri	13	Xapuri	Cidade
				7	Brasiléa	14	Brasiléa	14	Brasiléa	Cidade

ANEXO N. 2 DO DECRETO-LEI N. 6.163 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1943

Limites municipais e divisas inter-distritais em que se baseia o quadro territorial administrativo e judiciário do Território

I — MUNICÍPIO DE BRASILÉA (N. 7)

a) Limites municipais

1 — *Com o município de Sena Madureira*

Começa na fronteira do Brasil com a República do Perú, no ponto de intersecção do meridiano da nascente do rio Chambuiáco com o paralelo de 11° S, onde existe um marco internacional; dêsse ponto, segue pelo divisor de águas dos rios Iaco e Acre, até o ponto em que êsse divisor é encontrado pela linha reta que une a cabeceira do igarapé Rio de Ouro e do igarapé Jaguaribe.

2 — *Com o município de Xapurí*

Começa no divisor de águas dos rios Iaco e Acre no ponto em que êle é interceptado pela reta que une as cabeceiras dos igarapés Rio do Ouro e Jaguaribe; dêsse ponto, segue pela reta até a nascente do igarapé Rio do Ouro, pelo qual desce até sua foz no rio Xapurí; desce pelo Xapurí até o ponto em que êle recebe, pela margem direita, o igarapé Riozinho do Xapurí sobre o igarapé Riozinho do Xapurí até o ponto em que êle é cortado pela reta lêste-oeste que vem da cabeceira do igarapé Filipinas; prossegue pela reta para lêste até a cabeceira do igarapé pelo qual desce até sua foz na margem esquerda do rio Acre; sobe por êste último até o ponto em que êle recebe o igarapé Grande do Porvir pela margem direita; prossegue por êste igarapé até sua cabeceira de onde se liga em linha reta à cabeceira do rio Ina; daí, por outra reta, alcança a cabeceira principal do rio Chipamanu, nos limites com a República da Bolívia.

3 — *Com a República da Bolívia*

Começa na cabeceira principal do rio Chipamanu; segue pelo limite internacional entre o Brasil e Bolívia, até a foz do arrôio Iaverija no rio Acre.

4 — *Com a República do Perú*

Começa na foz do Arrôio Iaverija no rio Acre; prossegue pelos limites internacionais Brasil-Perú, até o ponto de intersecção do meridiano da nascente principal do rio Chabuiáco, afluente da margem direita do rio Purús, com paralelo de 11° S, no marco internacional que aí existe.

b) Divisas inter-distritais

Só existe o distrito da sede.

II — MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL (N. 1)

a) Limites municipais

1 — *Com o Estado do Amazonas*

Começa na cabeceira principal do rio Jaquirana ou Alto Javari; segue pela linha do limite estadual até sua intersecção com o rio Campinas, afluente da margem direita do rio Juruá.

2 — *Com o município de Tarauacá*

Começa na intersecção da linha geodésica Cunha Gomes com o rio Campinas, afluente da margem direita do rio Juruá; sobe por êste rio até sua nascente, de onde prossegue pelo divisor de águas dos rios Riozinho da Li-

berdade e Valparaíso, pelo qual alcança o divisor dos rios Gregório e Juruá pelo qual prossegue até o divisor de águas Tarauacá — Juruá e segue por esse último até o ponto de entroncamento com o divisor das vertentes meridionais do rio Tarauacá, nos limites internacionais com a República do Perú.

3 — *Com a República do Perú*

Começa no ponto de entroncamento do divisor de águas Tarauacá — Juruá com o divisor de águas das vertentes meridionais do rio Tarauacá, nos limites internacionais com a República do Perú; dêsse ponto prossegue pelo limite internacional Brasil-Perú, até a nascente principal do rio Jaquirana ou Alto Javari.

b) *Divisas inter-distritais*

1 — *Entre os distritos de Cruzeiro do Sul e Japiim*

Começa no limite internacional com a República do Perú, no ponto em que esse é encontrado pelo divisor de águas dos rios Azul e Paraná dos Mouras; prossegue pelo divisor até o ponto em que ele confronta a nascente do igarapé São Bento, a qual alcança em linha reta; prossegue, para o norte, pelo meridiano dessa nascente até seu ponto de intersecção com a linha Cunha Gomes, no limite com o Estado do Amazonas.

2 — *Entre os distritos de Cruzeiro do Sul e Pôrto Valter*

Começa no ponto em que o divisor de águas dos rios Riozinho da Liberdade e Valparaíso é atravessado pela reta que liga as nascentes do igarapé Moinho e do rio Valparaíso; segue pela reta até nascente do rio Valparaíso, pelo qual desce até a sua foz no rio Juruá; sobe por este último até a foz do rio Juruá-Mirim; prossegue subindo, dessa foz, pelo Juruá-Mirim até sua nascente principal de onde, pela linha de menor distância, alcança o limite internacional com a República do Perú.

3 — *Entre os distritos de Pôrto Valter e Taumaturgo*

Começa no ponto de entroncamento do divisor de águas dos rios Tarauacá e Juruá com o divisor dos rios Branco do Amuacas e igarapé Pedro Gomes; segue pelo divisor Branco do Amuacas-igarapé Pedro Gomes até confrontar a nascente do igarapé Grajaú; alcança essa nascente pela linha de menor distância e desce pelo igarapé Grajaú até sua foz no rio Juruá; desce por esse último até a foz do Paraná do Ouro; sobe por esse último até sua nascente, donde alcança pela linha de menor distância o limite internacional com a República do Perú.

III — MUNICÍPIO DE FEIJÓ (N. 5)

a) *Limites municipais*

1 — *Com o município de Tarauacá*

Começa no ponto em que o meridiano da nascente do rio Murú encontra o limite internacional Brasil-República do Perú no divisor de águas dos rios Tarauacá e Piqueiaco; alcança pelo meridiano a referida nascente e desce pelo rio Murú até a foz do igarapé Conceição; dêsse ponto, liga-se por uma reta à nascente do igarapé Acaraú, afluente na margem direita do rio Tarauacá; desce pelo curso do igarapé Acaraú até o ponto em que este é cortado pela linha geodésica Cunha Gomes.

2 — *Com o Estado do Amazonas*

Começa no ponto em que a linha geodésica Cunha Gomes atravessa o curso do igarapé Acaraú, segue pelo limite estadual até o ponto em que a linha Cunha Gomes atravessa o rio Moaco.

3 — *Com o município de Sena Madureira*

Começa no ponto em que a linha geodésica Cunha Gomes atravessa o rio Moaco; sobe esse rio até sua nascente, de onde alcança pela linha de menor distância o divisor dos rios Imbira e Purús; segue pelo divisor até o ponto em que ele é interceptado pelo meridiano da nascente do igarapé Santa Rosa ou Curinaá; prossegue pelo meridiano para o sul até essa nascente, no limite internacional com a República do Perú.

4 — *Com a República do Perú*

Começa na cabeceira principal do igarapé Santa Rosa; segue pelo limite internacional Brasil-Perú, até o ponto em que essa é encontrado pelo meridiano da nascente do rio Murú.

b) *Divisas inter-distritais*

Só existe o distrito da sede.

IV — RIO BRANCO (N. 2)

a) *Limites municipais*

1 — *Com o município de Sena Madureira*

Começa no divisor de águas dos rios Iaco e Acre no ponto em que é interceptado pelo paralelo da nascente do igarapé São Francisco ou Espalha, afluente do igarapé Riozinho do Rio Branco; segue pelo divisor até seu entroncamento com o divisor de águas Iaco-Antimari, pelo qual prossegue até defrontar a nascente do igarapé Sucuniná, afluente do rio Purús; alcança essa nascente pela linha de menor distância e desce pelo igarapé Sucuniná, até o ponto em que ele atravessa a linha geodésica Cunha Gomes.

2 — *Com o Estado do Amazonas*

Começa no ponto em que o igarapé Sucuniná atravessa a linha geodésica Cunha Gomes; prossegue pela divisa estadual até o ponto de intersecção linha Cunha Gomes — rio Iquirí ou Ituxí.

3 — *Com o Território do Guaporé*

Começa no ponto em que o rio Iquirí ou Ituxí corta a linha geodésica Cunha Gomes; prossegue pela divisa inter-territorial até o ponto em que o rio Abunã atravessa a linha geodésica Cunha Gomes.

4 — *Com a República da Bolívia*

Começa no ponto em que o rio Abunã atravessa a linha geodésica Cunha Gomes; segue pelo limite internacional do Brasil com a República da Bolívia até o ponto em que o meridiano da nascente do igarapé Itú intercepta o rio Chipamanu.

5 — *Com o município de Xapuri*

Começa no ponto em que o meridiano da nascente do igarapé Itú intercepta o rio Chipamanu; segue pelo meridiano até a nascente e desce pelo igarapé Itú até o ponto em que ele é interceptado pelo paralelo da nascente do igarapé Taipora; desse ponto, segue para oeste pelo referido paralelo, até sua primeira intersecção com o igarapé Caipora; prossegue daí pelo igarapé, águas acima, até sua nascente, pelo meridiano da qual alcança o curso do igarapé Mapinguari; prossegue pelo igarapé Mapinguari águas acima até sua nascente; prossegue pelo paralelo dessa nascente, para oeste, até a intersecção com o igarapé S. Francisco ou Espalha; prossegue por este último até sua nascente pelo paralelo da qual vai ao divisor de águas dos rios Acre e Iaco.

b) Divisas inter-distritais

1 — *Entre os distritos de Rio Branco e Pôrto Acre*

Começa no divisor de águas dos rios Iaco e Antimari, num ponto que confronta a nascente do rio Antimari; dêsse ponto alcança essa nascente pela linha de menor percurso para, em seguida, ainda por uma reta, alcançar o ponto mais próximo do divisor de águas do rio Antimari e igarapé Riozinho de Rio Branco; prossegue por este último divisor até seu entroncamento com o divisor de águas dos igarapés Riozinho de Rio Branco e Riozinho dos Pontes ou Andirá, pelo qual prossegue até confrontar a nascente do igarapé Glória; alcança essa nascente pela linha de menor percurso e desce pelo igarapé Glória até sua foz no rio Acre; desce pelo rio Acre até a foz do igarapé Bom Destino, pelo qual sobe até sua nascente; segue pelo paralelo dessa nascente até o rio Iquirí ou Ituxí.

2 — *Entre os distritos de Rio Branco e Plácido de Castro*

Começa no rio Rapirran na foz do igarapé Mitarran; sobe por este até sua cabeceira pelo meridiano da qual alcança o rio Iquirí ou Ituxí; desce por este último rio até o ponto em que êle é interceptado pelo paralelo da nascente do igarapé Bom Destino.

3 — *Entre os distritos de Pôrto Acre e Plácido de Castro*

Começa no rio Iquirí ou Ituxí no ponto em que é interceptado pelo paralelo da nascente do igarapé Bom Destino; desce pelo rio Iquirí ou Ituxí até a linha geodésica Cunha Gomes.

V — SENA MADUREIRA (N. 3)

a) Limites Municipais

1 — *Com o Município de Feijó*

Começa na cabeceira principal do igarapé Santa Rosa ou Curinaá; prossegue pelo meridiano dessa nascente em rumo norte até o ponto em que êsse meridiano corta o divisor de águas dos rios Purús e Embira; dêsse ponto segue por êsse divisor até o ponto em que êle defronta a nascente do rio Moaco, a qual é alcançada por linha de menor percurso; prossegue descendo pelo rio Moaco até o ponto em que é interceptado pela linha Cunha Gomes.

2 — *Com o Estado do Amazonas*

Começa no ponto em que a linha geodésica Cunha Gomes intercepta o curso do rio Moaco; prossegue pelo limite estadual até o ponto de intersecção da linha Cunha Gomes com o igarapé Sucuniná.

3 — *Com o Município de Rio Branco*

Começa no ponto em que a linha Cunha Gomes atravessa o igarapé Sucuniná; sobe por este igarapé até sua cabeceira; dêsse ponto alcança em reta o ponto mais próximo do divisor de águas dos rios Iaco e Acre; segue por esse divisor até o ponto de encontro com o paralelo da nascente do igarapé Espalha ou S. Francisco, afluente do igarapé Riozinho de Rio Branco.

4 — *Com o Município de Xapuri*

Começa no divisor de águas dos rios Iaco e Acre, no ponto de encontro com o paralelo da nascente do igarapé Espalha ou São Francisco, afluente do igarapé Riozinho de Rio Branco; segue por esse divisor até o ponto em que é cortado pela linha reta que une as nascentes do igarapé Rio do Ouro, vertente do rio Xapuri à cabeceira do igarapé Jaguariba, vertente do rio Iaco.

5 — *Com o Município de Brasília*

Começa no ponto em que o divisor de águas dos rios Iaco e Acre é cortado pela linha que une as nascentes dos igarapés Rio do Ouro, vertente do rio Xapurí e igarapé Jaguaribe, vertente do rio Iaco; prossegue pelo divisor Iaco-Acre até o ponto em que é encontrado pelo meridiano da nascente do rio Chambuiaco e da reta que vem da cabeceira do rio Acre, na fronteira com a República do Perú.

6 — *Com a República do Perú*

Começa na intersecção do meridiano da nascente do rio Chambuiaco com a reta que vem da nascente do rio Acre, no divisor de águas dos rios Iaco e Acre, onde existe um marco internacional; prossegue pelo limite internacional até a nascente principal do igarapé Santa Rosa ou Curinaá, afluente da margem esquerda do rio Purús.

b) *Divisas inter-districtais*

1 — *Entre os distritos de Manuel Urbano e Sena Madureira*

Começa no divisor de águas dos rios Chandless e Iaco, no ponto em que êsse é interceptado pelo meridiano da nascente do Chambuiaco; prossegue por êsse divisor até o ponto em que é atravessado pela linha geodésica Cunha Gomes.

VI — MUNICÍPIO DE TARAUCÁ (N. 4)

a) — *Limites municipais*

1 — *Com o Município de Cruzeiro do Sul*

Começa na fronteira do Brasil com a República do Perú no ponto de entroncamento do divisor de águas dos rios Juruá e Tarauacá com o divisor das vertentes meridionais do Tarauacá; prossegue por êsse divisor, e, em seguida, pelo divisor dos rios Juruá e Gregório e por êsse último alcança o divisor de águas dos rios Riozinho da Liberdade e Valparaíso; prossegue pelo divisor de águas Riozinho da Liberdade-Valparaíso até o ponto em que êle defronta a nascente do rio Campinas; alcança essa nascente pela linha de menor percurso e desce pelo rio Campinas até o ponto em que é atravessado pela linha geodésica Cunha Gomes.

2 — *Com o Estado do Amazonas*

Começa no ponto em que o rio Campinas intercepta a linha Cunha Gomes; prossegue pelo limite estadual até o ponto em que o igarapé Acaraú atravessa a linha geodésica Cunha Gomes.

3 — *Com o Município de Feijó*

Começa no igarapé Acaraú, na intersecção da linha geodésica Cunha Gomes; sobe por êsse igarapé até a sua cabeceira, de onde prossegue por uma linha reta até a foz do igarapé Conceição no rio Murú; daí, sobre o rio Murú até sua cabeceira e pelo meridiano dessa cabeceira em rumo sul, atinge o limite internacional com a República do Perú, no divisor de águas dos rios Tarauacá e Piqueiaco.

4 — *Com a República do Perú*

Começa no ponto em que o meridiano da nascente do rio Murú encontra o divisor de águas dos rios Tarauacá e Piqueiaco; segue pelo limite internacional Brasil-Perú até o ponto do entroncamento das vertentes meridionais do Tarauacá com o divisor de águas dos rios Juruá e Tarauacá.

b) — Divisas inter-distritais

1 — *Entre os distritos de Tarauacá e Foz do Jordão*

Começa no divisor de águas dos rios Valparaíso e Riozinho da Liberdade, no ponto em que êle é interceptado pelo paralelo da nascente do igarapé do Moínho; segue por êsse paralelo em rumo leste até essa nascente e desce pelo igarapé do Moínho até sua foz no rio Gregório; sobe pelo rio Gregório até a foz do igarapé Embaúba, pelo qual sobe até sua nascente; daí, por uma reta, liga-se à nascente do rio Acurauá, e pelo meridiano dessa nascente segue em rumo sul até encontrar o igarapé Catuquira; desce pelo igarapé Catuquira até sua foz no rio Tarauacá, pelo qual sobe até a foz do paraná São Luiz; sobe pelo paraná São Luiz até o ponto em que é êle interceptado pelo paralelo da nascente do igarapé Muruzinho; segue por êsse paralelo até a referida nascente e desce pelo igarapé Muruzinho até sua foz no rio Murú.

VII — MUNICÍPIO DE XAPURÍ (N. 6)

a) — Limites municipais

1 — *Município de Sena Madureira*

Começa no ponto em que o divisor de águas dos rios Iaco e Acre é interceptado pela reta que une as nascentes dos igarapés Jaguaribe, afluente da margem direita do rio Iaco, e Rio do Ouro, afluente da margem esquerda do rio Xapurí; segue por êsse divisor até o ponto em que é encontrado pelo paralelo da nascente do igarapé Espalha ou São Francisco, afluente do igarapé Riozinho de Rio Branco.

2 — *Com o município de Rio Branco*

Começa no divisor de águas dos rios Iaco e Acre, no ponto em que é interceptado pelo paralelo da nascente do igarapé Espalha ou S. Francisco; prossegue por êsse paralelo em rumo leste até a referida nascente e desce pelo igarapé Espalha ou S. Francisco até o ponto em que êsse é encontrado pelo paralelo da nascente do igarapé Mapinguari; prossegue por êsse paralelo em rumo leste até a referida nascente e desce pelo curso do rio Mapinguari até o ponto em que êsse é cortado pelo meridiano da nascente do igarapé Caipora; desce por êsse meridiano até a nascente do igarapé Caipora, pelo qual desce até o ponto em que seu curso é interceptado pelo paralelo de sua nascente no ponto mais próximo do rio Acre; prossegue daí por êsse paralelo até sua intersecção com o igarapé Itú; sobe por êsse último igarapé até sua nascente, pelo meridiano da qual alcança o rio Chipamanu, no limite internacional com a República da Bolívia.

3 — *Com a República da Bolívia*

Começa no ponto em que o meridiano da nascente do igarapé Itú atravessa o rio Chipamanu; prossegue pelo limite internacional até a nascente principal do rio Chipamanu.

4 — *Com o município de Brasília*

Começa na cabeceira principal do rio Chipamanu, no limite internacional com a República da Bolívia; prossegue daí por uma reta a nascente do rio Ina e dessa nascente por outra reta à nascente do igarapé Grande do Porvir; desce por êsse último até sua foz na margem direita do rio Acre, pelo qual desce até a foz do igarapé das Filipinas na sua margem esquerda; sobe pelo curso do igarapé Filipinas até sua nascente pelo paralelo da qual encontra o curso do igarapé Riozinho do Xapurí; desce por êste último igarapé até sua foz no rio Xapurí pelo qual sobe até a foz do igarapé Rio do

Ouro na sua margem esquerda; sobe pelo igarapé Rio do Ouro até sua nascente; daí segue pela reta que une esse ponto à nascente do igarapé Jaguaribe, até o ponto em que ela intercepta o divisor de águas entre os rios Iaco e Acre.

b) — Divisas inter-distritais

Só existe o distrito da sede.

ANEXO N. 3, DO DECRETO-LEI N. 6.163, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1943

Ritual proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia, a ser observado na celebração das solenidades cívicas que, na forma da legislação federal e estadual baixada sobre o assunto, assinalarão a entrada em vigor, a 1 de janeiro de 1944, do novo quadro territorial administrativo e judiciário da República, que deverá prevalecer inalterado até 31 de dezembro de 1948.

I

Onde e quando se realizarão as solenidades

As sessões cívicas que se realizarão a 1 de janeiro de 1944 para instalar ou confirmar as circunscrições administrativas e judiciárias da República, com os limites, a constituição e a categoria fixados nas leis regionais, de acordo com a lei orgânica nacional promulgada sob n. 311, a 2 de março de 1938, terão lugar, em todas as sedes das circunscrições municipais brasileiras já instaladas ou por instalar, às 15 horas, no salão nobre do *Forum* ou, onde não houver, na Prefeitura Municipal.

II

Quem presidirá a solenidade

Em cada uma das localidades que se devam confirmar ou investir nos foros de cidade como sedes de município, a solenidade de efetivação do novo quadro territorial se realizará sob a presidência do Juiz de Direito, ou, na sua falta, do Juiz do Termo (ou Juiz Municipal), na falta deste, pelo Prefeito Municipal, e no impedimento eventual deste, pelo Secretário da Prefeitura ou, finalmente, pela mais alta autoridade presente.

Caberá às Prefeituras locais, por delegação expressa, promoverem a solenidade inaugural do novo quadro territorial.

III

Os objetivos da solenidade

A solenidade, cujo ritual estas instruções visam fixar, tem:

- um sentido jurídico;
- uma finalidade histórica; e
- um significado cívico.

Juridicamente, ficam todas as circunscrições a que se referir o ato, e com os nomes e a constituição territorial que a lei lhes houver atribuído, investidas de modo efetivo nos competentes foros, passando as localidades de igual denominação, que lhes sirvam de sede, às categorias e prerrogativas correspondentes.

Sob o ponto de vista histórico, as sessões cívicas em apreço solenizarão devidamente o início da vigência do novo quadro territorial. Os acontecimen-

tos dessa natureza. — sem embargos de constituírem fatos de grande relêvo, tanto na história regional como na história nacional, pois sôbre êles repousa tôda a organização política, administrativa, social e econômica da vida nacional, — não tinham até agora a consagração que mereciam, e nem deixaram, via de regra, o competente registo nos anais da história pátria. Mas, a partir de 1 de janeiro de 1939, cada circunscrição do quadro territorial brasileiro passou a ter, na ata da solenidade aqui regulada, a certidão do seu registo histórico, o qual, já pela sua solenidade e natural repercussão, já pela publicidade que a lei lhe assegura, nunca se apagará dos arquivos pátrios, ao contrário, de cinco em cinco anos, nos dias 1 de janeiro dos anos de milésimo 4 e 9, se reavivará nas comemorações quinquenais do “Dia do Município”.

Como objetivo cívico, finalmente, as solenidades inaugurais do novo quadro territorial visarão a confraternização dos grupos sociais brasileiros. Dando motivo à solenidade a outorga da autonomia e das prerrogativas correlatas, as comunidades interessadas, ao mesmo tempo que se poderão solidarizar e rejubilar sem qualquer dissonância de sentimento pelo auspicioso evento, também se sentirão penetradas pelo espírito de hierarquia de ordenada distribuição das responsabilidades e regalias na escala dos valores que demarcam o campo social, e assim, aprendendo a cultivar os justos sentimentos grupais vão-se também apercebendo da submissão harmoniosa dêsses sentimentos a outros mais altos e mais altruístas, e, portanto, mais nobres, que aproximam e fundem os corações, as inteligências e as vontades na integração da “grande alma” da Pátria comum. E, pois, de um significado culminante sob o ponto de vista cívico de que se vão revestir as solenidades aqui previstas, uma vez que elas interessarão a todo o território nacional, a todos os brasileiros sem distinção alguma, realizando-se no mesmo dia e na mesma hora, com a mesma finalidade e o mesmo rito, como expressão de uma só vontade e de um só sentimento — a vontade de construir o Brasil maior e o sentimento filial que deseja ver o Brasil cada vez melhor.

IV

Em que consistirá a solenidade

As autoridades administrativas e judiciárias locais se esforçarão por despertar pelos meios adequados (larga publicidade, festejos populares, solenidades religiosas, passeatas cívicas, etc.) o maior interesse da população, e especialmente da infância e juventude, pelo evento que se vai celebrar, fazendo com que todos bem compreendam a tríplice significação da solenidade.

Para assistir a esta, portanto, devem ser convidadas as autoridades civis, militares e eclesiásticas, as corporações e as pessoas gradadas em todo o território a que se referir o ato inaugural a ser celebrado.

No momento da solenidade, depois de formada a mesa que a presidir, tendo ao fundo a bandeira nacional, e aberta a sessão, todos ouvirão ou cantarão, de pé, o hino nacional.

A seguir, o Presidente pronunciará precisamente as seguintes palavras, a que fica dado um sentido ritual — cívico, histórico e jurídico: “Na forma da lei, e de acôrdo com o rito previsto, tendo em mira a salvaguarda jurídica dos interesses do Povo, o resguardo da tradição histórica da Nação e a solidariedade que deve unir todos os brasileiros em tôrno dos ideais superiores de uma Pátria una e indivisível, bem organizada para bem defender-se, culta e progressista para fazer a felicidade dos seus filhos, eu, (mencionar o nome e qualidade), em nome do Govêrno do Estado (ou do Território) declaro confirmados para todos os efeitos, no quadro territorial desta Unidade da Federação Brasileira, segundo o disposto na lei orgânica federal n. 311, de 2 de março de 1938, e no decreto-lei estadual n., tôdas as circunscrições que têm por sede esta localidade, que conserva (ou — ora recebe) os foros de cidade, bem assim os demais distritos do município, fi-

cando as respectivas sedes investidas ou mantidas na correspondente categoria de vila.

Assim fique registado na História Pátria, para conhecimento de todos os brasileiros e perpétua lembrança das gerações vindouras.

Honra ao Brasil uno e indivisível!

Paz ao Brasil rico e forte!

Glória ao Brasil desejoso do bem e do progresso nos melhores sentimentos de solidariedade humana!"

Será dada depois a palavra a um orador official, previamente escolhido, que proferirá uma oração cívica alusiva ao acontecimento.

Seguir-se-à a leitura da ata da solenidade (cujo modelo consta do capítulo VI destas instruções), terminada a qual o presidente assinará o competente original, declarando encerrada a sessão e convidando os presentes a deixarem também a sua assinatura nesse importante documento histórico.

V

FORMALIDADES COMPLEMENTARES

O original da ata será cuidadosamente guardado no arquivo do Governo municipal.

Do seu texto e assinaturas, o Secretário tirará duas cópias, que o Presidente autenticará com a sua rubrica em tôdas as páginas, enviando-as, sob registro, ao Diretório Regional de Geografia para os fins de publicidade no órgão official do Estado e devido arquivamento na forma da lei.

VI

MODELO DA ATA DA SOLENIDADE

Em livro ou caderno especial, o secretário caligrafará com antecedência a seguinte ata, a ser lida no final da solenidade e assinada logo após o seu encerramento.

Ata da Sessão solene inaugural do Quadro Territorial da República no quinquênio de 1944-1948, realizada na cidade de, do Estado de

A primeiro de janeiro de mil novecentos e quarenta e quatro, no edificio (do Fórum ou Paço Municipal), nesta cidade de (o nome), do Estado (ou Território) de (o nome), sob a presidência do senhor (o nome) (o cargo), na forma da lei, reuniram-se em sessão solene as autoridades e pessoas gradas abaixo assinadas, com significativa assistência, para o fim de se declarar efetivamente em vigor para todos os efeitos, a partir desta data e até trinta e um de dezembro de 1948, o novo quadro territorial da República fixado, para o Estado (ou: para o Território), com o decreto-lei número, de de, na conformidade das normas gerais estabelecidas na lei orgânica nacional n. 311, de 2 de março de 1938, na parte referente às circunscrições que têm por sede esta cidade (se o município tiver mais de um distrito, acrescentar — e aos demais distritos que compõem o seu município). Aberta a sessão e de pé toda a assistência, foi ouvido (ou cantado) o Hino Nacional, seguindo-se uma vibrante salva de palmas. O Senhor Presidente, ainda de pé a assistência, pronuncia então em voz clara e pausada as seguintes palavras inaugurais: "Na forma da lei, e de acôrdo com o rito previsto, tendo em mira a salvaguarda jurídica dos interesses do Povo, o resguardo da tradição histórica da Nação e a solidariedade que deve unir todos os brasileiros em tôrno dos ideais superiores de uma Pátria una

e indivisível, bem organizada para bem defender-se, culta e progressista para fazer a felicidade dos seus filhos, eu, (mencionar nome e qualidade), em nome do Governo do Estado (ou do Território), declaro confirmados para todos os efeitos, no quadro territorial desta Unidade da Federação Brasileira, segundo o disposto na lei orgânica federal n. 311, de 2 de março de 1938, e no decreto-lei estadual n. respectivamente de, tôdas as circunscrições que têm por sede esta localidade, que conserva (ou — ora recebe) os foros de cidade, bem assim os demais distritos do município, ficando as respectivas sedes investidas ou mantidas na correspondente categoria de vila.

Assim fique registado na História Pátria, para conhecimento de todos os brasileiros e perpétua lembrança das gerações vindouras. Honra ao Brasil uno e indivisível; Paz ao Brasil rico e forte! Glória ao Brasil desejoso do bem e do progresso nos melhores sentimentos de solidariedade humana!"

Prolongadas saivas de palmas aplaudiram e festejaram o momento em que entrou em vigor o novo quadro territorial, exprimindo ao mesmo tempo a solidariedade ao alto pensamento da fórmula ritual pronunciada. Sentando-se, a seguir, a Mesa e a assistência, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor (nome), (qualidade), que proferiu expressiva alocução alusiva aos fins e ao sentido da solenidade, sendo calorosamente aplaudido. O Senhor Presidente, a seguir, agradece à assistência o comparecimento à reunião, cujo alto significado cívico enaltece, declarando encerrada a sessão e convidando os presentes a ouvirem a leitura desta ata, a qual, depois de lida foi assinada pelo Senhor Presidente e pelas demais autoridades e pessoas gradas presentes ao ato. Eu, (nome), (qualidade), funcionando como secretário, escrevi esta ata e a li ao termo da sessão solene, cuja realização aqui se regista. Cidade de , primeiro de janeiro de mil novecentos e quarenta e quatro.

O Presidente,

.....
(Assinatura do Presidente)

(Seguem-se as demais assinaturas)".